



**FACULTAD DE EDUCACIÓN**

**TESIS DOCTORAL**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CABO VERDE. ANÁLISE DOS  
PROGRAMAS E SUAS PRÁTICAS**

---

**LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN CABO VERDE. ANÁLISIS DE  
PROGRAMAS Y SUS PRÁCTICAS**

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça  
Departamento de Ciencias de la Educación

**2016**





**FACULTAD DE EDUCACIÓN**

**TESIS DOCTORAL**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CABO VERDE. ANÁLISE DOS  
PROGRAMAS E SUAS PRÁTICAS**

---

**LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN CABO VERDE. ANÁLISIS DE  
PROGRAMAS Y SUS PRÁCTICAS**

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça  
Departamento de Ciencias de la Educación

Director: Enrique Iglesias Vedegay

**2016**





**TESIS DOCTORAL**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CABO VERDE. ANÁLISE DOS  
PROGRAMAS E SUAS PRÁTICAS**

---

**LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN CABO VERDE. ANÁLISIS DE  
PROGRAMAS Y SUS PRÁCTICAS**

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça  
Departamento de Ciencias de la Educación

**Conformidad del Director:**

**Dr. Enrique Iglesia Verdegay**

2016

v



*Dedicatória*

*A memória da minha mãe, Romana*

*Ao meu pai pelo incentivo e coragem*

*Ao Isaac, ao Joel e à Jéssica, que souberam lidar com os meus  
momentos distantes*

*Ao Timas meu esposo, por estar sempre ao meu lado...*





## AGRADECIMENTOS

As palavras tornam-se sempre insuficientes quando com elas queremos dizer o que nos vai para lá da alma, como agora. Nesta etapa tão importante do percurso pessoal, profissional e académico, cabe-me exprimir e registar algumas palavras de agradecimento e profundo reconhecimento, em particular:

- ◇ Ao meu orientador, Senhor Professor Doutor Enrique Iglesias Verdgay, que tem sido a todos os níveis um exemplar ímpar como professor, investigador, como amigo e cuja confiança e apoio foram de uma relevância indiscutível;
- ◇ Ao Senhor Professor Doutor Florentino Blazquez Entonado pelo permanente estímulo na coordenação do programa no qual se insere o projeto de que resultou esta tese de Doutoramento, e que por vezes, foi alguém decisivo em determinados momentos da elaboração desta trabalho, pelo interesse evidenciado incluindo o benéfico acompanhamento ao longo do meu percurso académico;
- ◇ Ao Senhor Professor Doutor Sixto Cubo Delgado, pela atenção, pelo apoio, apreciação construtiva, confiança e profunda amizade que me dedicou neste trabalho e na conclusão do curso de Doutoramento;
- ◇ A todos os meus queridos professores da Universidade de Extremadura que me apoiaram que muito elevaram os meus conhecimentos científicos e, sem dúvida, muito estimularam o meu desejo de querer, sempre, saber mais e a vontade constante de querer fazer melhor;
- ◇ À minha sogra, Domingas, por todo o carinho concedido à minha família;
- ◇ Aos meus queridos filhos, Isaac, Joel e Jéssica pela paciência, compreensão e incentivos durante este trabalho;
- ◇ Ao meu estimado esposo, António Timas, pelo afecto, pela transmissão de confiança e de força, em todos os momentos;
- ◇ Ao Instituto Politécnico de Leiria por ser uma excelente parceira neste Programa de Doutoramento;
- ◇ À minha amiga, Doutora Fátima Fernandes, pela prestimosa colaboração na revisão deste trabalho;

- ◇ À minha amiga Alana Monteiro pelo apoio incondicional na formatação e organização da tese;
- ◇ Aos meus amigos e colaboradores, Mestre Carlos Mendes, Doutor Arlindo Vieira, Doutor João Feslisberto, pelo apoio fundamental no processo de validação dos instrumentos de investigação;
- ◇ À Senhora Presidente cessante do Instituto Pedagógico, Dra. Teresa Borges pelo alento, amizade e sapiência com que encaminhou este Programa;
- ◇ Ao senhor Presidente do Instituto, Doutor Florenço Mendes Varela pelo apoio na intermediação deste Programa de Doutoramento;
- ◇ À Doutora Sandra Caeiro, pela contribuição fundamental para que este estudo durante as trocas de ideias e conhecimentos;
- ◇ A todos os colegas e participantes do estudo, sem os quais nada teria sido possível a quem agradeço pelo tempo e pela confiança, cuja lealdade aos meus discursos ainda espero retribuir;
- ◇ Aos familiares, especialmente os meus filhos e meu esposo, pela cumplicidade e paciência e aos amigos, pela presença e ânimo permanentes;
- ◇ À minha amiga e companheira de luta, Filomena Oliveira, pela amizade, carinho, pelas trocas constantes no âmbito desta tese;
- ◇ À minha amiga Suzana, pelo afeto e amparo que proporcionou aos meus filhos durante as minhas ausências;
- ◇ A todos quantos contribuíram, directa ou indirectamente, para a realização deste trabalho,

Os meus sinceros agradecimentos

## LISTA DE CONTEÚDOS

RESUMO .....	xxvii
ABSTRACT.....	xxix
RESUMEN.....	xxxI
RESUMEN AMPLIO EN ESPAÑOL.....	xxxiii
INTRODUÇÃO .....	1
I. Justificação da escolha do tema de investigação.....	2
II. Oportunidades e relevância do tema.....	6
III. Organização do estudo .....	8
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	11
CAPÍTULO I – QUADRO CONCEITUAL DO ESTUDO.....	13
1. Fundamentação Teórica sobre a Educação Ambiental. ....	14
1.1. Conceito e evolução histórica da Educação Ambiental a nível internacional.....	14
1.2. Evolução da Educação Ambiental nos países do Sahel.....	29
1.3. A Educação Ambiental no ensino formal e não formal .....	31
1.4. Novas práticas de abordagem da Educação Ambiental .....	51
CAPÍTULO II – ÁREA DE ESTUDO.....	63
2. Contexto da Investigação .....	65
2.1. Caracterização Física e Geográfica de Cabo Verde.....	65
2.2. Caracterização do saneamento ambiental.....	73
2.3. Estrutura e organização do sistema educativo.....	88
2.4. A organização curricular do ensino básico .....	101
CAPÍTULO III – MARCOS INSTITUCIONAIS .....	106
1. Marco Institucional da Educação Ambiental em Cabo Verde .....	107

1.1.	A Educação Ambiental nas Instituições de Ensino.....	107
1.2.	Instrumentos de política de gestão ambiental em Cabo Verde .....	113
1.3.	A componente ambiental nos programas educativos .....	122
1.4.	A Rede de Educação Ambiental .....	126
1.5.	A Educação Ambiental no ensino básico .....	132
1.6.	O Percurso da Direção Nacional do Ambiente.....	137
1.7.	Estrutura e funcionamento da Agência Nacional de Água e Saneamento .....	149
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO .....		167
CAPITULO IV – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....		169
1.	Processo metodológico.....	171
1.1.	Delimitação do objeto de estudo .....	171
1.2.	Problema e as questões de investigação.....	173
1.3.	Objetivos de investigação .....	174
1.4.	Validade da investigação .....	175
1.5.	Triangulação .....	179
1.6.	Questões éticas de investigação .....	181
1.7.	Metodologia da investigação .....	184
	1.7.1. O método quantitativo.....	185
	1.7.2. O método qualitativo .....	190
	1.7.3. Estudo de caso .....	199
1.8.	Instrumentos de acesso aos dados.....	202
	1.8.1. Os grupos focais.....	202
	1.8.2. A entrevista.....	217
	1.8.3. O questionário.....	226
	1.8.4. A análise documental.....	248
1.9.	As técnicas de análise dos dados .....	253
	1.9.1. A análise do conteúdo .....	254
1.10.	O uso das ferramentas informáticas .....	257
PARTE III – RESULTADOS E DISCUSSÃO .....		269

CAPITULO V – ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....	271
1. Análise e tratamento dos dados.....	272
1.1. Análise de grupos focais.....	272
1.2. Análise de dados das entrevistas.....	296
1.3. Análise dos dados do questionário.....	304
1.3.1. Caracterização do inquirido.....	304
1.3.2. Perfil ambiental do inquirido.....	309
1.3.2.1. Dimensão sensibilidade.....	309
1.3.2.2. Dimensão cognitiva.....	313
1.3.2.3. Dimensão Atitudinal.....	314
1.3.2.4. Dimensão Comportamental.....	315
1.3.3. Perfil ambiental da comunidade educativa alvo.....	316
1.3.4. Dimensão opinião sobre o programa de educação ambiental.....	319
1.4. A análise dos dados documentais.....	322
1.4.1. Análise do Plano Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos.....	329
1.4.2. Análise do Plano Nacional do Saneamento Básico.....	336
1.4.3. Análise do Plano de gestão Integrada dos recursos Hídricos.....	339
1.4.4. Análise das categorias integradas aos planos.....	340
1.5. Síntese das análises dos dados.....	346
CAPÍTULO VI - APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS.....	355
1. O programa de formação.....	357
2. O módulo de formação.....	369
3. Considerações finais conclusões.....	372
4. Consideraciones finales: conclusiones.....	386
Referências Bibliográficas.....	403
<b>Anexos</b> .....	<b>423</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa representativo das ilhas de Cabo Verde.....	73
Figura 2 - Organograma do Sistema Educativo Cabo-verdiano .....	97
Figura 3 - Parceiros nacionais da Rede Educação Ambiental.....	131
Figura 4 - Esquema Representativo da Orgânica da Direção Nacional do Ambiente.....	138
Figura 5 – Principais atribuições da Direção Nacional do Ambiente.....	145
Figura 6 - Principais parceiros nacionais da Direção Nacional do Ambiente. ....	147
Figura 7 - Eixos estratégicos da ANAS.....	154
<b>Figura 8 - Organograma do ANAS .....</b>	<b>158</b>
Figura 9 - Parceiros Nacionais de Agência Nacional de Água e Saneamento.....	166
Figura 10 - Esquema representativo da técnica de triangulação de técnicas .....	181
Figura 11 - Esquema representativo dos procedimentos para a aplicação dos grupos focais .....	216
Figura 12 - Estrutura do guião dos grupos focais .....	217
Figura 13- Estrutura do guião da Entrevista.....	222
Figura 14 - Estrutura do questionário.....	233
Figura 15 - Variabilidade do número de professores por domínio de estudo .....	241
Figura 16 - Fases de aplicação da ferramenta AQUAD .....	264
Figura 17 - Fases de aplicação da ferramenta SPSS .....	266
Figura 18 - Síntese dos resultados da categoria pertinência de formação .....	279
Figura 19 - Síntese dos resultados da categoria prespetiva de formação .....	286
Figura 20 - Síntese dos resultados da categoria áreas de intervenção.....	286
Figura 21 - Síntese dos resultados da categoria condições necessárias.....	290
Figura 22 - Síntese dos resultados da categoria Sistema de avaliação .....	293
Figura 23 - Síntese dos resultados da categoria estratégia de articulação .....	294
Figura 24 -Síntese dos resultados da categoria sugestões de melhoria .....	295
Figura 25 - Distribuição dos inquiridos por sexo .....	305
Figura 26 - Distribuição dos inquiridos por experiência profissional .....	307

Figura 27 - Distribuição dos inquiridos por fases de ensino .....	309
Figura 28 - Participação em ações de formação em Educação Ambiental.....	309
Figura 29 - Forma de realização da ação de formação. Fonte: dados da pesquisa.....	310
Figura 30 - Elementos favoráveis à Educação Ambiental no ambiente escolar .....	317
Figura 31 - Principais objetivos da Educação Ambiental na escola .....	321
Figura 32 - Principais atividades de Educação Ambiental que deverão ser desenvolvidas na escola. .....	321
Figura 33 - Organograma de Formação .....	364





## ÍNDICE DE QUADROS

Cuadro 1 - Mapa de resumen de la literatura .....	xxxvi
Quadro 2- Esquema representativo do plano de investigação .....	9
Quadro 3 - Esquema representativo do plano de investigação (continuação) .....	10
Quadro 4 -Topografia das ilhas do arquipélago de Cabo Verde .....	66
Quadro 5 - Princípios de uma Política Pública de Saneamento Básico .....	76
Quadro 6- Principais acções que integram o Plano Nacional de Saneamento Básico .....	87
Quadro 7- Relação dos principais indicadores de educação 2013/2014 .....	99
Quadro 8- Alunos do ensino do básico por ano de estudo, fase e concelho .....	100
Quadro 9- professores por qualificação e concelho .....	101
Quadro 10 - Pacote legislativo cabo-verdiano em matéria de ambiente e conservação da Natureza. .....	119
Quadro 11 - Acordos, Convenções e Ratificações assinados por Cabo Verde .....	120
Quadro 12 - Síntese das atividades desenvolvidas pela REA no ano 2012 .....	130
Quadro 13 - Síntese das atividades desenvolvidas pela REA no 2013.....	130
Quadro 14 - Síntese das atividades desenvolvidas pela REA no ano 2014 .....	131
Quadro 15 - Principais atribuições da DNA.....	140
Quadro 16 - Principais funções Serviço de Prevenção e Avaliação de Impactos Ambientais .....	141
Quadro 17 - Principais funções Serviço de Inovação e Qualidade Ambiental.....	142
Quadro 18 - Principais funções do Serviço de Gestão dos Recursos Naturais .....	143
Quadro 19 - Atividades Desenvolvidas pela Direção Nacional do Ambiente no ano 2012 .....	148
Quadro 20 - Atividades Desenvolvidas pela Direção Nacional do Ambiente (2013).....	149
Quadro 21 - Atividades Desenvolvidas pela Direção Nacional do Ambiente (2014).....	149
Quadro 22 - Principais Competências da ANAS por domínios .....	156
Quadro 23 - Principais atribuições dos Órgãos da ANAS.....	161
Quadro 24- Principais atribuições dos Órgãos da ANAS (continuação).....	162
Quadro 25- Principais atribuições dos Órgãos da ANAS (continuação).....	163
Quadro 26 - Principais atribuições dos Órgãos da ANAS (continuação) .....	164

Quadro 27 - Principais atribuições dos Órgãos da ANAS (continuação) .....	165
Quadro 28 - Caracterização dos representantes dos professores de Escola de Capelinha .....	209
Quadro 29 - Caracterização dos representantes dos professores de Escola SOS .....	209
Quadro 30 - Caracterização dos representantes do MED .....	210
Quadro 31 - Caracterização dos representantes de professores Ensino Secundário.....	211
Quadro 32 - Caracterização dos representantes da educação pré-escolar. ....	212
Quadro 33 - Caracterização dos representantes das ONGs.....	213
Quadro 34 - Caracterização dos representantes de Enarregados de Educação.....	214
Quadro 35 - Esquema representativo do perfil do entrevistado 1 .....	224
Quadro 36 - Esquema representativo do perfil do entrevistado 2 .....	225
Quadro 37- Esquema representativo do perfil do entrevistado 3 .....	225
Quadro 38 - Lista de documentos analisados .....	252
Quadro 39 - Definição de categorias e subcategorias dos grupos focais.....	275
Quadro 40- Definição de categorias e subcategorias dos grupos focais (continuação).....	276
Quadro 41 - Sintese dos resultados pontos fortes .....	299
Quadro 42 - Sintese dos resultados pontos fracos .....	299
Quadro 43 - Sintese dos resultados sobre a prespetiva de formação .....	300
Quadro 44 - Sintese dos resultados estratégias de articulação.....	301
Quadro 45 – Sintese dos resultados da categoria temas pertinentes .....	303
Quadro 46 - Sintese dos resultados da categoria sistema de avaliação .....	303
Quadro 47 - Sintese resultados sugestões de melhoria .....	304
Quadro 48 - Categorias e subcategorias de análise dos dados documentais.....	324
Quadro 49 - Categorias e subcategorias de análise dos dados documentais (continuação) .....	325
Quadro 50 - Categorias e subcategorias de análise dos dados documentais (continuação) .....	326
Quadro 51 - Categorias e subcategorias de análise dos dados documentais (continuação) .....	327
Quadro 52 - Categorias e subcategorias de análise dos dados documentais (continuação) .....	328

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Número de escolas e quantidade de professores segundo sexo, por domínio de estudo	238
Tabela 2 - Estimativa da amostra teórica e ajustada em termos de escolas e número de professores .....	240
Tabela 3 - Número de escolas existentes por grupo de professores.....	242
Tabela 4 - Alocação de escolas na amostra segundo o número de professores.....	243
Tabela 5 - Lista de escolas selecionadas e o número de professores por domínio de estudo.....	246
Tabela 6 - Lista de escolas selecionadas e o número de professores por domínio de estudo (continuação).....	247
Tabela 7- Lista de escolas selecionadas e o número de professores por domínio de estudo (continuação).....	248
Tabela 8 - Características dos textos produzidos .....	273
Tabela 9- Características de grupos focais quanto ao nº de intervenções .....	273
Tabela 10 - Características dos textos produzidos quando ao nº de palavras, nº de extratos codificados, nº de linhas e nº de parágrafos .....	297
Tabela 11 - Distribuição dos professores inquiridos por idade. ....	306
Tabela 12 - Distribuição dos professores inquiridos por habilitação académica.....	308
Tabela 13 - Resultados da ação de formação em Educação Ambiental .....	311
Tabela 14 - Temas prioritárias a ter em conta nos projetos/atividades de Educação Ambiental. ....	312
Tabela 15 - Reflexão sobre os projetos/atividades de educação ambiental.....	313
Tabela 16 - Conhecimentos nos domínios da Educação Ambiental .....	314
Tabela 17 - Atitudes positivas perante situações de proteção ambiental. ....	315
Tabela 18- Adoção de comportamentos favoráveis. ....	316
Tabela 19 - Forma de abordagem da Educação Ambiental nos currículos. ....	318
Tabela 20 – Relevância da preparação dos professores em Educação Ambiental. ....	319
Tabela 21 - Razões de adesão ao Programa de Educação Ambiental.....	320
Tabela 22 – Principais dificuldades de implementação de Educação Ambiental na escola. ....	322
Tabela 23- Resultados síntese das diferentes técnicas de recolha de dados.....	352
Tabela 24 - Resultados síntese das diferentes técnicas de recolha de dados (continuação).....	353



## LISTA DE ACRÔNIMOS

<b>ACACE</b>	Associação cabo-verdiana de Educação Ambiental
<b>ADAD</b>	Associação para a Defesa do Ambiente
<b>ADECO</b>	Associação para a Defesa do Consumido de Cabo Verde
<b>Agenda21</b>	Instrumento de Planeamento para a Construção de Sociedades Sustentáveis
<b>AIA</b>	Avaliação do Impacte Ambiental
<b>ANAS</b>	Agência Nacional de Água e Saneamento
<b>APC</b>	Abordagem por Competência
<b>AQUAD</b>	Programa Informático de Análise de dados Qualitativo
<b>ASHII</b>	Formato American Atandard Code for información
<b>CILSS</b>	Comité Inter- Estado de Luta contra a Seca no Sahel
<b>CITES</b>	Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção
<b>CNUAD</b>	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento
<b>DEA</b>	Diploma de Estudos Avançados
<b>DGA</b>	Direção Geral do Ambiente
<b>DGAF</b>	Departamento de Gestão Administrativa e Financeira
<b>DGA-MAAP</b>	Direção Geral do Ambiente e Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas
<b>DGBS</b>	Direção Geral do Ensino e Secundário
<b>DGI</b>	Departamento de Gestão de Investimentos
<b>DGRHS</b>	Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento
<b>DNA</b>	Direção Nacional do Ambiente
<b>DNA</b>	Direção Nacional do Ambiente
<b>DORV</b>	Documento Orientador do processo da Revisão Curricular
<b>DPE</b>	Departamento de Planeamento Estratégico
<b>DS</b>	Desenvolvimento Sustentável

<b>DRHDO</b>	Departamento de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional
<b>EA</b>	Educação Ambiental
<b>EB</b>	Ensino Básico
<b>EBI</b>	Ensino Básico Integrado
<b>EIA</b>	Estudo do Impacte Ambiental
<b>EMP/EVF</b>	Educação em matéria do Planeamento e Educação para a vida Familiar
<b>EMP/EVF</b>	Educação em matéria do Planeamento e Educação para a vida Familiar
<b>ENDS</b>	Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável
<b>ES</b>	Ensino Secundário
<b>ESEL</b>	Escola Superior de Educação Leiria, em Portugal
<b>FIBA</b>	Fundação Internacional Ban Argan
<b>FICASE</b>	Fundação Cabo-verdiana de Ação Social e Escolar
<b>GAISG</b>	Gabinete de Ambiente e de Integração Social e de Género
<b>GAO</b>	Grupo de Apoio Orçamental
<b>GCI</b>	Gabinete de Comunicação e Imagem
<b>GEP</b>	Gabinete de Estudos e Planeamento
<b>GIRH</b>	Gestão Integrada dos Recursos Hídricos
<b>GJR</b>	Gabinete Jurídico e de Regulação
<b>GS</b>	Gabinete de Sistemas de Informação
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
<b>ICASE</b>	Instituto Caboverdiano de Ação Social e Escolar
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDSR</b>	Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva
<b>IEFP</b>	Instituto de Emprego e Formação Profissional
<b>INGRH</b>	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
<b>IP</b>	Instituto Pedagógico

<b>ISE</b>	Instituto Superior de Educação
<b>ISECMAR</b>	Instituto de Engenharias e Ciência do MAR
<b>IUE</b>	Instituto Universitário de Educação
<b>LBSE</b>	Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano
<b>LDB</b>	Lei de Directrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEVRH</b>	Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos
<b>MORABI</b>	Associação Caboverdiana de Auto-Promoção das Mulheres
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organizações das Nações Unidas
<b>OPAS</b>	Organização Pan-Americana da Saúde
<b>PAIS</b>	Planos Ambientais Intersectoriais
<b>PAISEducação</b>	Plano Ambiental Intersectorial-Ambiente e Educação, Formação e Informação e Sensibilização
<b>PAM</b>	Plano Ambiental Municipal
<b>PANA</b>	Plano de Ação Nacional para o Ambiente
<b>PANA II</b>	Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente
<b>PANA</b>	Plano de Ação Nacional para o Ambiente
<b>PCN</b>	Parâmetro Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental
<b>PCNs</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PEA</b>	Plano Educação Ambiental
<b>PF</b>	Ponto Focal
<b>PFIE</b>	Programa Regional de Formação e Informação para o Ambiente,
<b>PFIE</b>	Projeto de Formação e Informação para a Educação Ambiental
<b>PI/APC</b>	Pedagogia da integração, numa abordagem por competências de base
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIEA</b>	Plano Internacional de Educação Ambiental

<b>PAIS</b>	Planos Ambientais Intersetoriais
<b>PNBS</b>	Plano Nacional de Saneamento Básico
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação do Brasil
<b>PNEA</b>	Plano Nacional de Educação Ambiental
<b>PNET</b>	Plano Nacional de Educação para Todos
<b>PNSA</b>	Política Nacional de Saneamento Ambiental
<b>PNSE</b>	Programa Nacional de Saúde Escolar
<b>PNSE</b>	Programa Nacional de Saúde Escolar
<b>PNUMA</b>	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
<b>PPP</b>	Parcerias Público Privadas
<b>PPS</b>	Política Pública de Saneamento
<b>PRCM</b>	Projeto Regional de Conservação Marinha e Costeira
<b>PSE</b>	Programa Saheliano de Educação
<b>QUIBB</b>	Questionário Unificado de Indicadores de Bem Estar
<b>REA</b>	Rede de Educação Ambiental
<b>Rio 92</b>	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
<b>SE</b>	Secretariado
<b>SEPA</b>	Secretariado Executivo para o Ambiente
<b>SGRN</b>	Serviço de Gestão dos Recursos Naturais
<b>SIG</b>	Sistema de Informação Geográfica
<b>SIPE</b>	Serviço de Inovação Pedagógica e Educativa
<b>SIPE</b>	Serviço de Inovação Pedagógica e Educativa
<b>SIQA</b>	Serviço de Inovação e Qualidade Ambiental
<b>SIQA</b>	Serviço de Inovação e Qualidade Ambiental
<b>SMSA</b>	Sistema Municipal de Saneamento Ambiental



- SNSA** Sistema Nacional de Saneamento Ambiental
- SPAIA** Serviço de Prevenção e Avaliação de Impactes Ambientais
- SPSS** Programa Estatístico Statistical Package for the Social Sciences
- SSA** Sistema de Saneamento Ambiental
- TEASS** Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global
- TIC** Tecnologia de Informação e Comunicação
- UICN** União Internacional para a Conservação da Natureza
- UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- Uni-CV** Universidade de Cabo Verde
- VIH** Virus de la Imunodeficiência Humana



## RESUMO

O presente estudo tem como principal objetivo analisar as potencialidades e fragilidades dos programas, projetos e políticas de Educação Ambiental em Cabo Verde em duas instituições diferentes nomeadamente: Direção Nacional do Ambiente (DNA) e Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) visando a produção de instrumentos didático-pedagógicos traduzidos num Programa de Formação em matéria de Educação Ambiental dirigido aos professores do Ensino Básico de Cabo Verde e num Módulo que complete o referido Programa. Em termos metodológicos, este estudo foi ancorado no paradigma qualitativo complementado com o paradigma quantitativo, socorrendo-se, a nível das técnicas de recolha de dados, do questionário, de entrevistas semi-estruturada, da análise documental e dos grupos focais, consideradas as mais adequadas aos objetivos propostos. A análise de conteúdo e as técnicas estatísticas foram as principais técnicas utilizadas no processo de análise dos dados. Assegurou-se a ética na condução de todo o processo de pesquisa por meio da utilização por vários princípios éticos considerados imprescindíveis em qualquer pesquisa. Para responder às questões de investigação que se resumem na análise e identificação das necessidades da componente ambiental presentes nas instituições alvo de estudo, foi realizado um estudo de caso que teve, entre os principais objetivos específicos: (i) caracterizar a situação atual das políticas ambientais em Cabo Verde em 3 setores a saber: recursos hídricos, resíduos sólidos e biodiversidade nos períodos de legislatura 2001 a 2011; (ii) analisar os fatores facilitadores e os constrangimentos encontrados nestes setores de análise; (iii) detetar os impactos que os programas de Educação Ambiental sobre a área de resíduos urbanos, recursos naturais e recursos hídricos desempenham sobre a sociedade cabo-verdiana a nível de aquisição de conhecimentos, competências, das atitudes e dos comportamentos; (ix) contribuir para a discussão de metodologias de avaliação de programas relacionados com a temática da Educação Ambiental em Cabo Verde; (iv) propor um programa e um módulo de formação para os professores do Ensino Básico de Cabo Verde para intensificar e melhorar as práticas ambientais em Cabo Verde, e consequentemente, contribuir para formar cidadãos ambientalmente mais conscientes, responsáveis e participativos. O uso das ferramentas informáticas nomeadamente o programa AQUAD versão 5 e o programa SPSS, versão 17, foram fundamentais na simplificação do processo de compilação e organização dos dados visando a extração dos resultados estudo permitiu identificar as conceções dos professores sobre a temática de educação ambiental e identificar as insuficiências na área de estudo. Desta investigação resultou a elaboração de instrumentos pedagógicos que poderão apoiar a formação de professores nomeadamente o Programa e o Módulo, dando a contribuição para a melhoria de futuras ações com vista à sustentabilidade ambiental a nível nacional e internacional. Apuramos durante o nosso estudo que a educação ambiental permanece ainda um campo de discussão teórica aberto, requerendo discussão a nível de diferentes abordagens. Porém, existe um relativo consenso no que concerne à observação de uma uniformização crescente das políticas e práticas da educação ambiental ao nível mundial. Dos dados empíricos analisados podemos apurar que as necessidades de formação dos professores centram-se essencialmente nos conteúdos científicos e pedagógicos da educação ambiental tendo em conta a implicação da própria função.

Os resultados mostram que, se queremos uma educação virada para a sustentabilidade, o que se encontra recomendado em documentos oficiais, quer nacionais quer internacionais, os manuais do ensino deverão ser melhorados de forma a serem introduzidos mais e melhor informação acerca da sustentabilidade, e promover a cidadania ambiental.

### **Palavras-chaves**

Educação Ambiental, programas ambientais, políticas ambientais, abordagem da educação ambiental, programa de formação de professores, sustentabilidade ambiental, práticas ambientais.

## ABSTRACT

The research paper aims to analyze the strength and weakness of the programs, projects and policies for the environmental education in Cape Verde in two different institutions: the National Environment Agency (DNA) and the National Agency for water and sanitation (ANAs), designed to create and gather didactic-pedagogical instruments, translated into a training program in the Environmental Education's field, addressed to teachers of the elementary school in Cape Verde, in a module that completes the program. In methodological terms, the study was anchored in the qualitative paradigm and complemented with the quantitative paradigm, assisted by, the level of data collection's techniques, questionnaire, the semi-structured interviews, the documentary analysis and focus groups considered the most appropriate to the proposed goals. Content analysis and statistical techniques were the main techniques used in the data analysis process. The ethics was ensured, during the entire research process, through the implementation of ethical principles considered essential in any research. To answer the summarized questions of analysis and to identify the requirements of the environmental components present in the examined institutions, a research study was conducted among the following specific main goals: (i) characterize the current situation of the environmental policies in Cape Verde in 3 sectors: water resources, solid waste and biodiversity, between 2001 and 2011; (ii) analyze the facilitating factors and the constraints found in these sectors of analyses; (iii) detect the impacts that the environmental education programs on municipal waste, natural resources and water resources areas have on the Cape Verdean society, at the level of knowledge acquisition, competence, attitude and behavior; (ix) contribute to the discussion of program evaluation methodologies related to the environmental education in Cape Verde; (iv) propose a program and a training module for teachers of the elementary schools in Cape Verde to intensify and improve environmental practices in Cape Verde, and consequently, contribute to form more environmentally conscious citizens, responsible and contributors. The use of informatic tools, such as, program AQUAD, version 5 and program SPSS, version 17, were fundamental in the simplification of the process of compilation and data organization in order to extract the results of the study that identified the concessions of the teachers on the subject of environmental education and identify the shortcomings in the study area. The research resulted in the development of pedagogical instruments that may support the training of teachers, in particular the Programme and the Module, contributing to the improvement of future actions, targeting an environmental sustainability at national and international level. The study concluded that the environmental education remains a field of open theoretical discussion, requiring discussion at different approaches. However, there is a relative consensus regarding the observation of increasing standardization of the policies and environmental education practices worldwide. From the empirical data analyzed, we can ascertain that, the training demand of teachers focus primarily on scientific and pedagogical content of the environmental education, taking into account the implication of its own function. The results show that, if we want an education aiming sustainability, recommended in official documents, national or

international, the teaching manuals should be improved in order to introduce more and better information about sustainability, and promote environmental citizenship.

#### Keywords

Environmental education, environmental programs, environmental policies, environmental education approaches, teacher training program, environmental sustainability, environmental practices.

## RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo principal analizar las fortalezas y debilidades de los programas, proyectos y políticas para la educación medioambiental en Cabo Verde en dos instituciones diferentes, en particular: la Dirección Nacional de medio ambiente (DNA) y la Agencia Nacional de Agua y Saneamiento (ANAS), para la producción de instrumentos didáctico-pedagógicos trasladados en un programa de formación en educación medioambiental para profesores de educación básica de Cabo Verde y en un módulo que completa el citado programa. En términos metodológicos, este estudio está anclado en el paradigma cualitativo complementado por el paradigma cuantitativo, recurriendo, a nivel de las técnicas de recogida de datos, a cuestionario, entrevistas semi-estructuradas, análisis documental y de grupos focales, consideradas las más adecuadas para los objetivos propuestos. El análisis de contenido y las técnicas estadísticas han sido las principales técnicas empleadas en el proceso de análisis de los datos. Se cercioró de la ética en la conducción de todo el proceso de la investigación mediante el uso de varios principios éticos considerados esenciales en cualquier búsqueda. Para responder a las preguntas de investigación que se resumen en el análisis e identificación de las necesidades del componente ambiental presentes en las instituciones objeto del estudio, se realizó un estudio de caso que tenía, entre los principales objetivos específicos: (i) caracterizar la situación actual de las políticas ambientales en Cabo Verde en 3 sectores: recursos hídricos, residuos sólidos y biodiversidad durante la legislatura de 2001 a 2011; (ii) analizar los factores facilitadores y las limitaciones encontradas en estos sectores de análisis; (iii) evaluar los impactos que los programas de educación ambiental en el sector de residuos urbanos, recursos naturales y recursos hídricos desempeñan sobre la sociedad caboverdiana a nivel de adquisición de conocimientos, habilidades, actitudes y comportamientos; (iv) contribuir a la discusión de metodologías de evaluación de programas relacionados con el tema de la educación medioambiental en Cabo Verde; (v) proponer un programa y un módulo de formación para profesores de educación básica de Cabo Verde con el objeto de intensificar y mejorar las prácticas ambientales en Cabo Verde y, por lo tanto, contribuir a formar ciudadanos más conscientes, responsables y participativos ambientalmente. El uso de herramientas informáticas, como el programa AQUAD versión 5 y el programa SPSS versión 17, ha sido fundamental para simplificar el proceso de recopilación y organización de los datos con el fin de extraer los resultados y su estudio permitió identificar las concepciones de los profesores sobre el tema de la educación medioambiental e identificar las deficiencias en el área de estudio. Esta investigación dio lugar al desarrollo de instrumentos pedagógicos que pueden apoyar la formación de docentes en particular el programa y el módulo, contribuyendo a la mejora de futuras acciones con vistas a la sostenibilidad ambiental a nivel nacional e internacional. Hemos comprobado, durante nuestro estudio, que la educación ambiental sigue siendo un campo de discusión teórica abierto, que requiere discusiones a nivel de los diferentes enfoques. Sin embargo, existe un relativo consenso con respecto a la observación de la creciente uniformización de las políticas y prácticas de la educación ambiental a nivel mundial. De los datos empíricos analizados podemos determinar que las necesidades de formación de profesores se centran principalmente en los contenidos científicos y pedagógicos de la educación medioambiental, teniendo en cuenta la implicación de su propia función.

Los resultados muestran que, si queremos una educación proyectada hacia la sostenibilidad, lo que se recomienda en los documentos oficiales, ya sean nacionales u internacionales, los manuales de enseñanza deben ser mejorados introduciendo más y mejor información acerca de la sostenibilidad y promover la ciudadanía medioambiental.

### **Palabras-claves**

Educación medioambiental, programas medioambientales, políticos ambientales, enfoque de la educación medioambiental, programa de formación de profesores, sustentabilidad medioambiental, prácticas medioambientales.



## RESUMEN AMPLIO EN ESPAÑOL

El trabajo de investigación *Educación Ambiental en Cabo Verde: Análisis de los Programas y sus Prácticas*, presentado a la Universidad de Extremadura se inserta en el área de Ciencias de la Educación y está dirigido para la especialidad en Educación Ambiental.

Este trabajo resulta de una investigación esencialmente cualitativa complementada con el acercamiento cuantitativo, cuya finalidad es estudiar los Programas de Educación Ambiental en Cabo Verde y dos instituciones Ambientales, específicamente la Dirección Nacional del Ambiente (DNA) y Agencia Nacional de Agua y Saneamiento (ANAS), teniendo como premisa comprender cómo han sido sus prácticas y con el objetivo de presentar una propuesta de instrumentos pedagógicos (más concretamente un Programa y Módulo) que deberán ser acogidos por el Ministerio de Educación en el sector Ambiental, y junto a los profesores de la enseñanza secundaria procurando cubrir las insuficiencias identificadas.

La investigación se desarrolló fundamentalmente en 6 capítulos: (i) Encuadramiento teórico; (ii) Área de estudio; (iii) Marcos institucionales, (iv) Encuadramiento metodológico; (v) Análisis de los datos y resultados y (vi)

El estudio permitió la construcción de dos instrumentos didáctico-pedagógicos, concretamente el programa y el módulo de formación de profesores en materia de educación ambiental que, de acuerdo con la metodología presentada, creemos podrán contribuir a la mejora del trabajo desarrollado en esta área de estudio, así como al cambio de actitudes y comportamientos relativos al ambiente del país y otras comunidades.

De acuerdo con los objetivos específicos del estudio, éste busca aprovechar las recientes orientaciones emanadas de las investigaciones, programas y prácticas en el dominio de la Educación Ambiental y, al mismo tiempo, avanzar con un nuevo criterio aportando una contribución para el sector de educación a nivel nacional, a la luz de las orientaciones teóricas y curriculares en el panorama internacional.

Esta investigación apunta para el desarrollo de una visión más amplia, correcta y positiva de los recursos y herramientas disponibles para fomentar la

práctica en defensa y valorización de la Educación Ambiental, así como para el impacto de su uso a nivel de las instituciones con responsabilidad civil y pedagógica, buscando una lectura y tratamiento más sólidos y significativos de los conceptos en cuestión.

Creemos estar colaborando con la ampliación de conocimientos científicos sobre concepciones y prácticas de profesores, relativas a un enfoque de contenidos de EA en el espacio escolar **y** no escolar.

## **1. Delimitación del objeto y objetivos del estudio**

La definición del objeto de estudio es un paso fundamental en el trabajo de investigación. Para Carmo y Ferreira (1998) la primera cuestión a definir en una investigación es “lo que se quiere investigar”. Según estos autores, la experiencia apunta algunos criterios para la definición del objeto de estudio, además de su pertinencia científica específicamente: la efectividad y familiaridad con el tema y los recursos necesarios. Aseguramos, que en el momento de la definición de aquello que se pretendía estudiar, los tres elementos referidos proporcionan elementos determinantes para la delimitación del problema de investigación y del objeto de estudio.

La presente investigación comprende el análisis crítico de las diferentes estrategias de enfoques de proyectos, planes y políticas de Educación Ambiental aplicados en Cabo Verde en dos diferentes instituciones, concretamente: la Dirección Nacional del Ambiente (DNA) y la Agencia Nacional de Agua y Saneamiento (ANAS). El análisis fue realizado en un período de diez años, 2001 a 2011, cubriendo dos legislaturas.

En el estudio se realizaron diferentes visitas a las dos instituciones nacionales mencionadas anteriormente y que fueron consideradas **s** fuentes de informaciones pertinentes para nuestro análisis. En las referidas visitas se realizaron **de** reuniones preliminares destinadas a intercambiar informaciones y experiencias entre los responsables con el ambiente y la investigadora, para comprender la

situación ambiental de ámbito nacional, así como para conocer y apropiarse de la trayectoria de la Educación Ambiental en Cabo Verde.

Las informaciones obtenidas constituyeron objeto de análisis en el intento de comprender hasta qué punto los instrumentos de análisis promueven la adquisición de conocimientos, actitudes y comportamientos pro-ambientales, proyectando una reflexión sobre el trabajo desarrollado en esta área y su consecuente corrección/mejoría de futuras acciones.

El objetivo general de este trabajo se inserta en la evaluación de las prácticas de educación ambiental con la finalidad de elaborar y presentar una propuesta de incorporación de un Programa y módulo en esta área, en los Currículos de la Enseñanza Básica Integrada de Cabo Verde con el objetivo de mejorar las prácticas ambientales y contribuir para el desarrollo de la-Sostenibilidad.

Con el origen de este objetivo general, están subyacentes los siguientes objetivos específicos:

- Caracterizar la situación actual de las políticas ambientales en Cabo Verde en 3 sectores (recursos hídricos, residuos sólidos y biodiversidad) en los períodos de legislatura 2001 a 2011;
- Analizar los factores facilitadores y las restricciones encontradas en estos sectores de análisis;
- Recoger las opiniones y perspectivas de una muestra intencional de la sociedad , sobre las formas de enfoques de la Educación Ambiental en Cabo Verde;
- Analizar las competencias básicas desarrolladas por una muestra representativa de la sociedad civil en la promoción de la sustentabilidad ambiental

## 2. Referencia Teórica

La presente investigación fue desarrollada con base en una variedad de soportes de los cuales se resumen, los más relevantes en el cuadro 1:

**Cuadro 1 - Mapa de resumen de la literatura**

Principales autores investigados	Principales Instrumentos de gestión Ambiental analizados
Almeida & Freire (2000) Bardin, L. (2008) Bender, D. E. & Ewbank, D.(1952) Bogdan, R. Biklen, S.K. (1994) Brüggerl (2004) Caride, J. A. & Meira, P. A. (2004) Carmo, H. F.& Manuela, M. F. (1998) Carvalho (2001) Cascino (1999) Cascino, F. (1999) Castro (2003) Castro, V. O. De (2003) Cellard, A. (2008) Cook, T., & Reichardt, C. (1986) Dias (2004) Flick, (2009) Freire T. (2000) Jacob (2003) Leff (2001) Lima (2009) Medina (2002) Meira, P. (2000) Minayo, M., & Sanches, O (1993) Moares (1994) Padua e Sá (2007) Pelicioni, M. C. F. (1998) Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (2003). Reigota, M. (1994). Ruiz (2003) Sato (2004) Suavé e Orellana (2003) Tamares, R. (1977)	Plan Nacional de Acción Nacional para el Ambiente (2004)  Relatório da Comissão Mundial para el Ambiente y Desarrollo en 1991  Plan de Gestión Integrada de los Recursos Hidricos (2010)  Plan Nacional de Educación Ambiental (2014)  Plan Nacional de Saneamiento Básico (2010)  Constitución de la República de Cabo Verde (1992/1999)  Ley de Bases del Sistema Educativo Cabo-verdiano (2010)  Documento Orientador del Proceso da Revisión Curricular (DORV) (2006)

Los problemas del medio ambiente constituyen en la actualidad una de las preocupaciones centrales de los ciudadanos tanto en los planes locales, nacionales e internacionales. El uso, muchas veces de forma injusta y desenfrenada, de los recursos de la naturaleza están contribuyendo al surgimiento de problemas cada vez más complejos, que si no afrontamos en tiempo útil, podrán amenazar la vida en la tierra y poner en riesgo la propia supervivencia humana.

Siendo así, la búsqueda de soluciones y opciones alternativas a los problemas ambientales debe asentarse en un diagnóstico continuo de la situación existente, abarcando diferentes ángulos de análisis como forma de garantizar niveles cada vez más elevados de sostenibilidad y eficacia en la gestión y exploración de los recursos ambientales y adaptarlas sistemáticamente a nuevas realidades en una perspectiva de permitir el desarrollo sostenible.

Por su naturaleza, el tratamiento y enfoque de los problemas ambientales requiere la participación efectiva de las poblaciones locales, asegurando una gestión consciente y participativa de los recursos naturales ya que se presentan, por un lado, como beneficiarios de los bienes y servicios que el ambiente abastece y, por otro, como agentes inductores del desarrollo ambiental.

La debilidad de los procesos ecológicos mundiales, su destrucción sistemática, el uso inadecuado y excesivo de los recursos ambientales, imponen una actitud más responsable de los hombres procurando una gestión más adecuada teniendo en consideración que son recursos agotables del planeta.

Cabo Verde, un archipiélago de naturaleza singular, está sujeto a todo tipo de fragilidad tanto ecológica, económica, sócio-demográfica y físico-geográfica, no se aleja de esta incongruencia que amenaza a toda a humanidad poniendo en riesgo la propia continuidad de la especie humana.

Desde muy temprano se evidenció esta debilidad ecológica incontrolable del archipiélago, por su localización geográfica y su naturaleza insular. como un dato asumido e inamovible. Si esta realidad es genuina e incuestionable, no es menos verdad que se han evidenciado esfuerzos desde todos los ángulos a lo largo de la segunda mitad del siglo pasado, con la finalidad de ser afrontado el problema.

De las ideas fundamentales de los principales autores citados y que fundamentaron el presente estudio, se destaca la perspectiva de Padua y Sá (2007) según ellos la ciudadanía debe estar asociada a la educación ambiental cuando los mismos afirman que hay una tendencia actual de entender a la Educación Ambiental como un sistema de educación para la ciudadanía, teniendo en cuenta la carencia de la gestión pública en los problemas ambientales.

En la relación de enfoques de educación ambiental, Czapski (1998) refiere que la Carta de Belgrado contempla la necesidad de crear un programa mundial de Educación Ambiental que considere el desarrollo de nuevos conocimientos y habilidades, valores y actitudes, teniendo como objetivo la mejoría de la calidad ambiental y, efectivamente, la elevación de la calidad de vida para las generaciones presentes y futuras.

Según Jacob (2003) la Educación Ambiental debe ser vista como un proceso de permanente aprendizaje que valoriza las diversas formas de conocimiento y forma ciudadanos con consciencia local y planetaria.

De esta forma, la contribución de Reigota (1994) va más allá considerando que la Educación Ambiental debe tener un carácter político, porque prepara a los ciudadanos para exigir justicia social, ciudadanía nacional y planetaria, autogestión y ética en sus relaciones con la sociedad y con la naturaleza.

Dias (2004) describe la Educación Ambiental como un proceso permanente en el cual los individuos y la comunidad toman consciencia de su medio ambiente y adquieren conocimientos, valores, habilidades, experiencias y determinación que los tornen aptos para actuar y resolver problemas ambientales, presentes y futuros.

En el transcurso de nuestro estudio, se hizo el enfoque sobre la educación ambiental no formal, donde se destaca Castro (2003) caracterizando la educación ambiental no-formal como un conjunto de acciones y prácticas educativas dirigidas para la sensibilización de la colectividad sobre las cuestiones ambientales, así como para su organización y participación en la defensa de la calidad del medio ambiente.

Los criterios de la educación no formal debe promover la reflexión de temas o problemas ambientales que los mismos puedan identificar en el día a día, tanto en la escuela como en la vida familiar. Teniendo característica no escolarizado, la educación no formal, no es, una, disyuntiva en relación a la educación formal,

apenas tiene enfoques diferentes. Mientras tanto esta valoriza lo intelectual, la primera aprecia más los afectos y la sociabilidad por lo que es posible y provechoso haber, complementariedad entre estas dos formas de Educación, creándose un puente para una formación integrada de los individuos.

Corresponde resaltar a Medina (2002) que destaca la importancia de la institución escolar y el papel de agentes educativos docentes, en el contexto educacional y en los cambios de comportamiento, a través del efecto multiplicador de las acciones ambientales.

De esta manera, Pujol (2001) considera que los problemas ambientales asumen importancia social, a partir del momento en que el individuo y la propia sociedad toman consciencia de que necesitan de la naturaleza para poder vivir. Así, las ligaciones entre la sociedad y la naturaleza resultan de un reflejo de las organizaciones económicas y políticas establecidas por la sociedad. Por consiguiente los problemas ambientales resultan de las referidas organizaciones..

Leff (2001) propone que sean promovidas las políticas ambientales integradas con personas con una visión integradora.

El desarrollo de la temática ambiental en Cabo Verde pasó por tres grandes fases, siempre de forma integrada en el contexto de la región saheliana

### **Primera fase – Años Setenta**

Esta fase es caracterizada por una etapa de aprendizaje frente a un grave problema ambiental agravada con la crisis de los años setenta. Corresponde a una década señalada por la continua lucha contra la sequía y la desertificación en esa región devastada por una sequía persistente y cíclica de varios años que destruyó culturas, muchas vidas humanas y animales de la región, transformando toda la tierra en polvo con graves consecuencias para impactos ambientales negativos, contrastados con grandes problemas demográficos, la miseria humana de grande parte de la población y una acentuada degradación económica y social. La protección del ambiente se abrigaba en los moldes tradicionales, de forma que los caboverdianos encontraron para vencer el flagelo de la sequía y de la desertificación, alternando la práctica agrícola con el pastoreo en el entorno de un ecosistema muy frágil.

En estas condiciones, los responsables del gobierno caboverdiano buscaron soluciones a través de la colaboración y solidaridad internacional, trabajando incansablemente contra la calamidad de la sequía y de la desertificación. Este período se caracterizó por la creación de medidas y políticas integradas en organizaciones que facultaran combatir a nivel internacional en la búsqueda de soluciones a las catástrofes y tempestades naturales características de la región y del país. En este sentido, Cabo Verde se unió al Comité inter-estados para la Lucha Contra la Sequía en Sahel (CILSS), al mismo tiempo que se afianzaba como un estado independiente, en 1975. Desde aquel momento, fueron puestas en práctica un conjunto de medidas con vistas a una gestión más racional de los limitados recursos existentes, en armonía con las características climáticas del país. El CILSS fue creado en 1974 formando parte de 9 países (Burkina Faso, Cabo Verde, Gambia, Guinea Bissau, Mali, Mauritania, Níger, Senegal y Chad), todos localizados en la órbita del desierto de Sahara. El CILSS es digno de destacar en la mejora de la calidad ambiental referente a las cuestiones ambientales traducidas en el acceso y el aumento de la calidad y cantidad de agua potable distribuida para toda la población, a pesar de la casi inexistente como recurso natural, en la reposición de la cubierta vegetal, en la re-arborización del país, en la conservación del suelo y del agua a través de las construcciones de dispositivos biológicos y mecánicos, entre otras formas de lucha adoptadas a lo largo de los últimos treinta años, para minimizar los efectos perjudiciales de la sequía y de la desertificación.

### **Segunda fase: años noventa**

Es el momento del surgimiento de la EA en la región de Africa Saheliana. Esta fase marca una nueva era para esta región y al mismo tiempo una era de aprendizaje y de experimentación en la forma de relacionarse con el ambiente y las cuestiones ambientales. La introducción de la EA en el sistema educativo de forma casi que institucionalizada marca, por lo tanto, un cambio en la estrategia de lidiar contra las contrariedades ambientales típicas de esa región, pasando para el campo pedagógico con vista a alcanzar un cambio comportamental.



El programa de EA, implementado durante la década de los años noventa, tenía carácter regional y se desarrollaba para un cambio de comportamiento apostada en la ruptura con el pasado y en los procedimientos tradicionales proponiendo como principio, la alteración de los comportamientos, valores y actitudes, con base en el conocimiento y en la sensibilización a través de los sistemas educativos nacionales, transformando a los alumnos en un vehículo de opinión y en el refuerzo de las capacidades de gestión de los recursos naturales en Sahel. el principio básico de este programa era la inclusión de la EA en los planes de estudios en niveles de enseñanza básica, enaltecendo la calificación del personal adecuado a ese nivel de enseñanza y la elaboración del material didáctico. Sugería también el involucramiento de medios de comunicación de masas en esa tarea. Se propuso un conjunto de objetivos que acabaron por aparecer en la definición de un marco referencial de estrategias para el desarrollo de EA estandarizado de forma a ser adoptado fácilmente por cualquier país o estado de esa región.

El inicio efectivo de la Educación Ambiental en Cabo Verde ha tenido lugar en el transcurso de los años noventa, sin embargo, toda la fase de preparación para su desarrollo aconteció a finales de los años ochenta, con la decisión política tomada en la Cumbre de Dakar, cuatro años antes, que condujo a la movilización de los recursos financieros de instituciones internacionales para poner en práctica el Programa Regional, el Programa de Formación e Información para el Ambiente (PFIE) y la creación de condiciones institucionales en los estados miembros para el acogimiento del proyecto. Es importante resaltar que fue un programa diseñado exclusivamente para los países beneficiarios, teniendo en consideración las realidades y especificidades de cada cual, con la finalidad de encontrar respuestas a las demandas ambientales con impactos negativos, enfrentados en las diferentes realidades de los países de los estados miembros, sin, perder su carácter regional.

El Programa PFIE resultó en dos fases: La primera fase, que aconteció desde 1990 a 1994 estuvo marcada un poco por la continuidad de la política saheliana de los años setenta que se concentraba en la lucha contra la sequía y la desertificación en una área geográfica más restringida. Ya, en la segunda fase, que aconteció en un período de cinco años con alargamiento del área geográfica, hubo una evolución más cualitativa en el tratamiento de la cuestión ambiental, preocupada sobre todo en trabajar la vertiente didáctico-pedagógica, pretendiendo el cambio

comportamental, de actitud y de valores, para en consecuencia, llevar a los ciudadanos a actuar por la vía del conocimiento y de la adquisición de actitudes y comportamientos ambientales. Esta fase fue considerada de consolidación de las acciones implementadas durante la fase piloto y de internalización de las acciones, de forma descentralizada y generalizada en todo el sistema educativo de la enseñanza básica obligatoria.

Se establecieron relaciones de cooperación entre los profesores y otras instituciones locales de desarrollo. La gran innovación de esta fase fue, sin duda, la introducción de la pedagogía activa en la forma de hacer enfoques de la cuestión ambiental, dando abiertamente un estatuto oficial a la Educación Ambiental. La introducción del programa ambiental en el sistema educativo de Cabo Verde, encontró un campo fértil para su sedimentación porque paralelamente ocurría también una reforma del sistema educativo nacional con el financiamiento del Banco Mundial, que recomendaba una ruptura con el sistema tradicional para una enseñanza más modernizada, innovadora que llevara a los profesores, alumnos y toda la comunidad educativa a movilizarse y formar parte de los problemas reales afrontados en su entorno, como manera de dar respuestas a las necesidades y expectativas de desarrollo deseado para proporcionar el bienestar colectivo a través del compromiso en trabajos de proyectos en una perspectiva de transformación local, conociendo los problemas y siendo ellos los que ayudaran en la búsqueda de soluciones para su resolución. En el proyecto se trabajaron los componentes de formación, sensibilización y elaboración de material didáctico que dio soporte a sus actividades, no descuidando, en momento alguno, el seguimiento y acompañamiento durante las fases de experimentación que permitió, al final, evaluar el impacto de su implementación.

Del análisis de las políticas seguidas durante esa fase nos dimos cuenta que la problemática ambiental ganó una nueva dimensión, a partir de 1995. Así, fueron conseguidas grandes ventajas, esencialmente en lo que concierne al encuadramiento institucional y legal, siendo de destacar la creación del Secretariado Ejecutivo para el Ambiente y la elaboración y aprobación de decretos que configuran el cuadro legislativo, entre las cuales se destacan:

- La Ley de bases de la Política del Ambiente (Ley nº 86/IV/93), que fija las grandes orientaciones y define el cuadro legal que debe regir las relaciones entre el hombre y el medio natural;
- La ley nº 48/IV/98 que regula la actividad forestal y que tienen como objetivo la protección de las florestas y la regulación del espacio sometido al régimen forestal excluyendo las áreas con características agrícolas;
- La ley nº 85/IV/93 sobre el Ordenamiento del Territorio que crea los planes de ordenamiento (esquema nacional, esquemas regionales planes especiales de ordenamiento) permitiendo esencialmente la regulación de las construcciones urbanas y peri-urbanas;
- El Decreto-ley sobre explotación El Decreto-Legislativo nº. 14/97, de 1 de Julio que desarrolla las normas reglamentarias de situaciones previstas en la Ley de Bases de la Política del Ambiente, estableciendo los principios fundamentales destinados a regir y a proteger el ambiente contra todas las formas de degradación, con el fin de valorar los recursos naturales, luchar contra la polución de diversa naturaleza y origen y mejorar las condiciones de vida de las poblaciones respetando el equilibrio del medio;
- El Decreto – Legislativo nº. 14/97, de 1 de Julio (Código del Ambiente) que integra en el capítulo IV de esta ley la política nacional en el área de los residuos urbanos, industriales y otros.

### **Tercera fase – A partir de la década del 2000**

Esta fase marca el período de consolidación del concepto de Educación Ambiental (EA) dentro de una perspectiva de Desarrollo Sostenible. En este contexto, la EA pasa a ser asumida como un proyecto educativo, por tanto, el momento a partir del cual comenzó a pensarse en una educación “para” el ambiente y no solo “a partir” del ambiente. Es la fase que sigue el Programa Regional Ambiental Saheliano (PFIE). Esta fase es marcada por el surgimiento del Primer

Plan de Acción Nacional para el Ambiente (PANAI) elaborado para el horizonte de diez años (1994 a 2004) que tuvo como principal fundamento el despertar de conciencias para las grandes cuestiones ambientales, trayendo para el debate público las preocupaciones y los resultados de las cuestiones debatidas en la Cumbre de Río. Es de destacar que durante la vigencia del PANA I, fueron elaborados varios planes nacionales y lo más importante fue la atención dada a la elaboración de la Agenda 21 local y regional, el Sahel 21. Todavía, en el proceso del PANA I, en 2002, fue creada la Dirección General del Ambiente (DGA), en el Ministerio del Ambiente, Agricultura y Pescas.

Es importante precisar que, en el inicio de la década de 2000 hasta el 2004, momento de la preparación del Plan Ambiental Intersectorial (PAIS), en el ámbito del Segundo Plan de Acción Nacional para el Ambiente (PANA II), que cubre el horizonte de 2004-2014, no hubo un vacío porque el término del programa regional saheliano coincidió con la institucionalización del a EA en el sistema educativo nacional, desafortunadamente solo en la Enseñanza Básica, dejando los restantes niveles de enseñanza al descubierto en lo que se refiere a las cuestiones ambientales.

Los Planes Intersectoriales pasaron a ser elaborados en una visión de Desarrollo Sostenible de Cabo Verde, de forma integrada, evitando la superposición de actividades y la dispersión en la utilización de los limitados recursos financieros y humanos en la implementación de las mismas acciones. Se registran avances evidentes en esta fase en relación a la anterior, si se considera el actual plan, se puede evidenciar que, más de que sensibilización e información a las personas, los actuales planes, que abarcan para todos los niveles de formación y de la sociedad civil, pasando a reflexionar en su esencia, las grandes preocupaciones de la población, la búsqueda de soluciones para los problemas ambientales existentes, atendiendo a las necesidades humanas procurando el biem-estar social de todos, siempre en una perspectiva de sustentabilidad de los recursos naturales y del equilibrio ecológico. Sin embargo, las metas a alcanzar en su implementación es uno de los mayores desafíos que tenemos por delante.

El PANA II fue elaborado ya con el actual modelo de soporte institucional, de la Dirección General del Ambiente a finales de 2001, inspirado en los objetivos

esperados de la Cumbre de Desarrollo Sustentable de Johannesburgo 2002, para ser implementado durante el período que cubre un horizonte temporal de 2004-2014.

Por lo tanto, este importante instrumento de gestión de la política ambiental se encuentra en su fase de ejecución, después de su socialización y validación con todos los miembros de la sociedad cabo-verdiana. Los ejes prioritarios de su actuación son: la gestión sostenible de los recursos naturales, la conservación y la valorización de la naturaleza y del territorio, la protección de la biodiversidad y del paisaje, el desarrollo local, el refuerzo de la información y de la formación ambiental, la adecuación del cuadro legal e institucional y la integración del ambiente en las políticas sectoriales teniendo para el efecto, elaborado nueve sub-planes afectados a los más diversos sectores–claves de desarrollo del país, a saber:

- Ambiente y Recursos Hídricos;
- Ambiente, Saneamiento Básico y Salud;
- Ambiente y Biodiversidad;
- Ambiente y Ordenamiento del Territorio, Infra-estructuras y construcción civil;
- Ambiente y Educación, Formación, Información y Sensibilización;
- Ambiente y Turismo; Ambiente y Agricultura, Silvicultura y Pecuaria;
- Ambiente y Pesca;
- Ambiente e Industria, Energía y Comercio

Estos nueve sub-planes que constituyen importantes instrumentos de planificación de acciones a corto, medio y largo plazos, fueron diagnosticados colectivamente con todas las capas de la sociedad civil recibiendo de ellos inputs importantes que contemplan en su núcleo la mejoría de la calidad de vida de las poblaciones y búsqueda, conjuntamente con ellos de las soluciones para los problemas en la senda del desarrollo sostenible.

De entre los varios sub-planes que integran el PANA II, se encuentra el Plan Ambiental Intersectorial – Ambiente y Educación, Formación e Información y Sensibilización (PAIS-Educación), cuya visión es promover una sociedad dotada de “una población formada, informada y comprometida con el desarrollo sostenible”, pretendiendo en el ámbito del programa, integrar la educación ambiental en todos los niveles de enseñanza y de la formación, tanto en el formal como en el sector

informal y el no formal, esto es, que ocupa a todos los extractos de la población de forma genérica de acuerdo con los principios y compromisos orientadores de la Educación Ambiental adoptados en las conferencias internacionales. Tanto este como todos los otros planes integrados en el PANA II, se encontraban en su fase de inicio para ser ejecutados hasta 2014, por esta razón, su evaluación y sus resultados serán objetos de análisis en un momento posterior, quiere decir, después del término del período de su implementación.

Referente a los instrumentos jurídicos, se publicó un conjunto de decretos en el 2003, específicamente:

- El Decreto-ley n° 31/ 2003, de 1 de Septiembre que establece los requisitos esenciales a considerar en la eliminación de residuos sólidos urbanos, industriales y otros, y la respectiva fiscalización, teniendo en cuenta la protección del medio ambiente y la salud pública. La referida ley domina los planes, proyectos, trabajos y acciones que son sensibles a provocar incidencias significativas en el ambiente a un proceso previo de “Evaluación del Impacto Ambiental” (AIA). En los términos del reglamento de la AIA, los dueños de la obra deben presentar a la Dirección General del Ambiente del Ministerio del Ambiente, Agricultura y Pesca, en el inicio del proceso conducente a la autorización del proyecto, un “Estudio del Impacto Ambiental” (EIA), donde debe constar la producción y el tratamiento de los residuos;
- El Decreto-ley n.º 31/2003 que regula la eliminación de residuos para la protección del medio ambiente y la salud pública;
- Política del Saneamiento que presenta como área prioritaria de intervención, el saneamiento básico e integra preocupaciones referentes a la gestión de residuos sólidos orgánicos y no orgánicos, bien como de procedentes domésticos, hospitalares e industriales;
- Plan Nacional de gestión de los residuos sólidos, elaborado en el 2003 con un período de vigencia de diez años.

Incluso antes de la legislación pertinente, algunas normas de gestión de espacios ambientales y el tratamiento de materias relacionadas con los aspectos

ambientales, fueron siempre respetadas y orientadas en estos ámbitos, sirviendo la legislación posteriormente, apenas para reglamentarlas. Es el caso de la gestión del parque natural do Fogo y de sitios de patrimonio histórico y natural como la “Cidade Velha” que ya funcionaban con este estatuto, incluso anterior a la legislación. Sin embargo, es esencial realzar que instrumentos legales importantes dieron soporte a esas actuaciones particularmente, la propia Constitución de la República de Cabo Verde (1990) que “consagra a todos un derecho saludable y ecológicamente equilibrado y el deber de defenderlo y valorarlo”. Esta invocación de la ley magna cabo-verdiana, viene reglamentada en el artículo 72 cuya parte del texto transcribimos: “Elaborar y ejecutar políticas adecuadas de ordenamiento del territorio, de defensa y preservación del ambiente y de promoción del aprovechamiento racional de todos los recursos naturales, salvaguardando su capacidad de renovación y la estabilidad ecológica”, “Promover la educación ambiental, el respeto por los valores del ambiente, la lucha contra la desertificación y los efectos de la sequía”.

Otro aspecto importante y de aplaudir desde el punto de vista institucional es la ratificación de varias Convenciones y compromisos internacionales asumidos claramente por los sucesivos gobiernos de Cabo Verde dando tranquilidad en la gestión de los bienes y patrimonios ambientales nacionales y universales, con especial atención para las convenciones sobre la desertificación, cambios climáticos, biodiversidad, entre otros y también, la creación en el Parlamento cabo-verdiano de la Red Parlamentar sobre el Ambiente, Desertificación y Lucha Contra la Pobreza, así como la campaña desencadenada a nivel nacional con la movilización de la juventud sobre una “República 100 Plástico”, liderándola el propio Presidente da República.

Una postura muy notable e importante ha sido sin duda, el despertar y la participación de la sociedad civil en la construcción de la ciudadanía, a partir de los años noventa. Esta actitud pro-activa ha traído un avance adicional a la educación ambiental y a la causa ambiental de una manera general, como las ONGs destacando la Asociación de Autopromoción de la Mujer (MORABI), Amigos de la Naturaleza, Garza Roja, Asociación cabo-verdiana de Educación Ambiental (ACACEA), Asociación para la Defensa del Consumidor (ADECO), Asociación para el desarrollo Ambiental (ADAD) entre otras, que aunque no se ocupen directamente

de la educación ambiental, en sus programas y proyectos, todavía, aparecen siempre de forma explícita como una relación indisociable de lucha contra la pobreza, utilización racional de los recursos, con el propósito de búsqueda de sostenibilidad y mejora de la calidad de vida, principalmente para la mayoría de la población que vive en el medio rural.

### **3. Encuadramiento metodológico**

Atendiendo a los objetivos delineados y para que se pudiese dar respuesta a las cuestiones de investigación que la orientaron, en términos metodológicos, se optó por la metodología predominantemente de tipo cualitativo llevada a cabo en un contexto nacional. Teniendo en cuenta las limitaciones que esta metodología está sujeta, sustentamos también en el paradigma cuantitativo como complemento a través de validación y aplicación de una encuesta, contribuyendo así para reforzar y profundizar nuestra investigación.

Así, teniendo en cuenta el objeto de estudio y los tópicos de investigación, la opción por una metodología cualitativa complementada con las técnicas cuantitativas se adapta mejor al estudio, una vez que permite comprender mejor los procesos desarrollados en el ámbito del mismo. En el presente caso fue usada la triangulación como técnica de investigación, que consiste en la combinación de varias técnicas de recogida de datos con la combinación de métodos cuantitativos y cualitativos, siendo que, en este caso, las principales ventajas se encuentran en la complementariedad de ambas perspectivas metodológicas, permitiendo que se compensen las debilidades de cada uno de los métodos.

Se aplicó la triangulación de fuentes y de técnicas de recogida de datos. Refiriéndonos a este asunto se procedió a la triangulación de los datos provenientes de variadas fuentes, particularmente documentación escrita, como legislaciones nacionales e internacionales, programa del gobierno, producciones estadísticas, estatutos orgánicos, tesis, revistas y artículos científicos y fuentes orales resultantes de entrevistas individuales, grupos focales y registros audiovisuales. La triangulación metodológica fue conseguida por la complementariedad de dos enfoques metodológicos, el cuantitativo y el cualitativo. De esta forma, la investigación se recurrió a la combinación de dos instrumentos de corte cualitativo, o sea, al estudio



de caso y al análisis de contenido, soportándose en las entrevistas semiestructuradas, encuestas, grupos focales y análisis documental como técnicas de recogida de datos que les están asociadas.

La triangulación teórica alcanzada consistió en la utilización de perspectivas diferentes en la interpretación de los datos. Esta triangulación está mejor representada en el capítulo de referencial teórico facultando la aplicación de los conceptos teóricos, no siempre concordantes, de los varios autores estudiados, en la percepción de la realidad aprendida a partir de la diversidad de instrumentos.

En el enfoque cualitativo adoptado, se procuró, a través de aplicación de grupos de discusión, explorar las opiniones y expectativas de personas e instituciones interesadas en el nuestro estudio: Profesores, Gestores, Coordinadores Pedagógicos, Red de Educación ambiental, y una muestra representativa de la sociedad civil, sobre las nuevas estrategias de enfoques de educación ambiental que deberían ser integradas de acuerdo y observando sus comportamientos y el grado de participación en las actividades del estudio de cada uno de los intervinientes.

Se procuró así valorar el componente subjetivo de los comportamientos individuales y, de este modo, lograr la comprensión de los significados que los sujetos dan a los acontecimientos del día a día, en el intento de comprender los fenómenos insertados en una realidad socialmente construida que no puede ser dada a conocer sin tenerse en cuenta el contexto social.

De acuerdo con lo que referimos, la metodología cualitativa será complementada con la cuantitativa a través de la aplicación de una encuesta aplicada a una muestra representativa de profesores de la Enseñanza Básica.

De este modo nuestro estudio fue desarrollado en estas siete etapas:

**Primera etapa:** En esta etapa de investigación, realizamos una búsqueda bibliográfica y consultas de materiales publicados en revistas, libros, en redes electrónicas, periódicos, congresos, seminarios así como a nivel de los instrumentos jurídicos y políticos, de proyectos, de programas, etc. Este tipo de búsqueda puede ofrecer base útil para otros tipos de estudios cualitativos y posibilita que la creatividad del investigador dirija la investigación por enfoques diferenciados. De esta

forma, podemos acceder al estudio de personas a las que no tenemos acceso físico y nos sirve para estudios de largos períodos de tiempo.

**Segunda etapa:** Esta fase se centra en la identificación de las áreas e instituciones ambientales consideradas prioritarias para Cabo Verde. Buscamos hacer efectivo los contactos con los órganos de Gestión Ambiental con el objetivo de desarrollar intercambios de informaciones y experiencias entre responsables para el ambiente y la investigadora para comprender la situación ambiental en el marco nacional, conocer y apropiarse de la trayectoria de la Educación Ambiental a nivel nacional. Pretendemos también presentar nuestros propósitos y obtener la autorización para la organización del grupo de discusión y establecimiento de un calendario para la misma. En esta etapa se procedió a la búsqueda en datos secundarios en las instituciones interesadas en la promoción de la Educación Ambiental en estudio, en contexto formal, informal y no formal particularmente: Instituto Nacional de Gestión de Recursos Hídricos, Dirección General del Ambiente, Alcaldías Municipales y Dirección de Servicios de Gestión de Recursos Naturales. Procedimos también al análisis crítico de los programas, proyectos y planos de actividades en las áreas ambientales seleccionadas.

**Tercera etapa:** Este período se dedicó a la investigación cualitativa exploratoria y de profundidad organizando los grupos de discusión abarcando los principales intervinientes de las instituciones ambientales y estudio especialmente, los directores, los presidentes y los técnicos.

**Cuarta etapa:** Esta fase fue destinada a la organización de siete grupos de discusión y tres entrevistas entre los profesores teniendo como base los resultados del primer grupo.

**Quinta etapa:** En esta etapa se procedió a la validación de una encuesta por un grupo de profesores con base en los resultados de los grupos de discusión seguido de su aplicación a un grupo representativo de profesores de la Enseñanza Básica de Cabo Verde.

**Séxta etapa:** En esta última se elaboraron instrumentos pedagógicos principalmente Programa y Módulo de Formación considerando las debilidades registradas a lo largo de la investigación. Los referidos instrumentos pedagógicos deberían ser acogidos por el Ministerio de Educación y Deporte de Cabo Verde y

desarrollarlos para los profesores de Enseñanza Básica de Cabo Verde con el objetivo de adquirir competencia en el área de estudio y contribuir para el desarrollo sostenible.

#### **4. Resultados de la pesquisa**

Este capítulo, dedicado a los resultados, ofrece los resultados obtenidos con el estudio llevado a cabo, relacionándolo con los objetivos inicialmente propuestos para el mismo. Igualmente, merecieron atención las limitaciones encontradas, quedando esta parte de nuestro trayecto concluida con algunas sugerencias para los trabajos futuros.

Concluyendo, se impone realzar algunos de los aspectos que nos parecen relevantes y que, más de que meras conclusiones, se configuran como línea de fuerza que orientaran la vía investigadora abierta en este ámbito y que esperamos que ayuden a (re)estructurar y/o modificar nuestro pensamiento pedagógico, mientras seamos educadores.

Atendiendo a las limitaciones afrontadas, las conclusiones definidas y que pasamos a referir no tienen un carácter generalizable para otras ~~pesquisas~~ investigaciones pues apenas presentan indicadores de las percepciones de la población en estudio.

La apertura oficial de la educación para el desarrollo sostenible (2005-2014) por las Naciones Unidas y la creación de la estrategia nacional de educación para el desarrollo sostenible, constituyen excelentes oportunidades para ayudar a fortalecer el trabajo en pro de una educación ambiental para la sostenibilidad, contribuyendo ~~para~~ a la construcción de una cultura nacional ambientalmente más consciente y, deseablemente, más sostenible (Leal, 2008).

Realizado un análisis durante nuestro estudio, observamos que la educación ambiental permanece todavía en un campo de discusión teórica abierto, requiriendo argumentación a niveles de diferentes enfoques. No obstante, existe un relativo consenso en lo que concierne a la observación de una uniformidad creciente de las políticas y prácticas de la educación ambiental a nivel mundial. Esta uniformidad se refiere, no tanto a los contenidos ambientales integrados en los currículos escolares,

sino también a la relación de las estrategias de intervención a niveles de instrucciones ambientales y consecuentemente a formas de trabajo en conjunto.

El estudio realizado reveló la existencia de diversidad conceptual en términos de educación ambiental en las concepciones de nuestros participantes del estudio. Se verificó esta diversidad tanto en los análisis cuantitativos como cualitativos de datos. En el seno de esta heterogeneidad fue posible, sin embargo, identificar un núcleo conceptual que, no siendo consensuado, es aceptado por la mayor parte de los encuestados y entrevistados. Nos referimos al entendimiento de la Educación Ambiental que, por sí mismo, es un punto de consideraciones diversas.

En relación al primer objetivo de análisis, Caracterización de la situación actual de las políticas ambientales en Cabo Verde, tenemos que asegurar que los diferentes instrumentos de la política en materia ambiental y de Conservación de la Naturaleza, producidos a lo largo de los años, en Cabo Verde, buscan establecer normas que garanticen una gestión responsable y sostenible de nuestro ambiente y permiten comprender el desafío que tenemos, en promover una gestión-integrada de los recursos naturales. Es posible, con algún esfuerzo, adoptar las más recientes recomendaciones de la IUCN en esta materia.

El paquete legislativo está representado por los diversos instrumentos, como la Constitución de la República, las Grandes Opciones del Plan para 2001-2005, el Segundo Plan de Acción Nacional para el Ambiente (PANA II), para el decenio 2004-2014, en documentos de Convenciones Internacionales y legislación relacionada.

La educación ambiental se describe por la integración de las dimensiones socioeconómica, política, cultural e histórica, no permitiendo basarse en pautas rígidas y de aplicación universal, debiendo considerar las condiciones de cada país, región y comunidad a través de una perspectiva histórica. De esa forma, la educación ambiental debe permitir la comprensión de la naturaleza compleja del medio ambiente e interpretar la interdependencia entre los diversos elementos que lo constituyen con vista a utilizar racionalmente los recursos del medio, en la satisfacción material y espiritual de la sociedad, bien como en el presente y en el futuro.

En cuanto a los factores facilitadores y a las dificultades encontradas en estos sectores de análisis, los datos refieren que existe disponibilidad de recursos

ambientales destinados a los recursos hídricos en Cabo Verde tanto a nivel de los océanos, como a nivel de los continentes. Existen áreas subterráneas no explotadas y agua de mar para la explotación de actividades agrícolas y para el abastecimiento de la población.

Los resultados de los análisis reiteraron la existencia de espacios para la inserción privada de participación en las cuestiones de los recursos hídricos, semejante a muchos países que siguen este modelo donde el sector privado hace parte de la gestión de los recursos hídricos a través de empresas de estado en la ejecución de obras hidráulicas y empresas que se ocupan de gestión mismo del agua.

Son todavía evidenciados los datos sobre el uso de la desalinización del agua del mar, el uso más intensivo del agua de superficie y tratamiento de aguas residuales. Mientras esto acontece, debemos introducir medidas de reducción de costos y racionalización del uso del agua, especialmente en la agricultura con la implementación y intensificación de la tecnología de riego por goteo.

El proceso de desalinización del agua del mar contribuye actualmente con cerca de 2,2 millones de m<sup>3</sup> por año, representando una cobertura de 61% de la demanda de agua potable. Las necesidades de agua potable, turismo e industria del futuro, serán cubiertas a través del desarrollo de técnicas y tecnología para desalinizar el agua del mar.

Para abastecer de agua potable a la población, la demanda fue estimada con base en el consumo de 50 l /hab/día en las conexiones particulares y de 30l /hab/día en las fuentes públicas. El crecimiento anual fue estimado teniendo en consideración el aumento del consumo en las conexiones residenciales de hasta 100 a 150 l / hab/día y aumento del número de conexiones residenciales en áreas rurales.

Solo una visión global, a través de la implementación de la Gestión Integrada de los Recursos Hídricos (GIRH) que tiene en cuenta la dinámica de los recursos hídricos en áreas naturales, tales como vacíos hidrográficos o acuíferos, con el involucramiento de todas las partes interesadas en el dominio del agua en un nuevo cuadro de gestión, van a ser conciliados, todos los usos para el desarrollo continuo del país, si afectar la capacidad de las generaciones futuras para poder satisfacer sus necesidades.

Los puntos débiles en relación a los recursos hídricos están relacionados con su polución. La polución de las aguas superficiales y subterráneas son de origen diverso. El documento sobre la biodiversidad presenta casos relatados de contaminación de acuíferos por medio de pesticidas y fertilizantes químicos.

Además de esto, aunque ningún estudio serio haya sido todavía realizado sobre la cuestión, es preocupante la proliferación de industrias poliantes (bebidas, calzados, pinturas, productos farmacéuticos, etc.). Otro registro es la salinización de las aguas subterráneas, principalmente en las áreas costeras, que coloca problemas especialmente en áreas irrigadas, incluyendo la salinización de la tierra cultivada, convirtiéndose en inutilizable.

El uso de prácticas agrícolas inadecuadas y el suelo no reparado, la sobreexplotación de los pozos, así como las arenas en las playas, a causa de graves problemas de agua, llevan a una reacción negativa en la conservación del suelo y el agua.

Sobre la identificación de las necesidades presentes en el área ambiental, los datos recogidos de los testimonios de los informantes-clave apuntan en el sentido de haber una necesidad que resumen en: (i) carencia de la disponibilidad de agua de calidad apropiada para consumo doméstico y para el desarrollo de las actividades económicas; (ii) la pérdida de biodiversidad marina y terrestre; (iii) el deficiente saneamiento básico, con efectos nefastos para la salud pública y el desarrollo turístico.

De acuerdo con las reflexiones hechas resultantes de recopilación de datos, fueron reconocidas como principales estrategias de la política ambiental para superar los problemas ambientales identificados: (i) la definición de políticas intersectoriales dirigidas para las prácticas e implementación de estrategias de gestión que permitan aumentar las oportunidades de participación de la población, principalmente los más pobres, dándole bienestar social y económico-financiero; (ii) Refuerzo de la integración de los contenidos ambientales en los diferentes currículos de enseñanza; (iii) Fortalecimiento de las acciones de formación de la población local fomentando la mejora de conocimientos y comprensión del proceso de preservación ambiental; (iv) Creación de asociaciones comunitarias pasando a ser actores inseparables del proceso de desarrollo integrado, fortalecimiento de

mecanismos que permiten a la población participar activamente en la toma de decisiones relacionadas con la preservación ambiental; (v) Incorporación gradualmente de la dimensión ambiental en todos los niveles funcionales de las instituciones públicas y privadas; (vi) Promoción de una tecnología cada vez más limpia; (vii) Concepción de contextos de investigación sobre la educación ambiental con carácter práctico con énfasis en los estudios que permitan mejorar la calidad del ambiente.

En relación con las opiniones y perspectivas de una muestra intencional de la sociedad civil sobre las formas de enfoque de la Educación Ambiental en Cabo Verde, los datos recogidos de los profesores nos ayudaron a profundizar la comprensión de las percepciones y opiniones de los mismos en términos de formar parte integrante ellos mismos de la educación ambiental porque lidian directamente con la clase de nuevas generaciones. Si la educación fuera muy bien implementada tendremos consecuencias que serán excelentes en los cambios de comportamientos. En mi opinión el medio ambiente debe estar presente.

En mi opinión, los entrevistados, técnicos de DNA y otros técnicos que trabajaron en el área ambiental deben invertir con sus proyectos en la formación de profesores, que quiere decir atraer a los profesores para el mundo ambiental pero para tener datos concretos a nivel de los municipios para que los profesores vengan a tener *inputs* palpables para transmitir a los alumnos, por esto es fundamental que el Ministerio del Ambiente cree un programa juntamente con el Ministerio de Educación

De los datos empíricos analizados a partir de las entrevistas realizadas podemos decir que las necesidades de formación de los profesores se centran esencialmente en los contenidos científicos y pedagógicos de la educación ambiental teniendo en cuenta la implicación de la propia función. Los resultados muestran que, si queremos una educación dirigida a la sostenibilidad, lo que se encuentra recomendado en documentos oficiales, tanto nacionales como internacionales, es que los manuales deberán ser mejorados de forma que pueda ser introducida más y mejor información sobre la sostenibilidad, y promover la ciudadanía.

Es fundamental que en futuros Planes de Formación de Profesores se integren contenidos relacionados con este estudio. Los participantes de esta investigación manifestaron dificultades de orden técnica, logística y administrativa.

El profesorado apuntó dificultades en luchar con la carencia de materiales didácticos ligados a los programas, siendo los existentes desajustados con nuestra realidad así como en la elaboración de los planes de clase. Se constató, por lo tanto, que hay una necesidad urgente de mejorar los manuales escolares de Cabo Verde. Incluir los grandes problemas de la actualidad en tales materiales podrá contribuir para que los niños y los jóvenes se conviertan en adultos participativos y preocupados con la realidad que los envuelve promoviendo actitudes positivas y de competencias que conduzcan al reconocimiento de la importancia del ambiente y su sostenibilidad

Las áreas prioritarias referidas son en el dominio de competencias de base a saber: realización de actividades de naturaleza práctica significativas, en planificar en términos de integración disciplinar y necesidad de formación continua en esa área.

En la perspectiva más analítica y con base en los datos que obtuvimos en la encuesta, hay mucho interés y motivación de los profesores encuestados en desarrollar conocimientos, competencias y actitudes para la mejora de los trabajos con los alumnos principalmente en el área de la diversificación de los métodos de enseñanza en la diversificación pedagógica, en la planificación del proceso de enseñanza y aprendizaje y en la adquisición de conocimientos científicos.

En lo que se refiere a las recomendaciones que hacen, para quien tuviese que orientar una acción de formación para los profesores, los consejos se remiten ~~para~~ a la necesidad de clarificar y planificar la formación, recurrir a estrategias más prácticas y especializar a los formadores en educación ambiental.

El profesorado demanda una formación continua en materia de Educación Ambiental de forma contextualizada y por un período de tiempo suficiente que permita el dominio de los contenidos.

En relación a los contenidos referidos, existen referencias que apuntan para el dominio de la planificación de las acciones de intervención en educación ambiental y en la adquisición de conocimientos científicos. Los datos obtenidos de la



encuesta confirman muchas de las necesidades de formación recogidas a través de la entrevista, así como de los grupos focales clarificando, precisando y dando más relevancia a otras.

En suma, tanto los resultados obtenidos de la entrevista, de la encuesta, de los grupos focales y de los demás, como el análisis documental analizado, apuntan a la necesidad de formación continua de los profesores para profundizar en el área.

De los varios documentos analizados se concluye que la EA no está suficientemente implementada por los diversos actores educativos.

En relación con los impactos de los programas de Educación Ambiental sobre el área de residuos urbanos, recursos naturales y recursos hídricos, los implicados confirman el impacto positivo en la sociedad cabo-verdiana en la medida en que trabajando con niños y jóvenes y estando ellos sensibilizados, constituyen estos los mejores vectores de expansión de esta sensibilidad. Creemos que los programas reúnen los requisitos necesarios para ser encuadrados en los planes Curriculares de la Enseñanza Básica de Cabo Verde pues las actividades propuestas responden a las necesidades en el área de residuos en Cabo Verde. Prueba de ello, son las diversas entrevistas con diferentes intervinientes del Ministerio de Educación que permitieron la concepción del programa presentado en este estudio.

En términos de metodologías de evaluación de programas relacionados con la temática de la Educación Ambiental en Cabo Verde, nuestros informantes afirmaron que la formación debe ser focalizada en estrategias de enseñanza con planificación conjunta, y debe ser desarrollada sobre la forma de *ateliêrs (talleres)* y seminarios de capacitación pedagógica con recursos y palestras y/o conferencias, encuentros de formación con presentación de espacios semanales en la televisión o radios. En cuanto a la evaluación de programas de formación en materia de educación ambiental, ésta debe consistir en la definición de un conjunto de ítems específicamente: número de sesiones realizadas, nivel de participación, número de horas consumidas. Deben contar con indicadores preestablecidos. Un proyecto requiere su evaluación a nivel de su impacto midiendo los resultados recomendados a lo largo de su planificación.

En relación con la concepción de un programa de formación para los profesores de Enseñanza Básica en materia de educación ambiental, éste fue elaborado en base a las preocupaciones del Gobierno en materia ambiental inspirado en prioridades claves definidas de la VIII legislatura articulado con objetivos trazados por el PANA II y los resultados de la investigación. Así, presentamos una propuesta de diseño del Programa de Formación de profesores a ser implementado por el Ministerio de Educación y Deporte que incluye los principales temas: recursos naturales, gestión de los residuos urbanos y situaciones de intervención en educación ambiental dando énfasis en las acciones de la práctica de sensibilización y educación ambiental; desempeño ambiental Institucional; análisis del componente ambiental en los planos curriculares . Creemos en la construcción de una educación ambiental orientada en un proceso continuo de aprendizaje y ejercicio de la ciudadanía, despertando en las personas una visión más amplia y crítica de la realidad y una actuación de hecho comprometida con la transformación del espacio social donde habitan.

Entendemos que mediante el recurso de la triangulación de fuentes y al correspondiente cruzamiento de los datos obtenidos a través de los diferentes grupos sociales con especial atención para los agentes educativos y recurriendo a diferentes puntos de vista, se consigue una mayor seguridad en la discusión de los resultados.

En la secuencia de este estudio fue posible construir uno de los instrumentos didáctico-pedagógico, el programa y módulo de formación de profesores en materia de educación ambiental que, teniendo en cuenta la metodología presentada, creemos que podemos contribuir para que haya una mejoría del trabajo desarrollado en esta área de estudio así como para el cambio de actitudes relativas al ambiente del país y el resto de la comunidad. Creemos haber, colaborado con la ampliación del conocimiento científico sobre concepciones y prácticas de profesores relativas al enfoque de contenidos de EA en el espacio escolar y no escolar.

Se consideró que una de las principales limitaciones de este estudio se preme del proceso metodológico. No nos fue posible recurrir a los otros procesos de recogida de datos, especialmente observación naturalista y enfoques autobiográficos. Un outro aspecto de limitación de este estudio está relacionado con la vertiente logística reparando con dificultades en términos de conciliar las

disponibilidades de nuestros participantes del estudio teniendo en cuenta que son empleados en diferentes instituciones.

No fue posible la dislocación a las otras islas del archipiélago, con el objetivo de realizar observación directa por motivos profesionales y financiero, juntamente con las dificultades de ligación marítima registrados en el período pretendido,

Se consideró que una de las principales **limitaciones de este estudio** procede del proceso metodológico. No nos fue posible recurrir a otros procesos de recogida de datos, especialmente observación naturalista y enfoques autobiográficos. Otro aspecto de limitación de este estudio está relacionado con la vertiente logística reparando con dificultades en términos de conciliar las disponibilidades de nuestros participantes del estudio teniendo en cuenta que son empleados en diferentes instituciones.

No fue posible el desplazamiento a las otras islas del archipiélago, con el objetivo de realizar observación directa por motivos profesionales y financieros, juntamente con las dificultades de conexión marítima registrados en el período pretendido

Otra dificultad que se presentó en la investigación, cuando practicamente nos encontrabamos en la fase final, fue la necesidad de actualizar cambio de situaciones administrativas, institucionales y de política medio-ambiental, provocadas especialmente por la reestructuración de las instituciones DGA INGRH, que dieron lugar a dos nuevas instituciones denominadas DNA y ANAS, respectivamente.

Aunque hayan sido utilizadas diversas estrategias para intentar asegurar la validez de los resultados de esta investigación tanto en el enfoque cualitativo como en el enfoque cuantitativo, la objetividad en los resultados obtenidos por la metodología cualitativa podrá ser encarada como una otra limitación del estudio. De hecho, se sabe que la percepción que un sujeto tiene de un dato o fenómeno está fuertemente influenciada o distorsionada por sus convicciones o hasta por sus intereses. Un estudio más profundo de las cuestiones inherentes a este estudio en términos de sus representaciones en relación al tema de estudio, nos daría ciertamente la posibilidad de refutar algunas de nuestras percepciones bien como la oportunidad de elaborar propuestas más consistentes con los objetivos indicados.

Pero por otra parte, en el objeto de estudio están siempre presentes estas percepciones y las visiones personales del mundo que toda persona tiene, por lo que este estudio no pretende una objetividad científica, sino un conocimiento construido desde fuera de la metodología científica, igualmente válido para nuestros propósitos que se limitan al estudio de la situación “aquí y ahora” y no pretenden alcanzar la universalidad.

Otras dificultades se relacionan con el tiempo que normalmente es requerido por la investigación cualitativa. En este caso en concreto, observaciones prolongadas requieren una dedicación por parte del investigador, lo que no ha sido posible del todo en términos prácticos y financieros.

La fuerte implicación del investigador con los sujetos en el escenario de trabajo puede también generar algunos problemas. Por ejemplo, los sujetos, al darse cuenta del tipo de comportamiento que el investigador espera que ellos tengan, pueden utilizar estrategias que conduzcan a la utilización de tales comportamientos lo que, al acontecer, vicia seriamente los resultados de la investigación. Tendremos también en cuenta que podrá haber la posibilidad de que, factores desconocidos para el investigador, puedan interferir resultados. Hay, sin embargo, varios recursos que utilizamos para aumentar las ventajas y disminuir las desventajas de ese método. Así se destaca la utilización de recursos, las pré-pruebas y utilización instrumental más completa.

Otra limitación se debió al hecho de que los participantes de este estudio disponían de escasa disponibilidad implicando muchas esperas en el escenario de la investigación. No obstante, reconocemos la gran ventaja en conseguir la producción de videos para posteriores análisis de los contenidos entrevistados. La realización de esta investigación y los resultados consecuentes, sugieren algunas implicaciones a nivel de la formación de profesores, de la organización y gestión curricular. La adopción de estas prácticas exigirá lo siguiente:

- Que haya mayor posibilidad y mejores condiciones de formación con vista a la adopción de una enseñanza con estas prácticas ambientales.
- Condiciones que deberían producirse tanto a nivel de formación inicial de profesores como a nivel de formación continua.

- Acciones de formación que van al encuentro de las dificultades sentidas por los docentes y que motiven la reflexión personal y colectiva sobre concepciones y prácticas relativas a la EA y que posibilite la construcción de vías investigadoras por los propios profesores.
- Acciones de formación en que el estudiante debe asumir el papel principal en la construcción de su conocimiento a través de la búsqueda personal, discusiones, intercambio de saberes y construcción de instrumentos y estrategias necesarias para la implementación de las acciones de promoción de la educación ambiental.
- Acciones de formación en la modalidad de talleres que contemplen un trabajo autónomo y colaborativo, en el cual sea posible tener sesiones presenciales regularmente, que permita marcarse un punto de la situación del proceso de la investigación. De este modo, el intercambio de éxitos y retrocesos del trabajo desarrollado, la posible necesidad de reformulación de la investigación, las sugerencias de los colegas trabajando en conjunto, construyen el conocimiento de la metodología científica;
- Creación de “Clubes del medio ambiente” u otro espacio no de enseñanza, con profesores disponibles del área, que permitan la realización de investigaciones científicas relativas a cuestiones ambientales locales y los profesores deberían tener un tiempo estipulado en el horario, común a todos, de manera que puedan reunirse regularmente para establecer, dentro de cada unidad didáctica de sus asignaturas, una forma de trabajarlas en conjunto para la preservación ambiental.
- Sería interesante la adopción por el Ministerio de Educación de una directriz que permitiese a los profesores el derecho de más horas semanales para la tareas de reflexión y planificación para la educación ambiental en las escuelas;

- Refuerzo de la asociación del Ministerio de Educación y otras instituciones ambientales particularmente la DNA y ANAS y Alcaldía Municipal como centros de monitorización ambiental, de manera que se pueda establecer un trabajo de beneficio mutuo, que se traduzca en el desarrollo de competencias ambientales para acción en los alumnos, y en la obtención, por ejemplo, de datos y resultados que las instituciones necesitan.

Consecuentemente con lo que fue dicho anteriormente, presentamos las siguientes propuestas **de líneas para investigaciones futuras:**

- Análisis de las prácticas de educación ambiental, a través de observación directa, para obtención de resultados de la implementación de las actividades ambientales y confirmar las insuficiencias en el área de estudio.
- Reflexión sobre el trabajo colaborativo, de carácter ambiental, entre instituciones ambientales y escuelas/universidades cabo-verdianas
- Investigaciones de carácter didáctico, en complemento de los manuales escolares, destinados a los profesores de la EB que apoyen la concreción de este tipo de actividades. Podrían ser aprovechados instrumentos construidos en esta investigación, programa y módulo en acciones de formación, del mismo tipo de la que por nosotros fueron construidos.
- Procesos de divulgación de buenas prácticas de manera que estimulen más y mejores trabajos en esta área, lo que puede ser conseguido con la elaboración de un boletín sobre las EA.
- Investigaciones ligadas a la construcción de herramientas didáctico-pedagógicas online como instrumentos de apoyo al trabajo de las escuelas, como por ejemplo, a través de la creación de *sites* que permitan el intercambio de ideas a nivel internacional sobre los programas de educación ambiental.

Estamos convencidos de que fue posible recoger y mejorar informaciones sobre el tema de estudio en la búsqueda por mejorar nuestra práctica de investigación, pero también como contribución para la preservación ambiental.

Ante los resultados obtenidos, quedamos con la indicación de que los objetivos fueron integralmente conseguidos. Por último, nos gustaría enfatizar que el trabajo de esta naturaleza constituye una tarea que cabe a todos y a cada uno de nosotros en particular. Nosotros, individualmente o en grupos, debemos funcionar como agentes que promueven la ciudadanía ambiental y de esta forma, mejorar cada vez más nuestro país y el mundo.

Al final de este proceso, pensamos haber cumplido con la tarea que nos propusimos realizar en el inicio de este proceso. Nuestro propósito futuro es compartir con la comunidad nuestro saber y nuestra práctica con el propósito de ayudar para mejorar las condiciones ambientales en Cabo Verde, con el objetivo de contribuir a la sostenibilidad ambiental.

## **Palabras-clave**

Educación Ambiental; programas ambientales; políticas ambientales; enfoques de la educación ambiental; programa de formación de profesores; sustentabilidad ambiental; prácticas ambientales.





## INTRODUÇÃO

A problemática do ambiente é uma preocupação assumida a nível mundial. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, Brasil em 1992, constitui uma referência histórica na área do ambiente marcando, assim, a mudança na abordagem da problemática ambiental a nível mundial. Como resultado deste processo, assiste-se a mobilização dos países em programas a nível nacional, regional e internacional. É a partir da Cimeira da Terra que a problemática ambiental ganha uma nova dinâmica e passa a ser integrada, de forma explícita, no processo de planeamento.

Em Cabo Verde, desde a independência, os sucessivos Governos têm-se mostrado preocupados com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos vocacionados para a gestão ambiental. Na estratégia expressa nas Grandes Opções para o Desenvolvimento (2002), o ambiente é um dos temas mais importantes. Projecta-se uma sociedade dotada de um sentimento profundo para o ambiente e de uma consciência ecológica desenvolvida sendo as medidas de preservação encaradas de forma sistémica e transversal, pretendendo-se que sejam equitativas.

O segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) (2004) constitui a concretização destas políticas e define as orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais bem como os seus efeitos sobre a gestão sustentável das actividades económicas. É um documento orientador de um processo contínuo caracterizado por uma dinâmica própria e que num período de 10 anos (2004-2014), serve de base de trabalho, permitindo um desenvolvimento Cabo-verdiano sustentável e harmonioso, garantindo um ambiente sadio.

O Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA) publicado no BO de 14 de Fevereiro de 2014 e delineado para o período 2013 a 2022 orienta pela necessidade da criação de diversas funções pessoais e institucionais desenvolvidos na sociedade para garantir um futuro melhor para as gerações futuras.

. A aquisição de conhecimentos sobre os problemas ambientais deverá ser motivada pela criação de programas, desenvolvidos pelos professores e alunos,

desde o planeamento à implementação, o que aumentará as probabilidades de, no dia-a-dia, traduzirem essas preocupações em ações concretas amigas do ambiente.

O papel da escola será de excelência nestas iniciativas, em articulação com outras entidades, mobilizando as crianças e valorizando o seu empenho em trabalhos cívicos, o que se traduzirá em benefícios concretos para si e para a comunidade em geral. Por outras palavras, os elos de ligação entre a escola e a comunidade serão as crianças, permitindo um incentivo à participação de todos. Concluindo, estas medidas deverão permitir reflexões que se traduzam em intervenções concretas dos professores e das crianças na nossa sociedade.

Numa altura em que o Ministério de Educação e Ensino Superior de Cabo Verde se debate com a urgente necessidade de se proceder a revisão curricular de modo a elevar o nível de qualidade da educação e do ensino relacionado com as carências identificadas, pensamos que a concepção e a integração de um programa de formação dos professores em matéria de educação ambiental constituem uma questão incontornável.

Neste contexto, pensamos que a escola tem um importante papel a desempenhar, não apenas na transmissão de conhecimentos científicos e técnicos, mas também no desenvolvimento do pensamento crítico, de atitudes e de valores susceptíveis de assegurar aos cidadãos do futuro, um papel ativo e responsável no desenvolvimento sustentável da sociedade. Estes propósitos serão realçados pelos programas das várias disciplinas, no âmbito do processo da revisão curricular do Ensino Básico de Cabo Verde, em curso, que aponta a escola como um espaço privilegiado na preparação dos alunos para um mundo necessariamente muito diferente do actual dando um lugar especial à educação ambiental.

## **I. Justificação da escolha do tema de investigação**

A orientação para a escolha do tema de investigação de que resultou o presente trabalho deveu-se principalmente à motivação pessoal da investigadora, associada a alguma experiência no desenvolvimento de avaliação e análise de projetos de Educação Ambiental no decorrer do curso de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação, administrado pela Universidade Aberta, em Portugal. Tal motivação foi reforçada durante a participação no Programa de Doutoramento ministrado pela Universidade de Extremadura, em Espanha, com início em Janeiro

de 2008 e no qual a mesma teve a oportunidade de alargar e aprofundar os conhecimentos na área de Educação Ambiental, tendo realizado e apresentado, em Março de 2010, os resultados do trabalho realizado para a aquisição do Diploma de Estudos Avançados (DEA) em Ciências da Educação orientada para a vertente da Educação Ambiental. O mesmo, versando sobre o tema “Avaliação de um Projeto de Sensibilização e Educação Ambiental na área da Produção de Resíduos Urbanos”, teve como foco de interesse a integração desta temática nos *Curricula* do Ensino Básico de Cabo Verde.

Ressalte-se que a participação da investigadora como formanda num curso de Formação do Projeto de Formação e Informação para a Educação Ambiental (PFIE), no ano letivo 1996/1997, foi de capital importância, tendo sido determinante para a decisão de prosseguir os estudos a nível de Doutoramento.

O percurso profissional da autora integra a função de formadora do Projeto de Formação e Informação ambiental (PFIE) no ano letivo 1998/1999, cujo público-alvo foi constituído por uma parte de professores do Ensino Básico de Cabo Verde, destacando-se igualmente a função de coordenadora do Clube de Ciências na Escola de Formação de Professores Hermínia Cardoso, atual local de trabalho onde a mesma dinamiza várias atividades motivadoras e voltadas para a Educação Ambiental e com resultados extremamente positivos.

Por outro lado, o trajeto pessoal de dois anos no curso de mestrado contou com um ano de ocupação com o desenvolvimento e avaliação de um projeto de Educação Ambiental e de aperfeiçoamento de ações tendentes à melhoria da atuação na referida área. Neste contexto, foram desenvolvidos diversos trabalhos ligados ao ambiente a nível nacional e internacional, nomeadamente:

- Avaliação do desempenho ambiental do Município da Praia Cabo Verde - 2007;
- Avaliação do Projeto para a Gestão Ambiental da Ribeira da Laje-Portugal - 2007;
- O Impacto das Culturas Biológicas no Ambiente - o caso da cultura do tomate - Ano 2007;
- Portfólio da Gestão dos Resíduos no Município da Praia-2007;

- Avaliação de um programa de Formação de Professores do Ensino Básico da escola de Safende - Cabo Verde sob a temática Ética e Cidadania Ambiental - Ano 2008;
- Política para a sustentabilidade dos recursos hídricos Portugal/Cabo Verde - Ano 2008;
- Projeto “Crescer em Cidadania Ambiental” na escola de Safende – Praia - Ano 2008;
- Relatório de Comunicação Ambiental do Município da Praia - Cabo Verde Ano 2008.

Destaca-se ainda a experiência pessoal e profissional no acompanhamento de estagiários no âmbito do Curso de Formação de Professores do Ensino Básico ministrado pelo Instituto Pedagógico de Cabo Verde, especificamente, na escola Capelinha da Fazenda-Cidade da Praia. O desempenho desta função levou à constatação da existência de uma carência no programa curricular do Ensino Básico, do tema relacionado com a Educação Ambiental bem como da necessidade de um instrumento de avaliação sobre os conteúdos relacionados com a temática. Daí resulta a consciencialização por parte da investigadora para os problemas ambientais a nível internacional e particularmente em Cabo Verde, aliada à sensibilidade relativamente aos problemas conexos.

Um outro fator de motivação está ligado ao anseio da pesquisadora em ampliar os seus conhecimentos na área em que se vem especializando. Considere-se portanto a proximidade e a familiaridade da investigadora com os projetos de Educação Ambiental, assim como o interesse em compreender a dinâmica inerente à implementação da sua metodologia e contribuir para a sua eventual melhoria.

Após algumas pesquisas e contatos realizados, constatou-se que o estudo nesta área é ainda incipiente no país, tendo os poucos trabalhos identificados nesta área um carácter predominantemente exploratório. Até ao momento atual não foi encontrada nenhuma publicação de teses ou dissertações sobre estudo e/ou análise dos programas de Educação Ambiental em Cabo Verde. Ressalte-se que especificamente em relação aos setores de intervenção, concretamente, Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) e a Direção Nacional do Ambiente (DNA),

existem carências técnico-científicas a nível da avaliação e acompanhamento dos programas ambientais.

No contexto em que se situa Cabo Verde, marcado pela degradação intensa do meio ambiente construído, em geral, e dos ecossistemas, em particular, consideramos imprescindível uma análise sobre o assunto. O nosso ponto de vista é sustentado na política do governo em matéria do ambiente, refletida num instrumento de gestão ambiental designada Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente - PANA II (2004), elaborado para um horizonte 2004-2014. O PANA II recomenda uma abordagem transversal, participativa e descentralizada da problemática ambiental e envolve os setores público e privado, os municípios, as organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil, numa perspetiva de sustentabilidade ambiental.

O estudo que se pretende desenvolver apoia-se nos seguintes instrumentos da política ambiental de âmbito nacional:

- Constituição da República de Cabo Verde, aprovada em 1990 (p.27) que consagra “direito do cidadão a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado, conferindo-lhe o dever de o defender e de o conservar. Estabelece-se que, ao Estado e aos Municípios, com a colaboração das associações de defesa do ambiente, compete zelar pela utilização racional dos recursos ambientais.”;
- Programa Nacional do Governo para a VI legislatura 2001-2006 e que assumiu a Educação Ambiental como uma das suas prioridades considerando as seguintes vertentes preferenciais de atuação: recursos hídricos e resíduos sólidos;
- Programa Nacional do Governo para a VII legislatura 2006-2011, o qual considerou que, para além de políticas ambientais associadas aos planos ambientais municipais, se torna imperativo na referida legislatura resolver o problema da disposição dos resíduos sólidos, através de soluções tecnológicas adequadas nomeadamente a incineração e o aterro. O Governo deve apostar na promoção de montagem de Parcerias Público Privadas (PPPs) para a resolução da

problemática do investimento e da operação dos novos sistemas industriais de produção e regeneração de água;

- Plano Nacional de Educação Ambiental, criado para um horizonte de 2014 a 2022 e que promove a recriação de diversas funções e papéis profissionais, pessoais e institucionais para garantir um futuro sustentável;
- Programa Nacional do Governo para a VIII legislatura 2011-2016 e que assumiu a Educação Ambiental como uma das suas prioridades e pretende apostar na melhoria do acesso aos serviços básicos da água;
- Plano Nacional de Ação Ambiental (PANA II) elaborado no ano 2004 tendo como objetivo “preparar uma política e estratégia ambiental que resulte do envolvimento dos diferentes parceiros num processo de desenvolvimento sustentável, incluindo os setores governamentais centrais, os municípios e a sociedade civil, de forma a assegurar que os vários parceiros contribuam para a política e estratégia ambiental, e que se apropriem da resultante política ambiental, facilitando deste modo a sua integração nas suas políticas e estratégias setoriais”. A elaboração do Plano Ambiental Municipal veio dotar os Municípios de instrumentos de gestão dos recursos ambientais existentes no Território Municipal, criando as condições para o desenvolvimento sustentável, numa perspetiva de descentralização e de reforço do Poder Local.

## **II. Oportunidades e relevância do tema**

Como instrumento técnico-científico, o presente estudo poderá contribuir para melhorar a dimensão e a eficácia de políticas ambientais através da disponibilização às comunidades estudadas, nomeadamente a Direção Nacional do Ambiente e a Agência Nacional de Água e Saneamento, os resultados desta investigação, de forma simples e compreensível. Além disso, poderá fornecer respostas aos pesquisadores e aos decisores das políticas ambientais, constituindo assim bases para suas atuações futuras na realidade cabo-verdiana e em realidades semelhantes.

Por outro lado, ao apresentarmos uma proposta de um Programa de Formação de Professores de Ensino Básico em matéria de Educação Ambiental direcionado para o Ensino Básico, estaremos a dar um contributo necessário a este nível de ensino formal. Neste nível de ensino, que coincide com a fase do desenvolvimento físico e psíquico da criança, considera-se que estão reunidas todas as condições para que nela se estimule o sentido da responsabilidade, de amor e respeito pelas pessoas e pela natureza, para que adopte atitudes e comportamentos positivos face às questões ambientais, voltadas para a prevenção da produção dos resíduos urbanos.

Tencionamos com este estudo contribuir para sensibilizar e formar os professores do Ensino Básico (EB) de Cabo Verde dotando-as de conhecimentos, atitudes, motivação, compromisso e adoção de boas práticas ambientais associadas no meio em que vivem e/ou se encontram inseridas e nas suas atividades profissionais. Assim, almejamos que este estudo contribua para que os professores atuais aprofundem seus conhecimentos e suas capacidades, que os ajudarão a avaliar as consequências e a corrigir os eventuais problemas resultantes de uma deficiente gestão dos recursos ambientais em Cabo Verde.

Ainda pretende-se, com este estudo, dotar os professores do Ensino Básico de ferramentas pedagógicas e científicas de modo a que possam contribuir para a compreensão dos problemas ambientais, seja propondo acções preventivas e/ou contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Poderemos, assim, contribuir para a promoção das competências e valores que conduzirão a repensar e a avaliar de outra maneira as suas atitudes diárias voltadas a problemática da gestão de resíduos em Cabo Verde.

O estudo permitirá dar um contributo para a perspectiva da definição da metodologia do trabalho ligada a um programa de formação de professores na área ambiental e a instrumento de avaliação, visando uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido e sua conseqüente correção/melhoria de futuras ações.

O referido estudo poderá ainda contribuir para a formação de cidadãos que irão ser mais conscientes e participativos na melhoria da gestão ambiental do país, proporcionando uma melhoria da qualidade da saúde pública e do ambiente.

Por tudo isto, consideramos que a presente investigação se caracteriza pela sua praticabilidade, amplitude crítica e interesse. Em relação ao seu valor teórico parece-nos que o problema da investigação possa contribuir para um acréscimo de saber na área de estudo promovendo assim o desenvolvimento sustentável.

### **III. Organização do estudo**

Este trabalho inicia com uma introdução onde se apresenta o estudo e está estruturado em três partes. Na primeira parte, de enquadramento teórico é constituída por três capítulos, são apresentados os fundamentos sobre os quais assenta o trabalho de investigação tendo como abordagens teóricas as bases da Educação Ambiental (Capítulo I), a Área de estudo (Capítulo II) e Marcos Institucionais (Capítulo III).

A segunda parte, integrando o estudo empírico, é constituída pelo capítulo IV, que apresenta o enquadramento metodológico da investigação e no qual se descreve o processo metodológico, a delimitação e etapas da pesquisa, se apresentam as questões de investigação, bem como os instrumentos de recolha, e as técnicas de análise e de tratamento de dados em investigação desta natureza.

A terceira parte inclui os Capítulos V e VI e consiste na análise e interpretação dos dados recolhidos por meio da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa bem como na apresentação dos resultados da pesquisa.

O trabalho termina com considerações finais, onde figuram conclusões, limitações do estudo e linhas de pesquisas futuras na referida área.

Seguidamente, no quadro 2 apresenta-se um esquema que pretende ilustrar o plano desta investigação.



Quadro 2- Esquema representativo do plano de investigação

Parte-III		Parte-IV	
Estudo Empírico		Enquadramento Teórico	
Enquadramento Metodológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Delimitação do objeto de estudo</li> <li>→ Problema de investigação</li> <li>→ As questões de investigação</li> <li>→ Objetivos de investigação</li> <li>→ Validade de investigação</li> <li>→ Triangulação</li> <li>→ Metodologia da investigação</li> <li>→ Instrumentos de acesso aos dados</li> <li>→ As técnicas de análise dos dados</li> </ul>	<p>Análise Conceitual da Educação Ambiental em Cabo Verde</p> <p>Capítulo- I</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Conceito e evolução histórica da Educação Ambiental a nível internacional</li> <li>→ Evolução da Educação Ambiental nos países do Sahel</li> <li>→ A Educação Ambiental no ensino formal e não formal</li> <li>→ Novas práticas de abordagem da Educação Ambiental</li> </ul>	<p>Introdução</p> <p>Capítulo- II</p> <p>Área de estudos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Caracterização Física e Geográfica de Cabo Verde</li> <li>→ Caracterização do saneamento ambiental</li> <li>→ Estrutura e organização do sistema educativo</li> <li>→ A organização curricular do ensino básico</li> </ul>
		<p>Capítulo- III</p> <p>Marcos Institucionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Uma retrospectiva da Educação Ambiental no âmbito escolar</li> <li>→ A componente ambiental nos programas educativos</li> <li>→ A rede de Educação Ambiental</li> <li>→ A Educação Ambiental no ensino básico</li> <li>→ O percurso da Direção Nacional do Ambiente</li> <li>→ A Estrutura e funcionamento da Agência Nacional de Água e Saneamento</li> </ul>	

Quadro 3 - Esquema representativo do plano de investigação (continuação)

<p>Parte: IIII</p> <p>Resultados e Discussão</p>	<p><b>Capítulo: VI</b></p> <p>Análise dos dados e Resultados</p> <p>Apresentação dos Instrumentos Pedagógicos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• → Análise de dados de grupos focais</li> <li>• → Análise de dados das entrevistas</li> <li>• → Análise dos dados do questionário</li> <li>• → A análise dos dados dos documentos</li> <li>• → Síntese da análise dos dados</li> <li>• → Caracterização do Programa de Formação de Professores</li> <li>• → Caracterização do Módulo de Formação de Professores</li> </ul> <p><b>Considerações finais</b></p>
--	---

## **PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



## CAPITULO I – QUADRO CONCEITUAL DO ESTUDO

---

Ao longo do presente capítulo são discutidos alguns conceitos da Educação Ambiental a nível nacional e a nível internacional, bem como a evolução histórica da mesma, refletindo sobre as diferenças e semelhanças entre as suas características e os seus propósitos a partir de algumas referências teóricas produzidas nessas áreas procurando enquadrar as perspetivas de análise neste estudo.

Foi igualmente reservado um espaço para enquadramento da Educação Ambiental nos países do Sahel procurando-se um destaque para os países africanos cujos processos são necessários à compreensão dos da educação ambiental em Cabo Verde. Num outro momento, é feita uma abordagem da Educação Ambiental em contextos formais e informais dando um enfoque para as novas práticas nesta matéria.

## **1. Fundamentação Teórica sobre a Educação Ambiental.**

### **1.1. Conceito e evolução histórica da Educação Ambiental a nível internacional**

A Educação Ambiental surgiu como necessidade de superar a crise na área educacional que era caracterizada por ter um caráter fragmentado e não sustentando uma visão integradora. De acordo com Padua e Sá (2007) os problemas ambientais, como outros que deveriam estar inseridos no processo educativo do cidadão no seu quotidiano, passaram a ser tratados de forma segmentada. As lacunas no sistema educacional tornaram-se mais perceptíveis com a intensificação dos problemas socioambientais e com as insuficiências nas formulações de políticas públicas para os superar. A incapacidade do sistema educativo de formar pessoas e grupos sociais com valores integradores acaba por se reverter na incapacidade de se assumir responsabilidades e cuidados com os bens públicos, que incluem os recursos ambientais.

Neste sentido, Sá (2007) afirmam que há uma tendência atual de se encarar a Educação Ambiental como um sistema de educação para a cidadania, devido à carência da gestão pública nos problemas ambientais.

Nesta perspetiva Sá (citado por Padua e Sá, 2002, p. 74) considera que a intensificação dos problemas socioambientais tornou evidentes as deficiências no processo de formulação de políticas públicas, bem como na capacidade do sistema educativo de formar pessoas e grupos sociais com valores integradores, de responsabilidade e cuidado para com os bens públicos, como são os recursos ambientais. Daí a atual tendência de se considerar, cada vez mais, a Educação Ambiental como um processo de educação para a cidadania, tendo em vista a necessidade da gestão pública das questões.

O aparecimento da Educação Ambiental ocorreu com princípios ambiciosos que visavam responder às necessidades dos tempos modernos. Neste sentido, o conceito de Educação Ambiental esclarece essa expectativa ampla e maior do que meramente informar ou transmitir conhecimentos. Segundo a Carta de Belgrado (citada por Manfrim, 2010), a juventude precisa receber uma nova educação, o que requer um novo tipo de relacionamento entre estudantes e professores, entre escola

e comunidade, entre sistema educacional e a sociedade. A referida Carta contempla a necessidade de se criar um programa mundial de Educação Ambiental que torne possível o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental e, efetivamente, a elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras (Czapski, 1998).

Em 1977, realizou-se em Tbilisi, na então União Soviética, a Primeira Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, o que reforçou sua importância e a definiu como dimensão ampla e aplicação prática. Esta nova educação foi apresentada com objetivos e princípios mais abrangentes, visando ser: “o resultado de uma reorientação e articulação das diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais;” (UNESCO-IBAMA, 1997, p. 24).

A referida conferência definiu que a Educação Ambiental, devidamente entendida, deveria constituir uma educação permanente, geral, que acompanha a evolução social. Essa educação deveria preparar o indivíduo, para a compreensão dos principais problemas ambientais do mundo contemporâneo, facultando-lhes conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos (UNESCO-IBAMA, 1997, p.24).

Na conferência intergovernamental sobre Educação Ambiental em 1977, os propósitos da Educação Ambiental que foram determinados nesta ocasião compreenderam: (i) mostrar claramente as interdependências económicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, em que as decisões e comportamentos dos diversos países podem ter consequências de alcance internacional. Nesse sentido, a Educação Ambiental deverá contribuir para desenvolver um espírito de responsabilidade e de solidariedade entre os países e as regiões, como base de uma nova ordem internacional que garanta a conservação e a melhoria do meio ambiente; (ii) dedicar uma atenção especial à compreensão das complexas relações entre o desenvolvimento socioeconómico e a melhoria do meio ambiente; (iii) transmitir os conhecimentos necessários para interpretar os fenómenos complexos que compõem o ambiente; (iv) estimular os valores éticos, económicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, favorecer o desenvolvimento de

comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria desse ambiente e promover uma ampla gama de habilidades práticas necessárias à conceção e à aplicação de soluções eficazes para os problemas ambientais.

Esses princípios têm sido a base de discussões sobre a Educação Ambiental no mundo. As diversas reuniões que se seguiram não contrariaram o enquadramento teórico proposto em Tbilisi, mas preocuparam-se em estudar estratégias de o colocar em prática. O desafio tem sido o de sair de generalidades e visões amplas e adequar os princípios propostos aos diferentes contextos, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, que muitas vezes contemplam contrastes mais acentuados entre ricos e pobres e entre áreas degradadas e em estado natural.

Diante do fato de que existem várias maneiras de se pensar a Educação Ambiental, a seguir estão apontadas algumas posições pertinentes para delimitar a abordagem da mesma neste estudo. Esteva e Reyes (2003) descrevem o papel da Educação Ambiental na construção de uma sociedade sustentável por meio dos seguintes propósitos:

- (1) criar e fortalecer uma consciência ética que promova o respeito à vida humana e não-humana e articule uma renovada visão do mundo, na qual prevaleçam valores que permitem uma relação harmónica e de longo prazo entre a humanidade e a natureza;
- (2) elevar o nível de compreensão entre os membros da sociedade sobre a complexidade e a gravidade dos problemas socioambientais de tal maneira, que estes não sejam menosprezados ou percebidos com fatalidade;
- (3) aportar elementos conceituais e práticos que permitam às sociedades regionais e aos indivíduos ampliarem seus níveis de participação política e social para formular propostas de desenvolvimento sustentável;
- (4) difundir conhecimentos e alternativas específicas que permitam a indivíduos e a coletividade assumir condutas e adoptar tecnologias coerentes com o desenvolvimento sustentável; e
- (5) contribuir para estreitar vínculos de solidariedade e respeito entre diversos grupos sociais, na busca da construção de justiça económica e, a partir daí, reforçar os esforços que visem romper a relação entre pobreza e depredação ambiental. (p. 38).

Com esse referencial teórico, entende-se que a Educação Ambiental promove a criação de uma nova cultura ambiental, ligada ao campo da ética, pois agrega conceitos relacionados com os seres e desafia a transformação social com base em novos formatos de desenvolvimento.

González (1999) compara a evolução da Educação Ambiental nos países desenvolvidos com os em desenvolvimento. Enquanto para os primeiros a preocupação estava mais voltada à proteção da natureza, nos países mais pobres sempre houve um enfoque de envolvimento comunitário, visando a inclusão social.



No entanto, são os países menos desenvolvidos que, em geral, acolhem a maior concentração de biodiversidade. Pela falta de recursos disponíveis para sua proteção e para iniciativas ambientais em geral, esses países acabam sofrendo perdas de áreas naturais, poluições, contaminações, desertificações e outros danos ambientais, que, muitas vezes, não chegam a se tornar problemas nos países mais ricos, por serem tratados antes de as crises tomarem proporções maiores.

A crescente deterioração ambiental e o distanciamento da riqueza entre países ricos e países pobres têm tido impacto também na compreensão do que é a Educação Ambiental.

González (1997) identifica distintas vertentes de pensamentos ligados ao modelo de desenvolvimento industrial. Uma vertente considera a pobreza o mais grave dos males e a causadora dos impactos socioambientais. Uma outra responsabiliza o crescimento demográfico pelo aumento da pobreza e consequentemente pelos impactos ambientais. De modo a contrapor a constatação da insustentabilidade deste modelo, um optimismo tecnológico-economicista é alimentado, a partir do princípio de que tudo se resolverá com o progresso e o livre comércio. Sendo que o efeito dos benefícios é cada vez mais palpável nos países desenvolvidos e o dos malefícios, vivenciado entre os menos favorecidos. Segundo González (1999) a Educação Ambiental sofre por essas diferenças de visão, pois o termo é usado com significados distintos e, muitas vezes contraditórios, ocorrendo o mesmo com a expressão “desenvolvimento sustentável”.

A primeira definição Internacional de Educação Ambiental, adotada pela União Internacional de Conservação da Natureza (International Union for the Conservation of Nature-IUCN), enfatizava a questão conservacionista da manutenção da biodiversidade e dos sistemas de vida, mas tinha sido na Conferência de Tbilisi (1977) que assumira a forma mais completa, quando foi enfatizado o enfoque interdisciplinar para o entendimento.

De acordo com a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em 1977 em Tbilisi, Georgia (ex URSS), a Educação Ambiental é considerada um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tomam aptos a agir individual

e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros (Dias, 1992).

A Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. Essa definição é adotada no Brasil e pela maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas-ONU.

De acordo com Dias (citado por Pelicioni, 1998) a Educação Ambiental é caracterizada por agregar as componentes sociais, políticas, económicas, culturais, ecológicas e éticas.

Entre as orientações de Tbilisi destaca-se ainda que a Educação Ambiental deve considerar o meio ambiente em sua totalidade, em seus aspetos naturais e criados pelo homem. Dias (1992), considera que a Educação Ambiental deve, também, despertar o desenvolvimento do espírito crítico e as capacidades humanas necessárias para resolver tais problemas e utilizar métodos e estratégias adequadas para aquisição de conhecimentos e comunicação, valorizando as experiências pessoais e enfatizando atividades práticas delas decorrentes.

De acordo com Pelicioni (1998), das orientações definidas no Seminário Latino-Americano realizado em Buenos Aires, Argentina em 1988, algumas complementam as orientações acima descritas quando o mesmo defende que a Educação Ambiental deve fazer parte da política ambiental dos países; adaptar-se às características culturais específicas das populações envolvidas no processo educativo; deve considerar o contexto de subdesenvolvimento dos países da América do Sul e se transformar num instrumento idóneo para a integração e o apoio mútuo entre as nações da região.

Deve também salientar a necessidade de criação de um novo estilo de desenvolvimento que inclua crescimento económico, igualdade social e conservação de recursos naturais, capaz de propiciar relações mais humanas, fraternas e justas entre os homens, e destes com o seu entorno natural, atingindo níveis crescentes de qualidade de vida (Dias, 1992).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro em 1992, recomendou-se que a

Educação Ambiental deveria reorientar para o desenvolvimento sustentável de forma a compatibilizar objetivos sociais de acesso às necessidades básicas com objetivos ambientais de preservação da vitalidade e diversidade do planeta, garantindo como direito aos cidadãos um ambiente ecologicamente saudável e com objetivos económicos; aumentar a conscientização popular; considerar o analfabetismo ambiental e promover a prática. (Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano -1972)

As organizações não-governamentais reunidas no Fórum Global da Rio-92 (Marchese, Konrad e Calderan, 2011), formularam o trabalho de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que estabeleceram alguns princípios, dos quais se pode citar: i) a Educação Ambiental é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores; ii) deve ter como base o pensamento crítico e inovador em qualquer tempo ou lugar em seus modos formal, não formal e informal promovendo a transformação e a construção da sociedade; iii) é individual e coletiva; iv) tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações; v) a Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica; vi) deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, convertendo cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

A Educação Ambiental tem como objetivo, portanto, formar a consciência dos cidadãos e transformar-se em filosofia de vida de modo a levar à adoção de comportamentos ambientalmente adequados, investindo nos recursos e processos ecológicos do meio ambiente.

Enquanto prática político-pedagógica, a Educação Ambiental pretende possibilitar o desenvolvimento e a escolha de estratégias de ação que venham contribuir para a construção do processo de cidadania e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse contexto, Padua e Sá (2007) assegura que toda e qualquer iniciativa que vise a inclusão da dimensão ambiental na Educação é considerada válida e relevante. Ela acha que o domínio da Educação Ambiental deve conquistar todos os espaços pedagógicos possíveis.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo em 1972, teve como preocupação central a degradação do meio ambiente e a necessidade de uma limitação ao crescimento sem controlo e marcou oficialmente o surgimento da Educação Ambiental. No princípio 19 da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano é considerado indispensável o esclarecimento da população perante as questões ambientais e a contribuição dos meios de comunicação de massa para a construção da opinião e informação.

Como consequência da Recomendação 96 do Plano de Ação resultante desta Conferência, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), em 1975, com a expectativa de dar possíveis respostas aos problemas ambientais (Dias,1992).

Dessa conferência decorreram definições, princípios, recomendações, enfim, um extenso e denso documento cujo carácter inovador permanece atualizado. Este documento enfatiza a necessidade de uma nova ética para o homem repensar o modelo de sociedade que almeja.

Em 1987, integrado no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a UNESCO promoveu uma Conferência Intergovernamental em Moscovo para uma avaliação do período, da qual resultou a Estratégia Internacional de Ação em matéria de Educação Ambiental e Formação Ambiental para a década de 90. Este documento reafirma as recomendações feitas no encontro de Tbilisi (1977) mas, apesar de ter sido elaborado uma década depois, apresenta um carácter mais conservador do que a anterior, realçando ideias preocupantes em relação às causas dos problemas ambientais.

Em muitos países em desenvolvimento, o problema básico é a pobreza que, por sua natureza, leva à deterioração dos recursos naturais: alimentar-se e encontrar abrigo resultam na destruição do equilíbrio ambiental, do qual a preservação de ecossistemas depende.

A destruição dos recursos naturais não é decorrência da pobreza mas sim dos modelos de desenvolvimento económico adoptados pela maior parte dos países, que levam à exaustão dos recursos, sob a ação, principalmente, dos países

do primeiro mundo. Por isto, Brügger (1994) entende ser de extrema importância que a educação seja encarada em seu contexto histórico e inseparável da sociedade. Temos também a destacar outros importantes relatórios como o dos Limites para o Crescimento (1972), o Relatório Brundtland (1991), a Estratégia Mundial para a Conservação (1980), e, finalmente, a Agenda 21, resultantes da Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) no Rio de Janeiro, em 1992, vinte anos após a realização da Conferência de Estocolmo.

Em 1990, organizou-se o Fórum das Organizações Não Governamentais (ONGs) Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil, que ocorreu paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Este Fórum, que contava inicialmente com as entidades-membros, passou a albergar cerca de cem (100) entidades e acolheu os mais diferentes representantes da sociedade civil, não apenas ambientalistas, aos quais era solicitado serem críticos e independentes em relação ao modelo de desenvolvimento atual. As diferentes procedências e opiniões não eram consideradas um entrave mas sim um fator enriquecedor para o fortalecimento da sociedade brasileira, sendo necessárias sua consolidação e sua permanência mesmo após a reunião, em 1992. Herculano (1992) refere que o crescimento do movimento ambientalista no Brasil é consequência de sua configuração social.

Foram elaborados importantes documentos preparatórios para a reunião e foi na Conferência da Sociedade Civil que se firmou o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global em 1992 (TEASS). Esse documento expressa o compromisso com a proteção da vida na terra, através do processo dinâmico da Educação, reconhecendo o seu papel nuclear na formação de valores e na ação social transformadora (Milaré, 1993).

O processo de elaboração do documento atrás citado foi conduzido durante quatro meses, tendo sido concluído no Rio 92, e tendo sido traduzido para as quatro línguas oficiais do Encontro, assumindo assim a forma de Tratado. Sua legitimidade decorre de ter sido discutido, elaborado e aprovado por representantes das mais diversas entidades não-governamentais, que trabalham com a Educação Ambiental e também por ser o mais recente documento de âmbito internacional referente à Educação Ambiental.

Na opinião de Brügger (1994), a pesar de 20 anos de conceitos delineados e reafirmados em diferentes fóruns e dos esforços crescentes, a Educação Ambiental não-formal tem-se mostrado na prática, simplista e ingénua, demonstrando pouco esclarecimento no que diz respeito ao seu conceito teórico e refletindo ingenuidade, oportunismo e confusão teórica, conceitual e política restringindo-se, muitas vezes, apenas a uma perspetiva conservacionista, através de campanhas com distribuição de *folders* educativos, comemoração de datas ecológicas etc. Não se trata de desmerecer tais trabalhos, mas é importante que se entenda que essas são práticas segmentadas, tornando-se necessário, portanto, um entendimento mais profundo do que é a Educação Ambiental.

Reigota (1994) considera oportuno definir o que se entende por *meio ambiente*, para melhor compreender a Educação Ambiental. Na opinião deste autor, meio ambiente é onde ocorrem as relações constantes e dinâmicas entre os aspetos sociais e naturais. Ele afirma que destas relações decorrem processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade.

Jacob (2003) afirma que a Educação Ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.

Já na Conferência de Tbilisi, o meio ambiente foi conceituado como um conjunto de sistemas naturais e sociais em que vivem o homem e os demais organismos e de onde aquele obtém sua subsistência. Baseado nestes enfoques conceituais de meio ambiente, derivam dois aspetos importantes enfatizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, (IBAMA, 1994, p.38):

1. Uma realidade ambiental tem que ser considerada num marco espacial e temporal concreto e;
2. Uma realidade ambiental é resultante do processo histórico-cultural das relações entre sociedade e natureza e não apenas produto de leis naturais.

Estes conceitos permitem entender que a redução da questão ambiental apenas ao seu aspeto natural está muito distante do significado real e que em decorrência disto, a Educação Ambiental, baseada neste entendimento, é fragmentada e trabalhada num enfoque eminentemente técnico, não passando

assim de uma forma de treino que, no entendimento de Brügger (1994), é um tipo de instrução meramente técnica e que reduz a questão ambiental a uma única dimensão.

Portanto, existe uma disputa dos valores que devem nortear a Educação Ambiental, por um lado, uma tendência conservacionista e técnica que Brügger (1994) conceitua de treinamento e onde ocorre a transmissão de conceitos específicos e naturais, importantes em si mesmos, mas insuficientes, e, por outra parte, uma abordagem em que são considerados todos os aspetos políticos, sociais, económicos, culturais, ambientais e históricos, dentro de uma visão integrada, necessária para a construção de uma sociedade crítica e consciente.

Reigota (1994) considera que a Educação Ambiental deve ter um carácter político, porque prepara os cidadãos para exigirem justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas suas relações com a sociedade e com a natureza. O autor afirma que a Educação Ambiental deve preparar o indivíduo para que este tenha condições de escolher um projeto político que contemple seus anseios e que atue na busca de soluções permanentes voltadas para o bem-estar e para uma vida digna. Dias (2004) pensa que a Educação Ambiental, devidamente entendida, deveria constituir uma educação permanente, geral, que promove a adaptação às mudanças sociais num mundo em rápida evolução. Essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas ambientais do mundo contemporâneo. Associamos a Educação Ambiental com a prática da liberdade, afirmando que o processo não é passivo, requerendo uma reflexão profunda levando ao educador dialogar com os seus integrantes do processo, sobre a sua visão de mundo (que nada mais é que uma reflexão sobre a sua própria situação no mundo), e não tente uma imposição de sua visão de mundo.

Tomando como referência Dias (2004), caracteriza-se a Educação Ambiental como um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

Dias (2004), apresentando uma evolução dos conceitos de Educação Ambiental cita, entre outros, o que foi elaborado pela Comissão Interministerial em

Julho de 1991 para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e que se destaca pela sua abordagem holística.

A Educação Ambiental caracteriza-se por incorporar as dimensões socioeconómica, política, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágio de cada país, região e comunidade, sob uma perspetiva histórica.

Assim sendo, a Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que o conformam, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro. Não basta instrumentar por meio de subsídios técnicos e graças ao uso de tecnologias inovadoras. O mais importante é capacitar para a compreensão das relações existentes entre o homem e a natureza e para a opção por alternativas mais adequadas a uma vida equilibrada.

Estes conceitos levam à inevitável conclusão de que a Educação Ambiental não pode estar associada a uma disciplina específica ou à hierarquização do saber, mas à construção de um pensamento crítico produzindo e associando a ciência crítica à realidade, não apenas transmitindo conhecimento. Fica claro, nesta perspetiva, a indissociabilidade da Educação Ambiental da educação básica e integral, em que deve estar integrada a formação ecológica.

A diversidade de classificação a respeito da Educação Ambiental é tão vasta quanto a diversidade que inspira as inúmeras variações do ambientalismo. Sauvé (1997a), discute algumas delas, que podem ser complementares entre si, ao contrário das varia es existentes do ambientalismo:

**Educa o sobre o meio ambiente:** trata-se da aquisi o de conhecimentos e habilidades relativos   intera o com o ambiente, que está baseada na transmissão de fatos, conteúdos e conceitos, onde o meio ambiente se torna um objeto de aprendizagem;

**Educa o no meio ambiente:** também conhecido como educa o ao ar livre, corresponde a uma estratégia pedagógica onde se procura aprender através do contato com a natureza ou com o contexto biofísico e sociocultural do entorno da escola ou comunidade. O meio ambiente provê o aprendizado experimental, tornando-se um meio de aprendizado;

**Educa o para o meio ambiente:** processo através do qual se busca o engajamento ativo do educando que aprende a resolver e prevenir os problemas ambientais. O meio ambiente se torna uma meta do aprendizado.



Outra classificação efetuada e discutida por Sauvé (2005), diz respeito às perspetivas que iluminam as práticas pedagógicas, divididas entre conferir maior peso   educa o ou ao meio ambiente, embora também possam ser complementares entre si.

Partindo do pressuposto de que a Educa o Ambiental se localiza na rela o entre o humano e ambiente, podem existir três vertentes:

- **Perspetiva ambiental:** está centrada no *ambiente biofísico*; parte do ponto de vista de que a qualidade ambiental está se degradando, ameaçando a qualidade de vida humana. A preocupa o dessa vertente está na ideia do engajamento para prevenir e resolver os problemas ambientais.
- **Perspetiva educativa:** está centrada no *indivíduo ou grupo social*; parte da constata o de que o ser humano desenvolveu uma rela o de aliena o a respeito de seu entorno. A preocupa o dessa vertente   com a educa o integral do indivíduo, com o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e de valores  ticos. A expressão definidora dessa postura  : “Que crianças deixaremos ao nosso planeta?”;
- **Perspetiva pedagógica:** está centrada no processo educativo, diferentemente das abordagens anteriores que se centram num ou noutro p lo. Por considerar os métodos pedagógicos tradicionais demasiado dogmáticos e impositivos, essa vertente inclina-se sobre o desenvolvimento de uma pedagogia específica para a Educa o Ambiental, através da perspetiva global e sist mica da realidade, da abertura da escola ao seu entorno, ao recurso da metodologia da resolu o de problemas ambientais locais concretos.

Mas foi a compreensão da Educa o Ambiental a partir de sua fun o social que propiciou o surgimento de tipologias dual sticas, com categorias intrinsecamente binárias: Carvalho (1994) inicialmente contrapôs uma Educa o Ambiental alternativa contra a Educa o Ambiental oficial. Quintas e Gualda (2000), Guimarães (2000) e Lima (1999), respetivamente, integraram a educa o *no processo de gestão ambiental* tornando-se uma Educa o Ambiental *emancipatória* em vez de *convencional*; Carvalho (2001) confronta uma Educa o Ambiental *popular* versus

uma Educação Ambiental *comportamental*. Tais tentativas procuram demarcar, através de elementos da Sociologia da educação, uma Educação Ambiental que se articula com as *forças progressistas*, contra uma outra que se articula com as *forças conservadoras* da sociedade, visando respetivamente a transformação ou a manutenção das relações sociais. O que une essas novas perspectivas da Educação Ambiental que diametralmente rompem com o modelo convencional, é a hipótese de que só será possível proteger a natureza se, ao mesmo tempo, se transformar a sociedade, pois apenas reformá-la não seria suficiente (Layrargues, 2002).

Ao pensarmos em que tipo de Educação Ambiental queremos praticar, devem ser levados em conta fatos como os seguintes:

- A crescente crítica contra a ingenuidade do modelo convencional de Educação Ambiental;
- A ausência de resultados palpáveis atribuídos à ação da Educação Ambiental;
- A mudança do contexto do ambientalismo, que deixou em segundo plano as atividades preservacionistas e conservacionistas para atuar em primeiro plano na construção de espaços públicos participativos de negociação da gestão ambiental;
- A necessidade de se buscar um enfrentamento político dos conflitos sócio-ambientais.

São fatos que depõem a favor de um certo modelo de Educação Ambiental, que, ao invés de investir na compreensão da estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos, investe prioritariamente na estrutura e funcionamento dos sistemas sociais; que ao invés de apontar soluções no âmbito individual e de ordem moral e técnica, aponte soluções no âmbito coletivo e de ordem política; que ao invés de se confundir com uma educação conservacionista, se assemelhe mais à educação popular; que ao invés de vislumbrar toda a humanidade como objeto da Educação Ambiental, almeje prioritariamente os sujeitos expostos aos riscos ambientais e as vítimas da injustiça ambiental e, sobretudo, que coloque em segundo plano conceitos e conteúdos biológicos do processo ensino-aprendizagem, para incorporar em primeiro plano, conceitos e conteúdos oriundos da Sociologia,

como Estado, Mercado, Sociedade, Governo, Poder, Política, Alienação, Ideologia, Democracia e Cidadania.

Segundo o princípio nº 4 do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social, a Educação Ambiental é um ato político, baseado em valores para a transformação social.

Seguidamente descreve-se a evolução histórica da Educação Ambiental a nível internacional.

Embora os primeiros registos da utilização do termo “Educação Ambiental” datem de 1948, num encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris, as orientações da Educação Ambiental começam a ser realmente definidos a partir da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente (1977), conhecida como Conferência de Estocolmo. “Com a participação de 113 países, esse evento, que denunciou a devastação da natureza que ocorria naquele momento, onde se atribuiu a inserção da temática da Educação Ambiental na agenda internacional e se deliberou que o crescimento humano precisaria ser repensado imediatamente” (Pedrini, 1998, p. 26). Nesse encontro, foram elaborados dois importantes documentos para a defesa do ambiente a nível internacional: a “Declaração Sobre Meio Ambiente Humano” e o “Plano de Ação Mundial”.

“A principal recomendação dessa conferência foi a de que deveria ser dada ênfase à Educação Ambiental como forma de se criticar e combater os problemas ambientais existentes na época” (Dias, 2000, p. 79). Os resultados fundamentais do encontro formal estabeleceram a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo que expressa a convicção de que, tanto as gerações presentes como as futuras, tenham reconhecido como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado (Tamanes, 1977)

Ainda como resultado da Conferência de Estocolmo, no ano 1972 a ONU criou um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, sediado em Nairobi. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou o primeiro curso de pós-graduação em Ecologia do país.

Vale ressaltar que nesse evento os países subdesenvolvidos não pouparam críticas aos países ricos, por acreditarem que estes queriam limitar o desenvolvimento económico dos países pobres “usando políticas ambientais de

controle da poluição como meio de inibir a competição no mercado internacional” (Dias, 2004, p.79).

Em 1975, lançou-se em Belgrado o Programa Internacional de Educação Ambiental, no qual são definidos os princípios e orientações para o futuro.

Cinco anos após Estocolmo, em 1977, ocorreu em Tbilisi, na Georgia (ex-União Soviética), a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, cuja organização ocorreu a partir de uma parceria entre a Unesco e o então recente Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA). Foi desse encontro, firmado pelo Brasil, que saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental que até hoje são adotados em todo o mundo. Outro documento internacional de extrema importância é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global elaborado pela sociedade civil planetária em 1992 no Fórum Global, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Esse documento estabelece princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade. Estabelece ainda uma relação entre as políticas públicas de EA e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais. Enfatiza os processos participativos voltados para a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

O Tratado tem bastante relevância por ter sido elaborado no âmbito da sociedade civil e por reconhecer a Educação Ambiental como um processo político dinâmico, em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social. A Agenda 21, documento também concebido e aprovado pelos governos durante o Rio 92, é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, Governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Além do documento em si, a Agenda 21 aponta para um processo de planificação participativa que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região, setor e planeja o futuro de forma socioambientalmente sustentável.

Em Tessaloniki, no ano de 1997, durante a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, os temas colocados no Rio 92 são reforçados. Chama-se a atenção para a necessidade de se articularem ações de EA baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação, além de práticas interdisciplinares.

Foi reconhecido que, passados cinco anos do Rio 92, o desenvolvimento da EA foi insuficiente. Como consequência, configura-se a necessidade de uma mudança de currículo, de forma a contemplar as premissas básicas que norteiam uma educação “em prol da sustentabilidade”, motivação ética, ênfase em ações cooperativas e novas concepções de enfoques diversificados.

Ainda no âmbito internacional, a iniciativa das Nações Unidas de implementar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), cuja instituição representa uma conquista para a Educação Ambiental, ganha sinais de reconhecimento de seu papel na abordagem da problemática socioambiental, na medida em que reforça mundialmente a sustentabilidade a partir da Educação. A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável potencializa as políticas, os programas e as ações educacionais já existentes, além de multiplicar as oportunidades inovadoras.

## **1.2. Evolução da Educação Ambiental nos países do Sahel**

Os países do Sahel são regiões onde os fatores de riscos ambientais para a saúde das pessoas ainda não foram resolvidos. As razões subjacentes a esta situação incluem o fracasso ou inadequação das políticas, a fraca capacidade institucional, a escassez de recursos e a reduzida consciência da relação ambiente - saúde entre os decisores políticos e da comunidade em geral.

Os múltiplos bens e serviços provenientes dos ecossistemas de biodiversidade, dos quais depende, em especial, o modo de vida saudável dos mais pobres, não são significativamente tidos em conta nos processos de desenvolvimento orientados para uma economia de mercado. Isto acarretou uma continuada deterioração dos recursos naturais e impactos negativos para a saúde. Acresce que a rápida urbanização e modernização da sociedade tiveram como

resultados riscos ambientais e sanitários que afectam desproporcionalmente os grupos mais pobres e vulneráveis. As considerações de natureza macroeconómica tendem a ganhar mais importância do que as políticas ambientais e sanitárias sustentáveis.

Um dos desafios colocados à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio elaborado no ano 2000 é o reconhecimento das interligações entre o ambiente, a saúde e o bem-estar das pessoas. A utilização insustentável dos ecossistemas em muitas partes de África tem provocado mudanças ecológicas graves e irreversíveis, privando as populações locais da base da sua saúde e bem-estar. Cerca de 60% dos serviços vitais dos ecossistemas mundiais estão já deteriorados ou encontram-se sob grande pressão. Os efeitos desta situação fazem-se já sentir em especial sobre as populações mais pobres e mais vulneráveis em todo o mundo.

Embora os decisores políticos em África venham reconhecendo as estreitas interrelações que existem entre a saúde e o ambiente, em muitos países as políticas do setor da saúde foram desenvolvidas separadamente das do setor do ambiente. Também não se verifica uma coordenação deliberada ao nível do planeamento ou da prestação de serviços.

As tecnologias de gestão dos riscos ambientais têm sido aperfeiçoadas e estão disponíveis. Na maioria dos países africanos, os principais obstáculos à aplicação generalizada das várias tecnologias giram em torno do acesso a instrumentos adequados e da capacidade de aplicação dos conhecimentos de base factual às ligações entre o ambiente e a saúde. A tradução dos dados factuais em políticas e programas é, por vezes, uma operação complexa, agravada pelo fato de os enquadramentos jurídicos e normativos continuarem a ser, em África, muito limitados e ineficazes.

A avaliação do impacto Ambiental sobre a saúde (AIA) constitui um importante instrumento de decisão, através do qual os problemas de saúde podem ser abordados, no sentido ascendente, relativamente ao planeamento e conceção do desenvolvimento. A AIA pode ajudar a definir a amplitude e determinar, avaliar e formular planos de gestão destinados a tratar dos principais problemas da formulação dos projetos de desenvolvimento. Embora a maior parte dos países

africanos disponha de um quadro para a avaliação do impacto ambiental, há uma falta de compreensão sobre o que é a AIA e capacidades reduzidas para a aplicar.

Pelo fato de as Políticas de Educação Ambiental em Cabo Verde serem comuns às dos países do Sahel, de que Cabo Verde faz parte, a abordagem deste tema será retomado no capítulo III referente ao Marco Institucional da Educação Ambiental em Cabo Verde.

### **1.3.A Educação Ambiental no ensino formal e não formal**

Entende-se Educação Ambiental como sendo o conjunto de procedimentos direcionados para a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltados para a preservação do ambiente promovendo a sua sustentabilidade. A Educação Ambiental pode ser formal ou informal. De acordo com Castro (2003), a Educação Ambiental formal é um processo institucionalizado que ocorre integrado nas diferentes unidades curriculares do ensino público e privado, abrangendo a educação básica, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Aparece igualmente integrado na educação superior, na educação especial, na educação profissional e na educação de jovens e adultos.

Como diz Castro (2003), a educação não-formal constitui-se de ações e práticas educativas voltadas para a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e bem como para a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

A educação não-formal possui os seguintes pré-requisitos no seu desenvolvimento:

- Identificação de problemas ambientais locais e construção de propostas para superação dos mesmos;
- Utilização de linguagem simples e de metodologias que valorizem a observação e percepção dos grupos, assim como de práticas simples que possibilitem reflexão, construção e reconstrução do conhecimento;
- Potencialização das ações que já estejam sendo realizadas pelos professores/as ou por outros integrantes da comunidade ou de áreas

próximas que possam ser visitadas, que estejam ou não sendo assessoradas por órgãos públicos ou da sociedade civil.

Trilla (1985) esclarece que em algumas obras se faz clara distinção entre a Educação Ambiental formal e Educação Ambiental não formal. A primeira refere-se àquela Educação Ambiental integrada ao modelo do sistema formal do ensino e a segunda aos programas extra-escolares dirigidos a crianças, jovens ou adultos. A Educação Ambiental não formal é um processo de práticas educativas intencionalmente organizadas, dedicada à população de todas as idades e que pode orientar-se em diversas vertentes desde a aquisição de conhecimentos ao desenvolvimento de valores e atitudes positivas para o ambiente, passando inclusive por atividades lúdicas.

Os meios utilizados pela Educação Ambiental não formal são bastantes heterogêneos incluindo a utilização de mídias, reportagens, programas educativos, campanhas, conferências. A prática de Educação Ambiental possui um tipo específico de estratégia e de planificação.

A Educação Ambiental não formal, devido ao seu âmbito de atuação e ao seu público-alvo, é um grande campo, fértil e promissor, para promover a consciencialização, o conhecimento, o desenvolvimento de competências, o estabelecimento de compromissos e ações por parte de indivíduos e da coletividade na busca de proteção e melhoria do meio ambiente e de qualidade de vida para as gerações presentes e futuras (UNESCO, 1986). Teoricamente, a Educação Ambiental não formal está mais capacitada para responder a questões ambientais locais que têm um significado mais social e de utilidade para a comunidade uma vez que é menos voltada ao atendimento de necessidades académicas.

Um dos grandes problemas no que se refere à aplicação efetiva de Educação Ambiental não formal é a diversidade a que ela deve atender.

A prática de Educação Ambiental possui tipos específicos de estratégias e de planos que ajudam a delineá-la como uma pedagogia inovadora e de grande projeção. Ela requer condições que devem ser atendidas para a prática de Educação Ambiental como a interdisciplinaridade, a relação de causa e efeito, a



visão global da questão ambiental, o internacionalismo da problemática, uma nova abordagem ética e a realização de ações visando o desenvolvimento sustentável.

A necessidade da Educação Ambiental foi reconhecida pela comunidade internacional na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente (1972). Os Organismos das Nações Unidas, em particular a UNESCO e as outras instituições internacionais interessadas adotaram, após consulta e de comum acordo, as disposições necessárias para estabelecer um programa educativo internacional de ensino interdisciplinar, escolar e extra-escolar, relativo ao ambiente, cobrindo todos os graus de ensino e dirigindo-se a todos, jovens e adultos, com vista a fazer-lhes conhecer a ação simples que tal dinâmica poderia empreender, nos limites das suas possibilidades, para gerir e proteger o seu ambiente.

A UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) lançaram conjuntamente, desde 1975, um programa internacional de Educação Ambiental, que permitiu a organização da Conferência Intergovernamental de Thilissi em Outubro de 1977.

O Director Geral da UNESCO declarava nessa conferência que, “por mais inquietantes que os perigos possam ser, ele estava convencido de que o homem, graças ao seu poder de reflexão e ação saberá enfrentar os problemas presentes e vindouros, desde que queira sincronizar o seu desenvolvimento com necessidade de salvaguardar e valorizar o seu ambiente, quer dizer, utilizar com seriedade os instrumentos que lhe fornecem a ciência e a tecnologia e adotar um comportamento moral que lhe permita agir como um ser racional preocupado com a melhoria para ele próprio e a sua descendência, do seu habitat natural e social. Neste empreendimento a educação poderá e deverá desempenhar um papel decisivo.

Visto que a Educação Ambiental deve ser de carácter essencial e aberto a todos, a sua instauração em todos os níveis da educação, tanto escolar como extra-escolar, constitui uma mais-valia. Desta forma, torna-se necessário modificar as estruturas institucionais para que estes dois tipos de educação sejam complementares, e será indispensável coordenar todos os recursos educativos de cada comunidade, ou mesmo integrá-los.

Entre os princípios básicos, a Conferência de Tbilisi recomenda que a Educação Ambiental deve:

- I. **Considerar** o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspetos naturais e criados pelo homem, tecnológicos e sociais (económico, político, técnico, histórico-cultural, moral e estético);
- II. **Constituir** um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar, e continuando através de todas as fases do ensino formal e não-formal;
- III. **Aplicar** um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada; (Unesco-Conferência de Tbilissi, 1977, pp. 31-32).

Enquanto processo contínuo e permanente, a Educação Ambiental, deve atingir todas as fases do ensino formal e não formal; deve examinar as questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, analisando suas causas, consequências e complexidade.

Constata-se, portanto, que o sistema educacional configura-se como o melhor meio de transmissão de conhecimentos e práticas, pois, exerce a função de promover a socialização de indivíduos. Desta forma, torna-se necessário diligenciar uma Educação Ambiental que contemple a realidade dos educandos e que, ao mesmo tempo, valorize suas práticas e o seu quotidiano no sentido de que eles são sujeitos sociais que recebem e exercem influências sobre o ambiente.

A Educação Ambiental é um processo de aprendizado que busca formar uma consciência sobre a postura do homem em relação ao meio ambiente. Tem como objetivo informar sobre a postura do homem e sensibilizar as pessoas sobre os problemas ambientais e suas possíveis soluções buscando transformar os indivíduos em participantes das decisões de sua comunidade. Daí a importância de se trabalhar desde cedo a Educação Ambiental no ensino formal, sendo integrada ao currículo de forma a promover uma melhor aprendizagem e despertar a sensibilização do aluno, contextualizando com a sua realidade na formação do cidadão crítico e participativo (Brügger, 2004).

O debate sobre a temática do desenvolvimento sustentável no âmbito escolar, tomando a Educação Ambiental como uma auxiliar de todo esse processo, é uma forma de contribuir e considerar posturas responsáveis com o meio ambiente, e se tratando da complexidade da Educação Ambiental no âmbito escolar, os resíduos sólidos são ainda, um dos grandes problemas existentes, em virtude da falta de estudos que procurem identificar em quais situações a Educação Ambiental, aliada às práticas ambientais, pode intervir na perspectiva de desenvolvimento sustentável no ambiente escolar, e no dia-a-dia dos alunos.

O desafio das políticas públicas constitui na necessidade de encontrar soluções novas para os diversos problemas ambientais, no âmbito escolar e sua relação com o desenvolvimento sustentável, e que poderão, através da Educação Ambiental, em escolas públicas, tendo em vista a compreensão da realidade dos alunos, contribuir com uma postura responsável dos mesmos e influenciar o seu entorno, ajudando assim a preservar o meio ambiente, e conseqüentemente com uma proposta de desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o espaço escolar torna-se um instrumento de consciencialização que é fundamental na produção de conhecimento e na preocupação com a formação de indivíduos capazes de entender, e serem responsáveis pelas ações em relação ao ambiente em que vivem.

Com a Educação Ambiental, as crianças e adolescentes têm a possibilidade de promover mudanças no seu comportamento e influenciar outras pessoas em relação aos problemas ambientais.

É necessário analisar a relação entre o que e como fazer para que os alunos adquiram uma consciência ativa, para que possam assumir posições significativas com valores referentes ao seu comportamento e influenciar outros na proteção do meio ambiente e melhoria na qualidade de vida, e, conseqüentemente para o desenvolvimento sustentável.

Outra forma de pensar a Educação Ambiental é abordada por Medina (2002), no histórico do processo de formação de multiplicadores em Educação Ambiental. Dessa forma, é destacada a importância da instituição escolar, o papel dos discentes e docentes no contexto educacional e na mudança de comportamento, através do efeito multiplicador das ações ambientais.

Para isso, a autora reflete sobre a complexidade da instituição escolar como sistema integrador e multiplicador das ações inovadoras no currículo escolar, como também, com repercussão na sociedade através dos efeitos diretos nos alunos e professores e indiretos, através desses, na sociedade como um todo.

Neste contexto, Medina (2002) destaca o papel inovador do efeito coletivo de ensino aprendizagem no ambiente escolar destacando que a Educação Ambiental, como tema transversal na Escola, torna-se alternativa de produção de

um novo pensar e viver a sociedade, e conseqüentemente mudar comportamentos diante de situações integradoras de visão de mundo.

Segundo Medina (2002), as experiências compartilhadas, o diálogo e a reflexão coletiva são alguns dos fatores que contribuem para a construção de sentidos livremente compartilhados. Neste caso, a autora afirma que é a Educação Ambiental o instrumento que pode levar a consolidar modelos vivenciados através da potencialização participativa da sociedade.

Outro ponto fundamental levantado por Medina (2002) é a capacitação de agentes sociais, através da Educação Ambiental para serem multiplicadores de ações em diferentes esferas e contextos sociais. As conferências internacionais levantaram questões das pressões sobre as formas de uso dos recursos naturais, o que reflecte assim a urgência de capacitar a sociedade para usar racionalmente os recursos, através de ações que promovam mudanças de comportamento.

Para Medina (2002), a Educação Ambiental revela uma nova visão e percepção dos espaços na relação sociedade-natureza. Dessa forma, torna-se necessário propor ações transformadoras da realidade envolvendo diferentes agentes sociais.

As práticas ambientais pedagógicas podem induzir mudanças de valores e comportamentos dentro e fora da sala de aula. Deve-se mudar não só as práticas quotidianas na escola, mas levá-las para fora dela, através de um processo de renovação educativa. Neste caso, o papel do educador é de reinventar as práticas docentes incentivando as inovações pedagógicas.

Em todo o caso, a autora destaca que as práticas pedagógicas com a componente da Educação Ambiental promovem problemas que serão compartilhados e solucionados por todos. Nesse sentido, as atividades de Educação Ambiental deverão estar presentes no currículo escolar bem como nas atividades extracurriculares. Estas práticas, que devem dar ênfase ao ensino das disciplinas, com a questão ambiental, criam um círculo de compromisso, principalmente em todos os conteúdos, sensibilizando toda a comunidade escolar, com impacto na planificação estratégica das instituições de educação.

As práticas escolares em diferentes realidades interferem, segundo Medina (2002), no processo de ensino-aprendizagem propondo que as teorias de educação,

teorias curriculares, teorias de ensino e teorias de organização sejam coerentes com as práticas de ensino-aprendizagem a fim de modificar os métodos e as práticas docentes, propondo conhecimentos significativos para os alunos pensarem na sociedade de forma coletiva.

Considerando que cada indivíduo tem um conhecimento específico sobre as relações entre a sociedade e a natureza, com valores e costumes singulares que necessitam de revalorização e reafirmação de mudança de comportamento, para que coletivamente consiga agir ambientalmente diante de situações que no seu dia-a-dia desafiam sua interpretação.

Segundo Medina (2002), torna-se necessário que o professor esteja preparado para lidar com as estratégias didáticas e com os métodos de ensino, para promover no ambiente escolar o interesse dos alunos no exercício da sua cidadania. Neste momento, o desafio é segundo a autora, propor avaliações qualitativas adequando-as às necessidades de ensino aprendizagem, incentivando a participação do aluno em busca de uma cidadania ambiental.

Além disso, destaca-se que o processo participativo, onde todos possuem direitos e deveres para com a Educação Ambiental, é fundamental para propor novos significados ao contexto sócio-ambiental. Neste sentido, professor e currículo são indutores do processo de dinamização da concepção de ensino-aprendizagem, como também de revalorizar as experiências quotidianas do aluno, planificando as ações por meio de dinâmicas de forma holística e integradora.

Para o desenvolvimento de cidadania ambiental são necessários investimentos em educação, na formação e na multiplicação de agentes sociais capazes de transformar os seus comportamentos em rede.

Sabemos que a Educação Ambiental não está restrita à sala de aula, ou seja, ao conhecimento formal. Também é importante o conhecimento adquirido fora da sala de aula. O que se propõe aqui é unir o conhecimento informal com o conhecimento formal para debater temas relacionados não somente com o meio ambiente, mas, sobretudo com as relações que possibilitem entender a natureza e as práticas produzidas pelas sociedades através do seu comportamento humano, seja ele social, político, económico ou cultural. Entretanto, prioritariamente, promove-se a participação imediata dos envolvidos e, como o espaço da sala de aula é o

primeiro momento desses diálogos, entre os professores e os alunos com o meio em que vivem, viabiliza-se a possibilidade de teorização do conhecimento prático do seu dia-a-dia. Nesse sentido, entende Zeppone (1999, p.330), “por Educação Ambiental informal todo e qualquer trabalho desenvolvido fora do âmbito escolar, o que não descaracteriza seu aspeto educativo”.

A relação entre sociedade e natureza, mediada pela escola com o papel fundamental de Educação Ambiental, requer canais mais sólidos do que simplesmente o ensinar, metodologias que possibilitem aos alunos e professores pôr em prática conhecimentos produzidos por ambos, para o exercício da cidadania ambiental, neste caso, acentuando o compromisso que cada cidadão tem em relação ao meio ambiente.

O envolvimento é fundamental para consolidar o processo de Educação Ambiental, tornando o sujeito parte integrante do processo, para superação dos conflitos ambientais. O espaço do saber, neste caso aqui representado por nós como ambiente escolar, tem que ser múltiplo, proporcionar uma visão integradora do ambiente em que vivemos, e a Educação Ambiental pode auxiliar na conjugação das ciências para possibilitar tal efeito. Neste sentido, a sala de aula é o espaço mais indicado para colocar em prática situações vividas pelos diferentes alunos nos espaços de convivência quotidiana. Práticas essas que podem alterar comportamentos em escala, do indivíduo, na família e na sociedade em geral.

A UNESCO tem vindo a alertar para o papel da Educação, não como um fim em si mesmo mas como um meio para alcançar um futuro sustentável. Depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), outras reuniões internacionais se seguiram, reconhecendo a necessidade de valorizar a educação num horizonte de aprendizagem ao longo da vida, num mundo que sofre mudanças muito rapidamente. Esta ideia é reforçada no resumo executivo do documento básico para a Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: Educação e sensibilização para a sustentabilidade, que decorreu em Thessaloniki, Grécia em 1997.

No âmbito desta ideia desenvolvida pela UNESCO consideramos que, de acordo com Caride e Meira (2004. p. 10), para conseguirmos uma “formação integral e contínua de todas as pessoas, dando a cada uma delas a oportunidade de

participarem ativamente e de forma plena num projeto de sociedade”, é necessário uma “educação capaz de suscitar mudanças nas mentalidades, atitudes, saberes e condutas, que por sua vez desafie pessoas e comunidades na exigência de harmonizar o seu «mundo vivido» com as modificações científicas, tecnológicas, económicas, culturais e ambientais nas quais se expressa a modernidade tardia ou avançada segundo o olhar mais ou menos crítico com todas as suas variantes pós-modernas, incluindo o “ mundo por viver”.

Neste contexto, enquadrado por “compromissos explícitos com a integridade dos sistemas ecológicos e construção de um mundo mais justo, ético e com harmonia, situa-se a Educação Ambiental como proposta e resposta educativa para um desenvolvimento que prevê um presente/futuro sustentável; (...)”. “A Educação Ambiental, cremos, é uma oportunidade entre outras para que seja exequível assentar a educação e a sociedade sobre novas bases filosóficas, epistemológicas e antropológicas: criadora e impulsionadora de novos pontos de vista e estratégias no diálogo educação-ambiente, inspiradora de novos conteúdos e métodos, pedagógicos, geradora de iniciativas solidárias e de responsabilidades partilhadas, promotora de coesão e integração social, garante de direitos e liberdades cívicas possibilitando uma ética ecológica biocêntrica, etc.” (Caride e Meira, 2004, pp. 12-17).

Segundo o ponto de vista do Pujol (2001), os problemas ambientais assumem importância social, a partir do momento em que o indivíduo e a própria sociedade tomam consciência de que precisam da natureza para poderem viver. As ligações entre a sociedade e a natureza resultam de um reflexo das organizações económicas e políticas estabelecidas pela sociedade. Por conseguinte os problemas ambientais resultam das referidas organizações.

No livro *Saber Ambiental*, (Leff (2000, pp. 54-84) propõe uma discussão sobre conceitos como *progresso*, *crecimento* e *desenvolvimento* a partir da óptica ambiental. Para este autor, a crise ambiental configura um problema de conhecimento pelo que é necessário encarar uma realidade social diferente, de modo a que se verifiquem mudanças nos e sobre os conceitos de *produção* e *educação*. O autor defende o diálogo de saberes, onde podem ser considerados os diferentes tipos de *educação* mas com uma maior atenção para a Educação Ambiental como forma de resolver os problemas do ambiente.

Ao longo de todo o século XX, com as inúmeras reuniões que marcaram tanto os cenários nacionais como os internacionais, no âmbito da Educação Ambiental, a consciência sobre as questões à volta da problemática ambiental foi aumentando, constituindo, nos anos 70, um motor para o empreendimento de novas políticas ambientais, destinadas a diminuir os problemas ambientais, fruto do grande crescimento económico que se vinha desenvolvendo após a Segunda Guerra Mundial. A partir dessa data têm, então, início modelos económicos cujas bases assentam no aspeto ambiental.

A educação tem como finalidade contribuir para o exercício da cidadania e para o espírito crítico dos cidadãos, dando-lhes a possibilidade de melhorarem a qualidade do nosso “domicílio da vida”, (Sauvé & Orellana, 2003, p. 277). De acordo com Meira (2000), o aperfeiçoamento da qualidade de vida de uma comunidade depende tanto das possibilidades e dos limites estabelecidos pelo ambiente para garantir a satisfação adequada das necessidades básicas a médio e longo prazo. É importante que as políticas educativas se encaixem em marcos estratégicos integrais, devendo-se apreciar a dimensão educativo-ambiental como um dos seus principais eixos transversais.

Nesta base surge uma nova representação dinâmica de gestão ambiental baseada na *autonomia* das populações. O trabalho pedagógico está interligado à busca de compreensão da diversidade de alternativas possíveis de ação e dos processos de desenvolvimento e estruturação entre atores sociais envolvidos, proporcionando-nos um leque de opções no campo social, técnico e político e no exercício da mediação de conflitos resultante do pluralismo de crenças e sistema de valores sobre o património natural.

Leff (2001) sugere que sejam promovidas políticas integradas munidas de pessoas com visão integradoras. Este autor critica, ainda, a tendência atual do ambiente ter de ser subjugado às necessidades externas sem que algo seja feito em seu benefício.

Nas duas últimas décadas têm-se produzido várias discussões à volta das diferenças entre a Educação Ambiental e Educação para o Desenvolvimento Sustentável, promovidas por diversas organizações internacionais, nomeadamente pela UNESCO e pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).



A expansão do discurso da sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável tem chegado a distintos campos de atividade e do saber, entre os quais o da educação.

Iniciou-se, assim, no discurso traduzido em documentos de algumas políticas públicas (educativas, ambientais e de desenvolvimento de alguns países europeus), assim como de alguns organismos/documentos internacionais (UNESCO, Conferência do Rio, “informe” Delors), a proposta de uma “educação para a sustentabilidade” ou “educação para o desenvolvimento sustentável”, numa tendência de abarcar ou substituir a Educação Ambiental. No entanto, continuam as ideias que já estiveram presentes na Conferência de Estocolmo (1972) e nos documentos da *fundação da EA* sobretudo na Declaração de Tbilissi (1977). Como refere Sauvé (1997b), estes princípios incluíram os elementos fundamentais para um desenvolvimento sustentável (DS) envolvendo a necessidade de se considerarem os aspetos sociais, ambientais e as suas rela es entre o crescimento econ mico; a ado o das perspetivas do pensamento local e global e a promo o da solidariedade internacional.

Vale recordar que o conceito de *desenvolvimento sustentável* surge nos anos 80, do século passado, num contexto de crise que o capitalismo atravessava, assim como numa tendência das políticas neo-liberais, de uma forma subtil, definirem orienta es para a resolu o de problemas resultantes dos modelos de desenvolvimento que vinham promovendo.

Na Conferência das Na es Unidas sobre Ambiente Humano em Estocolmo, realizada no ano 1972,   feita a ‘Recomenda o 96’, onde está presente a importância de um esforço internacional cooperativo para promover a Educa o Ambiental. Os organismos da ONU, especialmente a UNESCO, definiram um Programa Internacional de EA, com uma abordagem interdisciplinar, na escola e fora dela, em todos os níveis educativos e dirigido ao público em geral, especialmente os cidadãos que vivem em áreas rurais e urbanas, para gerir e controlar o seu ambiente (Caride e Meira, 1995).

Suav  e Orellana (2003) consideram que para além de uma educa o “acerca de”, “sobre”, “para” o ambiente, a EA   basicamente a nossa rela o com o ambiente. Desta forma   importante que os educadores saibam estimular a discussão e compreensão crítica da crise sócio-ambiental problematizando a

diversidade de concepções de sustentabilidade apresentadas, nos seus argumentos, valores, objetivos, posições ético-políticas e nas suas implicações sociais, para que se possa ajudar a definir os caminhos que cada um quer seguir no seu projeto e prática educativa tendo em conta as dimensões da nossa relação com o ambiente apresentadas por Sauv e e Orellana (2003).

A Educa o Ambiental constitui uma educa o ampla e abrangente, preparada para reagir às constantes mudanças do planeta.   importante que esteja presente no ensino formal quanto no não formal. A Educa o Ambiental, no contexto formal possibilitará novos rumos ao meio ambiente, proporcionando aos professores habilidades para formar alunos críticos, conscientes e responsáveis.   por meio da práxis, ou seja, a o-reflexão-a o, que poderemos chegar a uma consciência crítica, capaz de perceber os problemas ambientais e refletir sobre o que estamos fazendo para proteger o meio ambiente.

Ao se propor trabalhar esse tema na escola, deve-se buscar uma prática pedagógica bem motivadora para despertar o interesse dos alunos trazendo uma grande intera o no processo ensino-aprendizagem. Nessa prespetiva, Costa e Lopes (1992) consideram que   fundamental desenvolver os conceitos ambientais de forma atrativa, por meio de atividades lúdicas. Deste modo, Negrine (1997), em afirma que quando a criança chega   escola, leva as qualidades, construídas a partir de suas vivências, por meio de atividade lúdica. Portanto, a Educa o Ambiental   um instrumento de informa o e sensibiliza o, uma componente fundamental para uma reflexão de um modelo de sociedade mais sustentável, indispensável para se exercer a plena cidadania em união com a conserva o do meio ambiente e qualidade de vida.

Para reconhecer o verdadeiro sentido da Educa o Ambiental   necessário um trabalho interdisciplinar que pode ser realizado em todas as etapas do ensino.

Todas as crianças e adolescentes matriculados ou não nas institui es escolares devem receber um ensino que contribua para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A Educa o Ambiental nos leva a pensar em novas formas de a es em rela o ao meio ambiente. Constitui uma educa o ampla, preparada para reagir às

constantes mudanças do planeta. Portanto, deve dirigir-se a pessoas de todas as idades e de todos os níveis sociais, tanto na educação formal quanto na não formal.

As escolas são muito importantes para a sociedade, conseqüentemente, são responsáveis pela transformação desta. Ao longo dos anos de formação, o indivíduo toma conhecimento de conteúdos de natureza diversa. Então, estudar as questões ambientais nas aulas é contribuir para a formação de discentes conscientes, responsáveis e críticos, mas, com certeza, isso constitui um grande desafio aos docentes.

Cada educador, ao assumir a Educação Ambiental como componente básico de seu fazer pedagógico, não poderá furtar-se a desenvolver as ações decorrentes deste compromisso, seja em termos curriculares seja em termos de atividades extracurriculares. É preciso que o educador tenha conhecimento dos documentos legais que podem ser utilizados para justificar seus procedimentos para as aulas de Educação Ambiental. (Ruiz, 2003 p. 55).

Partindo dessa proposta, percebe-se a necessidade de os professores abordarem a questão ambiental nas suas aulas ou em trabalhos extracurriculares, todavia, é imprescindível conhecer os documentos legais da Educação Ambiental, e não somente da situação do meio ambiente, para garantir o processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

Trabalhar a Educação Ambiental nas escolas pode ser, de certa forma complicado e complexo, pois, dependendo da localização (zona rural ou urbana) pode-se ou não obter êxito na sua promoção. Porém, a Educação Ambiental, presente nas atividades escolares, pode ser um grande incentivo para os discentes pensarem e atuarem em mudanças, na expectativa de que muitos mudem suas atividades para o bem do meio ambiente.

A Educação Ambiental deverá ser trabalhada na escola como processo educacional em todas as instâncias de formação e disciplinas do currículo, pois, independentemente das datas comemorativas, a Educação Ambiental integra-se no processo educacional como um tema transversal que envolve conteúdos, formação de conceitos e a aquisição de competências para agir na realidade de forma transformadora. Deve provocar a sensibilidade, a produção de consciência do meio

ambiente em geral e a compreensão crítica das questões ambientais decorrentes da sua utilização pelas sociedades humanas no seu percurso histórico. (Ruiz, 2003).

É fundamental que a Educação Ambiental seja trabalhada em todas as disciplinas do currículo. Isso significa que não é necessário ter no currículo escolar uma disciplina específica de Educação Ambiental. No contexto ambiental, é importante a participação de todos que integram os sistemas educacionais, ou seja, a unidade escolar, o professor, o aluno e a própria comunidade.

Auxiliar e criar condições para que esses alunos mergulhem em suas histórias faz parte de um processo pedagógico que visa legitimar suas vozes. Para tanto, não basta apenas falar. “Torna-se necessário recordar numa perspectiva dialética, ou seja, perceber quais os motivos que produziram esta história, bem como a reflexão sobre estes e as suas possibilidades de mudança” (Silva, 2003, p. 84).

É esse o caminho a ser seguido nas escolas de educação básica, o professor deve auxiliar na formação do aluno para que busque no dia-a-dia alternativas que viabilizem soluções para a preservação do meio ambiente. Como salienta Silva (2003), “não basta apenas falar”. Assim, nas escolas, é necessário que o professor não somente fale sobre os problemas ambientais, mas motive seu aluno a refletir a respeito dos assuntos e suas possibilidades de solução.

A tomada de consciência somente existirá na formação de um indivíduo se este conseguir fazer uma relação entre a teoria e a prática, ou seja, como a práxis (ação-reflexão-ação). É necessário agir, pensar e agir novamente em prol de um meio ambiente preservado e que promova cada vez mais a vida para a humanidade.

A Educação Ambiental traz consigo uma nova pedagogia que surge da necessidade de orientar a educação dentro do contexto social e na realidade ecológica e cultural onde se situam os sujeitos e atores do processo educativo. Por um lado, isto implica a formação de consciências, saberes, e responsabilidades que vão sendo moldados a partir da experiência concreta com o meio físico e social, e buscar a partir dali soluções aos problemas ambientais locais. (Leff, 2001, p. 257).

Então, a partir da ideia recuperada acima, muito poderá ser feito em relação ao meio ambiente, porém, o professor precisa colocar-se como agente do processo educativo e formar alunos conscientes e responsáveis, para agir em defesa do meio

ambiente. Não basta somente pensar nas alternativas de solução, é preciso colocá-las em prática.

Dias (2004, p.49), procurando discutir o papel do trabalhador social no processo da mudança, aborda a ideia de que o ser humano deve fazer opções na vida. “Não pode ser uma pessoa neutra perante o mundo; ou adere uma mudança social ou se permanece na qual está. Feita a opção irá determinar seu papel na sociedade.”

Podemos evitar vários problemas ambientais do futuro no presente, porque alguns problemas podem se estender por anos, mas, ao amenizá-los diariamente poderemos solucioná-los antes.

A pluralidade de conhecimentos e valores que podemos adquirir com a Educação Ambiental é grande, então, com o apoio da escola e da comunidade, o aluno se interessará ainda mais em proteger o meio ambiente. A Educação Ambiental pode facilitar várias atividades reflexivas e críticas, além de despertar sentimentos pela natureza, pois se pararmos para pensar e analisar o complexo do meio ambiente, há uma biodiversidade que precisa ser preservada.

Ao ensinar a Educação Ambiental, o professor deve ser capaz de utilizar uma metodologia que permita aos alunos pensarem reflexiva e criticamente. Uma ampla forma de trabalhar a Educação Ambiental é discutir o ambiente em que a própria unidade escolar está inserida, pois devemos começar a pensar de como está o ambiente, para encontrar estratégias que solucionem os problemas.

A proposta Curricular de Ruiz (2003, p.58) aborda que “o reconhecimento do problema, o estudo de suas causas e consequências, o tipo de sociedade que engendrou este problema, leva necessariamente à interrogação sobre o papel da escola diante dos fatos e de que forma ela pode agir com relação aos mesmos.”

Questionar os alunos sobre as estratégias que gostariam que os professores usassem para ensinar a Educação Ambiental é muito importante. Instigá-los a opinar a respeito das aulas ou de como deveria ser o processo da Educação Ambiental, é contribuir definitivamente para a construção do conhecimento. Assim, seriam criadas condições para uma aula mais agradável e produtiva, e a relação professor-aluno seria mais interessante e harmoniosa.

Podemos afirmar que somente por meio da consciência ambiental será possível melhorar os problemas do ecossistema natural mundial. Porém, todos precisam estar conscientes de que preservar o que resta do meio ambiente é a única maneira de prolongar a vida no planeta, principalmente a humana.

Quanto à necessidade de maior profundidade em relação à Educação Ambiental, pode-se basear nas palavras de Dias (2000, p. 100), as quais registam que a “Educação Ambiental pretende desenvolver o conhecimento, compreensão, habilidades, motivação, para adquirir valores, mentalidades e atitudes necessários para lidar com questões e problemas ambientais e conseqüentemente encontrar soluções sustentáveis.”

A consciência ambiental é um processo que possibilitará a preservação, e restauração do meio ambiente. Esse processo será construído por meio do ensino-aprendizagem na educação básica, ou seja, a práxis, que fará um diálogo entre alunos e professores.

Dias (2004, p. 78) diz que “o diálogo ou a práxis, devem ser entendidos como ação-reflexão-ação. Não se pode enfatizar apenas um dos elementos, mas se enfatiza ou exclusiva a ação, com o sacrifício da reflexão, palavra se converte em activismo. Este que é ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo.”

Ainda, segundo o autor, qualquer destas dicotomias, ao gerar-se em forma inautêntica de existir, gera formas inautênticas de pensar.” (Dias, 2004, p. 78). Sendo assim, acredita-se que não há como construir uma consciência crítica e ambiental se o diálogo não for usado como instrumento. Porém, se for usado como práxis ou ação-reflexão, não se pode destacar apenas um, pois assim se obterá um pensamento copiado dos outros, inautêntico, com falas de outras pessoas, sem produzir a própria.

Tentar amenizar a crise ambiental, atualmente, parece algo utópico. Entretanto, se todas as pessoas refletissem sobre de que modo estão contribuindo para uma maior degradação do meio ambiente e agissem a favor da proteção, muito mudaria; afinal, somos seres humanos e parte do meio ambiente, portanto, precisamos aprender a viver em equilíbrio.

A consciência ambiental manifesta-se como uma angústia de separação de sua origem natural, como o pânico de ter entrado num mundo incerto, impenetrável, evasivo e pervertido da ordem simbólica. Contudo, a Educação Ambiental está longe de ter penetrado e trazido uma nova compreensão do mundo no sistema educacional formal. (Leff, 2001, pp. 242-243).

Os professores precisam articular a ideia de o aluno viver em harmonia com a natureza, mas, para isso, é preciso consciência. Uma consciência sem medo, com coragem de lutar pelo bem do meio ambiente. É necessário formar alunos com mentalidades conscientes e habilidades para lidar com essa realidade ambiental complexa, havendo, assim, esperança de mudar esse contexto no qual se encontra o planeta.

A metodologia teórica e prática da Educação Ambiental poderá ser realizada por intermédio do estudo de temas geradores que englobam aulas críticas, palestras, oficinas e saídas a campo. Esse processo oferece possibilidades para os professores atuarem de maneira a englobar toda a comunidade escolar e do bairro na recolha de dados para resgatar a história da área para, enfim, conhecer seu meio e levantar os problemas ambientais e, a partir da recolha de dados, à elaboração de pequenos projetos de intervenção.

A Educação Ambiental no ensino formal tem vindo a ser preocupação a nível nacional e internacional e é consensualmente reconhecida a abordagem interdisciplinar como ideal numa perspetiva de trabalhar a Educação Ambiental no contexto social e ter um enfoque na educação para a sustentabilidade.

No quadro internacional várias instituições, associações públicas e privadas e cidadãos em geral, vêm realizando, documentos orientadores, projetos, estudos e planos, para a Educação Ambiental no ensino formal. Os diferentes documentos têm sido organizados para diferentes público-alvos trabalhadores, crianças em idade escolar, organizações, associações, municípios entre outros colocando em prática ações de Educação Ambiental em diferentes contextos.

Tomando como referência Brasil, a Educação Ambiental destaca-se a partir das décadas de 1970 e 1980, emergindo como um campo muito complexo, marcado pela influência de diversos grupos sociais que contribuíram na definição de seu perfil e na direção de sua trajetória. De entre os grupos que muito influenciaram as

discussões acerca da Educação Ambiental, podem-se citar os organismos internacionais (ONU, UNESCO), instituições científicas e educacionais, os movimentos sociais e as ONGs ambientalistas, (Lima 2009).

Também esta realidade recomenda a inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino.

Em 1996 é aprovada a Lei Federal nº 9.394, Lei de Directrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que, embora não explicita claramente a Educação Ambiental, indiretamente evidencia a necessidade de um trabalho envolvendo as questões ambientais no currículo escolar. Em 1997 são aprovados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “que terminaram consolidando a posição do Conselho Federal de Educação de 1987 de não constituir a Educação Ambiental como disciplina específica, tendo adquirido em sua formulação final o carácter de tema transversal (Saito, 2002, p. 49).

Vale ressaltar que os PCNs postulam, ao falar de “transversalidade”, a necessidade de realização de um trabalho interdisciplinar, no qual há a integração e o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento. A publicação da Lei nº 9.795/99 vem reafirmar a necessidade da interdisciplinaridade, no seu artigo 10: “Art. 10º A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal.

A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”. Também o Plano Nacional de Educação do Brasil (PNE) (2013) contempla a Educação Ambiental a partir de uma perspectiva interdisciplinar, posicionando-se a favor da construção de um currículo integrado. É de ressaltar a elaboração, em 1998, dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN), documento que institui formalmente o ‘meio ambiente’ como um tema transversal dos currículos escolares. Estas iniciativas implicam em mudanças nas estruturas e práticas educativas desenvolvidas nas instituições escolares.

Conforme a Legislação da Educação Básica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, a educação nacional é estabelecida como descreve o Art. 22: “A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o



exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

No contexto de Cabo Verde deverá ser instaurada uma pedagogia participativa apoiada em situações motivantes próximas dos alunos.

As atividades deverão ser organizadas em 4 níveis de acordo com Gonçalves (2003), a saber:

- Saber – permitir a aferição dos conhecimentos abordados;
- Fazer – explorar técnicas de trabalho;
- Pensar – apontar para o pensamento lógico e para a Educação Ambiental;
- Diário – instruir para a criação de uma Atividade específica relacionada com o tema abordado.

Deverão ser privilegiadas atividades do contexto escolar, bem como atividades do contexto familiar, de forma a desenvolver no aluno uma certa harmonia na aquisição de conhecimentos nas duas vertentes familiar e escolar.

### **Fase do Pré- Escolar**

Nesta fase do pré-escolar, o educando será confrontado e sensibilizado para os problemas do seu ambiente mais próxima, nomeadamente do meio familiar, do meio escolar e a sua vizinhança permitindo-lhe atingir uma maior maturidade em todo este processo.

Deve-se apresentar temas mais básicos e as modalidades das atividades a serem implementadas nesta fase contribuem para a aquisição e aplicação prática dos conhecimentos mencionados anteriormente e far-se-á através de atividades em sala de aula incluindo canções, cartazes, imagens, mensagens verbais, poemas, poesias, vídeos, atividades que pensamos poderem facilitar a aprendizagem, de modo a favorecer a observação e sustentar a reflexão. Trata-se de atividades de ensino-aprendizagem, de fácil aquisição. A avaliação das mesmas nesta fase recai, sobretudo, no domínio psicomotor, sócio afetivo e cognitivo e far-se-á através de exercícios de manipulação, de observações de comportamento do educando na

escola e fora da escola e através da realização de atividades relacionadas com a descrição de imagens.

Segundo Villani e Freitas (1998) em estudos realizados em cursos de prática de ensino, com alunos de graduação, é possível estabelecer três categorias progressivas de sucesso escolar: envolvimento intelectual, emocional, e o confronto e posicionamento do educando em relação ao saber científico. Tendo em conta as diferenças de faixa etária entre os alunos alvos da pesquisa de Villani e Freitas (1998) e apresentada neste ponto, considera-se que estas categorias também podem ser aplicadas neste caso em termos de sucesso deste trabalho. O envolvimento emocional é conquistado com o desenvolvimento do trabalho prático. Os alunos têm a sua curiosidade e interesses estimulados com a possibilidade de utilização de materiais diferentes e pelo desenvolvimento da prática.

O segundo estágio é apresentado como aquele em que se verifica o envolvimento intelectual e é marcado pelo esforço dos alunos para pensar e procurar trabalhar os problemas. Durante a avaliação feita no âmbito deste estudo, ficaram evidentes as características desse estágio. E, por fim, o terceiro estágio que seria o mais importante e desconhecido da literatura: o confronto e o posicionamento dos aprendizes em relação ao saber científico em que o aluno vai decidir perante situações problemáticas.

### **Fase do Ensino Básico**

Segundo uma lógica de progressão, esta fase consolida a primeira fase, pré-escolar, que é essencialmente orientada para o ambiente imediato da criança, e inclui novas situações de aprendizagem.

Sugere-se que nesta fase sejam aplicados trabalhos de grupo e trabalhos autónomos a serem desenvolvidos em casa como formas de envolver a família e a articulação dos conhecimentos com os colegas da mesma turma. As modalidades de concretização far-se-ão através de fichas de trabalho, audiovisuais, textos, pesquisas e poemas.

A avaliação da segunda fase incidirá sobre os 3 domínios de formação da criança tendo com base a taxionomia de Bloom: o domínio cognitivo, o afetivo e o psicomotor.

Dever-se-á colocar a tónica sobre as observações, as análises e as ações práticas, prevendo-se testes de aquisição de conhecimentos, grelha de observação do educando e de atividades práticas.

### **Fase do Ensino Secundário**

Na fase do ensino secundário consolida-se o que foi apreendido nas etapas anteriores do pré-escolar e do ensino básico. Nesta fase poderá ser introduzido novos temas práticos segundo a atualidade e as especificidades nacionais. Deve se dar a tónica nas atividades práticas integrando sempre as noções científicas ressaltando o inquérito, observação, *atelier*, campanhas de sensibilização.

Fuchs (2008) considera primordial que a vivência do aluno seja privilegiada para que ele possa compreender que faz parte da natureza e que ela, por sua vez, faz parte dele, e, uma forma de concretizar isso é trazê-la para dentro da sala de aula, fazendo o aluno interpretar, interagir, analisar como os seus atos interferem na construção da paisagem. Assim, concordamos que as atividades devem estabelecer uma relação entre o que o aluno apreendeu e a sua realidade quotidiana. As atividades devem proporcionar condições de relacionar o que aprendeu com o que conhece, devendo utilizar o conhecimento adquirido em outras situações, ou seja, elas contemplam a necessidade que o aluno tem de construir seu conhecimento de forma a torná-lo útil na sua vida, faz com que a curiosidade e a busca de esclarecimentos tornem a aprendizagem um prazer.

As avaliações, sob a forma de questionários de composições e testes de avaliação, incidirão sobre os aspetos, sócio-afetivos e psicomotores através de: i) exercícios de aquisição de conhecimentos; ii) grelhas de observação de comportamentos dos alunos e de realização de atividades práticas.

### **1.4. Novas práticas de abordagem da Educação Ambiental**

A característica mais importante da Educação Ambiental é provavelmente a sua abordagem orientada para a solução de problemas concretos. Trata-se de permitir aos indivíduos, qualquer que seja o grupo da população a que pertençam e qualquer que seja o nível em que situem, ter consciência dos problemas que provoquem constrangimentos ao bem-estar individual e coletivo, elucidar as suas

causas e determinar os meios próprios de os resolver. Deste modo, os indivíduos poderão participar numa definição coletiva das estratégias e das ações visando a resolução dos problemas que afetam a qualidade do ambiente.

A Educação Ambiental deverá ser orientada para ações que privilegiem a sensibilização para o ambiente, a aquisição de conhecimentos, a aptidão para resolver problemas, a clarificação dos valores e a participação direta ou indireta em ações de proteção e de melhoria do ambiente no seio da comunidade.

A fim de proporcionar pertinência e eficácia aos processos educativos, a Educação Ambiental deverá afastar-se de uma conceção clássica, centrada nas noções pré-estabelecidas e caracterizando-se pela transmissão destas pelo docente, seja diretamente sob a forma de discurso, seja indiretamente, sob a forma de um diálogo implicando uma demasiada passividade da parte dos alunos. Mais, deve-se fazer com que este saber, muitas vezes fragmentado e fechado no seio de disciplinas particulares, não seja apresentado segundo os hábitos intelectuais, mas tenha em consideração os modos de pensar do aluno, do adolescente e do próprio adulto. Por outro lado, deve-se evitar os inconvenientes de uma pedagogia exclusivamente informativa. É fato que a educação deve informar, mas a informação pura não poderá sozinha proporcionar uma formação suficiente. Esta não é uma soma de uma série de informações. Se a informação desempenha um papel importante na sensibilização do público, ela não é suficiente para ensinar a maneira de resolver os problemas.

Um dos princípios estruturantes do trabalho com Educação Ambiental é sua abordagem integrada das questões socioambientais o que significa dizer que o/a educadora(o) individualmente precisa desenvolver essa habilidade de visão sistémica, contrapondo-se na maioria das vezes à sua bagagem de formação fragmentada. Por sua vez, as ações de Educação Ambiental devem ser permanentes permeando assim todo o universo das ações desenvolvidas no contexto escolar e fora dele.

Reforçando esta abordagem com um estudo feito sobre a Educação sobre o desenvolvimento: Princípios do Ensino Aprendizagem no âmbito do Segundo o Plano Nacional de Ação Nacional para o Ambiente (2004), a Educação Ambiental não deverá pois limitar a sua ação à difusão de novos conhecimentos, mas sim, ela

deve ajudar o público a pôr em causa as ideias sobre os diversos problemas e os sistemas de valores onde estas ideias se inserem.

É necessário preparar os jovens alunos a analisar eles próprios as situações problemáticas complexas, a fim de os ajudar a levantar um certo número de problemas. Poder-se-á, seguidamente, tentar analisar cada um dos problemas levantados. Aconselha-se que se parta da experiência, campo de apreensão dos alunos, embora imediato e os problemas que lhes interessam e os motivam.

A Educação Ambiental adota um papel relevante no sistema do ensino, com o objetivo de analisar a ética, a moral, a harmonia e o respeito dos homens pela natureza e entre eles próprios.

Do ponto de vista de Cascino (1999), as problemáticas ambientais, atualmente, constituem de preocupações e motivo de debate das comunidades, já que existe a consciência de que a fragilidade da natureza coloca em risco a sobrevivência humana. Este fato propiciou nas últimas décadas a formação de movimentos ambientalistas, que, favorecidos pelo crescimento das preocupações ecológicas e ambientais, criou condições para o aparecimento e o desenvolvimento de um currículo referente a estas questões.

Desta maneira deve-se priorizar um currículo que proporcione uma relação de maior ligação entre teoria e prática quotidiana, relação esta necessária para a visão e compreensão do aluno sobre a realidade social e ambiental do mundo moderno. Neste contexto, Cascino (1999), enfatiza esta relação propondo novos meios educacionais, onde o currículo não deve ser voltado apenas a sobrevalorização de disciplinas, em detrimento da eficácia dos conteúdos destinados à compreensão dos ecossistemas naturais e os estágios de destruição, conservação ou recuperação; não podemos mais nos restringir à sistematização de práticas pedagógicas que se destinam quase que exclusivamente a transmitir conhecimentos frios, que tomam o meio como algo distante, cuja existência humana é dependente, mas apenas no âmbito de relação material e mecânica de sobrevivência.

A Educação Ambiental deve ser promovida de forma a contemplar a realidade dos educandos e que, ao mesmo tempo, valorize suas práticas e o seu quotidiano, no sentido de que eles são sujeitos sociais que recebem e exercem influências sobre o ambiente. Atualmente, há a necessidade de se discutir a

importância da educação para a construção de uma nova ética Ambiental, já que, se considera não haver melhor meio de transmissão do que o sistema educacional, que em síntese, exerce a função de promover a socialização de indivíduos e a construção do cidadão.

Neste sentido, o meio ambiente deve ser entendido e utilizado como instrumento necessário para a formação de cidadãos conscientes, aptos e capazes de tomar decisões e promover ações sobre a realidade sócio-ambiental, devendo estar comprometido com a vida, com o bem-estar individual e coletivo, tanto a nível local, como global.

Os currículos relatam que para alcançar estes objetivos, torna-se necessário que o sistema educacional, especialmente, a escola, além de trabalhar com teoria/conceitos e informações sobre os temas sócio ambientais, se comprometa a trabalhar com atitudes, formação de valores, e com as habilidades e os procedimentos do processo ensino-aprendizagem. Pretende-se pois que se aliem os conceitos teóricos ao quotidiano dos alunos possibilitando assim, uma visão mais crítica sobre as relações sócio-ambientais a nível local e global, presentes em seu dia-a-dia.

É nesse sentido que Dias (2004, p. 148), afirma: “o fator mais importante que contribui para a especificidade da Educação Ambiental é, sem dúvida, sua ênfase na resolução de problemas práticos que afetam o meio ambiente humano.” E ainda acrescenta: “disso deriva outra característica fundamental da Educação Ambiental, a abordagem interdisciplinar, que considera a complexidade dos problemas ambientais e a multiplicidade dos fatores ligados a eles”. Nesse contexto um dos princípios básicos da Educação Ambiental, apresentado pela Política Nacional de Educação Ambiental, é o pluralismo de ideias pedagógicas na perspectiva da inter, multi e transdisciplinar.

Considerando-se que um dos grandes desafios da Educação Ambiental é sua inserção na educação formal sob a ótica interdisciplinar, reconhece-se que, para trabalhar neste sentido, são necessários esforços de muitas áreas. Destaca-se que:

aos educadores cabe a responsabilidade de acordar o aluno para o bom senso de descobrir dentro de si a autoconfiança e potencialidade para o exercício de sua cidadania, desencadeando posturas e atuações mediante as dificuldades sócio ambientais. Os ensinamentos e práticas pedagógicas para os novos paradigmas da educação exigem conhecimentos metodológicos específicos, bem como novas relações com os conteúdos holísticos (Flick, 2009, para 12).

Dias (1992), refere que a foi na perspetiva da Conferência Intergovernamental da Educação Ambiental de Tbilisi (1977), que a Educação Ambiental (EA) passou a ter a seguinte definição: “dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.” (p. ix)

A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi propôs como um dos princípios básicos da Educação Ambiental aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspetiva global e equilibrada. A cerca deste princípio Dias (2004, p.117) afirma “pela própria natureza do ambiente, dadas as suas múltiplas interações de fundo ecológico, político, social, económico, ético, cultural, científico e tecnológico, não se poderia tratar o assunto em uma única disciplina.” Uma importante contribuição neste aspeto poderá ser contemplada nos Planos Curriculares Nacionais através da transversalidade dos temas, cujo meio ambiente é um deles.

Para tentar colocar em prática as recomendações da Conferência de Tbilisi o Ministério de Educação e Desporto de Cabo Verde definiu que a Educação Ambiental deve ser uma componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, com carácter formal e não-formal que deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua envolvendo todos os professores. Na verdade, a abordagem interdisciplinar defende a superação da fragmentação do saber.

A abordagem interdisciplinar das questões ambientais implica utilizar a contribuição das várias disciplinas conteúdo para se construir a compreensão e explicação do problema tratado e desse modo, superar a compartimentação. Implica, também, em envolver as populações e valorizar seus conhecimentos.

A abordagem interdisciplinar também é recomendada a nível da educação não formal por meio de articulação entre os diversos atores sociais do poder público, instituições educativas, empresas, sociedade entre outras em que cada um tem a sua incumbência específica.

O enfoque interdisciplinar nos problemas do ambiente implica com efeito que se considere em primeiro lugar o sistema no qual se inscreve o aspeto da realidade que constitui um problema. É necessário, logo no início, para explicar um fenómeno, estabelecer um quadro de referência global integrando a contribuição particular das diversas disciplinas e pondo em evidência as suas interdependências.

A respeito da interdisciplinaridade Leff (1993) afirma que é necessário concentrar esforços na formação de professores e pesquisadores, incluindo os processos de autoformação e estratégias para elaborar conteúdos curriculares integrados. Acreditamos, conforme sugere o referido autor, que, para a educação formal, será um válido caminho o estabelecimento de seminários permanentes de professores para discussão, criação e avanços de novos métodos, de práticas e conhecimentos ambientais. O aperfeiçoamento de conteúdos curriculares e de práticas sociais e pedagógicas inovadoras nos cursos superiores, poderá ser alcançado com a práxis pedagógica, propugnando indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

Na prática nota-se que a Educação Ambiental é trabalhada como sendo uma componente independente e esta observação leva-nos a refletir sobre a necessidade de mudança de abordagem da Educação Ambiental.

Neste contexto Sato (2004) assegura que:

todo o projeto de investigação ambiental, quando possível, deve buscar uma interação entre as diversas dimensões inerentes à questão ambiental adquirindo, a Educação Ambiental, um carácter interdisciplinar, reforçando a utilização de uma abordagem integradora para a compreensão da problemática ambiental, como resultado da dinâmica do sistema natural e das interações entre os sistemas social e natural (p. 9).

As preocupações ambientais começam a dar origem a políticas de ambiente no início dos anos 70 (séc. XX), mas naquela época, a relação ambiente-economia era de conflito: entendia-se que o crescimento económico só era possível à custa da degradação dos recursos naturais. Procurava-se o equilíbrio entre o desenvolvimento e a proteção do ambiente, entendidos como objetivos igualmente almejáveis mas incompatíveis. O reconhecimento das falhas da forma tradicional levou à procura de formas diferentes de relacionamento entre o ambiente, a economia e a sociedade.

O conceito de desenvolvimento sustentável veio a surgir em 1987, através do relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento em 1991,



conhecido por Relatório Brundtland, tendo-se vulgarizado na Cimeira da Terra do Rio de Janeiro em 1992. Assim, desenvolvimento sustentável define-se como um modo de desenvolvimento e uso dos recursos que garante simultaneamente as necessidades da geração presente e das gerações futuras. Ou, de forma mais vulgar, é a gestão do ambiente e da sociedade hoje de maneira que os nossos netos se orgulhem de nós amanhã. Este conceito de desenvolvimento é inovador em dois aspetos básicos. Em primeiro lugar, reconhece-se que ambiente natural e desenvolvimento sócio-económico não são antagónicos mas sim inter-dependentes. Em segundo lugar, valoriza-se a ideia da solidariedade inter-geracional. Em síntese, entende-se hoje o desenvolvimento sustentável como dependente de três pilares igualmente fundamentais: sociedade, ambiente natural e economia. Ressalta-se que só existe verdadeira sustentabilidade se todos os três pilares forem respeitados: não podemos prejudicar uma dimensão em função do benefício do outro.

No domínio social, sustentabilidade envolve a defesa inflexível dos direitos humanos, desde o elementar direito à vida até aos direitos civis, mesmo que isso implique prejudicar certos negócios. No domínio ecológico, sustentabilidade significa anular a degradação de recursos nomeadamente combustíveis fósseis, poluição, impacto líquido de projetos de desenvolvimento, espécies e habitats; No domínio económico, sustentabilidade significa que a atividade económica tem de ser rentável e baseada em recursos renováveis.

Há que reconhecer que nossa sociedade está ainda longe da sustentabilidade, e a transição não vai ser cómoda nem pacífica. É necessária nova mentalidade e instrumentos inovadores, desde as tecnologias às instituições. Haverá certamente muitos obstáculos e acidentes de percurso, mas já temos uma noção razoável do percurso que devemos trilhar.

O progresso para um desenvolvimento sustentável e uma sociedade mais justa não se fará apenas com leis ou tecnologia mas sim a partir de uma verdadeira revolução das mentalidades, a começar pelos valores éticos e mudança de mentalidades.

De seguida abordamos algumas das dimensões que conduzem ao desenvolvimento sustentável:

O desenvolvimento sustentável assenta em quatro grandes bases de sustentação: a dimensão ambiental, a social a económica e a institucional.

### **Dimensão ambiental**

Os recursos comuns e com horizontes económicos longos, por exemplo a floresta, a pesca, a água, o ar, o solo, a fauna, a flora ou os minerais, devem ser objeto de políticas de conservação a longo prazo. Mesmo no caso de propriedade privada, por exemplo do solo, deve haver uma tutela pública forte em matérias como o ordenamento do território e a proteção contra a erosão e a poluição. A exploração e gestão dos recursos naturais públicos poderão nalguns casos ser conduzidas por privados, mas garantindo ao Estado a capacidade de intervenção se necessário. A criação de grandes obras públicas, vias de comunicação, aproveitamentos hidráulicos, sistemas de saneamento, centros culturais e desportivos têm sido uma forma comum de intervenção do estado caboverdiano desde há séculos. O motivo oficial para tais obras é sempre o “desenvolvimento”, mas muitas vezes falta clareza nos objetivos, na fundamentação técnica, nas contas e nos critérios de decisão, resultando em obras com má relação custo benefício.

### **Dimensão económica**

Toda a nossa economia tem como base os recursos naturais. A água é um bem essencial, tendo a sua poluição ou má gestão, implicações imediatas na saúde pública, na qualidade de vida e nas atividades económicas;

A agricultura depende da qualidade dos solos, das águas superficiais e subterrâneas, bem como do clima;

A pesca depende estritamente do estado dos *stocks* pesqueiros, hoje na sua maioria em risco de ruptura devido à sobrepesca e/ou poluição;

Quase toda a indústria depende de matéria-prima natural, sejam elas de origem mineral, animal ou vegetal: agro-indústria, celulose e papel, têxteis, curtumes, mobiliário, materiais de construção, metalurgia, indústria química e petroquímica, biotecnologia, são os principais exemplos;

O turismo é hoje em dia cada vez mais dependente do ambiente, como demonstram as campanhas publicitárias do setor em Portugal e noutras paragens

onde existem recursos nessa dimensão a ganhar projecção no ambiente económico atual.

Os produtos e serviços ligados ao ambiente representam hoje um dos setores económicos com maior potencial de crescimento. O efeito combinado das crescentes exigências legais e do valor atribuído pela opinião pública ao ambiente fazem desta área um verdadeiro manancial de oportunidades de negócio, dos “produtos verdes” aos equipamentos de despoluição, da consultoria ambiental ao turismo de natureza.

As decisões dos atores sociais, das famílias às empresas e instituições, são fortemente influenciadas por motivações económicas. É portanto fundamental, para além da educação e regulamentação, estabelecer regras económicas tais que interessa aos agentes económicos proteger o ambiente.

As empresas são o principal motor da economia. Portanto, o grande salto no modelo de desenvolvimento acontecerá quando as próprias empresas mudarem de paradigma de funcionamento. Não basta o lucro, nem a legislação, nem sequer instrumentos económicos desenhados para promover o desempenho ambiental. É igualmente importante que empresas queiram assumir uma responsabilidade social, que seja reconhecida pelo público num cenário de sociedade da comunicação.

Num universo global cada vez mais competitivo e tecnológico, as principais vantagens competitivas deixaram de ser a proximidade das matérias-primas de base e a mão-de-obra barata, para passarem a ser a qualidade, a inovação e a eficiência de gestão. O ambiente aparece hoje como um fator central de competitividade das empresas em diversas vertentes.

Pela sua eficácia, tem ganho crescente popularidade o uso de ferramentas de gestão ambiental.

### **Dimensão social**

Todos os cidadãos são atores importantes na determinação da política de ambiente e desenvolvimento, a três níveis.

Em primeiro lugar, pelas nossas ações individuais do dia-a-dia, no uso da água e energia, na contenção do consumismo, no destino a dar ao lixo, nas nossas decisões como consumidores e eleitores - estas pequenas ações têm um poder

extraordinário quando multiplicadas por milhões de pessoas. Em segundo lugar, mediante iniciativas organizadas, através de um grupo de amigos, um clube, ou simplesmente no emprego ou escola: de um modo geral, trazer para o local de trabalho, estudo ou lazer uma filosofia menos imediatista e mais ambientalista.

Em terceiro lugar, através da intervenção em processos decisórios, como a produção de legislação ou a avaliação de planos e projetos. Aqui impõe-se uma ação cívica organizada e uma preparação técnica superior, por exemplo através de organizações não-governamentais especializadas, ambientalistas e outras, ou dos partidos políticos.

Em resumo, qualquer pessoa, independentemente da sua capacidade económica, nível cultural ou estatuto sócio-profissional, pode e deve atuar em prol do ambiente - tendo em mente que tal atuação será com certeza benéfica, tanto para si individualmente, como para a sociedade como um todo.

### **Dimensão Institucional**

Esta dimensão corresponde ao nível do vigor e dinamismo inovador que numa sociedade tem a interação entre órgãos de soberania, associações cívicas, agentes sociais e económicos e a cidadania em geral.

Os instrumentos políticos elaborados no âmbito do desenvolvimento sustentável, embora com resultados positivos, não alcançaram todos os objetivos nos quatro patamares. Segundo Schmidt (2008), em Portugal, a Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável (ENDS) (2005) foi considerada incipiente pelo que se criou um grupo de missão para redigir uma nova Estratégia.

Podemos constatar que muitos resultados preconizados pela Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável não foram alcançados e que faltam várias iniciativas para atingir os princípios da sustentabilidade.

A nível do Comércio falta a definição de medidas para a internalização dos custos ambientais na economia mundial nomeadamente no setor agrícola e energético. Não foi avançado com o conceito de dívida ambiental, tendo em conta a inexistência de metas na adoção de políticas para uso e produção de energias renováveis em larga escala.

Na dimensão ambiental denota-se a ausência de esforço para ratificação dos acordos saídos da Cimeira do Rio de Janeiro, tais como a desertificação, a desflorestação e a perda da biodiversidade. Também não foi considerado o princípio da precaução na gestão dos recursos naturais consagrados na Cimeira do Rio, segundo a qual os efeitos de uma ação devem ser previamente avaliados em termos de riscos.

A nível do consumo não ficou obrigada a informação aos consumidores que respeitem critérios ambientais e de direitos humanos, nem a rotulagem ecológica.

No quadro institucional, registe-se a ausência de mecanismos de controlo e penalização que assegurem que o plano de ação, os convénios e as parcerias sejam executadas. Ausência de medidas para uma reforma institucional no seio das Nações Unidas que criarem uma Organização Mundial do Ambiente e um Tribunal Internacional para Crimes Ambientais parecem constituir assim e ainda os grandes desafios institucionais para a questão do Ambiente em Cabo Verde.

Concluimos este capítulo reafirmando que a temática “educação ambiental e suas práticas” a nível internacional, desperta nos grupos sociais novas formas de compreensão e reflexão. Com isto, deixa-se um conjunto de contributos que permitem refletir sobre esta temática a nível nacional, o que constitui objeto de estudo do próximo capítulo.



## CAPITULO II – ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo descreve-se o contexto de estudo voltado para o tema de investigação em estudo, e procedeu-se a análise de diferentes contextos e formas de promoção da Educação Ambiental visando proporcionar uma compreensão mais contextualizada da relevância do problema em análise e para o qual temos o objetivo de encontrar e partilhar algumas soluções.

Com efeito, propõe-se refletir sobre as principais características de Cabo Verde, espaço central deste estudo, analisando os seus pressupostos a partir de referências teóricas produzidas sobre a temática da Educação Ambiental, procurando enquadrar as prespetivas da análise ao contexto de estudo. Daí, ter-se considerado pertinente e oportuno trazer as principais características físicas e geográfica do país para fundamentar o estudo. Procurou-se dar um enfoque na descrição do saneamento básico, na organização atual do sistema de ensino e em particular, para o ensino básico.





## **2. Contexto da Investigação**

### **2.1. Caracterização Física e Geográfica de Cabo Verde**

Cabo Verde está situado na zona tropical do Atlântico Norte a cerca de 500 Km do promontório africano de onde lhe veio o nome. O seu território localiza-se entre as latitudes 14° 23' e 17° 12' Norte e as longitudes 22° 40' e 25° 22' Oeste. O arquipélago é constituído por dez ilhas e oito ilhéus, divididos em dois grandes grupos consoante a posição face ao vento alísio do nordeste: i) o Grupo de Barlavento, que integra as ilhas de Santo Antão (754 Km<sup>2</sup>), São Vicente (228 Km<sup>2</sup>), Santa Luzia (34 Km<sup>2</sup>), São Nicolau (342 Km<sup>2</sup>), Sal (215 Km<sup>2</sup>), Boa Vista (622 Km<sup>2</sup>) e os ilhéus Raso e Branco e, ii) o Grupo de Sotavento, que integra as do Maio (267 km<sup>2</sup>), Santiago (992 km<sup>2</sup>), Fogo (477 km<sup>2</sup>), Brava (65 km<sup>2</sup>) e os ilhéus Secos ou de Rombo.

Pela sua posição geográfica, Cabo Verde marca a extremidade ocidental da faixa do Sahel, caracterizada por condições climáticas de aridez e semiaridez, na dependência de fenómenos que acompanham as migrações anuais seculares da convergência intertropical e seus efeitos desastrosos quando, nos movimentos para norte, tal faixa pluviogénica da circulação atmosférica não alcança as ilhas.

Na solidez dos edifícios vulcânicos, uns mais conservados, como o Fogo, ou mais alcantilados, como Santo Antão e Santiago, outros muito erodidos, como o Sal, Boa-Vista e Maio, não há riquezas minerais de valor económico. Seguidamente no quadro 4 está representado a topografia das ilhas de Cabo Verde.

**Quadro 4 -Topografia das ilhas do arquipélago de Cabo Verde**

<b>Ilhas</b>	<b>Comprimento máximo (m)</b>	<b>Largura máxima (m)</b>	<b>Superfície máxima (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>Altitude máxima (m)</b>
Santo Antão	42.750	23.970	779	1.979
São Vicente	24.250	16.250	227	744
Santa Luzia	12.370	5.320	35	395
São Nicolau	44.500	22.00	343	1.303
Sal	29.700	11.800	216	406
Boa Vista	28.900	30.800	620	390
Maio	24.100	16.300	269	436
Santiago	54.900	28.800	991	1.392
Fogo	26.300	23.900	476	2.829
Brava	10.500	9.310	64	976

**Fonte: Adaptado de Bebiano (1932)**

A dificuldade em quantificar as alterações climáticas em África permanece, em parte, devido à complexidade dos climas regionais e das características geográficas que lhe estão associadas. A isto, acrescenta-se o fato de que não existem projeções climáticas específicas para Cabo Verde que permitam definir com precisão os impactos projetados e, posteriormente, o quadro da vulnerabilidade futura. No entanto, as projeções para a região da África Ocidental, ainda que incertas, dão uma ideia dos cenários climáticos em Cabo Verde.

A insularidade de Cabo Verde confere ao país uma extrema vulnerabilidade face às mudanças climáticas, que é agravada pela escassez de recursos humanos, técnicos e financeiros para fazer face a situação. A variabilidade do clima assim como as condições limitativas quanto ao uso dos recursos naturais do Arquipélago, nomeadamente a água e os solos, constituem os principais eixos da vulnerabilidade em Cabo Verde.

Às características físicas acresce uma série de dinâmicas sociais que mais expõem o país a futuros eventos climáticos. Cientes da fragilidade dos ecossistemas, da insularidade e da vulnerabilidade que caracterizam o país, foram

elaborados os instrumentos de implementação da estratégia de desenvolvimento visando a integração da problemática ambiental no processo de planeamento e na promoção de um desenvolvimento durável. Foram definidos na Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza, no Programa de Luta Contra a Pobreza e no Plano de Ação Nacional para o Ambiente os eixos estratégicos de intervenção nos domínios da economia, do ambiente, da segurança e da redução da pobreza, visando o crescimento continuado da economia, de forma sustentada, o aprofundamento permanente da coesão nacional, a melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos, bem como um maior espaço de participação e afirmação absoluta e substancial da cidadania.

Em Cabo Verde não existem cursos de água superficiais permanentes. As características climáticas e geomorfológicas determinam que a maior parte dos vales sejam percorridos por cursos de água temporários, durante a estação chuvosa. As chuvas, muitas vezes violentas, formam torrentes com duração de algumas horas ou dias. Na ilha de S. Antão, os cursos de água são alimentados pelas nascentes, e mantêm um caudal apreciável durante todo o ano.

O clima é do tipo subtropical seco, atingindo a humidade valores abaixo dos 10%. Caracteriza-se por uma curta estação das chuvas, de Julho a Outubro, e por precipitações por vezes torrenciais e muito mal distribuídas no espaço e no tempo.

A precipitação média anual, de 230 mm, tende a baixar desde a década de sessenta do século passado, com reflexos negativos nas condições de exploração agrícola, e no abastecimento de água. Cerca de 20% da água de precipitação perde-se através de escoamento superficial, 13% infiltra-se recarregando os aquíferos e 67% evapora-se (Plano de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, 2010)

Os solos são, na sua grande maioria, esqueléticos e pobres em matéria orgânica. Apenas 10% das terras emersas são, potencialmente aráveis; destas, 95% vêm sendo ocupadas pela agricultura de sequeiro e os restantes 5% pela agricultura de regadio (PAIS do setor Ambiente e Agricultura, Silvicultura e Pecuária).

A hidrografia de Cabo Verde é constituída de leitos de escoamento ocasionais, ou sazonais, formando vales encaixados e escoamentos torrenciais, que normalmente desaguam no mar. A natureza do relevo origina correntes de água rápidas e caudalosas, de pouca duração e importantes caudais de ponta.

O regime hidrológico torrencial a que o arquipélago se vê submetido traz, como consequência, um importante arrastamento de sólidos, fenómeno favorecido pela pouca vegetação, pendentes abruptas e solos pouco profundos.

Segundo Bebiano (1932), a orientação e forma de algumas ilhas situadas a Oeste da ilha do Sal, apontam para uma distribuição das mesmas, de forma alinhada, obedecendo a Direção E-W. Esta posição é corroborada pela orientação dos inúmeros diques e filões existentes na ilha de Santo Antão. O relevo submarino das ilhas do grupo de Sotavento mostra também para uma orientação semelhante. Tais observações permitem concluir que os fenómenos vulcânicos responsáveis pela formação das ilhas desencadearam-se ao longo de uma fractura de orientação E-W.

Burri (1973), defende a existência três fracturas principais: uma fractura de Direção WNW-ESE, da qual resultaram as ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau e os ilhéus Branco e Raso; uma outra com Direção aproximada N-S que está na origem das ilhas de Sal, Boa Vista e Maio, e uma terceira com orientação ENE-WSW, responsável pelas ilhas de Santiago, Fogo e Brava, bem como pelos ilhéus Rombos. Baseando-se em aspetos geomorfológicos, este autor sugere que as ilhas que ficam sobre a fractura N-S são provavelmente as mais antigas do arquipélago.

Segundo os estudos feitos pelo Bebiano (1932), a maioria das ilhas apresenta uma orografia que consiste na existência de cadeias montanhosas, notáveis aparelhos vulcânicos bem conservados, numerosos e extensos vales muito encaixados e profundos designadas ilhas montanhosas. Por outro lado, existem ilhas com grandes zonas aplanadas conhecidas por ilhas rasas. Algumas ilhas do arquipélago apresentam altitudes notáveis. A ilha do Fogo apresenta a maior altitude do país, o Pico do Vulcão atinge os 2829 metros. Na ilha de Santo Antão, o Topo da Coroa possui 1979 metros, na ilha de Santiago, o Pico da Antónia atinge os 1392 metros e na ilha de São Nicolau, o Monte Gordo alcança os 1304 metros. Contrastando com estas ilhas, as ilhas orientais ou rasas (Sal, Boa Vista e Maio) e a ilha de Santa Luzia, apresentam um relevo suave, com extensas áreas aplanadas como são os casos da Terra Boa na ilha do Sal, a Vila de Sal Rei na Boa Vista e as Terras Salgadas, na ilha do Maio. Na ilha do Maio, por exemplo, o ponto mais elevado é o Monte Penoso com a altitude de 436 metros. No Sal e na Boa Vista são

o Monte Grande e o Monte Estância com 406 e 387 metros, respetivamente e, em Santa Luzia a altitude máxima é de 395 metro

Segundo o III Relatório Nacional de Biodiversidade (2006) a flora indígena de Cabo Verde é formada por 224 espécies, das quais 85 são endémicas e as restantes são espécies espontâneas naturalizadas. O mesmo relatório refere que a fauna indígena de Cabo Verde engloba 177 das quais 22 espécies são endémicas e as restantes são consideradas naturalizadas. A fauna marinha possui um número muito reduzido de formas indígenas, sendo as esponjas, com 257 espécies e os corais, os animais marinhos com o maior número de representantes endémicos.

Apesar dessa riqueza biótica dos ecossistemas cabo-verdianos, constata-se o fenómeno da degradação ambiental que provoca ameaças sobre a saúde dos nossos recursos vivos.

A perceção do estado de degradação dos recursos biológicos fez com que o Governo tomasse algumas medidas nomeadamente o Decreto nº 1/2005, de 21 de Março, que aprova a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES) e a Emenda ao artigo XXI adotada em Gabão-1983; o Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, sobre o regime jurídico da Rede nacional de áreas protegidas; Decreto nº 13/2005 que aprova a Convenção sobre Conservação de Espécies Migratórias, o Decreto-Lei n.º 7/2002, de 30 de Dezembro que estabelece as medidas de conservação e proteção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção.

Não obstante as medidas acima mencionadas, a degradação da biodiversidade cabo-verdiana verifica-se de forma preocupante. Esse grau de degradação está, aliás, evidenciado em diversos documentos já publicados, nomeadamente a Primeira Lista Vermelha de Cabo Verde.

De uma forma geral, a redução dos efetivos populacionais das componentes da biodiversidade deve-se principalmente à depredação, destruição de *habitats* e à introdução de espécies exóticas.

A vulnerabilidade das espécies marinhas cabo-verdianas, sobretudo as das zonas costeiras, tem aumentado, apesar de existirem medidas legislativas no sentido de se minimizar a pressão sobre elas e os seus *habitats*. Não obstante a adoção dessas medidas, o meio marinho tem experimentado mudanças como

resultado do aumento de pressão das capturas dos peixes comerciais, da extração de areias e da deposição de sedimentos nas zonas litorais como resultado das atividades realizadas no interior das ilhas.

Os planos ambientais inter-setoriais da biodiversidade e das pescas, elaborados de forma participativa, e os planos estratégicos de gestão dos recursos da pesca e de desenvolvimento da agricultura, são, por excelência, os instrumentos de gestão da biodiversidade, capazes de contribuir para uma gestão otimizada dos recursos biológicos em Cabo Verde.

A economia cabo-verdiana subdivide-se em três setores de atividades, o setor primário, particularmente a agricultura, o secundário, sobretudo na áreas da construção e o terciário, onde se destacam os subsectores do turismo, dos transportes, da banca e seguros. O forte crescimento económico registado em Cabo Verde, no decurso da última década, modificou profundamente a sua estrutura económica, consagrando a primazia do setor dos serviços e perda de importância em termos de valor acrescentado do setor primário, em particular a agricultura. Recentemente, o setor terciário conheceu o crescimento mais forte. O setor secundário é dominado pelo subsector da construção que representa cerca de 29,4% do PIB. Apesar de fundamental na criação da base produtiva do país, o crescimento do setor industrial continua largamente condicionado pela necessidade de importação de matérias-primas.

O setor primário foi progressivamente perdendo peso na economia cabo-verdiana na medida em que a adversidade das condições climáticas locais não permite que os rendimentos agrícolas sejam significativos o que associado ao nível de tecnologia incipiente, não propicia ganhos de produtividade relevante. A posição geográfica do arquipélago, no prolongamento da região sahelina, marcada por períodos de seca prolongada e pluviosidade muito irregular, estão na origem da prática de uma agricultura de subsistência. Dados do Instituto Nacional de Estatísticas apontam para uma quebra de 9% para 6%, no período 1999 a 2006, atribuída a sucessivos maus anos agrícolas.

À semelhança do que se verifica com o setor das pescas, o peso da agricultura no PIB em 2006 (4,8%), mantém-se praticamente inalterado comparativamente a 2005 (5,2%). O setor da pesca, apesar das indústrias de

transformação de pescado têm experimentado algum desenvolvimento com a instalação de algumas unidades industriais no Mindelo, representa ainda uma parte modesta no PIB (2%).

O crescimento do setor secundário, representando 17,6% do PIB em 2006, tem sido liderado pelo forte dinamismo da construção e pela retoma do setor da indústria que cresce atualmente ao mesmo ritmo que o PIB nominal. Após um período caracterizado por alguma flutuação, o peso da construção no PIB ascende a 18%, em 2006, apresentando fortes perspectivas de crescimento a julgar pela evolução positiva do nível de importações de material de construção (nomeadamente cimento, ferro, aço e outros materiais). O setor da Indústria, por seu turno representa em 2006 cerca de 7% do PIB.

O setor terciário ocupa atualmente um papel de destaque na estrutura económica do país, impulsionado sobretudo pelo forte desempenho do setor dos serviços, que cresce a taxas superiores às do PIB. O setor dos serviços tem sido o que mais tem contribuído para o crescimento da economia nacional, consolidando o seu peso em termos do PIB em torno dos 70,65%. O crescimento da Atividade do setor dos serviços tem sido largamente determinado pelo forte dinamismo do subsector do turismo aliado à evolução favorável dos transportes, da banca e dos seguros. O setor terciário assume importância capital na geração do emprego tendo em conta que grande parte da população ativa encontra-se neste setor população, apresentando também maior propensão à atração de investimentos privados. É no setor terciário, representativo de 69% do PIB, que se concentram vantagens comparativas que mais facilmente poderão ser transformadas em vantagens competitivas.

Segundo os dados da Estatística das famílias e Condições de Vida (2013), maioritariamente feminina (50,2%), a população de Cabo Verde continua jovem, com cerca de 50% com menos de 25 anos, sendo que 28% tem menos de 15 anos. A população idosa representa somente 6% da população total e tem maior peso no meio rural com cerca 8%, contra 5% em meio urbano. A tendência de envelhecimento da população é mais visível nas ilhas de Santo Antão e de São Nicolau, em particular nos concelhos da Ribeira Grande, Paul e Ribeira Brava onde mais de 10% da população tem idade igual ou superior a 65 anos.

Os dados do Censo 2010 mostram que 491.875 pessoas vivem em Cabo Verde, sendo que a população de 0 a 17 anos corresponde a 39% com 191.329 crianças e adolescentes. Um número considerável em termos proporcionais da população, tendo haja vista que outros países de renda média têm entre 25 e 30% da população nesta faixa etária. A população de crianças em Cabo Verde é dividida da seguinte maneira: 70.132 crianças de 0 a 6 anos; 85.502 crianças de 7 a 14; e 35.695 crianças de 15 a 17 anos.

Segundo o Censo 2010, a grande maioria da população de Cabo Verde (61,8%) mora hoje nas cidades, mostrando uma tendência comum à dos países de rendimento médio que é a migração das áreas rurais para as áreas urbanas. No ano 2000, a população nas áreas urbanas correspondia a 47,8% da população do país, já em 2010, a maioria da população de Cabo Verde residia nas áreas urbanas (61,8%); entretanto, em 16 dos 22 Concelhos de Cabo Verde a população rural é proporcionalmente maior do que a urbana. O Concelho com maior população, tendo praticamente toda sua população como zona urbana (97,1%), é o da Praia (aproximadamente 132.512 habitantes com quase o dobro da população do segundo Concelho mais populoso que é São Vicente com 76 mil habitantes, e também onde 92,5% da população se encontra na área urbana. Exceto os dois concelhos antes destacados, quase 62% da população de Cabo Verde ainda reside em zonas rurais. O Concelho com menor população é Tarrafal de São Nicolau, com um pouco mais de cinco mil pessoas.

Entre 2000 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde passou de 0,500 para 0,534. Em comparação com a média dos países da África subsaariana, Cabo Verde tem tido sempre um dos melhores desempenhos no IDH. Essa melhoria acompanha o progresso que Cabo Verde tem atingido em várias frentes, quer na alfabetização, quer na garantia do acesso aos cuidados primários de saúde e aumento da esperança de vida.

A figura 1 apresenta o mapa de localização e distribuição das ilhas e regiões do arquipélago de Cabo Verde.



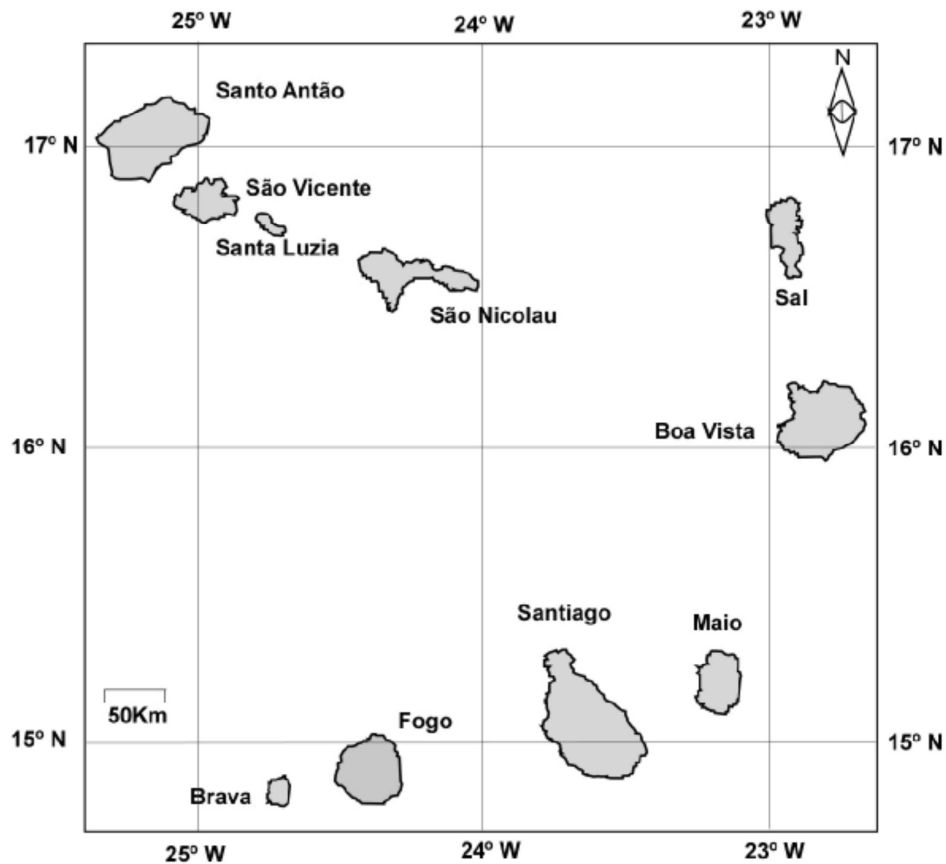


Figura 1 - Mapa representativo das ilhas de Cabo Verde

Fonte- Ministério de Ambiente habitação e Ordenamento de Território de Cabo Verde

## 2.2. Caracterização do saneamento ambiental

A problemática ambiental começa a ganhar novos contornos na década de 70 do século XX e passa a ser foco de atenção e debate de instituições governamentais e da sociedade civil, não só por causa do impacto no ambiente natural, como também na saúde humana, faz que o campo do saneamento passe a incorporar, além das questões de ordem sanitária, as de ordem ambiental.

Neste contexto surgiu o conceito de saneamento ambiental, que abrange o saneamento básico envolvendo as questões ligadas a: (i) abastecimento de água, esgoto sanitário; (ii) gestão de resíduos sólidos e gestão de águas pluviais bem como os aspetos relacionados com: (i) poluição do ar; (ii) poluição sonora; (iii) controlo ambiental de vetores e reservatórios de doenças; (iv) promoção sanitária e o controlo ambiental do uso e ocupação do solo, tendo a finalidade de promover e melhorar as condições de vida urbana e rural entre outros.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (2007), saneamento básico integra o conjunto de ações que se executam no âmbito do ecossistema humano para o melhoramento dos serviços de abastecimento de água, recolha de esgoto, a gestão dos resíduos sólidos, a higiene domiciliar e o uso industrial da água, em um contexto político, legal e institucional no que participam diversos atores do âmbito nacional, regional e local. Este conjunto de ações mantém uma inter-relação permanente entre a gestão do saneamento básico e a saúde pública.

É importante que estas ações estejam integradas às ações de organização territorial, do meio ambiente e moradia. A articulação destes setores com a área da saúde é fundamental para o alcance do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Moraes (1997), o saneamento ambiental pode ser compreendido como o conjunto de ações que visam melhorar a salubridade ambiental e que contemplam o abastecimento de água em quantidade e qualidade, a recolha, tratamento e disposição final adequada dos resíduos líquidos, sólidos e gasosos, a prevenção e o controle do excesso de ruídos, a drenagem das águas pluviais, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, o controle ambiental de vetores de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializados, buscando contribuir para prevenir doenças e promover a saúde, o bem-estar e a cidadania.

Os problemas de saneamento ambiental refletem-se na saúde da população, nas inundações frequentes e na deterioração de um meio ambiente rico e diversificado em muitas regiões. Com o crescimento acelerado do ambiente urbano, os problemas relacionados ao saneamento tendem a se agravar. Frente a este cenário torna-se necessário a busca da sustentabilidade para o desenvolvimento urbano, incluindo o acesso ao sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, da drenagem urbana e da recolha e tratamento e deposição final adequada dos resíduos sólidos.

Devido à falta de uma gestão integrada do uso do solo e da infraestrutura, a atual situação do desenvolvimento urbano tem provocado diversos impactos negativos sobre a população e o meio ambiente, nomeadamente problemas resultantes de abastecimento da água e o sistema de drenagem, criando condições

para a proliferação de doenças, expondo a população a graves endemias como, por exemplo, a dengue.

A gestão eficiente do saneamento requer uma integração entre os sistemas que o compõem, uma interface de suma importância para se obter eficiência e sustentabilidade no processo. Daí sugerir-se melhorar os sistemas que provoquem dificuldades sanitárias designadamente: (i) melhoria de gestão de resíduos evitando a contaminação das nascentes superficiais e subterrâneas; (ii) melhoria de gestão no sistema de abastecimento da água; (iii) promoção das ligações de esgotos evitando o seu despejo nas redes pluviais prejudicando o funcionamento dos mesmos.

A gestão integrada requerida dos sistemas de saneamento é uma busca para o desenvolvimento urbano e regional sustentável, nesta nova forma de gestão para cada um dos sistemas que compõem o saneamento básico devendo-se equacionar a sua interface e buscar uma solução integrada e sustentável.

Em 2003, foi elaborada a Política Nacional de Saneamento Ambiental (PNSA) na qual são indicados os princípios de uma Política Pública de Saneamento (PPS) e que se tornou de âmbito internacional a saber: universalidade, integralidade das ações, equidade, participação e controle social, titularidade municipal, gestão pública e integração institucional. Os referidos princípios podem ser sistematizados através do quadro 5:

**Quadro 5 - Princípios de uma Política Pública de Saneamento Básico**

Princípio	Definição
<p><b>Universalidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As ações e serviços são também essenciais e devem ser garantidos a todos os cidadãos.</li> <li>As ações e serviços devem ser promovidos de forma integral, em face da grande inter-relação entre os seus diversos componentes, principalmente, o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de águas pluviais, o controle ambiental de vetores e reservatórios de doenças. Muitas vezes, a efetividade de uma ação de saneamento básico depende da existência dos outros componentes.</li> </ul>	<p>s de saneamento básico, além de serem, fundamentalmente, de saúde pública e de proteção ambiental, vida, um direito social básico e dever do Estado. Assim, o acesso aos serviços de saneamento básico aos cidadãos mediante tecnologias apropriadas à realidade socioeconómica, cultural e ambiental.</p>
<p><b>Integralidade das ações</b></p>	<p>imentos, principalmente, o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de águas sujas e o controle ambiental de vetores e reservatórios de doenças. Muitas vezes, a efetividade de uma ação de saneamento básico depende da existência dos outros componentes.</p>
<p><b>Igualdade</b></p>	<p>especto a direitos iguais, independentemente de etnia, credo, situação socioeconómica, ou seja, cidadãos têm direitos iguais no acesso a serviços de saneamento básico de boa qualidade.</p>
<p><b>Participação e controlo social</b></p>	<p>al na definição de princípios e diretrizes de uma política pública de saneamento básico, no planeamento da sua execução e na sua avaliação constitui-se um ponto fundamental para democratizar o planeamento das ações de saneamento básico. Essa participação pode ocorrer com o uso de diversos instrumentos e conselhos.</p>
<p><b>Titularidade Municipal</b></p>	<p>serviços de saneamento básico são de interesse local e o poder local tem a competência para organizá-los e titular o serviço. Uma política de saneamento básico deve partir do pressuposto de que o Município tem a competência para organizar, regular, controlar e promover a realização dos serviços de saneamento no âmbito do seu território, podendo fazê-lo diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, licenças ou não, respeitando as condições gerais estabelecidas na legislação nacional sobre o assunto, e basear no exercício pleno da titularidade e da competência municipal na implementação de instâncias de controlo social sobre a prestação dos serviços em âmbito local, qualquer que seja a natureza dos serviços.</p>
<p><b>Gestão Pública</b></p>	<p>serviços de saneamento básico são de natureza social e devem ser prestados sob regime de monopólio, essenciais e vitais para a vida humana, indispensáveis para o desenvolvimento socioeconómico. Sendo um direito social e uma medida de saúde pública, a gestão dos serviços deve ser de natureza social.</p>
<p><b>Articulação ou integração institucional</b></p>	<p>ntes componentes e instituições da área de saneamento básico são, geralmente, promovidas de forma integrada e integrada institucionalmente. Tal prática gera, na maioria das vezes, pulverização de recursos financeiros, o que dificulta a articulação e integração institucional representando importantes mecanismos de uma política pública de saneamento básico, que permitem compatibilizar e racionalizar a execução de diversas ações, planos e projetos, aumentando a eficácia e eficiência de uma política. A área de saneamento básico tem interface com as de saúde pública, habitação, meio ambiente e recursos hídricos, dentre outras. A conjugação de esforços das diversas áreas oferece um grande potencial para a melhoria da qualidade de vida da população.</p>
<p><b>Princípio</b></p>	<p>As ações e serviços de saneamento básico, além de serem, fundamentalmente, de saúde pública e de proteção ambiental, são também essenciais e devem ser garantidos a todos os cidadãos mediante tecnologias apropriadas à realidade socioeconómica, cultural e ambiental.</p>

Os resultados do Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, (IDSR-II) (2008) revelam ganhos extraordinários na Saúde em Cabo Verde, mas também desafios que a todos interpelam, designadamente, o Governo, as famílias e a sociedade civil. Os dados indicam que o acesso aos cuidados pré-natais pelas mulheres grávidas durante a gestação do último filho nascido nos cinco anos anteriores ao inquérito é de 98%, sem diferenças entre o meio urbano e o rural. Cerca de 54% das mulheres tiveram a primeira consulta pré-natal antes de decorridos 4 meses de gravidez. A assistência ao parto por um pessoal de saúde é expressiva: cerca de 78%, das quais 32% foram atendidas por médicos e 46% por enfermeiras. Os níveis de conhecimento sobre o VIH/SIDA são muito elevados: cerca de 100% das pessoas conhece ou ouviu falar do VIH. A prevalência do VIH em Cabo Verde é de 0,8% sendo 1,1% para os homens e 0,4% para as mulheres. A prevalência da anemia nas crianças de idade compreendida entre os 6 e os 59 meses é de 52%. Nas mulheres a anemia constitui também um problema de saúde pública, visto que 29% das mulheres sofrem de carência em ferro, sendo 43% nas grávidas e 36% nas mulheres aleitando

Segundo os mesmos dados 83% dos agregados familiares tem acesso a água potável, sendo 90% no meio urbano e 74% no meio rural.

Relativamente ao saneamento, quase a metade dos agregados (49%) possui uma casa de banho com retrete e mais de 4 agregados em cada 10 (45%) não tem nem casa de banho, nem retrete, sendo uma proporção de 61% no meio rural.

São visíveis e reconhecidos os ganhos em matéria de saúde, nomeadamente no domínio da saúde reprodutiva, permitindo aos cidadãos, não só maior longevidade, com melhor saúde, mas também o poder de viver uma sexualidade em maior segurança e de escolher o número de filhos a ter, quando ter e com que espaçamento.

Segundo os dados do Ministério da Saúde (2005), o país atingiu um baixo nível de mortalidade geral e infantil. Em 2005, a taxa bruta mortalidade atingiu de cerca de 5,1 por mil e a de mortalidade infantil 30 por mil. Porém, o esquema actual de financiamento do sistema de saúde não dá garantias de sustentabilidade, sendo aliás objecto de devido tratamento no quadro da nova política nacional de saúde.

Embora exista a escassez de chuva e o custo de mobilização, de exploração e de produção de água, a grande maioria dos agregados familiares cabo-verdianos (79%), bebe água de fonte convencionalmente considerada potável, ou seja tem água canalizada (35%), recorre ao chafariz (37%), usa água engarrafada (4%), ou então de autotanque (4%). Neste particular, os progressos em relação à meta dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento são consideráveis, pois mesmo no meio rural, em cerca de 2/3 dos agregados familiares se bebe água de fonte potável, proporção essa, contudo 24 pontos percentuais abaixo da média do meio urbano (90%).

De acordo com Estatísticas da Famílias e Condições de Vida (2014), o indicador de acesso a instalações sanitárias apresenta uma diminuição de 1 % relativamente a 2012, com maior incidência no meio urbano que diminuiu de 83% para 81% enquanto no meio rural o indicador se mantém em 54%.

Importa relevar ainda que mesmo os que não têm água canalizada e recorrem principalmente ao chafariz ou outras fontes, consagram algum esforço mas não muito tempo, para obter água; três quartos dos agregados gastam menos de 15 minutos para apanhar água.

Ter água canalizada, obtê-la principalmente do chafariz ou de autotanque não confere total garantia de qualidade da água, muito embora sejam fontes convencionalmente consideradas potáveis.

O tratamento da água é assim um cuidado adicional determinante da qualidade da água utilizada para beber. No IDSR-II recolheu-se informação sobre o tratamento da água, perguntando aos agregados familiares se a desinfectam com clorina, filtram, fervem, ou se não a tratam. A grande maioria (72%) dos agregados familiares declarou que trata a água que utiliza para beber, principalmente desinfectando-a com clorina (69%).

Em Cabo Verde, ainda menos de metade (49%) dos alojamentos tem casa de banho com retrete. A posse de casa de banho é particularmente rara no meio rural onde apenas 30% dos agregados ocupam alojamentos com este tipo de dispositivo, cerca de 33% abaixo da média do meio urbano.

O destino dado às águas residuais merece o devido realce, pois a grande maioria dos agregados familiares (73%) ainda dá destino impróprio às águas

residuais, ou seja deita-nas em redor da casa (47%) ou na natureza (26%). Na ilha do Sal a grande maioria das famílias (71%) dá destino adequado às águas residuais, evacuando-as sobretudo através de fossa séptica.

Segue-se-lhe a ilha de São Vicente onde 68% dos agregados evacua as águas residuais através da rede de esgotos (56%) ou de fossa séptica (12%). Assim, mesmo nesta última ilha, onde a cobertura da rede de esgotos é a mais elevada do país, quase 1 em cada 3 agregados familiares dá destino impróprio às águas residuais, deitando-as principalmente em redor da casa. Nas restantes ilha a grande maioria dos agregados familiares dá destino impróprio às águas residuais, o que varia entre um mínimo de 67% na Praia Urbano e um máximo de 95% no domínio de estudo Santiago Norte.

As pessoas dão tratamento indevido às águas residuais mais por maus hábitos do que por falta de dispositivos de evacuação, pois as que têm casa de banho e retrete podem utilizar a fossa séptica ou os esgotos para evacuarem as águas residuais.

O desemprego é o principal problema social do país, atingindo cerca de 21,6% em 2007 da população ativa (QUIBB, 2007). O seu carácter essencialmente estrutural resulta da fragilidade do tecido económico, do declínio do setor agrícola provocado pelo processo de desertificação, do crescimento demográfico e da emigração que tem funcionado como válvula de segurança. Paralelamente às contribuições dos organismos internacionais, das ONGs e dos municípios, o estado de Cabo Verde consagra cerca de 8,8 % do seu orçamento à saúde pública. Segundo os dados do Relatório Estatístico do Ministério de Saúde (2008) a nível nacional o rácio médico/habitante era 5/10.000 habitantes. Hospitais, centros de saúde, postos sanitários e unidades sanitárias de base são infra-estruturas que asseguram os cuidados de saúde em Cabo Verde. Existem farmácias em todas as ilhas. As clínicas privadas concentram-se nos principais centros populacionais (Praia e Mindelo).

Apesar dos ganhos visíveis na área de saúde as condições de salubridade ambiental em Cabo Verde são ainda precárias devido à deficiência de serviços públicos de saneamento ambiental, o que é agravado pela falta de planeamento a nível municipal. Este fato tem conduzido a intervenções fragmentadas e/ou

descontinuadas, representando um grande desperdício de recursos e mostrando uma baixa eficácia com impacto negativos nas condições de vida e bem-estar da população e conseqüentemente no seu grau de desenvolvimento.

A situação instável do saneamento a nível nacional compreende sobretudo em relação ao destino dos dejectos/águas residuais e à recolha e destino dos resíduos sólidos urbanos, provocando problemas de saúde pública.

A ausência de planeamento, agravada pela fragmentação e desarticulação das ações de saneamento, trouxe algumas conseqüências para as comunidades, como desperdício de recursos e degradação da salubridade do meio, tanto no meio urbano como rural.

Face a esta problemática, o governo de Cabo Verde decidiu elaborar um Plano Nacional de Saneamento Básico (PNBS), que contenha soluções que sejam compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável. O PNSB foi pensado, partindo-se do pressuposto de que as soluções técnicas deverão ser adequadas à realidade socioeconómica, cultural e às condições físicas e naturais do país, no geral, e de cada município, em particular. Assim, o PNSB estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e determina que os municípios elaborem seus planos de saneamento, dentro de uma visão integrada com a participação da sociedade a serem realizados de formas adequadas atendendo a saúde pública e a proteção do meio ambiente sob os seguintes princípios:

O Plano Nacional de Saneamento Básico suporta as componentes de abastecimento da água, tratamento e gestão das águas pluviais e resíduos urbanos e prevê a modernização da legislação na área ambiental indicando como os principais objetivos: (i) Reforçar a tutela judicial para a defesa dos valores ambientais; (ii) Optimizar a gestão integrada de saneamento, garantindo o modelo jurídico-institucional apropriado para a implementação; (iii) Aumentar a eficácia da regulação e inspeção; (iv) Apoiar, em estreita articulação com a Associação Nacional dos Municípios Caboverdianos, os municípios, na criação de instrumentos legais com intervenção na área do saneamento.

O Plano Nacional de Saneamento Básico requer a congregação de esforços necessários para dotar o país dos instrumentos legais e institucionais que permitam a resolução apropriada dos problemas identificados na área de saneamento básico.



O desenvolvimento das atividades do Saneamento Básico requer uma nova configuração institucional estruturada em torno do Sistema de Saneamento Ambiental (SSA), entendida como o conjunto articulado de todas as atividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do Estado responsáveis pela execução da Política Nacional do Ambiente e pelos Municípios, com a finalidade de conferir unidade, eficácia, eficiência à Política Nacional de Saneamento.

O Sistema de Saneamento Ambiental organiza-se a nível nacional e municipal, dando origem ao Sistema Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) e ao Sistema Municipal de Saneamento Ambiental (SMSA).

O SSA apresenta órgãos deliberativos colegiais, a fim de permitir uma maior participação dos cidadãos nas questões e decisões políticas em matéria de gestão do saneamento, afastando os problemas decorrentes de planeamento centralizado e não participado, além de órgãos executivos.

O Sistema Nacional de Saneamento Ambiental tem a seguinte composição:

- Conselho Nacional de Saneamento, órgão de coordenação em matéria de saneamento;
- Direção Nacional do Ambiente, órgão responsável pela prossecução da Política Nacional no domínio do saneamento.

Com a implementação do Plano Nacional do Saneamento Básico, é reforçado o papel da Direção Nacional do Ambiente de modo a ter por missão propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável, nomeadamente no âmbito da avaliação de impacto ambiental, dos resíduos, da prevenção de riscos graves, da prevenção e controlo integrado da poluição e da Educação Ambiental, assegurando a participação e a informação do público e das organizações não-governamentais de ambiente.

A função reservada ao saneamento é confiada a uma Direção de serviço com a atribuição de propor, desenvolver e acompanhar a execução da política nacional de ambiente no domínio do saneamento básico, a ser materializada através de um Programa Nacional de Saneamento Básico.

O figurino proposto permitirá a concentração de todos os serviços de saneamento atualmente a cargo de alguns departamentos governamentais para a

Direção Nacional do Ambiente imprimindo assim maior efetividade, eficácia e unidade de ação à política nacional de saneamento.

Em cada município, o Sistema Municipal de Saneamento Ambiental requer os seguintes órgãos:

- Conferência Municipal de Saneamento - fórum privilegiado em que estarão representados vários setores sociais designadamente políticos, empresários, intelectuais, ativistas sociais sobre a problemática ambiental, para avaliar a situação de saneamento ambiental e propor diretrizes para a formulação da política de saneamento ambiental;
- Conselho Municipal de Saneamento - órgão colegiado deliberativo, regulador e fiscalizador de nível estratégico superior do sistema Municipal de Saneamento Ambiental;
- Serviços municipais de saneamento, em cujo âmbito será criado um serviço municipal de informação sobre saneamento.

A seguir são apresentadas as principais ações que integram o Plano de Saneamento Básico, baseadas nas seguintes condicionantes:

- Visão, vontade e compromisso político dos poderes central e local em dar prioridade às ações de saneamento, contribuindo assim para melhoria da salubridade ambiental, da saúde e da qualidade de vida dos munícipes;
- Modificação da relação entre os poderes públicos, enquanto concedentes, e a concessionária, numa relação público-privada, visando ampliar e melhorar a prestação dos serviços;
- Estabelecimento de diretrizes de planeamento municipal, que incorporem as ações de saneamento

Assim, o Plano apresenta um conjunto de ações que irão conferir uma nova dinâmica ao setor e um modelo de gestão para o setor do saneamento, tendo em consideração a complexidade da realidade urbana e rural, bem como a participação e controlo social. Esta abordagem exige, como é evidente, mudanças de estruturas institucionais.

No referido Plano são contemplados princípios norteadores da gestão das ações a serem implementadas, tais como:

- **Integração**

A componente ambiental é geralmente gerida de uma forma fragmentada com carência de políticas que estimulem o processo de integração. Esses fatores têm provocado limitações no desenvolvimento da mesma componente. A integração entre áreas de atuação é um elemento de compatibilização de diversas ações, planos e projetos, reduzindo os custos dos serviços públicos. A área de saneamento estabelece um interface com as de saúde pública, desenvolvimento urbano, habitação, ambiente e recursos hídricos, com grande potencial para a melhoria da qualidade de vida da população quando da conjugação de esforços.

Portanto, a integração entre as componentes do saneamento, bem como a integração intra e inter-instituições que de alguma forma atuem na área deve ser estimulada. Deve-se identificar as sobreposições de ações e de funções, bem como mecanismos que permitam a coordenação harmoniosa das mesmas. Segundo este princípio, deve-se contemplar o conjunto de serviços de saneamento básico, atendendo a população conforme suas necessidades e objetivando obter o máximo de eficácia das ações e resultados.

- **Participação pública**

Este processo político consiste no envolvimento de pessoas afetadas por uma proposta de intervenção para a construção de consciência coletiva sobre um plano, programa ou política, sujeitos a uma fase de decisão. Entre os objetivos deste processo estão a educação, informação obter reações visando melhorar a análise de propostas, levando a um desenvolvimento mais criativo, intervenções mais sustentáveis e, conseqüentemente, maior aceitação e apoio do público, comparativamente ao que sucederia noutras circunstâncias.

A participação pública passa a acontecer com o acesso à informação que possibilita à população construir seus próprios mecanismos de pressão e controlo. Estabelece-se ainda pela organização de canais alternativos, importantes também para assessorar as intervenções nas diversas instâncias de decisão. A participação pública intervém diretamente num governo democrático para definir demandas e

prioridades da população. No caso do plano de saneamento incidirá sobre o seu processo de elaboração, assim como sobre o controlo, fiscalização e monitorização de sua implementação.

A proposta da participação pública no plano de saneamento, permeando todas as ações, deve estimular uma mudança na postura ética do homem em vários aspetos (ambientais, produtivos, políticos, sociais, culturais etc.) levando ao desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica voltada para a melhoria da qualidade de vida.

- **Saúde Pública**

Em matéria de saúde pública, cabe ao Governo em cooperação com os municípios prever as condições necessárias por forma a reunir elementos de informação que permitam avaliar, claramente, a situação presente e perspetivar a sua promoção, proteção e recuperação. Segundo este princípio, o Plano deve Garantir que os serviços que integram o saneamento básico tenham qualidade e quantidade suficientes para a promoção da saúde pública e controle da poluição ambiental

- **Educação sanitária e ambiental**

A educação sanitária é a denominação dada à prática educativa que tem como objetivo induzir a população a adquirir hábitos que promovam a saúde. Neste domínio, o Plano deve contemplar ações de educação sanitária e ambiental, de forma a disseminar comportamentos mais positivos quanto ao meio ambiente, e incorporar programas de comunicação social para atendimento ao cidadão

Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico, no domínio do saneamento e da construção de uma consciência ambiental nacional deverão ser procurados, os seguintes objetivos específicos:

- Conservar o ambiente antrópico;
- Estimular a transformação de comportamentos e atitudes visando o desenvolvimento de uma cultura ecológica;
- Reduzir progressivamente os investimentos nas ações correctivas, à medida que as ações preventivas mostrarem resultados.

Conforme o Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva (IDSR) 1998), o crescimento demográfico e a desertificação em Cabo Verde contribuíram fortemente para a progressiva degradação do ambiente e o aumento da pobreza reforçada pelo êxodo rural cada vez mais acentuado.

No que diz respeito à saúde reprodutiva, progressos significativos foram conseguidos, em matéria de fecundidade.

Na cidade da Praia, capital do país, apesar dos esforços que as Câmaras Municipais do Concelho têm vindo a desenvolver no sentido de responder às questões do saneamento, a situação mantém-se precária com implicações diretas ao nível da saúde pública do país. Na realidade, as infra-estruturas sanitárias não conseguiram acompanhar os níveis de crescimento da população e respetivas necessidades. Essas deficiências são caracterizadas por:

- Recolha deficiente e irregular dos resíduos sólidos urbanos produzidos particularmente nos bairros mais degradados, onde o problema de saúde é maior;
- Localização inadequada da lixeira municipal com a agravante de a mesma não ser vedada, tornando-se um foco permanente de doenças. Hoje constitui realidade a existência de grupos cada vez mais numerosos de pessoas que vivem de e nos resíduos;
- Resíduos não tratados, estando misturados os resíduos urbanos, os resíduos hospitalares e os radioativos;
- Proliferação de pocilgas domiciliárias e abates clandestinos;
- Redes de escoamento das águas pluviais insuficientes e entupidas;
- Deficiente abastecimento da água;
- Crescimento desordenado, elevado número de construções clandestinas, ocupando leitos de ribeiras e encostas;
- Proliferação de vendas de alimentos e medicamentos nas ruas;
- Mercado com más condições higiénico – sanitárias;
- Circulação de animais pela via pública;

- Matadouro municipal com deficientes condições de saneamento;
- Défice em infra-estruturas de saneamento, tais como balneários sanitários e fontenários;
- Proliferação de quiosques sem sanitários e de pardieiros;
- Existência de significativo número de crianças de e na rua;
- Bairros sem conexão entre si;
- Baixo nível de informação e de educação cívica;
- Alta taxa de desemprego.

Os dados aqui descritos são indicadores de necessidades de um trabalho intenso na área de sensibilização e educação ambiental para visando reverter a situação.

Face a esta realidade, a nossa investigação tem o propósito de dar alguma contribuição para uma reflexão e tomada de decisões que venham a responder às necessidades anteriormente destacadas.

Seguidamente apresenta-se, no quadro 6, as principais ações que integram o Plano Nacional do Saneamento Básico sistematizados em dois programas atinentes aos referidos plano:

**Quadro 6- Principais acções que integram o Plano Nacional de Saneamento Básico**

<b>Programa de abastecimento de água, tratamento águas residual e resíduos sólidos urbanos incorporam as seguintes acções</b>	<b>Programa de modernização institucional</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão e normalização do item saneamento no processo de análise, avaliação e aprovação de empreendimentos, para fins de licenciamento;</li> <li>• Implementação de um sistema de avaliação permanente dos dispositivos de saneamento que se pretenda implementar em escala no município, como por exemplo através de audiências públicas</li> <li>• Implementação do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos das sedes municipais;</li> <li>• Realização de estudos visando conhecer e avaliar as bacias hidrográficas dos municípios de Praia, Ribeira Grande de Santiago, Ribeira Brava, Ribeira Grande (Santo Antão), Mindelo, de forma a contribuir na definição de diretrizes de uso e preservação dos recursos hídricos.</li> <li>• Implantação de um sistema de informações municipais em saneamento, incluindo um cadastro geral dos serviços e redes existentes;</li> <li>• Desenvolvimento e implantação de um sistema para monitorar e avaliar o comportamento dos sistemas utilizados em saneamento, quer sejam artificiais ou naturais</li> <li>• Aumento das ligações domiciliárias para viabilizar o funcionamento das estações de tratamento de águas residuais na cidade da Praia, nas vilas de Pedra Badejo e do Tarrafal.</li> <li>• Regularização e desobstrução do leito da Ribeira de Cobon/Fontão (cidade da Praia), cobertura dos poços com implementação de um sistema de bombagem de modo a garantir a continuidade das atividades agrícolas no local.</li> <li>• Cobertura da estação de tratamento de águas residuais do Palmarejo com redes de modo a evitar a proliferação vectores de doenças (de mosquito), aquando da paragem do sistema para efeitos de manutenção ou por outros motivos</li> <li>• Limpeza e desobstrução da zona baixa da cidade da Praia, concretamente no bairro da Várzea de companhia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração da Lei de Bases do Ambiente em ordem a reforçar a tutela judicial para a defesa dos valores ambientais;</li> <li>• Projeto de Lei-Quadro do Saneamento que estabelecerá diretivas para o saneamento básico e para a política nacional de saneamento básico, contendo, além do mais, o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais e municipais de distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos;</li> <li>• Regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;</li> <li>• Novo regime jurídico geral de resíduos, que, para além de determinar a necessidade de um plano específico de gestão de resíduos urbanos, irá introduzir alterações significativas no enquadramento legal do setor, por via da simplificação de procedimentos administrativos de licenciamento, da disponibilização, em suporte electrónico, de um mecanismo uniforme de registo e acesso a dados sobre os resíduos e da constituição um novo regime económico-financeiro da gestão dos resíduos, com o estabelecimento de taxas de gestão de resíduos e a definição do enquadramento e princípios orientadores para a criação de um mercado organizado de resíduos;</li> <li>• Adoção de medidas destinadas à redução da utilização de sacos de plástico para a embalagem de produtos e a promoção da utilização de materiais recicláveis ou reutilizáveis;</li> <li>• Adoção de medidas que visam regular a localização dos parques de sucata e o licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de sucata, com o objetivo de promover um correcto ordenamento do território, evitar a degradação da paisagem e do ambiente e proteger a saúde pública.</li> <li>• Regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação;</li> </ul>

### **2.3. Estrutura e organização do sistema educativo**

O trabalho do qual resulta a presente tese pretende apresentar o enquadramento fazendo o enfoque para o subsistema ensino básico na medida em que um dos resultados do nosso estudo consiste na apresentação de uma proposta de um Plano de Formação de Professores em matéria de Educação Ambiental dirigido para este público-alvo. Daí os aspetos do enquadramento seguidamente descritos se restringirem essencialmente ao subsistema ensino básico e aos órgãos que com ele tem interligação direta.

Os grandes princípios que orientam a ação do sistema educativo em Cabo Verde estão consagrados na Constituição da República de Cabo Verde (1992/1999), na qual o Estado propõe:

- a) Direito ao ensino por todos;
- b) Ensino Básico universal obrigatório e gratuito;
- c) Promoção de uma política de ensino que visa a progressiva eliminação do analfabetismo, a educação permanente, a criatividade, a inserção das escolas na comunidade e a formação cívica dos alunos.

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano (LBSE) Decreto-Legislativo nº 2/2010 de 7 de Maio, o sistema educativo compreende os subsistemas de educação pré-escolar, de educação escolar e de educação extra-escolar, complementados com atividades de animação cultural e desporto escolar numa perspetiva de integração.

A educação Pré-Escolar é definida como a primeira etapa da educação básica no processo de educação, devendo favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança. Destina-se segundo a referida Lei de Bases, a crianças com idade compreendida entre 3 a 5 anos e é ministrada em estabelecimentos da Educação Pré-escolar, públicas ou privada.

A educação pré-escolar visa uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família, sendo a rede deste subsistema essencialmente da iniciativa das autarquias, de instituições oficiais e de entidades de



direito privado, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas de acordo com as possibilidades existentes.

A educação escolar abrange o ensino básico, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino.

A Educação Básica é universal, obrigatório e gratuito e tem uma duração de 8 anos, dividida em 3 ciclos. Destina-se a crianças com idade de 6 a 13 anos, embora o estado garanta a obrigatoriedade de frequência a todas as crianças na idade compreendida entre 6 e os 15 anos e pode ser cumprido tanto em escolas públicas ou em escolas privadas.

- No 1º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas.
- No 2º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de docente por área;
- No 3º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um docente por disciplina ou grupo de disciplinas.

O ensino secundário destina-se a possibilitar a aquisição das bases científico-tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ao ingresso na vida ativa e, em particular, permite pelas vias técnica e artística a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Destina-se a jovens com idade de 14 a 17 anos, embora no ensino público tendo em consideração a limitação de recursos é permitido a frequência de jovens na idade entre 14 e 20 anos, pode ser cumprido tanto em escolas públicas como escolas privadas. Este nível de ensino tem a duração de quatro anos e organiza-se em dois ciclos sequenciais de dois anos cada, nos termos seguintes:

- 1º Ciclo da via do ensino geral, que constitui um ciclo de consolidação do ensino básico e orientação escolar e vocacional;
- 2º Ciclo com uma via do ensino geral e uma via do ensino técnico.

No final de cada ciclo do ensino secundário, o aluno pode seguir um curso de formação profissional, inicial ou complementar, nos termos e condições a definir em diploma próprio.

O ensino médio tem natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento.

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico visando assegurar uma preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais, de modo a fomentar o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica.

A educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis: a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós-alfabetização e outras ações de educação permanente, tendo como objetivo a elevação do nível cultural; a aprendizagem e as ações de formação profissional, orientadas para a capacitação e para o exercício de uma profissão.

A Lei de Bases referida prevê ainda modalidades especiais de ensino, relacionadas com a educação especial, a educação para crianças sobredotadas e o ensino a distância.

Além dos níveis (ou subsistemas) de ensino, o sistema educativo comporta outros elementos ou subsistemas, como os de logística, apoio e complementos educativos, em que se destaca a Ação Social Escolar, que compreende os programas de apoios socio-educativos desenvolvidos, essencialmente, pelo ICASE, através de: Bolsas de Estudo; Transporte Escolar; Materiais Didáticos; Cantinas Escolares; Saúde Escolar, entre outros.

Refira-se ainda, pela sua importância, o subsistema de formação de professores, em que se destacam o Instituto Pedagógico (Ensino Médio), actualmente Instituto Universitário de Educação (IUE), com as Escolas de Assomada, Praia e Mindelo, e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), que sucede, no cumprimento desta missão específica e dá continuidade aos extintos Instituto Superior de Educação (ISE) e Instituto de Engenharias e Ciência do MAR (ISECMAR).

De acordo com o Decreto-lei de nº 24 de Junho de 2013, a Orgânica do Ministério de Educação e Desporto compreende os órgãos e gabinetes seguintes:

- a) Conselho Nacional de Educação
- b) Conselho Nacional de Desporto
- c) Conselho do Ministério
- d) Gabinete do Ministro

O Ministério de Educação e Desporto compreende as seguintes Direções e serviços centrais:

- a) Direção Nacional de Educação
- b) Direção Nacional do Planeamento Orçamento e Gestão
- c) Direção Geral do Desporto
- d) Inspeção da Educação Formação e Ensino Superior
- e) Rádio e Tecnologias Educativas

O MED compreende ainda as Delegações Concelhias como serviço de base territorial e exerce superintendência sobre a Fundação Cabo-verdiana de Ação Social e Escolar (FICASE).

Segundo Varela (2011) atualmente, o Planeamento do Sistema Educativo é coordenado, tecnicamente, a nível nacional, pelo serviço central de estudos e planeamento do Ministério de Educação, denominado Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP), a quem compete, nos termos da Lei Orgânica do Ministério da Educação assegurar estudos e apoio técnico especializado na conceção, planeamento, elaboração e seguimento das políticas que o Ministério deve levar a cabo, nos vários domínios.

Nos termos da Lei Orgânica do Ministério da Educação, o GEP integra as Direções de Serviço de Cooperação e de Informação e Planeamento, ficando cometidas a esta última responsabilidades específicas no domínio dos estudos e do planeamento estratégico designadamente o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Plano Nacional de Educação para Todos (PNET) e do planeamento operacional (planos anuais, planos anuais de investimentos).

Entretanto, a existência do GEP não impede a intervenção de outros órgãos e serviços do Ministério da Educação no processo de planeamento. Pelo contrário, todos eles, enquanto partes integrantes do sistema educativo, atuam com base em planos de atividades, de duração variável ao mesmo tempo que participam, em razão da matéria, nos processos de planeamento educacional e na elaboração de programas e projetos estruturantes para o setor da educação. O GEP aparece, assim, como o organismo integrador e coordenador de diversas componentes do processo de planeamento educativo, assegurando a coerência global dos planos institucionais ou departamentais.

Na última década, os principais instrumentos de planeamento educativo, a nível central, têm sido: o Plano Nacional de Desenvolvimento – setor da Educação, para a IV Legislatura (2001-2006); o Plano Estratégico da Educação (2002-15) e o Plano Nacional de Educação para Todos (2002-15). Além destes planos, de carácter estratégico, destacam-se diversos instrumentos de planeamento de menor alcance, que estão em função daqueles, com incidência nacional ou regional e com financiamento de diversa origem.

Além do nível central de planeamento, existem práticas de planeamento local, protagonizadas pelos serviços desconcentrados e de base territorial, que são as Delegações do Ministério, cujos planos se inspiram nos planos e directivas centrais, ao mesmo tempo que influenciam a planificação que tem lugar a nível das escolas.

A aprovação dos instrumentos de planeamento estratégico da educação a nível nacional compete, obviamente, ao Poder Político (Governo e Parlamento).

Compete, nomeadamente, às Delegações do Ministério da Educação assegurar a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento da Educação no concelho e bem assim a adoção de Planos de Atividades, sempre tendo em conta as orientações básicas e os objetivos fixados pelo Ministério, patenteando-se, assim, a existência de dois níveis de planeamento educativo local (concelho): o estratégico e o operacional.

Os planos das delegações e bem assim os das escolas têm conhecido globalmente uma evolução algo positiva, mas de forma heterogénea, em função de fatores diversos, como as mudanças a nível das lideranças locais (delegados,

coordenadores, diretores e gestores), a existência ou não de Projetos com incidência local financiados pela Cooperação Internacional, entre outros.

A nível das Escolas, é ainda incipiente a prática de planeamento de médio prazo, havendo, contudo, a registar-se algumas experiências de elaboração de Projetos Educativos de Escola, também denominados Planos de Desenvolvimento da Escola.

Em termos de planeamento de curto prazo, constitui uma prática a elaboração de planos de atividades, geralmente anuais, havendo, outrossim, a registar numerosos casos de elaboração e implementação de Projetos Pedagógicos pontuais, para a resolução de problemas concretos das escolas, envolvendo parceiros e comunidades locais.

Em todo o caso, a legislação vigente preconiza a elaboração de instrumentos de planeamento educativo escolar. A nível das escolas básicas, em alguns casos, faz-se o planeamento educativo de médio prazo, embora a legislação vigente não obriga, expressamente, à elaboração desses planos.

No domínio do planeamento operacional ou de curto prazo, a lei atribui expressamente ao Conselho do Pólo competência para aprovar alguns instrumentos, como o plano anual de atividades e o orçamento anual do Pólo, por proposta da Direção do Pólo, confiada ao Gestor.

Em relação da planificação docente, a prática da planificação pedagógica é uma realidade, devendo destacar-se a planificação concertada a nível das diversas disciplinas curriculares, por períodos de tempo variáveis – semanais, quinzenais, mensais, trimestrais, geralmente sob o impulso e a dinamização dos delegados e coordenadores pedagógicos concelhios, gestores e membros de núcleos pedagógicos, a nível das escolas básicas, e dos diretores, conselhos pedagógicos e coordenadores de disciplina, a nível das escolas secundárias.

Por outro lado, os docentes elaboram, individualmente, e com certa regularidade, os chamados planos de aula, que constituem projetos pedagógicos diários, geralmente por disciplina e, mais raramente, numa perspetiva global e sincrónica, com a integração das diversas áreas disciplinares em função dos centros de interesses ou projetos integrados de ação pedagógica.

Do que fica, sumariamente, referido, conclui-se que não só existe um quadro legal que preconiza o planeamento educativo, a diversos níveis do sistema educativo, como existe uma prática de planeamento nesses mesmos níveis.

Seguidamente, coloca-se o destaque no contexto do ensino básico, um dos focos deste estudo.

Segundo o decreto legislativo nº 2 de 2010, relativo à Lei de Base do Sistema Educativo cabo-verdiano, o ensino básico deve proporcionar a todos os cabo-verdianos uma formação geral que, mediante a ligação equilibrada entre a teoria e a prática, o saber, o saber ser e o saber fazer, a cultura escolar e a cultura geral, lhes permitam desenvolver capacidades de raciocínio e aprendizagem, espírito crítico e criatividade, contribuindo para a sua realização pessoal e social, enquanto cidadãos.

Este subsistema de ensino constitui um ciclo único e autónomo, nos termos do citado diploma e postula a integração do indivíduo na comunidade. São objetivos gerais deste subsistema de ensino:

- Favorecer a aquisição de conhecimentos, hábitos, atitudes, e habilidades que contribuam para o desenvolvimento pessoal e para a inserção do indivíduo na comunidade;
- Desenvolver capacidades de imaginação, observação, reflexão, como meios de afirmação pessoal;
- Fomentar a aquisição de conhecimentos que contribuam para a compreensão e explicação do meio circundante;
- Desenvolver a criatividade e a sensibilidade artísticas;
- Desenvolver atitudes positivas em relação ao trabalho manual;
- Desenvolver as qualidades físicas e em ordem a possibilitar o bem-estar mediante o aperfeiçoamento psico-motor e a realização dos valores desportivos;
- Despertar na criança o interesse pelos ofícios e profissões;
- Desenvolver atitudes, hábitos e valores de natureza ética;

- Promover a utilização adequada da língua portuguesa como instrumento de comunicação e de estudo;
- Promover o conhecimento, apreço e respeito pelos valores que consubstanciam a identidade cultural cabo-verdiana.

Segundo o Decreto Regulamentar nº 12/94, de 29 de Dezembro, que define o Estatuto Orgânico do Instituto Pedagógico (IP) integra três Escolas de Formação de Professores do EB: a Escola de Formação de Professores da Praia situada na ilha de Santiago, a Escola de Formação de Professores, no Mindelo na ilha de São Vicente, organizadas logo na fase de sua instalação (1988) e a Escola da Assomada (Concelho de Santa Catarina, interior da ilha de Santiago), criada no ano 2002.

No tocante à estrutura orgânica do IP e de cada uma das suas escolas, apresenta-se bem definida, dispondo de órgãos de Direção e de gestão científico-pedagógica adequados, sendo que os níveis de competências estão claramente identificados.

Relativamente à missão institucional, as atribuições e competências do IP no quadro do sistema educativo de Cabo Verde sintetiza-se na seguinte missão: formar professores e outros agentes educativos para o EB.

De salientar que a fim de responder às demandas do Pré-escolar, o IP vem ministrando igualmente cursos de capacitação de monitoras de infância no ano letivo 2003/2004 e atualmente proporciona cursos de educação de infância.

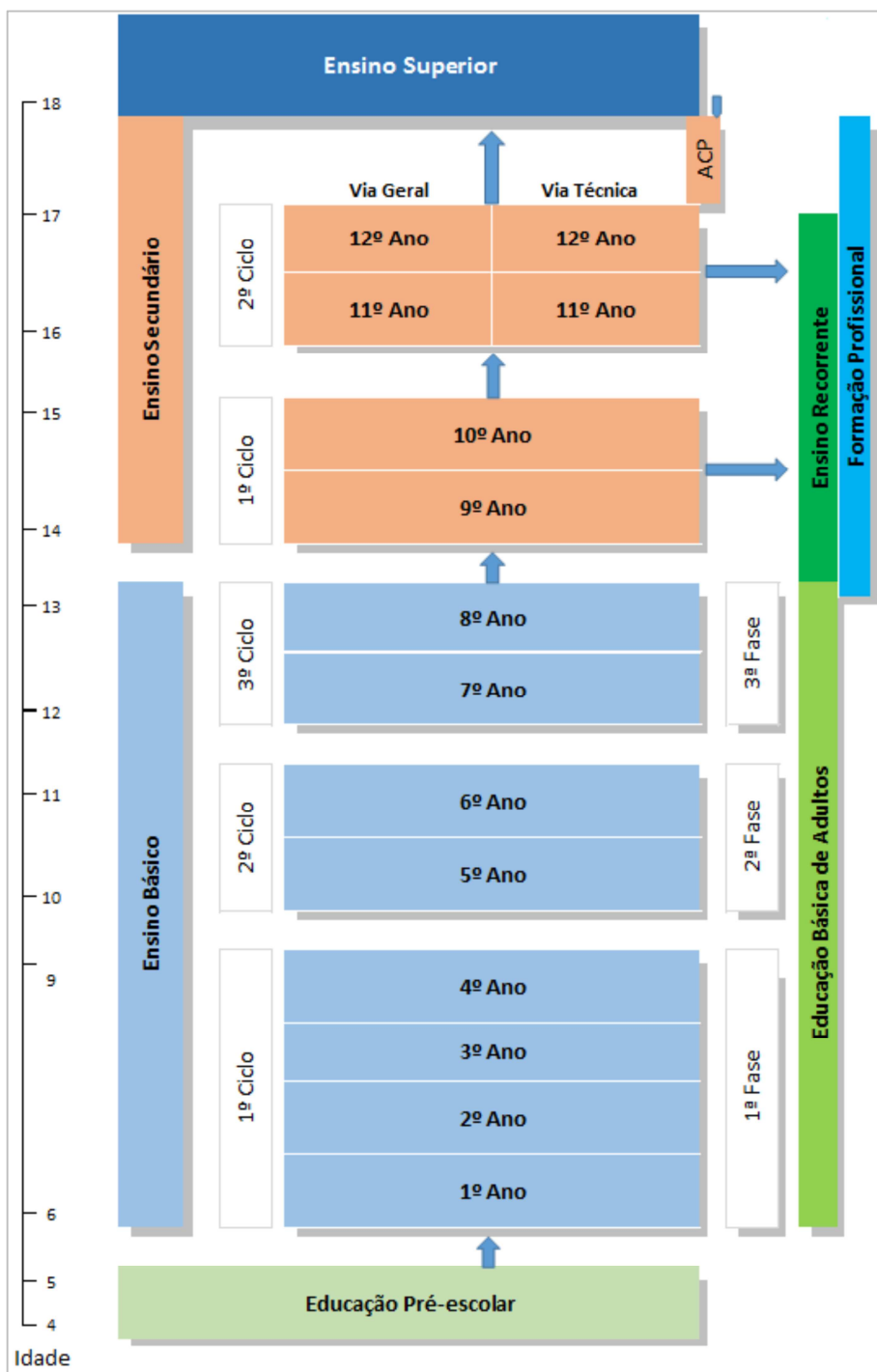
No desenvolvimento da sua missão, o IP abarca as vertentes da formação de profissionais de educação para o EB, da pesquisa orientada, para a elaboração de materiais didáticos, da formação em serviço e reconversão de agentes educativos, do intercâmbio cultural, científico, pedagógico e técnico nas respetivas áreas de intervenção e da cooperação nacional e internacional, assumindo a educação como um instrumento fundamental de promoção individual, social e comunitária. As pressões colocadas pela carência de professores qualificados para o EB face ao alargamento da escolaridade para seis anos levaram à priorização da educação/formação.

No plano da oferta formativa, os cursos ministrados pelo IP através das suas escolas na Praia, Mindelo e Assomada são criados pela portaria governamental, devendo desenvolver-se em três (3) vertentes: formação presencial, à distância e

através da prática pedagógica como forma de responder às necessidades mais prementes do EB, ou seja, pelo fato de alguns dos professores deste nível não disporem de formação académica e profissional adequada.

Esses cursos visam a formação de professores para o EB, capazes de lecionar todas as três fases, isto é do 1º ao 6º ano. De realçar as experiências mais recentes: capacitação de monitores de infância, criação do curso de Educação de Infância e Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógicas (2004/2005-2007/2008) em parceria com o Instituto Superior de Educação (ISE) e a Escola Superior de Educação Leiria, em Portugal, (ESEL). Seguidamente, apresenta-se o organograma do sistema educativo cabo-verdiano na figura 2.





**Figura 2 - Organograma do Sistema Educativo Cabo-verdiano**  
 Fonte: Serviço de Estudo Planeamento e Cooperação

Segundo os dados fornecidos pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério de Educação e Ensino Superior (GEP), no ano lectivo 2013/2014, a educação em Cabo Verde caracteriza-se, atualmente, por uma forte expansão do

Ensino Secundário, em decorrência dos resultados positivos obtidos com a implementação da reforma no subsistema do Ensino Básico, e uma conseqüente procura social do Ensino Superior. Refira-se, de igual modo, uma elevada procura dos serviços do Pré-escolar, conseqüência da interiorização da importância desse nível do ensino no desenvolvimento global da criança e na sua preparação para a vida escolar.

O desenvolvimento do Ensino Básico em Cabo Verde espelha melhorias significativas em termos da qualidade do ensino, as quais se traduzem na melhoria dos principais indicadores de acesso, da eficácia interna e dos recursos humanos e materiais, nomeadamente tecnológicos envolvidos.

Esta evolução recente do sistema educativo cabo-verdiano, marcada por um crescimento acelerado, agrava, por outro lado, as insuficiências do sistema e os efeitos negativos decorrentes da fraqueza institucional. Segundo estudos feitos sobre a caracterização do Ensino Básico de Cabo Verde (2007) no âmbito do GEP, a análise de rendimento escolar constitui um dos principais mecanismos para avaliar a qualidade do sistema, a partir de um determinado ciclo de estudos. Pode-se afirmar que a evolução do rendimento escolar nos últimos anos, após a implementação da reforma é globalmente positiva, registando-se, no entanto, e concretamente em anos de realização de provas externas, uma clara diminuição das aprovações, o que nos interpela sobre a qualidade do ensino aprendizagem no país.

Da análise dos Principais Indicadores de Educação (2013/2014) dos Serviços de Estudos Planeamento e Cooperação apresenta-se o quadro 7 que pretende relacionar em síntese os principais elementos do sistema do ensino: número de professores, números de estabelecimentos de ensino, números de alunos, números de salas, números de turmas.

Quadro 7- Relação dos principais indicadores de educação 2013/2014

Níveis de Ensino	Alunos		Professores		Nº de Estabelecimentos	Nº de Salas	Nº de Turmas		
	MF	F	% F	MF				F	% F
<b>Total (1+2+3)</b>	<b>140.525</b>	<b>69.989</b>	<b>49,8%</b>	<b>7.205</b>	<b>4.614</b>	<b>64,0%</b>	<b>996</b>	<b>3.807</b>	<b>5.857</b>
<b>Educação Pré - Escolar (1)</b>	<b>22.144</b>	<b>10.969</b>	<b>49,5%</b>	<b>1.251</b>	<b>1.251</b>	<b>100,0%</b>	<b>526</b>	<b>997</b>	<b>1.198</b>
Público	9.297	4.641	49,9%	579	579	100,0%	315	438	606
Privado	12.847	6.328	49,3%	672	672	100,0%	211	559	592
<b>Ensino Básico (2)</b>	<b>65.954</b>	<b>31.559</b>	<b>47,9%</b>	<b>2.965</b>	<b>2.010</b>	<b>67,8%</b>	<b>420</b>	<b>1.817</b>	<b>2.936</b>
Público	65.373	31.271	47,8%	2.933	1.989	67,8%	413	1.775	2.900
Privado	581	288	49,6%	32	21	65,6%	7	42	36
<b>Ensino Secundário Público (3)</b>	<b>52.427</b>	<b>27.461</b>	<b>52,4%</b>	<b>2.989</b>	<b>1.353</b>	<b>45,3%</b>	<b>50</b>	<b>993</b>	<b>1.723</b>
<b>Ensino Secundário Privado</b>	<b>5.604</b>	<b>3.166</b>	<b>56,5%</b>	<b>579</b>	<b>178</b>	<b>30,7%</b>	<b>19</b>	<b>124</b>	<b>212</b>
<b>Educação e Formação de Adultos</b>	<b>2.861</b>	<b>1.361</b>	<b>47,6%</b>	<b>235</b>	<b>128</b>	<b>54,5%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>157</b>
Formação de Adultos	1.069	458	42,8%	74	48	64,9%			91
Ensino Recorrente	1.792	903	50,4%	161	80	49,7%			66

Fonte - Serviços de Estudos Planeamento e Cooperação

Seguidamente apresenta-se os dados sobre alunos por ano de estudo, fase e Concelho no quadro 8.

**Quadro 8- Alunos do ensino do básico por ano de estudo, fase e concelho**

<i>Concelhos</i>	<i>1ª Fase</i>		<i>2ª Fase</i>		<i>3ª Fase</i>		<i>Total</i>
	<i>1º Ano</i>	<i>2º Ano</i>	<i>3º Ano</i>	<i>4º Ano</i>	<i>5º Ano</i>	<i>6º Ano</i>	
Maio	132	181	150	122	145	159	889
Boa Vista	175	223	181	193	152	147	1071
Brava	165	154	154	150	132	108	863
Mosteiros	251	265	215	218	185	203	1337
Paul	114	167	132	107	127	130	777
Porto Novo	340	424	402	389	386	389	2330
Praia	2750	3216	2972	3111	2987	2829	17865
Ribeira Grande Santiago	166	183	190	205	208	235	1187
Ribeira Grande	315	372	366	348	351	343	2095
Sal	521	632	524	633	583	479	3372
Santa Catarina	925	1160	1016	995	955	917	5968
São Salvador do Mundo	177	237	210	221	196	247	1288
Santa Cruz	648	747	716	679	689	651	4130
São Lourenço dos Órgãos	166	194	164	195	154	195	1068
São Domingos	389	373	384	347	363	348	2204
São Filipe	512	679	492	593	536	570	3382
Santa Catarina Fogo	142	194	140	148	133	168	925
São Miguel	288	427	319	388	388	375	2185
Ribeira Brava	139	207	188	166	206	191	1097
Tarrafal São Nicolau	99	142	113	158	132	123	767
São Vicente	1264	1610	1392	1481	1487	1432	8666
Tarrafal	358	455	416	414	401	444	2488
<b>Total Nacional</b>	<b>10036</b>	<b>12242</b>	<b>10836</b>	<b>11261</b>	<b>10896</b>	<b>10683</b>	<b>65954</b>

**Fonte - Principais indicadores de Educação 2023/2014/Serviços de Estudos Planeamento e Cooperação**

A estratégia de formação dos professores do Ensino Básico, umas das finalidades deste estudo é reforçado pelo número dos alunos atuais existentes neste subsistema de Ensino, 65954 alunos. Deste modo assegura-se a necessidade desta

formação na medida em que formando os professores, esses ficarão dotados de competências científicas e pedagógicas podendo desenvolver essas competências junto deste público-alvo para depois influenciá-los nas mudanças de atitudes e comportamentos ambientais visando a sustentabilidade.

Da análise feita aos Indicadores de Educação no ano lectivo 2013/2014 percebe-se que existe um número significativo dos professores com qualificação para exercer o seu cargo. Pressupõe que desta qualificação esses mesmos professores já adquiriram pré-requisitos necessários para prosseguirem para um Programa de Formação de Professores do Ensino Básico.

Pode-se confirmar esses dados através do quadro 9

**Quadro 9- professores por qualificação e concelho**

<i>Concelhos</i>	<i>Perfil 1</i>		<i>Perfil 2</i>		<i>Perfil 3</i>		<i>Total</i>
	<i>nº</i>	<i>%</i>	<i>nº</i>	<i>%</i>	<i>nº</i>	<i>%</i>	
Maio	48	88,9%	3	5,6%	3	5,6%	54
Boa Vista	39	78,0%	10	20,0%	1	2,0%	50
Brava	52	98,1%	1	1,9%	0	0,0%	53
Mosteiros	54	87,1%	5	8,1%	3	4,8%	62
Paul	54	98,2%	1	1,8%	0	0,0%	55
Porto Novo	123	94,6%	4	3,1%	3	2,3%	130
Praia	563	92,9%	17	2,8%	26	4,3%	606
Ribeira Grande Santiago	53	84,1%	5	7,9%	5	7,9%	63
Ribeira Grande	138	93,9%	4	2,7%	5	3,4%	147
Sal	99	85,3%	9	7,8%	8	6,9%	116
Santa Catarina	252	90,6%	6	2,2%	20	7,2%	278
São Salvador do Mundo	64	98,5%	1	1,5%	0	0,0%	65
Santa Cruz	177	91,2%	12	6,2%	5	2,6%	194
São Lourenço dos Órgãos	47	79,7%	10	16,9%	2	3,4%	59
São Domingos	112	92,6%	5	4,1%	4	3,3%	121
São Filipe	138	80,7%	21	12,3%	12	7,0%	171
Santa Catarina Fogo	42	87,5%	0	0,0%	6	12,5%	48
São Miguel	122	93,8%	7	5,4%	1	0,8%	130
Ribeira Brava	44	75,9%	8	13,8%	6	10,3%	58
Tarrafal São Nicolau	32	88,9%	1	2,8%	3	8,3%	36
São Vicente	311	92,6%	22	6,5%	3	0,9%	336
Tarrafal	125	94,0%	6	4,5%	2	1,5%	133
<b>Total Nacional</b>	<b>2689</b>	<b>90,7%</b>	<b>158</b>	<b>5,3%</b>	<b>118</b>	<b>4,0%</b>	<b>2965</b>

Fonte: Serviços de Estudos Planeamento e Cooperação

## 2.4.A organização curricular do ensino básico

De acordo com o decreto legislativo nº 2 de 2010, relativo à lei de base do sistema educativo cabo-verdiano, a definição das áreas curriculares obedeceu a critérios de pertinência e relevância face aos objetivos traçados para o EB, fixados no referido diploma a partir dos quais se estabeleceu o perfil de saída do aluno do

Ensino Básico, como um indivíduo dotado de instrumentos fundamentais para a sua integração social e contribuir para uma completa perceção de si mesmo como pessoa e cidadão.

Para a construção desse perfil, o *currículum* é organizado com a duração de oito anos e compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º e o 3º de dois anos cada, organizados da seguinte forma:

- a) No 1º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas; registam-se já algumas experiências de implementação da pluridocência no quadro do alargamento do Ensino Básico e da Abordagem por Competências (APC)
- b) No 2º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de docente por área;
- c) No 3º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um docente por disciplina ou grupo de disciplinas.

A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspetiva de unidade global do ensino básico.

Os objetivos específicos de cada ciclo integram-se nos objetivos gerais do ensino básico, nos termos dos números anteriores e de acordo com o desenvolvimento etário correspondente, tendo em atenção as seguintes particularidades:

- a) Para o 1º ciclo, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social e das expressões plástica, dramática, musical e motora;
- b) Para o 2º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação,

de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspetiva do desenvolvimento de atitudes ativas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes;

- c) Para o 3º ciclo, a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável à orientação escolar e profissional que possibilite o ingresso na vida ativa e o prosseguimento de estudos.

As orientações da reforma educativa preconizaram um forte investimento no desenvolvimento pessoal e social da criança privilegiando o desenvolvimento afectivo e motor em paralelo com o desenvolvimento cognitivo, pelo que a área das Expressões assume um papel de relevo, relativamente às áreas mais académicas do curriculum.

Segundo o Documento Orientador do Processo da Revisão Curricular (DORV) (2006) a área de Língua Portuguesa promove *a aprendizagem da língua como instrumento de comunicação e suporte da aquisição de conhecimentos em todos os domínios disciplinares* (DORV. p.12).

Assim, preconiza-se a adequação da metodologia do ensino da Língua portuguesa, passando-se a ter em conta que esta não é a língua materna dos alunos, portanto, o seu ensino-aprendizagem deverá ter em conta a implementação de uma metodologia de língua segunda.

A área de Matemática visa *“o desenvolvimento do pensamento lógico – matemático, da capacidade de resolução de problemas e da aquisição de conhecimentos básicos necessários na vida prática, profissional e escolar em todos os campos do saber* (DORC. p. 12).

Estas duas áreas, Língua Portuguesa e Matemática ocupam lugar de relevo no conjunto dos programas, totalizando um pouco mais de 28% da carga curricular.

Menor peso é ocupado pelas Ciências Integradas, área que engloba conteúdos das Ciências Sociais e das Ciências da Natureza “dando uma visão do

homem integrado do meio físico e social, visando permitir à criança o desenvolvimento das capacidades de intervenção” (DORC. p.12).

A área das Expressões “visa o desenvolvimento harmonioso da criança do ponto de vista físico, da criatividade e sensibilidade artísticas, das qualidades físicas em ordem a possibilitar o bem-estar, mediante o aperfeiçoamento psicomotor e o desenvolvimento desportivo, aliado ao conhecimento, apreço e respeito pelos valores que consubstanciam a identidade e a cultura nacional” (DORC. p.12).

De acordo com o texto legal que fixa o plano de estudos do Ensino Básico a organização curricular “deve evitar a dispersão das matérias, privilegiando áreas disciplinares em vez de disciplinas, indo ao encontro da visão integrada do mundo que a criança deste nível possui e simultaneamente facilitando a lecionação por parte do professor” (DORC. p.12).

Em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçadas componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuízo da formação básica.

O processo de ensino e de aprendizagem cabo-verdiano assenta em metodologias que privilegiam o uso de manuais e de outros materiais de apoio. Estes são constituídos essencialmente pelos manuais do aluno; para cada uma das áreas disciplinares: Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Integradas, exceto para a de Expressões, e Guias do Professor, um por cada área disciplinar e por ano de escolaridade.

Além dos manuais e guias oficiais acima mencionados, assinala-se o reforço constituído pelos materiais de Educação Ambiental, “Vamos Proteger o Ambiente”, elaborados no âmbito do “Programa de Formação e Informação para o Ambiente” (PFIE) em 1995 executado na região do Sahel, de que Cabo Verde faz parte.

A confeção de material didático com recurso a materiais de baixo custo e de desperdício tem sido incentivada, sendo uma constante em muitas escolas do país. O livro “Do Lixo ao Material Didático”, elaborado no quadro do Projeto “Pró-Ensino”, constitui um importante suporte. Conta-se ainda com outros documentos como: “Formas criativas de Ensinar”, “Escola e Comunidade” e “O Ensino Centrado na Criança”, “Plano de Ação para a Integração da Educação Ambiental no Currículo Escolar, entre outros. O PFIE produziu também um Caderno de Exercícios de



Ciências Integradas, um material de apoio para os professores na preparação de aulas ativas dessa área.

Refiram-se ainda os materiais – fichas de trabalho e cartazes no âmbito da Educação em matéria do Planeamento e Educação para a vida Familiar (EMP/EVF).

O sistema dispõe de um Dicionário Escolar de Língua Portuguesa, elaborado no quadro do projeto de Consolidação dos Sistemas Educativos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Assinala-se a introdução recente da promoção de práticas adequadas e de comportamentos favoráveis à saúde através do Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE, 2007) a partir do tratamento desta temática transversal e integrada nas diferentes áreas disciplinares. Diversos materiais de suporte deste programa – cartazes pedagógicos, Manual do Professor do EB – Saúde Escolar, bem como um conjunto de instrumentos de pesagem e de medição, estojo de primeiros socorros, cassetes e discos com programas didáticos, foram elaborados e distribuídos a todas as escolas, para além de programas radiofónicos e televisivos e outro material de propaganda dando a conhecer às comunidades. O Caderno de Saúde do aluno é na atualidade, um importante instrumento de acompanhamento do seu desenvolvimento, constituindo um elo de ligação da escola com a família.

No contexto que temos vindo a descrever, o nosso trabalho desenvolvido sobre a análise das práticas de Educação Ambiental em Cabo Verde pretende apresentar uma proposta do programa de Educação Ambiental a serem acolhidos pelos professores do ensino básico de acordo com os objetivos de cada ciclo, complementando assim, as práticas anteriormente descritas e implementadas nas escolas do Ensino Básico.

Feita a análise do capítulo que agora se encerra, instiga-se o desafio da busca de uma atuação contextualizada assumindo-se a educação ambiental como educação permanente de modo articulado nos espaços de educação formal e informal. Apresenta-se, de seguida, o capítulo sobre o marco institucional que nos orienta para a restrospectiva histórica sobre a educação ambiental.

## CAPÍTULO III – MARCOS INSTITUCIONAIS

Neste capítulo pretende-se apresentar, clarificar e discutir teoricamente as opções que constituem o marco institucional que contextualizou o estudo. A partir da apreensão da perspectiva histórica e política da Educação Ambiental em Cabo Verde, vai-se elucidando as principais transformações ocorridas nesta área, num cenário educacional formal e informal.

Faz parte ainda deste capítulo uma leitura do percurso da Direção Nacional do Ambiente bem como da estrutura e funcionamento da Agência Nacional de Água e Saneamento, com o intuito de dar conta dos programas socioambientais elaborados a partir destas duas instituições visando a incorporação de uma proposta de programa em matéria de educação ambiental junto dos professores do ensino básico.

Com efeito, a introdução da Educação Ambiental em Cabo Verde remonta aos finais dos anos 80, com a sua inclusão incipiente principiante em algumas escolas através de execução de projetos de hortos escolares e a construção de cisternas para captação de água das chuvas.

Estas ações iniciais estimularam o aparecimento de várias iniciativas quer nacionais quer regionais que despertaram a criação de condições básicas que realizasse a sua introdução plena, mais tarde, no início dos anos noventa.

Nesta década os países africanos que vivem nas proximidades do deserto do Sahara, mais afetados pela seca e pela desertificação, tomaram a iniciativa de implementar um programa regional que conciliasse com a luta que vinha sendo travada desde o início dos anos 70, com a criação do Comité Inter-Estado de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS).

As referidas ações desencadeadas demonstram a possibilidade de promover a preservação ambiental mesmo em ambientes mais desfavoráveis.

## **1. Marco Institucional da Educação Ambiental em Cabo Verde**

### **1.1.A Educação Ambiental nas Instituições de Ensino**

Cabo Verde sendo um país caracterizado por clima árido e semi-árido, tem vindo a lutar com persistência, desde a independência, para contrariar as condições climáticas adversas e impostas pela natureza. Neste contexto, desde a sua entrada no CILSS destaca-se a melhoria da qualidade ambiental respeitante no acesso e no aumento da quantidade e qualidade de água potável fornecida para toda a população, apesar da sua pouca quantidade enquanto recurso natural, na reposição da cobertura vegetal, na rearborização do país, na conservação do solo e da água através das construções de dispositivos biológicos e mecânicos, entre outras formas de luta adotadas ao longo dos últimos trinta anos para minimizar os efeitos nefastos da seca e da desertificação.

Nesta ótica, muito investimento e esforço coletivo se fez a nível nacional para uma distribuição racional e equitativa dos bens ambientais às populações que delas necessitam para a sua sobrevivência, bem como uma procura continuada de conservação dos recursos naturais ambientais disponíveis.

Houve um forte engajamento dos sucessivos governos de Cabo Verde e da sociedade civil na busca de sustentabilidade ambiental traduzidos numa mudança de mentalidade na forma de se relacionar com os recursos ambientais, como fruto de grandes investimentos levados a cabo com a implementação de programas e projetos, quer a nível regional, nacional ou local.

Associados as formas tradicionais de luta contra as catástrofes naturais que vinha sendo enfrentada desde os anos setenta, outras formas de luta foram também planeadas, com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e de resgatar os valores de outrora perdidos. Assim na Cimeira de Dakar, em 1986, tomou-se a sábia decisão de introduzir a Educação Ambiental nas escolas sahelianas, inseridas numa nova estratégia de combate das adversidades da seca, através dos instrumentos pedagógicos com o objetivo de provocar a mudança de atitude, fazendo dos alunos um veículo de opinião e da divulgação de novos valores para a mudança comportamental e transformação da sociedade onde se encontram inseridos.

Assim a partir desse momento, considera-se que estavam criadas as condições para a introdução da Educação Ambiental em Cabo Verde tanto nos sistemas formais e informais do ensino. Foi na década de noventa que ocorreu a consolidação de políticas públicas ambientais mais consistentes e abrangentes em todos os setores vitais da sociedade.

Efetivamente o arranque decisivo da Educação Ambiental em Cabo Verde tenha acontecido no decorrer dos anos noventa, no entanto, toda a fase de preparação para a sua efetivação aconteceu nos finais dos anos oitenta, com a decisão política tomada na Cimeira de Dakar, quatro anos antes, que conduziu a mobilização dos recursos financeiros junto de parceiros internacionais para por em prática o Programa Regional PFIE, Programa Regional de Formação e Informação para o Ambiente, e a criação de condições institucionais nos estados membros para o acolhimento do projeto.

Trata-se de um programa regional do Instituto do Sahel que desenvolve a Educação Ambiental nos estados membros do Comité Permanente Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS).

Este programa visava a formação e a sensibilização da população escolar do ensino básico, professores e alunos e, por essa via, promover uma mudança comportamental na sociedade e na futura geração.

O PFIE corresponde a uma etapa do Programa Saheliano de Educação (PSE) que pretende lutar contra a desertificação e promover o desenvolvimento sustentável da região saheliana pela mudança de atitudes e comportamentos da população.

É necessário destacar que foi um programa concebido exclusivamente para os países beneficiários, levando em consideração as suas realidades e especificidades de cada qual, com a finalidade de encontrarem respostas as demandas ambientais com impactos negativos, enfrentados nas diferentes realidades dos países dos estados membros, sem no entanto, perder o seu carácter regional. O programa PFIE associou-se aos sistemas de ensino saheliano durante os anos noventa nas suas duas fases. A primeira fase ficou assinalada pela continuidade da política saheliana dos anos setenta que se concentrava na luta contra a seca e a desertificação. Já na segunda, houve uma evolução mais

qualitativa no tratamento da questão ambiental, preocupada sobretudo em trabalhar a vertente didático-pedagógico, almejando a mudança comportamental, de atitude e de valores, para em consequência, levar os cidadãos a agirem pela via do conhecimento e da consciencialização do problema.

É neste contexto que pela primeira vez apareceu numa escola saheliana a introdução da Educação Ambiental nos sistemas educativos de forma transversal e interdisciplinar no ensino básico o programa PFIE, de âmbito regional, que abarcasse a todos os países que fizessem parte dessa organização. O projeto PFIE foi financiado pela UE (União Europeia), em duas fases. A primeira fase, de 1990 a 1994, funcionou como experiência piloto na ilha de Santiago, formando nessa altura, cerca de 200 professores, envolvendo 100 escolas e ao mesmo tempo, ainda na fase de experimentação, foram feitas ações de sensibilização junto de 120 professores da formação inicial. O programa tinha as seguintes finalidades:

- Formar e informar os professores, os alunos e toda a comunidade em geral sobre os riscos da desertificação no Sahel;
- Promover mudanças comportamentais, valores e atitudes tanto nos alunos como nos professores em relação às questões ambientais;
- Fazer do aluno um vetor de opinião e de proteção do ambiente;
- Fazer da escola um lugar de luta contra a desertificação;
- Melhorar a qualidade e a eficácia do ensino Básico, o subsistema que acolheu o programa;
- Reforçar as capacidades locais de gestão de recursos naturais no Sahel.

A segunda fase do projecto, que se alargou por um período de cinco anos, decorreu de 1995 a 2000. Esta fase foi considerada de consolidação das ações implementadas durante a fase piloto e de internalização e perenização das ações de forma descentralizada e generalizada em todo o sistema educativo do ensino básico obrigatório com a pretensão de se formar cerca de 55 % do total dos professores, introduzir a Educação Ambiental no sistema do ensino básico obrigatório e implementação de um processo de aprendizagem das crianças com base nas realidades locais e estabelecimento de relações de cooperação entre os professores

e outros parceiros locais de desenvolvimento. A grande inovação desta fase foi, sem dúvida, a introdução da pedagogia ativa na forma de se fazer a abordagem da questão ambiental, dando abertamente um estatuto oficial à Educação Ambiental.

A introdução do programa ambiental no sistema educativo em Cabo Verde, foi impulsionado pelo processo de reforma do sistema educativo que decorria em paralelo ao qual foi financiamento pelo Banco Mundial e que perspetivava uma ruptura com o sistema tradicional para um ensino mais modernizado, inovador que levasse toda a comunidade educativa a se engajarem e fazerem parte dos reais problemas enfrentados por forma a darem respostas as necessidades e expectativas de desenvolvimento almejado para proporcionar o bem-estar coletivo através de ligação aos trabalhos de projetos numa perspetiva de transformação local inteirando-se dos problemas e serem eles a ajudarem na procura de soluções para as suas resoluções.

O projeto desenvolveu as seguintes componentes:

- Formação, sensibilização e Educação Ambiental
- Produção do material didático
- Seguimento e avaliação

Além do processo de reforma educativo como elemento impulsionador da inclusão do programa no sistema educativo a preparação da Cimeira da Terra também constitui um outro fator motivador pois estimulava toda a comunidade para uma mudança de forma consciente e desejada para a preservação ambiental.

Como balanço da implementação do programa durante a década de noventa podemos considerar os ganhos positivos alcançados com a institucionalização da Educação Ambiental no sistema educativo cabo-verdiano, no Ensino Básico Integrado (EBI) e a sua integração plena nos programas de formação inicial de professores do ensino básico; a disponibilização de um vasto conjunto de materiais didático-pedagógicos que enriqueceu sobre maneira as bibliotecas escolares dos EBI a nível nacional, criando mais uma alternativa à carência de bibliografia para a preparação metodológica dos professores.

O Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA) foi um dos programas macro e ambicioso elaborado em Cabo Verde nesse domínio que retrata o ambiente

na sua essência e no seu todo, tendo como paradigma os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

O PANA é um instrumento de gestão estratégica que espelha a política do ambiente e do Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde no seu todo, de forma integrada, abrangente a todos os níveis de formação e da sociedade civil.

A questão ambiental em Cabo Verde tem despertado interesse de todos os estratos da sociedade e ela tem sido destacada na agenda nacional como prioridade, razão pela qual tem tido uma forte evolução desde a década de noventa com a publicação da lei de bases de 86/IV/93, B.O. nº 27, I Série de 26 de Julho que define a política do Ambiente e cria o Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA), em 1995, como o embrião da atual Direção Geral do Ambiente (DGA), que responde pela política ambiental nacional no seu todo. Neste âmbito, nasceram o PANA I e o PANA II. O primeiro, em 1994, para o horizonte de dez anos (1994 a 2004), teve como principal motivação o despertar de consciências para as grandes questões ambientais, trazendo para o debate público as preocupações e os resultados das questões debatidas na Cimeira do Rio.

É de se destacar que, durante a vigência do PANA I, foram elaborados vários planos nacionais e o mais importante foi a atenção dada para a elaboração da Agenda 21 local e regional, o Sahel 21. Ainda, na decorrência do PANA I em 2002, foi extinto o SEPA e em seu lugar, foi criada a Direção Geral do Ambiente (DGA), no Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.

O PANA II foi elaborado já com o atual figurino de suporte institucional, a Direção Geral do Ambiente em finais 2001, inspirado nos objetivos esperados.

Da Cimeira de Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo 2002, para ser implementado durante o período que cobre um horizonte temporal de 2004-2014.

Após a sua socialização e validação com todos os parceiros sociais da sociedade cabo-verdiana foram definidos os seguintes eixos temáticos: i) gestão sustentável dos recursos naturais; ii) conservação dos recursos naturais; iii) valorização da natureza e do território; iv) proteção da biodiversidade e da paisagem; v) desenvolvimento local vi) reforço da informação e da formação ambientais, vii) adequação do quadro legal e institucional viii) integração do ambiente nas políticas setoriais tendo para o efeito elaborado nove sub-planos

afetados aos mais diversos setores – chaves de desenvolvimento do país a saber: Ambiente e Recursos Hídricos; Ambiente, Saneamento Básico e Saúde; Ambiente e Biodiversidade; Ambiente e Ordenamento do Território; Infra-estruturas e construção civil; Ambiente e Educação, Formação, Informação e Sensibilização; Ambiente e Turismo; Ambiente e Agricultura, Silvicultura e Pecuária; Ambiente e Pescas; Ambiente e Indústria, Energia e Comércio.

Estes 9 sub-planos, que constituem importantes instrumentos de planeamento de ações a curto, médio e longos prazos, foram diagnosticados coletivamente com todos os estratos da sociedade civil recebendo deles *in-puts* importantes que contemplam em seu âmago a melhoria da qualidade de vida das populações e busca conjuntamente com eles as soluções para os problemas na senda do desenvolvimento sustentável.

De entre os vários sub-planos que integram o PANA II, encontra-se o Plano Ambiental Intersectorial-Ambiente e Educação, Formação e Informação e Sensibilização (PAIS-Educação), cuja visão é promover uma sociedade dotada de *“uma população formada, informada e comprometida com o desenvolvimento sustentável”*, pretendendo no âmbito do programa integrar a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e da formação, tanto no formal como no setor informal e no não formal, isto é, abrangendo todos os estratos da população de forma genérica de acordo com os princípios e compromissos orientadores da Educação Ambiental adotados nas conferências internacionais. Tanto este como todos os outros planos integrados no PANA II, encontram-se na fase de execução até 2014.

Embora os instrumentos de gestão ambiental estejam na fase de execução e a questão ambiental vem sendo uma prioridade manifestada pelos sucessivos governos e a própria sociedade civil do ponto de vista legal, as leis nesta matéria. A primeira lei de bases ora criadas mais tarde. Por exemplo a Lei de bases do ambiente foi datada de 1993. Trata-se da Lei nº 86/IV/93 de 26 de Julho que define as bases da política do ambiente, seguido de vários outros decretos de regulamentação de capital importância.

Uma posição muito notável foi o despertar e a participação da sociedade civil na construção da cidadania, a partir dos anos noventa. Esta atitude próativa tem trazido um ganho adicional à Educação Ambiental com um grande contributo das



ONGs como a MORABI, a Associação Amigos da Natureza, Garça Vermelha, Associação para a Defesa do Consumidor/Cabo Verde (ADECO) e Associação para a Defesa do Ambiente (ADAD), entre outras, que embora não se ocupem diretamente da Educação Ambiental, nos seus programas e projetos, contudo, ela aparece sempre de forma explícita como uma parceira indissociável de luta contra a pobreza, utilização racional dos recursos, com o intento da busca de sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida, principalmente para a maioria da população que vive no meio rural.

## **1.2. Instrumentos de política de gestão ambiental em Cabo Verde**

O Arquipélago de Cabo Verde, pelas suas características geográficas e climáticas, tem estado continuamente sujeito aos flagelos de secas cíclicas tornando ainda mais débil o seu ambiente ecológico. Esta situação impôs ao Governo a definir medidas de política para superar a situação reinante constatada um pouco por todo o mundo nos anos setenta do século passado.

As políticas ambientais e de Conservação da Natureza vigentes em Cabo Verde baseiam-se fundamentalmente na gestão e conservação das áreas florestais e espécies marinhas, na introdução de novas espécies vegetais, nas ações de correção e conservação do solo, na proteção de zonas costeiras e, mais recentemente, na implementação dos projetos Áreas Protegidas e Parques Eólicos para a produção de “energia limpa”. De modo análogo aos outros países, Cabo Verde tem assentado a sua política em pressupostos bióticos e geológicos, fundamentais no plano de ação de Conservação e Gestão da Natureza.

Da análise das políticas seguidas durante os últimos anos, constata-se que a problemática ambiental ganhou uma nova dimensão, a partir de 1995. Assim, ganhos positivos foram conseguidos, essencialmente no que concerne ao enquadramento institucional e legal.

A concretização destas ações faz-se pelo desenvolvimento e contributo orientados por diversos atores sociais a saber (i) Conselho dos Ministros para o Ambiente; (ii) Secretariado Executivo para o Ambiente; (iv) Instituto de Meteorologia e Geofísica; (v) Instituto Nacional de Investigação Agrária; (vii) Câmaras Municipais (viii) Universidades (ix) Organizações não-Governamentais, (x) Sector Privado e

Empresarial, e todos os intervenientes no processo ambiental e investimento no domínio da formação, informação e sensibilização da população assim como a capacitação técnica e institucional.

Desde a independência, os sucessivos Governos Cabo-verdianos têm-se mostrado preocupados com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos vocacionados para a gestão ambiental. Assim, a partir deste período foram concebidas e implementadas numerosas medidas legislativas que têm garantido a proteção e a conservação dos recursos naturais. Contudo, é a partir dos anos 80 que estas medidas conheceram um maior incremento a nível das medidas legislativas na área ambiental.

Após a Conferência do Rio, Cabo Verde, à semelhança de vários outros países adotou, em 1993, o seu instrumento legal ambiental que define as Bases da Política do Ambiente que fixa as grandes orientações e define o quadro legal que deve reger as relações entre o homem e o meio natural.

Hoje, o sistema jurídico integra um conjunto de instrumentos da Política do Ambiente que regularizam vários projetos e práticas ambientais no país, designadamente a Conservação da Natureza, do ar, da água, dos solos, controlo do ruído, entre outros.

Já a Constituição da República de Cabo Verde, publicada em 1980, referia no seu artigo 8º, que Cabo Verde exerce soberania sobre todo o território nacional abrangendo a superfície emersa, as águas arquipelágicas e o mar territorial definidos na lei e os respectivos leitos e subsolos. “O mesmo é aplicável sobre todos os recursos naturais, vivos e não vivos, que se encontrem no seu território” (Pereira, 2005).

A mesma constituição referia no seu artigo 9º que o “Estado de Cabo Verde exerce competência exclusiva em matéria de conservação e exploração de recursos naturais, vivos e não vivos” na sua zona económica exclusiva, definida por lei.

As mudanças políticas operadas a partir de 1991 obrigaram à revisão constitucional e, em 1992, foi apresentada uma nova Constituição na qual está consagrado no artigo 6º, nº2, que “na sua zona contígua, na zona económica exclusiva e plataforma continental, definidas na lei, o Estado de Cabo Verde possui direitos de soberania em matéria de conservação, exploração e aproveitamento dos

recursos naturais, vivos ou não vivos, e exerce jurisdição nos termos do direito interno e das normas de Direito Internacional” (Pereira, 2005, p.9).

A proteção da paisagem, da Natureza, dos recursos naturais e do meio ambiente, constituem tarefas do Estado e estão salvaguardadas na alínea j), do artº.7. Referindo-se mais especificamente ao Ambiente, o art.º. 72º da atual Constituição estabelece que: “Todos têm direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender conservar e valorizar”.

Com isto, fica claro que o Estado, os Municípios e as associações de defesa do ambiente, devem conjugar esforços e desenhar normas que promovam a implementação de políticas para a defesa e a preservação do meio ambiente, velando pela exploração e consumo racional de todos os recursos naturais garantindo, assim, a sua sustentabilidade.

Face às vulnerabilidades do país, às ameaças ambientais (perdas da biodiversidade e da geodiversidade, aquecimento global, subida do nível do mar, entre outros problemas como o ordenamento do território), o Estado deverá elaborar e executar políticas adequadas para o ordenamento do território, defesa e “preservação do ambiente bem como a promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica; promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca” (Pereira, 2005). Perante estes desafios, cada cidadão fica obrigado a defender e conservar o meio ambiente (artº.82º), sem pôr em causa os ecossistemas, contribuindo para o bem-estar pessoal e dos seus semelhantes através de uma procura constante do equilíbrio das relações entre todos os componentes da Natureza.

Seguidamente apresenta-se em síntese os principais instrumentos legais que determinam as ações da política do ambiente.

Em 1993 originou a lei 85/IV/93 sobre o Ordenamento do Território que cria os planos de ordenamento (esquema nacional, esquemas regionais e planos especiais de ordenamento), comportando essencialmente a regulamentação das construções urbanas e peri-urbanas.

O Decreto-Legislativo nº. 14/97, de 1 de Julho (Código do Ambiente) que integra no capítulo IV desta lei a política nacional na área dos resíduos urbanos,

industriais e outros. O Decreto-Legislativo nº. 14/97, de 1 de Julho desenvolve as normas regulamentares de situações previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente, estabelecendo os princípios fundamentais destinados a gerir e a proteger o ambiente contra todas as formas de degradação, com o fim de valorizar os recursos naturais, lutar contra a poluição de diversa natureza e origem e melhorar as condições de vida das populações no respeito pelo equilíbrio do meio.

No ano 1998 foi definido a lei nº 48/IV/98 que regulamenta a atividade florestal e visa a proteção das florestas e a regulamentação do espaço submetido ao regime florestal e a regulamentação do espaço submetido ao regime florestal excluindo as áreas com vocação agrícola;

Em 2003, foi publicado o decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, que veio preencher uma grande lacuna na legislação ambiental cabo-verdiana. Este Decreto-Lei visa implementar medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos geológicos, em particular, e dos recursos naturais, em geral. Visa ainda assegurar a proteção de zonas costeiras que têm sofrido um grande impacto com a construção de empreendimentos turísticos e propõe medidas para o controle da exploração de areia, a fim de evitar a diminuição das potencialidades das áreas de lazer e o avanço da linha de costa, responsável pela diminuição da capacidade produtiva observada em algumas localidades onde a intrusão salina já é uma realidade.

O Decreto-lei nº 31/ 2003, de 1 de Setembro, estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respetiva fiscalização, tendo em vista a proteção do meio ambiente e a saúde pública. A referida lei sujeita os planos, projetos, trabalhos e ações que são susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente a um processo prévio de “Avaliação do Impacte Ambiental” (AIA). Nos termos do regulamento da AIA, os donos da obra devem apresentar à Direção Geral do Ambiente do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, no início do processo conducente à autorização do projecto, um “Estudo do Impacte Ambiental” (EIA), onde deve constar a produção e o tratamento dos resíduos;

O Decreto-lei n.º 31/2003 que regula a eliminação de resíduos para a proteção do meio ambiente e saúde pública;

A Política do Saneamento, que apresenta como área prioritária de intervenção o saneamento básico e integra preocupações referentes à gestão de resíduos sólidos orgânicos e não orgânicos, bem como de efluentes domésticos, hospitalares e industriais;

Em 1997 foi publicado o Código do Ambiente através do Decreto-Legislativo nº 14/97, de 1 de Julho, onde estão abordadas questões diversas como avaliação e estudo do impacto ambiental; controlo dos resíduos urbanos, industriais e outros; proteção dos recursos geológicos; controle da poluição atmosférica; proteção de espaços naturais, paisagens, sítios, monumentos e espécies protegidas; proibição da extração, exploração da areia nas dunas, nas praias e nas águas interiores e estabelecimento das contra-ordenações pela extração ou exploração sem licença.

O Código do Ambiente consiste no primeiro documento oficial com um carácter mais abrangente e estrutural que define a estratégia ambiental (gestão de recursos naturais, poluição, Conservação da Natureza) de Cabo Verde (Pereira, 2005). Contempla algumas medidas conservacionistas tendentes a preservar não só a diversidade biológica mas também elementos da geodiversidade, ainda que de uma forma bastante incipiente.

Novos instrumentos jurídicos foram criados através do Decreto-Lei nº 2/2002 e do Decreto-Regulamentar nº 7/2002, de 30 de Dezembro, que proíbe a extração de areia nas dunas, nas praias e águas interiores, e adota medidas de conservação e proteção das espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, respetivamente. Respondendo aos mais recentes desafios ambientais e de Conservação da Natureza, vários outros decretos regulamentares foram publicados no sentido de promover a conservação e a valorização dos recursos naturais locais. Assim, em 2003, foram publicados quatro Decretos-Lei: o Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socioeconómico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma proteção especial e integrar-se na Rede Nacional de Áreas Protegidas; o Decreto-Lei nº 5/2003, de 31 de Março, que define o sistema nacional de proteção e controle do ar; o Decreto-Lei nº 6/2003, de 31 de Março, que estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras e o

Decreto-Lei n.º 40/2003, de 27 de Setembro, que estabelece o regime jurídico da Reserva Natural de Santa Luzia.

Salienta-se que o estabelecido no Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro, se encontra em fase de implementação. Foram já criados alguns Parques, designadamente o Parque Natural do Fogo (na ilha do Fogo), o Parque Natural de Serra Malagueta (na ilha de Santiago) e o Parque Natural do Monte Gordo (na ilha de S. Nicolau) e previstas Áreas Protegidas, em quase todas as ilhas.

Em 2005, foi publicado o Decreto-lei n.º 81/2005, de 5 de Dezembro, que estabelece o Sistema de Informação Ambiental e, em 2006, o Decreto- Lei n.º 29/2006, de 6 de Março, que define o regime jurídico da avaliação do impacto ambiental dos projetos públicos ou privados susceptíveis de produzir efeitos no ambiente.

No ano 2010 foi publicado o Plano Nacional do Saneamento Básico que caracteriza a situação do Setor do Saneamento em Cabo Verde e apresenta o Plano de ação para o mesmo. O Plano Nacional de gestão dos resíduos sólidos, elaborado em 2003, estará em vigor até 2013. Em 2014 foi publicado a Resolução n.º 10 de 2014 aprova o Plano Nacional de Educação Ambiental delineado para o período de 2013/2022 requerendo mecanismos operacionais de monitorização e de avaliação deste instrumento ambiental.

O quadro 10 encerra o resumo dos principais decretos legislativos relacionados com a política ambiental em Cabo Verde.

**Quadro 10 - Pacote legislativo cabo-verdiano em matéria de ambiente e conservação da Natureza.**

<b>Principais leis relacionadas com a proteção ambiental</b>
Lei nº 86/IV/93, de 26 de Julho, define as Bases da Política do Ambiente
Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de Julho, desenvolve as Bases da Política do Ambiente (Código do Ambiente)
Lei n.º 102/III/90, de 29 de Dezembro, estabelece as Bases para a Preservação do Património Cultural e Natural
Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de Janeiro, proíbe a extração e exploração de areias nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial.
Decreto-Lei n.º 7/2002, de 30 de Dezembro, estabelece medidas de conservação e proteção
Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro, estabelece o Regime Jurídico das Áreas Protegidas.
Decreto-Regulamentar n.º 7/2002 - Estabelece as medidas de conservação e proteção das espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção.
Decreto-Lei n.º 5/2003, de 31 de Março, define o sistema nacional de proteção do ar.
Decreto-Lei n.º 6/2003, de 31 de Março, estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreira
Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro, estabelece o Regime Jurídico das Áreas Protegidas
Decreto n.º 31/ 2003, de 1 de Setembro, estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respetiva fiscalização, tendo
Decreto-Lei n.º 40/2003, de 27 de Setembro, estabelece o regime jurídico da Reserva Natural de Santa Luzia.
Decreto-Lei nº 81/2005, de 5 de Dezembro, define o Sistema de Informação Ambiental e respetivo regime jurídico
Decreto-Lei nº 29/2006, de 6 de Março, estabelece o regime jurídico da Avaliação do Impacto Ambiental
Decreto-Lei nº 44/2006, de 6 de Novembro que altera alguns artigos do Decreto-Lei nº3/2003, que estabelece o Regime Jurídico das Áreas Protegidas.
Resolução nº 39/2007 de 19 de Novembro promove a candidatura de “Cidade Velha” a Património da Humanidade
Resolução nº 158/2006 de 09 de Janeiro aprova o Livro branco sobre o Estudo do Ambiente.
Decreto Regulamentar nº3/2008 aprova a delimitação do Parque Nacional do Fogo.
Decreto Regulamentar nº4/2008 de 16 de Junho aprova a Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adaptada em Outubro/03, na 32ª sessão da Conferência Geral da UNESCO
Resolução nº 40/2008 aprova o Plano de Gestão do Parque Natural de Serra da Malagueta na Ilha de Santiago
Resolução nº 41/2008 de 8 de Dezembro aprova o Plano de Gestão do Parque Natural do Monte Gordo de S. Nicolau
Lei nº 76/VII/2010 - Cria a Taxa Ecológica
Aprovado o Plano Nacional do Saneamento Básico
Resolução nº 10 de 14 Fevereiro de 2014 define o Plano Nacional de Educação Ambiental
Resolucao nº 104/VIII/2014 - Aprova o Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde

No campo da ação da política ambiental e de Conservação da Natureza, Cabo Verde assinou alguns acordos e convenções internacionais, e ratificou outros, sendo os de maior pertinência descritos no quadro 11.

**Quadro 11 - Acordos, Convenções e Ratificações assinados por Cabo Verde**

Ocorrências	Legislação
Adesão ao CILSS - Comité Inter-Estados de luta contra a seca no Sahel	1975
Aprovação da Convenção relativa à Proteção do Património Mundial Cultural e Natural	Decreto nº146/87, de 26 de Dezembro
Adesão à Convenção Relativa à determinação das condições de acesso e de exploração dos recursos haliêuticos no largo das costas dos Estados membros da CSRP	14 de Julho de 1993
Aprovação da Convenção - Quadro sobre Mudanças Climáticas, concluída em Nova Iorque a 9 de Maio de 1992	Resolução nº72/IV/94, de 20 de Outubro, da Assembleia Nacional;
Aprovação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, concluída no Rio de Janeiro a 5 de Junho de 1992	Resolução nº73/IV/94, de 20 de Outubro, da Assembleia Nacional
Ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre a Luta Contra a Desertificação nos Países gravemente afectados pela seca e/ou pela Desertificação, em particular em África	Resolução nº98/IV/95, de 8 de Março, da Assembleia Nacional
Ratificação da Convenção revista do CILSS, assinada a 22 de Abril de 1994	Resolução nº114/IV/95, de 3 de Novembro, da Assembleia Nacional
Adesão à Convenção Internacional sobre a responsabilidade civil pelos prejuízos devidos à poluição por hidrocarbonetos	Decreto nº2/97, de 10 de Fevereiro
Adesão ao Protocolo de Montreal, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono	Decreto nº5/97, de 31 de Março
Adesão à Convenção de Viena para a proteção da Camada de Ozono	Decreto nº6/97, de 31 de Março
Protocolo de Quioto sobre as Alterações climáticas	Resolução nº 149/IV/2005 de 5 de Dezembro
Aprovação da Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas	Decreto nº 4 /2004 de 18 de Novembro
Aprovação da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens ameaçadas de extinção	Decreto nº 1 /2005 de 21de Março
Aprovação da Convenção sobre Conservação das Espécies Migratórias pertencentes à fauna selvagem	Decreto nº 13 /2005 de 5 de Dezembro

Fonte: SIA, 2009

A política de médio prazo do Governo orienta-se para a criação de um ambiente económico que encoraja o crescimento económico e reduza a pobreza, um crescimento respeitador do ambiente e equitativo. É neste contexto que o Governo elaborou o Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II), no horizonte 2004-2014, tendo como objetivo geral fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das



atividades económicas. O PANA II pretende responder à diversidade cabo-verdiana em termos topográficos e agro-ecológicos, o que se manifesta com preocupações e oportunidades ambientais diferentes em cada município.

O documento foi elaborado com base nas orientações de desenvolvimento adotadas pela Cimeira de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em Setembro de 2002, e, faz uma abordagem transversal, participativa e descentralizada da problemática ambiental, envolvendo setores público e privado, municípios, organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil.

Elaborado com base numa abordagem transversal, participativa e descentralizada da problemática ambiental, o PANA II envolveu os setores público e privado, os municípios, as organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil. Foram identificadas quatro áreas prioritárias de intervenção: i) Gestão Sustentável de Recursos Hídricos, ii) Saneamento Básico, iii) Biodiversidade e iv) Ordenamento do Território.

Os diferentes instrumentos jurídicos, em matéria ambiental e de Conservação da Natureza, produzidos ao longo dos anos, procuram estabelecer normas que garantam uma gestão responsável e sustentável do ambiente e permitem compreender o desafio que temos em promover uma gestão integrada dos recursos naturais seguindo as mais recentes recomendações da IUCN. Estas preocupações estão expressas em diversos instrumentos, como a Constituição da República que consagra a todo o cidadão o direito a um ambiente de vida saudável e ecologicamente equilibrado, as Grandes Opções do Plano para 2001- 2005, o Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II) e vários outros documentos resultantes de assinatura e ratificação de Convenções Internacionais.

Com a Lei n.º 86/IV/93 que define as Bases da Política do Ambiente, foi criado o Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA), em 1995, responsável pela definição da política do ambiente. Em 1994 foi elaborado o Primeiro Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA I) com um horizonte de dez anos (1994-2004), plano esse que apesar de não ter sido formalmente aprovado ou muito divulgado, despertou alguma consciência sobre as preocupações ambientais.

Subsequentemente, foram elaborados vários planos nacionais. Em 2002, foi extinto o SEPA e criada a Direcção Geral do Ambiente (DGA), no Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas que tem sido o organismo propulsor da Implementação de Áreas Protegidas. Os sucessivos governos demonstraram sempre a intenção de criar uma rede de áreas protegidas, na tentativa de proteger espécies e ecossistemas vulneráveis, ameaçadas ou em perigo de extinção. Estas medidas intencionais passaram à prática com a criação dos primeiros parques naturais.

### **1.3.A componente ambiental nos programas educativos**

A Educação Ambiental tem-se restringido a projetos de duração limitada e a atividades pontuais tanto no ensino formal como não formal. Para colmatar estas limitações, foi definido plano de ações para os diferentes níveis de ensino formal e não formal para ser implementados num período de dez anos e a medida que forem criadas as condições institucionais que permitam a sua execução.

A Educação Ambiental no ensino formal é a especificada e desenvolvida nos currículos das instituições públicas e privadas vinculadas aos sistemas de ensino caboverdiano. Deve ser desenvolvida como prática educativa integrada, contínua, permanente, inter e transdisciplinar, em todos os níveis e modalidades educacionais.

Deve-se adotar conteúdos relacionados ao meio ambiente e à formação de hábitos e atitudes pessoais e coletivas que preservem a qualidade de vida e os recursos naturais do país e do planeta.

Os cursos de formação e/ou especialização, técnicos e profissionalizantes devem incorporar conteúdos específicos sobre ética ambiental relacionada às atividades a serem desenvolvidas posteriormente. A Educação Ambiental no ensino formal não está incorporada como uma disciplina específica dos currículos, mas em uma perspectiva de inter, multi e transdisciplinaridade, vinculada ao pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, humanismo, participação e desenvolvimento de atitudes individuais e coletivas que considerem a interdependência entre os meios naturais, sociais, econômicos e culturais, em um enfoque de valorização da sustentabilidade atual e futura.

Na educação formal, considerou-se a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, desde do pré-escolar, ensino básico, ensino secundário e o ensino superior.

O programa pré-escolar tem como objetivo geral pôr a criança em contato com o ambiente, centrando-se na exploração do meio ambiente através dos sentidos e de jogos diversos. Para atingir este objetivo será necessário a integração de Educação Ambiental nos programas do curso de Formação Pré-escolar, a produção do material lúdico-didáticos e o apoio à realização de atividades extra-curriculares.

Tendo como público-alvo prioritário a comunidade educativa do pré-escolar, crianças, monitoras orientadoras e educadoras, este programa beneficia também as comunidades através das famílias.

As responsabilidades na implementação deste programa consistiam na partilha entre Direção Geral do Ensino e Secundário (DGBS) entidade Coordenadora da Educação de infância, o Instituto Pedagógico, as Delegações do Ministério de Educação, as Câmaras Municipais e ONGs pela sua forte intervenção neste nível.

Tratando-se de uma fase decisiva na construção de valores e atitudes, e considerando a abrangência deste nível de educação no nosso país a integração da Educação Ambiental na educação de infância representa um investimento de longo prazo e amplo alcance.

A nível do ensino básico, o objetivo geral é considerar a integração da EA, através de uma intervenção permanente e sistemática. A valorização da experiência do PFIE merece um destaque, na medida em que se procura dar continuidade ao programa, recuperar o material produzido, estratégias e recursos humanos.

Como ações concretas incluem-se a formação de professores, nomeadamente inscrita na formação inicial, a reeditarão de manuais e o apoio a atividades extracurriculares. Estas ações tiveram como público-alvo principal crianças do 1º ao 6º anos de escolaridade e os agentes educativos envolvidos neste nível, mas espera-se que também possam influenciar as famílias e a comunidade em geral e, eventualmente, adolescentes fora do sistema formal de ensino.

Os responsáveis pela implementação do programa para o ensino básico foram as estruturas que coordenam o setor a nível central e desconcentrado, a saber, a Direção Geral do Ensino Básico e Secundário, a Inspeção Geral do Ensino

e as Delegações do Ministério nos Concelhos, bem como o Instituto Pedagógico implicado na formação e acompanhamento dos professores.

A nível do ensino secundário, pretendia-se a integração da abordagem multidisciplinar produção e divulgação de material didático.

Foi também contemplada a realização de trabalhos práticos e de pesquisa sobretudo a partir dos clubes ecológicos das escolas secundárias ou ainda no âmbito do programa GLOBE elaborado em 2003. Os beneficiários, adolescentes e jovens do ensino secundário poderão através da sua participação promover as mudanças de atitudes e comportamentos relativos ao ambiente. Deste modo as atividades desenvolvidas procuraram estimular a tomada de consciência dos problemas e do seu papel pessoal na melhoria do ambiente e de qualidade de vida.

A implementação do programa de EA para o ensino secundário compete, a nível central, à Direção Geral do Ensino Básico e Secundário, através de das Direções do Ensino Geral e Ensino Técnico e à Inspeção Geral do Ensino, em termos de acompanhamento, e ainda ao Instituto Superior de Educação com entidade formadora.

A nível descentralizado, as escolas Secundárias, através de clubes ecológicos ou outras estruturas, atuam em parceria com as delegações do ministério de educação, os municípios e outras entidades implicadas na gestão do ambiente e na Educação Ambiental.

O programa concebido para o ensino superior valoriza a formação especializada, o desenvolvimento de rede de investigação e a participação em atividades de extensão.

Considera-se como público-alvo todos os formandos de instituições de ensino superior e presentes no país e os seus formadores, sendo beneficiários indiretos os estudantes do ensino secundário e as comunicadoras que vierem a acolher programas de extensão.

No setor da educação de adultos, a responsabilidade maior de Educação Ambiental recai a Direção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos em formação mas intervêm igualmente os municípios. O programa é extensivo às famílias servindo como complemento das mensagens do ambiente. Nesta vertente, procura-se conciliar a Educação Ambiental com os desafios e preocupações do dia-

a-dia dos adultos em formação, aliando-se esta educação aos objetivos de autopromoção das famílias e comunidades, no sentido de resolução dos problemas e melhoria de qualidade de vida.

Na vertente da profissional, o objetivo fundamental consistia na redução dos riscos de determinadas atividades, através da consciencialização das pessoas envolvidas sobre os mesmos e da capacidade de técnicos especializados na gestão e preservação do ambiente.

Os beneficiários deste programa são jovens inscritos nos programas de formação profissional, mas também profissionais da área técnica enquadrados em programas de atualização e reciclagem. Estes através de participação em formação modulares de curta duração têm melhorado as suas competências e aumentaram o nível de formação, especialmente na vertente ambiental.

Os responsáveis pela implementação do programa foram o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), as escolas técnicas e centros de formação profissional.

Convém referir a importância dos pólos de formação profissional existente ao nível de algumas regiões do país no apoio à formação profissional e na garantia da Educação Ambiental a esse nível.

A nível local, regional e nacional, a participação das empresas, especialmente a diretamente envolvida na gestão ambiental revela-se de grande importância.

Para além dos vários grupos implicados nos subsectores da educação, considerou-se um programa para a população em geral, através do qual se procura essencialmente estender a informação a todas as pessoas, sensibilizando-as para opções de vida mais responsáveis e sustentáveis.

Dada a diversidade do público-alvo foi implementado um programa com atividades diferenciadas em função do tipo do público-alvo.

Nesta abordagem foram destacadas as mulheres pela sua responsabilidade na gestão dos recursos ambientais importantes como água e a lenha e as novas gerações na consolidação dos valores ambientais.

Do mesmo modo os pescadores, os agricultores e criadores de gado, artistas e artesões, os industriais, comerciantes foram sensibilizados nos meios de comunicação social sobre a problemática ambiental demonstrando que se trata de uma questão global, interdisciplinar e complexa na qual todos os cidadãos poderão dar contributo.

Os responsáveis para este programa foi a comunicação social, através da imprensa escrita, rádio e televisão públicas mas também privadas com destaque para rádios comunitários e rádio educativa.

#### **1.4.A Rede de Educação Ambiental**

O Governo de Cabo Verde aprovou em Novembro de 2004, o Plano de Ação Nacional para o Ambiente PANA II, um plano para dez anos (2004-2014) que dá orientações estratégicas para a utilização racional dos recursos e gestão sustentável das atividades económicas o qual deverá ser financiado por diversos parceiros e coordenado pela Direção Geral do Ambiente pertencente ao Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.

O PANA II que tem como visão ambiental, “uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, convencida das suas responsabilidades e relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos de maneira durável” integra Plano Ambiental Municipal (PAM) e Planos Intersetoriais (PAIS) elaborados em 2004.

O PAIS Ambiente e Educação, Formação, Informação e Sensibilização, cuja visão setorial foi “uma população formada, informada e comprometida com o desenvolvimento sustentável”, para a concretização desta visão, prevê programas que contemplem todos os níveis de ensino na educação formal, a educação não formal e a população em geral, em conformidade com os princípios orientadores formuladas nas diferentes conferências internacionais.

Tendo em conta à abrangência, a especificidade e a necessidade de se garantir a execução eficaz dos programas propostos, o Ministro de Educação e valorização dos Recursos Humanos criou a estrutura de coordenação e de execução do PAIS Ambiente e Educação designada por Rede de Educação Ambiental.

A criação da Rede de Educação Ambiental foi publicada pelo despacho do Ministro de Educação no BO nº 38, II série de 28 de Setembro de 2005 e é uma estrutura criada, através do despacho da Senhora Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, e afeto organicamente à Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão com o objetivo de implementar o País Ambiente Educação/PANA II e toma a política do Ministério de Educação em matéria de Educação e Sensibilização Ambiental no Sistema formal de Ensino.

A Rede de Educação Ambiental funcionou com um núcleo coordenador constituído por três técnicos a tempo inteiro e os pontos focais (PF) dos diferentes departamentos do antigo Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos.

A gestão da rede foi assegurada por uma coordenadora através do despacho da Ministra de Educação mediante a proposta do Gabinete de Estudos e Planeamento e por dois técnicos superiores destacados dos departamentos que integram a referida rede.

Os pontos focais eram designados pelos responsáveis dos diferentes departamentos do MEVRH. O Programa do Governo da VIII Legislatura (2011/2016) consagra a modernização da Administração Pública e neste âmbito foi aprovado a Orgânica do atual Ministério de Educação e Desporto, o qual constitui um instrumento indispensável com eficiência e eficácia do setor de Educação e Desporto e assegurar aos Cidadãos o direito fundamental da Educação e Desporto. Integrado a esta nova Orgânica, a Rede de Educação Ambiental incorpora ao Serviço de Inovação Pedagógica e Educativa (SIPE), que por sua vez está integrado na Direção Nacional de Educação. O SIPE numa das suas atribuições promove a Educação Ambiental no ensino pré-escolar e básico.

A Rede de Educação Ambiental dispõe de um serviço de contabilidade, de pessoal administrativo e auxiliar.

A Rede tem como principais tarefas designadamente: (i) Coordenar a implementação do PAIS Ambiente Educação; (ii) Propor estratégias, mecanismos e instrumentos para que a EA seja uma constante na Educação Formal e não formal; (iii) Representar a perspetiva ambiental na elaboração e execução das políticas do Setor; (iv) Desenvolver mecanismos operacionais de concertação com outros

setores governamentais, em particular com a DGA, municípios, organizações não-governamentais e associações; (iv) Dinamizar, facilitar, acompanhar e avaliar a implementação do PAIS Ambiente e Educação e propor caso necessário a adaptação; (v) Envolver os diferentes departamentos do ministério na programação e execução das atividades, através do reforço da comunicação e criação de espaços de concertação; (vi) Participar na avaliação de impactos ambientais das atividades setoriais; (vii) Desenvolver mecanismos operacionais e concertação com os outros governamentais em particular com a Direção Geral do Ambiente e Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas (DGA-MAAP).

DGA-MAAP, municípios, organizações não-governamentais e associações; (viii) Mobilizar recursos, materiais e financeiros e desenvolver e desenvolver uma vasta parceria tendo em vista a implementação; (ix) Preparar conjuntamente com os pontos focais dos diferentes departamentos do Ministério o orçamento anual de atividades; (x) Apresentar relatórios mensais ao Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) e à então Direção Geral do Ambiente e Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas (DGA-MAAP).

A nível da Política Educativa, Cabo Verde e o setor educativo em particular, passa por um processo de revisão curricular dos ensinos básico e secundário, da qual sairão mudanças ao nível das configurações dos ensinos básico e secundário, mas também da organização escolar a elas associada, e, novas abordagens visando o desenvolvimento de competências transversais de temas ligados à Educação Ambiental, entre outros temas.

A REA através do seu Plano de Atividades contempla todas as vertentes consideradas fundamentais no processo de Educação Ambiental, e procura envolver toda a comunidade educativa bem como a sociedade civil. A questão da integração curricular da temática ambiental continuará a merecer a atenção da REA através do seguimento e monitorização dos indicadores definidos na matriz setorial bem como na definição do sistema de indicadores de monitorização para da integração da temática ambiental no curriculum.

No campo de ação da REA são elaborados os Planos de Atividades com base nos princípios da Visão do Plano Ambiental Inter-setorial Ambiente Educação (Uma população formada, informada e comprometida com o desenvolvimento



sustentável) tendo como principais finalidades: (i) Contribuir para a integração curricular da Educação Ambiental; (ii) Sensibilizar a comunidade escolar e sociedade civil em geral para a necessidade de preservar o meio ambiente; (iii) Promover hábitos e comportamentos ambientalmente saudáveis na comunidade educativa e na sociedade em geral; (iv) Capacitar os agentes educativos no domínio de Educação Ambiental; (v) Garantir a efectiva integração da Educação Ambiental no Currículo escolar (vi) Apoiar e incentivar iniciativas de "projetos de EA" nas escolas.

As estratégias do desenvolvimento das atividades basearam-se na articulação com os demais subsectores da educação e Delegações escolares e estabelecimento de parcerias e internacionais. Apostou-se também no desenvolvimento local, integrado e sustentável como alternativa para reduzir os problemas ambientais dos diferentes municípios e comunidade educativa. A metodologia utilizada incluiu as ações de planificadas com base em informações e dados recolhidos na comunidade educativa, possibilitando abrangendo novas práticas de inclusão social.

Com base nas atribuições definidas na lei orgânica, destacam-se as seguintes principais atividades desenvolvidas da REA: (i) Acompanhamento do processo de implementação do novo currículo, nomeadamente no cumprimento das metas estabelecidas na Matriz GAO nível da integração da temática ambiental; (ii) Elaboração/atualização dos manuais de Educação Ambiental; (iii) Apoio à implementação de ações de formação e capacitação dos agentes educativos em articulação e coordenação com as escolas e delegações do MED; (iv) Monitorização da implementação da Carta de Responsabilidade saída de 2ª Edição da Conferência Infância-Juvenil pelo Meio; (v) Participação/colaboração em iniciativas de Educação e Sensibilização ambiental promovidas por outras Instituições; (vi) Dinamização de clubes ecológicos; (vii) Promoção de atividades de troca de experiência e divulgação de boas práticas em matéria de educação e sensibilização (viii) Desenvolvimento de parcerias junto das escolas e delegações com vista a criação/recuperação de espaços verdes/horto escolar; (ix) Seguimento e monitorização dos indicadores de monitorização e avaliação da Educação Ambiental.

Nos quadros 12, 13 e 14 seguem a síntese das principais atividades desenvolvidas nos últimos três anos no âmbito de REA:

**Quadro 12 - Síntese das atividades desenvolvidas pela REA no ano 2012**

<b>Ano 2012</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à implementação de ações de formação e capacitação dos agentes educativos</li> <li>• Monitorização da generalização gradual dos novos planos, programas, guias e manuais a todas as escolas do Ensino Básico e Secundário</li> <li>• Elaboração e apresentação de uma proposta de projeto para a Realização da IIª</li> <li>• Conferência Infanto Juvenil Nacional em 2013</li> <li>• Implementação do projeto MED –VERDE –Verde</li> <li>• Realização do atelier de socialização do relatório sobre "Perfil Ambiental da comunidade escolar"</li> <li>• Definição do sistema de indicadores de monitorização e avaliação da Educação Ambiental</li> <li>• Promoção de Caravana ambiental nos Jardins de Infância (tesouro ecológico, teatro de fantoches "Lixo no Lixo", pintura no rosto)</li> <li>• Realização de Jornadas ecológicas em escolas do EB (Jincanas; jogos - árvore do saber; expressão plástica; concurso de desenho e desenhos)</li> <li>• Apoiar as Escolas na realização de Palestras, Exposição e Campanhas de limpeza e de Sensibilização sobre temáticas ambientais</li> <li>• Produção e difusão de programas radiofónicos sobre a Educação e Sensibilização Ambiental</li> <li>• Promoção de ações de investigação ambiental</li> <li>• Realização de visitas de seguimento e avaliação de ações/projetos</li> </ul>
-----------------	--

**Quadro 13 - Síntese das atividades desenvolvidas pela REA no 2013**

<b>Ano 2013</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitorização da generalização dos novos programas e manuais do 1º e 2º Ano do Ensino Básico, contendo o reforço da abordagem da temática ambiental e continuação da experimentação nos restantes anos de escolaridade</li> <li>• Finalização e disponibilização do Relatório "Perfil Ambiental da Comunidade Educativa"</li> <li>• Preparação e realização da 2ª Edição da Conferência nas Escolas (no âmbito da Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente)</li> <li>• Realização da 2ª Edição da Conferência Nacional Infanto-Juvenil Pelo Meio Ambiente (Mês de Abril, 4 e 5 dias), sob o lema "Vamos cuidar de Cabo Verde"</li> <li>• Implementação, em parceria com a Delegação do MED do Concelho de Ribeira Brava, do projeto "Educar através de práticas saudáveis", direcionado a coordenadores, gestores e professores.</li> <li>• Implementação, em parceria com a Delegação do MED da Ilha Brava, do projeto "Informação, Educação e Comunicação para o Ambiente, através da Realização da 5ª Trilha Interpretativa, com a participação de toda a comunidade Educativa do Ensino Básico da Ilha Brava (professores, gestores, coordenadores).</li> <li>• Apoio aos Clubes Ecológicos das Escolas de São Domingos, Armando Napoleão Fernandes e São Miguel</li> <li>• Implementação, em parceria com a Delegação do MED do Concelho da Praia, do projeto "Formando Pequenos Artistas"</li> <li>• Elaboração e distribuição de 250 desdobráveis sobre a 2ª Edição da Conferência Infanto-juvenil Pelo Meio Ambiente.</li> </ul>
-----------------	---

**Quadro 14 - Síntese das atividades desenvolvidas pela REA no ano 2014**

<b>Ano 2014</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seguimento da generalização do Novo Currículo</li><li>• Elaboração de materiais de apoio e de sensibilização</li><li>• Capacitação dos agentes educativos no domínio de Educação Ambiental</li><li>• Desenvolvimento nos jovens e adolescentes a consciência ambiental</li><li>• Desenvolvimento de parcerias com outras Instituições a Nível de Educação e sensibilização ambiental</li><li>• Incentivo e apoio à criação de clubes ecológicos</li><li>• Apoio e incentivo a iniciativas de "projetos de EA" nas escolas e Despertar a consciência ambiental</li><li>• Promoção de atividades de troca de experiência e divulgação de boas práticas em matéria de educação e sensibilização.</li><li>• Apoio às escolas na Criação/recuperação de espaços verdes</li><li>• Gestão, Coordenação da execução e dinamização da Rede de Educação Ambiental</li><li>• Participação no programa radiofónico “ Educação Ambiental “ da Rádio Educativa</li></ul>
-----------------	--

Dada a transversalidade da área, a REA desenvolve atividades em parcerias com as seguintes instituições nacionais efetuando ações conjuntas com vista a optimização de resultados: Direção Geral de Agricultura Silvicultura e Pescas, Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento, Escolas Básicas e Secundárias e Delegações do Ministério de Educação e Desporto.

Na figura 3 salientam-se os principais parceiros nacionais da Rede de Educação Ambiental.



**Figura 3 - Parceiros nacionais da Rede Educação Ambiental**

A nível das parcerias internacionais salienta-se a Missão Conjunta do Grupo de Apoio Orçamental (GAO), integrada por representantes do Banco Africano de Desenvolvimento, da Agência Austríaca de Desenvolvimento, da Comissão Europeia, da Embaixada dos Países Baixos, de Portugal, da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e do Banco Mundial, visita Cabo Verde duas vezes por ano para seguir e avaliar os resultados e apresentar um relatório a partir do qual se estabelece o valor do apoio orçamental.

Igualmente, são dinamizadas atividades de investigação, criação de “espaços” ecológicos e outras atividades consideradas importantes no processo de formação, sensibilização e Educação Ambiental.

### **1.5.A Educação Ambiental no ensino básico**

Os sucessivos Programas do Governo de Cabo Verde têm evidenciado uma grande preocupação com a componente ambiental traçando nesta matéria como prioridades-chave da VIII Legislatura nomeadamente: i) reforçar a aposta estratégica nas energias renováveis, para que se reduza substancialmente a dependência do exterior e se produza energias limpas e amigas do ambiente; ii) estimular o setor privado para investir na área de energia; iii) investir para melhorar o acesso à água potável, reduzir a perda de água e facilitar a reutilização de águas residuais; iv) reformar e reestruturar o setor da água e saneamento para melhorar a sua gestão e supervisão. Esta preocupação vem sendo reforçada pelo ex- Presidente do Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH) alertando para o fato de o país estar a aproximar-se a “passos largos do limite de exploração de águas subterrâneas, que constitui a maior fonte de aprovisionamento de água de que dispõe” (ASEMANA, 2009).

Segundo a lei de bases do Sistema Educativo, um dos objetivos da política educativa comporta “estimular a preservação e reafirmação dos valores culturais e do património nacional”. No subsistema do ensino básico foi destacado nos seus objetivos “fomentar a aquisição de conhecimentos que contribuam para a compreensão e preservação do meio circundante”.

Embora o enfoque desta análise seja direcionado para o Ensino Básico, a questão da Educação Ambiental é transversal ao sistema de ensino cabo-verdiano,

registando-se a presença de unidades curriculares que direta ou indiretamente contemplam conteúdos e onde esta problemática se mostra pertinente.

O Governo de Cabo Verde aprovou em Novembro de 2004 o Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II) no horizonte 2004-2014, tendo como objetivo geral fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das atividades económicas. O PANA II pretende responder à diversidade cabo-verdiana em termos topográficos e agro-ecológicos, o que se manifesta com preocupações e oportunidades ambientais diferentes em cada município. O documento identifica como problemas ambientais prioritários: i) a deficiente disponibilidade de água de qualidade apropriada para o consumo doméstico e o desenvolvimento das atividades económicas; ii) a perda de biodiversidade marinha e terrestre; iii) o deficiente saneamento básico com efeitos nefastos para a saúde pública e o desenvolvimento turístico. O PANA II absorve e incorpora as orientações de desenvolvimento assumidas pela Cimeira de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em Setembro de 2002 e tem como visão “uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, e consciente das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável. O referido documento integra planos municipais (PAM) e planos intersetoriais (PAIS) ”.

O PAIS Ambiente e Educação Formação, Informação e Sensibilização tem como visão ambiental “uma população formada, informada e comprometida com o desenvolvimento sustentável” e prevê para a concretização desta visão programas que contemplem todos os níveis de ensino de educação formal e educação não formal e a população em geral em conformidade com os princípios orientadores de Educação Ambiental formuladas nas diferentes conferências internacionais.

Com o objetivo de garantir a execução dos programas propostos é criada no Ministério de Educação a estrutura de execução e coordenação do PAIS Ambiente e Educação designada por Rede de Educação Ambiental (REA) com a finalidade de coordenar promover e facilitar a execução dos diferentes Programas do PAIS. Nos diferentes plano de atividades, a REA define como seus objetivos prioritários: i) contribuir para a integração curricular da Educação Ambiental; ii) sensibilizar a

comunidade escolar e sociedade civil em geral para a necessidade de preservar o meio ambiente; e iii) dinamizar a criação de espaços verdes nas escolas.

O Ministério da Educação após o diagnóstico dos principais problemas do sistema educativo lançou em 2006, um processo de revisão dos currículos, tanto no Ensino Básico como no Secundário, visando introduzir uma inovação designada por pedagogia da integração, numa abordagem por competências de base (PI/APC), que pretende responder aos vários desafios que se colocam aos atuais sistemas educativos nomeadamente, a melhoria da eficácia interna e externa, da eficiência e da equidade.

Em 2006 foi concebido o documento orientador da revisão curricular a que se seguiu a construção do novo plano de estudos para o Ensino Secundário, a elaboração de programas para as novas disciplinas e a revisão dos programas das disciplinas já existentes para o 1º ciclo do Ensino Secundário (2007-2009). Os programas do 1º ciclo foram pré-experimentados em duas escolas secundárias do país nos anos letivos 2009/10 e 2010/11 estando, também, em curso a elaboração dos manuais.

A revisão curricular justifica-se pela necessidade de trazer soluções mais adequadas a constrangimentos detetados ao longo da implementação da reforma do sistema educativo, nomeadamente, a inadequação entre o perfil de saída dos alunos e das alunas e os desafios do desenvolvimento. Face a estes desafios, o desenvolvimento de uma cidadania responsável é considerado de importância capital pelas sociedades atuais e justifica a inclusão nos currículos das temáticas transversais (Direitos Humanos, Cidadania e Cultura da Paz, a Saúde Escolar - como o HIV-SIDA, a Proteção Civil, o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável) numa perspetiva de desenvolvimento de competências sociais.

Do Processo de Revisão Curricular dos ensinos básico e secundário, saíram mudanças ao nível das configurações do Ensino Básico e Secundário, mas também da organização escolar a elas associada, e, novas abordagens visando o desenvolvimento de competências transversais de temas ligados à educação para cidadania e direitos humanos, e que englobam a Educação Ambiental, a educação sexual, entre outras.

Nesta lógica o que se pretende é fortalecer a característica interdisciplinar da componente para que a Educação Ambiental possa continuar perpassando e avançando nas modalidades educativas e ramos científicos mantendo um vínculo comum e verdadeiramente conexo com elas, respeitando-se sempre a liberdade da comunidade escolar para construir o conteúdo pedagógico a ser desenvolvido.

A Educação Ambiental é considerada no currículo do ensino básico e secundário uma temática de abordagem específica nas áreas científicas curriculares afins, mas também, dada sua relevância, é também, um tema de natureza transversal. Daí que existam orientações curriculares para a sua integração enquanto tal em todos os programas do currículo do EB e ES.

A transversalidade faz da escola um espaço de educação para valores e atitudes em todas as áreas, o que aponta para uma transformação da prática pedagógica, porquanto obriga o professor a ampliar a sua responsabilidade para com a formação dos alunos e a um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade.

As diretrizes gerais para a Educação Ambiental ora sugeridas pelo Documento Orientador do Processo de Revisão Curricular devem ser observadas: (i) nas propostas pedagógicas curriculares de todos os níveis e modalidades de ensino, conforme suas particularidades; (ii) nos sistemas de avaliação; (iii) nos processos de credenciamento das instituições formadoras e na certificação das instituições de ensino; (iv) na produção e avaliação de materiais pedagógicos; (v) nos sistemas de avaliação de desempenho escolar em todos os níveis; (vi) nos concursos de provas e títulos para provimento dos cargos dos profissionais de educação; e, ainda, (vii) na gestão e administração educacionais. As etapas de ensino subsequentes devem sempre considerar e aprofundar as diretrizes apontadas para as etapas anteriores, abordando a Educação Ambiental de forma processual, continuada e incremental.

Analisando as propostas pedagógicas dos programas curriculares do subsistema do ensino básico, âmbito do nosso estudo, constatamos que a componente ambiental se encontra incluída de um modo transversal nas diferentes unidades curriculares sendo com maior enfoque na disciplina de Ciências Integradas.

No programa de Ciências Integradas do primeiro e segundo ciclos foram sugeridos que a componente ambiental seja abordada sob a forma do desenvolvimento de habilidades e técnicas (saber fazer) e do desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos (saber ser e estar) relacionados com as grandes temáticas e conteúdos (saberes).

Assim para a integração dos temas ambientais transversais, sem prejuízos à criatividade do(a) docente, bem como o contexto de trabalho, sugere-se a tomada em consideração dos seguintes objetivos:

- Incentivar atitudes de observação sistemática e problematização de situações em cenários reais, exteriores à escola;
- Encorajar a formulação de hipóteses e a definição de caminhos possíveis na procura de respostas para os problemas identificados na relação com o meio;
- Proporcionar condições favoráveis para manipulação de objetos, classificação, comparação, observação, medição, registo, análise, descrição e estabelecimento de relações;
- Estimular a confrontação das ideias tácitas com as novas aprendizagens e a reformulação crítica dos conceitos, procedimentos e atitudes;

A componente ambiental está integrada nas unidades didáticas Atividades Económicas e Profissionais e Ambiente e Seres Vivos onde se pretende desenvolver nos educandos: i) práticas de conservação do ambiente; ii) hábitos de seleção dos produtos que consome, visando a saúde e a segurança; iii) práticas de higiene e segurança no manuseamento e consumo de plantas e os seus derivados; iv) práticas de higiene e segurança na relação com os animais; v) práticas de consumo alimentar e ambiental que visam a saúde pessoal; vi) práticas de consumo alimentar e ambiental que visam a saúde pessoal; vii) sensibilização para a utilização de recursos energéticos renováveis; práticas de poupança de água e da sua preservação.

As atividades pedagógicas propostas estão ligadas aos contextos onde os educandos poderão agir no seu quotidiano, para que possa modificar o seu próprio



ambiente: a casa, a escola, o seu bairro, a sua cidade. Com refere Giordan (1997), a aula, a escola, a rua, o bairro, a cidade são pontos de partida para o desenvolvimento das suas práticas ambientais.

O programa recomenda estimular a pesquisas de problemas ambientais locais e a procura de soluções para que a escola, o bairro e a nossa cidade tenham um ambiente equilibrado e acolhedor em consonância com os princípios orientadores da Agenda 21, adaptados na Conferência das Nações Unidas em Junho de 1992.

Os princípios evidenciados no programa proporcionam a formação de cidadãos interventivos a favor do ambiente permitindo o educando(a) se saber situar no seu próprio meio.

### **1.6.O Percurso da Direção Nacional do Ambiente**

O crescimento extraordinário da população cabo-verdiana e as demandas daí advenientes vêm exigindo que se adeque a regulação da Instituição responsável pelas Políticas Ambientais tendo em vista o reforço da capacidade e a qualidade de resposta do setor do ambiente face aos desafios do desenvolvimento sustentável do país e das perspectivas do futuro, num quadro estrutural mais amplo da estratégia de transformação de Cabo Verde, em que a qualificação do capital humano constitui um recurso fundamental.

Efetivamente, o Governo veio introduzir um novo quadro de reforma no Setor ambiental tendo em vista dar respostas adequadas aos desafios globais da sociedade cabo-verdiana, traduzidas em ganhos substanciais para o funcionamento e a modernização do setor a nível nacional, com necessária adaptação estrutural.

Com base no Programa do Governo, foi privilegiado o desenvolvimento de uma política ambiental integrada com vista a potencializar os resultados nesta área.

O Decreto-Lei n.º 65/2014 de 2 de Dezembro, no âmbito do Programa da Reestruturação da Administração Central do Estado, alterou a designação da anterior da Direção Geral do Ambiente para Direção Nacional do Ambiente e redefiniu a missão e a estrutura funcional da Direção Nacional do Ambiente, reforçando as suas atribuições.

A Direção Nacional do Ambiente, designada DNA, é uma instituição pública na forma de serviço personalizado do Estado, dotado de personalidade jurídica,

autonomia administrativa e financeira. A referida instituição é integrada no Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (cf. lei orgânica, aprovada pelo Decreto Lei n.º 65/2014 de 2 de Dezembro publicada no BO nº 74 da I Série do Governo da República de Cabo Verde).

A DNA tem sede na Cidade da Praia e é um serviço cuja organização interna obedece ao modelo de estrutura hierarquizada, dirigida por um Diretor Geral, coadjuvado por três Diretores de Serviço, um corpo técnico e uma estrutura administrativa de suporte, a saber: (i) Serviço de Prevenção e Avaliação de Impactes Ambientais; (ii) Serviço de inovação e Qualidade Ambiental; (iii) Serviço de Gestão dos Recursos Naturais. A DNA comporta ainda uma Coordenadora de Unidade, 15 técnicos e uma célula para a implementação do Projeto Consolidação do Sistema das Áreas Protegidas na cidade da Praia. Fazem igualmente parte da DNA uma representação técnica nas Delegações do MDR das ilhas de Boa Vista e Brava e nas Delegações de Tarrafal e de Santa Cruz (em Santiago) e equipas locais do Projeto Consolidação do Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde nas Ilhas de Santo Antão, Fogo, Sal e Boa Vista e uma representação em São Vicente através de uma técnica com apoio da própria Delegada.

A seguir, consta na figura 4 de funcionamento da DNA:



**Figura 4 - Esquema Representativo da Orgânica da Direção Nacional do Ambiente**

Este órgão do Governo é responsável pela materialização da Política Ambiental do país, em estreita articulação com os demais departamentos do mesmo Ministério e com os departamentos cujas ações se entrecruzam.

A estrutura funcional e orgânica tradicional, definida com base na missão e atribuições definidas no referido Decreto-lei n.º 65/2014 de 2 de Dezembro, assume um modelo organizacional que permite, de uma forma evolutiva, ir dando cumprimento aos objetivos estratégicos operacionais anuais da DNA, sujeito a avaliação permanente e atualizada.

Esta estrutura dinâmica permite identificar competências específicas mas é suficientemente flexível, possibilitando uma fácil adaptação a novos desafios, originários da necessidade de reorganização interna por alterações conjunturais, bem como responder eficazmente a solicitações tanto da tutela como do exterior.

Tendo como enquadramento legal o referido o Decreto-Lei n.º 65/2014 de 2 de Dezembro de 2014, a Direção Nacional do Ambiente tem por missão: (i) planear; (ii) administrar o desenvolvimento; (iii) proteger o uso ótimo e integrado dos recursos naturais e respetiva relação com a política nacional do ambiente; (iv) coordenar os sistemas transversais com impacto na sustentabilidade ecológica e proteção da biodiversidade natural do país; (v) promover a gestão dos resíduos urbanos e da prevenção de riscos e controlo integrado da poluição e da Educação Ambiental, assegurando a participação e a informação do público, das organizações não-governamentais e empresas.

O mesmo Decreto-Lei estipula as respetivas atribuições da DNA, sinteticamente discriminadas no quadro 15.

**Quadro 15 - Principais atribuições da DNA**

a.	Apoiar a definição, execução e avaliação da política ambiental, através de diagnóstico e de estudos sobre o estado do ambiente;
b.	Apoiar a definição de uma política para a gestão da qualidade do ar e para o controlo das emissões para a atmosfera, com especial enfoque nas áreas urbanas e executar as medidas decorrentes do regime de prevenção e controlo da qualidade do ar no interior dos edifícios
c.	Estudar e propor medidas legislativas no âmbito da proteção e melhoria do ambiente, designadamente sobre regime da responsabilidade ambiental;
d.	Adotar medidas que visem a proteção dos ecossistemas terrestres e aquáticos ameaçados de destruição;
e.	Apresentar, de três em três anos, um ante-projeto de Livro Branco sobre o estado do ambiente em Cabo Verde;
f.	Colaborar com outros organismos públicos em matéria de tratados e Convenções Internacionais assinados e/ou ratificados por Cabo Verde, no domínio do ambiente, designadamente na sua implementação;
g.	Colaborar na definição da política de proteção do património natural e construído;
h.	Estudar e propor a adoção de formas de apoio técnico e financeiro às associações de defesa do ambiente
i.	Incentivar o desenvolvimento de tecnologias alternativas de carácter pouco poluente, nomeadamente a valorização e utilização de energias não convencionais;
j.	Promover, apoiar e acompanhar as estratégias de integração do ambiente nas políticas setoriais;
k.	Promover e apoiar a adoção de soluções no domínio de resíduos sólidos e efluentes líquidos, incentivando a sua redução, tratamento e reciclagem;
l.	Promover e acompanhar iniciativas no âmbito de uma política integrada para o setor do ambiente e recursos naturais;
m.	Promover as estratégias de ação relativas à aplicação do regime de prevenção e controlo da poluição sonora, com particular atenção no que se refere às áreas urbanas;
n.	Participar, nas suas componentes técnicas e científica, na definição e promoção das estratégias de proteção das áreas marinhas
o.	Participar na elaboração dos planos, programas e projetos relativos às do ambiente;
p.	Organizar o sistema nacional de vigilância e controle da qualidade do ambiente atividades

A Direção Nacional do Ambiente (DNA) integra os seguintes serviços:

- a) Serviço de Prevenção e Avaliação de Impactes Ambientais (SPAIA)
- b) Serviço de Inovação e Qualidade Ambiental (SIQA)
- c) Serviço de Gestão dos Recursos Naturais (SGRN)

A correspondência entre as atribuições da DNA e a concretização prática é assegurada por três Direções, de serviço que constituem a estrutura nuclear das missões como se apresentam nos quadros 16, 17 e 18.

**Quadro 16 - Principais funções Serviço de Prevenção e Avaliação de Impactos Ambientais**

Serviços da DNA	Responsável	Descrição	Principais Funções
Serviço de Prevenção e Avaliação de Impactos Ambientais (SPAIA)	Diretor de Serviço	Serviço interno de apoio e assessoria jurídica, de realização de ações de fiscalização, inspeção e organização de relatórios de impacto no domínio ambiental,	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudar, propor e assegurar medidas legislativas no âmbito da proteção e melhoria do ambiente</li> <li>• Elaborar e monitorizar os Indicadores do Desenvolvimento Sustentável.</li> <li>• Promover, instruir e fiscalizar processos de avaliação de impactes e auditorias ambientais de acordo com a legislação em vigor</li> <li>• Promover a elaboração de políticas ambientais e a criação de um sistema de gestão ambiental</li> <li>• Incentivar a redução, o tratamento e a reciclagem dos resíduos</li> <li>• Instaurar e instruir processos de contra-ordenação ambiental, em articulação com a Unidade de Inspeção Autárquica e Ambiental e nos termos</li> <li>• Emitir a certificação ambiental;</li> <li>• Promover e participar na acreditação de laboratórios habilitados a efetuar análises no domínio do ambiente, assegurando os procedimentos de intercalibração necessários;</li> <li>• Definir metodologias e critérios aplicáveis à verificação da qualidade de instrumentos e métodos de medição aplicáveis na área do ambiente;</li> <li>• Elaborar normativos relativos à qualidade do ambiente e às emissões de poluentes.</li> </ul>

**Quadro 17 - Principais funções Serviço de Inovação e Qualidade Ambiental**

Serviços da DNA	Responsável	Descrição	Principais Funções
Serviço de Inovação e Qualidade Ambiental, adiante designado SQA	Director de Serviço	Serviço interno de apoio à definição das estratégias e plano de indicadores de seguimento e avaliação das actividades públicas e privadas no domínio ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a criação e assegurar a gestão do sistema de informação e qualidade de ambiente, garantindo a sua permanente actualização;</li> <li>• Promover ações e projeto de formação na área do ambiente</li> <li>• Organizar e atualizar o registo nacional das Organizações Não-Governamentais do setor do Ambiente;</li> <li>• Promover a participação dos cidadãos e das instituições na proteção do ambiente,</li> <li>• Apoiar entidades interessadas nos domínios da promoção da qualidade ambiental</li> <li>• Assegurar a preparação dos relatórios e comunicações nacionais exigidos pelo cumprimento das obrigações internacionais assumidas em matéria do ambiente e do desenvolvimento sustentável;</li> <li>• Elaborar, em concertação com outros organismos o relatório sobre o estado do ambiente, nos termos da Lei;</li> <li>• Elaborar ante-projetos de Livro Branco sobre o Estado do Ambiente.</li> </ul>

Quadro 18 - Principais funções do Serviço de Gestão dos Recursos Naturais

Serviços da DNA	Responsável	Descrição	Principais Funções
Serviço de Gestão dos Recursos Naturais	Diretor de serviço	Serviço de apoio técnico e institucional às Autarquias Locais e suas Associações, bem como às Organizações da Sociedade Civil de Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zelar, junto das Autarquias Locais e suas Associações, pelo cumprimento do dever de informar o Governo sobre atos de gestão municipal e dar o devido tratamento aos documentos enviados pelas mesmas em conformidade com o estabelecido na lei</li> <li>• Promover a interpretação uniformizada de preceitos jurídicos e emitir pareceres sobre matérias de natureza jurídica de âmbito autárquico, nomeadamente sobre a legislação em vigor e projetos de Lei</li> <li>• Promover e desenvolver iniciativas no domínio da modernização da administração autárquica;</li> <li>• Participar, em articulação com o departamento competente, na elaboração de instrumentos contratuais de cooperação técnica e financeira entre o Estado e as Autarquias Locais.</li> <li>• Contribuir para a boa aplicação das leis e regulamentos, apoiando os órgãos e serviços das autarquias locais na sua interpretação e procedimentos mais adequados</li> </ul>

A materialização da Política Ambiental pelo DNA assenta em três pilares principais, a saber: Combate ao avanço da Desertificação, Preservação da Biodiversidade, Adaptação às Mudanças Climáticas, não obstante intervir em outras dimensões como o Saneamento Ambiental, a gestão dos recursos marinhos, gestão das zonas costeiras, seguimento dos Poluentes Orgânicos Persistentes, Proteção da Camada de Ozono, para além do seguimento de vários indicadores ambientais.

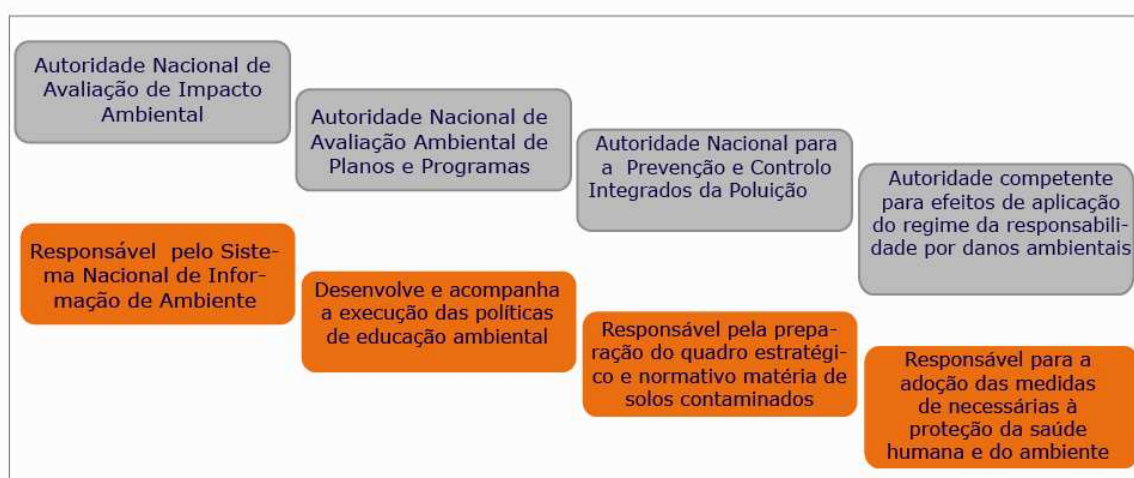
Tendo em atenção a missão e atribuições definidas na lei orgânica, destacam-se os principais serviços e produtos fornecidos pela DNA:

- a) Para acompanhar as políticas de ambiente, a DNA é responsável pelo Sistema Nacional de Informação de Ambiente, alicerçado num conjunto de parcerias estratégicas de âmbito nacional e internacional. Neste âmbito a DNA assegura, acompanha, mantém e divulga os dados ambientais e promove a análise integrada dos resultados da monitorização da execução de políticas e medidas tomadas, produzindo relatórios, demonstrativos do estado e das pressões a que o ambiente está sujeito;
- b) A DNA exerce também as funções de Autoridade Nacional de Avaliação de Impacte Ambiental; neste âmbito desenvolve e acompanha as normas técnicas de avaliação de impacto ambiental, coordena as atividades das Instituições responsáveis para a realização da avaliação do impacto ambiental do enquanto Autoridades responsáveis para este serviço e realiza a avaliação do impacto ambiental dos grandes projetos.
- c) A DNA é também a Autoridade Nacional de Avaliação Ambiental de Planos e Programas (avaliação ambiental estratégica).
- d) A DNA é a Autoridade Nacional para a Prevenção e Controlo Integrados da Poluição; neste âmbito administra o processo de licenciamento ambiental das grandes instalações, e acompanha e avalia a conformidade das condições do licenciamento.



- e) A DNA é responsável pela preparação do quadro estratégico e normativo em matéria de solos contaminados e pelo acompanhamento da sua aplicação.
- f) A DNA é também a autoridade competente para efeitos de aplicação do regime da responsabilidade por danos ambientais.
- g) No domínio da segurança ambiental, compete à DNA garantir a adoção das medidas de necessárias à proteção da saúde humana e do ambiente, elaborar e adoptar quadros de referência para a gestão de riscos, designadamente assegurando a consideração dos riscos tecnológicos nos instrumentos de planeamento territorial, e proceder à avaliação dos riscos associados aos produtos químicos e organismos geneticamente modificados, e propor medidas de gestão de riscos ambientais. A DNA é, neste âmbito, a autoridade nacional competente para a prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas.
- h) A DNA também desenvolve e acompanha a execução das políticas de Educação Ambiental, promove e acompanha formas de apoio às organizações não governamentais de ambiente, e promove a participação do público e o acesso à informação nos processos de decisão em matéria de ambiente.

Seguidamente na figura 5 são sintetizadas as principais responsabilidades da Direção Nacional do Ambiente:



**Figura 5 – Principais atribuições da Direção Nacional do Ambiente**

A preocupação da Instituição com a satisfação das expectativas destes clientes e parceiros aos seus diferentes níveis, que se ilustra na figura seguinte, tem-se refletido na atividade desenvolvida pela DNA desde a sua criação, continuando em 2011 a ser um objetivo prioritário.

Visando comprimir os objetivos da DNA e elevar a qualidade dos resultados, a mesma tem por princípio a elaboração e implementação do Plano de Atividade Anual incorporando atividades prioritárias com base nas atribuições definidas no Decreto-lei n.º 65/2014 de 2 de Dezembro. Após a implementação do Plano de Atividades, os resultados são integrados nos Relatórios de Atividades e Auto-Avaliação, e têm servido de base para algumas medidas previstas nos respetivos Planos de Melhorias, que visam colmatar algumas das deficiências detetadas.

A nível nacional o Plano Estratégico da DNA está ajustado ao Programa do Governo. Salienta-se os seguintes pressupostos básicos incorporados na VIII Legislatura do Programa do Governo (2011-2016) que sustentam a DNA neste contexto: (i) criação de uma atitude mais respeitadora da natureza e do ambiente em Cabo Verde; (ii) promoção da biodiversidade; (iii) melhoria de áreas protegidas; combate à desertificação; proteção de florestas; melhoria do tratamento de águas residuais; (iv) preservação ambiental.

A DNA, na materialização das suas ações desenvolve relações privilegiadas com algumas instituições nacionais a saber: Direção Geral do Ordenamento do Território, Direção Geral dos Assuntos Globais, Direção Geral do Turismo, Instituto Marítimo e Portuário, Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Estatísticas, Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boavista e Maio, Direção Geral das Infra-estruturas, Direção Nacional da Saúde, Direção Nacional do Plano, Câmaras Municipais, Universidades, sem contar com as Delegações do Ministério do Desenvolvimento Rural e demais órgãos do Governo, Administração Pública, Associações e Agentes Económicos e Sociais, as Empresas privadas, as Organizações sem fins lucrativos e o Público em Geral

Essas articulações são mais ou menos intensas em função das atividades desenvolvidas tanto pela DGA como pelos próprios parceiros.

Apresenta-se na figura 6 seguinte uma síntese dos principais parceiros nacional da DNA.



Figura 6 - Principais parceiros nacionais da Direção Nacional do Ambiente.

A DNA, insere-se na conjuntura internacional, ao interagir com diversas Organizações Internacionais, ligadas ao domínio do ambiente. Destaca-se a sua transversalidade na colaboração com organismos internacionais, de que se salientam algumas Instituições com as quais estabelece cooperação nomeadamente: (i) Projeto Regional de Conservação Marinha e Costeira (PRCM); (ii) Fundação Internacional Ban Argan (FIBA); (iii) Banco Mundial; (iv) Cooperação Luxemburguesa; (v) Cooperação Espanhola; (vi) Cooperação Espanhola. As parcerias internacionais visam fundamentalmente contribuir para conservação da biodiversidade, manutenção do equilíbrio ambiental, a integridade dos patrimónios naturais, históricos e culturais e o desenvolvimento sustentável dos territórios costeiros, marinhos e terrestres.

Neste âmbito, as instituições internacionais apoiam projetos no âmbito da conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos costeiros e

marinhos para estimular o desenvolvimento regional, por meio do incentivo ao estabelecimento de atividades sustentáveis voltadas ao desenvolvimento humano, social e ambiental, de forma a promover a melhoria na qualidade de vida para as comunidades humanas locais que vivem e viverão nesses territórios. Para além dos objetivos apresentados, os parceiros internacionais da DNA têm como propósito desenvolver uma série de atividades de forma a contribuir para o fortalecimento do sistema de gestão integrada dos ambientes marinhos com a participação da sociedade civil organizada; sistematizar dados existentes; promover estudos estratégicos para fomentar a criação de mecanismos e estímulos económicos e financeiros; realizar levantamentos; apoiar a divulgação de informações junto às populações humanas que vivem no entorno das Unidades de Conservação e ao grande público visando subsidiar as políticas públicas.

Da análise dos relatórios das actividades, apresenta-se nos quadros 19, 20 e 21, a síntese das principais ações desenvolvidas nos últimos três anos:

<b>Síntese das Atividades Desenvolvidas pela DNA</b>	
<b>Ano 2012</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão do PANA II</li> <li>• Seguimento dos Planos Ambientais Municipais (PAM) e Planos Ambientais Inter- Setoriais (PAIS)</li> <li>• Gestão do Sistema de Informação Ambiental</li> <li>• Gestão do Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental</li> <li>• Seguimento da Matriz do Grupo de Apoio Orçamental</li> <li>• Elaboração da Matriz de Indicadores Ambientais</li> <li>• Elaboração do Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde</li> <li>• Elaboração do Plano Nacional de Educação Ambiental</li> <li>• Atividades alusivas às datas comemorativas</li> <li>• Elaboração de artigos, fichas de informações e visitas de campo</li> <li>• Atividades relacionados com o Plano Nacional de Proteção das Tartarugas</li> <li>• Elaboração de regulamento de gestão das áreas Protegidas</li> <li>• Atividades de Sensibilização e Educação Ambiental</li> <li>• Participação em Reuniões</li> <li>• Elaboração do Projeto Redução do uso de Sacos de plástico em Cabo Verde</li> <li>• Concursos</li> <li>• Avaliação do Impacto Ambiental</li> <li>• Monitorização Ambiental</li> <li>• Participação em Ateliers</li> </ul>

**Quadro 19 - Atividades Desenvolvidas pela Direção Nacional do Ambiente no ano 2012**

**Quadro 20 - Atividades Desenvolvidas pela Direção Nacional do Ambiente (2013).**

<b>Síntese das Atividades Desenvolvidas pela DNA</b>	
<b>Ano 2013</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões do Comité de Gestão e Seguimento (CGS);</li> <li>• Produção de materiais para divulgação do S.I.A nas Escolas e Instituições</li> <li>• Acompanhamento das missões do GAO;</li> <li>• Atelier de socialização e Validação do Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde e do Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA);</li> <li>• Elaboração do Relatório de Estado da Qualidade do Ambiente em Cabo Verde (REQA);</li> <li>• Implementação do Plano de Ação do PNEA;</li> <li>• Roteiro de Programas Televisivos</li> <li>• Acompanhamento e Implementação dos Planos de Gestão dos Parques Naturais</li> <li>• Elaboração da cartografia e Fichas de Zonas Húmidas</li> <li>• Seguimento da convenção sobre Mudanças Climáticas</li> <li>• Implementação dos planos de Conservação</li> <li>• Campanha Nacional de Limpeza das Praias</li> </ul>

**Quadro 21 - Atividades Desenvolvidas pela Direção Nacional do Ambiente (2014).**

<b>Síntese das Atividades Desenvolvidas pela DNA</b>	
<b>Ano 2014</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seguimento e acompanhamento da implementação dos PAM e PAIS;</li> <li>• Reuniões do Conselho Nacional do Ambiente (CNA);</li> <li>• Reforço de capacidades para seguimento do PANA</li> <li>• Manutenção e atualização do sistema de informação ambiental</li> <li>• Seguimento da qualidade ambiental</li> <li>• Lançamento e divulgação da Cartilha do Ambiente</li> <li>• Análise/apreciação e parecer de projetos ambientais</li> <li>• Análise/apreciação e parecer de projetos ambientais</li> <li>• Implementação do Plano Nacional de Educação Ambiental - PNEA</li> </ul>

## **1.7. Estrutura e funcionamento da Agência Nacional de Água e Saneamento**

Cabo Verde e o mundo partilham realidades cada vez mais dinâmicas, provocando mudanças e transformações nos mais diferentes domínios de suas vidas. Por conseguinte, as instituições ambientais também refletem tais mudanças e transformações. O Governo, atento a essas mudanças, tem procurado direcionar suas políticas ambientais no sentido de responder aos novos desafios sociais que advêm de tais transformações.

Assim, as instituições ambientais em Cabo Verde, têm constituído, desde sempre, um importante desígnio nacional e um campo onde se assinalam

importantes conquistas, sendo certo que a procura de uma qualidade cada vez maior nesse domínio continua a ser um desafio impulsionador.

Com estes pressupostos, salienta-se a necessidade da criação de regulamentos mais apropriados para dar resposta às necessidades atuais sobretudo no que tange à criação de novas medidas e de redefinição de papéis e de políticas intersectoriais nos domínios ambientais.

Neste contexto foi criado a ANAS como instituição coletiva de direito público, com a natureza de instituto público, dotada de personalidade coletiva pública e inerente autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A mesma goza das orientações gerais estabelecidas pela entidade de superintendência.

A Agência Nacional de Água e Saneamento, designada de ANAS, foi criada pela Lei nº 46 /VIII /2013, de 17 de Setembro (BO Nº17 – I Série) e é herdeira do Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (INGRH), que havia sido criada pelo Decreto Regulamentar nº1/2002, de 3 de Junho (BO Nº16 – I Série). É extinto o Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (INGRH) criado pela Lei n.º 41/II/84, de 18 de Junho, com aditamento que lhe foi feito pelo Decreto-Legislativo nº 5/99, de 13 de Dezembro. É de salientar, também, que a ANAS herdou as competências do ex-INGRH, Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, previstas na Lei nº 41/II/84 de 18 de Junho (Código da Água vigente), relativamente à gestão dos recursos hídricos nacionais.

A ANAS que tem como tutela o Ministério de Ambiente Habitação e Ordenamento do Território é uma instituição cuja principal missão é a implementação das políticas governamentais e a gestão integrada dos investimentos no setor da água e saneamento, bem como o planeamento estratégico, o seguimento, a regulação técnica, a supervisão e a monitorização dos serviços de produção, distribuição e comercialização de água, recolha, tratamento e rejeição de efluentes líquidos e resíduos em todo o território nacional.

A ANAS tem a sua sede na Praia, com articulação com as delegações ou outras formas de representação que forem consideradas necessárias à prossecução das suas atribuições. Rege-se pelos seus Estatutos e Regulamentos Internos e, subsidiariamente, pelas normas aplicáveis aos institutos públicos.

A Atividade da ANAS respeita os macroinstrumentos de política do país em matéria de água e saneamento, designadamente o Programa do Governo, o Plano Nacional de Desenvolvimento, os consensos obtidos e os pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Água e Saneamento (CNAS), bem como as diretivas e orientações emitidas pelo membro do Governo que exerce a superintendência.

A visão da ANAS concentra-se no reconhecimento de que ela é alvo por parte pela sociedade como a instituição de referência na gestão integrada dos recursos hídricos e saneamento básico em Cabo Verde.

A ANAS tem como missão gerir de forma integrada os recursos hídricos e o saneamento básico em Cabo Verde, regular o acesso universal aos serviços de água, saneamento e resíduos, promovendo o uso sustentável em benefício das atuais e futuras gerações.

Os valores da instituição estão voltados para: (i) Integridade; (ii) Transparência; (iii) Compromisso de Qualidade; (iv) Excelência Técnica; (v) Responsabilidade Social (vi) Sustentabilidade Social e Ambiental; (vii) Promoção do Acesso à Água e Saneamento Básico; (ix) Cooperação; (x) Inovação (xi) Participação Pública e (xii) Promoção da Igualdade de Género.

Os Eixos Estratégicos da ANAS encerram um conjunto de objetivos, que estão sendo concretizados através de ações a implementar por diferentes parceiros, públicos e privados, entidades singulares ou coletivas, cuja área de competência funcional é determinante.

Neste contexto, foram definidos dez eixos estratégicos com os seus respetivos objetivos e ações de intervenção:

O eixo relativo à “Afirmção da ANAS”, como Regulador Técnico da Água e Saneamento em matéria de Relações Institucionais visa definir as Zonas de Fronteira e de Inter-relação com a Agência de Regulação Económica e com o Ministério da Saúde e propõe que a ANAS atue no processo de abastecimento da Água e Saneamento em articulação com Instituições com responsabilidade nessas áreas.

Este objetivo, prioritário para o eixo definido, conduz a algumas ações consideradas prioritárias nomeadamente: (i) a Elaboração do estudo da Água para a Agricultura, numa perspetiva de utilização da água, dos modelos de gestão e dos

custos e taxas associados; (ii) a Recolha de informação sobre os licenciamentos e projetos de hidráulica agrícola para valorização dos recursos hídricos existentes, em execução e previstos; por outro lado, a ANAS, na interação com o Ministério da Saúde pretende que este realize (iii) o Controlo e monitorização ambiental visando o desenvolvimento sustentável.

O eixo referente à Afirmação institucional da ANAS, como autoridade no setor mediante uma presença efetiva em todo o território nacional visa, por um lado, celebrar os Protocolos de Cooperação com instituições congéneres de outros países e assunção das responsabilidades de representação nacional junto de organismos internacionais, atuando proativamente naqueles que tratam dos problemas de escassez da água, da segurança energética e alimentar e por outro lado, apoiar o funcionamento do CNAS, propondo as agendas e dinamizando o envolvimento dos Conselheiros.

O eixo concernente à Afirmação institucional da ANAS, como Regulador Técnico da Água e Saneamento está assente na inter-relação com as Empresas Multimunicipais voltadas às ações prioritárias de sensibilização das empresas para a importância do cumprimento dos parâmetros da qualidade da água e descarga das águas residuais, dos indicadores de desinfeção e lançamento a curto prazo de uma ação de controlo destes parâmetros nos sistemas de produção/distribuição, em articulação com o Ministério de Saúde. O relacionamento com os demais utilizadores dos recursos hídricos e a promoção da Política Ativa de promoção da igualdade social e de género, nas atividades próprias da ANAS constituem também algumas ações prioritárias deste Eixo Estratégico.

O eixo Constituição da Carteira dos Projetos de investimento em recursos Hídricos e Resíduos é orientado essencialmente para a identificação, centralização e priorização dos projetos existentes nos diferentes Ministérios e organismos públicos nacionais com destaque para Projetos de barragens; Captura da água do nevoeiro; Chuva artificial e Programa de cisternas em ligação com programas internacionais no domínio dos recursos hídricos, de modo a encontrar as melhores soluções técnicas e economicamente viáveis que deverão servir os objetivos preconizados no Plano estratégico.



O eixo Estratégia e Plano de Comunicação da ANAS comporta atividades de elaboração de uma estratégia de comunicação bem como a criação de um Boletim periódico do estado dos recursos hídricos e de informação sobre o domínio hídrico e resíduos, em colaboração com outros organismos, visando interagir junto da comunicação social.

O eixo relativo à Recuperação e Operacionalização das redes/sistemas de controlo/medição da quantidade e qualidade dos recursos hídricos sugere a instalação do SINIAgua, como suporte da informação a facultar para o exterior e para fundamentar a construção de séries representativas das disponibilidades de recursos hídricos, em quantidade e qualidade.

O eixo Integração Proativa da ANAS, enquanto autoridade em matéria de Água e Saneamento envolve a Celebração de Protocolos de Cooperação com instituições congéneres de outros países e assunção das responsabilidades de representação nacional junto de organismos internacionais, atuando proativamente naqueles que tratam dos problemas de escassez da água, da segurança energética e alimentar e o apoio do funcionamento do Conselho Nacional de água e Saneamento, propondo as agendas e dinamizando o envolvimento dos Conselheiros.

O eixo Integração das Políticas de Águas e Resíduos na Gestão das Políticas do Ordenamento do Território prende-se com os objetivos voltados para a produção de informação sobre a metodologia, os critérios e as regras comuns à Definição da delimitação cartográfica do domínio público hídrico.

No eixo Aumentar a capacidade de resposta e de decisão nas autorizações e no licenciamento das utilizações destacam-se as seguintes ações; (i) realização do inventário das infra estruturas de águas e resíduos; (ii) realização do recadastros das utilizações dos recursos hídricos e a integração destas informações em bases de dados modernas e susceptíveis de serem geridas através de uns SIG; e (iii) implementação do mecanismo/instrumento de resolução de conflitos, assegurando a boa partilha da água e gestão adequada dos resíduos;

No eixo Produção, Optimização e Compatibilização do quadro jurídico-legal engloba-se: (i) Redigir a versão final do Código da água e Saneamento; (ii) Elaborar os diplomas/regulamentos da instituição; (iii) Proceder à elaboração da autorização

para as obras hidráulicas e de fiscalização dos respetivos trabalhos; (iv) Redigir e publicar a versão final da Lei sobre resíduos e (v) Elaborar o Plano estratégico dos resíduos.

No eixo Realização dos Planos Diretores de Recursos Hídricos para todas as ilhas do Arquipélago, segundo um normativo comum, são contempladas as ações de Promoção e da publicação de diploma legislativo contendo as normas para os Planos Diretores. Seguidamente a figura 7 pretende mostra a integração entre os diferentes eixos.



**Figura 7 - Eixos estratégicos da ANAS**

A ANAS deve estabelecer formas de cooperação ou associação com entes de direito público ou privado nomeadamente, com as Câmaras Municipais e outras entidades públicas ou privadas afins, a nível nacional ou internacional, quando isso se mostre necessário ou conveniente para a prossecução das atribuições ou não consubstancie uma situação de conflito de interesses.

O Decreto-Lei nº 46 /VIII /2013, de 17 de Setembro define as seguintes competências a ANAS:

- a. Implementar as políticas governamentais, coordenar e gerir de forma integrada os investimentos no setor da água e saneamento;
- b. Assegurar o controlo da qualidade e da economia da água e dos serviços do saneamento;
- c. Promover a gestão de projetos de infraestruturas hídricas e de saneamento a nível nacional e gerir os respetivos fundos de financiamento;
- d. Assegurar a manutenção, o desenvolvimento e a ampliação das infraestruturas de distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais e resíduos a nível nacional;
- e. Preparar, contratar e gerir os contratos que tenham por objeto a gestão dos recursos hídricos nacionais;
- f. Assegurar o papel de concedente e de gestor de contratos de concessão de produção, transporte e distribuição de água, recolha e tratamento de resíduos a nível nacional;
- g. Registrar e gerir toda a informação referente às infraestruturas de água e saneamento, sem prejuízo da competência atribuída por lei às outras instituições públicas relacionadas;
- h. Promover e articular ações de informação e comunicação nos domínios da água e do saneamento, integrando particularmente as questões relacionadas com o ambiente, a integração social e a igualdade e equidade de género;
- i. Promover a empresarialização do setor da água e do saneamento;
- j. Exercer em representação do Estado todas as demais funções inerentes à sua condição de titular e garante dos serviços de abastecimento de água e saneamento a nível nacional.

A ANAS apresenta as seguintes competências em vários domínios conforme se representa no quadro 22.

Quadro 22 - Principais Competências da ANAS por domínios

Competência em matéria de supervisão	Competência em matéria de licenciamento do serviço público	Competência em matéria de cooperação com a ARE na fixação de preços e tarifas	Competência em matéria consultiiva	Competência em matéria sancionatória	Competência em matéria de representação
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a aplicação e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições;</li> <li>Aceder e inspecionar, às instalações, equipamentos e serviços das entidades sujeitas à sua inspeção e controle;</li> <li>Instaurar e instruir os procedimentos de contraordenação resultantes da violação das disposições legais e regulamentares previstas na lei</li> <li>Acompanhar as atividades dos operadores do setor de água e saneamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atribuir as concessões de serviço público e licenças em matéria de água e saneamento</li> <li>Autorizar a cessão, alienação ou oneração das concessões ou licenças</li> <li>Rescindir ou modificar os contratos de concessão ou licenças, bem como a eventual rescisão, sequestro ou resgate dos mesmos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Zelar para que seja garantida a acessibilidade dos preços do serviço universal, nos termos da lei</li> <li>Velar pela transparência das tarifas e pelo cumprimento das normas tarifárias estabelecidas nos contratos de concessão e nas licenças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propor medidas de natureza política ou legislativas nas matérias relativas às suas atribuições.</li> <li>Opinar sobre todas as questões ainentes as suas atribuições nos domínios da água e saneamento</li> <li>Conceder consultorias que lhe sejam feitas pelos operadores dos setores da água e do saneamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenquadrar os procedimentos sancionatórios em caso de infrações administrativas</li> <li>Adoptar as medidas cautelares e aplicar as devidas sanções;</li> <li>Aplicar as sanções previstas nos contratos e nas licenças</li> <li>Denunciar às entidades competentes as infrações cometidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coadjuvar o Governo, na definição das linhas estratégicas e das políticas gerais para o setor da água e do saneamento</li> <li>Implementar a estratégia política do Governo em matéria de água e saneamento</li> <li>Intervir no desenvolvimento de planos gerais, planos diretores e de proteção do meio ambiente em matéria da água e do saneamento</li> <li>Assegurar a representação técnica do Estado de Cabo Verde nos organismos internacionais congêneres</li> <li>Participar, em coordenação com os departamentos governamentais responsáveis pelo setor da água e do saneamento e pelas relações externas, na celebração de tratados e convênios internacionais relacionados com a área</li> </ul>

Constituem Órgãos da ANAS: i) O Presidente e o ii) O Conselho de Administração. O Presidente é o órgão executivo singular da ANAS, provido em comissão ordinária de serviço ou mediante contrato de gestão, por despacho do Primeiro-ministro, sob proposta da entidade de superintendência, de entre indivíduos de reconhecida capacidade técnica e idoneidade.

As competências do Presidente visam fundamentalmente (i) coordenar e dirigir os serviços do ANAS, imprimindo-lhes unidade, continuidade, eficiência e eficácia; representar a ANAS em juízo e fora dele e assegurar as relações com o Governo; (ii) presidir e convocar as reuniões do Conselho Geral e do Conselho Técnico e providenciar pela execução das deliberações tomadas; (iii) assegurar a aplicação das políticas de gestão dos recursos hídricos e de saneamento bem como das normas de funcionamento do ANAS; propor e executar o plano estratégico e de desenvolvimento da instituição, bem como os instrumentos de gestão provisional e os regulamentos internos;

As competências do Conselho de Administração consistem basicamente em: (i) aprovar as políticas de gestão e as normas de funcionamento do ANAS (ii) aprovar os instrumentos; (iii) acompanhar a execução do plano de atividades e do orçamento do INGRH; (iv) Aprovar o plano estratégico e de desenvolvimento da instituição;

São órgãos da ANAS, o Presidente e Conselho de Administração.

A estrutura organizacional da ANAS compreende:

- Secretariado (SE)
- Gabinete Jurídico e de Regulação (GJR)
- Gabinete de Ambiente e de Integração Social e de Género (GAISG)
- Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)
- Gabinete de Sistemas de Informação (GSI).
- Departamento de Planeamento Estratégico (DPE),
- Departamento de Gestão Administrativa e Financeira (DGAF),
- Departamento de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional (DRHDO),
- Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento (DGRHS),
- Departamento de Resíduos Sólidos (DRS),

- Departamento de Gestão de Investimentos (DGI),
- Delegações Regionais

Seguidamente apresenta-se na figura 8 o organograma da ANAS

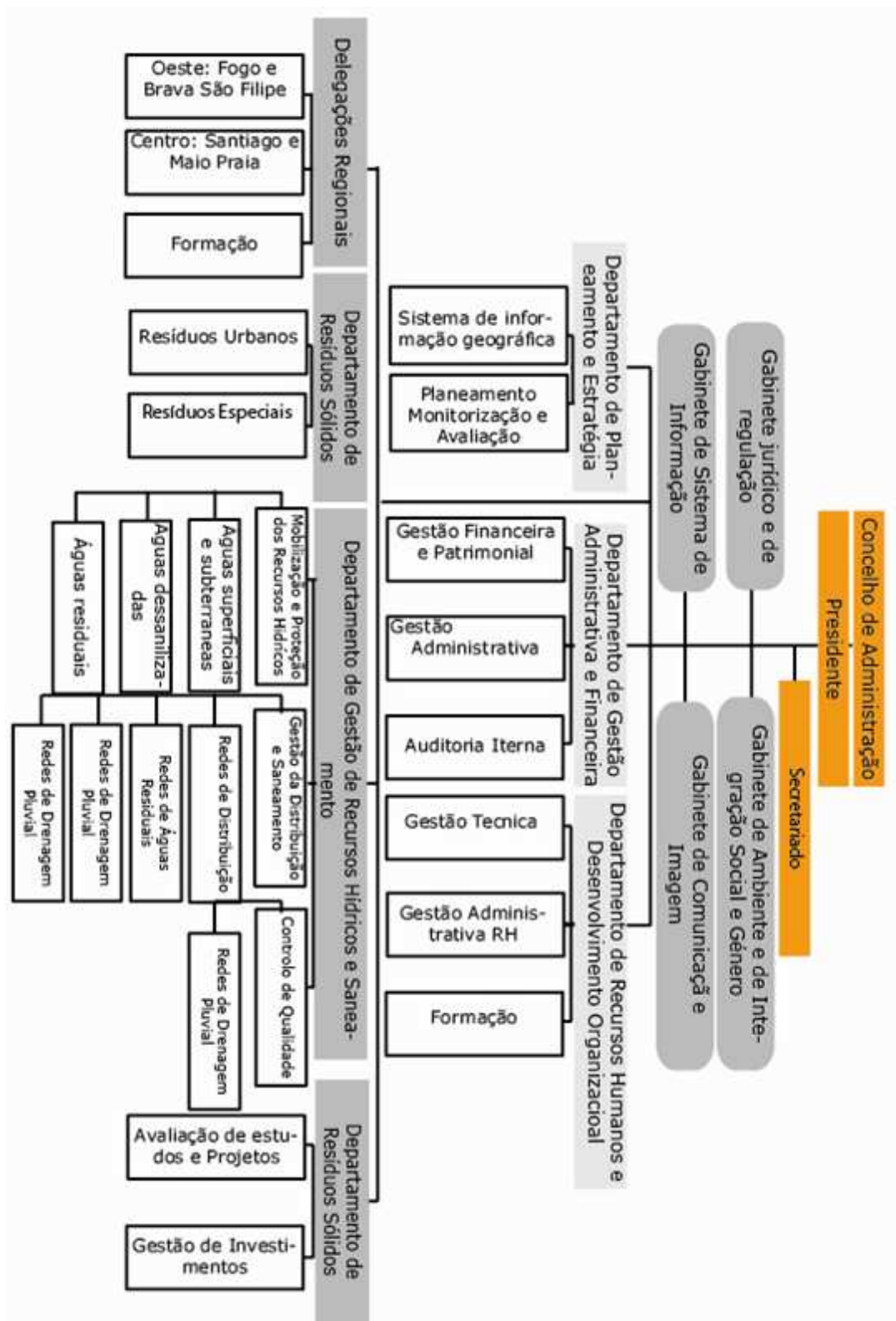


Figura 8 - Organograma do ANAS

Para além da lógica funcional utilizada na definição das atribuições e competências, pode ser adotada uma lógica matricial ou mista, promovendo uma articulação entre recursos e departamentos numa orientação por projeto. Nos vários departamentos com Atividade técnica, será importante encontrar sinergias entre técnicos da mesma área de especialização, entre os departamentos centrais e as delegações regionais, entre departamentos de atividades fim e atividades instrumentais ou de apoio, nomeadamente para concretização das políticas ambientais, de igualdade social ou de género.

A organização e o funcionamento dos serviços do ANAS assentam nos princípios da eficiência e eficácia, qualidade, aproveitamento e valorização dos recursos humanos e materiais e integração de objetivos no aproveitamento dos recursos hídricos, em conformidade com a política definida pelo Governo e de modo a estabelecer sinergias entre os vários instrumentos de intervenção neste setor.

Na gestão administrativa, financeira e patrimonial, o ANAS tem em consideração os seguintes princípios:

- A Direção por objetivos, tendo em conta uma descentralização das decisões na base de objetivos precisos, destinada a promover em todos os escalões uma motivação de ação;
- O controlo orçamental pelos resultados, tendo em vista a base necessária à medida da produtividade dos serviços;
- O sistema de informação integrado de gestão, tendo em conta a circulação das informações necessárias para elaborar programas e os executar correctamente;
- A observância das normas legais.
- Os instrumentos de gestão do INGRH integram:
  - Programas de atividades anual e plurianual;
  - Orçamento-programa privativo anual e plurianual;
  - Programa financeiro de desembolso.

A natureza e as competências dos diferentes Órgãos da ANAS estão estipuladas conforme o estatuto e resumo nas seguintes:

O Presidente é o órgão executivo singular a quem compete gerir a ANAS.

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo colegial da ANAS, sendo composto pelo Presidente da ANAS e até quatro vogais, nomeados nos termos do artigo 27º dos Estatutos anexos à Lei nº 46/VIII/2013, de 17 de Setembro.

Ao Secretariado compete a responsabilidade de assegurar as atividades de secretariado, comunicação, documentação e prestação de assessoria administrativa e protocolar especializada ao Conselho de Administração

O Gabinete Jurídico e de Regulação assume a responsabilidade de elaborar propostas de diplomas e regulamentos internos da ANAS e dá a assistência e suporte jurídico e contencioso aos mais variados interesses e serviços da ANAS. Assegura que o desenvolvimento das atividades da ANAS está em conformidade com o estabelecido pela legislação Cabo-verdiana

O Gabinete de Sistemas de Informações permite garantir o bom funcionamento dos sistemas de comunicação e informática (TIC) da ANAS

O Gabinete de Comunicação e Imagem assegura a implementação de estratégia de comunicação adequada para a ANAS. Elabora documentos que garantam a transmissão da missão, visão e valores da Agência de forma clara e concisa ao público interno e externo. Apoia a promoção da participação dos cidadãos e das instituições na definição da política e legislação de recursos hídricos.

O Gabinete de Ambiente e de Integração Social e de Género tem a responsabilidade de assegurar a implementação da estratégia ambiental e de inclusão social e de género da ANAS, bem como de apoiar os demais Gabinetes e Departamentos para que integrem estas estratégias nos respetivos programas de Atividade, de modo a que, por via do combate às desigualdades sociais, a ANAS contribua para o crescimento económico e a redução da pobreza de forma ambientalmente sustentável.

Seguidamente estão apresentadas em síntese as principais atribuições dos diferentes órgãos da ANAS nos quadros



**Quadro 23 - Principais atribuições dos Órgãos da ANAS**

Presidente	Conselho de Administração	Secretariado
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar a Atividade da instituição e dirigir superiormente os seus serviços;</li> <li>• Assegurar a gestão da instituição;</li> <li>• Propor e executar o plano estratégico e de desenvolvimento da instituição, bem como os instrumentos de gestão provisional e os regulamentos internos;</li> <li>• Fazer executar e cumprir as deliberações do Conselho de Administração e superintender na execução das mesmas;</li> <li>• Elaborar os planos de atividades e orçamentos anuais e plurianuais;</li> <li>• Elaborar os documentos de prestação de contas;</li> <li>• Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;</li> <li>• Representar a ANAS em juízo e fora dele;</li> <li>• Exercer a ação disciplinar sobre o pessoal da ANAS, nos termos legais;</li> <li>• Elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o projeto de regulamento orgânico e de funcionamento da ANAS;</li> <li>• Gerir os recursos humanos, materiais e financeiros da ANAS;</li> <li>• Submeter à decisão do membro do Governo que o superintende os assuntos que devem ter, quando necessário, a aprovação preliminar do Conselho de Administração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proceder à aprovação preliminar dos planos de Atividade e financeiros plurianuais e orçamentos anuais;</li> <li>• Aprovar os instrumentos de gestão provisional;</li> <li>• Aprovar a realização de investimentos de acordo com os planos de Atividade e orçamentos;</li> <li>• Autorizar a realização de despesas de investimento de acordo com os instrumentos de gestão provisional;</li> <li>• Aprovar os documentos de prestação de contas;</li> <li>• Submeter à aprovação ou autorização da entidade de superintendência os actos e documentos que nos termos da lei ou dos estatutos o devem ser;</li> <li>• Fiscalizar o cumprimento dos preceitos legais aplicáveis à instituição;</li> <li>• Administrar o património da instituição incluindo a aquisição e alienação de bens ou participações financeiras nos termos da lei;</li> <li>• Acompanhar a Atividade da instituição;</li> <li>• Propor a criação de delegações ou outras formas de representação regional da ANAS;</li> <li>• Deliberar sobre a contratação de empréstimos e a emissão de obrigações por parte da instituição nos termos da lei;</li> <li>• Aprovar o plano estratégico e de desenvolvimento da instituição;</li> <li>• Manter a entidade de superintendência informada sobre as leis e as Atividades da ANAS e apresentá-los para autorização, aprovação ou homologação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar e coordenar as reuniões e compromissos dos Membros do Conselho de Administração, assegurando o cumprimento das agendas;</li> <li>• Recepcionar e classificar o correio electrónico, fax e serviços de correio, coordenando e gerindo a distribuição interna dos mesmos para todos os Departamentos;</li> <li>• Receber as visitas e encaminhá-las para os respetivos Departamentos, de acordo com as suas necessidades;</li> <li>• Organizar os agendamentos de eventos e calendários de atividades dos Membros de Conselho de Administração;</li> <li>• Manter o controlo de informações ou o andamento das atividades sob a sua competência;</li> </ul>

**Quadro 24- Principais atribuições dos Órgãos da ANAS (continuação)**

Gabinete Jurídico e de Regulação (GJR)	Gabinete de Sistema de Informações (GSI)	Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerir, analisar e monitorar as questões de litígio no âmbito da Atividade da ANAS;</li> <li>• Realizar assessoria jurídica para a ANAS, elaborar e emitir pareceres;</li> <li>• Prestar apoio à unidade orgânica de Gestão da Distribuição e Saneamento na elaboração e análise dos contratos;</li> <li>• Assessorar juridicamente o/a Presidente, o Conselho de Administração, os Gabinetes e Departamentos nas tomadas de decisões, de forma a não lesar a ANAS;</li> <li>• Manter-se a par de todas as atualizações legislativas e normativas, para assegurar que a ANAS não viola qualquer diploma legal;</li> <li>• Auxiliar o pessoal técnico na elaboração de projetos e na sua implementação, fornecendo conteúdos legais que visem a proteção do projeto;</li> <li>• Assegurar e dinamizar o conhecimento oportuno de normas e regulamentos essenciais ao bom desempenho da ANAS, bem como proceder ao tratamento da legislação e jurisprudência de interesse;</li> <li>• Instruir e colaborar na instrução de processos de averiguação e disciplinares, independentemente do vínculo laboral dos visados;</li> <li>• Defender os interesses da ANAS em assuntos de pré-contencioso com terceiros;</li> <li>• Promover e assegurar a defesa contenciosa dos interesses da ANAS, diretamente ou por recurso a advogado externo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar todos os Departamentos na criação de sistemas de banco de dados, de telemetria ou telegestão específicos a cada área, criando condições para a obtenção e armazenamento de informação de apoio à respetiva gestão, susceptível, entre outros requisitos, de desagregação por sexo e estatuto socio-económico, quando pertinente;</li> <li>• Coordenar os processos associados ao desenvolvimento de sistemas que processam informações aos diferentes níveis de softwares;</li> <li>• Coordenar a realização de configurações e manutenção em banco de dados, mantendo e revendo continuamente soluções para o suporte a atividades, em linha com as metas e objetivos da ANAS;</li> <li>• Apoiar o desenvolvimento de sistemas de informação geográfica e cadastral e comunicação de suporte à gestão dos recursos hídricos;</li> <li>• Acompanhar as etapas do desenvolvimento de softwares;</li> <li>• Recomendar e coordenar a implementação de novos softwares para garantir a compatibilidade com os requisitos do sistema;</li> <li>• Utilizar uma linguagem inclusiva e sensível ao género;</li> <li>• Realizar o monitoramento, definir prioridades e estabelecer metas no desenvolvimento de fases do sistema, para garantir a validade dos dados, relatórios e cumprimento de prazos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sob orientação do Presidente, definir a estratégia de comunicação organizacional da ANAS</li> <li>• Assegurar a divulgação adequada de informações para o público e para os parceiros e os canais mais apropriados a serem utilizados para transmissões de informações de ANAS, mediante a utilização de uma linguagem inclusiva e sensível ao género;</li> <li>• Elaborar e gerir a distribuição de impressos, boletins informativos e, principalmente, os conteúdos do site da ANAS;</li> <li>• Assegurar o estabelecimento de uma rede e contatos com as organizações em Cabo Verde (do Governo, das Nações Unidas, da sociedade civil e instituições bilaterais), que sejam estrategicamente importantes para o avanço da igualdade de género e serviços WASH equitativos;</li> </ul>

**Quadro 25- Principais atribuições dos Órgãos da ANAS (continuação)**

Gabinete de Ambiente, de Integração Social e de Género (GAISG)	Departamento de Planeamento Estratégico (DPE)	Departamento de Gestão Administrativa e Financeira (DGAF)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a realização pela ANAS do direito à água para todos e em especial para os grupos sociais mais desfavorecidos, bem como a promoção da igualdade social e de género no processo e nos resultados do planeamento dos recursos hídricos;</li> <li>• Assegurar a participação das pessoas de todos os estratos sócio-económicos e das instituições no processo de planeamento dos recursos hídricos;</li> <li>• Realizar estudos e análises, de carácter social e de género, de suporte à ação de planeamento do abastecimento de água, do saneamento e dos resíduos sólidos.</li> <li>• Promover a economia da água nomeadamente através de ações de informação, educação e comunicação (IEC) das pessoas utentes dos sistemas de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos;</li> <li>• Promover as avaliações dos impactos sociais e no género das políticas e medidas legislativas de recursos hídricos nas fases de formulação, execução e obtenção de resultados;</li> <li>• Identificar e estabelecer canais efectivos de promoção da participação das pessoas e das instituições na definição da política e legislação de recursos hídricos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparar as propostas da política de recursos hídricos, bem como as análises de suporte à definição de tais políticas;</li> <li>• Com o apoio do GAISG, integrar as questões ambientais, sociais e de género em todo o ciclo dos seus estudos programas/projetos e avaliações, trabalhando com dados desagregados por sexo e condição sócio-económica;</li> <li>• Coordenar a preparação e revisão dos instrumentos de planeamento de referência para os recursos hídricos;</li> <li>• Proceder à avaliação ambiental, social e de género de políticas, planos e programas nas áreas dos recursos hídricos, abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos;</li> <li>• Proceder às avaliações ex-ante e ex-post dos impactos económico-financeiros das políticas e medidas legislativas de recursos hídricos;</li> <li>• Preparar propostas das políticas de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos e ainda de promover estudos e análises de suporte à definição de tais políticas;</li> <li>• Promover estudos e análises, de carácter técnico e económico-financeiro, de suporte ao planeamento dos recursos hídricos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a contabilidade geral, gestão de caixa, contas a receber, contas a pagar, atividades de subvenções, cobranças, faturação do licenciamento das operadoras, aquisições/armazenagem, gestão de receitas, elaboração da folha de salários e prestação de contas, e quaisquer outras matérias financeiras conexas que possam surgir;</li> <li>• Utilizar as técnicas de orçamentação sensível ao social e ao género e dados desagregados por sexo e condição sócio-económica;</li> <li>• Gerir o desenvolvimento e a implementação dos objetivos e prioridades do Departamento, e para área de serviço atribuída, recomenda e administra políticas</li> <li>• Planejar, orientar e coordenar, através de seus colaboradores, o plano de trabalho do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira; atribuir projetos e áreas programáticas de responsabilidade; analisar e avaliar os métodos e procedimentos de trabalho;</li> <li>• Selecionar, formar, motivar e avaliar o pessoal designado; adoptar políticas de não-discriminação; ministrar a formação do pessoal; trabalhar com os funcionários para corrigir as lacunas; implementar procedimentos disciplinares e de rescisão;</li> </ul>

**Quadro 26 - Principais atribuições dos Órgãos da ANAS (continuação)**

Departamento de Recursos Humanos e Desenvolvimento organizacional (DRHDO)	Departamento de Resíduos Sólidos (DRS)	Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento (DGRHS)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerir o desenvolvimento e implementação dos objetivos e prioridades e administração de políticas e procedimentos;</li> <li>• Estabelecer os níveis adequados de serviço e alocação de recursos humanos; supervisionar e avaliar a eficiência e eficácia dos métodos e procedimentos da prestação de serviço; proceder à atribuição dos recursos em conformidade;</li> <li>• Selecionar, formar, motivar, e avaliar o pessoal designado; fornecer ou coordenar a formação do pessoal e executar procedimentos disciplinares e de rescisão;</li> <li>• Aplicar políticas da não-discriminação e de igual oportunidade no recrutamento e seleção, nas condições de trabalho e de emprego, na promoção/avanço, no ambiente do local de trabalho, em matéria de benefícios, oportunidades de formação, disciplina e despedimento de pessoal; estabelecimento e prestação de informações sobre metas e estratégias organizacionais para a igualdade de género no quadro de pessoal, em conformidade com a política nacional e regulamentos afins e com a boa prática internacional;</li> <li>• Administrar e coordenar todas as fases das relações com os funcionários; prestar serviços como membro da equipa de negociação da gestão de pessoal;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planear em coordenação com o DPE, e organizar, dirigir e controlar a implementação da Política Nacional de Gestão dos Resíduos;</li> <li>• Promover em coordenação com o DPE, a elaboração dos Planos Setoriais de gestão dos resíduos, a todos os níveis;</li> <li>• Elaborar a Classificação dos Resíduos;</li> <li>• Promover a criação da Carta dos Resíduos;</li> <li>• Contribuir para a atualização da legislação e regulamentos que se julgarem necessários, em matéria de gestão de resíduos;</li> <li>• Promover e disseminar a adoção de tecnologias sustentáveis em matéria de gestão dos resíduos;</li> <li>• Coordenar a elaboração dos contratos de concessão para exploração de infraestruturas de gestão de resíduos tendo em atenção, entre outros aspetos, as atribuições da ANAS estabelecidas no Quadro de Gestão Ambiental e Social do setor;</li> <li>• Elaborar os relatórios anuais de gestão do Departamento, tratando de propiciar maior transparência junto à sociedade em geral;</li> <li>• Coordenar o desempenho das Delegações Regionais em matéria de gestão dos resíduos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerir os recursos hídricos, procedendo, nomeadamente, à fiscalização do cumprimento das disposições legais e regulamentares e à aplicação de sanções por não cumprimento;</li> <li>• Promover a classificação das massas de água e regulamentar os seus usos com vista à preservação do domínio público hídrico e da qualidade da água;</li> <li>• Promover ou elaborar planos, programas e ações de gestão da água, para valorização, ordenamento, conservação, aumento da disponibilidade e uso eficiente dos recursos hídricos, bem como dos planos de gestão de riscos associados aos recursos hídricos;</li> <li>• Definir prioridades em contexto de escassez ou racionamento, impor restrições à utilização de recursos hídricos em áreas determinadas ou nos casos de perigo de esgotamento, degradação, contaminação ou extração incontrolada de inertes;</li> <li>• Emitir títulos de utilização de recursos hídricos, fiscalizar o disposto na legislação, nos regulamentos e nos títulos de utilização em vigor e aplicar sanções ou determinar a suspensão ou anulação daqueles títulos, nos casos de incumprimento do disposto nas leis, regulamentos e títulos de utilização;</li> </ul>

**Quadro 27 - Principais atribuições dos Órgãos da ANAS (continuação)**

Departamento de Gestão de Investimento (DGI)	Delegações Regionais (DR)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover direta ou indiretamente, estudos e projetos de obras hidráulicas;</li> <li>• Aprovar projetos de obras hidráulicas, abrangidas por contrato de concessão ou delegação ou licença e supervisionar a sua execução;</li> <li>• Aprovar projetos de obras no âmbito dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, abrangidas por contrato de concessão ou delegação ou licença e supervisionar a sua execução;</li> <li>• Preparar e coordenar procedimentos de contratação de obras hidráulicas a cargo do Estado;</li> <li>• Coordenar procedimentos de contratação de obras no âmbito dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento;</li> <li>• Proceder à gestão técnica e financeira direta das obras hidráulicas a cargo do Estado;</li> <li>• Proceder à gestão técnica e financeira direta das obras no âmbito dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento a cargo do Estado;</li> <li>• Gerir programas de apoio financeiro a projetos de investimento no domínio do abastecimento de água, do saneamento e dos resíduos, cabendo-lhe acolher as estruturas de gestão do FASA e do FAS, quando as mesmas forem integradas na ANAS;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução dos investimentos nos subsectores dos recursos hídricos, da água, saneamento e resíduos sólidos;</li> <li>• Planeamento estratégico, estudos de impacto ambiental, social e de género;</li> <li>• Seguimento da Atividade das entidades gestoras dos serviços de água, saneamento e resíduos sólidos, de acordo com o estipulado nas respetivas licenças, contratos, ou na lei geral, reportando eventuais desconformidades para os Departamentos correspondentes e executando localmente as directrizes recebidas daqueles;</li> <li>• Assegurar a manutenção e recolha dos dados das redes de monitorização dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos, realizar as ações de controlo da qualidade da água de que esteja incumbida a Delegação, de acordo com os programas de controlo definidos pelo DGRHS;</li> <li>• Registrar e transmitir ao DGRHS toda a informação referente às infraestruturas de água, saneamento, que deva constar do cadastro de recursos hídricos, nos termos que vierem a ser definidos por aquele Departamento;</li> <li>• Registrar e transmitir ao DRS toda a informação referente às infraestruturas de resíduos, que deva constar do respetivo cadastro, nos termos que vierem a ser definidos por aquele Departamento;</li> <li>• Apoiar o DGRHS para organizar e coordenar as atividades destinadas à conservação e aumento da disponibilidade dos recursos hídricos;</li> </ul>

Os programas de atividades enunciam não só a justificação das atividades, mas também a distribuição das prioridades no tempo, a interdependência das ações e seu desenvolvimento, os meios previstos para a respetiva cobertura financeira e os adequados mecanismos de controlo e revisão.

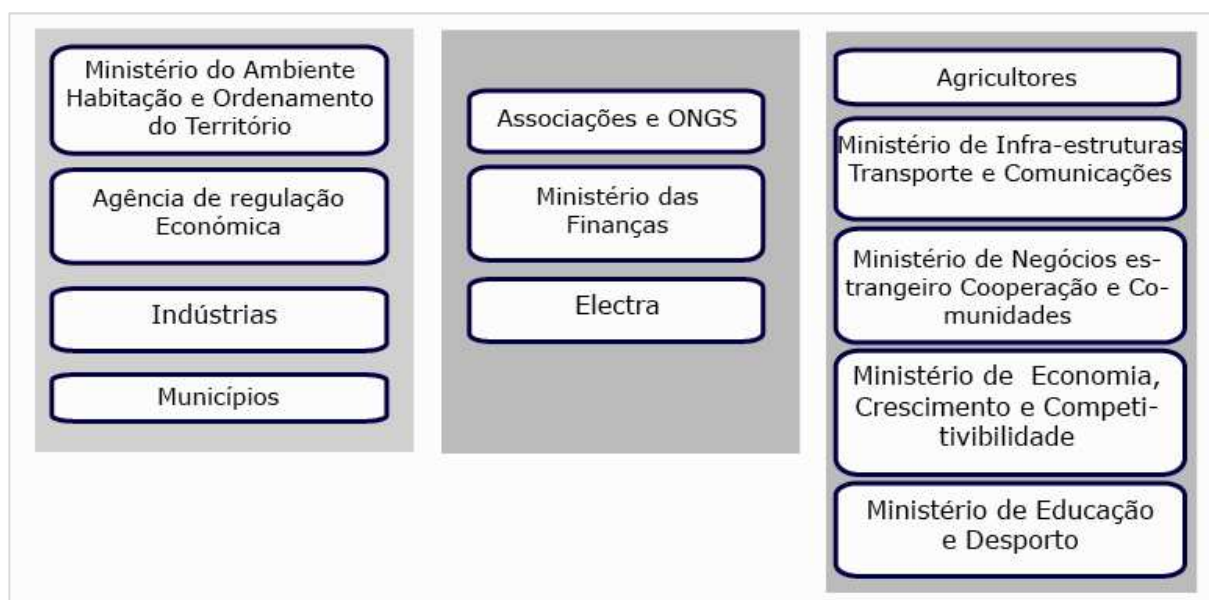
Os programas plurianuais são atualizados em cada ano em função do controlo, correção ou ajustamento das atuações, tendo em vista os objetivos fixados, e dos objetivos, tendo em vista os resultados.

O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da ANAS. Para que os

órgãos do ANAS deliberarem validamente é indispensável a presença da maioria dos respetivos membros em exercício. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos expressos, tendo o Presidente, ou quem o substitua, voto de qualidade. Não é permitido o voto por procuração nem abstenção.

No desenvolvimento das suas ações a ANAS integra vários parceiros nacionais e internacionais. A nível internacional a ANAS estabelece formas de cooperação com várias instituições internacionais públicas e privadas para prossecução de objetivos comuns.

Seguidamente na figura 9 estão representados os principais parceiros nacionais da ANAS.



**Figura 9 - Parceiros Nacionais de Agência Nacional de Água e Saneamento**

No capítulo que ora finda, foi o objeto central do nosso estudo o marco institucional da educação ambiental em Cabo Verde, tendo-se analisado os principais instrumentos da política de gestão na área de estudo. As principais reflexões conduziram ao reconhecimento do estado da educação ambiental em Cabo Verde e, conseqüentemente, à identificação das insuficiências desta temática no contexto do estudo como forma de despertar para ações de melhoria na área de estudo. De seguida abre-se um campo para a análise do capítulo sobre o processo metodológico.

## **PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO**





## CAPITULO IV – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Neste capítulo propomos desenhar um mapa dos procedimentos metodológicos que julgamos estarem em concordância para a definição dos conceitos essenciais utilizados ao longo da investigação, visando atingir os objetivos antes elencados, garantindo a transparência e fundamentação das opções metodológicas e do percurso feito ao longo do trabalho.

Num primeiro momento, procuramos deixar alguns contributos para a delimitação daquilo que são as metodologias qualitativas e quantitativas, elucidando as suas potencialidades e limitações, bem como esboçar possibilidades de utilização de ambas numa relação de complementariedade. Posteriormente, passa-se a descrever de modo mais concreto as opções metodológicas tomadas para o presente trabalho, nomeadamente no que concerne aos instrumentos de recolha de dados, aos procedimentos de tratamento de dados, e aos procedimentos dos participantes do estudo.

Concordamos com a diferenciação feita por Ramos (2008) entre o que se entende por metodologia e o que se percebe por método. Esta precisão terminológica parece-nos pertinente tendo em conta que, frequentemente, os conceitos são usados indistintamente. Metodologia refere-se ao estudo dos métodos de investigação-explica, descreve e justifica a opção por um determinado método de investigação, tendo em conta o problema concreto, o objeto de investigação enquanto o método. Neste contexto, traça o caminho que o investigador deverá seguir para atingir o rigor científico pretendido para a sua investigação. O autor ressalta que o método utilizado deve relacionar-se com o tipo de problema e do objeto de estudo e é ao investigador que compete escolher o método mais adequado para que a sua investigação seja bem-sucedida. Segundo Diehl (2004) a escolha do método se dará pela natureza do problema, bem como de acordo com o nível de aprofundamento.



## **1. Processo metodológico**

### **1.1. Delimitação do objeto de estudo**

A presente investigação consiste na análise crítica das diferentes estratégias de abordagens de projetos, planos e políticas de Educação Ambiental aplicados em Cabo Verde em duas diferentes instituições, designadamente: Direção Nacional do Ambiente (DNA) e Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS). A análise foi realizada num período de dez anos, 2001 a 2011, abrangendo duas legislaturas.

O estudo compreendeu visitas às duas instituições nacionais mencionadas anteriormente e que foram consideradas fontes de informações pertinentes para a nossa análise. A referida visita consistiu na realização de reuniões preliminares destinadas à troca de informações e experiências entre os responsáveis para o ambiente e a investigadora para compreender a situação ambiental de âmbito nacional, bem como para conhecer e apropriar-se da trajetória da Educação Ambiental em Cabo Verde.

Nesta parte, apresentamos as nossas intenções e acedemos aos principais arquivos para analisar a documentação existente e os planos futuros que nos levaram a identificar algumas lacunas existentes neste setor. As informações obtidas constituíram objeto de análise na tentativa de compreender até que ponto os instrumentos de análise promovem a aquisição de conhecimentos, atitudes e comportamentos pro-ambientais, visando uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido nesta área e sua conseqüente correção/melhoria de futuras ações.

Esta investigação enquadra-se dentro de um paradigma metodológico qualitativo partindo de um estudo de caso. Neste estudo optou-se por uma metodologia predominantemente qualitativa com recurso à técnica quantitativa. Deste modo, foram organizados e realizados oito (7) grupos focais constituídos pelos principais intervenientes nesta área nomeadamente: (i) Representantes dos professores da Escola Básica de Capelinha; (ii) Representantes dos professores da Escola Básica SOS; (iii) Representantes dos professores das Escolas do Ensino Secundário; (iv) Representantes do Ministério de Educação e Desporto; (v) Representantes dos Pais e Encarregados de Educação; (vi) Representantes de Educação de Infância; (vii) Representantes de ONGs Ambientais, com os quais

discutimos e esclarecemos as opiniões sobre as estratégias de abordagens de Educação Ambiental.

As explicações, crenças, e atitudes manifestadas por estes grupos focais, serviram de base para a exploração de um questionário testado numa amostra de professores do Ensino Básico mais diretamente ligados à área ambiental. Após a validação do questionário, por este público-alvo, o mesmo, foi alargado para uma amostra representativa dos professores do Ensino Básico de Cabo Verde com o intuito de apresentar uma proposta de um Plano de Formação de Professores tendo em conta as suas necessidades registadas na área ambiental.

Além da realização dos grupos focais, foram aplicadas entrevistas a três intervenientes com muita experiência na área ambiental. As entrevistas contaram com uma amostra intencional facultando a recolha de importantes informações sobre o ponto de situação das políticas ambientais a nível nacional e oferecendo opiniões sobre as novas abordagens de Educação Ambiental de acordo com as necessidades sentidas por esta amostra. Além da utilização de grupos focais e da entrevista, procedeu-se à análise de documentos considerados fundamentais nesta área nomeadamente: o Plano Nacional de Gestão dos Resíduos Urbanos, o Plano Nacional do Saneamento Básico e o Plano de Ação Integrada de Recursos Hídricos, com recurso à técnica de análise documental.

Almejamos que o referido Programa de Formação proposto seja acolhido pelo departamento do Ministério de Educação e Desporto de Cabo Verde e possa vir a ser desenvolvido em estreita colaboração com os setores ambientais existentes a nível nacional e assente numa pedagogia por competências.

A investigação enquadra-se num estudo de caso dado a sua aplicabilidade em Cabo Verde. O mesmo assume um formato de investigação-ação, tendo-se partido de um estudo prévio da situação ambiental em Cabo Verde a nível institucional, das necessidades sentidas e reveladas pela sociedade civil e por uma representação de professores de Cabo Verde em que a investigadora desenvolve um trabalho de equipa com todas as pessoas implicadas no processo, na busca de soluções para resolver ou minimizar os problemas encontrados.

## **1.2.Problema e as questões de investigação**

Tendo em conta os objetivos anteriormente registados, foram elaboradas as seguintes questões de investigação:

- Como se caracteriza a situação ambiental em Cabo Verde nas áreas de resíduos urbanos, recursos hídricos e biodiversidade?
- Constitui um Programa de Formação na área de Educação Ambiental uma proposta exequível para os Professores de Ensino Básico (EB) de Cabo Verde?
- Que impactos poderão provocar na sociedade cabo-verdiana um programa de formação para os professores do Ensino básico na área de Educação Ambiental?
- Os instrumentos de políticas ambientais promovem a obtenção de conhecimentos, atitudes e comportamentos pro-ambientais, visando uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido nesta área?
- Como deverá ser estruturado um programa de formação para os professores do ensino básico cabo-verdiano na área de Educação Ambiental de forma a responder às necessidades ambientais de Cabo Verde?
- Que tipo de abordagem poderá facilitar uma aprendizagem interativa e colaborativa almejado pelo sistema de Ensino de Cabo Verde?

Estes problemas envolvem múltiplas visões, algumas delas atualmente em debate e se relaciona com temas aos quais se procurará dar uma resposta com este trabalho, nomeadamente:

- Conhecer a situação atual das políticas ambientais em Cabo Verde em 3 setores (recursos hídricos, resíduos sólidos e recursos naturais, vertente biodiversidade) nos períodos de legislatura 2001 a 2011;
- Compreender se os instrumentos de análise promovem a obtenção de conhecimentos, atitudes e comportamentos pro-ambientais, visando uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido nesta área;

- Recolher as opiniões e perspetivas de uma amostra intencional da sociedade civil sobre as formas de abordagem da Educação Ambiental no ensino formal em Cabo Verde;
- Sintetizar as potencialidades e fragilidades encontradas nos programas de Educação Ambiental em estudo;
- Conceber uma proposta de um programa de formação para os professores do Ensino Básico de Cabo Verde.

### **1.3. Objetivos de investigação**

O objetivo geral deste trabalho visa analisar as potencialidades e fragilidades dos programas, projetos e políticas de Educação Ambiental em Cabo Verde em duas instituições diferentes nomeadamente: Direção Geral do Ambiente (DGA) e Agência nacional de Água e Saneamento (ANAS), durante duas governações consecutivas num horizonte de dez anos, abrangendo os períodos de legislatura de 2001 a 2006 e de 2006 a 2011 no âmbito do ensino formal, informal e não formal, com o intuito de propor linhas de orientações conducentes ao enriquecimento e à atualização das referidas ferramentas de Educação Ambiental em Cabo Verde por meio de um Plano de Formação em Educação Ambiental dirigido aos professores do Ensino Básico de Cabo Verde.

Decorrentes deste objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a situação atual das políticas ambientais em Cabo Verde em 3 setores (recursos hídricos, resíduos sólidos e recursos naturais, vertente biodiversidade) nos períodos de legislatura 2001 a 2011;
- Analisar os fatores facilitadores e os constrangimentos encontrados nestes setores de análise;
- Identificar as necessidades presentes nestas áreas de estudo;
- Recolher as opiniões e perspetivas de uma amostra intencional da sociedade civil sobre as formas de abordagem da Educação Ambiental em Cabo Verde;

- Refletir sobre os programas e planos ambientais na área de resíduos urbanos, recursos naturais e recursos hídricos;
- Detetar os impactos que os programas de Educação Ambiental sobre a área de resíduos urbanos, recursos naturais e recursos hídricos desempenham sobre a sociedade cabo-verdiana (nível de aquisição de conhecimentos, competências, das atitudes e dos comportamentos);
- Analisar as competências básicas desenvolvidas por uma amostra representativa da sociedade civil na promoção da sustentabilidade ambiental;
- Sintetizar as fragilidades encontradas na área da Educação Ambiental em estudo;
- Contribuir para a discussão de metodologias de avaliação de programas relacionados com a temática da Educação Ambiental em Cabo Verde.
- Propor um programa de formação para os professores do Ensino Básico de Cabo Verde para intensificar e melhorar as práticas de Educação Ambiental em Cabo Verde, e consequentemente, contribuir para formar cidadãos ambientalmente mais conscientes, responsáveis e participativos.

#### **1.4. Validade da investigação**

É fundamental que todo o investigador se preocupe com a questão da validade dos métodos a que recorre sejam eles de cariz quantitativo ou qualitativo (Vieira, 1999). Para Lúcio (2007) a fiabilidade e a validade dos resultados são aspetos que importa garantir em qualquer análise de dados. Estes dependem em larga medida da validação do processo de recolha de informações. Para Bell (2004) a verificação da fiabilidade de um método surge no momento da formulação das questões e no processo experimental de recolha dos dados. A validação, segundo Ketele e Roegiers (1999), assegura ao investigador aquilo que quer recolher como

informações, as informações que realmente recolhe e o modo como as recolhe servem adequadamente o objetivo da investigação.

O rigor no processo de investigação é uma característica indispensável, dado que sem este atributo a investigação “não tem valor, torna-se ficção e perde a sua utilidade” (Morse *et al.*, 2002). Na investigação qualitativa, as questões da validade e fiabilidade não deixam de colocar alguns problemas, dada a estrutura flexível e aberta que apresentam e o fato de muitos dos processos de pesquisa serem originais e irrepetíveis. A objetividade no âmbito das metodologias qualitativas tem a ver com a medida em que a explicação analítica do investigador se aproxima do sentido atribuído pelos atores sociais, ou seja, com o grau de plausibilidade com que a realidade é apresentada por aquele.

As preocupações com a validade e fiabilidade das investigações qualitativas obrigam a cuidados redobrados do investigador que deverá assegurar-se de um conjunto de procedimentos, como por exemplo, a obtenção de inúmeras informações recolhidas de formas diversas, a repetição dos processos de recolha e análise, a saturação e exaustividade dos dados, a contrastação de pontos de vista, a redefinição de quadros conceptuais de análise, entre outros. Lincoln & Guba (1985) defendem que o rigor, termo utilizado pelo paradigma quantitativo, ou a confiabilidade conceito equivalente no paradigma qualitativo, são os critérios fundamentais que nos permitem confiar ou acreditar nos resultados obtidos numa pesquisa de natureza interpretativa.

Os citados autores avançam com um conjunto de cinco critérios que devem ser assegurados no sentido de garantir a fiabilidade e validade no processo de investigação. São eles a credibilidade a transferibilidade, a consistência e a aplicabilidade ou confirmabilidade. Outros autores, como Bogdan & Biklen (1994), salientam o trabalho em equipa e o confronto crítico entre colegas, a preocupação com o rigor dos processos e das interpretações, a tomada de consciência dos efeitos da presença do investigador no terreno, como fatores que podem contribuir para reduzir os enviesamentos que são atribuídos a estudos de natureza qualitativa, permitindo alcançar um certo grau de fiabilidade dos resultados, ou seja, a garantia de que refletem a realidade com rigor.



Esta atitude de vigilância e crítica metodológica reforça a validade deste tipo de investigação permitindo, através da lógica de todo o processo de busca e análise dos dados, da diversidade dos métodos e técnicas, da procura da convergência ou discrepância entre os dados, produzir a objetividade do saber conquistado (Brown & Dowling, 1998). Por fim, salienta-se a natureza iterativa e não linear que caracteriza a investigação qualitativa, o que significa que o investigador se depara com sucessivos avanços e retrocessos durante o planeamento e desenvolvimento da investigação, no sentido de assegurar a congruência entre a formulação da questão de investigação, a revisão da literatura e a recolha e análise dos dados.

Quando um dispositivo de investigação se baseia na utilização de um determinado instrumento para recolha de informação, este deve ser validado antes da sua utilização, o que é geralmente indicado numa investigação quantitativa. Por sua vez, quando o dispositivo de investigação não se baseia num instrumento preciso deve-se recorrer à “validação *a posteriori*” da recolha de informação, o qual se relaciona frequentemente com investigações qualitativas em que as hipóteses e as questões do estudo emergem à medida que o estudo se desenvolve (Carmo e Ferreira, 1998; Morse *et al*, 2002; Bell, 2004).

Para Cubo (2010), o tipo de validade de um estudo está associado às particularidades da pesquisa. Neste aspeto, a validade interna está ligada à pesquisa quantitativa e a validade externa, à pesquisa qualitativa.

Baseamo-nos em Gomes (2009) que nos orienta para alguns procedimentos a adoptar para garantir a validade, interna e externa, dos resultados de uma investigação, entre os quais destacamos que:

Na validade interna tivemos em conta determinados procedimentos tais como a experiência da investigadora, a adequação das tarefas aos objetivos e questões da investigação, a imparcialidade e a oportunidade das respostas por parte dos informadores e a garantia da não exclusão de dados.

Na validade externa tivemos em conta determinadas atuações tais como: a validação lógica e empírica do instrumento de investigação e a validação, por parte de uma equipa de peritos da área em que se pode analisar as categorias de resposta definidas com base nos grupos temáticos, no âmbito do objeto de estudo.

As propostas dos guiões de entrevistas, dos grupos focais e dos questionários foram sujeitos a uma apreciação por parte de equipa de 3 peritos de áreas distintas tendo sido necessário reformular, sempre que passou pelos respetivos especialistas, de modo a que, evitando dispersões, se focassem apenas os aspetos mais relevantes para este estudo. O processo de validação gerou guiões de validação que podem ser analisados através dos anexos 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11, 3.1.12, 3.1.13 respetivamente.

A apreciação dos peritos, de um modo geral, foi positiva, tendo surgido sugestões, que levaram a alguns ajustes, considerados consensuais.

As alterações efetuadas foram as seguintes: Nos guiões da entrevista e dos grupos focais retirou-se algumas questões e aperfeiçoou-se o enunciado de outras; no questionário reformularam-se algumas questões relativamente à linguagem utilizada, à sua ordem e adequação, ao assunto a investigar, contando ainda com propostas de alteração da disposição de algumas questões. Após esta fase de validação dos instrumentos, junto de especialistas, aplicou-se os mesmos com base na metodologia descrita anteriormente.

Foi ainda utilizada outras técnicas de validação de investigação nomeadamente a revisão por *pares*, que consistiu na escolha de um par de profissionais dotado de conhecimento geral da problemática ambiental e do processo de pesquisa que procederam a análise dos dados e escutaram as ideias e preocupações da investigadora (Erlandson *et al.*, 1993). Para complementar o processo de validade utilizamos a técnica de *member checks*, traduzidos por *revisão pelos participantes*, em que devolvemos aos participantes do estudo os resultados da análise feita pela investigadora, as informações que lhe forneceram, para que estes pudessem confirmar se as interpretações da investigadora refletissem de fato as suas experiências, ideias e sentimentos. Esta validade pode ser comprovada por um exemplo apresentado no anexo 3.2.3.

O número de pessoas inquiridas por constituíam amostras representativas pode permitir retirada de conclusões suficientemente sólidas no que diz respeito à inventariação, mais ou menos estruturada, de atitudes, representações, comportamentos, motivações, processos, etc, dado que, uma vez começado o trabalho definitivo, entra-se numa fase irreversível de reformulação dos instrumentos

de investigação e ficou fora de causa fazer qualquer modificação no enunciado das questões ou na sua ordenação, mesmo que estejamos convencidos de que se trata de melhoramentos significativos.

A aplicação dos questionários permitiu “medir a facilidade de compreensão, o grau de aceitabilidade e a facilidade de interpretação” (Javeau, 1992) dos mesmos.

Após a análise das respostas dadas, decidiu-se que seria interessante introduzir uma questão relativa ao tempo de serviço, outra à frequência de algum curso de formação contínua na área ambiental e, ainda, tornar algumas questões do tipo fechadas em aberto para enriquecer um pouco mais a investigação dada a opinião dos professores sobre determinados contextos. Desta forma, a versão final dos questionários utilizados apresenta-se em anexo.

### **1.5.Triangulação**

O termo triangulação começa a ser construído na área da Psicologia por Campbell e Fiske (1959), que se propuseram a completar ou testar empiricamente os resultados obtidos utilizando diferentes técnicas quantitativas. Outros pesquisadores prosseguiram o ponto de vista de Campbell e Fiske (1959) e ampliam sua aplicação ao defenderem que a “obtenção de dados de diferentes fontes e a sua análise, recorrendo a estratégias distintas, melhoraria a validade dos resultados”.

Para Günther (2006) a triangulação é a utilização de diferentes abordagens metodológicas do objeto empírico para prevenir possíveis distorções relativas tanto à aplicação de um único método quanto a uma única teoria ou um pesquisador. O uso da triangulação é uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenómeno em estudo e constitui uma via segura para a validação da pesquisa garantindo rigor, riqueza e complexidade à investigação.

Segundo Jensen e Jankowski (1993), há quatro tipos de triangulação: triangulação de dados, triangulação de investigador, triangulação de teoria e triangulação de métodos. A triangulação de dados trata das diferentes dimensões de tempo, de espaço e de nível analítico a partir dos quais o pesquisador busca as informações para a sua pesquisa. A triangulação de pesquisadores é a construção de uma equipa composta por investigadores de diferentes áreas do saber.

A triangulação de teoria pressupõe a abordagem do objeto empírico por perspetivas conceituais e teóricas diferentes. A triangulação metodológica é adotada quando se utilizam diferentes métodos de investigação para a recolha de dados e a análise do objeto em estudo.

Stake (1995) afirma que na triangulação é uma alternativa para a maior precisão dos protocolos nos estudos de caso. Para Souza e Zioni (2003), a triangulação surge da necessidade ética para confirmar a validade dos processos e serve aos objetivos da pesquisa e, nesse sentido, contribui para que os resultados alcançados possam ser verificados a partir de variados aspetos. No nosso caso de estudo optamos para a triangulação de métodos, de teoria e de dados.

No presente caso foi usada a triangulação, que consistiu na combinação de várias técnicas dentro do quantitativo mas também a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, sendo que, neste caso, as principais vantagens compreendem na complementaridade de ambas as perspetivas metodológicas, permitindo que se compensem as fraquezas de cada um dos métodos.

A validade e a fiabilidade dos dados são questões que se colocam ao investigador. Deste modo, neste estudo o processo metodológico incorporou as normas que garantem a validade interna e externa. Aplicou-se a triangulação de fontes e de técnicas de recolha de dados. No concernente a este assunto procedeu-se à triangulação dos dados provenientes de variadas fontes, particularmente documentação escrita, como legislações nacionais e internacionais, programas do governo, produções estatísticas, estatutos orgânicos e bibliografias, teses, revistas e artigos científicos; fontes orais resultantes de entrevistas individuais, grupos focais e registos audiovisuais. A triangulação metodológica foi conseguida pela complementaridade de duas abordagens metodológicas, o quantitativo e o qualitativo. Deste modo, a investigação recorreu à combinação de dois métodos de abordagem qualitativa, ou seja, ao estudo de caso e à análise de conteúdo. Ancorado a esses métodos foram utilizadas fundamentalmente três (4) técnicas de recolha de dados: (i) Entrevistas semi-estruturada; (ii) Grupos focais); (ii) Questionário; e (iii) Análise documental. Os respetivos guiões utilizados para a aplicação dessas técnicas estão representados nos anexos 3.1.1, 3.1.2, 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11, 3.1.12 e 3.1.13, respetivamente.

Apresenta-se de seguida as quatro técnicas desenvolvidas no estudo por meio da figura 10



**Figura 10 - Esquema representativo da técnica de triangulação de técnicas**

A triangulação teórica alcançada residiu na utilização de perspectivas diferentes na interpretação dos dados. Esta triangulação está melhor representada no capítulo de referencial teórico facultando a aplicação dos conceitos teóricos, nem sempre concordantes, dos vários autores estudados, na perceção da realidade apreendida a partir de diversidade de instrumentos

## **1.6. Questões éticas de investigação**

Estamos cientes de que qualquer processo investigação deve reger-se não só por questões científicas em termos de objetividade, validade e fiabilidade, mas também por princípios éticos, sendo em relação a estes que teceremos algumas considerações nesta secção.

Lima (2006, p. 129) assegura que devemos inquietar-nos com as questões éticas, já que “a confiança e a prestação de contas são aspetos centrais da empresa investigativa” e acrescenta que as questões éticas colocam-se em todas as fases de uma investigação, desde a escolha do tema e a definição das questões de pesquisa,

passando pela seleção dos participantes, até ao modo de acesso ao terreno, à forma de recolha dos dados, aos procedimentos de análise adotados, à redação do texto e à própria publicação dos resultados

Obedecendo princípio de comunicação, os colaboradores deste estudo foram comunicados sobre as finalidades, os objetivos e as necessidades do estudo que se encontra a desenvolver, explicitando, com pormenor, qual o tipo e a natureza da colaboração que irá ser estabelecida (o quê, porquê, para quê e como), o que se materializou numa carta pedido de colaboração para aplicação do inquérito e que se poderá ser comprovado pelo anexo 3.1.14.

O protocolo de compromisso foi realizado de forma clara, mostrando o interesse e a pertinência da investigação e da participação dos atores sociais, com o intuito de potenciar a confiança. O consentimento foi formalizado, mediante a assinatura de um documento, surgindo como “uma prova de que a pessoa foi informada e consentiu em envolver-se” Este protocolo de compromisso está ilustrado através do anexo 3.1.5 designado por protocolo de cooperação

Para Yin (2010, p. 99), “o estudo de um “fenómeno contemporâneo em contexto de vida real” obriga o investigador importantes práticas éticas” e acrescenta que este deve delinear um plano que permita proteger as pessoas, o que exige uma aceitação do projeto de investigação

Igualmente os envolventes foram informados que serão salvaguardados de quaisquer dados físicos, psicológicos e emocionais. Procurou-se no decorrer do mesmo negociar com os participantes explicitar-se sobre assuntos relacionados com o desenvolvimento do estudo.

Foram precavidos os potenciais riscos da implicação dos participantes no trabalho em curso, prevenido para a proteção de grupos mais vulneráveis. Informou-se, igualmente, a possibilidade dos participantes desistirem da sua colaboração a qualquer momento e foi indicado a entidade financiadora e as instituições de acolhimento envolvidas.

Foi assegurado a confidencialidade, e a proteção das informações, no sentido de estimular uma colaboração autêntica, reiterando a não utilização dos dados para fins indevidos ou não comunicados e/ou negociados. Tendo em conta que interessou-se pelo produção de vídeos ao longo de aplicação da técnica dos

grupos focais e das entrevistas para apoiar a investigadora na análise de dados, a questão do anonimato foi resolvida por meio de um documento escrito e assinado pelos participantes deste estudo designado Declaração de Cedência de direito de imagem e som anexos 3.2.1 e 3.2.2 o que nos legitimou os registos audiovisuais, que do nosso ponto de vista foram considerados de utilidade basilar neste estudo. Nesta perspetiva foi ponderado o material escrito e os relatos verbais de informações recolhidas durante as observações com particular cuidado para que a informação partilhada não pudesse vir a ser usada de forma pessoal mas sempre no âmbito académico.

Outro aspeto considerado, prende-se com a atitude de neutralidade e de não julgamento que o investigador deve assegurar em teoria e na prática, afastando a noção avaliativa que os sujeitos possam sentir evidenciada, não manipular e equilibrar subjetividade com objetividade ou seja, tentou-se estabelecer laços de confiança e empatia, mas sem se implicar em demasia

Procurou-se envolver os participantes na investigação, de modo a que eles se sentissem colaboradores e parte integrante e fundamental da mesma, o que foi concretizado pelo diálogo estabelecido, especialmente, em conversas informais, em que os fenómenos em estudo e alguns pensamentos sobre os dados recolhidos iam sendo partilhados e discutidos com eles, embora preservando sempre a confidencialidade. Este procedimento pode-se averiguar nos diferentes vídeos apresentados no anexo 5.

Houve informação aos participantes de investigação sobre o uso posterior dos dados recolhidos e da sua colaboração, devendo esta ser voluntária, negando-se qualquer tipo de imposição, coerção e/ou manipulação. Esta dimensão da informação pode ser observado nos diferentes vídeos produzidos no anexo 5.

Esclareceu-se sobre os benefícios e reciprocidade da sua participação no estudo, privacidade, confidencialidade foram salvaguardados bem como cuidado para não “invadir” a vida dos participantes mais do que eles pretendiam permitir nem revelar declarações protegidas ou receber informações não desejadas.

Durante o processo de investigação primou-se sempre por uma atitude respeitosa boa utilização dos resultados da investigação assegurando a todas as questões/dúvidas colocadas tendo cuidado de nada omitir ou registar sem o

consentimento deles. Esta atitude de respeito à originalidade das respostas pode ser verificada relacionando as transcrições das entrevistas no anexo 3 com os vídeos produzidos e apresentados no anexo 5.

A voluntariedade, os riscos, o respeito, o consentimento informado e a autenticidade na apresentação dos resultados foram acautelados e promovidos. No nosso estudo, o consentimento informado foi algo que tivemos em consideração durante todo o processo. Além das finalidades da investigação informou-se sobre os a duração e tipo de trabalho, tratamento e divulgação dos dados;

O estudo esteve sujeito a autorização dos dirigentes de serviços que acolhem os resultados do estudo nomeadamente o Ministério de Educação sendo que os termos de acordo foram integralmente cumpridos. Esta autorização pode ser confirmada nos anexo 3.1.14, anexo 3.1.18 Em síntese, procedeu-se a elaboração de um quadro de verificação dos valores éticos em toda a investigação e oncluímos que o olhar da ética na investigação abrangiu todas as etapas do processo de investigação, enquanto preocupação com a qualidade ética dos procedimentos e com o respeito pelos princípios estabelecidos. Do princípio ao fim do estudo, desde a pertinência do problema à validade dos resultados para o desenvolvimento do conhecimento, da escolha da metodologia adequada aos instrumentos e processos de recolha de dados, da existência de resultados anteriores às regras de publicação e divulgação dos resultados. Assim o quadro de verificação do cumprimento das questões éticas de investigação pode ser apreciado no anexo 3.7

### **1.7. Metodologia da investigação**

Em investigação educativa identificam-se frequentemente dois paradigmas de investigação, o quantitativo e o qualitativo. As decisões metodológicas resultam do problema de investigação formulado e este, por sua vez, tem correlação com os objetivos da pesquisa.

Segundo Castro (1977) a metodologia é um conjunto de procedimentos no decurso da investigação. Sua descrição evidencia uma etapa fundamental no sentido de esclarecer como se pretende tratar o problema colocado na investigação (Silva, 1999).



### **1.7.1. O método quantitativo**

As características fundamentais dos métodos quantitativos estão relacionados com a orientação para a quantificação e a causa dos fenómenos, a ausência de preocupação com a subjetividade, a utilização de métodos controlados, a objetividade procurada através de um distanciamento em relação aos dados.

A investigação quantitativa caracteriza-se entre outras configurações por envolver dados que pretendem explicar, prever e controlar os fenómenos, procurando regularidades e leis, através da objetividade dos procedimentos e da quantificação das medidas (Almeida & Freire, 2000). Os dados podem assumir a forma de escalas, ocorrências, séries, frequências e contagem de incidências.

Moreira (2006) afirma que os processos resultantes da investigação quantitativa procuram conceber um conhecimento generalizável ou seja, apresentam uma forte validade externa (Serapioni, 2000). A possibilidade de generalização, ainda que leve a um afastamento da singularidade, possibilita que o conhecimento seja útil e valioso numa maior variedade de situações (Moreira, 2006).

A utilização da linguagem matemática tem, desde o nascimento da moderna astronomia, permitido sistematizar as observações do mundo físico, trabalhando-as de modo a construir novo conhecimento. A matemática tem sido usada na metodologia quantitativa para garantir uma maior objetividade de expressão. Esta objetividade perseguida pelas ciências sociais e humanas levou à adoção por estas da linguagem matemática e da quantificação.

A investigação quantitativa é relacionada mais frequentemente com a investigação positivista, cuja lógica encara os fatos como uma realidade única e objetiva. Os métodos normalmente utilizados pelos estudos quantitativos são mais específicos, utilizando conceitos preconcebidos e apoiando-se em desenhos correlacionais ou experimentais, de modo a que o investigador se veja liberto de enviesamentos, podendo recolher dados e representar a realidade tal qual se apresenta. Este tipo de investigação implica que o investigador antes de iniciar o trabalho elabore um plano de investigação estruturado, no qual os objetivos e os procedimentos estejam indicados pormenorizadamente. A elaboração do plano deverá ser precedida de uma revisão da literatura pertinente a qual é essencial não só para a definição dos reais objetivos do trabalho, como também para a formulação de hipóteses e para definição das variáveis.

Os investigadores que optam por investigações do tipo quantitativo acreditam que a realidade social mantém um elevado grau de constância e de consistência ao longo do tempo e dos contextos (Borg e Gall, 1996). Daí que, pretendam determinar as tendências gerais para uma determinada população, estudando, para o efeito, amostras e populações, visando a generalização de resultados.

Na investigação quantitativa procura-se estabelecer uma relação causa-efeito (Carrasco e Hernandez, 2000; Santos, 2002). O recurso a este método pressupõe a observação de fenómenos, a formulação de hipóteses explicativas desses mesmos fenómenos, o controlo das variáveis, a seleção aleatória dos sujeitos de investigação (amostragem), a recolha rigorosa dos dados e sua posterior análise estatística (Carmo e Ferreira, 1998; Bell, 2004). As técnicas de recolha, que com maior frequência lhe estão associadas, favorecem a apresentação e análise de dados, possibilitando a sua quantificação e o seu tratamento através de métodos estatísticos. O questionário ou a entrevista estruturada aplicada a uma determinada amostra são exemplos dessas técnicas.

Um aspeto chave da investigação quantitativa é determinar até que ponto os resultados obtidos são generalizáveis à população. Isto implica que se utilize técnicas mais ou menos sofisticadas para selecionar e dimensionar as amostras experimentais. A seleção aleatória dos sujeitos é uma técnica obrigatória para que se possam generalizar os resultados da investigação. Há inegáveis vantagens para o desenvolvimento do ensino na generalização de certos resultados da investigação obtidos a partir de estudos com amostras de apenas de alguns sujeitos. A utilização de técnicas estatísticas contribuem de forma significativa para gerir o problema de controlo.

Uma crítica frequente às metodologias quantitativas, especialmente quando associadas a posições positivistas, diz respeito à ausência de problematização do papel social do investigador, e dos efeitos sociais ou políticos da investigação, mascarados pela objetividade das técnicas utilizadas e pelo raciocínio lógico e matemático utilizado (Cardoso, 2007); por outro lado, na medida em que frequentemente não atendem à perspetiva do sujeito, é criticada a sua falta de validade interna, ou seja, ambiguidade quanto àquilo que é medido (Serapioni, 2000).

Para Minayo e Sanches (1993), a investigação quantitativa reporta-se a níveis em que a realidade é apresentada mediante dados ao nível percentual e tem como campo de objetivos e práticas a recolha de dados, indicadores e tendências observáveis, sendo, por isso, de utilização recomendada quando o objeto de estudo pretende conhecer, do ponto de vista social, conjuntos demográficos ou aglomerados de dados de dimensão considerável, recorrendo às variáveis como forma de os classificar e interpretar.

No caso de uma investigação quantitativa, o projeto deve apresentar um plano detalhado do estudo a realizar, ou seja, exibir um desenho da investigação bem consolidado, podendo ser um estudo descritivo, comparativo-causal, correlacional ou experimental (Borg & Gall, 1996). Neste caso, estamos na presença de uma lógica dedutiva, partindo de construtos teóricos para a definição de variáveis e, só depois, para a delineação de processos de recolha de dados.

Nos estudos quantitativos, a amostra é escolhida com a intenção de representar uma população mais vasta. Recorre-se, por norma, a amostras extraídas de populações às quais se pretende, mais tarde, generalizar os resultados. Portanto, o investigador está mais interessado na população do que na amostra particular por ele selecionada para o estudo.

Bell (1997) defende que os investigadores quantitativos recolhem os fatos e estudam as relações entre eles. Realizam medições com a ajuda de técnicas científicas que conduzam a conclusões quantificadas e, se possível, generalizáveis.

Na pesquisa de caráter quantitativo, os processos de recolha e análise de dados são separados no tempo, a recolha dos dados antecede à análise; ao contrário da pesquisa qualitativa, em que ambos os processos se combinam, numa constante interação dinâmica de retroalimentação e reformulação. A este respeito, João (2009) diz-nos que, nos métodos quantitativos, a matemática surge como elemento essencial para se poderem medir os resultados.

Diehl (2004) afirma que a pesquisa quantitativa usa da quantificação, tanto na recolha quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança;

A utilização deste tipo de método liga-se com a investigação experimental ou quasi-experimental o que pressupõe a observação de fenómenos e a respetiva formulação de hipóteses a eles relativos; o controlo de variáveis; a seleção dos sujeitos efetuada de modo aleatório, por amostragem; a recolha rigorosa de dados de modo a permitir confirmar ou infirmar as hipóteses; a análise estatística dos dados recolhidos e a utilização de modelos matemáticos para os testar, tendo por objetivo a generalização de resultados a uma dada população estudada a partir da amostra e o estabelecimento de relações causa-efeito (Carmo & Ferreira, 1998).

Segundo Richardson (1989), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de recolha de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas.

Os estudos de campo quantitativos guiam-se por um modelo de pesquisa onde o pesquisador parte de quadros conceituais de referência tão bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre os fenómenos e situações que se quer estudar. Uma lista de consequências é então deduzida das hipóteses. A recolha de dados enfatizará números (ou informações conversíveis em números) que permitam verificar a ocorrência ou não das consequências, e daí então a aceitação (ainda que provisória) ou não das hipóteses. Os dados são analisados com apoio da Estatística (inclusive multivariada) ou outras técnicas matemáticas.

Esta metodologia de investigação apresenta vantagens na precisão e rigor do dispositivo metodológico, que permite satisfazer o critério da inter-subjetividade; a possibilidade de utilização de meios informáticos, que permitem manipular muito rapidamente um grande número de dados e variáveis; a clareza dos resultados e dos relatórios de investigação, nomeadamente quando o investigador aproveita o recurso pela apresentação gráfica das informações.

Bryman (1988) refere que este tipo de investigação se fundamenta na recolha de fatos, vincando a importância de se planificarem procedimentos fiáveis e válidos, ao mesmo tempo que aceita como válidos os princípios da metodologia científica dando ênfase especial à replicabilidade e à generalização dos resultados.

Cook e Reichardt (1986) caracterizam o método quantitativo como sendo as técnicas experimentais aleatórias, testes de lápis e papel, análise estatística multivariada, estudos de amostras e outras técnicas. Estes mesmos autores sintetizam em que consiste o paradigma quantitativo como sendo o que defende o recurso aos métodos quantitativos; que procura os fatos ou causas dos fenómenos sociais, atribuindo pouca importância aos estados subjetivos dos indivíduos; que recorre a uma medição rigorosa e controlada; que se coloca numa perspetiva de exterioridade relativamente aos dados; que não se baseia na realidade mas que está orientado para a comprovação, assumindo as qualidades de confirmatório, reducionista, inferencial, hipotético e dedutivo; sendo claramente orientado para os resultados; fiável mediante o recurso a dados sólidos e replicáveis; generalizável a partir de estudos de casos múltiplos; particularista e assumindo uma realidade estável (Cook e Reichardt, 1986).

Por sua vez, para Minayo (1994) as relações entre abordagens qualitativas e quantitativas demonstram que: a) as duas metodologias não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto; b) que uma pesquisa quantitativa pode conduzir o investigador à escolha de um problema particular a ser analisado em toda a sua complexidade, através de métodos e técnicas qualitativas e vice-versa; c) que a investigação qualitativa é a que melhor se coaduna ao reconhecimento de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos.

Um aspeto chave da investigação quantitativa é determinar até que ponto os resultados são generalizáveis à população. Isto implica que se utilizem técnicas mais ou menos sofisticadas para selecionar e dimensionar as amostras experimentais.

Na investigação quantitativa procura-se estabelecer uma relação causa-efeito (Carrasco & Hernandez, 2000; Santos, 2002). O recurso a este tipo de investigação implica a observação dos fatos, a formulação de hipóteses explicativas desses mesmos fatos, o controlo das variáveis, a seleção aleatória dos sujeitos de investigação (amostragem aleatória), a recolha rigorosa dos dados e sua posterior análise estatística (Carmo & Ferreira, 1998; Bell, 2004). As técnicas de recolha, que com maior frequência lhe estão associadas favorecem a apresentação e análise de dados, possibilitando a sua quantificação e o seu tratamento através de métodos estatísticos. O questionário ou a entrevista estruturada aplicada a uma determinada amostra, são exemplos dessas técnicas.

A investigação quantitativa baseia-se em técnicas de recolha, apresentação e análise de dados que permitem a sua quantificação e o seu tratamento através de métodos estatísticos.

Apesar de esta técnica apresentar vantagens na correção e rigor do dispositivo metodológico, que permite satisfazer o critério da subjetividade, a possibilidade de utilização de meios informáticos, que permitam manipular muito rapidamente um grande número de dados e variáveis; a clareza dos resultados e dos relatórios de investigação, nomeadamente quando o investigador aproveita o recurso pela apresentação gráfica das informações, consideramos que existem outros fatores que não respondem na totalidade às características da investigação referente ao nosso estudo de caso.

Neste sentido tivemos em conta que nem todos os fatos que interessam ao investigador são quantitativamente mensuráveis, o instrumento estatístico tem um poder elucidativo limitado às hipóteses metodológicas em que se baseia, mas não dispõe, em si mesmo, de um poder explicativo; pode descrever relações ocultas, mas o significado dessas relações não deriva do instrumento utilizado, é o investigador que atribui um sentido a estas relações, através do modelo teórico que construiu previamente e em função do qual escolheu um método de análise estatística (Quivy e Campenhoudt, 2003, pp. 224-225).

Na pesquisa quantitativa, trabalhamos com um universo de duzentos e noventa e oito (298) professores buscando um conhecimento sobre o nível de perceção dos mesmos quanto às questões ambientais e as diferentes práticas de ensino feitas pelos professores.

### **1.7.2. O método qualitativo**

A metodologia qualitativa incide mais nos processos (descrição e análise das ações, interações e discursos dos sujeitos) do que nos produtos. Tem mais a ver com o processo do que com os resultados.

De uma forma geral, pode-se afirmar que o paradigma qualitativo pretende substituir as noções de explicação, previsão e controlo do paradigma quantitativo pelas de compreensão, significado e ação em que se procura penetrar no mundo pessoal dos sujeitos (Coutinho, 2008). A metodologia qualitativa é o percurso ideal

para penetrar e compreender o significado e a intencionalidade das falas, vivências, valores, percepções, desejos, necessidades e atitudes dos nossos participantes.

A escolha das técnicas tem a ver com o estudo que se vai fazer, bem como os objetivos do mesmo; uma boa investigação deve reunir características de ambos os métodos.

Esta investigação está assente sob técnicas de recolha de dados descritivas e a sua análise cuidadosa. Algumas técnicas privilegiadas nesta investigação são: observação dos sujeitos, entrevistas, grupos focais notas de campo, consulta de registos biográficos, análise de documentos históricos e jornalísticas. Neste tipo de investigação privilegia-se o contexto material como fonte direta dos dados sendo o investigador o principal elemento de recolha enquanto observador do que quer investigar. Trata-se de uma investigação essencialmente descritiva; os dados recolhidos apresentam-se normalmente num texto (texto das entrevistas, fotografias, gravações, documentos pessoais, artigos) e não com o aspeto numérico.

Segundo Minayo (1992 p. 10), a metodologia qualitativa é aquela que incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. O estudo qualitativo pretende apreender a totalidade coletada visando, em última instância, atingir o conhecimento de um fenómeno histórico que é significativo em sua singularidade.

Fernandes (1991) sublinha que, no paradigma qualitativo, não se considera a existência de uma só interpretação objetiva da realidade, mas pelo contrário, admite-se que há tantas interpretações da realidade quantos os investigadores que a procuram interpretar. Segundo o mesmo autor, a investigação qualitativa é essencialmente descritiva tendo em vista a compreensão mais profunda dos problemas.

Na opinião do Ludke e André (1986) a investigação qualitativa pode adotar vários formatos, evidenciando-se, especialmente, a investigação etnográfica e o estudo de caso. No paradigma qualitativo podemos identificar várias técnicas de recolha de dados tais como: a observação, a entrevista, os grupos de discussão, as histórias de vida e a análise documental entre outras.

Minayo (2010, p.17) afirma que “pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade

que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

De acordo com Trivínos (1987), a abordagem qualitativa está centralizada na compreensão, descrição e interpretação dos significados que as pessoas projetam no objeto em estudo. Diante disso, é possível identificar os significados que os sujeitos da pesquisa atribuem a determinadas condições que vivenciam e/ou conhecem em detalhes. A pesquisa qualitativa ressalta a importância do ambiente na configuração da personalidade, problema e situação de existência do sujeito, levando em conta, ainda, os elementos culturais e a realidade social.

Essa preocupação torna-se relevante por se acreditar que o processo pelo qual uma pessoa concebe determinada realidade, atribuindo-lhe significados, configura também suas ações.

Na abordagem qualitativa os pesquisadores devem desenvolver uma certa afinidade com os intervenientes do estudo e esta abordagem tem o objetivo de compreender os intervenientes e determinar como e com que critérios julgar um determinado acontecimento.

Para Pérez (1994), a investigação qualitativa consiste num processo ativo, sistemático e rigoroso de interrogação dirigida. Este tipo de investigação apresenta uma característica distintiva, entre outras, o fato de as decisões relativamente ao que é objeto de estudo serem tomadas no próprio campo de estudo. O seu enfoque incide na realização de descrições pormenorizadas de eventos, pessoas e situações, de interações e de comportamentos que puderam ser observados e a cujos participantes foi possível dar voz, recolher dados sobre a sua experiência, as suas crenças, os seus pensamentos e reflexões exatamente como esses os expressam.

Segundo Triniños (1987), uma pesquisa de natureza qualitativa, apesar de não se apoiar em informações estatísticas, não apresenta caráter especulativo, mas sim um tipo de objetividade e de validade conceitual que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do pensamento científico. De caráter subjetivo, para muitos pesquisadores qualitativos as convicções subjetivas das pessoas tem primazia explicativa sobre o conhecimento teórico do investigador, uma vez que este se preocupa mais com o processo do que com o produto e com a qualidade das



informações e, possibilitando ricas narrativas descritivas. Como bem explicita Patton, (citado por Alves Mazzotti, 1998, p.131), “A principal característica das pesquisas qualitativas é o fato de que estas seguem a tradição compreensiva ou interpretativa. Isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado”.

A abordagem qualitativa é flexível, evolutiva e emergente, pois vai sendo elaborada à medida que a investigação avança. Neste tipo de análise, a mesma deve-se orientar por técnicas metodológicas marcantes e delineadas por vários investigadores.

Oliveira (2005) explica que a metodologia qualitativa é particularmente adaptada ao objeto das ciências humanas e sociais, qual seja, o estudo das condutas humanas em um espaço social e cultural. O método qualitativo é o único a permitir um tratamento holístico, natural e dinâmico dos fenómenos estudados, no entanto, é preciso considerar que esse tratamento deve se apoiar, quando não sobre um corpo de hipóteses rigidamente definidas a priori, pelo menos num quadro teórico, ou dentro de uma definição de problemática que orienta a atenção sobre as coisas a olhar, os dados a serem produzidos em um contexto definido.

Minayo e Sanches (1993) afirmam que a pesquisa qualitativa poderá estar sujeita a questões que requerem aperfeiçoamento quantitativo e vice-versa.

Para Cook e Reichardt (1986), a combinação de métodos, requerem vantagens por colaborar para uma melhor compreensão dos fenómenos, tal como a triangulação de técnicas facilita a obtenção de resultados seguros e não enviesados.

Concordamos com Flick (2005), que aprova a complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos. Segundo este autor, os diferentes métodos mantêm a sua autonomia, funcionando paralelamente e tendo como ponto comum o tema estudado.

Apesar de alguns investigadores considerarem que os dois métodos são incompatíveis, por estarem agregados a percepções opostas do mundo (Fernandes, 1991; Morais e Neves, 2007), partilhamos as ideias de Carrasco e Hernandez (2000). Estes autores referem que o recurso exclusivamente a metodologias

quantitativas é muitas vezes insuficiente para explicar a complexa realidade educativa, levando a contemplar esta de uma forma mecânica e reducionista, ignorando aspetos como a liberdade, a individualidade e a responsabilidade.

Estrela (1994:259) refere a possibilidade de, numa investigação pedagógica, coexistirem a valorização das linhas de investigação quantitativa (a desenvolver numa primeira fase de levantamento de dados de ordem estrutural), o aproveitamento de métodos e de análise qualitativa (a utilizar, preferencialmente, no registo e controlo de dados de ordem dinâmica) e o recurso a interpretações fenomenológicas (na fase final de construção do conhecimento do real).

A pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa são vistas como diferentes formas de examinar o mesmo problema de pesquisa, para que haja uma mútua corroboração (Bryman, 2004). Segundo Bryman (2004), a pesquisa qualitativa age como precursora da formulação do problema e do desenvolvimento de instrumentos de pesquisa quantitativa.

O autor explica que a pesquisa qualitativa pode agir como fonte de hipóteses a serem testadas pela pesquisa quantitativa ou pode facilitar a construção de escalas e índices. Foram categorizados desta forma trabalhos em que os autores afirmavam estarem realizando uma pesquisa quantitativa, mas também utilizavam uma pesquisa qualitativa apenas como uma forma secundária de auxílio. Existem estudos que utilizam a pesquisa quantitativa como base para a recolha de dados qualitativos. A pesquisa quantitativa pode ajudar a pesquisa qualitativa, por exemplo, fornecendo informações que facilitem a seleção dos casos que merecem ser aprofundados. Foram categorizados desta forma trabalhos em que os autores afirmavam estarem realizando uma pesquisa qualitativa, mas também utilizavam uma pesquisa quantitativa apenas como uma forma secundária de auxílio

Neste caso, conforme Bryman (2004), a pesquisa qualitativa e quantitativa se combinam para fornecer uma visão mais ampla do fenómeno em estudo

A pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa podem ser relevantes em estágios distintos do processo de pesquisa. Portanto, segundo Bryman (2004), elas podem ser utilizadas em estágios diferentes, como por exemplo, o uso da pesquisa qualitativa em um primeiro momento para estabelecer uma visão geral, e depois o uso de pesquisa quantitativa para aspetos mais específicos.

Reichart e Cook (1986) são da opinião que um investigador não é obrigado a optar pela utilização em exclusivo de métodos quantitativos e qualitativos, podendo e caso a investigação o exige, optar por combinar estes dois métodos. Vários são os investigadores que utilizam estes dois métodos em conjunto, dos quais destacamos Miles e Huberman (1984) e Patton (2002). O último autor refere que para que um plano de investigação seja mais sólido é necessário a combinação dos dois métodos.

Fundamentamo-nos igualmente em Bogdan e Biklen (1994) para os quais as abordagens qualitativas e quantitativas podem ser complementares, embora seja necessário prever uma triangulação metodológica. Também Carmo e Ferreira (1998) referem que se deve recorrer a uma combinação de metodologias no estudo dos mesmos fenómenos ou programas, de modo a obter como resultado final um retrato mais fidedigno da realidade ou uma compreensão mais completa dos fenómenos a analisar.

Apesar desta dicotomia de paradigmas é possível uma plataforma de entendimento ao nível mais pragmático, que é o das metodologias e métodos de recolha e análise de dados (Coutinho, 2004). Esta perspetiva é fundamentada em Cook e Reichardt (1979, p.27) segundo os quais: “Não há necessidade de escolher um método de pesquisa baseado apenas no patamar paradigmático. Nem muito menos ter de escolher entre dois paradigmas diametralmente opostos. Por isso, não há necessidade de uma escolha dicotómica ao nível metodológico e há toda a razão de os usar em conjunto para satisfazer os requisitos de uma avaliação que desejamos seja o mais eficiente possível”.

A nossa investigação sustenta-se no paradigma metodológico fundamentalmente qualitativo levada a cabo num contexto nacional e partindo de um estudo de caso. A mesma é complementada com dados quantitativos resultantes de aplicação de técnicas quantitativas especificamente, o questionário. Assim, na pesquisa qualitativa, preocupámo-nos em entender as diferenças de abordagens práticas da Educação Ambiental nos diferentes campos de estudo, analisando as diversas atuações.

A opção pela predominância de uma abordagem qualitativa se fez necessária, pois a Educação e Ambiental na perspetiva do Plano Nacional de

Educação Ambiental, baseia-se em atividades que envolvem desejos, crenças, motivos; estes levam à aquisição de valores que resultam de atitudes ecologicamente corretas, pautadas na sustentabilidade e no respeito ao meio ambiente.

Este estudo foi desenvolvido visando um processo aberto e flexível que foi progressivamente construído à medida que nos aproximamos do objeto de estudo. O processo de investigação configura, assim, um desenho emergente (Patton, 2002), mesmo durante a recolha dos dados ou, de acordo com Evertson e Green (1986), um desenho aberto ao contexto do objeto, situando-se num contexto de descoberta e não da prova.

O desenho emergente em investigação qualitativa é sujeito à flexibilidade do investigador e do desenho, pelo que é importante reservar a possibilidade de alterar ou reformular o desenho inicial à medida que nos aproximamos mais da realidade em estudo. É neste contexto que se enquadram as fontes de dados relevantes no nosso estudo e que não haviam sido previamente consideradas. Ou seja, se as narrativas biográficas, orais e escritas, tinham sido consideradas importantes desde o início, assim como a consulta de documentos, a elas foram acrescentadas informadores-chave e a observação direta, conforme mais adiante se explicitará.

Atendendo ao objeto de estudo optamos em termos metodológicos pela realização de um estudo de caso, o que nos permitiu, abordar o objeto de estudo de forma naturalista e qualitativa e, deste modo, recolher os dados, descrevê-los e conhecer os processos de mudança (Bogdan & Biklen, 2006).

Ao desenho emergente corresponde, igualmente, uma abordagem indutiva cuja orientação pressupõe, de acordo com Maroy (1997, p. 117), “uma lógica exploratória como meio de descoberta e de construção de um esquema teórico de inteligibilidade”, abordagem que Glasser e Strauss (1967) denominam de ‘grounded theory’, como processo de desenvolver novas teorias ou teorias fundamentadas. Esta abordagem liga-se num processo de investigação em que a teoria não lhe preexiste, antes é produzida por ela (Demazière & Dubar, 1997, p 49), ou seja, “a investigação é uma teorização (generating theory), quer dizer, uma elaboração progressiva e contínua de conceitos, propriedades e relações até à escrita dos resultados julgados convincentes”.

Concordamos, assim, quando Bogdan e Biklen (1994, p. 49) afirmam que: “a abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é vulgar, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo.” Referem, ainda, que nada deve ser considerado como um dado adquirido, assim como nada deve escapar à avaliação.

Assim, tendo em conta o objeto de estudo e os tópicos de investigação parece-nos que a opção por uma metodologia qualitativa com recurso às técnicas quantitativas se adapta melhor ao estudo em questão, uma vez que nos permite compreender melhor os processos desenvolvidos no âmbito do estudo.

Na abordagem qualitativa adotada, procuramos, através de aplicação de grupos focais, as opiniões e expectativas dos envolventes do estudo (Professores, Gestores, Coordenadores Pedagógicos, Representantes da Rede de Educação Ambiental, e uma amostra representativa da sociedade civil), sobre as novas estratégias de abordagens de Educação Ambiental a serem integradas de acordo com as necessidades sentidas por estes envolventes do estudo e observando os seus comportamentos e o grau de envolvimento nas atividades do projeto, dando o enfoque à análise individual de cada um dos intervenientes.

Procurámos assim valorizar a componente subjetiva dos comportamentos individuais e, deste modo, atingir a compreensão dos significados que os sujeitos dão aos acontecimentos do seu quotidiano, na tentativa de compreender os fenómenos inseridos numa realidade socialmente construída que não pode ser desvendada sem se ignorar o contexto social.

Contrariamente à pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente não emprega instrumental estatístico para análise dos dados e seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspetiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

Conforme referimos, a metodologia qualitativa foi complementada com a técnica quantitativa através de aplicação de um questionário que foi aplicado a uma amostra representativa de professores do Ensino Básico a nível nacional.

Nesta ótica foram considerados dados numéricos utilizados para clarificar algumas afirmações ou ilustrar, de uma maneira concreta, certos aspetos

mensuráveis, relacionados com o território de referência. Como exemplo de utilização dos dados numéricos é o caso das tabelas da análise do Questionário encontrados nas tabelas 16 e 17.

Deste modo o nosso estudo foi desenvolvido em cinco etapas designadamente:

**Primeira etapa:** Nesta etapa de investigação, procurou-se fazer a pesquisa de levantamento bibliográfico e consultas de materiais publicados em livros, em redes eletrónicas, periódicos, congressos, seminários bem como, a nível dos instrumentos jurídicos e políticos, de projetos e de programas ambientais. Este tipo de pesquisa ofereceu-nos uma base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade de pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados. O mesmo permite o estudo de pessoas a que não temos acesso físico e é próprio para estudos de longos períodos de tempo. No quadro 38 pode-se constatar principais documentos analisados

**Segunda etapa:** Esta fase resultou na identificação das áreas e instituições ambientais consideradas prioritárias para Cabo Verde. Buscou-se efetuar contatos com os Órgãos de Gestão Ambiental com o objetivo de desenvolver troca de informações e experiências entre responsáveis para o ambiente e a investigadora, de modo a compreender a situação ambiental de âmbito nacional e apropriar-se da trajetória da Educação Ambiental a nível nacional. Apresentamos os nossos propósitos e obtivemos a autorização para a organização e realização dos grupos focais e estabelecemos um calendário para a mesma. Nesta etapa, procedeu-se a pesquisas em dados secundários junto das instituições voltadas para a promoção da Educação Ambiental em estudo, no contexto formal, informal e não formal nomeadamente: ex-Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, Direção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, Ministério de Educação e Organizações não-governamentais Ambientais.

**Terceira etapa:** Nesta etapa, dedicámo-nos à pesquisa qualitativa exploratória e de profundidade, organizando grupos focais, com os respetivos guiões, (cf.anexos 3.1.1 e 3.1.2) e aplicando entrevistas aos principais intervenientes das instituições ambientais mencionadas anteriormente.

**Quarta etapa:** Nesta etapa foi realizada a validação de um questionário (cf. anexos 3.2.4, 3.2.5, 3.2.6, 3.2.7 e 3.2.8) por um grupo de peritos com base nos resultados dos grupos discussão, seguida da sua aplicação a um grupo representativo de professores do Ensino Básico de Cabo Verde a nível nacional.

**Quinta etapa:** Esta última etapa teve como finalidade a elaboração de um programa de formação considerando as fragilidades registadas ao longo da investigação. Conforme foi registado, o referido programa deverá ser acolhido pelo Ministério de Educação e Desporto de Cabo Verde e articulado com as expectativas dos outros setores em estudo, nomeadamente DGA e o INGRH.

### **1.7.3. Estudo de caso**

O método de estudo de casos vem sendo cada vez mais utilizado no âmbito das ciências humanas e sociais como procedimento de análise da realidade (Serrano, 2004; Yin, 2005). Constata-se, também, que o estudo de caso oferece inúmeras possibilidades de estudo, compreensão e melhoria da realidade social e profissional, por isso no campo da investigação em educação o uso deste método é crescente (Serrano, 2004).

O estudo de caso envolve uma abordagem metodológica de investigação particularmente ajustada quando buscamos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. Yin (1994) afirma que esta abordagem se adapta à investigação em educação, quando o investigador é confrontado com situações complexas, de tal forma que dificulta a identificação das variáveis consideradas importantes, quando o investigador procura respostas para o “como?” e o “porquê?”, quando o investigador procura encontrar interações entre fatores relevantes próprios dessa entidade, quando o objetivo é descrever ou analisar o fenómeno, a que se acede diretamente, de uma forma profunda e global, e quando o investigador pretende apreender a dinâmica do fenómeno, do programa ou do processo.

Este método de investigação consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico (Bogdan e Biklen, 1994). Segundo Bell (2004) este método é indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar,

de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto de um problema em pouco tempo.

Ludke e André (1986) sublinham que este tipo de investigação visa a descoberta, na medida em que podem surgir, em qualquer altura, novos elementos e aspetos importantes para a investigação, além dos pressupostos do enquadramento teórico inicial.

Nesta perspetiva, Bell (1989) descreve o estudo de caso como um termo guarda-chuva para uma procedência de métodos de pesquisa cuja inquietação básica é a interação entre fatores e eventos. Os estudos de caso são efetuados com unidades particulares ou pequenas unidades sociais, não sendo, por isso, possível efectuar generalizações estatísticas (Yin, 2005). Como alternativa, Yin (2005) esclarece que a generalização analítica é mais adequada, dado que o objetivo é ampliar e generalizar o modelo teórico encontrado, a partir do estudo de caso.

Por seu turno, quanto à questão da generalização no estudo de caso, Stake (2005) refere, ainda, que a finalidade deste método é interpretar e compreender, um dado caso real, e não generalizar, que é uma base extremamente débil neste método. Serrano (2004) menciona, ainda, que generalizar resultados não é uma questão indispensável no estudo de caso. No entanto, sendo possível destacar algumas generalizações, estas podem servir para, de algum modo, ser aplicadas noutras realidades.

Assim, a questão da generalização para Stake (2005) não tem qualquer sentido dado que se trata de investigações sobre casos reais que são únicos em certos aspetos e, por isso, irrepetíveis (Stake, 2005).

Coutinho (2003), refere que quase tudo pode ser um “caso”: um indivíduo, um personagem, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade ou mesmo uma nação. Da mesma forma, Ponte (2006) considera que: “É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspetos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse.” (Ponte, 2006, p. 2)



Stake (2005) sugere que o estudo de caso pode ganhar em credibilidade se o investigador recorrer a processos de triangulação metodológica, como por exemplo, utilizando mais do que uma vez o mesmo método e comparar os dados obtidos; ou se utilizar mais do que um método (entrevista, questionário etc.) para captar informações; ou se mais do que um investigador confrontar os dados obtidos no mesmo caso.

Para Yin (1994) o Estudo de Caso pode ser conduzido para um dos três propósitos básicos: explorar, descrever e explicar. Bogdan e Bilken (1994) sublinham a importância do enfoque na análise dos processos em vez dos resultados. Numa tentativa de síntese Gomez, Flores & Jimenez (1996) concluem que, bem vistas as coisas, os objetivos que orientam um Estudo de Caso podem ser em tudo coincidentes com os da investigação educativa em geral: “explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar”.

Na preparação do estudo deve-se ter em conta os seguintes aspetos: o conhecimento e as capacidades do investigador, o seu treino, a preparação para a realização do estudo de caso, o desenvolvimento de um protocolo e a condução de um estudo piloto (Yin, 1994). Para a condução do Estudo de Caso, é de se sublinhar a importância das fontes de recolha dos dados (fontes de evidência): análise documental, as entrevistas, a observação e os artefatos físicos.

Segundo Godoy (1995), “o estudo do caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular” (p. 25).

O estudo de caso presente nesta tese assume uma perspetiva descritiva, centrando os seus objetivos no entendimento da forma como os técnicos interpretam e dão sentido às suas experiências de atividades ambientais ou seja, os processos são mais valorizados que os próprios resultados. Dentro desta lógica, podemos identificar os seguintes objetivos: (i) conhecer a situação atual das políticas ambientais em Cabo Verde em 3 setores (recursos hídricos, resíduos sólidos e biodiversidade) nos períodos de legislatura 2001 a 2011; (ii) compreender se os instrumentos de análise promovem a obtenção de conhecimentos, atitudes e comportamentos pro-ambientais, visando uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido nesta área; (iii) recolher as opiniões e perspetivas de uma amostra

intencional da sociedade civil sobre as formas de abordagem da Educação Ambiental no ensino formal em Cabo Verde; (iv) sintetizar as potencialidades e fragilidades encontradas nos programas de Educação Ambiental em estudo; (v) conceber uma proposta de um programa de formação para os professores do Ensino Básico de Cabo Verde.

## **1.8. Instrumentos de acesso aos dados**

### **1.8.1. Os grupos focais**

A escolha ou a identificação de um grupo focal é uma das técnicas utilizadas nas pesquisas qualitativas e surgiu no processo de aperfeiçoamento de entrevistas realizadas com grupos. De acordo com Vanlandingham e Trujillo, (2002), foi a partir dos anos 80 que os grupos focais começaram a ser bastante utilizados como uma ferramenta elementar para a recolha de dados em investigações.

Segundo Bender, Ewbank (1994) e Morgan (1988) um grupo focal integra-se numa técnica de investigação baseada na interação entre os participantes, a qual se dá durante a discussão de um tema de interesse do investigador. O objetivo desta técnica consiste na produção de dados e fatos descritivos que poderiam ser menos acessíveis sem a interação encontrada no grupo.

Um grupo de discurso ou grupo focal, de acordo com Krueger (1996) pode ser definido como uma conversa cuidadosamente planeada e desenhada para obter informação de uma área definida de interesse. Um grupo de discurso com um procedimento adequado permite recolher informação relevante, pertinente e muito rica para alcançar o propósito de uma investigação qualitativa. O sucesso do grupo focal está relacionado diretamente à definição clara do objetivo da pesquisa e à boa escolha de pessoas com habilidades comunicativas e que compartilhem suas ideias e sentimentos.

Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que fomenta a recolha de informações por meio das interações grupais. Na opinião de Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de recolha de dados baseados na interação dos participantes. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca recolher informações que possam

proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

Morgan (1997) adoptou uma perspetiva distinta para classificar os grupos focais. De acordo com o autor, existem também três modalidades, mas a sua tipologia repousa no uso isolado ou concomitante de outras técnicas e métodos de pesquisa. Desse modo, o autor destaca: i) grupos auto-referentes, usados como principal fonte de dados; ii) grupos focais, como técnica complementar, em que o grupo serve de estudo preliminar na avaliação de programas de intervenção e construção de questionários e escalas; iii) grupo foca como uma proposta multi-métodos qualitativos, que integra seus resultados com os da observação participante e da entrevista em profundidade.

De acordo com Patton (2002), a formação do grupo focal pressupõe a definição de critérios previamente determinados pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da investigação, cabendo a este a criação de um ambiente favorável à discussão, que propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista.

Krueger (1996) descreve o grupo focal como pessoas agrupadas que possuem determinadas características comuns capazes de produzir informações sobre uma discussão centralizada.

Um grupo focal é uma técnica que consiste na associação de pessoas preparadas para a discussão de um determinado tema de modo a obter informações de carácter qualitativa em profundidade. Gomes e Barbosa (1999) descrevem o grupo focal (GF) um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de carácter qualitativo em profundidade.

A técnica de grupos focais pode ser designada por técnica de discurso porque desenvolve seu trabalho na busca mediante a interação discursiva e a comparação ou contraste, das opiniões dos membros do grupo. Sua fundamentação epistemológica radica na essência do princípio de complementaridade pois segundo este princípio não se esgota uma realidade com um só enfoque ou uma só perspetiva. Com isto quer-se dizer que a descrição mais rica da realidade é aquela que permite integrar num todo coerente e lógico as opiniões de diferentes pessoas, dimensões, abordagens, enfoque entre outras palavras de diversos pontos de vistas.

Deste ponto de vista, os grupos focais incluem elementos da observação participante e da entrevista qualitativa. É uma técnica estimulante e provocativa pois os seres humanos são por instinto, sociais, salvo algumas exceções e os sentimentos apoiados pelo grupo facilitam a nossa expressividade espontânea.

A técnica de grupos focais está centralizada no discurso dos participantes, possibilitando que eles exponham as suas concepções sobre determinado tema.

O discurso desta técnica requer que todos os pontos de vista expressos sejam discutidos pelos participantes. O pesquisador deve desenvolver o debate entre os participantes, sem a ter a preocupação de chegar aos consensos. Algumas opiniões causam mais impacto aos participantes do que outras mas o importante é que todos tenham as mesmas possibilidades de apresentar os seus pontos de vista e que eles sejam discutidas e aperfeiçoadas.

Uma das especificidades do grupo focal consiste no fornecimento de informação detalhada, fato que é difícil obter através duma entrevista individual ou duma pesquisa bibliográfica. Nessa técnica um grupo de pessoas com diferentes perspectivas escuta os outros e incentiva-os a participar duma discussão. Deste modo os intervenientes geram discussões a partir dos comentários ou ideias de cada um.

A técnica do grupo focal requer uma aproximação qualitativa eficiente mas não significa uma substituição de outras técnicas. Para o estudo e análise da realidade socioeducativa, é muito importante a complementaridade na utilização de diversas técnicas qualitativas. A técnica de grupo focal tem como propósito aprofundar expectativas, conhecimentos, opiniões e ideologias expressadas pelas pessoas que estão envolvidas diretamente ligadas à realidade educativa que queremos investigar.

Antoni (1999) afirma que o grupo focal tem sido utilizado em pesquisas qualitativas com o objetivo de recolher dados através da interação grupal. Segundo e utilizado nas pesquisas em que a visão dos participantes em relação a uma experiência ou a um evento.

O grupo focal diferencia-se de outras técnicas qualitativas por ser um dispositivo que permite a reconstrução no caso sócio-educativo no seio de uma situação grupal. Nesta técnica o discurso é o fim com o qual o investigador trabalha.

No grupo focal cada participante expressa individualmente e, ao mesmo tempo, se articulam as diferentes prespetivas. Krueger (1996) menciona que uma das grandes vantagens desta técnica é que com ela se pode obter informação em profundidade. Um aspeto muito relevante é que as pessoas com seus comentários se influenciam entre si e a interação se transforma num leque grande de informações.

As desvantagens estão relacionadas com os constrangimentos relacionados com o procedimento verbal, consistindo apenas de interação em discussões de grupos, criadas e administradas pelo investigador e não abrange comportamentos em seu contexto natural. O fato de o pesquisador criar e dirigir o grupo focal pode torná-lo menos natural do que a técnica observação participante. Pode ser que o facilitador na tentativa de manter o foco influencie, para as interações do grupo. A presença de outras pessoas pode, para alguns participantes, afetar o que eles dizem ou como dizem. Por esta razão é imprescindível ter habilidade na condução de grupos, conhecimento do tema para tratar e respeito pelas pessoas que integram no grupo, sensibilidade, saber escutar, preparar com a devida antecipação. Um outro aspeto importante é a dimensão dos participantes. Esta questão poderá determinar a qualidade de discurso. O grupo deve ser suficientemente pequeno para permitir que todas as pessoas sintam o gosto e ter oportunidade de expor seus pontos de vista e por outro lado suficientemente grande que possibilite a existência de diversidade de pontos de vistas que se discute.

Para o aperfeiçoamento dos temas abordados nesta técnica, o investigador, pode manter os mesmos participantes e realizar vários grupos focais propondo novos temas e/ou aprofundando-os a cada reunião mas também podemos considerar os mesmos temas e substituir os participantes. A escolha de um desses procedimentos é condicionada pelos objetivos da pesquisa.

### **Seleção dos participantes nos grupos focais**

A definição dos participantes que farão parte do grupo focal é considerada tarefa indispensável na medida em que este procedimento determina a qualidade de intervenção visando os objetivos da pesquisa.

Devemos referir que os nossos grupos focais selecionados estão diretamente envolvidos com as instituições que foram definidos para a investigação. Um dos critérios de escolha está relacionado com a proximidade geográfica dos

locais de residência em relação ao da investigadora de forma a facilitar o acesso necessário aos contatos presenciais dos mesmos e a facilidade da sua deslocação ao local da realização das sessões.

Para a escolha dos nossos participantes nos grupos focais, apoiámo-nos nas opiniões de Guerra (2006) considerando que a escolha de quem integrar nos grupos focais deve recair sobre quem pensamos ser capaz de comunicar sobre o tema a partir da experiência vivida. Álvarez (2005) corrobora com esta abordagem quando afirma que é fundamental identificar e selecionar as pessoas que nos irão proporcionar, quando questionado, a informação que é pretendida. Esta escolha deverá ser feita, diz-nos o autor, atendendo ao seu perfil pessoal, ao seu papel dentro do contexto e ao tipo de informação que o investigador espera obter do informante.

No caso do presente estudo, a seleção dos participantes não adota a forma de amostra. Auxiliamo-nos em Guerra (2006) que não aconselha que se designem por amostra aos universos da análise qualitativa, embora reconheça que essa é uma opção seguida por muitos autores.

A discussão em torno desta questão, para esta autora, não tem grande sentido na análise qualitativa tendo em conta que a amostra é de tipo não probabilístico uma vez que se constitui, não por acaso, mas tendo como objetivo, características específicas que o investigador pretende pesquisar. Segundo a mesma autora, o que é essencial na investigação é conseguir informadores que possam comunicar as suas percepções da realidade em estudo através da experiência que puderam vivenciar.

O que se procura não é a representatividade estatística nem sequer a regularidade. O que se pretende atingir e se considera como um contributo válido para investigação, é a representatividade social associada a uma diversidade de fenómenos (Guerra, 2006).

Citando Pires (1997), a autora anteriormente referida, põe em evidência as vantagens de um critério de homogeneização no que se refere à seleção dos indivíduos a questionar. Segundo esse critério, o controlo da diversidade não é efetuado face a elementos externos ao grupo considerado mas internamente a esse grupo, aplicando-se o princípio da diversidade interna. Desse modo, torna-se

necessário selecionar os entrevistados procurando que os mesmos apresentem uma diversidade de características que possam fazer variar a sua apreciação relativamente às questões colocadas em contexto de entrevista.

Para este estudo, a posição acabada de registar foi tomada como válida e, deste modo, procurou-se conseguir a diversidade dentro do grupo homogéneo. Nesse sentido, analisou-se o perfil dos profissionais pertencentes às instituições identificadas, procurando diversificar as suas características. Em seguida, foram efetuados os contatos de modo a obter a sua aceitação. Aqueles que efetivamente acabaram por não poder participar foram substituídos por outros, procurando-se sempre manter as características da seleção inicial.

Tomando em consideração o contributo de Westphal, Bogus e Faria (1996), os participantes devem ter pelo menos um traço em comum para o estudo pressuposto.

A decisão de participar de um grupo focal deve ser individual e livre daí a importância de uma cuidada seleção de pessoas a serem convidadas bem como a necessidade de clareza junto dos selecionados quanto à explicitação do projeto e dos cuidados éticos a ter em conta. A primeira aproximação com os sujeitos desejados para a pesquisa é de suma importância para o sucesso da investigação. Ressel, Gualda e Gonzales (2002) denominaram a este passo de “enamramento”, registando o cuidado a ter com o primeiro passo considerado fundamental para o sucesso da investigação.

Em relação à dimensão dos grupos, não há um consenso entre a literatura consultada, entretanto a média dos intervenientes está situada em torno de cinco a doze. Outra questão importante a considerar nesta técnica está relacionada com a sensibilidade, a complexidade do tópico pesquisado, as habilidades, expectativas e necessidades dos integrantes.

Myers (1998) afirma que o número adequado de participantes depende das características e da complexidade do tema a tratar, não devendo no entanto ultrapassar 12 pessoas. Importa ressaltar que o tamanho do grupo focal também depende do grau de profundidade que o investigador quer atribuir à investigação e aos objetivos do mesmo.

Segundo Debus (1997), Dall’agnol e Trench (1999), Iervolino e Pelicione (2001) e Meier e Kudlowicz (2003) o tamanho do grupo está adaptado aos propósitos do investigador. Para Chiesa e Ciampone (1999), o ideal é que o total oscile entre um mínimo de seis e um máximo de doze pessoas.

Tendo em conta os fundamentos mencionados, foram definidos sete grupos focais para a investigação de que resultou o presente trabalho, nomeadamente:

- Representantes dos professores da Escola Básica de Capelinha;
- Representantes dos professores da Escola Básica SOS
- Representantes dos professores das Escolas do Ensino Secundário;
- Representantes do Ministério de Educação e Desporto;
- Representantes dos Pais e Encarregados de Educação;
- Representantes de ONGs Ambientais;
- Representantes da educação de infância.

Seguidamente justifica-se a definição dos nossos grupos focais organizados e descritos anteriormente:

O grupo representantes das escolas do Ensino Básico foram selecionados pelo fato de a escola ser considerada um lugar privilegiado para a promoção de programas ambientais e os professores constituírem os principais promotores deste programa. Pretendemos auscultar as opiniões e os sentimentos dos professores do Ensino Básico porque tencionamos elaborar um Programa de Formação para a Educação Ambiental dirigido a este público-alvo. Deste modo almejamos recolher subsídios para elaboração do referido programa partindo das ideias dos próprios professores e gestores das escolas selecionadas tendo em conta as necessidades sentidas no sistema educativo durante o seu quotidiano das suas funções e, desta forma, pensamos estar mais próximos das reais necessidades do país.

Incidu-se sobre escolas do Ensino Básico localizadas na ilha de Santiago que estão sob a experimentação do Processo da Revisão Curricular em que a componente ambiental foi contemplada de uma forma transversal às diferentes áreas curriculares. Este grupo focal foram subdivididos em dois subgrupos da seguinte forma: os representantes dos professores da Escola Capelinha e os representantes



dos professores de Escola SOS. Cada grupo foi integravam 6 elementos e esses são habilitados com o curso de Formação de Professores do Ensino Básico com um mínimo de dez (10) anos de experiência profissional. Seguidamente nos quadros 28 e 29 estão representados o perfil desses grupos focais referidos.

**Quadro 28 - Caracterização dos representantes dos professores de Escola de Capelinha**

Participante	Instituição	Género	Função	Formação Académica
Grupo focal 1	Escola Capelinha	Feminino	Professora 1º ano	Curso de Formação de Professores EB
		Feminino	Professora 2º ano	Curso de Formação de Professores EB
		Feminino	Professora 3º ano	Curso de Formação de Professores EB
		Feminino	Professora 4º ano	Curso de Formação de Professores EB

**Quadro 29 - Caracterização dos representantes dos professores de Escola SOS**

Participante	Instituição	Género	Função	Formação Académica
Grupo focal 2	Escola SOS	Maculino	Professor 6º ano	Curso de Formação de Professores EB
		Feminino	Professora 4º ano	Curso de Formação de Professores EB
		Feminino	Professora 3º ano	Curso de Formação de Professores EB
		Feminino	Professora 2º ano	Curso de Formação de Professores EB

O grupo focal representante do Ministério de Educação e Desporto focal continham integrantes dos Serviços Centrais, que incluíram os membros da Rede de Educação Ambiental, e o dos Representantes dos serviços descentralizados do Ministério de Educação e Desporto, constituído pelos técnicos da Delegação do Ministério.

Com base no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, publicado em Setembro de 2005, uma das competências da Rede de Educação Ambiental consiste em propor estratégias/mecanismos/instrumentos para que a Educação Ambiental seja uma constante na educação formal e não formal. Este sub-grupo é formado por dois elementos de gestão da Rede de Educação Ambiental, um que desempenha a função de Coordenadora e o outro que é técnico nesta área. A coordenadora é mestranda em Sistema de Informação Geográfica (SIG) e está desenvolvendo uma tese na área Ambiental e o outro é Licenciado em Ciências Naturais, o que consideramos serem os participantes dotados de algum conhecimento e prática profissional na área ambiental e que julgamos serem capazes de nos dar valiosa contribuição no encontro de discussão. O técnico tem desenvolvido plano de atividades ambientais nas escolas com resultados muito satisfatórios.

O outro sub-grupo é designado por Representantes dos Serviços Descentralizados do Ministério de Educação e Desporto e está localizado na Delegação do Ministério de Educação. É constituído por dois Coordenadores para a área das Ciências Integradas e um, para a área da Língua Portuguesa. Julgamos que esses representantes venham a sustentar a discussão do nosso estudo dada a experiência profissional ligada à área ambiental. Estes planificam e coordenam todas as atividades curriculares realizadas nas escolas. As características desse grupo estão representadas no quadro 30

**Quadro 30 - Caracterização dos representantes do MED**

Participante	Instituição	Género	Função	Formação Académica
Grupo focal 3	Delegação Escolar	Feminino	Coordenadora REA	Mestre em Ordenamento de Território
		Masculino	Coordenador Ciências naturais	Especialista em geografia
		Masculino	Coordenador Língua Portuguesa	Didáctica da Língua Portuguesa
		Masculino	Técnico da REA	Licenciatura Ciências Naturais

O grupo focal Escolas do Ensino Secundário foi elegido porque constatou-se que, na grelha curricular do nível secundário, estão contemplados conteúdos/temas ambientais com uma abordagem pedagógica prática para além do fato de ser um nível de ensino de continuidade ao ensino básico. Neste sentido, as opiniões destes professores poderão ser úteis na formação de competências básicas nesta área de estudo. Esta abordagem requer o aperfeiçoamento de competências junto dos professores para o desenvolvimento dos referidos conteúdos. Neste sentido, julgamos que os referidos estariam habilitados para opinarem sobre os conteúdos a serem abordados futuramente num possível programa de Formação destinados aos professores do Ensino Básico. Por outro lado, neste nível de ensino podemos encontrar especialistas na área Ambiental o que incrementará as nossas discussões. O perfil deste grupo está representado pelo quadro 31 é formado por seis professores todos habilitados com o nível de Licenciatura em Ciências Naturais ou Biologia.

**Quadro 31 - Caracterização dos representantes de professores Ensino Secundário**

Participante	Instituição	Género	Função	Formação Académica
Grupo focal 4	Escola Secundária Constantino Semedo	Feminino	Coordenadora Ciências Naturais	Ensino Biologia
		Feminino	Coordenadora Ciências Naturais	Ciências Naturais
		Feminino	Professor	Geologia
		Feminino	Responsável avaliação projetos	Engenharia Agrónoma

A incidência no grupo focal representantes da educação pré-escolar representado pelo quadro 32 resulta da experiência generalizada de que, na sociedade, são as crianças que mais estão empenhadas em proteger o ambiente e que, ao influenciarem os familiares a fazerem escolhas sustentáveis, mais promovem a mudança. Por outro lado há indícios que sugerem que as crianças, apesar do estatuto de minoria, podem agir como catalisadores de mudança social,

tanto na comunidade em que estão inseridas como no meio familiar (Sustherland; Glass, y Lener, citados por Uzzel *et al.*, 1998). Tendo em conta esta base, e, integrado ao artigo 16º da Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano (2010), admitimos que o processo de partilha dos nossos objetivos com os educadores do Pré- Escolar é fundamental porque os subsídios resultantes das reuniões poderão nos orientar na elaboração de um programa metodológico mais próximo das necessidades nacionais por serem esses os implementadores do Currículo deste subsistema do ensino. Assim, poderemos responder a uma abordagem interdisciplinar, princípio emanado no processo de Revisão Curricular de Cabo Verde. Deste modo, escolhemos 3 educadoras referentes a três (3) Jardins Infantis juntamente com a Coordenadora para esta área.

Vale ressaltar que integrou a este grupo a Coordenadora para a vertente do Pré-Escolar, a qual se encontra, actualmente, no Curso de Licenciatura na área dos Serviços Sociais e nos leva a crer que possui alguma afetividade para as problemáticas ambientais aliado a vários programas de Educação Ambiental que ela tem coordenado e desenvolvido junto das crianças.

**Quadro 32 - Caracterização dos representantes da educação pré-escolar.**

Participante	Instituição	Género	Função	Formação Académica
Grupo focal 5	Delegação Escolar	Feminino	Coordenadora	Educação infantil
		Feminino	Coordenadora	Educação infantil
		Feminino	Coordenadora	Educação infantil
		Feminino	Coordenadora	Educação infantil

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientais lutam em defesa do meio ambiente por meio de pesquisas voltadas para a área de Educação Ambiental, planos de intervenção entre outras formas de abordagem. Ocupam o espaço onde o governo deveria, mas não consegue actuar. Elas estão próximas das

comunidades e seus princípios, geram estratégias e projetos para melhorar a qualidade de vida, desenvolvem meios de educar, trabalhar e preservar o meio que vive o cidadão.

Outra forma de atuação é exigir a fiscalização dos órgãos competentes nas questões que envolvem o meio ambiente. Neste sentido e aliado às suas vocações anunciadas, achamos útil partilhar as nossas intenções com este grupo focal exposto no quadro 33. Pensamos ser importante proceder a trocas de pontos de vistas com este grupo focal na prossecução dos mesmos objetivos com intuito de preservação ambiental de Cabo Verde. Assim, foram identificados 4 representantes das ONGs Ambientais nomeadamente: um representante de Associação para a defesa do Consumidor (ADECO), Associação de defesa do Ambiente e desenvolvimento (ADAD), Representante de África 70 e uma Psicóloga que conhece bem o comportamento e as atitudes ambientais dos estudantes da sua área de trabalho.

**Quadro 33 - Caracterização dos representantes das ONGs.**

Participante	Instituição	Género	Função	Formação Académica
Grupo focal 6	Plataforma de OGNs	Masculino	Representante ADECO	Ciencias Sociais
		Feminino	Representante de ADAD Assistente Ambiental	Mestre em Ecologia Ambiental
		Feminino	Coordenadora Pedagógica	Psicóloga
		Feminino	Responsável do Programa de ligação domiciliária de Água e Esgoto na cidade da Praia	Mestre em Requalificação Urbana

O grupo representantes dos pais e encarregados de educação, quadro 34, tem um papel fundamental no desenvolvimento de capacidades dos alunos e nas um (de atitudes dos mesmos, pensamos que este grupo é primordial para o nosso estudo. Com o seu envolvimento, pudémos conferir a possibilidade de colaborarem na identificação de problemas ambientais e na descoberta de soluções mais adequadas. Além disso, esse grupo poderá ser importante para facilitar na

promoção de mudanças de atitudes e comportamentos juntos dos seus educandos. A participação deste grupo focal abre-nos a possibilidade de abranger o programa de formação que pretendemos elaborar, atividades do contexto escolar, bem como as do contexto familiar, de forma que os professores adquiriram uma certa harmonia na aquisição de conhecimentos nas duas vertentes e posteriormente, na sua aplicação. Determinou-se um total de seis pais e/ou encarregados de educação neste estudo de modo a que cada escola selecionada tivesse dois elementos.

**Quadro 34 - Caracterização dos representantes de Encarregados de Educação.**

Participante	Instituição	Género	Função	Formação Académica
Grupo focal 7	Assembleia Nacional	Feminino	Responsável de Comunicação	Ciências de comunicação
		Feminino	Técnica de Social	Ciências de Comunicação
		Feminino	Professora	Ensino de História
		Feminino	Professora	Ensino de Ciências Naturais

### **Preparação e realização das sessões dos grupos focais**

A preparação e a realização das sessões que contaram diretamente com a participação de grupos focais obedeceram às recomendações específicas para o efeito.

Referimo-nos ao cuidado que o moderador da sessão deve ter de modo a suscitar nos participantes a intervenção no debate, ao equilíbrio necessário para não prolongar excessivamente as sessões e, de um modo geral, seguindo tudo aquilo que os especialistas referem sobre este tipo de técnica. Nesta técnica de recolha de dados, seguiu-se um guião de discussão com questões elaboradas com base nos objetivos da investigação (cf anexos 3.1.1 e 3.1.2). Apesar da rigidez que o processo impõe, foi sempre permitido que os nossos convidados se expressassem livremente, o que contribuiu para enriquecer o debate. Nos anexos 3.1.31, e 3.1.31 consta um exemplo de ata da reunião correspondente ao grupo focal representantes dos professores da Escola Capelinha a qual foi precedida de um plano da reunião (cf anexo 3.6)

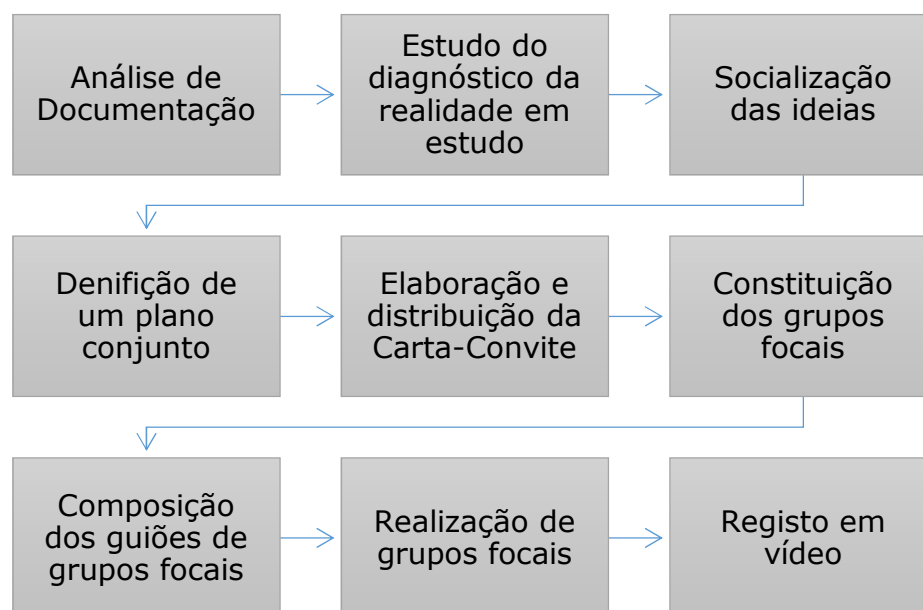
De igual modo, tal como para as entrevistas, foram garantidas as condições logísticas, explicados os objetivos das sessões, procurando promover-se a confiança dos participantes com garantia da necessária confidencialidade.

Na fase de preparação e realização dos grupos focais adotamos os seguintes procedimentos:

- Análise de estudos sobre a aplicação de técnicas de grupos focais em pesquisa social;
- Estudo do diagnóstico da realidade em estudo e situações propícias para a aplicação de grupos focais;
- Socialização das nossas ideias com alguns técnicos responsáveis dos programas ambientais da Direção Geral do Ambiente para auscultar as suas opiniões sobre as nossas intenções e recolher subsídios para a planificação de grupos focais;
- Definição de um plano conjunto entre os técnicos ambientais e a investigadora para a realização de grupos focais;

- Elaboração e distribuição da carta-convite para os participantes dos grupos focais (cf. anexo 3.1.3)
- Constituição dos grupos focais;
- Composição dos guiões de grupos focais (cf. Anexo 3.1.e 3.1.2 )
- Realização de grupos focais.
- Registos audiovisuais para garantir a fiabilidade das informações ( cf. anexo 4 e anexo 5)

Estes procedimentos estão traduzidos de uma forma resumida sob a forma da figura 11:



**Figura 11 - Esquema representativo dos procedimentos para a aplicação dos grupos focais**

Embora ao longo da análise dos grupos focais tenham emergidos novas categorias no decorrer da análise, foram definidos a priori sete (7) seguintes categorias: (i) pertinência da formação; (ii) prespetivas de formação; (iii) estratégias de articulação; (iv) áreas de atuação; avaliação dos programas; (v) condições necessárias; sugestões de melhoria. Estão representadas as categorias definidas inicialmente na figura 12.



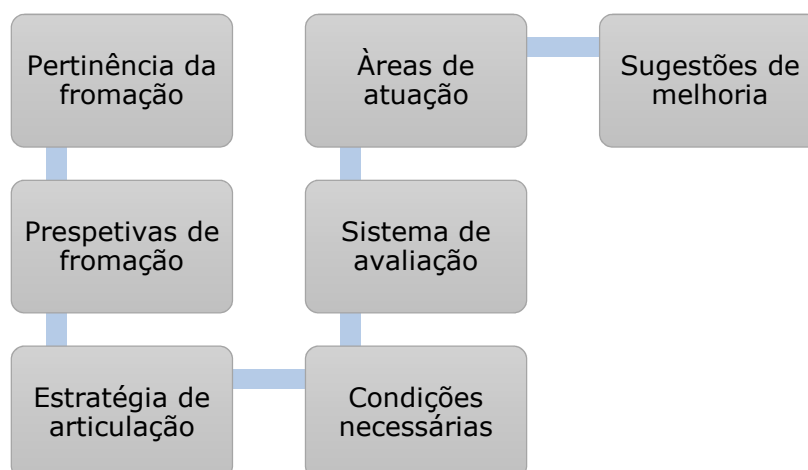


Figura 12 - Estrutura do guião dos grupos focais

### 1.8.2. A entrevista

A definição da entrevista como um dos instrumentos de recolha de dados é apreciada como tarefa importante na medida em que este procedimento apoia na determinação da qualidade de informação.

A entrevista é uma técnica de interação social e de interpretação informativa com o propósito de compreender a experiência de outras pessoas sobre um determinado tema e os significados que eles atribuem a essa experiência.

Para Ludke e André (1986) esta técnica permite correções, esclarecimentos e adaptações eficazes na obtenção das informações.

Embora a sua definição seja genericamente consensual, o tipo de entrevista pode variar enormemente quanto ao contexto, à forma como é conduzida, aos seus objetivos e ao modo como é estruturada. Geralmente a entrevista requer a presença física simultânea de um entrevistador e de um entrevistado. Neste modelo, as entrevistas podem variar entre informais, não estruturadas, naturalísticas, discussões aprofundadas; até entrevistas num formato muito estruturado, nas quais se segue rigidamente um conjunto de questões a colocar ao entrevistado ou são conduzidas a partir de um esquema previamente estabelecido. Este último tipo de entrevista aplica-se geralmente na recolha de dados relativos às atitudes.

Segundo Fontana e Frey (1994, p.361), a entrevista é uma das mais vulgares e eficazes maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa

condição humana. Ela tornou-se técnica clássica de obtenção de informações nas ciências sociais, com larga adoção em áreas como sociologia, comunicação, antropologia, administração, educação e psicologia. Embora antes utilizada em jornalismo, etnografia, psicologia e pesquisas de mercado e de opinião, o seu surgimento como tema metodológico foi identificado na década de 1930 no âmbito das publicações de assistência social americana, recebendo grande contribuição na década de 1940 nos estudos de Cari Rogers sobre psicoterapia orientada para o paciente (Scheuch, 1973, pp.171-172). A partir da Segunda Guerra Mundial, as entrevistas passaram a possuir orientações metodológicas próprias.

A entrevista em profundidade é uma técnica que busca, recolher respostas a partir da experiência subjetiva dos entrevistados, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Desta maneira, como na análise de Demo (2001, p.10) sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas recolhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer perspectivas. Possibilitam ainda identificar problemas, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada.

Kandel (1981, p.178) lembra que a entrevista em pesquisa "não é simplesmente um trabalho de recolha de informações, mas, sempre, uma situação de interação, ou mesmo de influência entre dois indivíduos e que as informações dadas pelo sujeito (o material que ele fornece) podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador".

O uso de entrevistas permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos.

A entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. Não se busca, por exemplo, saber quantas ou qual a proporção de pessoas que identifica determinado atributo na empresa A. Objetiva-se saber como ela é percebida pelo conjunto de entrevistados. Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Deste

modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas. Estabelecidas limitações e condições de realização, a entrevista pode ser uma ferramenta bastante útil para lidar com problemas complexos ao permitir uma construção baseada em relatos da interpretação e experiências, assumindo-se que não será obtida uma visão objetiva do tema de pesquisa.

Com base na reflexão de McMilian e Schumacher (2005), a entrevista como técnica de pesquisa, exige elaboração e explicitação de procedimentos metodológicos específicos: o marco conceitual no qual se origina, os critérios de seleção das fontes, os aspetos de realização e o uso adequado das informações são essenciais para dar validade e estabelecer as limitações que os resultados possuirão.

De acordo com McMilian e Schumacher (2005) as entrevistas qualitativas podem adotar várias formas: a entrevista informal tipo conversação, entrevista guiada e entrevista standard com um princípio e fim. Na entrevista informal, tipo conversação, as perguntas surgem a partir de um contexto imediato e se formulam segundo o curso natural. Não há nenhuma predeterminação de formulação das perguntas nem do tema a abordar. Na entrevista guiada, os temas são definidos antes mas o investigador decide a ordem das perguntas e a expressão no momento de aplicação da sua aplicação. Na entrevista standard com princípio e fim, as perguntas são predefinidas e o investigador aplica a mesmas e na mesma ordem em que foram elaboradas. Este tipo de entrevista reduz a flexibilidade do entrevistador e pode limitar a naturalidade e congruência das respostas.

De um modo geral, a seleção da estratégia para entrevistar depende do contexto e do objetivo. De um modo genérico os principais objetivos da entrevista são: i) obter as impressões atuais de atividades, funções, sentimentos, motivações, preocupações e pensamentos; ii) obter expectativas para o futuro ou experiências antecipadas; iii) verificar e ampliar a informação obtidas a partir de outras fontes; iv) averiguar as ideias desenvolvidas pelos participantes ou investigador.

Consideramos a entrevista uma técnica adequada para o tipo de estudo levado a cabo neste contexto, pois nos permitem recolher descrições na linguagem dos participantes. Possibilita ainda maior aprofundamento acerca das informações obtidas, pois conforme as ideias do Bogdan e Biklen (1994) e de Lüdke e André (1986), numa relação de interação e influência recíproca entre pesquisador e participante, o clima de troca facilita a compreensão de aspetos que poderiam passar despercebidos em outras formas de recolha de dados.

A natureza interativa da entrevista permite tratar temas complexos em profundidade, o que dificilmente seria possível com questionários direccionados (Alves-Mazotti & Gewandsznajder 1998). Lodi (1977) considera a entrevista uma forma apropriada de se recolher dados nas Ciências Sociais, podendo ser um método de investigação único, ou complementar a outros. Desta forma estamos a contribuir para atingir a validade interna. Este modo de inquirir gera interação direta entre investigador e entrevistado, levando a um diálogo, sem dúvida, mais profícuo. Por outro lado, confere também, um carácter mais subjetivo, atribuindo também uma vertente mais qualitativa ao estudo. A subjetividade aqui apresentada não significa perda de validade interna, pois há outras técnicas de recolha de dados que permitem fazer uma triangulação de dados.

Segundo Carmo e Ferreira (1998, p. 125) a “questão-chave na técnica de entrevista é a interação direta”. Ainda, segundo este autor, “o objetivo de qualquer entrevista é abrir a área livre dos dois interlocutores no que respeita à matéria da entrevista, reduzindo, por consequência, a área secreta, do entrevistado e a área cega do entrevistador”. Para conseguirmos tal intento, começámos por reduzir a “nossa área cega”, através de uma apresentação, a mais completa possível, do problema da pesquisa e a explicação do que se pretendia do entrevistado.

### **A Seleção dos Entrevistados**

A determinação de regras segundo as quais os sujeitos do universo da pesquisa são identificados é algo fundamental, pois elas intervêm diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema de investigação delineado. A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em

estudo, constituem um problema a ser prontamente defrontado, já que se trata do piso sobre o qual grande parte do trabalho de campo será baseada.

Segundo McMilian e Schumacher (2005), o investigador deve selecionar pessoas com mais probabilidade de proporcionar dados sobre as perguntas de investigação. Em princípio o investigador busca informantes com dados abundantes sobre o tema em estudo com a finalidade de reduzir possíveis ameaças da validade dos resultados da investigação.

Assim, no caso em estudo, recorreremos a entrevistas individuais aplicadas a um conjunto composto por três técnicos que trabalham na Direção Geral do Ambiente. Um dos fatores que levaram à escolha desta técnica prende-se com o fato de estes participantes não terem podido integrar-se aos grupos focais realizados. O propósito da entrevista foi validar, ampliar e complementar as informações obtidas a partir da aplicação dos grupos focais. Assim, pretende-se obter informações dos três entrevistados procurando desvendar os principais conteúdos relacionados com Educação Ambiental que deviam ser abordados num programa para os professores do Ensino Básico de Cabo Verde e as perspetivas dos professores e dos técnicos ambientais sobre o projeto. Igualmente, almeja-se conhecer os comportamentos, as atitudes e os valores ambientais que presentes nestes mesmos professores. Esta técnica oferece aos entrevistados a oportunidade de se expressarem os seus sentimentos e seus pontos de vista sobre o objeto de estudo.

De acordo com Martins (2006), "a naturalidade do entrevistador, durante a entrevista, resultará na obtenção de informações valiosas".

A entrevista semi-estruturada permite-nos questionar os entrevistados com o grau de liberdade necessário à compreensão do "verdadeiro sentido das suas respostas, e esclarecer os males entendidos" permitindo-nos assim obter respostas inesperadas ou imprevistas" (Cohen & Manion, 1990, p. 385).

### **Preparação e realização das entrevistas**

Para o presente trabalho foi eleita a entrevista semi-estruturada ou guiada, tendo sido elaborado um roteiro de questões-guia ( cf anexos 3.1.1 e 3.1.2) que cobrem o interesse da pesquisa com margens para o aprofundamento no momento de aplicação e de acordo com as necessidades que viessem surgir. As questões-

guia originaram-se a partir do problema da pesquisa e tiveram em conta os objetivos da investigação e os resultados obtidos pelos grupos focais. O processo de aplicação da entrevista foi precedido de um pedido de colaboração à mesma (cf. anexos 3.1.6 e 3.1.7), apoiando no princípio de envolvimento dos sujeitos de investigação dando-lhes a oportunidade de maior empenhamento e sentido de compromisso com o nosso estudo.

Os resultados das entrevistas aplicadas serviram de base para a sistematização das informações e análise de dados. As perguntas foram colocadas a partir de um guião (cf. anexos 3.1.1 e 3.1.2) e à medida que o discurso do entrevistado foi fluído, a entrevistadora/investigadora procurou encaminhar a comunicação para os objetivos da entrevista, procurando os “elementos compreensivos” para o discurso (Pardal & Correia, 1995).

Para aplicação das entrevistas teve-se em conta praticamente as mesmas categorias definidas nos grupos focais tendo em conta que se pretendia atingir os mesmos objectivos. Procedeu-me ligeiras adaptações com relação a essas categorias tendo em conta que nesta técnica se optou-se a públicos alvo diferentes. Assim, foram inicialmente definidos (sete) 7 categorias a saber: (i) caracterização da situação ambiental; (ii) prespetivas de formação; (iii) estratégias de articulação; (iv) áreas de atuação; avaliação dos programas; (v) condições necessárias; sugestões de melhoria. Estão representadas as categorias inicialmente definidas na figura 13.

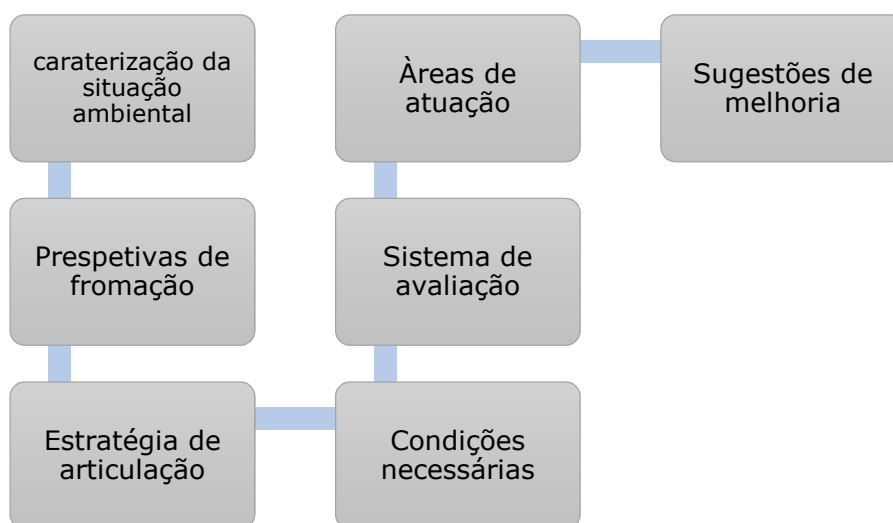


Figura 13- Estrutura do guião da Entrevista

Durante a preparação e realização das entrevistas, tentou-se evitar a interferência do entrevistador no entrevistado conforme defende Pardal e Correia (1995). Procurou-se seguir o pensamento de Delfos (2001, p.116), quando refere que a preparação da entrevista deve ter em conta os seguintes cuidados: i) duração da entrevista, organizando-se questões para cerca de 20 minutos de entrevista; ii) partilha com cada entrevistado de informação sobre o tipo de entrevista e o seu objetivo iii) pedido para se proceder ao registo audiovisual da mesma explicando os motivos; cuidado em mostrar interesse e atenção pelo que o entrevistado diz, atenção aos sinais de insegurança e hesitação, recolocando a pergunta, explicando melhor ou mesmo desviando o interesse, no caso de se criar uma situação de impasse; iv) quando necessário fazer a pergunta resumindo o que já foi dito; v) apoiar a comunicação oral na linguagem corporal, para ajudar a criar um certo grau de confiança, nomeadamente através do olhar e da expressão facial.

O roteiro utilizado para as entrevistas foi previamente testado e ajustado ( cf anexo 3.2.3) de maneira a adequar o vocabulário e a ordem das perguntas a uma maior compreensão e para averiguar se o formato das perguntas possibilitava alcançar os objetivos preconizados.

Neste ponto, recorre-se a Berger (1998, p.57), quando este alerta que "pode ser muito difícil lidar com a enorme quantidade de material que as entrevistas em profundidade geram". Por isso, começamos a escrever e a sistematizar os resultados ao longo da sua aplicação permitindo ganhar tempo e ajuda no exame do encaminhamento da pesquisa e no surgimento de ideias, detalhes e questões que possam ser úteis nas entrevistas subsequentes.

O perfil dos entrevistados para este estudo pode ser apreciado nos quadros 35, 36 e 37 onde constam os principais elementos que os caracterizam a saber: (i) instituição onde trabalha; (ii) Género; (iii) função que desempenham; e (iv) formação académica. Os dados ilustram a diversidade dos perfis dos nossos entrevistados que definimos e que nos ajudaram em conseguirmos uma vasta gama de informações evidentes nas respostas às diferentes questões que foram abordadas e que apoiaram no alcance dos resultados.

O entrevistado 1 com o perfil representado no quadro 35 pertence a uma entidade pública, trata-se de um técnico ambiental e trabalha no Minsitério de

Educação situado na Cidade da Praia. É habilitado com o curso de Desenvolvimento Local e Saneamento Urbano e conta com dez (10) anos de experiência, sendo muito dinâmico e de fácil relacionamento. Manifesta grande afetividade para com as pessoas e é reconhecido como uma pessoa responsável. Executa corretamente a maior parte das tarefas que lhes são confiadas. Consideramos que tem conhecimentos teóricos suficientes para atender às dificuldades do dia-a-dia no exercício do cargo e procura melhorar os métodos de execução do seu trabalho. Manifesta espírito de equipa e consegue assumir as consequências das suas ações. Estes requisitos influenciaram a investigadora na escolha deste técnico, aliado aos outros fatores anteriormente descritos.

**Quadro 35 - Esquema representativo do perfil do entrevistado 1**

<b>Participante</b>	<b>Instituição</b>	<b>Género</b>	<b>Função</b>	<b>Formação Académica</b>
<b>Entrevistado 1</b>	<b>Direção Geral do Ambiente</b>	<b>Masculino</b>	<b>Diretor de Serviço</b>	<b>Especialista em Desenvolvimento Local e Saneamento Urbano</b>

O entrevistado 2 em que as características se apresentam no quadro 36 pertence ao domínio público, sendo técnico de INGRH. É habilitado com o curso de Engenheiro de Concepção em Hidrologia de Superfície e dotado com 8 anos de experiência. Este entrevistado suscitou interesse para a nossa investigação pela sua experiência como Engenheiro associado a experiência docente acumulado. Tendo lecionado a disciplina de Ciências Naturais, no Ensino Básico, e a unidade curricular Homem e Ambiente, no Ensino Secundário, este entrevistado é considerado relevante quanto as competências e conhecimentos adquiridos nestes dois níveis de Ensino no domínio Ambiental e garantia do sucesso da entrevista.



**Quadro 36 - Esquema representativo do perfil do entrevistado 2**

Participante	Instituição	Género	Função	Formação Académica
Entrevistado 2	Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos	Masculino	Técnico de serviço	Engenheiro de Concepção em Hidrologia de Superfície

Relativamente ao entrevistado 3, apresentado no quadro 37 foi definido pela sua natureza e atribuição dentro das suas competências e conforme a Orgânica do INGRH. i) apoiar a definição, execução e avaliação da política ambiental na área dos recursos hídricos a nível nacional; ii) estudar e propor a adoção de formas de apoio técnico e financeiro às associações de defesa do ambiente; iii) participar na elaboração dos planos, programas e projetos relativos às atividades do ambiente voltados aos recursos hídricos, entre outras. Este entrevistado desempenha a função de Técnico de serviço e especialista em hidrologia.

**Quadro 37- Esquema representativo do perfil do entrevistado 3**

Participante	Instituição	Género	Função	Formação Académica
Entrevistado 1	Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos	Masculino	Técnico de serviço	Especialista em Hidrologia

### **1.8.3. O questionário**

Para além das técnicas de recolha de dados referenciadas anteriormente, e com o objetivo de complementar os resultados por elas conseguidos, foi utilizada a técnica de inquérito por questionário. Esta técnica justifica-se pela necessidade de recolha de opiniões e sentimentos de uma amostra representativa dos professores do Ensino Básico em Cabo Verde, tendo como principal finalidade a elaboração de um Programa de Formação em Educação Ambiental, dirigido a esses professores. As questões elaboradas tiveram como base os resultados provenientes da aplicação de outras técnicas de recolha de dados, nomeadamente a entrevista e o grupo focal.

A técnica de questionário pareceu-nos válida perante uma amostragem constituída por um elevado número de respondentes (n=298), de modo a assegurar a sua representatividade.

Na opinião de Quivy e Campenhoudt (1992), a opção por esta técnica prende-se com o fato de este instrumento possibilitar uma maior abrangência da população em estudo e um maior número de respostas de forma simultânea e em curto espaço de tempo, assim como permite recolher informações relativas às opiniões dos inquiridos, às suas atitudes, às suas expectativas, aos seus conhecimentos, aos seus estados de consciência relativamente a um acontecimento ou problema, entre outros.

Segundo Ferreira (1986), quando nos referimos ao inquérito por questionário, estamos forçosamente a falar de uma técnica quantitativa, por isso os resultados têm que ser tratados quantitativamente.

Para o caso do inquérito por questionário, este baseia-se na aplicação a um conjunto de inquiridos, geralmente representativos de uma população, de uma sequência de questões, de forma a facultar ao investigador o conhecimento dos comportamentos, dos valores, das opiniões e das atitudes da população em estudo.

O inquérito por questionário, tal como qualquer outra técnica de recolha de dados, apresenta vantagens e desvantagens. As suas principais vantagens estão ligadas à garantia de anonimato, condição necessária para a autenticidade das respostas, à possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises e também ao fato de os inquiridos poderem ler todas as questões antes de as responder. Como desvantagem refere-se a

superficialidade de algumas respostas que impedem a análise de determinados processos e a sua inautenticidade. Além disso, o uso do inquérito por questionário só é viável em universos razoavelmente homogêneos. “A amostra escolhida deverá representar tão verdadeiramente quanto possível as características do universo em estudo” (Correia, Pardal, 1995; Quivy, Campenhoudt, 1992).

Apesar das limitações relacionadas com o inquérito por questionário, este continua a ser a técnica de recolha de dados de grande aplicação, porque como considera Ferreira (1986) o inquérito por questionário “continua a ser fecundo na exploração de fenómenos e, por seu intermédio, é possível entrever ligações e interpretações antes insuspeitadas. Por outro lado, é uma das vias de acesso às racionalizações que os sujeitos fazem das suas escolhas e das suas práticas”.

Tendo em vista que esta técnica consiste numa interação indireta entre inquirido e inquiridor, torna-se indispensável desenvolver cuidadosamente as questões e definir claramente o perfil dos inquiridos a contactar. A construção do questionário e a formulação das questões constituem, portanto, uma fase crucial do desenvolvimento de um inquérito. Qualquer erro, qualquer ambiguidade, repercutir-se-á na totalidade das operações subsequentes, até às conclusões finais (Ghiglione & Matalon, 1993). A semântica é uma das dificuldades na construção do questionário, dado que uma mesma mensagem deve ser lida e interpretada de igual modo por todos os inquiridos. Um questionário deve parecer uma troca de palavras tão natural quanto possível. Para Ferreira (1986) a arte de bem perguntar reside na capacidade de controlar as implicações dos enunciados classificados de respostas.

Tomando em consideração Ghiglione & Matalon (1993), a disposição das questões no questionário influencia a resposta dos inquiridos. O mesmo autor refere que uma mesma questão colocada no início ou no fim de um questionário, antes ou depois de uma outra questão, poderá suscitar respostas diferentes por parte dos inquiridos.

Segundo Carmo e Ferreira (1998) a elaboração e a administração de um questionário requerem normas de atuação, quer relacionadas com a construção das perguntas quer relacionadas com a apresentação do questionário.

Tendo em consideração Ghiglione & Matalon (1993) pode-se classificar as questões de um Questionário em duas grandes categorias: conteúdos e forma.

No que respeita ao conteúdo das questões distinguem-se duas grandes categorias:

- Questões que se debruçam sobre fatos, em princípio susceptíveis de serem conhecidos de outra forma sem ser através de um inquérito;
- Questões que se debruçam sobre opiniões, atitudes, preferências.

Relativamente à forma das questões, estas podem ser:

- Questões abertas – às quais o inquirido é livre de responder como quer, utilizando o seu próprio vocabulário;
- Questões fechadas – depois de ser colocada a questão ao inquirido, é-lhe apresentada uma lista pré-estabelecida de possíveis respostas de entre as quais é-lhe pedido que selecione a que melhor, na sua opinião, corresponde à resposta.

Nesta técnica de recolha de dados, a lista pré-estabelecida de respostas pode limitar o campo de respostas, encontrando-se aí uma fonte de enviesamento muito frequente. Se se acrescentar no fim da lista a rubrica “outras respostas”, pode-se evitar riscos de enviesamento (Ghiglione & Matalon, 1993).

Quando nas questões de opinião se possibilita uma resposta neutra (como, por exemplo, “nem acordo, nem desacordo”), há quem defenda que estas não são mais do que escapatórias àqueles que não fazem qualquer esforço de reflexão. Por outro lado, há quem considere que se uma posição neutra possa existir, é necessário que ela também possa ser expressa. Quando se propõe uma resposta neutra, pode-se esperar que esta seja “escolhida por aqueles que, noutra altura, se declarariam sem opinião ou que se recusariam a responder” (Ghiglione & Matalon, 1993).

As questões fechadas apresentam também, vantagens e desvantagens. Ao se optar por questões fechadas corre-se o risco de poder sugerir respostas que o inquirido não daria ou pelo contrário a resposta que o inquirido daria não estar nas opções e ainda, indivíduos sem opinião ou conhecimento poderem responder. No entanto, estas questões são mais fáceis de responder e de comparar, bem como de codificar e analisar estatisticamente e podem também ajudar o inquirido a esclarecer o significado da questão.

Para que as respostas às questões abertas possam ser exploradas da mesma forma que as respostas às questões fechadas é preciso codificá-las, ou seja, agrupar as respostas que foram recolhidas num pequeno número de categorias para depois serem tratadas (Ghiglione & Matalon, 1993).

O questionário elaborado e apresentado nos anexos 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11, 3.1.12 e 3.1.13 oferece diversas modalidades de perguntas: perguntas que se debruçam sobre a prática, bem como perguntas relacionadas com atitudes, valores e comportamentos. As perguntas estão organizadas de modo a ter coerência lógica dos conteúdos questionados. Relativamente ao número de perguntas do questionário, este abrangeu toda a problemática a investigar.

### **O processo da elaboração do questionário**

A elaboração do questionário processou-se em diferentes etapas, segundo alguns princípios que seguidamente se descreve:

Numa primeira etapa, houve necessidade de decidir sobre as características das questões a formular. Neste caso, foram estabelecidos como pré-requisitos os objetivos da nossa investigação, procurou-se relacionar as questões formuladas com tais objetivos. Paralelamente, as questões foram comparadas com as informações atuais e pertinentes sobre o tema em estudo dando uma atenção particular ao estado actual de investigação sobre o tema.

Para trazer alguma expectativa da população cabo-verdiana, tivemos também em conta as posturas reivindicativas dos diferentes grupos sociais e atores pertencentes a instituições alvo da nossa investigação tendo sido procurando-se o máximo distanciamento de qualquer posicionamento pessoal.

Na elaboração das questões tivemos ainda em conta três princípios referenciados pelos García, 2003; Bell 2004: o princípio da clareza (devem ser claras, concisas e unívocas), o princípio da coerência (devem corresponder à intenção da própria pergunta) e o princípio da neutralidade (não devem induzir uma dada resposta mas sim libertar o inquirido do referencial de juízos de valor ou do preconceito do próprio autor). Para além do referido, e tendo em conta que se pretendeu medir aspetos como atitudes ou opiniões do público-alvo, foi necessário ter em consideração o tipo de escalas a utilizar nos questionários. Baseámo-nos na escala de Likert (1932) devido à sua relativa simplicidade.

A escala Likert também designada por “escala de concordância/discordância”, é uma técnica que confronta os respondentes com uma série de cinco proposições, das quais o inquirido deve selecionar uma, podendo estas ser do tipo: concorda totalmente, concorda, não concorda nem discorda, discorda, discorda totalmente. Assim, foi efetuada uma avaliação das respostas que varia de 1 a 5 (Carmo e Ferreira, 1998; Bell, 2004).

Antes da aplicação do questionário e, depois da devida autorização por parte da Direção Geral do Ensino Básico e Secundário ( cf anexos 3.1.14, e 3.1.18, houve uma reunião presencial com os Delegados do Ministério de Educação e Desporto residentes nas diferentes ilhas, que constituíram os domínios de estudo, tendo-lhes sido apresentado o presente estudo, os seus objetivos e os instrumentos de recolha dos dados definidos. Uma solicitação presencial foi reforçado com uma carta oficial, (cf. anexos 3.1.15 e 3.1.16) fazendo apelo a: (i) cooperação na distribuição do Questionário aos professores a inquirir (ii) a coordenação na aplicação do Questionário; (iii) a participação na recolha do Questionário (iv) o empenho na condução do retorno do mesmo à Investigadora; e (v) a colaboração no despertar da motivação aos potenciais inquiridos, visando a máxima adesão. Em todos os casos, foram os próprios inquiridos a proceder ao seu preenchimento.

A aplicação do Questionário foi realizada pelo método de aplicação indireta. O mesmo esteve sobre a coordenação de uma equipa das diferentes Delegações do Ministério da Educação e Desporto, tendo a investigadora mantido um permanente contato com estes, por telefone em uns casos, e por email , em outros, quer para os necessários esclarecimentos das questões inerentes ao questionário quer para os apoiar na superação das dificuldades que iam surgindo no decorrer da sua administração. O retorno dos mesmos foi procedido, em alguns casos, via correios e, em outros, através de portadores sendo os custos implicados na aplicação foram integralmente pagos pela investigadora através das diferentes referencias bancárias facultadas para o efeito.

A questão da característica das perguntas (abertas ou fechadas) é colocada por Hill e Hill (2008). Para estes autores, a diferença entre perguntas abertas e fechadas situa-se essencialmente na forma como a resposta é dada. Enquanto as perguntas abertas requerem uma resposta construída e escrita pelo respondente, ou

seja, a pessoa responde com as suas palavras, no caso de perguntas fechadas, o respondente tem de escolher entre respostas alternativas fornecidas pelo autor.

As perguntas com recurso às questões abertas têm como vantagem fornecer informação mais rica e detalhada, e até proporcionar informação inesperada, no sentido em que pode surpreender o investigador. Do lado das desvantagens pesam a necessidade de interpretação das respostas e o tempo gasto na sua codificação, tarefa esta em que muitas vezes se torna necessário recorrer a mais do que um avaliador. Pesa igualmente o maior grau de dificuldade em analisar estatisticamente as respostas.

As questões fechadas apresentam, do lado das vantagens, a facilidade de aplicação de análise estatística, aplicação esta que pode revestir-se de um grau considerável de sofisticação. São desvantagens das questões fechadas a menor riqueza das informações obtidas. É essencial conhecer o processo em questão, avaliar os aspetos favoráveis e desfavoráveis e decidir pelo que nos pareceu mais adequado.

Embora conscientes das vantagens atribuídas ao questionário contemplado com questões abertas e fechadas, a opção pelo questionário visou englobar na sua maioria questões fechadas uma vez que a sua finalidade se prendeu, única e exclusivamente, com a recolha de dados meramente informativos no sentido de reforçar e complementar as informações obtidas por outras técnicas de recolha de dados referidos anteriormente e com a realização da triangulação de dados. Vale ressaltar o fato de se ter obtidos noventa e oito (98) % dos questionários aplicados, considerando-se um número satisfatório em termos do retorno do instrumento utilizado.

Um outro fator que orientou o predomínio de perguntas fechadas é o fato de conhecermos bem como a natureza das variáveis mais relevantes na área da investigação e pretendeu-se obter informação quantitativas sobre elas.

O questionário inicia-se com uma breve apresentação da investigadora e do estudo, referindo também o caráter voluntário da colaboração e realçando a confidencialidade dos dados e opiniões prestadas pelos inquiridos.

Para melhor organização, as questões foram estruturadas em várias dimensões temáticas que foram identificadas. A dimensão A, designada por

Caraterização do Inquirido envolve cinco (5) perguntas em que destinávamos a recolher dados informativos sobre os respondentes, relativamente ao sexo, idade, experiência profissional, habilitações académicas e fase com que trabalham. Seguidamente as restantes questões foram divididas em duas secções: Secção 1, referente ao perfil Ambiental do Inquirido(a) e a secção 2 relativo ao perfil da comunidade educativa alvo.

A secção 1 está subdividida em quatro dimensões nomeadamente: A: Dimensão sensibilização que inclui cinco (5) perguntas em que se pretende que o inquirido manifeste o grau de sensibilidade ao ambiente; B: Dimensão cognitiva, com um conjunto de (13) treze afirmações em que o inquirido deve indicar o quanto concorda ou discorda tendo em conta uma escala de resposta que varia de 1 a 5. Nesta dimensão almejamos a revelação pelo inquirido, pelo grau de conhecimento nos diferentes domínios de estudo, da C: Dimensão atitudinal, desejando que o respondente demonstre o seu grau de promoção de atitudes ambientais. Esta dimensão abrange uma lista de dez (10) afirmações em que o inquirido deve indicar o grau de concordância por meio de escala de Likert; e D: Dimensão Comportamental, com a ambição de conhecer como o inquirido assume comportamentos ambientais favoráveis. Esta dimensão é composta por dezasseis (16) afirmações em que o respondente tem a incumbência de demonstrar o seu grau de acordo através da escala de Likert.

A secção 2 engloba perguntas com intuito de recolher as diversas opiniões sobre o programa de Educação Ambiental relativamente às razões de os professores aderirem ao programa de Educação Ambiental, principais objetivos da Educação Ambiental nas escolas, principais atividades que deverão ser desenvolvidas e as principais dificuldades de implementação de Educação Ambiental nas escolas. No questionário, cada conjunto de perguntas é precedido por uma nota introdutória que situa o respondente quanto ao tema que será abordado e à forma como deve fornecer a resposta.

De seguida apresenta-se na figura 14 um mapa que pretende ilustrar a estrutura do questionário aplicado.



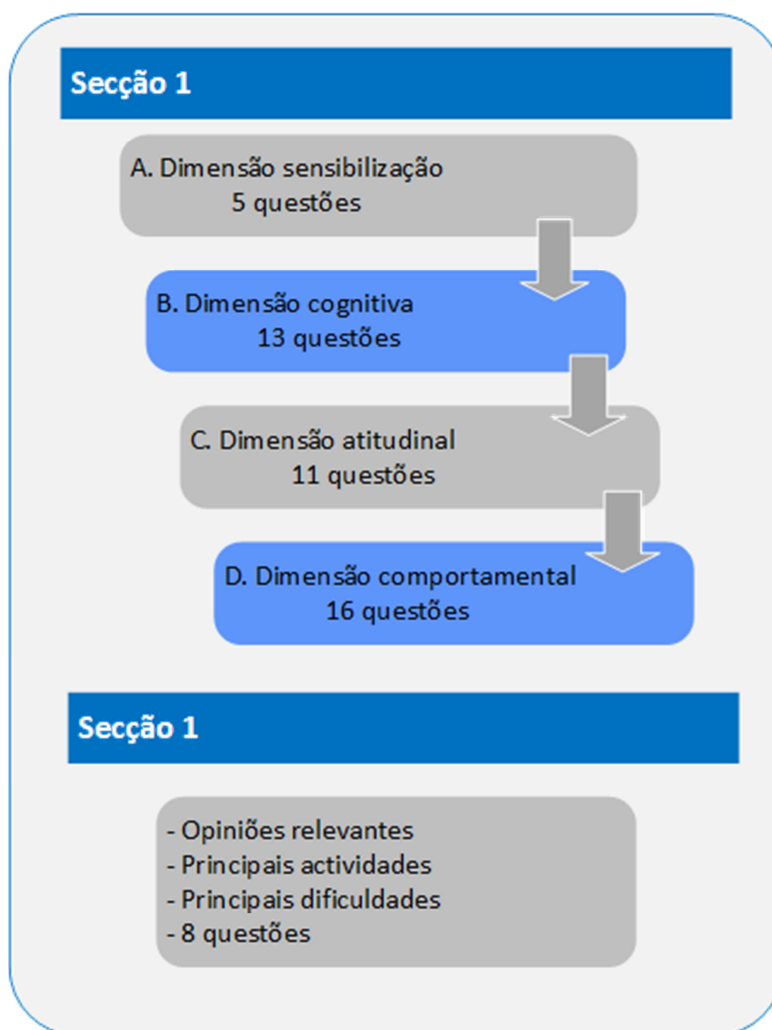


Figura 14 - Estrutura do questionário.

Nos anexos 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11, 3.1.12 e 3.1.13, encontram-se as diferentes partes do questionário que serviu de base à recolha dos dados para dar resposta ao objetivo da presente investigação e nos anexos 3.1.19,3.1.20, 3.1.21,3.1.22, 3.1.23, 3.1.24 foi elucidado um exemplo do questionário aplicado.

### **Validação do questionário**

A construção de um determinado conhecimento está normalmente associado ao desenvolvimento de estratégias que procuram inferir até que ponto ele se adequa ao que se pretende estudar e se aplica aos objetivos formulados. Pretende-se pois demonstrar se o instrumento de medição utilizado para a sua construção avalia o objeto em estudo de forma adequada, ou seja, se consegue traduzir de forma correcta a grandeza que pretende medir- validade. A validação do

questionário tem como objetivo o aperfeiçoamento da sua estrutura e o seu conteúdo.

O processo de validação do questionário foi antecedida do pedido de validação (cf anexo 3.1.17) e para a sua validação foram considerados alguns fatores nomeadamente: i) o vocabulário; ii) estrutura das questões; iii) nível de dificuldade para o universo em estudo, iv) ambiguidade, entre outros fatores.

Tendo em conta que não se conhece nenhum estudo equivalente, que pudesse fornecer indicações sobre a sua validade e fiabilidade, a nossa grande preocupação em relação à elaboração do questionário foi reduzir ao máximo a possibilidade de cometer erros.

Após a elaboração do questionário submetemo-los à apreciação de uma equipa de peritos.

Os painéis de peritos são, em geral, compostos por especialistas independentes, reconhecidos nas áreas abrangidas pelo programa avaliado, durante o processo de avaliação, sendo normalmente, vistos como um mecanismo para sintetizar a informação proveniente de uma série diversa de fontes e apresentando um conjunto de pontos de vista no sentido de chegar a conclusões generalizadas.

Ruiz (2003) afirma que os peritos devem ser individualidades que conhecem o problema de investigação que se pretende desenvolver. Os principais requisitos destes participantes incidem na disponibilidade de informação sobre o tema, no espírito de motivação e para colaborar no projeto, na disponibilização de tempo suficiente para se dedicar à tarefa e, sobretudo, na adoção de conhecimentos especializados que excedam o nível do senso comum.

Assim, revelou-se de extrema importância a sua validação. Para isso, sujeitámos o questionário, na sua versão inicial, à apreciação de uma equipa de três peritos, de diferentes áreas nomeadamente:

- Um especialista em estatística demográfica;
- Um especialista da área das Ciências de Educação;
- Um especialista em Matemática.

Foi solicitado a estas personalidades uma reação junto da investigadora sobre a pertinência, a clareza dos itens, a correção da forma, a adequação da

linguagem e a extensão do questionário. Reservou-se ainda um espaço para que os peritos emitissem outras opiniões que considerarem pertinentes. Deste estudo prévio resultaram pequenas alterações de linguagem na formulação de alguns itens e eliminaram-se algumas ambiguidades relativas ao conteúdo, de modo que refletissem as propostas sugeridas pela equipa de peritos.

Os guiões de validação e os perfis dos validadores podem ser conferidos nos anexos 3.2.4, 3.2.5, 3.2.6, 3.2.7 e 3.2.8.

### **Análise da consistência interna do Questionário**

A análise da consistência interna do questionário é fundamental numa investigação. Na análise de consistência interna pretendemos demonstrar se o instrumento de medição utilizado para a sua construção produz os mesmos resultados em aplicações repetidas na mesma população ou fenómeno.

Para esta técnica, procedeu-se à análise estatística da consistência interna ou homogeneidade do instrumento, ou seja, conferiu-se se todos os itens avaliam aspetos do mesmo conceito, e não conceitos diferentes, e assim dar confiabilidade ao instrumento de medida.

Para Fortin (1996) a consistência interna se refere à homogeneidade das declarações de um instrumento de medição, que é avaliado por meio de correlações, o que significa que quanto mais correlacionados estas declarações estão estas apresentam maior consistência interna

A confiabilidade pode ser identificada através de diferentes testes. Alfa de Cronbach é a técnica mais utilizada para a avaliação da consistência interna, e é calculada com base na média das inter-correlações existentes entre todos os itens de teste.

No caso deste estudo a consistência interna foi calculada com recorrendo a determinação do coeficiente  $\alpha$  de *Cronbach*. Teoricamente este coeficiente pode variar entre os valores 0 e 1. Valores elevados de  $\alpha$  são uma indicação de que a o questionário tem alto grau de consistência interna. Deste modo os itens estão todos a medir a mesma situação. Devellis (1991) sugere um valor de 0.60 como o limite mínimo de aceitação para os valores de  $\alpha$  de *Cronbach*. Este procedimento permitiu-

nos determinar os índices “*alpha*”, que indicam a fidelidade da escala. Este processo de determinação do coeficiente *alfa Cronbach*. No nosso estudo foi conseguido os valores que variam entre 0,971 e 0,974 o que pensamos que o questionário tem excelente consistência interna. Os resultados do cálculo da determinação do coeficiente *Alfa Cronbach* podem ser comprovados pelos anexos 3.1.25, 3.1.26, e 3.1.27.

Atendendo aos valores obtidos neste procedimento relativamente ao coeficiente  $\alpha$  de *Cronbach* e foram aceitáveis pois não violam o modelo de consistência interna. A partir daí considerou-se o questionário apropriado para ser aplicado.

### **Realização do pré-teste**

Diversos autores defendem que qualquer instrumento de investigação deve ser testado. Bell (2004), refere que um teste piloto permite a descoberta e superação de eventuais problemas, permitindo que os inquiridos no estudo real não encontrem dificuldades em responder e, por outro lado, serve para a realização de uma análise exploratória dos dados, de modo a verificar a adequação das perguntas à análise que se planeia efectuar, com os dados da investigação propriamente dita. Assim, o questionário elaborado necessitou de uma aferição da sua aplicabilidade no terreno e da sua coerência com os objetivos delineados. Para tal, o questionário foi submetido a um estudo piloto que consistiu na sua administração a um grupo de 30 professores. A seleção dos mesmos recorreu à mesma técnica de amostragem não probabilística usada para a constituição da amostra em estudo.

Tivemos o cuidado de seleccionar um grupo de professores com as mesmas características daqueles a quem se administrou o questionário definitivo. O tamanho da amostra para o teste piloto foi de 30 professores (N=30) e corresponde a 10% do número de sujeitos da amostra total.

Tal como sugere García (2003) para além dos aspetos relativos ao conteúdo e à estrutura dos questionários estivemos interessados em conhecer as reações dos inquiridos face à resposta, nomeadamente: o grau de facilidade ou dificuldade; as dúvidas que foram colocadas; o entusiasmo ou a fadiga, entre outros. Todos estes elementos foram importantes de modo a otimizar a versão final deste instrumento de recolha dos dados. Ou seja, pretendia-se verificar se:

- Os questionários estavam bem adaptados aos destinatários (professores do Ensino Básico);
- As questões elaboradas estavam coerentes com os objetivos para os quais tinham sido construídas e se a sua ordem evidenciava uma estrutura lógica para quem estava a responder;
- Todas as questões eram compreendidas pelos inquiridos da mesma forma, e da forma prevista pelo investigador;
- As respostas alternativas às perguntas fechadas cobriam todas as respostas possíveis;
- Não existiam perguntas inúteis ou, pelo contrário, não faltaram perguntas relevantes;
- Não havia erros na construção desses instrumentos (erros ortográficos, construção de frases, identificação das questões).

O teste piloto foi aplicado pela investigadora e foi solicitado aos respondentes que, à medida que iam resolvendo, apontassem as suas observações sobre cada item, relativamente às facilidades e dificuldades sentidas durante a sua realização. Todas as sugestões foram consideradas, tendo-se procedido às modificações que se consideraram adequadas. De frisar, que após a adequação baseada nas sugestões deixadas pela equipa-teste, o questionário se tornou um instrumento mais claro e preciso para os inquiridos, consoante o seu perfil e nível académico e mais apropriado aos objetivos do nosso estudo.

### **A população em estudo e a amostragem**

A base de amostragem desta pesquisa é apresentado num ficheiro excel, atualizado no ano letivo 2010/2011 com todas as escolas de EBI de Cabo Verde espacialmente repartidas pelas 9 ilhas habitadas, abaixo designados de “domínios de estudo”. Este ficheiro é proveniente do Serviço de Estudos e Planeamento integrado (SEP) do Ministério de Educação e Desporto. Para além do nome da ilha e do respetivo concelho, onde se encontra a escola, o referido ficheiro contém ainda o número de professores, quantidade, assim como o nome de cada escola. Estas características permitiram-nos identificar claramente cada escola do país. Isto constitui uma das características essenciais de qualquer base de amostragem

(Ardilly, 1994, p. 25) A tabela 1 apresenta um resumo quantitativo dos principais elementos deste ficheiro.

**Tabela 1 - Número de escolas e quantidade de professores segundo sexo, por domínio de estudo**

<b>Domínio</b>	<b>1 Prof</b>	<b>2 Prof</b>	<b>3-5 Prof</b>	<b>6-15 Prof</b>	<b>16-39 Prof</b>	<b>Total</b>
<b>Cabo Verde</b>	<b>10</b>	<b>69</b>	<b>123</b>	<b>167</b>	<b>44</b>	<b>413</b>
Santo Antão	3	13	29	21	3	<b>69</b>
São Vicente	0	5	5	14	9	<b>33</b>
São Nicolau	0	10	8	2	1	<b>21</b>
Sal	0	0	1	2	3	<b>6</b>
Boa Vista	0	1	4	1	1	<b>7</b>
Maio	1	5	3	1	1	<b>11</b>
Santiago	5	29	52	100	25	<b>211</b>
Fogo	1	4	15	23	1	<b>44</b>
Brava	0	2	6	3	0	<b>11</b>

A tabela mostra que a maior parte das escolas do EBI encontra-se nas ilhas de Santiago (51,1%), seguida das ilhas de Santo Antão (16,7%) e da ilha do Fogo (10,7%). A ilha do Sal é menos expressiva (1,5%) do total das escolas do EBI do país. Relativamente ao número de professores por escolas em cada ilha, verifica-se que mais de metade (55,7%) da população dos professores do ensino básico trabalha na ilha de Santiago. As ilhas de Santo Antão e de São Vicente partilham o segundo posto, com cerca de 12%, como as ilhas com mais professores de EBI. A ilha de Boa Vista é menos representativa com cerca de 1% de professores de EBI.

Para melhor compreensão, seguidamente descrevemos alguns conceitos associados a nossa amostra em estudo:

- A população alvo é constituída pelo conjunto de todos os professores, que lecionam nas escolas do ensino básico integrado (EBI) de Cabo Verde.
- Unidade amostral: A unidade amostral é a unidade sobre a qual recai a seleção. Neste caso a unidade amostral é cada escola do ensino de Cabo Verde.

- Unidade de Observação (unidade de análise): A unidade de observação é unidade sobre a qual se incide a observação ou análise. Neste caso é cada professor observado.
- Escola amostra: A escola amostra é o conjunto de todas as escolas amostradas (selecionadas)

### **Tamanho da amostra inicial teórica e amostra inicial ajustada**

O tamanho inicial da amostra foi fixado em termos de número de escolas a cobrir por forma a garantir a representatividade da quantidade de escolas em cada um dos 9 domínios de estudo. Deste modo, como geralmente, o termo “representatividade” é relativamente complexo, as literaturas de sondagem indicam que, do ponto de vista prático, respeitando o tempo e o custo, quando a população é finita uma taxa de sondagem de pelo menos 10% da população é suficiente e razoável para se conseguir minimamente a representatividade do universo inquirido (Hill, M. M, Hill, A, 2000, pp. 49).

Assim, a coluna 2 da tabela 2 apresenta uma primeira estimativa inicial do tamanho da amostra teórica fixado em 10% em termos de escolas do país. A taxa de sondagem de 10 % é frequentemente utilizado em várias pesquisas das áreas sociais principalmente as qualitativas por terem sido verificadas através de estudos empíricos que uma fração de sondagem de 10% é o mínimo recomendável para estudos comportamentais. Por outro lado, as pesquisas comportamentais, por serem menos suscetíveis a flutuações, não requerem uma fração de amostra muito superior a 10%.

Na nossa pesquisa esta amostra teórica foi ajustada a uma amostra prática. Nesta pesquisa a amostra teórica total de dimensão  $n$  é constituída por 41 escolas que seriam selecionadas aleatoriamente de um total de  $N=413$  escolas do EBI do país. A amostra prática seria a amostra teórica ajustada para cima acrescentando-se uma escola a cada domínio de estudo para que a amostra prática tivesse pelo menos duas escolas em cada domínio diversificando a nossa amostra.

Este procedimento resultou numa amostra prática total  $n$  seria de 50 escolas, representando cerca de 20% a mais que amostra inicial  $n$  de 41 escolas

distribuídas por 9 domínios conforme indicado na coluna (5). A coluna 7 que representa o número de professores a inquirir, foi calculado multiplicando a coluna 3 pela coluna 5. Por exemplo, se seleccionarmos 8 escolas em Santo Antão numa média de 5,1 professores por escola, espera-se inquirir cerca de 40 professores.

**Tabela 2 - Estimativa da amostra teórica e ajustada em termos de escolas e número de professores**

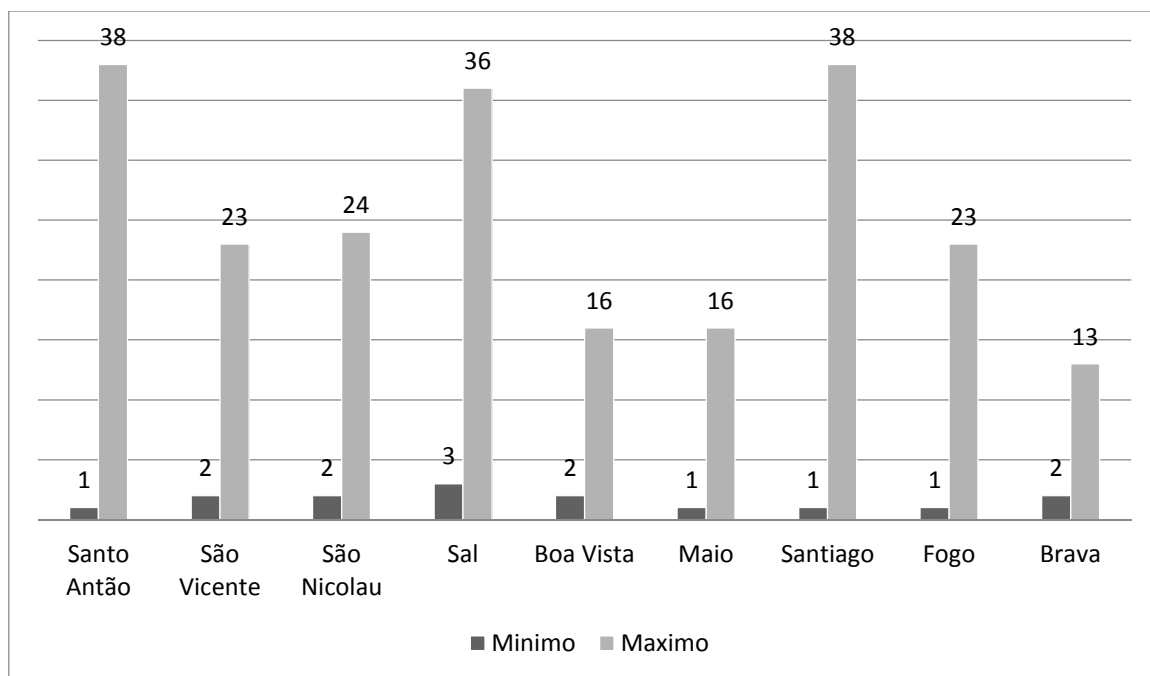
Domínio	Total de escolas (1)	Total prof. (2)	Media por escola (3)=(2)/(1)	Escolas-amostra teórica (10% de escolas) (4)	Escolas-amostra planeada ajustada (5)	% da amostra escola (6)=(5)/(1)	Prof. a inquirir - amostra calculada ajustada (7)=(5)*(3)	% a amostra prof. (8)=(7)/(2)
<b>Cabo Verde</b>	413	2953	7,2	41	50	12,2	361	12,2
Sto. Antão	69	350	5,1	7	8	11,4	40	11,4
São Vicente	33	342	10,4	3	4	13,0	45	13,0
São Nicolau	21	96	4,6	2	3	14,8	14	14,8
Sal	6	101	16,8	1	2	26,7	27	26,7
Boa Vista	7	36	5,1	1	2	24,3	9	24,3
Maio	11	48	4,4	1	2	19,1	9	19,1
Santiago	211	1644	7,8	21	22	10,5	172	10,5
Fogo	44	284	6,5	4	5	12,3	35	12,3
Brava	11	52	4,7	1	2	19,1	10	19,1

### Tamanho da amostra final de escola e amostra final de professores

Dada à variabilidade do número de professores de uma escola a outra em cada domínio de estudo, significando que na linguagem de amostragem estaríamos perante os conglomerados (escola) com dimensão diferentes, torna-se difícil seleccionar um numero k (fixo e constante) de professores dentro de cada escola. Fazendo isso, estaríamos também a realizar uma sondagem a duas etapas, em que na primeira etapa escolheríamos m escolas e na segunda etapa escolheríamos, dentro de cada escola seleccionada, um numero k (fixo e constante) de professores. Devido a esta variabilidade, uma eventual perda de precisão quando se aumenta as etapas, aumento de custo, entre outros fatores, por exemplo a dificuldade em obter a



lista nominal atualizada com identificação dos professores em cada escola, o plano amostragem nesta pesquisa será o da sondagem por conglomerados a uma etapa, detalhada mais abaixo. A referida variabilidade está demonstrada na figura 15.



**Figura 15 - Variabilidade do número de professores por domínio de estudo**

Neste sentido, procedeu-se de forma independentemente e em cada domínio de estudo, a um reagrupamento das escolas, segundo o grupo de professores com intuito de aumentar a eficiência e eficácia do plano de amostragem garantida pelo aumento de representatividade da amostra. Este ganho seria garantido porque a amostra final abarcaria os diferentes segmentos de tipologia de escolas segundo o número de professores, destacando-se claramente três grandes grupos: escolas com 1 professor, que posteriormente chamar-se-ia “escolas isoladas”, devido a uma eventual falta de intercâmbio e de troca de experiências em matéria de Educação Ambiental; escolas com 2 professores que vão ser denominadas “escolas intermediárias”, para captar casos dos dois professores trabalharem em períodos opostos e escolas com 3 ou mais professores (3 a 5 professores; 6 a 15 professores; e 16 a 39 professores) designadas “escolas integradas”, em que se espera que haja maior intercâmbio e troca de ideias em matéria de Educação Ambiental.

A ideia central na constituição desses grupos foi que os professores podem estar ou não, teoricamente, mais suscetíveis de trocar experiência e intercâmbios relativamente à Educação Ambiental. A tabela 3 ajuda-nos a interpretar melhor esta situação. Por exemplo, ao nível de Cabo Verde existem 10 escolas com apenas um único professor, dos quais 3 estão na Ilha de Santo Antão, 5 na ilha de Santiago, 1 escola na ilha do Maio e 1 escola na ilha do fogo.

**Tabela 3 - Número de escolas existentes por grupo de professores**

<b>Domínio</b>	<b>1 Prof</b>	<b>2 Prof</b>	<b>3-5 Prof</b>	<b>6-15 Prof</b>	<b>16-39 Prof</b>	<b>Total</b>
<b>Cabo Verde</b>	<b>10</b>	<b>69</b>	<b>123</b>	<b>167</b>	<b>44</b>	<b>413</b>
Santo Antão	3	13	29	21	3	<b>69</b>
São Vicente	0	5	5	14	9	<b>33</b>
São Nicolau	0	10	8	2	1	<b>21</b>
Sal	0	0	1	2	3	<b>6</b>
Boa Vista	0	1	4	1	1	<b>7</b>
Maio	1	5	3	1	1	<b>11</b>
Santiago	5	29	52	100	25	<b>211</b>
Fogo	1	4	15	23	1	<b>44</b>
Brava	0	2	6	3	0	<b>11</b>

### **Alocação de escolas na amostra segundo o número de professores**

Uma vez distribuídas as 413 escolas do EBI do país, por grupo de professores e construído como consta na tabela 3, procedeu-se à alocação ou afetação das escolas respeitando como requisitos que: (1) todas as escolas com designação “isoladas” têm que estar representadas na amostra; (2) a amostra devia estender-se a todos os grupos de professores (garantindo que todas as categorias de escolas definidas acima estejam representadas na amostra); (3) garantia de que o número de escolas total na amostra seja no mínimo cerca de 50 escolas como inicialmente estipulado; (4) a não contemplação de escolas com muitos professores devido à restrição no custo, e pela redundância de informação relativamente aos objetivos em estudo. Por exemplo, partiu-se da hipótese de que, numa escola com muitos professores, a rede de informação é maior e o intercâmbio entre os professores é, em teoria, mais frequentes. Isto pode constituir como mais-valia, para que à priori possa ter alguma homogeneidade de informação, pois podem existir mais influências em matéria da Educação Ambiental. Por outro lado, e ainda

exemplificando, quando um professor realiza uma atividade, que seja bem-sucedida e que posteriormente seja partilhada, é fortemente provável que os outros professores também realizem a mesma atividade.

A tabela 4 mostra a afetação do número de escola que se pretende selecionar de forma independente em cada domínio de estudo. Por exemplo, pretende-se escolher:

- Todas as 10 escolas com 1 professor,
- 13 Escolas com 2 professores;
- 7 Escolas com 16 a 38 professores

**Tabela 4 - Alocação de escolas na amostra segundo o número de professores**

<b>Domínio</b>	<b>1 Prof</b>	<b>2 Prof</b>	<b>3-5 Prof</b>	<b>6-15 Prof</b>	<b>16-39 Prof</b>	<b>Total</b>
Cabo Verde	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>60</b>
Sto. Antão	3	2	2	1	1	9
São Vicente	0	2	1	2	1	6
São Nicolau	0	1	1	1	1	4
Sal	0	0	1	1	1	3
Boa Vista	0	1	1	1	0	3
Maio	1	1	0	1	0	3
Santiago	5	3	7	5	2	22
Fogo	1	1	1	1	1	5
Brava	0	2	2	1	0	5

### **Estrutura da amostra e seleção da unidade primária de sondagem**

O modelo de amostragem empregado é uma amostragem probabilística, estratificada e por conglomerado a um estágio ou etapa. Neste tipo de amostragem, seleciona-se aleatoriamente m escolas em cada domínio de estudo na primeira etapa e, de cada escola selecionada, inquirir-se todos os professores naquela escola selecionada. Este procedimento poderá aumentar a taxa de resposta, uma vez que todos os professores sentir-se-iam nas mesmas condições e com as mesmas oportunidades para colaborar com o inquirido. A amostragem aplicada nesta pesquisa é probabilística simples uma vez que, em cada domínio de estudo e

para cada grupo de professores, escolas com 2, com 3 a 5, com 6 a 15 e as com 16 a 39 professores têm a mesma probabilidade conhecida e diferente de zero de ser selecionada. Do ponto de vista do conglomerado, as escolas formam as unidades primárias de sondagem (UPS) e no país conta-se 413 UPS, distribuídos pelos 9 domínios ou ilhas. O número total de professores a inquirir variará segundo a distribuição proposta nas tabelas 5, 6 e 7.

As escolas de Cabo Verde encontram-se geograficamente localizadas nas 9 ilhas do país. Daí o plano de amostragem utilizado ser também um plano estratificado, em que as ilhas constituem os estratos. No total, existem 9 estratos que foram chamados de domínio de estudo. (1) Santo Antão; (2) São Vicente; (3) São Nicolau; (4) Sal; (5) Boa Vista; (6) Maio; (7) Santiago; (8) Fogo e (9) Brava. Cada um dos domínios de estudo é considerado como uma população independente. Por isso, a amostra de escola será escolhida de forma aleatória e independente em cada um dos 9 domínios. Nas 10 UPS (escolas) com dimensão de 1 professor será realizado um recenseamento uma vez que se impôs que todas as UPS de dimensão 1 fossem representadas na amostra.

O processo de amostragem só será efetivamente posto em prática, nas restantes 403 UPS (ou seja nas 413 -10 escolas) com dois ou mais professores. A seleção das 50 UPS, (ou seja 60-10), será feita aleatoriamente consoante o número previamente estabelecido em cada domínio de estudo, uma vez que já se impôs que se incluísse todas as 10 escolas com apenas 1 professor. Por exemplo, na Ilha de Santo Antão vão ser selecionadas aleatoriamente e com igual probabilidades:

- 2 Escolas de uma lista ordenada de 13 escolas com 2 professores;
- 2 Escolas de uma lista ordenada de 29 escolas com 3 a 5 professores segundo a distribuição indicada na tabela 4.
- Um outro exemplo, na ilha de São Vicente vão ser selecionadas aleatoriamente e com igual probabilidade
- 0 Escola (não se seleciona qualquer escola) pois não há escola com 1 professor
- 2 Escolas de uma lista de 5 escolas com 2 professores

- 1 Escola de uma lista de 5 escolas com 3 a 5 professores
- 2 Escola de uma lista de 14 escolas com 6 a 15 professores segundo a distribuição indicada na tabela 4.

### **Método de seleção das UPS (escolas) em cada domínio de estudo**

Nesta pesquisa os conglomerados – escolas (UPS) têm tamanhos  $M_i$  (número total de professores dentro de cada escola) diferentes, com  $i$  a variar de 1, 2, 3, ...  $N$  (em que  $N$  representa o total de escolas dentro de cada domínio de estudo). Por exemplo, no domínio de estudo “Santo Antão”, existem 69 escolas. Logo ter-se-ia  $M_i$  (número de professores por escolas) com  $i$  a variar de 1, 2, 3, ... a 69. Assim, numa listagem sequencial de escolas indo de 1, 2, 3, 4, 5, 6, ... a 69, ter-se-ia,  $M_1$  (número de professores na escola (UPS 1);  $M_2$  (número de professores na escola (UPS 2),  $M_{69}$  (número de professores na escola (UPS 69)). A atribuição dos números de ordem às escolas (UPS) é aleatória iniciando sempre por 1 em cada domínio de estudo, mas esta ordem sequencial podia ser atribuída respeitando a ordem alfabética das escolas. Por exemplo, as 69 escolas de Santo Antão são sequencialmente enumeradas de 1, 2, ... a 69. No caso em que os conglomerados têm tamanhos  $M_i$  diferentes,  $i=1, 2, 3, \dots, N$ , são considerados dois métodos para a seleção das UPS. O primeiro método no qual a amostra de conglomerados é obtida pelo método de Amostragem Aleatória Simples sem reposição (AAS-SR) e o segundo método no qual a amostra é obtida pelo procedimento de seleção da amostra com probabilidade proporcional ao tamanho (PPT).

Uma vez listada, dentro de cada domínio de estudo, as escolas de 1, 2, ... a  $N$ , procedeu-se à extração ou seleção das escolas que totalizam as 60 escolas conforme indicadas na tabela 4, com auxílio do software estatístico “SPSS” versão 17 usando o método AAS-SR. Assim obteve-se o conjunto de escolas-amostra com as 60 escolas selecionadas e as suas respetivas características conforme indica a tabela 5.

### **Dimensão final da amostra depois de seleção das escolas**

As tabelas 5, 6 e 7 apresentam efetivamente a dimensão de amostra que vai ser inquirida por domínio de estudo. Verifica-se que o tamanho da amostra final de

professores é de 361. Esta lista contém as 60 escolas selecionadas e o total de professores de cada escola.

**Tabela 5 - Lista de escolas selecionadas e o número de professores por domínio de estudo**

Ilha	Concelho	Nome Escola	Professores		
			Total	Fem	Masc
Santo Antão	Porto Novo	Vila-Alto Peixinho	19	16	3
Santo Antão	Paul	Chã de João Vaz	3	3	0
Santo Antão	Porto Novo	Ana Anunciação Jardim	5	4	1
Santo Antão	Ribeira Grande	Nº 15 B.R.Duque	6	4	2
Santo Antao	Paul	Fajã d´Janela	2	0	2
Santo Antao	Paul	Ribeira das Pombas	2	1	1
Santo Antao	Porto Novo	Sul - Pedra Jorge	1	1	0
Santo Antao	Porto Novo	Chã de Branquinho	1	1	0
Santo Antao	Ribeira Grande	Nº 28 Cabeçadas	1	0	1
<b>Total</b>			<b>40</b>	<b>30</b>	<b>10</b>
São Vicente	São Vicente	Lameirão	2	1	1
São Vicente	São Vicente	Madeiral	2	1	1
São Vicente	São Vicente	Ribeira de Vinha	3	0	3
São Vicente	São Vicente	Padre Usera	6	4	2
São Vicente	São Vicente	Chã Monte Sossego	13	12	1
São Vicente	São Vicente	Monte Sossego	20	19	1
<b>Total</b>			<b>46</b>	<b>37</b>	<b>9</b>
São Nicolau	Tarrafal São Nicolau	Lucília Freitas	24	14	10
São Nicolau	S. Nicolau (Ribeira Brava)	Cachaço	2	1	1
São Nicolau	S. Nicolau (Ribeira Brava)	Preguiça	5	3	2
São Nicolau	S. Nicolau (Ribeira Brava)	Luis Gominho	15	11	4
<b>Total</b>			<b>46</b>	<b>29</b>	<b>17</b>
Sal	Sal	Pedra de Lume	3	3	0
Sal	Sal	Ribeira Funda	7	6	1

**Tabela 6 - Lista de escolas selecionadas e o número de professores por domínio de estudo (continuação)**

Ilha	Concelho	Nome Escola	Professores		
			Total	Fem	Masc
Sal	Sal	Kim Barbosa	19	15	4
<b>Total</b>			<b>29</b>	<b>24</b>	<b>5</b>
Boa Vista	Boavista	Bofareira	2	1	1
Boa Vista	Boavista	João Galego	3	3	0
Boa Vista	Boavista	Rabil	6	5	1
<b>Total</b>			<b>11</b>	<b>9</b>	<b>2</b>
Maio	Maio	Morro	2	2	0
Junho	Maio	Calheta	10	6	4
Julho	Maio	Alcatraz	1	0	1
<b>Total</b>			<b>13</b>	<b>8</b>	<b>5</b>
Santiago	Santa Catarina	João Bernardo	2	0	2
Santiago	São Domingos	Pau de Saco	2	1	1
Santiago	Tarrafal	Achada Lagoa	2	0	2
Santiago	Ribeira Grande Santiago	Gouveia	3	1	2
Santiago	Tarrafal	Ponta Lagoa	3	1	2
Santiago	Praia	Bela Vista	4	1	3
Santiago	Santa Catarina	Boa Entradinha	4	1	3
Santiago	São Lourenço dos Órgãos	Fundura	4	3	1
Santiago	São Miguel	Ponta Verde	4	3	1
Santiago	Santa Catarina	Serra Malagueta	5	4	1
Santiago	Ribeira Grande Santiago	Salineiro	6	4	2
Santiago	Ribeira Grande Santiago	Santana	6	2	4
Santiago	Ribeira Grande Santiago	Pico Leão	6	4	2
Santiago	Santa Catarina	Pinha	6	1	5
Santiago	Santa Catarina	Jacinto Lopes Semedo	6	4	2
Santiago	Praia	Safende	20	12	8
Santiago	Praia	Monte Vermelho	25	23	2
Santiago	Santa Catarina	Achada Leite	1	0	1
Santiago	São Domingos	Mato Serrado	1	0	1
Santiago	São Domingos	Chaminé	1	0	1
Santiago	São Miguel	GonGom	1	0	1
Santiago	São Salvador do Mundo	Titina Silá	1	0	1
<b>Total</b>			<b>113</b>	<b>65</b>	<b>48</b>
Fogo	São Filipe	Monte Tabor	2	0	2
Fogo	São Filipe	Miguel Gonçalves	4	2	2
Fogo	São Filipe	Ponta Verde	14	8	6
Fogo	São Filipe	Santa Filomena	23	17	6
Fogo	São Filipe	Cutelo	1	0	1
<b>Total</b>			<b>44</b>	<b>27</b>	<b>17</b>

**Tabela 7- Lista de escolas selecionadas e o número de professores por domínio de estudo (continuação)**

Ilha	Concelho	Nome Escola	Professores		
			Total	Fem	Masc
Brava	Brava	Ns <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> do Monte	8	4	4
Brava	Brava	Chã de Sousa	2	2	0
Brava	Brava	Fajã d'Água	2	0	2
Brava	Brava	Cachaço	3	1	2
Brava	Brava	Mato Grande	4	1	3
<b>Total</b>			<b>19</b>	<b>8</b>	<b>11</b>
<b>Total Geral</b>			<b>361</b>	<b>237</b>	<b>124</b>

#### 1.8.4. A análise documental

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado dado que dispõe-se de vasta informação, fato esse que é usado em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais. Esta técnica de análise de dados possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. A análise documental permite adicionar a dimensão do tempo à compreensão do social. Ela ainda favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (Cellard, 2008).

Qualquer que seja a natureza de um estudo científico torna-se incontornável uma pesquisa documental que tenha como enfoque o problema e os objetivos do estudo. É uma tarefa transversal a todas as etapas da pesquisa sendo relevante na primeira etapa, sem a qual, prejudicaria o diagnóstico do problema e assim traçar com maior segurança o desenho da investigação.

A pesquisa documental foi dimensionada e direcionada para os objetivos e condicionalismos de acesso à documentação, tendo sido importante os documentos a nível nacionais e internacionais, em redes electrónicas e consulta de banco de dados de bibliotecas digitais de diversas Universidades, como Extremadura, Minho, Universidade Aberta, Dialnet, entre outras. Pesquisas de livros académicos, periódicos e anais de congressos realizados em Cabo Verde e no exterior, afiguram-se como importantes suportes de análise neste estudo.

A análise documental é geralmente expressa em análise externa e análise interna, sendo esta muito usada em pesquisas educacionais. A análise externa requer o apuramento da autenticidade e genuinidade dos documentos, portanto, a sua veracidade nos dois níveis, enquanto a análise interna pretende colocar o



documento a uma análise rigorosa, apoiada em questões sobre a história do conteúdo e estrutura do documento (Bell, 1997).

Inicialmente devem ser identificados os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representatividade e de seguida, executar um estudo sobre o conteúdo do documento que se pretende analisar.

Baseamos no Cellard (2008) a avaliação preliminar dos documentos deve obedecer os seguintes critérios: (i) o contexto; (ii) o autor; (iii) a confiabilidade e a autenticidade e (iv) natureza.

É essencial em todas as etapas de uma análise documental que se avalie o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado, seja qual tenha sido a época em que o texto foi escrito.

O investigador não pode prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura socioeconómico-cultural e política que propiciou a produção de um determinado documento. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais dos autores, seus argumentos, refutações, reações e, ainda, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em ótimas condições até para compreender as particularidades da forma de organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos. Tal etapa é tão importante, que não se poderia prescindir dela, Não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever. Uma questão importante é descobrir se o autor fala em nome próprio, ou em nome de um grupo social.

Não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever. Uma questão fundamental é saber se o autor fala em nome próprio, ou em nome de um grupo social.

Elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade do texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam ocorrer na reconstituição de um acontecimento.

Cellard (2008, p. 301) nos lembra que “é importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida”. Para ele, não se deve esquecer de verificar a procedência do documento. Em alguns casos, é também necessário considerar o fato de que alguns documentos nos chegam por intermédio de copistas que tinham, às vezes, de decifrar escritas quase ilegíveis. Por outro lado, é importante estar atento à relação existente entre o autor e o que ele escreve e verificar se ele foi testemunha direta ou indireta do que relatou e quanto tempo decorreu entre o acontecimento e a sua descrição.

Na análise de documento deve se ter em conta a natureza do texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões. A abertura do autor, os implícitos, a estrutura de um texto pode variar enormemente, conforme o contexto no qual ele é redigido. Cellard (2008) cita um exemplo para facilitar a compreensão dessa dimensão: “é o caso, entre outros, de documentos de natureza teológica, médica, ou jurídica, que são estruturados de forma diferente e só adquirem um sentido para o leitor em função de seu grau de iniciação no contexto particular de sua produção” (p. 302).

O processo de análise dos documentos propõe-se produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenómenos. É condição necessária que os fatos sejam mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e, sempre que possível, fazer a inferência. May (2004) diz que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido.

Feita a seleção e análise preliminar dos documentos, o pesquisador procederá à análise dos dados: “é o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos chave” (Cellard, 2008, p. 303). O pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial. A análise é desenvolvida através do discurso que os temas e os dados suscitam e inclui geralmente o *corpus* da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico.

A análise documental é feita com recurso à análise de conteúdo, técnica anteriormente especificado ao longo do ponto referente ao grupo focal. Convém salientar que os critérios para a definição das categorias tiveram em conta a natureza de documentos pois não se teve acesso nem disponibilidade de um único modelo para estrutura do mesmo. Tivemos a necessidade de adotar a estrutura de categorias a natureza dos planos a analisar pois eles não revestem da mesma organização.

Tendo em conta estes pressupostos, e, com base na relevância dos documentos em relação ao tema que definimos, nas principais fontes de informações, na natureza dos dados documentais, no tempo disponível e nos objetivos de investigação, passaremos a apresentar os seguintes documentos selecionados para a análise constantes no quadro 38.

**Quadro 38 - Lista de documentos analisados**

Tipo de Documento	Título de documento	Âmbito	Autores	Instituição responsável	Ano de Publicação
Plano Estratégico	Plano Nacional de Gestão de Resíduos	Nacional	Jan van Dijk Manuel Leão Silva de Carvalho Margarida Santos Varela Maria da Cruz Gomes Soares Luísa Oliveira	Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas/GEP/ PANAA II	2004
Plano Estratégico	Pano Nacional de Saneamento Básico	Nacional	Manuel Leão Silva de carvalho Eurico Pinto Monteiro Alberto Monteiro Brito Miguel Ângelo Barreto da Moura David Carvalho	Instituto Nacional de gestão de Recursos Hídricos	2014
Plano Estratégico	Plano de Ação e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	Internacional	Tatiana Helena Afonseca Osório Vital Fernandes Tavares Nilton Correia Hércules Vieira		2010

Esta tabela possibilita a aquisição das principais características dos documentos analisados passando-se de seguida às técnicas de análise dos dados

### **1.9.As técnicas de análise dos dados**

Findo o processo de recolha de dados é necessário organizar a informação de acordo com um esquema que tem de ser desenvolvido. Os dados em estado bruto, resultantes de inquéritos por questionário, entrevistas, grupos focais, dos documentos em análise e outros instrumentos de recolha de dados, devem ser registados, organizados, analisados e interpretados. O trabalho do investigador consiste em procurar continuamente semelhanças e diferenças, agrupamentos, modelos e questões de importância significativa (Bell, 2004). Martins (2006) considera 3 fases fundamentais durante a análise de dados. A descrição consiste na escrita de textos decorrentes dos dados originais assinalados pelo investigador. A análise é um processo de organização de dados, onde se devem salientar os aspetos essenciais e identificar fatores mais importantes. Por último, a interpretação diz respeito ao processo de obtenção de valores e inferências a partir dos dados obtidos. Neste caso, tomou-se por base num modelo de análise que consiste em três momentos: a redução dos dados, a apresentação dos dados, as conclusões e sua verificação.

A análise e interpretação dos dados centraram-se na abordagem qualitativa e quantitativa do estudo, de acordo com os instrumentos de recolha selecionados.

Devido ao vasto material obtido através das técnicas aplicadas e da riqueza dos comentários e informações obtidas em cada uma das técnicas, optamos pela descrição e análise parcial dos dados de cada uma das técnicas aplicadas. No entanto, para uma compreensão mais holística do assunto e considerando os objetivos do estudo, no final deste capítulo realizamos uma análise integrada dos resultados.

Em termos específicos, e no que respeita aos resultados recolhidos através dos questionários considerou-se pertinente adotar um procedimento de acordo com os tópicos da investigação, designadamente, que permitisse evidenciar as informações sobre a forma de narrativas com recursos aos dados numéricos, gráficos e tabelas.

Para Quivy e Van Campenhoutdt (1992), sempre que se recorre ao inquérito por questionário é imprescindível a análise estatística dos dados obtidos. Os resultados da aplicação do questionário foram tratados em folhas Excel e foram utilizados gráficos e tabela para maior clareza.

As perguntas do questionário, ao serem tratadas individualmente permitiram que os dados, inseridos na folha Excel, fossem facilmente, tratados em forma de gráficos e tabelas.

As informações obtidas pela aplicação de entrevista bem como de grupos focais foram analisados por meio de técnicas de análise de conteúdo.

### **1.9.1. A análise do conteúdo**

Para a análise das comunicações resultantes do grupo focal recorreremos a técnica de Análise de Conteúdo. A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica com múltiplas aplicações. Os procedimentos utilizados podem variar em função dos objetivos da pesquisa, entretanto, sejam quais forem suas finalidades, é preciso que ela se submeta, para que tenha valor científico, a algumas regras precisas que a diferenciem de análises meramente intuitivas. A análise de conteúdo pode ser percebida de diferentes formas, considerando a componente teórica e a intencionalidade do autor que a desenvolve.

Hanry y Moscovici (1968, p. 40), realçam que “tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo”. Berelson (1952) assegura que a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que, através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações. A análise de conteúdo parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado, aquele que ultrapassa os significados manifestos. Para isso, a análise de conteúdo em termos gerais relaciona as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. “Articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem” (Minayo, 2003, p. 113)

A análise de conteúdo parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado, aquele que ultrapassa os significados manifestos. Para isso, a análise de conteúdo em termos gerais relaciona as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. “Articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem” (Minayo, 2003, p. 113)

Para Julien (2008), a análise de conteúdo consiste num processo intelectual de categorização qualitativa de informação textual em unidades com entidade semelhante, ou categorias conceptuais de modo a identificar padrões consistentes e relações entre variáveis ou temas.

Na opinião deste autor, este processo analítico é uma forma de reduzir dados e de os tornar compreensíveis. É um método comum de análise aplicável a uma ampla variedade de material textual incluindo transcrições de entrevistas, observações registadas, narrativas, respostas a questões abertas, discursos mas também aplicável a desenhos, fotografias e vídeo.

Segundo Scott (2006), este é um método que recorre a medidas quantitativas quanto à elementos no texto. O número de vezes que um determinado item é utilizado e o número de contextos em que ele aparece, são usados como medidas da significância de determinadas ideias ou conteúdos no documento. Trata-se, segundo este autor, de uma ferramenta importante no âmbito da análise documental que fornece métodos objetivos e rigorosos para a investigação de significados, nomeadamente, no âmbito social.

Para Bardin (2008), a análise de conteúdo diz respeito a um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados. O ponto comum entre estes instrumentos é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Esta tarefa de interpretação, que é a análise de conteúdo, balanceia entre dois extremos: o do rigor da objetividade e o da riqueza da subjectividade. A análise de conteúdo é, para Bardin (2008), um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não a considera um instrumento mas sim um conjunto de ferramentas adaptável ao campo vasto das comunicações.

Neste nosso trabalho aceitámos como referência o método de análise de conteúdo que esta autora nos apresenta e que se desenvolve segundo as seguintes fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Na pré-análise são desenvolvidas as operações preparatórias para a análise propriamente dita. Consiste num processo de escolha dos documentos ou definição do corpus de análise; formulação das hipóteses e dos objetivos da análise; elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final. Esta fase segue os seguintes procedimentos: Leitura flutuante, intuitiva, ou parcialmente orientada do texto: implica a leitura exaustiva do conjunto de textos a ser analisado, de forma que o pesquisador se deixe impressionar pelos conteúdos presentes, como se *flutuasse* sobre o texto, ou seja, sem a intenção de perceber elementos específicos na leitura. Definição de hipóteses provisórias sobre o objeto estudado e o texto analisado: a leitura flutuante permite a construção de hipóteses, sempre provisórias sobre o objeto estudado e sobre os conteúdos do texto analisado.

A segunda etapa, exploração do material ou codificação, consiste no processo através do qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto. Estas unidades de registo ou codificação correspondem, como diz Cação (2008), ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, tendo em vista a categorização. São exemplos de unidades de registo, o tema, o objeto, a frase, a palavra (palavras-chave, palavras instrumentais ou categorias – substantivos, adjectivos, verbos), o personagem, o documento e o acontecimento. Partindo dos exemplos de que o contexto da palavra é a frase e que o contexto da frase é o tema, falamos agora em unidades de contexto. Estas unidades servem para codificar e permitir compreender a unidade de registo, sendo, como vimos nos exemplos, de dimensões superiores a estas. Este processo supõe uma enumeração, uma contagem, mas torna-se necessário distinguir a unidade de registo (o que se conta), da regra de enumeração (o modo de contagem).

Na terceira etapa, tratamento dos resultados - inferência e interpretação busca-se, colocar em relevo as informações fornecidas pela análise, através de



quantificação simples (frequência) ou mais complexas como a análise fatorial, permitindo apresentar os dados em diagramas, figuras, modelos etc.

Os resultados poderão ser apresentados em forma de descrições cursivas, acompanhadas de exemplificação de unidades de registo significativas para cada categoria ou, ainda, em forma de tabelas e gráficos, quadros seguidos de descrições cursivas e outros. Discussão dos resultados e retorno ao objeto de estudo: as categorias representam a reconstrução do discurso a partir de uma lógica impressa pelo pessoal pesquisador, portanto expressam uma intencionalidade de re-representar o objeto de estudo, a partir de um olhar teórico específico. Essa lógica aplicada ao objeto de estudo e as construções teóricas dela emanadas precisam ser explicitadas, em termos do objeto reconstruído pela análise num trabalho posterior à aplicação da técnica.

## **1.10. O uso das ferramentas informáticas**

### **O programa AQUAD**

O Programa AQUAD foi desenvolvido por Gunter Huber em 1987 professor da Universidade de Tubigen (Alemanha). Trata-se de um programa informático para análise de dados, qualitativos sejam eles vídeos, gravações de som e imagem ou textos.

Cisneros Puebla (2003), ao fazer uma retrospectiva sobre os programas informáticos classifica o programa AQUAD no grupo dos programas elaborados para a construção de teorias.

O AQUAD foi apresentado por Huber e Garcia em 1991 e no início da década de noventa na sua versão 3, ressaltando as contribuições do programa em todas as etapas de análise dos estudos qualitativos.

Huber e Garcia (1991) afirmam que o AQUAD é um facilitador oferecendo um amplo leque de possibilidades aos investigadores que enfrentam a tarefa de analisar os dados complexos e em grande quantidade. O programa contribui significativamente para as fases de redução, apresentação e extração de conclusões permitindo maior sistematização de dados flexibilidade no momento de codificação e facilidade dedutiva.

Entre as várias funções do programa, ele pode criar catálogo de código e de palavras conforme o interesse do investigador. Pode ainda estabelecer a contagem de frequência de códigos ou palavras, criar um dicionário de palavras relacionadas e elaborar de tabelas. Ainda possibilita a execução de tarefas importantes não construção de teorias que é especificar certas relações significativas dos seguimentos de textos mediante a formulação de vínculos de mais de dois códigos em seus arquivos de dados.

Oferece possibilidade de fazer anotações imediatas de tudo que vier à mente durante a interpretação de um texto e possui ainda uma função que aplica o princípio de minimização lógica a uma comparação complexa de configurações de códigos presentes em uma base de dados. Para a aplicação dos nossos grupos focais e entrevistas, optou-se pelo Programa AQUAD versão 5 e consideramos as seguintes:

### **A preparação dos textos para análise**

Para que os textos estejam disponíveis no AQUAD procedeu-se a uma série de ações nomeadamente:

Transcrição de entrevistas e dos grupos focais- A partir do material das entrevistas e dos grupos focais em suporte digital, e, com ajuda de um processador do texto, Word, aliado a um auscultador, passou-se à sua transcrição cuidadosa e na íntegra, desta forma, o *corpus* sem o qual não viria a desenvolver as fases seguintes da análise do conteúdo e de interpretação dos dados resultantes de cada um dos grupos focais realizados. Nos anexo 3.3 pode-se conferir o processo de transcrição dos diferentes grupos de entrevistas e grupos focais.

Formatação dos documentos de texto – a formatação dos documentos de texto foi executada tendo em conta as margens de forma adequada à leitura do AQUAD. Seguidamente procedeu-se à revisão do texto para corrigir os erros mecanográficos.

A atribuição do nome aos ficheiros foi feita seguindo as regras de atribuição de nomes pelo AQUAD, estes dos nossos ficheiros estão compostos por um nome e por uma extensão e as partes dos nomes estão separadas por um “ponto” e a extensão é formada por três números. Tivemos o cuidado de dar o nome a cada um dos nossos ficheiros de dados que garanta o reconhecimento, de forma simples, do

conteúdo do ficheiro preservando ao mesmo tempo o anonimato dos sujeitos e das suas respetivas instituições pertencentes. Os nomes dos ficheiros do mesmo projeto estão diferenciados apenas pela sua extensão. Tendo em conta que o nome do ficheiro consiste no máximo de cinco letras ou caracteres e a extensão consiste em três dígitos designamos os nossos ficheiros da seguinte forma: grupo.001, grupo.002, grupo.003 etc. Desta forma após importarmos nossos ficheiros originais, AQUAD criou novos nomes destes ficheiros a partir dos nomes originais. Estes novos nomes estão em formato especial chamados ficheiros do sistema com os seguintes nomes, grupo001.atx, grupo002.atx, grupo003.atx, etc. Nos anexos 3.5 pode-se comprovar os grupos formados pelo programa AQUAD.

Conversão do ficheiro de documento de texto para ASCHII - Através do processador “Word” converteu-se cada ficheiro criado em formato American Atandard Code for información ou seja Americano Estandarizado para Intercambio de Informação em que os códigos ficam estandarizado (ASCHII) ou texto de DOS ou “Importar / Exportar”. Assim os nossos ficheiros de dados ficaram armazenados no formato ASCHII no disco duro do computador. No anexo 3.4 pode-se apreciar os textos produzidos em formato ASHII.

Armazenamento do ficheiro no disco duro- Designou-se o projeto de “Ambiente”, nome relacionado com o tema de investigação, gravando-se todos os ficheiros (10 ficheiros de dados) que pertencem a este projeto numa lista designada Catálogo de Ficheiros cuja extensão tem a designação automática de “nam”. Este procedimento permite AQUAD realizar certas ações automaticamente para execução de qualquer procedimento. Assim o catálogo do nosso ficheiro teve a designação automática de Ambiente.nam. Os ficheiros de texto listados no ficheiro catálogo, foram transformados em ficheiro interno de AQUAD.

### **Criação de catálogos de ficheiros**

Para se poder administrar com facilidade a informação com vista ao respetivo tratamento, as entrevistas foram codificadas, assim como os grupos focais. Definimos a codificação de forma a assegurar o anonimato dos informantes no texto e a garantir a confidencialidade da origem das informações. Desta forma julgamos poder garantir total fidelidade na análise e interpretação dos dados.

Procedeu-se, seguidamente, à importação de todos os nossos ficheiros de dados pertencentes ao projeto, ambiente que criamos em formato ASCHII (cf anexo 3.4) e procedeu-se a codificação. Estes ficheiros de dados constituíram o corpo da investigação. No processo de codificação procurámos discernir os significados de porções de textos, decifrar o significado de um uma passagem de texto, identificar os que são mais relevantes e decidir para que aspetos das metas do projeto de investigação esses códigos são importantes. Estas atividades denominam-se codificação. Foi assinalado um símbolo que representa as unidades de significado da informação compilada durante a investigação ou seja são recursos utilizados para marcar temas num determinado texto. Seguindo as convenções de linguagem de Miles e Huberman (1994) chamámos a estes símbolos de “Códigos”. Assim a codificação ajudou-nos a preparar os dados para a análise. A natureza de códigos determina o propósito da investigação realizado. Neste caso estivemos a definir alguns conceitos emergentes do texto em codificação, situações, descrição, prespetivas pessoais e relações entre os conceitos descobertos nos dados provenientes pelos produtores de textos.

Para o nosso estudo e tendo como base a construção de teorias, optou-se para os códigos conceptuais, necessários para assinalar ocorrências no nosso caso concreto desejamos descobrir os conceitos vislumbrados e as opiniões formadas pelos nossos produtores de textos sobre a pertinência e estratégias de um programa de Educação Ambiental dirigidos aos professores do Ensino Básico. Também usou-se os códigos sequenciais ou códigos de relação que representam sequência de segmentos de textos para podermos proceder a análise de relação tornando mais consistente a nossa análise. Durante esta etapa tentou-se ser sensível aos conceitos emergentes, afirmações, opiniões, ideias e sentimentos dos produtores de textos.

O processo de análise de conteúdo dos textos produzidos pelos grupos focais e pelas entrevistas foi realizado com início numa leitura global de todos os textos de todas as entrevistas e de todos os textos de cada um dos grupos focais realizados de forma que nos permitisse estabelecer um primeiro contato com o corpo da investigação para se anotar as primeiras ideias e iniciar o sistema de determinação da codificação dos dados textuais. Esta leitura também permitiu-nos construir um esquema conceptual de relacionamento entre os problemas da

investigação e os objetivos deste nosso trabalho. A análise dos dados foi realizada com o recurso ao programa informático AQUAD FIVE, criado por Huber (2000). Este programa nos facilitou a análise dos grupos focais contando códigos, estabelecendo relações entre os códigos e sobretudo, auxiliando, na redução e dados apresentação e ordenação dos mesmos.

Para determinar o trabalho de determinação de metacódigo e código de análise tomámos como referência o problema de investigação e os objetivos.

Seguidamente, dado que está a desenvolver um trabalho em que se optou pela triangulação, recorreu-se também à informação conseguida nos resultados do questionário por forma a conseguir o relacionamento dos dados obtidos por outras ferramentas de recolha de dados.

Servindo de referência os estudos de Huber (2000) desenvolveu-se a análise qualitativa nas seguintes etapas:

**A primeira etapa** em que dedicamos pela redução de uma grande quantidade de dados textuais conseguidos pelos produtores de textos, mediante a identificação dos conteúdos significativos nos dados textuais para o nosso estudo e que cobrem o segmento de textos em que se associa a um código a este segmento do texto. Procedeu-se ao trabalho de determinação de códigos de análise.

Da leitura dos documentos emergiram categorias que por sua vez dividiram em unidades mais pequenas que constituem códigos. Estes códigos foram utilizados como representantes destes segmentos de textos ou “unidades de significados” do texto. Levamos a nossa interpretação a um nível mais elevado de abstração de forma que conseguimos definir alguns temas pertinentes dentro da nossa investigação. Tendo em conta que o no caso de estudo tem como intenção construir teorias dos conceitos emergentes dos textos a maioria das categorias emergiram de um contexto de interpretação dos documentos.

A palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspetos com características comuns ou que se relacionam entre si; palavra ligada a ideia de classe ou série significa agrupar elementos, ideia ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso.

As categorias estabelecidas possibilitaram uma melhor análise, porque permitiram agrupar características e aspetos comuns dos dados e estabelecer

interloquções a partir do referencial teórico, que direcionou as discussões e conclusões finais.

Desta forma, realizou-se uma leitura detalhada do material selecionado, resultando em uma visão de conjunto que permitiu apreender as particularidades de cada categoria. Estas categorias, teórica e empírica, foram organizadas a partir do que se propôs nesta pesquisa e analisadas no próximo capítulo desta dissertação. Foram, inicialmente, definidas assim.

Se à priori se elegeu alguns macro-categorias (anexos 3.1.1 e 3.1.2) e aparentemente aparecem como pré-estabelecidas, na prática não aconteceu isso. Trata-se de um estudo que dá continuidade a estudos anteriores feito pela investigadora no âmbito de outros graus académicos, da preparação do referencial teórico bem como do relacionamento do problemas e objetivos da nossa investigação. Na verdade todas as categorias emergiram de análises textuais ao longo da investigação, algumas mais precoce e outras mais tardias.

As definições dos códigos foram melhoradas e precisadas à medida que avançava a investigação e a compreensão do ponto de vista dos nossos produtores de textos mas seguindo sempre o mesmo esquema concetual do estudo. Numa análise mais profunda compreendemos que existem códigos que representam como outros códigos fenómenos similares. Assim, incluímos alguns códigos dentro de uma nova categoria de código denominado em AQUAD metacódigos. O estabelecimento de metacódigos podem nos apoiar na visão e estruturação dos nossos trabalhos.

**A segunda etapa** em que reconstruímos o sistema subjetivo de significados dos produtores dos dados textuais a partir das unidades de significado através de associações regulares entre unidades de significados dos produtores de textos. Para a concretização desta etapa descritiva de reconstrução de teorias passou-se a fase de recuperação dos dados introduzidos durante o processo de codificação por meio das seguintes estratégias de recuperação: i) notas aclaratórias; ii) palavras-chave nos dados textuais e dentro do contexto, iii) frequências de códigos; iv) recuperação de textos codificados; v) códigos particulares, vi) estruturas de codificação; vii) associação de códigos, viii) sequência simples e complexos de códigos e dos dados da tabela de códigos. (anexo 3.5)

**Na terceira etapa** tentamos inferir os dados mediante a comparação dos sistemas individuais de significados com os fundamentos da investigação chegando a fase da conclusão do nosso estudo. Com o fim de assegurar os resultados, um dos aspetos mais importante na investigação, foi aplicada a triangulação de dados e metodológica.

No desenvolvimento de estratégias de apoio à análise qualitativa e de acordo com Strauss e Corbin (1998), procurou-se sequências hierárquicas de categorias super e subordinadas. Consideramos as ideias de Glasser (1977) para determinar categorias dentro do texto conseguindo outras sequências simples de códigos sequenciais do ponto de vista linguístico nos casos que achamos pertinentes.

Em algumas situações os textos produzidos levaram-nos a buscar sequências complexas de significado nos casos de analisar as expectativas sobre a aplicação de um programa de Educação Ambiental dirigidos aos professores do Ensino Básico. Utilizando as funções de recuperação e busca de AQUAD conseguimos a codificação automática. (anexo 3.4)

Tendo sempre presentes o problema e os objetivos da nossa investigação determinamos uma lista códigos que aparecem a seguir e que foram emergentes dos dados textuais já que eles surgem a partir da interpretação das opiniões dos participantes:

Seguidamente apresenta-se, através da figura 16, e de uma forma esquemática as fases de aplicação da ferramenta estatística AQUAD:

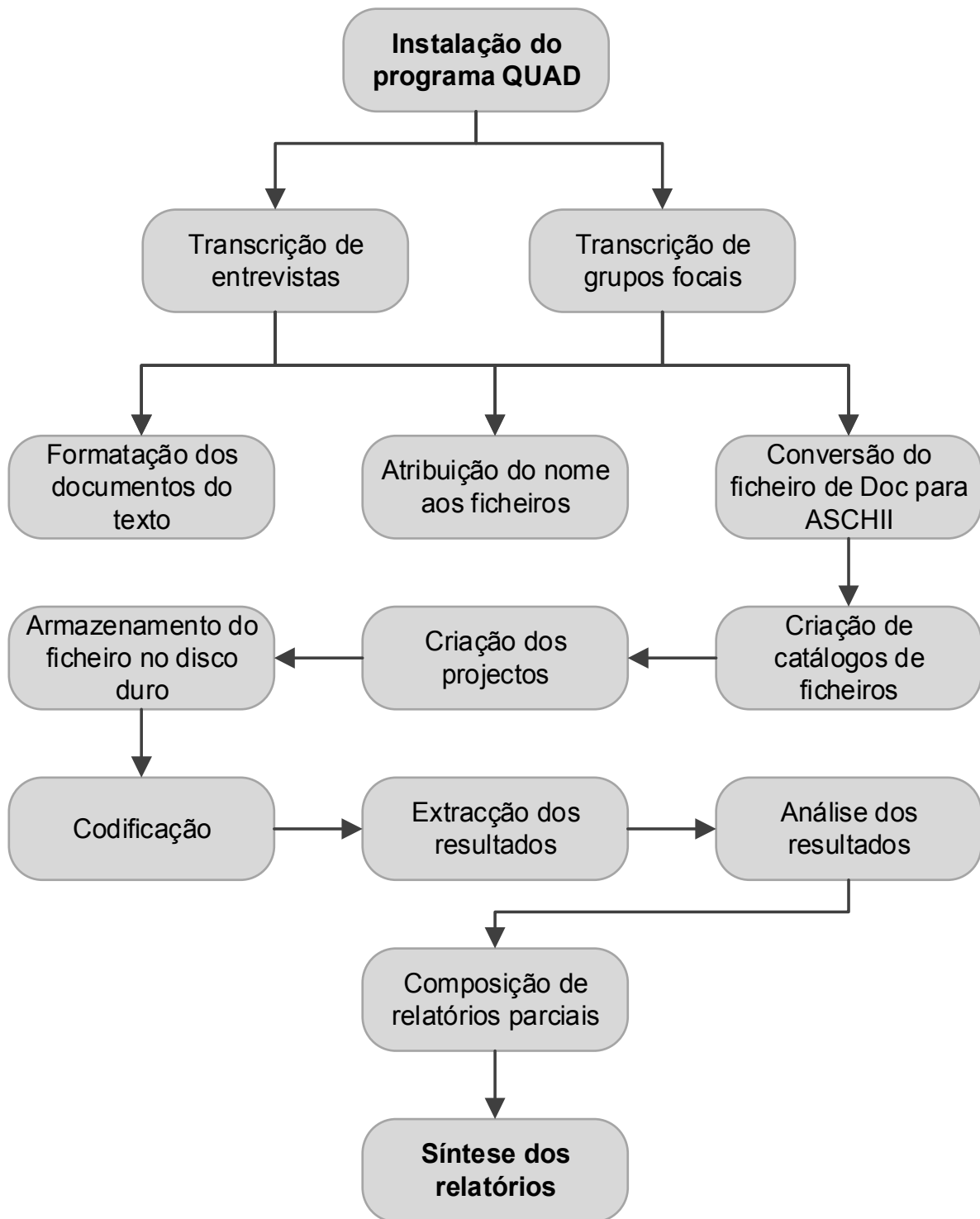


Figura 16 - Fases de aplicação da ferramenta AQUAD



## **O programa SPSS**

O programa SPSS é um sistema eficaz de análises estatísticas e manuseamento de dados, num ambiente gráfico, em que a utilização mais frequente, para a maioria das análises a efetuar, se resume à seleção das respetivas opções em menus e caixas de diálogo. Contudo, o sistema dispõe de um editor de comandos, a que o utilizador mais avançado poderá recorrer a fim de realizar determinado tipo de análises mais complexas e elaboradas.

O programa dispõe de uma potente rotina de geração de tabelas dinâmicas que permitem que o utilizador explore os dados, com o re-arranjo de colunas e linhas. O SPSS permite realizar todos os tipos de gráficos usuais em estatística, a fim de realçar as análises efetuadas.

O aspecto parcial de interface da introdução e análise de dados do questionário são apresentados nos anexo 3.1.28 e nos anexos 3.1.29 e 3.1.30 estão apresentados exemplos de processo de análise de dados pelo programa SPSS.

Todos os resultados estatísticos, tabelas, gráficos, são visualizados numa janela designada por Viewer. Uma janela Viewer abre automaticamente na primeira vez que o utilizador executar uma tarefa que gera output. No nosso caso de estudo foi utilizado a versão 17.

O processo para a análise de dados envolveu sete passos especificamente:

**Criação de uma base de dados** - O primeiro passo destinou-se a preparações preliminares que consistem em analisar bem as perguntas do questionário e anotar para cada uma delas o número de variáveis necessária, a escala de medida ligada com as respostas e a ausência de respostas. Este procedimento consiste na criação de uma base de dados, através da criação em SPSS de variáveis de diversos tipos e inserção de dados obtidos do Questionário. Assim, foi possível criar bases de dados que permitem analisar de forma rápida clara e objetiva os resultados relativos a um determinado aspeto ou questão a investigar.

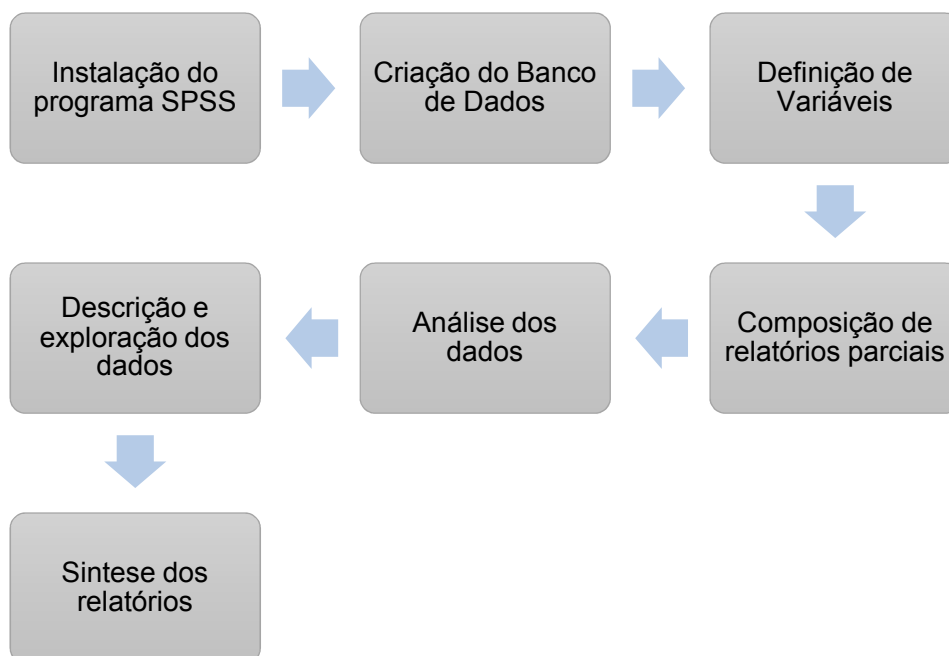
**Definição de variáveis-** A definição de variáveis é um passo fundamental na criação de base de dados. Cada variável foi criada separadamente indicando nome, definição, tipo, e categorias.

**Descrição e análise dos dados-** Os dados obtidos foram analisados pelo SPSS de diversas formas com o objetivo de dar resposta às questões de investigação.

**Interpretação dos resultados-** Após a obtenção de resultados e análise estatística dos mesmos através de testes existentes no SPSS, realizou-se de forma clara e objetiva a ligação entre a teoria previamente construída (pressupostos teóricos, estudos de investigação) com os resultados obtidos, com a finalidade de comprovar ou esclarecer de forma concisa e coerente as questões e objetivos levantados numa fase metodológica inicial. Deste procedimento resultou um relatório.

A interpretação dos resultados obtidos pelo SPSS permite assim a retirada de conclusões relativas a uma determinada amostra ou população em estudo, servindo como referência a realização de novos estudos de investigação ou desenvolvimento e implementação de programas de intervenção em determinadas áreas.

Seguidamente na figura 17 estão esquematizadas as fases da aplicação desta ferramenta de análise dados.



**Figura 17 - Fases de aplicação da ferramenta SPSS**

Este capítulo que aqui se encerrou, proporcionou momentos de análise sobre as circunstâncias e as opções metodológicas que orientaram todo o percurso desta investigação. Foram destacados os instrumentos e as técnicas de recolha de dados bem como o processo de análise de dados recolhidos nesta investigação. Apresenta-se a seguir o capítulo análise de dados que resultaram do percurso metodológico apresentado.



## **PARTE III – RESULTADOS E DISCUSSÃO**



## CAPITULO V – ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Este capítulo tem como pressuposto a análise dos dados recolhidos por meio da pesquisa documental e empírica. Esta última foi construída através da observação, de entrevistas e de questionário. A análise dos dados foi realizada a partir das informações obtidas em articulação com o referencial teórico utilizado, que direcionou as discussões e conclusões finais. Desta forma, foi realizada uma leitura detalhada do material seleccionado, o que possibilitou vislumbrar e apreender as particularidades de cada categoria, teórica e empírica, conforme as análises que se seguem. O processo de análise de dados foi aportado *software* de estatística SPSS para tratamento dos dados estatísticos o *software* para análise do conteúdo.

Foram analisadas os instrumentos estratégicos de Educação Ambiental, constantes dos documentos citados anteriormente, conforme as categorias definidas nos procedimentos de pesquisa. Após a análise teórica, buscou-se um diálogo entre os dados apontados pelos participantes, nas diferentes técnicas de pesquisa empírica, utilizadas na investigação para compreender a realidade em sua complexidade.

## **1. Análise e tratamento dos dados**

### **1.1. Análise de grupos focais**

A análise dos grupos focais foi delineado com base no objetivo central traçado para esta técnica que foi o de levantamento das necessidades que os professores do EB sentem para acolherem um programa de educação ambiental.

O guião dos grupos focais está ilustrado nos anexo 3.1.1 e anexo 3.1.2 e os dados dos textos resultantes da realização dos sete grupos focais permitiram-nos concluir, que, apesar da utilização do mesmo guião dos grupos focais, os textos apresentam características diferenciadas quanto à sua extensão, número de extratos codificados, nº de linhas, e nº de parágrafos.

Relativamente à extensão dos textos, consoante a ordem decrescente do tamanho, estes assumem a seguinte disposição: grupo 6, com 2699 palavras; grupo 4, com 2300 palavras; grupo 8, com 2250 palavras; grupo 5, com 2061 palavras; grupo 10, com 1695 palavras; grupo 9, com 1569 e, finalmente o grupo 7, com 936 palavras.

Em relação ao nº de extratos codificados, podemos apurar que os grupos com maior número de extratos codificados são os grupos 6 e 4, sendo o grupo 6, com 62 extratos codificados e o grupo 4, com 43 extratos codificados. É de destacar que o grupo 6 contém maior nº de linhas e parágrafos com 268 e 50 respetivamente.

Constatamos ainda que há uma certa proporcionalidade entre a extensão dos textos e o nº de parágrafos. Podemos constatar, em termos gerais que quanto maior é a extensão dos textos, maior é o nº de parágrafos, o que significa dizer que as diferentes opiniões recolhidas tiveram um valor significativo na determinação das nossas categorias.

Seguidamente, apresenta-se a tabela 8 com as características dos textos produzidos a partir da realização de grupos focais:



**Tabela 8 - Características dos textos produzidos**

Fonte	Nºde palavras	Nº de Extratos Codificados	Nº de linhas	Nº de parágrafos
<b>Grupo 1</b>	<b>2300</b>	<b>43</b>	<b>222</b>	<b>33</b>
<b>Grupo 2</b>	<b>2061</b>	<b>38</b>	<b>200</b>	<b>36</b>
<b>Grupo 3</b>	<b>2699</b>	<b>62</b>	<b>268</b>	<b>50</b>
<b>Grupo 4</b>	<b>936</b>	<b>35</b>	<b>106</b>	<b>28</b>
<b>Grupo 5</b>	<b>2250</b>	<b>41</b>	<b>227</b>	<b>44</b>
<b>Grupo 6</b>	<b>1569</b>	<b>40</b>	<b>155</b>	<b>25</b>
<b>Grupo 7</b>	<b>1695</b>	<b>23</b>	<b>183</b>	<b>31</b>

A codificação dos textos produziu resultados sintetizados na tabela 9

**Tabela 9- Características de grupos focais quanto ao nº de intervenções**

Categorias	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Total
	Nº de Intervenções	Nº de Int.	Nº de Int.	Nº de Int.	Nº de Int.	Nº de Int.	Nº de Int.	
Pertinência	3	2	4	4	5	4	4	<b>26</b>
Perspetiva	5	2	6	4	7	6	4	<b>34</b>
Áreas de atuação	3	5	3	5	3		5	<b>24</b>
Condições necessárias	4	2	8	4	4	8	4	<b>34</b>
Sistema de avaliação	2	3	4	4	4		3	<b>20</b>
Formas de articulação	3	2	2	4				<b>11</b>
Sugestões	5	2	4	2	2	3		<b>18</b>
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>31</b>	<b>27</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>167</b>

Em função dos dados recolhidos, no cômputo geral, podemos confrontar com a seguinte ordem decrescente do nº de intervenções nos diferentes grupos focais: perspectiva de formação com 34 intervenções, condições necessárias, com 34 intervenções, pertinência do programa com 26 intervenções, áreas de atuação, com 24 intervenções, sistema de avaliação com 20 intervenções, sugestões com 18 intervenções, e formas de articulação com 11 intervenções.

Na tabela 9 pode-se constatar que há diferenciação quanto ao nº de intervenções referentes à mesma categoria em grupo focais diferentes. Citamos as categorias pertinência do programa, perspectiva de formação e sistema de avaliação, em que o grupo 5 produziu maiores números de intervenções com 5 e 7 intervenções, respetivamente.

Quanto à categoria condições necessárias, o grupo 6 produziu maior nº de intervenções com 8 comentários a respeito do assunto.

Com a finalidade de se prosseguir com os objetivos da investigação apresentaremos, a seguir a análise e interpretação da informação obtida, a partir dos grupos focais, focalizando a nossa atenção nos aspetos que se considerou serem mais relevantes para este estudo. Desta forma, identificou-se, à partida, para a análise de conteúdo, um conjunto de categorias de análise e subcategorias de análise, a priori, e outras que foram surgindo do material empírico à medida que a investigadora deste estudo entrava neste “mundo” particular da investigação. A organização de categorias e subcategorias de análise seguiu uma lógica que incidiu na descoberta de relações entre elas de forma a permitir-nos explorar e descobrir indicadores do processo, fundamentalmente as relações convergentes e/ou divergentes entre os discursos verbalizados.

Neste contexto, estruturou-se um conjunto de categorias e subcategorias, das quais surgem algumas de forma imprevista do ponto de vista teórico, que não têm uma relação tão direta com o objeto de estudo, apesar de as se considerar oportunas para aprofundar o problema de investigação. Estas categorias e subcategorias de análise que, não estando relacionadas tão diretamente com o objeto de estudo, podem, de alguma forma, ajudar-nos a clarificar, teoricamente, o âmbito do mesmo.

De seguida, são apresentadas nos quadros 39 e 40 as categorias e subcategorias de análise que foram definidas a priori e todas aquelas que surgiram a partir do material empírico, seguidas da respetiva análise e interpretação.

**Quadro 39 - Definição de categorias e subcategorias dos grupos focais**

<b>GRUPOS FOCALIS 1 2 3 4 5 6 7</b>			
<b>Perguntas de investigação</b>	<b>Objectivos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
Qual é a vossa opinião sobre a pertinência de um Programa de Educação Ambiental dirigido aos programas do Ensino Básico de Cabo Verde?	Explorar as diferentes opiniões dos actores envolvidos sobre a pertinência de integração efectiva do programa de Educação e Sensibilização Ambiental nos Programas Curriculares	Pertinência da Formação	Opinião favorável
			Opinião desfavorável
Como acham que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da Educação ambiental tendo em conta as necessidades que sentem?	Analisar sobre as prespetivas de de um Programa de Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico	Percepções sobre as prespetivas de formação	Estratégia de abordagem
			Modalidade de Formação
			Perfil do Formador
			Agentes Envolvidos
Que condições técnicas , pedagógicas e financeiras acham que devem ser criadas para se implementar um Programa de Formação de Professores?	Identificar as condições teórico-praticas necessidades relativas à Educação ambiental no ensino Formal	Condições necessárias	Condições técnicas
			Condições financeira

**Quadro 40- Definição de categorias e subcategorias dos grupos focais (continuação)**

GRUPOS FOCALIS 1 2 3 4 5 6 7			
Perguntas de investigação	Objectivos	Categorias	Subcategorias
Como avaliam a integração das componentes Educação Ambiental nos Programas Ambientais já concebidos?	Conhecer as diferentes opiniões dos actores envolvidos relativamente ao modelo para avaliação de um Programa de Formação para os	Sistema de avaliação	Agentes envolvidos
			Perfil do avaliador
			Estratégia de avaliação
			Instrumentos de avaliação
Quais são as estratégias de articulação entre os ministérios, na implementação de um programa de Educação Ambiental?	Identificar estratégias de articulação entre os Ministérios para a implementação do Programa	Estratégias de Articulação	Parcerias
			Planificação
			Reuniões
Que comentários e sugestões deixam às instituições ambientais para as melhorias das suas actuações	Conhecer opiniões sobre acuações para a melhoria de programa	Sugestões de melhoria	-----

Relativamente à categoria pertinência do programa, foram produzidos um total de vinte e três comentários. Os intervenientes consideram que um programa de Educação Ambiental dirigido aos professores do ensino básico reveste-se de uma importância significativa na educação formal tendo em conta a dimensão social do tema.

Os informantes revelaram que os professores carecem de uma formação específica na área ambiental permitindo dotá-los de uma preparação sólida quer na vertente teórica quer na vertente prática.

É do entendimento da equipa informante que as capacitações dos professores na área ambiental levam-nos à adoção de compromissos ambientais. Os intervenientes ainda referem que há necessidade da escola se converter num espaço onde a Educação Ambiental promove hábitos, conceitos, valores e atitudes que permitam a modificação das tendências de exploração, transformação e consumo de recursos naturais. Daí que toda tentativa de incorporar a dimensão ambiental no currículo escolar deve levar em consideração a formação e experiência

dos professores em promover a aprendizagem. Um programa de Educação Ambiental deve adaptar às novas realidades e procedimentos que facilitam o desenvolvimento de valores e atitudes adequadas.

Deve-se capacitar os professores no sentido de analisarem sobre as suas práticas tornando-os capaz de reorientar os professores, orientadores e dinamizadores na análise de situações ambientais que guiam seus alunos e alunas em seu processo de construção de conhecimento e de formação para tomada de decisão. A maioria dos informantes admite que há pertinência de um programa de Educação Ambiental dirigido aos professores do Ensino Básico. A necessidade de uniformização dos conhecimentos e de abordagem foi apontada pelos informantes como fatores fundamentais para a criação do programa. Este é considerado um instrumento fundamental para a difusão de uma cultura ambiental nas instituições de ensino.

A criação de um programa de formação diferenciado e compatível com o perfil do professor foi apontada como elemento facilitador no processo de implementação do programa.

Conseguimos comprovar que a maioria dos participantes é da opinião favorável em relação ao programa que se pretende concecionar. Os participantes afirmaram que os professores carecem de um despertar de consciência cósmica aliado à necessidade de um tratamento sistemático do tema. Uma reflexão dos informantes deixaram-nos compreender que o tema é atualmente tratado com alguma raridade e os conteúdos estão sendo desenvolvidos de uma forma fragmentada o que não favorece uma plena consciência ambiental.

Além destes fatos, as intervenções permitiram-nos apurar sobre a necessidade de uma uniformização na abordagem dos conteúdos através de um programa que promove a interdisciplinaridade a nível nacional. Esta indicação nos leva a crer que uma formação pedagógica específica constitui uma mais-valia no contexto dos grandes desafios que encaramos no âmbito da Educação Ambiental.

No texto produzido pelos nossos intervenientes há diversidades de menções que justificam a pertinência como por exemplo:

acho que este programa é útil para os professores sentirem mais responsabilizados em tratar esta questão, para terem também conhecimento mais específicos para trabalhar com s alunos porque os professores do Ensino Básico não tiveram esta formação ( R<sub>1</sub> do Grupo 001, Anexo 3.3).

É de se notar que os intervenientes concordam com o programa de formação em Educação Ambiental proposto para os professores do ensino básico. Na sequência dos seus discursos ficou presentes que são os professores do ensino básico, os intermediários das crianças, e estas, considerado veículo de transformação social.

Os intervenientes compreendem que os professores ocupam na escola uma posição fundamental em relação ao conjunto de agentes escolares e que são eles os principais atores e mediadores da cultura e dos saberes escolares. Sem deixar de acrescentar as famílias e a comunidade do entorno escolar como um todo, que compõem um conjunto de mútuas influências.

Ainda os intervenientes alegam que a Educação Ambiental deve ocupar uma posição privilegiada no currículo escolar para garantir a sustentabilidade ambiental.

Os declarantes demonstram que o tema assume uma dimensão importante no contexto social e os professores contestam a existência desta lacuna nas suas formações académicas. Acham ainda que a formação académica dos professores deverá ser orientada para o desenvolvimento de capacidades de questões inovadoras dos problemas ambientais.

Os produtores do texto manifestam-se a favor do programa proposto. Estes entendem que é de capital importância trabalhar a Educação Ambiental no currículo das Escolas, pois a escola constitui um lugar privilegiado para estes tipos de ação.

O tema é pertinente tendo em conta o seu objetivo de promover a mudança de comportamento e atitudes face à sustentabilidade ambiental.

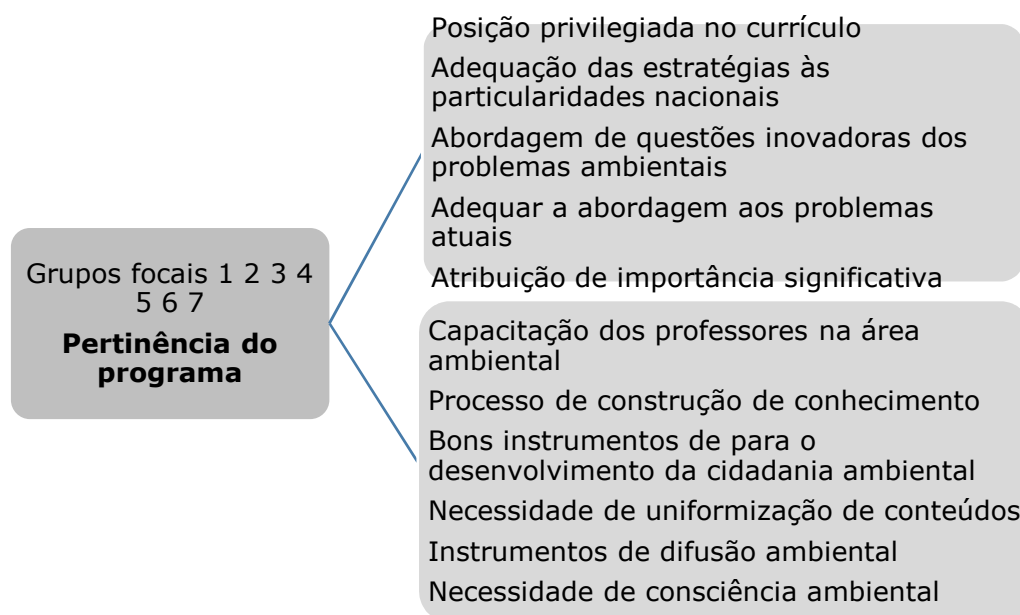
O programa poderá ser uma boa ferramenta de reforço na formação de competências ambientais dos professores levando-os a despertar mais interesse em trabalhar esta temática. Por outro lado, os professores estão diretamente envolvidos com as crianças e estas são principais veículos de transformação da sociedade. A

inclusão do programa poderá proporcionar alguma inovação ao currículo escolar e uma melhor resposta ambiental em Cabo Verde.

Os produtores do texto demonstram a concordância com o programa de Educação Ambiental para os professores do ensino básico. A importância estratégica de um programa de Educação Ambiental e sentido de urgência têm vindo a ser compreendidas gradualmente a nível nacional e a nível internacional visando a preservação ambiental.

Os integrantes atestam que no âmbito curricular nacional e mais concretamente no ensino básico, várias atividades vêm sendo realizadas com as crianças em prol da sustentabilidade ambiental.

Tomando como referência o comportamento dos seus educandos, os integrantes do grupo comprovam alterações nas suas atitudes e comportamentos ambientais através de promoção de boas práticas ambientais em casa como o simples fechar das torneiras com o intuito de poupança da água. Também as crianças conseguem multiplicar as suas atuações juntos dos seus envolventes o que poderá desenvolver intervenções favoráveis em prol do ambiente na nossa sociedade. Por outro lado, o grupo é da opinião que se deve dar continuidade aos projetos ambientais uma vez que os resultados dos conteúdos trabalhados nos currículos estão sendo positivos. Apresenta-se seguidamente na figura 18 o esquema que sintetiza os resultados sobre a categoria analisada.



**Figura 18 - Síntese dos resultados da categoria pertinência de formação**

Em relação à categoria, perspectiva de formação, houve trinta e quatro (34) comentários. Os participantes entendem que os professores devem ter uma formação específica na área, permitindo uma preparação mais sólida. A análise evidenciou a necessidade de formação inicial e contínua dos professores na perspectiva da Educação Ambiental para estes profissionais actuarem de forma crítica diante de necessidade de formar cidadãos críticos, conscientes e que estejam preparados e comprometidos com sustentabilidade ambiental. Na proposta dos participantes, estes acham que a incorporação da Educação Ambiental nos curricula escolar deve seguir um modelo interdisciplinar onde a temática ambiental se incorpora em outras disciplinas, constituindo uma valia para as mesmas. Esta estratégia interdisciplinar poderá provocar nos alunos uma maior responsabilidade ambiental.

Foi também mencionada que deverá ser incorporada uma estratégia pedagógica voltada para a prática aliada à reflexão, envolvendo oficinas teóricas para reflexão conceitual; oficinas práticas de orientação para inserção da Educação Ambiental nas escolas; visitas de intercâmbio; estabelecimento de relações com famílias e de comunidades vizinhas que desenvolvem propostas técnicas que trazem em sua concepção o respeito ao ambiente e práticas de conservação e bom uso dos recursos naturais.

Estes comentários vêm de encontro às decisões tomadas na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi (1992) em que se propôs como um dos princípios básicos da Educação Ambiental a aplicação de um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada.

Os participantes apresentaram uma modalidade de formação que inclui uma componente à distância e outra presencial. A componente presencial poderá integrar workshops, seminários, jogos, projetos e oficinas ambientais. O debate permitiu-nos concluir que as dificuldades apresentadas pelos professores ao tratarem de questões ambientais em sala de aula, são principalmente provenientes da falta de formação pedagógica numa perspectiva mais abrangente.



As instituições com responsabilidade na área ambiental devem elaborar um programa único onde cada organização envolvente tenha as atividades bem definidas, tendo em vista o conceito de complementaridade. Há necessidade de uma diversidade de atividade em setores diferentes. Os participantes apontaram como exemplo de boas práticas, as atividades de Informação Educação Comunicação (IEC) a nível do programa concelhio. Também consideram fundamental diversificar o público-alvo e centrar a atenção nas crianças e nas vendedeiras do recinto escolar. Além das iniciativas referidas, deve-se igualmente estimular as empresas públicas e privadas para a criação de um programa destinado à capacitação de todos os trabalhadores, visando a sustentabilidade ambiental. Os intervenientes, ainda, sugeriram o aumento e a diversificação dos programas televisivos voltados à Educação Ambiental. A criação do incentivo aos investigadores poderá se constituir uma boa iniciativa.

Os registos demonstram que o programa devia estar integrado no currículo de formação dos professores.

Os integrantes do estudo consideram fundamental fazer um diagnóstico de situação para identificação das necessidades do programa de Educação Ambiental.

Nos conteúdos do programa deverão ser reservados espaços para articulação das instituições ambientais.

Em termos metodológicos, os professores deverão ser formados com novas metodologias, de preferência, mais interativas, vendo o que acontece no território e tendo em conta as necessidades locais.

Poderá ser interessante analisar questões ambientais globais e o local.

Outro aspeto a ter em conta no dizer dos participantes, tem a ver com a natureza das atividades a desenvolver. Estas deverão demonstrar que as ações do quotidiano provocam consequências a nível global. Por exemplo, onde deve ser colocado o lixo, a contaminação do ambiente, o esgoto, a casa de banho, a diferença de ter casa de banho, a questão do mosquito e a análise de todo o ciclo.

Os informantes ressaltando duas vertentes: as voltadas essencialmente para a prática e as voltadas para a teoria e pensam que uma formação à distância com recurso à internet e rádio pode ser uma das modalidades a implementar neste programa de formação. Neste sentido, pode-se tomar como ponto de partida as

modalidades de formação à distância já implementadas para uma ação mais efetiva e eficaz. Poderá servir de referência a modalidade em que se implementou o programa de Formação para a Cidadania e o Programa sobre Vida Escolar Saudável como dois exemplos de sucesso. Segundo o ponto de vista dos participantes o programa pode ser incluído no currículo de Formação inicial dos Professores mas também pode ser trabalhado em sessões de atualização por meio de palestras, debates. Paralelamente à formação à distância pode-se implementar as sessões presenciais. Neste grupo foi referido que o programa deve ser abordado como uma disciplina curricular contrariamente aos participantes de outros grupos. É de ressaltar duas perspectivas diferentes de trabalhar este programa: Por um lado o programa deve ser abordado de forma transversal e, por outro lado, de forma disciplinar.

Deve-se adoptar uma estratégia de abordagem que oriente para a promoção de medidas de prevenção nomeadamente a prevenção da produção dos resíduos electrónicos desenvolvidos pelos trabalhadores do Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI) e capitalizar as boas práticas. Dado a importância do tema, o programa deve promover formação de especificidade na área de Educação Ambiental para garantir maior qualidade no processo ensino aprendizagem. Segundo os nossos informantes, deve-se rever o currículo de forma que a componente Educação Ambiental seja inserida como uma disciplina curricular no ensino básico para despertar mais interesse e ter um maior impacto na sociedade académica.

Associado ao programa de formação, para além de desenvolver a vertente específica para a formação dos participantes, os informantes referem também à necessidade de apostar nos materiais didáticos envolvendo manuais, que despertam mais interesse e com uma seleção de textos ajustados à realidade nacional.

As instituições trabalham de forma fragmentada levando com que as atividades tenham pouca eficácia. Os informantes mencionaram que sentem ausência de articulação entre as instituições voltadas às causas ambientais o que pode ser justificada pela resistência de várias naturezas atribuídas em parte à “imaturidade” da Educação Ambiental no ensino formal que ainda não possui arcabouço teórico e metodológico consolidado. Esta articulação poderá reforçar os benefícios da Educação Ambiental.

Os participantes entendem que o programa que se pretende concecionar deve adequar à revisão curricular em curso. As atividades a serem desenvolvidas deverão ser distribuídas pelas diferentes áreas curriculares dando um caráter transversal ao programa. Deve haver um reforço de conhecimentos científico para possibilitar a abordagem com sucesso desta temática. Neste sentido pensamos que o tema merece um maior destaque, considerando a conjuntura social e histórica.

As atividades deverão ser desenvolvidas sempre numa perspetiva de integração conforme as recomendações emanadas no regulamento do Ministério da Educação previstas no processo da Documento Orientador da Revisão Curricular (2006).

Segundo as declarações dos (as) colaboradores (as) desta pesquisa, as questões ambientais devem ser abordadas de forma contextualizada com o intuito de responder às especificidades do país e do contexto local. O programa de formação pode ser desenvolvido segundo a modalidade de formação presencial contínua e inicial, nas instituições de formação ou nos seus locais de trabalho. A formação pode ser desenvolvida sob a forma de ciclos de seminários, oficinas e workshops com o acompanhamento assíduo das notícias sobre a temática nos órgãos de comunicação. Paralelamente à formação presencial as intervenções apontam para um empenhamento na formação e-learning ou b-learning com recurso às tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Quanto ao perfil do formador, este deve ter alguma experiência, assim como deve ser dotado de capacidade de despertar interesse dos professores para uma aprendizagem com eficácia.

Os declarantes aconselharam que a implementação do programa fosse de uma forma faseada. Neste sentido, os comentários apontam para a determinação de uma amostra de professores para realizar uma experiência piloto com o objetivo de criar uma rede de formadores no domínio da Educação Ambiental. O objetivo da criação desta rede é facilitar o desenvolvimento de competências para a planificação de atividades voltadas para a problemática ambiental.

No que diz respeito às modalidades de formação em Educação Ambiental, a formação à distância é o que lhes parece mais fácil devido à prática adquirida nas formações em outras áreas com recurso à rádio educativa. Já existe esta

experiência noutras disciplinas. Debates e palestras também podem ser algo que se consegue com facilidade. Aliado à modalidade referida, os declarantes acham que também é possível em sessões presenciais.

Os informantes são da opinião de que a Educação Ambiental seja considerada como um tema transversal. Na conceção de Oliveira (2007, p.108): a transversalidade da questão ambiental é justificada pelo fato de que seus conteúdos, de caráter tanto concetual (conceitos, fatos e princípios), como procedimental (relacionados com os processos de produção e de ressignificação dos conhecimentos), e também atitudinais (valores, normas e atitudes), formam campos com determinadas características em comum: não estão configurados como áreas ou disciplinas; podem ser abordados a partir de uma multiplicidade de áreas; estão ligados ao conhecimento adquirido por meio da experiência, com repercussão direta na vida quotidiana; envolvem fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada a longo prazo.

Nesta ótica, foi possível apurar, através dos discursos, que a formação em Educação Ambiental deve ser ministrada por especialistas na matéria. A formação em Educação Ambiental deve visar uma melhor apropriação dos conteúdos científicos e pedagógicos gerais sem esquecer das particularidades nacionais e locais rumo à sustentabilidade ambiental.

O depoimento de um dos informantes faz a seguinte consideração:

Se tivéssemos um programa voltado para os professores eu acho que uma das modalidades que podemos ter é a formação à distância com recurso a novas tecnologias e então complementar com workshops e com seminários. (R<sub>3</sub> do grupo 001, Anexo 3.3)

As intervenções dão conta que é fundamental, na formação dos professores, a introdução do conceito de gestão partilhada direcionando este processo para as novas gerações.

Os participantes descreveram alguns exemplos de boas práticas da Educação Ambiental comprovando ações de sucesso com intervenções de crianças nos programas ambientais.

Surgiu também neste debate a ideia de que na implementação do programa de Educação Ambiental deve-se dar atenção especial ao ensino diferenciado tendo em conta a diversificação do perfil dos formandos.

A formação sobre a perspetiva clínica poderá ser uma boa opção na formação, na medida em que dará o seu grande contributo na identificação das necessidades de formação.

Os intervenientes opinaram que a vertente teórico-prática deverá ser contemplada na formação de Educação Ambiental. Esta vertente proporciona aos formandos a oportunidade de se refletir sobre as suas próprias práticas.

Deverá se optar pela modalidade de formação à distância numa óptica de transversalidade.

Foi também sublinhado que seria interessante proceder à integração de Educação Ambiental com outras áreas afins, nomeadamente a educação artística e a educação para a cidadania, pois por serem áreas inovadoras poderão despertar maior motivação junto dos professores.

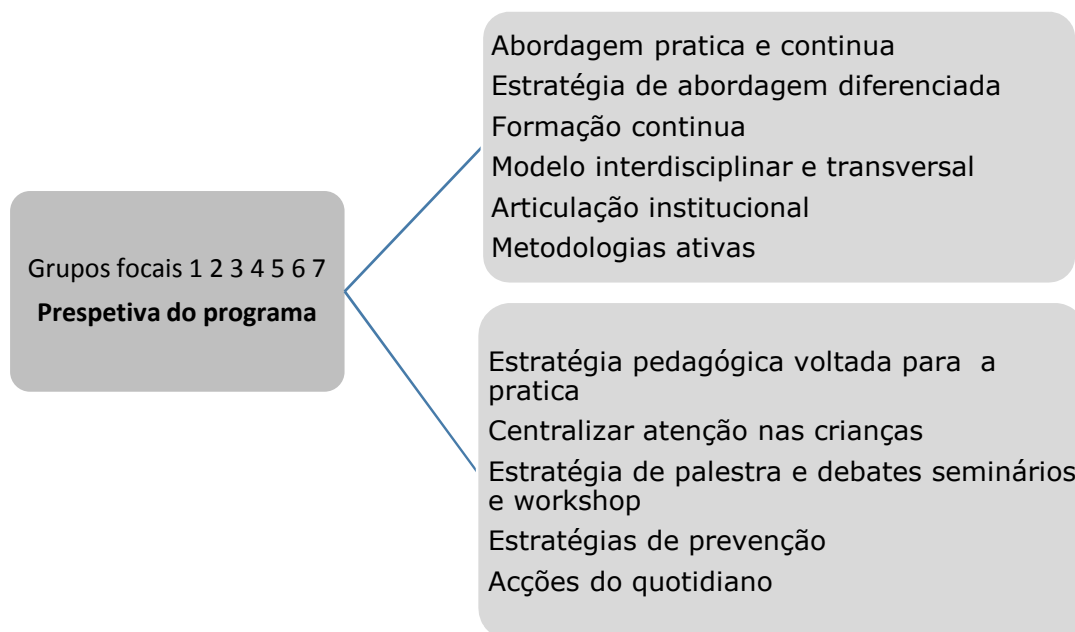
Os resultados demonstram que o programa de formação deve integrar fundamentalmente a componente teórico-prática. As atividades práticas devem ser centralizadas nas campanhas de limpezas, visitas de estudo, plantações, etc.

O programa deve comportar estratégias de abordagem diferenciada em conformidade com as particularidades dos formandos.

Quanto aos recursos, os participantes pensam que os recursos tecnológicos audiovisuais são fundamentais para o suporte na formação.

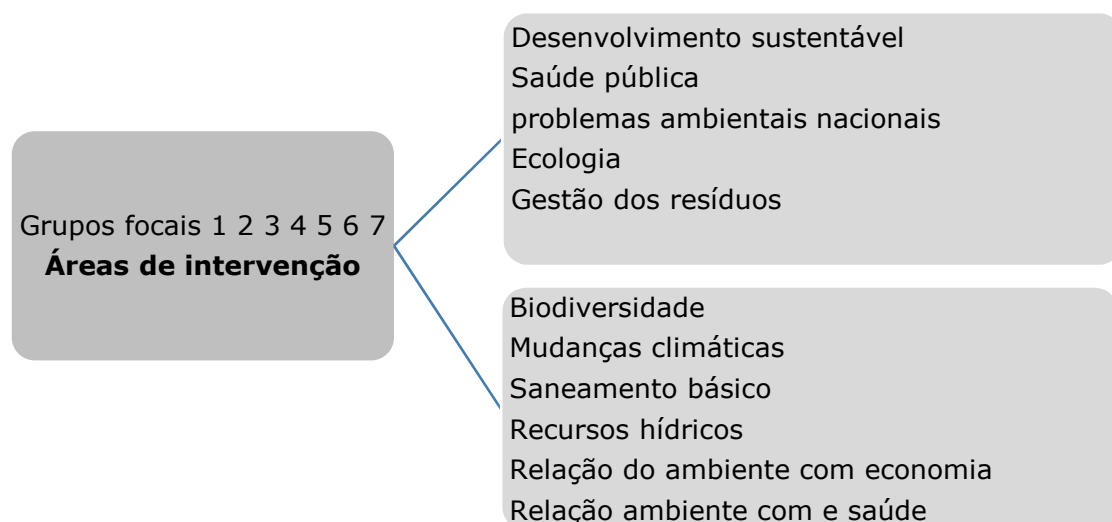
O tema Educação Ambiental deve ser abordado através de ações de sensibilização para a preservação ambiental. Pode-se dar uma especial atenção às visitas domiciliares e refletir com os usuários sobre os recursos ambientais e as atividades do quotidiano.

Um programa com os voluntariados poderá ser uma boa opção. Um outro ponto de vista dos participantes é a ideia do Ministério de Educação criar parcerias no âmbito de Educação Ambiental com as várias ONGs e as Câmaras Municipais. Na figura 19 está ilustrada a síntese dos resultados da categoria perspetiva de formação.



**Figura 19 - Síntese dos resultados da categoria prespetiva de formação**

Quanto às áreas de atuação, originaram vinte e quatro (24) comentários. A análise das unidades do texto neste âmbito, revela-nos a pertinência dos seguintes temas pertinentes representados na figura 19.



**Figura 20 - Síntese dos resultados da categoria áreas de intervenção**

Os sujeitos argumentaram que se deve tratar estas temáticas a nível global, com uma especial atenção para problemas ambientais a nível nacional.

Estes temas poderão ser abordados na perspetiva internacional com um enfoque na realidade nacional.

Quando foram questionados sobre as condições necessárias para a implementação do programa de Educação Ambiental aos professores do ensino básico, os informantes incitaram trinta e quatro (34) comentários. Nestes comentários, estes afirmaram que há necessidade de selecionar uma equipa de formadores capacitados, uma equipa de produtores de materiais didáticos adequados e uma outra equipa de apoio logístico para a formação. Estas necessidades implicam recursos financeiros para aquisição destas condições.

Os informantes referiram sobre a necessidade de adaptar os materiais didáticos existentes às necessidades dos formandos. Este processo torna-se apropriado às especificidades dos formandos. As adaptações implicam uma planificação pedagógica e ações dirigidas para docentes em critérios diferenciados. Para além das adaptações referidas, as intervenções orientaram para a criação de novos materiais didáticos voltados para a formação e aperfeiçoamento dos professores. Os materiais didáticos desempenham um papel fundamental na interação com os formandos, bem como o processo de aprendizagem. Eles precisam ser elaborados em conformidade com as necessidades dos formandos. É imprescindível a sua diversificação para a concretização dos temas ambientais.

Das interpretações feitas sobre esta categoria foram elencadas áreas de atuações que, segundo o ponto de vista dos participantes, são mais pertinentes: preservação de recursos ambientais, ambiente e qualidade de vida, poluição e meio ambiente, diminuição da biodiversidade, pressão demográfica, aquecimento global, mudanças climáticas, ambiente costeiro e marinho e reciclagem.

Sobre as condições financeiras, os informantes sugerem a criação de projetos nas escolas que poderão servir como fontes de rendimento. Estes projetos deverão ter uma forte componente prática. Para a realização de ensino à distância é fundamental que os professores tenham pré-requisitos básicos. Nesse sentido, recomendam uma formação de capacitação a nível dos professores.

Os intervenientes consideram que a parte financeira é fundamental para a implementação de qualquer programa de Educação Ambiental.

A abertura dos campos disciplinares a uma perspetiva ambiental e a sistematização de um saber ambiental que possa ser incorporado às práticas académicas requerem, em última análise, a reformulação dos conhecimentos dos docentes e a implementação de uma nova cultura. Tais processos implicam medidas institucionais voltadas à criação de novos espaços académicos que favoreçam relações dialógicas e interdisciplinares. A demanda por medidas institucionais e por novos espaços académicos que favoreçam a inter e transdisciplinaridade, talvez seja a melhor expressão para a necessidade de uma intervenção na estrutura académica, tradicionalmente compartimentada e voltada para a hiperespecialização do conhecimento e carente de articulações intrainstitucional, interinstitucional e entre a universidade e a comunidade. O Ministério de Educação como uma instituição pública deve aproveitar as potencialidades de outras instituições públicas e das instituições privadas nomeadamente ADAD, DGA, Biosfera e PNUA para a congregação de esforços na realização de ações ambientais que refletem as demandas sociais no campo de Educação Ambiental.

No entender dos informantes, há necessidade de formar os professores para garantir a eficácia do programa. A realização desta formação requer recursos tecnológicos nomeadamente as novas tecnologias de informação como suporte à formação. Estes recursos poderão servir para colmatar os problemas da formação dos países arquipelágicos como é o caso de Cabo Verde. Além destes recursos que são fundamentais para a efetivação dos cursos, também deve-se produzir diversidades de materiais didáticos tais como manuais, CDRom etc. Além dos recursos tecnológicos e materiais os participantes afirmaram que se deve procurar os recursos financeiros para o reconhecimento oficial da formação em Educação Ambiental dos professores que pretendem formar. Este aspeto poderá constituir um fator de incentivo e motivação junto dos professores. Para concretização deste objetivo pode-se criar um regime jurídico relacionado com a formação nesta área.



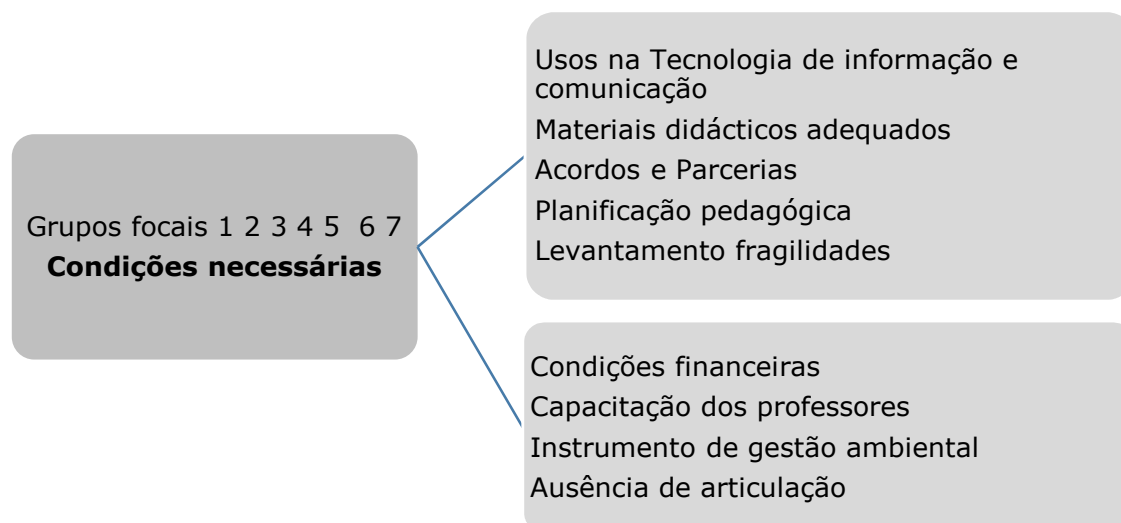
Esta ótica é confirmada por um dos sujeitos da pesquisa quando afirma que:

Queria começar dizendo que se deve em primeiro lugar, apostar em formadores experimentadores, capazes de motivar e interessar os professores para uma aprendizagem com eficiência para podermos ter resultados de qualidade Não é só ter a formação superior ou ser assim ter uma formação. Eu penso que temos que seleccionar formadores capazes de se interessar para as causas ambientais ( R<sub>2</sub> , Grupo 003, Anexo 3.3)

Os participantes entendem que o uso das diferentes tecnologias implica mudanças de atitudes, valores e comportamentos nos processos mentais e perceptivos. Os dados apontam para o uso de audiovisual como uma ferramenta útil para construção de saberes ambientais especializados. Estes recursos devem ser adequados ao contexto de formação.

Os resultados orientam para a necessidade de recursos humanos internacionais para troca de experiências. Um interveniente aponta como um importante parceiro, o Ministério de Negócios Estrangeiros que tem trazido a contribuição da diáspora cabo-verdiana a nível mundial. Pode-se fazer levantamento de necessidade e entrar em contato com o Instituto das Comunidades e fazer uma solicitação oficial. Outros recursos necessários são materiais didáticos adequados.

Os resultados orientam para atualização e diversificação dos materiais didáticos. Em termos financeiros, os aumentos das receitas poderão advir do aumento de propinas. Também pode-se criar o incentivo às empresas para em compensação apoiarem as escolas na realização de atividades ambientais. Segue-se na figura 21, a síntese das condições necessárias segundo a visão dos informantes.



**Figura 21 - Síntese dos resultados da categoria condições necessárias**

Sobre o tópico sistema de avaliação foram emitidas vinte (20) intervenções. Os participantes sugerem duas técnicas fundamentais de avaliação: o questionário aberto para a obtenção de informação sobre a metodologia aplicada durante a formação e sobre as matérias implementadas e a técnica de observação junto dos formandos durante a execução das aulas.

Os dados permitem-nos ressaltar que uma das dimensões importantes a analisar é a própria estrutura do programa e ao mesmo tempo refletir sobre os efeitos da sua implementação. Relativamente aos instrumentos de avaliação os entrevistados são de acordo que sejam implementadas as questões orais e escritas como aplicar um guião de seguimento e observação direta das atitudes e comportamentos pois há uma grande carência nesta vertente comportamental.

. Os informantes sugerem que seja feito maior investimento nos recursos humanos. Por outro lado, as instituições ambientais devem diversificar as estratégias de educação e sensibilização ambiental e dar uma atenção especial aos meios de comunicação social.

É considerada pelos intervenientes, uma das etapas mais importantes de qualquer projeto de Educação Ambiental. Nesta lógica, os projetos de Educação

Ambiental devem ser acompanhados e avaliados de forma sistemática e participativa, possibilitando redefinir sua metodologia e atividade a partir da verificação do alcance dos objetivos.

As intervenções foram orientadas no sentido de formar duas equipas: uma equipa central, formada por coordenadores pedagógicos e outra equipa formada por professores da escola para realização do acompanhamento. O sistema de avaliação de Educação Ambiental deve adequar-se ao processo da revisão curricular em curso. Um dos instrumentos prioritários é o questionário ao professor. Também pode-se utilizar o guião de entrevista em que, depois do tratamento, resultarão informações sobre os impactos das ações desenvolvidas através de indicadores ambientais.

Segundo o ponto de vista dos participantes, a avaliação deverá ser feita através de grelhas de avaliação própria para o efeito e de uma forma contínua com o intuito de se aperceber o nível da compreensão dos conceitos, a afeição pelas atividades e as mudanças de atitudes face à aplicação das atividades.

Quanto aos instrumentos de avaliação, poderá optar-se por diversos tipos de grelhas de registos, fichas de seguimento, bem como o próprio caderno do aluno

Elucidando os participantes pensam que:

Pensando nesta avaliação contínua devemos também pensar nos instrumentos de avaliação. por exemplo análise dos registos. Diversos tipos de registos, podíamos ser através de avaliação, também dos implementadores até no final há possibilidades de fazer até análise do próprio relatório ( R<sub>1</sub>, Grupo 005, anexo 3.3)

As afirmações orientam para a criação de um sistema de indicadores concretos sendo que estes devem medir duas dimensões, os resultados quantificáveis e os qualificáveis. Este último poderá avaliar as mudanças nas práticas e nos comportamentos dos formandos bem como a vertente teórica. Além disso, deve-se ter em conta a questão da imparcialidade na avaliação, aspeto fundamental na avaliação. Este aspeto pode ser ressaltado através da definição de parâmetros claros, objetivos, metodologia e conteúdos. Uma forma de garantir a validade do programa e sujeitá-lo a uma equipa de validadores conhecedores da área. A técnica de avaliação indicada é a de observação no decorrer da implementação do programa nos aspetos observáveis.

Em relação a este item, as intervenções em número de onze (11), nortearam para a necessidade da implicação do processo de intervenção da sociedade civil no programa de Educação Ambiental. Este procedimento apoia a articulação dos diferentes atores sociais nacionais e internacionais na avaliação e implementação do programa.

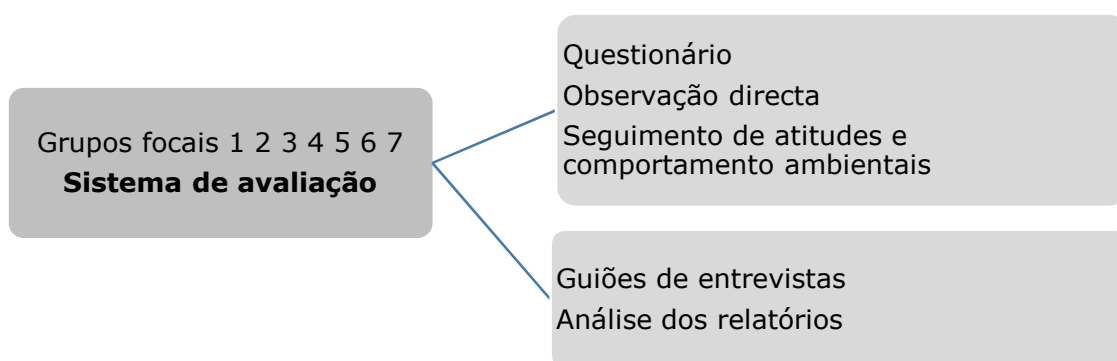
Beierle e Konisky (2000); Beierle e Cayford (2002), afirmam que o êxito de qualquer processo de participação social reside na incorporação dos valores dos cidadãos no processo de decisão; implementar e promover a qualidade nas decisões; resolução de conflitos entre participantes com interesses diferentes, devendo ser dada ênfase ao consenso; recuperação e fomento do grau de confiança nos Serviços Públicos e educar e informar o público.

Segundo o ponto de vista dos participantes deve-se pensar na avaliação diagnóstica contínua. Procederia por etapas, desde levantamento de necessidades, passando pela elaboração de programa até á sua implementação. Quanto aos instrumentos de avaliação podem ser análise dos relatórios.

A avaliação pode ser realizada por meio de um diagnóstico da situação. Em relação aos instrumentos de avaliação, pode-se realizar com recurso a uma grelha de análise para avaliar a metodologia e os conteúdos desenvolvidos. Outro método de avaliação pode ser a triangulação de técnicas por meio de entrevistas, questionário e diário do professor.

Eles entendem que os possíveis avaliadores podem ser os próprios inspetores escolares. Os membros do grupo de discussão aventaram possibilidades de criação de analistas ambientais.

Seguidamente apresenta-se a síntese da categoria sistema de avaliação na figura 22



**Figura 22 - Síntese dos resultados da categoria Sistema de avaliação**

Relativamente ao tópico formas de articulação, os intervenientes produziram dezoito (18) comentários. Ambos os comentários apontam para a elaboração de um plano integrado de educação ambiental com a integração de todas as instituições ambientais visando a união de senergia e promovendo o desenvolvimento sustentável.

No que tem a ver com as sugestões de melhoria, foram apontadas quatro recomendações, no sentido de melhorar a articulação entre os setores ambientais e procurar o envolvimento dos beneficiários nos projetos ambientais.

O processo de articulação pode-se fazer através de realização de congressos, fóruns e cooperação.

Quanto às formas de articulação, da discussão resultaram sugestões sobre possibilidades de articulação em vários sentidos. Assim alguns, na visão dos sujeitos, os responsáveis da educação em Cabo Verde podem realizar encontros de socialização e troca de experiências com outros países para melhorar a atuação nesta área. Um dos participantes informou que esta troca de experiência pode ser

realizada através de Cooperação por meio do Ministério de Negócios Estrangeiros - Instituto das Comunidades que tem trazido o contributo da diáspora em outras vertentes.

Para confirmar estas opiniões o depoimento de um interveniente declara que:

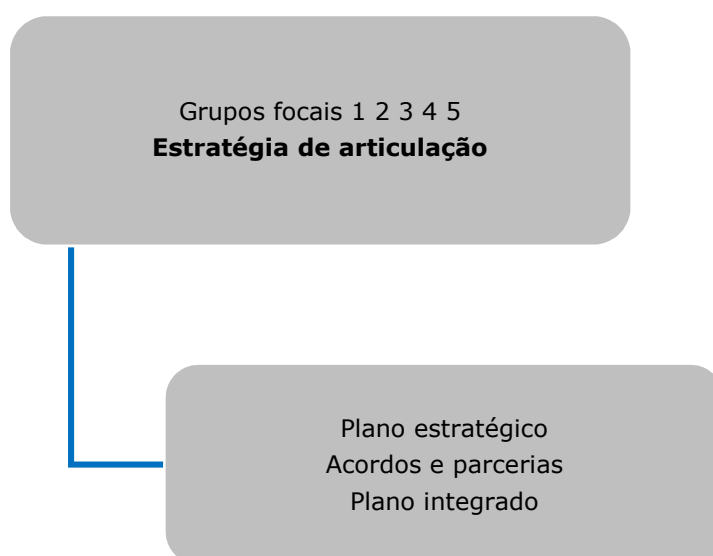
Ambiente para estas instituições devia ser todos os dias. As entidades ambientais deviam estar mais sintonizados. Estando mais sintonizados eu trabalho, por exemplo em prol da biodiversidade e outros trabalham em outras áreas etc. Eu creio que deve existir mais acções, mais energia diversificar as acções a volta das ilhas de Cabo Verde. (R1 Grupo 002, Anexo 3.3)

Deve-se elaborar um projeto ambiental de nível macro e integrar outros projetos ambientais de nível micro. Ainda, os integrantes sugerem a integração de associações nos programas ambientais bem como a organização de programas ambientais.

Podem ser também adotadas atividades práticas que poderão consistir em visitas de estudo.

Os elementos integrantes consideram que se deve criar um plano estratégico em que se integrariam os outros vários planos ambientais. Esta estratégia poderá rentabilizar os recursos

O resumo da análise desta categoria está representado pela figura 23



**Figura 23 - Síntese dos resultados da categoria estratégia de articulação**

Em relação ao tópico sugestões de melhoria, os dezoito (18) comentários indicam para o reforço da cooperação internacional e para o investimento no capital humano.

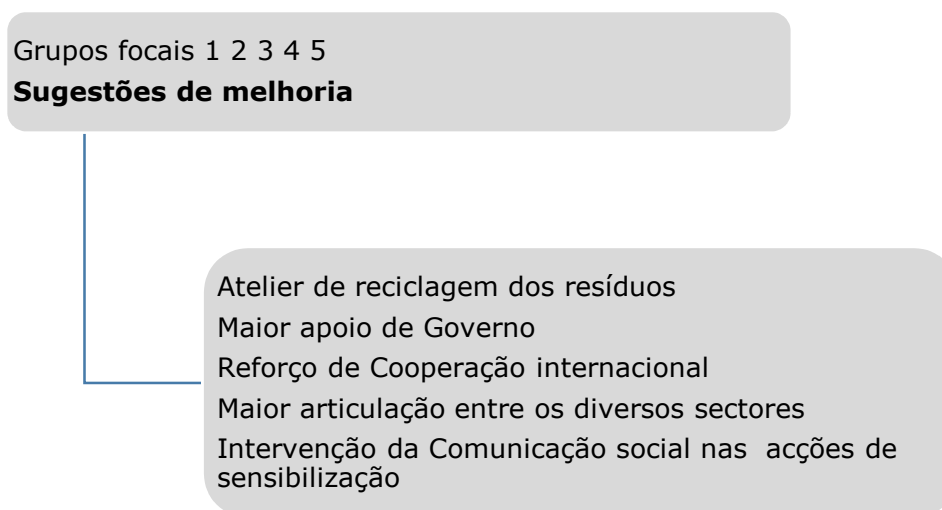
No dizer de umas das participantes a questão legal é fundamental na Educação Ambiental. A Educação Ambiental articula-se com propostas legais de carácter nacional e internacional, que fundamentam sua incorporação ao currículo escolar. Elucida-se um dos comentários considerados pertinente:

Tenham mais acções, mais energias e acções mais visíveis. É preciso ver para todo o lado estas acções por exemplo de cariz ambiental. Devem ser mais cuidadosos neste aspecto. Programas educativos televisivos como a rádio educativa. Os alunos querem saber mais, sentem-se preocupados. ( R1 grupo 002, Anexo 3.3).

Cada educador, ao assumir a Educação Ambiental como componente basilar de seu fazer pedagógico, não poderá desviar-se das ações decorrentes deste compromisso, seja em termos de sala de aula, seja em termos de atividades extracurriculares. Ele poderá esperar resistências e contratempos, conforme estas ações contrariem determinados interesses (de carácter burocrático, administrativo, social, económico, etc.). Então, é preciso que o educador tenha conhecimento dos documentos legais que possam ser utilizados para justificar seus procedimentos.

As instituições ambientais, a escola e a família devem ter uma estreita ligação envolvendo-os numa ação conjunta para garantir a sustentabilidade ambiental. A sensibilização ambiental deve ser uma boa aposta nesta questão.

Apresenta-se de seguida a síntese das análises desta categoria na figura 24



**Figura 24 -Síntese dos resultados da categoria sugestões de melhoria**

## **1.2. Análise de dados das entrevistas**

A metodologia aplicada para a análise das entrevistas foi análoga a metodologia utilizada para analisar os grupos focais. O guião das entrevistas é semelhante ao dos grupos focais mas com ligeira diferença. Deste modo na entrevista teve-se em conta uma nova dimensão que é a análise SWOT sobre a questão da educação ambiental.

Os resultados das entrevistas levam-nos a apurar que os textos são heterogéneos no que toca ao número de palavras, número de extratos codificados, número de linhas e número de parágrafos.

Relativamente à extensão dos textos, consoante a ordem decrescente do tamanho, estes assumem a seguinte organização: entrevistado 2, com 2745 palavras; entrevistado 1, com 1217 palavras e entrevistado 3, com 947 palavras.

Em relação ao número de extratos codificados, podemos apurar que o entrevistado que produziu maior nº de extratos codificados é o entrevistado 2 com 60 extratos codificados, em segundo lugar temos o entrevistado 1 com 45 extratos codificados e, por fim, o entrevistado 3, com 34 extratos codificados.

Constatamos ainda que há uma certa proporcionalidade entre a extensão dos textos e o número de parágrafos. Em função das informações, podemos constatar, em termos gerais, que quanto maior a extensão dos textos maior é o número de parágrafo. Constatamos também que as diferentes opiniões recolhidas tiveram um valor significativo na determinação das nossas categorias.

Seguidamente, apresenta-se a tabela 10 com as características dos textos produzidos a partir da realização das entrevistas.



**Tabela 10 - Características dos textos produzidos quando ao nº de palavras, nº de extratos codificados, nº de linhas e nº de parágrafos**

Fonte	Nº de palavras	Nº de Extratos Codificados	Nº de linhas	Nº de parágrafos
Entrevistado 1	1217	45	116	24
Entrevistado 2	2745	60	275	48
Entrevistado 3	943	34	105	20
<b>Total</b>	<b>4905</b>	<b>139</b>	<b>496</b>	<b>92</b>

A seguir passaremos à análise detalhada dos dados das entrevistas realizadas.

Relativamente à análise swot esta comporta 4 dimensões: pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e fragilidades

Sob o ponto de vista dos pontos fortes, os entrevistados consideram que há disponibilidade de recursos hídricos em Cabo Verde nos domínios dos oceanos e continentes com algumas áreas exploradas.

Quanto aos pontos fracos, o entrevistado entende que estes estão relacionados com a estratégia de gestão, por ser um país incipiente na área de gestão dos recursos hídricos.

Em termos de oportunidades, o interveniente refere que há possibilidades de inserção do setor privado nas questões dos recursos hídricos.

No que diz respeito a questões sobre mudanças climáticas, o entrevistado afirma que estas poderão constituir uma ameaça, na medida em que, poderão provocar a diminuição de pluviometria.

Ao solicitar o entrevistado para fazer uma análise swot na área ambiental, desta emergiram quatro principais dimensões:

A primeira dimensão diz respeito aos pontos fortes sendo apontado a disponibilidade da água subterrânea e água dessalinizada como principais pontos fracos.

Alguns entrevistados referem que, das diferentes áreas ambientais, a biodiversidade tem sido atualmente a área mais prioritária, por recomendações das Nações Unidas, aquando da criação a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo propósito primordial é discutir e propor meios de harmonizar os dois objetivos: desenvolvimento económico e conservação ambiental.

A valorização nesta área é demonstrada quer na política nacional, quer na política internacional.

Nas últimas décadas verificou-se uma preocupação crescente com as questões ambientais, decorrentes, sobretudo da perda acelerada da biodiversidade. Em Cabo Verde foram adotadas algumas iniciativas de política pública de carácter nacional relacionadas com a conservação da biodiversidade.

Nesta óptica foi elaborada a Estratégia e Plano de Ação para a biodiversidade que, em linhas muito gerais, impõe uma atitude mais responsável do homem para com o ambiente, por forma a restabelecer a necessária harmonia entre este e a natureza.

O entrevistado refere, ainda que a Educação Ambiental teve um avanço significativo nos últimos 10 anos, havendo uma especial atenção a nível internacional. Em Cabo Verde houve ganhos inegáveis, os trabalhos têm sido desenvolvidos por vários setores, públicos e privados, nomeadamente a nível dos municípios e ONGs, comportando programas de reciclagem, feiras de incentivos e formações. Atualmente, pode-se comprovar a integração da Educação Ambiental nos currículos escolares em todos os níveis e, com particular atenção no ensino básico. O setor dos recursos hídricos tem tido um grande investimento a nível de projetos e programas de retenção da água, cujo próprio setor de recursos hídricos está a passar por uma grande reforma.

Quanto à segunda dimensão referente aos pontos fracos, o entrevistado faz referência ao esgotamento das águas subterrâneas. Ainda, com relação aos pontos fracos, ele aponta o fator poluição sendo de origem diversa e com efeitos graves sobre os recursos hídricos. Ainda, sobre esta dimensão, o entrevistado relata como fragilidade, a falta de recursos técnicos e materiais para a produção e distribuição da água.

Quanto aos pontos fracos, o entrevistado entende que estes estão relacionados com a estratégia de gestão, por ser um país incipiente na área de gestão dos recursos hídricos.

No que tem a ver com os pontos fracos, a área de resíduos tem sido uma componente com intervenção relativamente fraco, tendo em conta o ritmo acelerado de crescimento da população, do mercado e das indústrias. O nível das intervenções e as infra-estruturas não conseguiram acompanhar os problemas dos resíduos.

A segunda dimensão tem a ver com as oportunidades. Esta dimensão está relacionada com a promoção de programas alternativos, que consiste na criação de medidas de contenção e preservação da água, por meio da implementação e intensificação de tecnologias da rega gota-a gota. Por outro lado, o entrevistado aponta a tecnologia de dessalinização da água do mar para abastecimento como uma outra alternativa viável.

No que tange às ameaças, o entrevistado é da opinião que a abordagem dos princípios, conceitos e ferramentas para a gestão integrada dos recursos hídricos, é ainda inadequada. Neste contexto, é indispensável realizar o aperfeiçoamento sobre o assunto. Da mesma forma, torna-se necessário dizer que as ações de gestão de recursos hídricos são dispersos e não são coordenadas e monitorizadas.

A síntese da *análise swot* está representada nos quadros 41 e 42

**Quadro 41 - Síntese dos resultados pontos fortes**

Pontos fortes	Disponibilidade de recursos hídricos Possibilidade de inserção privada Existência de Instrumentos da política nacional
Entrevistados 1 2 3	

**Quadro 42 - Síntese dos resultados pontos fracos**

Pontos fracos	Estratégia de gestão Fracas intervenção Fracas Articulação
Entrevistados 1 2 3	

Em relação à perspectiva de formação os intervenientes acha que deverá ser criado um plano conjunto entre o Ministério de Educação e o Ministério do Ambiente, de modo a ter *inputs* palpáveis para os professores ficarem capacitados a trabalhar com os alunos. Os dados apontam ainda para a necessidade de realizar um real diagnóstico do espaço em que se elabora o programa e adaptar o programa ao contexto local da formação.

Os entrevistados são da opinião de que a formação deve ser efetivada em estreita colaboração entre o Ministério de Educação e o Ministério do Ambiente, bem como a população em geral. É de ressaltar que a componente ambiental foi reconhecida na política Nacional, no documento relativo às grandes opções do plano que considera a ambiente como uma das áreas mais importantes. Neste documento, o governo defenderia uma estratégia de desenvolvimento para o setor ambiental, através de políticas integradas, com especial destaque nos domínios do ordenamento do território, proteção e conservação do ambiente e dos recursos. No quadro da formação dever-se-ia considerar as orientações do PANA II, segundo as quais deve-se fazer uma planificação para uma utilização sustentável dos recursos. Foi proposto um conjunto de instrumentos políticos que poderão servir de referência na formação que se pretende implementar.

Na mesma linha de pensamento, deve ser realizada a análise curricular de todos os níveis de ensino, assim como recuperados alguns programas e estratégias de âmbito nacional, numa perspectiva mais evoluída.

Em relação ao ponto perspectiva de formação, o entrevistado é da opinião que na formação dos professores deve haver um currículo diferenciado, de acordo com a faixa etária dos estudantes. Este procedimento permite uma melhor preparação e desenvolvimento de técnicas e metodologias adequadas de ensino aprendizagem.

A síntese da análise das perspectivas de formação está resumidamente representada através do quadro 43

**Quadro 43 - Síntese dos resultados sobre a perspectiva de formação**

Prespetiva de formação	Plano integrado
------------------------	-----------------

Entrevistados 1 2 3	Estudo de diagnóstico de situações de intervenção Currículo diferenciado Instrumentos da Política do ambiente
---------------------	---

No que diz respeito à estratégia de articulação, o entrevistado entende que se deve fazer uma planificação conjunta e trabalhar em estreita articulação com os Órgãos de Comunicação Social.

Os participantes da nossa pesquisa consideram fundamental a questão de articulação entre todos os envolventes no domínio da água, por forma a garantir a sustentabilidade ambiental dos recursos hídricos. Igualmente, a cooperação bilateral e multilateral poderão ajudar a incrementar os resultados da política ambiental. Neste sentido, deve-se priorizar parcerias do setor privado no processo de operação e gestão dos serviços básicos da população.

As propostas apresentadas sobre as formas de articulação vão no sentido de se considerarem fundamentais as estratégias de articulação na rentabilização dos recursos financeiros e humanos para implementação das ações. Neste sentido, os intervenientes acham que as articulações deverão consistir em reuniões periódicas. Além das reuniões de discussão de ideias, poderão ser efetivados encontros de apresentação e socialização de planos de atividades voltados a área ambiental.

A leitura do quadro 44 permite-nos apurar sobre as principais estratégias de articulação mencionadas pelos nossos entrevistados.

**Quadro 44 - Síntese dos resultados estratégias de articulação**

Estratégias de articulação	Planificação conjunta
Entrevistados 1 2 3	Cooperação bilateral e multilateral Parceria do sector privado Reuniões periódicas

No domínio de temas pertinentes, os entrevistados realçaram o domínio de resíduos urbanos e o domínio dos recursos hídricos como duas temáticas importantes da formação. Além destas duas temáticas o entrevistado entende que deve-se dar uma atenção especial à área de saúde.

Os mesmos entrevistados consideram que podem ser trabalhados os seguintes temas: higiene pessoal, conservação da água, doenças hídricas, doenças mais comuns como a dengue, paludismo, diarreia, poupança da água, reciclagem, teatros de sensibilização ambiental, legislação ambiental, valorização dos resíduos, biodiversidade, teatros de sensibilização ambiental, legislação ambiental, valorização dos resíduos, biodiversidade e vida humana. Os entrevistados esclarecem que os temas propostos são fortemente recomendados para o desenvolvimento da Educação Ambiental, pois possibilitam trazer para a sala de aula situações reais que muitas vezes são impossíveis de serem vivenciadas. Além disso eles acham que essas atividades possibilitam que os alunos sejam avaliados em função das suas atitudes, seus comportamentos ou suas atuações participativas.

Para uma melhor apreensão expõe-se no quadro 45 que representa a síntese dos resultados da categoria temas pertinentes.

**Quadro 45 – Síntese dos resultados da categoria temas pertinentes**

Temas pertinentes	Higiene e saúde públicas
Entrevistados 1 2 3	Recursos hídricos Resíduos urbanos Biodiversidade Medidas de prevenção de doenças

Relativamente ao item avaliação, o entrevistado acha que se deve estabelecer alguns critérios, nomeadamente: nº de sessões realizadas, nível de participação, nº de horas consumidas. Deve ter indicadores pré-estabelecidos. Um projeto requer a sua avaliação a nível do seu impacto medindo os resultados preconizados ao longo da sua planificação.

As opiniões do intervenientes são no sentido de se fazer uma real diagnóstico e aplicar uma avaliação a meio percurso. A figura ....pretende facultar uma melhor clarificação das ideias analisadas. O quadro 46 permite-nos uma melhor clarificação das conclusões retiradas em relação a esta categoria.

**Quadro 46 - Síntese dos resultados da categoria sistema de avaliação**

Sistema de avaliação	Indicadores pré-estabelecidos
Entrevistados 1 2 3	Plano de seguimento

O entrevistado deixou algumas sugestões de melhoria das atuações. Ele acha que pode ser utilizado novas tecnologias de informação para a sensibilização, meios de comunicação social para trabalhar programas dirigidos às crianças, como desenhos animados, mensagens via telemóvel, roda-pé, correio eletrónico, documentários, entre outros.

Relativamente às sugestões, as opiniões apontam para a atualização a nível da dinâmica e organização da área ambiental especificamente a nível de interesse

dos gestores que lidam com esta área bem como na forma na avaliação dos programas ambientais.

O quadro 47 ajuda-nos a compreender melhor os resultados obtidos

**Quadro 47 - Síntese resultados sugestões de melhoria**

Sugestões de melhoria	Programa dirigido à criança
Entrevistados 1 2 3	Reforço da dinâmica de educação ambiental
	Apoio às Política do Ambiente
	Atividades de intervenção social

Quando suscitamos o debate em relação às **condições necessárias**, opinou que deve haver um aumento orçamental para a área da educação. As intervenções foram no sentido de haver um setor de apoio às políticas de Educação Ambiental nas escolas. Similarmente, este setor poderá também cuidar da gestão de atividades em todos os grupos sociais.

### 1.3. Análise dos dados do questionário

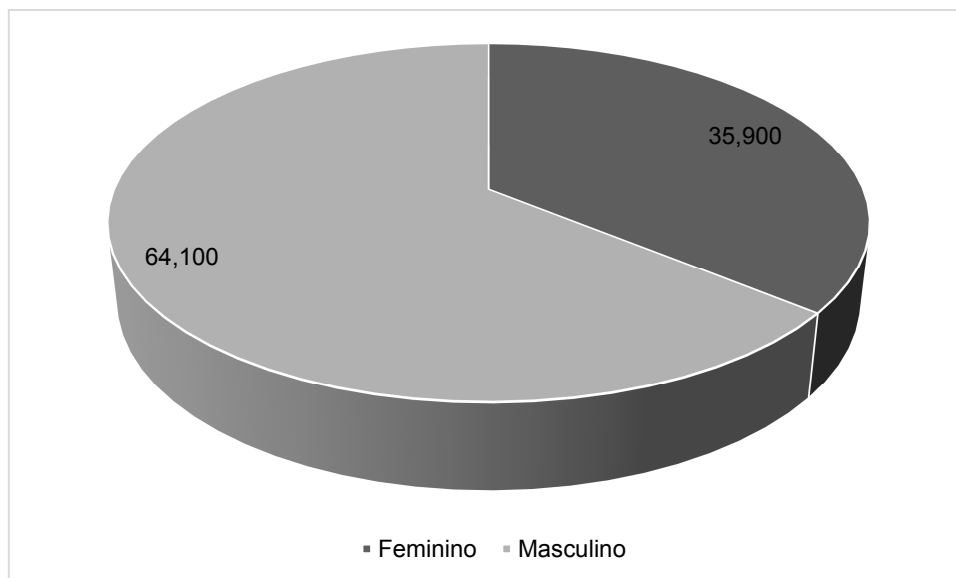
Na fase de preparação para a análise de dados criamos um ficheiro de dados para a análise estatística. O processo envolveu três passos. No primeiro passo destinamos a preparações preliminares que consiste em analisar bem as perguntas do questionário e anotar para cada uma delas o número de variáveis necessária, a escala de medida ligada com as respostas e a ausência de respostas. No segundo passo introduzimos no computador os nomes e as restantes características das variáveis. Finalmente, inserimos os dados, ou seja, os valores das variáveis para cada questionário respondido.

#### 1.3.1. Caracterização do inquirido

Os dados da figura 25 permitem-nos concluir que a maior parte dos professores inquiridos é do sexo feminino (64.1%). De frisar que esta informação acaba por comprovar que as mulheres têm um peso muito forte no contexto da educação formal em Cabo Verde, situação que coloca o nosso país numa posição



plausível a nível da África, particularmente, no que se refere à igualdade e equidade de género.



**Figura 25 - Distribuição dos inquiridos por sexo**

Com relação à idade, em função dos dados da tabela 11, apuramos que a grande parte dos professores inquiridos tem entre 36 a 40 anos de idade, cuja idade modal é de 38 anos. Da mesma forma, apuramos com base em cálculos estatísticos, que a média de idades é 38 anos. Com base nesta informação, podemos assegurar que a população de professores do Ensino Básico Integrado em Cabo Verde é jovem, com largas oportunidades de elevarem o seu perfil académico e, conseqüente aprimoramento das suas práticas pedagógicas.

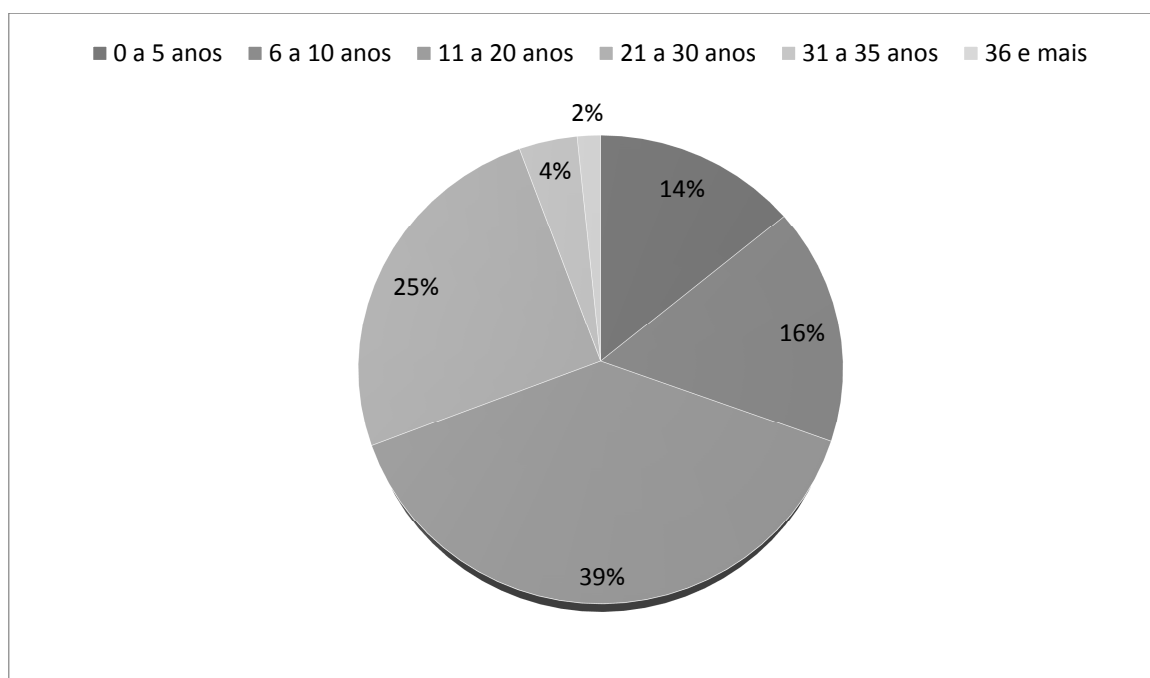
Em termos medianos, a idade mediana é 38 anos, o que significa dizer que 50% dos professores inquiridos têm idade abaixo dos 38 anos e, em contrapartida, 50% dos mesmos inquiridos tem idade superior a 38 anos, dados esses que acabam por reforçar, ainda mais, a tese defendida no parágrafo anterior.

**Tabela 11 - Distribuição dos professores inquiridos por idade.**

<b>Idade</b>	<b>Frequência absoluta simples</b>	<b>Percentagem</b>
18 a 25 anos	16	5,0
26 a 30 anos	46	15,4
31 a 35 anos	48	16,1
36 a 40 anos	70	23,4
41 a 45 anos	55	18,4
46 a 50 anos	41	13,7
51 e mais	22	7,3
<b>Total</b>	<b>298</b>	<b>100</b>

No que toca à experiência profissional, em função dos dados da figura 26, os cálculos estatísticos das medidas de tendência central permitem-nos comprovar que 38.5% dos professores inquiridos têm entre 11 a 20 anos de experiência no ramo do professorado, cuja idade modal é 16,4 anos, isto é, uma percentagem significativa dos professores tem 16 anos de serviço. O número médio de anos de serviço é aproximadamente 16 anos. A idade mediana é 15,4 anos, ou seja, 50% dos professores inquiridos tem menos de 15 anos de experiência e metade tem mais de 15 anos de serviço.

Esses dados conferem-nos autonomia e crédito para proferir que os professores possuem *know-how* e maturidade pedagógica para exercerem as funções docentes com proficiência e qualidade.



**Figura 26 - Distribuição dos inquiridos por experiência profissional**

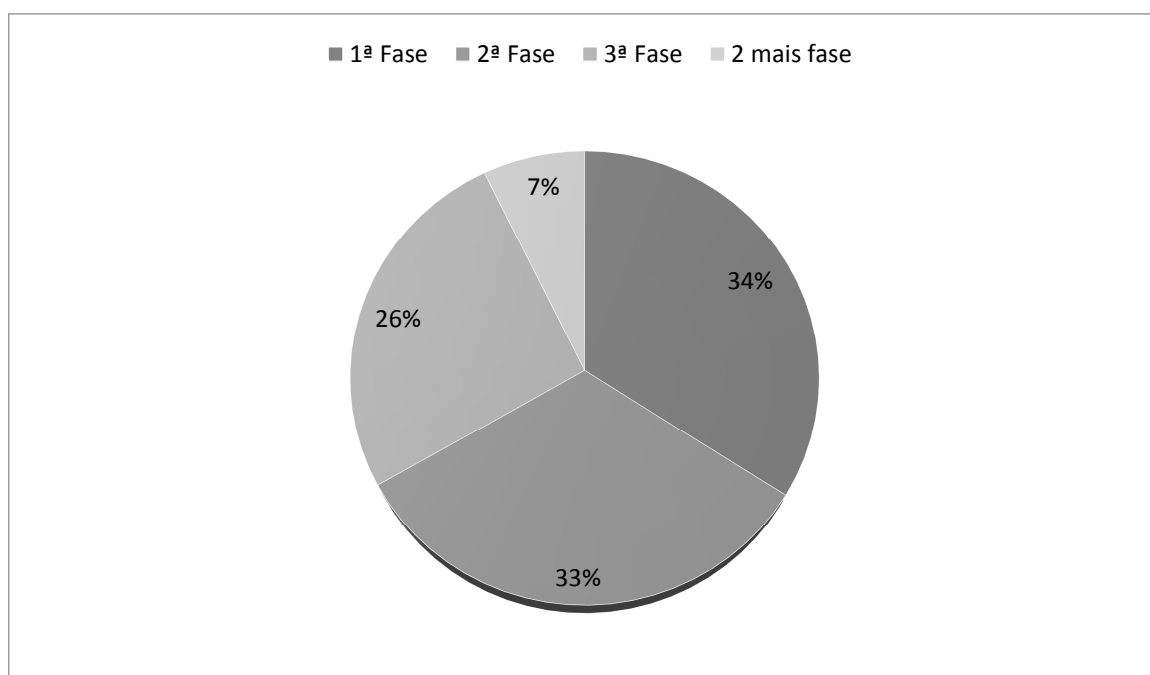
Os dados da tabela 12 permitem-nos, num primeiro momento, confirmar que o Curso de Formação de Professores do Ensino Básico - CFPEB e a Escola de Habilitação dos Professores do Posto Escolar – EHPPE são habilitações académicas mais frequentes entre os professores inquiridos, com 31,5% das respostas para cada um. Num segundo momento, cruzando as variáveis habilitações académicas e experiência profissional, apurou-se que os professores com mais anos de serviços foram habilitados pela EHPPE e os mais recentes pela CFPEB.

Ainda, dos dados da mesma figura, podemos depreender que mais de 82,6% dos professores inquiridos possuem formação pedagógica específica para o ensino, o que para nós constitui uma mais-valia, no quadro dos grandes desafios que enfrentamos em matéria da qualidade e eficácia do processo ensino aprendizagem.

**Tabela 12 - Distribuição dos professores inquiridos por habilitação académica**

Habilitação académica	Frequência absoluta	Percentagem	Frequência acumulada
Curso de Formação de Professores do Ensino Básico	94	31,5	31,5
Escola de Habilitação dos Professores do Posto Escolar	94	31,5	63
2ª Fase	20	6,7	69,7
Curso de Formação de Professores do Ensino Básico – 1ª fase	17	5,7	75,4
Magistério Primário	14	4,6	80
Curso de Formação de Professores do Ensino Básico – 2ª fase	7	2,6	82,6
Outras	52	17,4	.....

De acordo com os dados da figura 27, no que tem a ver com as fases de ensino, podemos concluir que a 1ª fase destaca-se com maior número de professores inquiridos, cerca de 34,2%. Segue-se a 2ª fase com 32,8% dos professores e a 3ª fase com 26,1%. Apenas 7,3% dos inquiridos trabalham com duas e mais fases, abrangendo sobretudo os professores que trabalham com turmas compostas.

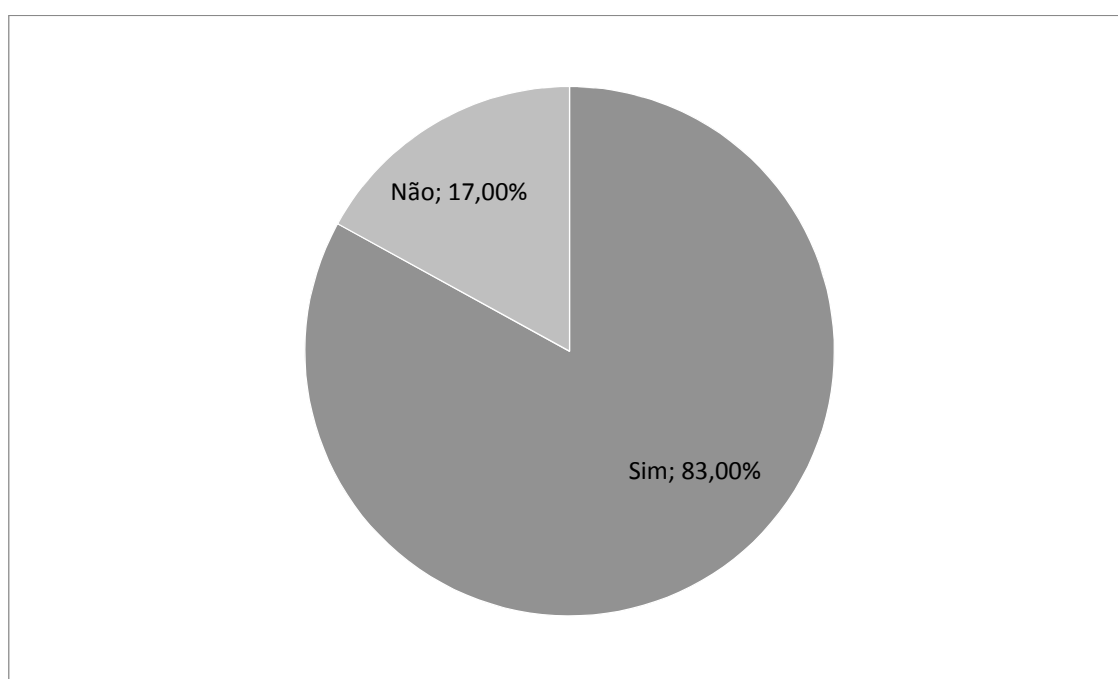


**Figura 27 - Distribuição dos inquiridos por fases de ensino**

### **1.3.2. Perfil ambiental do inquirido**

#### **1.3.2.1. Dimensão sensibilidade**

As informações constantes da figura 28 possibilitam-nos concluir que a maior parte dos professores (83%) tem participado em ações de formação em educação ambiental. Do universo de professores inquiridos apenas 17% não tiveram nenhuma ação de formação em educação ambiental.

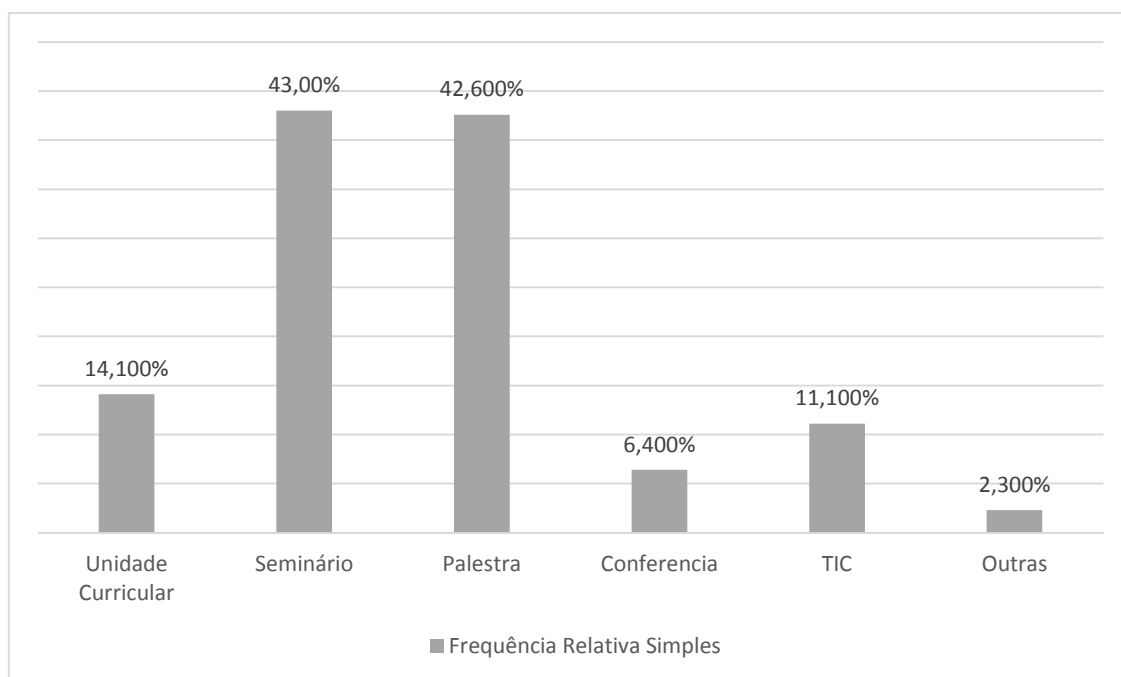


**Figura 28 - Participação em ações de formação em Educação Ambiental**

Em conformidade com os dados da figura 29, podemos concluir que as ações de formação em educação ambiental desenvolveram-se mais em palestras e seminários, com 42,6% e 43,0% das respostas respectivamente.

Por outro lado, esses mesmos dados permitem-nos apurar que apenas 14,1% das ações de formação foram desenvolvidas através da unidade curricular, o que mostra a necessidade premente de adoção de um Programa de Formação Contínua dos professores em educação ambiental, que terá como pano de fundo o desenvolvimento de competências teórico-conceituais e práticas, atitudes e

comportamentos imprescindíveis a uma ação cada vez mais consciente e proativa dos professores em prol das causas ambientais, o que será essencial para o reforço da nossa cultura de cidadania ambiental.



**Figura 29 - Forma de realização da ação de formação. Fonte: dados da pesquisa**

No que se refere aos resultados das ações de formação em educação ambiental, de acordo com o cálculo da medida de tendência central, a moda os dados da tabela 13 acima representada permitem-nos concluir, no cômputo geral, que as ações de formação em educação ambiental realizadas tiveram resultados satisfatórios em todos os domínios (conhecimentos teóricos adquiridos; aplicação prática; aquisição de competências; alteração de comportamentos e alteração de atitudes), com uma média de 35,3% de avaliação bom e uma média de 15,1% de avaliação muito bom. Portanto, a avaliação de mais de metade dos professores situa-se entre bom e muito bom.

Contudo, não obstante os resultados serem positivos e satisfatórios, é importante afirmar que as ações de formação em educação ambiental devem possibilitar aos professores a adoção de estratégias integradas de ação, promovendo uma maior articulação entre as escolas, as instituições e a própria sociedade civil, para que numa ação conjunta se construam valores sociais,

conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação do meio ambiente.

**Tabela 13 - Resultados da ação de formação em Educação Ambiental**

Variável	M <sup>to</sup> Bom		Bom		Razoável		Fraco		M <sup>to</sup> Fraco		Nenhum	
	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%
<b>Conhecimentos teóricos adquiridos</b>	50	16,8	104	34,9	52	17,4	17	5,7	7	2,3	68	22,8
<b>Aplicação prática</b>	24	8,1	101	33,9	69	23,2	22	7,4	9	3,0	73	24,5
<b>Aquisição de competências</b>	41	13,8	108	36,2	53	17,8	27	9,1	2	0,7	67	22,5
<b>Alteração de comportamentos</b>	57	19,1	106	35,6	44	14,8	17	5,7	6	2,0	68	22,8
<b>Alteração de atitudes</b>	53	17,8	107	35,9	45	15,1	17	5,7	6	2,0	70	23,5

No que tem a ver com as temáticas prioritárias a serem desenvolvidas no quadro da educação ambiental, consoante a ordem de importância, conforme a distribuição da tabela 14, temos a seguinte disposição: água (78,5%); biodiversidade (34,2%) e resíduos (26,5%).

Em relação a este assunto, é nosso entendimento que para um país com as características de Cabo Verde, insular e arquipelágico, com um clima árido onde a estação chuvosa é muito irregular e geralmente com fraca pluviosidade, a mobilização e a gestão da água constituem os grandes desafios do futuro. Com efeito, torna-se importante dizer que a educação desempenha um papel importantíssimo nesta matéria, pois, dotar os professores de conhecimentos teóricos e práticos, bem como atitudes e comportamentos saudáveis, imprescindíveis à propiciação de uma cultura pedagógica de preservação da água no meio escolar, constitui um ganho incontornável. Neste contexto, para a maximização do impacto é

primordial desenvolver ações conjuntas com a própria sociedade, nomeadamente campanhas de sensibilização, foras de reflexão e debates, palestras, entre outras.

**Tabela 14 - Temas prioritárias a ter em conta nos projetos/atividades de Educação Ambiental.**

Variável	Mais importante		Importante		Mais ou menos importante		Menos importante		M <sup>to</sup> Menos importante		Nenhuma resposta	
	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%
Água	234	78,5	37	12,4	4	1,3	2	0,7	11	3,7	10	3,4
Resíduos	79	26,5	149	50,0	28	9,4	7	2,3	7	2,3	28	9,4
Biodiversidade	102	34,2	127	42,6	28	9,4	9	3,0	5	1,7	27	9,1

De acordo com os dados da tabela 15, podemos assegurar que está garantida uma das condições essenciais para a conceção e implementação de um Programa de Educação Ambiental consistente e eficaz e que vai ao encontro das demandas e desafios da sociedade educativa – a motivação dos professores, a condição *sine qua non* para o sucesso de qualquer programa de cariz educativo. Com efeito, como podemos ver na tabela, a grande maioria dos professores inquiridos (94%) manifestou interesse em aprofundar os conhecimentos no domínio da Educação Ambiental, 90% dos professores têm consciência do contributo que podem dar para minimizar os problemas ambientais em Cabo Verde, assim como 89,3% estão disponíveis para integrarem um programa de Educação Ambiental (PEA), ou seja, em cada 100 professores 89 estão disponíveis para integrarem um PEA.

Ainda, de acordo com a tabela 15 acima, segundo cálculos estatísticos das medidas de tendência central, podemos concluir que em média 44,4% dos professores concordaram com as afirmações colocadas. 1,7% é a média percentual de discordância. A média de respondentes que não teceram nenhuma consideração sobre o ponto é de 4,5%.



**Tabela 15 - Reflexão sobre os projetos/atividades de educação ambiental.**

Variável	Concordo totalmente		Concordo na maior parte		Não concordo nem discordo		Discordo na maior parte		Discordo totalmente		Nenhuma resposta	
	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%
Tenho interesse em aprofundar os meus conhecimentos relacionados com a Educação Ambiental.	244	81,9	36	12,1	4	0,3	5	1,7	5	1,7	7	2,3
Tenho preocupação com os problemas ambientais.	226	75,8	44	14,8	4	1,3	2	0,7	6	2	16	5,4
Estou disponível para integrar um programa de Educação Ambiental dirigido para os professores do Ensino Básico.	191	64,1	75	25,2	11	3,7	3	1	5	1,7	13	4,4
Tenho estado atento(a) aos Programas sobre a Educação Ambiental apresentados nos Órgãos de Comunicação Social.	100	33,6	139	46,6	24	8,1	9	3	5	1,7	21	7
Nós os professores podemos dar um grande contributo para minimizar os problemas ambientais em Cabo Verde.	224	75,2	44	14,8	9	3	2	0,7	9	3	10	3,4
Média		66,12		22,7		3,28		1,42		2,02		4,5
			44,4						1,72			

### 1.3.2.2. Dimensão cognitiva

Visando uma maior precisão na análise dos dados, à semelhança das tabelas anteriores procedemos à fusão das respostas, no sentido de criarmos resultados por categoria. Neste sentido, as categorias «concordo totalmente e concordo na maior parte» fundiram-se para dar lugar à categoria “concordo” e da junção das categorias «discordo na maior parte e discordo totalmente» sucede a categoria “não concordo”.

No que tem a ver com os conhecimentos nos domínios da Educação Ambiental, conforme os dados da tabela 16, podemos atestar que a poupança de água e do seu uso sustentável (82,9%); as medidas de prevenção da poluição ambiental (57,4%); a promoção da saúde e ambiente (54,4%), bem como a qualidade do ar (54,0%) são os domínios onde os professores inquiridos

manifestaram mais conhecimentos. Em média, 38,7% dos professores inquiridos declararam possuir conhecimentos em cada um dos domínios expostos na tabela, o que comprova a transversalidade de conhecimentos dos professores nos vários domínios da Educação Ambiental, condição, a nosso ver, fundamental para uma abordagem inter e intradisciplinar, como também para garantir o sucesso de qualquer programa de EA.

**Tabela 16 - Conhecimentos nos domínios da Educação Ambiental**

Variável	Concordo totalmente		Concordo na maior parte		Não concordo nem discordo		Discordo na maior parte		Discordo totalmente		Nenhuma resposta	
	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%
Da poupança de água e do seu uso sustentável	247	82,9	34	11,4	2	0,7	6	2,0	2	0,7	7	2,3
Da gestão integrada de resíduos	98	32,9	126	42,3	40	13,4	7	2,3	2	0,7	25	8,4
Das medidas de prevenção da poluição ambiental	171	57,4	89	29,9	13	4,4	8	2,7	3	1,0	14	4,7
Do ordenamento do território	85	28,5	103	34,6	67	22,5	16	5,4	7	2,3	20	6,7
Da qualidade do ar	161	54,0	76	25,5	30	10,1	12	4,0	3	1,0	16	5,4
Da gestão e conservação do solo	147	49,3	93	31,2	26	8,7	10	3,4	2	0,7	20	6,7
Da conservação da natureza e biodiversidade	148	49,7	97	32,6	23	7,7	10	3,4	2	0,7	18	6,0
Do consumo sustentável de produtos	100	33,6	127	42,6	37	12,4	9	3,0	4	1,3	21	7,0
Da avaliação de impacto ambiental	102	34,2	118	39,6	49	16,4	11	3,7	3	1,0	15	5,0
Da promoção da saúde e ambiente	162	54,4	81	27,2	22	7,4	5	1,7	6	2,0	22	7,4
Das correntes de ética e cidadania ambiental	116	38,9	104	34,9	49	16,4	13	4,4	4	1,3	12	4,0
De políticas para a sustentabilidade	93	31,2	94	31,5	67	22,5	15	5,0	2	0,7	27	9,1
Da identificação das causas e impactos das temáticas ambientais e sociais	104	34,9	115	38,6	47	15,8	13	4,4	1	0,3	18	6,0

### 1.3.2.3. Dimensão Atitudinal

Em consonância com os dados da tabela 17, num primeiro momento, torna-se necessário registar que os professores têm tido atitudes positivas perante

situações diversas de proteção ambiental. Num segundo momento, podemos verificar que essas atitudes têm tido mais relevo em situações como poupança de água e do seu uso sustentável (92,9%), promoção da saúde e ambiente (85,2%) e qualidade do ar (81,6%).

**Tabela 17 - Atitudes positivas perante situações de proteção ambiental.**

Variável	Concordo totalmente		Concordo na maior parte		Não concordo nem discordo		Discordo na maior parte		Discordo totalmente		Nenhuma resposta	
	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%
À poupança de água e do seu uso sustentável	237	79,5	40	13,4	2	0,7	8	2,7	1	0,3	10	3,4
À gestão integrada de resíduos	98	32,9	138	46,3	28	9,4	12	4,0	0	0	22	7,4
Ao ordenamento do território	85	28,5	121	40,6	60	20,1	10	3,4	2	0,7	20	6,7
À qualidade do ar	179	60,1	64	21,5	22	7,4	13	4,4	1	0,3	19	6,4
À gestão e conservação do solo	143	48,0	97	32,6	25	8,4	9	3,0	3	1,0	21	7,0
À conservação da natureza e biodiversidade	159	53,4	87	29,2	19	6,4	11	3,7	2	0,7	20	6,7
Ao consumo sustentável de produtos	115	38,6	124	41,6	35	11,7	5	1,7	2	0,7	17	5,7
À avaliação de impacte ambiental	111	37,2	105	35,2	44	14,8	8	2,7	3	1,0	27	9,1
À promoção da saúde e ambiente	181	60,7	73	24,5	19	6,4	6	2,0	2	0,7	17	5,7
Ao cuidado para determinadas questões relacionadas com o ambiente	150	50,3	100	33,6	25	8,4	4	1,3	3	1,0	16	5,4
Ao envolvimento em processos de participação pública de temáticas relacionadas com a sustentabilidade ambiental	129	43,3	95	31,9	35	11,7	8	2,7	5	1,7	26	8,7

#### 1.3.2.4. Dimensão Comportamental

Os dados da tabela 18 acima apontam que a grande maioria dos professores inquiridos adotam comportamentos mais favoráveis face ao consumo sustentável de produtos, à poupança de água e do seu uso sustentável, à adoção de uma cidadania ambiental ativa, bem como à qualidade do ar.

**Tabela 18- Adoção de comportamentos favoráveis.**

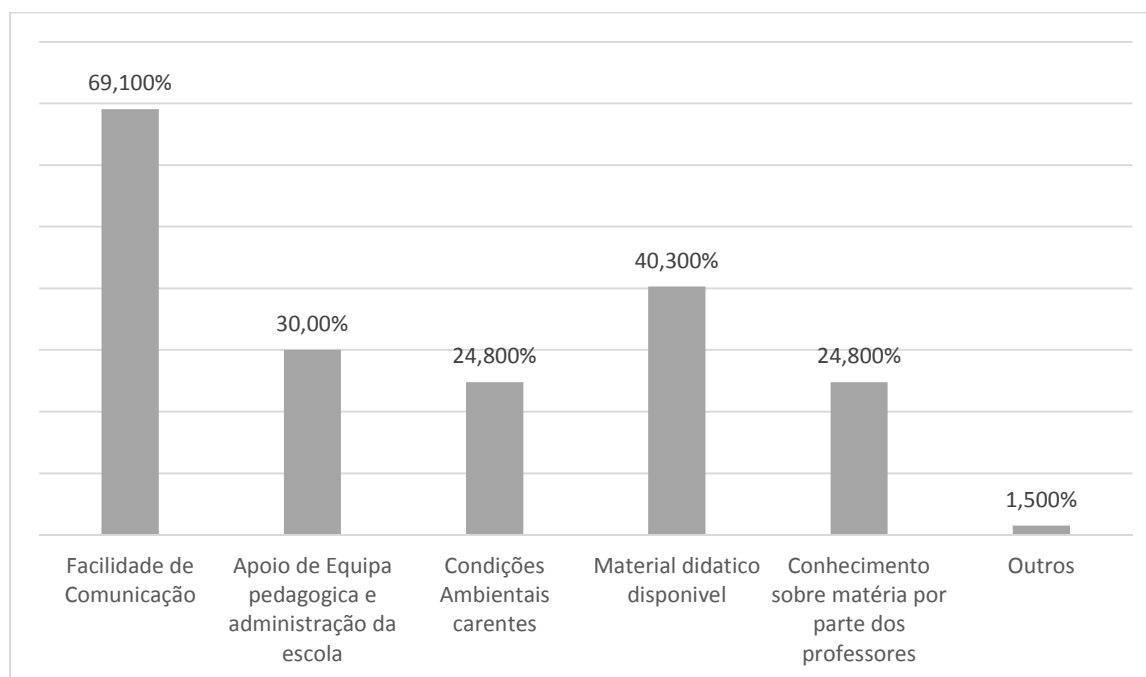
Variável	Concordo totalmente		Concordo na maior parte		Não concordo nem discordo		Discordo na maior parte		Discordo totalmente		Nenhuma resposta	
	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%
À poupança de água e do seu uso sustentável	227	76,2	46	15,4	3	1,0	7	2,3	2	0,7	13	4,4
À gestão integrada de resíduos	119	39,9	123	41,3	26	8,7	5	1,7	4	1,3	21	7,0
Ao ordenamento do território	107	35,9	103	34,6	53	17,8	7	2,3	4	1,3	24	8,1
À qualidade do ar	170	57,0	78	26,2	15	5,0	9	3,0	4	1,3	22	7,4
À gestão e conservação do solo	150	50,3	98	32,9	23	7,7	7	2,7	2	0,7	18	6,0
À conservação da natureza e biodiversidade	157	52,7	92	30,9	18	6,0	6	2,0	3	1,0	22	7,4
Ao consumo sustentável de produtos	232	44,3	111	37,2	26	8,7	10	3,4	1	0,3	18	6,0
À avaliação de impacte ambiental	125	41,9	110	36,9	33	11,1	5	1,7	1	0,3	24	8,1
À promoção da saúde e ambiente	185	62,1	80	26,8	11	3,7	5	1,7	2	0,7	15	5,0
À sustentabilidade ambiental	145	48,7	96	32,2	23	7,7	7	2,3	1	0,3	26	8,7
Às opiniões sobre as problemáticas ambientais	145	48,7	105	35,2	18	6,0	8	2,7	2	0,7	20	6,7
Aos contributos para a alteração de comportamentos de terceiros	136	45,6	106	35,6	26	8,7	6	2,0	3	1,0	21	7,0
Às competências ambientais a nível profissional	158	53,0	87	29,2	22	7,4	11	3,7	1	0,3	19	6,4
À adoção de uma cidadania ambiental ativa	171	57,4	77	25,8	17	5,7	6	2,0	1	0,3	26	8,7
Ao envolvimento em processos de participação pública de temáticas relacionadas com o ambiente.	146	49,0	94	31,5	28	9,4	7	2,3	2	0,7	21	7,0

### 1.3.3. Perfil ambiental da comunidade educativa alvo

Os dados da figura 30 comprovam que o conhecimento sobre a matéria por parte dos professores e a facilidade de comunicação são os elementos mais favoráveis à educação ambiental no ambiente escolar, aspetos que no nosso entender constituem dois pilares fundamentais para a eficácia e sucesso de qualquer PEA.

No que tange à inclusão da educação ambiental nos currículos do ensino básico, 95% dos professores inquiridos são a favor que essa inclusão ocorra desde os primeiros níveis de escolaridade. Porém, é nosso entendimento que a educação ambiental deve começar na educação pré-escolar, isto é, valores, atitudes e

comportamentos saudáveis em prol de uma cidadania ambiental devem ser desenvolvidos também na infância. Aliás, algumas correntes psicológicas muito conhecidas no nosso meio, sustentam que a infância tem um papel decisivo na formatação da personalidade da pessoa.



**Figura 30 - Elementos favoráveis à Educação Ambiental no ambiente escolar**

Em consonância com os dados da tabela 19, no que toca à forma de abordagem da educação ambiental nos currículos, a grande maioria dos professores inquiridos são a favor de uma abordagem interdisciplinar (72,5%) e transversal em todas as disciplinas (58,4%). De fato, uma abordagem interdisciplinar e transversal afigura-se, a nosso ver, como a melhor estratégia de ensino aprendizagem da educação ambiental, tendo em consideração que a sua abordagem numa única disciplina pode não se traduzir nos resultados almejados.

**Tabela 19 - Forma de abordagem da Educação Ambiental nos currículos.**

Variável	Concordo totalmente		Concordo na maior parte		Não concordo ou nem discordo		Discordo na maior parte		Discordo totalmente		Nenhuma resposta	
	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%
Interdisciplinar	177	59,4	39	13,1	6	2,0	4	1,3	2	0,7	70	23,5
Transversal em todas as disciplinas	115	38,6	59	19,8	21	7,0	10	3,4	7	2,3	86	28,9
Da identificação das causas e impactos das temáticas ambientais e sociais	17	5,7	8	2,7	24	8,1	22	7,4	103	34,6	124	34,6

Em função dos dados da tabela 20 acima, podemos concluir que uma preparação sólida dos professores em educação ambiental mostra-se importante e estratégica, uma vez que favorece o desenvolvimento de competências ambientais junto dos alunos, possibilita mudanças de atitudes face ao meio ambiente, assim como auxilia a comunidade educativa no desenvolvimento de atividades de preservação ambiental.

Em relação a este assunto, torna-se necessário afirmar que sendo o professor a peça-chave de todo o processo educativo, nunca se conseguiria bons resultados no quadro da educação ambiental, se os professores não estivessem técnica e cientificamente preparados nos domínios da EA, engajados e comprometidos com as causas ambientais.

**Tabela 20 – Relevância da preparação dos professores em Educação Ambiental.**

Variável	Concordo totalmente		Concordo na maior parte		Não concordo nem discordo		Discordo na maior parte		Discordo totalmente		Nenhuma resposta	
	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%	F <sub>i</sub>	%
Ajuda a desenvolver competências ambientais junto dos alunos	251	84,2	15	5,0	1	0,3	0	0	4	1,3	27	9,1
Apoia a comunidade no desenvolvimento de atividades de preservação ambiental	183	6,4	63	21,1	5	1,7	2	0,7	2	0,7	43	14,4
Permite mudanças de atitudes face ao ambiente	201	67,4	55	18,5	2	0,7	0	0	6	2,0	34	11,4
Facilita o desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais	147	49,3	61	20,5	12	4,0	2	0,7	3	1,0	73	24,5
Outros	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

#### **1.3.4. Dimensão opinião sobre o programa de educação ambiental**

Em conformidade com os dados da tabela 21, podemos concluir que as três principais razões que justificam a adesão dos professores ao Programa de Educação Ambiental são: em primeiro lugar, porque o PEA constitui um instrumento indispensável e estratégico para o desenvolvimento, juntos dos alunos, de comportamentos e atitudes saudáveis em prol do ambiente, em segundo lugar, a confiança na contribuição dos professores na melhor gestão dos recursos ambientais da escola e, por último, o interesse na promoção de um desenvolvimento sustentável e uma educação mais ecológica, através do PEA.

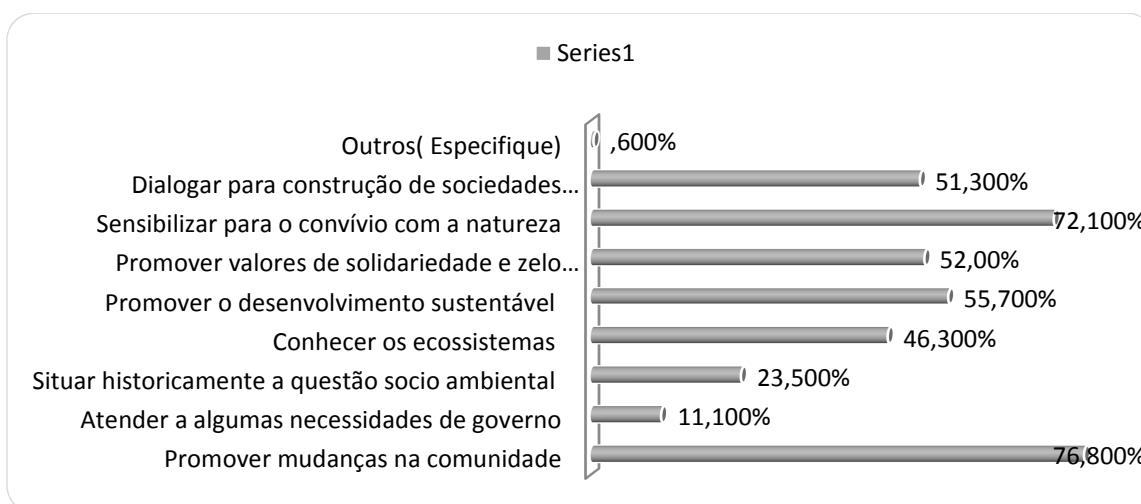
**Tabela 21 - Razões de adesão ao Programa de Educação Ambiental.**

Variável	Frequência absoluta simples	Porcentagem
Acredito que vou contribuir para a melhoria da gestão dos recursos ambientais na minha escola (e.g. resíduos; energia e água).	239	80,2
Representantes da comunidade local desafiaram-me em aderir ao Programa de Educação Ambiental.	35	11,7
Os pais/encarregados de educação manifestaram o seu interesse na adesão dos professores ao Programa.	8	2,7
Os alunos manifestaram o seu interesse em participar no Programa	99	32,2
Eu tenho um interesse especial em promover um desenvolvimento sustentável e Educação Ambiental através de um programa de EA.	178	59,7
Faz parte da política da escola promover um desenvolvimento sustentável e Educação Ambiental através dos currícula.	135	45,3
O Programa de Educação Ambiental poderá ser um bom instrumento para desenvolvimento de comportamentos e atitudes pro-ambientais juntos dos alunos.	248	83,2
Outros	2	0,6

No que toca aos objetivos da Educação Ambiental na escola, em função dos dados da figura 31, podemos afirmar que a Educação Ambiental nas escolas tem centrado em três grandes objetivos, nomeadamente promover mudanças na comunidade; sensibilizar os alunos para o convívio com a natureza e promover o desenvolvimento sustentável.

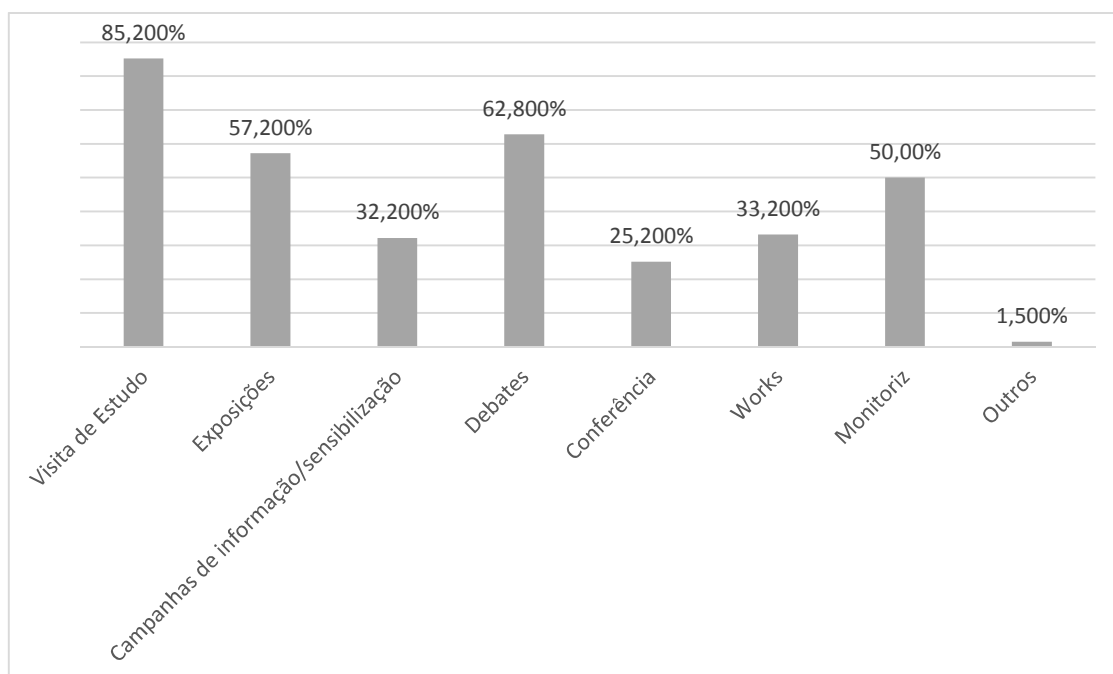
De frisar que, no âmbito geral, os PEA devem inspirar novas formas de comportamento nos alunos, nos grupos sociais e na sociedade no seu conjunto, a respeito do meio ambiente, bem como proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, as atitudes, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente.





**Figura 31 - Principais objetivos da Educação Ambiental na escola**

Relativamente às atividades de Educação Ambiental que devem ser desenvolvidas nas escolas, de acordo com as informações da figura 32, as prioritárias, conforme a ordem de preferência dos professores inquiridos são: visita de estudo (85,2%); monitorização ambiental (77,5%) e debates em torno das questões ambientais (62,8%).



**Figura 32 - Principais atividades de Educação Ambiental que deverão ser desenvolvidas na escola.**

Em relação às dificuldades de implementação de Educação Ambiental na escola, os dados da tabela 22 comprovam que a precariedade de recursos materiais e a falta de recursos humanos qualificados são as duas principais dificuldades enfrentadas pelos professores. Sobre este particular, é mister afirmar que esses dados acabam por reforçar a necessidade de haver um plano de formação contínua dos professores em Educação Ambiental, nas suas múltiplas dimensões, assim como se afigura imprescindível a aquisição e produção de materiais didáticos que favorecem uma maior e melhor aprendizagem por parte dos alunos.

**Tabela 22 – Principais dificuldades de implementação de Educação Ambiental na escola.**

Variável	Frequência absoluta simples	Porcentagem
Falta de integração entre professores e Direção	41	13,8
Dificuldade da comunidade escolar em entender as questões ambientais	99	33,2
Precariedade de recursos materiais	199	66,8
Falta de recursos humanos qualificados	116	38,9
Falta de tempo para planificação e realização de atividades extracurriculares	75	25,2
Conflito de interesses entre as disciplinas e/ou professores	30	10,1
Falta de interesse por parte dos alunos	33	11,1
Outros	8	1,8

#### **1.4.A análise dos dados documentais**

A análise documental aqui conduzida utiliza o aporte teórico estudado no ponto 1.8.4 e recorrendo fundamentalmente a análise de conteúdo como técnica de análise documental. Para a escolha dos documentos a analisar compoendo o *corpus* desta pesquisa, foram considerados parâmetros relacionados com período de publicação, autores, objetivos, público alvo bem como local de publicação.

O procedimento da análise de conteúdo foi realizado com base nos seguintes principais objetivos: (i) Compreender o nível de importância atribuída à componente Educação Ambiental; (ii) Analisar o Plano à luz da base jurídica Nacional e Internacional; (iii) Reflectir sobre a dimensão sustentabilidade do plano;

Relacionar os recursos disponíveis com as necessidades existentes; Reconhecer as lacunas nos documentos.

Foram analisados três documentos de nível nacional com ênfase na componente ambiental a saber (i) Plano Nacional de Gestão dos recursos hídricos; (ii) Plano Nacional do Saneamento Básico; (iii) Plano Nacional de Gestão de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

Optou-se por analisar os documentos que se pensou ser mais ligados a área de educação ambiental.

Dado que se desenvolveu um trabalho com recurso a triangulação, recorreu-se igualmente à informação provenientes de outras fontes nomeadamente, grupos focais e entrevistas de modo a tornar mais confrontáveis as informações obtidas

Mas, tal como se referiu aquando da apresentação da metodologia, sendo este um processo dinâmico, reestruturou-se sucessivamente o quadro das categorias à medida que fomos percorrendo com maior profundidade o conjunto dos textos objeto de análise. Tendo sempre presentes o problema de investigação e os objetivos deste trabalho, organizámos as categorias em oito dimensões a seguir: Importância da Educação Ambiental para prevenção de resíduos.

Com base nas características nos documentos analisados e referidos apresenta-se seguidamente nos quadros 48, 49 e 50, 51 e 52, as categorias e subcategorias de análise dos documentos analisados.

Quadro 48 - Categorias e subcategorias de análise dos dados documentais

Âmbito-temático	Descrição- Sumária do Problema de Investigação	Perguntas de Investigação	Objectivos-gerais	Objectivos-específicos	Categorias	Subcategorias
Contexto Político	<p>Componente Educação Ambiental para a prevenção dos resíduos Urbanos</p> <p>A importância estratégica da prevenção dos resíduos e sentido de urgência tem vindo a ser compreendida gradualmente a nível nacional e a nível internacional, requerendo o desenvolvimento de metas de redução, com a subsequente operacionalização no terreno de medidas eficazes e acções concertadas envolvendo fabricantes, retalhistas e consumidores. A situação consensualmente reconhecida como ideal, numa perspectiva de prevenção primária, seria a redução drástica da produção de resíduos. Na impossibilidade de tudo ser resolvido por essa via, é essencial investir em outras formas de prevenção, optando-se por um conjunto de procedimentos eficazes para a reutilização, a reciclagem e os vários tipos de valorização desses resíduos, de forma a particularmente minimizar os efeitos dos chamados resíduos perigosos sobre os diferentes ecossistemas</p> <p>Segundo o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2003/2013), as operações de armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos estão sujeitas a autorização prévia. Os responsáveis pela recolha, transportes e destino final a dar aos resíduos são os municípios (resíduos urbanos), as empresas (resíduos industriais) e as unidades de saúde (resíduos hospitalares) (Decreto-lei n.º 31/2003 de 1 de Setembro). Segundo o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Cabo Verde (2003/2013), os princípios em que baseiam a estratégia para a gestão dos resíduos em Cabo Verde são o princípio do poluidor-pagador, o Modelo Triado do Professor Th.B.C. Polesz, e a lei dos 3-Rs – Redução, Reutilização e Reciclagem. Interessa analisar a estratégia de articulação do plano com as leis referentes a resíduos</p>	<p>Que importância é dada à componente Educação Ambiental para a prevenção dos resíduos no Plano Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos?</p>	<p>Compreender o nível de importância atribuída à componente Educação Ambiental para a prevenção dos resíduos no Plano Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos</p>	<p>Sistematizar as acções referentes à Educação Ambiental para a prevenção de resíduos constantes do Plano</p>	<p>Importância da Educação Ambiental</p>	<p>Objectivos-gerais</p> <p>Objectivos-Específicos</p> <p>Metas</p> <p>Medidas em acção</p>
		<p>De que forma o plano está integrado com a base jurídica ambiental?</p>	<p>Analisar o Plano à luz da base jurídica Nacional e Internacional</p>	<p>Correlacionar o Plano com as políticas ambientais na área de resíduos</p>	<p>Coerência do Plano com as Políticas Ambientais</p>	<p>Políticas Ambientais nacionais</p> <p>Políticas Ambientais Internacionais</p> <p>Cumprimento da regra dos 3-Rs</p>

Quadro 49 - Categorias e subcategorias de análise dos dados documentais (continuação)

Âmbito temático	Descrição-Sumária-do-Problema-de-Investigação	Perguntas-de-investigação	Objectivos-gerais	Objectivos-específicos	Categorias	Subcategorias
Processo Metodológico	A definição de um plano Nacional de gestão de resíduos urbanos requer uma descrição sucinta da metodologia que deverá assentar em entrevistas realizadas às diversas entidades que desempenham um papel activo neste sector, a nível nacional e internacional consulta bibliográfica sobre a problemática de resíduos a nível nacional e internacional incluindo a legislação que regula o sector; questionário a uma amostra representativa dos envolventes directos da área, observação directa bem como a utilização do processo de participação pública; Este processo metodológico poderá dar uma contribuição na difusão de informação, da sensibilização da formação de hábitos atitudes e comportamentos individuais e comunitários, com visão sistémica e buscando assegurar a sustentabilidade ambiental.	Os Procedimentos Metodológicos são adequados?	Conhecer a metodologia adoptada na concepção do Plano	Identificar as técnicas e os instrumentos de recolha de dados	Procedimento Metodológico	Qualidade das técnicas para a análise dos dados Fontes dos dados Intervenientes da pesquisa Definição da amostra

Quadro 50 - Categorias e subcategorias de análise dos dados documentais (continuação)

Âmbito temático	Descrição: Sumário do Problema de Investigação	Perguntas de investigação	Objectivos gerais	Objectivos específicos	Categorias	Subcategorias
<p><b>Dimensão Sistematizada</b></p>	<p>Observações: sistemas apontam para a falta de uma gestão organizada e sistematizada de resíduos, dada a lacuna existente em termos de regulamentação a nível municipal. Actualmente, o volume de resíduos produzidos apresenta-se como um dos problemas mais preocupantes em relação à conservação do meio, levando-nos a pensar seriamente sobre o problema da recolha e eliminação dos mesmos. A mais directa consequência dessa produção desmedida de resíduos a nível mundial, é a proliferação de lixeiras e aterros sanitários, na sua maioria ilegais e ambientalmente insustentáveis. Estes sistemas sanitários têm provocado degradação, vários processos de contaminação, incêndios florestais, poluição atmosférica, etc., nas zonas de domínio público. O adequado processamento dos resíduos sólidos é matéria de especial preocupação nas sociedades contemporâneas, quer por razões de ordem socio-ambiental, quer por razões técnicas ou financeiras. Estas preocupações, embora comuns a vários tipos de resíduos, assumem especial relevância nos resíduos hospitalares, por alguns problemas específicos que lhes estão associados: por um lado, a produção de alguns desses resíduos é crescente, por outro lado, a presença nos resíduos de matérias ou substâncias de risco para a saúde, exige cuidados especiais no manuseamento, acondicionamento, transporte, tratamento e destino final dos mesmos, com vista à eliminação ou minimização de riscos para a saúde dos doentes, dos profissionais de saúde e da população em geral. <b>41</b></p> <p>As cântidas, acima referidas, têm levado a um comprometimento da sustentabilidade ambiental, que poderá também implicar a sustentabilidade social, designadamente, impactos negativos na saúde pública, resultantes de impactos directos nos componentes do ambiente como sejam a água, solo, ar, etc.</p>	<p>Qual é a implicação do plano na dimensão sustentabilidade x</p>	<p>Reflectir sobre a dimensão sustentabilidade do plano x</p>	<p>Identificar os elementos que reforçam e os que põe em risco a sustentabilidade do plano x</p>	<p>Sustentabilidade global</p>	<p>Sustentabilidade social</p> <p>Sustentabilidade ambiental</p> <p>Sustentabilidade económica</p>

Quadro 51 - Categorias e subcategorias de análise dos dados documentais (continuação)

Âmbito temático	Descrição: Sumário do Problema de Investigação	Perguntas de investigação	Objectivos gerais	Objectivos específicos	Categorias	Subcategorias
Capítulo de recursos	O Plano de gestão de resíduos urbanos requer recursos humanos, financeiros e tecnológicos principalmente a nível municipal, para se poder fazer face à problemática actualmente existente neste sector. Assim, a prioridade para a melhoria efectiva do sector será a mobilização de recursos.	Os recursos disponíveis estão de acordo com as necessidades existentes?	Relacionar os recursos disponíveis com as necessidades existentes	Verificar se o nível de recursos disponíveis esteja de acordo com as necessidades existentes	Recursos disponíveis	Recursos financeiros Recursos Materiais Recursos Tecnológicos
	O Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca (MAP) é o departamento governamental responsável que tem competências para a gestão nacional de resíduos. A gestão de resíduos em Cabo Verde é efectuada de forma descentralizada, em que as câmaras municipais são responsáveis pela recolha, transporte e destino final. Os outros tipos de resíduos são os seus produtores os responsáveis pela recolha, transporte e destino final. Devido a essa descentralização de competências, as áreas de gestão de resíduos, deveria haver uma ligação funcional entre os serviços de gestão de resíduos das câmaras municipais, os produtores sectoriais e a instituição central responsável pela gestão nacional, para uma melhor implementação das políticas e estratégias nacionais, fiscalização, avaliação e monitorização do estado do território quanto à problemática de resíduos.	Que estratégias foram definidas para a gestão de resíduos?	Conhecer o processo de gestão de resíduos	Descrever o sistema de recolha, de transporte e deposição de resíduos	Estratégias para a gestão ambiental	Programa Nacional para sensibilização e educação para a prevenção A rede dos RSU Qualificação e optimização de gestão de resíduos Sistema de informação como pilar de gestão dos RSU Qualificação e optimização de intervenção das entidades públicas no âmbito de gestão dos RSU

**Quadro 52 - Categorias e subcategorias de análise dos dados documentais (continuação)**

Âmbito temático	Descrição- Sumária do Problema- de Investigações	Perguntas de investigação	Objectivos Gerais	Objectivos específicos	Categorias	Subcategorias
Acordos e Parcerias	Para garantir de competência e aumentar a produtividade deve-se promover parcerias entre as instituições responsáveis de resíduos com outras instituições Nacionais e Internacionais, provocando mais influência, neste área, numa a uma sustentabilidade global	Quais são os acordos e parcerias desenvolvidas no âmbito do plano?	Reflectir sobre as parcerias existentes	Diagnosticar as parcerias e os acordos existentes	Planos de Acordos e Parcerias	Parceria Externas Parceria Internas
Vazios Identificados	Um plano de Gestão de resíduos urbanos, para ser eficiente e ter a sua eficácia desejada, deverá ter um conjunto de elementos fundamentais nomeadamente: Medidas mitigadoras, Processo de avaliação e Plano de fiscalização	Quais são as lacunas apresentadas no plano?	Reconhecer as lacunas do plano	Identificar as lacunas do plano	Vazios do plano	Plano de acompanhamento e Monitorização Medidas Mitigadoras Revisão do plano Processo de avaliação Interna e Externa Plano de fiscalização



### **1.4.1. Análise do Plano Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos**

Sobre o Plano Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos parte-se a análise com uma contextualização dos materiais em análise e seguidamente procede-se a análise do mesmo com base nas categorias e subcategorias definidas.

#### **Contextualização**

O Plano Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos é um plano estratégico de âmbito nacional da responsabilidade do Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas e tem articulação com o Gabinete de Estudos e Planeamento e o Plano de Ação Nacional (PNANAI). O referido plano foi elaborado em 2003 e tem uma vigência de 10 anos e sujeito a atualização num período de dois em dois anos.

Na sua elaboração esteve envolvido um coordenador de nível nacional, um consultor internacional e três técnicos nacionais. O plano está estruturado em 8 capítulos nomeadamente:

O capítulo I, destinado a uma introdução com uma breve abordagem da justificativa para a elaboração do plano, o seu enquadramento bem como os objetivos do mesmo.

O principal objetivo deste documento é o de Reduzir os riscos que uma má gestão de resíduos constitui para a saúde pública e o ambiente até um nível negligenciável ou aceitável. Deste objetivo geral derivaram vários objetivos específicos:

- Criar uma estrutura para a gestão dos resíduos sólidos de uma forma controlada;
- Reduzir a quantidade de resíduos maximizando-se os níveis de prevenção e reciclagem;
- Promover o tratamento e destino final dos resíduos sólidos de forma que não prejudiquem o ambiente;
- Reforçar a sensibilização ambiental junto da população e do setor privado.

No capítulo 2 Foi feita uma descrição sucinta da metodologia utilizada na elaboração do plano, na qual se socorreu a uma metodologia de cariz quantitativo complementada com a metodologia qualitativa. Assim, tendo em conta os objetivos da investigação, parece-nos que a opção por uma metodologia qualitativa com recursos aos dados quantitativos permitiu uma melhor adequação do plano.

Na abordagem qualitativa adotada, procurou-se através de aplicação de entrevista, auscultar as opiniões e os pareceres dos entrevistados em relação aos conteúdos relacionados com os resíduos. Para complementar a técnica da entrevista foi aplicado um questionário. O cruzamento dos dados de duas ou mais técnicas de recolha favorece a validade da análise.

Para além do questionário e entrevista efetuou-se a recolha bibliográfica de documentos que tratam e/ou estão relacionados com a problemática de gestão de resíduos no país.

A fim de recolher os dados a nível nacional, a equipa responsável pela elaboração do plano deslocou-se a todos os municípios do país para a realização de entrevistas e inquéritos a nível dos municípios e ver *in loco* a situação nos diferentes concelhos. O propósito de aplicação das técnicas de recolha de dados referidos anteriormente foi essencialmente para conhecer as fontes e os fluxos de resíduos bem como as políticas e as estratégias adotadas e/ou em curso.

Após a recolha dos dados, fez-se a análise e avaliação dos resultados obtidos e definiram-se as medidas e ações a serem implementadas a nível municipal e nacional.

O Capítulo 3 foi dedicado à Estratégia de Gestão de Resíduos visando a contribuição para sustentabilidade deve centrar-se em dois pontos fundamentais de atuações:

- Ações para reduzir os efeitos negativos
- Ações para reduzir a quantidades de resíduos

Esta estratégia de gestão baseia-se em três princípios especialmente o princípio do poluidor-pagador, o Modelo Triado do professor Th.B.C.Poiesz, e a lei dos 3Rs- Redução, Reutilização e Reciclagem.

O princípio de poluidor-pagador é um princípio de primordial importância para a proteção ambiental porque é aquele que impõe ao poluidor o dever de arcar com as despesas de prevenção, reparação e repressão ambiental. É de ressaltar que este princípio está consagrado na Conferência das Nações Unidas, sobre o ambiente e desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em Junho de 1992 e que nos diz que *“as autoridades nacionais devem esforçar-se para promover a internacionalização dos custos de proteção do meio ambiente e o uso dos instrumentos económicos, levando-se em conta o conceito de que o poluidor livres, em princípio, assumir o custo da poluição, tendo em vista o interesse do público, sem desvirtuar o comércio e os investimentos internacionais”*

Quanto ao modelo Modelo Triado do professor Th.B.C.Poiesz Segundo este modelo o comportamento humano, neste caso, o comportamento relativo à gestão e separação dos resíduos, é definida por três fatores: motivação, capacidade e oportunidade

Em relação a Lei dos 3Rs - Redução Reutilização e Reciclagem - refere que a gestão de resíduos deve visar a prevenção ou redução da produção dos resíduos sendo que, subsidiariamente, visa a valorização dos resíduos. O tratamento dos resíduos sólidos deve-se basear na lei dos três R: Redução, Reutilização e Reciclagem.

O Capítulo 4 foi feito uma breve abordagem sobre as principais políticas, estratégias e planos de gestão de resíduos urbanos.

Da análise das políticas seguidas durante os últimos anos constatámos que a problemática ambiental ganhou uma nova dimensão, a partir de 1995. Assim, ganhos positivos foram conseguidos, essencialmente no que concerne ao enquadramento institucional e legal, sendo de destacar a criação do Secretariado Executivo para o Ambiente e a elaboração e aprovação de diplomas que configuram o quadro legislativo, a saber:

- A Lei de bases da política do Ambiente (Lei nº 86/IV/93), que fixa as grandes orientações e define o quadro legal que deve reger as relações entre o homem e o meio natural;
- Lei Nº. 108/89 (Estatuto Industrial)
- Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente ( PANA II)

- Plano Ambiental Intersectorial no domínio de Ambiente e Saúde
- Estudo de Base: Análise Institucional
- Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 73/78)
- Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação
- (Convenção de Basileia)
- Códigos de Postura Municipal
- Política do Saneamento que apresenta como área prioritária de intervenção, o saneamento básico e integra preocupações referentes à gestão de resíduos sólidos orgânicos e não orgânicos, bem como de efluentes domésticos, hospitalares e industriais;

Dedicou-se o capítulo quinto à situação atual em que foi apresentado um diagnóstico do contexto atual dos resíduos no país

A gestão de resíduos em Cabo Verde é um setor descentralizado em que são as Câmaras Municipais as responsáveis pela recolha, transporte e destino final dos resíduos. Devido a essa descentralização das competências da gestão de resíduos deveria haver uma ligação funcional entre os serviços operacionais de gestão de resíduos das Câmaras Municipais, os produtores setoriais e o serviço central responsável pela gestão nacional de resíduos para melhor implementação de políticas e estratégias nacionais, melhor fiscalização e avaliação e seguimento do estado do território quanto à problemática de resíduos.

Constata-se que, em todos os municípios do país, existe um pelouro e serviços operacionais que tratam de resíduos urbanos. Os resíduos gerados pelos estabelecimentos de saúde, com exceção dos resíduos orgânicos e dos hospitais centrais são recolhidos pelos serviços das câmaras municipais.

Quanto aos outros tipos de resíduos, com exceção dos óleos usados, não há no país nem nos municípios instituição responsável pela recolha, transporte, e tratamento dos mesmos. São os próprios produtores que se encarregam de dar o destino final aos resíduos. Os óleos usados a nível nacional são recolhidos pelas

empresas comerciais do produto e depositados numa estação de associação Garça Vermelha. A ELECTRA é a única empresa no país que faz incineração do seu próprio óleo usado.

Apesar dos constrangimentos financeiros, da quantidade insuficiente de equipamento e recursos humanos, os municípios têm feito um esforço, na medida do possível, principalmente na recolha e transporte dos resíduos urbanos, onde atualmente cerca de 60% da população cabo-verdiana é servida com a recolha.

A participação das associações no que diz respeito a resíduos é ainda incipiente no país. Há uma grande necessidade de maior mobilização da sociedade civil na problemática de resíduos, envolvendo mais as associações.

Por outro lado, regista-se ainda uma grande lacuna na fiscalização e licenciamento tanto nacional como municipal. O país necessita de uma estrutura central de fiscalização e licenciamento, e essa necessidade reflete-se na produção e destino final de resíduos de uma forma descontrolada, principalmente os não urbanos, em que a recolha, transporte e destino final ficam a cargo do produtor. Em Cabo Verde não se efectua auditoria ambiental às instituições produtoras de resíduos o que agrava mais a situação.

A nível municipal, os serviços operacionais de fiscalizações enfrentam dificuldades em executar as suas atividades de fiscais o que leva à proliferação de lixeiras selvagens e abandonos de carcaças, pneus, entulhos de construção entre outros resíduos de forma aleatória e descuidada.

Apesar de as Câmaras Municipais terem um serviço operacional de gestão de resíduos, esses serviços, principalmente devido a dificuldades financeiras, apresentam alguma deficiência de funcionamento, onde é necessário além de reforço financeiro e de equipamento também se mostra indispensável o investimento nos recursos humanos para melhorar o desempenho das suas atividades.

O capítulo 6 referente a ações a implementar para colmatar as insuficiências constantes do plano.

As carências detectadas nesta área no capítulo 5, foram tidos em conta para a ações de implementação a nível nacional para minimizar as lacunas detectadas na área. Assim foi sistematizado num quadro com a inclusão da descrição das ações as

responsabilidades, os custos, os parceiros bem como os prazos da sua implementação.

No capítulo 8 foi apresentado um glossário com os principais vocabulários usados e no capítulo 9 foi referenciado a bibliografia utilizada.

No que diz respeito à Avaliação dos recursos, esses foram constituídos por bibliografias nacionais e internacionais designadamente livros, planos, estudos, trabalhos científicos, estratégias e workshop relacionados com resíduos.

Numa altura em que Cabo Verde se depara com problemas resultantes do aumento da produção e da complexidade de resíduos e aumento do grau de poluição, alterando portanto a qualidade do ambiente, a elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Urbanos é de importância incontornável para a comunidade Caboverdiana bem como qualquer cidadão preocupado com os problemas sociais e com o progresso do país.

Consideramos o plano de extrema utilidade, na medida em que se constitui um instrumento valioso que poderá servir não só para identificar os problemas relacionados com os resíduos em Cabo Verde como também poderá dar algum contributo a outros países com problemas semelhantes.

Conforme referimos anteriormente, o trabalho tem uma identificação que inclui uma diversidade de autores a nível nacional e internacional, anteriormente citados, suas referências, bem como as instituições a que pertence. O público-alvo primário poderá ser toda a agente que trabalha diretamente com a área de resíduos. O público-alvo secundário deste plano pode ser todos os grupos sociais preocupados com os problemas relacionados com os resíduos e com o progresso do país.

Destaca-se ainda o modo da conceção do plano e a importância do estudo que consiste na descrição da situação presente e a previsão da situação futura.

Os recursos ilustrativos como gráficos estatísticos, desenhos e tabelas estão criteriosamente distribuídos ao longo do texto, apresentando sempre a enumeração dos mesmos, títulos e as fontes quando estes recursos não são da autoria dos autores conforme consta das normas. Além da apresentação de quadros ilustrativos, os autores tiveram a preocupação de o interpretar de acordo com os dados obtidos durante a pesquisa procurando justificar a diferença dos resultados.

Os autores tiveram o cuidado de incluir, de uma forma clara as considerações finais do trabalho, ponto nobre que exige uma forte relevância em qualquer plano desta natureza, as conclusões apareceram com um formato claro, conciso e diretamente relacionado com os resultados obtidos no estudo científico.

Em síntese pode-se afirmar que o Plano Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos assenta em objetivos e estratégias que visam reduzir a quantidade de resíduos urbanos garantindo a preservação dos recursos naturais e a minimização dos impactos negativos sobre a saúde pública e o ambiente.

Para a prossecução destes objetivos importa incentivar as pessoas para a redução da produção dos resíduos e a sua reutilização e reciclagem. Face ao papel que o plano desempenha na gestão de resíduos, importa promover ações de sensibilização e divulgação em matéria de resíduos destinadas às entidades públicas e privadas.

Para além da prevenção, interessa também promover e desenvolver sistemas integrados de recolha, tratamento, valorização e destino final de resíduos por fileira (p.ex., óleos usados, solventes, têxteis, plásticos e matéria orgânica).

A elaboração e aplicação de um Plano Nacional de Gestão de Resíduos e o cumprimento integral dos Planos Estratégicos de Gestão dos Resíduos são medidas de política do Ministério do Ambiente Ordenamento do Território de Cabo Verde preconizada para a prossecução dos princípios de sustentabilidade, transversalidade, integração, equidade e da participação, defensores no Programa do Governo.

Porém salientamos que a falta de plano de ação e de metodologia específica na área de resíduos no referido Plano de gestão assume-se como um obstáculo às mudanças de atitudes pois não consideramos que apenas as ações planificadas ao longo do plano sejam suficientes para a produção de efeitos suficientes na promoção de mudanças de atitudes e comportamentos dos caboverdianos na área de resíduos. Achamos, portanto, que o plano devia ter a garantia de articulação com outros setores públicos e privados para ter um maior impacto.

#### **1.4.2. Análise do Plano Nacional do Saneamento Básico**

O Plano é um Plano Nacional do Saneamento é um plano estratégico de âmbito nacional e foi elaborado sob a coordenação conjunta do Centro de Políticas Estratégicas, do Gabinete do Primeiro-Ministro de Cabo Verde e da Direção-Geral do Ambiente, do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos.

O referido plano foi elaborado em 2010 e prevê uma duração de três anos.

Na sua elaboração envolveu um coordenador de nível nacional, Mestre em Gestão e Auditoria Ambiental e Mestre em Engenharia e Tecnologia Ambiental. Para além do coordenador o plano contou com dois intervenientes nomeadamente, um mestre em Engenharia Sanitária e um Jurista para acompanhar o Plano durante a sua execução. O mesmo teve o financiamento internacional dos Escritórios de Fundos e Programas das Nações Unidas e além de um resumo executivo compreende 6 capítulos:

O plano contempla um resumo executivo permitindo o leitor conhecer o conteúdo essencial do documento. O resumo evidencia-nos o conceito do saneamento num campo mais amplo incorporando um conjunto de ações técnicas e socioeconómicas entendendo como saúde pública tendo como objetivos alcançar níveis crescentes de salubridade e tendo por finalidade promover e melhorar as condições de vida urbana e rural. Apresenta-nos a deficiência que acarreta a área o setor de saneamento ambiental nos países em desenvolvimento onde insere Cabo Verde detectando a necessidade de se promover uma abordagem que aproxima as políticas de saneamento às políticas sociais.

Justifica a necessidade de se conceber este plano para responder as necessidades de colmatar as deficiências existentes nesta área. O plano contempla as componentes água, resíduos urbanos cuja as ações são planificadas para um período de três anos visando mitigar os potenciais impactes negativos resultantes da insalubridade do meio e, por outro, apresentar uma proposta de quadro legal e institucional que garanta a sustentabilidade do setor do saneamento, tanto do ponto de vista técnico como social e ambiental. Promove ainda uma metodologia integrada para as ações do setor de saneamento potencializando a eficácia e a eficiência do sistema.



O plano faz um diagnóstico do ponto de situação na área da água e dos resíduos urbanos.

Assim, o plano apresenta um conjunto de ações que irão aplicar uma nova dinâmica ao setor e um modelo de gestão para o setor do saneamento, tendo em consideração a complexidade da realidade urbana e rural, bem como a participação e controlo social. Esta abordagem exige, como é evidente, mudanças institucionais, organizacionais e operacionais.

No capítulo um faz-se uma pequena delimitação teórica destacando a caso de Cabo Verde em termos de Saneamento.

Referente ao capítulo dois foi feita uma explicação resumida da metodologia utilizada na elaboração do plano da qual recorreu-se a uma metodologia de cariz qualitativa.

Para o conhecimento da situação atual do país, em matéria de saneamento básico, optou-se por efetuar um diagnóstico participativo, envolvendo os principais parceiros, implicados de forma direta na definição e implementação da política do saneamento, utilizando a técnica de entrevistas individuais, umas vezes semi-estruturadas e outras vezes não estruturadas, para além de visitas às unidades de recolha e tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, para além de consultas de documentações especializadas, nomeadamente o Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB, 2007). Com vista ao conhecimento de outras realidades que lidam com a problemática de saneamento, efectuaram-se pesquisas bibliográficas de documentos que tratam e/ou estão relacionados com a problemática de saneamento, na perspetiva de colher alguns ensinamentos úteis para a feitura do plano.

Após o diagnóstico, fez-se a análise dos dados e a avaliação dos resultados obtidos e definiram-se as medidas e as ações a serem implementadas tanto a nível nacional, como municipal num horizonte de três anos, tendo em consideração, por um lado, os objetivos definidos neste plano e, por outro, os objetivos do milénio para o setor.

Com o objetivo de adequar a visão entre as perspetivas do Governo e dos Autarcas de Cabo Verde, e encontrar soluções possíveis para a problemática de saneamento, a proposta do plano foi objeto de análises e discussão num encontro,

que teve lugar na Sala de Conferências do Palácio do Governo, no dia 26 de Fevereiro 2010.

Dedicou-se o terceiro capítulo ao diagnóstico da situação atual do Saneamento em Cabo Verde abrangendo a problemática da água potável, água residuais, água pluviais, resíduos sólidos. Neste capítulo foi também desenvolvido a análise da situação institucional do setor de saneamento com destaque para avaliação do quadro jurídico-legal.

No capítulo quarto foi feita uma apresentação de projeto e plano em curso e ou previstos.

No capítulo quinto foi apresentado o plano de ação com relevo ao Programa de abastecimento de água, tratamento águas residual e resíduos sólidos urbanos e Programa de modernização institucional

No último capítulo foram feitas considerações finais com apreciação do plano apresentando a ideia de apresentação de um modelo de gestão do plano nacional de saneamento que tenha em conta a complexidade e a dinâmica da realidade urbana e rural e a participação e o controlo social.

Relativamente aos recursos aproveitou-se dos recursos nacionais, produzidos a nível dos diferentes municípios, a nível nacional e alguns a nível do governo Teve com base a diversidade e atualidade de recursos.

Cabo Verde apresenta um estado carente do saneamento básico e este país é marcado pelas secas periódicas e falta de água potável, fato que vem prejudicando de forma crescente as populações sobretudo as mais carentes. O acesso à água potável tem sido um problema cujas dificuldades aumentam em relação inversa às fragilidades económicas e sociais. A problemática dos resíduos vem agravando com o aumento da produção e de complexidade dos mesmos o que tem complicado o estado de saúde pública.

Assim, um Plano Nacional de Saneamento Básico que incide numa abordagem integrada envolvendo as várias instituições voltadas para uma gestão sustentável responde aos grandes desafios atuais do país.

Na nossa ótica a eleição de uma estratégia com resultados significativos na mudança de atitudes, valores e comportamentos para uma gestão racional dos recursos ambientais torna-se incontornável.

As temáticas e as ações sugeridas no plano atendem às necessidades reais de Cabo Verde e consta dos seus grandes desafios de desenvolvimento do milénio.

Assinala-se ainda o modo da conceção do plano abrangendo plano de ações específicas da área e a importância do estudo que consiste na definição da situação presente e a previsão da situação futura.

O Plano Nacional de Saneamento Básico elaborado estabelece objetivos e medidas que levam a garantir melhores condições de saúde para as pessoas, evitando a contaminação e proliferação de doenças. Ao mesmo tempo, assegura a preservação do meio ambiente.

A definição do plano de ação específica veio incrementar o seu valor pois o mesmo facilitará a sua implementação, seguimento e avaliação

#### **1.4.3. Análise do Plano de gestão Integrada dos recursos Hídricos**

O Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRE) é um plano estratégico de âmbito nacional da responsabilidade do Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e foi publicado no BO a 24 de Novembro de 2010 e se inscreve no âmbito dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado de Cabo Verde no decurso da Cimeira sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2004 de Joanesburgo em que a Comunidade Internacional se engajou a ajudar os países do Sul na elaboração dos seus planos nacionais de gestão dos recursos hídricos como condição necessária para implementação das Metas do Desenvolvimento para o Milénio.

Para a sua elaboração envolveu uma diversidade de individualidades nacionais e internacionais nomeadamente: um coordenador nacional da área de Economia, um especialista em Economia, um especialista em Hidrogeologia, um especialista em Hidrologia, um especialista em Comunicação/Género, Especialista Hidrologia.

O documento de plano de ação compreende, para além da introdução e da conclusão, duas partes: Na primeira parte foi dedicada a generalidades, diagnóstico dos recursos hídricos e ao seu quadro de gestão e termina com uma parte conclusiva. Nesta parte foram descritos os seguintes itens: (i) Objetivos do plano estratégico; (ii) Ações, resultados e atividades do plano ; (iii) custos e financiamento Modalidades de implementação; (iv) cronograma dos programas e subprogramas (v) Orçamento do PAGIRE e vi) Quadro lógico

A segunda parte é complementada por anexos, compreendendo as fichas de ação e os estudos temáticos.

As grandes finalidades do plano são:

- Assegurar o acesso das populações à água potável;
- Proporcionar água para as necessidades do desenvolvimento económico;
- Proteger os ecossistemas vitais;
- Pugnar pela igualdade e equidade de géneros.

O PAGIRE compreende 4 eixos maiores de atuação que contribuem para a estratégia global. Cada eixo é acompanhado de uma série de medidas definidas em função dos problemas maiores identificados no diagnóstico da situação. Assim foram definidos os seguintes eixos estratégicos: (i) Aumentar a disponibilidade de água Melhorar os conhecimentos e a gestão dos recursos em água (ii) Criar um ambiente favorável à aplicação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRE); (iii) Construção de infraestruturas e (iv) Melhoria da comunicação, informação, educação e a sensibilização para a água. Analisando os diferentes eixos incorporados neste plano poderá gerar uma melhor consciência ambiental trazendo diversas percepções e opiniões, complementando e fortalecendo nossa análise.

#### **1.4.4. Análise das categorias integradas aos planos**

Após a leitura e reflexão profunda dos documentos analisados desencadeou-se o trabalho de determinação de categorias de análise.

Para esta fase do processo, tomámos como referência, em primeiro lugar, o problema de investigação e os objetivos do mesmo. Seguidamente e com base nos

objetivos definidos para esta investigação, estabelecemos os objetivos específicos para análise dos documentos elencados nos quadros. 49, 50, 51 e 52. Os objetivos específicos para análise do Plano Nacional de gestão de Resíduos Urbanos são: (i) Determinar a quantidade de conteúdos sobre educação e sensibilização ambiental presentes no plano Nacional de gestão de resíduos urbanos; (ii) Estabelecer o contexto em que estes conteúdos foram tratados; (iii) Analisar o grau de importância atribuída à educação e sensibilização ambiental no plano; (iv) Verificar os conteúdos mais valorizados no plano.

Categoria A. Importância da Educação Ambiental para a prevenção dos Resíduos Urbanos. Nesta categoria o âmbito temático definido foi o da Componente Educação Ambiental para a Prevenção dos Resíduos Urbanos e a dimensão analisada foi a relevância do tema estando associada à questão da importância atribuída à componente Educação Ambiental para a prevenção de resíduos no Plano. O objetivo geral desta questão foi o de compreender o nível de importância atribuída a esta componente e o objetivo específico consiste em sistematizar as ações referentes à Educação Ambiental para a prevenção de resíduos constantes do Plano

Esta classe de categoria integra as seguintes subcategorias: (i) Objetivos Gerais; (ii) Objetivos específicos; (iii) Metas; (iv) Descrição das atividades; (v) Medidas em ação.

A componente Educação Ambiental abordada no presente nos planos reveste-se de um interesse expressivo na medida em que a importância estratégica da prevenção dos resíduos e sentido de urgência tem vindo a ser compreendida gradualmente a nível nacional e a nível internacional requerendo o desenvolvimento de metas de redução, com a subsequente operacionalização no terreno de medidas eficazes e ações concertadas envolvendo fabricantes, retalhistas e consumidores.

A situação consensualmente reconhecida como ideal, numa perspetiva de prevenção primária, seria a redução drástica da produção de resíduos. Na impossibilidade de tudo ser resolvido por essa via, é essencial investir em outras formas de prevenção, optando-se por um conjunto de procedimentos eficazes para a reutilização, a reciclagem e os vários tipos de valorização desses resíduos, de forma

a particularmente minimizar os efeitos dos chamados resíduos perigosos sobre os diferentes ecossistemas.

Constatou-se que os planos atribuem alguma importância à componente Educação Ambiental fato justificável pela inclusão de um objetivo referente ao tema voltado ao reforço e sensibilização ambiental junto da população e do setor privado No entretanto voltado a este objetivo geral não constatamos objetivo específico que nos aponte para uma ação concreta nesta matéria. Por outro lado não comprovamos orientações materializáveis para a aplicação desta ação na comunidade. Pudémos notar que foi elaborado um quadro com a definição de programas para esta componente, os parceiros, as instituições responsáveis bem como o prazo da sua concretização. No entretanto não foi apurada uma planificação com a especificação de atividades/ações que pudessem levar à concretização dos objetivos definidos. Por outro lado não foram preconizados os recursos necessários bem como os instrumentos necessários para a sua avaliação.

Por outro lado, faz-se uma menção específica à Educação Ambiental para Resíduos associados no capítulo designado por Avaliação dos Resultados e Medidas a Implementar e dentro do subcapítulo Informação, Educação e Comunicação.

Neste subcapítulo foi definido um objetivo geral que é o de promover a Educação Ambiental em geral e dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em particular em todos a níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do ambiente para solucionar os problemas de resíduos.

Este objetivo está inserido no setor de Educação atribuindo ao Ministério de Educação e Desporto a responsabilidade fomentar a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino quer a nível formal quer a nível não formal. Além do Ministério de Educação solicita o empenho da sociedade civil nesta luta para minimizar os problemas ambientais.

Derivados deste objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Desenvolver uma compreensão integrada do ambiente em geral e dos resíduos em particular em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspetos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, económicos, científicos, culturais e éticos.

Salientou-se a importância do primeiro objetivo e que a sua concretização requer o desenvolvimento de capacidades específicas por parte dos professores e outros educadores, tendo sido identificada como um dos fatores para o fortalecimento da Educação Ambiental a nível das escolas.

A operacionalização do referido objetivo poderá contribuir para sensibilizar e formar os seus intervenientes dotando-os de conhecimentos, atitudes, motivação, compromisso e adoção de boas práticas ambientais e em particular à área de resíduos urbanos no meio em que vivem e/ou se encontram inseridos. Assim, a aplicação deste objetivo deverá contribuir para que os alunos atuais, cidadãos do futuro, adquiram as capacidades, que os ajudarão a avaliar as consequências e a corrigir os eventuais problemas resultantes de uma deficiente gestão dos resíduos urbanos em Cabo Verde.

Estamos conscientes de que, ao desenvolver as competências ambientais, estaremos a facilitar a comunidade educativa de Cabo Verde uma compreensão fundamental dos problemas ambientais relacionados com os resíduos urbanos, da sua responsabilização e do seu papel crítico como cidadãos de um país e de um planeta. Desenvolveremos assim, as competências e valores que conduzirão a repensar e avaliar de outra maneira as suas atitudes diárias voltadas a problemática da gestão de resíduos em Cabo Verde.

Tendo como base este objetivo, deve-se desenvolver a Educação Ambiental na sua mais variada dimensões desde aspetos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, económicos, científicos, culturais e éticos. Para objectivar todas estas dimensões julgamos que sejam necessária diversidade de parcerias para analisar os diferentes comportamentos ambientais demonstrados pela população levando à promoção de maiores consciências ambientais.

Os problemas ambientais assumem importância social, a partir do momento em que o indivíduo e a própria sociedade precisam da natureza para poderem viver. As relações entre a sociedade e a natureza são um reflexo das organizações económicas e políticas estabelecidas pela sociedade vigente, conseqüentemente, os problemas ambientais só podem explicar-se com referência às referidas organizações (Pujol, 2001).

Adicionalmente é necessário a produção e aplicação de instrumentos e medidas legais e políticos. Paralelamente haverá necessidade de especialistas na área de economia para fazer os cálculos de custos e apresentar linhas de orientação.

Porém neste objetivo não registamos orientações sobre o tipo de abordagem para a operacionalização deste objetivo.

Para a concretização deste segundo objectivo, Estimular o fortalecimento de uma consciência crítica sobre problemática RSU, é necessário que os procedimentos utilizados contenham impacto emocional, isto é despertem preocupações, alertem para comportamentos incorrectos e requeiram o envolvimento e a participação das pessoas, ressaltando uma situação ou conjunto de situações que compõem uma problemática ambiental. Este envolvimento implica um conjunto de informações, indispensável para atribuir mais consciência técnica ou trabalho em Educação Ambiental.

Esta abordagem deverá compor um corpo de informações que possam ser relacionadas com a realidade em que se está actuar ou seja devem ser contextualizadas associadas ao que o público já fez devendo para isso sustentar-se sempre em informações teóricas e práticas completas e atualizadas que dêem segurança e credibilidade às propostas apresentadas. Assim consideramos de elevada pertinência este objetivo.

Contudo, é fundamental que os educadores estejam preparados para trabalhar esta consciência e tenham recursos científicos e pedagógicos que lhes permitam exercer esta missão que lhes é confiada. Apesar dos esforços desenvolvidos na definição do objetivo referido, no plano permanece deficiência a nível de recursos para a concretização destes objetivos.

Há que incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

A participação individual e coletiva nos projetos ambientais voltados a resíduos é ainda incipiente no país. Há uma grande necessidade de maior mobilização da sociedade civil na problemática de resíduos, envolvendo mais associações. Assim promover processos participativos baseados em conhecimento



de causa e sentido de responsabilidade pode ser uma excelente oportunidade para gerar ou reforçar, nos grupos sociais, mecanismos de defesa do ambiente e que contribuam para a sustentabilidade local.

A participação coletiva da sociedade civil constitui assim a prática de ações de cidadania, visando assegurar o acompanhamento a colaboração e a intervenção nos processos de decisão política de natureza coletiva

Apesar desta iniciativa o plano não faz referência às diferentes formas de participação para dar uma certa orientação a este processo.

Ainda o plano salienta o aspeto de despertar a cooperação entre as diversas localidades do País, a nível nacional e municipal, com vista à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada e particularmente na área de gestão de resíduos. Percebe-se que o documento ressalta que todas as pessoas devem adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, as atitudes, o interesse ativo e as aptidões necessárias para proteger o ambiente.

Na categoria contexto político a dimensão analisada foi a de tipo de abordagem do tema estando subjacente a questão da forma como o plano está integrado com a base Jurídica ambiental questão. O objetivo geral definido foi o de analisar o Plano à luz da base jurídica Nacional e Internacional enquanto os objetivos específicos consiste em correlacionar o Plano com as políticas ambientais na área de resíduos.

Esta classe de categorias engloba as seguintes subcategorias: (i) políticas ambientais nacionais; (ii) políticas ambientais internacionais; (iii) Cumprimento da regra dos 3 Rs. Nesta categoria pode-se afirmar que a integração da educação ambiental nos planos é imperativo da Constituição da República de 1992 no artigo 72º que consagra o direito ao ambiente nos seguintes termos: “Todos têm direito a uma ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar”.

Em relação á categoria processo metodológico, foi possível constar que os planos orientam para uma metodologia participativa envolvendo os diversos parceiros da sociedade civil. Este processo metodológico poderá dar uma contribuição na difusão de informação, da sensibilização da formação de hábitos atitudes e comportamentos individuais e comunitários, com visão sistémica e

buscando assegurar a sustentabilidade ambiental. Quanto á categoria sustentabilidade nota-se que os planos contemplam medidas e acções de sensibilização e educação ambiental e que promovem mudanças de atitudes e de comportamentos ambientais. Por este fato podemos concluir que os plano difundem acções que privilegiam a sustentabilidade ambiental. Em relação aos recursos disponível pode-se apurar que estes não são suficientes pelos indicadores conseguido no cumprimento do plano.

Quanto à categoria estratégia de gestão ambiental, os planos apontam para uma estratégia de integração dos diversos setores no sentido de congregar esforços visando a melhoria do ambiente.

Em relação a categoria Acordos e Parcerias, os documentos consultados apontam para o reforço das parcerias nacionais e internacionais por forma a trocar experiências visando o enriquecimento de abordagens. Tendo em conta a última categoria em análise, os vazios identificados, foi constatado algumas insuficiências a nível dos planos, nomeadamente o sistema de avaliação e o processo de fiscalização de modo que recomendamos fortalecer estas veretentes com a melhoria de qualidade de serviços neste domínio bem como promover formações por forma a corrigir essas insuficiências.

### **1.5.Síntese das análises dos dados**

Este tópico pretende trazer a síntese das análises das diferentes técnicas de recolha de dados utilizados nesta investigação. O processo analítico requer uma reflexão aprofundada e exaustiva dos dados resultantes das diferentes técnicas de recolha de dados, tendo usado no caso em estudo a triangulação das técnicas dos dados como estratégia de aumentar o rigor científico aos resultados de investigação.

O procedimento exige a focalização no objeto de estudo devidamente limitado, com base no problema e objectivos da investigação. Assim, depois de uma sistematização dos dados recolhidos e interpretados apresentamos a seguinte síntese:

Em relação à categoria pertinência de formação, os sujeitos de investigação manifestaram a consciência pela necessidade de possuírem um reforço da formação em matéria de educação ambiental. Este fato deve-se à percepção dos mesmos

acerca da necessidade urgente de proteção e recuperação dos recursos ambientais. Esta atitude favorável está assegurada na literatura nacional traduzida no Plano Nacional de Resíduos Urbanos que considera a formação de cidadãos conscientes, preparados para a tomada de decisões e atuando na realidade socioambiental, como um dos principais eixos temáticos. Assim deve-se dar um enfoque no comprometimento com o bem-estar de cada um e com a sociedade, tanto a nível global como local. Esta necessidade foi, por sua vez, manifestada por um dos nossos entrevistados quando diz “os professores são fundamentais na parte de educação ambiental porque lidam diretamente com a classe de novas gerações. Se a educação for muito bem implementada teremos excelentes consequências nas mudanças de comportamentos.” Os resultados do questionário acabaram por confirmar esta necessidade tendo 95% dos professores inquiridos a favor da inclusão da temática de educação ambiental desde os primeiros níveis de escolaridade.

A diversidade de opiniões e pontos de vista acerca da pertinência de um programa de educação ambiental ficaram evidenciados nos depoimentos dos sujeitos.

Assim, um dos participantes, pertencentes aos grupos dos representantes do Ministério de Educação, considera que:

é muito importante a educação ambiental. Hoje mais do que nunca precisamos de nos consciencializar dos fenómenos ambientais. Há que criar uma consciência cósmica. Não se pode começar melhor do que no Ensino Básico sabendo que é mais fácil moldar as crianças e sensibilizá-las em relação às questões ambientais. No programa, a educação a nível do ensino básico deve incluir o ambiente (Grupo 003, Anexo 3.3 )

Percebe-se assim, que os educadores reconheceram a importância das atividades em Educação Ambiental em âmbito escolar e a necessidade da participação das crianças nesse processo.

No concernente à perspectiva de formação os resultados dos grupos focais revelaram necessidade de formação contínua dos professores e esta deve ter como eixo orientador no processo de construção e reconstrução dos conhecimentos e valores os quais a partir de uma reflexão crítica e dos conhecimentos de cada disciplina forma parte de seus conteúdos e práticas pedagógicas. Cada conteúdo trabalhado deve ser contextualizado de maneira interdisciplinar gerando formas de pensar diferentes, compreendendo os processos envolvidos nas questões

ambientais. Também foi possível diagnosticar, pela percepção de um dos grupos focais, professores, que a Educação Ambiental deverá ser abordada como uma forma de sensibilização sobre o uso dos recursos naturais e uma forma de estimular mudanças de atitudes visando a conservação do meio ambiente.

A perspectiva de formação evidenciada pelos grupos focais vai ao encontro dos princípios orientadores constantes do Plano Nacional de Educação Ambiental publicado em 2014, que considera a educação ambiental como sendo uma componente prioritária a ser trabalhado nos currículos escolares numa óptica transversal.

Do mesmo documento, e no ponto referente ao quadro atual da educação ambiental em Cabo Verde, tem como ponto forte a motivação dos professores e alunos para os temas do ambiente e a integração nos programas e manuais e o apoio das empresas em ações desenvolvidas nas escolas. Reporta-se que o processo de revisão curricular parte deste pressuposto e contempla a componente ambiental em todos os níveis de ensino e de uma forma transversal. Esta iniciativa de integração da componente ambiental no currículo, foi recomendada na conferência de Thissi em 1977 havendo um comprometimento desta inovação nos respetivos sistemas de ensino através de uma abordagem pedagógica transversal. Os resultados do questionário certificam a perspectiva referida quando concluímos que a grande maioria dos professores inquiridos são a favor de uma abordagem interdisciplinar (72,5%) e 58,4% declaram sobre a transversalidade em todas as disciplinas.

Os participantes afirmam que as questões ambientais devem ter multidisciplinar, intersetorial, e que devem envolver as famílias e a comunidade e por isso necessitam que os profissionais desenvolvam ações sobre os fatores socioambientais que interferem na saúde humana e na capacidade de desenvolver ações integradas. As necessidades devem ser identificadas e problematizadas de forma participativa, protagonista e compartilhada com os diversos atores envolvidos nos processos de melhoria do espaço em que vivem.

Sobre o tópico áreas de intervenção os grupos focais apontaram temas como biodiversidade, mudanças climáticas, resíduos urbanos, os recursos hídricos como os mais importantes a serem abordados. Consideram ainda fundamental o

desenvolvimento da relação do ambiente com outras áreas afins nomeadamente: ambiente e economia, ambiente e saúde, ambiente na paz e cidadania planetária. Os participantes, nas suas falas acabaram por referenciar os conteúdos incluídos no Plano Nacional de Educação Ambiental que dá um enfoque na inclusão do princípio contextualizado para viabilizar os conteúdos do saneamento básico água e biodiversidade por serem mais prioritário da nossa realidade. Por outro lado, os inquiridos preenchem essas necessidades apontando água, resíduos e biodiversidade sendo os resultados obtidos do questionário apontarem para 78,5% dos respondentes referem a água, 34,2 %, biodiversidade e resíduos, 26,5%.

Relativamente às necessidades de formação, os resultados do questionário apontam-nos para carências ligadas a coordenação entre os professores e a Direção da escola, a precariedade dos recursos didáticos e a insuficiência a nível dos recursos humanos qualificados. O Plano Nacional de educação Ambiental demonstra a existência destas lacunas e apontam para dos seguintes eixos temáticos em matéria de educação ambiental: capacitação dos agentes educativos, reforço de capacitação institucional e de parcerias, estudos e pesquisas nas áreas de educação ambiental, comunicação, seguimento e avaliação, eficiência e eficácia ambiental.

Por outro lado, o Plano do Saneamento Básico orienta para a construção de uma consciência ambiental nacional por meio de realização de ações práticas que estimulem a transformação de comportamentos e atitudes visando o desenvolvimento de uma cultura ecológica e que previnam a degradação ambiental.

No que se refere ao sistema de avaliação, os nossos entrevistados apontaram para estratégia de aplicação de fichas de avaliação das atividades realizadas, questionários bem como as atividades de seguimento ações práticas e observação direta das atitudes e comportamentos ambientais.

No que toca à categoria formas de articulação os respondentes opinam que a educação ambiental ser uma componente de responsabilidade compartilhada por todos os indivíduos. Corroborando com as ideias dos envolventes do estudo, entendemos que as interações da vida cotidiana com os processos ambientais são indissociáveis para as práticas de educação e saúde integral.

Por isso, as práticas ambientais precisam ser problematizadas de acordo com a realidade presente, considerando as necessidades atuais e das gerações futuras. Assim sendo, as atividades estão comprometidas com uma visão ampliada de educação e saúde. Isso implica entendê-las como algo produzido pessoal e coletivamente com a família, as associações comunitárias, os espaços de decisões políticas governamentais, os locais e, equipamentos públicos e especialmente com as práticas do lugar onde se vive, estuda e trabalha.

No discurso de um dos participantes do grupo focal 6, ficou claro que a aproximação intersetorial por meio da educação ambiental pode ser um caminho perspicaz no sentido de mobilizar as diversas comunidades no sentido de compreenderem o meio ambiente como fator que influencia diretamente a sua vida e saúde. A partir dessa compreensão, podem ser pensadas, conjuntamente ações capazes de melhorar o ambiente de vida das comunidades. Segundo o mesmo participante, “a questão das parcerias com instituições que trabalham em de áreas afins, ONGs. Câmaras Municipais será uma importante estratégia”

Nesta perspectiva, as ações intersetoriais representam estratégias de superação dos problemas ambientais pois representam a articulação de vários atores, os quais podem atuar em diferentes frentes constituintes dos problemas do ambiente, muitas vezes, diretamente ligados aos problemas sociais. Tendo como base esta contribuição as instituições ambientais devem orientar suas diretrizes de forma a privilegiar o exercício da intersetorialidade. O depoimento da educadora considera que:

a interdisciplinaridade permite-nos trabalhar com a educação ambiental nas mais diversas ocasiões, visto que se pode trabalhar em diferentes focos, como poluição, reciclagem, hortas, trabalho com sucata, importância da preservação. As opções são muitas, basta o professor buscar e incentivar os alunos, pois de maneira lúdica todos se interessam e aprendem mais facilmente. (Grupo 005, Anexo 3.3)

Destaca-se nesse contexto de análise como as educadoras colocam nos seus depoimentos a essencialidade da relação de articulação entre os diferentes setores ambientais na promoção da preservação ambiental. Sob a ótica de sugestões para a melhoria das ações de proteção ambiental as opiniões dos nossos representantes da pesquisa concorrem para a ideia de uma educação ambiental em um processo contínuo de aprendizagem e exercício da cidadania, despertando nas

peessoas uma visão mais ampla e crítica da realidade e uma atuação de fato comprometida com a transformação do espaço social onde vivem.

Outra questão que para os participantes constitui-se em limite a ser superado, refere-se à necessidade de práticas pedagógicas renovadas que contestem a abordagem tradicional da temática ambiental com enfoque biologicista e naturalista, e passe a considerar as problemáticas do meio-ambiente relacionadas ao modo como o homem pensa e vive o mundo, suas relações com o poder, com as outras pessoas e com a geração constante de novas necessidades advindas da atual sociedade-cultura de consumo. Porém esse processo de contestação não condiz com a realidade social na qual são formados os atuais professores, necessitando-se então de um apoio muito maior do Estado, algo distinto de apenas se emitir portarias.

Seguidamente apresenta-se nas tabelas 23 e 24, a síntese das principais evidencias registadas a partir do procedimento da técnica de triangulação de dados:

Tabela 23- Resultados síntese das diferentes técnicas de recolha de dados

Objectivos=	Questões=	Dimensões analisadas=	Principais evidências=
Compreender a concepção de Professores em matéria de educação ambiental=	Qual é a vossa opinião sobre a pertinência de um Programa de Educação Ambiental dirigido aos programas do Ensino Básico de Cabo Verde? =	Pertinência da formação=	Trata-se de tema que deve ser trabalhado de uma forma transversal. Criando programa será uma mais-valia para todos.¶ ¶ Deveria levar em conta que é uma das disciplinas mais prioritizadas tendo em conta que tudo está a girar a volta do ambiente, nomeadamente em ciências económicas, saúde e tudo mais¶ ¶ Dotar os professores de conhecimentos teóricos e práticos, bem como atitudes e comportamentos saudáveis, imprescindíveis à propiciação de uma cultura pedagógica¶ ¶ Esta garantia uma das condições essenciais para a concepção e implementação de um Programa de Educação Ambiental consistente e eficaz e que vai ao encontro das demandas e desafios da sociedade educativa – a motivação dos professores=
Identificar a abordagem da educação ambiental=	Como acham que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da educação ambiental tendo em conta as necessidades que sentem=	Perspetivas de formação=	A educação ambiental deve ser implementada em todas as fases do ensino e a escola é um espaço privilegiado para a educação. A estratégia de abordagem deve ser de um modo interdisciplinar¶ ¶ Adoção de estratégias integradas de ação promovendo uma maior articulação entre as escolas, as instituições e a própria sociedade civil=
Identificar as condições teórico-práticas, necessidades relativas à educação ambiental no ensino Formata=	O que acham necessário para se implementar uma educação ambiental de qualidade no Ensino Formata=	Condições Necessárias à implementação de um Programa de Formação de Professores=	Formadores capacitados¶ Condições materiais¶ Elaboração dos materiais didáticos=



Tabela 24 - Resultados síntese das diferentes técnicas de recolha de dados (continuação)

Objectivos	Questões	Dimensões analisadas	Principais evidências
Identificar a estratégia de articulação	De que modo acham que poderá ser articulado as parcerias entre a Educação e a Administração Central	Disponibilidade de articulação entre a Educação e a Administração Central	As estratégias têm sido reunidas periodicamente de articulação com apresentações de Planos de actividades escolares, voltadas para o ambiente no âmbito do Plano sectorial Ambiente e Educação do PANA II. Tem sido uma estratégia boa, visto que os resultados têm aparecido embora lentamente
Propor linhas futuras de atuação que possam contribuir para melhoria de ações ambientais	Que comentários e sugestões debram as Instituições Ambientais para a melhoria das suas atuações	Sugestões de melhorias	Incrementar a Cooperação Internacional. Investir nos recursos humanos e financeiros. Promover a sensibilização e criar a rede de formadores.
Avaliação do Programa de Formação	Quais deverão ser as metodologias para avaliação de um programa de Formação	Sistema de avaliação	Questões orais e escritas. Observação das ações práticas Observação das mudanças de atitudes e comportamento

No capítulo que agora finda, designado Análise de dados e Resultados, foram analisados e interpretados os dados recolhidos ao longo de todo o percurso investigativo. Seguidamente abre-se espaços para o capítulo VI designado por apresentação dos instrumentos pedagógicos, considerados um dos principais resultados do estudo e traduzidos num programa módulo de formação de professores do Ensino Básico em matéria de Educação Ambiental.

## **CAPÍTULO VI - APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS**

---

Este capítulo contempla áreas de apresentação e caracterização dos Instrumentos Pedagógicos produzidos ao longo de investigação e que se apresentam suas estruturas de um modo aprofundado nos anexos 1 e anexos 2.



## **1. O programa de formação**

### **I. Contextualização**

O Programa de Formação de Professores do Ensino Básico em matéria de Educação Ambiental apresentado no anexo 1 é um resultado concebido e coordenado pela investigadora tendo como base nas contribuições obtidas da equipa dos participantes do estudo, entrevistados e inquiridos e os resultados obtidos da análise documental. Tem a finalidade de capacitar os professores do Ensino Básico a nível nacional em matéria de Educação Ambiental em articulação com os programas oficiais do ensino básico. Pensamos que, com as orientações do programa, podemos sensibilizar e educar em primeiro plano, os professores do Ensino Básico e conseqüentemente, às crianças do Ensino Básico de Cabo Verde e a comunidade em geral para a problemática ambiental. Destinadas aos professores do Ensino Básico de Cabo Verde as atividades do programa contemplam professores que lecionam os 3 ciclos do ensino (1º, 2º e 3º ciclo).

Trata-se de um dos resultados da nossa pesquisa-ação em que procurámos definir no referido programa de formação, uma abordagem através de situações-problema significativas do ambiente cabo-verdiano, visando a preservação do ambiente sem, no entanto, esquecer as especificidades nacionais.

Procurámos criar um modelo baseado em Gonçalves (2003) autor de um livro testado e aprovado pelos professores do 1º ciclo em Atividade letiva e que pensamos poder adaptar-se bem aos professores de Cabo Verde que trabalham com as crianças dos 6 aos 12 em que definimos os saberes que se encontram organizados em 3 categorias a saber:

- Detetar e ativar os conhecimentos e as experiências prévias dos professores;
- Despertar o interesse dos professores pelos temas propostos;
- Fomentar a exploração ativa das atividades sugeridas.

Serviu-nos também como princípio orientador, um caderno do professor elaborado pelo Instituto do Ambiente no âmbito da implementação da Agenda 21 Local bem como os planos de atividades do Portal do Ambiente e do Cidadão.

Para a preparação e organização do programa foram analisados diversos materiais nomeadamente da Câmara Municipal de Lisboa no âmbito do programa “Lisboa Limpa tem outra Pinta” da Agência Portuguesa do Ambiente, bem como alguns produzidos a nível de Cabo Verde nomeadamente: guia, manuais e programas do EB de Cabo Verde, elaborados pelo Ministério de Educação e Ensino Superior de Cabo Verde. Em cada tema, foram determinados os saberes, os saberes-fazer e os saberes-ser que indicam o que se deseja que o aluno seja capaz de fazer e/ ou saber no fim do tratamento do conteúdo e as sugestões de atividades do ensino-aprendizagem.

Também analisamos outros documentos nacionais. Entre eles destacam os seguintes:

- A História do Zé Tchocu (S/D), um material que foi elaborado pelo ICASE e integrado no Projeto Saúde Escolar no âmbito da Cooperação Luxemburguesa;
- Do Lixo aos Matérias Didáticos, um livro confeccionado, essencialmente, a partir de materias em desperdícios e materiais locais pelo Ministério de Educação e Desporto;
- Formas Criativas de Ensinar. Jogos que Tornam o Ensino mais Agradável Ministério de Educação e valorização dos Recursos Humanos;
- Educação Para a Cidadania, um Guia (2009) elaborado pelos professores do IP destinado à Formação dos professores do E.B no âmbito do curso de Formação em Exercício;
- Ciência Integrada - Aperfeiçoamento Metodológico (1992) elaborado pelo Ministério do Ensino Superior e Educação de Cabo Verde em colaboração com Escola Superior de Educação de Setúbal.
- Estudámos muitos outros materiais sempre com a preocupação de adaptá-los de acordo com a faixa etária, contexto onde vive o aluno e condições das próprias escolas onde está inserida a criança.

Recomendamos que seja instaurado uma pedagogia participativa apoiada em situações motivantes próximas dos professores.

As atividades/estratégias estão organizados em 3 níveis de acordo com Gonçalves (2003) a saber:

- Saber – permitir a aferição dos conhecimentos abordados;
- Saber-Fazer – explorar técnicas de trabalho;
- Saber-Ser – apontar para o pensamento lógico e para a Educação Ambiental;

Privilegiámos as atividades do contexto escolar, bem como atividades do contexto familiar, de forma a desenvolver no professor uma certa harmonia na aquisição de conhecimentos nas duas vertentes familiar e escolar. Muitas das atividades desenvolvidas pretendem aplicar o princípio de preservação ambiental educando os professores para esta problemática e descobrindo tipos de ações que podemos realizar para diminuir esse problema.

Serviram também de exemplos para a elaboração deste programa, algumas atividades realizadas pela Sociedade Ponto Verde (SPV) na área ambiental, bem como algumas atividades envolvidas pela Câmara municipal da Maia voltada a matéria ambiental.

O programa sugerido orienta para o reforço das aprendizagens dos conhecimentos fundamentais. Este não deverá ser o único a ser utilizado. Recomendamos o recurso a materiais de fácil aquisição pelos professores e ou construídos a partir de desperdício ou de materiais pouco dispendiosos.

Baseamos nos seguintes princípios básicos da Educação Ambiental:

- Nível Ético, que permite rever a relação entre indivíduo/meio, evitando a visão antropocêntrica do mundo, já que somos uma das partes do ecossistema mundial e promove uma reflexão sobre os nossos actos, que têm repercussão clara sobre o meio ambiente. Este princípio desenvolve também o conceito de solidariedade com o resto da humanidade, defendendo a necessidade de se deixar as nossas gerações vindouras um planeta em bom estado ambiental;
- Nível concetual, que luta para uma conceção global do Ambiente, tendo em conta os seus aspetos naturais e sociais. Neste sentido a Educação Ambiental deverá promover uma visão do ambiente como um processo

em mudança contínua e que se mantém graças ao equilíbrio dinâmico entre todos os ecossistemas. Neste sentido, a Educação Ambiental deverá possibilitar a compreensão dos conceitos básicos como, desenvolvimento sustentável, perda de qualidade de vida, esgotamento de recursos naturais entre outros;

- Nível metodológico, que incentiva a relação escola/meio propiciando uma visão sistémica e global da realidade. Esta vertente propõe uma metodologia ativa e investigativa com implicações na resolução de problemas atuais e futuros em matéria do ambiente.

Baseada nesses princípios, partimos de um diagnóstico da situação e apoiámo-nos numa metodologia de informação, sensibilização e o envolvimento da comunidade educativa, numa perspetiva da sustentabilidade do próprio programa.

Face ao exposto e tendo em conta os propósitos estabelecidos, pretendemos que o programa de formação inclua:

- a. A formação de 2900 professores do EB (100% do total de professores do EB de Cabo Verde) em matéria de Educação Ambiental usando como base de referência os contributos deixados pelos nossos participantes do estudo articulado com a Política Nacional em matéria da ambiente traduzida nos documentos analisados anteriormente (cf. Quadro 38)
- b. A aprendizagem consistente das temáticas apresentadas para a formação nomeadamente conceitos associados ao meio ambiente, gestão de resíduos associados a educação para a prevenção da produção dos resíduos, gestão da água ressaltando a problemática das infraestruturas de saneamento e ecologia
- c. A implementação e reflexão das praticas dos conteúdos trabalhados na formação;
- d. O acompanhamento das boas práticas dos conhecimentos adquiridos da parte dos professores nas escolas e na comunidade envolvente.



## **II. Justificativa**

O problema da intensidade da degradação ambiental, no nosso país leva-nos a refletir e analisar com mais acuidade a educação, a escola e os professores/educadores. Para além das decisões políticas e económicas das autoridades, os problemas da Educação Ambiental também são resultantes da incapacidade do cidadão em particular em intervir, pró-ativamente e assumir claramente compromisso com o ambiente. No nosso país, a falta de cidadania ambiental, repercute através de comportamentos incompatíveis com o modelo de desenvolvimento sustentável que tanto se apregoa e isso aliado a um sistema educativo que não obstante ter conseguido progressos consideráveis, principalmente nos aspetos quantitativos, apresenta no entanto falhas palpáveis, quando passamos para níveis de análises qualitativas, necessitando assim de novas soluções para questões ambientais de todos os participantes nesse processo e dos docentes em particular, deve ter um realce especial.

Num país em que o equilíbrio ambiental se mostra difícil de alcançar dado as condições naturais, referimos ao clima quente, da constância dos ventos que sopram ao longo do ano provocando forte erosão, com práticas agrícolas e de criação de gado que favorecem também quer a erosão do solo quer a destruição da vegetação endémica e natural, a questão de educação e de cidadania ambiental assume necessariamente uma prioridade nacional.

Hoje a própria reflexão internacional chama atenção para a necessidade de se encaminhar todo o tipo de iniciativas de formação como canal seguro de alcance de uma consciência ambiental nas populações, o que não está ligado unicamente à sensibilização conhecimento e valorização, mas também a um compromisso de ação que deve ser levado a cabo por agentes sociais e contribuir assim para a construção de uma ética ambiental mundial. A questão da Educação Ambiental deverá ter um enfoque humanístico, democrático e participativo. Assim a dimensão da Educação Ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas, não devendo ser meramente implementada como disciplina específica no currículo do ensino. Deverá ser desenvolvida como uma prática integrada contínua e permanente em todas as categorias e modalidades do ensino.

O programa de Educação Ambiental que propomos pode ser compreendido e justificado como o conjunto de ações pedagógicas voltados para os quadros funcionais abrangendo professores do ensino básico bem como a população envolvente visando assegurar a transmissão de boas práticas coletivas afinadas para a proteção do meio ambiente em suas dimensões naturais e humanas. O desenvolvimento do programa justifica-se como medida integrante das ações a serem implementadas a nível dos professores deste público-alvo no sentido de transmitir valores ambientais.

O nosso diagnóstico aponta para uma fraca consciência dos professores sobre os aspetos ambientais daí achamos pertinente executar um elenco de ações que busque a melhoria no nível de conscientização e de atuação deste público-alvo em relação ao meio ambiente e proporcionar estratégias pedagógicas para colmatar os problemas ambientais consideradas mais preocupantes a nível nacional.

### **III. Abrangência**

A abrangência do Programa de Educação Ambiental visa atender todos os professores do ensino básico em ativos no sistema educativo. Embora o foco central do programa seja o estabelecimento da relação harmoniosa entre esses público-alvo e as comunidades educativas envolventes incluindo as bases culturais, morais e ecológicas que circunscrevem tais comunidades, os conhecimentos os valores, e praticas a serem veiculadas no processo pedagógico são extensivos a todos os contextos e situações vivenciadas pelos professores.

O programa procura ainda capacitar a população residente nas proximidades das escolas através da extensão de ações do programa às comunidades da área de influência das escolas.

### **IV. Público-alvo**

Constitui público-alvo deste programa todos os intervenientes envolvidos diretamente no subsistema do ensino básico de Cabo Verde a saber:

- Professores do ensino básico;

- Coordenadores pedagógicos da Delegação do Ministério de Educação e Desporto;
- Participantes da Rede de Educação Ambiental do Ministério de Educação e Desporto;
- Gestores dos polos educativos
- Pais e Encarregados de Educação dos alunos do ensino básico
- Docentes do Instituto Universitário de Educação (IUE) das três escolas de Formação: Praia, Mindelo e Assomada.
- Organizações não-governamentais Ambientais

## **V. Modalidade da Formação**

A modalidade da formação que se pretende é presencial por etapas ministrada em 3 momentos designadamente:

- 1º Momento: Formação de formadores (Professores do IUE, Técnicos do Ministério de Educação e Desporto, MED, Técnicos da Direção Nacional do Ambiente e OGNs Ambientais)
- 2º Momento: Formação de formadores (Equipa local formada por 1 gestor mais 2 professores de cada polo educativo e coordenadores pedagógicos)
- 3º Momento: Formação dos professores de cada polo educativo. Esta formação é feita pelo gestor mais os dois professores que participaram no 2º momento da formação.

## VI. Organograma de Formação

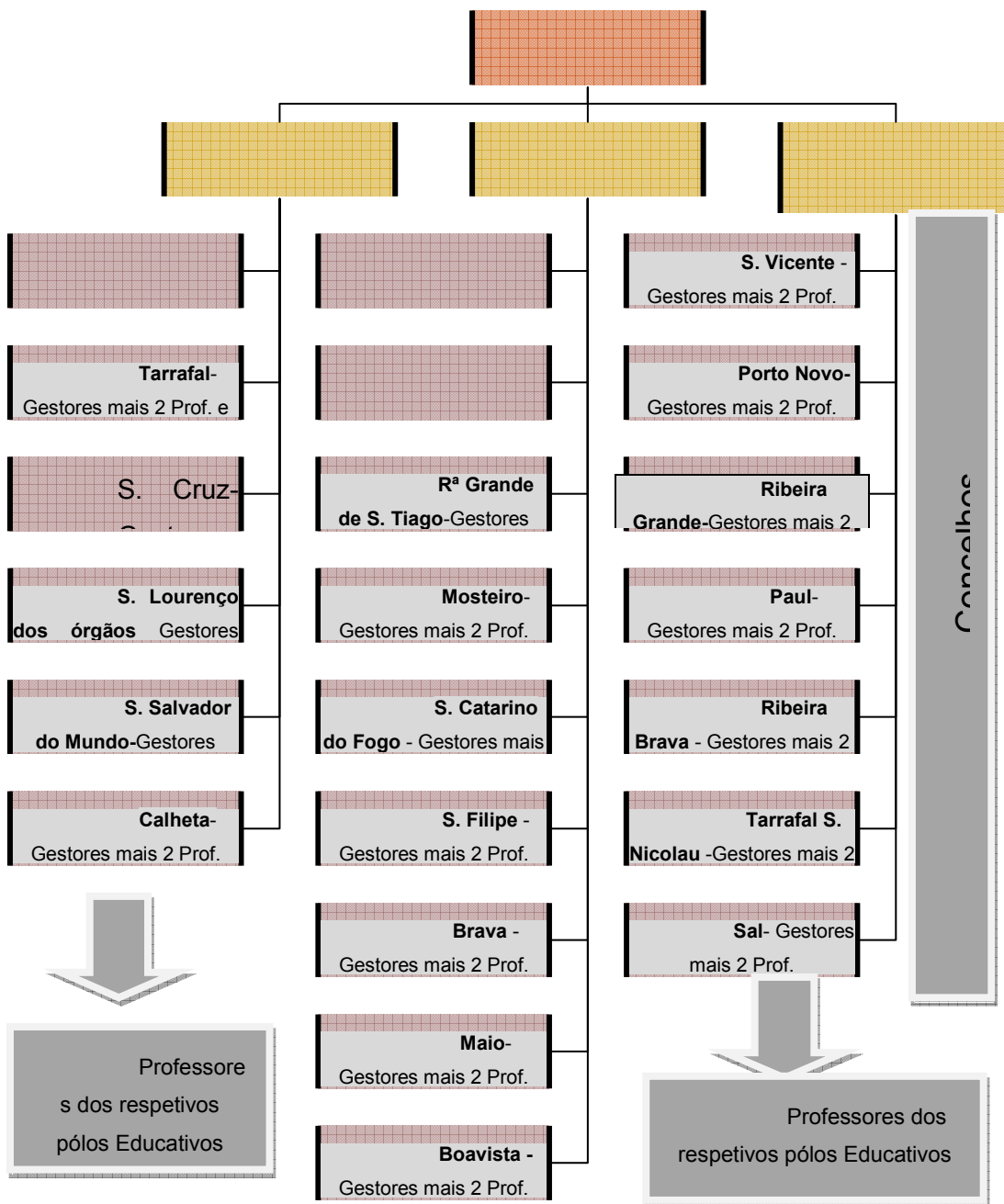


Figura 33 - Organograma de Formação

## **VII. Metodologia**

A conceção do presente programa teve início com a realização de um diagnóstico sobre a realidade local com o objetivo de conhecer o contexto das escolas, dos/as professoras/es e das comunidades e assim subsidiar no planeamento e na escolha dos conteúdos e das atividades a serem trabalhadas com os professores do ensino básico caboverdiano durante o processo formativo. O programa apresentado procura ser um instrumento de trabalho útil e partiu de um estudo da situação conjugado com as propostas de atividades apresentadas pelos nossos participantes de estudos (entrevistados, grupos focais e os inquiridos) acabando por assumir um trabalho de carácter interdisciplinar com a integração de opções pedagógicas diversificadas.

A recolha de dados permitiu identificar os principais problemas socioambientais percebidos pelas comunidades em estudo e com isso orientar os conteúdos a serem abordados nas oficinas de formação e também na escolha das experiências comunitárias.

Refletir sobre o que é e quais são os problemas socioambientais percebidos constitui-se em momento importante para delinear temas e sequências que pudessem facilitar o processo de sensibilização. Além disso, problemas bem identificados, que suscitem reflexão crítica, construção de argumentos de causalidade e inter-relações, contribuem para levar a ações de participação mais eficazes, que tendem a atuar na raiz da questão.

É de frisar que para a elaboração deste programa de Educação Ambiental, buscou-se estabelecer a compatibilização com as preocupações das autarquias locais, as ONGs vocacionadas para essa problemática, as Delegações do Ministério Educação e Desporto em estreita colaboração com o documento orientador da implementação das políticas nacionais traçadas no domínio de Educação Ambiental nomeadamente o Plano Nacional de Educação Ambiental aprovado em 2014 bem como o Plano Intersetorial da Educação (PAIS Educação), parte integrante do Plano de Ação Nacional de Educação Ambiental (PANA II) com o horizonte 2003-2014.

Por sua vez, pensamos que a relação entre as estruturas formais de ensino e com o universo escolar deverão constituir um elemento fundamental na implementação do programa traduzindo no comprometimento e envolvimento por parte dos/das professores/as.

Sugerimos que no referido programa sejam utilizadas metodologias diversas, tais como visitas de estudo, aplicação de inquéritos, dramatizações, construções de jornais de parede, trabalhos de grupo, trabalho individual, observação de vídeos. O objetivo fundamental das metodologias propostas é levar os professores a aprofundarem não só os conhecimentos pelos conteúdos programáticos mas também, permitir que se desenvolvam as suas capacidades de comunicação, a destreza manual e a criatividade.

Contamos com as iniciativas e as capacidades do professor/formador, sabendo que ninguém melhor do que ele poderá avaliar qual a melhor solução pedagógica a adoptar.

O desenvolvimento do programa de formação deverá ter um carácter participativo envolvendo todos os professores do ensino básico de Cabo Verde. Os conteúdos a serem estudados devem ser perspectivados como uma sequência das aprendizagens feitas em outros âmbitos e como elementos a integrar em aprendizagens futuras tendo em conta toda a experiência do professor.

O estudo dos temas propostos deve ter como âmbito o meio local, isto é, o espaço vivido pelos professores. Incursões em espaços latos e/ou distantes só devem ser realizadas se fizerem parte do mundo conhecido do professor/formando. O meio local deverá ser entendido como ponto de partida e ponto de chegada das aprendizagens.

Propomos que o Instituto Universitário de Educação (IUE), seja a instituição que conduzirá as formações dos professores, sendo de responsabilidade do IUE e das delegações do MED, através da Equipa pedagógica, o seguimento das boas práticas dos conhecimentos adquiridos da parte dos professores, nas escolas com os seus alunos.

Tendo em conta a conjugação da eficácia da formação e a perenidade da iniciativa perspectivadas, optou-se pela metodologia por etapas, em que se envolve

os professores das Escolas/IUE, gestores coordenadores pedagógicos e professores do ensino básico nas ações de formação.

O programa de Educação Ambiental apresenta um elenco de ações e deverá contemplar quatro linhas básicas de ação, sendo a primeira voltada para a capacitação de todos os professores do ensino básico abordando aspetos relacionados com os conceitos associados ao ambiente. A segunda linha de atuação prevê a realização de palestras a serem ministradas pelos profissionais com a formação e qualificação adequadas para trabalharem com os temas sugeridos. A terceira linha de atuação propõe oficinas e atividades lúdicas e recreativas onde se insere as áreas de expressão dramática. A quarta linha de atuação representa a prática pedagógica e que consiste na experimentação sustentada e reflectida das competências gerais e específicas do professor adquiridas ao longo das linhas anteriores de atuação ultrapassando a dimensão linear da aplicação de conhecimentos junto dos alunos do ensino básico para se afirmar numa experiência formativa, mobilizadora de saberes adquiridos ao longo da formação nas diferentes temáticas da formação para resolver os problemas associados à problemática ambiental

Deverá proporcionar ao formando/professor o exercício de regência nos contextos da sala de aula e outros espaços pedagógicos, propiciando oportunidades de construção de saberes voltados a problemática ambiental, não só através da relação entre a teoria e a prática, mas também pela reflexão-ação-reflexão que viabiliza.

Visando aumentar o interesse para o programa deverão disponibilizados diversidade de recursos pedagógicos e estrutura física. Entre os recursos estão incluídos equipamentos tais como televisor, vídeos, retroprojetores, equipamento de som e computadores. Serão utilizadas atividades lúdico-recreativas, onde se insere o teatro. Serão utilizadas técnicas participativas e integradoras visando estimular que os professores empreguem os conceitos apreendidos.

Consideramos que, com a metodologia sugerida no programa, poderemos responder a uma abordagem interdisciplinar, princípio emanado no processo de Revisão Curricular de Cabo Verde.

Prevê-se uma formação composta por 8 sessões de 4 horas de duração cada, totalizando 32 horas. A formação deverá ser precedida da análise da documentação e estudos existentes a nível nacional e internacional, no domínio da Educação para o desenvolvimento Sustentável, nomeadamente:

- Projeto de Ação Nacional Ambiental;
- PAIS Educação;
- Relatórios do Projeto de Formação e Informação Ambiental, PFIE, e os materiais produzidos no âmbito daquele projeto;
- Conteúdo e materiais didáticos do programa Globe;
- Programas dos módulos do Instituto Pedagógico e outros que se achar pertinente;
- Plano Nacional de Educação Ambiental.

### **VIII. O processo formativo**

A estratégia pedagógica central que será adotada para o programa de formação comporta a formação para a prática aliada à reflexão, envolvendo oficinas teóricas para reflexão conceitual; oficinas práticas de orientação para inserção da Educação Ambiental nas escolas; visitas de intercâmbio; estabelecimento de relações com famílias da comunidade que desenvolvem propostas técnicas que trazem em sua conceção o respeito ao ambiente e práticas de conservação e bom uso dos recursos naturais.

Como o público envolvido é formado predominantemente pelos professores/as, a associação dos temas selecionados a dinâmica do currículo acaba sendo desenvolvida no processo de planificação das oficinas nas escolas.

Relativamente a estratégia de formação, estas deverão ser essencialmente práticas e teórico-práticas, e abarcarão debates, com suporte em relatos de situações do quotidiano dos formandos, estudos de caso, exploração de textos, trabalhos de pares e incluirão ainda exposições teóricas, por parte do professor. Sugerimos que a formação venha a desenvolver uma Atividade central e mobilizadora a realização de um projeto de intervenção em Cidadania Ambiental,



com o objetivo de levar os Professores a vivenciarem uma experiência de cidadania ambiental ativa. Recomendamos o desenvolvimento de atividades que estimulem no formando (a) uma postura ativa e autoformativa, realizando pesquisas, trabalhos de grupo ou individuais, sob orientação do formador. O projeto de intervenção será desenvolvido no contexto de trabalho ou na comunidade onde reside o formando, abordando um dos temas que constam do programa.

## **2. O módulo de formação**

O módulo de Formação de Professores apresentado no anexo 2 é um material que orienta o trabalho de Formação de Professores do Ensino Básico em matéria de Educação Ambiental.

O grande desafio colocado por esse módulo é aprofundar os conhecimentos e as competências sobre a problemática ambiental em diversas vertentes para que esses venham a assumir a condição de cidadãos formados na área de cidadania ambiental e participação.

O material coloca em evidências muitas questões sobre as quais os participantes do estudo, em particular, os professores manifestaram durante a investigação, poucas oportunidades para pensar, ou que até mesmo desconhecem.

Para que o curso cumpra seus objetivos, é necessário que o formador tome para si as seguintes tarefas:

- Ler as orientações no programa de formação apresentados no anexo 2 especialmente a parte relativa aos objetivos, conteúdos, metodologias e formas de avaliação das ações de formação de professores para se inteirarem dos procedimentos relacionados com a formação.
- Estudar o módulo e consultá-lo sempre que precisar aprofundar o conhecimento sobre as estratégias de formação propostas nas diferentes temáticas.
- Analisar aprofundadamente os conteúdos apresentados no módulo pois sua realização da formação implica preparar material escrito,

reproduzir cópias, providenciar equipamentos entre outros procedimentos

- Potencializar as discussões do grupo, especialmente quando o assunto for difícil ou razoavelmente novo para todos

O módulo de Formação de Professores em matéria de Educação Ambiental é organizado em 8 sessões que são compostos por temáticas diferentes e interligadas onde termina com uma actividade de avaliação.

A sessão 1 encerra conteúdos de fundamentação e pretende demonstrar conhecimentos e compreensão de conceitos associados a recursos ambientais que se deseja que o formando se integre informações provenientes de várias fontes relacionadas com a gestão dos recursos naturais para apresentar argumentos ou fazer recomendações. Para se concretizar os objectivos propostos sugere algumas actividades de ampliação com destaque para pesquisas de sítios na internet sobre o tema da sessão.

A sessão 2 contempla temáticas voltadas aos recursos hídricos, ressaltando estratégia internacional e nacional de gestão dos recursos Hídricos, instrumentos políticos de planeamento e gestão dos recursos hídricos bem como estratégia pedagógica de combate e de prevenção à poluição. Como actividades de desenvolvimento sugere-se a elaboração do portfólio de um caso real de poluição da água.

Na sessão 3 são discutidas conceitos associados aos recursos pedológicos e reflectidas sobre o processo de formação do solo. As actividades de extensão consistem na identificação de um caso de degradação do solo num sítio do conhecimento do formando e com base neste caso propõe-se a elaboração de um relatório de estratégia de conservação do solo.

A sessão 4 inclui novas situações de aprendizagem relativas aos conceitos relacionados com os recursos biológicos e estratégia de conservação dos recursos biológicos. Sugere-se nessa sessão, a apresentação de Instrumentos de Preservação de Biodiversidade implementado em Cabo Verde com breve comentário ressaltando as medidas praticas que devem ser desenvolvidas para superar as insuficiências.

A sessão 5 tem como foco principal a situação do saneamento ambiental salientando a identificação dos problemas ambientais na comunidade. Esta sessão é acompanhada de uma actividade que comporta o diagnóstico da situação ambiental onde o formando reside e que será discutido e apresentados medidas de solução.

A sessão 6 é dedicada às práticas de educação ambiental onde é evidenciado as boas práticas ambientais e avaliado a estratégia de gestão ambiental a nível nacional. Esta sessão é acompanhada de realização de actividades de natureza prática nas escolas.

Na sessão 7 é apresentada situações de intervenções na escola onde se propõe analisar situações de saneamento ambiental na escola com apresentação de medidas de correcção.

Almejamos que as modalidades das actividades a serem implementadas neste módulo contribuam para a aquisição e aplicação prática dos conhecimentos mencionados de modo a favorecer a observação e sustentar a reflexão.

Finalmente apresentaram também sugestões de ficha de auto-avaliação individual do formando. O registo global de auto-avaliação, constitui um instrumento que permite a cada formando reflectir sobre o que aprendeu e o que terá de voltar a estudar.

No capítulo findo, designado Apresentação dos Instrumentos Pedagógicos, foram caracterizados dois Instrumentos Pedagógicos produzidos no decorrer do estudo e que poderão contribuir para apoiar a formação dos professores do Ensino Básico. Em matéria de Educação Ambiental. Seguidamente abre-se campos para tecer as considerações finais do trabalho desenvolvido dando destaque para as conclusões, as limitações do estudo bem como as linhas abertas de investigação.

### **3. Considerações finais conclusões**

Este capítulo, dedicado às considerações finais, confirma os resultados obtidos com o estudo levado a cabo, relacionando-os com os objetivos inicialmente propostos para o mesmo. Igualmente, merecerão a atenção as limitações encontradas, ficando esta parte do nosso trajeto rematada com algumas sugestões para os trabalhos futuros.

Em jeito de conclusão, impõe-se realçar alguns dos aspetos que nos parecem relevantes e que, mais do que meras conclusões, se configuram como linhas de força que nortearam o percurso investigativo feito no âmbito do grau a alcançar e que esperamos que ajudem a (re)estruturar e/ou modificar o nosso pensamento pedagógico, enquanto educadores.

Atendendo às limitações enfrentadas, as conclusões tiradas e que passamos a referir não têm um carácter generalizável para outras pesquisas mas apenas apresentam um indicador das perções da população em estudo.

A abertura oficial da década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável (2005-2014) e a criação da estratégia nacional de educação para o desenvolvimento sustentável, constituem boas oportunidades para ajudar a desenvolver o trabalho em prol de uma educação ambiental para a sustentabilidade, contribuindo para a construção de uma cultura nacional ambientalmente mais consciente e, desejavelmente, mais sustentável (Leal, 2008).

Nesta conjuntura a nossa investigação decorreu em três principais momentos: No primeiro momento debruçamos sobre o enquadramento teórico pela análise da abordagem teórica dos conceitos associados à educação ambiental, por entendermos que a análise de esferas de influência e de decisão das políticas e estratégias ambientais a nível nacional e internacional se tem tornado uma necessidade.

O estudo da educação ambiental permanece ainda um campo de discussão teórica aberto, requerendo argumentação a níveis de diferentes abordagens. Porém, existe um relativo consenso no que concerne à observação de uma uniformização crescente das políticas e práticas da educação ambiental ao nível mundial. Esta uniformidade diz respeito, não apenas aos conteúdos ambientais integrados nos

currículos escolares, mas também em relação às estratégias de invenção a níveis de instituições ambientais e conseqüente a formas de parceria.

Situados neste contexto, analisou-se a evolução histórica do conceito de educação ambiental salientando as influências determinantes que as organizações internacionais têm desempenhado para a implementação das políticas da educação ambiental a nível nacional tentando encontrar pontos de ligação entre os dois níveis.

Destacamos a Primeira Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, em 1977, efetivada em Tbilisi, na então União Soviética, o que reforçou sua importância e a definiu como dimensão ampla e aplicação prática. Esta nova educação foi apresentada com objetivos e princípios mais abrangentes, visando ser: “o resultado de uma reorientação e articulação das diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais;” (UNESCO-IBAMA, 1997, p. 24).

As diversas reuniões no âmbito da educação ambiental que foram realizadas não contrariaram o enquadramento teórico proposto em Tbilisi, mas antes preocuparam-se em analisar estratégias de o colocar em prática. O desafio tem sido o de sair de generalidades e visões amplas e adequar os princípios propostos aos diferentes contextos, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, que muitas vezes contemplam contrastes mais acentuados entre ricos e pobres e entre áreas degradadas e em estado natural.

Defendemos que, para desenvolver competências e habilidades ambientais o recurso a uma educação ambiental por meio de atividades práticas se constitui uma estratégia importante, mas relembramos aqui o Cascino (1999) que valoriza a relação de teoria e prática propondo novos meios educacionais, onde o currículo que integra a componente educação ambiental não deve ser voltado apenas à sobrevalorização de disciplinas, em detrimento da eficácia dos conteúdos destinados à compreensão dos ecossistemas naturais e os estágios de destruição, conservação ou recuperação. O mesmo autor acrescenta na sua análise que não podemos mais nos restringir à sistematização de práticas pedagógicas que se destinam quase que exclusivamente a transmitir conhecimentos, e que tomam o meio como algo distante, cuja existência humana é dependente, mas apenas no âmbito de relação material e

mecânica de sobrevivência. Assim, a educação ambiental deve ser orientada pela abordagem interdisciplinar e integradora evitando uma mera aquisição de conhecimentos

Analisou-se o contexto da educação ambiental Caboverdiano, descrevendo a caracterização física e geográfica e ambiental bem como a estrutura e organização curricular.

Concedeu-se o marco institucional da educação ambiental em Cabo Verde e nesta secção foram analisados os principais documentos normativos relativos à educação ambiental, salientando que houve mudanças nas práticas da educação ambiental e nesta lógica destacam-se os esforços de promover as ações de educação ambiental em torno de problemas detetados, de forma interdisciplinar, mas que continua a ocupar uma fatia reduzida, face ao trabalho mais centrado nas disciplinas de um modo segmentado.

Ao longo da presente investigação foi dada especial atenção às formas de apropriação do conceito por parte dos nossos participantes do estudo e em especial, dos professores do ensino básico, e para as práticas de planificação, estratégias pedagógicas e práticas de avaliação por eles empregues neste âmbito.

Recorreu-se, conseqüentemente, aos professores como interlocutores da recolha de dados, que foi efetuada de acordo com uma metodologia qualitativa complementada com a metodologia quantitativa.

No segundo momento delineou-se o processo metodológico com base nos objetivos e nos problemas de investigação propostos para este estudo.

No terceiro momento procedeu à apresentação e análise de dados recolhidos ao longo do estudo com base nos diferentes instrumentos de recolha de dados utilizados.

O estudo realizado revelou a existência de diversidade conceptual em termos de educação ambiental nas concepções dos nossos participantes do estudo .

Esta diversidade verificou-se tanto nas análises quantitativas como qualitativas de dados. No seio desta heterogeneidade foi possível, no entanto, identificar um núcleo concetual que, não sendo consensual, é aceite pela maior

parte dos inquiridos e entrevistados. Referimo-nos ao entendimento da Educação Ambiental que, ele mesmo, é alvo de considerações diversas.

Importa agora recordar os objetivos teóricos e empíricos desta investigação que orientaram o desenvolvimento do trabalho a saber

- Caracterizar a situação atual das políticas ambientais em Cabo Verde em 3 setores (recursos hídricos, resíduos sólidos e recursos naturais, vertente biodiversidade) nos períodos de legislatura 2001 a 2011;
- Analisar os fatores facilitadores e os constrangimentos encontrados nestes setores de análise;
- Identificar as necessidades presentes nestas áreas de estudo;
- Recolher as opiniões e perspetivas de uma amostra intencional da sociedade civil sobre as formas de abordagem da Educação Ambiental em Cabo Verde;
- Refletir sobre os programas e planos ambientais na área de resíduos urbanos, recursos naturais e recursos hídricos;
- Detetar os impactos que os programas de Educação Ambiental sobre a área de resíduos urbanos, recursos naturais e recursos hídricos desempenham sobre a sociedade caboverdiana (nível de aquisição de conhecimentos, competências, das atitudes e dos comportamentos);
- Sintetizar as fragilidades encontradas na área da Educação Ambiental em estudo;
- Contribuir para a discussão de metodologias de avaliação de programas relacionados com a temática da Educação Ambiental em Cabo Verde.
- Propor um programa de formação para os professores do Ensino Básico de Cabo Verde para intensificar e melhorar as práticas de Educação Ambiental em Cabo Verde, e conseqüentemente, contribuir para formar cidadãos ambientalmente mais conscientes, responsáveis e participativos.

Em relação ao primeiro objetivo de análise, Caracterização da situação atual das políticas ambientais em Cabo Verde temos a assegurar que os diferentes instrumentos da política em matéria ambiental e de Conservação da Natureza, produzidos ao longo dos anos, em Cabo Verde, procuram estabelecer normas que garantam uma gestão responsável e sustentável do nosso ambiente e permitem compreender o desafio que temos em promover uma gestão integrada dos recursos naturais. É possível, com algum esforço, adotar as mais recentes recomendações da IUCN nesta matéria.

O pacote legislativo está representado pelos diversos instrumentos, como a Constituição da República, as Grandes Opções do Plano para 2001-2005, o Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II), para o decénio 2004-2014, em documentos de Convenções Internacionais e legislação relacionada.

A educação ambiental descreve-se pela integração das dimensões socioeconómica, política, cultural e histórica, não permitindo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições de cada país, região e comunidade através de uma perspetiva histórica. Dessa forma, a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que o constituem com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio, na satisfação material e espiritual da sociedade, bem como no presente e no futuro.

Quanto aos fatores facilitadores e aos estrangimentos encontrados nestes setores de análise, os dados referem que existe disponibilidade de recursos ambientais voltados aos recursos hídricos em Cabo Verde quer a nível dos oceanos, quer a nível dos continentes. Existem áreas subterrâneas não exploradas e água do mar para a exploração de atividades agrícolas e para o abastecimento da população

Os resultados da análise reiteram que existem espaços para a inserção privada para participar nas questões dos recursos hídricos, à semelhança de muitos países que seguem este modelo onde o setor privado faz parte para cima de gestão dos recursos hídricos através de empresas de estado na execução de obras hidráulicas e empresas que se ocupam de gestão mesmo da água.

São ainda evidenciados os dados sobre o uso de dessalinização da água do mar, o uso mais intensivo da água de superfície e tratamento de águas residuais.



Enquanto isso, devemos introduzir medidas de redução de custos e racionalização do uso da água, especialmente na agricultura com a implementação e intensificação da tecnologia da rega gota-a-gota.

O processo de dessalinização da água do mar contribui atualmente para cerca de 2,2 milhões de m<sup>3</sup> por ano, representando uma cobertura de 61% da demanda de água potável. Necessidades de água potável, turismo e indústria no futuro, serão cobertas através do desenvolvimento de técnicas e tecnologia para dessalinizar a água do mar.

Para abastecimento de água potável, a demanda foi estimada com base no consumo de 50 l /hab/dia nas ligações domiciliares, e de 30l /hab/dia em fontanários. O crescimento anual foi estimado levando em consideração o aumento do consumo nas conexões residenciais de até 100 a 150 l / hab/dia e aumento do número de ligações residenciais em áreas rurais.

Só uma visão global, através da implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) que leva em conta a dinâmica dos recursos hídricos em áreas naturais, tais como bacias hidrográficas ou aquíferos, com o envolvimento de todas as partes interessadas no domínio da água em um novo quadro de gestão, vão ser conciliados, todos os usos para o desenvolvimento contínuo do país, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades.

Os pontos fracos em relação aos recursos hídricos estão relacionados com a sua poluição. A poluição das águas superficiais e subterrâneas são de origem diversa. O documento sobre a biodiversidade apresenta casos relatados de contaminação de aquíferos por meio de lixiviação de pesticidas e fertilizantes químicos.

Além disso, embora nenhum estudo sério tenha sido ainda realizado sobre a questão, é preocupante a proliferação de indústrias poluentes (bebidas, calçados, tintas, produtos farmacêuticos, etc.). Outro registo é a salinização das águas subterrâneas, principalmente nas áreas costeiras, que coloca problemas especialmente em áreas irrigadas, incluindo a salinização da terra cultivada, tornando-se inutilizável.

O uso de práticas agrícolas inadequadas e o solo não corrigido, a exploração excessiva de poços e bem como as areias nas praias, por causa de problemas de água graves, trazem a reação negativa na conservação do solo e da água.

Sobre a identificação das necessidades presente na área ambiental, os dados recolhidos dos depoimentos dos informantes-chaves apontam no sentido de haver necessidade que resumem em: (i) carência da disponibilidade de água de qualidade apropriada para consumo doméstico e para o desenvolvimento das atividades económicas; ii) a perda de biodiversidade marinha e terrestre; iii) o deficiente saneamento básico, com efeitos nefastos para a saúde pública e o desenvolvimento turístico.

De acordo com as reflexões feitas resultantes da recolha de dados, foram reconhecidas como principais estratégias da política ambiental para superar os problemas ambientais identificados: (i) definição de políticas intersetoriais voltada para as práticas e implementação de estratégia de gestão que permitem aumentar as oportunidades, de participação da população, principalmente os mais pobres, dotando-lhes do bem-estar social e económico-financeiro; (ii) Reforço da integração dos conteúdos ambientais nos diferentes currículos do ensino; (iii) Fortalecimento das ações de formação da população local fomentando a melhoria de conhecimentos e compreensão do processo de preservação ambiental; (iv) Criação de associações comunitárias tornando-as atores inseparáveis do processo de desenvolvimento integrado fortalecimento de mecanismos que permitem à população participar ativamente na tomada de decisões relacionadas com a preservação ambiental; (v) Incorporação gradualmente da dimensão ambiental em todos os níveis funcionais das instituições públicas e privadas; (vi) Promoção de uma tecnologia cada vez mais limpa; (vii) Conceção de contextos de investigação sobre a educação ambiental com carácter prático com ênfase nos estudos que permitam melhorar a qualidade do ambiente.

Relativamente a opiniões e perspetivas de uma amostra intencional da sociedade civil sobre as formas de abordagem da Educação Ambiental em Cabo Verde, os dados recolhidos juntos dos professores ajudam-nos a aprofundar a compreensão das perceções e opiniões dos mesmos que em termos deles fazerem parte integrante de educação ambiental porque lidam diretamente com a classe de

novas gerações. Se a educação for muito bem implementada teremos consequências que são excelentes nas mudanças de comportamentos. Na minha opinião o ambiente deve estar junto.

Na opinião dos auscultados, os técnicos de DNA e os outros organismos que trabalham na área ambiental devem investir os seus projetos na formação de professores isto é trazer os professores para o mundo ambiental mas para ter dados concretos a nível dos municípios para que os professores venham a ter inputs palpáveis para transmitir aos alunos, e isto é fundamental que o Ministério do Ambiente crie um programa juntamente com o Ministério da Educação.

Dos dados empíricos analisados a partir das entrevistas realizadas podemos dizer que as necessidades de formação dos professores centram-se essencialmente nos conteúdos científicos e pedagógicos da educação ambiental tendo em conta a implicação da própria função. Os resultados mostram que, se queremos uma educação virada para a sustentabilidade, o que se encontra recomendado em documentos oficiais, quer nacionais quer internacionais, os manuais deverão ser melhorados de forma a ser introduzida mais e melhor informação acerca da sustentabilidade, e promover a cidadania.

É fundamental que em futuros Planos de Formação de Professores se integre conteúdos relacionados com este estudo. Os participantes desta investigação manifestaram dificuldades de ordem técnica, logística e administrativa.

Apontaram dificuldades em lidar com a carência de materiais didáticos ligados aos programas, sendo os existentes desajustados com a nossa realidade bem como na elaboração dos planos de aula. Constatou-se, portanto, que há uma necessidade premente de melhorar os manuais escolares de Cabo Verde. Inserir os grandes problemas da atualidade, poderá contribuir para que as crianças e os jovens se tornem em adultos participativos e preocupados com a realidade que os envolve promovendo atitudes positivas e de competências conducentes ao reconhecimento da importância do ambiente e sua sustentabilidade.

Manifestam ainda dificuldades em lidar com a prática de aquisição de competências, lidar com a integração dos conteúdos ambientais na nova abordagem pedagógica e lidar com o atendimento personalizado tendo em conta o elevado número de alunos.

As áreas prioritárias referidas são no domínio de competências de base a saber: realização de atividades de natureza prática significativas, em planificar em termos de integração disciplinar e necessidade de formação continua nessa área.

Na prespetiva mais analítica e com base nos dados que obtivemos no questionário, há muito interesse e motivação dos professores inquiridos em desenvolver conhecimentos, competências e atitudes para a melhoria dos trabalhos com os alunos nomeadamente na área de diversificação dos métodos de ensino na diversificação pedagógica, na planificação do processo ensino aprendizagem e na aquisição do conhecimento científico.

No que se refere às recomendações que fazem, para quem tivesse que orientar uma ação de formação para os professores, os conselhos remetem para a necessidade de clarificar e planificar a formação, de recorrer às estratégias mais práticas e de especializar os formadores em educação ambiental.

Sugerem formação contínua em matéria de Educação Ambiental de forma contextualizada e por um período de tempo suficiente que permita o domínio dos conteúdos.

Em relação aos conteúdos referidos, existem referências que apontam no domínio da planificação das ações de intervenção em educação ambiental e na aquisição de conhecimento científico. Os dados obtidos do questionário confirmam muitas das necessidades de formação recolhidas através da entrevista bem como dos grupos focais mais clarificam, precisam e dão mais relevo a outras.

Em suma, tanto os resultados obtidos da entrevista, do questionário, dos grupos focais e dos demais, como a análise documental analisados, apontam para a necessidade de formação contínua dos professores para o aprofundamento na área.

Dos vários documentos analisados infere-se que a EA não está suficientemente aprimorada pelos diversos atores educativos.

Relativamente aos impactos que os programas de Educação Ambiental sobre a área de resíduos urbanos, recursos naturais e recursos hídricos, os envolventes confirmam o impacto positivo na sociedade cabo-verdiana na medida em que trabalhando com crianças e jovens e estando eles sensibilizados, constituem estes os melhores vetores de expansão desta sensibilidade. Acreditamos que os programas têm requisitos necessários para serem enquadrados nos planos

Curriculares do Ensino Básico de Cabo Verde pois as atividades propostas respondem às necessidades ambientais em Cabo Verde. Prova disso são as diversas pesquisas com os diferentes intervenientes do Ministério de Educação que permitiram a conceção do programa apresentado neste estudo.

Em termos de metodologias de avaliação de programas relacionados com a temática da Educação Ambiental em Cabo Verde os nossos informantes afirmaram que formação deve ser focalizada em estratégias de ensino com planificação conjunta e dever ser desenvolvida sob a forma de ateliês e seminários de capacitação pedagógica com recursos a palestras e/ou conferências, encontros de formação com apresentação de espaços semanais na Televisão ou rádios. Quanto à avaliação de programas de formação em matéria de educação ambiental, esta deve consistir na definição de um conjunto de itens nomeadamente: nº de sessões realizadas, nível de participação, nº de horas consumidas. Deve ter indicadores pré-estabelecidos. Um projeto requer a sua avaliação a nível do seu impacto medindo os resultados preconizados ao longo da sua planificação.

Relativamente à conceção de um programa de formação para os professores do Ensino Básico em matéria de educação ambiental, este foi elaborado com base nas preocupações do Governo em matéria ambiental inspirando nas prioridades chaves definidas da VIII legislatura articulado com objetivos traçados pelo PANA II e os resultados da investigação. Assim apresentamos uma proposta do desenho do Programa de Formação de professores a ser implementado pelo Ministério de Educação e Desporto que inclui os principais temas: recursos naturais, gestão dos resíduos urbanos e situações de intervenção em educação ambiental dando ênfase para ações da prática de sensibilização e educação ambiental; desempenho ambiental Institucional; análise da componente ambiental nos currículos educação. Acreditamos na construção de uma educação ambiental pautada em um processo contínuo de aprendizagem e exercício da cidadania, despertando nas pessoas uma visão mais ampla e crítica da realidade e uma atuação de fato comprometida com a transformação do espaço social onde vivem.

Entendemos que pelo recurso à triangulação de métodos e ao correspondente cruzamento dos dados obtidos através dos diferentes grupos sociais com destaque para os agentes educativos e recorrendo a diferentes pontos de vista consegue-se uma maior segurança na discussão dos resultados.

Na sequência deste estudo foi possível construir dois instrumentos didáctico-pedagógico, o programa e módulo de formação de professores em matéria de educação ambiental que, tendo em conta a metodologia apresentada, acreditamos poder vir a contribuir para uma melhoria do trabalho desenvolvido nesta área de estudo bem como para a mudança de atitudes relativas ao ambiente do país e restante comunidade. Acreditamos, ter colaborado para ampliar o conhecimento científico sobre concepções e práticas de professores relativas à abordagem de conteúdos de EA no espaço escolar e não escolar.

Considerou-se que uma das principais limitações deste estudo prende-se do processo metodológico. Não nos foi possível recorrer aos outros processos de recolha de dados, nomeadamente observação naturalista e abordagens autobiográficas. Uma outra ordem de limitação deste estudo está relacionada com a vertente logística deparando com dificuldades em termos de conciliar as disponibilidades dos nossos participantes de estudo tendo em conta que são funcionários de instituições diferentes.

Não foi possível a deslocação às outras ilhas do arquipélago, com o objetivo de realizar observação direta por motivos de ordem profissionais e financeira, juntamente com os constrangimentos de ligação marítima registados no período pretendido.

Uma outra dificuldade está ligada à necessidade que tivemos de atualizar dados quando nos encontramos praticamente na fase final de tratamento de dados devido à mudanças institucionais e de política ambiental nas instituições alvo do nosso estudo nomeadamente a DGA e INGRH que já havia referido, foram alterados para DNA e ANAS, repetivamente.

Embora tenha sido utilizado diversas estratégias de ampliar a validade dos resultados desta investigação quer na abordagem qualitativa bem na abordagem quantitativa a objectividade nos resultados obtidos pela metodologia qualitativa poderá ser encarada como uma outra limitação do estudo. De facto, sabe-se que a percepção que um sujeito tem de um dado fenómeno é fortemente influenciada ou distorcida pelas suas convicções ou até pelos seus interesses. Um estudo mais aprofundado das questões inerentes a este estudo, em termos de suas representações em relação ao tema de estudo, dar-nos-ia certamente a

possibilidade de refutar algumas das nossas percepções bem como a oportunidade de elaborar propostas mais consistentes com os objectivos preconizados.

Outra dificuldade relaciona-se com o tempo que normalmente é requerido pela investigação qualitativa. Neste caso em concreto, observações prolongadas requerem uma dedicação por parte do investigador, o que não terá sido exequível em termos práticos ou financeiros.

O forte envolvimento do investigador com os sujeitos sob investigação pode também colocar alguns problemas. Se, por exemplo, os sujeitos, se se aperceberem do tipo de comportamento que o investigador espera que eles tenham, podem utilizar estratégias que conduzam à utilização de tais comportamentos o que, a acontecer, vicia seriamente os resultados da investigação. Teremos também em conta que poderá haver a possibilidade de que, factores desconhecidos para o investigador, possam interferir nos resultados. Há, entretanto, vários recursos que utilizámos para aumentar as vantagens (e diminuir as desvantagens) desse método, como o recurso a pré-testes e utilização instrumental mais completa.

Uma outra limitação se deveu, por um lado, ao facto de os participantes deste estudo terem pouca disponibilidade implicando muitas esperas num cenário de uma investigação desta natureza em que tivemos a preocupação em propiciar uma melhor interiorização das respostas. Porém reconhecemos a grande vantagem em conseguirmos a produção de vídeos para posterior análise dos conteúdos entrevistados. Esta limitação implicou uma gestão mais rigorosa do tempo e das oportunidades, bem como um trabalho mais intensivo.

A realização desta investigação e os resultados delas decorrentes, sugerem algumas implicações ao nível da formação de professores, da organização e gestão curricular. A adopção destas práticas exigirá o seguinte:

- Que haja maior possibilidade e melhores condições de formação com vista adopção de um ensino com estas práticas ambientais características apresentadas quer ao nível da formação inicial de professores quer ao nível da formação contínua.
- Ações de formação que vai ao encontro das dificuldades sentidas pelos docentes que motivem para a reflexão pessoal e colectiva sobre

concepções e práticas relativas a EA e que possibilite a construção de percursos investigativos pelos próprios professores

- Acções de formação em que o formando deve assumir o papel principal na construção do seu conhecimento, através da pesquisa, discussões, partilha de saberes, construção de instrumentos e estratégias necessárias à implementação das acções de promoção da educação ambiental
- Acções de formação na modalidade de oficina que contemplem um trabalho autónomo e colaborativo, no qual seja possível ter sessões presenciais regularmente, de modo a fazer-se um ponto da situação do prosseguimento da investigação. Deste modo, a partilha de êxitos e retrocessos do trabalho desenvolvido, a eventual necessidade de reformulação da investigação, as sugestões dos colegas, cumulativamente, constroem o conhecimento da metodologia científica.
- Criação de Clubes do Ambiente ou outro espaço não lectivo, com professores disponíveis da área, que permitam a realização de investigações científicas relativas a questões ambientais locais e os professores deveriam ter um tempo estipulado no horário, comum a todos, de modo a reunirem regularmente para estabelecerem, dentro de cada unidade didáctica das suas disciplinas, uma forma de as trabalhar em conjunto para a preservação ambiental
- Seria interessante que o Ministério da Educação adotasse um despacho que permitissem os professores têm direito entre mais horas semanas para a tarefas de reflexão, planificação para a educação ambiental nas escolas
- Reforço das parcerias do Ministério de Educação e outras instituições ambientais nomeadamente a DNA e ANAS e Câmara Municipal como centros de monitorização ambiental, de modo a estabelecer-se um trabalho de benefício mútuo, que se traduzisse no desenvolvimento de competências ambientais para acção nos alunos, e na obtenção, por exemplo, de dados e resultados que as instituições necessitam.



Decorrente do que foi dito anteriormente apresentamos as seguintes propostas de pistas para investigações futuras:

- Análise das práticas de educação ambiental, através de observação direta, para obtenção de resultados da implementação das atividades ambientais e confirmar as insuficiências na área de estudo.
- Reflexão sobre o trabalho colaborativo, de carácter ambiental, entre instituições ambientais e escolas/universidades cabo-verdianas
- Investigações de carácter didáctico, em complemento dos manuais escolares, destinados aos professores do EB que apoiem a concretização deste tipo de actividades. Poderiam ser aproveitados instrumentos construídos nesta investigação, programa e módulo em acções de formação, do mesmo tipo da que por nós foi construído.
- Processos de divulgação de boas práticas como forma de estimular mais e melhor trabalho, o que pode ser conseguido com a elaboração de um boletim sobre as EA.
- Investigações ligadas a construção de ferramentas didáctico-pedagógico online como instrumentos de apoio ao trabalho das escolas, como por exemplo, através da criação de sites que permita a partilha de ideias a nível internacional sobre os programas de educação ambiental.

Estamos convictos que ter sido possível recolher e melhorar informações possíveis sobre o tema de estudo visando melhorar a nossa prática de investigação mas também como contributo para a preservação ambiental.

Perante os resultados obtidos, ficamos com a indicação de que os objetivos foram atingidos.

Por último, gostaríamos de realçar que o trabalho desta natureza constitui uma tarefa que cabe a todos e a cada um de nós em particular. E que nós, individualmente ou em grupos, devemos funcionar como agentes que promovem a cidadania ambiental e desta forma, melhorar cada vez mais o nosso país e o mundo.

Ao fim deste processo, pensamos ter cumprido a tarefa que nos propusemos realizar no início deste processo. O nosso propósito agora é partilhar com a comunidade, o nosso saber e a nossa prática no intuito de contribuir para melhorar as condições ambientais em Cabo Verde, visando contribuir para a sustentabilidade ambiental.

#### **4. Consideraciones finales: conclusiones**

En este apartado se exponen las consideraciones finales, y en él se confirman los resultados obtenidos en el estudio realizado, relacionándolos con los objetivos propuestos inicialmente para este fin. Igualmente merecen nuestra atención las limitaciones encontradas, dejando esta parte de nuestra investigación para concluir con algunas sugerencias para el trabajo futuro.

A modo de conclusión, hay que señalar algunos de los aspectos que nos parecen relevantes y que más que meras conclusiones lineales, se configura como líneas conductoras que guiaron el proceso de investigación realizado para alcanzar un cierto nivel y esperamos poder ayudar a (re) estructurar y/o cambiar nuestro pensamiento pedagógico como educadores.

Dadas las limitaciones encontradas, las conclusiones extraídas, y que pasamos a referir, no tienen un carácter generalizable para otros trabajos de investigación y son sólo una muestra de las percepciones de la población estudiada.

La inauguración oficial de la década de la educación para el desarrollo sostenible (2005-2014) y la creación de la educación nacional para la estrategia de desarrollo sostenible de las Naciones Unidas, constituyen unas buenas oportunidades para ayudar al desarrollo del trabajos en pro de una educación ambiental para la sostenibilidad, lo que contribuirá a la construcción de una cultura nacional más consciente con el medio ambiente y, con suerte, más sostenible (Leal, 2008).

En esta coyuntura, nuestra investigación se llevó a cabo en tres etapas principales: En un primer momento, indagamos dentro del marco teórico para poder abordar, de forma teórica, los conceptos relacionados con la educación ambiental, porque creemos que el análisis de las esferas de influencia y la toma de decisiones

políticas y estrategias ambientales a nivel nacional e internacional se ha convertido en una necesidad.

El estudio de la educación ambiental sigue siendo un campo de discusión teórico abierto, que requiere argumentaciones desde las diferentes posiciones y enfoques. Sin embargo, existe un relativo consenso en lo que se refiere a la observación de una unanimidad creciente de las políticas y prácticas de educación ambiental en todo el mundo. Esta unanimidad se observa, no sólo en lo que respecta al contenido ambiental, como se observa en los programas escolares, sino también en relación con las estrategias de la inversión a niveles de las instituciones ambientales y las formas consiguientes de favorecerlas.

Situándonos en este contexto, se analizó la evolución histórica del concepto de educación ambiental haciendo hincapié en la influencia decisiva que las organizaciones internacionales han jugado para la implementación de políticas de educación ambiental a nivel nacional tratando de encontrar puntos de conexión entre los dos niveles.

Destacamos la Primera Conferencia Intergubernamental sobre Educación Ambiental que en 1977 se llevó a cabo en Tbilisi, entonces Unión Soviética, lo que reforzó su importancia y la definió con un enfoque amplio y con aplicación a la práctica. Esta nueva educación se presentó con objetivos y principios más atractivos amplios para ser "el resultado de una reorientación y coordinación de las diversas disciplinas y experiencias educativas que facilitan la percepción integrada del medio ambiente, lo que hace posible una acción más racional y capaz de responder a necesidades sociales; "(UNESCO-IBAMA, 1997, p. 24).

Las diversas reuniones que se han realizado sobre educación ambiental no han contradicho el marco teórico propuesto en Tbilisi, sino que más bien, se preocupan de analizar las estrategias para ponerlo en marcha. El reto ha sido salir de las amplias generalidades y visiones y adaptar los principios propuestos a diferentes contextos, tanto en países desarrollados como en los países en desarrollo, que a menudo muestran en su interior diferencias aún más agudas entre ricos y pobres y entre las zonas degradadas y en estado natural que entre ellos mismos.

Defendemos que, para desarrollar competencias y habilidades ambientales el recurso a una educación ambiental, a través de actividades prácticas, constituye una estrategia importante, pero recuerda aquí Cascino (1999) que valora la relación entre teoría y práctica proponiendo nuevos medios educativos, donde el currículo, que integra un componente ambiental, no debe ser cambiado con el único propósito de sobrevalorar las disciplinas clásicas., en detrimento de la eficacia de los contenidos destinados a la comprensión de los sistemas naturales y las etapas de destrucción, la conservación o la recuperación. El mismo autor, añade en su análisis que ya no podemos restringir la sistematización de las prácticas pedagógicas que se han diseñado casi exclusivamente para transmitir conocimientos, y que consideran al medio como algo distante que depende de la existencia humana y lo sitúa como algo lejano, del cual la existencia humana depende, pero solamente en el plano de la relación materia y la mecánica de la supervivencia. Por lo tanto, la educación ambiental debe estar guiada por un enfoque interdisciplinario e integrador evitando una mera adquisición de conocimiento

Se analizó el contexto de la educación ambiental caboverdiana, describiendo las características físicas, geográficas y del medio ambiente y la estructura y organización curricular.

Posteriormente nos concentramos en el estudio del marco institucional de la educación ambiental en Cabo Verde y en esta sección se analizan los principales documentos normativos relacionados con la educación ambiental, teniendo en cuenta que ha habido cambios en las prácticas de educación ambiental y en este sentido se destacan los esfuerzos para promover la educación ambiental alrededor de los problemas detectados de forma interdisciplinaria, pero que siguen ocupando una pequeña proporción, dado el trabajo más centrado en las disciplinas de una forma segmentada.

A lo largo de esta investigación se ha prestado especial atención a las formas de interiorización del concepto de Educación Ambiental por nuestros participantes en el estudio y, en particular, las de los maestros de escuelas primarias. Fueron objeto de atención las prácticas de planificación, las estrategias pedagógicas y las prácticas de evaluación que se emplean en este área .

Se recurrió, consecuentemente, a los profesores como interlocutores válidos para la recogida de datos, lo que se llevó a cabo de acuerdo con una metodología cualitativa complementada con metodología cuantitativa.

En la **segunda fase** se describe el proceso metodológico de acuerdo con los objetivos y temas de investigación propuestos para este estudio.

En la **tercera fase** se efectuó la presentación y análisis de los datos recogidos durante el estudio sobre la base de diferentes instrumentos de recolección de datos de muestreo.

El estudio reveló que los profesores participantes en nuestra investigación, tenían una gran diversidad respecto a la educación ambiental.

Esta diversidad se puso de manifiesto tanto en el análisis cuantitativo como en el cualitativo de los datos. Dentro de esta heterogeneidad fue posible, sin embargo, identificar un núcleo conceptual, que es aceptado por la mayoría de los encuestados y entrevistados. Nos referimos a la concepción del término Educación Ambiental que, el mismo, es el blanco de varias consideraciones.

Es importante recordar ahora los objetivos teóricos y empíricos de esta investigación que orientaron el desarrollo de trabajo, saber:

- Caracterizar la situación actual de las políticas ambientales en Cabo Verde en tres sectores (agua, residuos sólidos y de recursos naturales, la biodiversidad cadena) en los períodos legislativos de 2001 a 2011;
- Analizar los factores que facilitan y dificultan encontrados al analizar cada uno de estos sectores;
- Identificar las necesidades actuales en estas áreas de estudio;
- Recoger las opiniones y perspectivas de una muestra intencional de la sociedad civil sobre las formas de abordar la educación ambiental en Cabo Verde;
- Reflexionar sobre los programas y planes en el área de los residuos municipales, los recursos naturales y los recursos hídricos ambientales;

- Detectar el impacto que los programas de educación ambiental en el ámbito de los residuos municipales, los recursos naturales y los recursos hídricos desempeñan en la sociedad caboverdiana (nivel de adquisición de conocimientos, habilidades, actitudes y comportamientos);
- Sintetizar las debilidades encontradas en el área de la educación ambiental en el estudio;
- Contribuir a la discusión de las metodologías de evaluación de programas relacionados con el tema de la educación ambiental en Cabo Verde.
- Proponer un programa de formación para maestros de Educación Básica en Cabo Verde Cabo para intensificar y mejorar las prácticas de educación ambiental y por lo tanto contribuir a la formación de ciudadanos más conscientes del medio ambiente, responsables y participativos.

Con respecto al primer objetivo de análisis: la caracterización de la situación actual de las políticas ambientales en Cabo Verde, podemos asegurar que asegurarnos que los diferentes instrumentos de política en materia de conservación del medio ambiente y la naturaleza, producidos en los últimos años, en Cabo Verde, establecen normas para garantizar una gestión responsable y sostenible de nuestro entorno y nos permitan comprender el desafío que tenemos que promover un manejo integrado de los recursos naturales. Es posible, con un poco de esfuerzo, la adopción de las últimas recomendaciones de la UICN en este campo.

El paquete legislativo está representado por los diversos instrumentos tales como la Constitución de la República, las Grandes Opciones de Planificación para 2001 hasta 2005, el Segundo Plan Nacional de Acción para el Medio Ambiente (PANA II), para la década desde 2004 hasta 2014, en los documentos de Convenciones Internacionales y en la legislación internacional afín.

La educación ambiental se describe a través de la integración de las dimensiones socio-económicas, políticas, culturales e históricas, evitando basarse en pautas rígidas y de aplicación universal, debiendo considerar las condiciones de cada país, región y comunidad a través de una perspectiva histórica. De esta forma,

la educación ambiental debe permitir la comprensión de la naturaleza compleja del medio ambiente e interpretar la interdependencia de los diversos elementos que lo constituyen con la finalidad de utilizar racionalmente los recursos del medio ambiente en la satisfacción material y espiritual de la sociedad, así como en el presente como en el futuro.

En cuanto a los factores que facilitan y los que dificultan encontrados en los análisis de los sectores, los datos indican que hay disponibilidad de recursos ambientales si contemplamos los recursos hídricos en Cabo Verde tanto en el nivel de los océanos, tanto en términos de tierra firme. Hay zonas inexploradas subterráneas y agua de mar para la explotación de las actividades agrícolas y para abastecer a la población

Los resultados de los análisis confirman que hay espacios para la inserción privada para participar en temas de recursos hídricos, al igual que lo hacen muchos países que siguen este modelo donde el sector privado forma parte de la cúpula de la gestión de los recursos hídricos a través de las empresas estatales en la ejecución de obras hidráulicas y las empresas que se ocupan hasta de la misma gestión del agua.

Cuando observamos los datos sobre el uso de la desalinización del agua de mar, el uso intensivo de las agua superficiales y el tratamiento de las aguas residuales, es evidente que se deben introducir medidas de reducción de costes y de racionalización del uso del agua, especialmente en la agricultura, mediante la implantación e intensificación de tecnologías como el riego por goteo.

El proceso de desalinización del agua del contribuye actualmente aproximadamente en 2,2 millones de m<sup>3</sup> anuales que representa un 61% de la demanda de agua potable. En el futuro, las necesidades de agua potable para el turismo y la industria serán satisfechas a través de la tecnología de las desaladoras del agua del mar

La demanda estimada para el abastecimiento de agua potable se estimó considerando un consumo de 50 litros/habitante y día en cada toma particular y de 30 litros en tomas comunitarias. El crecimiento anual se estimó, para las conexiones residenciales, en 100 a 150l/h/d y teniendo en cuenta el aumento de la conexiones en las áreas rurales.

Sólo a través de una visión global y mediante la introducción de una Gestión Integrada de los Recursos Hídricos (GIRH) que controle la dinámica de los recursos hídricos en las áreas naturales, tales como las cuencas hidrográficas o los acuíferos, es posible conciliar los intereses de las partes interesadas en el dominio y en el uso de los recursos dentro de un nuevo marco de gestión, sin comprometer el desarrollo continuo del país y el futuro de las nuevas generaciones.

Los puntos débiles, en relación a los recursos hídricos, se centran en su contaminación. Las causas de la contaminación de las aguas superficiales y subterráneas son de origen diverso. Los documentos sobre la biodiversidad presentan casos de contaminación de acuíferos a través de la filtración de pesticidas y fertilizantes químicos.

Además, todavía no se ha realizado ningún estudio serio sobre el tema de la contaminación y es preocupante la proliferación de industrias contaminantes (bebidas, calzados, pinturas, productos farmacéuticos, etc.). A esto se puede añadir la salinización de las aguas subterráneas, principalmente en las áreas costeras, que crea problemas a las áreas irrigadas que al salinizarse las convierte en inutilizables.

La utilización de prácticas agrícolas inadecuadas, los suelos no corregidos, la excesiva explotación de los pozos y de las arenas de las playas a causa de su escasez, producen reacciones negativas respecto a la necesidad de conservación tanto de los suelos, como del agua.

Sobre la identificación de las necesidades presentes en el área del medio ambiente, los datos obtenidos de entrevistas a informantes claves apuntan las siguientes necesidades que resumimos: (i) la falta de disponibilidad de agua de calidad adecuada para el consumo interno y para el desarrollo de las actividades económicas ; ii) la pérdida de la biodiversidad marina y terrestre; iii) la falta de saneamiento, con efectos adversos en la salud pública y el desarrollo del turismo.

De acuerdo con las reflexiones resultantes de la recolección de datos, se han reconocido como estrategias clave de la política ambiental para superar los problemas ambientales identificados las siguientes: (i) la definición de políticas intersectoriales centradas en las prácticas y la implementación de la estrategia de gestión que permitan aumentar las oportunidades de participación de las personas, especialmente los pobres, dotándoles de bienestar social y económico-financiero; (ii)



El fortalecimiento de la integración de los contenidos ambientales en diferentes los diferentes currículos oficiales; (iii) Fortalecimiento de las actividades de formación de la población local mediante la promoción de la mejora del conocimiento y la comprensión del proceso de preservación del medio ambiente; (iv) Creación de asociaciones comunitarias para conseguir que sean actores inseparables del proceso de desarrollo integrado mediante el fortalecimiento de mecanismos que permitan a la población participar activamente en la toma de decisiones relacionadas con la preservación del medio ambiente; (v) Incorporación, de forma gradual, de la dimensión ambiental en todos los niveles funcionales de las instituciones públicas y privadas; (vi) Promoción de una tecnología cada vez más limpia; (vii) Diseño de contextos de investigación en educación ambiental con carácter práctico con énfasis en los estudios para mejorar la calidad del medio ambiente.

En relación con las opiniones y perspectivas de una muestra intencional de la sociedad civil sobre los métodos de enfoque de la educación ambiental en Cabo Verde, los datos recogidos de los profesores nos ayudan a profundizar la comprensión de sus percepciones y opiniones que en términos de ellos forman parte integrante de la educación ambiental porque día a día trabajan en las clases con las nuevas generaciones. Si la educación ambiental se implementa adecuadamente tendrá consecuencias que serán excelentes para producir los cambios de comportamiento. En mi opinión, el medio ambiente debe ser considerado en las clases.

La opinión de las personas consultadas, los técnicos de ADN y otras organizaciones que trabajan en el ámbito del medio ambiente deben invertir sus proyectos en la formación del profesorado que ha de llevar a los maestros para el mundo del medio ambiente, esto es, traer a los profesores para el mundo del medio ambiente para que tengan datos concretos a nivel municipal para proporcionar input palpables al alumnado y para hacer esto es esencial que el Ministerio de Medio Ambiente cree un programa conjunto con el Ministerio de Educación.

De los datos empíricos analizados a partir de las entrevistas se puede decir que las necesidades de formación de los profesores se centran principalmente en el contenido científico y pedagógico de la educación ambiental. Los resultados muestran que si queremos una educación enfocada hacia la sostenibilidad, tal como

se recomienda en los documentos oficiales, tanto nacionales como internacionales, los manuales debería mejorarse con el fin de introducir una mayor y mejor información acerca de la sostenibilidad y la promoción de la ciudadanía.

Es esencial que en los futuros planes de Formación del Profesorado se integren contenidos relacionada con este estudio. Téngase en cuenta que los participantes de esta investigación demostraron dificultades técnicas, logísticas y administrativas.

Los participantes apuntaron dificultades para hacer frente a la falta de materiales didácticos relacionados con los programas, siendo inadecuados los existentes con nuestra realidad, así como para diseñar las programaciones de aula. Se encontró, por tanto, que existe una necesidad apremiante de mejorar los libros de texto de Cabo Verde. Introducir los grandes problemas de nuestro tiempo, puede ayudar a asegurar que los niños y jóvenes se convierten en adultos participativos y se ocupen de la realidad que los envuelve que implica la promoción de actitudes y aptitudes que favorezcan el reconocimiento de la importancia del medio ambiente y su sostenibilidad positivos.

El profesorado, además, manifiesta que tiene dificultades prácticas para enseñar y facilitar la adquisición de competencias , afrontar la integración de los contenidos ambientales en los enfoque pedagógicos recientes y atender de forma personalizada al alumnado dado su elevado número por aula. Las áreas prioritarias referidas están en el campo básico de las competencias. En concreto. la realización de actividades de naturaleza práctico-significativas, en la planificación en términos de integración disciplinar y la necesidad de la formación continua en esta área.

En la perspectiva más analítica y en base a los datos obtenidos en el cuestionario, se aprecia un gran interés y motivación en el profesorado que respondió a los cuestionarios en el desarrollo de conocimientos, competencias y actitudes para mejorar el trabajo con los estudiantes, en particular en el ámbito de la diversificación de los métodos de enseñanza, en la diversificación de la educación, en la planificación del proceso de enseñanza-aprendizaje y en la adquisición de conocimiento científico.

En lo que se refiere a las recomendaciones que el profesorado hace para quienes tengan que orientar las acciones formativas del profesorado, destacamos la

necesidad de planificar y clarificar la formación del profesorado recurriendo a estrategias más prácticas y que permitan al profesorado especializarse en educación ambiental.

El profesorado sugiere una mayor formación en el campo de la Educación Ambiental contextualizada y por un período de tiempo suficiente para permitir el dominio de los contenidos.

En relación con los contenidos trabajados, hay referencias que apuntan al dominio de la planificación de las acciones de intervención en educación ambiental y en la adquisición de conocimientos científicos. Los datos obtenidos del cuestionario confirman muchas de las necesidades de formación recogidas a través de las entrevistas y de los grupos focales y además clarifican y precisan las necesidades priorizando unas sobre otras.

En resumen, tanto los resultados de las entrevistas, de los cuestionarios, de los grupos focales y del examen documental realizado, apuntan a la necesidad de la formación continua de los docentes para profundizar en el área de EA.

De los diferentes documentos examinados se infiere que la EA no está suficientemente apoyada y reforzada por diferentes actores educativos.

Respecto a los impactos que los programas de educación ambiental en el ámbito de los residuos municipales, los recursos naturales y recursos hídricos, los profesores confirman el impacto positivo en la sociedad caboverdiana, en la medida en que trabajando con niños y jóvenes sensibilizados, hace que sean los los mejores vectores de expansión de esta sensibilidad. Creemos que los programas tienen requisitos para ser incluidos en los planes curriculares de Cabo Verde de Educación Básica pues las actividades propuestas respondan a las necesidades ambientales en Cabo Verde. Prueba de ello son las diversas investigaciones con las partes interesadas del Ministerio de Educación que permitió el diseño del programa presentado en este estudio.

En cuanto a las metodologías de valoración de los programas relacionados con el tema de la educación ambiental en Cabo Verde nuestros informantes dijeron que la formación debería centrarse en las estrategias de planificación conjunta de la enseñanza y debería ser desarrollado en forma de talleres y seminarios de formación educativos con recursos para las clases y / o conferencias, reuniones de

capacitación con la presentación de espacios semanales en la televisión o la radio. En cuanto a la evaluación de los programas de capacitación en educación ambiental, esta debería consistir en la definición de un conjunto de elementos tales como: número de reuniones que ha mantenido, nivel de participación, número de horas consumidas. Debería tener indicadores preestablecidos. Un proyecto requiere su evaluación en términos de su impacto mediante la medición de los resultados buscados a lo largo de su ejecución.

En cuanto al diseño de un programa de capacitación para los maestros de educación básica en educación ambiental, este se elaboró teniendo en cuenta las preocupaciones del Gobierno en materia ambiental, orientado en las prioridades clave de la legislatura Octava, articulado con los objetivos diseñados por la PANA II y los resultados de investigación. Así presentamos una una propuesta del diseño del programa de formación docente para ser implementado por el Ministerio de Educación y Deportes, que incluye los temas principales: los recursos naturales, la gestión de los residuos municipales y las intervenciones en materia de educación ambiental insistiendo en las acciones de la práctica y la conciencia educación ambiental; desempeño ambiental Institucional; análisis del componente ambiental en los planes de educación. Creemos en la construcción de una educación ambiental basada en un proceso continuo de aprendizaje y el ejercicio dela ciudadanía que despierte en las personas una visión más amplia y crítica de la realidad y una actuación de hecho comprometida con la transformación del espacio social donde se vive.

Entendemos que el uso de métodos de triangulación y el correspondiente cruzamiento de los datos obtenidos de los diferentes grupos sociales, con énfasis en los agentes educativos, y recurriendo a diferentes puntos de vista nos ayudaron a conseguir una mayor seguridad en la discusión de los resultados.

A raíz de este estudio fue posible construir dos instrumentos didácticos y pedagógicos, el programa y el módulo de formación de profesores en educación ambiental que, teniendo en cuenta la metodología presentada, creemos que pudo contribuir a la mejora del trabajo en esta área de estudio así como para el cambio de actitudes en relación con el medio ambiente del país y el resto de la comunidad. Creemos que hemos contribuido a aumentar el conocimiento científico sobre

conceptos y prácticas de los profesores sobre el contenido de EA tanto en el espacio escolar como en el no escolar.

Se consideró que una de las principales limitaciones de este estudio se relaciona con el proceso metodológico. No hemos podido recurrir a otros procesos de recolección de datos, incluida la observación naturalista y enfoques autobiográficos. Otra limitación de este estudio se relaciona con el aspecto logístico ya que se presentaron dificultades en cuanto a la conciliación de la disponibilidad de nuestros participantes en el estudio ya que hay que tener en cuenta que son empleados de diferentes instituciones.

El carácter insular de Cabo Verde fue otra de las dificultades que impidió viajar para realizar observaciones directas. Las obligaciones profesionales de la investigadora, el coste de los desplazamientos y la escasa frecuencia de las comunicaciones fueron el mayor impedimento.

Otra dificultad está vinculada con la necesidad que tuvimos de actualizar los datos cuando estamos prácticamente en la etapa final del procesamiento de datos, debido a cambios en las políticas institucionales y ambientales en las instituciones objetivo de nuestro estudio, como la DGA y INGRH, anteriormente citadas que cambiaron hasta de nombre, pasando a llamarse ADN y ANAS, respectivamente.

Aunque se ha utilizado varias estrategias para ampliar la validez de los resultados de esta investigación, ya sea en el enfoque cualitativo o en el enfoque cuantitativo. La objetividad en los resultados obtenidos por la metodología cualitativa puede ser vistos como otra limitación del estudio. De hecho, se sabe que la percepción que un individuo tiene de un determinado fenómeno está fuertemente influenciada o distorsionada por sus creencias o incluso sus intereses. Continuando el estudio de los problemas inherentes a este estudio, en términos de sus representaciones en relación con el tema de estudio ciertamente dimos la oportunidad de refutar algunas de nuestras percepciones, así como la oportunidad de elaborar propuestas más coherentes con los objetivos establecidos.

Otra dificultad se refiere al tiempo que normalmente se requiere por la investigación cualitativa. En este caso particular, las observaciones prolongadas requieren dedicación por parte del investigador, que no ha sido factible en términos prácticos o financieros.

La fuerte implicación del investigador con los sujetos que participaron en la investigación también puede plantear algunos problemas. Si, por ejemplo, los sujetos se dieran cuenta del tipo de comportamiento que el investigador espera que tengan, pueden utilizar estrategias que conducen a dicho comportamiento lo que vicia seriamente los resultados de la investigación. Tememos que tener en cuenta que pudo existir la posibilidad de que factores desconocidos para el investigador, pudieron interferir con los resultados. Sin embargo, se utilizaron recursos para aumentar las ventajas (y disminuir las desventajas) de este método, como el uso de pre-tests y utilización de instrumentos más completa.

Otra limitación se debió, por una parte, al hecho de que los participantes en el estudio tenían una disponibilidad limitada lo que implicó muchas esperas en el escenario de nuestra investigación en el que teníamos la preocupación de proporcionar una mejor internalización de respuestas. Pero reconocemos la gran ventaja de poder producir vídeos para el posterior análisis del contenido de los entrevistados. Esta limitación implicó la gestión estricta de tiempos y oportunidades, así como un trabajo más intensivo.

La realización de esta investigación y los resultados derivados de la misma sugieren algunos cambios a nivel de la formación del profesorado, de la gestión y de la organización y gestión curricular. La adopción de estos cambios requerirá lo siguiente:

- Que haya más posibilidades y mejores condiciones de formación, tanto en la formación inicial del profesorado como en el ámbito de la formación continua, con miras a la adopción de una enseñanza que incluya prácticas ambientales características.
- Acciones de formación que respondan a las dificultades experimentadas por los maestros para motivar la reflexión personal y colectiva en los conceptos y prácticas relacionados con la EA y que permita la construcción de procesos de investigación por los profesores
- Cursos de formación en los que el estudiante deb tomar el papel principal en la construcción del conocimiento que se lograría a través de investigaciones, debates, intercambios de conocimientos,

construcción de herramientas y estrategias requeridas para implementar las medidas para promover la educación ambiental

- Capacitación en el modo de taller que contemple un trabajo autónomo y colaborativo, en el cual sea posible tener sesiones presenciales con el fin de tener una visión amplia de la situación de la investigación. De este modo, la puesta en común de los éxitos y fracasos de su labor, la eventual necesidad de reformulación de la investigación y las sugerencias de los colegas construirán de forma acumulativa un mejor conocimiento de la metodología científica.
- Creación De Clubes de Medio Ambiente de los Clubes u otro espacio no académico con profesores disponibles en la zona para permitir la realización de investigaciones científicas de los problemas ambientales locales. Para ello los maestros deberían tener un tiempo estipulado en el horario, común a todos, a fin de reunirse con regularidad para establecer, dentro de cada unidad didáctica de sus disciplinas, una forma de trabajar conjunta por la preservación ambiental.
- Sería interesante que el Ministerio de Educación adoptase una orden que permitiera a los profesores tener un horario con más horas para dedicarse a las tareas de reflexión y planificación de la educación ambiental en las escuelas
- Fortalecimiento de las asociaciones del Ministerio de Educación y otras instituciones ambientales como el ADN y ANAS y el Ayuntamiento como centros de vigilancia del medio ambiente, con el fin de establecer un beneficio mutuo de trabajo, lo que se traduce en el desarrollo de la competencia en medio ambiente para la acción en los estudiantes y la obtención de, por ejemplo, los datos y resultados que las instituciones necesitan.

De acuerdo con lo expuesto anteriormente, presentamos las siguientes propuestas para futuras investigaciones:

- Análisis de las prácticas de educación ambiental a través de la observación directa, para la obtención de resultados sobre la ejecución de las actividades ambientales y detectar posibles deficiencias en el área de estudio.
- Reflexión sobre el trabajo colaborativo de medio ambiente, entre las instituciones ambientales y escuelas/universidades de Cabo Verde
- Investigaciones de carácter didáctico, como complementos de los libros de texto, destinadas a profesores de Educación Básica para apoyar la aplicación de este tipo de actividades. Se podrían aprovechar los instrumentos, módulos y programas incorporado en este programa de investigación y que construimos espacialmente para ello.
- Procesos de difusión de buenas prácticas con el fin de estimular más y mejor el trabajo, lo que se puede lograr con el desarrollo de un boletín de noticias en EA.
- Investigaciones relacionadas con la construcción de herramientas educativas y pedagógicas en línea como herramientas de apoyo al trabajo en las escuelas, como, por ejemplo, mediante la creación de páginas WEB que permitan el intercambio de ideas a nivel internacional sobre los programas de educación ambiental.

Estamos convencidos que es posible mejorar la recogida de informaciones sobre el tema de estudio para mejorar nuestro proceso de investigación sino también para contribuir a la preservación del medio ambiente.

De la observación de los resultados, podemos concluir que los objetivos se han alcanzado.

Por último, nos gustaría hacer hincapié en que el trabajo de esta naturaleza es una tarea de todos y cada uno de nosotros en particular. Y nosotros, individualmente o en grupos, actuamos como agentes que promueven la ciudadanía ambiental y por lo tanto mejoramos constantemente nuestro país y el mundo.

Al finalizar este proceso, creemos que hemos cumplido la tarea que nos propusimos llevar a cabo al inicio del mismo. Nuestro objetivo ahora es compartir



con la comunidad, nuestro conocimiento y nuestra práctica con el fin de contribuir a mejorar las condiciones ambientales en Cabo Verde y para contribuir a la sostenibilidad del medio ambiente.



## Referências Bibliográficas

- Almeida, L. e Freire T. (2000). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios.
- Álvarez González, M. (2005). Reseña de "Metodología de la investigación educativa" de Rafael Bisquerra Alzina (coord.). *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 10(25), 593-596.
- Alves-Mazzoti, A. J. e Gewandsznajder, F. (1998). *O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira.
- Andrade, F. M. O. e Silva, M. A. (2011). *Programa de Ciências Integradas do Ensino Básico. Segunda fase*. Praia: Ministério de Educação e Desporto. Direção Geral do Ensino Básico.
- Ardilly, P. (1994). *Les techniques de sondage*. Paris: Éditions Technip.
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bebiano, J. B. (1932). *A Geologia do Arquipélago de Cabo Verde*. Lisboa: Separata das Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.
- Beierle, T. C. e Cayford, J. (2002). *Democracy in practice: public participation in environmental decisions..* Washington: DC: Resources for the future Press.
- Beierle, T. C. e Konisky, D. M. (2000). Values conflict and trust in participatory environmental planning. *Journal of Policy Analysis and Management*, 19,(4), 587 -602.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projeto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva.
- Bender, D. E. e Ewbank, D.(1994). The focus group as a tool for health research. *Health Transition Review*, 4(1), 63 – 79.
- Berelson B. (1952) *Content analysis in communication research*. New York, NY: The Free Press of Glencoe.
- Berger, A. (1998). *Media research techniques*,(2ª Ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Bogdan, R. e Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma abordagem à teoria e aos métodos*. Porto. Porto Editora,

- Bogdan, R. e Biklen, S. K. (2006). *Investigação qualitativa em investigação: uma introdução aos métodos*. Porto: Porto editora.
- Boletim Oficial nº 10 de 14 de Fevereiro de 2014. I Série. *Plano Nacional de Educação Ambiental*. Imprensa Nacional de Cabo Verde. SA : Praia.
- Boletim Oficial nº 38, II série de 28 de Setembro de 2005*. Criação da rede de Educação Ambiental. Ministério de Educação e Desporto. Imprensa Nacional de Cabo Verde.
- Boletim Oficial nº 45 de 24 de Novembro de 2010. Resolução nº 66/2010. Homologação do Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos*.
- Borg, W.; Gall, M. (1996). *Educational research: An introduction*. New York: Longman Publishers USA.
- Brügger, P. (1994). *Educação ou adestramento ambiental?* Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Brügger, P. (2004). *Educação ou adestramento ambiental?* (3ª Ed.) Florianópolis: Letras contemporâneas.
- Brown, A. e Dowling, P. (1998). *Doing Research/Reading Research. A Mode of Interrogation for Education*. London: The Falmer Press.
- Bryman, A. (1988). *Quantity and Quality in Social Research*. London: Unwin Hyman.
- Burril, C. (1973). Petrochemic der Cap Verden and Vergleich der Caverdeschen vulcanismus mit demjenigen des Rheinlands. Schweizerische und Petrographische Mitteilungen. *Revista da Junta de Investigações do Ultramar : Série de Geologia*, 1(2), 1-26.
- Cação, R. (2008). *Análise qualitativa de dados com o NVIVO*. Departamento de Engenharia Informática da Universidade de Coimbra. Acedido em 24 de Outubro de 2013 de <http://www.slideshare.net/rosariocacao/anlise-qualitativa-de-dados-com-onvivo-1334976>>.
- Campbell, D.T, e Fiske, D. W. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. *Psychological Bulletin*. 56, 81-105.
- Cardoso, S. M. C. F. (2007). *O dualismo cultural: Os luso-caboverdianos entre a escola, a família e a comunidade (Estudo de caso)*. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia (Tese de Doutoramento).

- Caride, J. e Meira, P. (1995). A perspectiva ecológica: referências para o conhecimento e a praxis educativa. In A. Carvalho (Coord.). *Novas Metodologias em Educação* (pp. 135-170). Porto: Porto editora.
- Caride, J. A. e Meira, P. A. (2004). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Carmo, H. F. e Manuela, M. F. (1998). *Metodologia de Investigação. Guia para Auto Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carrasco, B. e Hernandez, J. F. (2000). *Aprendo a investigar en educacion*. Barcelona: Ediciones Rialp S.A.
- Carvalho (2001). Qual Educação Ambiental? Elementos para um debate sobre Educação Ambiental e extensão rural. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 2(2), 43- 51.
- Carvalho, I. (1991). *Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos*. São Paulo: Instituto Florestal de São Paulo: Série Registros.
- Carvalho, M. (1994). *O que é a natureza*. (2ª. Ed). São Paulo : Brasiliense.
- Cascino, F. (1999). *Educação Ambiental: Princípios, História e Formação de Professores*. São Paulo: Editora Senac.
- Castro, C. M. (1977). *A Prática de Pesquisa*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill.
- Castro, V. O. de. (2003). *Educação Ambiental formal e informal*. Monografia para a obtenção do grau de Bacharel. Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil: Universidade Luterana do Brasil.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. Em: J. Poupart, et al (Coord.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 205 - 318). Petrópolis, R.J.: Vozes.
- Chiesa, A. M., e Ciampone, M. H. T. (1999). *Princípios gerais para a abordagem de variáveis qualitativas e o emprego da metodologia de grupos focais. A classificação internacional das práticas de enfermagem em saúde coletiva*, CIPESC. Brasília: ABEN.
- Cisnero, P. e César A. (2003). *Análise Qualitativo assistido por computadora*, 5(9) 288-313.
- Cohen, L e Manion, L. (1990). *Métodos de Investigación Educativa*. Madrid: La Muralla.S.A.

- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMD] (1991). *Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland/1991, (2ª. Ed.)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Cook, T., e Reichardt, C. (1986). *Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa*. Madrid: Ediciones Morata.
- Correia, E. e Pardal, L., (1995), *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal.
- Costa , A. T. e Lopes, L ( 1992). *A Ludicidade na Educação Ambiental*. Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/o-Ludico-Na-Educa%C3%A7%C3%A3o/288090.html>
- Coutinho, C. P. (2008). A Qualidade da Investigação Educativa de natureza Qualitativa: Questões relativas à fidelidade e validade. Issues of validity and reliability in qualitative research. *Educação Unisinos, 12(1)*, 5-15.
- Cubo, S.; Martín, B. e Ramos J. L. (2011). *Métodos de investigación y análisis de datos en ciencias sociales y de la salud*. Madrid: Pirámide.
- Czapski, S. (1998). *A implantação da Educação Ambiental no Brasil*. Brasília: MEC.
- Dall'agnol, C. M. e Trench, M.H. (1999). Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisa na enfermagem. *Revista. Gaúcha de Enfermagem, 20(1)*, 5-25.
- Davies, P. (2006). Interview. Em V. Jupp. *The Sage Dictionary of Social Research Methods* (pp. 157-158). London: Sage Publications.
- De Antoni, C., Martins, C., Ferronato, M. A., Simões, A., Maurense, V., Costa, F., e Koller, S. H. (2001). Grupo focal: método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 53(2)*, 38-53.
- Debus M. (1997). *Manual para excelência en la investigación mediante grupos focales*. Washington: Academy for Educational Development.
- Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972)* acedido em 18 de Dezembro de 2014 de [http://www.apambiente.pt/\\_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972\\_Declaracao\\_Estocolmo.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf)
- Decreto Legislativo nº. 14/97, de 1 de Julho* (Código do Ambiente) que integra no capítulo IV desta lei a política nacional na área dos resíduos urbanos, industriais e outros.

*Decreto nº 1/2005, de 21 de Março*, que aprova a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES). Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de <http://www.sia.cv>.

*Decreto nº 13/2005* que aprova a Convenção sobre Conservação de Espécies Migratórias. Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de <http://www.sia.cv>.

*Decreto Regulamentar 126/92 de 16 de Novembro* aprova os Estatutos do Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos. Acedido em 21 de Dezembro de 2014 de <http://faolex.fao.org/docs/pdf/cvi8283.pdf>.

*Decreto Regulamentar nº 12/94 de 29 de Dezembro*. Decreto-lei que define o Estatuto Orgânico do Instituto Pedagógico de Cabo Verde. Boletim Oficial nº42 de 29 de Dezembro de 1994. I Série. Imprensa Nacional Cabo Verde. Praia.

*Decreto Regulamentar que define o Estatuto do Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos*. Boletim Oficial nº1 de 3 de Junho de 2002. I Série. Imprensa Nacional Cabo Verde. Praia.

*Decreto-Legislativo nº 2/2010 de 7 de Maio* que aprovou as Bases do Sistema Educativo datada de 1990 (Lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro), tendo sido revista pela Lei n.º 113/V/99, de 18 de Outubro que, no essencial, introduziu os normativos atinentes à regulamentação do ensino superior em Cabo Verde. Boletim Oficial nº17 de 7 de Maio de 2010. I Série. Imprensa Nacional Cabo Verde. Praia.

*Decreto-Legislativo nº. 14/97, de 1 de Julho* que desenvolve as normas regulamentares de situações previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente, estabelecendo os princípios fundamentais destinados a gerir e a proteger o ambiente contra todas as formas de degradação.

*Decreto-lei de nº 24 de Junho de 2013*. Boletim Oficial nº33 de 24 de Junho de 2013 I Série estabelece a estrutura, a organização e as normas do funcionamento do Ministério de Educação e Desporto. Imprensa Nacional de Cabo Verde. Praia.

*Decreto-Lei n.º 7/2002, de 30 de Dezembro* que estabelece as medidas de conservação e proteção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção. Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de <http://www.sia.cv>.

*Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro*, sobre o regime jurídico da Rede Nacional de áreas protegidas. Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de <http://www.sia.cv>.

*Decreto-lei nº 31/ 2003, de 1 de Setembro* que estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respetiva fiscalização, tendo em vista a proteção do meio ambiente e a saúde pública. Acedido em 14 de Dezembro de 2014 de [www.sia.cv](http://www.sia.cv).

*Decreto-Lei nº 46 /VIII /2013, de 17 de Setembro define as competências a ANAS.*

*Decreto-lei sobre exploração dos inertes, nas praias, dunas e águas interiores.*

Delfos, M. (2001). *¿Me escuchas? Cómo conversar con niños de cuatro a doce años*. Amsterdam: Bernard Van Leer Foundation.

Demazière, D. e Dubar, C. (1997). *Analyser les entretiens biographiques*. Paris: Éditions Nathan.

Demo, Pedro. (2001). *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas, S. P.: Papyrus.

Devellis, R. (1991). *Scale Development. Theory and Applications*. London: Sage publications.

Dias, G.F. (1992). *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo, Gaia.

Dias, G. F. (2000) *Educação Ambiental: Princípios e Práticas* (6ª Ed.). São Paulo: Gaia.

Dias, G. F. (2004) *Educação Ambiental:Princípios e Práticas* (9ª Ed.). São Paulo: Gaia.

Diehl, A., A., (2004). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall.

Erlandson, D.A., Harris, E. L., Skipper, B. L., y Allen, S. D. (1993) *Doing naturalistic inquiry: a guide to methods*. London: Sage.

Esteva, J. e Reyes, J. (2003). *Manual del Promotor y Educador Ambiental para el Desarrollo Sustentable* (2ª Ed.). México, D.F.: Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales.

*Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)*. (2005-2015). Acedido em 21 de Dezembro de 2014 de: <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000015001-000020000/000019537.pdf>

Estrela, A. (1994). *Teoria e Prática de Observação de Classes*. Porto: Porto Editora.



- Evertson, C. e Green, J. L. (1986). Observation as inquiry and method. Im M. C. Wittrock (ed.). *Handbook of research and teaching*, (p.p.162-213). New York: Macmillan.
- Fernandes, D. (1991). *Notas sobre os paradigmas da investigação em educação*. *Noesis*, 18, 64-66
- Ferreira, V. (1986), O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos: Em A. S. Silva. e J. M. Pinto. (Coords.). *Metodologia das Ciências Sociais* (9ª Ed.), (pp. 164 -196). Porto: Edições Afrontamento.
- Flick, M. E. P.(2009) *Educação Ambiental e formação de professores* Centro Nacional de Educação Ambiental. (CENED):. Acedido em 25 de Junho de 2012, de:  
<http://www.cenedcursos.com.br/educacao-ambiental-e-formacao-de-professores.html>
- Fontana, A e Frey, J. H. (1994). Interviewing: the art of science. In N. a. Y. L. Denzin *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Fortin, M., Hetu, R., Quoc, H. e Denis, S. (1996). The effect of head protectors on warning sound perception in noisy workplaces, *Journal of the Acoustical Society of America*, 99(4), 2563-2574. doi: 10.1121/1.415033
- Fuchs, R. B. (2008). *Educação Ambiental como desenvolvimento de atividades Interdisciplinares na 5ª série do Ensino Fundamental*. Monografia de Especialização, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
- García Muñoz, T. (2003). El cuestionario como instrumento de investigación/evaluación. Consultado el 17/08/10. Disponible en:  
[http://cvonline.uaeh.edu.mx/Cursos/Maestria/MTE/Gen02/seminario\\_de\\_tesis/Unidad\\_4\\_anterior/Lect\\_EI\\_Cuestionario.pdf](http://cvonline.uaeh.edu.mx/Cursos/Maestria/MTE/Gen02/seminario_de_tesis/Unidad_4_anterior/Lect_EI_Cuestionario.pdf)
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (1993), *O Inquérito -Teoria e Prática*, (2.ª Ed.). Oeiras, Portugal: Celta Editora.
- Giordian, A e Souchon, C.(1997).*Uma Educação para o Ambiente*. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional e Instituto de Promoção Ambiental.
- Glasser, R. (1977). *Adaptive education: individual diversity and learning*. New York: Holt, Rinchart e Winston.
- Glasser, B. G. e Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory. Strategies for Qualitative*. Research. Chicago: Aldine.

- Gomes, E.S e Barbosa, E.F (1999) *A Técnica de Grupos Focais para obtenção de dados qualitativos*. Educativas. Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais Educativa. Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de [http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco\\_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D\\_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf](http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf).
- Gomes, J. C. S. M. (2009). *Programa Eco-Escolas: um contributo para a sua avaliação Mestrado em Estudos Ambientais*. Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação apresentada à Universidade Aberta Lisboa: Universidade Aberta. Accesible desde: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1393>
- Gonçalves, A. (2003). *Estudo do Meio. Projecto Vila Moinho. Caderno de Actividades*. Oeiras, Lisboa: Constância Editores. S.A.
- González, R. (1997). *Educación Ambiental: Historia y conceptos a veinte años de Tbilisi*. México: SITESA.
- González, E. (1999). Otra lectura a la historia de la educación ambiental en América Latina y el Caribe. *Tópicos en Educación Ambiental*, 1(1), 9-26
- Guerra, I.C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Estoril: PRINCIPIA.
- Guimarães, M. (2000). *Educação Ambiental: no consenso, um embate?* Campinas, S.P: Papirus.
- Hanry, P. e Moscovici, S. (1968). Problemes de l'analyse de contenu. *Languages*, 11, 36-60.
- Herculado, S. (1992). Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. En M. Goldenberg (Coord.), *Ecologia, Ciência e Política* (p.p. 9 - 48). Rio de Janeiro: Editora Rivan.
- Hill, M.M. e Andrew, H. (2008). *Investigação por questionário*, (2ª Ed). Edições Sílabo..
- Hill, M.M. e Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Huber, G. e Garcia, C. M. (1991). Computer assistance for testing hypotheses about qualitative data: The Software Package AQUAD 3.0. *Qualitative Sociology* 1 (4), 325-347.
- Iervolino, S. A. e Pelicione, M. C. (2001) A utilização do grupo focal como metodologialitativa na promoção da saúde *Revista. Escola de Enfermagem* 35 (2), 115-21.

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais IBAMA/UNESCO. (1997). *Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi*. Brasília.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. IBAMA. Amazônia (1994): *uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental: documentos metodológicos*. Brasília: IBAMA.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2014). (Cabo Verde). Inquérito Multi-Objetivos Contínuo. Estatística das Famílias e Condições de Vida (2013).
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (Cabo Verde). Ministério da Saúde, e Macro International. 2008. *Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, Cabo Verde, IDSR-II, 2005*.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (1998). *Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva*. Praia. Tipografia Santos.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2009). *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB)*. CV. Praia. Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de <http://www.ine.cv/atualise/publicacao/files/7e56551b-a4f2-40d8-a6d6-a1b133b6487eMETODOLOGIA%20E%20RESULTADOS%20QUIBB%2007.pdf>.
- Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos* (2009). Mensagem do Presediente do INGRH. Acedido em 10 de Novembro de 2012 de [www.sia.cv](http://www.sia.cv).
- IVº Recenseamento Geral da População e de Habitação - *Censo 2010 Resumo Dos Principais Resultados Por Meio De Residência E Concelho*. Instituto Nacional de Estatística. Cabo Verde. Acedido em 20 de Outubro de 2013 de <http://www.ine.cv/censo/files/Resumo%20indicadores%20RGPH%202010.pdf>.
- Jacob, P (2003). Educação, Cidadania e Sustentabilidade. *Caderno de pesquisa*. 118, 189-205.
- Javeau, C. (1992). *L'Enquête par Questionnaire: Manuel a L'Usage du Praticien*. Bruxelles: Ed. Université de Bruxelles.
- Jensen, K.B.; e Jankowski, N.W. (1993). *Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch,
- Julien, H. (2008). Content Analysis. Im L. Given. *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods* (p.p. 120-121). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

- Kandel, L. (1981). Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião. Im T. Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. (2. Ed.) (p.p. 169-189). São Paulo: Polis.
- Ketele, J. M. e Roegiers, X. (1999). *Metodologia da recolha de dados. Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Colecção: Epistemologia e Sociedade. Lisboa. Instituto Piaget.
- Kitzinger, J. (2000). Focus groups with users and providers of health care. Im P. Catherine e M. Nicholas. (Coord.). *Qualitative research in health care* (2ª Ed.). London: BMJ Books.
- Kohler, M. C. M. (2003). *Agenda 21 Local. Desafio da sua implementação. Experiências de São Paulo*. Dissertação apresentada ao Departamento de Saúde Ambiental de Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo .Rio de Janeiro.
- Krueger R. A. (1996). *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. London: Sage Publications.
- Leff, E. (1993). Sociologia e ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y las transformaciones del conocimiento. Em: P. F. Vieira, e D. Maimon, (Coord.), *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade* (p,p, 95-130).. Belém: Universidade Federal do Pará.
- Leff, E. (2001 ). *Saber Ambiental*. Petrópolis, R.J.: Vozes.
- Leff, H. (2000). *Saber Ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder Siglo XXI*. México: Editores.
- Lei nº 48/IV/98 que regulamenta a atividade florestal e visa a proteção das florestas e a regulamentação do espaço submetido ao regime florestal e a regulamentação do espaço submetido ao regime florestal excluindo as áreas com vocação agrícola. Acedido em 20 de Dezembro de 2013 de [www.sia.cv](http://www.sia.cv).*
- Lei nº 85/IV/93 sobre o Ordenamento do Território que cria os planos de ordenamento (esquema nacional, esquemas regionais e planos especiais de ordenamento) comportando essencialmente a regulamentação das construções urbanas e peri-urbanas. Acedido em 20 de Dezembro de 2013 de [www.sia.cv](http://www.sia.cv).*
- Lei nº 86/IV/93, Lei de Bases da Política do Ambiente que fixa as grandes orientações e define o quadro legal que deve reger as relações entre o homem e o meio natural. Acedido em 20 de Dezembro de 2013 de [www.sia.cv](http://www.sia.cv).*

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. (2010).* Lei de de Diretrizes de Base de Educação Nacional estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Centro de Documentação e Informação Edições Câmara. Brasília. Acedido em: 20 de Dezembro de <https://www.puc-campinas.edu.br/midia/arquivos/2013/abr/proavilei-n-93941996.pdf>.
- Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Brasil. Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de [http://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei\\_diretrizes\\_bases.htm](http://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei_diretrizes_bases.htm)
- Leme, M. A.V. S. (1995) O impacto da teoria das representações sociais. Im M. J. Spink (Coord.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (p.p. 46-57). São Paulo: Brasiliense
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 140, 5-55.
- Lima, G. F. C. da. (2009). Educação Ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. *Educação e Pesquisa*. 35(1), 145-163.
- Lima, G.F.C. da (1999). Questão ambiental e educação: contribuição para o debate. Ambiente. [Versão electrónica], *Ambiente e Sociedade*, 5(2), 135-153.
- Lincoln, Y. e Guba, E. (1985). *Naturalistic Inquiry*. Newbury Park, CA: Sage
- Lista Vermelha de cabo Verde. *III Relatório sobre o estado da Biodiversidade de Cabo Verde*. Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de <http://www.sia.cv>.
- Lodi, J. B. (1977). *A entrevista: teoria e prática* (3ª Ed.). São Paulo: Pioneira.
- Ludke M. e André M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.
- Lyrargues, P. P. (2002). A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. *OLAM - Ciência e Tecnologia*, 2(1), 1-14.
- McMillan, J., e Schumacher, S. (2005). *Investigación Educativa, Una introducción conceptuaal*, (5ª Ed.). Madrid: Pearson Addison Wesley
- Madureira, M. M. S. P. e Tagliani, P. R. A. (1997). *Educação ambiental não-formal em unidades de conservação federais na zona costeira brasileira: uma análise crítica*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- Manfrim, E.A. Jr. (2010). Educação Ambiental como ferramenta para o ensino. *Revista Educação*, 5(2), 42-49.

- Marchese, L., Konrad, O. e Calderan, T. (2011). Logística reversa e educação ambiental contribuindo para a implantação da política nacional de resíduos sólidos. *Revista Caderno Pedagógico*, 8(2), 83-96.
- Maroy, C. (1997). Análise Qualitativa de entrevistas. Em L. Albarello, F. Digneffe, J-P. Hiernaux, C.Maroy, D. Ruquoy e P. De Saint-Georges (Coords.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (p.p. 117-155). Lisboa: Gradiva
- Medina, N. M. (2002). A formação de multiplicadores em Educação Ambiental. Em: A. G. Pedrini. (Coord.), *O Contrato Social da Ciência, unindo saberes na Educação Ambiental* (pp.47-70).Petrópolis, R. J.: Vozes.
- Meier, M. J. e Kudlowier. (2003). S. Grupo focal: uma experiência singular. *Texto e Contexto em Enfermagem*, 12(3), 394-399.
- Meira, P. (2000). La educación ambiental en el escenario de la globalización. Em *Actas Nuevas Propuestas para la acción - Reunión internacional de expertos en educación ambiental* (pp. 99 – 123). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia e UNESCO.
- Milaré, E. (2011). *Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco. Doutrina. Jurisprudência. Glossário (7ª Ed.)*. São Paulo: R.T..
- Miles, M. e Huberman, M. (1994). *Qualitative data analysis. an expanded sourcebook*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Minayo, M.C.S. (1992). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO
- Minayo, M. C. S. e Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 237-248.
- Minayo, M. C. S. (2003). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade (22ª Ed.)* Petrópolis, R.J.: Vozes, 2003.
- Ministério da Saúde. (2008). Gabinete de Estudos Planeamento e Cooperação. *Relatório Estatístico de Saúde*. Praia
- Ministério de Educação e do Desporto. (1995). *Caderno de Ciências Integradas*. Projeto Pro-Ensino. Cabo Verde
- Ministério de Educação e do Desporto. (1995). *Do lixo ao material didáctico*. Projeto Pro-Ensino. Cabo Verde

- Ministério de Educação e do Desporto. (1995). *Formas criativas de Ensinar Projeto Pro-Ensino*. Cabo Verde
- Ministério de Educação e Ensino Superior. (2006). Gabinete de Estudos e Planeamento. *Relatório Nacional do ano letivo 2005/2006*. Praia
- Ministério de Educação e Ensino Superior. *Documento Orientador da Revisão Curricular (DORV)*. (2006).Praia.
- Ministério de Educação e valorização dos Recursos Humanos. Gabinete de Estudos e Planeamento. *Anuário do ano lectivo 2013/2014*. Acedido através da Internet, em 23 de Fevereiro e 2012 de Relatório de Atividades. [http://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=17&Itemid=31](http://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=31).
- Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas (2003). *Plano Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos*. 2003/2013. Praia.
- Ministério do Ambiente e Agricultura. Direção Geral do Ambiente. *III Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade em Cabo Verde*. Acedido em 21 de Dezembro de 2014 de <http://www.sia.cv>.
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2004). *Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente 2004-2014. Plano de Ação Intersetorial. Ambiente, Educação Formação, Informação e Educação (PAIS)*. Praia.
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2004). *Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente 2004-2014. Plano Ambiental Municipal (PAM)*. Praia.
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2004). *Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente*. Documento Síntese. Plano de Ação Nacional para o Ambiente. Praia.
- Ministério do Meio Ambiente, 2004. *Agenda 21 Brasileira: Ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional*. 2. Ed: Brasília.
- Moraes, L. R. S. (1997). *Avaliação do Impacto sobre a Saúde das Ações de Saneamento Ambiental em áreas pauperizadas de Salvador*. Projeto AISAM. Em L. Heller, L. R. S. Moraes, T. C. N. Monteiro, M. J. Salles, L. M. Almeida e J. Cância (Coords.), *Saneamento e saúde em países em desenvolvimento* (p.p. 281-305). Rio de Janeiro: CC
- Morais, A. M. e Neves, I. P. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. *Revista Portuguesa de Educação*, 20(2), 75-104.

- Moreira, J. M. (2006). Investigação quantitativa: Fundamentos e Práticas Em. J. A. Lima e J. A. Pacheco (Coords.). *Fazer Investigação. Contributo para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 41-84). Porto: Porto Editora.
- Morgan, D. (1993). Future directions for focus group. Em. D. Morgan (Coord.), *Successful focus group: Advancing the state of the art* (pp. 225-244). Newbury Park, CA: Sage.
- Morgan, D. (1997). *Focus group as qualitative research. Qualitative Research Methods Series*. London: Sage Publications.
- Morse, J., Barrett, M., Mayan, M., Olson, K. e Spiers, J. (2002). Verification Strategies for Establishing Reliability and Validity. *Qualitative Research. International Journal of Qualitative Methods*. 1(2), 13-22.
- Myers, G. (1998) Displaying opinions: topics and disagreement in focus groups. *Language in Society* 27(1), 85-111
- Negrine, A. (1994). *Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil*. Porto Alegre: Prodil
- Neves J. L. (1996). Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisa em Administração*, 1(3):1-5.
- Oliveira, A. S. D. de (1997). Educação Ambiental: Histórico e rumos atuais. *Ambiente e Educação. Revista de Educação Ambiental da FURG*, 2, 11-20.
- Oliveira, L. D. de. (2012). Os limites do Crescimento 40 anos depois: das profecias do apocalipse ambiental ao Futuro Comum Ecologicamente Sustentável. *Revista Continentes (UFRRJ)*, 1, 73-96.
- OPAS/OMS (2007). *Saúde nas Américas I* (Publicação científica e técnica nº 62), Washington, D.C.: OPAS/OMS. Acedido em:  
[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/salud\\_americas\\_v1\\_p1.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/salud_americas_v1_p1.pdf)
- Padua, S. (2007). *Perspectivas de Educação Ambiental* (2007). Associação O eco. Acedido em:  
[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CbjU21Zmz3cJ:www.oeco.org.br/outros-colunistas/10789-oeco\\_20421/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=cv](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CbjU21Zmz3cJ:www.oeco.org.br/outros-colunistas/10789-oeco_20421/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=cv)
- Padua, S. M e Sá, L. M (2002). O papel da Educação Ambiental nas mudanças paradigmáticas da atualidade. *Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba*, 102, 71-83.



- Padua, S. e Sá, L. M. (2007) A influência da educação ambiental na região do Pontal do Paranapanema e no Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Em V. Junqueira e Z. Neiman. (Eds.). *Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade* (p.p. 121-138.). Barueri, S. P.: Manole.
- Pardal, L. e Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- Martins, V. N. (2006). *Avaliação do valor educativo de um software de elaboração de partituras: um estudo de caso com o programa Finale, no 1º Ciclo*. Tese de Mestrado em Educação. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- Patton M. Q. (2002). *Qualitative evaluation and research methods* (3ª Ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Pedrini, A.G. (1998). *Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis, R. J., Brasil: Vozes.
- Pelicioni, M. C. F. (1998). Educação Ambiental, *Qualidade de Vida e Sustentabilidade*. *Saúde e Sociedade*, 7(2), 19-31.
- Pereira, J.M. (2005). *O Património Geológico da Ilha de Santiago (Cabo Verde): Inventariação, Caracterização e Propostas de Valorização*. Tese de Mestrado em Ciências do Ambiente. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- Pérez Serrano, G. (1994). *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes I y II*. Madrid: La Muralla.
- Pires, Á. (1997). Échantillonnage et recherche qualitative. Essai théorique et Méthodologique. Em J. Poupart, J. P Deslauriers, L. H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer, e A. P. Pires (Éds.), *La recherche qualitative: enjeux épistémologiques et méthodologiques* (p.p. 341-364). Boucherville, Quebec: Gaëtan Morin.
- Plano Nacional de Educação*. Brasil. Acedido em 23 de Março de 2014 de [http://www.cedes.unicamp.br/PNE\\_3seb.pdf](http://www.cedes.unicamp.br/PNE_3seb.pdf).
- Presidência da República (2007). Objetivos do Milénio. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP). *Relatório Nacional de Acompanhamento*. Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de [http://www.pnud.org.br/docs/3\\_relatorionacionalacompanhamentoodm.pdf](http://www.pnud.org.br/docs/3_relatorionacionalacompanhamentoodm.pdf).

- Programa Regional de Educação Ambiental Para o Ensino Básico. (1995). Programa de Formação e Informação para o Ambiente. Comissão Permanente Inter Estados de Luta Contra a Seca no SAHEL. *Vamos Proteger o Ambiente*. União Europeia.
- Pujol, R. M. (2001). *Educación para el Consumo* (Documento apresentado no Curso de Doutoramento Interuniversitário em Educação Ambiental, na disciplina Modelos de Educação Ambiental) Valsain, Segóvia.
- Quintas, J. S. (2000). Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. Em J. S. Quintas, J. S. (Coord.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente* (p.p. 11-19). Brasília: IBAMA.
- Quintas, J. S. e Gualda, M. J. (2000). Por uma Educação Ambiental emancipatória: consideração sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. Em Quintas, J. S. (Coord.). *Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente* (p.p. 11-19). Brasília: IBAMA.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L.V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3ª Ed.). Lisboa: Gradiva Publicações.
- Quivy, R., e Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reigota, M. (1994). *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense.
- República de Cabo Verde (2001). *Programa Nacional do Governo para a VI legislatura 2001-2006*. Acedido em 20 de Outubro de 2014 de <http://www.governo.cv/>.
- República de Cabo Verde (2005). Ministério do Ambiente e Agricultura. *Lei Orgânica do Ministério do Ambiente e Agricultura*. Lei 56/2005 de 22 de Agosto. Praia.
- República de Cabo Verde (2006). *Programa Nacional do Governo para a VII legislatura 2006-2011*. Acedido em 20 de Outubro de 2014 de <http://www.governo.cv/>.
- República de Cabo Verde (2011). *Programa Nacional do Governo para a VIII legislatura 2011-2016*. Acedido em 20 de Outubro de 2014 de <http://www.governo.cv/>.
- República de Cabo Verde. *Constituição da República de Cabo Verde, 1990*. Acedido em 20 de Outubro de 2014 de <http://www.governo.cv/>.
- Resolução nº 10/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA).*

- Ressel, L. B., Gualda, D. M. R. E Gonzalez, R. M. B. (2000). Grupo focal como uma estratégia para coletar dados de pesquisa em enfermagem. *International Journal of Qualitative Methods*. 1(2). Acedido em 13 de Outubro de 2014 de <http://www.ualberta.ca/~ijqm>.
- Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Ruiz O, J. (2003). Técnicas de Triangulación y Control de Calidad en la Santa Catarina (Estado). Proposta de Curricular de Santa Catarina In Educação Infantil, *Ensino Fundamental e Médio* (1998) (p-55). Secretaria de Estado de Educação e do Desporto: COGEN.
- Saito, C. H. (2002). Política Nacional de Educação Ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos. Em: R. Aloísio. (Coord.). *Educação Ambiental: abordagens múltiplas*, (p.p. 47 – 60). Porto Alegre: Artmed.
- Santos, H. (2002). Vamos falar de Desenvolvimento comunitário vs Educação: duas faces da mesma moeda? In *Cadernos de Educação de Infância*. Acedido em: [http://apei.pt/upload/ficheiros/edicoes/vamos\\_62.pdf](http://apei.pt/upload/ficheiros/edicoes/vamos_62.pdf).
- Sato, M. (2004). *Educação Ambiental*. São Carlos, S. P.: Rima, 2004.
- Sauvé, L. (1997a). *L'éducation relative à l'environnement à l'école secondaire québécoise : état de la situation : rapport d'une enquête diagnostique dans le cadre d'un programme de recherches intitulé Théories et pratiques de l'éducation relative à l'environnement à l'école secondaire québécoise*. Montréal: Université du Québec à Montréal, Centre interdisciplinaire de recherches sur l'apprentissage et le développement en éducation.
- Sauvé, L. (1997b). Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. *Revista de Educação Pública*, 6(10). 72-103.
- Sauvé, L. (2005): Uma cartografia das correntes em educação ambiental. Em M. Sato e I. Carvalho (Coords.), *Educação Ambiental: pesquisa e desafios* (pp. 17-44). Porto Alegre: Artmed.
- Sauvé, L. e Orellana, I. (2003). A formação continuada de professores em Educação Ambiental: A proposta do edamaz. Em: J. E. Santos e M. Sato. (Coord). *A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora*. (2ª edição, pp: 273-287) S. Carlos. Brasil: Rima Editora.
- Scheuhc, E. K (1973). La entrevista em la investigación social. Em: K. René (Coord.) *Tratado de sociologia empírica* (p.p. 166-229). Madrid: Tecnos.

- Schmidt, L. (2008). Comunicar a ciência: O papel dos media e os problemas científico-ambientais. Em L. Schmidt, e J. P. Cabral (Coords.). *Ciência e Cidadania. Homenagem a Bento de Jesus Caraça* (p.p. 85 – 112). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Scott, J (2006). Content Analysis. In V. Jupp (Ed). *The Sage Dictionary of Social Research Methods* (pp. 41-42). London: SAGE Publications, Ltd. Acedido em 24 de Dezembro de 2014 de [http://srmo2-live.ifatory.com/cite/the-sage-dictionary-of-social-research-methods\\$002fn30.xml;jsessionid=C89E953C66D33CD2F6EDE9556B2B1054](http://srmo2-live.ifatory.com/cite/the-sage-dictionary-of-social-research-methods$002fn30.xml;jsessionid=C89E953C66D33CD2F6EDE9556B2B1054).
- Secretaria de Educação Especial (1998). *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos*. Brasília: MEC.
- Secretaria do Meio Ambiente – Coordenadoria de Educação Ambiental (1993). *Publicação Meio Ambiente e Desenvolvimento: Documentos Oficiais. Conferência Internacional sobre o meio Ambiente*. São Paulo.
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciências da Saúde Colectiva*, 5(1), 187-192. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7089.pdf> [
- Silva, G. M. Di Domenico (2003). Alfabetização/Conscientização: duas ações possíveis em um processo dialógico. *Arcus*, 3, 79 – 90.
- Stake, Robert E (1995). *The Art of Case Study Research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications
- Strauss, A. L. e Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research. Techniques and procedures for developing grounded theory*. Newbury Park, CA: Sage.
- Tamames, R. (1977). *Ecologia y Desarrollo*. Madrid: Alianza Editorial.
- Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global 1992*. Acedido em 19 de Dezembro de 2014 de <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>
- Trilla, J. (2008). *A educação não Formal*. Em E. Ghanem, L. Trilla, V. A Arantes. (Coords.). *Educação formal e não formal* (p.p. 15 - 58) São Paulo: Summus.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- UNESCO (1978). *Conferencia Intergubernamental sobre Educación Ambiental. Informe Final*. Tbilisi (URSS, actual Ucrania). Documento ED/MD/49. París:

UNESCO. Disponible en:  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000327/032763sb.pdf>

UNESCO (1986) *Seminário Internacional de Desenvolvimento Sustentado e Conservação de Regiões Estuarinas – Lagunares (Manguezais)*, São Paulo

UNESCO (1987). Congresso Internacional sobre o meio ambiente. Conferência Mundial sobre o meio Ambiente Humano (1987). *Estratégia Internacional de Ação em matéria de Educação Ambiental e Formação Ambiental para o década de 90.*

UNESCO (1992). *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro*, Brasil e 3 a 14 de junho, 1992. *AGENDA 21*. Acedido em 20 de Dezembro de 2014 de <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>

UNICEF. ICASE. (2007). *Programa Nacional de Saúde Escolar*. Documento Elaborado no Âmbito do ICASE com Apoio da Cooperação Luxemburguesa.

GLOBE (2003). *Programa GLOBE. Programa Mundial e Observações em benefícios do ambiente*. Washington: NOAA.

Uzzel, D.; Fontes, P.J.; Jensen, B.B.; Uhrenholdt, C.; Gottesdiener, G.; Davallon, J. e Kofoed, J. (1998). *As Crianças como Agentes de mudança ambiental*. Porto: Campo das Letras Portuguesa. Editores, S.A.

Vanlandingham, M. e Trujillo, L. (2002). Recent changes in heterossexual attitudes, norms and behaviors among unmarried thai men: A qualitative analysis. *Interantional Family Planning Perspectives*, 28, 6-15..

Varela, B. (2011). *Manual de Admnistração Educativa. Uma abordagem teórica com aproximação a realidade cabo-verdiana (2ª Ed.)*. Praia: Autor. Edición digital. Acedido desde: <http://unicv.academia.edu/BartolomeuVarela/Papers>.

Vieira, C.M. 1999. A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: questões relativas á sua fidelidade e credibilidade. *Revista Portuguesa de Pedagogia* 33 (2), 89 -111).

Villani, A. e Freitas, D. (1998). Análise de uma experiência didática na formação de professores de Ciências. *Investigações em Ensino de Ciências*, 3 (2), 121-142. Acedido desde: [http://www.if.ufrgs.br/ienci/artigos/Artigo\\_ID41/v3\\_n2\\_a1998.pdf](http://www.if.ufrgs.br/ienci/artigos/Artigo_ID41/v3_n2_a1998.pdf).

- Westphal M. F., Bógus C. M. e Faria M. M. (1996). Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. *Boletim Oficina Panamericana*, 120(6), 472-481). Acedido em 23 de Dezembro de 2014 de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000134&pid=S1414-3283200300020000600018&lng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000134&pid=S1414-3283200300020000600018&lng=es).
- Yin, R. K. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2ª Ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- YIN, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3ª Ed.). Porto Alegre, R.S.: Bookman.
- YIN, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (4ª Ed.). Porto Alegre, R.S.: Bookman.

## **Anexos**

### **Orientação para a leitura dos Anexos**

1. Os anexos compilados em CDRom (CD colado na tampa traseira da tese; Na versão digital da tese, estão listados abaixo) servem de complemento à leitura da Tese.
2. Os Anexos fazem parte de um conjunto de materiais considerados valiosos, os quais foram produzidos e recolhidos ao longo do percurso do estudo de que resultou a Tese.
3. O conjunto de dados foi integralmente referenciado na tese.
4. Os dados incorporam duas grandes componentes, designadamente, por um lado os Resultados da investigação, e por outro o Programa e o Módulo de formação dos professores do Ensino Básico de Cabo Verde em matéria de Educação Ambiental, visando a contribuição na formação de cidadãos a favor do ambiente no país e no mundo.
5. A leitura e análise dos anexos poderá ajudar a uma melhor apropriação dos conteúdos da tese. A opção pelo CDRom justifica-se, entre outros motivos, com a questão da sustentabilidade ambiental e de facilidades no manuseio do trabalho.


# ANEXOS







# **1. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ENSINO BÁSICO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**



## PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PÚBLICO-ALVO: PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO ( 1º E 2º CICLOS)

CARGA HORÁRIA: 28 HORAS

### I. COMPETÊNCIAS NO CURRÍCULO DO ENSINO BÁSICO

Numa situação concreta da relação entre o homem e o ambiente o formando e a formanda deverão ser capazes de mobilizar conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para promover as boas práticas ambientais ou fazer recomendações nesta matéria, na família, na escola e na comunidade através do conhecimentos e compreensão dos conceitos associados à gestão dos recursos ambientais tendo como recursos, os suportes orais, escritos, imagens, visando o desenvolvimento sustentável.

### II. COMPETÊNCIAS DO MÓDULO

No final do curso o formando ou a formanda deverá ser capaz de transformar a sua escola numa “Escola Promotora de boas práticas ambientais ” através da adoção de práticas pedagógicas que contribuam para a conceção de propostas pedagógicas proporcionando a formação de uma cidadania ambiental crítica e interveniente dos problemas contemporâneos e promotora do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida das populações.

### III. FUNDAMENTAÇÃO

A Educação Ambiental surgiu como necessidade de superar a crise na área educacional que era caracterizada por ter um carácter fragmentado deixando de sustentar uma visão integradora. De acordo com Padua e Sá (2007) os problemas ambientais, como outros que deveriam estar inseridas no processo educativo do cidadão em seu quotidiano, passaram a ser tratados de forma segmentada. As falhas no sistema educacional tornaram-se mais perceptíveis com a intensificação dos problemas socioambientais e com as insuficiências nas formulações de políticas públicas para os superá-los.

Os sucessivos Programas do Governo de Cabo Verde têm evidenciado uma grande preocupação com a componente ambiental traçando nesta matéria como prioridades chaves da VIII Legislatura nomeadamente: i) investir para melhorar o acesso à água potável ; ii) reformar e reestruturar o sector da água e saneamento para melhorar a sua gestão e supervisão. Segundo a lei de bases do Sistema educativo (2010) e no subsistema, ensino básico, foi destacado nos seus objectivos “fomentar a aquisição de conhecimentos que contribuam para a compreensão e preservação do meio circundante”.

O Governo aprovou o Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) no horizonte 2004-2014, tendo como objectivo geral fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das actividades económicas. O PANA II pretende responder à diversidade cabo-verdiana em termos topográficos e agro-ecológicos, o que se manifesta com

preocupações e oportunidades ambientais diferentes em cada município. O documento identifica como problemas ambientais prioritários: i) a deficiente disponibilidade de água de qualidade apropriada para o consumo doméstico e o desenvolvimento das atividades económicas; ii) a perda de biodiversidade marinha e terrestre; iii) deficiente saneamento básico com efeitos nefastos para a saúde pública e o desenvolvimento turístico. O PANA II absorve e incorpora as orientações de desenvolvimento assumidas pela Cimeira de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em Setembro de 2002 e tem como visão “uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, e consciente das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável.

#### **IV. METODOLOGIA**

A metodologia a adotar assenta em três vetores fundamentais:

- I. desenvolvimento de aulas numa interação aluno(a)/professora (a);
- II. estudo e reflexão individual e,
- III. trabalho colaborativo.

O desenvolvimento de aulas pela professora implica projeções de conteúdo programáticos com recursos informáticos e reflexão conjunta de textos de apoio diversos.

O estudo individual pressupõe que o estudante leia os materiais que são disponibilizados, tomando notas dos aspetos que se lhe afiguram menos conhecidos, procurando colocá-los em confronto com os seus conhecimentos anteriores, distinguindo as questões ou tópicos essenciais dos acessórios, numa perspetiva de apreciação crítica e distanciada, organizando e elaborando sínteses pessoais.

O trabalho colaborativo implica que o estudante prepare comentários e elaborações pessoais de forma a participar ativamente em discussões tematizadas. Essas discussões deverão ser encaradas como uma forma de trabalho colaborativo, no decurso do qual cada estudante partilha as suas leituras e reflexões com os colegas, procurando aprofundar conceitos, alargar pontos de vista, discutir casos concretos, exemplos e analisar aplicações dos conceitos e teorias abordadas. Se necessário, poderão ser agendadas sessões de esclarecimentos com o objetivo de averiguar o progresso do estudo e esclarecer dúvidas sobre a matéria.

#### **V. RECURSOS DE APRENDIZAGEM**

Considera-se duas categorias de recursos

Os recursos de apoio direto às sessões integram:

- Bibliografia fundamental e Complementar;
- Textos de apoio; Slides; Links de interesse;
- Vídeos; Artigos de interesse;
- Relatórios internacionais e nacionais sobre o tema;
- Estudos realizados na área.

Os recursos de apoio a serem disponibilizados pelo Instituição de Formação e integram:

- Internet;
- Computador Portátil;

- Data Show.

## VI. AVALIAÇÃO

Este módulo consiste em dois regimes de avaliação:

A modalidade de avaliação é contínua para os formandos e integram os seguintes elementos:

- a. participação individual nas discussões: 30%;
- a. elaboração de trabalhos de reflexão de grupo: 30%;
- a. elaboração de trabalhos de reflexão individual: 40%.

## VII. QUADRO DE SABERES

Tema	SubTemas	Saberes	Saber Fazer	Saber ser	Nº de Sessões
Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os recursos ambientais</li> <li>Recursos pedológico</li> <li>Recursos hídricos</li> <li>Recursos biológicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conceitos associados aos recursos ambientais</li> <li>Importância e classificação dos recursos ambientais</li> <li>O saneamento ambiental em Cabo Verde</li> <li>Conceitos associados aos recursos pedológicos e sua importância</li> <li>As práticas da conservação do solo</li> <li>Estratégia temática de poluição do solo</li> <li>Conceitos associados aos recursos hídricos e sua importância</li> <li>Sua repartição no mundo e em Cabo Verde</li> <li>Estratégia internacional e nacional de gestão dos recursos Hídricos</li> <li>Os instrumentos políticos de planeamento e gestão dos recursos hídricos</li> <li>Estratégia pedagógica de combate e de prevenção à poluição dos recursos hídricos</li> <li>Conceitos associados aos recursos biológicos e sua importância Estratégia preservação da natureza e biodiversidade com enfoque nacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Demonstrar conhecimentos e compreensão de conceitos associados a recursos ambientais</li> <li>Adquirir as ferramentas necessárias na exploração crítica de diferentes teorias e praticas sobre os recursos ambientais</li> <li>Refletir sobre a situação do saneamento ambiental em Cabo Verde;</li> <li>Integrar informação proveniente de várias fontes relacionadas com a gestão dos recursos ambientais, para apresentar argumentos ou fazer recomendações</li> <li>Equacionar um problema ambiental a uma escala internacional, nacional e local</li> <li>Obter conhecimentos sobre as praticas de conservação do solo</li> <li>Avaliar casos reais da poluição da água</li> <li>Analisar a repartição da água no mundo e em Cabo Verde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adotar boas práticas ambientais na família, na escola e na comunidade</li> <li>Demonstrar atitudes e comportamentos de respeito pelo o ambiente</li> <li>Aplicar práticas de poupança de preservação da água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>3 Sessões</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A gestão dos resíduos urbanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conceitos associados a gestão integrada dos resíduos urbanos</li> <li>A origem dos materiais que compõem os resíduos urbanos</li> <li>Diagnóstico da situação de resíduos em Cabo Verde</li> <li>Análise comparativa dos resíduos da antiguidade e na actualização</li> <li>Os resíduos e a saúde</li> <li>Práticas que favoreçam a redução dos resíduos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender os conceitos relacionados com a gestão integrada dos resíduos</li> <li>Conhecer a origem dos materiais que compõem os resíduos</li> <li>Proporcionar momentos de reflexão sobre a produção de resíduos na antiguidade e resíduos na actualidade</li> <li>Promover condições higiénicas que conduzam a um ambiente saudável</li> <li>Reconhecer as práticas que conduzam a redução de resíduos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adotar práticas que favoreçam a redução dos resíduos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2 sessões</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Situação de intervenção em educação ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os projectos de sensibilização e educação ambiental</li> <li>Desempenho Ambiental Institucional</li> <li>Instrumentos de gestão ambiental</li> <li>Análise da componente ambiental nos currículos educação</li> <li>A prática de educação ambiental nas escolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conceber projectos de sensibilização e educação ambiental</li> <li>Desenvolver competências necessárias, à análise crítica, à resolução de problemas e à tomada de decisões no domínio ambiental;</li> <li>Relatar o desempenho ambiental de uma institucional</li> <li>Analisar projetos de intervenção educativa relacionadas com diversos contextos no domínio ambiental;</li> <li>Conceber propostas pedagógicas na formação de uma cidadania ambiental crítica e interventiva nos problemas promotores do desenvolvimento sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adotar espírito crítico e interventivo na tomada de decisões em questões ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2 sessões</li> </ul>

## VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Portuguesa do Ambiente-APA (2008). *Relatórios do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território em Portugal - 20 anos*. Amadora. Acedido em Abril de 2010, do website da Agência Portuguesa do Ambiente, em [http://www.apambiente.pt/divulgacao/Publicacoes/REA/Documents/REAOT\\_20anos.pdf](http://www.apambiente.pt/divulgacao/Publicacoes/REA/Documents/REAOT_20anos.pdf).

Babier, J. M. (1996). *Elaboração de projectos de acção planificação*. Porto Editora.

Barbier, J. M. (1996). *Elaboração de Projectos de Acção e Planificação*. Coleção Ciências de Educação. Porto Editora.

Carapeto, C. (1999). *Poluição das Águas: causas e efeitos*. Edição da Universidade Aberta Nº 170. Lisboa.

Decreto-Legislativo nº 2/2010 de 7 de Maio que aprovou as Bases do Sistema Educativo datada de 1990 (Lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro), tendo sido revista pela Lei nº 113/V/99, de 18 de Outubro que, no essencial, introduziu os normativos atinentes à regulamentação do ensino superior em Cabo Verde. *Boletim Oficial nº17 de 7 de Maio de 2010. I Série*. Imprensa Nacional Cabo Verde. Praia.

*Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável Plano de Implementação. Painel Setorial Institucional. Ambiente e Ordenamento do Território, Instituto do Ambiente, Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente (2003)* Amadora.

Frésca, F. R. (2007). *Estudo da Geração de Resíduos Sólidos Domiciliares no Município de São Carlos, SP a partir de caracterização Física*. S. Carlos. Dissertação de Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de S. Paulo.

Gaspar, J. (coord., 2004). *Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território - 3º Relatório - Transformações na Ocupação do Território. Retrospectiva e Tendências, vol. III – Recursos Naturais, Ambiente, Património e Riscos*. MCOTA, DGOTDU, Lisboa.

Gomes, I.(2001). *Subsídios para elaboração do plano de gestão de recursos biológicos de espaços protegidos*. INIDA.

Gomes, S. (1994). *Nomes vernáculos e vulgares de plantas de Cabo Verde*. Garcia de Orta, Ser. Bot. Lisboa. Laws, E. A. (1993) *Aquatic Pollution: an introductory text*. John Wiley and Sons, Inc.

Gonçalves, A. (2003). *Estudo do Meio. Projeto Vila Moinho. Caderno de Atividades*. Constância Editores. S.A.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2004). *Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente 2004-2014. Plano de Acção Intersetorial. Ambiente, Educação Formação, Informação e Educação (PAIS)*. Praia

Ministério do Ambiente e Agricultura. *Direcção Geral do Ambiente. (2008). Plano de Gestão Parque Natural de Serra Malagueta*.Cabo Verde.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2004). *Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente. Plano de Acção de Acção Intersetorial. Ambiente, Educação Formação, Informação e Educação. Praia.*

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2004). *Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente. Documento Síntese. Plano de Acção Nacional para o Ambiente. Praia.*

Padua, S. (2007). *Prespectivas de educação Ambiental (2007). Associação O eco. Consultado em: [http://www.oeco.org.br/suzana-padua/18256-oeco\\_20421em](http://www.oeco.org.br/suzana-padua/18256-oeco_20421em) 20 de Fevereiro de 2015.*

Partidário, M. R. (2003). *Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Coleção Estudos 9.DGOTDU. vis, P. (1998). Implementing an Environmental Management System in Community- based Organizations. NSF International. USA.*

Partidário, M. R.; JESUS, J. (2003). *Fundamentos de Avaliação de Impacte Ambiental. Lisboa. Edição da Universidade Aberta, nº 273, Lisboa.*

Instituto da Água. *Plano Nacional da Água (2001). Lisboa.*

República de Cabo Verde (2011). *Programa Nacional do Governo para a VIII legislatura 2011-2016. Acedido em 20 de Outubro de 2014 de <http://www.governo.cv/>.*

Tucci, C.E.M. 2005. *Programa Nacional de Águas Pluviais. Ministério das Cidades PMSS, Brasília.*

Vera-Cruz, M. T. (2009). *Subsídios para elaboração do Projeto da Consolidação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Cabo Verde. Praia.*

Videira, N., Alves I., & Subtil. R (2005). *Instrumentos de Apoio à Gestão do Ambiente. Lisboa. Universidade Aberta.1º Volume.*

Videira, N.; Alves, I. & Subtil, R. (2007) *Instrumentos de Apoio à Gestão Ambiental. Lisboa. Edições da Universidade Aberta. Volume 2.*





## 2. MÓDULO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL



<b>DESIGNAÇÃO DO MÓDULO</b>	<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>	<b>28</b>
<b>NÚMERO DE SESSÕES</b>	<b>7</b>
<b>ANO LETIVO</b>	<b>2015/2016</b>
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	<b>27/04 A 03/5/ 2016</b>
<b>TEMAS</b>	<p><b>OS RECURSOS AMBIENTAIS</b></p> <p><b>GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS</b></p> <p><b>SITUAÇÕES DE INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b></p>
<b>TÓPICOS</b>	<p><b>CONCEITOS ASSOCIADOS AOS RECURSOS AMBIENTAIS</b></p> <p><b>AS PRÁTICAS DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS</b></p> <p><b>O SANEAMENTO AMBIENTAL</b></p> <p><b>PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS À ESCALA MUNDIAL, REGIONAL E LOCAL</b></p> <p><b>CONCEITOS ASSOCIADOS À GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS</b></p> <p><b>SITUAÇÕES DE INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b></p>

## APRESENTAÇÃO DO MÓDULO

Caro (a) formando (a)

Este módulo Educação Ambiental pretende ser um documento inovador e foi elaborado no âmbito do percurso do Programa de Doutoramento ministrado pela Universidade de Extremadura, UEX. Trata-se de um instrumento que procura dar orientações e desenvolver algumas competências ambientais nos formandos/educadores.

O presente módulo não pretende ser exaustivo perante as atividades apresentadas. A intenção é partilhar informação científica e pedagógica considerada pertinente para os docentes do Ensino Básico. São propostas reflexões e pesquisas de problemas ambientais locais e a procura de soluções para que a escola, o bairro e a nossa cidade tenham um ambiente equilibrado e acolhedor em consonância com os princípios orientadores da Agenda 21, documentos adotados na conferência do Rio em Junho de 1992.

A metodologia a adotar deverá assentar em três vetores fundamentais: i) desenvolvimento de aulas numa interação aluno(a)/professor(a) ; ii) estudo e reflexão individual e, iii) trabalho colaborativo. O desenvolvimento de aulas pelo(a) docente implica a inclusão de conteúdos programáticos, textos de apoio, fichas de trabalho, vídeos e links de interesse na plataforma com recursos informáticos e ainda uma reflexão conjunta destes materiais.

O estudo individual pressupõe que o estudante leia os materiais que são disponibilizados, tomando notas dos aspetos que se lhe afiguram menos conhecidos, procurando colocá-los em confronto com os seus conhecimentos anteriores, distinguindo questões essenciais de acessórias, numa perspetiva de apreciação crítica e distanciada, organizando e elaborando sínteses pessoais. O trabalho colaborativo implica que o estudante prepare comentários e elaborações pessoais de forma a participar ativamente em discussões tematizadas. Essas discussões deverão ser encaradas como uma forma de trabalho colaborativo, no decurso do qual cada estudante partilha as suas leituras e reflexões com os colegas, procurando aprofundar conceitos, alargar pontos de vista, discutir casos concretos, identificar exemplos e analisar aplicações dos conceitos e teorias abordadas. Se necessário, poderão ser agendadas sessões de esclarecimentos com o objetivo de averiguar o progresso do estudo e esclarecer dúvidas sobre a matéria.

Os recursos de apoio direto às aulas integram: i) bibliografia fundamental e complementar; ii) textos de apoio; iii) slides; iv) links de interesse; v) vídeos e artigos de interesse; vi) relatórios internacionais e nacionais sobre o tema; vii) estudos realizados na área. A modalidade de avaliação é contínua para os estudantes e integra os seguintes elementos: i) participação individual nas discussões; ii) elaboração de trabalhos de reflexão de grupo; iii) teste escrito individual sobre questões do programa.

## TEMA DA SESSÃO: OS RECURSOS AMBIENTAIS: CONCEITOS BÁSICOS

CONTEÚDOS	SABERES	<b>Desafio 1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos associados aos recursos ambientais</li> <li>• Tipos de recursos ambientais</li> <li>• Importância dos recursos ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrar conhecimentos e compreensão de conceitos associados a recursos ambientais</li> <li>• Integrar informações provenientes de várias fontes relacionadas com a gestão dos recursos naturais para apresentar argumentos ou fazer recomendações</li> </ul>	<p style="text-align: center;">Temática: Principais conceitos sobre Recursos Ambientais</p> <p style="text-align: center;">Actividade 1: Pesquisa de <i>site</i> na internet sobre Recursos Ambientais</p> <p style="text-align: center;">Decorre entre dias 27/04/2016 e 28/04/2016</p> <p style="text-align: center;">1ª Fase - Trabalho Individual - Leitura e análise dos recursos de aprendizagem</p> <p style="text-align: center;">2ª Fase - Trabalho Individual - Pesquisa na Internet sobre Recursos Ambientais e com base nela, proposta à equipa de um site que tenha encontrado na sua pesquisa e que considere de consulta indispensável neste contexto, com uma breve justificação.</p> <p style="text-align: center;">3ª Fase - Trabalho de equipa- De entre a totalidade das propostas sugeridas pelos estudantes, a equipa deverá chegar a um consenso, seleccionando o melhor de entre os sites escolhidos. Essa tarefa deverá ser desenvolvida em equipa. O porta-voz do grupo deve enviar o resultado e respectiva justificação tendo como base as informações da tabela 1</p>
<p>Nesta primeira sessão iremos abordar os conceitos associados aos recursos ambientais destacando a sua importância e os principais tipos.</p> <p>O homem sempre está, mesmo que indiretamente, consumindo os recursos do planeta, tanto para seu conforto quanto para sua sobrevivência. Os recursos ambientais na atualidade não são tão abundantes quanto antigamente. Como estão sendo usados em alta escala e nem sempre do devido modo, existe a incerteza relativamente à sua sustentabilidade para o futuro.</p> <p>O meio ambiente foi visto apenas como depositário direto dos subprodutos inaproveitáveis das atividades económicas. Por detrás de tal comportamento, havia a impressão de que os recursos naturais seriam inesgotáveis e de que o crescimento económico poderia continuar indefinidamente, sem maiores preocupações com o estoque de recursos naturais, que, de acordo com essa percepção, seria inesgotável. O meio ambiente, nas discussões económicas, invariavelmente, salvo raras exceções, era deixado em plano secundário, ou simplesmente negligenciado, exceto no que dizia respeito ao seu papel de fornecedor de insumos ao processo produtivo.</p> <p>Felizmente, essa situação mudou. A Economia do Meio Ambiente, mais precisamente a literatura do desenvolvimento sustentável, veio alterar essa correlação de forças anteriormente desfavorável ao manejo sustentável dos recursos naturais, introduzindo no debate sobre economia e meio ambiente, por meio de um corte epistemológico apropriado, questões pertinentes aos impactos da atividade económica sobre os ecossistemas, que não mais poderiam ser negligenciadas como no passado, sob pena de se comprometer, de maneira irremediável, a própria viabilidade da vida na Terra.</p>		

A literatura sobre o desenvolvimento sustentável é relativamente recente. Ela evoluiu a partir da preocupação da sociedade com o fato de que os recursos naturais são finitos e, em grande parte, não-renováveis. Essa preocupação acentuou-se, principalmente, em decorrência dos choques do petróleo verificados na década de 70, que causaram danos económicos em praticamente todos os países, de entre os quais recessão, inflação e desemprego crescente, processo esse que ficou conhecido como estagflação. Antes visto como um insumo energético abundante e inesgotável, de baixo custo de extracção, o encarecimento abrupto do petróleo, com seus efeitos adversos, fez surgir um debate académico sobre o tipo de modelo de desenvolvimento económico que estava sendo adoptado. Nesse contexto, a elaboração de um modelo de desenvolvimento sustentável representou uma sinalização de mudança em relação ao paradigma científico vigente, calcado na pressuposição da inesgotabilidade dos recursos naturais.

Continente	País	Endereço na internet	Descrição sumária

A construção da política do ambiente foi sendo feita através de um enriquecimento sucessivo dos seus objectivos e dos seus instrumentos, como reacção aos sinais derivados da evolução económica e social dos países (Margalha, 1993).

Há vários critérios para classificar os recursos ambientais. De acordo com o seu conteúdo, os recursos ambientais podem ser classificados como geológicos, pedológicos, hídricos, biológicos, climáticos ou por sistemas que englobem os recursos referidos anteriormente, como por exemplo os monumentos naturais (Pereira, Zêzere, & Morgado, s.d.).

Os recursos naturais – terras, água e material genético – são essenciais para a produção de alimentos, o desenvolvimento rural e os meios de vida sustentáveis.

### Desafio 2

Temática Classificação dos recursos ambientais

Decorre entre dias 28/04/2016 e 29/04/2016

Faça a leitura do texto de apoio nº 1 e reflecta sobre a classificação dos recursos naturais

Disponibilize a sua reflexão na plataforma seguido de participação no debate

Link para o texto de apoio nº 1  
[http://feam.br/images/stories/arquivos/Educao\\_Ambiental\\_Conceitos\\_Principios.pdf](http://feam.br/images/stories/arquivos/Educao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf)

### Desafio 3

Temática: Estratégias de Preservação dos recursos naturais.

Decorre no dia 29/05/2015

Atente no texto de apoio nº 2  
 Link para texto de apoio nº 2:

[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001\\_TR101\\_0639.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR101_0639.pdf)

O seu trabalho poderá ser complementado com outros assuntos estudados nesta formação. Utilize todo o seu conhecimento sobre ambiente para o desenvolver.

1. Indique o significado da sigla FAO.
2. Apresente duas acções desenvolvidas por esta instituição visando o desenvolvimento sustentável.
3. Refira duas estratégias de preservação dos recursos hídricos implementados em Cabo Verde.

## TEMA DA SESSÃO: OS RECURSOS HÍDRICOS

CONTEÚDOS	SABERES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos associados aos recursos hídricos</li> <li>• Estratégia internacional e nacional de gestão dos recursos Hídricos</li> <li>• Os instrumentos políticos de planeamento e gestão dos recursos hídricos</li> <li>• Estratégia pedagógica de combate e de prevenção à poluição dos recursos hídricos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre conceitos associados aos recursos hídricos</li> <li>• Conhecer a estratégia internacional e nacional de gestão dos recursos hídricos</li> <li>• Analisar os instrumentos políticos de planeamento e gestão dos recursos hídricos</li> <li>• Conhecer estratégia pedagógica de combate e de prevenção à poluição</li> </ul>	<p style="text-align: right;">Desafio 4</p> <p style="text-align: center;">Temática: Avaliação de um caso real de poluição de água</p> <p style="text-align: center;">Decorre entre dias 30/04/2016 e 01/05/2016</p> <p style="text-align: center;">A equipa deve fazer um pequeno portfólio, de um caso de poluição das águas que ocorra na sua zona de residência (ou outra à sua escolha se na sua área não encontrar um caso digno de descrição)</p>
<p>Nesta segunda sessão iremos abordar os conceitos associados aos recursos hídricos ressaltando a sua importância e composição bem como a estratégia de gestão integrada do mesmo, propondo a sua melhor conservação a nível nacional e internacional.</p> <p>Atualmente, no mundo, mais de um bilião de pessoas não dispõe de água potável e mais de três biliões não dispõe de instalações sanitárias adequadas. Mais de três milhões de crianças morrem todos os anos de doenças de origem hídrica. Para reverter esta tendência, que se vem registando há mais de duas décadas, a questão da água encontra-se no centro dos encontros internacionais. Desde a Conferência de Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, à Conferência de Kyoto em 2003, passando pela de Joanesburgo em 2002, a comunidade internacional não cessou de tomar resoluções e recomendações para uma boa gestão dos recursos em água.</p>		

Após a instituição de uma jornada mundial da água, a 22 de Dezembro de 1992, a comunidade internacional proclamou o decénio mundial da água, no período 2005-2015. No fim desse período espera-se reduzir, para metade, o número de populações que não dispõem de acesso à água potável, conforme os objetivos de desenvolvimento do milénio. Cabo Verde é, sem dúvida nenhuma, um dos países do Sahel mais profundamente marcado pelos efeitos das secas dos anos setenta e que revelaram a sua vulnerabilidade, face a uma pluviometria largamente deficitária e irregular no espaço e no tempo.

Paralelamente a essa situação, de degradação sem precedentes, o desenvolvimento urbano e o crescimento das necessidades em água para irrigação, turismo, indústria e outros, provocaram situações de carência, com tendência para o seu agravamento no tempo e no espaço. Tanto pela sua quantidade como pela sua qualidade, a água constitui um recurso condicionante do desenvolvimento económico e do bem-estar social de Cabo Verde.

As questões ligadas à utilização dos recursos hídricos do país são muito importantes e têm que ser colocadas, desde agora, a fim de se construir o novo quadro de gestão deste recurso natural (Plano de Acção Nacional para a Gestão integrada dos Recursos Hídricos, 2010).

Sugestão de leitura de enriquecimento: Plano de Acção Nacional de Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

#### Desafio 4:

Produção de um pequeno relato de uma página, podendo incluir fotografias e adição de comentários, se achar conveniente.

**Obs:** Desafio 4: Não é necessário restringir o seu trabalho aos assuntos estudados nesta formação Utilize todo o seu conhecimento sobre ambiente para o desenvolver.

Estrutura do Portfólio:  
Caracterização do local;  
Causas da poluição,  
Medidas a serem tomadas para melhorar a situação



## SESSÃO 3

### TEMA DA SESSÃO: OS RECURSOS PEDOLÓGICOS

CONTEÚDOS	SABERES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Conceitos associados aos recursos pedológicos;</li><li>• Processo de formação do solo;</li><li>• Estratégia de conservação do solo;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Refletir sobre conceitos associados aos recursos pedológicos.</li><li>• Refletir sobre o processo de formação do solo.</li></ul>

A pedologia é a ciência que estuda o solo no seu ambiente natural. O solo é o material resultante da decomposição das rochas pela ação de agentes de intemperismo.

Segundo Dokouchaiev (s/d), qualquer solo é resultante da ação combinada de cinco principais fatores de formação, que controlam a existência dos diferentes tipos de solos no mundo: (a) clima; (b) organismos; (c) rocha mãe; (d) relevo; (e) tempo de formação.

Os fatores de formação do solo estão representados através do esquema representado na figura 1:

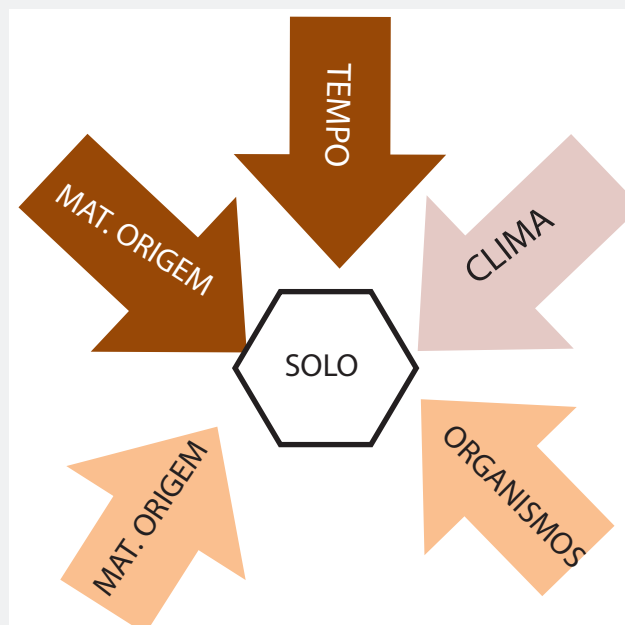


Figura 1: Fatores de formação do solo

O solo origina de uma rocha qualquer e tem sua origem ao sofrer intemperismo (humidade e temperatura elevada), o que a transforma em solo. Ao longo de sua existência, a rocha alterada em solo adquire maior porosidade e, como decorrência, possibilita a penetração de ar e água, o que cria condições propícias para o desenvolvimento de formas vegetais e animais. Estas, por sua vez, passam a fornecer matéria orgânica à superfície do solo, aumentando cada vez mais sua fertilidade. Assim, o solo é constituído por rocha intemperizada, ar, água e matéria orgânica, formando um manto de intemperismo que recobre superficialmente as rochas da crosta terrestre. O processo de formação do solo está representado por meio do esquema representado na figura 2.

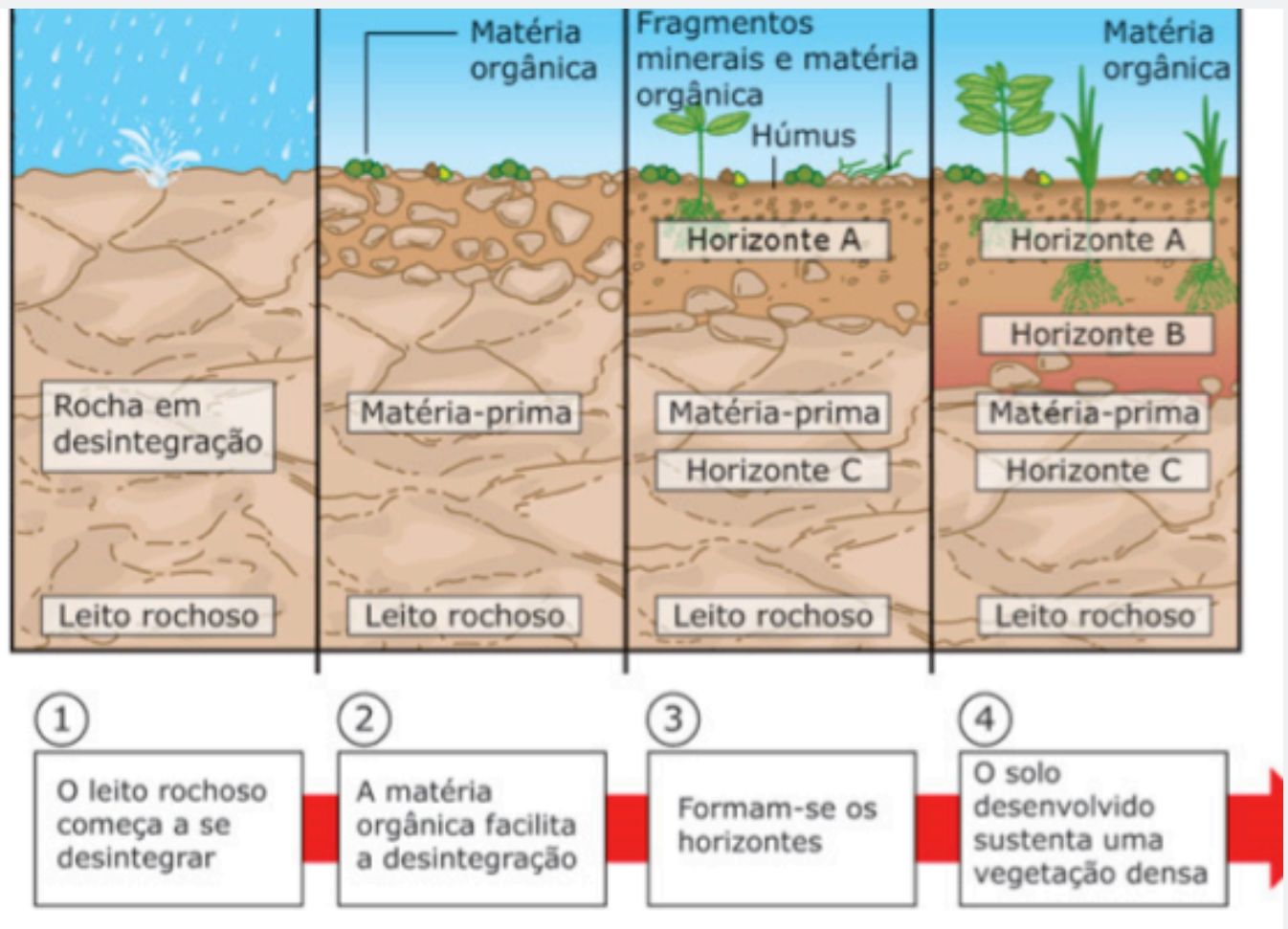


Figura 2: Processo de formação do solo

## TEMA DA SESSÃO: RECURSOS BIOLÓGICOS

CONTEÚDOS	SABERES	<b>Desafio 5</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos associados aos recursos Biológicos.</li> <li>• Estratégia de conservação da biodiversidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender os conceitos relacionados com os recursos biológicos</li> <li>• Reflectir sobre a estratégia de conservação dos recursos biológicos</li> </ul>	<p>Temática: Estratégia de Preservação da Biodiversidade</p> <p>Decorre no dia 02/05/2016</p> <p>Questão: - O seu país tem desenvolvido os mecanismos ou enfoques para assegurar a incorporação adequada de estratégia de biodiversidade?</p> <p>Fundamente sua resposta apresentando exemplos de Instrumentos de Preservação de Biodiversidade implementado no em Cabo Verde</p>
<p>Segundo a Estratégia e Plano de Acção para a Biodiversidade , a Biodiversidade é a variabilidade dos organismos vivos de todas as origens, compreendendo a totalidade dos genes, espécies, ecossistemas e complexos ecológicos. Esta diversidade é expressa em termos de diferenças entre ecossistemas, entre espécies e entre seres da mesma espécie. A importância que as espécies vivas assumem resulta não só do seu valor intrínseco como também dos valores humanos. A importância que o Homem atribui à diversidade biológica varia em função do seu comportamento biológico e sociocultural.</p> <p>A mudança de atitude do Homem, face ao eminente perigo de esgotamento dos recursos naturais começou a ser realidade ainda na década 80, com o surgimento da Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza. Uma resposta às preocupações sobre o crescente impacto da actividade humana sobre os recursos naturais veio em 1983, quando a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento para discutir e propor meios de harmonizar os dois objectivos - desenvolvimento económico e conservação ambiental.</p> <p>Entretanto, desde 1940, as questões relacionadas com a conservação da diversidade biológica começaram a fazer parte da agenda de várias organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas. O objetivo apontava de um modo geral a conservação das espécies e dos seus habitats ou ocasionalmente a gestão de atividades como pescas em algumas regiões ou áreas de elevado valor para a conservação da natureza. Os acordos internacionais resultantes destes esforços são :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Convenção sobre as Zonas Húmidas de importância internacional especialmente o Habitat Aquático, Ramsar, 1971 (Convenção Ramsar) ;</li> <li>• Definir as principais orientações política principais para a gestão dos recursos naturais;</li> <li>• Identificar as oportunidades ambientais e prioridades de desenvolvimento;</li> </ul>		

- Identificar as intervenções que facilitem o uso efetivo e eficaz de recursos naturais;
- Definir as estruturas institucionais e os mecanismos necessários para a coordenação intersetorial;
- Promover a integração das preocupações ambientais nos planos de desenvolvimento socioeconómico;
- Promover a melhoria das condições de vida da população.

O Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) no horizonte 2004-2014, tem como objetivo geral fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais com destaque para os recursos biológicos e a gestão sustentável das atividades económicas, de modo mais específico:

Com o PANA II pretende-se preservar a biodiversidade cabo-verdiana em termos topográficos e agro-ecológicos, o que se manifesta com preocupação e oportunidades ambientais diferentes em cada município. Este programa também absorve e incorpora as orientações de desenvolvimento assumidas pela Cimeira de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em Setembro de 2002.

O projeto das Áreas Protegidas possui na sua programação de trabalho a promoção da gestão participativa da população.

Também o programa do Fundo para Ambiente visa determinar e assegurar a adopção de medidas económicas e socialmente idóneas, com incentivos para a conservação e a utilização sustentável dos componentes como a da biodiversidade.

Cabo Verde, no seu Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000) - PND -, apresenta um dos mais completos programas de sempre em matéria de Ambiente, e que tem como principais linhas de orientação:

- O reforço da participação da sociedade civil tendo como base a educação e a formação ambiental;
- O reforço da capacidade de intervenção da Administração Pública, Central e Autárquica, para dar resposta aos principais problemas ligados ao ambiente;
- A recolha, sistematização e divulgação de informação que seja a base de um progressivo conhecimento do território e sirva para encontrar soluções adequadas para as questões ambientais;
- A abordagem, de uma forma integrada, dos temas ligados a conservação dos recursos naturais

## TEMA DA SESSÃO: O SANEAMENTO AMBIENTAL

CONTEÚDOS	SABERES	<b>Desafio 6</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos associados ao saneamento ambiental.</li> <li>• Situação ambiental em Cabo Verde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer os conceitos associados ao saneamento ambiental.</li> <li>• Identificar os problemas ambientais na comunidade.</li> </ul>	<p>Temática : Diagnóstico da sua comunidade</p> <p>Decorre entre 02/05/2016 e 03/05/2016</p>
<p>O saneamento é uma palavra que atualmente faz parte do vocabulário ativo dos cidadãos comuns, meios de comunicação social e especialistas na área do ambiente. Existem vários conceitos e vertentes do saneamento. Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico (2010), o saneamento básico integra as atividades de abastecimento público de água potável às populações, de recolha e tratamento de águas residuais, de limpeza pública, remoção, tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos.</p> <p>Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controlo de todos os fatores ambientais que podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar, físico, mental e social dos indivíduos”, tais como, poluição do ar (emissão de gases), do solo (lixo urbano) e das águas (dejectos lançados nos rios, represas etc.), poluição sonora e visual, ocupação desordenada do solo (margens de rios, morros etc.), o esgoto a céu aberto, enchentes etc.</p> <p>Saneamento ambiental é o conjunto de investimentos públicos em políticas de controlo ambiental que buscam resolver os graves problemas gerados na infraestrutura das cidades, contribuindo para uma melhor qualidade de vida da população</p> <p>Cabo Verde, enquanto país de desenvolvimento médio, no estado de saneamento em que se encontra obrigou a que nesta fase se concebesse um plano de saneamento básico, contemplando por conseguinte o abastecimento de água, tratamento de águas residuais, gestão de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, cujo objetivo é propor ações prioritárias para um horizonte de três anos, com vista, por um lado, a mitigar os potenciais impactes negativos resultantes da insalubridade do meio e, por outro, apresentar uma proposta de quadro legal e institucional que garanta a sustentabilidade do setor do saneamento, tanto do ponto de vista técnico como social e ambiental.</p>		<p>Realize a ficha de actividade 1</p>

Tal opção justifica-se, pois, em termos de articulação e integração institucional, as ações das diferentes componentes e instituições da área de saneamento são geralmente promovidas de forma fragmentada no âmbito da estrutura administrativa governamental. Tal prática tem provocado, na maioria das vezes, pulverização de recursos financeiros, materiais e humanos. Esta realidade é facilmente percebida na área de saneamento básico, podendo ser citado, por exemplo, as ações de operação e manutenção do sistema de drenagem de águas pluviais, que desenvolvidas por um órgão específico, são completamente desarticuladas daquelas de limpeza pública e águas residuais, fato que influencia negativamente a eficácia e eficiência deste sistema.

**Nota: Sugestões de leitura de enriquecimento:**

**Plano Nacional de Saneamento Básico.**

## TEMA DA SESSÃO: AS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CONTEÚDOS	SABERES	<b>Desafio 7</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boas práticas ambientais.</li> <li>• Estratégias de gestão ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer as boas práticas ambientais</li> <li>• Avaliar a estratégia de gestão ambiental a nível nacional</li> </ul>	<p>Temática : Regras de um bom ambiente na escola</p> <p>Decorre de 2/05/2016 a 03/05/2016</p>
<p>A educação ambiental surgiu como necessidade de superar a crise na área educacional que era caracterizada por ter um carácter fragmentado deixando de sustentar uma visão integradora. De acordo com Pádua e Sá (2007) os problemas ambientais, como outros que deveriam estar inseridos no processo educativo do cidadão em seu quotidiano, passaram a ser tratados de forma segmentada. As falhas no sistema educacional tornaram-se mais perceptíveis com a intensificação dos problemas socioambientais e com as insuficiências nas formulações de políticas públicas para os superar.</p> <p>Os sucessivos Programas do Governo de Cabo Verde têm evidenciado uma grande preocupação com a componente ambiental traçando nesta matéria como prioridades chaves da VIII Legislatura nomeadamente: i) investir para melhorar o acesso à água potável ; ii) reformar e reestruturar o setor da água e saneamento para melhorar a sua gestão e supervisão. Segundo a lei de bases do Sistema educativo (2010) e no subsistema, ensino básico, foi destacado nos seus objetivos “fomentar a aquisição de conhecimentos que contribuam para a compreensão e preservação do meio circundante”.</p> <p>O Governo aprovou o Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II) no horizonte 2004-2014, tendo como objetivo geral fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das atividades económicas. O PANA II pretende responder à diversidade cabo-verdiana em termos topográficos e agro-ecológicos, o que se manifesta com preocupações e oportunidades ambientais diferentes em cada município. O documento identifica como problemas ambientais prioritários: i) a deficiente disponibilidade de água de qualidade apropriada para o consumo doméstico e o desenvolvimento das atividades económicas; ii) a perda de biodiversidade marinha e terrestre; iii) deficiente saneamento básico com efeitos nefastos para a saúde pública e o desenvolvimento turístico.</p>		<p>Realize a ficha de actividade 2.</p>

O PANA II absorve e incorpora as orientações de desenvolvimento assumidas pela Cimeira de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em Setembro de 2002 e tem como visão “uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, e consciente das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável.

Por gestão de resíduos urbanos entende-se as operações de recolha transporte, armazenamento, tratamento, valorização e eliminação de resíduos incluindo a monitorização dos locais de recarga após o encerramento das respetivas instalações bem como o planeamento destas operações ( DL nº 239/ 97 de 9 de Setembro da realidade europeia).

Ao longo da história, a segurança e a saúde têm sido as maiores preocupações em gestão de resíduos. Hoje em dia, para além dos dois fatores têm associados três grandes áreas de preocupação: a conservação dos recursos, os riscos ambientais associados aos tecnossistemas dos resíduos urbanos e a necessidade de alteração de comportamento e co-responsabilização de todos os agentes envolvidos.

A mudança de comportamento da população em relação ao setor de resíduos é fundamental e indispensável para a implementação e acompanhamento das actividades visando a sua melhoria. Segundo o Plano Nacional de Gestão dos Resíduos Urbanos (2003) é necessário um trabalho de sensibilização e informação/formação da população em geral para solucionar os problemas de resíduos urbanos.

Nota: Sugestões de leitura de enriquecimento:

Plano Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos (2003)

Desafio 8

Temática : caracterização dos resíduos domésticos

Decorre entre os dias 02/05/2015 e 03/05/2015

Elaboração de um relatório onde se deverá identificar: i) os tipos e a quantidade de resíduos produzidos durante um dia numa habitação familiar ii) medidas que deverão ser implementadas para as reduzir  
Deixar o contributo para reflexão na plataforma



## TEMA DA SESSÃO: OS RECURSOS AMBIENTAIS: CONCEITOS BÁSICOS

### CONTEÚDOS

- Identificação de situações de intervenção ambiental

### SABERES

- Analisar casos de intervenção ambiental na comunidade

No campo da Cidadania Ambiental, o projeto tem provado ser um instrumento extremamente válido e eficiente, motivo pelo qual se tem tentado privilegiar esta metodologia no diálogo da participação ativa do indivíduo com o ambiente desde o início dos anos setenta (Máximo-Esteves (1998); Raposo (1997); Alexandre e Diogo (1990)).

Um projeto de sensibilização e educação ambiental não constitui uma coleção de atividades desconetadas, mas antes uma sequência intencional de ações que procuram conduzir a um resultado definitivo. Este resultado não corresponde à soma das partes que compõem o projeto, pois cada uma desempenha um papel na formação integrada do indivíduo como um todo.

O trabalho do projeto permite desenvolver no indivíduo o pensamento, através de situações problemáticas, espelho de situações reais, que se tornam vias de abertura pedagógica a vários percursos e várias soluções (Maximo-Esteves, 1998). De acordo com Alexandre e Diogo (1990), o ensino por trabalho do projeto tem-se afirmado como a última palavra em matéria de metodologias educativas, por oposição ao ensino tradicional devendo por isso contemplar alguns aspetos educacionais representados na figura 3:

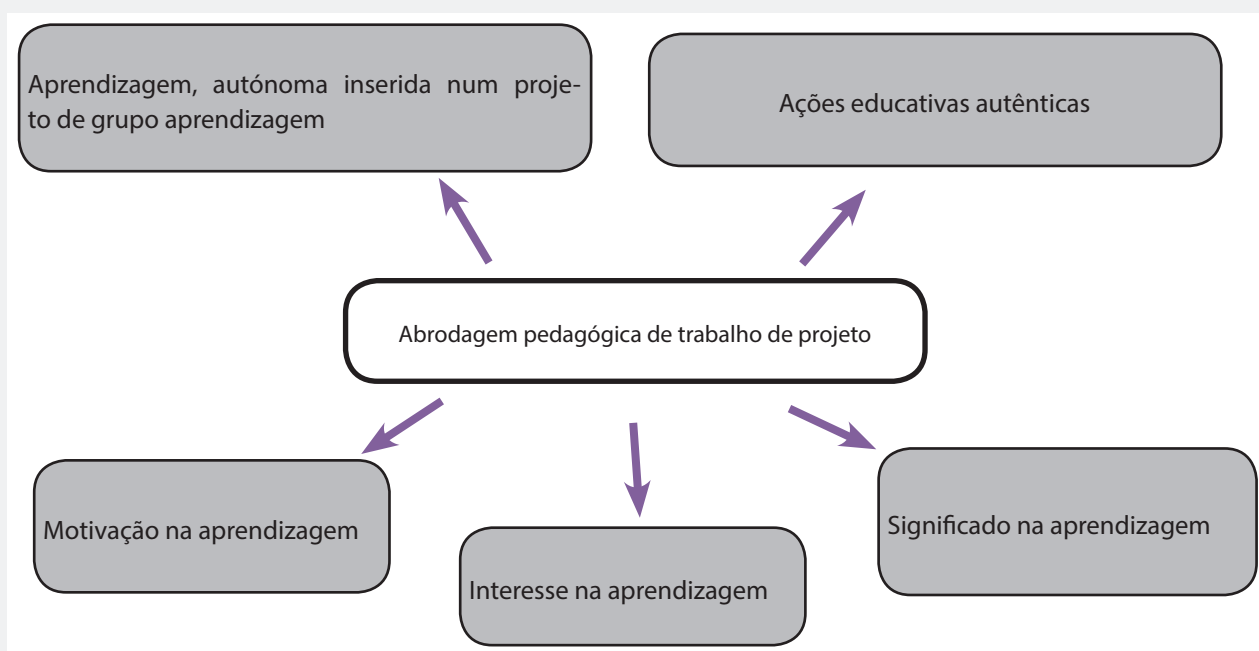


Figura3: Aspetos educacionais essenciais associados à abordagem de projeto em cidadania ambiental.

Fonte: Adaptado de Máximo - Esteves (1998)

A abordagem prática do trabalho de projeto tem como princípio um método de trabalho que requer o empenhamento de cada indivíduo, dentro do grupo, de acordo com as suas capacidades, com vista ao estudo de um problema e à procura de soluções para o mesmo. Proporciona situações em que é fundamental trocar opiniões para decidir o que fazer, facilitando deste modo a socialização, e, particularmente, a apropriação ou internalização, em sentido lato, de valores democráticos indispensáveis ao estilo ambiental de educação.

**Sugestões de Leitura: Caeiro, S. (2007). Como Implementar Projectos em Cidadania Ambiental. Material de apoio à Unidade curricular de Projectos e Metodologias em Cidadania Ambiental. Lisboa.**

## **FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO FORMANDO**

- I. Gostou da actividade? Porque é?**
- II. O que mais gostou?**
- III. O que menos gostou?**
- IV. Relacionou bem com os colegas e com o Tutor(a)**
- V. Gostou mais de trabalhar em grupo ou individualmente?**
- VI. O que eu gostava de ter feito neste módulo**

### **3. MATERIAIS PRODUZIDOS E RECOLHIDOS AO LONGO DO ESTUDO**





### 3.1.1. GUIÃO DOS GRUPOS FOCAIS E DE ENTREVISTA

Assunto/Tema	Questão de Investigação	Objectivos da Investigação	Grupos Focais	Metodologia	Recursos	Resultados Esperados
1. Caracterização da Situação actual de Educação Ambiental em Cabo Verde	<p>Como caracterizam a situação ambiental em Cabo Verde na área de Resíduos, Recursos hídricos e Biodiversidade?</p> <p>Façam uma análise SWOT sobre a educação ambiental em CV</p>	Diagnosticar a Situação Ambiental em Cabo Verde na área de Resíduos, Recursos hídricos e Biodiversidade?	Grupos Focais 1, 2, 3, 4 e 5	Trabalho de grupo Trabalho colectivo	Ficha de actividade	Análise SWOT feita através da Ficha de Actividade apresentada
2. Percepções sobre as estratégias de abordagem de Educação Ambiental no ensino Formal Não Formal e Informal	<p>Como acham que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da educação ambiental tendo em conta as necessidades que sentem?</p> <p>Apresentem propostas de temas ambientais que considerem pertinentes</p>	Auscultar as diferentes perspectivas sobre as formas de abordagem de Educação Ambiental em CV.	Grupos Focais 1, 2, 3, 4 e 5	Trabalho Colectivo	Mapa Conceitual	<p>Estratégias de abordagem pedagógica definidas</p> <p>Propostas de temas Pertinentes para a inclusão no Programa de Formação</p>
3 Condições Necessárias à Implementação de um Programa de Formação de Professores	<p>Que condições técnicas e financeiras devem ser criadas para se implementar um Programa de Formação de Professores</p> <p>O que acham necessário para se implementar uma educação ambiental de qualidade no Ensino Formal</p>	Identificar as condições teórico-práticas e necessidades relativas à Educação ambiental no ensino Formal	Grupos Focais 1, 2, 3, 4 e 5	Trabalho de Grupo Trabalho Colectivo	Mapa Conceitual	<p>Apresentação de um conjunto de Actividades Teóricas, Práticas e Teórico-Prática</p> <p>Identificação de um conjunto de condições técnicas e financeiros favoráveis à implementação da E. A em CV</p>

### 3.1.2. GUIÃO DOS GRUPOS FOCAIS E DE ENTREVISTA - CONTINUAÇÃO

Assunto/Tema	Questão de Investigação	Objectivos da Investigação	Grupos Focais	Metodologia	Recursos	Resultados Esperados
4. Análise dos Programas Ambientais em função da Componente Educação e Sensibilização Ambiental	Como avalia a integração da componente Educação e Sensibilização Ambiental nos Programas Ambientais	Explorar as diferentes opiniões dos actores envolvidos sobre a integração efectiva da componente Educação e Sensibilização Ambiental nos Programas Ambientais	Grupos Focais 1,5 e 6	Trabalho de grupo	Ficha de actividade	Descrição da importância atribuída à Componente Educação Ambiental nos Programas Ambientais e sua fundamentação
5. Disponibilidade de articulação entre a Educação e a Administração Central	De que modo acham que poderá ser articulado as parcerias entre a Educação e a Administração Central  Quais são as disponibilidades das instituições ambientais para articular com uma possível Programa Formação sobre a Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico CV	Identificar as potencialidades das instituições para apoiar o programa de formação de Professores  Saber em que medida as instituições ambientais se dispõem para apoiar um programa de Formação de Professores	Grupos Focais 1,5 e 6	Trabalho de grupo	Mapa Conceitual	Identificação de Recursos técnicos e humanos disponíveis  Para apoiar o Programa de Formação
6. Avaliação do Programa de Formação	Quais deverão ser as metodologias para avaliação de um programa de Formação	Conhecer as diferentes opiniões dos actores envolvidos relativamente ao modelo para avaliação de um Programa de Formação para os profs do Ensino Básico	Grupos focais 2 e 3	Trabalho de grupo	Quadro para preenchimento	Metodologia para avaliação do programa de formação definida
7. Sugestões para a melhoria do ambiente Ca-bo-verdiano	Que comentários e sugestões deixam às Instituições Ambientais para a melhoria das suas actuações	Propor linhas futuras de actuação que possam contribuir para melhoria de acções ambientais	Grupos focais 2 e 3	Trabalhos de grupo	Quadro para preenchimento	Algumas sugestões para a melhoria de actuações de Instituições Ambientais apresentadas

### 3.1.3. CARTA/ CONVITE PARA A INTEGRAÇÃO AOS GRUPOS FOCALIS

#### CARTA-CONVITE

**Assunto: Integração a uma equipa de trabalho**

Ex.mo (a)

No âmbito da Investigação para o desenvolvimento da tese de Doutoramento a Doutoranda Maria Paulina Moreira Barreto da Graça, convida-o (a) para fazer parte de uma equipa de trabalho para a implementação de um grupo de discussão sobre a temática ambiental.

Aguado a confirmação.

Sem mais de momento, apresenta os cordiais cumprimentos.

Com os melhores cumprimentos,

---

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça

Contactos:

email: [barreto.paulina44@gmail.com](mailto:barreto.paulina44@gmail.com)

Móvel: 9821962

Trabalho: 2621180



### 3.1.4. RECONHECIMENTO E LOUVOR

Praia, 4 de Agosto de 2012

**Ex.mos Senhores Delegados**

**Ex. mas Sras. Delegadas**

**Estimadas Colaboradoras**

**Caros Colaboradores**

**Assunto: Reconhecimento e Louvor**

Permitam-me endereçar-vos os melhores cumprimentos e os mais sinceros agradecimentos pela vossa disponibilidade, colaboração e suporte nos trabalhos da impressão, de fotocópias, da aplicação, do reforço da motivação juntos dos professores, e do retorno do Questionário no âmbito da minha investigação.

Na verdade, as vossas contribuições foram fundamentais para elevar a qualidade da investigação ora iniciada sem as quais não teria sido possível levar avante todos os empreendimentos em prol do desenvolvimento do nosso projecto do Doutoramento ministrado pela Universidade de Extremadura-Espanha.

Agradecia-vos que transmitam esta mensagem de agradecimento a todos vossos colaboradores (as) desta minha pesquisa.

Sem outro assunto, aproveitamos o ensejo para uma vez mais endereçar os mais vivos agradecimentos a todos(as) pelo engajamento institucional, sentido de profissionalismo mas especialmente pelo suporte e amizade dispensada ao longo destes tempos de recolha de dados.

A terminar, formulamos votos de sucessos na vossa vida profissional, familiar e pessoal.

Com elevada consideração e estima pessoal.

Atenciosamente

***Maria Paulina Moreira Barreto da Graça***

***C.P. 73-C. Fazenda- Praia***

***Tel: (++238) 9821962***

***email: barreto.paulina44mail.com***

### 3.1.5. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

#### DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO

**Assunto: PROTOCOLO DE COMPROMISSO**

No âmbito da Investigação para o desenvolvimento da tese de Doutoramento eu Emílio Fernandes, declaro aceitar o convite para fazer parte de uma de um grupo de discussão sobre a temática de pesquisa: *Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise dos Programas e Suas Práticas* a ser desenvolvida pela Investigadora Maria Paulina Moreira Barreto da Graça.

Sem mais de momento, apresenta os cordiais cumprimentos.

Com os melhores cumprimentos,

*Emílio Mendes Fernandes*

Emílio Fernandes

Contactos:

email: *emilio.fernandes@polgov.gov.cv*

Móvel: *9938690*

Trabalho:

### 3.1.6. PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA REALIZAR ENTREVISTA

Praia, 08 de Maio de 2012

Exmos (as) colaboradores da pesquisa

**Assunto: Pedido de Colaboração para realizar Entrevista no âmbito de Doutoramento na Universidade de Extremadura/Espanha**

Excia,

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça cabo-verdiana, residente na cidade da Praia, doutoranda em Ciências de Educação na Universidade de Extremadura em Espanha, professora do Instituto Pedagógico de Cabo Verde, tem vindo a desenvolver desde 2007 uma linha de investigação no campo da Educação Ambiental em Cabo Verde como forma de dar a sua contribuição nesta área do conhecimento e dando subsídios para a sustentabilidade ambiental num país com muitas carências ambientais e acredita que juntos podem dar uma imensa contribuição para a preservação ambiental.

Trata-se de uma investigação académica que iniciou com o Mestrado em *Cidadania Ambiental e Participação* pela Universidade Aberta-Portugal em que investigou com sucesso o tema” **Projecto de Sensibilização e Educação Ambiental na área da Prevenção da Produção dos Resíduos Urbanos-Uma Proposta da Integração desta Temática nos Currícula do Ensino Básico.**

Alargando o campo de investigação, no âmbito do Douramento em curso, elegemos como tema de investigação **A Educação Ambiental em Cabo Verde-Análise dos Programas e Sua Praticas** em que um dos grandes resultados que desejamos atingir é a Concepção de uma Proposta do Programa de Formação em Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico.

Tendo em conta que as escolas do Ensino Básico constituem um dos seus domínios chaves de estudo que se pretende realizar e que os Professores do Ensino Básico são agentes indispensáveis desta pesquisa, vimos pela presente solicitar e agradecer os bons ofícios de V.Excia no sentido de colaborar com a referida investigação integrando a uma equipa de entrevistados.

A entrevista é da responsabilidade da investigadora e tem como principal objectivo o levantamento das necessidades para a elaboração de uma Proposta de um Programa de Formação em Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico de Cabo Verde, incluindo as componentes de recursos hídricos, biodiversidade e resíduos urbanos.

Assim pretende auscultar as opiniões e sentimentos desta amostra representativa em estudo. Os dados conseguidos serão fundamentais para que o referido Programa responda às expectativas destes Futuros Formandos e assim contribuir para a sustentabilidade ambiental que tanto o país almeja.

Informamos que os dados recolhidos são confidenciais e servirão exclusivamente para desenvolvimento da investigação em referência, salvaguardando a ética e o sigilo que informações dessa natureza exigem.

### 3.1.7. PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA REALIZAR ENTREVISTA - CONTINUAÇÃO

Comunicamos que a resposta ao questionário pode ser efetuada na forma manuscrita ou digitalizada. O retorno do mesmo pode ser por email ou pelos correios e o custo de impressão, fotocópias e do retorno será da responsabilidade da investigadora.

Aguardamos uma resposta favorável para podermos providenciar o envio do Questionário com as instruções sobre o seu preenchimento. A investigadora assegurará os contactos com os Delegados durante todo o período de aplicação do Questionário para eventuais esclarecimentos.

Ciente de que o pedido será aceite, queira aceitar antecipados agradecimentos, expressão da mais elevada consideração.

Atenciosamente.

*/Maria Paulina Moreira Barreto da Graçal*  
*Doutoranda em Ciências de Educação -UEX*

#### **Em anexo junta:**

- Fotocópia do BI
- Carta de autorização para a aplicação do inquérito da parte da DGEBS c/c dos Delegados
- Declaração de matrícula na Uex
- Diploma de estudos avançados (DEA)
- Lista dos elementos da equipa de entrevistados

*Juntos, para um ambiente mais sustentável!*

### 3.1.8. GUIÃO DO QUESTIONÁRIO

**PROGRAMA DE DOCTORADO:  
AVANCES EN LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO**

**UNIVERSIDADE DE EXTREMADURA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



## **QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL DO PROFESSOR**

**Prezado (a) Participante,**

Estamos convidando-lhe para participar desta pesquisa sobre “Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise de Programas e suas Práticas” por meio de um questionário. Este, insere-se no âmbito do Doutoramento realizado pela Universidade de Extremadura através da Faculdade de Ciências de Educação.

O questionário apresentado é da responsabilidade da investigadora e tem como principal objectivo o levantamento das necessidades para a elaboração de uma proposta de um Programa de Formação em Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico de Cabo Verde, envolvendo as componentes, recursos hídricos, biodiversidade e resíduos urbanos. As suas respostas poderão trazer-nos um valioso contributo para o tema em estudo.

Ao preencher e devolver o questionário você estará de acordo que os dados sejam utilizados e analisados.

Por favor, responda estas questões o mais coerente possível, utilizando-se das opções de resposta apresentadas em cada dimensão, por meio da escolha que melhor representa a sua opinião.

As suas respostas devem expressar com sinceridade o modo como se situa em relação a cada tema. Não existem respostas certas ou erradas. Não se pretende fazer uma avaliação das suas respostas, mas simplesmente conhecê-las.

Por favor **RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES. A sua participação é fundamental para a concretização desta pesquisa e é de grande importância o retorno breve deste questionário e propomos-lhe um prazo de uma semana a partir do momento que receber o mesmo.**

**Suas respostas são completamente anónimas.**

**Todos os dados recolhidos serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para a presente investigação.**

**Você nunca será pessoalmente identificado neste projeto de pesquisa ou em qualquer apresentação ou publicação decorrente do mesmo. A informação que você nos fornecer será codificada com um número. Por favor, não escreva seu nome ou qualquer outra identificação pessoal no questionário.**

Este questionário é composto por duas partes e termina com a palavra FIM.

A Secção 1 é relativa ao **Perfil Ambiental do Inquirido** e é constituída por questões de quatro (4) dimensões do tipo fechado.

A Secção 2 é relativa ao **Perfil Ambiental da Comunidade Educativa Alvo** e é constituída por nove (9) questões fechadas.

Em caso de dúvida você pode entrar em contacto com a responsável por esta pesquisa, Mestre Paulina da Graça (barreto.paulina44@gmail.com). Telefone Serviço:002382621182 ou Telemóvel: 002389821962.

### 3.1.9. GUIÃO DO QUESTIONÁRIO - CONTINUAÇÃO

#### A. Caracterização do Inquirido



**INSTRUÇÕES.** A seguir apresenta-se dados relativos à sua pessoa. Gostaríamos que respondesse algumas questões sobre você. Por favor, leia com atenção cada questão e assinale com uma cruz (X) na (s) opção (ões) que melhor enquadra (m) a sua pessoa.

<b>Q. A.1 – Eu sou do sexo:</b> 1. Feminino <input type="checkbox"/> 2. Masculino <input type="checkbox"/>	<b>Q.A.02 – Actualmente trabalho com a:</b> 1. Primeira fase (1ª Fase) <input type="checkbox"/> 2. Segunda fase (2ª Fase) <input type="checkbox"/> 3. Terceira fase (3ª Fase) <input type="checkbox"/>
<b>Q.A.03 – A minha idade está na faixa etária de</b> 1. 18 a 25 <input type="checkbox"/> 5. 41 a 45 <input type="checkbox"/> 2. 26 a 30 <input type="checkbox"/> 6. 46 a50 <input type="checkbox"/> 3. 26 a 30 <input type="checkbox"/> 7. mais de 50 <input type="checkbox"/> 4. 36 a 40 <input type="checkbox"/>	<b>Q.A.04– Sou habilitado(a) com:</b> 1. CFPEB* <input type="checkbox"/> 4. Magistério Primário <input type="checkbox"/> 2. CFPEB-1ª Fase <input type="checkbox"/> 5. 2ª Fase <input type="checkbox"/> 3. Frequência 2ª Fase <input type="checkbox"/> 6. EHPPE ( Escola de Habilitação dos Professores do Posto Escolar <input type="checkbox"/> *Curso de Formação de Professores do Ensino Básico
<b>Q.A.05 – A minha experiência Profissional está situada na faixa de:</b> 1. 0 a 5 <input type="checkbox"/> 2. 6 a 10 <input type="checkbox"/> 3. 11 a 20 <input type="checkbox"/> 4. 21 a 30 <input type="checkbox"/> 5. 31 a 35 <input type="checkbox"/> 6. Mais que 35 <input type="checkbox"/>	

#### Secção 1- Perfil Ambiental do (a) Inquirido(a)

#### B. Dimensão Sensibilização

**INSTRUÇÕES.** A seguir se apresentam cinco (5) questões que manifestam o grau de sensibilidade ao ambiente. Por favor, leia com atenção cada ação relativa e assinale uma cruz (X) na(s) opções que considere correta. Pode marcar uma ou mais que uma resposta.

<b>Q.B.06 –Já participou em ações de Formação em Educação Ambiental?</b> 1. Sim <input type="checkbox"/>  Passe à Q.B.07 2. Não <input type="checkbox"/>  Passe a Q.B.08	<b>Q.B.07 – Realizei a acção de formação sob a forma de :</b> 1. Unidade Curricular <input type="checkbox"/> 2. Seminário <input type="checkbox"/> 3. Palestra <input type="checkbox"/> 4. Conferência <input type="checkbox"/> 5. Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) <input type="checkbox"/> 6. Outras (Especifique) _____ <input type="checkbox"/>
--	--

**Q.B.08-Avalie marcando uma cruz correspondendo a um número inteiro de 1 a 5 de acordo com a sua apreciação feita às afirmações abaixo indicadas sobre os resultados da ação de Formação em educação ambiental frequentada no que toca a:**

M.Bom	Bom	Razoável	Fraco	M. Fraco
1	2	3	4	5

		1	2	3	4	5
01	Conhecimentos teóricos adquiridos					
02	Aplicação prática					
03	Aquisição de competências					
04	Alteração de comportamentos					
05	Alteração de atitudes					

### 3.1.10. GUIÃO DO QUESTIONÁRIO - CONTINUAÇÃO

Q.B.09 Indique marcando uma cruz (X) no número de 1 a 5 consoante a ordem de importância para os temas prioritários a ter em conta nos projetos/atividades de educação ambiental:								
Muito mais importante	Importante	Mais ou menos importante	Menos importante	Muito menos importante				
1	2	3	4	5				
				1	2	3	4	5
01	Água							
02	Resíduos							
03	Biodiversidade							

Q.B.10 Indique marcando uma cruz no número de 1 a 5 consoante o seu grau de acordo para as afirmações a terem em conta nos projetos/atividades de educação ambiental:								
Concordo Totalmente	Concordo na maior parte	Não Concordo nem Discordo	Discordo na maior parte	Discordo Totalmente				
1	2	3	4	5				
				1	2	3	4	5
01	Tenho interesse em aprofundar os meus conhecimentos relacionados com a Educação Ambiental							
02	Tenho preocupação com os problemas ambientais							
03	Estou disponível para integrar um programa de Educação Ambiental dirigido para os professores do EB*							
04	Tenho estado atento(a) aos Programas sobre a Educação Ambiental apresentados nos Órgãos de Comunicação Social							
05	Nós os professores podemos dar um grande contributo para minimizar os problemas ambientais em Cabo Verde							

\*EB-Ensino Básico

### C. Dimensão Cognitiva

**INSTRUÇÕES.** Abaixo você encontrará treze (13) afirmações relativas à dimensão cognitiva com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de resposta a seguir, que vai de 1 a 5, indique o quanto concorda ou discorda com cada uma.

Q.C.10 Revelo conhecimentos nos domínios:								
Concordo Totalmente	Concordo na maior parte	Não Concordo nem Discordo	Discordo na maior parte	Discordo Totalmente				
1	2	3	4	5				
				1	2	3	4	5
01	Da poupança de água e do seu uso sustentável							
02	Da gestão integrada de resíduos							
03	Das medidas de prevenção da poluição ambiental							
04	Do ordenamento do território							
05	Da qualidade do ar							
06	Da gestão e conservação do solo							
07	Da conservação da natureza e biodiversidade							
08	Do consumo sustentável de produtos							
09	Da avaliação de impacte ambiental							
10	Da promoção da saúde e ambiente							
11	Das correntes de ética e cidadania ambiental							
12	De políticas para a sustentabilidade							
13	Da identificação das causas e impactes das temáticas ambientais e sociais							

### 3.1.11. GUIÃO DO QUESTIONÁRIO - CONTINUAÇÃO

#### **D. Dimensão Atitudinal**

**INSTRUÇÕES.** Abaixo você encontrará onze (11) afirmações correspondentes à dimensão atitudinal com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de resposta a seguir, que vai de 1 a 5, indique o quanto concorda ou discorda com cada uma.

**Q.D.11 Assumo atitudes positivas face:**

Concordo Totalmente	Concordo na maior parte	Não Concordo nem Discordo	Discordo na maior parte	Discordo Totalmente
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

		1	2	3	4	5
01	À poupança de água e do seu uso sustentável.					
02	À gestão integrada de resíduos					
03	Ao ordenamento do território					
04	À qualidade do ar					
05	À gestão e conservação do solo					
06	À conservação da natureza e biodiversidade					
07	Ao consumo sustentável de produtos.					
08	À avaliação de impacte ambiental					
09	À promoção da saúde e ambiente					
10	Ao cuidado para determinadas questões relacionadas com o ambiente					
11	Ao envolvimento em processos de participação pública de temáticas relacionadas com a sustentabilidade ambiental					

#### **E. Dimensão Comportamental**

**INSTRUÇÕES.** Abaixo você encontrará dezasseis (16) afirmações relativas ao comportamento ambiental com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de resposta a seguir, que vai de 1 a 5, indique o quanto concorda ou discorda com cada uma.

**Q.E.12 Adoto comportamentos favoráveis face:**

Concordo Totalmente	Concordo na maior parte	Não Concordo nem Discordo	Discordo na maior parte	Discordo Totalmente
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

		1	2	3	4	5
01	À poupança de água e do seu uso sustentável.					
02	À gestão integrada de resíduos					
03	Ao ordenamento do território					
04	À qualidade do ar					
05	À gestão e conservação do solo					
06	À conservação da natureza e biodiversidade					
07	Ao consumo sustentável de produtos.					
09	À avaliação de impacte ambiental					
10	À promoção da saúde e ambiente					
11	À sustentabilidade ambiental					
12	Às opiniões sobre as problemáticas ambientais					
13	Aos contributos para a alteração de comportamentos de terceiros					
14	Às competências ambientais a nível profissional					
15	À adoção de uma cidadania ambiental activa					
16	Ao envolvimento em processos de participação pública de temáticas relacionadas com o ambiente.					



### 3.1.12. GUIÃO DO QUESTIONÁRIO - CONTINUAÇÃO

#### SECÇÃO 2- PERFIL AMBIENTAL DA COMUNIDADE EDUCATIVA ALVO

**INSTRUÇÕES.** A seguir você encontrará uma lista com cinco (5) elementos favoráveis à educação ambiental nas escolas. Por favor analise e marque com uma cruz (X), os elementos favoráveis para educação ambiental na região onde sua escola está inserida. Pode marcar um ou mais elementos.

**Q. F.13 – Indique elementos favoráveis para educação ambiental no ambiente da sua escola: (Assinale uma ou mais opções, conforme o caso)**

- |   |                          |
|---|--------------------------|
| 1.Facilidade de comunicação                               | <input type="checkbox"/> |
| 2.Apoio de equipa pedagógica e administrativa da escola   | <input type="checkbox"/> |
| 3.Condições Ambientais carentes                           | <input type="checkbox"/> |
| 4.Material didáctico disponível                           | <input type="checkbox"/> |
| 5.Conhecimentos sobre a matéria por parte dos professores | <input type="checkbox"/> |
| 6.Outros_(Especifique) _____                              | <input type="checkbox"/> |

**Q.F.14 A educação ambiental deve ser incluída nos currículos desde as primeiras fases do ensino?**

1. Sim
2. Não  → Passe à Q.F.16

**Q.F.15 A educação ambiental nos currículos deve ser abordada de forma:**

Concordo Totalmente		Concordo na maior parte		Não Concordo nem		Discordo		Discordo na maior parte		Discordo Totalmente	
1		2		3		4		5		5	
01	Interdisciplinar										
02	Transversal em todas as disciplinas										
04	Só deve ser abordada na área das ciências										

**Q.F.16 É muito importante a preparação dos professores que os habilite a trabalhar temas relacionados com o ambiente porque: (Assinala uma ou mais opções)**

		1	2	3	4	5
01	Ajuda a desenvolver competências ambientais junto dos alunos					
02	Apoia a comunidade no desenvolvimento de atividades de preservação ambiental					
03	Permite mudanças de atitudes face ao ambiente					
04	Facilita o desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais					
05	Outros (Especifique)					

### 3.1.13. GUIÃO DO QUESTIONÁRIO - CONTINUAÇÃO

#### **G. Dimensão opinião sobre o programa de educação ambiental**

**INSTRUÇÕES.** A seguir se apresentam frases que lhe permita manifestar a sua opinião em relação ao programa de educação ambiental. Por favor, leia com atenção cada acção relativa e assinale uma cruz (X) na (s) opção (ões) que considere correcta. *Pode marcar uma ou mais que uma resposta.*

##### **Q. G.13 – Indique possíveis razões para o professor aderir ao programa de educação ambiental :**

01	Acredito que vou contribuir para a melhoria da gestão dos recursos ambientais na minha escola (e.g.: resíduos; energia e água)	<input type="checkbox"/>
02	Representantes da comunidade local desafiaram-me em aderir ao Programa de educação ambiental	<input type="checkbox"/>
03	Os pais/encarregados de educação manifestaram o seu interesse na adesão dos professores ao Programa	<input type="checkbox"/>
04	Os alunos manifestaram o seu interesse em participar no Programa	<input type="checkbox"/>
05	Eu tenho um interesse especial em promover um desenvolvimento sustentável e educação ambiental através de um programa de EA	<input type="checkbox"/>
06	Faz parte da política da escola promover um desenvolvimento sustentável e educação ambiental através dos currícula	<input type="checkbox"/>
07	O Programa de educação ambiental poderá ser um bom instrumento para desenvolvimento de comportamentos e atitudes pro-ambientais juntos dos alunos	<input type="checkbox"/>
08	Outros (Especifique) _____	<input type="checkbox"/>

##### **Q.G.14 – Os principais objetivos de Educação Ambiental na escola é (são) :**

01	Promover mudanças na comunidade	<input type="checkbox"/>
02	Atender a algumas necessidades de governo	<input type="checkbox"/>
03	Situar historicamente a questão socio ambiental	<input type="checkbox"/>
04	Conhecer os ecossistemas	<input type="checkbox"/>
05	Promover o desenvolvimento sustentável	<input type="checkbox"/>
06	Promover valores de solidariedade e zelo planetário	<input type="checkbox"/>
07	Sensibilizar para o convívio com a natureza	<input type="checkbox"/>
08	Dialogar para construção de sociedades sustentáveis	<input type="checkbox"/>
09	Outros( Especifique) _____	<input type="checkbox"/>

##### **Q. F.15 – As principais atividades de Educação Ambiental que deverão ser desenvolvidas na minha escola são :**

01	Visita de estudo	<input type="checkbox"/>
02	Conferências	<input type="checkbox"/>
03	Exposições	<input type="checkbox"/>
04	Workshops	<input type="checkbox"/>
05	Campanhas de informação/ Sensibilização	<input type="checkbox"/>
06	Monitorização ambiental	<input type="checkbox"/>
07	Debates	<input type="checkbox"/>
08	Outros ( Especifique) _____	<input type="checkbox"/>

##### **Q. F.16 – As principais dificuldades de implementação de Educação Ambiental na minha escola :**

01	Falta de integração entre professores e direcção	<input type="checkbox"/>
02	Dificuldade da comunidade escolar em entender as questões ambientais	<input type="checkbox"/>
03	Precariedade de recursos materiais	<input type="checkbox"/>
04	Falta de recursos humanos qualificados	<input type="checkbox"/>
05	Falta de tempo para planificação e realização de atividades extracurriculares	<input type="checkbox"/>
06	Conflito de interesses entre as disciplinas e/ou professores	<input type="checkbox"/>
07	Falta de interesse por parte dos alunos	<input type="checkbox"/>
08	Outros ( Especifique) _____	<input type="checkbox"/>

**IMPORTANTE:** Não é necessário assinar este questionário, pois não é nosso interesse identificá-lo. Apenas pretendemos descrever os participantes do estudo.

FIM

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

A investigadora: Paulina da Graça

### 3.1.14. CARTA PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO



À Direcção do Ensino Básico e Secundário  
DGBS- Ministério de Educação e Desporto

Praia, 15 de Abril de 2012

**Assunto: Pedido de autorização para aplicação de Inquérito**

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça natural de Santa Catarina, portadora do BI nº 177544 emitido em 11/02/2009, pelo Arquivo de Identificação Criminal da Praia, docente da Escola de Formação de Professores "Hermínia Cardoso" Doutoranda na área de Ciências de Educação realizada pela Universidade de Extremadura - Espanha, estando na fase de elaboração da Tese, cujo Tema é " A Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise dos Programas e Suas Práticas" vem por este meio solicitar a Sra. Directora da DGBS a sua autorização para aplicação de um Inquérito por Questionário a uma amostra representativa dos Professores do Ensino Básico de Cabo Verde.

O questionário apresentado é da responsabilidade da investigadora e tem como principal objectivo o levantamento das necessidades para a elaboração de uma Proposta de um Programa de Formação em Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico de Cabo Verde, incluindo as componentes de recursos hídricos, biodiversidade e resíduos urbanos.

Assim pretende auscultar as opiniões e sentimentos desta amostra representativa em estudo. Os dados conseguidos serão fundamentais para a Concepção de um Programa de Formação que respondam às expectativas dos Futuros Formandos e assim contribuir para a sustentabilidade ambiental que tanto o país almeja.

Todos os dados recolhidos são anónimos, confidenciais e utilizada única e exclusivamente para a presente investigação.

Em anexa junta:

- B.I
- Declaração de Matrícula
- Diploma de Estudos Avançados (DEA)
- Questionário
- Tabela com a proposta da amostra a inquirir

Com os melhores cumprimentos,

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça  
Contactos:  
email: barreto.paulina44@gmail.com  
Móvel: 9821962  
Trabalho: 2621180

### 3.1.15. CARTA PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE INQUÉRITO

Praia, 08 de Maio de 2012

Ex.mo Sr. Delegado do Ministério de Educação e Desporto (MED)

Ex.ma Sra. Delegada do Ministério de Educação e Desporto (MED)

**Assunto: Pedido de Colaboração para realizar Inquérito nas escolas do Ensino Básico no âmbito de Doutoramento na Universidade de Extremadura/Espanha**

Excia,

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça cabo-verdiana, residente na cidade da Praia, doutoranda em Ciências de Educação na Universidade de Extremadura em Espanha, professora do Instituto Pedagógico de Cabo Verde, tem vindo a desenvolver desde 2007 uma linha de investigação no campo da Educação Ambiental em Cabo Verde como forma de dar a sua contribuição nesta área do conhecimento e dando subsídios para a sustentabilidade ambiental num país com muitas carências ambientais e acredita que juntos podemos dar uma imensa contribuição para a preservação ambiental.

Trata-se de uma investigação académica que iniciou com o Mestrado em *Cidadania Ambiental e Participação* pela Universidade Aberta-Portugal em que investigou com sucesso o tema” **Projecto de Sensibilização e Educação Ambiental na área da Prevenção da Produção dos Resíduos Urbanos-Uma Proposta da Integração desta Temática nos Currícula do Ensino Básico.**

Alargando o campo de investigação, no âmbito do Douramento em curso, elegemos como tema de investigação **A Educação Ambiental em Cabo Verde-Análise dos Programas e Sua Praticas** em que um dos grandes resultados que desejamos atingir é a Concepção de uma Proposta do Programa de Formação em Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico.

Tendo em conta que as escolas do Ensino Básico constituem um dos seus domínios chaves de estudo que se pretende realizar e que os Professores do Ensino Básico são agentes indispensáveis desta pesquisa, vimos pela presente solicitar e agradecer os bons ofícios de V.Excia no sentido de permitir, autorizar e colaborar com a referida investigação nas escolas selecionadas sob sua tutela nos termos que se seguem: (i) Sua cooperação na distribuição do Questionário aos Professores que se pretende inquirir (ii) Sua coordenação na aplicação do Questionário; (iii) Sua participação na recolha do Questionário (iv) Seu empenho na condução do retorno do mesmo à Investigadora; (v) Sua motivação aos inquiridos.

O questionário apresentado é da responsabilidade da investigadora e tem como principal objectivo o levantamento das necessidades para a elaboração de uma Proposta de um Programa de Formação em Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico de Cabo Verde, incluindo as componentes de recursos hídricos, biodiversidade e resíduos urbanos.

Assim pretende auscultar as opiniões e sentimentos desta amostra representativa em estudo. Os dados conseguidos serão fundamentais para que o referido Programa responda às expectativas destes Futuros Formandos e assim contribuir para a sustentabilidade ambiental que tanto o país almeja.

Informamos que os dados recolhidos são anónimos, confidenciais e servirão exclusivamente para desenvolvimento da investigação em referência, salvaguardando a ética e o sigilo que informações dessa

### 3.1.16. CARTA PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE INQUÉRITO - CONTINUAÇÃO

natureza exigem.

Comunicamos que a resposta ao questionário pode ser efetuada na forma manuscrita ou digitalizada. O retorno do mesmo pode ser por email ou pelos correios e o custo de impressão, fotocópias e do retorno será da responsabilidade da investigadora.

Aguardamos uma resposta favorável para podermos providenciar o envio do Questionário com as instruções sobre o seu preenchimento. A investigadora assegurará os contactos com os Delegados durante todo o período de aplicação do Questionário para eventuais esclarecimentos.

Ciente de que o pedido será aceite, queira aceitar antecipados agradecimentos, expressão da mais elevada consideração.

Atenciosamente.

*Maria Paulina Moreira Barreto da Graça*  
*Doutoranda em Ciências de Educação -UEX*

#### **Em anexo junta:**

- Fotocópia do BI
- Carta de autorização para a aplicação do inquérito da parte da DGEBS c/c dos Delegados
- Declaração de matrícula na Uex
- Diploma de estudos avançados (DEA)
- Lista dos Professores a inquirir por escolas (todos os professores das escolas seleccionadas)

*Juntos, para um ambiente mais sustentável!*

### 3.1.17. CARTA PEDIDO DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Ao Especialista em Estatística Demográfica

INE

Praia, 6 de Fevereiro de 2012

#### Assunto: Pedido de validação do Inquérito por Questionário

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça natural de Santa Catarina, portadora do BI nº 177544 emitido em 11/02/2009, pelo Arquivo de Identificação Criminal da Praia, docente da Escola de Formação de Professores “Hermínia Cardoso” Doutoranda na área de Ciências de Educação realizada pela Universidade de Extremadura - Espanha, estando na fase de elaboração da Tese, cujo Tema é “ A Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise dos Programas e Suas Práticas” vem por este meio solicitar ao Especialista em Estatística Demográfica a validação de um Questionário que pretende aplicar a uma amostra representativa dos Professores do Ensino Básico de Cabo Verde.

O questionário apresentado é da responsabilidade da investigadora e tem como principal objectivo o levantamento das necessidades para a elaboração de uma Proposta de um Programa de Formação em Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico de Cabo Verde, incluindo as componentes de recursos hídricos, biodiversidade e resíduos urbanos.

Assim tem a intenção de auscultar as opiniões e sentimentos desta amostra representativa em estudo. Os dados conseguidos serão fundamentais para a Concepção de um Programa de Formação que respondam às expectativas dos Futuros Formandos e assim contribuir para a sustentabilidade ambiental que tanto o país almeja.

Todos os dados recolhidos são anónimos, confidenciais e utilizados única e exclusivamente para a presente investigação.

Em anexa junta:

- B.I
- Declaração de Matrícula
- Diploma de Estudos Avançados (DEA)
- Questionário
- Tabela com a proposta dos Inquiridos

Com os melhores cumprimentos,

-----  
Maria Paulina Moreira Barreto da Graça

Contactos:

email: barreto.paulina44@gmail.com

Móvel: 9821962 / Trabalho: 2621180

### 3.1.18. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ACEDER AOS DADOS



À Direcção do Ensino Básico e Secundário  
DGBS- Ministério de Educação e Desporto

Praia, 15 de Maio de 2012

**Assunto: Pedido de autorização para aceder aos dados**

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça natural de Santa Catarina, portadora do BI nº 177544 emitido em 11/02/2009, pelo Arquivo de Identificação Criminal da Praia, docente da Escola de Formação de Professores "Hermínia Cardoso" Doutoranda na área de Ciências de Educação realizada pela Universidade de Extremadura - Espanha, estando na fase de elaboração da Tese, cujo Tema é " A Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise dos Programas e Suas Práticas" vem por este meio solicitar a Sra. Directora da DGBS a sua autorização para aceder aos dados dos Professores do Ensino Básico de Cabo Verde.

O questionário apresentado é da responsabilidade da investigadora e tem como principal objectivo o levantamento das necessidades para a elaboração de uma Proposta de um Programa de Formação em Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico de Cabo Verde, incluindo as componentes de recursos hídricos, biodiversidade e resíduos urbanos.

Assim pretende auscultar as opiniões e sentimentos desta amostra representativa em estudo. Os dados conseguidos serão fundamentais para a Concepção de um Programa de Formação que respondam às expectativas dos Futuros Formandos e assim contribuir para a sustentabilidade ambiental que tanto o país almeja.

Todos os dados recolhidos são anónimos, confidenciais e utilizados única e exclusivamente para a presente investigação.

Em anexa junta:

- B.I
- Declaração de Matrícula
- Diploma de Estudos Avançados (DEA)
- Questionário
- Tabela com a proposta da amostra a inquirir

Com os melhores cumprimentos,

*Paulina da Graça*

Maria Paulina Moreira Barreto da Graça

Contactos:

email: barreto.paulina44@gmail.com

Móvel: 9821962

Trabalho: 2621180

### 3.1.19. EXEMPLO DE UM QUESTIONÁRIO APLICADO

**PROGRAMA DE DOCTORADO:  
AVANCES EN LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO**

**UNIVERSIDADE DE EXTREMADURA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



47 Santa Ana  
Porto Novo

**QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL DO PROFESSOR**

**Prezado (a) Participante,**

Estamos convidando-lhe para participar desta pesquisa sobre "Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise de Programas e suas Práticas" por meio de um questionário. Este, insere-se no âmbito do Doutoramento realizado pela Universidade de Extremadura através da Faculdade de Ciências de Educação.

O questionário apresentado é da responsabilidade da investigadora e tem como principal objectivo o levantamento das necessidades para a elaboração de uma proposta de um Programa de Formação em Educação Ambiental para os Professores do Ensino Básico de Cabo Verde, envolvendo as componentes, recursos hídricos, biodiversidade e resíduos urbanos. As suas respostas poderão trazer-nos um valioso contributo para o tema em estudo.

Ao preencher e devolver o questionário você estará de acordo que os dados sejam utilizados e analisados.

Por favor, responda estas questões o mais coerente possível, utilizando-se das opções de resposta apresentadas em cada dimensão, por meio da escolha que melhor representa a sua opinião.

As suas respostas devem expressar com sinceridade o modo como se situa em relação a cada tema. Não existem respostas certas ou erradas. Não se pretende fazer uma avaliação das suas respostas, mas simplesmente conhecê-las.

Por favor **RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES**. A sua participação é fundamental para a concretização desta pesquisa e é de grande importância o retorno breve deste questionário e propomos-lhe um prazo de uma semana a partir do momento que receber o mesmo.

Suas respostas são completamente anónimas.

Todos os dados recolhidos serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para a presente investigação.

Você nunca será pessoalmente identificado neste projeto de pesquisa ou em qualquer apresentação ou publicação decorrente do mesmo. A informação que você nos fornecer será codificada com um número. Por favor, não escreva seu nome ou qualquer outra identificação pessoal no questionário.

Este questionário é composto por duas partes e termina com a palavra FIM.

A Secção 1 é relativa ao **Perfil Ambiental do Inquirido** e é constituída por questões de quatro (4) dimensões do tipo fechado.

A Secção 2 é relativa ao **Perfil Ambiental da Comunidade Educativa Alvo** e é constituída por nove (9) questões fechadas.

Em caso de dúvida você pode entrar em contacto com a responsável por esta pesquisa, Mestre Paulina da Graça (barreto.paulina44@gmail.com). Telefone Serviço:002382621182 ou Telemóvel: 002389821962.



### 3.1.20. EXEMPLO DE UM QUESTIONÁRIO APLICADO - CONTINUAÇÃO

#### A. Caracterização do Inquirido

**INSTRUÇÕES.** A seguir apresenta-se dados relativos à sua pessoa. Gostaríamos que respondesse algumas questões sobre você. Por favor, leia com atenção cada questão e assinale com uma cruz (X) na (s) opção (ões) que melhor enquadra (m) a sua pessoa.

<b>Q. A.1 – Eu sou do sexo:</b> 1. Feminino <input checked="" type="checkbox"/> 2. Masculino <input type="checkbox"/>	<b>Q.A.02 – Actualmente trabalho com a:</b> 1. Primeira fase (1ª Fase) <input type="checkbox"/> 2. Segunda fase (2ª Fase) <input checked="" type="checkbox"/> 3. Terceira fase (3ª Fase) <input type="checkbox"/>
<b>Q.A.03 – A minha idade está na faixa etária de</b> 1. 18 a 25 <input type="checkbox"/> 5. 41 a 45 <input checked="" type="checkbox"/> 2. 26 a 30 <input type="checkbox"/> 6. 46 a 50 <input type="checkbox"/> 3. 36 a 40 <input type="checkbox"/> 7. mais de 50 <input type="checkbox"/>	<b>Q.A.04– Sou habilitado(a) com:</b> 1. CFPEB* <input type="checkbox"/> 4. Magistério Primário <input type="checkbox"/> 2. CFPEB-1ª Fase <input type="checkbox"/> 5. 2ª Fase <input type="checkbox"/> 3. Frequência 2ª Fase <input type="checkbox"/> 6. EHPPE ( Escola de Habilitação dos Professores do Posto Escolar *Curso de Formação de Professores do Ensino Básico <input type="checkbox"/>
<b>Q.A.05 – A minha experiência Profissional está situada na faixa de:</b> 1. 0 a 5 <input type="checkbox"/> 2. 6 a 10 <input type="checkbox"/> 3. 11 a 20 <input type="checkbox"/> 4. 21 a 30 <input checked="" type="checkbox"/> 5. 31 a 35 <input type="checkbox"/> 6. Mais que 35 <input type="checkbox"/>	

#### Secção 1- Perfil Ambiental do (a) Inquirido(a)

#### B. Dimensão Sensibilização

**INSTRUÇÕES.** A seguir se apresentam cinco (5) questões que manifestam o grau de sensibilização ao ambiente. Por favor, leia com atenção cada questão relativa e assinale uma cruz (X) na(s) opção(s) que considere correta. Pode marcar uma ou mais que uma resposta.

<b>Q.B.06 – Já participou em ações de Formação em Educação Ambiental?</b> 1. Sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>→ Passe à Q.B.07</b> 2. Não <input type="checkbox"/> <b>↓ Passe a Q.B.08</b>	<b>Q.B.07 – Realizei a acção de formação sob a forma de :</b> 1. Unidade Curricular <input checked="" type="checkbox"/> 2. Seminário <input checked="" type="checkbox"/> 3. Palestra <input checked="" type="checkbox"/> 4. Conferência <input type="checkbox"/> 5. Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) <input type="checkbox"/> 6. Outras (Especifique) _____ <input type="checkbox"/>
--	---

**Q.B.08-Avalie marcando uma cruz correspondendo a um número inteiro de 1 a 5 de acordo com a sua apreciação feita às afirmações abaixo indicadas sobre os resultados da acção de Formação em educação ambiental frequentada no que toca a:**

	M.Bom	Bom	Razoável	Fraco	M. Fraco
	1	2	3	4	5
01				X	
02					X
03				X	X
04				X	
05				X	

### 3.1.21. EXEMPLO DE UM QUESTIONÁRIO APLICADO - CONTINUAÇÃO

Q.B.09 Indique marcando uma cruz (X) no número de 1 a 5 consoante a ordem de importância para os temas prioritários a ter em conta nos projetos/atividades de educação ambiental:

Muito mais importante	Importante	Mais ou menos importante	Menos importante	Muito menos importante
1	2	3	4	5
01	Água			
02	Resíduos			
03	Biodiversidade			

Q.B.10 Indique marcando uma cruz no número de 1 a 5 consoante o seu grau de acordo para as afirmações a terem em conta nos projetos/atividades de educação ambiental:

Concordo Totalmente	Concordo na maior parte	Não Concordo nem Discordo	Discordo na maior parte	Discordo Totalmente
1	2	3	4	5
01	Tenho interesse em aprofundar os meus conhecimentos relacionados com a Educação Ambiental			
02	Tenho preocupação com os problemas ambientais			
03	Estou disponível para integrar um programa de Educação Ambiental dirigido para os professores do EB*			
04	Tenho estado atento(a) aos Programas sobre a Educação Ambiental apresentados nos Órgãos de Comunicação Social			
05	Nós os professores podemos dar um grande contributo para minimizar os problemas ambientais em Cabo Verde			

\*EB-Ensino Básico

#### C. Dimensão Cognitiva

**INSTRUÇÕES.** Abaixo você encontrará treze (13) afirmações relativas à dimensão cognitiva com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de resposta a seguir, que vai de 1 a 5, indique o quanto concorda ou discorda com cada uma.

Q.C.10 Revelo conhecimentos nos domínios:

Concordo Totalmente	Concordo na maior parte	Não Concordo nem Discordo	Discordo na maior parte	Discordo Totalmente
1	2	3	4	5
01	Da poupança de água e do seu uso sustentável			
02	Da gestão integrada de resíduos			
03	Das medidas de prevenção da poluição ambiental			
04	Do ordenamento do território			
05	Da qualidade do ar			
06	Da gestão e conservação do solo			
07	Da conservação da natureza e biodiversidade			
08	Do consumo sustentável de produtos			
09	Da avaliação de impacte ambiental			
10	Da promoção da saúde e ambiente			
11	Das correntes de ética e cidadania ambiental			
12	De políticas para a sustentabilidade			
13	Da identificação das causas e impactes das temáticas ambientais e sociais			

### 3.1.22. EXEMPLO DE UM QUESTIONÁRIO APLICADO - CONTINUAÇÃO

#### D. Dimensão Atitudinal

**INSTRUÇÕES.** Abaixo você encontrará onze (11) afirmações correspondentes à dimensão atitudinal com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de resposta a seguir, que vai de 1 a 5, indique o quanto concorda ou discorda com cada uma.

Q.D.11 Assumo atitudes positivas face:

		Concordo Totalmente	Concordo na maior parte	Não Concordo nem Discordo	Discordo na maior parte	Discordo Totalmente				
		1	2	3	4	5				
						1	2	3	4	5
01	À poupança de água e do seu uso sustentável.					X				
02	À gestão integrada de resíduos						X			
03	Ao ordenamento do território					X				
04	À qualidade do ar						X			
05	À gestão e conservação do solo					X				
06	À conservação da natureza e biodiversidade						X			
07	Ao consumo sustentável de produtos.					X				
08	À avaliação de impacte ambiental					X				
09	À promoção da saúde e ambiente					X				
10	Ao cuidado para determinadas questões relacionadas com o ambiente					X				
11	Ao envolvimento em processos de participação pública de temáticas relacionadas com a sustentabilidade ambiental					X				

#### E. Dimensão Comportamental

**INSTRUÇÕES.** Abaixo você encontrará dezasseis (16) afirmações relativas ao comportamento ambiental com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de resposta a seguir, que vai de 1 a 5, indique o quanto concorda ou discorda com cada uma.

Q.E.12 Adoto comportamentos favoráveis face:

		Concordo Totalmente	Concordo na maior parte	Não Concordo nem Discordo	Discordo na maior parte	Discordo Totalmente				
		1	2	3	4	5				
						1	2	3	4	5
01	À poupança de água e do seu uso sustentável.					X				
02	À gestão integrada de resíduos					X				
03	Ao ordenamento do território					X				
04	À qualidade do ar					X				
05	À gestão e conservação do solo					X				
06	À conservação da natureza e biodiversidade					X				
07	Ao consumo sustentável de produtos.					X				
09	À avaliação de impacte ambiental					X				
10	À promoção da saúde e ambiente					X				
11	À sustentabilidade ambiental					X				
12	Às opiniões sobre as problemáticas ambientais					X				
13	Aos contributos para a alteração de comportamentos de terceiros					X				
14	Às competências ambientais a nível profissional					X				
15	À adoção de uma cidadania ambiental activa					X				
16	Ao envolvimento em processos de participação pública de temáticas relacionadas com o ambiente.					X				

### 3.1.23. EXEMPLO DE UM QUESTIONÁRIO APLICADO - CONTINUAÇÃO

**SECÇÃO 2- PERFIL AMBIENTAL DA COMUNIDADE EDUCATIVA ALVO**

**INSTRUÇÕES.** A seguir você encontrará uma lista com cinco (5) elementos favoráveis à educação ambiental nas escolas. Por favor analise e marque com uma cruz (X), os elementos favoráveis para educação ambiental na região onde sua escola está inserida. Pode marcar um ou mais elementos.

**Q. F.13 – Indique elementos favoráveis para educação ambiental no ambiente da sua escola: (Assinale uma ou mais opções, conforme o caso)**

1. Facilidade de comunicação	<input checked="" type="checkbox"/>
2. Apoio de equipa pedagógica e administrativa da escola	<input type="checkbox"/>
3. Condições Ambientais carentes	<input type="checkbox"/>
4. Material didáctico disponível	<input checked="" type="checkbox"/>
5. Conhecimentos sobre a matéria por parte dos professores	<input checked="" type="checkbox"/>
6. Outros (Especifique) _____	<input type="checkbox"/>

**Q.F.14 A educação ambiental deve ser incluída nos currículos desde as primeiras fases do ensino?**

1. Sim       2. Não       ➔ Passe à Q.F.16

**Q.F.15 A educação ambiental nos currículos deve ser abordada de forma:**

		Concordo Totalmente		Concordo na maior parte		Não Concordo nem		Discordo		Discordo na maior parte		Discordo Totalmente				
		1		2		3		4		5		5				
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
01	Interdisciplinar															
02	Transversal em todas as disciplinas						X									
04	Só deve ser abordada na área das ciências															

**Q.F.16 É muito importante a preparação dos professores que os habilite a trabalhar temas relacionados com o ambiente porque: (Assinale uma ou mais opções)**

		1	2	3	4	5
01	Ajuda a desenvolver competências ambientais junto dos alunos	X				
02	Apoia a comunidade no desenvolvimento de atividades de preservação ambiental	X				
03	Permite mudanças de atitudes face ao ambiente	X				
04	Facilita o desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais	X				
05	Outros (Especifique)	X				

**IMPORTANTE:** Não é necessário assinar este questionário, pois não é nosso interesse identificá-lo. Apenas pretendemos descrever os participantes do estudo.

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

A Investigadora: Paulina da Graça

### 3.1.24. EXEMPLO DE UM QUESTIONÁRIO APLICADO - CONTINUAÇÃO

#### G. Dimensão opinião sobre o programa de educação ambiental

INSTRUÇÕES. A seguir se apresentam frases que lhe permita manifestar a sua opinião em relação ao programa de educação ambiental. Por favor, leia com atenção cada acção relativa e assinale uma cruz (X) na (s) opção (ões) que considere correcta. *Pode marcar uma ou mais que uma resposta.*

##### Q. G.13 – Indique possíveis razões para o professor aderir ao programa de educação ambiental :

01	Acredito que vou contribuir para a melhoria da gestão dos recursos ambientais na minha escola (e.g.: resíduos; energia e água)	<input checked="" type="checkbox"/>
02	Representantes da comunidade local desafiaram-me em aderir ao Programa de educação ambiental	<input type="checkbox"/>
03	Os pais/encarregados de educação manifestaram o seu interesse na adesão dos professores ao Programa	<input type="checkbox"/>
04	Os alunos manifestaram o seu interesse em participar no Programa	<input checked="" type="checkbox"/>
05	Eu tenho um interesse especial em promover um desenvolvimento sustentável e educação ambiental através de um programa de EA	<input type="checkbox"/>
06	Faz parte da política da escola promover um desenvolvimento sustentável e educação ambiental através dos curricula	<input checked="" type="checkbox"/>
07	O Programa de educação ambiental poderá ser um bom instrumento para desenvolvimento de comportamentos e atitudes pro-ambientais juntos dos alunos	<input checked="" type="checkbox"/>
08	Outros (Especifique) _____	<input type="checkbox"/>

##### Q.G.14 – Os principais objetivos de Educação Ambiental na escola é (são) :

01	Promover mudanças na comunidade	<input checked="" type="checkbox"/>
02	Atender a algumas necessidades de governo	<input type="checkbox"/>
03	Situar historicamente a questão socio ambiental	<input type="checkbox"/>
04	Conhecer os ecossistemas	<input checked="" type="checkbox"/>
05	Promover o desenvolvimento sustentável	<input checked="" type="checkbox"/>
06	Promover valores de solidariedade e zelo planetário	<input checked="" type="checkbox"/>
07	Sensibilizar para o convívio com a natureza	<input checked="" type="checkbox"/>
08	Dialogar para construção de sociedades sustentáveis	<input checked="" type="checkbox"/>
09	Outros( Especifique) _____	<input type="checkbox"/>

##### Q. F.15 – As principais atividades de Educação Ambiental que deverão ser desenvolvidas na minha escola são :

01	Visita de estudo	<input checked="" type="checkbox"/>
02	Conferências	<input type="checkbox"/>
03	Exposições	<input type="checkbox"/>
04	Workshops	<input type="checkbox"/>
05	Campanhas de informação/ Sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
06	Monitorização ambiental	<input checked="" type="checkbox"/>
07	Debates	<input checked="" type="checkbox"/>
08	Outros ( Especifique) _____	<input type="checkbox"/>

##### Q. F.16 – As principais dificuldades de implementação de Educação Ambiental na minha escola :

01	Falta de integração entre professores e direção	<input type="checkbox"/>
02	Dificuldade da comunidade escolar em entender as questões ambientais	<input type="checkbox"/>
03	Precariedade de recursos materiais	<input checked="" type="checkbox"/>
04	Falta de recursos humanos qualificados	<input checked="" type="checkbox"/>
05	Falta de tempo para planificação e realização de atividades extracurriculares	<input type="checkbox"/>
06	Conflito de interesses entre as disciplinas e/ou professores	<input type="checkbox"/>
07	Falta de interesse por parte dos alunos	<input type="checkbox"/>
08	Outros ( Especifique) _____	<input type="checkbox"/>

**IMPORTANTE:** Não é necessário assinar este questionário, pois não é nosso interesse identificá-lo. Apenas pretendemos descrever os participantes do estudo.

FIM

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

A investigadora: Paulina da Graça

### 3.1.25. SINTAXE DE CÁLCULO DE CRONBACH'S ALPHA

```

RELIABILITY
/VARIABLES=B0801_ConhecTeorAdquiridos B0802_AplicaçãoPratica B0803_
AquisiçãoCompetencia B0804_AlteraçãoComportamento B0805_AlteraçãoAtitudes B0901_Agua
B0902_Residuos B0903_Biodiversidade B1001_ApConhecimento_EAmb B1002_ProbAmbientais
B1003_DisppEduc_profes B1004_ProgOrgComSocial B1005_ProfContribMiniProACV C1001_
PoupançaÁgua C1002_GestIntResiduos C1003_MedPrevPolAmbi C1004_OrdenamentoTer C1005_
QualidadeAr C1006_GestConsSolo C1007_ConsNaturBiod C1008_ConsSustProdutos
C1009_AvalImpactoAmb C1010_PromSaudeAmb C1011_CorEticasCidadAmb C1012_
PolitSustentabilidade C1013_IdCausasITASociais D1101_PoupançaÁgua_DDA D1102_
GestIntResiduos_DDA D1103_OrdenamentoTer_DDA D1104_QualidadeAr_DDA D1105_GestConsSolo_
DDA
D1106_ConsNaturBiod_DDA D1107_ConsSustProdutos_DDA D1108_AvalImpactoAmb_DDA D1109_
PromSaudeAmb_DDA D1110_CuiQuestRelAmb_DDA D1111_EnvPPPTSustentabAmb_DDA E1201_
PoupançaÁgua_DC E1202_GestIntResiduos_DC E1203_OrdenamentoTer_DC E1204_QualidadeAr_DC
E1205_GestConsSolo_DC E1206_ConsNaturBiod_DC E1207_ConsSustProdutos_DC E1209_
AvalImpactoAmb_DC E1210_PromSaudeAmb_DC E1211_SustAmb_DC E1212_OpProbAmb_DC
E1213_ContAltCompTerc_DC E1214_CompAmbNProv_DC E1215_AdopCAmbActiva_DC E1216_
EnvPPPTSustentabAmb_DC
F1501_Interdisciplinar F1502_TDisciplinas F1504_AbordCiências F1601_ADCompAmbJAlunos
F1602_ACDActPresAmb F1603_PMAFaceAmb F1604_FDCPró_Ambientais
/SCALE('ALL VARIABLES') ALL
/MODEL=ALPHA
/STATISTICS=DESCRIPTIVE SCALE CORR
/SUMMARY=TOTAL.

```

### PRINCIPAIS TABELAS: DE RESULTADOS

Case Processing Summary

		N	%
Cases	Valid	65	21,8
	Excluded <sup>a</sup>	233	78,2
	Total	298	100,0

a. Listwise deletion based on all variables in the procedure.

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,972	,975	59

O valor de Cronbach's alpha is de 0,97. Este valor indica um elevado nível de consistência interna para toas as variáveis escalares nesta pesquisa.

### 3.1.26. SINTAXE DE CÁLCULO DE CRONBACH'S ALPHA - CONTINUAÇÃO

#### Item-Total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Squared Multiple Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
resultados de conhecimentos teoricos adquiridos	97,09	898,929	,124	.	,973
resultados de aplanção pratica	96,91	901,835	,079	.	,973
resultados de aquisição de competencia	97,09	899,804	,123	.	,973
resultados na alteração de comportamento	97,31	897,216	,164	.	,973
resultados na alteração de atitudes	97,25	894,626	,210	.	,973
Agua	97,82	866,622	,572	.	,972
Residuos	97,31	872,029	,546	.	,972
Biodiversidade	97,46	870,721	,564	.	,972
ApConhecimento_EAmb	98,09	873,960	,774	.	,971
ProbAmbientais	98,03	877,405	,690	.	,971
DispPEduc_profes	97,91	876,179	,638	.	,971
ProgOrgComSocial	97,49	877,691	,530	.	,972
ProfContribMiniProACV	98,00	879,344	,514	.	,972
PoupançaÁgua_CDC	98,17	883,143	,687	.	,971
GestIntResiduos_CDC	97,58	871,309	,719	.	,971
MedPrevPolAmbi_CDC	97,71	867,835	,704	.	,971
OrdenamentoTer_CDC	97,29	872,991	,615	.	,972
QualidadeAr_CDC	97,72	868,485	,690	.	,971
GestConsSolo_CDC	97,69	871,904	,718	.	,971
ConsNaturBiod_CDC	97,74	869,384	,686	.	,971
ConsSustProdutos_CDC	97,51	876,504	,600	.	,972
AvallImpactoAmb_CDC	97,49	872,160	,612	.	,972
PromSaudeAmb_CDC	97,78	869,797	,736	.	,971
CorEticasCidadAmb_CDC	97,60	873,681	,649	.	,971
PolitSustentabilidade_CDC	97,31	865,591	,722	.	,971
IdCausasITASociais	97,62	875,147	,616	.	,972
PoupançaÁgua_DDA	98,11	880,754	,635	.	,971
GestIntResiduos_DDA	97,54	880,065	,559	.	,972
OrdenamentoTer_DDA	97,35	877,263	,667	.	,971

### 3.1.27. SINTAXE DE CÁLCULO DE CRONBACH'S ALPHA - CONTINUAÇÃO

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Squared Multiple Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QualidadeAr_DDA	97,88	871,297	,706	.	,971
GestConsSolo_DDA	97,74	872,259	,764	.	,971
ConsNaturBiod_DDA	97,78	869,390	,728	.	,971
ConsSustProdutos_DDA	97,57	871,780	,696	.	,971
AvallImpactoAmb_DDA	97,51	866,223	,732	.	,971
PromSaudeAmb_DDA	97,85	869,351	,763	.	,971
CuiQuestRelAmb_DDA	97,78	868,859	,815	.	,971
EnvPPPTSustentabAmb_DDA	97,63	868,049	,758	.	,971
PoupançaÁgua_EDC	98,03	878,562	,710	.	,971
GestIntResiduos_EDC	97,71	874,210	,723	.	,971
OrdenamentoTer_EDC	97,52	869,253	,783	.	,971
QualidadeAr_EDC	97,89	873,285	,785	.	,971
GestConsSolo_EDC	97,78	870,703	,774	.	,971
ConsNaturBiod_EDC	97,86	869,840	,816	.	,971
ConsSustProdutos_EDC	97,68	874,847	,694	.	,971
AvallImpactoAmb_EDC	97,69	872,623	,721	.	,971
PromSaudeAmb_EDC	97,88	872,985	,791	.	,971
SustAmb_EDC	97,72	869,766	,801	.	,971
OpProbAmb_EDC	97,77	869,462	,782	.	,971
ContAltCompTerc_EDC	97,71	868,179	,777	.	,971
CompAmbNProv_EDC	97,82	873,090	,720	.	,971
AdopCAmbActiva_EDC	97,91	873,710	,777	.	,971
EnvPPPTSustentabAmb_EDC	97,78	872,453	,778	.	,971
Interdisciplinar_EdAmbCurrA	97,94	893,559	,289	.	,972
TDisciplinas_EdAmbCurrA	97,42	884,090	,335	.	,972
AordCiências_EdAmbCurrA	94,91	918,866	-,202	.	,974
ADCompAmbJAlunos	98,15	881,413	,577	.	,972
ACDActPresAmb	97,91	877,804	,656	.	,971
PMAFaceAmb	98,06	883,184	,625	.	,972
FDCPró_Ambientais	97,89	873,098	,743	.	,971



### 3.1.28. ASPETO PARCIAL DA INTERFACE DE INTRODUÇÃO DE DADOS DO QUESTIONÁRIO

INQUÉRITO 30 DE JULHO.sav [DataSet2] - IBM SPSS Statistics Data Editor

File Edit View Data Transform Analyze Direct Marketing Graphs Utilities Add-ons Window Help

	Name	Type	Width	Decimals	Label	Values	Missing	Columns	Align	Measure	Role
1	Código	Numeric	8	0	Nº de Question...	None	None	8	Right	Scale	Input
2	Ilha	Numeric	8	0	Ilha	{1, Santo A...	None	8	Right	Nominal	Input
3	Concelho	Numeric	8	0	Concelho	{11, Ribeira ...	None	8	Right	Nominal	Input
4	A1_Sexo	Numeric	8	0	Sexo do Inqueri...	{1, Feminin...	None	8	Right	Nominal	Input
5	A02_Fase...	Numeric	9	0	Fase em que tr...	{1, 1ª fase)...	None	13	Right	Ordinal	Input
6	A03_Idade	Numeric	8	0	Idade do Inquirido	{1, 18 a 25 ...	None	8	Right	Ordinal	Input
7	A04_Habilt...	Numeric	40	0	HabilitaçãoAca...	{1, CFPEB}...	None	13	Right	Nominal	Input
8	A05_Experi...	Numeric	8	0	Experiência Pr...	{1, 0 a 5)...	None	13	Right	Ordinal	Input
9	B06_Part_fo...	Numeric	8	0	participação em...	{0, não)...	None	13	Right	Nominal	Input
10	B071_Unid...	Numeric	8	0	UnidCurricular	{0, não)...	None	8	Right	Nominal	Input
11	B072_Semi...	Numeric	8	0	Seminario	{0, não)...	None	8	Right	Nominal	Input
12	B073_Pales...	Numeric	7	0	Palestra	{0, não)...	None	8	Right	Nominal	Input
13	B074_Confe...	Numeric	8	0	Conferencia	{0, não)...	None	8	Right	Nominal	Input
14	B075_Nova...	Numeric	8	0	NovasTIC	{0, não)...	None	8	Right	Nominal	Input
15	B076_Outra...	String	58	0	OutrasEspecifi...	None	None	8	Right	Nominal	Input
16	B0801_Con...	Numeric	8	0	resultados de c...	{1, MBom}...	None	8	Right	Nominal	Input
17	B0802_Apl...	Numeric	8	0	resultados de a...	{1, MBom}...	None	8	Right	Nominal	Input
18	B0803_Aqui...	Numeric	8	0	resultados de a...	{1, MBom}...	None	8	Right	Nominal	Input
19	B0804_Alter...	Numeric	8	0	resultados na a...	{1, MBom}...	None	8	Right	Nominal	Input
20	B0805_Alter...	Numeric	8	0	resultados na a...	{1, MBom}...	None	8	Right	Nominal	Input
21	B0901_Agua	Numeric	8	0	Agua	{1, Mmais i...	None	8	Right	Nominal	Input
22	B0902_Res...	Numeric	8	0	Residuos	{1, Mmais i...	None	8	Right	Nominal	Input
23	B0903_Biod...	Numeric	8	0	Biodiversidade	{1, Mmais i...	None	8	Right	Nominal	Input
24	B1001_ApC...	Numeric	8	0	ApConhecimen...	{1, Concord...	None	8	Right	Nominal	Input
25	B1002_Desk...	Numeric	8	0	DeskAmbienta...	{1, Conser...	None	8	Right	Nominal	Input

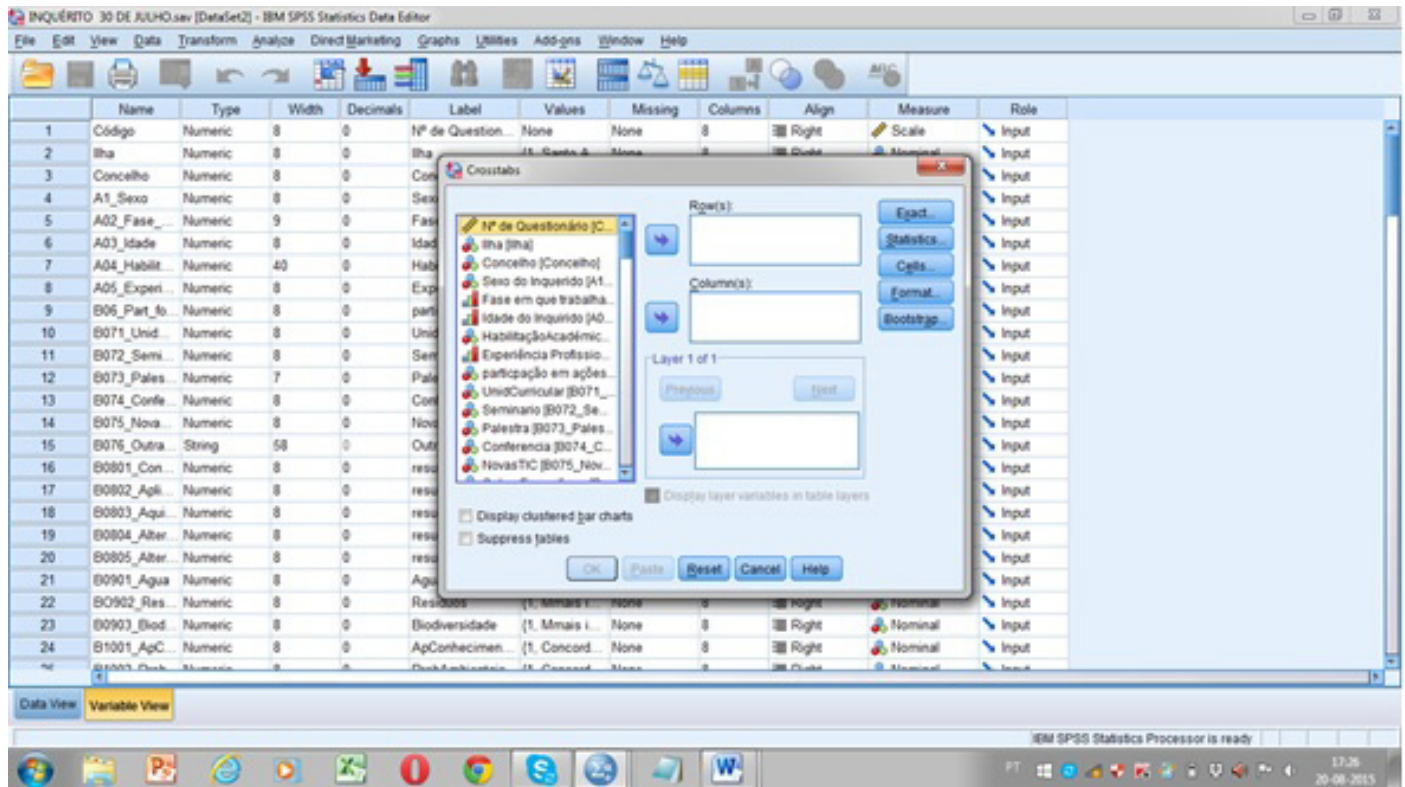
Data View Variable View

### 3.1.29. EXEMPLO DO PROCESSO DE ANÁLISE 1

The screenshot displays the IBM SPSS Statistics Data Editor interface. The main window shows a list of variables with columns for Name, Type, Width, Decimals, Label, Values, Missing, Columns, Align, Measure, and Role. A dialog box titled 'Frequências' is open, showing a list of variables on the left and 'Experiência Professi...' in the 'Variable(s)' field on the right. The 'Display frequency tables' checkbox is checked. Buttons for 'Statistics', 'Charts', 'Format...', and 'Bootstrap' are visible on the right side of the dialog box.

Name	Type	Width	Decimals	Label	Values	Missing	Columns	Align	Measure	Role
1 Código	Numeric	8	0	Nº de Question...	None	None	8	Right	Scale	Input
2 Iha	Numeric	8	0	Iha	{1, Santo A...	None	8	Right	Nominal	Input
3 Concelho	Numeric	8	0	Concelho	{11, Ribeira	None	8	Right	Nominal	Input
4 A1_Sexo	Numeric	8	0	Sexo do Inquer...	{1, Feminin...	None	8	Right	Nominal	Input
5 A02_Fase_...	Numeric	9	0	Fase em que tr...	{1, 1ª fase}	None	13	Right	Ordinal	Input
6 A03_Idade	Numeric	8	0	Idade do						Input
7 A04_Habilit...	Numeric	40	0	Habilitaçã...						Input
8 A05_Experi...	Numeric	8	0	Experiên...						Input
9 B06_Part_fo...	Numeric	8	0	participa...						Input
10 B071_Unid...	Numeric	8	0	UnidCum...						Input
11 B072_Semi...	Numeric	8	0	Seminari...						Input
12 B073_Pales...	Numeric	7	0	Palestra						Input
13 B074_Confe...	Numeric	8	0	Conferen...						Input
14 B075_Nova...	Numeric	8	0	Novas TIC						Input
15 B076_Outra...	String	58	0	Outras TIC						Input
16 B0801_Con...	Numeric	8	0	resultad...						Input
17 B0802_Apli...	Numeric	8	0	resultad...						Input
18 B0803_Aqui...	Numeric	8	0	resultad...						Input
19 B0804_Alter...	Numeric	8	0	resultad...	{1, MBom}	None	8	Right	Nominal	Input
20 B0805_Alter...	Numeric	8	0	resultad...	{1, MBom}	None	8	Right	Nominal	Input
21 B0901_Agua	Numeric	8	0	Água	{1, Mmais i...	None	8	Right	Nominal	Input
22 B0902_Res...	Numeric	8	0	Resíduos	{1, Mmais i...	None	8	Right	Nominal	Input
23 B0903_Biod...	Numeric	8	0	Biodiversidade	{1, Mmais i...	None	8	Right	Nominal	Input
24 B1001_ApC...	Numeric	8	0	ApConhecimen...	{1, Concord...	None	8	Right	Nominal	Input

### 3.1.30. EXEMPLO DO PROCESSO DE ANÁLISE 2




### 3.1.31. EXEMPLOS DE ATAS DE REUNIÕES

**PROGRAMA DE DOCTORADO:  
AVANCES EN LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO**



**ATA DA REUNIÃO DOS GRUPOS FOCAIS NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO**

<b>ATA Nº 001/REPRESENTANTES DOS PROFESSORES ESCOLA CAPELINHA</b>	
<b>1. ASSUNTO</b>	Discussão sobre Programa de Formação de Professores do EB em matéria de EA
<b>2. DESIGNAÇÃO DO GRUPO</b>	Representantes Professores Escola Capelinha
<b>3. DATA E HORA</b>	2 de Junho 2015 - 15:30 Horas
<b>4. LOCAL</b>	Sala de reunião da Escola Capelinha - Praia
<b>5. PARTICIPANTES</b>	Professores Escola Capelinha
<b>6. MODERADORA</b>	Investigadora
<b>7. AGENDA DO ENCONTRO</b> 	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Enquadramento do Trabalho</li><li>2. Apresentação da metodologia do trabalho</li><li>3. Clarificação das instruções e dos objectivos da reunião</li><li>4. Debate sobre o tema: Esboço inicial de uma proposta de educação a distância para o local onde reside</li><li>5. Síntese do encontro</li><li>6. Considerações finais</li></ol>
<b>8. DIVISÃO DAS RESPONSABILIDADES</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Organização do espaço para o encontro: Investigadora</li><li>2. Orientação da reunião e moderação: Investigadora</li><li>3. Registo Audiovisual: Técnico da área</li><li>4. Registo das ocorrências: Todos</li><li>5. Elaboração do memorando sintético do encontro: Investigadora</li></ol>
<b>ATA Nº 001/REPRESENTANTES DOS PROFESSORES ESCOLA CAPELINHA (continuação)</b>	

### 3.1.32. EXEMPLOS DE ATAS DE REUNIÕES - CONTINUAÇÃO

#### 9. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

Aos dois dias do mês de Junho de dois mil e doze, pelas quinze horas e 30 minutos realizou-se na sala de reuniões da Escola Capelinha localizada da Fazenda- Praia, o encontro presencial dos grupos Representantes dos Professores da escola Capelina. Esta foi dirigida pela Investigadora Paulina da Graça.

Após os necessários cumprimentos e agradecimentos, fez-se um enquadramento e breve apresentação da metodologia do trabalho que consistia na discussão à volta da proposta de um Programa de Formação de Professores do EB em matéria de educação ambiental. Após um consenso sobre a metodologia do trabalho foi orientado um debate sobre o tema.

Seguidamente houve alguns esclarecimentos sobre os assuntos discutidos por parte da investigadora / mediadora.

Os principais tópicos abordados durante o debate foram as seguintes:

- Pertinência da Formação
- Perspetiva da Formação
- Propostas de temas a abordar
- Principais necessidades
- Estratégias de articulação
- Sugestões de melhoria

#### 10. PRINCIPAIS RESULTADOS DA REUNIÃO

- Subsídio para elaboração do esboço do programa levantados

Cumprida a agenda da reunião deu-se por encerrada às 17,55 min.

Seguidamente tivemos um lanche-convívio num ambiente muito agradável.



Elaboração: Paulina da Graça





### 3.2.1. DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITO DE IMAGEM E SON 1



PROGRAMA DE DOCTORADO:  
AVANCES EN LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO

## AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE IMAGEM E SOM

Eu Arlindo Teixeira de Barros, professor do Ensino Básico da Escola Hermann Gmeiner mais conhecido por Escola SOS, situado na Cidade da Praia, AUTORIZO, de forma gratuita e sem qualquer ónus a veiculação da entrevista que concedi, filmada no dia 09 de Junho de 2012 para a pesquisadora Maria Paulina Moreira Barreto da Graça visando a sua utilização no âmbito do trabalho de Doutoramento.

A entrevista foi concedida como parte integrante da Pesquisa cujo tema é *Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise dos Programas e suas práticas*, coordenada pela investigadora como membro de um *grupo focal* designado por representantes dos Professores SOS.

Tenho conhecimento que a pesquisa de campo realizada pela referida investigadora em Cabo Verde, envolvendo o depoimento que concedi, tem como principal objetivo o levantamento das necessidades para a elaboração de proposta de um Programa e de um Módulo de Formação de Professores do Ensino Básico em matéria de Educação Ambiental envolvendo as componentes recursos hídricos, biodiversidade e resíduos urbanos.

Tenho, ainda, consciência e conhecimento que o conteúdo (imagem e som) da entrevista concedida poderá ser veiculado em diferentes veículos mediáticos nos formatos de documentários, reportagens e outros e em atividades académico-científicas sem fins lucrativos.

Ainda é do meu conhecimento que todas as vezes que a entrevista for veiculada será devidamente identificada e apresentada como material académico-científico com ênfase investigativa.

E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Praia, 21 de Agosto de 2015

*Arlindo Teixeira de Barros*

Arlindo Teixeira de Barros

### 3.2.2. DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITO DE IMAGEM E SON -2

UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA



PROGRAMA DE DOCTORADO:  
AVANCES EN LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO

## AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE IMAGEM E SOM

Eu, Emílio Fernandes professor do Ensino Secundário *Cesaltina Ramos*, situado na Cidade da Praia, AUTORIZO, de forma gratuita e sem qualquer ónus a veiculação da entrevista que concedi, filmada no dia 23 de Junho de 2012 para a pesquisadora Maria Paulina Moreira Barreto da Graça visando a sua utilização no âmbito do trabalho de Doutoramento.

A entrevista foi concedida como parte integrante da Pesquisa cujo tema é *Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise dos Programas e suas práticas*, coordenada pela investigadora como membro de um *grupo focal* designado por representantes dos Professores SOS.

Tenho conhecimento que a pesquisa de campo realizada pela referida investigadora em Cabo Verde, envolvendo o depoimento que concedi, tem como principal objetivo o levantamento das necessidades para a elaboração de proposta de um Programa e de um Módulo de Formação de Professores do Ensino Básico em matéria de Educação Ambiental envolvendo as componentes recursos hídricos, biodiversidade e resíduos urbanos.

Tenho, ainda, consciência e conhecimento que o conteúdo (imagem e som) da entrevista concedida poderá ser veiculado em diferentes veículos mediáticos nos formatos de documentários, reportagens e outros e em atividades académico-científicas sem fins lucrativos.

Ainda é do meu conhecimento que todas as vezes que a entrevista for veiculada será devidamente identificada e apresentada como material académico-científico com ênfase investigativa.

E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Praia, 21 de Agosto de 2015

*Emílio Mendes Fernandes*

Emílio Fernandes



### 3.2.3. GUIÃO DE VALIDAÇÃO DE ENTREVISTA E GRUPOS FOCAIS

#### GUIÃO DE VALIDAÇÃO DE ENTREVISTAS E GRUPOS FOCAIS

Dimensão	CrITÉrios	Sim	Não
Formulação das questões	Clareza	X	
	Coerência	X	
	Pertinência	X	
	Relação com os objetivos	X	
	Relação com o problema de investigação	X	

#### PARECER

O guião, de uma forma geral, está bem concebido.

Respeita os parâmetros das questões de investigação cujos indicadores são:

- (i) clareza e a coerência entre os objectivos e as questões de investigação; (ii) clareza da linguagem; (iii) pertinência das questões; (iv) mancha gráfica adequada;

Nestes termos, felicita-se à investigadora e considera-se que, após a integração das sugestões de melhoria propostas, o guião estará em condições de ser aplicado.

Com melhores cumprimentos da equipa de validação.

*Alana Monteiro*

Alana Monteiro/ Investigadora na área das TIC.

### 3.2.4. GUIÃO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO 1

PROGRAMA DE DOCTORADO:  
AVANCES EN LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO

UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO EM PESQUISA CIENTÍFICA

**Prezado (a) Professor (a),**

Este formulário destina-se à **fase da validação** do instrumento que será utilizado na recolha de dados em minha pesquisa de campo cujo tema é: Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise dos Programas e Sua Práticas. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o verso desta folha.

As colunas com **SIM** e **NAO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

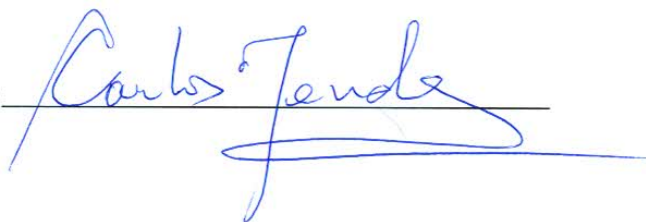
BLOCOS DE QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA		OBJETIVO DA QUESTÃO	Coerência			Clareza		
			Sim	Não	?	Sim	Não	?
Caraterização do inquirido		Recolher dados informativos dos inquiridos	x			x		
Secção 1: Perfil Ambiental do Inquirido	Dimensão sensibilidade	Manifestar o grau de sensibilidade ao ambiente	x			x		
	Dimensão cognitiva	Grau de conhecimentos nos diferentes domínio de estudo	x			x		
	Dimensão atitudinal	Grau de promoção de atitudes ambientais	x			x		
	Dimensão comportamental	Grau de adoção de comportamentos ambientais	x			x		
Secção 2: Perfil Ambiental da comunidade educativa		Recolher opiniões sobre o programa de Educação Ambiental	x			x		

### 3.2.5. GUIÃO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO 1 - CONTINUAÇÃO

#### Perfil do Avaliador

Nome do Avaliador	Título Académico	Instituição de Trabalho	Função que desempenha	Experiência Profissional
Carlos Alberto Mendes	Mestre em Demografia	Instituto Nacional de Estatística	Coordenador técnico-metodológico: Unidade de pesquisa e desenvolvimento metodológico	Estatístico-Demógrafo, Amostrita, cordenador das pesquisas junto dos agregados familiares no Instituto Nacional de estatística, Professor Universitário: disciplina de Metodologia de Investigação científica , Estatística..

Assinatura do Avaliador:



Carlos Alberto Mendes  
[Carlos.Mendes@ine.gov.cv](mailto:Carlos.Mendes@ine.gov.cv)

### 3.2.6. GUIÃO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO 2

PROGRAMA DE DOCTORADO:  
AVANCES EN LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO



FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO EM PESQUISA CIENTÍFICA

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário destina-se à **fase da validação** do instrumento que será utilizado na recolha de dados em minha pesquisa de campo cujo tema é: Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise dos Programas e Sua Praticas. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o verso desta folha.

As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

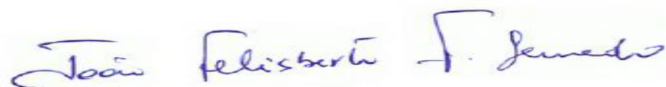
BLOCOS DE QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA		OBJETIVO DA QUESTÃO	Coerência			Clareza		
			Sim	Não	?	Sim	Não	?
<b>Caraterização do inquirido</b>		Recolher dados informativos dos inquiridos	X			X		
<b>Secção 1: Perfil Ambiental do Inquirido</b>	Dimensão sensibilidade	Manifestar o grau de sensibilidade ao ambiente					X	
	Dimensão cognitiva	Grau de conhecimentos nos diferentes domínio de estudo	X			X		
	Dimensão atitudinal	Grau de promoção de atitudes ambientais	X			X		
	Dimensão comportamental	Grau de adoção de comportamentos ambientais	X			X		
<b>Secção 2: Perfil Ambiental da comunidade educativa</b>		Recolher opiniões sobre o programa de Educação Ambiental	X			X		

### 3.2.7. GUIÃO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO 2 - CONTINUAÇÃO

#### Perfil do Avaliador

Nome do Avaliador	Título Académico	Instituição de Trabalho	Função que desempenha	Experiência Profissional
1. João Felisberto Semedo	Doutorado	Universidade de Cabo Verde	Prof. Auxiliar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Diretor Mestrado Didáctica da Matemática (Presente)</li><li>• Presidente do Conselho Diretivo do Departamento de Ciências e Tecnologia – Universidade Pública de Cabo Verde (2012 – 2015)</li><li>• Presidente do Conselho Pedagógico do DCT (2012)</li><li>• Diretor Mestrado TIC e Educação (2012 – 2014).</li><li>• Diretor Mestrado Matemática e Aplicações (2013 – 2015).</li><li>• Presidente da Comissão Científica para as áreas de Ciências Exatas (Matemática, Física e Química) no Conselho Científico para as áreas de Ciências Exatas, Tecnologias e Engenharias &amp; de Ciências da Natureza, da Vida e do Ambiente (2012 – presente)</li></ul>

Assinatura do Avaliador:



### 3.2.8. GUIÃO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO 3

PROGRAMA DE DOCTORADO:  
AVANCES EN LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO



FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO EM PESQUISA CIENTÍFICA

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário destina-se à **fase da validação** do instrumento que será utilizado na recolha de dados em minha pesquisa de campo cujo tema é: Educação Ambiental em Cabo Verde: Análise dos Programas e Sua Práticas. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o verso desta folha.

As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

BLOCOS DE QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA		OBJETIVO DA QUESTÃO	Coerência			Clareza		
			Sim	Não	?	Sim	Não	?
Caraterização do inquirido		Recolher dados informativos dos inquiridos	X			X		
Secção 1: Perfil Ambiental do Inquirido	Dimensão sensibilidade	Manifestar o grau de sensibilidade ao ambiente	X			X		
	Dimensão cognitiva	Grau de conhecimentos nos diferentes domínio de estudo	X			X		
	Dimensão atitudinal	Grau de promoção de atitudes ambientais	X			X		
	Dimensão comportamental	Grau de adoção de comportamentos ambientais	X			X		
Secção 2: Perfil Ambiental da comunidade educativa		Recolher opiniões sobre o programa de Educação Ambiental						



#### Perfil do Avaliador

Nome do Avaliador	Título Académico	Instituição de Trabalho	Função que desempenha	Experiência Profissional
1. Mestre Carlos Mendes		Instituto Nacional de Estatística		
2. Doutor João Felisberto Semedo				
3. Arlindo Mendes Vieira	Doutor	Universidade de Cabo Verde	Professor e Coordenador de curso de Ciências da Educação	Responsável pela implementação do Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens (SNAAP) no ME; Autor da Primeira versão de Carta Educativa do Conselho de Santa Cruz; Vogal do Conselho Diretivo do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV); Coordenador do curso de Ciências da Educação na Uni-CV.

Assinatura do Avaliador:



Paulina da Graça  
barreto.paulina4@gmail.com  
002389821962/2621180

### 3.3. TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA E DOS GRUPOS FOCAIS

<b>GRUPO FOCAL Nº 001</b>	
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>GRUPO FOCAL PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO-CAPELINA</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>SALA ARRUMADA EM SEMI-CÍRCULO</b>
<b>DATA E DURAÇÃO</b>	<b>2 DE JUNHO DE 2012 – 58 MIN</b>
<b>LOCAL</b>	<b>SALA DE AULA DA ESCOLA CAPELINA - FAZENDA/PRAIA</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO-3ª FASE</b>
<b>HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PARTICIPANTES</b>	<b>CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO</b>
<b>TÉCNICA DE REGISTO</b>	<b>AUDIOVISUAL</b>
<b>AMBIENTE DE DISCUSSÃO</b>	<b>NATURALIDADE, INTERESSE, FRANQUEZA</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES</b></li> <li><b>2. ENQUADRAMENTO</b></li> <li><b>3. DEBATE</b></li> <li><b>4. SÍNTESE</b></li> </ol>



**Qual é a vossa opinião sobre a pertinência de um Programa de Educação Ambiental dirigido aos programas do Ensino Básico de Cabo Verde?**

**R**1- Na minha opinião, deveria haver um Programa de Educação Ambiental para os professores do Ensino Básico porque não temos tido nenhuma formação para implementar, portanto o Programa nos alunos. Acho que deveria ter um programa, acho que este programa é útil para os professores sentirem mais responsabilizados em tratar esta questão, para terem também conhecimento mais específicos para trabalhar com os alunos porque os professores do Ensino Básico não tiveram esta formação.

**R**2- Complementando a ideia da minha colega Fernanda, quando fizeram o Programa, não levaram em conta a necessidade dos professores. Não levaram em conta esta grande necessidade dos professores do EB em terem a formação bastante abrangente na área do EB. Deveria levar em conta que é uma das disciplinas mais priorizadas tendo em conta que tudo está a girar a volta do ambiente, nomeadamente em ciências económicas, saúde e tudo mais. Deveria haver o programa para os professores sentirem mais a vontade para puderem transmitir os conteúdos científicos e também os práticos.

**R**3- Eu concordo com a professora Fernanda e com a professora Nilza. Eu acho que há necessidade da existência de um programa de educação ambiental porque não temos. Primeiro porque não temos e porque a questão ambiental é uma questão que deve ser priorizada porque tudo gira à volta do ambiente e nós não podemos em nenhum momento esquecer de que o ambiente, ele existe e nós de certa forma, dependemos do ambiente. Então acho que este programa que se pretende conceber, ele vem responder de certa forma a lacuna que existe a nível do Ensino Básico do programa do Género que também acho que deveria ser um programa orientador para os professores para conhecerem o conteúdo. Também quanto aos conteúdos, que a Dra. Paulina disse que irão ser retratados, nomeadamente recursos hídricos e resíduos urbanos eu acho que há mesmo esta necessidade. Por isso acho que seria muito que este programa fosse concebido para os professores do Ensino Básico.

**Como acham que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da Educação ambiental tendo em conta as necessidades que sentem?**

**R**<sup>2</sup>- Eu acho que desde agora devia haver uma disciplina específica para a educação ambiental. Assim como nós temos a disciplina de Língua Portuguesa, Matemática etc. porque nós trabalhamos a educação ambiental dentro das outras disciplinas as vezes agente sente que deveria haver disciplinas específicas para a educação ambiental porque é tanta coisa para tratar no ambiente e trabalhando a educação ambiental dentro das outras disciplinas eu acho que fica um bocadinho pobre e para ter esta disciplina os professores também devem ser formados com uma disciplina específica para poder leccionar esta disciplina. Para isso os professores têm que ter uma grande bagagem pois têm que conhecer os conceitos, as consequências da não educação ambiental e não só os conceitos mas também a parte pratica. As vantagens de ter a educação ambiental. É a minha opinião, eu sinto que quando agente trabalha a educação ambiental num texto as vezes fazemos apenas referências a ele e mesmo em Ciências Integradas trabalhamos de uma forma relâmpago. O objetivo central da aula não é ambiente mas tendo a educação ambiental como disciplina tem outro tratamento.

**R**<sup>1</sup>. Também concordo com a Professora Nilza. Tratando de uma disciplina os alunos já terão uma certa responsabilidade acerca do ambiente porque como a professora Nilza disse nós sempre falamos disso mas de forma muito superficial mas tendo já como uma disciplina as coisas podem melhorar no professor. Já podem ter uma ideia diferente daquilo que se pode trabalhar.

**R**<sup>3</sup> Na verdade eu estava a fazer uma pequena confusão. Porque quando a professora Nilza disse que precisamos nós os professores portanto o currículo é necessário ter uma disciplina de educação ambiental eu estou a pensar que é como nós temos Língua Portuguesa, Matemática Ciências Integradas para trabalhar na sala de aula que devemos ter a integração da educação ambiental como uma disciplina. Agora a questão que eu acho é a questão da modalidade, é como conceber o programa para os professores. Tendo em conta que temos agora disponível a sociedade com a evolução das novas tecnologias. Nós os professores temos que ter a ideia em função da aprendizagem ao longo da vida temos várias opções. Se tivéssemos um programa voltado para os professores eu acho que uma das modalidades que podemos ter é a formação à distância com recurso a novas tecnologias e então complementar com workshops e com seminários. Temos por exemplos várias disciplinas dentro do programa e depois podemos ter em conta periódicos para complementar. Eu acho que esta deve ser uma opção.

**R**<sup>2</sup>- Neste momento não há outra forma. Pode ser difícil. As próximas formações para os professores deviam pensar mesmo na disciplina de educação ambiental. Nós estamos agora a trabalhar será bastante difícil a formação de base.

**R**<sup>1</sup>- Acho que depois dessas sessões presenciais marcar por exemplo quinzenalmente para encontro de professores para realização de jogos ambientais, projetos de oficinas ambientais.

## Apresentem propostas de temas ambientais que considerem pertinentes

**R**.2 Eu tinha apontado aqui alguns temas. Dentro deles tinha apontado a biodiversidade, mudanças climáticas, que podemos trabalhar a nível nacional ou a nível global e seu impacto em Cabo Verde e o seu impacto global e também traz consigo a subida do maré, o movimento de temperaturas e temos a questão do tratamento de resíduos, proteção de fauna e flora e também das espécies marinhas. Temos a questão da degradação da água. Quando digo a degradação da água, estou a falar da rede que nós temos aqui em Cabo Verde que não é de boa qualidade. Acho que não há controlo de qualidade. É só ver o aspeto da água que recebemos nas nossas casas. É preciso ser integrado controlo de qualidade. Já que a água é um bem precioso e toda a gente necessita dela e então também temos que ter o controlo de qualidade. Temos a questão de exploração excessiva de recursos que também temos que falar disso porque a exploração excessiva porque esta questão pode provocar a pobreza e a degradação do ambiente.

**R**2- Eu acho que todos os temas que a professora Celi-na mencionou são todos pertinentes. Eu ainda quero acrescentar mais alguns temas como por exemplo: Ambiente e Economia, Ambiente e Saúde e geralmente nós não incluímos o nós e também o Ambiente na paz. Quanto ao ambiente na paz, eu sempre digo aos meus alunos que basta eu tentar dar bem com os colegas estou a preservar o meio ambiente. Também devemos tratar o ambiente. Basta tentarmos mudar a violência, conversar e dialogar eu acho que isto dá um bocadinho de contribuição para melhorar a situação que estamos vivendo neste momento em Cabo Verde.

**R**3 Uma designação agora muito utilizada é a cidadania planetária que é ver o globo mesmo, o planeta como um ser vivo para que possamos ter a consciência de que é necessário tratar o ambiente ou seja tratar o planeta como ser vivo.

**Que condições técnicas e financeiras acham que devem ser criadas para se implementar um Programa de Formação de Professores?**

**R**1- Eu penso que primeiro temos que adaptar os materiais existentes e criar os novos.

**R**2- Eu não sei bem se existe um orçamento de estado para o Ambiente. Devia haver um orçamento para a Educação Ambiental. Se houver um financiamento nas escolas vamos conseguir realizar as atividades por exemplo atividades de reutilização. Se houver verbas. As vezes o orçamento não chega nas escolas. Fazíamos jardinagens nas escolas e oficinas. Podíamos sair com os alunos para outros espaços. É através de força de utilização que se poderá resultar alguma coisa. Teoria é quase toda a gente sabe mas agora a prática é que precisamos. Precisamos mesmo do trabalho de choque. A Professora Paulina se recorda do trabalho nas escolas nos anos anteriores? Aquilo foi muito bom porque vi que os alunos conseguiram mudar muita coisa pelo menos a mentalidade na medida em que vimos muita coisa feia que não era bom para ver mas que serviu para alguma coisa.

**R**3- Eu acho a ideia muito interessante porque quando temos disponíveis recursos financeiros e materiais estaremos mais a vontade para fazer o nosso plano, para planificar as nossas ações. As vezes, nós temos ideias mas as ideias não ficam implementadas porque não existem recursos que permitam a implementação das ideias. Primeiramente é preciso existir a vontade política, eu acho que ela existe. Existe a lei da educação ambiental e a nível do ministério existem um departamento de educação ambiental mas na verdade os professores não têm conhecimento do que é essa rede de educação ambiental. Não há socialização. Podia haver mais socialização e mais integração dos professores porque os professores têm muitas ideias e estão no terreno e sabem mais ou menos o que é que é necessário. Em relação aos recursos financeiros também eu acho que há que haver melhor coordenação entre os ministérios porque temos Ministério do Ambiente de Recursos Marinhos temos outros Ministérios que devem também estar preocupados com a questão ambiental. Se houver programas e projetos a nível de ministérios para que projetos e programas existentes tenham um reflexo na verdade porque a escola é o melhor local portanto as crianças são veículos mais evidentes, mais importante para levar a mensagem da educação ambiental.

## Como avaliam a integração das componentes Educação Ambiental nos Programas Ambientais já concebidos?

A nível das condições técnicas, na linha de pensamento da implementação de formação à distância, temos que ter condições técnicas, temos que ter a plataforma para a formação à distância. Os professores também têm que ser formados a nível de novas tecnologias. Tem que se fazer oficinas para saber como funciona a plataforma. Então são necessários recursos para a criação da plataforma. Existem um conjunto de recursos financeiros e técnicos que devem ser criados para que o programa seja implementado verdadeiramente.

**R**1- Acho que deve se investir na investigação - ação de modo a apoiar os programas de educação ambiental.

**R**1- Ali eu penso que se deve realizar um Questionário aberto para avaliar primeiro a metodologia e material de apoio ao programa e ver se estes materiais estão a contribuir para a melhoria da prática pedagógica.

**R**2- É uma questão complexa. Não é fácil mas eu por exemplo enquadrado no projeto com a Professora Paulina eu vi que houve muitas mudanças. Os guardanapos de papel foram substituídos pelos de pano, Mesmo na sala de aula em termos de higiene. Os alunos ficaram a fazer o lanche levando os vasos reutilizados. Uma das formas de avaliar seria a observação.

## Quais são as estratégias de articulação entre os ministérios, na elaboração de um programa de Educação Ambiental?

**R**<sup>3</sup>- O que nós observamos é que existem várias intervenções pontuais das várias instituições por exemplo o Ministério de Educação, temos a Direção Geral do Ambiente todas têm incluídos nos seus programas, atividades de intervenção ambiental mas são feitas mais no dia do ambiente nas datas mais comemorativas. Eu acho que é preciso fazer um programa mais continuado. E para isso seria bom que estas instituições reunissem e fizessem um programa único onde cada umas das instituições teriam as suas atividades bem definidas de forma complementarem-se para haver melhor articulação. Por exemplo se eu souber que a ADAD está a fazer uma atividade a nível do horto, uma outra instituição pode fazer uma outra atividade para poder complementar.

**R**<sup>2</sup>- Deve ser um trabalho conjunto. Geralmente todos fazem a mesma coisa. Muitas vezes todos fazem a mesma coisa. Cada um deve atacar uma frente.

**R**<sup>3</sup> - Se há um grupo que está a trabalhar o horto escolar há um outro paralelamente que trabalha a questão da água. Há um outro grupo que faz em relação aos resíduos. Pode não ser no mesmo local. A escola pode ser beneficiado com visita de estudo e uma outra instituição daqui há uma semana ou duas semanas fazer a mesma coisa. Isso não, há que diversificar também em sectores diferentes. Só para realçar, há por exemplo a nível do projeto "Global" que estão a trabalhar com as pessoas infetadas e afetadas com as pessoas com SIDA sessões de IEC, Informação, Educação e Comunicação, IEC. A nível do Programa Concelhio pode existir sessões de IEC com as crianças. É lógico que a questão da educação, ela é mais complexa porque o resultado não é imediato mas sim é um resultado mais ao longo prazo mas também nós observamos que não é apenas as crianças. Temos também as vendedeiras que também são pessoas que produzem muito lixo e trabalhar o aspeto de IEC para a consciencialização das pessoas.

## Que comentários e sugestões deixam às instituições ambientais para as melhorias das suas actuações

**R**<sup>1</sup>- Eu acho que se deve estimular as empresas, instituições públicas e privadas para criarem um programa destinado a capacitação de todos os trabalhadores para o controlo do meio ambiente. Assim como as repercussões no processo produtivo do meio ambiente a nível das empresas, instituições públicas e privadas.

**R**<sup>3</sup>- Já que a professora Fernanda tocou no assunto também pode-se no pacote geral ter uma quantia destinada à Educação Ambiental. As ONGs podem apresentar projetos. É o que nos faz falta. Com a questão ambiental é uma questão que abrange a todos então dentro da parte social pode-se ver esta quantia.

**R**<sup>2</sup> - Acho que deve se ter mais programas televisivos.

**R**<sup>1</sup>- Tornar-se os meios de Comunicação Social um dos colaboradores.

**R**<sup>3</sup>- Eu acredito que atualmente nas bibliotecas das Universidades normalmente as pessoas que fazem licenciatura e mestrado fazem projetos e não há a implementação e às vezes são ideias muito boas. As Universidades poderiam fazer a seleção dos projetos relacionados com o ambiente e ver a possibilidade da sua implementação e ver o que se pode fazer com as ideias. Porque há bons projetos que depois acabam por perder-se porque não há uma socialização.



<b>GRUPO FOCAL Nº 002</b>	
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>GRUPO FOCAL PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO-SOS</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>SALA ARRUMADA EM SEMI-CIRCULO</b>
<b>DATA E DURAÇÃO</b>	<b>9 DE JUNHO DE 2012 – 60 MN E 23 SEG</b>
<b>LOCAL</b>	<b>SALA DE AULA DA ESCOLA CAPELINA - FAZENDA/PRAIA</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO-3ª FASE</b>
<b>HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PARTICIPANTES</b>	<b>CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO</b>
<b>TÉCNICA DE REGISTO</b>	<b>AUDIOVISUAL</b>
<b>AMBIENTE DE DISCUSSÃO</b>	<b>NATURALIDADE, INTERESSE, FRANQUEZA</b>
<b>CONDUÇÃO DO GRUPO FOCAL</b>	<b>INVESTIGADORA</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES</b></li> <li><b>2. ENQUADRAMENTO</b></li> <li><b>3. DEBATE</b></li> <li><b>4. SÍNTESE</b></li> </ol>

**Qual é a vossa opinião sobre a pertinência de um Programa de Educação Ambiental dirigido aos programas do Ensino Básico de Cabo Verde?**

**R**<sup>1</sup>-Eu acho que é pertinente a criação de um Programa de Educação Ambiental para os Professores do EB porque não havendo um Programa cada Professor trabalha um aspeto, trabalha umas atividades que ele mesmo considere que é importante para ele mas que entretanto pode não ser importante para aquilo que se pretende no trabalho ambiental. Então havendo um programa é algo para toda a gente. Quando se trabalha um programa na ilha de Santiago, na ilha Brava também se faz a mesma coisa, na ilha do Fogo se faz a mesma coisa e assim nós estaremos em sintonia e não estaríamos a trabalhar aquilo que eu quero, que eu goste, mas aquilo que é importante. Eu creio que é muito importante a elaboração deste programa para pudermos falar a mesma Língua. Tratar do mesmo assunto a nível nacional e também de acordo com a faixa etária, de acordo com as classes que nós lecionamos. Por isso eu creio que é necessário e importante.

**R**<sup>2</sup>- Eu concordo plenamente com aquilo que a minha colega disse. Um programa traça as linhas orientadoras. Como ela disse, tendo um programa os professores não vão trabalhar o conteúdo que acham importante e os outros podem não trabalhar porque pode não achar importante. Tendo o programa e com as linhas orientadoras traçadas, como disse a colega, quando se trabalha um programa numa ilha está a se trabalhar no país todo. Isto pode contribuir para que se pretenda a nível governamental, a nível do país e a nível planetário.

**Como acham que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da Educação ambiental tendo em conta as necessidades que sentem?**

**R**<sup>2</sup>- Na minha opinião, para já pensar para a Formação de Professores, sabemos que há várias escolas de Formação de Professores nomeadamente do Secundário e do Básico e nós estamos a dar atenção aos professores do Ensino Básico. Logo, nos programas de várias disciplinas para a formação de professores deve ser incluído uma área de Educação Ambiental na Formação de Professores. Mas para os que já tem Formação podem também ter sessões que possam ajudar no trabalho do dia-a-dia. Tendo a formação à distância como costumamos ter na área de Educação para a Cidadania que tem temas ambientais dentro desse programa. Outro exemplo de Formação à distância que nós costumamos ter é sobre “Vida Escolar Saudável” que também já foi passada na rádio educativa portanto a aposta é na formação inicial dos professores mas também pode-se fazer encontros do tipo que estamos a fazer outros para se debater ideias, fazer palestras mas nesses encontros, nestas formações, na minha opinião eu acho que deve-se ir ao fundo da questão porque faz-se muito sobre a educação ambiental mas muitas pessoas não estão sendo educadas ambientalmente. Vê-se hoje em dia muitas pessoas colocam o lixo no chão outras, dizem que se não colocarem o lixo no chão os funcionários da Câmara, quem faz os serviços de limpeza não vão encontrar o emprego. Quer dizer é desculpa que arranjam para poderem colocar o lixo no chão. Graças a Deus agora há muitas pessoas que fazem reciclagem. Algumas até vivem deste trabalho de reciclagem. Agora aproveito para passar aquilo que foi a notícia na roda pé esta semana sobre a reciclagem do lixo eletrónico que os trabalhadores do NOSI fizeram. Sempre fazer reciclagem e transformar-se lixo no luxo.

**R**1- Eu também concordo com as palavras do meu colega mas eu queria acrescentar mais uma coisa, ele disse formação mas eu queria acrescentar mais uma coisa, formação específica de professores. Assim como temos professores de Matemática, professores de Língua Portuguesa então acho que seria interessante uma formação para a Educação Ambiental. Por isso acho que havendo um professor específico para a formação ambiental. Não sei qual será o nome mas deve ter professores específicos para esta questão. Porque sendo esta questão muito pertinente, nós estamos a ver o lixo, a poluição tantos males que o nosso ambiente padece. Eu creio que deve ter uma ação mais forte para pudermos combater este mal. Parece que a coisa é assim tão simples, está na moda. A verdade é que as vezes as pessoas não têm a consciência que a coisa é muito grave.

Havendo esta disciplina, um professor formado para trabalhar esta disciplina parece-me ideal. Para além disso eu acho que por exemplo esta disciplina ela está diluída dentro das disciplina das Ciências Integradas. Pronto eu uso uma hora, dois dias para me dedicar sobre a educação ambiental. Devia também haver este tempo para a Educação Ambiental. Assim eu creio que despertaria mais interesse e não se pense que não é algo que a professora dá de vez em quando mas sim está no horário. Havendo esta programação, seria óptimo.

## Apresentem propostas de temas ambientais que considerem pertinentes

**R**<sup>1</sup> Eu ao ver esta questão fiz uma breve listagem de conteúdos por exemplo: Lixo/ Reciclagem; Apanha desenfreada da areia; Cortes desenfreadas de árvores; A questão de poupança da água porque nós somos um país que padece muito da água; Preservação das espécies endémicas tanto animais como plantas.

**R**<sup>2</sup>-Estou plenamente de acordo com a minha colega. Estes temas apresentados são pertinentes. Também pode-se reforçar a reciclagem, os resíduos urbanos. Nós fazemos parte de uma sociedade de consumidor. Hoje em dia nós consumimos todos os tipos de produtos, consumimos empacotados, enlatados, consumimos produtos electrónicos. Vê-se nos arredores das oficinas, muitos carros velhos, muitas carcaças de carros não usados vimos restos de construções num determinado lugar. Felizmente agora já temos o Aterro Sanitário que vai contribuir enormemente para o nosso ambiente De uma forma geral para combater os problemas da água, há vários processos, há vários trâmites. Desde a própria urbanização com redes de esgotos mas tem que ser um trabalho bem feito. Tentar consciencializar os alunos ou os próprios agricultores por não sabemos os alunos o que é que vão ser. Fazer a reutilização da água é muito importante, tentar passar mensagem de não poluir a água. Porque às vezes a água que devia ser consumido para o consumo não dá nem para tomar banho quanto mais para o consumo. É preciso fazer uma aposta muito forte. Apostar fortemente na dessalinização da água porque ainda há falta da água em Cabo Verde sabendo que há muitos centrais dessalinizadoras.

**R**<sup>1</sup>- Eu gostaria só de dizer que talvez aqui neste caso a solução passa pela intervenção governamental pois isto não depende somente das pessoas. Tentar resolver.

**Que condições técnicas e financeiras acham que devem ser criadas para se implementar um Programa de Formação de Professores**

**R**2- Nota-se que agora fala-se muito de técnicas dos 3 Rs. Nota-se que em Cabo Verde há muitas áreas descobertas. Deve-se tentar fazer a cobertura vegetal. Desde babosa, cissal mas também acácias e outras espécies. A reflorestação também seria uma aposta forte. Também tentar preservar as espécies animais e vegetais. Pode-se tentar encontrar outras espécies. Antes não se falava da produção de arroz em Cabo Verde. Hoje não é novidade pois já foi produzida uma boa quantidade de arroz.

**R**1- Qualquer projeto depende muito senão essencialmente de recursos financeiros. As vezes temos ideias muito brilhantes mas não tendo a parte financeira o projeto não anda. Então eu creio que se deve investir e trazer benefícios para o país. Eu creio que deve-se ter um financiamento próprio para tal. A formação à distância é o que parece mais fácil porque já temos a rádio educativa. Já existe esta prática noutras disciplinas. Debates e palestras também é algo que se consegue fazer com facilidade. As sessões presenciais, também acho que é possível mas aqui deve ter melhor elaboração visto pronto, cada um tem o seu horário. Através do Instituto Pedagógico agora Instituto Universitário de Educação pode se fazer esta formação. Não é impossível. Recebíamos as tais sessões presenciais. Alguma coisa é mais difícil mas há coisas fáceis de se fazer. Eu acho que não devia dar de forma transversal mas sim como unidade didática.

**R**2- É fundamental criar um fundo específico para este fim. Associado ao programa deve-se produzir manuais mais atrativos, mais coloridos que chamem mais atenção, com textos educativos relacionados com a educação ambiental. Continuar a apostar na formação. Os professores precisam saber como implementar o programa.

**Que estratégias de articulação acham que devem existir entre os ministérios, na elaboração de um programa de Educação Ambiental**

**R**2- Felizmente temos algumas organizações que lidam com as questões ambiental nomeadamente ADAD, DGA, Biosfera, PNUA e temos mais. Como ambas as instituições trabalham para o mesmo fim. Uma das estratégias é saber numa determinada altura, qual é o local de actuação de uma determinada instituição. Já outras instituições que trabalham para o mesmo fim, se uma, trabalha num local outra deve trabalhar noutra local dando melhor abrangência. Podia ser umas das estratégias a ser implementada.

**R**1- Eu a percepção que eu tenho é que estas instituições estão dissociadas. Na minha opinião cada uma trabalha à sua maneira. Não há uma ligação entre as entidades ambientais. A verdade é que não vemos praticamente estas instituições nas escolas a não ser no dia do Ambiente, 5 de Junho. Eu creio que devia ser mais permanente as atividades destas instituições com as escolas. Porque é uma instituição vocacionada para o ambiente. As vezes, nós vemos durante um ano que existe algum vazio em termos ambientais. Chega no dia 5 de Junho é que ouvimos falar do ambiente. A minha sugestão é que não existisse este vazio. Ambiente para estas instituições devia ser todos os dias. As entidades ambientais deviam estar mais sintonizados. Estando mais sintonizados eu trabalho, por exemplo em prol da biodiversidade e outros trabalham em outras áreas etc. Eu creio que deve existir mais ações, mais energia diversificar as ações a volta da ilhas de Cabo Verde.

## Como avaliam a integração das componentes Educação Ambiental nos Programas Ambientais já concebidos?

R2- Em termos de avaliação do programa em si, se eu se fosse um técnico de validação, uma das coisas que irei ver é a própria concepção do programa, a estrutura do programa e depois irei ver a pertinência do programa tem e tentarei prognosticar o impacto do programa. Fazer um programa mas com objetivo já traçado.

Em termos do conteúdo pode-se ter em conta vários instrumentos: questões orais e escritas. Pode-se ver as acções práticas por exemplo ver as atitudes perante uma determinada situação. Observação direta.

R1- Eu também, eu vou nesta mesma linha de pensamento do Professor Arlindo. Eu anotei que devia-se fazer a observação direta das atitudes das acções porque a meu ver falta mesmo isso. Implementa-se o programa na prática não se vê, não se tenta ver, não se tenta avaliar. Se não tem nenhum impacto positiva na vida do individuo então não teve efeito. Deve-se também fazer questionário com perguntas pertinentes que vão ao fundo da questão. Queria só dizer que deve-se fazer testes nestes casos e ver em que pé andam as coisas. Eu creio que as vezes estamos a dar ênfase à parte teórica eu acho que deve-se dar uma grande atenção a parte pratica. Eu acho que é a parte pratica é que vem dar resposta a estas questões

R2- Deve-se inculir nas pessoas que não se deve deixar de colocar uma casca de banana só porque as pessoas estão a ver portanto isto não é mudança de atitudes.

Vê-se o esforço das Instituições locais das Camaras Municipais. Vê-se o esforço que as Camaras Municipais fazem. As vezes o horário de recolha de lixo não seja mais adequada. Talvez devia fazer a recolha a partir das 9 horas da noite. Quanto às instituições nacionais televisivos nacionais talvez deve ser aumentar os técnicos no terreno em termos dos responsáveis para cada área.



**Que comentários e sugestões deixam às instituições ambientais para as melhorias das suas atuações**

**R**1- Tenham mais ações, mais energias e ações mais viáveis. É preciso ver para todo o lado estas ações por exemplo de cariz ambiental. Devem ser mais cuidadosos neste aspeto. Programas educativos televisivos como a rádio educativa. Os alunos querem saber mais, sentem-se preocupados.

**R**2 Eu estou de acordo com a recolha porta-a-porta. A recolha deve continuar da forma como está. Se há mais energia eólica bem-haja. Deve-se apostar no aumento da cobertura vegetal.

<b>GRUPO FOCAL Nº 003</b>	
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>GRUPO FOCAL REPRESENTANTES DO MED</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>SALA ARRUMADA EM SEMI-CÍRCULO</b>
<b>DATA E DURAÇÃO</b>	<b>21 DE JUNHO DE 2012 – 59 MN</b>
<b>LOCAL</b>	<b>SALA DE CONFERÊNCIAS DA DELEGAÇÃO DO MINISTÉRIO - PLATEAU</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>COORDENADORES PEDAGÓGICOS</b>
<b>HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PARTICIPANTES</b>	<b>CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO</b>
<b>TÉCNICA DE REGISTO</b>	<b>AUDIOVISUAL</b>
<b>AMBIENTE DE DISCUSSÃO</b>	<b>NATURALIDADE, INTERESSE, FRANQUEZA</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>INVESTIGADORA</b>
	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES</b></li> <li><b>2. ENQUADRAMENTO</b></li> <li><b>3. DEBATE</b></li> <li><b>4. SÍNTESE</b></li> </ol>

## **Qual é a sua opinião sobre a pertinência de um Programa de Educação Ambiental dirigido aos programas do Ensino Básico de Cabo Verde?**

**R**<sup>1</sup> -Eu acho que é muito importante a educação ambiental. Hoje mais do que nunca precisamos nos conscientizar dos fenómenos ambientais. Há que criar uma consciência cósmica. Não se pode começar melhor do que no Ensino Básico sabendo que é mais fácil moldar as crianças e sensibilizá-las em relação às questões ambientais. No programa, a educação a nível do ensino básico deve incluir o ambiente. O tema ambiental é trabalhado esporadicamente no ensino básico sobretudo quando se comemora o dia mundial do ambiente. Não há um programa por isso deve se criar um programa porque não tendo um programa cada professor trabalha o ambiente de uma forma fragmentada, isolada e esporádica. Não há uma articulação entre as disciplinas. Penso que é um tema que deve ser trabalhado de uma forma transversal. Criando programa será uma mais-valia para todos nós. Na formação inicial dos professores não tem. Falta a formação nos professores. Os professores manifestam alguma insegurança ao tratar os temas ambientais. Acho que é tema interessante. Não havendo um programa, cada um trabalha de forma esporádica e fragmentada.

**R**<sup>2</sup> Eu tive que refletir e até pesquisar um pouco no programa e ver até que ponto que este conteúdo é tratado no programa.

Interessante é que descobri que realmente nas Ciências Integradas existem conteúdos relacionados com educação ambiental do 2º ao 6º ano.

Na segunda fase existem conteúdos nomeadamente: sol, ar água. Na terceira fase temos: distribuição da população no espaço, ação do homem sobre o ambiente, crescimento da população, gestão dos recursos naturais, poluição entre outros, mas também temos vários objectivos nomeadamente:

Compreende a má utilização dos recursos naturais, compreender a necessidade de reduzir ao mesmo tempo, referir problemas causados pela poluição, identifica diversos tipos de poluição.

**Como acham que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da Educação ambiental tendo em conta as necessidades que sentem?**

É muito pertinente este programa com conteúdos relacionados com o nosso ambiente. Pensar num programa autónomo.

**R**<sup>3</sup> Complementando o meu colega Belmiro no programa antigo, já tinha elementos sobre a educação ambiental.

Agora com a revisão curricular foi elaborado o Plano de ação da educação ambiental nos currículos do ensino básico e secundário e este programa que já está a ser implementado contém o reforço da integração curricular a nível do ensino básico de forma transversal ou seja em todas as disciplinas. Na decorrência disso será necessário a formação de professores no sentido de reforçar os conhecimentos lá onde existem mas também os que não tem que nos possibilita abordar esta temática nomeadamente a temática ambiental em todas as fases do EB. Eu vejo com bons olhos este Programa no sentido de reforçar as competências e reforçar a eficácia de leccionação de conteúdos ambientais do ensino básico. Há um programa regional de educação ambiental para apoiar a produção do material pedagógico.

**R**<sup>1</sup>- O senhor Belmiro tocou num assunto importante que é a referência ao PFIE que atende questões de níveis regionais enfim fez referências aos países que fazem parte do Sahel. Há problemas específicos de Cabo Verde. O fenómeno da globalização diz que devemos considerar os problemas globais e agir localmente. Portanto os problemas são gerais mas podemos ver problemas específicos de cada ilha, de cada concelho etc.

Também acho que os professores têm algum conhecimento e acho que a modalidade de formação deve ser formação contínua em forma de seminários, workshops etc., porque os professores têm conhecimentos desde o programa do PFIE, pesquisar na internet, acompanhar notícias de fenómenos naturais como o caso de sismos, tsunamis. É preciso que cada um actue na sua comunidade, na sua ilha, no seu país, de uma forma muito geral. É preciso fazer um levantamento de necessidades a nível escolar que vai de encontro com a necessidade e aqui os alunos podem ser ouvidos para poder ter um leque de necessidades que vão de encontro com as suas expectativas. Resumidamente deve-se apostar muito na formação de professores se o IP vai continuar a apostar na formação deve ver a questão da formação inicial e continuar com a formação contínua.

**R**2- Para concordar com os colegas. Pode ser formação contínua e ou em exercício. É preciso que este programa seja supervisionado na sua aplicabilidade.

**R**3- Nós também há pouco tempo contratámos uma assistência técnica e um dos pontos fracos identificados é a formação dos professores nomeadamente a abordagem por competências perante a pedagogia por competências. Os professores dizem que já tem alguma formação mas a precisam aprofundar e reforçar dificuldades persiste em como abordar as temáticas ambientais utilizando a metodologia por competências. A metodologia pode ser a formação contínua como somos ilhas as vezes devemos apostar na formação e-learning e b-elearning acho que devemos apostar na formação contínua. Devemos apostar na formação utilizando as TIC e rentabilizando os recursos. Os professores mesmo estando nos seus locais de trabalho, fazer a sua formação contínua como já vem sendo feito nas outras temáticas que os professores podem sempre actualizar.

**Apresentem propostas de temas ambientais que considerem pertinentes**

**R**2- Nesta matéria era só para concordar com os colegas portanto estou plenamente de acordo. Eu elenquei aqui um conjunto de temas ambientais que poderão ser trabalhados com os professores:

- Protecção, conservação e consumo dos recursos
- Modo de exploração de recursos naturais
- Seca e desertificação, ambiente e qualidade de vida é abrangente, poluição do meio ambiente, casas e feitos diminuição da biodiversidade, causas e efeitos,
- Pressão demográfica, casas e efeitos, aquecimento global causas e efeitos

**Que condições técnicas e financeiras acham que devem ser criadas para se implementar um Programa de Formação de Professores?**

**R**<sup>3</sup>- Eu também ainda acrescentaria as mudanças climática, preocupações relativos ao ambiente costeiro e marinho principalmente aqui em Cabo verde

Temos algumas espécies marinhas e costeiras em perigo de vida nomeadamente as tartarugas para além dos nossos temas que temos tratar.

**R**<sup>1</sup> -Também é pertinente a questão de reciclagem do lixo há os, 3 Rs, também a questão do ecopontos com sabemos separa-se o lixo conforme a cor do contentor. Infelizmente aqui em Cabo Verde não temos nenhuma fábrica de lixo. Parece-me que os temas mais importantes já foram referidos aqui.

**R**<sup>2</sup> Queria começar dizendo que se deve em primeiro lugar, apostar em formadores experimentadores, capazes de motivar e interessar os professores para uma aprendizagem com eficiência para podermos ter resultados de qualidade Não é só ter a formação superior ou ser assim ter uma formação. Eu penso que temos que selecionar formadores capazes de se interessar para as causas ambientais. Relativamente às condições financeiras deve-se mobilizar o financiamento talvez mesmo a nível internacional ou sensibilizar o Ministério de educação para o financiamento da formação dos professores. Porque quando nós queremos realmente fazer um bom trabalho deve se mobilizar recursos.

**R**<sup>3</sup>- É importante ter não só recursos humanos mas também recursos financeiros. O IP fazia formação mas agora com mudança não sei se vai continuar. Se não for o IP há que existir instituição para acolher esta formação. Todavia a nível de recursos financeiros o PAIS Ambiente Educação do PANA II para além da integração da temática ambiental é necessário a formação dos docentes e para isto deverá ter financiamento. Eu penso que no quadro do PAIS podemos mobilizar algum recurso e também ver outros parceiros existente aqui em Cabo Verde nomeadamente o PNUD e outros organismos internacionais podem apoiar este programa porque é fundamental este programa. Tendo o novo programa curricular. Se não temos professores formados não vamos ter eficácia

**Como avaliam a integração das componentes Educação Ambiental nos Programas Ambientais já concebidos?**

**R**1- As condições técnicas e agora com a sociedade de conhecimento e como Cabo Verde é uns país arquipelágico deve-se ter como suporte as novas tecnologias, TIC. Primeiro deve-se elaborar o programa e manuais didáticos, CDs e enfim os recursos tecnológicos. Há que haver o programa e os manuais e outros materiais didáticos com recursos a novas tecnologias. Há uma coisa importante aqui que é assim, quando os professores receberam esta formação devem ter alguma recompensa profissional. Não há um reconhecimento a nível do salário. Vão sentir mais motivados. Muitas vezes não recebem o certificado. Para isso é necessário haver alguma espécie de regime jurídico relacionado com a educação ambiental. Não sei se o IP vai continuar a trabalhar enfim a formar na formação dos professores não sei se é possível ter uma instituição vocacionada para a educação ambiental. Pode-se também criar um gabinete para tratar a educação ambiental e se as pessoas que vão receber a formação vão multiplicar a formação ou se o conhecimento recebido se vão restringir ao contexto educativo os tais multiplicadores. Onde vamos formar professores. Se vamos procurar professores lá fora ou se temos professores aqui em Cabo Verde. Uma outra coisa é se as pessoas que irão receber a formação vão multiplicar a formação ou se o conhecimento recebido se vão restringir-se apenas ao contexto educativo ou seja que serão os tais multiplicadores.

**R**2- Eu creio que neste momento em Cabo Verde temos pessoas capazes. É que há muitas pessoas que não foram ainda descobertas e que estão nas zonas de sombras. Jovens capacitados. Deve-se fazer uma pesquisa de pessoas capazes de fazer uma boa formação. Arranjar maneira de apoiar pessoas de boa vontade. Compensá-las de algum forma mas também trabalhar a sensibilização dos professores para participarem nas formações. Hoje em dia as pessoas formadas sentem bem porque a informação também é poder. Quanto mais as pessoas estiverem se formando mais puder têm.

**R**1- Sempre que se fala de avaliação é sempre um problema. Eu penso que depois da concepção do programa e da formação dos professores é necessário fazer o acompanhamento, a supervisão e fazer a avaliação de uma forma autónoma ou então de uma forma integrada pensando nos alunos. Relativamente à avaliação do programa em si eu penso que pronto há que fazer uma pesquisa juntos dos supervisores que estão a acompanhar no terreno, e também juntos dos professores e se for possível também ouvir os alunos relativamente aos conteúdos na sala de aula. Avaliação é cara. Há que se pensar nesses envolventes, supervisores, professores e alunos para ter uma ideia clara mesmo tendo uma amostra para saber até que ponto o programa tem pés para andar e ver também até que ponto que o programa está a ser cumprido e o programa está a mexer com os alunos na sala de aula.

**R**2- Neste processo de avaliação devemos definir à partida a metodologia os indicadores e as metas que permitenos ter os resultados previstos como avaliação. O processo de avaliação como o colega disse, é bastante complexa por isso deve-se definir á partida a metodologia, os objetivos e as metas isto relativamente ao programa como também ao próprio processo.



**R**1- Eu acho que devemos pensar em quem vai elaborar o programa. Quem? Que pessoas vão elaborar o programa? Bom partindo das necessidades dos professores claro que se pode elaborar o programa que vão de encontro com aquilo que as pessoas esperam do programa. Estando o programa elaborado acho que é preciso socializá-lo e ver se é possível fazer algumas alterações ou acrescentar algo ao programa. Depois disso penso que é preciso então abrir uma experiência piloto ou seja não generalizar o programa logo, escolher um certo número de escolas e ver o impacto do programa, as suas potencialidades e também, as suas limitações. Havendo limitações pode-se fazer algumas retificações. Penso que o programa pode ser alargado paulatinamente e não de uma forma abrupta criar uma amostra um conjunto de escolas. Eu acho que isso é importante. Depois vem a questão de avaliação. A avaliação é um conceito muito difícil mas também depende porque se temos elementos é preciso monitorizar a implementação do programa. As pessoas que estão nas escolas podem ser contratadas ou selecionados para fazer acompanhamento a nível das escolas. Claro que tem que ter uma equipa central que tem que ir ao terreno ver como que os professores estão a trabalhar a educação ambiental. A educação ambiental tem que ser transversal. Não se pode trabalhar por disciplina sobre a educação ambiental mas sim sob a forma transversal. Talvez é preciso mexer um bocado com a estrutura que temos atualmente. Está se fazer a revisão curricular. Até penso que a educação ambiental devia andar ao lado do que está a passar actualmente sobre a revisão curricular. Ver os conteúdos que podem ser ligados a educação ambiental e ver se já os alunos interiorizarem os valores que tem a ver com a preservação e conservação do meio ambiente. Quer comportamento dos professores, pais, escolas, família e comunidade tudo isso pode ser incluído dentro do processo de avaliação.

Por exemplo passar os questionários aos professores e entrevista-los. Ver também o comportamento dos alunos. Se há transformação.

**Quais são as estratégias de articulação entre os ministérios, na elaboração de um programa de Educação Ambiental**

**R**<sup>2</sup> -Realmente nós fizemos a pouco o levantamento do perfil ambiental da comunidade educativa cabo-verdiana, uma espécie de avaliação dos conhecimentos que a comunidade educativa tem sobre os conteúdos da educação ambiental. Então eu considero que esta é uma boa metodologia. Aplicamos questionário com 60 perguntas e depois na fase de tratamento e análise obteremos informações que nos dão indicações sobre por exemplo a avaliação do programa de formação de professores. Pode ser feita mesma coisa. Nós fizemos a nível do conhecimento dos domínios das questões ambientais, dos alunos, dos professores bem como do material pedagógico e os resultados foram bastante interessantes a nível do ensino básico. Aplicar questionário permite avaliar até que ponto o programa teve o seu impacto e os resultados foram bastante interessantes a nível do ensino básico. Acho que isto também é uma boa metodologia, aplicar questionário e ver até que ponto o questionário teve o seu impacto. O que importa é reforçar os conhecimentos e também a disponibilização dos materiais de apoio.

**R**<sup>3</sup>- Nós como fazemos parte da comissão do Concelho Nacional do Ambiente participamos nas reuniões que se realizam 3 ou 4 vezes ao ano. Par além dos relatórios que temos que submeter à Direcção Geral do Ambiente. Articulamos também com a Direcção Geral de Agricultura, Siviltura e Pesca (DGASP). A Direcção geral do Ambiente (DGA) articula-se com a Câmara Municipal. Mas o PANA II prevê articulação entre os PAMs mas a nível de sensibilização e educação ambiental.

Mas a articulação não tem sido o desejável com a câmaras municipais porque muitas vezes as atividades são repetitivas, O ideal seria concertação e articulação e fazer uma junção de recursos para fazer uma atividade integrada.

O ideal seria congregamos esforços, planificar e fazer um plano integrado. É o que estamos a trabalhar com DGA onde todas as atividades devem ser de forma integrada.

**Que comentários e sugestões deixam às instituições ambientais para as melhorias das suas atuações**

**R**1- A Delegação do Ministério de Educação é as vezes solicitada a participar e pede-se a colaboração das escolas. Não há uma articulação intersectorial ou seja não há um plano integrado de educação ambiental. As vezes o projeto é concebido pelo Ministério. Fazer a articulação intersectorial e haver um plano integrado de educação ambiental

**R**3-Melhor articulação entre os setores de educação ambiental

**R**2-Melhor planificação e articulação dos recursos. Procurar o envolvimento dos beneficiários nos projectos ambientais

**R**1- Eu acho que se deve começar desde mais cedo estas atividades de educação ambiental. É preciso apostar nas gerações vindouras e implementar uma série de princípios que tem a ver com a preservação do ambiente. É preciso haver recursos para podermos ter uma verdadeira educação ambiental.

**R**2- Deve continuar a apoiar todas as iniciativas, particularmente as iniciativas das escolas onde o ambiente deve ser protegido para melhor qualidade do ambiente

<b>GRUPO FOCAL Nº 004</b>	
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>GRUPO FOCAL PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>SALA ARRUMADA EM SEMICÍRCULO</b>
<b>DATA E DURAÇÃO</b>	<b>23 DE JUNHO DE 2012— 59 MIN</b>
<b>LOCAL</b>	<b>SALA DE AULA DA ESCOLA CAPELINA - FAZENDA/PRAIA</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO (BIOLOGIA E CIÊNCIAS NATURAIS)</b>
<b>HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PARTICIPANTES</b>	<b>LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS</b>
<b>TÉCNICA DE REGISTO</b>	<b>AUDIOVISUAL</b>
<b>AMBIENTE DE DISCUSSÃO</b>	<b>NATURALIDADE, INTERESSE, FRANQUEZA</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES</b></li> <li><b>2. ENQUADRAMENTO</b></li> <li><b>3. DEBATE</b></li> <li><b>4. SÍNTESE</b></li> </ol>

**Q1. Qual é a vossa opinião sobre a pertinência de um Programa de Educação Ambiental dirigidos aos programas do Ensino Básico de Cabo Verde?**

**R**<sup>1</sup>- Acho que é pertinente um programa de educação ambiental uma vez que os professores do ensino básico trabalham com crianças. A educação ambiental deve ser posta em prática uma vez que conhecimentos e problemas ambientais e as suas consequências vão repercutir no futuro. Este programa deve ser iniciado com os mais pequenos embora os mais crescidos não devam ficar de fora.

**Q2. Como acham que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da Educação ambiental tendo em conta as necessidades que sentem**

**R**<sup>3</sup> A educação ambiental é algo que deve ser integrado no currículo do ensino básico e este subsistema deve acolher dado que desde do PFIE se tem implementado este programa. Os temas são tratados nos manuais com temáticas importantes. É uma boa experiência neste subsistema servir dos alunos como o modelo. Deve haver abordagem desta temática de uma forma transversal. É preciso conhecer o perfil ambiental dos professores. Com base neste diagnóstico elaborar um programa de formação e que deverá ser de acordo com os locais onde os professores estão trabalhando. As escolas litorais podem trabalhar as zonas costeiras e marinhas, uma pessoa localizada perto do parque natural pode trabalhar espécies endémicas. Portanto deve-se abordar temáticas tendo em conta cada localidade.

**R**<sup>1</sup>- Considerar temática transversal. Deve ser trabalhada por pessoas que entendem da matéria e que conhecem bem o contexto social. Também deve ser relacionada com a realidade regional. Os professores devem ser formados em termos científicos mas também em termos pedagógicos.

**R**<sup>2</sup>- Concordo com os colegas. Incluir no currículo de Formação de Professores, esta temática. Os professores que estão no terreno podem ter sessões periódicas de formações. Também gostaria de dizer que todos os professores devem ter uma formação geral mas com incidências na realidade local.

**Apresentem propostas de temas ambientais que considerem pertinentes**

**R**<sup>1</sup> Acho que se deve abordar os seguintes temas: noções básicas do ambiente, desenvolvimento sustentável, principais causas dos problemas ambientais e suas consequências por exemplo a questão do aquecimento global e mudanças climáticas, alterações dos oceanos, a questão da poluição, saúde pública, a questão da poluição, qualidade do ar, preservação do ambiente, e de expansão dos oceanos.

**R**<sup>2</sup>- Eu concordo e acrescentaria as temáticas dos resíduos sólidos, incluído, a reciclagem do lixo.

**R**<sup>3</sup> -Estou de acordo com os colegas e também devemos ter em conta a faixa etária. Deve-se ter em conta as questões ambientais de Cabo Verde. A questão da água, da perda da biodiversidade. Formar professores de forma a ter uma visão de contribuir uma sociedade comprometida com o desenvolvimento sustentável.

**R**<sup>2</sup>- Eu acho em primeiro lugar que temos que ter formadores capacitados, condições financeiras, os formadores tem que ser pagos e são necessários as condições financeiras principalmente para a elaboração dos materiais didáticos.

**R**<sup>1</sup>- Procurar meios. Cabe ao Ministério de Educação e o Governo procurar financiamento. São necessários materiais didáticos.

**R**<sup>3</sup>- São necessários recursos financeiros, criar equipa de formadores e também equipa para a elaboração de manuais, matérias audiovisuais e de apoio logístico.

## **Como avaliam a integração das componentes Educação Ambiental nos Programas Ambientais já concebidos?**

**R**1-Falando de avaliação deve-se verificar os resultados concretos e utilizar os indicadores. É bom que os indicadores não se limitassem aos aspectos quantitativos mas também ver as mudanças das praticas pedagógicas e dos comportamentos dos alunos.

**R**2- Concordo. Também acho que deve se ter em conta que a avaliação de programa deve ser feito antes da sua implementação por pessoas que não fizeram parte da sua concepção para verem se respondem as necessidades do país.

**R**3-Concordo com as ideias das colegas. Deve-se ter especialistas e a avaliação ser feito por um outro grupo que não seja os concetores do programa. Deve-se ver os seguintes itens. Objectivos, metodologia, conteúdos. Deve-se ter em conta a componente teórica e pratica. Deve-se ter o seguimento com aspectos observáveis. Ver no terreno o acompanhamento do programa durante o exercício da sua actividade.

## **Que estratégias de articulação acham que devem existir entre os ministérios, na elaboração de um programa de Educação?**

**R**1-Melhor comunicação com a sociedade. Ai sim vão ter informações e depois receber informações da sociedade civil. Há várias formas de comunicação como a própria escola e órgãos de comunicação social.

**R**2- Eu concordo também que se deve haver a comunicação, mais divulgação. Podia também tentar fazer encontros tipo congressos promovido pela DGA ou qualquer instituição que esteja disponível para discutir, e ver o que já se fez o que se pode fazer e dividir tarefas de acordo com a vocação de cada instituição.

**R**1- Divulgar a sociedade e recolher também da sociedade.

**R**3- Deve haver esta articulação institucional. Deve-se fazer um fórum. Se existe recursos humanos porque não aproveitar destes recursos. Esta rede deveria ser gerida pelo Ministério de Educação. Procurar pessoas que vão exercer actividades nas comunidades humanas. Não interessa apenas formar pessoas mas sim aproveitar das potencialidades das pessoas. Formar redes de formadores.

**Que comentários e sugestões deixam às instituições ambientais para as melhorias das suas atuações**

**R**1-Esta instituição deve fazer mais comunicação, divulgar e recolher o feed-back da sociedade e produzir novas ideias.



<b>GRUPO FOCAL Nº 005</b>	
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>GRUPO FOCAL COORDENADORAS DO PRÉ-ESCOLAR</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>SALA ARRUMADA EM SEMICÍRCULO</b>
<b>DATA E DURAÇÃO</b>	<b>28 DE JUNHO DE 2012 – 58 MIN</b>
<b>LOCAL</b>	<b>SALA DE COORDENAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR- PLATEAU</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>COORDENADORES DO PRÉ-ESCOLAR</b>
<b>HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PARTICIPANTES</b>	<b>CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA</b>
<b>TÉCNICA DE REGISTO</b>	<b>AUDIOVISUAL</b>
<b>AMBIENTE DE DISCUSSÃO</b>	<b>NATURALIDADE, INTERESSE, FRANQUEZA</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES</b></li> <li><b>2. ENQUADRAMENTO</b></li> <li><b>3. DEBATE</b></li> <li><b>4. SÍNTESE</b></li> </ol>

**Que comentários e sugestões deixam às instituições ambientais para as melhorias das suas actuações?**

**R**<sup>1</sup>- Eu acho que um programa de formação de professores em Educação Ambiental é muito pertinente nesta conjuntura uma vez que a questão ambiental é um problema de todos e os professores para trabalharem esta questão precisam de estarem habilitados. Estando com mais competências eles têm mais disposição, são capazes de trazer questões inovadoras para a sala de aula e consequentemente a qualidade do ensino melhora de uma maneira geral.

**R**<sup>2</sup>- Quero direccionar a minha intervenção para o lado do pré-escolar. É muito pertinente ter um programa de educação ambiental preparado para o ensino pré-escolar porque entendo que o ensino pré-escolar é que faz o alicerce a construção de um ambiente sustentável. É uma coisa importante. Trabalhar a criança desde a tenra idade uma forma de cidadania do ambiente de forma a garantir a qualidade do ambiente. É a partir desta fase que a criança vai ganhando pré-requisitos e estes pré-requisitos vão sendo reforçados na fase do ensino básico através dos professores e também é algo que a criança vai socializando muito cedo com tudo que está a sua volta em que os recursos estão cada vez mais poucos para a criança entender que elas fazem parte desta gerência destes recursos nas gerações futuras.

**R**<sup>3</sup> Só para complementar a intervenção das colegas. Há um ditado que diz "é do pequeno que se torce o pepino". Trabalhando muito cedo desde o pré-escolar estas questões.

**R**<sup>4</sup>- É sempre bom realçar que é muito importante trabalhar o ambiente e as crianças conseguem receber esta mensagem. Quando a educadora passa a mensagem, elas recebem. Se desde cedo começarem a ter esta preocupação ambiental é muito bom, porque os adultos podem dar contribuição mas as crianças também podem dar. Eu já tenho alguns anos de experiência e já fiz várias atividades sobre o ambiente com as crianças e confirmo que as crianças podem dar o seu contributo. Qualquer atividade ambiental, por mais que seja pequena, é importante. Por exemplo, recolher lixo nas ruas, os pequenos papéis que as próprias crianças põem nas salas de aulas, colocar o lixo no cesto etc. atividade relacionada com a Dengue etc. Quando as crianças começam com esta preocupação, isto fica sempre nas crianças mesmo que eles não se manifestem logo mas fica.

**R**<sup>5</sup> Há um ditado que diz o seguinte “ Ensina a criança o caminho que deve andar para quando crescer não desviar dele”.

Se ensinarmos a criança desde de pequena sobre as mudanças climáticas, isso vai criar algum sentimento de responsabilidade e ela consegue ver o que poderá comprometer o nosso futuro. É uma certeza que se ensinarmos elas aprendam sobre o ambiente e podem sentir-se mais comprometidas com o nosso futuro.

**R**<sup>1</sup> Eu penso na questão de formação. Devemos levar em conta a diferenciação que existe na classe docente. Eu acho que a própria investigadora que esta na escola de formação de professores conhece a diferença que existem neste subsistema. Tendo em conta esta diferença pode-se pensar na questão de formação contínua de professores, a formação na perspetiva clínica que é um conceito muito utilizado que pensa já a questão ambiental no sentido de detetar possíveis problemas, necessidades acompanhamento, é um processo mais longo de formação no sentido de resolver as necessidades sentidas no quotidiano do fazer docente.

Também é necessário pensar a importância que hoje as novas tecnologias podem desempenhar no processo de formação mas pensar levando em consideração que nem todos os professores tem acesso a esta tecnologia. Mas também podemos pensar no recurso como rádio e pensar também nas particularidades do nosso países ver ainda a questão dos professores que estão em localidades muito distantes. Como fazer esta formação respeitando a diferenciação não é uma tarefa fácil.

**R**<sup>3</sup>-Tendoemconta queé prioritáriopodia-se investir.É uma área que preocupa a todos.

**R**<sup>1</sup>- Eu queria aprofundar, deve-se pensar este curso numa dimensão teórico-prática em que os professores irão refletir sobre a própria prática e a autoformação também.

**R**<sup>3</sup>- Tendo em conta que se devia introduzir a educação ambiental, incluir esta área no curriculum a nível médio e a nível superior.

**R**<sup>4</sup> Eu também para acrescentar, pensei na formação à distância tendo em conta que os professores têm um período ocupado com o trabalho e no outro período, numa outra formação. Por outro lado a formação à distância poderá ser uma boa opção.

Não sendo possível poderá ser trabalhado de uma forma transversal no ensino básico dentro da área das Ciências Integradas que aparecesse, estes temas pertinentes. Que se tratasse de uma forma bem focada e que aparecesse estes temas pertinentes. Deve-se entender que as crianças são um dos vectores desta temática.

Deve-se desenvolver aulas práticas a partir do reciclado e servir destes reciclados para trabalhar aulas de forma transversal a partir do reciclado. Também deve-se trabalhar medidas de protecção do ambiente, e que essas medidas presentes traduzirão em sustentabilidade futura. Gestão da água, disponibilidade e qualidade da água, a protecção da floresta que temos muito pouco em Cabo Verde para ficar bem conservado. São alguns temas suscitam por parte do professor alguma dúvida.

**R**<sup>1</sup>- Eu gostaria de trazer uma coisa que acho pertinente, o próprio material audiovisual é importante na formação dos professores para trazer a questão ambiental sobretudo se tratando da realidade cabo-verdiana por exemplo várias vezes vê-se na televisão, reportagem sobre a apanha de areias, as vezes segurança no trabalho, são coisas que com parcerias por exemplo com as mídias podemos ter isso como complemento não sei se é como recurso ou como metodologia mas podia ser uma boa estratégia para trabalhar. Até em algumas formações que nós realizamos aqui na Delegação utilizamos esta metodologia que foi muito bem aprovada pelos professores do Ensino Básico embora numa outra área.

**R**<sup>4</sup>- Como área curricular por exemplo uma pessoa quando vai pedir o primeiro emprego e eles repararem que no curriculum dela também há uma parte de educação ambiental certamente que as instituições vão preocupar-se muito mais e a pessoa que vai formar tem uma preocupação de ter também a formação de educação ambiental porque nós estamos a ver o problema que a má utilização do recurso está trazer ao planeta terra.

**Apresentem propostas de temas ambientais que considerem pertinentes**

**R**<sup>1</sup> Eu posso avançar aqui. Eu colocaria como assunto importante, ecologia, água, gestão de resíduos, poluição, diferentes tipos de poluição, recursos naturais, contaminação do solo, gestão ambiental na escola, economia e ambiente, direito ambiental realçando esta questão a nível internacional sem esquecer da realidade cabo-verdiana e local. Também na questão do direito ambiental eu gostaria que fosse realçado a questão da cidadania ambiental.

Outra coisa eu gostaria que fosse tratada em termos de conhecimento com se fosse em rede, pensando nos formadores de diversas áreas, trazer a questão artísticas relacionada com o ambiente e que fosse uma coisa que realmente motivasse os professores a trabalhar.

**R**<sup>4</sup> Também devemos falar do ambiente dentro da cidadania. Ao falarmos do Ambiente, dentro da cidadania estamos a falar do respeito ao ambiente e desenvolver a consciência de que se prejudicarmos o ambiente estamos também a prejudicar aos outros.

**R**<sup>5</sup>- Podíamos introduzir temas como: o ambiente e os seus problemas e valorização e o respeito para o meio ambiente e dos elementos que os configuram, reciclagem de plástico garrafas, o que podemos fazer para reduzir o lixo e trabalhar a qualidade ambiental.

**Como avaliam a integração das componentes Educação Ambiental nos Programas Ambientais já concebidos?**

**R**1.-Eu acho que podíamos pensar num concurso a nível nacional para fazer a selecção dos formadores e que esta selecção deve envolver várias instituições tanto as instituições de formação como as universidades e a própria instituições onde a investigadora está envolvida e associações com líderes ambientais.

Também a nível internacional pode-se trazer algumas experiências por exemplo a partir de organismos que trabalham em colaboração com Cabo Verde. Os países por exemplo da CPLP. Brasil por exemplo eu sei que tem muita experiência na área ambiental. A CDAO e as Nações Unidas que são organismos afectos a área ambiental podem ser potenciais colaboradores.

Não sei agora quais são os trâmites para aproveitar todo este potencial a nível nacional e internacional. Pode ser que não se consiga resolver tudo isso com o Doutoramento mas deve trabalhar esta questão na longitudinal.

**R**3- Numa escola pode-se realizar pequenas atividades para angariar fundos para desenvolver formações. Criar áreas verdes, fazer pequenas atividades de coisas recicladas, exposição, criação de áreas verdes. Uma escola pode criar financiamento para a formação.

**R**2 -Não só a formação de formadores mas também criar manuais e guias, faço referência ao antigo Programa de Educação e Formação para o Ambiente, o PFIE que pode servir de referência. Dentro do programa deve ter os formadores com os materiais mas também deve-se ter um fundo e para isso devemos contar com o Gabinete do Ambiente. Que tivéssemos um fundo que sustentasse o material didáctico. Podemos contar com o fundo do gabinete do ambiente. Lembro-me antigamente que eram formados pequenos clubes não só em datas especiais em que saíamos da escola para fora e chamar a atenção para mostrar a importância da praia limpa e podia ser por este caminho.

**Como avaliam a integração das componentes Educação Ambiental nos Programas Ambientais já concebidos?**

**R**5- Seria bom que as instituições do estado contratassem especialistas na área para dar formação e espalhar esta formação para outros. Além do fundo de formação para área devia ter uma especialista e estes especialistas deviam espalhar para outras pessoas as questões ambientais. Para além do fundo financeiro para área. Nós estamos a tratar assuntos pertinentes. Devemos ter especialista para trabalhar na área.

**R**1-Eu queria pensar que a avaliação é sempre algo complexo mas que nesta perspectiva de um programa de formação de professores deve ser pensado tipo de um diagnóstico contínuo. Que vamos detetar as dificuldades e necessidades e a partir das necessidades vamos tentar atuar. Por exemplo por etapa, fazer levantamento de necessidades depois avaliar esta etapa passamos para a fase seguinte de elaboração do programa, avaliar esta etapa, implementação, avaliar esta fase, avaliar sempre por etapa. Acho bem esta dimensão contínua. Pensando nesta avaliação contínua devemos também pensar nos instrumentos de avaliação. por exemplo análise dos registos. Diversos tipos de registos, podíamos ser através de avaliação, também dos implementadores até no final há possibilidades de fazer até análise do próprio relatório

**R**2-Também acho bem sobre a avaliação contínua e utilizar seguimento nos terrenos, observação prática, visitas com alguma frequência e também já sendo implementada o próprio caderno do aluno podia ser implementado.

**R**5-Também podemos avaliar através de observação depois. Aquilo que dizemos e aquilo se está sendo colocado na prática. Muitas devemos ver se o que estamos ensinando estão a dar frutos que desejamos ter.

**R**1-Ou seja que no final sentimos que as preocupações, desejos e as carências foram supridas.



## **Que comentários e sugestões deixam às instituições ambientais para as melhorias das suas actuações**

**R**<sup>1</sup> A nível do governo, eu gostaria que existisse a questão legal da lei bem resolvida no sentido de envolver todos uma vez que o ambiente é nosso habitat. Eu penso que deve haver prémios, incentivos, concursos para empresas instituições pessoas individuais. Que hajam incentivos aos pesquisadores para encontrarem a solução da sustentabilidade ambiental em Cabo Verde.

**R**<sup>4</sup>-Eu concordo que deve existir prémios para trabalhos e principalmente para as escolas. Concursos onde as escolas podiam participar. Assim as escolas teriam uma maior preocupação para tratarem assuntos ambientais. Não deixar passar nenhum tema como o dia da água, dia do ambiente etc.

**R**<sup>2</sup>- Que estas instituições e a própria escola tivessem uma intervenção mais próxima do seu público-alvo. Que não seja somente a criança a ser envolvida mas o ambiente onde a escola está inserida. Porque a comunidade educativa trabalha com um conjunto de pessoas à sua volta mas muitas vezes trabalha-se o restrito com o que está dentro, esquecendo que a comunidade educativa engloba também toda a comunidade onde a escola está inserida. Envolver a escola e a comunidade numa ação conjunta e que pudesse fazer com que a escola seja limpa e que garanta a sustentabilidade da própria localidade.

Que a própria comunidade escolar sentir isso que ela é protagonista deste ato. Portanto que não seja apenas as autarquias e os órgãos do poder local a chamar a atenção que o lixo é no lixo, que o contentor está mal usado mas sim deve ser a própria comunidade educativa e local a tratarem deste assunto. Eles é que têm de cuidar para que esse ambiente esteja limpo e que os outros que vêm de outras localidades vêem isso como um exemplo para outras comunidades. Que trouxesse a ideia dos professores que numa escola que passam durante quatro horas faz parte da sua comunidade e ver que ele tem a sua quota-parte. Em relação às famílias que se faça intervenções perto de famílias porque muitas vezes as famílias não estão na posse de informações mas a partir do momento que sabem que a água que utilizamos para lavar as roupas pode ser tratada para regar as plantas, começam a fazer isto. Portanto deve-se ter intervenções perto de famílias. Nesta abordagem conjunta eu acredito que se pode conseguir a sustentabilidade ambiental.

**R**5- Além de apostar na sensibilização e educação ambiental, as instituições devem sensibilizar na separação do lixo e trabalhar nas comunidades e sensibilizar na questão dos três Rs. Premiar os indivíduos que com iniciativa própria, fizeram algo para a educação ambiental.

<b>GRUPO FOCAL Nº 006</b>	
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>GRUPO FOCAL-ONGS AMBIENTAIS</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>SALA ARRUMADA EM SEMICÍRCULO</b>
<b>DATA E DURAÇÃO</b>	<b>4 DE JULHO DE 2012 – 48 MIN</b>
<b>LOCAL</b>	<b>SALA DE CONFERÊNCIAS DA DELEGAÇÃO DO MINISTÉRIO- PLATEAU</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>REPRESENTANTES DE ONGS ADAD, PROJECTO ÁFRICA 70)</b>
<b>HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PARTICIPANTES</b>	<b>MESTRE EM ECOLOGIA AMBIENTAL MESTRE EM REQUALIFICAÇÃO URBANA</b>
<b>TÉCNICA DE REGISTO</b>	<b>AUDIOVISUAL</b>
<b>AMBIENTE DE DISCUSSÃO</b>	<b>NATURALIDADE, INTERESSE, FRANQUEZA</b>
<b>CONDUÇÃO DO GRUPO FOCAL</b>	<b>INVESTIGADORA</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>1. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES 2. ENQUADRAMENTO 3. DEBATE 4. SÍNTESE</b>

**Qual é a sua opinião sobre a pertinência de um Programa de Educação Ambiental dirigido aos programas do Ensino Básico de Cabo Verde?**

**R**1- Em relação à questão de pertinência de um programa de educação ambiental dirigido aos professores do ensino, básico considero de muita importância tendo em conta a sua eficácia porque a formação ambiental ajuda os professores a trabalharem os conteúdos do Ensino Básico que tem a ver com o ambiente e também apoia os professores de Ciências Integradas. Para além disso contribui para a preservação do ambiente escolar e não só e de toda a comunidade envolvente. Para além disso também com este programa, os professores tornam-se mais motivados e as aulas poderão tornar-se mais práticas e as aulas deixam de ser teóricas para serem mais práticas. Assim poderão realizar actividades extracurriculares como por exemplo visitas a algumas localidades no sentido de os alunos darem mais atenção à preservação do meio ambiental.

**R**2 - No mesmo sentido eu acho que é muito pertinente porque os professores mesmos estão a pedir esse apoio. Do meu conhecimento sei que já há um programa ou já tem livro a nível de educação ambiental para os professores mas precisam de um acompanhamento mais forte, eles tem problemas de fazer algumas práticas. Os professores precisam de um acompanhamento mais forte. Precisam fazer algo mais prático. Dar algumas ferramentas para lhes ajudar. É pertinente porque os professores estão em todos os lados, a nível das localidades, são eles que estão directamente envolvidos com as crianças, as crianças sabemos que são eles é que vão fazer o futuro, então tem todo o interesse e é necessário dar lhes algum apoio aos professores para fazer a educação ambiental.

**R**3- Concordo com o que as colegas acabaram dizer uma vez que é reconhecimento a necessidade da importância de formação ambiental para crianças, para jovens como cidadãos de hoje e do futuro tanto como veículo de transmissão de informações e notícias para ajudar as famílias e comunidades. Trata-se de uma disciplina e currículo novo. Por isso é fundamental que os professores tenham o acesso ao programa de actualização. Trata-se de disciplina e metodologia novo que nem sempre fazem parte do currículo escolar clássico. Por isso a necessidade é evidente para ajudar os professores a ensinar a educação ambiental. Acho muito bem vinda.

**Como acham que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da Educação ambiental tendo em conta as necessidades que sentem.**

**R**<sup>4</sup>- Em relação a isso eu acho que já deram uma boa contribuição mas eu queria acrescentar a importância que o programa tem para o próprio desenvolvimento profissional no sentido de traduzir mais inovação no quotidiano escolar e para se conseguir melhor resposta para questão ambiental em Cabo Verde com mais qualidade.

**R**<sup>4</sup>- Eu acho que devia ser parte integrante do programa de formação de professores. Eu sei que já tem um curso sobre isso, não sei quais são os temas tratados quais são as modalidades utilizados com os professores mas eu concordo que tem que ser dentro do programa de formação dos professores. Parece-me que ao longo do trabalho do professor há reciclagem contínua. Por exemplo cada dois anos podia-se fazer um encontro dos professores para partilhar e actualizar os conhecimentos para partilhar os conhecimentos. Podia pensar-se em suporte internet. Cada um podia tirar ideias na internet, livros e colocar disponíveis documentos ou programa de formação. Podia ter um sítio em que cada um podia deixar o documento ou plano do curso.

**R**<sup>1</sup>- Eu também concordo com a minha colega. Quero referir à reciclagem dos professores. Considero isto de extrema importância. Também pode-se fazer o levantamento das dificuldades para elaboração de projetos ambientais. Trabalhar em estreita parceria com outras instituições. Trabalhar temas como a desertificação porque é um problema da nossa sociedade como também elaboração de um projeto que tem a ver com temas ambientais e trabalhar em estreita parceria com as Delegações, Câmaras Municipais e Universidades que ministram cursos nesta área.

**R**<sup>3</sup> - Eu acho que os professores devem ser formados com novas metodologias mais interativas ver o que acontece no território e ver as necessidades locais.

**R**<sup>2</sup>- As temáticas que acho mais interessantes são lixo, água, proteção da biodiversidade energias renováveis

**R**<sup>3</sup> - Eu acho que poderia ser interessante e para facilitar ver entre o global e o local. Mostrar as crianças o que se faz quotidianamente na própria casa que os hábitos do dia-a-dia têm a ver com o problema global. Em casa por exemplo o lixo, onde deve ser colocado, a contaminação do ambiente, o esgoto, casa de banho que diferença faz ter a casa de banho, ver a questão do mosquito e analisar todo o ciclo. Pode contribuir para melhorar os hábitos quotidianos.

**R**<sup>1</sup>- Também acho que deve se trabalhar a importância do ambiente na vida humana. Nós sabemos que o ambiente é tudo o que nos rodeia. Porque o ambiente é nossa casa e é nossa escola enfim toda a comunidade envolvente.

**Que condições técnicas e financeiras acham que devem ser criadas para a implementação do programa de educação ambiental para os professores do Ensino Básico?**

**R**<sup>1</sup>- Acho que devem se elaborar um projeto voltado a Educação ambiental. Também conseguir trazer pessoas com experiências de outros países no sentido de socializar e trocar ideias. Fazer um encontro de reflexão, socialização trocar ideias como forma de trocar experiência para de melhorar a atuação.

**R**<sup>3</sup>- Tem tido muitos recursos. Geralmente existem muitos projectos ligados a área ambiental mas geralmente são projecto pontuais e com eficácia limitada. É uma componente que quase é um ritual faz-se sempre. Não há um projecto contínuo. Deve-se pensar numa coisa mais integrante. Acho que deve se ter um Programa geral com todos os projetos integrados e os programas podem-se ir convergindo. As diferentes entidades poderiam participar.

**R**<sup>2</sup>- Geralmente vamos a escola, fazemos atelier, todo o mundo está bem envolvido como professor e como aluno. Saímos do lugar a escola tem falta e os professores dizem tem que fazer de novo. A nível do projeto tem uma capacidade financeira limitada um projeto de educação ambiental contínuo. Devia-se pensar a nível da associação de uma forma integrante. Podia-se pensar numa coisa mais integrante em vez de fazer uma atividade pontual, pode-se fazer uma coisa de pelo menos um mês para apoiar os professores e alunos.

**R**4- Eu queria só complementar uma coisa, como a Anabela disse que é necessário pensar também nos recursos humanos internacionais para trazer outras experiências eu acho que importante é ver como fazer isso uma vez que nós somos um país de poucos recursos, trazer um especialista a nível internacional tem o seu custo mas existe um projeto a nível do governo que não é nenhum ministério afeto ao ambiente que é o Instituto de Comunidade através do ministério de negócios estrangeiros que tem trazido a contribuição da diáspora cabo-verdiana a nível mundial. Eu acho que a questão ambiental com certeza deverá ter cabo-verdianos com alto grau de competência que poderão dar grande contribuição. É só fazer levantamento de necessidade e entrar em contato com o Instituto das Comunidades. Eu acho que é possível também trazer através do projeto diáspora contributo. Eu ainda não vi a questão ambiental neste projeto.

**R**2- Quando se vai fazer um programa pode-se fazer um teste que vai diagnosticar. Pode-se fazer uma grelha de análise para avaliar o detalhe metodologia e as temáticas desenvolvidas. Pensar concretizar os materiais necessários. Pode-se fazer um teste no terreno e ver se receberam uma formação com a utilização de grelha de análise

**R**4- Gostaria de trazer aqui a ideia de uma avaliação descritiva por outro lado deve-se avaliar na parte primária do processo. Triangulação de técnicas, questionário, entrevista diário do professor para ver resultados dos alunos e ter também este caráter de avaliação descritiva.

**R**1-A questão de mudar a mentalidade das pessoas seria muito boa. Seria muito bom fazer encontros de reflexão, sensibilizar os alunos e os professores sobre a importância de preservação do nosso meio realização de várias palestras fazer encontros individuais. Fazer várias palestras e mais do que isso trabalhar a consciência de cada um sobre a problemática do meio ambiente e a questão de um ambiente saudável. Isso é muito importante para uma boa convivência.

**R**2- Eu acho que devemos atingir as famílias. Pode-se fazer visita domiciliar.

**Que comentários e sugestões deixam às instituições ambientais para as melhorias das suas atuações?**

**R**1-Seria muito importante a questão da criação de um corpo do voluntariado para apoiar as atividades do ambiente. Porque somente nós, muitas vezes não conseguimos dar tudo. A questão das parcerias com instituições que trabalham em de áreas afins, ONGs. Câmaras Municipais cada um dar a sua contribuição. Também fazer seguimento na implementação.

**R**4- Dar atenção a um programa de educação ambiental na prespetiva de inovação no quotidiano escolar. As instituições devem pensar para dar respostas mais inovadoras que realmente tentamos superar as dificuldades com resposta bem qualificadas. Isto acho que nas crianças podemos trazer uma ideia de revolução ambiental isto é a minha palavra. No ciclo de formação de professores e ver se realmente esta a ver esta renovação ter novidade e respeitar o ciclo de formação e respeitar estas novações. Quando há inovação muitas vezes há resistência. Deve-se respeitar estas inovações nos professores e alunos.

**R**1-Eu só queria reforçar para fazer visitas de estudos, intercâmbio e também trocas de ideias em vez de estar na sala de aula a tratar as temáticas teóricas



<b>GRUPO FOCAL Nº 007</b>	
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>GRUPO FOCAL ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>SALA ARRUMADA EM SEMICÍRCULO</b>
<b>DATA E DURAÇÃO</b>	<b>9 DE JULHO DE 2012 – 68 MIN</b>
<b>LOCAL</b>	<b>SALA DE CONFERÊNCIAS DA DELEGAÇÃO DO MINISTÉRIO- PLATEAU</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA 3ª FASE</b>
<b>HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PARTICIPANTES</b>	<b>FORMADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. FORMADO EM ENSINO DE HISTÓRIA FORMADO EM ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS</b>
<b>TÉCNICA DE REGISTO</b>	<b>AUDIOVISUAL</b>
<b>AMBIENTE DE DISCUSSÃO</b>	<b>NATURALIDADE, INTERESSE, FRANQUEZA</b>
<b>CONDUÇÃO DO GRUPO FOCAL</b>	<b>INVESTIGADORA</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>1. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES 2. ENQUADRAMENTO 3. DEBATE 4. SÍNTESE</b>

**Qual é a sua opinião sobre a pertinência de um Programa de Educação Ambiental dirigido aos programas do Ensino Básico de Cabo Verde?**

**R**<sup>1</sup> -Eu compreendo que seja muito importante mesmo do pouco que seja feito em Cabo Verde. Eu sou mãe mas já vejo o conhecimento mínimo através das minhas filhas dos conteúdos ensinados nas escolas.

Eu vejo uma mudança já atitudes. As crianças praticamente conseguem proibir o adulto de fumar, conseguem fechar as torneiras abertas lá de casa, se alguém as esquecer abertas. Dizem para fechar as torneiras. É claro que aqueles dias de aula elas estão mais sensíveis mas se houver um maior controlo e um seguimento mais sistematizado eu acho que há mudanças de comportamentos ambientais nesta geração.

**R**<sup>2</sup>- Concordo com a Augusta e a sistematização é muito importante. Portanto nós aqui em Ciências Integradas em algumas partes do EBI têm algumas partes pelo que eu conheço do EBI tem algumas partes que foca exactamente esta área do Ambiente. Então, se houver um programa especializado e não apenas manual ou até uma disciplina mesmo somente da área ambiental seria o ideal.

**R**<sup>3</sup>- É só para complementar falando do manual, com o livro de Ciências Integradas consegui ajudar bastante a minha filha com o pouco que há ali sobre o ambiente porque trabalhando na Cooperação neste caso a Cooperação Espanhola. Você já sabe que o projecto vai nesta área. Como antigamente se incluía obrigatoriamente nesta área. Falava da SIDA, todos os projectos tinham que ter uma vertente de luta contra SIDA depois passou-se pelo género mas hoje em diante temos a questão do ambiente. Quando ela começou a dar algumas partes sobre o ambiente eu consegui ajudá-la porque tem muito material no trabalho tem folhetos e outros mas tive que reduzir e traduzir. Mas uma pessoa deve focar e cuidar disso. Eu sou fumadora e a minha filha diz “ Mãe vais morrer e vais me matar”. Ela acha que deveria parar de fumar porque isso faz mal para as pessoas. Acho muito pertinente realmente.

**R**<sup>4</sup>- Eu também, acho muito importante porque agora quase podermos ver uma pessoa até para deitar lixo não fazem. Antes até podia-se deitar, a educação era diferente.

**Como acham que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da Educação ambiental tendo em conta as necessidades que sentem?**

**R**<sup>3</sup>- Eu acho que aqui em Cabo Verde está claro. Eu acho que devemos começar pelos professores e fazer muita visita de estudo. Os professores devem focar-se em muitas deslocações. Se os professores não sentirem o que está a passar na natureza. Hoje fala-se muito de apanha de areia. Nunca tive a curiosidade de ir ver uma zona de erosão. Eu nunca vi o processo de apanha de areia. Portanto eu acho que se devia trabalhar a parte prática para se preparem melhor.

**R**<sup>4</sup>- Eu acho que deviam ser formados para fazer um curso. Podiam fazer uma exposição.

**R**<sup>1</sup>- Eu concordo com as duas colegas que me antecederam. Eu acho que os professores de lugares diferentes precisam, do meu ponto de vista, de umas estratégias diferentes. Eu me lembro do local onde nasci e cresci eu me lembro de lugares com dunas e hoje não há nada. Eu acho que estas pessoas podem ter filmagem ou reportagem, cliques da televisão e deve colocar para as crianças verem. Elas vendo podemos mudar esta mentalidade. Ficaria difícil pensar numa única estratégia para todas as ilhas. S. Vicente tem um problema diferente e S. Antão outros problemas. Esta questão de audiovisual é muito importante, as crianças hoje têm muitas habilidades do que nós portanto tudo que for possível utilizar a estratégia audiovisual deve-se fazer.

**R**<sup>2</sup>- Quero dizer que concordo com as opiniões. Gostei das opiniões. Como professora estou a colocar no meu lugar de formação. Se estou a trabalhar no primeiro ciclo, ter uma formação teórica direcionada a esse ciclo o que é que vou precisar para os meus alunos e concluindo a minha ideia seria interessante dar aulas teóricas e praticas.

## Apresente propostas de temas mais pertinentes

**R**4- Promover mais campanhas de limpeza nas escolas, fazer plantações e coisas para cozinarem nas escolas.

**R**2- Eu tenho que passar num lugar com muita apanha de areia, zona crítica mesmo até a minha filha que não sabe nada do assunto já tem aquela noção que não se faz. Quando agente comentar com os da área as respostas não são muito claras. Há que criar outras alternativas. Uma outra área é as mudanças climáticas

**R**3- Os adultos têm noção do perigo que as pessoas estão a ter em ir ao mar na hora mais crítica. Continua a fazer isso. Esta parte é muito importante. Este programa tem que sair já. Outro tema podia ser a preservação dos parques que temos.

**R**1- Eu quero insistir nesta questão de sensibilização geral porque vai incluir um pouco a informação. Porque há pessoas que não entendem, a Salomé fica um pouco preocupada. Há países em que as pessoas explicam as coisas. E há mais divulgação. Nós não temos esta informação e sensibilização via comunicação social. Se houver, não conheço. Deve se dar esta informação. Eu digo sensibilização porque vivo dois anos no Brasil e aí todas as pessoas já tinham a informação de que mandaram construir num lugar podia-se ter tragédias. Parece que há uma mudança de atitudes desde do estado. Aqui em Cabo Verde precisamos bastante de informação e dar mais visibilidade do que se está a tratar. Saber o que é que se está a tratar

**R**2. Não há uma variedade na informação. No ensino deve se ligar teoria e prática. Quando estão a dar desenho animados deve-se dar na hora com maior acesso. Há este desfasamento entre o programa e o acesso da população.

O problema é que se toca sempre na mesma tecla. Não há uma variabilidade. Eu como professora fica difícil encontrar exemplos práticos que nem sempre nos ajudam. Estava a explicar um assunto que tinha a ver com o sangue. Lembrei-me de desenhos animados mas o horário não ajuda. Há este desfasamento entre o horário e o que está a passar.

**Que condições técnicas e financeiras acham que devem ser criadas para a implementação do programa de educação ambiental para os professores do Ensino Básico**

**R**<sup>1</sup> Eu acho o manual bastante desatualizado. Não sou da área mas como professora tenho um pouco de sensibilidade. Eu sei que os professores actuais estão a fazer várias outras estratégias de enriquecer o manual fazer com que as crianças se envolvam. Os que vivem na capital que tem condições da vida média, tem acesso a informações e gere. Mas nem todos os professores têm as mesmas condições por isso devia uma espécie de concertação e haver um plano nacional para o ambiente em que integrariam porque eu acho há focos diferentes para a mesma luta. Por exemplo, a Rede Parlamentar para a Protecção do Ambiente neste momento fez uma atividade muito importante de 5 de Junho e pediu o Salão Nobre da Assembleia Nacional, uma coisa enorme mas viram na televisão que a sala estava quase vazia, pode ser falta de integração. Se houver uma concertação geral todos aproveitariam os poucos meios que há.. Se houver uma interação das pessoas irem conhecer as Sete Maravilha de Cabo Verde dentro da perspectiva do Ambiente. Conhecem os lugares mais bonitos que há. Que eu vejo neste momento é as pessoas se integrarem reverem o manual para começar integrarem os meios que há e começar a pensar numa prespetiva, o Plano Nacional do Ambiente pode ser algo quadrienal, quinzenal, Planos Estratégicos e haver a integração dos todos os planos que há de uma maneira mais integrada para se puder poupar recursos e rentabilizar os meios que há. As crianças podem fazer alguma coisa, acho que até agora há já uma boa iniciação só que os professores precisam de mais meios de trabalhar. Há pais que não sabem coisas que os filhos já sabem. Todos os Ministérios tiravam um dia de Plantação de árvores. Acho que em pouco tempo enchemos o nosso país de verde. Pode-se conseguir através de redes.

**R**<sup>2</sup>- Quem agora vai liderar tudo isso. O Ministério de Educação ou a Direção Geral do Ambiente??. Formar um grupo entre a Educação e o Ambiente e trabalhar todos os planos que existem e ver o cabimento. E ver se podem caber ali o nosso programa de Educação Ambiental. Acho que devia ter algum encontro para definirem. Podia-se ver algumas acções e trabalhar neste sentido.

**R**<sup>3</sup>- Ocorreu-me aumentar propinas nas escolas para conseguir projectos mas aumentar propinas Há escolas na capital em que pagamos 4 propinas 1ª prestação, 2ª prestação, e 3ª prestação e um outro que serve para a manutenção das escolas, jardinagem guardas nas escolas.

## Avaliação.

**R**1- Nós podemos pensar que as empresas também podem colaborar. Como assim? Quando eles colaboram. Prestam contas às finanças. Todas as empresas que pudessem colaborar com as escolas em algum projecto relacionado com o ambiente, poderão ter um desconto X. Pode ser uma medida legal. Pode ser uma medida mesmo nas questões de orçamento. Falta assumir isso. Falta ver isto como prioridade. Isto estou a pensar com muito idealismo e optimismo.

**R**1- Eu acho que deveria colocar em prática daquilo que se aprendeu. Deve-se fazer visitas nas escolas. Trazer técnicos e confrontar com os programas daqui de Cabo Verde e utilizar a comunicação social.

Eu acho interessante. Pode-se formar analistas ambientais. Deve-se utilizar a inspeção. Assim como fazem a inspeção de gestão pode-se integrar a área ambiental. Não precisam pessoas de fora é só acrescentar mais um atributo a estes inspetores e darem-lhe formação nesta área.

Se for avaliar os professores e professoras e ver se a metodologia foi implementado ou não numa sala

**R**2- Eu acho que quer a reciclagem pode ser mostrado através de concurso. Podia-se aproveitar os recursos pode-me motivar mais.

Eu acho que é educar os adultos também.

**R**3- Eu vejo a necessidade de fazer a educação comportamental. Aqui em Cabo Verde se não começar por aí não vale a pena se não trabalharmos o comportamento e o civismo

Não há esta cultura de separar o lixo e depois Temos que nos mentalizar caso não tivermos um meio de transporte podemos guardá-los. Temos que trabalhar a questão ambiental e ver a questão de animais em domicílios.

<b>ENTREVISTA Nº 001</b>	
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>ENTREVISTA INDIVIDUAL 1</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>SALA ARRUMADA EM SEMICÍRCULO</b>
<b>DATA E DURAÇÃO</b>	<b>14 DE ABRIL DE 2012-19 MIN</b>
<b>LOCAL</b>	<b>SALA DE REUNIÃO DO INGRH</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>TÉCNICO DO INGRH</b>
<b>HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PARTICIPANTES</b>	<b>ENGENHEIRO DE CONCEÇÃO EM HIDROLOGIA DE SUPERFÍCIE</b>
<b>TÉCNICA DE REGISTO</b>	<b>AUDIOVISUAL</b>
<b>AMBIENTE DE DISCUSSÃO</b>	<b>NATURALIDADE, INTERESSE, FRANQUEZA</b>
<b>CONDUÇÃO DO GRUPO FOCAL</b>	<b>INVESTIGADORA</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES</b></li> <li><b>2. ENQUADRAMENTO</b></li> <li><b>3. APLICAÇÃO DA ENTREVISTA</b></li> </ol>

## Questão 1. Faça uma análise SWOT nas áreas de Recursos Hídricos, em CV?

Fazendo uma análise swot na área de resíduos em Cabo Verde é vasto porque a análise swot é constituída por quatro partes, pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades, vou fazer um resumo do que se está a passar na área de resíduos em Cabo Verde.

**A nível dos pontos fortes,** temos disponibilidade de recursos hídricos em Cabo Verde quer a nível dos oceanos, quer a nível dos continentes. Temos ainda áreas subterrâneas não exploradas, temos uma pluviometria e temos a água do mar para a exploração de atividades agrícolas e para o abastecimento da população. Porque existem países como os do deserto de Shara que não existem nenhuma disponibilidade da água superficial nem subterrânea.

A nível de pontos fracos, a grosso modo é a forma como se faz a gestão de recursos hídricos em Cabo Verde também Cabo Verde é um país muito novo e estamos a aprender gerir o que temos. O sector da água e a sua gestão começou em 1975, com as primeiras decisões que surgiram após a independência e vem se desenvolvendo planos, projetos e programas e acho que nesta parte ainda é um handicap que vamos melhorar ao longo do tempo.

**A nível das oportunidades** na parte do swot temos espaços para a inserção privada para participar nas questões dos recursos hídricos. Muitos países seguem este modelo onde o sector privado faz parte para cima de gestão dos recursos hídricos através de empresas de estado na execução de obras hidráulicas e empresas que se ocupam de gestão mesmo da água.

**A questão da ameaça,** em grosso modo é a questão das mudanças climáticas porque sabemos que o fenómeno de mudanças climáticas diminuição da pluviometria ao longo do tempo daí que muitas pessoas defendem que devemos sempre tomar esta parte da água do mar para abastecimento utilizado futuramente para a regra em caso de lugares em que há uma ameaça muito elevada de mudanças climáticas. Também a organização, depende de como estamos organizados, se estamos muito bem organizados é um potencial mas se a organização em cv na parte de gestão de recursos hídricos não tiver essa parte snow how sobre os recursos hídricos existentes e a forma de geri-la e tornar ao longo tempo mas se não é um potencial mas a forma de gerir será uma ameaça na área de gestão de recursos hídricos.



**Questão 2. Como acha que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da educação ambiental tendo em conta as necessidades que sente?**

Os professores são fundamentais na parte de educação ambiental porque lidam diretamente com a classe de novas gerações. Se a educação for muito bem implementada teremos consequências que são excelentes nas mudanças de comportamentos. Na minha opinião o ambiente deve estar junto.

Na minha opinião os técnicos de DGA e os técnicos que trabalham na área ambiental devem ter comportamentos fundamentais na formação de professores isto é trazer os professores para o mundo ambiental mas para ter dados concretos a nível dos municípios de forma a que os professores vão ter inputs palpáveis para transmitir aos alunos e isto é fundamental que o Ministério do Ambiente crie um programa juntamente com o Ministério de Educação.

**Questão 3. Apresente propostas de temas ambientais que considere pertinentes**

Todo o tema que advém da parte ambiental é pertinente porque o ambiente é tudo que nos rodeia de uma forma muito simples e não podemos abdicar de nenhuma parte do ambiente.

Há que realçar alguns sectores dentro do ambiente que para mim são fundamentais que são recursos hídricos e resíduos sólidos e que são dois elementos vitais. Quando digo resíduos sólidos estou a falar do comportamento do cabo-verdiano em relação aos resíduos sólidos. Como sabemos a saúde é o bem psíquico, físico e do meio e o lixo faz parte. Quando estamos a falar de saúde estamos a falar da vida das pessoas. Há muito trabalho a ser feito nesta área. Para mim temos que estabelecer metas de mudanças de comportamentos que faz parte da saúde ou faz parte da vida das pessoas.

Deve-se mostrar em cada ilha e em cada localidade qual é recurso disponível, quais são as disponibilidades, e com programas directos e concretos e com resultados palpáveis.

**Questão 4. Que condições técnicas e financeiras acha que devem ser criadas para se implementar um Programa de Formação de Professores em Educação Ambiental?**

Para mim é a parte mais simples. Cabo Verde tem recebido ajuda bons financiamentos, acho que o que falta são projectos, ideias muito bem organizados com objectivos bem definidos e palpáveis e apresentar aos financiadores. Acho muito difícil embora com esta crise difícil, nós apresentamos um projeto aos organismos internacionais e não serem financiados.

**Questão 5. Quais são as estratégias de articulação entre os ministérios, na elaboração de um programa de Educação Ambiental. Comente sobre estas estratégias**

O que não falta aqui em Cabo Verde é a boa intenção. Temos que ser muito realistas. Este processo de articulação acaba por não existir. Dificilmente notamos articulação entre os setores.

O que não falta é boa intenção. Deve-se fazer a articulação entre as camadas do governo e fazer uma planificação conjunta.

**Questão 6. Quais deveriam ser as metodologias para avaliação de um programa de Formação em Educação Ambiental?**

A metodologia para avaliar o programa de educação ambiental é o conteúdo do próprio programa em si mesmo. Mas para mim salientando uma parte muito metodológica penso que um programa de educação ambiental deve ter um real diagnóstico do espaço em que se elabora o programa, porque não podemos por exemplo ter um mesmo programa para a Praia e para o município dos Mosteiros porque o comportamento mesmo dessas duas populações são diferentes. Então o que fazemos? Devemos realizar o diagnóstico do que se passa em cada território em comportamento e através desse comportamento para melhorar e o objetivo de um programa é sempre melhorar dando inputs, dando ideias e criar objetivos e resultados palpáveis através de métodos utilizando comunicação informação acção no terreno de programa musicais concursos tudo isso faz parte integrante de educação ambiental e ter e trabalhar em estreitar colaboração criar concurso, tudo isso faz parte de programa de educação ambiental, trabalhar na estreita ligação com a comunicação social. Tentar o máximo envolver todo o pessoal de todas as idades possíveis e depois é ter um termómetro para após um determinado momento medir se a informação passada teve ou não efeito ou seja fazer a monitorização porque muitas vezes difundimos programas e não viemos depois para fazer uma análise para ver se será que o nosso projecto foi assimilado estamos a ter resultados e se os comportamentos já mudaram.

**Questão 7. Que comentários e sugestões deixa às Instituições Ambientais para a melhoria das suas atuações?**

Na minha sugestão devemos investir nos recursos humanos. Hoje em dia estamos a ter especialistas em educação ambiental. Não tenho conhecimento pessoalmente, não sei se não existem. Num momento e formar especialistas em educação ambiental. A educação ambiental é uma disciplina que tem as suas metodologias específicas para ajudar as mudanças de comportamento do ser humano que é uma parte muito complicado e temos é que conhecer o método para aplicar.

<b>ENTREVISTA Nº 002</b>	
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>ENTREVISTA INDIVIDUAL 2</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>SALA ARRUMADA EM SEMICÍRCULO</b>
<b>DATA E DURAÇÃO</b>	<b>14 DE ABRIL DE 2012-65 MIN</b>
<b>LOCAL</b>	<b>SALA DE REUNIÃO DO INGRH</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>TÉCNICO DO INGRH</b>
<b>TÉCNICA DE REGISTO</b>	<b>AUDIOVISUAL</b>
<b>AMBIENTE DE DISCUSSÃO</b>	<b>NATURALIDADE, INTERESSE, FRANQUEZA</b>
<b>CONDUÇÃO DO GRUPO FOCAL</b>	<b>INVESTIGADORA</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES</b></li> <li><b>2. ENQUADRAMENTO</b></li> <li><b>3. APLICAÇÃO DA ENTREVISTA</b></li> </ol>

## Questão 1. Faça uma análise SWOT nas áreas de Recursos Hídricos, em CV?

Em relação a esta questão oriento-lhe para leitura de um documento da autoria do entrevistado intitulado “Política Regional da Água da África Ocidental”.

Fazendo uma análise ao referido documento sintetizamos a análise swot sobre os recursos hídricos em Cabo Verde:

### **Pontos fortes**

A água produzida em Cabo Verde com exceção da água dessalinizada é proveniente essencialmente, a partir das águas subterrâneas. Segundo estimativas do PNUD, a quantidades médias dos recursos subterrâneos explorado por ano é de 65 milhões de m<sup>3</sup>. Este quadro mostra que a utilização de água subterrânea está quase no seu limite para satisfazer as exigências crescentes da população.

Para atender à demanda no futuro, deve fazer uso de dessalinização da água do mar, com um uso mais intensivo da água de superfície e tratamento de águas residuais. Enquanto isso, devemos introduzir medidas de redução de custos e racionalização do uso da água, especialmente na agricultura com a implementação e intensificação da tecnologia da rega gota-a-gota.

Dessalinização da água do mar contribui atualmente para cerca de 2,2 milhões de m<sup>3</sup> por ano, representando uma cobertura de 61% da demanda de água potável. Necessidades de água potável, turismo e indústria no futuro, serão cobertas através do desenvolvimento de técnicas e tecnologia para dessalinizar a água do mar.

Para abastecimento de água potável, a demanda foi estimada com base no consumo de 50 l /hab/dia nas ligações domiciliares, e de 30 l / hab/dia em fontanários. O crescimento anual foi estimado levando em consideração o aumento do consumo nas conexões residenciais de até 100 a 150 l / hab/dia e aumento do número de ligações residenciais em áreas rurais.

Para irrigação esperamos que a diminuição na taxa de irrigação por ha, 50 m<sup>3</sup> / dia até 25 m<sup>3</sup> / d, graças à introdução de novas tecnologias de irrigação e terras de cultura.

Pecuários foram considerados os padrões das variáveis de consumo médio de 60 a 80 l / vaca para tête.jour de um l 50 a 60 / tête.jour para o cavalo, até 1 l / cabeça / dia para galinha.

O crescimento populacional, desenvolvimento urbano e o crescimento das necessidades de água para irrigação, indústria e turismo, juntamente com a seca nos últimos anos, fará com que situações de deficiência, com tendência de agravamento ao longo do tempo, se medidas urgentes e necessárias sejam tomadas.

A competição pelo controle do recurso será exercida em diversos níveis: (i) em cada bacia hidrográfica por causa da concorrência entre os setores usuários da água e (ii) entre as políticas nacionais de desenvolvimento sectores concorrentes.

Certamente, uma abordagem sectorial não vai resolver os problemas de uma forma sustentável, na presença e ambições para o futuro desenvolvimento que envolvem a disponibilidade em quantidade e qualidade dos recursos hídricos. Só uma visão global, através da implementação da GIRH, que leva em conta a dinâmica dos recursos hídricos em áreas naturais, tais como bacias hidrográficas ou aquíferos, com o envolvimento de todas as partes interessadas no domínio da água em um novo quadro de gestão, vai ser conciliados, todos os usos para o desenvolvimento contínuo do país, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades.

#### **Pontos fracos:**

Os pontos fracos em relação aos recursos hídricos estão relacionados com a sua poluição. A poluição das águas superficiais e subterrâneas são de origem diversa. O documento sobre a biodiversidade apresenta casos relatados de contaminação de aquíferos por meio de lixiviação de pesticidas e fertilizantes químicos.

Além disso, embora nenhum estudo sério tenha sido ainda realizado sobre a questão, é preocupante a proliferação de indústrias poluentes (bebidas, calçados, tintas, produtos farmacêuticos, etc.)

O uso de práticas agrícolas inadequadas e o solo não corrigido, a exploração excessiva de poços e bem como as areias nas praias, por causa de problemas de água graves, com reação negativa na conservação do solo e da água.

A diminuição e irregularidade das chuvas têm causado uma seca contínua, resultando em enfraquecimento dos ecossistemas e reduzir o potencial dos recursos naturais. Este fator, juntamente com uma população crescente, levou à superexploração dos recursos naturais.

Solos, desnudadas pela atividade humana, estão expostos directamente às ações do vento, chuva, sol, e outros, resultando em erosão eólica e hídrica é muito importante. Para criar condições para uma gestão sustentável dos recursos naturais deverão prosseguir a aplicação de anti-erosão, mecânico e biológico, manter e preservar os ecossistemas.

Os recursos hídricos também são poluídos devido a actividades domésticas, especialmente de resíduos e águas residuais domésticas.

O problema da qualidade, quantidade e água surge em Cabo Verde e provoca muitas doenças que são registrados com a causa da má qualidade da água.

A falta de recursos técnicos e materiais como entidades responsáveis pela produção e distribuição de água, como por parte das instituições responsáveis pelo controle de qualidade, prevenir e controlar a implementação de um tratamento sistemático e rigoroso da água consumida.

Somente a cidade do Mindelo situada na ilha de S. Vicente tem saneamento com equipamento relativamente grande. O sistema de esgoto atende a cerca de 47% da população, de acordo com o censo de 2000, e as águas residuais são tratadas na estação de Ribeira de Vinha. O tanque séptico é utilizado para 9% da população. Na Praia, a capital do país, apenas 8% da população com acesso a esgoto e 21% usam a fossa séptica. Existe uma estação de tratamento antes da rejeição de água para o mar.

## 2. Como acha que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da educação ambiental tendo em conta as necessidades que sente?

É algo que nunca pensei, de qualquer maneira deve ser um processo não só do Ministério de educação mas em estreita colaboração com as instituições que lidam com meteorologia, água ambiente bem como a população.

Também devem ser analisados programas manuais de todos os níveis de ensino. Até financiamento deve haver articulação.

### **Oportunidades**

A visão estratégica de desenvolvimento a curto e médio prazo do Governo é apresentada no documento intitulado "Grandes Opções do Plano - GOP".

As Grandes Opções do Plano consideram o ambiente um dos temas mais importantes. Para isso, o Governo defende uma estratégia de desenvolvimento que tenha em conta as questões ambientais. Subjacente a esta estratégia, o governo propõe definir e implementar, de forma articulada, políticas e recursos em matéria de ordenamento do território, proteção e conservação do ambiente e dos recursos. A estratégia do PANA II (Plano Nacional de Acção para o Ambiente) é criar uma sociedade consciente de seu papel e os desafios ambientais para o desenvolvimento económico e social sustentável, convencida das suas responsabilidades com relação à geração futura e determinada a usar recursos naturais de forma sustentável. Tendo em conta que o uso de água para satisfazer as múltiplas necessidades tal como: abastecimento de água potável da população, a indústria e criação de gado, e outros, torna-se necessário um planeamento apropriado da utilização dos recursos de água para satisfazer as múltiplas necessidades.



Não há um documento específico onde se encontra inserida a política nacional sobre a água. No entanto, há um número considerável de referências no domínio das estratégias de água do sector e água sector. As referências a seguir são ilustrativas do importante trabalho já realizado:

- Plano Diretor para o desenvolvimento de recursos hídricos de Cabo Verde
- Programa Nacional de Luta Contra Desertificação
- Programa Nacional do Meio Ambiente
- Plano de Acção para as Florestas
- Reprodução Plano Diretor
- Plano de Desenvolvimento da Horticultura
- Visão Nacional para a Vida, Água e Meio Ambiente em 2025
- Programa Nacional Lute contra a Pobreza
- Programa Nacional de Segurança Alimentar

Embora relevante esses planos não estão ligados a estratégias coerentes para o desenvolvimento dos recursos hídricos no sentido mais amplo.

Encontramos vestígios de documentos de política geral em Opções Big Water Plano (GOP), como já mencionado, o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) e do Programa do Governo.

O NDP tem definido um programa de gestão integrada dos recursos hídricos que têm o objetivo de alcançar um equilíbrio entre o uso da água, a base de subsistência para um crescimento da população total, e a proteção e conservação da água considerando garantindo a sustentabilidade de suas funções características.

Assim, o setor de recursos hídricos é definido como um sector prioritário com os seguintes objetivos: (i) oferecer a todos os residentes de Cabo Verde, o acesso à qualidade da água potável (ii) evitar que as águas residuais para formar cargas poluidoras, portanto, prejudiciais para a saúde (iii) racionalizar e melhorar o uso da água através das taxas de água de vendas, que refletiam os custos de produção, distribuição e renovação de equipamentos e infra-estrutura (iv) conservar os recursos hídricos, a mobilização de acordo com as necessidades dos usuários e setores assegurada a sustentabilidade dos recursos hídricos, garantindo que a operação não exceda a capacidade de renovação e intrusão de água salgada é controlada (v) promover as instituições e descentralização da administração dos recursos hídricos.

Para atingir estes objetivos, o Governo propõe-se implementar vários projetos de abastecimento de água e saneamento nas áreas rurais e urbanas, com o apoio da cooperação bilateral e multilateral. Nos centros urbanos, a expansão da rede de água pública e esgoto e coleta de resíduos sólidos estão em andamento. Além disso, o governo decidiu que as declarações são feitas como parte de uma gestão integrada dos recursos hídricos ou, através de um processo que o desenvolvimento favorito e gestão coordenada dos recursos da terra, água e afins, tendo em conta a maximização, razoavelmente, bem-estar económico e social resultante, sem comprometer a sustentabilidade do ecossistema vital.

Água para o abastecimento de água potável é definida como uma prioridade entre outras utilizações.

Obras de conservação dos recursos naturais (solo, água e vegetação) e formas de colisão que podem garantir a participação das pessoas, assim como a utilização sustentável dos recursos é suportado e promover um aumento na produção, são agora a conclusão um pouco por todo do país.

A implementação de divulgação e formação de comunidades em relação ao uso e gestão dos recursos hídricos, a promoção de informações especializadas e adequadas à população, embora isso também promover atividades para a gestão comunitária das infra-estruturas são eixos das ações tem que considerar.

Estudos estão em andamento para tornar viável a exploração de outros recursos, nomeadamente a dessalinização da água, a exploração das águas de superfície por barragens, o uso de águas residuais e de armazenagem da água da chuva. Aumentar a disponibilidade de recursos para abastecimento de água potável, irrigação, e outras indústrias deve passar, principalmente, pelo uso de exploração da superfície da água e de dessalinização de água. Enquanto isso, está prevista a introdução de medidas para melhor utilizar os recursos existentes (instalações de armazenamento, infra-estrutura de tratamento de águas residuais, generalização de micro irrigação, infra-estrutura de recarga artificial).

Programas de abastecimento de água irão garantir uma estreita ligação entre os problemas de quantidade e qualidade da água através da construção de laboratórios para análise e controle, programa de conscientização e educação em saúde e luta contra a poluição da água. Prevê-se para aumentar o acesso público ao sistema de esgoto e aumentar o acesso às populações rurais tem sistemas de drenagem individuais.

Deve ser enfatizado que o Governo de Cabo Verde começou em 1998, uma profunda reforma e reestruturação de Energia, Água e Saneamento, com o duplo objectivo de reduzir a intervenção do Estado na propriedade e gestão de empresas e serviços públicos de abastecimento de energia, água potável e água residual e promover a participação do setor privado no processo de operação e gerências de serviços básicos às populações. Nesta linha, foi legalmente consagrada a opção do Governo de liberalizar o sector dos recursos hídricos e proporcionar o acesso ao exercício da atividade de água e tratamento de águas residuais tem operadores privados. Na sequência, que é cria uma agência reguladora e as funções e os poderes das instituições foram redefinidos e reformulados.

Assim, é operado de privatização, como uma concessão para a empresa Electra (LLC) serviços de abastecimento de água e saneamento nas principais cidades e centros turísticos (Praia, S. Vicente, Sal e Boa Vista). Enquanto isso, em outro município foi criado Serviço Autónomo de Água e Saneamento, tendo em vista a adopção de um modelo de provisão pública desses serviços, com um carácter mais autonomia e capaz de administrar uma natureza corporativa e comercial.

Algumas infra-estruturas básicas já estão privatizadas. A eficácia desta infra-estrutura passa para a regulação, de modo que os custos e as tarifas são transparentes e de qualidade, adequada e eficiência do serviço são monitorados.

### **Ameaças**

Dominar os princípios, conceitos e ferramentas para a gestão integrada dos recursos hídricos, é ainda inadequada. Faltam realizar o treinamento sobre o assunto. Em geral, a lei consagra o princípio da gestão integrada dos recursos hídricos. Também agenda do governo e do programa de desenvolvimento nacional são referências para a gestão integrada dos recursos hídricos. Há projetos com os princípios da gestão integrada dos recursos hídricos. No entanto, é preciso dizer que essas ações são dispersos e não são coordenadas e controladas.

### **3. Apresente propostas de temas ambientais que considere pertinentes**

Quanto aos temas pertinentes acho que poderiam trabalhar os seguintes temas: higiene pessoal, conservação da água, origem de doenças hídricas e referir as doenças mais comuns nomeadamente: dengue, paludismo, diarreia, conservação de recursos hídricos, poupança da água e desenvolver a consciência na população sobre a possibilidade de adquirir equipamentos de poupança de água como por exemplo torneira e sanita que poupam água.

Deve ser recuperado alguns programas/estratégias de âmbito nacional numa perspectiva mais evoluída e levar em consideração o contexto atual.

### **6. Quais deveriam ser as metodologias para avaliação de um programa de Formação em Educação Ambiental?**

Deve ser feito a avaliação de programas por meio da definição de um conjunto de itens nomeadamente: nº de sessões realizadas, nível de participação, nº de horas consumidas. Deve ter indicadores pré-estabelecidos. Um projecto requer a sua avaliação a nível do seu impacto medindo os resultados preconizados ao longo da sua planificação. Apresento um exemplo bem sucedido de um projecto que foi financiando pela UNESCO. Trata-se de um projecto ligado a construções de latrinas. Neste projeto foi realizado o trabalho por uma socióloga desde de o levantamento de necessidades, estudo do meio etc. Um projeto deve-se adaptar ao seu contexto, por exemplo um projeto com sucesso na Praia, ilha de Santiago pode não adaptar-se bem nos Mosteiros, ou à ilha do Fogo. Acho importante a existência de um gabinete que deve ocupar disso.

Informo-lhe que a instituição está a passar um momento de fragilidade institucional: Agora estamos no Ministério do Ambiente e existe proposta para criação de Comissão Nacional de Água e Saneamento (CNAS) que englobará vários setores nomeadamente: Representante de Outras Organizações como a UNICV, Representantes da Sociedade Civil, Agricultura mas tudo isso está em curso etc.

A área do Saneamento estará junto com a Água porque neste momento não existe um líder para a área de Saneamento que torna difícil determinar critério para acesso a fundos e prestação de contas.

**5. Quais são as estratégias de articulação entre os Ministérios, na elaboração de um programa de Educação Ambiental. Comente sobre estas estratégias**

Há dificuldades de articulação e acha que é devido ao fato do país ser um arquipélago.

**7. Que comentários e sugestões deixa às Instituições Ambientais para a melhoria das suas atuações?**

Para a melhoria das atuações podemos utilizar novas tecnologias de informação para a sensibilização, meios de comunicação social para trabalhar programas dirigidos a crianças, como desenhos animados, mensagem via telemóvel, roda pé de email, documentários etc.

<b>ENTREVISTA Nº 003</b>	
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>ENTREVISTA INDIVIDUAL 3</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>ESPAÇO VIRTUAL-SKIPE</b>
<b>DATA E DURAÇÃO</b>	<b>30 MIN</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>ENGENHEIRO AMBIENTAL</b>
<b>HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PARTICIPANTES</b>	<b>MESTRE EM DESENVOLVIMENTO LOCAL E SANEAMENTO URBANO</b>
<b>TÉCNICA DE REGISTO</b>	<b>AUDIOVISUAL</b>
<b>AMBIENTE DE DISCUSSÃO</b>	<b>NATURALIDADE, INTERESSE, FRANQUEZA</b>
<b>CONDUÇÃO DO GRUPO FOCAL</b>	<b>INVESTIGADORA</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>1. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES 2. APLICAÇÃO DA ENTREVISTA</b>

**2. Como acha que deveriam ser formados os professores do Ensino Básico na área da educação ambiental tendo em conta as necessidades que sentem?**

R: Os professores deveriam ser formados de acordo com as áreas de intervenção e das necessidades de momento. Os cursos deveriam ser trabalhados em modos de acordo com a faixa etária a qual vão trabalhar. Ou seja, preparar programas para um determinado ciclo apenas para intervenção em uma temática, não misturar temáticas. Este permite uma melhor assimilação do tema e conseqüentemente permitirá uma melhor preparação e desenvolvimento de técnicas para repassar às crianças do ciclo.

**3. Apresente propostas de temas ambientais que considere pertinentes**

Os temas poderiam ser: Reciclagem (papel, plástico) teatros de sensibilização ambiental, legislação ambiental, valorização de resíduos, biodiversidade /vida humana. etc.

**4. Que condição técnica e financeira acha que devem ser criadas para se implementar um Programa de Formação de Professores em Educação Ambiental?**

Financeiramente deveria haver reforço orçamental para o setor de educação, criar orçamento especial para Educação ambiental.

Tecnicamente deveria haver uma unidade que teria a responsabilidade de poiar a política de educação ambiental dentro das Escolas bem como controlar as despesas, orientando todos as classes sociais e assegurando o avanço do comportamento das pessoas a nível ambiental.

**5. Quais são as estratégias de articulação entre os ministérios, na elaboração de um programa de Educação Ambiental. Comente sobre estas estratégias.**

As estratégias têm sido reuniões periódicas de articulação com apresentação de Planos de actividades escolares, voltadas para o ambiente no âmbito do Plano sectorial Ambiente e Educação do PANA II. Tem sido uma estratégia boa, visto que os resultados tem aparecido embora lentamente.

Na minha opinião deveria sim tornar estas reuniões frequentes, e com uma maior rigidez na cobrança dos compromissos das actividades. Maior dedicação e vontade de implementação dos planos por parte dos Delegados e Diretores Escolares.



## **6. Quais deveriam ser as metodologias para a avaliação de um programa de Formação em Educação Ambiental?**

Deveria ser 30% resultados de provas teóricas, 70% projeto de Educação ambiental desenvolvido e implementado na comunidade ou na escola pelo aluno. Deveria haver incentivo financeiro disponível na Escola para apoio a implementação dos projetos, que deveriam ser aprovados por uma unidade do Governo responsável pelo domínio ambiental como a DGA.

## **7. Que comentários e sugestões deixa às Instituições Ambientais para a melhoria das suas atuações.**

Que utilizem os professores e alunos como veículo de locomoção da nova sociedade Cabo-verdiana como mais valores e mais conscientes em matéria do Ambiente. As Sinergias devem ser buscadas onde há energia e vontade de aprender. Juntos as instituições têm mais força. Juntaremos a habilidade de educar e os conceitos certos da educação para cada nível, para alcançarmos juntos o que programamos para o nosso futuro. Para um Cabo Verde Sustentável.

### 3.4. RESULTADOS ASHII

Fazendo uma análise SWOT na área de resíduos em Cabo Verde, algo vasto porque a análise, constituída por quatro partes, pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades, vou fazer um resumo do que se está a passar na área de resíduos em Cabo Verde. A nível dos pontos fortes, temos disponibilidade de recursos hídricos em Cabo Verde quer a nível dos oceanos, quer a nível dos continentes. Temos ainda áreas subterrâneas não exploradas, temos uma pluviometria e temos a água do mar para a exploração de atividades agrícolas e para o abastecimento da população. Porque existem países como os da região do deserto de Sahara onde não existe nenhuma disponibilidade da água superficial nem subterrânea. A nível de pontos fracos, a grosso modo, destaca-se a forma como se faz a gestão de recursos hídricos em Cabo Verde também Cabo Verde, uns pais muito novos e estamos a aprender gerir o que temos. O sector da água e a sua gestão começaram em 1975, com as primeiras decisões que surgiram após a independência e vem se desenvolvendo planos, projetos e programas e acho que nesta parte ainda, um handicap que vamos melhorar ao longo do tempo. A nível das oportunidades na parte do swot temos espaços para a inserção privada para participar nas questões dos recursos hídricos. Muitos países seguem este modelo onde o sector privado faz parte para cima de gestão dos recursos hídricos através de empresas de estado na execução de obras hidráulicas e empresas que se ocupam de gestão mesmo da água.

A questão da ameaça, em grosso modo, a questão das mudanças climáticas porque sabemos que o fenómeno de mudanças climáticas, diminui a pluviometria ao longo do tempo daí que muitas as pessoas defendem que devemos sempre tomar esta parte da água do mar para abastecimento utilizado futuramente para a regra em caso de lugares em que há uma ameaça muito elevada de mudanças climáticas. Também a organização, depende de como estamos organizados, se estamos muito bem organizados, em potencial mas se a organização em CV na parte de gestão de recursos hídricos não tiver essa parte o "know how" sobre os recursos hídricos existentes e a forma de geri-la e tornar ao longo tempo mas se não, um potencial mas a forma de gerir ser uma ameaça na área de gestão de recursos hídricos. Os professores são fundamentais na parte de educação ambiental porque lidam diretamente com a classe de novas gerações. Se a educação for muito bem implementada teremos consequências que são excelentes nas mudanças de comportamentos. Na minha opinião o ambiente deve estar jáunto. Na minha opinião os técnicos da DGA e os técnicos que trabalham na área ambiental devem ter comportamento fundamental na formação de professores isto, trazer os professores para o mundo ambiental mas para ter dados concretos a nível dos municípios por forma que os professores vão ter inputs palpáveis para transmitir aos alunos e isto é fundamental para que o

ministério do ambiente crie um programa jáuntamente com o ministério de educação. Todo o tema que advém da parte ambiental, é pertinente porque o ambiente, tudo que nos rodeia de uma forma muito simples e não podemos abdicar de nenhuma parte do ambiente. Há que árealçar alguns sectores dentro do ambiente que para mim são fundamentais que são recursos hídricos e resíduos sólidos e que são dois elementos vitais. Quando digo resíduos sólidos estou a falar do comportamento do cabo-verdiano em relação aos resíduos sólidos. Como sabemos a saúde, o bem psíquico, físico e do meio e o lixo faz parte. Quando estamos a falar de saúde estamos a falar da vida das pessoas. Há muito trabalho a ser feito nesta área. Para mim temos que estabelecer metas de mudanças de comportamentos, o que faz parte da saúde ou faz parte da vida das pessoas. Deve-se mostrar em cada ilha e em cada localidade qual, recurso disponível quais são as disponibilidades, e com programas diretos e concretos e com resultados palpáveis. Para mim, a parte mais simples, Cabo Verde tem recebido ajuda, bons financiamentos, acho que o que falta são projetos e ideias muito bem organizados com objectivos bem definidos e palpáveis e apresentar aos financiadores. Acho muito difícil embora com esta crise nós tenhamos apresentado um projeto aos organismos internacionais e não serem financiados O que não falta aqui em Cabo Verde é a boa intenção.

Temos que ser muito árealistas. Este processo de articulação acaba por não existir. Dificilmente notamos articulação entre os sectores. O que não falta, boa intenção. Deve-se fazer a articulação entre as camadas do governo e fazer uma planificação conjunta. A metodologia para avaliar o programa de educação ambiental, o conteúdo do próprio programa em si mesmo. Mas para mim salientando uma parte muito metodológica penso que um programa de educação ambiental deve ter um áreal diagnóstico do espaço em que se elabora o programa, porque não podemos por exemplo ter um mesmo programa para a Praia e para o município dos Mosteiros porque o comportamento mesmo dessas duas populações são diferentes. Então o que que fazemos? Devemos árealizar o diagnóstico do que se passa em cada território em comportamento e através desse comportamento para melhorar e o objectivo de um programa, sempre melhorar dando inputs, dando ideias e criar objectivos e resultados palpáveis através de todos utilizando comunicação e informação, ação no terreno de programas musicais concursos tudo isso faz parte integrante de educação ambiental e ter e trabalhar em estreita colaboração com os meios de comunicação social que é fundamental num programa de educação ambiental, criar concursos tudo isso faz parte de programa de educação ambiental social trabalhar

em estreita ligação com a comunicação social. Tentar o máximo envolver todo o pessoal de todas as idades possíveis e depois, ter um termómetro para após um determinado momento medir se a informação passada teve ou não efeito ou seja fazer a monitorização porque muitas vezes difundimos programas e não viemos depois para fazer uma análise ver se ser que o nosso projeto foi assimilado ver se estamos a ter resultados e ver se os comportamentos já mudaram. Na minha sugestão devemos investir nos recursos humanos. Hoje em dia estamos a ter especialistas em educação ambiental. Não tenho conhecimento pessoalmente, não sei se não existem no momento em formação especialistas em educação ambiental. A educação ambiental é uma disciplina que tem as suas metodologias específicas para ajudar nas mudanças de comportamento do ser humano que, uma parte muito complicada e, temos que conhecer o todo para provocar tais mudanças. Formar especialistas na área

## GRUPO 002

A investigadora pediu a autorização para fazer o registo audiovisual entrevista mas não foi aceite pelo entrevistado. O mesmo alegou que a razão prende-se com o momento que instituição está a passar. Trata-se de um momento muito delicado caracterizado pela transição do INGRH para ANAS em que não há uma clara definição ainda da instituição que ir tutelar e por esta razão há uma fragilidade institucional, por isso prefere que a entrevista não fosse gravada. Já justificou ainda que todas as suas afirmações /comentários que ir tecer serão frutos da sua experiência profissional nesta instituição e de alguma modo poder vincular ou comprometer com a instituição. A entrevistadora compreendeu a situação e fez o registo em notas de campo para posterior descrição e análise de conteúdo. Em relação a esta questão oriento-o para a leitura de um documento da autoria do entrevistado intitulado política regional da água da África ocidental. Fazendo uma análise ao referido documento sintetizamos a análise sobre os recursos hídricos em Cabo Verde. A água produzida em Cabo Verde com exceção da água dessalinizada, proveniente essencialmente, a partir das águas subterrâneas. Segundo estimativas do PNUD, a quantidade em dias dos recursos subterrâneos explorado por ano, de 65 milhões de m<sup>3</sup>

Este quadro mostra que a utilização de água subterrânea está quase no seu limite para satisfazer as exigências crescentes da população. Para atender a demanda no futuro, deve fazer uso de dessalinização da água do mar, o uso mais intensivo da água de superfície e tratamento de águas residuais. Enquanto isso, devemos introduzir medidas de redução de custos e racionalização do uso da água, especialmente na agricultura com a implementação e intensificação da tecnologia da rega gota-a-gota. Dessalinização da água do mar contribui actualmente para cerca de 2,2 milhões de m<sup>3</sup> por ano, representando uma cobertura de 61% da demanda de água potável. Necessidades de água potável, turismo e indústria no futuro, serão cobertas através do desenvolvimento de técnicas e tecnologia para dessalinizar a água do mar. Para abastecimento de água potável, a demanda foi estimada com base no consumo de 50 l/hab/dia nas ligações domiciliárias, e de 30 l/hab/dia em fontanários. O crescimento anual foi estimado levando em consideração o aumento do consumo nas conexões residenciais de at, 100 a 150 l/hab/dia e aumento do número de ligações residenciais em áreas rurais.

Para irrigação esperamos que a diminuição na taxa de irrigação por ha, 50 m<sup>3</sup>/dia at, 25 m<sup>3</sup>/graças à introdução de novas tecnologias de irrigação e terras de cultura. Pecuária foram considerados os padrões das variáveis de consumo médio de 60 a 80 l/vaca para t<sup>e</sup>.j<sup>o</sup>ur de um l 50 a 60 / t<sup>e</sup>.j<sup>o</sup>ur para o cavalo, até 1 l/cabeça / dia para galinha. O crescimento populacional, desenvolvimento urbano e o crescimento das necessidades de água para irrigação, indústria e turismo, juntamente com a seca nos últimos anos, far com que situações de deficiência, com tendência de agravamento ao longo do tempo, se medidas urgentes e necessárias sejam tomadas. A competição pelo controle do recurso ser exercida em diversos níveis: (i) em cada bacia hidrográfica por causa da concorrência entre os setores usuários da água e (ii) entre as políticas nacionais de desenvolvimento setores concorrentes.

As Grandes Opções do Plano considera o ambiente um dos temas mais importantes. Para isso, o Governo defende uma estratégia de desenvolvimento que tenha em conta as questões ambientais. Subjacente a esta estratégia, o governo propõe definir e implementar, de forma articulada, políticas e recursos em matéria de ordenamento do território, proteção e conservação do ambiente e dos recursos. A estratégia do PANA II (Plano Nacional de Ação "para o Ambiente), criar uma sociedade consciente de seu papel, os desafios ambientais para o desenvolvimento económico e social sustentável, convencida das suas responsabilidades com relação ... geração futura e determinada a usar recursos naturais de forma sustentável. Tendo em conta que o uso de água para satisfazer as múltiplas necessidades tal como: abastecimento de água potável da população, a indústria e criação de gado, e outros, torna-se necessário o planeamento apropriado da utilização dos recursos de água para satisfazer o múltiplas necessidades. Não há um documento específico onde se encontra inserida a política nacional sobre a água. No entanto, há um número considerável de referências no domínio das estratégias de água do setor e água setor.

As referências a seguir são ilustrativas do importante trabalho já realizado: Plano Diretor para o desenvolvimento de recursos hídricos de Cabo Verde Programa Nacional de Luta Contra Desertificação Programa Nacional do Meio Ambiente Plano de Ação para as Florestas Reprodução Plano Diretor Plano de Desenvolvimento da Horticultura Visão Nacional para a Vida, água e Meio Ambiente em 2025 Programa Nacional Luta contra a Pobreza Programa Nacional de Segurança Alimentar Embora relevante esses planos não estão ligados a estratégias coerentes para o desenvolvimento dos recursos hídricos no sentido mais amplo. Encontramos vestígios de documentos de política geral em Opções Big Water Plano (GOP), como já mencionado, o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) e do Programa do Governo. O NDP tem definido um programa de gestão integrada dos recursos hídricos que têm o objetivo de alcançar um equilíbrio entre o uso da água, a base de subsistência para um crescimento da população total, e a proteção e conservação da água considerando garantindo a sustentabilidade de suas funções

## GRUPO 002

características

Assim, o setor de recursos hídricos, definido como um sector prioritário com os seguintes objectivos: (i) oferecer a todos os residentes de Cabo Verde, o acesso ... qualidade da água potável (ii) evitar que as águas residuais para formar cargas poluidoras, portanto, prejudiciais para a saúde (iii) racionalizar e melhorar o uso da água através das taxas de água de vendas, que refletem os custos de produção, distribuição e renovação de equipamentos e infra-estrutura (iv) conservar os recursos hídricos, a mobilização de acordo com as necessidades dos usuários e setores assegurada a sustentabilidade dos recursos hídricos, garantindo que a operação não exceda a capacidade de renovação e intrusão de água salgada, controlada (v) promover as instituições e descentralização da administrações dos recursos hídricos.

Para atingir estes objetivos, o Governo propõe-se implementar vários projetos de abastecimento de água e saneamento nas áreas rurais e urbanas, com o apoio da cooperação bilateral e multilateral. Nos centros urbanos, a expansão da rede de água pública e esgoto e coleta de resíduos sólidos estão em andamento.

Além disso, o governo decidiu que as declarações são feitas como parte de uma gestão integrada dos recursos hídricos, através de um processo que o desenvolvimento favorito e gestão coordenada dos recursos da terra, água e afins, tendo em conta a maximização, razoavelmente, bem-estar económico e social resultante, sem comprometer a sustentabilidade do ecossistema vital, a água para o abastecimento de água potável, definida como uma prioridade entre outras utilizações. Obras de conservação dos recursos naturais (solo, água e vegetação) e formas de colisão que podem garantir a participação das pessoas, assim como a utilização sustentável dos recursos, suportado e promover um aumento na produção, são agora a conclusão um pouco por todo do país.

A implementação de divulgação e formação de comunidades em relação ao uso e gestão dos recursos hídricos, a promoção de informações especializadas e adequadas ... população, embora isso também promover atividades para a gestão comunitária das infra-estruturas são eixos das ações tem que se considerar. Estudos estão em andamento para tornar visível a exploração de outros recursos, nomeadamente a dessalinização da água, a exploração das águas de superfície por barragens, o uso de águas residuais e de armazenagem da água da chuva. Aumentar a disponibilidade de recursos para abastecimento de água potável, irrigação, e outras indústrias deve passar, principalmente, pelo uso de exploração da superfície da água e de dessalinização de água. Enquanto isso, está prevista a introdução de medidas para melhor utilizar os recursos existentes (instalação de armazenamento, infra-estrutura de tratamento de águas residuais, generalização de micro irrigação, infra-estrutura de recarga artificial .....).

Programas de abastecimento de água ir garantir uma estreita ligação entre os problemas de quantidade e qualidade da água através da construção de laboratórios para análise e controle, programa de conscientização e educação em saúde e luta contra a poluição da água. Prevê-se para aumentar o acesso público ao sistema de esgoto e aumentar o acesso que as populações rurais têm de sistemas de drenagem individuais. Deve ser enfatizado que o Governo de Cabo Verde começou em 1998, uma profunda reforma e reestruturação de Energia, água e Saneamento, com o duplo objectivo de reduzir a intervenção do Estado na propriedade e gestão de empresas e serviços públicos de abastecimento de energia, água potável e água residual e promover a participação do sector privado no processo de operação e gerências de serviços básicos das populações. Nesta linha, foi legalmente consagrada a opção do Governo de liberalizar o sector dos recursos hídricos proporcionar o acesso ao exercício da atividade de água e tratamento de águas residuais tem operadores privados. Na sequência, que, cria uma agência reguladora e as funções e os poderes das instituições foram redefinidos e reformulados.

Assim, operado de privatização, como uma concessão para a empresa Electra (LLC) serviços de abastecimento de água e saneamento nas principais cidades e centros turísticos (Praia, S. Vicente, Sal e Boa Vista). Enquanto isso, em outro município foi criado Serviço Autónomo de Água e Saneamento, tendo em vista a adopção de um modelo de provisão pública desses serviços, com um carácter de mais autonomia e capaz de administrar uma natureza corporativa e comercial. Algumas infra-estruturas básicas estão privatizadas. A eficácia desta infra-estrutura passa para a regulação, de modo que os custos e as tarifas são transparentes e de qualidade, adequada e eficiência do serviço são monitorados. Dominar os princípios, conceitos e ferramentas para a gestão integrada dos recursos hídricos,, ainda inadequada. Faltam á realizar o treinamento sobre o assunto. Em geral, a lei consagra o princípio da gestão integrada dos recursos hídricos. Também agenda do governo e do programa de desenvolvimento nacional são referências para a gestão integrada dos recursos hídricos. Há projetos com os princípios da gestão integrada dos recursos hídricos. No entanto, é preciso dizer que essas ações são dispersas e não são coordenadas e controladas.

## GRUPO 002

Quanto aos temas pertinentes acho que poderiam trabalhar os seguintes temas: higiene pessoal, conservação da água, origem de doenças hídricas e referir as doenças mais comuns nomeadamente: dengue, paludismo, diarreia, conservação de recursos hídricos, poupança da água e desenvolver a consciência na população sobre a possibilidade de adquirir equipamentos de poupança de água como por exemplo torneiras e sanitas que poupam água. Devem ser recuperados alguns programas/estratégias de âmbito nacional numa perspetiva mais evoluída e levar em consideração o contexto atual. Deve ser feita a avaliação de programas por meio da definição de um conjunto de itens nomeadamente: número de sessões realizadas, nível de participação, nº de horas consumidas. Deve ter indicadores pré-estabelecidos. Um projecto requer a sua avaliação a nível do seu impacto medindo os resultados preconizados ao longo da sua planificação. Apresento um exemplo bem sucedido de um projeto que foi financiando pela UNESCO. Trata-se de um projecto ligado a construção de latrinas. Neste projeto foi realizado o trabalho por uma socióloga desde o levantamento de necessidade, estudo do meio etc.

Um projeto deve-se adaptar ao seu contexto, por exemplo um projecto com sucesso na Praia, ilha de Santiago pode não adaptar-se bem nos Mosteiros, ilha do Fogo. Acho importante a existência de um gabinete que deve ocupar sobre isso. Informo-lhe que a instituição está a passar um momento de fragilidade institucional: Agora estamos no Ministério do Ambiente e existe proposta para criação de uma Comissão Nacional de Água e Saneamento (CNAS) que englobar vários setores nomeadamente: Representante de Outras Organizações como a Uni-CV, Representantes da Sociedade Civil, Agricultura mas tudo isso está em curso etc. A área do Saneamento está já junto com a água porque neste momento não existe um líder para a área de Saneamento que torna difícil determinar critério para acesso a fundos e prestação de contas. Há dificuldades de articulação e acho que, devido ao facto de o país ser um arquipélago. Para a melhoria das atuações podemos utilizar novas tecnologias de informação para a sensibilização, meios de comunicação social para trabalhar programas dirigidos a crianças, como desenhos animados, mensagem via telemóvel, roda pé dos programas na televisão, de email documentários etc

## GRUPO 003

Estas quatro áreas, estão diretamente ligadas entre si, e todos tem sido preocupação em Cabo Verde. Basta ver os Planos Macro desenvolvido pelo Governo Central, Municipal e Organismos internacionais.

De entre estas ... áreas, a biodiversidade tem sido a mais prioritária nos últimos tempos, por solicitação das Nações Unidas a nível Mundial. Cabo Verde demonstra a sua preocupação particularmente no domínio da biodiversidade, ratificando e assinando novas convenções internacionais, de forma a obter instrumentos de orientação para progressos no domínio da Biodiversidade. A Educação Ambiental, ganhou força em Cabo Verde nos últimos 10 anos, onde alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos por organismos governamentais, Ongs, e alguns municípios, com programas de reciclagem, feiras de incentivos e formação de pequenos artesãos. Nos últimos dois anos a ação é mais visível. Basta ver os currícula escolares a tomar nova direção em matéria de Educação Ambiental.

Já existem grandes ganhos na definição deste tema no primeiro e no segundo ciclo do ensino básico e tudo indica que há que continuar de forma a ter no futuro uma cidadania com uma melhor consciência ambiental. A área dos Resíduos, esta sim tem sido uma área esquecida até à década de 90, onde as consequências são visíveis ainda Hoje. O crescimento populacional e do mercado de indústrias turísticas, bem como crescimento das cidades e vilas, fez com que as problemáticas dos resíduos caminhassem mais rápidos que as intervenções e as infraestruturas. Por isso Hoje temos uma área como sendo a mais decadente em Cabo Verde. Mas nem tudo está perdido visto que a atenção se virou para este domínio, visto que a política do governo e as recomendações internacionais visa um engajamento forte para combater a problemática dos resíduos. A última façanha de Cabo Verde para combater esta fragilidade, o investimento em Estações de tratamento de lixo, criação do fundo do ambiente com a aprovação da taxa ecológica, financiamento de projetos aos municípios e actualização do Plano de Ação Nacional Para o Ambiente PANA II que prioriza muito a área de Saneamento Básico, combatendo fortemente os resíduos sólidos e líquidos.

Os Recursos hídricos, tem sido uma das maiores preocupações em Cabo Verde por todos, pois deste depende a garantia de vida da população. O fator crescimento populacional e turismo em Cabo Verde, indicava que a partir de dois mil, investimentos grandes e seguros em matéria de recursos hídricos deveriam ser feitos, o que vem acontecendo agora. Basta ver os programas do segundo compacto do MCA para ver que grandes investimentos serem feitos, bem como programas e projetos de retenção de águas pluviais como barragens. O próprio setor dos recursos hídricos passa por uma grande reforma conforme as exigências da nova realidade e novos tempos onde todos zelam para cumprir e meter as metas do milénio e da organização Mundial da Saúde. Os professores deveriam ser formados de acordo com as áreas de intervenção e das necessidades de momento. Os cursos deveriam ser trabalhados em modos de acordo com a faixa etária com a qual vão trabalhar. Ou seja,

Preparar programas para um determinado ciclo apenas para intervenção em uma temática, não misturar temáticas. Este permite uma melhor assimilação do tema e consequentemente permite uma melhor preparação e desenvolvimento de técnicas para repassar as crianças do ciclo. Os Temas poderiam ser: Reciclagem (Papel, Plástico) Teatros de sensibilização ambiental, Legislação ambiental, valorização de resíduos, Biodiversidade VS vida humana. Etc. Financeiramente deveria haver reforço orçamental para o setor de Educação, Criar Orçamento Especial para Educação ambiental. Tecnicamente deveria haver uma unidade que teria a responsabilidade de apoiar a política de Educação ambiental dentro das Escolas bem como controlar as despesas, orientando todas as classes sociais e assegurando o avanço do comportamento das pessoas a nível ambiental. As Estratégias têm sido reuniões periódicas de articulação com apresentação de Planos de atividades escolares, voltados para o ambiente no âmbito do Plano sectorial Ambiente e Educação do PANA II.

tem sido uma estratégia boa, visto que os resultados têm aparecido embora lentamente. Na minha opinião deveria sim tornar estas reuniões frequentes, e com uma maior regidez na cobrança dos compromissos das atividades. Maior dedicação e vontade de implementação dos planos por parte dos delegados e diretores escolares. Deveria ser 30% resultados de provas teóricas, 70% projeto de Educação ambiental desenvolvido e implementado na comunidade ou na escola pelo aluno. Deveria haver incentivo financeiro disponível na Escola para apoio a implementação dos projetos, que deveriam ser aprovados por uma unidade do Governo responsável pelo domínio ambiental como a DGA. Que utilizem os professores e alunos como veículo de locomoção da nova sociedade Caboverdiana como mais valores e mais conscientes em matéria do Ambiente. As Sinergias devem ser buscadas onde há energia e vontade de aprender. Já juntos as instituições têm mais força. Já juntaremos a habilidade de educar e os conceitos certos da educação para cada nível, para alcançarmos juntos o que programamos para o nosso futuro. Para um Cabo Verde Sustentável.

## GRUPO 004

Na minha opinião, deveria haver um Programa de Educação Ambiental para os professores do Ensino Básico porque não temos tido nenhuma formação para implementar portanto o Programa nos alunos. Acho que deveria haver um programa, acho que este programa para os professores sentirem mais responsabilizados em tratar esta questão e terem também conhecimento mais específicos para trabalhar com os alunos porque os professores do ensino básico não tiveram esta formação. Complementando a ideia da minha colega Fernanda, quando fizeram o Programa não levaram em conta necessidade dos professores terem a necessidade, esta grande necessidade dos professores do EB em ter a formação bastante abrangente na área do EB. Deveria levar em conta que, uma das disciplinas mais priorizadas tendo em conta que tudo está a girar à volta do ambiente, nomeadamente em ciências económicas, saúde e tudo mais. Deveria haver o programa para os professores se sentirem mais à vontade para poderem transmitir os conteúdos científicos e também os práticos. Em concordo com a professora Fernanda e a profesora

Nilza. Eu acho que há necessidade da existência de um programa de educação ambiental porque não temos. Primeiro porque não temos e porque a questão ambiental, uma questão que deve ser priorizada porque tudo gira à volta do ambiente e nós não podemos em nenhum momento nos esquecer de que o ambiente, ele existe e nós de certa forma dependemos do ambiente. Então acho que este programa que se pretende conceber, ele vem responder de certa forma a lacuna que existe a nível do Ensino Básico do programa do Género que também acho que deveria ser um programa orientador para os professores para saber. Também quanto aos conteúdos que a Dra Paulina disse que irão ser retratados, nomeadamente recursos hídricos e resíduos urbanos eu acho que há mesmo esta necessidade. Por isso acho que seria muito que este programa fosse concebido para os professores do Ensino Básico. Eu acho que desde agora devia haver uma disciplina específica para a educação ambiental.

Assim como nós temos as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, etc, porque nós trabalhamos a educação ambiental dentro das outras disciplinas, às vezes a gente sente que deveria haver disciplinas específicas para a educação ambiental porque, tanta coisa para tratar no ambiente e trabalhando a educação ambiental dentro das outras disciplinas eu acho que fica um bocadinho pobre e para ter esta disciplina os professores também devem ser formados com uma disciplina específica para poder lecionar esta disciplina. Para isso os professores têm que ter uma grande bagagem pois têm que conhecer os conceitos, as consequências da não educação ambiental não só os conceitos mas também a parte prática. As vantagens de ter a educação ambiental. E a minha opinião, eu sinto que quando a gente trabalha a educação ambiental num texto às vezes fazemos apenas referências e mesmo em Ciências Integradas trabalhamos de uma forma relâmpago. O objetivo central da aula não é o Ambiente mas tendo a educação ambiental como disciplina tem outro tratamento. Também concordo com a Professora Nilza.

Tratando-se de uma disciplina os alunos já terão uma certa responsabilidade acerca do ambiente porque como a professora Nilza disse nós sempre falamos disso mas de forma muito superficial mas tendo já como uma disciplina as coisas podem melhorar tanto no Professor como no aluno. Já podem ter uma ideia diferente daquilo que se pode trabalhar. Na verdade eu estava a fazer uma pequena confusão. Porque quando a professora Nilza disse que precisamos nós os professores portanto o currículo, necessário ter uma disciplina de educação ambiental eu estou a pensar que, como nós temos Língua Portuguesa, Matemática Ciências Integradas para trabalhar na sala de aula, devemos ter a integração de educação ambiental como uma disciplina. Agora a questão eu acho que, a modalidade, como conceber o programa para os professores.

Tendo em conta que temos agora disponíveis a sociedade com a evolução das novas tecnologias Nós os professores temos que ter a ideias em função da aprendizagem ao longo da vida temos várias opções. Se tivéssemos um programa voltado para os professores eu acho que uma das modalidades que podemos ter, a formação a distância com recursos a novas tecnologias e então complementar com workshops, com seminários. Temos por exemplos várias disciplinas dentro do programa e depois podemos ter em conta periódicos para complementar. Eu acho que esta deve ser uma opção viável. Neste momento não há outra forma. Pode ser difícil. As próximas formações para os professores deviam pensar mesmo na disciplina de educação ambiental. Nós estamos agora a trabalhar ser bastante difícil a formação de base. Acho que depois dessas sessões presenciais marcar por exemplo quinzenalmente para encontro de professores para a realização de jogos ambientais, projetos de oficinas ambientais. Eu tinha apontado aqui alguns temas.



## GRUPO 004

Dentro deles temos apontado a Biodiversidade, mudanças climáticas, que podemos trabalhar a nível nacional ou a nível global e seu impacto em Cabo Verde e o seu impacto global e também traz consigo a subida do mar, o movimento de temperaturas e temos a questão do tratamento de resíduos, protecção de fauna e flora e também das espécies marinhas. Temos a questão da degradação da água.

Quando digo a degradação da água, estou a falar da rede que nós temos aqui em Cabo Verde que não é de boa qualidade. Acho que não há controlo de qualidade é só ver o aspeto da água que recebemos nas nossas casas. preciso ser integrado controlo de qualidade. A água, um bem precioso e toda a gente necessita dela e então também temos que ter o controlo de qualidade. Temos a questão de exploração excessiva de recursos que também temos que falar disso porque a exploração excessiva questão pode provocar a pobreza. Eu acho que todos os temas que a professora Celina mencionou são todos pertinentes. Eu ainda quero acrescentar mais alguns temas como por exemplo: Ambiente e Economia, Ambiente e Saúde e geralmente nós não incluímos o nós, e também o Ambiente e a Paz.

Quanto ao ambiente na paz eu sempre digo aos meus alunos que basta eu tentar dar-me bem com os colegas que estou a preservar o meio ambiente. Também devemos tratar o ambiente. Basta tentarmos mudar a violência, conversar e dialogar eu acho que isto dá um bocadinho de contribuição para melhorar a situação que estamos vivendo neste momento em Cabo Verde. Uma designação agora muito utilizada, a cidadania planetária que é ver o globo mesmo, o planeta como um ser vivo para que possamos ter a consciência de que é necessário tratar o ambiente ou seja tratar o planeta como ser vivo. Eu penso que primeiro temos que adaptar os materiais existentes e criar os novos. Eu não sei bem se existe um orçamento de estado para o Ambiente. Devia haver um orçamento para a Educação Ambiental. Se houver um financiamento nas escolas vamos conseguir realizar as actividades por exemplo atividades de reutilização. Se houver verbas. As vezes o orçamento não chega nas escolas. Faríamos jardinagens nas escolas, oficinas podíamos sair com os alunos para outros espaços.

através de força de utilização que se poder resultar alguma coisa Teórica quase toda a gente sabe mas agora a prática, que não se aplica. Precisamos mesmo de um trabalho de choque. A Professora se recorda do trabalho nas escolas nos anos anteriores, aquilo foi muito bom porque vi que os alunos conseguiram mudar muita coisa pelos menos a mentalidade na medida em que vimos muita coisa feia que não era bom para ver mas que serviu para alguma coisa. Eu acho a ideia muito interessante porque quando temos disponíveis recursos financeiros e materiais estaremos mais a vontade para fazer o nosso plano para planificar as nossas ações. Às vezes nós temos ideias mas as ideias não ficam implementadas porque não existem recursos que permitam a implementação das ideias. Primeiramente é preciso existir a vontade política eu acho que ela existe. Existe. Existe a lei da educação a nível do ministério dentro da educação ambiental mas na verdade os professores não têm conhecimento do que é essa rede de educação ambiental.

Não há socialização. Podia haver mais socialização e mais integração dos professores porque os professores têm muitas ideias e estão no terreno e sabem mais ou menos o que é que é necessário. Em relação aos recursos financeiros também eu acho que há que haver melhor coordenação entre os ministérios porque temos Ministério do Ambiente, de Recursos Marinhos, temos outros ministérios que devem também que devem estar preocupados com a questão ambiental. Se houver programas e projetos a nível de ministérios para que projetos e programas existentes tenham um reflexo na verdade porque a escolas, o melhor local portanto as crianças são veículos mais evidentes, mais importantes para levar a mensagem da educação ambiental. A nível das condições técnicas, na linha de pensamento da implementação de formação a distância, temos que ter condições técnicas, temos que ter a plataforma para a formação a distância. Os professores também têm que ser formados a nível de novas tecnologias.

Tem que se fazer oficinas para saber como funciona a plataforma. Então, necessários ter recursos para a criação da plataforma. Existe um conjunto de recursos financeiros e técnicos que devem ser criados para que o programa seja implementado verdadeiramente. Acho que deve se investir na investigação-ação de modo a apoiar os programas de educação ambiental. Ali eu penso que se deverá realizar um Questionário aberto para avaliar primeiro a metodologia e o material de apoio ao programa e ver se estes materiais estão a contribuir para a melhoria da prática pedagógica, uma questão complexa. Não é fácil mas eu, por exemplo, enquadrado no projeto com a Professora Paulina eu vi que houve muitas mudanças. Os guardanapos de papel foram substituídos pelos de pano. Mesmo na sala de aula em termos de higiene, os alunos ficaram a fazer o lanche levando os vasos reutilizados. Uma das formas de avaliar seria a observação.

## GRUPO 004

O que nós observamos é que existem várias intervenções pontuais das várias instituições por exemplo o Ministério de Educação, temos a Direção Geral do Ambiente todas têm incluídos nos seus programas, atividades de intervenção ambiental mas são feitas mais no dia do ambiente nas datas mais comemorativas. Eu acho que é preciso fazer um programa mais continuado. E para isso seria bom que estas instituições reunissem e fizessem um programa único onde cada umas das instituições teria as suas atividades bem definidas de forma complementarem-se para haver melhor articulação. Por exemplo se eu sei que a ADAD está a fazer uma atividade a nível do horto a outra instituição, o pode fazer uma outra atividade para poder complementar. Deve ser um trabalho conjúnto. Geralmente todos fazem a mesma coisa. Muitas vezes todos fazem a mesma coisa. Cada um deve atacar uma frente. Se há um grupo que está a trabalhar o horto escolar há um outro paralelamente que trabalha a questão da água. Há um outro grupo que faz o mesmo em relação aos resíduos.

Pode não ser no mesmo local. A escola pode ser beneficiada com visita de estudo e uma outra instituição daqui a uma semana ou duas semanas fazer a mesma coisa. Isso não, há que diversificar também em setores diferentes. Só para realçar, há por exemplo a nível do projeto Global que estão a trabalhar com as pessoas infetadas e afectadas com as pessoas com SIDA sessões de IEC, Informação, Educação e Comunicação. A nível do Programa Concelhio podem existir sessões de IEC com as crianças. É lógico que a questão da educação, ela é mais complexa porque o resultado não é imediato sim, um resultado mais ao longo prazo mas também nós observamos que não é apenas as crianças. Temos também as vendeiras que também são pessoas que produzem muito lixo e trabalhar o aspecto de IEC para a consciencialização das pessoas. Eu acho que se deve estimular as empresas, instituições públicas e privadas para criarem um programa destinado a capacitação de todos os trabalhadores para o controlo do meio ambiente.

Assim como a repercussão no processo produtivo do meio ambiente a nível das empresas, instituições públicas e privadas. Já que a professora Fernanda tocou no assunto também pode-se, no pacote geral, ter uma quantia destinada à Educação Ambiental. As ONGs podem apresentar Projetos, o que nos faz falta. Com a questão ambiental, uma questão que abrange a todos então dentro da parte social pode-se ver esta quantia. Acho que deve se ter mais programas televisivos. Tornar-se os meios de comunicação social um dos colaboradores. Eu acredito que atualmente nas bibliotecas das universidades normalmente as pessoas que fazem licenciatura e mestrado fazem projetos e não há a implementação e às vezes são ideias muito boas. As universidades poderiam fazer a seleção dos projetos relacionados com o ambiente e ver a possibilidade da sua implementação e ver o que se pode fazer com as ideias. Porque há bons projetos que depois acabam por perder-se porque não há uma socialização.

## GRUPO 005

Eu acho que é pertinente a criação de um Programa de Educação Ambiental para os Professores do EB porque não havendo um Programa cada Professor trabalha um aspeto, trabalha umas atividades que ele mesmo considere importante para ele mas que entretanto pode não ser importante para aquilo que se pretende no trabalho ambiental. Então, havendo um programa, algo para toda a gente, quando se trabalha um programa na ilha de Santiago, na ilha Brava também se faz a mesma coisa, na ilha do Fogo se faz a mesma coisa e assim nós estaremos em sintonia e não estaríamos a trabalhar aquilo que eu quero, que goste mas aquilo que é importante. Eu creio que é muito importante a elaboração deste programa para pudermos falar a mesma Língua. Tratar do mesmo assunto a nível nacional e também de acordo com a faixa etária, de acordo com as classes que nós lecionamos. Por isso eu creio que é necessário e importante. Eu concordo plenamente com aquilo que a minha colega disse.

Um Programa traça as linhas orientadoras. Como ela disse, tendo um programa os professores não vão trabalhar o conteúdo que acham importante e os outros podem não vão trabalhar porque pode não achar importante. Tendo o Programa e com as linhas orientadoras traçadas, como disse a colega, quando se trabalha um programa numa ilha está-se a trabalhar no país todo. Isto pode contribuir para que se pretenda a nível governamental, a nível do país e a nível planetário. Na minha opinião para já pensar na Formação de Professores. Sabemos que há várias escolas de Formação de Professores nomeadamente do Secundário e do Básico e nós estamos a dar atenção aos professores do Ensino Básico. Logo, nos Programas de várias disciplinas para a formação de professores deve ser incluído uma área de Educação Ambiental na Formação de Professores. Mas para os que já têm Formação podem também haver sessões que possam ajudar no trabalho do dia-a-dia. Tendo a formação a distância como costumamos ter na área de Educação para a Cidadania que tem temas ambientais dentro desse programa.

Outro exemplo de Formação a distância que nós costumamos ter é sobre vida escolar saudável que também já foi passada na rádio educativa portanto a aposta na formação inicial dos Professores mas também pode-se fazer encontros do tipo que estamos a fazer outros para se debater ideias, fazer palestras mas nesses encontros, nestas formações, na minha opinião eu acho que deve-se ir ao fundo da questão porque faz-se muito sobre a educação ambiental mas muitas pessoas não estão sendo educadas ambientalmente. Vê-se Hoje em dia muitas pessoas colocam o lixo no chão outras dizem que se não colocarem o lixo no chão os funcionários da Câmara, quem faz os serviços de limpeza não vão encontrar emprego. Quer dizer é a desculpa que arranjam para poderem colocar o lixo no chão. Graças a Deus agora há muitas pessoas que fazem reciclagem. Algumas até vivem deste trabalho de reciclagem. Agora aproveito para fazer daquilo que foi a notícia na roda pé, esta semana sobre a reciclagem do lixo eletrónico que os trabalhadores do NOSI fizeram. Sempre fazer reciclagem e transformar-se lixo no luxo.

Eu também concordo com as palavras do meu colega mas eu queria acrescentar mais uma coisa, ele disse formação mas eu queria acrescentar mais uma coisa, formação específica de Professores. Assim como temos professores de Matemática, professores de Língua Portuguesa então acho que seria interessante uma formação para a Educação Ambiental. Por isso acho que havendo professores específicos para a formação ambiental. Não sei qual seria o nome mas deve haver professores específicos para esta questão. Porque sendo esta questão muito pertinente, nós estamos a ver o lixo, a poluição tantos males que o nosso ambiente padece. Eu creio que deve ter uma ação mais forte para pudermos combater este mal. Parece que a coisa, assim tão simples, está na moda. A verdade é que às vezes as pessoas não têm a consciência de que a coisa é muito grave. Havendo esta disciplina, um professor formado para trabalhar esta disciplina parece-me ideal.

Para além disso eu acho que por exemplo esta disciplina ela está diluída dentro das disciplinas das Ciências Integradas. Pronto, eu uso uma hora, dois dias para me dedicar a conteúdos sobre a educação ambiental. Devia também haver este tempo para a Educação Ambiental. Assim eu creio que despertaria mais interesse e que não se pense não é algo que a professora apenas refere de vez em quando mas sim está no horário. Havendo esta programação seria ótimo. Eu ao ver esta questão fiz uma breve listagem de conteúdos por exemplo: Lixo/ Reciclagem; Apanha desenfreada da areia; Cortes desenfreados de árvores; Questão de poupança da água porque nós somos um país que padece muito da água; Preservação das espécies endémicas tanto animais como plantas. Estou plenamente de acordo com a minha colega. Estes temas apresentados são pertinentes. Também pode-se reforçar a reciclagem, os resíduos urbanos. Nós fazemos parte de uma sociedade de consumidor. Hoje em dia nós consumimos todos os tipos de produtos, consumimos empacotados, enlatados, consumimos produtos electrónicos.

Vê-se nos arredores das oficinas, muitos carros velhos, muitas carcaças de carros não usados vimos restos de construções num determinado lugar. Felizmente agora já temos o Aterro Sanitário que vai contribuir enormemente para o nosso ambiente. De uma forma geral para combater os problemas da água, há vários processos, há vários trâmites. Desde a própria urbanização com redes de esgotos mas tem que ser um trabalho bem feito. Tentar consciencializar os alunos ou os próprios agricultores por não sabemos os alunos o que é que vão ser. Fazer a reutilização da água é muito importante, tentar passar mensagem de não poluir a água. Porque às vezes a água que devia ser consumida para o consumo não dá nem para tomar banho quanto mais para o consumo. É preciso fazer uma aposta muito forte, apostar fortemente na dessalinização da água porque ainda há falta da água em Cabo Verde sabendo que há muitas centrais dessalinizadoras. Eu gostaria de dizer que talvez aqui neste caso a solução passa pela intervenção governamental pois isto não depende somente das pessoas. Tentar resolver. Nota-se que agora fala-se muito de técnicas dos 3 Rs.

Nota-se que em Cabo Verde há muitas áreas descobertas. Deve-se tentar fazer a cobertura vegetal. Desde babosa, cisa mas também acácias e outras espécies. A reflorestação também seria uma aposta forte. Também tentar preservar as espécies animais e vegetais. Pode-se tentar encontrar outras espécies. Antes não se falava da produção de arroz em Cabo Verde. Hoje não é novidade pois já foi produzida uma boa quantidade de arroz. Qualquer projeto depende muito senão essencialmente de recursos financeiros. Às vezes temos ideias muito brilhantes mas não tendo a parte financeira o projeto não anda. Então eu creio que se deve investir e traz benefícios para o país. Eu creio que deve-se ter um financiamento próprio para tal. A formação a distância, o que parece mais fácil porque já temos a rádio educativa. Já existe esta prática noutras disciplinas. Debates e palestras também queremos sempre mas é algo que se consegue fazer com facilidade. As sessões presenciais também acho que é possível mas aqui deve ter melhor elaboração visto que cada um tem o seu horário.

Através do Instituto Pedagógico agora Instituto Universitário de Educação pode-se fazer esta formação. Não é impossível. Recebíamos as tais sessões presenciais. Alguma coisa, mais difícil mas há coisas fáceis de se fazer. Eu acho que não devia dar de forma transversal mas sim como unidade didática. fundamental criar um fundo específico para este fim. Associado ao programa deve-se produzir manuais mais atrativos, mais coloridos que chamem mais a atenção, com texto educativos relacionados com a educação ambiental. Continuar a apostar na formação. Os professores precisam saber como implementar o programa. Felizmente temos algumas organizações que lidam com as questões ambientais nomeadamente ADAD, DGA, Biosfera, PNUA e temos mais. Como ambas essas instituições para o mesmo fim. Uma das estratégias é saber numa determinada altura, saber qual é o local de atuação de uma determinada instituição. Já há outras instituições que trabalham para o mesmo fim. Se uma trabalha num local outra deve trabalhar noutro local dando melhor abrangência.

Podia ser umas das estratégias a ser implementada. Eu a percepo que eu tenho, que estas instituições estão dissociadas. Na minha opinião cada uma trabalha... sua maneira. Não há uma ligação entre as entidades ambientais. A verdade, que não vemos praticamente estas instituições nas escolas não ser no dia do Ambiente, 5 de Junho. Eu creio que devia ser mais permanente as actividades destas instituições com as escolas. Porque, uma instituição vocacionada para o ambiente. Às vezes nós vemos durante um ano que existe algum vazio em termos ambientais. Chega no dia 5 de Junho, que ouvimos falar do ambiente. A minha sugestão, que não existisse este vazio. Ambiente para estas instituições devia ser todos os dias. As entidades ambientais deviam estar mais sintonizadas. Estando mais sintonizadas eu trabalho em prol, por exemplo em prol da biodiversidade e outros trabalhos em outras áreas etc. Eu creio que deve existir mais acções mais energia diversificar as acções a volta da ilhas de Cabo Verde.

Em termos de avaliação do programa em si se eu fosse um técnico de validação, uma das coisas que iria ver, a própria concepção do programa, a estrutura do programa e depois irei ver a pertinência do programa e tentaria prognosticar o impacto do programa. Fazer um programa mas com objectivo já traçado. Em termos do conteúdo pode-se ter em conta vários instrumentos: questões orais e escritas. Pode-se ver as acções práticas, por exemplo ver as atitudes perante uma determinada situação. Observação directa. Eu também eu vou nesta mesma linha de pensamento do Professor Arlindo. Eu anotei que devia-se fazer a observação directa das atitudes das acções porque a meu ver falta mesmo isso. Implementar-se o programa na prática não se vê, não se tenta ver, não se tenta avaliar. Se não tem nenhum impacto para positiva na vida do indivíduo então não teve efeito. Deve-se também fazer questionário com perguntas pertinentes que vão ao fundo da questão. Queria só dizer que deve-se fazer testes nestes casos e ver em que pé andam as coisas. Eu creio que às vezes estamos a dar ênfase mais à parte teórica eu acho que deve-se dar uma grande atenção à parte prática.

## GRUPO 005

Eu acho que é a parte prática que vem dar resposta a estas questões. Deve-se inculcar nas pessoas que não se deve deixar de colocar uma casca de banana só porque as pessoas estão a ver portanto isto não é mudança de atitudes. Instituições locais destaca-se o papel das câmaras municipais das câmaras municipais. Vê-se o esforço que as câmaras municipais fazem. Às vezes o horário de recolha de lixo não é o mais adequado. Talvez devia-se fazer a recolha a partir das 9 horas da noite. Quanto às instituições nacionais, nos programas televisivos nacionais talvez deve ser aumentado o número de técnicos no terreno em termos dos responsáveis para cada área. Tenham mais ações, mais energias, mais visíveis. É preciso ver para o lado esta ação, por exemplo de cariz ambiental. Devem ser mais cuidadosos neste aspeto. Programas educativos televisivos Como a rádio educativa. Os alunos querem saber mais, sentem-se preocupados. Eu estou de acordo com a recolha porta-a-porta. A recolha deve continuar da forma como está. Se há mais energia eólica bem haja. Deve-se apostar no aumento da cobertura vegetal.

## GRUPO 006

Eu acho que é muito importante a educação ambiental. Hoje mais do que nunca precisamos nos conscientizar dos fenômenos ambientais.

Há que criar uma consciência cósmica. Não se pode começar melhor do que no Ensino Básico sabendo que é mais fácil moldar as crianças e sensibilizá-las em relação às questões ambientais.

No Programa da educação a nível do ensino básico existe a educação e o ambiente. O tema ambiental é trabalhado esporadicamente no ensino básico sobretudo quando se comemora o dia mundial do ambiente. Não há um programa por isso deve se criar um programa porque não tendo um programa cada professor trabalha o ambiente de uma forma fragmentada, isolada e esporádica.

Não há uma articulação entre as disciplinas. Penso que é um tema que deve ser trabalhado de uma forma transversal. Criando um programa será uma mais valia para todos nós. Na formação inicial dos professores não existe. Falta a formação nos professores. Os professores manifestam alguma insegurança ao tratar os temas ambientais. Acho que é um tema interessante.

Não havendo um programa, cada um trabalha de forma esporádica e fragmentada.

Eu tive que refletir e até pesquisar um pouco no programa e ver até que ponto que este conteúdo é tratado no programa. Interessante é que descobri que realmente nas Ciências Integradas existem conteúdos relacionados com a Educação ambiental do 2º ao 6º anos.

Na segunda fase existem conteúdos nomeadamente: sol, ar, água. Na terceira fase temos: distribuição da população no espaço, ação do homem sobre o ambiente, crescimento da população, gestão dos recursos naturais, poluição entre outros, mas também temos vários objetivos nomeadamente:

Compreender a utilização dos recursos naturais, compreender a necessidade de reduzir ao mesmo tempo, referir problemas causados pela poluição, identifica diversos tipos de poluição.

Se tudo isto já vem desde dos 20 anos é pertinente porque já existe. Havendo um programa autónomo à semelhança do Programa Regional do PFIE que foi trabalhado por fase importa verificar o programa e ver o que pode ser ainda aproveitado. Fazer um programa especificadamente para Cabo Verde é muito pertinente. Este programa com conteúdos relacionados com o nosso ambiente. Pensar num programa autónomo. Complementando o meu colega Belmiro no programa antigo, já havia elementos sobre a educação ambiental.

Agora com a revisão curricular foi elaborado o Plano de ação da educação ambiental nos currículos do ensino básico e secundário e este programa que já está a ser implementado contém o reforço da integração curricular a nível do ensino básico de forma transversal ou seja em todas as disciplinas. Na decorrência disso será necessário a formação de professores no sentido de reforçar os conhecimentos lá onde existem mas também os que não têm, o que nos possibilita abordar esta temática nomeadamente a temática ambiental em todas as fases do EB. Eu vejo com bons olhos este Programa no sentido de reforçar as competências e reforçar a eficiência de lecionação de conteúdos ambientais do ensino básico. Há um programa regional de educação ambiental para apoiar a produção do material pedagógico. O senhor Belmiro tocou num assunto importante que é a referência ao PFIE que atende questões de níveis regionais enfim fez referências aos países que fazem parte do Sahel. Há problemas específicos de Cabo Verde. O fenómeno da globalização diz que devemos considerar os problemas globais e agir localmente. Portanto os problemas são gerais mas podemos ver problemas específicos de cada ilha de cada concelho, etc...

Também acho que os professores têm algum conhecimento e acho que a modalidade deve ser formação contínua em forma de seminários, workshops etc, porque os professores têm conhecimentos desde o programa do PFIE, pesquisam na internet, acompanham notícias de fenómenos naturais como o caso de sismos, tsunamis. Mas é preciso que cada um atue na sua comunidade, na sua ilha, no seu país, de uma forma muito geral.

É preciso fazer um levantamento de necessidades a nível escolar que vai de encontro com a necessidade e aqui os alunos podem ser ouvidos para poder ter um leque de necessidades que vão de encontro com as suas expectativas. Resumidamente deve-se apostar muito na formação de professores se o IP vai continuar a apostar na formação deve ver a questão da formação inicial e continuar com a formação contínua. Para concordar com os colegas. Pode ser formação contínua e ou em exercício. É preciso que este programa seja supervisionado na sua aplicabilidade. Nós também há pouco tempo contratamos uma assistência técnica e um dos pontos fracos que foram identificados foi a formação dos professores nomeadamente a abordagem por competências perante a pedagogia por competências. Os professores dizem que já têm alguma formação mas precisam aprofundar e reforçar. As dificuldades que persiste consiste em como abordar as temáticas ambientais utilizando a metodologia por competências.

A metodologia pode ser a formação contínua como somos ilhas as vezes devemos apostar na formação e-learning e b-learning acho que devemos apostar na formação contínua. Devemos apostar na formação utilizando as TIC e rentabilizando os recursos. Os professores mesmo estando nos seus locais de trabalho desejam fazer a sua formação continua como já vem sendo feito nas outras temáticas que os professores podem sempre atualizar. Nesta matéria era sc para concordar com os colegas portanto estou plenamente de acordo. Eu elenquei aqui um conjunto de temas ambientais que poderão ser trabalhados com os professores: Proteção, conservação e consumo dos recursos. O Modo de exploração de recursos naturais, a Seca e desertificação, ambiente e qualidade de vida, abrangente, poluição do meio ambiente, casas e feitos diminuição da biodiversidade, causas e efeitos, Pressão demográfica, casas e efeitos, aquecimento global causas e efeitos. Eu também ainda acrescentaria as mudanças climáticas, preocupações relativos ao ambiente costeiro e marinho principalmente aqui em Cabo verde. Temos algumas espécies marinhas e costeiras em perigo de vida nomeadamente as tartarugas para além dos nossos temas que temos de tratar.

## GRUPO 006

Também, pertinente a questão de reciclagem do lixo, há os 3 Rs, também a questão do ecopontos com sabemos separa-se o lixo conforme a cor do contentor. Infelizmente aqui em Cabo Verde não temos nenhuma fábrica de lixo. Parece-me que os temas mais importantes já foram referidos aqui. Queria comentar dizendo Deve-se em primeiro lugar apostar em formadores experimentadores, capazes de motivar e interessar os professores para uma aprendizagem com eficiência para podermos ter resultados de qualidade. Não só ter a formação superior ou ser assim ter uma formação. Eu penso que seleccionaria... Temos que seleccionar formadores capazes de interessar. Relativamente às condições financeiras deve-se mobilizar o financiamento a nível secular mesmo internacional ou sensibilizar o Ministério de Educação para o financiamento da formação dos professores. Porque quando os queremos realmente fazer um bom trabalho deve se mobilizar recursos. importante ter não são recursos humanos mas também recursos financeiros. O IP fazia formação mas agora com mudança não sei se vai continuar. Se não for o IP há que existir recursos para acolher esta formação. Todavia a nível de recursos financeiros, o PAIS Ambiente Educação do PANA II para além da integração da temática ambiental, necessários à formação dos docentes pode financiar.

Eu penso que no quadro do PAIS podemos mobilizar algum recurso e também ver outros parceiros existente aqui em Cabo Verde nomeadamente outros parceiros nomeadamente o PNUD e outros organismos internacionais que podem apoiar este programa porque, fundamental este programa. Tendo o novo programa curricular mas não tendo professores formados não vamos ter eficácia. As condições técnicas e agora com a sociedade de conhecimento com Cabo Verde, um país arquipelágico deve-se ter como suporte o suporte as novas tecnologias TIC. Primeiro deve-se elaborar o programa e manuais didáticos, CDs e enfim os recursos tecnológicos. Há que haver o programa e os manuais e outros materiais didáticos com recursos a novas tecnologias. Há uma coisa importante aqui que, assim, quando os professores receberam esta formação devem ter algum efeito profissional. Não reconhecimento a nível do salário. Vão sentir mais motivados. Muitas vezes não recebem o certificado. Para isso, é necessário haver alguma espécie de regime jurídico relacionado com a educação ambiental. Não sei se o IP vai continuar a trabalhar enfim a formar na formação dos professores não sei se é possível ter uma instituição vocacionada para a educação ambiental.

Pode-se também criar um gabinete para tratar a educação ambiental e se as pessoas que vão receber a formação vão multiplicar a formação ou se o conhecimento recebido se vão restringir ao contexto educativo os tais multiplicadores. Onde vamos formar professores. Se vamos procurar professores lá fora ou se temos professores aqui em Cabo Verde. Uma outra coisa é se as pessoas que irão receber a formação vão multiplicar a formação ou se o conhecimento recebido se vai restringir-se apenas ao contexto educativo ou seja quem serão os tais multiplicadores. Eu creio que neste momento em Cabo Verde temos pessoas capazes, que há muitas pessoas que não foram ainda descobertas e que estão nas zonas de sombras. Jáovens apacitados. Deve-se fazer uma pesquisa de pessoas capazes de fazer uma boa formação. Arranjáar maneira de apoiar pessoas de boa vontade. Compensá-las de alguma forma mas também trabalhar a sensibilização dos professores para participarem nas formações. Hoje em dia as pessoas formadas sentem bem porque a informação também é Poder. Quanto mais as pessoas estiverem formadas, mais formação tiverem, mais poder sentem ter.

Havendo formação diversificação têm poder sobre as pessoas que têm menos formação. Deve-se pensar numa bolsa mas deve-se também sensibilizar mesmo não tendo as pessoas bolsas para formação. Há outros países onde as pessoas pagam para receberem a formação. A formação é e dá poder sentimos mais força e mais capacitados. Sempre que se fala de avaliação é sempre um problema. Eu penso que depois da conceção do programa e da formação dos professores é necessário fazer o acompanhamento, a supervisão e fazer a avaliação de uma forma autónoma ou então de uma forma integrada pensando nos alunos. Relativamente ... avaliação do programa em si eu penso que pronto há que fazer uma pesquisa junto dos supervisores que estão a acompanhar no terreno, e também juntos dos professores e se for possível também ouvir os alunos relativamente aos conteúdos na sala de aula. Avaliação, cara. Há que se pensar nesses envolventes, supervisores, professore e alunos para ter uma ideia clara mesmo tendo uma amostra para saber até que ponto o programa tem pés para andar e ver também até que ponto é que o programa está a ser cumprido e o programa está a mexer com os alunos na sala de aula.

Neste processo de avaliação devemos definir à partida a metodologia, os indicadores e as metas que nos permitem ter os resultados previstos como avaliação. O processo de avaliação como o colega disse é bastante complexo por isso deve-se definir à partida a metodologia, os objetivos e as metas isto relativamente ao programa como também ao próprio processo.

Eu acho que devemos pensar em quem vai elaborar o programa. Quem? Que pessoas vão elaborar o programa? Bom partindo das necessidades dos professores claro que se pode elaborar o programa que vai ao encontro com aquilo que as pessoas esperam do programa. Estando o programa elaborado acho que é preciso socializá-lo e ver se é possível fazer algumas alterações ou acrescentar algo ao programa. Depois disso penso que é preciso então abrir uma experiência piloto ou seja não generalizar o programa escolher um certo número de escolas e ver o impacto do programa, as suas potencialidades e também as suas limitações. Havendo limitações pode-se fazer algumas retificações. Penso que o programa pode ser alargado paulatinamente e não de uma forma abrupta criar uma amostra um conjunto de escolas. Eu acho que isso é importante. Depois vem a questão de avaliação.

## GRUPO 006

A avaliação é um conceito muito difícil mas também depende porque se temos elementos de avaliar é preciso monitorizar a implementação do programa. As pessoas que estão nas escolas podem ser contratadas ou selecionadas para fazer acompanhamento a nível das escolas. Claro que tem que ter uma equipa central que tem que ir ao terreno ver como é que os professores estão a trabalhar a Educação ambiental. A educação ambiental tem que ser transversal. Não se pode trabalhar por disciplina sobre a educação transversal. Talvez seja preciso mexer um bocado com a estrutura que temos atualmente. Está-se a fazer a revisão curricular. Até penso que a educação ambiental devia andar ao lado do que está a passar atualmente sobre a revisão curricular. Ver os conteúdos que podem ser ligados a educação ambiental e ver se os alunos interiorizaram os valores que têm a ver com a preservação e a conservação do meio ambiente. Quer o comportamento dos professores, pais, escolas, família e comunidade tudo isso pode ser incluído dentro do processo de avaliação. Por exemplo passar os questionários aos professores, entrevistar os professores. Ver também o comportamento dos alunos e constatar se há transformação.

Realmente nós fizemos há pouco o levantamento do perfil ambiental da comunidade educativa, uma espécie de avaliação dos conhecimentos que a comunidade educativa tem sobre os conteúdos da educação ambiental. Então eu considero que esta é uma boa metodologia. Aplicamos questionários com 60 perguntas e depois na fase de tratamento e análise obteremos informações que nos dão indicações sobre por exemplo a avaliação do programa de formação de professores. Pode ser feita mesma coisa. Nós fizemos a nível do conhecimento do domínio das questões ambientais, dos alunos, dos professores bem como do material pedagógico e os resultados foram bastante interessantes a nível do ensino básico. Aplicar questionário permite avaliar até que ponto o programa teve o seu impacto e os resultados foram bastante interessantes a nível do ensino básico. Acho que isto também revela uma boa metodologia, aplicar questionário e ver até que ponto o questionário teve o seu impacto. O que importa é reforçar os conhecimentos e também a disponibilização dos materiais de apoio. Nós como fazemos parte da comissão do Conselho Nacional do Ambiente participamos nas reuniões que se realizam 3 ou 4 vezes ao ano. Par além dos relatórios que temos que submeter à Direção Geral do Ambiente, articulamos também com a DGASP.

A DGA articula-se com a Câmara Municipal. Mas o PANA II prevê articulação entre os PAMs mas a nível de sensibilização e educação ambiental. Mas a articulação não tem sido o desejável com as câmaras municipais porque muitas vezes as atividades são repetitivas. O ideal seria uma concertação sobre a articulação e fazer um a jáunção de recursos para fazer uma atividade integrada. O ideal seria congregamos esforços, planificar e fazer um plano integrado. O que estamos a trabalhar com DGA onde todas as actividades deve ser de uma forma integrada. A delegação é às vezes solicitada a executar para participar e pede-se a colaboração das escolas. Não há uma articulação intersectorial ou seja um plano integrado de educação ambiental. As vezes o projeto é concebido pelo ministério. Fazer a articulação intersectorial e haver um plano integrado de educação ambiental. Melhor articulação entre os setores de educação ambiental. Há que haver mais e melhor planificação e articulação dos recursos. Procurar o envolvimento dos beneficiários nos projetos ambientais. Eu acho que se deve começar desde mais cedo estas actividades de educação ambiental. É preciso apostar nas gerações vindouras e implementar uma série de princípios que têm a ver com a preservação do ambiente. É preciso recursos para podermos ter uma verdadeira educação ambiental.

Deve continuar apoiar todas as iniciativas particularmente as iniciativas das escolas onde o ambiente deve ser protegido para melhor qualidade do ambiente

14.



Acho que é pertinente um programa de educação ambiental uma vez que os professores do ensino básico trabalham com crianças. A educação ambiental deve ser posta em prática uma vez que os conhecimentos sobre problemas ambientais e as suas consequências vão repercutir no futuro. Este programa deve ser iniciado com os mais pequenos embora os mais crescidos não devam ficar de fora. Eu não tenho algo diferente. Acho que a educação ambiental deve ser implementada em todas as fases do ensino e a escola, é, um espaço privilegiado para a educação. A conhecida regra dos 3R e a educação ambiental é algo que deve ser integrado no currículo do ensino básico e este subsistema deve acolher dado que desde do PFIE se tem implementado este programa. Os temas são tratados nos manuais com temáticas importantes. Temos de ter uma boa experiência neste subsistema servir dos alunos como o modelo. Deve haver abordagem desta temática de uma forma transversal. É preciso conhecer o perfil ambiental dos professores. Com base neste diagnóstico elaborar um programa de formação e que dever ser de acordo com os locais onde os professores estão trabalhando.

Nas escolas litorais pode-se trabalhar as zonas costeiras e marinhas, uma pessoa localizada perto do parque natural pode trabalhar espécies endémicas. Portanto deve-se abordar temáticas tendo em conta cada localidade. Considerar temática transversal. Deve ser trabalhado por pessoas entendem da matéria e que conhecem bem o contexto social. Também deve ser relacionada com a área de realidade regional. Os professores devem ser formados em termos científicos mas também em termos pedagógicos. Concordo com os colegas. Incluir no currículo de formação dos professores esta temática. Os professores que estão no terreno podem ter sessões periódicas de formações. Também gostaria de dizer que todos os professores devem ter uma formação geral mas com incidências na área de realidade local. Acho que deve-se abordar os seguintes temas: noções básicas do ambiente, desenvolvimento sustentável, principais causas dos problemas ambientais e suas consequências por exemplo a questão do aquecimento global e mudanças climáticas, alterações dos oceanos, a questão da poluição, saúde pública, a questão da poluição, qualidade do ar, preservação do ambiente, e de expansão dos oceanos.

Eu concordo e acrescentaria as temáticas dos resíduos sólidos, incluindo a reciclagem do lixo. Estou de acordo com os colegas e também devemos ter em conta a faixa etária. Deve-se ter em conta as questões ambientais de Cabo Verde, nomeadamente a questão da água, da perda da biodiversidade. Formar professores de forma a ter uma visão de contribuir para uma sociedade comprometida com o desenvolvimento sustentável. Eu acho em primeiro lugar que temos que ter formadores capacitados, condições financeiras, os formadores têm que ser pagos e são necessárias as condições financeiras principalmente para a elaboração. Cabe aos ministérios de Educação e o Governo e procurar financiamento. São precisos materiais didáticos. São necessários recursos financeiros, criar equipa de formadores e também equipa para a elaboração de manuais, materiais audiovisuais e de apoio logístico. Falando de avaliação deve-se verificar os resultados concretos e utilizar os indicadores. Seria bom que os indicadores não se limitassem aos aspectos quantitativos mas também ver as mudanças das práticas pedagógicas e dos comportamentos dos alunos.

Concordo. Também acho que se ter em conta que a avaliação de programa deve ser feitos antes da sua implementação por pessoas que não fizeram perante da sua conceção para verem se respondem às necessidades do país. Concordo com as ideias dos colegas. Deve-se ter especialistas e a avaliação ser feita por um outro grupo que não seja os concetores do programa. Deve-se ver os seguintes itens. Objetivos, metodologia, conteúdos. Deve-se ter em conta a componente teórica e prática. Deve-se ter o seguimento com aspectos observáveis. Ver no terreno o acompanhamento do programa durante o exercício da sua atividade.

Melhor comunicação com a sociedade. Assim vão ter informações e depois receber informações da sociedade civil. Há várias formas de comunicação como a própria escola e órgãos de comunicação social. Eu concordo também que se deve haver a comunicação, mais divulgação.

Podia também tentar fazer encontros tipo congressos promovido pela DGA ou qualquer instituição que esteja disponível para discutir, e ver o que já se fez o que se pode fazer e dividir tarefas de acordo com a vocação de cada instituição. Divulgar a sociedade e recolher também da sociedade. Deve haver esta articulação institucional. Deve-se fazer um fórum. Se existem recursos humanos, porque não aproveitar destes recursos. Esta rede deveria ser gerida pelo Ministério de Educação. Procurar pessoas que vão exercer atividades nas comunidades humanas. Não interessa apenas formar pessoas mas sim aproveitar das potencialidades das pessoas. Formar redes de formadores. Esta instituição deve fazer mais comunicação, divulgar e recolher o feedback da sociedade e produzir novas ideias, incrementar a Cooperação internacional. Investir nos recursos humanos e financeiros. Promover a sensibilização e criar a rede de formadores e manter esta rede.

Eu acho que um programa de formação de professores em Educação Ambiental é muito pertinente nesta conjuntura uma vez que a questão ambiental é um problema de todos, os professores para trabalharem esta questão precisam de estarem habilitados.

Estando com mais competência têm mais disposição, capaz de trazer uma questão inovadora na ala de aula e consequentemente a qualidade do ensino melhora de uma maneira geral.

Quero direcionar a minha intervenção para o lado do pré-escolar. É muito pertinente ter um programa de educação ambiental preparado para o ensino pré-escolar porque entendo que o ensino pré-escolar, o que faz o alicerce e a construção de um ambiente sustentável.

Uma coisa é trabalhar a criança desde a tenra idade uma cidadania do ambiente de forma a garantir a qualidade do ambiente. a partir desta fase que a criança vai ganhando pré-requisitos e estes pré-requisitos vão sendo reforçados na fase do ensino básico através dos professores e também é algo que a criança vai socializando muito cedo com tudo que está à sua volta em que os recursos estão cada vez mais poucos para a crianças entender que elas fazem parte desta gerência destes recursos nas gerações futuras. Só para complementar a intervenção das colegas. Há um ditado que diz "De pequeno que se torce o pepino".

Trabalhando muito cedo desde o pré-escolar nestas questões. Há sempre que realçar que é muito importante trabalhar o ambiente e as crianças conseguem receber esta mensagem. Quando a educadora passa a mensagem, elas recebem. Se desde cedo começarem a ter esta preocupação ambiental é muito bom, porque os adultos podem dar contribuição mas as crianças também podem dar. Eu já tenho algumas anos de experiência e já fiz várias atividades sobre o ambiente com as crianças e confirmo que as crianças podem ar o seu contributo. Qualquer actividade ambiental, por mais que seja pequena, importante. Por exemplo, recolher lixo nas ruas, os pequenos papéis que as próprias crianças põem nas salas de aulas, colocar o lixo no cesto etc. atividade relacionada com a Dengue etc. Quando as crianças começam com esta preocupação isto fica sempre nas crianças mesmo que eles não se manifestem logo mas fica. Há um ditado que diz o seguinte: Ensina a criança o caminho que deve andar para quando crescer não desviar dele. Se ensinarmos à criança desde pequeno as mudanças climáticas, ela vai criar algum sentimento de responsabilidade e ela consegue ver o que poder comprometer o nosso futuro. Uma certeza é de que se ensinarmos elas aprendem sobre o ambiente e podem sentir-se mais comprometidas com o nosso futuro.

Eu penso na questão de formação devemos levar em conta a diferenciação que existe na classe docente. Eu acho que a própria investigadora que está na escola de formação de professores conhece a diferença que existem neste subsistema. Tendo em conta esta diferença pode-se pensar na questão de formação contínua de professores, a formação na perspectiva clínica que é um conceito muito utilizado que pensa já a questão ambiental no sentido de detetar possíveis problemas, necessidades acompanhamento, é um processo mais longo de formação no sentido de resolver as necessidades sentidas no quotidiano do fazer docente. Também é necessário pensar a importância que Hoje as novas tecnologias podem desempenhar no processo de formação mas pensar levando em consideração que nem todos os professores tem acesso a esta tecnologia. Mas também podemos pensar no recurso como rádio e pensar também nas particularidades do nosso país ver ainda a questão dos professores que estão em localidades muito distantes. Como fazer esta formação respeitando a diferenciação não é uma tarefa fácil. Tendo em conta que é prioritário podia-se investir. É uma área que preocupa a todos. Eu queria aprofundar deve-se pensar este curso numa dimensão teórico-prática em que os professores refletem na própria prática e a autoformação também.

Tendo em conta que se devia introduzir a educação ambiental, incluir esta área no curriculum a nível médio e a nível superior. Eu também, para acrescentar, pensei na formação a distância tendo em conta que os professores têm um período ocupado com o trabalho e no outro período, numa outra formação. Por a formação a distância poder ser uma boa opção. Não sendo possível poder ser trabalhado de uma forma transversal no ensino básico dentro da área de Ciências Integradas que aparecessem estes temas pertinentes. Que se tratasse de uma forma bem focada e que aparecesse este temas pertinentes. Deve-se entender que as crianças são um dos vectores desta temática. Deve-se desenvolver aulas práticas a partir do reciclado e servir destes reciclados para trabalhar aulas de forma transversal a partir do reciclado. Também deve-se trabalhar medidas de Proteção do ambiente, e que essas medidas presentes traduzirão em sustentabilidade futura. Gestão da água, disponibilidade qualidade da água, a Proteção da floresta que temos muito pouco em Cabo Verde para ficar bem conservado. São alguns temas que suscitam por parte do professor alguma dúvida.

Eu gostaria de trazer uma coisa que acho pertinente, o próprio material audiovisual, importante na formação dos professores para trazer a questão ambiental sobretudo se tratando da realidade cabo-verdiana por exemplo várias vezes vê-se na televisão, reportagem sobre a apanha de areias, as vezes segurança no trabalho, são coisas que com parcerias por exemplo com as mídias podemos ter isso como complemento não sei se, como recurso ou como metodologia mas podia ser uma boa estratégia para trabalhar. Até em algumas formações que nós realizamos aqui na Delegação utilizamos esta metodologia e foi muito bem aprovado pelos professores do Ensino Básico embora numa outra área. Como área curricular por exemplo uma pessoa quando vai pedir o primeiro emprego e eles repararam que no curriculum dele também há uma parte de educação ambiental certamente que as instituições vão preocupar-se muito mais e a pessoa que vai formar tem uma preocupação de ter também a formação de educação ambiental porque nós estamos a ver o problema que a utilização do recurso está a trazer ao planeta terra. Eu posso avançar aqui. Eu colocaria como assunto importante, ecologia, água, gestão de resíduos, poluição, diferentes tipos de poluição, recursos naturais, contaminação do solo, gestão ambiental na escola, economia e ambiente, direito ambiental realçando esta questão a nível internacional sem esquecer da realidade cabo-verdiana e local.

Também na questão do direito ambiental eu gostaria que fosse realçada a questão da cidadania ambiental.

Outra coisa eu gostaria que fosse tratada em termos de conhecimento com se fosse em rede, pensando nos formadores de diversas áreas, trazer a questão artística relacionada com o ambiente e que fosse uma coisa que realmente motivasse os professores a trabalhar. Também devemos falar do ambiente dentro da cidadania. Ao falarmos do Ambiente, dentro da cidadania estamos a falar do respeito ambiente e desenvolver a consciência de que se prejudicarmos o ambiente estamos também a prejudicar aos outros. Podíamos introduzir temas como: o ambiente e os seus problemas e valorização e o respeito para o meio ambiente e dos elementos que os configuram, reciclagem de plástico garrafas, o que podemos fazer para reduzir o lixo e trabalhar a qualidade ambiental. Eu acho que podíamos pensar num concurso a nível nacional para fazer a seleção dos formadores e que esta seleção deve envolver várias instituições tanto as instituições de formação como as universidades e as próprias instituições onde a investigadora está envolvida e associações com líderes ambientais. A nível internacional pode-se trazer algumas experiências por exemplo a partir de organismos que trabalham em colaboração com Cabo Verde. Os países por exemplo da CPLP.

Brasil

por exemplo eu sei que tem muita experiência na área ambiental. A CDAO e as Nações Unidas que são organismos afetos à área ambiental podem ser potenciais colaboradores.

Não sei agora quais são os trâmites para aproveitar todo este potencial a nível nacional e internacional. Pode ser que não se consiga resolver tudo isso com o Doutorado mas deve trabalhar esta questão na longitudinal.

Numa escola poder-se-á realizar pequenas atividades para angariar fundos para desenvolver formações.

Criar áreas verdes, fazer pequenas atividades de coisas recicladas, exposições, criação de áreas verdes. Uma escola pode criar financiamento para a formação. Não só a formação de formadores mas também criar manuais e guias, fazer referência ao anito PFIE que pode servir de referência. Dentro do programa com os formadores com os materiais mas também deve-se ter um fundo e para isso devemos contar com o Gabinete do Ambiente. Seria bom que tivéssemos um fundo que sustentasse o material didático. Podemos contar com o fundo do gabinete do ambiente.

Lembro-me que antigamente que eram formados pequenos clubes não só em datas especiais em que saímos da escola para fora e chamar a atenção para mostrar a importância da praia limpa e podia ser por este caminho.

Seria bom que as instituições do estado contratassem especialistas na área para dar formação e espalhar esta formação para outros. Além do fundo de formação para a área devia haver uma especialidade e estas pessoas especialistas deviam espalhar para outras informações sobre as questões ambientais. Para além do fundo financeiro para área, há que concluir que nós estamos a tratar assuntos pertinentes. Devemos ter especialistas para trabalhar na área.

Eu queria pensar que a avaliação é sempre algo complexo mas que nesta perspectiva de um programa de formação de professores deve ser pensado tipo de um diagnóstico continua. Que vamos detectar as dificuldades e necessidades e a partir das necessidades vamos tentar actuar. Por exemplo por etapa, fazer levantamento de necessidades depois avaliar esta etapa passamos para a fase seguinte de elaboração do programa, avaliar esta etapa, implementação, avaliar esta fase, avaliar sempre por etapa. Acho bem esta dimensão contínua. Pensando nesta avaliação contínua devemos também pensar nos instrumentos de avaliação. Por exemplo a análise dos registos.

Diversos tipos de registos, podíamos ser através de avaliação, também dos implementadores até, no final há possibilidades de fazer até análise do próprio relatório. Também acho bem a avaliação contínua e utilizar seguimento no terrenos, observação prática, visitas com alguma frequência e também já sendo implementada o próprio caderno do aluno podia ser implementado. Também podemos avaliar através de observação depois. Aquilo que dizemos e aquilo se está sendo colocado na prática. Muitas devemos ver se o que estamos ensinando estamos a dar frutos que desejamos ter. Ou seja que no final sentimos que as preocupações, desejos e as carências foram supridas. A nível do governo eu gostaria que existisse a questão legal da lei bem resolvida no sentido de envolver todos uma vez que o ambiente é nosso habitat. Eu penso que devem haver prémios, incentivos, concursos para empresas instituições pessoas individuais, que hajam incentivos aos pesquisadores para encontrarem a solução da sustentabilidade ambiental em Cabo Verde. Eu concordo que deve existir prémios para trabalhos e principalmente para as escolas. Concursos onde as escolas podiam participar. Assim as escolas teriam uma maior preocupação para tratarem assuntos ambientais. Não deixar passar nenhum tema como o dia da água, dia do ambiente etc.

Que estas instituições e a própria escola tivessem uma intervenção mais próxima do seu público alvo. Que não seja somente a criança a ser envolvida mas o ambiente onde a escola está inserida. Porque a comunidade educativa trabalha com um conjunto de pessoas à sua volta mas muitas vezes trabalha-se o restrito com o que está dentro, esquecendo que a comunidade educativa engloba também toda a comunidade onde a escola está inserida.

Envolver a escola e a comunidade numa ação conjunta e que pudessem fazer com que a escola seja limpa e que garante a sustentabilidade da própria localidade.

Que a própria comunidade escolar sentir isso que ela, protagonista deste ato. Portanto que não sejam apenas as autarquias e os órgãos do Poder local a chamar a atenção para o lixo, no lixo, que o contentor está mal usado mas sim deve ser a própria comunidade educativa e local a tratar deste assunto. Eles é que têm de cuidar para que esse ambiente esteja limpo e que os outros que vêm de outras localidades vêem isso como um exemplo para outras comunidades. Que trouxesse a ideia dos professores que uma escola que passa durante quatro horas a tratar a questão faz parte da sua comunidade e ver que ele tem a sua quota parte.

## GRUPO 008

Em relação às famílias que se faça intervenções perto de famílias porque muitas vezes as famílias não estão na posse de informações mas a partir do momento em que sabem que a água que

utilizamos para lavar as roupas pode ser tratada para regar as plantas, começam a fazer isto. Portanto deve-se ter intervenções perto de famílias,

Nesta abordagem conjunta eu acredito que se pode conseguir a sustentabilidade ambiental. Além de apostar da sensibilização e educação ambiental, as instituições devem

sensibilizar na separação do lixo e a trabalhar nas comunidades sensibilizar na questão dos três Rs. Premiar os indivíduos que com iniciativa própria que fizeram algo para a educação ambiental.

Em relação à questão de pertinência de um programa de educação ambiental dirigido aos professores do ensino básico considero de muita importância tendo em conta a sua eficácia porque a formação ambiental ajudam os professores a trabalharem os conteúdos do Ensino Básico que tem a ver com o ambiente e também apoia os professores de Ciências Integradas. Par além disso contribui para de que maneira na preservação do ambiente escolar e não só e de toda a comunidade envolvente.

Par além disso também com este programa os professores tornam-se mais motivados e as aulas poderão tornar-se mais práticas e as aulas deixam de ser teóricas para serem mais práticas.

Assim poderão ser realizadas atividades extracurriculares como por exemplo visitas a algumas localidades no sentido de os alunos darem mais atenção à preservação do meio ambiental. No mesmo sentido eu acho que muito pertinente porque os professores mesmos estão a pedir esse apoio. Do meu conhecimento sei que já há um programa ou já tem livro a nível de educação ambiental para os professores mas precisam de um acompanhamento mais forte, eles tem problemas de fazer algumas práticas. Os professores precisam de um acompanhamento mais forte. Precisam fazer algo mais prático. Dar algumas ferramentas para lhes ajudar.

pertinente porque os professores estão em todos os lados, a nível das localidades, são eles que estão diretamente envolvidos com as crianças, as crianças sabemos que são elas, que vão fazer o futuro então tem todo o interesse e é necessário dar-lhes algum apoio e aos professores para fazer a educação ambiental. Concordo com o que as colegas acabaram dizer uma vez que há reconhecimento à necessidade da importância de formação ambiental para crianças, para jovens como cidadãos de Hoje e do futuro tanto como veículo de transmissão de informações e notícias para ajudar as famílias e comunidades.

Trata-se de uma disciplina e currículo novo. Por isso, fundamental que os professores tenham o acesso ao programa de atualização. Trata-se de disciplina e metodologia novo que nem sempre fazem parte do currículo escolar clássico. Por isso a necessidade é evidente para ajudar os professores a ensinar a educação ambiental. Acho muito bem vinda. Em relação a isso eu acho que já deram uma boa contribuição mas eu queria acrescentar a importância que o programa tem para o próprio desenvolvimento profissional no sentido de traduzir mais inovação no quotidiano escolar e para se conseguir melhor resposta para questão ambiental em Cabo Verde com mais qualidade.

Eu acho que para mim devia ser parte integrante do programa de formação de professores. Eu sei que já tem um curso sobre isso, não sei quais são os temas tratados quais são as modalidades utilizados com os professores mas eu concordo que tem que ser dentro do programa de formação dos professores. Parece-me que ao longo do trabalho do professor há reciclagem contínua. Por exemplo cada dois anos podia-se ter fazer um encontro dos professores para partilhar e atualizar os conhecimentos para partilhar os conhecimentos. Podia pensar-se em suporte internet. Cada um podia tirar ideias na internet, livros e colocar disponíveis documentos ou programa de formação. Podia ser ter um sítio em que cada um podia deixar o documento ou plano do curso. Eu também concordo com a minha colega. Quero referir a reciclagem dos professores. Considero isto de extrema importância. Também pode-se fazer o levantamento das dificuldades para elaboração de um projetos ambientais. Trabalhar em estreita parceria com outras instituições. Trabalhar temas como a desertificação porque, um problema da nossa sociedade como também elaboração projeto que tem a ver com temas ambientais e trabalhar em estreita parceria com as Delegação, Câmaras Municipais e Universidades que ministram cursos nesta área.

Eu acho que os professores devem ser formados com novas metodologias mais interativas ver o que acontece no território e ver as necessidades locais. As temáticas que acho mais interessantes são lixo, água, proteção da biodiversidade energias renováveis. Eu acho que poderia ser interessante e para facilitar ver entre o global e o local. Mostrar as crianças o que de faz quotidianamente na própria casa que os hábitos do dia a dia tem a ver com o problema global. Em casa por exemplo o lixo, onde deve ser colocado, a contaminação do ambiente, o esgoto, casa de banho que diferença faz ter a casa de banho, ver a questão do mosquito e analisar todo o ciclo. Pode contribuir para melhor os hábitos quotidianos. Também acho que deve se trabalhar a importância do ambiente na vida humana. Nós sabemos que o ambiente, tudo o que nos rodeia, porque o ambiente, a nossa casa e a nossa escola enfim toda a comunidade envolvente. Acho que devem se elaborar um projeto voltado a educação ambiental. Também conseguir trazer pessoas com experiências de outros países no sentido de socializar e trocar ideias. Fazer um encontro de reflexão, socialização trocar ideias como forma de trocar experiência para de melhorar a atuação.

Tem tido muitos recursos. Geralmente existem muitos projectos ligados a área ambiental mas geralmente são projeto pontuais e com eficácia limitada. Uma componente que quase é um ritual faz-se sempre. Não há um projeto contínuo. Deve-se pensar numa coisa mais integrante. Acho que deve se ter um Programa geral com todos os projetos integrados e os programas podem-se ir convergindo. As diferentes entidades poderiam participar. Geralmente vamos à escola, fazemos atelier, todo o mundo está bem envolvido como professor e como aluno.

Sáimos do lugar a escola tem falta e os professores dizem tem que fazer de novo. A nível do projeto tem uma capacidade financeira limitada um projeto de educação ambiental contínuo. Devia-se pensar a nível da associação de uma forma integrante. Podia-se pensar numa coisa mais integrante em vez de fazer uma actividade pontual pode-se fazer uma coisa de pelo menos um mês para apoiar os professores e alunos.

## GRUPO 009

Eu queria só complementar uma coisa, como a Anabela disse que é necessário pensar também nos recursos humanos internacionais para trazer outras experiências eu acho que é importante, ver como fazer isso uma vez que nós somos um país de fracos recursos podia-se trazer um especialista a nível internacional tem o seu custo mas existe um projeto a nível do governo que não, nenhum ministério afeto ao ambiente que é o instituto de comunidade através do ministério de negócios estrangeiros que tem trazido a contribuição da diáspora cabo-verdeana a nível mundial.

Eu acho que a questão ambiental com certeza deve ter uma componente cabo-verdeana com alto grau de competência que pode dar a grande contribuição. Só fazer levantamento de necessidade e entrar em contato com o Instituto das Comunidades. Eu acho que é possível também trazer através do projeto diáspora contributo.

Eu ainda não vi a questão ambiental neste projeto. Quando se vai fazer um programa pode-se fazer um teste que vai diagnosticar. Pode-se fazer uma grelha de análise para avaliar o detalhe metodologia e as temáticas desenvolvidas. Pensar concetualizar os materiais necessários. Pode-se fazer um teste no terreno e ver se receberam uma formação com a utilização de grelha de análise. Gostaria de trazer aqui a ideia de uma avaliação descritiva por outro lado deve-se avaliar na parte primária do processo.

Triangulação de técnicas, questionário, entrevista, diário do professor para ver resultados dos alunos e ter também este carácter de avaliação descritiva. A questão de mudar a mentalidade das pessoas seria muito bom. Se calhar seria muito bom fazer encontros de reflexão, sensibilizar os alunos e os professores sobre a importância de preservação do nosso meio ambiente realização de várias palestras fazer encontros individuais. Fazer várias palestras e mais do que isso trabalhar a consciência de cada um sobre a problemática do meio ambiente e a questão de um ambiente saudável. Isso é muito importante para uma boa convivência.

Eu acho que devemos atingir as famílias. Pode-se fazer visita domiciliar. Seria muito importante a questão da criação de um corpo do voluntariado para apoiar as actividades do ambiente. Porque somente nós muitas vezes não conseguimos dar tudo. A questão da parcerias com instituições que trabalham em áreas afins, ONGs. Câmaras municipais cada um dar a sua contribuição. Também fazer seguimento na implementação. Dar a atenção a um programa de educação ambiental na perspectiva de inovação no quotidiano escolar. As instituições devem pensar para dar respostas mais inovadoras que realmente tentamos superar as dificuldades com resposta bem qualificadas. Isto acho que nas crianças podemos trazer uma ideia de revolução ambiental. Esta é a minha palavra.

No ciclo de formação de professores é ver se realmente esta inovação traz novidade e respeitar o ciclo de formação e respeitar estas inovações. Quando há inovação muitas vezes há resistência. Deve-se respeitar estas inovações nos professores e alunos. Eu só queria reforçar para fazer visitas de estudos, intercâmbio e também trocas de ideias em vez de estar na sala de aula a tratar apenas as temáticas teóricas.

## GRUPO 010

Eu compreendo que seja muito importante mesmo do pouco que seja feita em Cabo Verde. Eu sou mãe mas já vejo o conhecimento mínimo através das minhas filhas dos conteúdos ensinados nas escolas. Eu vejo uma mudança de atitudes. As crianças praticamente conseguem proibir o estilo de fumar, conseguem fechar as torneiras abertas de casas se alguém esquecer abertas. Dizem para fechar. E claro que aqueles dias aula estão mais sensíveis mas se houver uma maior controlo e um seguimento mais sistematizado eu acho que há mudanças de comportamento ambientais nesta geração. Concordo com a Augusta e a sistematização é muito importante. Portanto nós aqui em Ciências integradas em algumas partes do EBI tem algumas partes pelo que eu conheço do EBI tem algumas partes que foca exatamente esta área do Ambiente. Então se houvesse um programa especializado e não apenas manual ou até uma disciplina mesmo somente da área ambiental seria o ideal. Só para complementar, falando do manual, o livro de Ciências Integradas consegue ajudar bastante a minha filha com o pouco que há ali sobre o ambiente porque trabalhando na Cooperação neste caso Cooperação Espanhola. Vocês já sabem que o projeto vai nesta área.

Como antigamente se incluía obrigatoriamente nesta área. Falava da SIDA todos os projetos tinha que ter uma vertente de luta contra SIDA depois passou-se pelo género mas hoje em diante temos a questão do ambiente. Quando ela começou a dar algumas partes sobre o ambiente eu consegui ajudá-la porque tem muito material no trabalho tem folhetos e outros mas tive que reduzir e traduzir. Mas uma pessoa deve focar e cuidar disso. Eu sou fumadora e a minha **vais??? morrer e vai me matar. Ela acha** que deveria parar de fumar porque isso faz mal para as pessoas. Acho muito pertinente realmente. Eu também na minha opinião eu acho muito importante porque agora se podermos ver uma pessoa até para deitar lixo não fazem. Antes até podia-se deitar, a educação era diferente. Eu acho que aqui em Cabo Verde está claro. Eu acho que devemos começar pelos professores e fazer muita visita de estudo. Os professores devem focar-se em muitas deslocações, se os professores sentirem o que está a passar na natureza. Hoje fala-se muito da apanha de areia. Nunca tive a curiosidade de ir ver uma zona de erosão. Eu nunca vi o processo de apanha de areia. Portanto eu acho que devia-se trabalhar a parte prática para se preparem melhor. Eu acho que deviam ser formados para fazer um concurso. Podiam fazer uma exposição. Eu concordo com as duas colegas que me antecederam.

Eu acho que os professores de lugares diferentes precisam do meu ponto de vista de uma estratégia diferentes. Eu me lembro do local onde nasci e cresci eu me lembro de lugares com dunas e hoje não há nada. Eu acho que estas pessoas podem ter filmagem ou reportagem, clipes da televisão e deve colocar para as crianças verem. Elas vendo podemos mudar esta mentalidade. Ficaria difícil pensar de uma única estratégia para todas as ilhas. S. Vicente tem um problema diferente e S. Antão outros problemas. Esta questão de audiovisual é muito importante as crianças hoje são muito habilitadas do que nós portanto tudo que for possível utilizar a estratégia audiovisual deve-se fazer. Quero dizer que concordo com as opiniões. Gostei das opiniões. Como professora estou a colocar no meu lugar de formação. Se estou a trabalhar no primeiro ciclo, ter uma formação técnica direcionada a esse ciclo, o que vou precisar aos meus alunos e concluindo a minha ideia seria interessante dar aulas teóricas e práticas. Promover mais campanhas de limpezas nas escolas, fazer plantações e coisas para cozinhar nas escolas. Eu tenho que passar num lugar com muita apanha de areia, crítica mesmo. Até a minha filha que não sabe nada do assunto já tem aquela noção que não se faz. Quando agente comenta com os da área as respostas não são muitas claras.

Há que criar outras alternativas. Uma outra área, as mudanças climáticas. Os adultos têm noção do perigo que as pessoas estão a ter em ir ao mar na hora mais crítica. Continua a fazer isso. Esta parte é muito importante. Este programa ter que sair já. Outro tema podia ser a preservação dos parques que temos. Eu quero insistir nesta questão de sensibilização geral porque vai incluir um pouco a informação. Porque há pessoas que não entendem, a Salomé fica um pouco preocupada. Há países em que as pessoas dizem que explicam o porquê das coisas. Nós não temos esta informação e sensibilização via comunicação social. Se houve não conheço. Deve-se dar esta informação. Eu digo sensibilização porque vivi dois anos no Brasil. Todas as pessoas já tinham a informação e que mandaram construir num lugar podia-se ter tragédias. Parece que há uma mudança de atitudes desde do estado. Aqui em Cabo Verde precisamos bastante de informação e dar mais visibilidade ao que se está a tratar. Saber o que é que se está a tratar. Não há uma variedade na informação. No ensino deve se ligar teoria e prática. Quando estão a dar desenhos animados deve-se dar na hora de acesso. Há este desfasamento entre o programa e o acesso da população. O problema é que se toca sempre na mesma tecla. Não há uma variabilidade. Eu como professora fica difícil encontrar exemplo práticos que nem sempre nos ajudam.

Estava a explicar um assunto que tinha a ver com o sangue. Lembrei-me de desenhos animados mas o horário não ajuda. Há este desfasamento entre o horário e o que está a passar. Eu acho o manual bastante desatualizado. Não sou da área mas como professora tenho um pouco de sensibilidade. Eu sei que os professores atuais estão a fazer várias outras estratégias de enriquecer o manual fazer com que as crianças se envolvam. Os que vivem na capital que tem condições de vida média, têm acesso a informações e gerem-nas. Mas nem todos os professores têm as mesmas condições por isso devia haver uma espécie de concertação e haver um plano nacional para o ambiente em que se integrariam porque eu acho há focos diferentes para a mesma luta. Por exemplo a Rede Parlamentar para a proteção do Ambiente, neste momento, fez uma atividade muito importante de 5 de Junho e pediu o Salão Nobre da Assembleia Nacional, uma coisa enorme mas viram na televisão que a sala estava quase vazia, pode ser falta de integração. Se houver uma concertação geral todos aproveitariam os poucos meios que há. Se houver uma interação das pessoas irem conhecer às Sete Maravilhas de Cabo Verde dentro da perspetiva do Ambiente.

## GRUPO 010

Conhecem os lugares mais bonitos que há. Que eu vejo neste momento, as pessoas se integram reverem o manual para começar integrarem os meio que há e começar a pensar numa perspectiva, o plano nacional do Ambiente pode ser algo quadrienal, quinzenal, plano estratégicos e haver a integração dos todos os planos que há de uma maneira mais integrada para se puder poupar recursos e rentabilizar os meios que há. As crianças podemos acho que até agora há já uma boa iniciação só que os professores precisam de mais meios de trabalhar. Há pais que não sabem coisas que os filhos já sabem. Se todos os Ministérios tirassem um dia de Plantação de árvores. Acho que me pouco tempo enchemos o nosso país de verde. Pode-se conseguir através de redes. Quem agora vai liderar tudo isso?. O Ministério de Educação ou a Direção Geral do Ambiente??. Formar um grupo entre a Educação e o Ambiente e trabalhar todos os planos que existem e ver o cabimento. E ver se podem caber ali o nosso programa de Educação Ambiental. Acho que devia ter algum encontro para definirem. Podia-se ver se algumas acções e podiam trabalhar neste sentido. Me ocorreu aumentar propinas nas escolas para conseguir projetos mas aumentar proprinas. Há escolas na capital em que pagamos 4 propinas 1, 2 e 3 e um outro que são manutenção da escolas, jardinagem, guardas nas escolas.

Nós podemos pensar que as empresa também podem colaborar. Como assim? Quando eles colaboram, prestam contas às finanças. Todas as empresas que pudessem colaborar com as escolas em algum projeto relacionado com o ambiente poderiam ter algum desconto X. Pode ser uma medida legal. Pode ser uma medida mesmo nas questões de orçamento. Falta assumir isso. Falta ver isto como prioridade. Isto estou a pensar com muito idealismo e otimismo. Eu acho que deveria fazer prática daquilo que se aprendeu. Deve-se fazer visitas nas escolas. Trazer técnicos e confortar com os programas daqui de Cabo Verde, comunicação social. Eu acho interessante. Poda-se formar analistas ambientais. E utilizarem a inspeção. Assim como fazem, a inspeção de gestão pode-se integrar na área ambiental. Não precisam de pessoas de fora, só acrescentar mais um atributo a estes inspetores e dar-lhes formação nesta área. Se for avaliar os professores e professores e ver se a metodologia foi implementada ou não numa sala. Eu acho que a reciclagem pode ser mostrada através de concurso. Podia-se aproveitar os recursos, pode-nos motivar mais. Eu acho que é educar os adultos também. Eu vejo a necessidade de fazer a educação comportamental. Aqui em Cabo Verde se não começar por aí não vale a pena se não trabalharmos o comportamento e o civismo.

Não há esta cultura de separar o lixo e depois temos que nos mentalizar que caso não tivermos um meio de transporte para a recolha podemos e devemos guardá-los. Temos que trabalhar a questão ambiental e ver a questão dos animais em domicílios.



### 3.5. RESULTADOS AQUAD

1 Fazendo uma análise swot na área de  
->( 1- 65): análistas

2 resíduos em Cabo Verde é vasto

3 porque a análise swot é constituída por

4 quatro partes, pontos fortes, pontos

5 fracos, ameaças e oportunidades, vou

6 fazer um resumo do que se está a

7 passar na área de resíduos em Cabo

8 Verde.A nível dos pontos fortes, temos  
->( 8- 19): pontos fortes

9 disponibilidade de recursos hídricos

10 em Cabo Verde quer a nível dos

11 oceanos, quer a nível dos continentes.

12 Temos ainda áreas subterrâneas não

13 exploradas, temos uma pluviometria e

14 temos a água do mar para a

15 exploração de actividades agrícolas e

16 para o abastecimento da população.

17 Porque existem países como o deserto  
->( 17- 17): adaptar contexto  
->( 17- 17): Analise comparativa

18 de Shara que não existe nenhuma

19 disponibilidade da água superficial

20 nem subterrânea.A nível de pontos  
->( 20- 31): pontos fracos

21 fracos, a grosso modo é a forma como

22 se faz a gestão de recursos hídricos

23 em Cabo Verde também Cabo Verde é  
->( 23- 24): Pais Incipient

24 uns pais muito novos e estamos a

25 aprender gerir o que temos. O sector da

26 água e a sua gestão começou em

27 1975, com as primeiras decisões que

28 surgiram após a independência e vem

29 se desenvolvendo planos, projectos e

30 programas e acho que nesta parte

31 ainda é um rendcap que vamos

32 melhorar ao longo do tempo. A nível  
->( 32- 42): oportunidades

33 das oportunidades na parte do swot  
->( 33- 34): Parceria Privada

34 temos espaços para a inserção privada

35 para participar nas questões dos

36 recursos hídricos. Muitos países  
->( 36- 43): exp novas realidades

37 seguem este modelo onde o sector

38 privado faz parte para cima de gestão

39 dos recursos hídricos através de

40 empresas de estado na execução de

41 obras hidráulicas e empresas que se

42 que se ocupam de gestão mesmo da

43 água.A questão da ameaça, em grosso  
->( 43- 43): ameaças

44 modo é a questão das mudanças

45 climáticas porque sabemos que o

46 fenómeno de mudanças climáticas,

47 diminuição da pluviometria ao longo

48 do tempo daí que muitas as pessoas

49 defendem que devemos sempre tomar  
->( 49- 52): alterna de evitar risc

50 esta parte da água do mar para

51 abastecimento utilizado futuramente

52 para a regra em caso de lugares em

53 que há uma ameaça muito elevada de

54 mudanças climáticas. Também a

55 organização, depende de como  
->( 55- 58): Organização

56 estamos organizados, se estamos

57 muito bem organizado é um potencial

58 mas se a organização em CV na parte

59 de gestão de recursos hídricos não

60 tiver essa parte nowhow sobre os

61 recursos hídricos existentes e a forma  
->( 61- 61): articulação

62 degerí-la e tornar ao longo tempo mas

63 se não é um potencial mas a forma de  
->( 63- 63): Organização

64 gerir será uma ameaça na área de

65 gestão de recursos hídricos

66 Os professores são fundamentais na  
->( 66- 86): Prespectiva formação  
->( 66- 70): agentes activos de tra

67 parte de educação ambiental porque

68 lidam diretamente com a classe de

69 novas gerações. Se a educação for

70 muito bem implementada teremos  
->( 70- 72): gestão/ resultado

71 consequências que são excelentes

72 nas mudanças de comportamentos.

73 Na minha opinião o ambiente deve

74 estar junto. Na minha opinião os

75 técnicos de DGA e os técnicos que  
->( 75- 80): articulação  
->( 75- 75): Ness de art

76 trabalham na área ambiental devem ter

77 comportamento fundamental na

78 formação de professores isto é trazer

79 os professores para o mundo

80 ambiental mas para ter dados

81 concretos a nível dos municípios por

82 forma que os professores vão ter

83 inputs palpáveis para transmitir aos

84 alunos e isto é fundamental que o

85 ministério do ambiente crie um  
->( 85- 85): programa conjunto

86 programa juntamente com o ministério

87 de educação. Todo o tema que advém  
->( 87- 112): Temas pertinentes

88 da parte ambiental é pertinente porque

89 o ambiente é tudo que nos rodeia de

90 uma forma muito simples e não  
 91 podemos abdicar de nenhuma parte  
 92 do ambiente. Há que realçar alguns  
 ->( 92- 96): sectores fundamentais  
 93 sectores dentro do ambiente que para  
 94 mim são fundamentais que são  
 95 recursos hídricos e resíduos sólidos e  
 96 que são dois elementos vitais. Quando  
 97 digo resíduos sólidos estou a falar do  
 98 comportamento do cabo-verdiano em  
 99 relação aos resíduos sólidos. Como  
 ->( 99- 103): saúde ambiental  
 100 sabemos a saúde é o bem psíquico,  
 101 físico e do meio e o lixo faz parte.  
 102 Quando estamos a falar de saúde  
 103 estamos a falar da vida das pessoas.  
 104 Há muito trabalho a ser feito nesta  
 105 área. Para mim temos que estabelecer  
 ->( 105- 109): definição de metas  
 ->( 105- 106): Estab metas  
 106 metas de mudanças de  
 107 comportamentos faz parte da saúde ou  
 ->( 107- 111): Diagnostico  
 108 faz parte da vida das pessoas.Deve-se  
 109 mostrar em cada ilha e em cada  
 110 localidade qual é recurso disponível  
 111 quais são as disponibilidades, e com  
 112 programas directos e concretos e com  
 113 resultados palpáveis.Para mim é a  
 114 parte mais simples, Cabo Verde tem  
 ->( 114- 114): parcerias internaciona  
 115 recebido ajuda, bons financiamentos,  
 116 acho que o que falta são projecto  
 117 ideias muito bem organizados com  
 118 objectivos bem definidos e palpáveis e  
 119 apresentar aos financiadores. Acho  
 120 muito difícil embora com esta crise nós  
 121 apresentamos um projeto aos  
 122 organismos internacionais e não  
 123 serem financiados O que não falta  
 124 aqui em Cabo Verde é a boa intenção.  
 125 Temos que ser muito realistas. Este  
 126 processo de articulação acaba por não

->( 126- 132): necess.articulação  
 127 existir. Dificilmente notamos  
 ->( 127- 128): Falt de artic  
 128 articulação entre os sectores.O que  
 129 não falta é boa intenção. Deve-se fazer  
 ->( 129- 132): Estratégias de articul  
 130 a articulação entre as camadas do  
 131 governo e fazer uma planificação  
 ->( 131- 132): articulação  
 ->( 131- 131): programa conjunto  
 132 conjunta. A metodologia para avaliar o  
 ->( 132- 135): Metodolo de avalia  
 133 programa de educação ambiental é o  
 134 conteúdo do próprio programa em si  
 135 mesmo. Mas para mim salientando  
 136 uma parte muito metodológica penso  
 137 que um programa de educação  
 138 ambiental deve ter um real diagnóstico  
 ->( 138- 142): diagn da situ  
 139 do espaço em que se elabora o  
 140 programa, porque não podemos por  
 ->( 140- 144): adaptar contexto  
 141 exemplo ter um mesmo programa para  
 142 a Praia e para o município dos  
 143 Mosteiros porque o comportamento  
 144 mesmo dessas duas populações são  
 145 diferentes. Então o que que fazemos?  
 ->( 145- 145): adaptar contexto  
 146 Devemos realizar o diagnóstico do que  
 ->( 146- 151): diagn da situ  
 147 se passa em cada território em  
 148 comportamento e através desse  
 149 comportamento para melhorar e o  
 150 objetivo de um programa é sempre  
 151 melhorar dando inputs, dando ideias  
 152 e criar objetivos e resultados palpáveis  
 ->( 152- 155): Estab metas  
 153 através de métodos utilizando  
 ->( 153- 157): metodologia de traba  
 154 comunicação informação, acção no  
 155 terreno de programas musicais  
 156 concursos tudo isso faz parte

157 integrante de educação ambiental e  
 158 ter e trabalhar em estreitar colaboração  
 ->( 158- 160): articulação  
 159 com os meios de comunicação social  
 160 que é fundamental num programa de  
 161 educação ambiental, criar concurso  
 162 tudo isso faz parte de programa de  
 163 educação ambiental social trabalhar  
 164 na estreita ligação com. Trabalhar em  
 ->( 164- 166): articulação  
 165 estreita ligação com a comunicação  
 166 social. Tentar o máximo envolver todo  
 ->( 166- 168): envolvi soc  
 167 o pessoal de todas as idades possível e  
 ->( 167- 169): avaliação  
 168 depois é ter um termómetro para após  
 169 um determinado momento medir se a  
 ->( 169- 175): monitorizaç  
 170 informação passada teve ou não efeito  
 171 ou seja fazer a monitorização porque  
 172 muitas vezes difundimos programas e  
 173 não viemos depois para fazer uma  
 174 análise ver se será que o nosso  
 175 projecto foi assimilado ver se estamos  
 ->( 175- 181): avaliação  
 176 a ter resultados e ver se os  
 177 comportamentos já mudaram.Na  
 ->( 177- 180): estmelho  
 178 minha sugestão devemos investir nos  
 179 recursos humanos. Hoje em dia  
 180 estamos a ter especialistas em  
 181 educação ambiental. Não tenho  
 182 conhecimento pessoalmente , não sei  
 183 se não existem Num momento e forma  
 184 especialistas em educação ambiental.  
 185 A educação ambiental é um disciplina  
 186 que tem as suas metodologias  
 187 específicas para ajudar as mudanças  
 188 de comportamento do ser humano que  
 189 é uma parte muito complicado e é  
 190 temos que conhecer o método para  
 191 provocar. Formar especialistas na beta

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.001

-->análisswot

1- 65: análisswot / 8- 19: pontos fortes  
32- 42: oportunidades  
61- 61: articulação  
20- 31: pontos fracos  
23- 24: Pais Incipient  
33- 34: Parceria Privada  
55- 58: Organização  
63- 63: Organização  
17- 17: adaptar contexto  
17- 17: Analise comparativa  
43- 43: ameaças  
36- 43: exp novas realidades  
49- 52: alterna de evitar risc  
8 Verde.A nível dos pontos fortes, temos  
9 disponibilidade de recursos hídricos  
10 em Cabo Verde quer a nível dos  
11 oceanos, quer a nível dos continentes.  
12 Temos ainda áreas subterrâneas não  
13 exploradas, temos uma pluviometria e  
14 temos a água do mar para a  
15 exploração de actividades agrícolas e  
16 para o abastecimento da população.  
17 Porque existem países como o deserto  
18 de Shara que não existe nenhuma  
19 disponibilidade da água superficial  
20 nem subterrânea.A nível de pontos  
21 fracos, a grosso modo é a forma como  
22 se faz a gestão de recursos hídricos  
23 em Cabo Verde também Cabo Verde é  
24 uns pais muito novos e estamos a  
25 aprender gerir o que temos. O sector da  
26 água e a sua gestão começou em  
27 1975, com as primeiras decisões que  
28 surgiram após a independência e vem

29 se desenvolvendo planos, projectos e  
30 programas e acho que nesta parte  
31 ainda é um rendcap que vamos  
32 melhorar ao longo do tempo. A nível  
33 das oportunidades na parte do swot  
34 temos espaços para a inserção privada  
35 para participar nas questões dos  
36 recursos hídricos. Muitos países  
37 seguem este modelo onde o sector  
38 privado faz parte para cima de gestão  
39 dos recursos hídricos através de  
40 empresas de estado na execução de  
41 obras hidráulicas e empresas que se  
42 que se ocupam de gestão mesmo da  
43 água.A questão da ameaça, em grosso  
44 modo é a questão das mudanças  
45 climáticas porque sabemos que o  
46 fenómeno de mudanças climáticas,  
47 diminuição da pluviometria ao longo  
48 do tempo daí que muitas as pessoas  
49 defendem que devemos sempre tomar  
50 esta parte da água do mar para  
51 abastecimento utilizado futuramente  
52 para a regra em caso de lugares em  
53 que há uma ameaça muito elevada de  
54 mudanças climáticas. Também a  
55 organização, depende de como  
56 estamos organizados, se estamos  
57 muito bem organizado é um potencial  
58 mas se a organização em CV na parte  
59 de gestão de recursos hídricos não  
60 tiver essa parte nowhow sobre os  
61 recursos hídricos existentes e a forma  
62 degerí-la e tornar ao longo tempo mas

63 se não é um potencial mas a forma de  
1 findings

## RETRIEVAL OF REDUNDANCIES IN GRUPO.001

Distance 5

-->adapatar contexto

140- 144: adapatar contexto / 138- 142: diagn da situ  
140- 144: adapatar contexto / 146- 151: diagn da situ  
145- 145: adapatar contexto / 138- 142: diagn da situ  
145- 145: adapatar contexto / 146- 151:diagn da situ

-->agentes activos de tra

- no redundant structures found -

-->alterna de evitar risc

- no redundant structures found -

-->ameaças

- no redundant structures found -

-->análisswot

- no redundant structures found -

-->Analisecomparativa

- no redundant structures found -

-->articulação

61- 61: articulação / 55- 58: Organização

61- 61: articulação / 63- 63: Organização

-->avaliação

167- 169: avaliação / 169- 175: monitorizaç

175- 181: avaliação / 169- 175: monitorizaç

-->definição de metas

- no redundant structures found -

-->diagn da situ

138- 142: diagn da situ/ 140- 144: adapatar contexto

138- 142: diagn da situ/ 145- 145: adapatar contexto

146- 151: diagn da situ/ 140- 144: adapatar contexto

146- 151: diagn da situ/ 145- 145: adapatar contexto

-->Diagnostico

- no redundant structures found -

-->envolisoc

- no redundant structures found -

-->estmelho

- no redundant structures found -

-->Estabmetas

-->Estratégias de articul

- no redundant structures found -

-->expnovasrealidades

- no redundant structures found -

-->Falt de artic

- no redundant structures found -

-->gestão/ resultado

- no redundant structures found -

-->Metodolo de avalia

- no redundant structures found -

-->metodologia de traba

- no redundant structures found -

-->monitorizaç

- no redundant structures found -

-->necess.articulação

- no redundant structures found -

--> Ness de art

- no redundant structures found -

-->oportunidades

- no redundant structures found -

-->Organização

55- 58: Organização / 1- 65: análisswot

63- 63: Organização / 1- 65: análisswot

55- 58: Organização / 61- 61: articulação

63- 63: Organização / 61- 61: articulação

-->Pais Incipient

- no redundant structures found -

--> Parceria Privad

- no redundant structures found -

-->parceriasinternaciona

- no redundant structures found -

-->pontos fortes

- no redundant structures found -

-->pontosfracos

- no redundant structures found -

-->Prespectiva formação

- no redundant structures found -

-->programa conjunto

-->saudeambiental

- no redundant structures found -

-->sectoresfundamentais

- no redundant structures found -

-->Temaspertinentes

- no redundant structures found -

## RETRIEVAL OF UNUSED CODES IN GRUPO.001 UNUSED CODES

adapatar contexto	Metodolo de avalia
agentes activos de tra	metodologia de traba
alterna de evitar risc	monitorizaç
ameaças	necess.articulação
análisswot	Ness de art
Analise comparativa	oportunidades
articulação	Organização
avaliação	Pais Incipient
definição de metas	Parceria Privad
diagn da situ	parceriasinternaciona
Diagnostico	pontos fortes
envolvisoc	pontos fracos
estmelho	Prespectiva formação
Estabmetas	programa conjunto
Estratégias de articul	saude ambiental
exp novas realidades	sectoresfundamentais
Falt de artic	Temaspertinentes
gestão/ resultado	

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.001

-->avaliação

175- 181: avaliação / 169- 175: monitorizaç  
177- 180: estmelho  
169 um determinado momento medir se a  
170 informação passada teve ou não efeito  
171 ou seja fazer a monitorização porque  
172 muitas vezes difundimos programas e  
173 não viemos depois para fazer uma  
174 análise ver se será que o nosso  
175 projecto foi assimlado ver se estamos  
167- 169: avaliação / 166- 168: envolvi soc  
169- 175: monitorizaç  
166 social. Tentar o máximo envolver todo  
167 o pessoal de todas as idades possível e  
168 depois é ter um termómetro para após  
169 um determinado momento medir se a  
170 informação passada teve ou não efeito  
171 ou seja fazer a monitorização porque  
172 muitas vezes difundimos programas e  
173 não viemos depois para fazer uma  
174 análise ver se será que o nosso  
175 projecto foi assimilado ver se estamos

2 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.001

--> Temas pertinentes

87- 112: Temas pertinentes / 92- 96: sectores funda-  
mentais  
99- 103: saude ambiental  
105- 109: definição de metas  
105- 106: Estabmetas  
107- 111: Diagnostico  
92 do ambiente. Há que realçar alguns  
93 sectores dentro do ambiente que para  
94 mim são fundamentais que são  
95 recursos hídricos e resíduos sólidos e  
96 que são dois elementos vitais. Quando  
97 digo resíduos sólidos estou a falar do  
98 comportamento do cabo-verdiano em  
99 relação aos resíduos sólidos. Como  
100 sabemos a saúde é o bem psíquico,  
101 físico e do meio e o lixo faz parte.  
102 Quando estamos a falar de saúde  
103 estamos a falar da vida das pessoas.  
104 Há muito trabalho a ser feito nesta  
105 área. Para mim temos que estabelecer  
106 metas de mudanças de  
107 comportamentos faz parte da saúde ou  
108 faz parte da vida das pessoas.Deve-se  
109 mostrar em cada ilha e em cada  
110 localidade qual é recurso disponível  
111 quais são as disponibilidades, e com

1 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.001

-->Prespectiva formação

66- 86: Prespectiva formação / 85- 85: programa conjunto

70- 72: gestão/ resultado

75- 80: articulação

75- 75: Ness de art

66- 70: agentes activos de tra

66 Os professores são fundamentais na

67 parte de educação ambiental porque

68 lidamdiretamente com a classe de

69 novas gerações. Se a educação for

70 muito bem implementada teremos

71 consequências que são excelentes

72 nas mudanças de comportamentos.

73 Na minha opinião o ambiente deve

74 estar junto. Na minha opinião os

75 técnicos de DGA e os técnicos que

76 trabalham na área ambiental devem ter

77 comportamento fundamental na

78 formação de professores isto é trazer

79 os professores para o mundo

80 ambiental mas para ter dados

81 concretos a nível dos municípios por

82 forma que os professores vão ter

83 inputs palpáveis para transmitir aos

84 alunos e isto é fundamental que o

85 ministério do ambiente crie um

1 findings

## RETRIEVAL OF MULTIPLE CODES IN GRUPO.001

-->adapatar contexto

17- 17: adapatar contexto / 17- 17: Analise comparativa

17 Porque existem países como o deserto

-->agentes activos de tra

-->alterna de evitar risc

-->ameaças

-->análisswot

-->Analise comparativa

17- 17: Analise comparativa / 17- 17: adapatar contexto

17 Porque existem países como o deserto

-->articulação

-->avaliação

-->definição de metas

-->diagn da situ

--> Diagnostico

-->envisoc

-->estmelho

-->Estabmetas

--> Estratégias de articul

-->exp novas realidades

-->Falt de artic

-->gestão/ resultado

-->Metodolo de avalia

-->metodologia de traba

-->monitorizaç

-->necess.articulação

--> Ness de art

-->oportunidades

--> Organização

--> Pais Incipient

--> Parceria Privad

-->parceriasinternaciona

-->pontos fortes

-->pontos fracos

-->Prespectiva formação

-->programa conjunto

-->saude ambiental

-->sectores fundamentais

--> Temas pertinentes

2 findings

## FREQUENCIES OF CODES IN GRUPO.001

-adapatar contexto : 3

agentes activos de tra: 1

alterna de evitar risc: 1

ameaças: 1

análisswot: 1

Analise comparativa : 1

articulação: 5

avaliação: 2

definição de metas : 1

diagn da situ: 2

Diagnostico : 1

envisoc: 1

estmelho: 1

Estabmetas : 2

Estratégias de articul: 1

exp novas realidades : 1

Falt de artic : 1

gestão/ resultado : 1

Metodolo de avalia : 1

metodologia de traba: 1

monitorizaç: 1

necess.articulação: 1

Ness de art : 1

oportunidades: 1

Organização : 2

Pais Incipient : 1

Parceria Privad : 1

parceriasinternaciona: 1

pontos fortes : 1

pontos fracos : 1

Prespectiva formação: 1

programa conjunto : 2

saude ambiental : 1

sectores fundamentais : 1

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.001

--> Estratégias de articul  
129- 132: Estratégias de articul / 126- 132: necess.articulação  
131- 131: programa conjunto  
131- 132: articulação  
132- 135: Metodolo de avalia  
126 processo de articulação acaba por não  
127 existir. Dificilmente notamos  
128 articulação entre os sectores.O que  
129 não falta é boa intenção. Deve-se fazer  
130 a articulação entre as camadas do  
131 governo e fazer uma planificação  
132 conjunta. A metodologia para avaliar o  
133 programa de educação ambiental é o  
134 conteúdo do próprio programa em si  
135 mesmo. Mas paramimsalientando  
1 findings

## ADAPATAR CONTEXTO

agentes activos de tra  
alterna de evitar risc  
ameaças  
análisswot  
Análise comparativa  
articulação  
avaliação  
definição de metas  
diagn da situ  
Diagnostico  
envolvisoc  
estmelho  
Estabmetas  
Estratégias de articul  
exp novas realidades  
Falt de artic  
gestão/ resultado  
Metodolo de avalia  
metodologia de traba  
monitorizaç  
necess.articulação  
Ness de art  
oportunidades  
Organização  
Pais Incipient  
Parceria Privad  
parceriasinternaciona  
pontos fortes  
pontos fracos  
Prespectiva formação  
programa conjunto  
saude ambiental  
sectoresfundamentais  
Temaspertinentes

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.001

-->avaliação  
175- 181: avaliação / 177- 180: estmelho  
175 projecto foi assimilado ver se estamos  
176 a ter resultados e ver se os  
177 comportamentos já mudaram.Na  
178 minha sugestão devemos investir nos  
179 recursos humanos. Hoje em dia  
180 estamos a ter especialistas em  
181 educaçãoambiental. Nãotenho  
1 findings



AREA  
RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.002

--> área fundamen

455- 472: área fundamen / 468- 474: Continuida Inova  
472- 483: Continuida Inova  
472- 483: met avaliação  
468 poupam água. Deve ser recuperado  
469 alguns programas/estratégias de  
470 âmbito nacional numa prespectivas  
471 mais evoluída e levar em  
472 consideração o contexto atual. Deve  
473 ser feito a avaliação de programas  
474 por meio da definição de um  
475 conjunto de itens nomeadamente:  
476 nº de sessões realizadas, nível de  
477 participação ,nº de horas  
478 consumidas. Deve ter indicadores  
479 pré-estabelecidos. Um projecto  
480 requer a sua avaliação a nível do  
481 seu impacto medindo os resultados  
482 preconizados ao longo da sua  
483 planificação. Apresento um

1 findings

AVALI  
RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.002

--> sistema de avaliação

472- 482: sistema de avaliação / 455- 472: área fundamen  
468- 474: Continuida Inova  
472- 483: Continuida Inova  
455 poderiam trabalhar os seguintes  
456 temas: higiene pessoal,  
457 conservação da água, origem de  
458 doenças hídricas e referir as  
459 doenças mais comuns  
461 paludismo, diarreia, conservação  
462 de recursos hídricos, poupança da  
463 água e desenvolver a consciência  
464 na população sobre a possibilidade  
465 de adquirir equipamentos de  
466 poupança de água como por  
467 exemplo torneira e sanita que  
468 poupam água. Deve ser recuperado  
469 alguns programas/estratégias de  
470 âmbito nacional numa prespectivas  
471 mais evoluída e levar em  
472 consideração o contexto atual.Deve  
473 ser feito a avaliação de programas  
474 por meio da definição de um  
475 conjunto de itens nomeadamente:  
476 nº de sessões realizadas, nível de  
477 participação ,nº de horas  
478 consumidas. Deve ter indicadores  
479 pré-estabelecidos. Um projecto  
480 requer a sua avaliação a nível do  
481 seu impacto medindo os resultados  
482 preconizados ao longo da sua  
483 planificação. Apresento um

1 findings

CATAL 460 NOMEADAMENTE: DENGUE,

articulação met avaliação  
abundância da água  
Ambi na Pol Naci  
ameaças  
análise curricular  
área fundamen  
avaliação neg  
boas Praticas  
causas do aumento cons  
Continuida Inova  
Democratização  
est artciul  
esta gest água  
estratégias de articul  
exem de sanea bás adeq  
Falta de articulação  
Filosofia de gestão  
fragili Inst  
Fragilidade Institucio  
Indicadores de estra  
Inovação

Instrumentos Politicos  
Medidas alternativas  
medidas de contenção  
medidas de irrigação  
Metas  
mod Boas Praticas  
Moodelos de gestão  
Nec articulação  
oportunidades  
parceria sector privat  
Planificação Ajusta  
pontos fortes  
pontos fracos  
programas alternativas  
Sector privado  
solução  
Sustentabilid  
sustentabilidade  
Sustentabilidade  
sutentabilidade  
Vant do imp PANAIL

## RETRIEVAL OF UNUSED CODES IN GRUPO.002

### UNUSED CODES

### USED CODES

abundância da água

Ambi na Pol Naci

ameaças

análise curricular

área fundamen

avaliação neg

boas Praticas

causas do aumento cons

Continuida Inova

Democratização

est artciul

esta gest água

estratégias de articul

exem de sanea bás adeq

Falta de articulação

Filosofia de gestão

fragili Inst

Fragilidade Institucio

Indicadores de estra

Inovação

Instrumentos Politicos

Medidas alternativas

medidas de contenção

medidas de irrigação

Metas

mod Boas Praticas

Moodelos de gestão

Nec articulação

oportunidades

parceria sector privat

Planificação Ajusta

pontos fortes

presp de formação

programas alternativas

Sector privado

sistema de avaliação

solução

Sustentabilid

sustentabilidade

Sustentabilidade

sutentabilidade

swot

Vant do imp PANAll

## CODANI

### RETRIEVAL OF UNUSED CODES IN GRUPO.002

Retrieval of nested codes in grupo.002

--> abundância da água

--> Ambi na Pol Naci

--> ameaças

437- 453: ameaças / 442- 443: estratégias de articul

444- 448: estratégias de articul

437 Dominar os princípios, conceitos e

438 ferramentas para a gestão

439 integrada dos recursos hídricos, é

440 ainda inadequada. Faltam realizar

441 o treinamento sobre o assunto. Em

442 geral, a lei consagra o princípio da

443 gestão integrada dos recursos

444 hídricos. Também agenda do

445 governo e do programa de

446 desenvolvimento nacional são

447 referências para a gestão integrada

448 dos recursos hídricos. Há projetos

449 com os princípios da gestão

450 integrada dos recursos hídricos. No

451 entanto, é preciso dizer que essas

452 ações são dispersos e não são

453 coordenadas e controladas. Quanto

## CODANI

### RETRIEVAL OF UNUSED CODES IN GRUPO.002

--> análise curricular

--> área fundamen

--> avaliação neg

431- 443: avaliação neg / 442- 443: estratégias de articul

431 estão privatizada. A eficácia desta

432 infra-estrutura passa para a

433 regulação, de modo que os custos

434 e as tarifas são transparentes e de

435 qualidade, adequada e eficiência

436 do serviço são monitorados.

437 Dominar os princípios, conceitos e

438 ferramentas para a gestão

439 integrada dos recursos hídricos, é 440 ainda inadequada. Faltam

realizar 441 o treinamento sobre o assunto. Em 442 geral, a lei con-

sagra o princípio da

443 gestão integrada dos recursos

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

-> boas Praticas

177- 185: boas Praticas / 177- 180: exem de sanea bás adeq  
177 água consumida.Somente a cidade do  
178 Mindelo situada na ilha de S. Vicente  
179 tem saneamento equipamento  
180 relativamente grande. O sistema de  
181 esgoto atende a cerca de 47% da  
182 população, de acordo com o censo de  
183 2000, e as águas residuais são  
184 tratadas na estação de Ribeira de  
185 Vinha. O tanque séptico é utilizado

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> causas do aumento cons

--> Continuida Inova

472- 483: Continuida Inova / 472- 482: sistema de avaliação  
472 consideração o contexto atual.Deve  
473 ser feito a avaliação de programas  
474 por meio da definição de um  
475 conjunto de itens nomeadamente:  
476 nº de sessões realizadas, nível de  
477 participação ,nº de horas  
478 consumidas. Deve ter indicadores  
479 pré-estabelecidos. Um projecto  
480 requer a sua avaliação a nível do  
481 seu impacto medindo os resultados  
482 preconizados ao longo da sua  
483 planificação. Apresento um

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> Democratização

--> est artciul

310- 331: est artciul / 326- 331: Sustentabilid  
310 Para atingir estes objectivos, o  
311 Governo propõe-se implementar  
312 vários projetos de abastecimento de  
313 água e saneamento nas áreas  
314 rurais e urbanas, com o apoio da  
315 cooperação bilateral e multilateral.  
316 Nos centros urbanos, a expansão  
317 da rede de água pública e esgoto e  
318 coleta de resíduos sólidos estão em  
319 andamento. Além disso, o governo  
320 decidiu que as declarações são  
321 feitas como parte de uma gestão  
322 integrada dos recursos hídricos ou,  
323 através de um processo que o  
324 desenvolvimento favorito e gestão  
325 coordenada dos recursos da terra,  
326 água e afins, tendo em conta a  
327 maximização, razoavelmente, bem-  
328 estar econômico e social resultante,  
329 sem comprometer a  
330 sustentabilidade do ecossistema  
331 vital.

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

-> esta gest água  
--> estratégias de articul  
198- 202: estratégias de articul / 198- 200: análise curricular  
200- 202: estratégias de articul  
198 como a população.Também devem ser  
199 analisados programas manuais de  
200 todos os níveis de ensino.Até  
201 financiamento deve haver  
202 articulação.A visão estratégica de

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> exem de sanea bás adeq  
--> Falta de articulação  
--> Filosofia de gestão  
--> fragili Inst  
--> Fragilidade Institucio  
--> Indicadores de estra  
237- 244: Indicadores de estra / 237- 243: esta gest água  
237 documento específico onde se  
238 encontra inserida a política nacional  
239 sobre a água. No entanto, há um  
240 número considerável de referências no  
241 domínio das estratégias de água do  
242 sector e água sector. As referências a  
243 seguir são ilustrativos do importante  
244 trabalho já realizado:

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> Inovação  
--> Instrumentos Politicos  
--> Medidas alternativas  
--> medidas de contenção  
392- 401: medidas de contenção / 394- 399: Inovação  
392 Deve ser enfatizado que o Governo  
393 de Cabo Verde começou em 1998,  
394 uma profunda reforma e  
395 reestruturação de Energia, Água e  
396 Saneamento, com o duplo objectivo  
397 de reduzir a intervenção do Estado  
398 na propriedade e gestão de  
399 empresas e serviços públicos de  
400 abastecimento de energia, água  
401 potável e água residual e promover

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> medidas de irrigação

--> Metas

284- 309: Metas / 289- 289: Democratização  
284 Assim, o setor de recursos hídricos  
285 é definida como um sector  
286 prioritário com os seguintes  
287 objetivos: (i) oferecer a todos os  
288 residentes de Cabo Verde, o acesso  
289 à qualidade da água potável (ii)  
290 evitar que as águas residuais para  
291 formar cargas poluidoras, portanto,  
292 prejudiciais para a saúde (iii)  
293 racionalizar e melhorar o uso da  
294 água através das taxas de água de  
295 vendas, que refletiam os custos de  
296 produção, distribuição e renovação  
297 de equipamentos e infra-estrutura  
298 (iv) conservar os recursos hídricos ,  
299 a mobilização de acordo com as  
300 necessidades dos usuários e  
301 setores assegurada a  
302 sustentabilidade dos recursos  
303 hídricos, garantindo que a operação  
304 não exceda a capacidade de  
305 renovação e intrusão de água  
306 salgada é controlada (v) promover  
307 as instituições e descentralização  
308 da administração dos recursos  
309 hídricos.

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

-> mod Boas Praticas

--> Modelos de gestão

284- 309: Modelos de gestão / 284- 309: Metas  
289- 289: Democratização  
284 Assim, o setor de recursos hídricos  
285 é definida como um sector  
286 prioritário com os seguintes  
287 objetivos: (i) oferecer a todos os  
288 residentes de Cabo Verde, o acesso  
289 à qualidade da água potável (ii)  
290 evitar que as águas residuais para  
291 formar cargas poluidoras, portanto,  
292 prejudiciais para a saúde (iii)  
293 racionalizar e melhorar o uso da  
294 água através das taxas de água de  
295 vendas, que refletiam os custos de  
296 produção, distribuição e renovação  
297 de equipamentos e infra-estrutura  
298 (iv) conservar os recursos hídricos ,  
299 a mobilização de acordo com as  
300 necessidades dos usuários e  
301 setores assegurada a  
302 sustentabilidade dos recursos  
303 hídricos, garantindo que a operação  
304 não exceda a capacidade de  
305 renovação e intrusão de água  
306 salgada é controlada (v) promover  
307 as instituições e descentralização  
308 da administração dos recursos  
309 hídricos.

## CATAL

--> Nec articulação

--> oportunidades

--> parceria sector privado

400- 411: parceria sector privado / 401- 404: Sector privado  
400 abastecimento de energia, água  
401 potável e água residual e promover  
402 a participação do sector privado no  
403 processo de operação e gerências  
404 de serviços básicos às populações.  
405 Nesta linha, foi legalmente  
406 consagrada a opção do Governo de  
407 liberalizar o sector dos recursos  
408 hídricos e proporcionar o acesso ao  
409 exercício da atividade de água e  
410 tratamento de águas residuais tem  
411 operadores privados. Na seqüência,

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> pontos fortes

27- 32: pontos fortes / 27- 32: abundância da água  
27 da água da África Ocidental. Fazendo  
28 uma análise ao referido documento  
29 sintetizamos a análise SWOT sobre os  
30 recursos hídricos em Cabo Verde. A  
31 água produzida em Cabo Verde com  
32 exceção da água dessalinizada é

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> pontos fracos

38- 42: pontos fracos / 38- 42: escassez da água subter  
38 m<sup>3</sup>. Este quadro mostra que a  
39 utilização de água subterrânea está  
40 quase no seu limite para satisfazer as  
41 exigências crescentes da população.  
42 Para atender a demanda no futuro,  
131- 143: pontos fracos / 137- 137: solução  
131 calçados, tintas, produtos  
132 farmacêuticos, etc.) Salinização das  
133 águas subterrâneas, principalmente  
134 nas áreas costeiras, coloca problemas  
135 especialmente em áreas irrigadas,  
136 incluindo a salinização da terra  
137 cultivada, tornando-se inutilizável. O  
138 uso de práticas agrícolas inadequadas  
139 e o solo não corrigido, a exploração  
140 excessiva de poços e bem como as  
141 areias nas praias, por causa de  
142 problemas de água graves, com reação  
143 negativa na conservação do solo e da

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> presp de formação

--> programas alternativos

46- 56: programas alternativos / 46- 55: medidas de contenção  
46 águas residuais. Enquanto isso,  
47 devemos introduzir medidas de  
48 redução de custos e racionalização do  
49 uso da água, especialmente na  
50 agricultura com a implementação e  
51 intensificação da tecnologia da rega  
52 gota-a-gota. Dessalinização da água  
53 do mar contribui atualmente para  
54 cerca de 2,2 milhões de m<sup>3</sup> por ano,  
55 representando uma cobertura de 61%  
56 da demanda de água potável

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

-> boas Praticas

177- 185: boas Praticas / 177- 180: exem de sanea bás adeq  
177 água consumida.Somente a cidade do  
178 Mindelo situada na ilha de S. Vicente  
179 tem saneamento equipamento  
180 relativamente grande. O sistema de  
181 esgoto atende a cerca de 47% da  
182 população, de acordo com o censo de  
183 2000, e as águas residuais são  
184 tratadas na estação de Ribeira de  
185 Vinha. O tanque séptico é utilizado

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> causas do aumento cons

--> Continuida Inova

472- 483: Continuida Inova / 472- 482: sistema de avaliação  
472 consideração o contexto atual.Deve  
473 ser feito a avaliação de programas  
474 por meio da definição de um  
475 conjunto de itens nomeadamente:  
476 nº de sessões realizadas, nível de  
477 participação ,nº de horas  
478 consumidas. Deve ter indicadores  
479 pré-estabelecidos. Um projecto  
480 requer a sua avaliação a nível do  
481 seu impacto medindo os resultados  
482 preconizados ao longo da sua  
483 planificação. Apresento um

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> Democratização

--> est artciul

310- 331: est artciul / 326- 331: Sustentabilid  
310 Para atingir estes objectivos, o  
311 Governo propõe-se implementar  
312 vários projetos de abastecimento de  
313 água e saneamento nas áreas  
314 rurais e urbanas, com o apoio da  
315 cooperação bilateral e multilateral.  
316 Nos centros urbanos, a expansão  
317 da rede de água pública e esgoto e  
318 coleta de resíduos sólidos estão em  
319 andamento. Além disso, o governo  
320 decidiu que as declarações são  
321 feitas como parte de uma gestão  
322 integrada dos recursos hídricos ou,  
323 através de um processo que o  
324 desenvolvimento favorito e gestão  
325 coordenada dos recursos da terra,  
326 água e afins, tendo em conta a  
327 maximização, razoavelmente, bem-  
328 estar econômico e social resultante,  
329 sem comprometer a  
330 sustentabilidade do ecossistema  
331 vital.

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> Sector privado

--> sistema de avaliação

--> solução

137- 149: solução / 137- 137: solução  
137 cultivada, tornando-se inutilizável.O  
138 uso de práticas agrícolas inadequadas  
139 e o solo não corrigida, a exploração  
140 excessiva de poços e bem como as  
141 areias nas praias, por causa de  
142 problemas de água graves, com reação  
143 negativa na conservação do solo e da  
144 água.A diminuição e irregularidade  
145 das chuvas tem causado uma seca  
146 contínua, resultando em  
147 enfraquecimento dos ecossistemas e  
148 reduzir o potencial dos recursos  
149 naturais. Este fator, juntamente com

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

-> Sustentabilid

--> sustentabilidade

--> Sustentabilidade

--> sustentabilidade

--> swot

--> Vant do imp PANAI

219- 228: Vant do imp PANAI / 228- 228: Sustentabilidade  
219 A estratégia do PANA II (Plano  
220 Nacional de Acção “para o Ambiente) é  
221 criar uma sociedade consciente de seu  
222 papel é os desafios ambientais para o  
223 desenvolvimento económico e social  
224 sustentável, convencida das suas  
225 responsabilidades com relação à  
226 geração futura e determinada a usar  
227 recursos naturais de forma  
228 sustentável. Tendo em conta que o  
17 findings



## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

-> boas Praticas

177- 185: boas Praticas / 177- 180: exem de sanea bás adeq  
177 água consumida.Somente a cidade do  
178 Mindelo situada na ilha de S. Vicente  
179 tem saneamento equipamento  
180 relativamente grande. O sistema de  
181 esgoto atende a cerca de 47% da  
182 população, de acordo com o censo de  
183 2000, e as águas residuais são  
184 tratadas na estação de Ribeira de  
185 Vinha. O tanque séptico é utilizado

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> causas do aumento cons

--> Continuida Inova

472- 483: Continuida Inova / 472- 482: sistema de avaliação  
472 consideração o contexto atual.Deve  
473 ser feito a avaliação de programas  
474 por meio da definição de um  
475 conjunto de itens nomeadamente:  
476 nº de sessões realizadas, nível de  
477 participação ,nº de horas  
478 consumidas. Deve ter indicadores  
479 pré-estabelecidos. Um projecto  
480 requer a sua avaliação a nível do  
481 seu impacto medindo os resultados  
482 preconizados ao longo da sua  
483 planificação. Apresento um

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> Democratização

--> est artciul

310- 331: est artciul / 326- 331: Sustentabilid  
310 Para atingir estes objectivos, o  
311 Governo propõe-se implementar  
312 vários projetos de abastecimento de  
313 água e saneamento nas áreas  
314 rurais e urbanas, com o apoio da  
315 cooperação bilateral e multilateral.  
316 Nos centros urbanos, a expansão  
317 da rede de água pública e esgoto e  
318 coleta de resíduos sólidos estão em  
319 andamento. Além disso, o governo  
320 decidiu que as declarações são  
321 feitas como parte de uma gestão  
322 integrada dos recursos hídricos ou,  
323 através de um processo que o  
324 desenvolvimento favorito e gestão  
325 coordenada dos recursos da terra,  
326 água e afins, tendo em conta a  
327 maximização, razoavelmente, bem-  
328 estar econômico e social resultante,  
329 sem comprometer a  
330 sustentabilidade do ecossistema  
331 vital.

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> abundância da água

27- 32: abundância da água / 27- 32: pontos fortes  
27 da água da África Ocidental. Fazendo  
28 uma análise ao referido documento  
29 sintetizamos a análise SWOT sobre os  
30 recursos hídricos em Cabo Verde. A  
31 água produzida em Cabo Verde com  
32 exceção da água dessalinizada é

--> Ambi na Pol Naci

--> ameaças

--> análise curricular

--> área fundamen

--> avaliação neg

--> boas Praticas

--> causas do aumento cons

--> Continuida Inova

--> Democratização

--> est artciul

--> esta gest água

--> estratégias de articul

--> exem de sanea bás adeq

--> Falta de articulação

--> Filosofia de gestão

--> fragili Inst

--> Fragilidade Institucio

--> Indicadores de estra

--> Inovação

--> Instrumentos Politicos

--> Medidas alternativas

--> medidas de contenção

--> medidas de irrigação

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

-> Metas

284- 309: Metas / 284- 309: Modelos de gestão

284 Assim, o setor de recursos hídricos

285 é definida como um sector

286 prioritário com os seguintes

287 objetivos: (i) oferecer a todos os

288 residentes de Cabo Verde, o acesso

289 à qualidade da água potável (ii)

290 evitar que as águas residuais para

291 formar cargas poluidoras, portanto,

292 prejudiciais para a saúde (iii)

293 racionalizar e melhorar o uso da

294 água através das taxas de água de

295 vendas, que refletiam os custos de

296 produção, distribuição e renovação

297 de equipamentos e infra-estrutura

298 (iv) conservar os recursos hídricos ,

299 a mobilização de acordo com as

300 necessidades dos usuários e

301 setores assegurada a

302 sustentabilidade dos recursos

303 hídricos, garantindo que a operação

304 não exceda a capacidade de

305 renovação e intrusão de água

306 salgada é controlada (v) promover

307 as instituições e descentralização

308 da administração dos recursos

309 hídricos.

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.002

--> mod Boas Praticas

--> Modelos de gestão

284- 309: Modelos de gestão / 284- 309: Metas

284 Assim, o setor de recursos hídricos

285 é definida como um sector

286 prioritário com os seguintes

287 objetivos: (i) oferecer a todos os

288 residentes de Cabo Verde, o acesso

289 à qualidade da água potável (ii)

290 evitar que as águas residuais para

291 formar cargas poluidoras, portanto,

292 prejudiciais para a saúde (iii)

293 racionalizar e melhorar o uso da

294 água através das taxas de água de

295 vendas, que refletiam os custos de

296 produção, distribuição e renovação

297 de equipamentos e infra-estrutura

298 (iv) conservar os recursos hídricos ,

299 a mobilização de acordo com as

300 necessidades dos usuários e

301 setores assegurada a

302 sustentabilidade dos recursos

303 hídricos, garantindo que a operação

304 não exceda a capacidade de

305 renovação e intrusão de água

306 salgada é controlada (v) promover

307 as instituições e descentralização

308 da administração dos recursos

309 hídricos.

--> estratégias de articul

198- 202: estratégias de articul / 198- 200: análise curricular  
 192- 200: presp de formação  
 192 algo que nunca pensei, de qualquer  
 193 maneira deve ser um processo não só  
 194 do ministério de educação mas em  
 195 estreita colaboração entre as  
 196 instituições que lidam com  
 197 meteorologia, água ambiente bem  
 198 como a população.Também devem ser  
 199 analisados programas manuais de  
 200 todos os níveis de ensino.Até

442- 443: estratégias de articul / 431- 443: avaliação neg  
 437- 453: ameaças

431 estão privatizada. A eficácia desta  
 432 infra-estrutura passa para a  
 433 regulação, de modo que os custos  
 434 e as tarifas são transparentes e de  
 435 qualidade, adequada e eficiência  
 436 do serviço são monitorados.  
 437 Dominar os princípios, conceitos e  
 438 ferramentas para a gestão  
 439 integrada dos recursos hídricos, é  
 440 ainda inadequada. Faltam realizar  
 441 o treinamento sobre o assunto. Em  
 442 geral, a lei consagra o princípio da  
 443 gestão integrada dos recursos  
 444 hídricos. Também agenda do  
 445 governo e do programa de  
 446 desenvolvimento nacional são  
 447 referências para a gestão integrada  
 448 dos recursos hídricos. Há projetos  
 449 com os princípios da gestão

450 integrada dos recursos hídricos. No

451 entanto, é preciso dizer que essas  
 452 ações são dispersos e não são  
 453 coordenadas e controladas.Quanto  
 444- 448: estratégias de articul /  
 437- 453: ameaças  
 437 Dominar os princípios, conceitos e  
 438 ferramentas para a gestão  
 439 integrada dos recursos hídricos, é  
 440 ainda inadequada. Faltam realizar  
 441 o treinamento sobre o assunto. Em  
 442 geral, a lei consagra o princípio da  
 443 gestão integrada dos recursos  
 444 hídricos. Também agenda do  
 445 governo e do programa de  
 446 desenvolvimento nacional são  
 447 referências para a gestão integrada  
 448 dos recursos hídricos. Há projectos  
 449 com os princípios da gestão  
 450 integrada dos recursos hídricos. No  
 451 entanto, é preciso dizer que essas  
 452 ações são dispersos e não são  
 453 coordenadas e controladas.Quanto  
 4 findings

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.003

--> abordagem por projecto

152- 153: abordagem por projecto  
152 para apoio a implementação dos  
153 projectos, que deveriam ser

--> agentes de mudan ambie

157- 162: agentes de mudan ambie  
157 utilizem os professores e alunos  
158 como veiculo de locomoção da  
159 nova sociedade Caboverdiana  
160 como mais valores e mais  
161 conscientes em materia do  
162 Ambiente. As Sinergias devem ser

--> Area fundamentais

111- 116: Area fundamentais  
111 Temas poderiam ser: Reciclagem  
112 (Papel, Plastico) Teatros de  
113 sensibilização ambiental,  
114 Legislação ambiental, valorização  
115 de residuos, Biodiversidade versos  
116 vida humana. Etc.Financeiramente

111- 116: Area fundamentais  
111 Temas poderiam ser: Reciclagem  
112 (Papel, Plastico) Teatros de  
113 sensibilização ambiental,  
114 Legislação ambiental, valorização  
115 de residuos, Biodiversidade versos  
116 vida humana. Etc.Financeiramente

--> articulação

120- 126: articulação  
120 ambiental. Técnica mente deveria  
121 haver uma unidade que teria a

122 responsabilidade de poiar a politica  
123 de Educação ambiental dentro das  
124 Escolas bem como controlar as  
125 despesas, orientando todos as  
126 classes sociais e assegurando o

129- 135: articulação  
129 Estratégias têm sido reuniões  
130 periodicas de articulação com  
131 apresentação de Planos de  
132 actividades escolares, voltadas para  
133 o ambiente no âmbito do Plano  
134 sectorial Ambiente e Educação do  
135 PANA II. Tem sido uma estratégia  
150- 156: articulação  
150 aluno. Deveria haver incentivo  
151 financeiro disponível na Escola  
152 para apoio a implementação dos  
153 projectos, que deveriam ser  
154 aprovados por uma unidade do  
155 Governo responsável pelo domínio  
156 ambiental como a DGA. Que  
164- 165: articulação  
164 vontade de aprender. Juntos as  
165 intuições tem mais força.

--> chave de sustent ambie

166- 171: chave de sustent ambie  
166 Juntaremos a habilidade de educar  
167 e os conceitos certos da educação  
168 para cada nivel, para alcançarmos  
169 juntos o que programamos para o  
170 nosso futuro. Para um Cabo Verde  
171 Sustentável.

--> Comportamento ambienta

126- 128: Comportamento ambienta  
126 classes sociais e assegurando o  
127 avanço do comportamento das  
128 pessoas a nivel ambiental. As

--> condições necessárias

116- 128: condições necessárias  
116 vida humana. Etc.Financeiramente  
117 deveria haver reforço orçamental  
118 para o sector de Educação, Criar  
119 Orçamento Expecial para Educação  
120 ambiental. Técnica mente deveria  
121 haver uma unidade que teria a  
122 responsabilidade de poiar a politica  
123 de Educação ambiental dentro das  
124 Escolas bem como controlar as  
125 despesas, orientando todos as  
126 classes sociais e assegurando o  
127 avanço do comportamento das  
128 pessoas a nivel ambiental. As

--> Dinâmica e Orgnização

137- 162: Dinâmica e Orgnização  
137 aparecido embora lentamente. Na  
138 minha opinião deveria sim tornar  
139 estas reuniões frequentes, e com  
140 uma maior regidês na cobrança  
141 dos compromissos das actividades.  
142 Maior dedicação e vontade de  
143 implementação dos planos por  
144 parte dos delegados e directores  
145 escolares. Deveria ser 30%

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.003

146 resultados de provas teóricas, 70%  
147 projecto de Educação ambiental  
148 desenvolvido e implementado na  
149 comunidade ou na escola pelo  
150 aluno. Deveria haver incentivo  
151 financeiro disponível na Escola  
152 para apoio a implementação dos  
153 projectos, que deveriam ser  
154 aprovados por uma unidade do  
155 Governo responsável pelo domínio  
156 ambiental como a DGA. Que  
157 utilizem os professores e alunos  
158 como veículo de locomoção da  
159 nova sociedade Caboverdiana  
160 como mais valores e mais  
161 conscientes em matéria do  
162 Ambiente. As Sinergias devem ser

--> Educação ambiental

118- 120: Educação ambiental  
118 para o sector de Educação, Criar  
119 Orçamento Especial para Educação  
120 ambiental. Técnica deveria

--> ensino diferenciado

101- 110: ensino diferenciado  
101 ectaria a qual vão trabalhar. Ou  
102 seja. Preparar programas para um  
103 determinado ciclo apenas para  
104 intervenção em uma temática, não  
105 misturar temáticas. Este permite  
106 uma melhor assimilação do tema e  
107 consequentemente permitirá uma  
108 melhor preparação e  
109 desenvolvimento de técnicas para  
110 repassar às crianças do ciclo. Os

--> Factor de valorização

76- 82: Factor de valorização  
76 população. O fator crescimento

77 populacional e turismo em Cabo  
78 Verde, indicava que a partir de dois  
79 mil, investimentos grandes e  
80 seguros em matéria de recursos  
81 hídricos deveriam ser feitas, o que  
82 vem acontecendo agora. Basta ver

--> Financiamento par o sect

82- 88: Financiamento par o sect  
82 vem acontecendo agora. Basta ver  
83 os programas do segundo  
84 compacto do MCA para ver que  
85 grandes investimentos serão feitos,  
86 bem como programas e projectos  
87 de retenção de águas plúvias  
88 como barragens. O próprio setore

--> Form docent ajustada

95- 101: Form docent ajustada  
95 da Saúde .Os professores deveriam  
96 ser formados de acordo com as  
97 áreas de intervenção e das  
98 necessidades de momento. Os cursos  
99 deveriam ser trabalhados em  
100 modos de acordo com a faixa  
101 ectaria a qual vão trabalhar. Ou

--> gestão financeira

150- 156: gestão financeira  
150 aluno. Deveria haver incentivo  
151 financeiro disponível na Escola  
152 para apoio a implementação dos  
153 projectos, que deveriam ser  
154 aprovados por uma unidade do  
155 Governo responsável pelo domínio  
156 ambiental como a DGA. Que

--> Inovação

88- 95: Inovação  
88 como barragens. O próprio setore

89 dos recursos hídricos passará por  
90 uma grande reforma conforme as  
91 exigências da nova realidade e  
92 novos tempos onde todos zelam  
93 para cumprir e atingir as metas do  
94 milénio e da organização Mundial  
95 da Saúde .Os professores deveriam

--> Inovação resíduo

39- 49: Inovação resíduo  
39 A área dos Resíduos, esta sim tem  
40 sido uma área esquecida até  
41 décadas de 90, onde as  
42 consequências são visíveis hoje. O  
43 crescimento populacional e do  
44 mercado de indústrias turísticas,  
45 bem como crescimento das cidades  
46 e vilas, fez com que as  
47 problemáticas dos resíduos  
48 caminhassem mais rápidas que as  
49 intervenções e as infraestruturas.

--> interesses dos líderes

142- 145: interesses dos líderes  
142 Maior dedicação e vontade de  
143 implementação dos planos por  
144 parte dos delegados e directores  
145 escolares. Deveria ser 30%

--> Metodologia adequada

105- 110: Metodologia adequada  
105 misturar temáticas. Este permite  
106 uma melhor assimilação do tema e  
107 consequentemente permitirá uma  
108 melhor preparação e  
109 desenvolvimento de técnicas para  
110 repassar às crianças do ciclo. Os

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

--> Áreas de intervenção

165- 175: Áreas de intervenção / 129- 165: Modalidade de formação

169- 170: nível nacio e internac

175- 224: Áreas fundamentais

129 como uma disciplina. Agora a  
130 questão eu acho que é a  
131 modalidade é como conceber o  
132 programa para os professores.  
133 Tendo em conta que temos agora  
134 disponíveis a sociedade com a  
135 evolução das novas tecnologias  
136 Nós os professores temos que ter  
137 a ideias em função da  
138 aprendizagem ao longo da vida  
139 temos várias opções. Se  
140 tivéssemos um programa voltado  
141 para os professores eu acho que  
142 uma das modalidades que  
143 podemos ter é a formação á  
144 distância com recursos a novas  
145 tecnologias e então complementar  
146 com workshops, com seminários.  
147 Temos por exemplos várias  
148 disciplinas dentro do programa e  
149 depois podemos ter em conta  
150 periódicos para complementar. Eu  
151 acho que esta deve ser uma  
152 opção viável. Neste momento não  
153 há outra forma. Pode ser difícil. As  
154 próximas formações para os

155 professores deviam pensar

156 mesmo na disciplina de educação  
157 ambiental. Nós estamos agora a  
158 trabalhar será bastante difícil a  
159 formação de base. Acho que  
160 depois dessas sessões  
161 presenciais marcar por exemplo  
162 quinzenalmente para encontro de  
163 professores para realização de  
164 jogos ambientais, projectos de  
165 oficinas ambientais. Eu tinha  
166 apontado aqui alguns temas.  
167 Dentro deles temos apontado a  
168 Biodiversidade, mudanças  
169 climáticas, que podemos trabalhar  
170 a nível nacional ou a nível global  
171 e seu impacto em Cabo Verde e o  
172 seu impacto global e também traz  
173 consigo a subida do maré, o  
174 movimento de temperaturas e  
175 temos a questão do .... e  
176 tratamento de resíduos, protecção  
177 de fauna e flora e também das  
178 espécies marinhas. Temos a  
179 questão da degradação da água.  
180 Quando digo a degradação da  
181 água , estou a falar da rede que  
182 nós temos aqui em Cabo Verde  
183 que não é de boa qualidade. Acho  
184 que não há controlo de qualidade  
185 é só ver o aspecto da água que  
186 recebemos nas nossas casas. É  
187 preciso ser integrado controlo de  
188 qualidade. Já que a água é um

189 bem precioso e toda a gente

190 necessita dela e então também  
191 temos que ter o controlo de  
192 qualidade. Temos a questão de  
193 exploração excessiva de recursos  
194 que também temos que falar disso  
195 porque a exploração excessiva  
196 questão pode provocar a  
197 pobreza. Eu acho que todos os  
198 temas que a professora Celina  
199 mencionou são todos pertinentes.  
200 Eu ainda quero acrescentar mais  
201 alguns temas como por exemplo:  
202 Ambiente e Economia, Ambiente  
203 e Saúde e Geralmente nós não  
204 incluímos o nós e também o  
205 Ambiente na paz. Quanto ao  
206 ambiente na paz eu sempre digo  
207 aos meus alunos que basta eu  
208 tentar dar bem com os colegas  
209 estou a preservar o meio  
210 ambiente. Também devemos  
211 tratar o ambiente. Basta tentarmos  
212 mudar a violência, conversar e  
213 dialogar eu acho que isto dá um  
214 bocadinho de contribuição para  
215 melhorar a situação que estamos  
216 vivendo neste momento em Cabo  
217 Verde. Uma designação agora  
218 muito utilizada é a cidadania  
219 planetária que é ver o globo  
220 mesmo, o planeta como um ser  
221 vivo para que possamos ter a  
222 consciência de que é necessário  
223 tratar o ambiente ou seja tratar o  
224 planeta como ser vivo.

1 findings

--> sistema de avaliação

318- 345: sistema de avaliação / 334- 337: Sistema de avaliação

341- 408: estratégia abordagem

334 reutilizados. Uma das formas de  
 335 avaliar seria a observação. O que  
 336 nós observamos é que existem  
 337 várias intervenções pontuais das  
 338 várias instituições por exemplo o  
 339 Ministério de Educação, temos a  
 340 Direcção Geral do Ambiente todas  
 341 têm incluídos nos seus  
 342 programas, actividades de  
 343 intervenção ambiental mas são  
 344 feitas mais no dia do ambiente  
 345 nas datas mais comemorativas.  
 346 Eu acho que é preciso fazer um  
 347 programa mais continuado. E para  
 348 isso seria bom que estas  
 349 instituições reunissem e fizessem  
 350 um programa único onde cada  
 351 umas das instituições teriam as  
 352 suas actividades bem definidas de  
 353 forma complementarem-se para  
 354 haver melhor articulação. Por  
 355 exemplo se eu sei que a ADAD  
 356 está a fazer uma actividade a  
 357 nível do horto a outra instituição  
 358 pode fazer uma outra actividade  
 359 para poder complementar. Deve  
 360 ser um trabalho conjunta.  
 361 Geralmente todos fazem a mesma  
 362 coisa. Muitas vezes todos fazem a  
 363 mesma coisa. Cada um deve  
 364 atacar uma frente. Se há um grupo  
 365 que estão a trabalhar o horto  
 366 escolar há um outro  
 367 paralelamente que trabalha a  
 368 questão da água. Há um outro

369 grupo que faz em relação aos

370 resíduos. Pode não ser no mesmo  
 371 local. A escola pode ser  
 372 beneficiado com visita de estudo e  
 373 uma outra instituição daqui há  
 374 uma semana ou duas semana  
 375 fazer a mesma coisa. Isso não, há  
 376 que diversificar também em  
 377 sectores diferentes. Só para  
 378 realçar, há por exemplo a nível do  
 379 projecto Global que estão a  
 380 trabalhar com as pessoas  
 381 infectadas e afectadas com as  
 382 pessoas com SIDA sessões de  
 383 IEC, Informação, Educação e  
 384 Comunicação. A nível do  
 385 Programa Concelhio pode existir  
 386 sessões de IEC com as crianças.  
 387 É lógico que a questão da  
 388 educação, ela é mais complexa  
 389 porque o resultado não é imediato  
 390 sim é um resultado mais ao longo  
 391 prazo mas também nós  
 392 observamos que não e apenas as  
 393 crianças. Temos também as  
 394 vendedeiras que também são  
 395 pessoas que produzem muito lixo  
 396 e trabalhar o aspecto de IEC para  
 397 a consciencialização das  
 398 pessoas. Eu acho que se deve  
 399 estimular as empresas,  
 400 instituições públicas e privadas  
 401 para criarem um programa  
 402 destinado a capacitação de todos  
 403 os trabalhadores para o controlo  
 404 do meio ambiente. Assim como a  
 405 repercussão no processo  
 406 produtivo do meio ambiente a  
 407 nível das empresas, instituições  
 408 públicas e privadas. Já que a

ambiente outras áreas  
 Áreas de intervenção  
 Áreas fundamentais  
 áreas fundamentais  
 Articulação  
 Boas pratica  
 carencia formação  
 cerncia de fromação  
 Componente presencial  
 Compromisso ambiental  
 Condi técni e finan  
 domínios da formação  
 Dopção de compromisso  
 envolveres  
 Estratég de articu  
 estratégia abordagem  
 Form pedagógica especi  
 Formação à distância  
 formação docente  
 importancia do tema  
 Incent às Empres  
 Incenti aos Invest  
 Inst Pol ambiental  
 Interv de Orgãos comu  
 Necess articulação  
 necess recursos  
 nivel nacio e internac  
 Pertinência do tema  
 preparação docente  
 prespectiva de formaç  
 recur finaceiro forma  
 reforço da parte prati  
 sistema de avaliação  
 Sistema de avaliação  
 vertente cognitiva  
 vertente disciplinar

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

ambiente outras áreas

Áreas de intervenção

áreas fundamentais

Áreas fundamentais

Articulação

Boas pratica

carencia formação

cerncia de fromação

Componente presencial

Compromisso ambiental

Condi técni e finan

domínios da formação

Dopção de compromisso

envolventes

Estratég de articu

estratégia abordagem

Form pedagógica especi

Formação à distância

formação docente

importancia do tema

Incent às Empres

Incenti aos Invest

Inst Pol ambiental

Interv de Orgãos comu

Necess articulação

necess recursos

nivel nacio e internac

Pertinência do tema

preparação docente

prespectiva de formaç

recur finaceiro forma

reforço da parte prati

Sistema de avaliação

sistema de avaliação

vertente cognitiva

vertente disciplinar

t



## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

--> ambiente outras áreas

--> Áreas de intervenção

165- 175: Áreas de intervenção / 169- 170: nível nacio e internac

- 165 oficinas ambientais. Eu tinha
- 166 apontado aqui alguns temas.
- 167 Dentro deles temos apontado a
- 168 Biodiversidade, mudanças
- 169 climáticas, que podemos trabalhar
- 170 a nível nacional ou a nível global
- 171 e seu impacto em Cabo Verde e o
- 172 seu impacto global e também traz
- 173 consigo a subida do maré, o
- 174 movimento de temperaturas e
- 175 temos a questão do .... e

--> áreas fundamentais

--> Áreas fundamentais

175- 224: Áreas fundamentais / 202- 206: ambiente outras áreas

- 175 temos a questão do .... e
- 176 tratamento de resíduos, protecção
- 177 de fauna e flora e também das
- 178 espécies marinhas. Temos a
- 179 questão da degradação da água.
- 180 Quando digo a degradação da
- 181 água , estou a falar da rede que
- 182 nós temos aqui em Cabo Verde
- 183 que não é de boa qualidade. Acho
- 184 que não há controlo de qualidade
- 185 é só ver o aspecto da água que
- 186 recebemos nas nossas casas. É
- 187 preciso ser integrado controlo de
- 188 qualidade. Já que a água é um
- 189 bem precioso e toda a gente
- 190 necessita dela e então também
- 191 temos que ter o controlo de
- 192 qualidade. Temos a questão de

193 exploração excessiva de recursos

- 194 que também temos que falar disso
- 195 porque a exploração excessiva
- 196 questão pode provocar a
- 197 pobreza.Eu acho que todos os
- 198 temas que a professora Celina
- 199 mencionou são todos pertinentes.
- 200 Eu ainda quero acrescentar mais
- 201 alguns temas como por exemplo:
- 202 Ambiente e Economia, Ambiente
- 203 e Saúde e Geralmente nós não
- 204 incluímos o nós e também o
- 205 Ambiente na paz. Quanto ao
- 206 ambiente na paz eu sempre digo
- 207 aos meus alunos que basta eu
- 208 tentar dar bem com os colegas
- 209 estou a preservar o meio
- 210 ambiente. Também devemos
- 211 tratar o ambiente. Basta tentarmos
- 212 mudar a violência, conversar e
- 213 dialogar eu acho que isto dá um
- 214 bocadinho de contribuição para
- 215 melhorar a situação que estamos
- 216 vivendo neste momento em Cabo
- 217 Verde.Uma designação agora
- 218 muito utilizada é a cidadania
- 219 planetária que é ver o globo
- 220 mesmo, o planeta como um ser
- 221 vivo para que possamos ter a
- 222 consciência de que é necessário
- 223 tratar o ambiente ou seja tratar o
- 224 planeta como ser vivo.

--> Articulação

--> Boas pratica

384- 404: Boas pratica / 392- 398: envolventes

- 396- 399: Incent às Empres
- 384 Comunicação. A nível do
- 385 Programa Concelhio pode existir
- 386 sessões de IEC com as crianças.
- 387 É lógico que a questão da
- 388 educação, ela é mais complexa
- 389 porque o resultado não é imediato
- 390 sim é um resultado mais ao longo
- 391 prazo mas também nós
- 392 observamos que não e apenas as
- 393 crianças. Temos também as
- 394 vendedeiras que também são
- 395 pessoas que produzem muito lixo
- 396 e trabalhar o aspecto de IEC para
- 397 a consciencialização das
- 398 pessoas.Eu acho que se deve
- 399 estimular as empresas,
- 400 instituições públicas e privadas
- 401 para criarem um programa
- 402 destinado a capacitação de todos
- 403 os trabalhadores para o controlo
- 404 do meio ambiente. Assim como a

--> carencia formação

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

--> cerncia de fromação

40- 49: cerncia de fromação / 42- 49: carencia formação

- 40 programa de educação ambiental
- 41 porque não temos. Primeiro
- 42 porque não temos e porque a
- 43 questão ambiental é uma questão
- 44 que deve ser priorizada porque
- 45 tudo gira a volta do ambiente e
- 46 nós não podemos em nenhum
- 47 momento esquecermos de que o
- 48 ambiente, ele existe e nós de certa
- 49 forma dependemos do ambiente.

--> Componente presencial

--> Compromisso ambiental

--> Condi técni e finan

297- 314: Condi técni e finan / 303- 305: recur financeiro forma

305- 307: formação docente

- 297 A nível das condições técnicas, na
- 298 linha de pensamento da
- 299 implementação de formação à
- 300 distância, temos que ter condições
- 301 técnicas, temos que ter a
- 302 plataforma para a formação à
- 303 distância. Os professores também
- 304 têm que ser formados a nível de
- 305 novas tecnologias. Tem que se
- 306 fazer oficinas para saber como
- 307 funciona a plataforma. Então é
- 308 necessários ter recursos para a
- 309 criação da plataforma. Existem um
- 310 conjunto de recursos financeiros
- 311 e técnicos que devem ser criados
- 312 para que o programa seja
- 313 implementado

314 verdadeiramente. Acho que deve

--> domínios da formação

--> Dopção de compromisso

--> envolventes

--> Estratérg de articu

--> estratégia abordagem

225- 296: estratégia abordagem / 242- 244: reforço da parte prati

- 259- 264: necess recursos
- 265- 268: Inst Pol ambiental
- 267- 272: Necess articulação
- 273- 296: Articulação

225 Eu penso que primeiro temos que

226 adaptar os materiais existentes e

227 criar os novos. Eu não sei bem se

228 existe um orçamento de estado

229 para o Ambiente. Devia haver um

230 orçamento para a Educação

231 Ambiental. Se houver um

232 financiamento nas escolas vamos

233 conseguir realizar as actividades

234 por exemplo actividades de

235 reutilização. Se houver verbas. As

236 vezes o orçamento não chega nas

237 escolas. Fazíamos jardinagens

238 nas escolas, oficinas podíamos

239 sair com os alunos para outros

240 espaços. É através de força de

241 utilização que se poderá resultar

242 alguma coisa Teoria quase toda a

243 gente sabe mas agora a pratica é

244 que não se aplica. Precisamos

245 mesmo do trabalho de choque. A

246 Professora se recorda do trabalho

247 nas escolas nos anos anteriores,

248 aquilo foi muito bom porque vi

249 que os alunos conseguiram

250 mudar muita coisa pelos menos a

251 mentalidade na medida em que

252 vimos muita coisa feia que não

253 era bom para ver mas que serviu

254 para alguma coisa. Eu acho a

255 ideia muito interessante porque

256 quando temos disponíveis

257 recursos financeiros e materiais

258 estaremos mais a vontade para

259 fazer o nosso plano para planificar

260 as nossas acções. As vezes nós

261 temos ideias mas as ideias não

262 ficam implementadas porque não

263 existem recursos que permitam a

264 implementação das ideias.

265 Primeiramente é preciso existir a

266 vontade política eu acho que ela

267 existe. Existe. Existe a lei da

268 educação a nível do ministério

269 dentro da educação ambiental

270 mas na verdade os professores

271 não tem conhecimento do que é

272 essa rede de educação ambiental.

273 Não há socialização. Podia haver

274 mais socialização e mais

275 integração dos professores porque

276 os professores tem muitas ideias e

277 estão no terreno e sabem mais ou

278 menos o que é que é necessário.

279 Em relação aos recursos

280 financeiros também eu acho que

281 há que haver melhor coordenação

282 entre os ministérios porque temos

283 Ministério do Ambiente de

284 Recursos Marinhos temos outros

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

285 ministérios que devem também	361 Geralmente todos fazem a mesma	396 e trabalhar o aspecto de IEC para
286 que devem estar preocupados	362 coisa. Muitas vezes todos fazem a	397 a consciencialização das
287 com a questão ambiental. Se	363 mesma coisa. Cada um deve	398 pessoas. Eu acho que se deve
288 houver programas e projectos a	364 atacar uma frente. Se há um grupo	399 estimular as empresas
289 nível de ministérios para que	365 que estão a trabalhar o horto	400 instituições públicas e privadas
290 projectos e programas existentes	366 escolar há um outro	401 para criarem um programa
291 tenham um reflexo na verdade	367 paralelamente que trabalha a	402 destinado a capacitação de todos
292 porque a escolas é o melhor local	368 questão da água. Há um outro	403 os trabalhadores para o controlo
293 portanto as crianças são veículos	369 grupo que faz em relação aos	404 do meio ambiente. Assim como a
294 mais evidentes, mais importante	370 resíduos. Pode não ser no mesmo	405 repercussão no processo
295 para levar a mensagem da	371 local. A escola pode ser	406 produtivo do meio ambiente a
296 educação ambiental.	372 beneficiado com visita de estudo e	407 nível das empresas, instituições
341- 408: estratégia abordagem / 347- 354: Estraté g de articu	373 uma outra instituição daqui há	408 públicas e privadas. Já que a
384- 404: Boas pratica	374 uma semana ou duas semana	--> Form pedagógica especi
392- 398: envolventes	375 fazer a mesma coisa. Isso não, há	--> Formação à distância
396- 399: Incent às Empres	376 que diversificar também em	--> formação docente
341 têm incluídos nos seus	377 sectores diferentes. Só para	--> importancia do tema
342 programas, actividades de	378 realçar, há por exemplo a nível do	--> Incent às Empres
343 intervenção ambiental mas são	379 projecto Global que estão a	--> Incenti aos Invest
344 feitas mais no dia do ambiente	380 trabalhar com as pessoas	--> Inst Pol ambiental
345 nas datas mais comemorativas.	381 infectadas e afectadas com as	--> Interv de Orgãos comu
346 Eu acho que é preciso fazer um	382 pessoas com SIDA sessões de	--> Necess articulação
347 programa mais continuado. E para	383 IEC, Informação, Educação e	--> necess recursos
348 isso seria bom que estas	384 Comunicação. A nível do	--> nivel nacio e internac
349 instituições reunissem e fizessem	385 Programa Concelhio pode existir	--> Pertinência do tema
350 um programa único onde cada	386 sessões de IEC com as crianças.	
351 umas das instituições teriam as	387 É lógico que a questão da	
352 suas actividades bem definidas de	388 educação, ela é mais complexa	
353 forma complementarem-se para	389 porque o resultado não é imediato	
354 haver melhor articulação. Por	390 sim é um resultado mais ao longo	
355 exemplo se eu sei que a ADAD	391 prazo mas também nós	
356 está a afazer uma actividade a	392 observamos que não e apenas as	
357 nível do horto a outra instituição	393 crianças. Temos também as	
358 pode fazer uma outra actividade	394 vendedeiras que também são	
359 para poder complementar. Deve	395 pessoas que produzem muito lixo	
360 ser um trabalho conjunta.		

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

1- 58: Pertinência do tema / 5- 7: Form pedagógica especi

8- 12: Dopção de compromisso

12- 17: vertente cognitiva

26- 27: importancia do tema

32- 36: preparação docente

32- 36: domínios da formação

40- 49: cerncia de fromação

42- 49: carencia formação

1 Na minha opinião acho que

2 deveria haver um Programa de

3 Educação Ambiental para os

4 professores do Ensino Básico

5 porque não temos tido nenhuma

6 formação para implementar

7 portanto o Programa nos alunos.

8 Acho que deveria ter um

9 programa, acho que este

10 programa para os professores

11 sentirem mais responsabilizados

12 em tratar esta questão para terem

13 também conhecimento mais

14 específicos para trabalhar com os

15 alunos porque os professores do

16 ensino básico não tiveram esta

17 formação. Complementando a

18 ideia da minha colega Fernanda,

19 quando fizeram o Programa não

20 levaram em conta necessidade

21 dos professores tiverem a

22 necessidade esta grande

23 necessidade dos professores do

24 EB em terem a formação bastante

25 abrangente na área do EB.

26 Deveria levar em conta que é uma

27 das disciplinas mais priorizadas

28 tendo em conta que tudo está a

29 girar a volta do ambiente,

30 nomeadamente em ciências

31 económicas, saúde e tudo mais.

32 Deveria haver o programa para os

33 professores sentirem mais a

34 vontade para puderem transmitir

35 os conteúdos científicos e

36 também os práticos. Em concordo

37 com a professora Fernanda e a

38 professora Nilza. Eu acho que há

39 necessidade da existência de um

40 programa de educação ambiental

41 porque não temos. Primeiro

42 porque não temos e porque a

43 questão ambiental é uma questão

44 que deve ser priorizada porque

45 tudo gira a volta do ambiente e

46 nós não podemos em nenhum

47 momento esquecermos de que o

48 ambiente, ele existe e nós de certa

49 forma dependemos do ambiente.

50 Então acho que este programa

51 que se pretende conceber, ele

52 vem responder de certa forma a

53 lacuna que existe a nível do

54 Ensino Básico do programa do

55 Género que também acho que

56 deveria ser um programa

57 orientador para os professores

58 para saber. Também quanto aos

--> preparação docente

32- 36: preparação docente / 32- 36: domínios da formação

32 Deveria haver o programa para os

33 professores sentirem mais a

34 vontade para puderem transmitir

35 os conteúdos científicos e

36 também os práticos. Em concordo

--> prespectiva de formaç

70- 129: prespectiva de formaç / 76- 78: vertente disciplinar

85- 93: Form pedagógica especi

103- 104: vertente disciplinar

106- 115: Compromisso ambiental

70 ambiental. Assim como nós temos

71 a disciplina de Língua

72 Portuguesa, Matemática etc

73 porque nós trabalhamos a

74 educação ambiental dentro das

75 outras disciplinas as vezes agente

76 sente que deveria haver

77 disciplinas específicas para a

78 educação ambiental porque é

79 tanta coisa para tratar no ambiente

80 e trabalhando a educação

81 ambiental dentro das outras

82 disciplinas eu acho que fica um

83 bocadinho pobre e para ter esta

84 disciplina os professores também

85 devem ser formados com uma

86 disciplina específica para puder

87 leccionar esta disciplina. Para isso

88 os professores têm que ter uma

89 grande bagagem pois têm que

90 conhecer os conceitos, as

91 consequências da não educação

92 ambiental não só os conceitos

93 mas também a parte pratica. As

94 vantagens de ter a educação

95 ambiental. E a minha opinião, eu

96 sinto que quando agente trabalha

97 a educação ambiental num texto

98 as vezes fazemos apenas

99 referências e mesmo em Ciências

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

100 Integradas trabalhamos de uma  
101 forma relâmpago. o objectivo  
102 central da aula não é ambiente  
103 mas tendo a educação ambiental  
104 como disciplina tem outro  
105 tratamento. Também concordo  
106 com a Professora Nilza. Tratando  
107 de uma disciplina os alunos já  
108 terão uma certa responsabilidade  
109 acerca do ambiente porque como  
110 a professora Nilza disse nós  
111 sempre falamos disso mas de  
112 forma muito superficial mas tendo  
113 já como uma disciplina as coisas  
114 podem melhorar tanto no  
115 Professor. Já podem ter uma ideia  
116 diferente daquilo que se pode  
117 trabalhar. Na verdade eu estava a  
118 fazer uma pequena confusão.  
119 Porque quando a professora Nilza  
120 disse que precisamos nós os  
121 professores portanto o currículo é  
122 necessário ter uma disciplina de  
123 educação ambiental eu estou a  
124 pensar que é como nós temos  
125 Língua Portuguesa, Matemática  
126 Ciências Integradas para trabalhar  
127 na sala de aula que devemos ter a  
128 integração educação ambiental  
129 como uma disciplina. Agora a

--> recur financeiro forma

--> reforço da parte prati

--> Sistema de avaliação

--> sistema de avaliação

318- 345: sistema de avaliação / 334- 337: Sistema de avaliação  
318 que se deve realizar um  
319 Questionário aberto para avaliar  
320 primeiro a metodologia e material  
321 de apoio ao programa e ver se  
322 estes materiais estão a contribuir  
323 para a melhoria da prática  
324 pedagógica. É uma questão  
325 complexa. Não é fácil mas eu por  
326 exemplo enquadrado no projecto  
327 com a Professora Paulina eu vi  
328 que houve muitas mudanças. Os  
329 guardanapos de papel foram  
330 substituída pelos de pano, Mesmo  
331 na sala de aula em termos de  
332 higiene. Os alunos ficaram a fazer  
333 o lanche levando os vasos  
334 reutilizados. Uma das formas de  
335 avaliar seria a observação. O que  
336 nós observamos é que existem  
337 várias intervenções pontuais das  
338 várias instituições por exemplo o  
339 Ministério de Educação, temos a  
340 Direcção Geral do Ambiente todas  
341 têm incluídos nos seus  
342 programas, actividades de  
343 intervenção ambiental mas são  
344 feitas mais no dia do ambiente  
345 nas datas mais comemorativas.

--> vertente cognitiva

--> vertente disciplinar

11 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

--> ambiente outras áreas	--> Dopção de compromisso	32- 36: preparação docente / 32- 36: domínios da formação
--> Áreas de intervenção	--> envolventes	32 Deveria haver o programa para os
--> áreas fundamentais	--> Estraté g de articu	33 professores sentirem mais a
--> Áreas fundamentais	--> estratégia abordagem	34 vontade para puderem transmitir
--> Articulação	--> Form pedagógica especi	35 os conteúdos científicos e
--> Boas pratica	--> Formação à distância	36 também os práticos. Em concordo
--> carencia formação	--> formação docente	--> prespectiva de formaç
--> cerncia de fromação	--> importancia do tema	--> recur finaceiro forma
--> Componente presencial	--> Incent às Empres	--> reforço da parte prati
--> Compromisso ambiental	--> Incenti aos Invest	--> Sistema de avaliação
--> Condi técni e finan	--> Inst Pol ambiental	--> sistema de avaliação
--> domínios da formação	--> Interv de Orgãos comu	--> vertente cognitiva
32- 36: domínios da formação / 32- 36: preparação docente	--> Necess articulação	--> vertente disciplinar
32 Deveria haver o programa para os	--> necess recursos	2 findings
33 professores sentirem mais a	--> nivel nacio e internac	
34 vontade para puderem transmitir	--> Pertinência do tema	
35 os conteúdos científicos e	--> preparação docente	
36 também os práticos. Em concordo		

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

--> ambiente outras áreas

202- 206: ambiente outras áreas

- 202 Ambiente e Economia, Ambiente
- 203 e Saúde e Geralmente nós não
- 204 incluímos o nós e também o
- 205 Ambiente na paz. Quanto ao
- 206 ambiente na paz eu sempre digo

--> Áreas de intervenção

165- 175: Áreas de intervenção

- 165 oficinas ambientais. Eu tinha
- 166 apontado aqui alguns temas.
- 167 Dentro deles temos apontado a
- 168 Biodiversidade, mudanças
- 169 climáticas, que podemos trabalhar
- 170 a nível nacional ou a nível global
- 171 e seu impacto em Cabo Verde e o
- 172 seu impacto global e também traz
- 173 consigo a subida do maré, o
- 174 movimento de temperaturas e
- 175 temos a questão do .... e

--> áreas fundamentais

--> Áreas fundamentais

58- 63: Áreas fundamentais

- 58 para saber. Também quanto aos
- 59 conteúdos que a Dra Paulina
- 60 disse que irão ser retratados,
- 61 nomeadamente recursos hídricos
- 62 e resíduos urbanos eu acho que
- 63 há mesmo esta necessidade. Por

175- 224: Áreas fundamentais

- 175 temos a questão do .... e
- 176 tratamento de resíduos, protecção
- 177 de fauna e flora e também das
- 178 espécies marinhas. Temos a
- 179 questão da degradação da água.
- 180 Quando digo a degradação da
- 181 água , estou a falar da rede que
- 182 nós temos aqui em Cabo Verde
- 183 que não é de boa qualidade. Acho
- 184 que não há controlo de qualidade
- 185 é só ver o aspecto da água que
- 186 recebemos nas nossas casas. É
- 187 preciso ser integrado controlo de
- 188 qualidade. Já que a água é um
- 189 bem precioso e toda a gente
- 190 necessita dela e então também
- 191 temos que ter o controlo de
- 192 qualidade. Temos a questão de
- 193 exploração excessiva de recursos
- 194 que também temos que falar disso
- 195 porque a exploração excessiva
- 196 questão pode provocar a
- 197 pobreza.Eu acho que todos os
- 198 temas que a professora Celina
- 199 mencionou são todos pertinentes.

200 Eu ainda quero acrescentar mais

- 201 alguns temas como por exemplo:
- 202 Ambiente e Economia, Ambiente
- 203 e Saúde e Geralmente nós não
- 204 incluímos o nós e também o
- 205 Ambiente na paz. Quanto ao
- 206 ambiente na paz eu sempre digo
- 207 aos meus alunos que basta eu
- 208 tentar dar bem com os colegas
- 209 estou a preservar o meio
- 210 ambiente. Também devemos

211 tratar o ambiente. Basta tentarmos

- 212 mudar a violência, conversar e
- 213 dialogar eu acho que isto dá um
- 214 bocadinho de contribuição para
- 215 melhorar a situação que estamos
- 216 vivendo neste momento em Cabo
- 217 Verde.Uma designação agora
- 218 muito utilizada é a cidadania
- 219 planetária que é ver o globo
- 220 mesmo, o planeta como um ser
- 221 vivo para que possamos ter a
- 222 consciência de que é necessário
- 223 tratar o ambiente ou seja tratar o
- 224 planeta como ser vivo.

--> Articulação

273- 296: Articulação

- 273 Não há socialização. Podia haver
- 274 mais socialização e mais
- 275 integração dos professores porque
- 276 os professores tem muitas ideias e
- 277 estão no terreno e sabem mais ou
- 278 menos o que é que é necessário.
- 279 Em relação aos recursos
- 280 financeiros também eu acho que
- 281 há que haver melhor coordenação
- 282 entre os ministérios porque temos
- 283 Ministério do Ambiente de
- 284 Recursos Marinhos temos outros
- 285 ministérios que devem também
- 286 que devem estar preocupados
- 287 com a questão ambiental. Se
- 288 houver programas e projectos a
- 289 nível de ministérios para que
- 290 projectos e programas existentes
- 291 tenham um reflexo na verdade
- 292 porque a escolas é o melhor local
- 293 portanto as crianças são veículos
- 294 mais evidentes, mais importante
- 295 para levar a mensagem da
- 296 educação ambiental.

--> Boas pratica

384- 404: Boas pratica

384 Comunicação. A nível do  
 385 Programa Concelhio pode existir  
 386 sessões de IEC com as crianças.  
 387 É lógico que a questão da  
 388 educação, ela é mais complexa  
 389 porque o resultado não é imediato  
 390 sim é um resultado mais ao longo  
 391 prazo mas também nós  
 392 observamos que não e apenas as  
 393 crianças. Temos também as  
 394 vendedeiras que também são  
 395 pessoas que produzem muito lixo  
 396 e trabalhar o aspecto de IEC para  
 397 a consciencialização das  
 398 pessoas. Eu acho que se deve  
 399 estimular as empresas,  
 400 instituições públicas e privadas  
 401 para criarem um programa  
 402 destinado a capacitação de todos  
 403 os trabalhadores para o controlo  
 404 do meio ambiente. Assim como a

--> carencia formação

42- 49: carencia formação

42 porque não temos e porque a  
 43 questão ambiental é uma questão  
 44 que deve ser priorizada porque  
 45 tudo gira a volta do ambiente e  
 46 nós não podemos em nenhum  
 47 momento esquecermos de que o  
 48 ambiente, ele existe e nós de certa  
 49 forma dependemos do ambiente.

--> cerncia de fromação

40- 49: cerncia de fromação

40 programa de educação ambiental  
 41 porque não temos. Primeiro  
 42 porque não temos e porque a  
 43 questão ambiental é uma questão  
 44 que deve ser priorizada porque  
 45 tudo gira a volta do ambiente e  
 46 nós não podemos em nenhum  
 47 momento esquecermos de que o  
 48 ambiente, ele existe e nós de certa  
 49 forma dependemos do ambiente.

--> Componente presencial

144- 150: Componente presencial

144 distância com recursos a novas  
 145 tecnologias e então complementar  
 146 com workshops, com seminários.  
 147 Temos por exemplos várias  
 148 disciplinas dentro do programa e  
 149 depois podemos ter em conta  
 150 periódicos para complementar. Eu

--> Compromisso ambiental

106- 115: Compromisso ambiental

106 com a Professora Nilza. Tratando  
 107 de uma disciplina os alunos já  
 108 terão uma certa responsabilidade  
 109 acerca do ambiente porque como  
 110 a professora Nilza disse nós  
 111 sempre falamos disso mas de  
 112 forma muito superficial mas tendo  
 113 já como uma disciplina as coisas  
 114 podem melhorar tanto no  
 115 Professor. Já podem ter uma ideia

--> Condi técni e finan

297- 314: Condi técni e finan

297 A nível das condições técnicas, na  
 298 linha de pensamento da  
 299 implementação de formação à  
 300 distância, temos que ter condições  
 301 técnicas, temos que ter a  
 302 plataforma para a formação à  
 303 distância. Os professores também  
 304 têm que ser formados a nível de  
 305 novas tecnologias. Tem que se  
 306 fazer oficinas para saber como  
 307 funciona a plataforma. Então é  
 308 necessários ter recursos para a  
 309 criação da plataforma. Existem um  
 310 conjunto de recursos financeiros  
 311 e técnicos que devem ser criados  
 312 para que o programa seja  
 313 implementado  
 314 verdadeiramente. Acho que deve

--> domínios da formação

32- 36: domínios da formação

32 Deveria haver o programa para os  
 33 professores sentirem mais a  
 34 vontade para puderem transmitir  
 35 os conteúdos científicos e  
 36 também os práticos. Em concordo

--> Dopção de compromisso

8- 12: Dopção de compromisso

8 Acho que deveria ter um  
 9 programa, acho que este  
 10 programa para os professores  
 11 sentirem mais responsabilizados  
 12 em tratar esta questão para terem



## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

--> envolventes

392- 398: envolventes

392 observamos que não e apenas as  
393 crianças. Temos também as  
394 vendedeiras que também são  
395 pessoas que produzem muito lixo  
396 e trabalhar o aspecto de IEC para  
397 a consciencialização das  
398 pessoas.Eu acho que se deve

--> Estratéj de articu

347- 354: Estratéj de articu

347 programa mais continuado. E para  
348 isso seria bom que estas  
349 instituições reunissem e fizessem  
350 um programa único onde cada  
351 umas das instituições teriam as  
352 suas actividades bem definidas de  
353 forma complementarem-se para  
354 haver melhor articulação. Por

--> estratégia abordagem

225- 296: estratégia abordagem

225 Eu penso que primeiro temos que  
226 adaptar os materiais existentes e  
227 criar os novos.Eu não sei bem se  
228 existe um orçamento de estado  
229 para o Ambiente. Devia haver um  
230 orçamento para a Educação  
231 Ambiental. Se houver um  
232 financiamento nas escolas vamos  
233 conseguir realizar as actividades  
234 por exemplo atividades de  
235 reutilização. Se houver verbas. As

236 vezes o orçamento não chega nas

237 escolas. Fazíamos jardinagens  
238 nas escolas, oficinas podíamos  
239 sair com os alunos para outros  
240 espaços. É através de força de  
241 utilização que se poderá resultar  
242 alguma coisa Teoria quase toda a  
243 gente sabe mas agora a pratica é  
244 que não se aplica.Precisamos  
245 mesmo do trabalho de choque. A  
246 Professora se recorda do trabalho  
247 nas escolas nos anos anteriores,  
248 aquilo foi muito bom porque vi  
249 que os alunos conseguiram  
250 mudar muita coisa pelos menos a  
251 mentalidade na medida em que  
252 vimos muita coisa feia que não  
253 era bom para ver mas que serviu  
254 para alguma coisa.Eu acho a  
255 ideia muito interessante porque  
256 quando temos disponíveis  
257 recursos financeiros e materiais  
258 estaremos mais a vontade para  
259 fazer o nosso plano para planificar  
260 as nossas acções. As vezes nós  
261 temos ideias mas as ideias não  
262 ficam implementadas porque não  
263 existem recursos que permitam a  
264 implementação das ideias.

265 Primeiramente é preciso existir a

266 vontade política eu acho que ela  
267 existe. Existe. Existe a lei da  
268 educação a nível do ministério  
269 dentro da educação ambiental  
270 mas na verdade os professores  
271 não tem conhecimento do que é  
272 essa rede de educação ambiental.

273 Não há socialização. Podia haver

274 mais socialização e mais  
275 integração dos professores porque  
276 os professores tem muitas ideias e  
277 estão no terreno e sabem mais ou  
278 menos o que é que é necessário.  
279 Em relação aos recursos  
280 financeiros também eu acho que  
281 há que haver melhor coordenação  
282 entre os ministérios porque temos  
283 Ministério do Ambiente de  
284 Recursos Marinhos temos outros  
285 ministérios que devem também  
286 que devem estar preocupados  
287 com a questão ambiental. Se  
288 houver programas e projectos a  
289 nível de ministérios para que  
290 projectos e programas existentes  
291 tenham um reflexo na verdade  
292 porque a escolas é o melhor local  
293 portanto as crianças são veículos  
294 mais evidentes, mais importante  
295 para levar a mensagem da  
296 educação ambiental.

341- 408: estratégia abordagem

341 têm incluídos nos seus  
342 programas, actividades de  
343 intervenção ambiental mas são  
344 feitas mais no dia do ambiente  
345 nas datas mais comemorativas.  
346 Eu acho que é preciso fazer um  
347 programa mais continuado. E para  
348 isso seria bom que estas  
349 instituições reunissem e fizessem  
350 um programa único onde cada  
351 umas das instituições teriam as  
352 suas actividades bem definidas de  
353 forma complementarem-se para

354 haver melhor articulação. Por  
 355 exemplo se eu sei que a ADAD  
 356 está a fazer uma actividade a  
 357 nível do horto a outra instituição  
 358 pode fazer uma outra actividade  
 359 para poder complementar.Deve  
 360 ser um trabalho conjunta.  
 361 Geralmente todos fazem a mesma  
 362 coisa. Muitas vezes todos fazem a  
 363 mesma coisa. Cada um deve  
 364 atacar uma frente.Se há um grupo  
 365 que estão a trabalhar o horto  
 366 escolar há um outro  
 367 paralelamente que trabalha a  
 368 questão da água. Há um outro  
 369 grupo que faz em relação aos  
 370 resíduos. Pode não ser no mesmo  
 371 local. A escola pode ser  
 372 beneficiado com visita de estudo e  
 373 uma outra instituição daqui há  
 374 uma semana ou duas semana  
 375 fazer a mesma coisa. Isso não, há  
 376 que diversificar também em  
 377 sectores diferentes. Só para  
 378 realçar, há por exemplo a nível do  
 379 projecto Global que estão a  
 380 trabalhar com as pessoas  
 381 infectadas e afectadas com as  
 382 pessoas com SIDA sessões de  
 383 IEC, Informação, Educação e  
 384 Comunicação. A nível do  
 385 Programa Concelhio pode existir  
 386 sessões de IEC com as crianças.

387 É lógico que a questão da  
 388 educação, ela é mais complexa  
 389 porque o resultado não é imediato  
 390 sim é um resultado mais ao longo  
 391 prazo mas também nós  
 392 observamos que não é apenas as  
 393 crianças. Temos também as  
 394 vendedeiras que também são  
 395 pessoas que produzem muito lixo  
 396 e trabalhar o aspecto de IEC para  
 397 a consciencialização das  
 398 pessoas.Eu acho que se deve  
 399 estimular as empresas,  
 400 instituições públicas e privadas  
 401 para criarem um programa  
 402 destinado a capacitação de todos  
 403 os trabalhadores para o controlo  
 404 do meio ambiente. Assim como a  
 405 repercussão no processo  
 406 produtivo do meio ambiente a  
 407 nível das empresas, instituições  
 408 públicas e privadas.Já que a

--> Form pedagógica especi  
 5- 7: Form pedagógica especi  
 5 porque não temos tido nenhuma  
 6 formação para implementar  
 7 portanto o Programa nos alunos.  
 85- 93: Form pedagógica especi  
 85 devem ser formados com uma  
 86 disciplina específica para poder  
 87 leccionar esta disciplina. Para isso  
 88 os professores têm que ter uma  
 89 grande bagagem pois têm que  
 90 conhecer os conceitos, as  
 91 consequências da não educação  
 92 ambiental não só os conceitos  
 93 mas também a parte pratica. A

--> Formação à distância

142- 144: Formação à distância  
 142 uma das modalidades que  
 143 podemos ter é a formação á  
 144 distância com recursos a novas

--> formação docente

305- 307: formação docente  
 305 novas tecnologias. Tem que se  
 306 fazer oficinas para saber como  
 307 funciona a plataforma. Então é  
 314- 317: formação docente  
 314 verdadeiramente.Acho que deve  
 315 se investir na investigação-acção  
 316 de modo apoiar os programas de  
 317 educação ambiental.Ali eu penso

--> importancia do tema

26- 27: importancia do tema  
 26 Deveria levar em conta que é uma  
 27 das disciplinas mais priorizadas

--> Incent às Empres

396- 399: Incent às Empres  
 396 e trabalhar o aspecto de IEC para  
 397 a consciencialização das  
 398 pessoas.Eu acho que se deve  
 399 estimular as empresas,

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

--> Incenti aos Invest

428- 437: Incenti aos Invest

428 são ideias muito boas. As  
429 universidades poderiam fazer a  
430 selecção dos projectos  
431 relacionados com o ambiente e  
432 ver a possibilidade da sua  
433 implementação e ver o que se  
434 pode fazer com as ideias. Porque  
435 há bons projectos que depois  
436 acabam por perder-se porque não  
437 há uma socialização.

--> Inst Pol ambiental

265- 268: Inst Pol ambiental

265 Primeiramente é preciso existir a  
266 vontade política eu acho que ela  
267 existe. Existe. Existe a lei da  
268 educação a nível do ministério

--> Interv de Orgãos comu

420- 428: Interv de Orgãos comu

420 televisivos. Tornar-se os meios de  
421 comunicação social um dos  
422 colaboradores. Eu acredito que  
423 actualmente nas bibliotecas das  
424 universidades normalmente as  
425 pessoas que fazem licenciatura e  
426 mestrado fazem projectos e não  
427 há a implementação e as vezes  
428 são ideias muito boas. As

--> Necess articulação

267- 272: Necess articulação

267 existe. Existe. Existe a lei da  
268 educação a nível do ministério  
269 dentro da educação ambiental  
270 mas na verdade os professores  
271 não tem conhecimento do que é  
272 essa rede de educação ambiental.

--> necess recursos

259- 264: necess recursos

259 fazer o nosso plano para planificar  
260 as nossas acções. As vezes nós  
261 temos ideias mas as ideias não  
262 ficam implementadas porque não  
263 existem recursos que permitam a  
264 implementação das ideias.

--> nivel nacio e internac

169- 170: nivel nacio e internac

169 climáticas, que podemos trabalhar  
170 a nível nacional ou a nível global

--> Pertinência do tema

1- 58: Pertinência do tema

1 Na minha opinião acho que  
2 deveria haver um Programa de  
3 Educação Ambiental para os  
4 professores do Ensino Básico  
5 porque não temos tido nenhuma  
6 formação para implementar  
7 portanto o Programa nos alunos.  
8 Acho que deveria ter um  
9 programa, acho que este

10 programa para os professores

11 sentirem mais responsabilizados

12 em tratar esta questão para terem

13 também conhecimento mais

14 específicos para trabalhar com os

15 alunos porque os professores do

16 ensino básico não tiveram esta

17 formação. Complementando a

18 ideia da minha colega Fernanda,

19 quando fizeram o Programa não

20 levaram em conta necessidade

21 dos professores tiverem a

22 necessidade esta grande

23 necessidade dos professores do

24 EB em terem a formação bastante

25 abrangente na área do EB.

26 Deveria levar em conta que é uma

27 das disciplinas mais priorizadas

28 tendo em conta que tudo está a

29 girar a volta do ambiente,

30 nomeadamente em ciências

31 económicas, saúde e tudo mais.

32 Deveria haver o programa para os

33 professores sentirem mais a

34 vontade para puderem transmitir

35 os conteúdos científicos e

36 também os práticos. Em concordo

37 com a professora Fernanda e a

38 professora Nilza. Eu acho que há

39 necessidade da existência de um

40 programa de educação ambiental

41 porque não temos. Primeiro

42 porque não temos e porque a

43 questão ambiental é uma questão

44 que deve ser priorizada porque

45 tudo gira a volta do ambiente e

46 nós não podemos em nenhum

47 momento esquecermos de que o  
48 ambiente, ele existe e nós de certa  
49 forma dependemos do ambiente.  
50 Então acho que este programa  
51 que se pretende conceber, ele  
52 vem responder de certa forma a  
53 lacuna que existe a nível do  
54 Ensino Básico do programa do  
55 Género que também acho que  
56 deveria ser um programa  
57 orientador para os professores  
58 para saber. Também quanto aos

63- 67: Pertinência do tema

63 há mesmo esta necessidade. Por  
64 isso acho que seria muito que  
65 este programa fosse concebido  
66 para os professores do Ensino  
67 Básico. Eu acho que desde agora

69- 69: Pertinência do tema

69 específica para a educação

--> preparação docente

32- 36: preparação docente

32 Deveria haver o programa para os  
33 professores sentirem mais a  
34 vontade para puderem transmitir  
35 os conteúdos científicos e  
36 também os práticos. Em concordo

--> perspectiva de formaç

70- 129: perspectiva de formaç

70 ambiental. Assim como nós temos  
71 a disciplina de Língua  
72 Portuguesa, Matemática etc  
73 porque nós trabalhamos a  
74 educação ambiental dentro das  
75 outras disciplinas as vezes agente  
76 sente que deveria haver  
77 disciplinas específicas para a  
78 educação ambiental porque é  
79 tanta coisa para tratar no ambiente  
80 e trabalhando a educação  
81 ambiental dentro das outras  
82 disciplinas eu acho que fica um  
83 bocadinho pobre e para ter esta  
84 disciplina os professores também  
85 devem ser formados com uma  
86 disciplina específica para puder  
87 leccionar esta disciplina. Para isso  
88 os professores têm que ter uma  
89 grande bagagem pois têm que  
90 conhecer os conceitos, as  
91 consequências da não educação  
92 ambiental não só os conceitos  
93 mas também a parte pratica. As  
94 vantagens de ter a educação  
95 ambiental. E a minha opinião, eu  
96 sinto que quando agente trabalha  
97 a educação ambiental num texto  
98 as vezes fazemos apenas  
99 referências e mesmo em Ciências

100 Integradas trabalhamos de uma

101 forma relâmpago. o objectivo  
102 central da aula não é ambiente  
103 mas tendo a educação ambiental  
104 como disciplina tem outro  
105 tratamento. Também concordo  
106 com a Professora Nilza. Tratando  
107 de uma disciplina os alunos já  
108 terão uma certa responsabilidade  
109 acerca do ambiente porque como  
110 a professora Nilza disse nós  
111 sempre falamos disso mas de  
112 forma muito superficial mas tendo  
113 já como uma disciplina as coisas  
114 podem melhorar tanto no  
115 Professor. Já podem ter uma ideia  
116 diferente daquilo que se pode  
117 trabalhar. Na verdade eu estava a  
118 fazer uma pequena confusão.  
119 Porque quando a professora Nilza  
120 disse que precisamos nós os  
121 professores portanto o currículo é  
122 necessário ter uma disciplina de  
123 educação ambiental eu estou a  
124 pensar que é como nós temos  
125 Língua Portuguesa, Matemática  
126 Ciências Integradas para trabalhar  
127 na sala de aula que devemos ter a  
128 integração educação ambiental  
129 como uma disciplina. Agora a

- 1 Na minha opinião acho que  
-> ( 1- 58): Pertinência do tema
- 2 deveria haver um Programa de
- 3 Educação Ambiental para os
- 4 professores do Ensino Básico
- 5 porque não temos tido nenhuma  
-> ( 5- 7): Form pedagógica especi
- 6 formação para implementar
- 7 portanto o Programa nos alunos.
- 8 Acho que deveria ter um  
-> ( 8- 12): Dopção de compromisso
- 9 programa, acho que este
- 10 programa para os professores
- 11 sentirem mais responsabilizados
- 12 em tratar esta questão para terem  
-> ( 12- 17): vertente cognitiva
- 13 também conhecimento mais
- 14 específicos para trabalhar com os
- 15 alunos porque os professores do
- 16 ensino básico não tiveram esta
- 17 formação. Complementando a
- 18 ideia da minha colega Fernanda,
- 19 quando fizeram o Programa não
- 20 levaram em conta necessidade
- 21 dos professores tiverem a
- 22 necessidade esta grande
- 23 necessidade dos professores do
- 24 EB em terem a formação bastante
- 25 abrangente na área do EB.
- 26 Deveria levar em conta que é uma  
-> ( 26- 27): importancia do tema
- 27 das disciplinas mais priorizadas
- 28 tendo em conta que tudo está a
- 29 girar a volta do ambiente,
- 30 nomeadamente em ciências
- 31 económicas, saúde e tudo mais.
- 32 Deveria haver o programa para os  
-> ( 32- 36): preparação docente  
-> ( 32- 36): domínios da formação
- 33 professores sentirem mais a
- 34 vontade para puderem transmitir
- 35 os conteúdos científicos e
- 36 também os práticos. Em concordo
- 37 com a professora Fernanda e a
- 38 professora Nilza. Eu acho que há
- 39 necessidade da existência de um
- 40 programa de educação ambiental  
-> ( 40- 49): cerncia de fromação
- 41 porque não temos. Primeiro
- 42 porque não temos e porque a  
-> ( 42- 49): carencia formação
- 43 questão ambiental é uma questão
- 44 que deve ser priorizada porque
- 45 tudo gira a volta do ambiente e
- 46 nós não podemos em nenhum
- 47 momento esquecermos de que o
- 48 ambiente, ele existe e nós de certa
- 49 forma dependemos do ambiente.
- 50 Então acho que este programa
- 51 que se pretende conceber, ele
- 52 vem responder de certa forma a
- 53 lacuna que existe a nível do
- 54 Ensino Básico do programa do
- 55 Género que também acho que
- 56 deveria ser um programa
- 57 orientador para os professores
- 58 para saber. Também quanto aos  
-> ( 58- 63): Áreas fundamentais
- 59 conteúdos que a Dra Paulina
- 60 disse que irão ser retratados,
- 61 nomeadamente recursos hídricos
- 62 e resíduos urbanos eu acho que
- 63 há mesmo esta necessidade. Por  
-> ( 63- 67): Pertinência do tema
- 64 isso acho que seria muito que
- 65 este programa fosse concebido
- 66 para os professores do Ensino
- 67 Básico. Eu acho que desde agora
- 68 devia haver uma disciplina
- 69 específica para a educação  
-> ( 69- 69): Pertinência do tema
- 70 ambiental. Assim como nós temos  
-> ( 70- 129): perspectiva de formaç
- 71 a disciplina de Língua
- 72 Portuguesa, Matemática etc
- 73 porque nós trabalhamos a
- 74 educação ambiental dentro das
- 75 outras disciplinas as vezes agente
- 76 sente que deveria haver  
-> ( 76- 78): vertente disciplinar
- 77 disciplinas específicas para a
- 78 educação ambiental porque é
- 79 tanta coisa para tratar no ambiente
- 80 e trabalhando a educação
- 81 ambiental dentro das outras
- 82 disciplinas eu acho que fica um
- 83 bocadinho pobre e para ter esta
- 84 disciplina os professores também
- 85 devem ser formados com uma  
-> ( 85- 93): Form pedagógica especi
- 86 disciplina específica para puder
- 87 leccionar esta disciplina. Para isso
- 88 os professores têm que ter uma
- 89 grande bagagem pois têm que
- 90 conhecer os conceitos, as
- 91 consequências da não educação

- 1 Na minha opinião acho que  
-> ( 1- 58): Pertinência do tema
- 2 deveria haver um Programa de
- 3 Educação Ambiental para os
- 4 professores do Ensino Básico
- 5 porque não temos tido nenhuma  
-> ( 5- 7): Form pedagógica especi
- 6 formação para implementar
- 7 portanto o Programa nos alunos.
- 8 Acho que deveria ter um  
-> ( 8- 12): Dopção de compromisso
- 9 programa, acho que este
- 10 programa para os professores
- 11 sentirem mais responsabilizados
- 12 em tratar esta questão para terem  
-> ( 12- 17): vertente cognitiva
- 13 também conhecimento mais
- 14 específicos para trabalhar com os
- 15 alunos porque os professores do
- 16 ensino básico não tiveram esta
- 17 formação. Complementando a
- 18 ideia da minha colega Fernanda,
- 19 quando fizeram o Programa não
- 20 levaram em conta necessidade
- 21 dos professores tiverem a
- 22 necessidade esta grande
- 23 necessidade dos professores do
- 24 EB em terem a formação bastante
- 25 abrangente na área do EB.
- 26 Deveria levar em conta que é uma  
-> ( 26- 27): importancia do tema
- 27 das disciplinas mais priorizadas
- 28 tendo em conta que tudo está a
- 29 girar a volta do ambiente,
- 30 nomeadamente em ciências
- 31 económicas, saúde e tudo mais.
- 32 Deveria haver o programa para os  
-> ( 32- 36): preparação docente  
-> ( 32- 36): domínios da formação
- 33 professores sentirem mais a
- 34 vontade para puderem transmitir
- 35 os conteúdos científicos e
- 36 também os práticos. Em concordo
- 37 com a professora Fernanda e a
- 38 professora Nilza. Eu acho que há
- 39 necessidade da existência de um
- 40 programa de educação ambiental  
-> ( 40- 49): cerncia de fromação
- 41 porque não temos. Primeiro
- 42 porque não temos e porque a  
-> ( 42- 49): carencia formação
- 43 questão ambiental é uma questão
- 44 que deve ser priorizada porque
- 45 tudo gira a volta do ambiente e
- 46 nós não podemos em nenhum
- 47 momento esquecermos de que o
- 48 ambiente, ele existe e nós de certa
- 49 forma dependemos do ambiente.
- 50 Então acho que este programa
- 51 que se pretende conceber, ele
- 52 vem responder de certa forma a
- 53 lacuna que existe a nível do
- 54 Ensino Básico do programa do
- 55 Género que também acho que
- 56 deveria ser um programa
- 57 orientador para os professores
- 58 para saber. Também quanto aos  
-> ( 58- 63): Áreas fundamentais
- 59 conteúdos que a Dra Paulina
- 60 disse que irão ser retratados,
- 61 nomeadamente recursos hídricos
- 62 e resíduos urbanos eu acho que
- 63 há mesmo esta necessidade. Por  
-> ( 63- 67): Pertinência do tema
- 64 isso acho que seria muito que
- 65 este programa fosse concebido
- 66 para os professores do Ensino
- 67 Básico. Eu acho que desde agora
- 68 devia haver uma disciplina
- 69 específica para a educação  
-> ( 69- 69): Pertinência do tema
- 70 ambiental. Assim como nós temos  
-> ( 70- 129): perspectiva de formaç
- 71 a disciplina de Língua
- 72 Portuguesa, Matemática etc
- 73 porque nós trabalhamos a
- 74 educação ambiental dentro das
- 75 outras disciplinas as vezes agente
- 76 sente que deveria haver  
-> ( 76- 78): vertente disciplinar
- 77 disciplinas específicas para a
- 78 educação ambiental porque é
- 79 tanta coisa para tratar no ambiente
- 80 e trabalhando a educação
- 81 ambiental dentro das outras
- 82 disciplinas eu acho que fica um
- 83 bocadinho pobre e para ter esta
- 84 disciplina os professores também
- 85 devem ser formados com uma  
-> ( 85- 93): Form pedagógica especi
- 86 disciplina específica para puder
- 87 leccionar esta disciplina. Para isso
- 88 os professores têm que ter uma
- 89 grande bagagem pois têm que
- 90 conhecer os conceitos, as
- 91 consequências da não educação

92 ambiental não só os conceitos  
 93 mas também a parte pratica. As  
 94 vantagens de ter a educação  
 95 ambiental. E a minha opinião, eu  
 96 sinto que quando agente trabalha  
 97 a educação ambiental num texto  
 98 as vezes fazemos apenas  
 99 referências e mesmo em Ciências  
 100 Integradas trabalhamos de uma  
 101 forma relâmpago. o objectivo  
 102 central da aula não é ambiente  
 103 mas tendo a educação ambiental  
 -> ( 103- 104): vertente disciplinar  
 104 como disciplina tem outro  
 105 tratamento. Também concordo  
 106 com a Professora Nilza. Tratando  
 -> ( 106- 115): Compromisso ambiental  
 107 de uma disciplina os alunos já  
 108 terão uma certa responsabilidade  
 109 acerca do ambiente porque como  
 110 a professora Nilza disse nós  
 111 sempre falamos disso mas de  
 112 forma muito superficial mas tendo  
 113 já como uma disciplina as coisas  
 114 podem melhorar tanto no  
 115 Professor. Já podem ter uma ideia  
 116 diferente daquilo que se pode  
 117 trabalhar. Na verdade eu estava a  
 118 fazer uma pequena confusão.  
 119 Porque quando a professora Nilza  
 120 disse que precisamos nós os  
 121 professores portanto o currículo é  
 122 necessário ter uma disciplina de  
 123 educação ambiental eu estou a  
 124 pensar que é como nós temos  
 125 Língua Portuguesa, Matemática  
 126 Ciências Integradas para trabalhar  
 127 na sala de aula que devemos ter a

128 integração educação ambiental  
 129 como uma disciplina. Agora a  
 -> ( 129- 165): Modalidade de formação  
 130 questão eu acho que é a  
 131 modalidade é como conceber o  
 132 programa para os professores.  
 133 Tendo em conta que temos agora  
 134 disponíveis a sociedade com a  
 135 evolução das novas tecnologias  
 136 Nós os professores temos que ter  
 137 a ideias em função da  
 138 aprendizagem ao longo da vida  
 139 temos várias opções. Se  
 140 tivéssemos um programa voltado  
 141 para os professores eu acho que  
 142 uma das modalidades que  
 -> ( 142- 144): Formação à distância  
 143 podemos ter é a formação à  
 144 distância com recursos a novas  
 -> ( 144- 150): Componente presencial  
 145 tecnologias e então complementar  
 146 com workshops, com seminários.  
 147 Temos por exemplos várias  
 148 disciplinas dentro do programa e  
 149 depois podemos ter em conta  
 150 periódicos para complementar. Eu  
 151 acho que esta deve ser uma  
 152 opção viável. Neste momento não  
 153 há outra forma. Pode ser difícil. As  
 154 próximas formações para os  
 155 professores deviam pensar  
 156 mesmo na disciplina de educação  
 157 ambiental. Nós estamos agora a  
 158 trabalhar será bastante difícil a  
 159 formação de base. Acho que  
 160 depois dessas sessões  
 161 presenciais marcar por exemplo  
 162 quinzenalmente para encontro de

163 professores para realização de  
 164 jogos ambientais, projectos de  
 165 oficinas ambientais. Eu tinha  
 -> ( 165- 175): Áreas de intervenção  
 166 apontado aqui alguns temas.  
 167 Dentro deles temos apontado a  
 168 Biodiversidade, mudanças  
 169 climáticas, que podemos trabalhar  
 -> ( 169- 170): nível nacio e internac  
 170 a nível nacional ou a nível global  
 171 e seu impacto em Cabo Verde e o  
 172 seu impacto global e também traz  
 173 consigo a subida do maré, o  
 174 movimento de temperaturas e  
 175 temos a questão do .... e  
 -> ( 175- 224): Áreas fundamentais  
 176 tratamento de resíduos, protecção  
 177 de fauna e flora e também das  
 178 espécies marinhas. Temos a  
 179 questão da degradação da água.  
 180 Quando digo a degradação da  
 181 água , estou a falar da rede que  
 182 nós temos aqui em Cabo Verde  
 183 que não é de boa qualidade. Acho  
 184 que não há controlo de qualidade  
 185 é só ver o aspecto da água que  
 186 recebemos nas nossas casas. É  
 187 preciso ser integrado controlo de  
 188 qualidade. Já que a água é um  
 189 bem precioso e toda a gente  
 190 necessita dela e então também  
 191 temos que ter o controlo de  
 192 qualidade. Temos a questão de  
 193 exploração excessiva de recursos  
 194 que também temos que falar disso  
 195 porque a exploração excessiva  
 196 questão pode provocar a  
 197 pobreza. Eu acho que todos os

198 temas que a professora Celina  
 199 mencionou são todos pertinentes.  
 200 Eu ainda quero acrescentar mais  
 201 alguns temas como por exemplo:  
 202 Ambiente e Economia, Ambiente  
 -> ( 202- 206): ambiente outras áreas  
 203 e Saúde e Geralmente nós não  
 204 incluímos o nós e também o  
 205 Ambiente na paz. Quanto ao  
 206 ambiente na paz eu sempre digo  
 207 aos meus alunos que basta eu  
 208 tentar dar bem com os colegas  
 209 estou a preservar o meio  
 210 ambiente. Também devemos  
 211 tratar o ambiente. Basta tentarmos  
 212 mudar a violência, conversar e  
 213 dialogar eu acho que isto dá um  
 214 bocadinho de contribuição para  
 215 melhorar a situação que estamos  
 216 vivendo neste momento em Cabo  
 217 Verde.Uma designação agora  
 218 muito utilizada é a cidadania  
 219 planetária que é ver o globo  
 220 mesmo, o planeta como um ser  
 221 vivo para que possamos ter a  
 222 consciência de que é necessário  
 223 tratar o ambiente ou seja tratar o  
 224 planeta como ser vivo.  
 225 Eu penso que primeiro temos que

-> ( 225- 296): estratégia abordagem  
 226 adaptar os materiais existentes e  
 227 criar os novos.Eu não sei bem se  
 228 existe um orçamento de estado  
 229 para o Ambiente. Devia haver um  
 230 orçamento para a Educação  
 231 Ambiental. Se houver um  
 232 financiamento nas escolas vamos  
 233 conseguir realizar as actividades  
 234 por exemplo actividades de  
 235 reutilização. Se houver verbas. As  
 236 vezes o orçamento não chega nas  
 237 escolas. Fazíamos jardinagens  
 238 nas escolas, oficinas podíamos  
 239 sair com os alunos para outros  
 240 espaços. É através de força de  
 241 utilização que se poderá resultar  
 242 alguma coisa Teoria quase toda a  
 -> ( 242- 244): reforço da parte prati  
 243 gente sabe mas agora a pratica é  
 244 que não se aplica.Precisamos  
 245 mesmo do trabalho de choque. A  
 246 Professora se recorda do trabalho  
 247 nas escolas nos anos anteriores,  
 248 aquilo foi muito bom porque vi  
 249 que os alunos conseguiram  
 250 mudar muita coisa pelos menos a  
 251 mentalidade na medida em que  
 252 vimos muita coisa feia que não  
 253 era bom para ver mas que serviu  
 254 para alguma coisa.Eu acho a  
 255 ideia muito interessante porque  
 256 quando temos disponíveis  
 257 recursos financeiros e materiais  
 258 estaremos mais a vontade para  
 259 fazer o nosso plano para planificar

-> ( 259- 264): necess recursos  
 260 as nossas acções. As vezes nós  
 261 temos ideias mas as ideias não  
 262 ficam implementadas porque não  
 263 existem recursos que permitam a  
 264 implementação das ideias.  
 265 Primeiramente é preciso existir a  
 -> ( 265- 268): Inst Pol ambiental  
 266 vontade política eu acho que ela  
 267 existe. Existe. Existe a lei da  
 -> ( 267- 272): Necess articulação  
 268 educação a nível do ministério  
 269 dentro da educação ambiental  
 270 mas na verdade os professores  
 271 não tem conhecimento do que é  
 272 essa rede de educação ambiental.  
 273 Não há socialização. Podia haver  
 -> ( 273- 296): Articulação  
 274 mais socialização e mais  
 275 integração dos professores porque  
 276 os professores tem muitas ideias e  
 277 estão no terreno e sabem mais ou  
 278 menos o que é que é necessário.  
 279 Em relação aos recursos  
 280 financeiros também eu acho que  
 281 há que haver melhor coordenação  
 282 entre os ministérios porque temos  
 283 Ministério do Ambiente de  
 284 Recursos Marinhos temos outros  
 285 ministérios que devem também  
 286 que devem estar preocupados  
 287 com a questão ambiental. Se  
 288 houver programas e projectos a  
 289 nível de ministérios para que  
 290 projectos e programas existentes  
 291 tenham um reflexo na verdade  
 292 porque a escolas é o melhor local  
 293 portanto as crianças são veículos



294 mais evidentes, mais importante  
 295 para levar a mensagem da  
 296 educação ambiental.  
 297 A nível das condições técnicas, na  
 -> ( 297- 314): Condi técn e finan  
 298 linha de pensamento da  
 299 implementação de formação à  
 300 distância, temos que ter condições  
 301 técnicas, temos que ter a  
 302 plataforma para a formação à  
 303 distância. Os professores também  
 -> ( 303- 305): recur financeiro forma  
 304 têm que ser formados a nível de  
 305 novas tecnologias. Tem que se  
 -> ( 305- 307): formação docente  
 306 fazer oficinas para saber como  
 307 funciona a plataforma. Então é  
 308 necessários ter recursos para a  
 309 criação da plataforma. Existem um  
 310 conjunto de recursos financeiros  
 311 e técnicos que devem ser criados  
 312 para que o programa seja  
 313 implementado  
 314 verdadeiramente. Acho que deve  
 -> ( 314- 317): formação docente  
 315 se investir na investigação-acção  
 316 de modo apoiar os programas de  
 317 educação ambiental. Ali eu penso  
 318 que se deve realizar um

-> ( 318- 345): sistema de avaliação  
 319 Questionário aberto para avaliar  
 320 primeiro a metodologia e material  
 321 de apoio ao programa e ver se  
 322 estes materiais estão a contribuir  
 323 para a melhoria da prática  
 324 pedagógica. É uma questão  
 325 complexa. Não é fácil mas eu por  
 326 exemplo enquadrado no projecto  
 327 com a Professora Paulina eu vi  
 328 que houve muitas mudanças. Os  
 329 guardanapos de papel foram  
 330 substituída pelos de pano, Mesmo  
 331 na sala de aula em termos de  
 332 higiene. Os alunos ficaram a fazer  
 333 o lanche levando os vasos  
 334 reutilizados. Uma das formas de  
 -> ( 334- 337): Sistema de avaliação  
 335 avaliar seria a observação. O que  
 336 nós observamos é que existem  
 337 várias intervenções pontuais das  
 338 várias instituições por exemplo o  
 339 Ministério de Educação, temos a  
 340 Direcção Geral do Ambiente todas  
 341 têm incluídos nos seus  
 -> ( 341- 408): estratégia abordagem  
 342 programas, actividades de  
 343 intervenção ambiental mas são  
 344 feitas mais no dia do ambiente  
 345 nas datas mais comemorativas.  
 346 Eu acho que é preciso fazer um  
 347 programa mais continuado. E para

-> ( 347- 354): Estraté de articu  
 348 isso seria bom que estas  
 349 instituições reunissem e fizessem  
 350 um programa único onde cada  
 351 umas das instituições teriam as  
 352 suas actividades bem definidas de  
 353 forma complementarem-se para  
 354 haver melhor articulação. Por  
 355 exemplo se eu sei que a ADAD  
 356 está a afazer uma actividade a  
 357 nível do horto a outra instituição  
 358 pode fazer uma outra actividade  
 359 para poder complementar. Deve  
 360 ser um trabalho conjunta.  
 361 Geralmente todos fazem a mesma  
 362 coisa. Muitas vezes todos fazem a  
 363 mesma coisa. Cada um deve  
 364 atacar uma frente. Se há um grupo  
 365 que estão a trabalhar o horto  
 366 escolar há um outro  
 367 paralelamente que trabalha a  
 368 questão da água. Há um outro  
 369 grupo que faz em relação aos  
 370 resíduos. Pode não ser no mesmo  
 371 local. A escola pode ser  
 372 beneficiado com visita de estudo e  
 373 uma outra instituição daqui há  
 374 uma semana ou duas semana  
 375 fazer a mesma coisa. Isso não, há  
 376 que diversificar também em  
 377 sectores diferentes. Só para  
 378 realçar, há por exemplo a nível do  
 379 projecto Global que estão a  
 380 trabalhar com as pessoas  
 381 infectadas e afectadas com as  
 382 pessoas com SIDA sessões de  
 383 IEC, Informação, Educação e  
 384 Comunicação. A nível do

-> ( 384- 404): Boas pratica  
385 Programa Concelhio pode existir  
386 sessões de IEC com as crianças.  
387 É lógico que a questão da  
388 educação, ela é mais complexa  
389 porque o resultado não é imediato  
390 sim é um resultado mais ao longo  
391 prazo mas também nós  
392 observamos que não e apenas as  
-> ( 392- 398): envolventes  
393 crianças. Temos também as  
394 vendeiras que também são  
395 pessoas que produzem muito lixo  
396 e trabalhar o aspecto de IEC para  
-> ( 396- 399): Incent às Empres  
397 a consciencialização das  
398 pessoas.Eu acho que se deve  
399 estimular as empresas,  
400 instituições públicas e privadas  
401 para criarem um programa  
402 destinado a capacitação de todos  
403 os trabalhadores para o controlo  
404 do meio ambiente. Assim como a  
405 repercussão no processo  
406 produtivo do meio ambiente a  
407 nível das empresas, instituições  
408 públicas e privadas.Já que a  
409 professora Fernanda tocou no  
410 assunto também pode-se no  
411 pacote geral ter uma quantia  
412 destinada á Educação Ambiental.  
413 As ONGs podem apresentar  
414 projectos. É o que nos faz falta.  
415 Com a questão ambiental é uma  
416 questão que abrange a todos  
417 então dentro da parte social pode-  
418 se ver esta quantia. Acho que  
419 deve se ter mais programas  
420 televisivos. Tornar-se os meios de

-> ( 420- 428): Interv de Orgãos comu  
421 comunicação social um dos  
422 colaboradores. Eu acredito que  
423 actualmente nas bibliotecas das  
424 universidades normalmente as  
425 pessoas que fazem licenciatura e  
426 mestrado fazem projectos e não  
427 há a implementação e as vezes  
428 são ideias muito boas. As  
-> ( 428- 437): Incenti aos Invest  
429 universidades poderiam fazer a  
430 selecção dos projectos  
431 relacionados com o ambiente e  
432 ver a possibilidade da sua  
433 implementação e ver o que se  
434 pode fazer com as ideias. Porque  
435 há bons projectos que depois  
436 acabam por perder-se porque não  
437 há uma socialização.  
438  
439  
440 1  
441

## FREQUENCIES OF CODES IN GRUPO.004

ambiente outras áreas: 1  
Áreas de intervenção : 1  
áreas fundamentais : 0  
Áreas fundamentais : 2  
Articulação : 1  
Boas pratica : 1  
carencia formação : 1  
cerncia de fromação : 1  
Componente presencial: 1  
Compromisso ambiental: 1  
Condi técni e finan : 1  
domínios da formação : 1  
Dopção de compromisso : 1  
envolventes : 1  
Estratég de articu : 1  
estratégia abordagem: 2  
Form pedagógica especi: 2  
Formação à distância : 1  
formação docente : 2  
importancia do tema : 1  
Incent às Empres : 1  
Incenti aos Invest : 1  
Inst Pol ambiental : 1  
Interv de Orgãos comu: 1  
Necess articulação : 1  
necess recursos : 1  
nivel nacio e internac: 1  
Pertinência do tema : 3  
preparação docente : 1  
prespectiva de formaç: 1  
recur finaceiro forma : 1  
reforço da parte prati: 1  
Sistema de avaliação : 1  
sistema de avaliação : 1  
vertente cognitiva : 1  
vertente disciplinar : 2

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

--> Pertinência do tema

1- 58: Pertinência do tema / 5- 7: Form pedagógica especi  
8- 12: Dopção de compromisso  
12- 17: vertente cognitiva  
26- 27: importancia do tema  
32- 36: preparação docente  
32- 36: domínios da formação  
40- 49: cerncia de fromação  
42- 49: carencia formação  
58- 63: Áreas fundamentais  
5 porque não temos tido nenhuma  
6 formação para implementar  
7 portanto o Programa nos alunos.  
8 Acho que deveria ter um  
9 programa, acho que este  
10 programa para os professores  
11 sentirem mais responsabilizados  
12 em tratar esta questão para terem  
13 também conhecimento mais  
14 específicos para trabalhar com os  
15 alunos porque os professores do  
16 ensino básico não tiveram esta  
17 formação. Complementando a  
18 ideia da minha colega Fernanda,  
19 quando fizeram o Programa não  
20 levaram em conta necessidade  
21 dos professores tiverem a  
22 necessidade esta grande  
23 necessidade dos professores do  
24 EB em terem a formação bastante  
25 abrangente na área do EB.  
26 Deveria levar em conta que é uma  
27 das disciplinas mais priorizadas  
28 tendo em conta que tudo está a  
29 girar a volta do ambiente,  
30 nomeadamente em ciências  
31 económicas, saúde e tudo mais.  
32 Deveria haver o programa para os  
33 professores sentirem mais a

34 vontade para puderem transmitir  
35 os conteúdos científicos e  
36 também os práticos. Em concordo  
37 com a professora Fernanda e a  
38 professora Nilza. Eu acho que há  
39 necessidade da existência de um  
40 programa de educação ambiental  
41 porque não temos. Primeiro  
42 porque não temos e porque a  
43 questão ambiental é uma questão  
44 que deve ser priorizada porque  
45 tudo gira a volta do ambiente e  
46 nós não podemos em nenhum  
47 momento esquecermos de que o  
48 ambiente, ele existe e nós de certa  
49 forma dependemos do ambiente.  
50 Então acho que este programa  
51 que se pretende conceber, ele  
52 vem responder de certa forma a  
53 lacuna que existe a nível do  
54 Ensino Básico do programa do  
55 Género que também acho que  
56 deveria ser um programa  
57 orientador para os professores  
58 para saber. Também quanto aos  
59 conteúdos que a Dra Paulina  
60 disse que irão ser retratados,  
61 nomeadamente recursos hídricos  
62 e resíduos urbanos eu acho que  
63 há mesmo esta necessidade. Por  
63- 67: Pertinência do tema / 58- 63: Áreas fundamentais  
58 para saber. Também quanto aos  
59 conteúdos que a Dra Paulina  
60 disse que irão ser retratados,  
61 nomeadamente recursos hídricos  
62 e resíduos urbanos eu acho que  
63 há mesmo esta necessidade. Por  
2 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.004

--> perspectiva de formaç

70- 129: perspectiva de formaç / 76- 78: vertente disciplinar

85- 93: Form pedagógica especi

103- 104: vertente disciplinar

106- 115: Compromisso ambiental

129- 165: Modalidade de formação

76 sente que deveria haver

77 disciplinas específicas para a

78 educação ambiental porque é

79 tanta coisa para tratar no ambiente

80 e trabalhando a educação

81 ambiental dentro das outras

82 disciplinas eu acho que fica um

83 bocadinho pobre e para ter esta

84 disciplina os professores também

85 devem ser formados com uma

86 disciplina específica para puder

87 leccionar esta disciplina. Para isso

88 os professores têm que ter uma

89 grande bagagem pois têm que

90 conhecer os conceitos, as

91 consequências da não educação

92 ambiental não só os conceitos

93 mas também a parte pratica. As

94 vantagens de ter a educação

95 ambiental. E a minha opinião, eu

96 sinto que quando agente trabalha

97 a educação ambiental num texto

98 as vezes fazemos apenas

99 referências e mesmo em Ciências

100 Integradas trabalhamos de uma

101 forma relâmpago. o objectivo

102 central da aula não é ambiente

103 mas tendo a educação ambiental

104 como disciplina tem outro

105 tratamento. Também concordo

106 com a Professora Nilza. Tratando

107 de uma disciplina os alunos já

108 terão uma certa responsabilidade

109 acerca do ambiente porque como

110 a professora Nilza disse nós

111 sempre falamos disso mas de

112 forma muito superficial mas tendo

113 já como uma disciplina as coisas

114 podem melhorar tanto no

115 Professor. Já podem ter uma ideia

116 diferente daquilo que se pode

117 trabalhar. Na verdade eu estava a

118 fazer uma pequena confusão.

119 Porque quando a professora Nilza

120 disse que precisamos nós os

121 professores portanto o currículo é

122 necessário ter uma disciplina de

123 educação ambiental eu estou a

124 pensar que é como nós temos

125 Língua Portuguesa, Matemática

126 Ciências Integradas para trabalhar

127 na sala de aula que devemos ter a

128 integração educação ambiental

129 como uma disciplina. Agora a

130 questão eu acho que é a

131 modalidade é como conceber o

132 programa para os professores.

133 Tendo em conta que temos agora

134 disponíveis a sociedade com a

135 evolução das novas tecnologias

136 Nós os professores temos que ter

137 a ideias em função da

138 aprendizagem ao longo da vida

139 temos várias opções. Se

140 tivéssemos um programa voltado

141 para os professores eu acho que

142 uma das modalidades que

143 podemos ter é a formação á

144 distância com recursos a novas

145 tecnologias e então complementar

146 com workshops, com seminários.

147 Temos por exemplos várias

148 disciplinas dentro do programa e

149 depois podemos ter em conta

150 periódicos para complementar. Eu

151 acho que esta deve ser uma

152 opção viável. Neste momento não

153 há outra forma. Pode ser difícil. As

154 próximas formações para os

155 professores deviam pensar

156 mesmo na disciplina de educação

157 ambiental. Nós estamos agora a

158 trabalhar será bastante difícil a

159 formação de base. Acho que

160 depois dessas sessões

161 presenciais marcar por exemplo

162 quinzenalmente para encontro de

163 professores para realização de

164 jogos ambientais, projectos de

165 oficinas ambientais. Eu tinha

1 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.005

--> sistema aval

316- 323: sistema aval / 289- 345: sistema de avaliação

289 ambientais. A verdade é que não  
290 vemos praticamente estas  
291 instituições nas escolas a não ser  
292 no dia do Ambiente, 5 de Junho.  
293 Eu creio que devia ser mais  
294 permanente as actividades destas  
295 instituições com as escolas.  
296 Porque é uma instituição  
297 vocacionada para o ambiente. As  
298 vezes nós vemos durante um ano  
299 que existe algum vazio em termos  
300 ambientais. Chega no dia 5 de  
301 Junho é que ouvimos falar do  
302 ambiente. A minha sugestão é  
303 que não existisse este vazio.  
304 Ambiente para estas instituições  
305 devia ser todos os dias. As  
306 entidades ambientais deviam  
307 estar mais sintonizados. Estando  
308 mais sintonizados eu trabalho em  
309 prol, por exemplo em prol da  
310 biodiversidade e outros trabalha  
311 em outras áreas etc. Eu creio que  
312 deve existir mais acções mais  
313 energia diversificar as acções a  
314 volta da ilhas de Cabo Verde. Em  
315 termos de avaliação do programa  
316 em si se eu se fosse um técnico  
317 de validação, uma das coisas que  
318 irei ver é a própria concepção do  
319 programa, a estrutura do programa

320 e depois irei ver a pertinência do  
321 programa tem e tentarei  
322 prognosticar o impacto do  
323 programa. Fazer um programa  
324 mas com objectivo já traçado.Em  
325 termos do conteúdo pode-se ter  
326 em conta vários instrumentos:  
327 questões orais e escritas. Pode-se  
328 ver as acções práticas , por  
329 exemplo ver as atitudes perante  
330 uma determinada situação.  
331 Observação directa. Eu também  
332 eu vou nesta mesma linha de  
333 pensamento do Professor  
334 Arlindo. Eu anotei que devia-se  
335 fazer a observação directa das  
336 atitudes das acções porque a meu  
337 ver falta mesmo isso. Implementa-  
338 se o programa na pratica não se  
339 vê, não se tenta ver, não se tenta  
40 avaliar. Se não tem nenhum  
341 impacto para positiva na vida do  
342 individuo então não teve efeito.  
343 Deve-se tb fazer questionário com  
344 perguntas pertinentes que vão ao  
345 fundo da questão. Queria só dizer

--> sistema de avaliação

289- 345: sistema de avaliação / 289- 302: fragmentação das acçãoe

307- 311: estrat de abordag  
307- 311: articulação  
316- 323: sistema aval  
326- 331: sist de avaliação  
334- 354: perspectiva de formaçã

289 ambientais. A verdade é que não

290 vemos praticamente estas  
291 instituições nas escolas a não ser  
292 no dia do Ambiente, 5 de Junho.  
293 Eu creio que devia ser mais  
294 permanente as actividades destas  
295 instituições com as escolas.  
296 Porque é uma instituição  
297 vocacionada para o ambiente. As  
298 vezes nós vemos durante um ano  
299 que existe algum vazio em termos  
300 ambientais. Chega no dia 5 de  
301 Junho é que ouvimos falar do  
302 ambiente. A minha sugestão é  
303 que não existisse este vazio.  
304 Ambiente para estas instituições  
305 devia ser todos os dias. As  
306 entidades ambientais deviam  
307 estar mais sintonizados. Estando  
308 mais sintonizados eu trabalho em  
309 prol, por exemplo em prol da  
310 biodiversidade e outros trabalha  
311 em outras áreas etc. Eu creio que  
312 deve existir mais acções mais  
313 energia diversificar as acções a  
314 volta da ilhas de Cabo Verde. Em  
315 termos de avaliação do programa  
316 em si se eu se fosse um técnico  
317 de validação, uma das coisas que  
318 irei ver é a própria concepção do  
319 programa, a estrutura do programa  
320 e depois irei ver a pertinência do  
321 programa tem e tentarei  
322 prognosticar o impacto do  
323 programa. Fazer um programa  
324 mas com objectivo já traçado.Em  
325 termos do conteúdo pode-se ter  
326 em conta vários instrumentos:

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.005

327 questões orais e escritas. Pode-se  
328 ver as acções práticas , por  
329 exemplo ver as atitudes perante  
330 uma determinada situação.  
331 Observação directa. Eu também  
332 eu vou nesta mesma linha de  
333 pensamento do Professor  
334 Arlindo. Eu anotei que devia-se  
335 fazer a observação directa das  
336 atitudes das acções porque a meu  
337 ver falta mesmo isso. Implementa-  
338 se o programa na pratica não se  
339 vê, não se tenta ver, não se tenta  
340 avaliar. Se não tem nenhum  
341 impacto para positiva na vida do  
342 individuo então não teve efeito.  
343 Deve-se tb fazer questionário com  
344 perguntas pertinentes que vão ao  
345 fundo da questão. Queria só dizer  
346 que deve-se fazer testes nestes  
347 casos e ver em que pé andam as  
348 coisas.Eu creio que asvezes  
349 estamos a dar ênfase à parte  
350 teórica eu acho que deve-se dar  
351 uma grande atenção a parte  
352 pratica. Eu acho que é a parte  
353 pratica é que vem dar resposta a  
354 estas questões.Deve se incutir  
2 findings

areas fundamentais  
articulação  
boas praticas  
compone presenc  
condições neces  
diversificação das acç  
estra de prevevenção  
estrat de abordag  
formaç especifi áre  
fragmentação das accõe  
import parte finan  
importan das medid pre  
importancia da area  
inicia publicas epri  
medidas de prevençã  
pertiencia do programa  
pertinência do Program  
prespectiva de formaçã  
Prog de formaç diferen  
proposta curricula  
proposta de melhoria  
qualidade d materia  
recursos humanos  
refor com sens  
sist de avaliação  
sistema aval  
sistema de avaliação  
sugestões melhori  
sugestões para melhori  
Uniformiz da linguagem



## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.005

--> areas fundamentais

--> articulação

--> boas praticas

--> compoene presenc

--> condições neces

--> diversificação das acç

--> estra de prevevenção

179- 204: estra de prevevenção / 192- 204: importan das medid pre

179 lugar. Felizmente agora já temos o  
180 Aterro Sanitário que vai contribuir  
181 enormemente para o nosso  
182 ambiente De uma forma geral  
183 para combater os problemas da  
184 água, há vários processos, há  
185 vários trâmetes. Desde a própria  
186 urbanização com redes de  
187 esgotos mas tem que ser um  
188 trabalho bem feito. Tentar  
189 consciencializar os alunos ou os  
190 próprios agricultores por não  
191 sabemos os alunos o que é que  
192 vão ser. Fazer a reutilização da  
193 água é muito importante, tentar  
194 passar mensagem de não poluir a  
195 água. Porque asvezes a água que  
196 devia ser consumido para o  
197 consumo não dá nem para tomar  
198 banho quanto á mais para o  
199 consumo. É preciso fazer uma  
200 aposta muito forte. Apostar  
201 fortemente na dessalinização da  
202 água porque ainda há falta da  
203 água em Cabo Verde sabendo  
204 que há muitos centrais

--> estrat de abordag

97- 152: estrat de abordag / 120- 121: formaç especifici áre

125- 126: importancia da area

135- 152: proposta curricula

97 chão.Graças a Deus agora há

98 muitas pessoas que fazem

99 reciclagem.Algumas até vivem

100 deste trabalho de reciclagem.

101 Agora aproveito para fazer daquilo

102 que foi a noticia na roda pé esta

103 semana sobre a reciclagem do

104 lixo electrónico que os

105 trabalhadores do NOSI fizeram.

106 Sempre fazer reciclagem e

107 transformar-se lixo no luxo. Eu

108 também concordo com as

109 palavras do meu colega mas eu

110 queria acrescentar mais uma

111 coisa, ele disse formação mas eu

112 queria acrescentar mais uma

113 coisa,formação específica de

114 Professores. Assim como temos

115 professores de Matemática,

116 professores de Lingua Portuguesa

117 então acho que seria interessante

118 uma formação para a educação

119 ambiental. Por isso acho que

120 havendo um professores

121 específico para a formação

122 ambiental. Não sei qual será o

123 nome mas deve ter professores

124 específicos para esta questão.

125 Porque sendo esta questão muito

126 pertiennte, nós estamos a ver o

127 lixo, a poluição tantos males que o

128 nosso ambiente padece. Eu creio

129 que deve ter uma acção mais forte

130 para pudermos combater este mal.

131 Parece que a coisa é assim tão

132 simples, está na moda. A verdade

133 é que asvezes as pessoas não

134 têm a consciência que a coisa é

135 muito grave.Havendo esta

136 disciplina, um professor formado

137 para trabalhar esta disciplina

138 parece-me ideal. Para além disso

139 eu acho que por exemplo esta

140 disciplina ela está diluída dentro

141 das disciplina das Ciências

142 Integradas. Pronto eu uso uma

143 hora, dois dias para me dedicar

144 sobre a educação ambiental.

145 Devia também haver este tempo

146 para a Educação Ambiental.

147 Assim eu creio que despertaria

148 mais interesse e não se pense

149 não é algo que a professora dá de

150 vez em quando mas sim está no

151 horário. Havendo esta

152 programação seria ótimo. Eu ao

307- 311: estrat de abordag / 307- 311: articulacão

307 estar mais sintonizados. Estando

308 mais sintonizados eu trabalho em

309 prol, por exemplo em prol da

310 biodiversidade e outros trabalha

311 em outras áreas etc. Eu creio que

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.005

--> formaç especifici áre

--> fragmentação das accõe

--> import parte finan

--> importan das medid pre

--> importancia da area

--> inicia publicas epr

--> medidas de prevençã

--> pertiencia do programa

--> pertinência do Program

1- 49: pertinência do Program / 2- 2: pertiencia do programa

4- 25: Uniformiz da linguagem

1 Eu acho que é pertinente a

2 criação de um Programa de

3 Educação Ambiental para os

4 Professores do EB porque não

5 havendo um Programa cada

6 Professor trabalha um aspecto,

7 trabalha umas atividades que ele

8 mesmo considere mesmo

9 considere que é importante para

10 ele mas que entretanto pode não

11 ser importante para aquilo que se

12 pretende mo trabalho ambiental.

13 Então havendo um programa é

14 algo para toda a gente. Quando se

15 trabalha um programa na ilha de

16 Santiago, na ilha Brava também

17 se faz a mesma coisa, na ilha do

18 Fogo se faz a mesma coisa e

19 assim nós estaremos em sintonia

20 e não estaríamos a trabalhar

21 aquilo que eu quero, que goste

22 mas aquilo que é importante. Eu

23 creio que é muito importante a

24 elaboração deste programa para

25 pudermos falar a mesma Língua.

26 Tratar do mesmo assunto a nível

27 nacional e também de acordo com

28 a faixa etária, de acordo com as

29 classes que nós leccionamos. Por

30 isso eu creio que é necessário e

31 importante. Eu concordo

32 plenamente com aquilo que a

33 minha colega disse. Um

34 Programa traça as linhas

35 orientadoras. Como ela disse,

36 tendo um programa os

37 professores não vão trabalhar o

38 conteúdo que acham importante e

39 os outros podem não vão

40 trabalhar porque pode não achar

41 importante. Tendo o Programa e

42 com as linhas orientadoras

43 traçadas, como disse a colega,

44 quando se trabalha um programa

45 numa ilha está a se trabalhar nos

46 pais todo. Isto pode contribuir para

47 que se pretenda a nível

48 governamental, a nível do país e

49 a nível planetária. Na minha

--> prespectiva de formaçã

229- 248: prespectiva de formaçã / 237- 238: boas praticas

243- 246: compone presenc

229 financeiros. As vezes temos ideias

230 muito brilhantes mas não tendo a

231 parte financeira o projecto não

232 anda. Então eu creio que deve-se

233 investir e traz benefícios para o

234 pais. Eu creio que deve-se ter um

235 financiamento próprio para tal. A

236 formação à distância é o que

237 parece mais fácil porque já temos

238 a rádio educativa. Já existe esta

239 pratica noutras disciplinas.

240 Debates e palestras também

241 quer sempre mas é algo que se

242 consegue fazer com facilidade. As

243 sessões presenciais também acho

244 que é possível mas aqui deve ter

245 melhor elaboração visto pronto,

246 cada um tem o seu horário.

247 Através do Instituto Pedagógico

248 agora Instituto Universitário de

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.005

--> Prog de formaç diferen

--> proposta curricula

--> proposta de melhoria

--> qualidade d materia

--> recursos humanos

--> refor com sens

--> sist de avaliação

--> sistema aval

--> sistema de avaliação

289- 345: sistema de avaliação / 289- 302: fragmentação das acçõe

307- 311: estrat de abordag

307- 311: articulação

316- 323: sistema aval

326- 331: sist de avaliação

289 ambientais. A verdade é que não

290 vemos praticamente estas

291 instituições nas escolas a não ser

292 no dia do Ambiente, 5 de Junho.

293 Eu creio que devia ser mais

294 permanente as actividades destas

295 instituições com as escolas.

296 Porque é uma instituição

297 vocacionada para o ambiente. As

298 vezes nós vemos durante um ano

299 que existe algum vazio em termos

300 ambientais. Chega no dia 5 de

301 Junho é que ouvimos falar do

302 ambiente. A minha sugestão é

303 que não existisse este vazio.

304 Ambiente para estas instituições

305 devia ser todos os dias. As

306 entidades ambientais deviam

307 estar mais sintonizados. Estando

308 mais sintonizados eu trabalho em

309 prol, por exemplo em prol da

310 biodiversidade e outros trabalha

311 em outras áreas etc. Eu creio que

312 deve existir mais acções mais

313 energia diversificar as acções a

314 volta da ilhas de Cabo Verde. Em

315 termos de avaliação do programa

316 em si se eu se fosse um técnico

317 de validação, uma das coisas que

318 irei ver é a própria concepção do

319 programa, a estrutura do programa

320 e depois irei ver a pertinência do

321 programa tem e tentarei

322 prognosticar o impacto do

323 programa. Fazer um programa

324 mas com objectivo já traçado.Em

325 termos do conteúdo pode-se ter

326 em conta vários instrumentos:

327 questões orais e escritas. Pode-se

328 ver as acções práticas , por

329 exemplo ver as atitudes perante

330 uma determinada situação.

331 Observação directa. Eu também

332 eu vou nesta mesma linha de

333 pensamento do Professor

334 Arlindo. Eu anotei que devia-se

335 fazer a observação directa das

336 atitudes das acções porque a meu

337 ver falta mesmo isso. Implementa-

338 se o programa na pratica não se

339 vê, não se tenta ver, não se tenta

340 avaliar. Se não tem nenhum

341 impacto para positiva na vida do

342 individuo então não teve efeito.

343 Deve-se tb fazer questionário com

344 perguntas pertinentes que vão ao

345 fundo da questão. Queria só dizer

--> sugestões meliori

--> sugestões para meliori

355- 386: sugestões para meliori / 372- 376: diversificação das acç

355 nas pessoas que não se deve

356 deixar de colocar uma casca de

357 banana só porque as pessoas

358 estão a ver portanto isto não é

359 mudança de atitudes.Instituições

360 locais das camaras municipais

361 das camaras municipais. Vê-se o

362 esforço que as camaras

363 municipais fazem. As vezes o

364 horário de recolha de lixo não seja

365 mais adequada. Talvez devia

366 fazer a recolha apartir das 9 horas

367 da noite. Quanto ás instituições

368 nacionais televisivos nacionais

369 talvez deve ser aumentar os

370 técnicos no terreno em termos dos

371 responsáveis para cada

372 área.Tenham mais acções, mais  
373 energias, mais visíveis. É preciso  
374 ver para o lado esta acção. Por  
375 exemplo de cariz  
376 ambiental.Devem ser mais  
377 cuidadosos neste aspecto.  
.....378 Programas educativos televisivos  
379 com a rádio educativo. Os alunos  
380 querm saber mais, sentem-se  
381 preocupados.Eu estou de acordo  
382 com a recolha porta-a-porta. A  
383 recolha deve continuar da forma  
384 como está . Se há mais energia  
385 eólica bem haja.Deve apostar no  
386 aumento da cobertura vegetal.  
--> Uniformiz da linguagem

7 findings

areas fundamentais

articulação  
boas praticas  
compone presenc  
condições neces  
diversificação das açç  
estra de prevençã  
estrat de abordag  
formaç especifi áre  
fragmentação das aççõe  
import parte finan  
importan das medid pre  
importancia da area  
inicia publicas epri  
medidas de prevençã  
pertienca do programa  
pertinência do Program  
perspectiva de formaçã  
Prog de formaç diferen  
proposta curricula  
proposta de melhoria  
qualidade d materia  
recursos humanos  
refor com sens  
sist de avaliação  
sistema aval  
sistema de avaliação  
sugestões melhori  
sugestões para melhori  
Uniformiz da linguagem

## RETRIEVAL OF MULTIPLE CODES IN GRUPO.005

--> areas fundamentais	--> importancia da area
--> articulação	--> inicia publicas epri
307- 311: articulação / 307- 311: estrat de abordag 307 estar mais sintonizados. Estando 308 mais sintonizados eu trabalho em 309 prol, por exemplo em prol da 310 biodiversidade e outros trabalha 311 em outras áreas etc. Eu creio que	--> medidas de prevençã --> pertiencia do programa --> pertinência do Program --> prespectiva de formaçã
--> boas praticas	--> Prog de formaç diferen
--> compone presenc	--> proposta curricula
--> condições neces	--> proposta de melhoria
--> diversificação das acç	--> qualidade d materia
--> estra de prevevenção	--> recursos humanos
--> estrat de abordag	--> refor com sens
307- 311: estrat de abordag / 307- 311: articulação 307 estar mais sintonizados. Estando 308 mais sintonizados eu trabalho em 309 prol, por exemplo em prol da 310 biodiversidade e outros trabalha 311 em outras áreas etc. Eu creio que	--> sist de avaliação --> sistema aval --> sistema de avaliação
--> formaç especifi áre	--> sugestões melhori
--> fragmentação das acção	--> sugestões para melhori
--> import parte finan	--> Uniformiz da linguagem
--> importan das medid pre	2 findings

--> areas fundamentais

152- 163: areas fundamentais

- 152 programação seria óptimo. Eu ao
- 153 ver esta questão fiz uma breve
- 154 listagem de conteúdos por
- 155 exemplo: Lixo/
- 156 Reciclagem;Apanha desenfreada
- 157 da areia;Cortes desenfreadas de
- 158 árvores;Questão de poupança da
- 159 água porque nós somos um país
- 160 que padece muito da
- 161 água;Preservação das espécies
- 162 endémicas tanto animais como
- 163 plantas.Estou plenamente de

--> articulação

270- 283: articulação

- 270 nomeadamente ADAD, DGA,
- 271 Biosfera, PNUA e temos mais.
- 272 Como ambas essas instituições
- 273 para o mesmo fim. Uma das
- 274 estratégias é saber numa
- 275 determinada altura é saber qual é
- 276 o local de actuação de uma
- 277 determinada instituição. Já outras
- 278 instituições que trabalham para o
- 279 mesmo fim. Se uma trabalha num
- 280 local outra deve trabalhar noutro
- 281 local dando melhor abrangência.
- 282 Podia ser umas das estratégias a
- 283 ser implementada.Eu a percepção

307- 311: articulação

- 307 estar mais sintonizados. Estando
- 308 mais sintonizados eu trabalho em
- 309 prol, por exemplo em prol da
- 310 biodiversidade e outros trabalha
- 311 em outras áreas etc. Eu creio que

--> boas praticas

97- 107: boas praticas

- 97 chão.Graças a Deus agora há
- 98 muitas pessoas que fazem
- 99 reciclagem.Algumas até vivem
- 100 deste trabalho de reciclagem.
- 101 Agora aproveito para fazer daquilo
- 102 que foi a noticia na roda pé esta
- 103 semana sobre a reciclagem do
- 104 lixo eletrónico que os
- 105 trabalhadores do NOSI fizeram.
- 106 Sempre fazer reciclagem e
- 107 transformar-se lixo no luxo. Eu

237- 238: boas praticas

- 237 parece mais fácil porque já temos
- 238 a rádio educativa. Já existe esta

--> compone presenc

243- 246: compone presenc

- 243 sessões presenciais também acho
- 244 que é possível mas aqui deve ter
- 245 melhor elaboração visto pronto,
- 246 cada um tem o seu horário.

--> condições neces

256- 258: condições neces

- 256 como unidade didáctica.É
- 257 fundamental criar um fundo
- 258 específico para este fim.

265- 277: condições neces

- 265 formação. Os professores
- 266 precisam saber como implementar
- 267 o programa. Felizmente temos
- 268 algumas organizações que lidam
- 269 com as questões ambiental
- 270 nomeadamente ADAD, DGA,
- 271 Biosfera, PNUA e temos mais.
- 272 Como ambas essas instituições
- 273 para o mesmo fim. Uma das
- 274 estratégias é saber numa
- 275 determinada altura é saber qual é
- 276 o local de actuação de uma
- 277 determinada instituição. Já outras

--> diversificação das acç

372- 376: diversificação das acç

- 372 área.Tenham mais acções, mais
- 373 energias, mais visíveis. É preciso
- 374 ver para o lado esta acção. Por
- 375 exemplo de cariz
- 376 ambiental.Devem ser mais

--> estra de prevenção

179- 204: estra de prevenção

179 lugar. Felizmente agora já temos o  
180 Aterro Sanitário que vai contribuir  
181 enormemente para o nosso  
182 ambiente De uma forma geral  
183 para combater os problemas da  
184 água, há vários processos, há  
185 vários trâmetes. Desde a própria  
186 urbanização com redes de  
187 esgotos mas tem que ser um  
188 trabalho bem feito. Tentar  
189 consciencializar os alunos ou os  
190 próprios agricultores por não  
191 sabemos os alunos o que é que  
192 vão ser. Fazer a reutilização da  
193 água é muito importante, tentar  
194 passar mensagem de não poluir a  
195 água. Porque asvezes a água que  
196 devia ser consumido para o  
197 consumo não dá nem para tomar  
198 banho quanto á mais para o  
199 consumo. É preciso fazer uma  
200 aposta muito forte. Apostar  
201 fortemente na dessalinização da  
202 água porque ainda há falta da  
203 água em Cabo Verde sabendo  
204 que há muitos centrais

--> estrat de abordag

97- 152: estrat de abordag

97 chão.Graças a Deus agora há  
98 muitas pessoas que fazem  
99 reciclagem.Algumas até vivem  
100 deste trabalho de reciclagem.  
101 Agora aproveito para fazer daquilo  
102 que foi a noticia na roda pé esta  
103 semana sobre a reciclagem do  
104 lixo eletrônico que os  
105 trabalhadores do NOSI fizeram.

106 Sempre fazer reciclagem e

107 transformar-se lixo no luxo. Eu  
108 também concordo com as  
109 palavras do meu colega mas eu  
110 queria acrescentar mais uma  
111 coisa, ele disse formação mas eu  
112 queria acrescentar mais uma  
113 coisa,formação específica de  
114 Professores. Assim como temos  
115 professores de Matemática,  
116 professores de Lingua Portuguesa  
117 então acho que seria interessante  
118 uma formação para a educação  
119 ambiental. Por isso acho que  
120 havendo um professores  
121 específico para a formação  
122 ambiental. Não sei qual será o  
123 nome mas deve ter professores  
124 específicos para esta questão.  
125 Porque sendo esta questão muito  
126 pertiennte, nós estamos a ver o  
127 lixo, a poluição tantos males que o  
128 nosso ambiente padece. Eu creio  
129 que deve ter uma acção mais forte  
130 para pudermos combater este mal.  
131 Parece que a coisa é assim tão  
132 simples, está na moda. A verdade  
133 é que asvezes as pessoas não  
134 têm a consciência que a coisa é  
135 muito grave.Havendo esta  
136 disciplina, um professor formado  
137 para trabalhar esta disciplina  
138 parece-me ideal. Para além disso  
139 eu acho que por exemplo esta  
140 disciplina ela está diluída dentro  
141 das disciplina das Ciências  
142 Integradas. Pronto eu uso uma  
143 hora, dois dias para me dedicar  
144 sobre a educação ambiental.  
145 Devia também haver este tempo

146 para a Educação Ambiental.

147 Assim eu creio que despertaria  
148 mais interesse e não se pense  
149 não é algo que a professora dá de  
150 vez em quando mas sim está no  
151 horário. Havendo esta  
152 programação seria óptimo. Eu ao  
307- 311: estrat de abordag  
307 estar mais sintonizados. Estando  
308 mais sintonizados eu trabalho em  
309 prol, por exemplo em prol da  
310 biodiversidade e outros trabalha  
311 em outras áreas etc. Eu creio que

--> formaç especifi áre

120- 121: formaç especifi áre

120 havendo um professores  
121 específico para a formação

265- 267: formaç especifi áre

265 formação. Os professores  
266 precisam saber como implementar  
267 o programa. Felizmente temos

--> fragmentação das acção

289- 302: fragmentação das acção

289 ambientais. A verdade é que não  
290 vemos praticamente estas  
291 instituições nas escolas a não ser  
292 no dia do Ambiente, 5 de Junho.  
293 Eu creio que devia ser mais  
294 permanente as actividades destas  
295 instituições com as escolas.  
296 Porque é uma instituição  
297 vocacionada para o ambiente. As  
298 vezes nós vemos durante um ano  
299 que existe algum vazio em termos  
300 ambientais. Chega no dia 5 de  
301 Junho é que ouvimos falar do  
302 ambiente. A minha sugestão é



## RETRIEVAL OF MULTIPLE CODES IN GRUPO.005

--> import parte finan

257- 258: import parte finan  
257 fundamental criar um fundo  
258 específico para este fim.

--> importan das medid pre

192- 204: importan das medid pre  
192 vão ser. Fazer a reutilização da  
193 água é muito importante, tentar  
194 passar mensagem de não poluir a  
195 água. Porque as vezes a água que  
196 devia ser consumido para o  
197 consumo não dá nem para tomar  
198 banho quanto á mais para o  
199 consumo. É preciso fazer uma  
200 aposta muito forte. Apostar  
201 fortemente na dessalinização da  
202 água porque ainda há falta da  
203 água em Cabo Verde sabendo  
204 que há muitos centrais

-> importancia da area

125- 126: importancia da area  
125 Porque sendo esta questão muito  
126 pertiennte, nós estamos a ver o

--> inicia publicas epri

270- 273: inicia publicas epri  
270 nomeadamente ADAD, DGA,  
271 Biosfera, PNUA e temos mais.  
272 Como ambas essas instituições  
273 para o mesmo fim. Uma das

--> medidas de prevençã

166- 168: medidas de prevençã  
166 pertinentes. Também pode-se  
167 reforçar a reciclagem, os resíduos  
168 urbanos. Nós fazemos parte de

--> pertiencia do programa

2- 2: pertiencia do programa  
2 criação de um Programa de

--> pertinência do Program

1- 49: pertinência do Program  
1 Eu acho que é pertinente a  
2 criação de um Programa de  
3 Educação Ambiental para os  
4 Professores do EB porque não  
5 havendo um Programa cada  
6 Professor trabalha um aspecto,  
7 trabalha umas atividades que ele  
8 mesmo considere mesmo  
9 considere que é importante para  
10 ele mas que entretanto pode não  
11 ser importante para aquilo que se  
12 pretende mo trabalho ambiental.  
13 Então havendo um programa é  
14 algo para toda a gente. Quando se  
15 trabalha um programa na ilha de  
16 Santiago, na ilha Brava também  
17 se faz a mesma coisa, na ilha do  
18 Fogo se faz a mesma coisa e  
19 assim nós estaremos em sintonia

--> medidas de prevençã

166- 168: medidas de prevençã  
166 pertinentes. Também pode-se  
167 reforçar a reciclagem, os resíduos  
168 urbanos. Nós fazemos parte de

--> pertiencia do programa

2- 2: pertiencia do programa  
2 criação de um Programa de

--> pertinência do Program

1- 49: pertinência do Program  
1 Eu acho que é pertinente a  
2 criação de um Programa de  
3 Educação Ambiental para os  
4 Professores do EB porque não  
5 havendo um Programa cada  
6 Professor trabalha um aspecto,  
7 trabalha umas atividades que ele  
8 mesmo considere mesmo  
9 considere que é importante para  
10 ele mas que entretanto pode não  
11 ser importante para aquilo que se  
12 pretende mo trabalho ambiental.  
13 Então havendo um programa é  
14 algo para toda a gente. Quando se  
15 trabalha um programa na ilha de  
16 Santiago, na ilha Brava também  
17 se faz a mesma coisa, na ilha do  
18 Fogo se faz a mesma coisa e  
19 assim nós estaremos em sintonia

--> perspectiva de formação

229- 248: perspectiva de formação

229 financeiros. As vezes temos ideias  
 230 muito brilhantes mas não tendo a  
 231 parte financeira o projecto não  
 232 anda. Então eu creio que deve-se  
 233 investir e traz benefícios para o  
 234 país. Eu creio que deve-se ter um  
 235 financiamento próprio para tal. A  
 236 formação à distância é o que  
 237 parece mais fácil porque já temos  
 238 a rádio educativa. Já existe esta  
 239 pratica noutras disciplinas.  
 240 Debates e palestras também  
 241 quer sempre mas é algo que se  
 242 consegue fazer com facilidade. As  
 243 sessões presenciais também acho  
 244 que é possível mas aqui deve ter  
 245 melhor elaboração visto pronto,  
 246 cada um tem o seu horário.  
 247 Através do Instituto Pedagógico  
 248 agora Instituto Universitário de

334- 354: perspectiva de formação

334 Arlindo. Eu anotei que devia-se  
 335 fazer a observação directa das  
 336 atitudes das acções porque a meu  
 337 ver falta mesmo isso. Implementa-  
 338 se o programa na pratica não se  
 339 vê, não se tenta ver, não se tenta  
 340 avaliar. Se não tem nenhum  
 341 impacto para positiva na vida do  
 342 individuo então não teve efeito.  
 343 Deve-se tb fazer questionário com  
 344 perguntas pertinentes que vão ao  
 345 fundo da questão. Queria só dizer  
 346 que deve-se fazer testes nestes  
 347 casos e ver em que pé andam as

348 coisas. Eu creio que as vezes  
 349 estamos a dar ênfase à parte  
 350 teórica eu acho que deve-se dar  
 351 uma grande atenção a parte  
 352 pratica. Eu acho que é a parte  
 353 pratica é que vem dar resposta a  
 354 estas questões. Deve se incultr

--> Prog de formaç diferen

57- 66: Prog de formaç diferen

57 Ensino Básico. Logo, nos  
 58 Programas de várias disciplinas  
 59 para a formação de professores  
 60 deve ser incluído uma área de  
 61 Educação Ambiental na  
 62 Formação de Professores. Mas  
 63 para os que já tem Formação  
 64 podem também ter sessões que  
 65 possam ajudar no trabalho do dia-  
 66 a-dia. Tendo a formações à

--> proposta curricula

135- 152: proposta curricula

135 muito grave. Havendo esta  
 136 disciplina, um professor formado  
 137 para trabalhar esta disciplina  
 138 parece-me ideal. Para além disso  
 139 eu acho que por exemplo esta  
 140 disciplina ela está diluída dentro  
 141 das disciplina das Ciências  
 142 Integradas. Pronto eu uso uma  
 143 hora, dois dias para me dedicar  
 144 sobre a educação ambiental.  
 145 Devia também haver este tempo  
 146 para a Educação Ambiental.  
 147 Assim eu creio que despertaria

148 mais interesse e não se pense  
 149 não é algo que a professora dá de  
 150 vez em quando mas sim está no  
 151 horário. Havendo esta  
 152 programação seria óptimo. Eu ao  
 254- 256: proposta curricula  
 254 fazer. Eu acho que não devia dar  
 255 de forma transversal mas sim  
 256 como unidade didáctica.É

--> proposta de melhoria

212- 226: proposta de melhoria

212 técnicas dos 3 Rs. Nota-se que  
 213 em Cabo Verde há muitas áreas  
 214 descobertas. Deve-se tentar fazer  
 215 a cobertura vegetal. Desde  
 216 babosa, cisal mas também  
 217 acácias e outras espécies. A  
 218 reflorestação também seria uma  
 219 aposta forte. Também tentar  
 220 preservar as espécies animais e  
 221 vegetais. Pode-se tentar encontrar  
 222 outras espécies. Antes não se  
 223 falava da produção de arroz em  
 224 Cabo Verde. Hoje não é novidade  
 225 pois já foi produzida uma boa  
 226 quantidade de arroz. Qualquer

--> qualidade d materia

260- 265: qualidade d materia

260 produzir manuais mais atractivos,  
 261 mais coloridos que chamem mais  
 262 atenção, com texto educativos  
 263 relacionados com a educação  
 264 ambiental. Continuar a apostar na  
 265 formação. Os professores

--> recursos humanos

354- 363: recursos humanos

354 estas questões. Deve se incutir  
 355 nas pessoas que não se deve  
 356 deixar de colocar uma casca de  
 357 banana só porque as pessoas  
 358 estão a ver portanto isto não é  
 359 mudança de atitudes. Instituições  
 360 locais das camaras municipais  
 361 das camaras municipais. Vê-se o  
 362 esforço que as camaras  
 363 municipais fazem. As vezes o

--> refor com sens

79- 89: refor com sens

79 do tipo que estamos a fazer outros  
 80 para se debater ideias, fazer  
 81 palestras mas nesses encontros,  
 82 nestas formações, na minha  
 83 opinião eu acho que deve-se ir ao  
 84 fundo da questão porque faz-se  
 85 muito sobre a educação ambiental  
 86 mas muitas pessoas não estão  
 87 sendo educadas ambientalmente.  
 88 Vê-se hoje em dia muitas  
 89 pessoas colocam o lixo no chão

--> sist de avaliação

326- 331: sist de avaliação

326 em conta vários instrumentos:  
 327 questões orais e escritas. Pode-se  
 328 ver as acções práticas , por  
 329 exemplo ver as atitudes perante  
 330 uma determinada situação.  
 331 Observação directa. Eu também

--> sistema aval

316- 323: sistema aval

316 em si se eu se fosse um técnico  
 317 de validação, uma das coisas que  
 318 irei ver é a própria concepção do  
 319 programa, a estrutura do programa  
 320 e depois irei ver a pertinência do  
 321 programa tem e tentarei  
 322 prognosticar o impacto do  
 323 programa. Fazer um programa

--> sistema de avaliação

289- 345: sistema de avaliação

289 ambientais. A verdade é que não  
 290 vemos praticamente estas  
 291 instituições nas escolas a não ser  
 292 no dia do Ambiente, 5 de Junho.  
 293 Eu creio que devia ser mais  
 294 permanente as actividades destas  
 295 instituições com as escolas.  
 296 Porque é uma instituição

297 vocacionada para o ambiente. As

298 vezes nós vemos durante um ano  
 299 que existe algum vazio em termos  
 300 ambientais. Chega no dia 5 de  
 301 Junho é que ouvimos falar do  
 302 ambiente. A minha sugestão é  
 303 que não existisse este vazio.  
 304 Ambiente para estas instituições  
 305 devia ser todos os dias. As  
 306 entidades ambientais deviam  
 307 estar mais sintonizadas. Estando  
 308 mais sintonizados eu trabalho em  
 309 prol, por exemplo em prol da  
 310 biodiversidade e outros trabalha  
 311 em outras áreas etc. Eu creio que  
 312 deve existir mais acções mais  
 313 energia diversificar as acções a  
 314 volta da ilhas de Cabo Verde. Em  
 315 termos de avaliação do programa  
 316 em si se eu se fosse um técnico  
 317 de validação, uma das coisas que  
 318 irei ver é a própria concepção do  
 319 programa, a estrutura do programa  
 320 e depois irei ver a pertinência do  
 321 programa tem e tentarei  
 322 prognosticar o impacto do  
 323 programa. Fazer um programa  
 324 mas com objectivo já traçado. Em  
 325 termos do conteúdo pode-se ter  
 326 em conta vários instrumentos:  
 327 questões orais e escritas. Pode-se  
 328 ver as acções práticas , por  
 329 exemplo ver as atitudes perante  
 330 uma determinada situação.  
 331 Observação directa. Eu também  
 332 eu vou nesta mesma linha de  
 333 pensamento do Professor  
 334 Arlindo. Eu anotei que devia-se  
 335 fazer a observação directa das

336 atitudes das acções porque a meu  
 337 ver falta mesmo isso. Implementa-  
 338 se o programa na pratica não se  
 339 vê, não se tenta ver, não se tenta  
 340 avaliar. Se não tem nenhum  
 341 impacto para positiva na vida do  
 342 individuo então não teve efeito.  
 343 Deve-se tb fazer questionário com  
 344 perguntas pertinentes que vão ao  
 345 fundo da questão. Queria só dizer

--> sugestões melhori

372- 387: sugestões melhori  
 372 área.Tenham mais acções, mais  
 373 energias, mais visíveis. É preciso  
 374 ver para o lado esta acção. Por  
 375 exemplo de cariz  
 376 ambiental.Devem ser mais  
 377 cuidadosos neste aspecto.  
 378 Programas educativos televisivos  
 379 com a rádio educativo. Os alunos  
 380 querm saber mais, sentem-se  
 381 preocupados.Eu estou de acordo  
 382 com a recolha porta-a-porta. A  
 383 recolha deve continuar da forma  
 384 como está . Se há mais energia  
 385 eólica bem haja.Deve apostar no  
 386 aumento da cobertura vegetal.  
 387 11

--> sugestões para melhori

355- 386: sugestões para melhori  
 355 nas pessoas que não se deve  
 356 deixar de colocar uma casca de  
 357 banana só porque as pessoas  
 358 estão a ver portanto isto não é  
 359 mudança de atitudes.Instituições  
 360 locais das camaras municipais  
 361 das camaras municipais. Vê-se o  
 362 esforço que as camaras  
 363 municipais fazem. As vezes o  
 364 horário de recolha de lixo não seja  
 365 mais adequada. Talvez devia  
 366 fazer a recolha apartir das 9 horas  
 367 da noite. Quanto ás instituições  
 368 nacionais televisivos nacionais  
 369 talvez deve ser aumentar os  
 370 técnicos no terreno em termos dos  
 371 responsáveis para cada  
 372 área.Tenham mais acções, mais  
 373 energias, mais visíveis. É preciso  
 374 ver para o lado esta acção. Por  
 375 exemplo de cariz  
 376 ambiental.Devem ser mais  
 377 cuidadosos neste aspecto.  
 378 Programas educativos televisivos  
 379 com a rádio educativo. Os alunos  
 380 querm saber mais, sentem-se  
 381 preocupados.Eu estou de acordo  
 382 com a recolha porta-a-porta. A  
 383 recolha deve continuar da forma  
 384 como está . Se há mais energia  
 385 eólica bem haja.Deve apostar no  
 386 aumento da cobertura vegetal.

--> Uniformiz da linguagem

4- 25: Uniformiz da linguagem  
 4 Professores do EB porque não  
 5 havendo um Programa cada  
 6 Professor trabalha um aspecto,  
 7 trabalha umas atividades que ele  
 8 mesmo considere mesmo  
 9 considere que é importante para  
 10 ele mas que entretanto pode não  
 11 ser importante para aquilo que se  
 12 pretende mo trabalho ambiental.  
 13 Então havendo um programa é  
 14 algo para toda a gente. Quando se  
 15 trabalha um programa na ilha de  
 16 Santiago, na ilha Brava também  
 17 se faz a mesma coisa, na ilha do  
 18 Fogo se faz a mesma coisa e  
 19 assim nós estaremos em sintonia  
 20 e não estaríamos a trabalhar  
 21 aquilo que eu quero, que goste  
 22 mas aquilo que é importante. Eu  
 23 creio que é muito importante a  
 24 elaboração deste programa para  
 25 pudermos falar a mesma Língua.

37 finding(s)

## RETRIEVAL OF MULTIPLE CODES IN GRUPO.005

-> condições neces

256- 258: condições neces / 254- 256: proposta curricula

257- 258: import parte finan

254 fazer. Eu acho que não devia dar

255 de forma transversal mas sim

256 como unidade didáctica.É

257 fundamental criar um fundo

258 específico para este fim.

265- 277: condições neces / 260- 265: qualidade d materia

265- 267: formaç especifi áre

270- 273: inicia publicas epri

270- 283: articulação

260 produzir manuais mais acrativos,

261 mais coloridos que chamem mais

262 atenção, com texto educativos

263 relacionados com a educação

264 ambiental. Continuar a apostar na

265 formação. Os professores

266 precisam saber como implementar

267 o programa. Felizmente temos

268 algumas organizações que lidam

269 com as questões ambiental

270 nomeadamente ADAD, DGA,

271 Biosfera, PNUA e temos mais.

272 Como ambas essas instituições

273 para o mesmo fim. Uma das

274 estratégias é saber numa

275 determinada altura é saber qual é

276 o local de actuação de uma

277 determinada instituição. Já outras

278 instituições que trabalham para o

279 mesmo fim. Se uma trabalha num

280 local outra deve trabalhar noutra

281 local dando melhor abrangência.

282 Podia ser umas das estratégias a

283 ser implementada.Eu a percepção

2 findings

1 Eu acho que é pertinente a  
 -> ( 1- 49): pertinência do Program  
 2 criação de um Programa de  
 -> ( 2- 2): pertienca do programa  
 3 Educação Ambiental para os  
 4 Professores do EB porque não  
 -> ( 4- 25): Uniformiz da linguagem  
 5 havendo um Programa cada  
 6 Professor trabalha um aspecto,  
 7 trabalha umas atividades que ele  
 8 mesmo considere mesmo  
 9 considere que é importante para  
 10 ele mas que entretanto pode não  
 11 ser importante para aquilo que se  
 12 pretende mo trabalho ambiental.  
 13 Então havendo um programa é  
 14 algo para toda a gente. Quando se  
 15 trabalha um programa na ilha de  
 16 Santiago, na ilha Brava também  
 17 se faz a mesma coisa, na ilha do  
 18 Fogo se faz a mesma coisa e  
 19 assim nós estaremos em sintonia  
 20 e não estaríamos a trabalhar  
 21 aquilo que eu quero, que goste  
 22 mas aquilo que é importante. Eu  
 23 creio que é muito importante a  
 24 elaboração deste programa para  
 25 pudermos falar a mesma Língua.  
 26 Tratar do mesmo assunto a nível  
 27 nacional e também de acordo com  
 28 a faixa etária, de acordo com as  
 29 classes que nós leccionamos. Por

30 isso eu creio que é necessário e  
 31 importante. Eu concordo  
 32 plenamente com aquilo que a  
 33 minha colega disse. Um  
 34 Programa traça as linhas  
 35 orientadoras. Como ela disse,  
 36 tendo um programa os  
 37 professores não vão trabalhar o  
 38 conteúdo que acham importante e  
 39 os outros podem não vão  
 40 trabalhar porque pode não achar  
 41 importante. Tendo o Programa e  
 42 com as linhas orientadoras  
 43 traçadas, como disse a colega,  
 44 quando se trabalha um programa  
 45 numa ilha está a se trabalhar nos  
 46 pais todo. Isto pode contribuir para  
 47 que se pretenda a nível  
 48 governamental, a nível do país e  
 49 a nível planetária. Na minha  
 50 opinião para já pensar para a  
 51 Formação de Professores.  
 52 Sabemos que há várias escolas  
 53 de Formação de Professores  
 54 nomeadamente do Secundário e  
 55 do Básico e nós estamos a dar  
 56 atenção aos professores do  
 57 Ensino Básico. Logo, nos

-> ( 57- 66): Prog de formaç diferen  
 58 Programas de várias disciplinas  
 59 para a formação de professores  
 60 deve ser incluído uma área de  
 61 Educação Ambiental na  
 62 Formação de Professores. Mas  
 63 para os que já tem Formação  
 64 podem também ter sessões que  
 65 possam ajudar no trabalho do dia-  
 66 a-dia. Tendo a formações à  
 67 distância como costumamos ter  
 68 na área de Educação para a  
 69 Cidadania que tem temas  
 -> ( 69- 78): Boas praticas  
 70 ambientais dentro desse  
 71 programa. Outro exemplo de  
 72 Formação à distância que nós  
 73 costumamos ter é sobre vida  
 74 escolar saudável que tb já foi  
 75 passada na na rádio educativa  
 76 portanto a aposta é na formação  
 77 inicial dos Professores mas  
 78 também pode-se fazer encontros  
 79 do tipo que estamos a fazer outros  
 -> ( 79- 89): refor com sens  
 80 para se debater ideias, fazer  
 81 palestras mas nesses encontros,  
 82 nestas formações, na minha  
 83 opinião eu acho que deve-se ir ao  
 84 fundo da questão porque faz-se  
 85 muito sobre a educação ambiental  
 86 mas muitas pessoas não estão  
 87 sendo educadas ambientalmente.

88 Vê-se hoje em dia muitas  
 89 pessoas colocam o lixo no chão  
 90 outras dizem que se não  
 91 colocarem o lixo no chão os  
 92 funcionários da Câmara, quem  
 93 faz os serviços de limpeza não  
 94 vão encontrar o emprego. Quer  
 95 dizer é desculpa que arranjam  
 96 para poderem colocar o lixo no  
 97 chão.Graças a Deus agora há  
 -> ( 97- 152): estrat de abordag  
 -> ( 97- 107): boas praticas  
 98 muitas pessoas que fazem  
 99 reciclagem.Algumas até vivem  
 100 deste trabalho de reciclagem.  
 101 Agora aproveito para fazer daquilo  
 102 que foi a noticia na roda pé esta  
 103 semana sobre a reciclagem do  
 104 lixo eletrónico que os  
 105 trabalhadores do NOSI fizeram.  
 106 Sempre fazer reciclagem e  
 107 transformar-se lixo no luxo. Eu  
 108 também concordo com as  
 109 palavras do meu colega mas eu  
 110 queria acrescentar mais uma  
 111 coisa, ele disse formação mas eu  
 112 queria acrescentar mais uma  
 113 coisa,formação específica de  
 114 Professores. Assim como temos  
 115 professores de Matemática,  
 116 professores de Lingua Portuguesa  
 117 então acho que seria interessante  
 118 uma formação para a educação  
 119 ambiental. Por isso acho que  
 120 havendo um professores

-> ( 120- 121): formaç especifi áre  
 121 específico para a formação  
 122 ambiental. Não sei qual será o  
 123 nome mas deve ter professores  
 124 específicos para esta questão.  
 125 Porque sendo esta questão muito  
 -> ( 125- 126): importancia da area  
 126 pertiennte, nós estamos a ver o  
 127 lixo, a poluição tantos males que o  
 128 nosso ambiente padece. Eu creio  
 129 que deve ter uma acção mais forte  
 130 para pudermos combater este mal.  
 131 Parece que a coisa é assim tão  
 132 simples, está na moda. A verdade  
 133 é que asvezes as pessoas não  
 134 têm a consciência que a coisa é  
 135 muito grave.Havendo esta  
 -> ( 135- 152): proposta curricula  
 136 disciplina, um professor formado  
 137 para trabalhar esta disciplina  
 138 parece-me ideal. Para além disso  
 139 eu acho que por exemplo esta  
 140 disciplina ela está diluída dentro  
 141 das disciplina das Ciências  
 142 Integradas. Pronto eu uso uma  
 143 hora, dois dias para me dedicar  
 144 sobre a educação ambiental.  
 145 Devia também haver este tempo  
 146 para a Educação Ambiental.  
 147 Assim eu creio que despertaria  
 148 mais interesse e não se pense  
 149 não é algo que a professora dá de  
 150 vez em quando mas sim está no  
 151 horário. Havendo esta  
 152 programação seria óptimo. Eu ao  
 -> ( 152- 163): areas fundamentais  
 153 ver esta questão fiz uma breve  
 154 listagem de conteúdos por  
 155 exemplo: Lixo/

156 Reciclagem;Apanha desenfreada  
 157 da areia;Cortes desenfreadas de  
 158 árvores;Questão de poupança da  
 159 água porque nós somos um pais  
 160 que padece muito da  
 161 água;Preservação das espécies  
 162 endémicas tanto animais como  
 163 plantas.Estou plenamente de  
 164 acordo com a minha colega. Estes  
 165 temas apresentados são  
 166 pertinentes. Também pode-se  
 -> ( 166- 168): medidas de prevençã  
 167 reforçar a reciclagem, os resíduos  
 168 urbanos. Nós fazemos parte de  
 169 uma sociedade de consumidor.  
 170 Hoje em dia nós consumimos  
 171 todos os tipos de produtos,  
 172 consumimos empacotados,  
 173 enlatados, consumimos produtos  
 174 electrónicos. Vê-se nos arredores  
 175 das oficinas, muitos a carros  
 176 velhos ,muitas carcaças de carros  
 177 não usados vimos restos de  
 178 construções num determinado  
 179 lugar. Felizmente agora já temos o  
 -> ( 179- 204): estra de prevençã  
 180 Aterro Sanitário que vai contribuir  
 181 enormemente para o nosso  
 182 ambiente De uma forma geral  
 183 para combater os problemas da  
 184 água, há vários processos, há  
 185 vários trâmetes. Desde a própria  
 186 urbanização com redes de  
 187 esgotos mas tem que ser um  
 188 trabalho bem feito. Tentar  
 189 consciencializar os alunos ou os  
 190 próprios agricultores por não  
 191 sabemos os alunos o que é que  
 192 vão ser. Fazer a reutilização da

-> ( 192- 204): importan das medid pre  
 193 água é muito importante, tentar  
 194 passar mensagem de não poluir a  
 195 água. Porque asvezes a água que  
 196 devia ser consumido para o  
 197 consumo não dá nem para tomar  
 198 banho quanto á mais para o  
 199 consumo. É preciso fazer uma  
 200 aposta muito forte. Apostar  
 201 fortemente na dessalinização da  
 202 água porque ainda há falta da  
 203 água em Cabo Verde sabendo  
 204 que há muitos centrais  
 205 dessalinizadoras. Eu gostaria só  
 206 de dizer que talvez aqui neste  
 207 caso a solução passa pela  
 208 intervenção governamental pois  
 209 isto não depende somente das  
 210 pessoas. Tentar resolver. Nota-se  
 211 que agora fala-se muito de  
 212 técnicas dos 3 Rs. Nota-se que  
 -> ( 212- 226): proposta de melhoria  
 213 em Cabo Verde há muitas áreas  
 214 descobertas. Deve-se tentar fazer  
 215 a cobertura vegetal. Desde  
 216 babosa, cisa, mas também  
 217 acácias e outras espécies. A  
 218 reflorestação também seria uma  
 219 aposta forte. Também tentar  
 220 preservar as espécies animais e  
 221 vegetais. Pode-se tentar encontrar  
 222 outras espécies. Antes não se  
 223 falava da produção de arroz em  
 224 Cabo Verde. Hoje não é novidade  
 225 pois já foi produzida uma boa  
 226 quantidade de arroz. Qualquer  
 227 projecto depende muito senão  
 228 essencialmnte de recursos  
 229 financeiros. As vezes temos ideias

-> ( 229- 248): perspectiva de formaçã  
 230 muito brilhantes mas não tendo a  
 231 parte financeira o projecto não  
 232 anda. Então eu creio que deve-se  
 233 investir e traz benefícios para o  
 234 país. Eu creio que deve-se ter um  
 235 financiamento próprio para tal. A  
 236 formação à distância é o que  
 237 parece mais fácil porque já temos  
 -> ( 237- 238): boas praticas  
 238 a rádio educativa. Já existe esta  
 239 pratica noutras disciplinas.  
 240 Debates e palestras também  
 241 quer sempre mas é algo que se  
 242 consegue fazer com facilidade. As  
 243 sessões presenciais também acho  
 -> ( 243- 246): compone presenc  
 244 que é possível mas aqui deve ter  
 245 melhor elaboração visto pronto,  
 246 cada um tem o seu horário.  
 247 Através do Instituto Pedagógico  
 248 agora Instituto Universitário de  
 249 Educação pode se fazer esta  
 250 formação. Não é impossível.  
 251 Recebíamos as tais sessões  
 252 presenciais. Alguma coisa é mais  
 253 difícil mas há coisas fáceis de se  
 254 fazer. Eu acho que não devia dar  
 -> ( 254- 256): proposta curricula  
 255 de forma transversal mas sim  
 256 como unidade didáctica.É  
 -> ( 256- 258): condições neces  
 257 fundamental criar um fundo  
 -> ( 257- 258): import parte finan  
 258 específico para este fim.  
 259 Associado ao programa deve-se  
 260 produzir manuais mais atractivos,

-> ( 260- 265): qualidade d materia  
 261 mais coloridos que chamem mais  
 262 atenção, com texto educativos  
 263 relacionados com a educação  
 264 ambiental. Continuar a apostar na  
 265 formação. Os professores  
 -> ( 265- 277): condições neces  
 -> ( 265- 267): formaç especifi áre  
 266 precisam saber como implementar  
 267 o programa. Felizmente temos  
 268 algumas organizações que lidam  
 269 com as questões ambiental  
 270 nomeadamente ADAD, DGA,  
 -> ( 270- 283): articulação  
 -> ( 270- 273): inicia publicas e pri  
 271 Biosfera, PNUA e temos mais.  
 272 Como ambas essas instituições  
 273 para o mesmo fim. Uma das  
 274 estratégias é saber numa  
 275 determinada altura é saber qual é  
 276 o local de actuação de uma  
 277 determinada instituição. Já outras  
 278 instituições que trabalham para o  
 279 mesmo fim. Se uma trabalha num  
 280 local outra deve trabalhar noutro  
 281 local dando melhor abrangência.  
 282 Podia ser umas das estratégias a  
 283 ser implementada. Eu a percepção  
 284 que eu tenho é que estas  
 285 instituições estão dissociadas. Na  
 286 minha opinião cada uma trabalha  
 287 à sua maneira. Não há uma  
 288 ligação entre as entidades  
 289 ambientais. A verdade é que não



-> ( 289- 345): sistema de avaliação  
-> ( 289- 302): fragmentação das acções

290 vemos praticamente estas  
291 instituições nas escolas a não ser  
292 no dia do Ambiente, 5 de Junho.  
293 Eu creio que devia ser mais  
294 permanente as actividades destas  
295 instituições com as escolas.  
296 Porque é uma instituição  
297 vocacionada para o ambiente. As  
298 vezes nós vemos durante um ano  
299 que existe algum vazio em termos  
300 ambientais. Chega no dia 5 de  
301 Junho é que ouvimos falar do  
302 ambiente. A minha sugestão é  
303 que não existisse este vazio.  
304 Ambiente para estas instituições  
305 devia ser todos os dias. As  
306 entidades ambientais deviam  
307 estar mais sintonizados. Estando

-> ( 307- 311): estrat de abordag

-> ( 307- 311): articulação

308 mais sintonizados eu trabalho em  
309 prol, por exemplo em prol da  
310 biodiversidade e outros trabalha  
311 em outras áreas etc. Eu creio que  
312 deve existir mais acções mais  
313 energia diversificar as acções a  
314 volta da ilhas de Cabo Verde. Em  
315 termos de avaliação do programa  
316 em si se eu se fosse um técnico  
-> ( 316- 323): sistema aval  
317 de validação, uma das coisas que  
318 irei ver é a própria concepção do  
319 programa, a estrutura do programa  
320 e depois irei ver a pertinência do  
321 programa tem e tentarei

322 prognosticar o impacto do  
323 programa. Fazer um programa  
324 mas com objectivo já traçado.Em  
325 termos do conteúdo pode-se ter  
326 em conta vários instrumentos:  
-> ( 326- 331): sist de avaliação  
327 questões orais e escritas. Pode-se  
328 ver as acções práticas , por  
329 exemplo ver as atitudes perante  
330 uma determinada situação.  
331 Observação directa. Eu também  
332 eu vou nesta mesma linha de  
333 pensamento do Professor  
334 Arlindo. Eu anotei que devia-se  
-> ( 334- 354): perspectiva de formaçã  
335 fazer a observação directa das  
336 atitudes das acções porque a meu  
337 ver falta mesmo isso. Implementa-  
338 se o programa na pratica não se  
339 vê, não se tenta ver, não se tenta  
340 avaliar. Se não tem nenhum  
341 impacto para positiva na vida do  
342 individuo então não teve efeito.  
343 Deve-se tb fazer questionário com  
344 perguntas pertinentes que vão ao  
345 fundo da questão. Queria só dizer  
346 que deve-se fazer testes nestes  
347 casos e ver em que pé andam as  
348 coisas.Eu creio que asvezes  
349 estamos a dar ênfase à parte  
350 teórica eu acho que deve-se dar  
351 uma grande atenção a pate  
352 pratica. Eu acho que é a parte  
353 pratica é que vem dar resposta a  
354 estas questões.Deve se incutir  
-> ( 354- 363): recursos humanos  
355 nas pessoas que não se deve

-> ( 355- 386): sugestões para melhori  
356 deixar de colocar uma casca de  
357 banana só porque as pessoas  
358 estão a ver portanto isto não é  
359 mudança de atitudes.Instituições  
360 locais das camaras municipais  
361 das camaras municipais. Vê-se o  
362 esforço que as camaras  
363 municipais fazem. As vezes o  
364 horário de recolha de lixo não seja  
365 mais adequada. Talvez devia  
366 fazer a recolha apartir das 9 horas  
367 da noite. Quanto às instituições  
368 nacionais televisivos nacionais  
369 talvez deve ser aumentar os  
370 técnicos no terreno em termos dos  
371 responsáveis para cada  
372 área.Tenham mais acções, mais  
-> ( 372- 387): sugestões melhori

-> ( 372- 376): diversificação das acç

373 energias, mais visíveis. É preciso  
374 ver para o lado esta acção. Por  
375 exemplo de cariz  
376 ambiental.Devem ser mais  
377 cuidadosos neste aspecto.  
378 Programas educativos televisivos  
379 com a rádio educativo. Os alunos  
380 querm saber mais, sentem-se  
381 preocupados.Eu estou de acordo  
382 com a recolha porta-a-porta. A  
383 recolha deve continuar da forma  
384 como está . Se há mais energia  
385 eólica bem haja.Deve apostar no  
386 aumento da cobertura vegetal.  
387 11  
388

## FREQUENCIES OF CODES IN GRUPO.005

areas fundamentais : 1  
articulação : 2  
boas praticas : 2  
compone presenc : 1  
condições neces : 2  
diversificação das acç: 1  
estra de prevevenção : 1  
estrat de abordag : 2  
formaç especifici áre : 2  
fragmentação das acçõe: 1  
import parte finan : 1  
importan das medid pre: 1  
importancia da area : 1  
inicia publicas epri : 1  
medidas de prevençã : 1  
pertiencia do programa: 1  
pertinência do Program: 1  
prespectiva de formaçã: 2  
Prog de formaç diferen: 1  
proposta curricula : 2  
proposta de melhoria : 1  
qualidade d materia : 1  
recursos humanos : 1  
refor com sens : 1  
sist de avaliação : 1  
sistema aval : 1  
sistema de avaliação : 1  
sugestões melhori : 1  
sugestões para melhori: 1  
Uniformiz da linguagem: 1

--> pertinência do Program

1- 49: pertinência do Program / 2- 2: pertiencia do programa

4- 25: Uniformiz da linguagem

2 criação de um Programa de

3 Educação Ambiental para os

4 Professores do EB porque não

5 havendo um Programa cada

6 Professor trabalha um aspecto,

7 trabalha umas atividades que ele

8 mesmo considere mesmo

9 considere que é importante para

10 ele mas que entretanto pode não

11 ser importante para aquilo que se

12 pretende no trabalho ambiental.

13 Então havendo um programa é

14 algo para toda a gente. Quando se

15 trabalha um programa na ilha de

16 Santiago, na ilha Brava também

17 se faz a mesma coisa, na ilha do

18 Fogo se faz a mesma coisa e

19 assim nós estaremos em sintonia

20 e não estaríamos a trabalhar

21 aquilo que eu quero, que goste

22 mas aquilo que é importante. Eu

23 creio que é muito importante a

24 elaboração deste programa para

25 pudermos falar a mesma Língua.

1 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.005

--> perspectiva de formação

229- 248: perspectiva de formação / 237- 238: boas praticas

243- 246: compone presenc

237 parece mais fácil porque já temos  
238 a rádio educativa. Já existe esta  
239 pratica noutras disciplinas.  
240 Debates e palestras também  
241 quer sempre mas é algo que se  
242 consegue fazer com facilidade. As  
243 sessões presenciais também acho  
244 que é possível mas aqui deve ter  
245 melhor elaboração visto pronto,  
246 cada um tem o seu horário.

334- 354: perspectiva de formação / 289- 345: sistema de avaliação

354- 363: recursos humanos

289 ambientais. A verdade é que não  
290 vemos praticamente estas  
291 instituições nas escolas a não ser  
292 no dia do Ambiente, 5 de Junho.  
293 Eu creio que devia ser mais  
294 permanente as actividades destas  
295 instituições com as escolas.

296 Porque é uma instituição

297 vocacionada para o ambiente. As  
298 vezes nós vemos durante um ano  
299 que existe algum vazio em termos  
300 ambientais. Chega no dia 5 de  
301 Junho é que ouvimos falar do  
302 ambiente. A minha sugestão é  
303 que não existisse este vazio.  
304 Ambiente para estas instituições  
305 devia ser todos os dias. As  
306 entidades ambientais deviam  
307 estar mais sintonizados. Estando  
308 mais sintonizados eu trabalho em  
309 prol, por exemplo em prol da  
310 biodiversidade e outros trabalha  
311 em outras áreas etc. Eu creio que  
312 deve existir mais acções mais  
313 energia diversificar as acções a

314 volta da ilhas de Cabo Verde. Em

315 termos de avaliação do programa  
316 em si se eu se fosse um técnico  
317 de validação, uma das coisas que  
318 irei ver é a própria concepção do  
319 programa, a estrutura do programa  
320 e depois irei ver a pertinência do  
321 programa tem e tentarei  
322 prognosticar o impacto do  
323 programa. Fazer um programa  
324 mas com objectivo já traçado.Em  
325 termos do conteúdo pode-se ter  
326 em conta vários instrumentos:  
327 questões orais e escritas. Pode-se  
328 ver as acções práticas , por  
329 exemplo ver as atitudes perante  
330 uma determinada situação.

331 Observação directa. Eu também

332 eu vou nesta mesma linha de  
333 pensamento do Professor  
334 Arlindo. Eu anotei que devia-se  
335 fazer a observação directa das  
336 atitudes das acções porque a meu  
337 ver falta mesmo isso. Implementa-  
338 se o programa na pratica não se  
339 vê, não se tenta ver, não se tenta  
340 avaliar. Se não tem nenhum  
341 impacto para positiva na vida do  
342 individuo então não teve efeito.  
343 Deve-se tb fazer questionário com  
344 perguntas pertinentes que vão ao  
345 fundo da questão. Queria só dizer  
346 que deve-se fazer testes nestes  
347 casos e ver em que pé andam as  
348 coisas.Eu creio que asvezes  
349 estamos a dar ênfase à parte  
350 teórica eu acho que deve-se dar  
351 uma grande atenção a parte  
352 pratica. Eu acho que é a parte  
353 pratica é que vem dar resposta a  
354 estas questões.Deve se incutir

355 nas pessoas que não se deve

356 deixar de colocar uma casca de  
357 banana só porque as pessoas  
358 estão a ver portanto isto não é  
359 mudança de atitudes.Instituições  
360 locais das camaras municipais  
361 das camaras municipais.Vê-se o  
362 esforço que as camaras  
363 municipais fazem. As vezes o

2 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.005

--> sugestões para melhori

355- 386: sugestões para melhori / 354- 363: recursos humanos

372- 376: diversificação das aç

372- 387: sugestões melhori

354 estas questões.Deve se incutir

355 nas pessoas que não se deve

356 deixar de colocar uma casca de

357 banana só porque as pessoas

358 estão a ver portanto isto não é

359 mudança de atitudes.Instituições

360 locais das camaras municipais

361 das camaras municipais.Vê-se o

362 esforço que as camaras

363 municipais fazem. As vezes o

364 horário de recolha de lixo não seja

365 mais adequada. Talvez devia

366 fazer a recolha apartir das 9 horas

367 da noite. Quanto ás instituições

368 nacionais televisivos nacionais

369 talvez deve ser aumentar os

370 técnicos no terreno em termos dos

371 responsáveis para cada

372 área.Tenham mais acções, mais

373 energias, mais visíveis. É preciso

374 ver para o lado esta acção. Por

375 exemplo de cariz

376 ambiental.Devem ser mais

377 cuidadosos neste aspecto.

378 Programas educativos televisivos

379 com a rádio educativo. Os alunos

380 querm saber mais, sentem-se

381 preocupados.Eu estou de acordo

382 com a recolha porta-a-porta. A

383 recolha deve continuar da forma

384 como está . Se há mais energia

385 eólica bem haja.Deve apostar no

386 aumento da cobertura vegetal.

387 11

1 findings

adeq á especific local  
adeq á revisão  
adeq avali revisão cur  
agentes envolv  
áreas fundamentais  
articulação  
boas praticas  
concepção do programa  
condições necessárias  
continuidade programa  
envolventes  
estratégia abordagem  
estrat aquis avaliador  
expectativ dos formand  
expectativa positiva  
experiência piloto  
fontes de financiament  
fragil na arti  
implementação faseado  
importancia da formaçã  
Iniciati incentiv form  
inovação  
moda de formação  
modalidade de formação  
necess de uniformizaç  
necess. coonsciên cosm  
opinião favorável  
Origem dos formadores  
perfil do avaliador  
perfil do formador  
pertinencia do program  
prespeciva da formação  
pretinencia do program  
raridade trata conteud  
reconhe oficial forma  
recursos tecnológico  
sistema de avaliação  
socialização

articulação  
sustentabilidade  
Temas ambientais  
transversalidade

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.006

--> adeq á especific local

--> adeq á revisão

82- 89: adeq á revisão / 82- 84: pretinencia do program

82 todas as disciplinas. Na decorrência  
83 disso será necessário a formação de  
84 professores no sentido de reforçar os  
85 conhecimentos lá onde existem mas  
86 também os que não tem que nos  
87 possibilita abordar esta temática  
88 nomeadamente a temática ambiental  
89 em todas as fases do EB. Eu vejo com

--> adeq avali revisão cur

--> agentes envolv

--> áreas fundamentais

--> articulação

429- 441: articulação / 429- 441: boas praticas

429 disponibilização dos materiais de  
430 apoio. Nós como fazemos parte da  
431 comissão do Concelho Nacional do  
432 Ambiente participamos nas reuniões  
433 que se realizam 3 ou 4 vezes ao ano .  
434 Par além dos relatórios que temos que  
435 submeter à Direcção Geral do  
436 Ambiente. Articulamos também com a  
437 DGASP. A DGA articula-se com a  
438 Câmara Municipal. Mas o PANA II  
439 prevê articulação entre os PAMs mas a  
440 nível de sensibilização e educação  
441 ambiental.

442- 476: articulação / 456- 460: fragil na arti

460- 466: articulação  
466- 470: agentes envolv  
470- 474: sustentabilidade

442 Mas a articulação não tem sido o  
443 desejável com a câmaras municipais  
444 porque muitas vezes as actividades  
445 são repetitivas, O ideal seria  
446 concertação articulação e fazer um a  
447 junção de recursos para fazer uma  
448 actividade integrada.O ideal seria  
449 congregamos esforços , planificar e  
450 fazer um plano integrado. É o que  
451 estamos a trabalhar com DGA onde  
452 todas as actividades deve ser de uma  
453 forma integrada.A delegação é as  
454 vezes solicitada a executar para  
455 participar e pede-se a colaboração das  
456 escolas. Não há uma articulação  
457 intersectorial ou seja uma plano  
458 integrado de educação ambiental. As  
459 vezes o projecto é concebido pelo  
460 ministério. Fazer a articulação  
461 intersectorial e haver um plano  
462 integrado de educação ambiental.  
463 Melhor articulação entre os sectores de  
464 educação ambiental. Melhor  
465 planificação e articulação dos  
466 recursos. Procurar o envolvimento dos  
467 beneficiários nos projectos ambientais  
468 Eu acho que se deve começar desde  
469 mais cedo estas actividades de  
470 educação .ambiental. É preciso apostar  
471 nas gerações vindouras e  
472 implementar uma série de princípios  
473 que tem a ver com a preservação do  
474 ambiente. É preciso recursos para  
475 podermos ter uma verdadeira  
476 educação ambiental

--> boas praticas

--> concepção do porgrama

341- 362: concepção do porgrama / 341- 346: expectativ dos formand

346- 349: socialização  
350- 352: experiência piloto  
357- 361: implementação faseado  
341 Que pessoas vão elaborar o programa?  
342 Bom partindo das necessidades dos  
343 professores claro que se pode  
344 elaborar o programa que vão de  
345 encontro com aquilo que as pessoa  
346 esperam do programa. Estando o  
347 programa elaborado acho que é  
348 preciso socializá-lo e ver se é possível  
349 fazer algumas alterações ou  
350 acrescentar algo ao programa. Depois  
351 disso penso que é preciso então abrir  
352 uma experiência piloto ou seja não  
353 generalizar o programa escolher um  
354 certo número de escolas e ver o  
355 impacto do programa. as suas  
356 potencialidades e tb as suas  
357 limitações. Havendo limitações pode-  
358 se fazer algumas retificações. Penso  
359 que o programa pode ser alargado  
360 paulatinamente e não de uma forma  
361 abrupta criar uma amostra um  
362 conjunto de escolas. Eu acho que isso

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.006

--> condições necessárias

234- 288: condições necessárias / 244- 254: reconhece oficial forma  
259- 288: prespéciva da formação  
269- 275: Origem dos formadores  
283- 288: Iniciati incentiv form  
234 eficácia.As condições técnicas e agora  
235 com a sociedade de conhecimento  
236 com cabo Verde é um país  
237 arquipelágico deve-se ter como suporte  
238 o suporte as novas tecnologias TIC.  
239 Primeiro deve-se elaborar o programa  
240 e manuais didáticos, CDs e enfim os  
241 recursos tecnológicos. Há que haver o  
242 programa e os manuais e outros  
243 materiais didáticos com recursos a  
244 novas tecnologias. Há uma coisa  
245 importante aqui que é assim, quando  
246 os professores receberam esta  
247 formação devem ter algum efeito  
248 profissional. Não reconhecimento a  
249 nível do salário. Vão sentir mais  
250 motivados. Muitas vezes não recebem  
251 o certificado. Para isso é necessário  
252 haver alguma espécie de regime  
253 jurídico relacionado com a educação  
254 ambiental. Não sei se o IP vai  
255 continuar a trabalhar enfim a formar na  
256 formação dos professores não sei se é  
257 possível ter uma instituição  
258 vocacionada para a educação  
259 ambiental. Pode-se também criar um  
260 gabinete para tratar a educação  
261 ambiental e se as pessoas que vão  
262 receber a formação vão multiplicar a  
263 formação ou se o conhecimento  
264 recebido se vão restringir ao contexto  
265 educativo os tais multiplicadores. Onde

266 vamos formar professores. SE vamos  
267 procurar professores lá fora ou se  
268 temos professores aqui em Cabo  
269 Verde. Uma outra coisa é se as  
270 pessoas que irão receber a formação  
271 vão multiplicar a formação ou se o  
272 conhecimento recebido se vão  
273 restringir-se apenas ao contexto  
274 educativo ou seja que serão os tais  
275 multiplicadores.  
276 Eu creio que neste momento em Cabo  
277 Verde temos pessoas capazes. É que  
278 há muitas pessoas que não foram  
279 ainda descobertas e que estão nas  
280 zonas de sombras. Jovens  
281 capacitados. Deve-se fazer uma  
282 pesquisa de pessoas capazes de fazer  
283 uma boa formação. Arranjar maneira  
284 de apoiar pessoas de boa vontade.  
285 Compensá-las de algum forma mas  
286 também trabalhar a sensibilização dos  
287 professores para participarem nas  
288 formações. Hoje em dia as pessoas  
--> continuidade programa

59- 69: continuidade programa / 59- 69: inovação  
67- 69: pretinencia do program  
59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos  
60 é pertinente porque já existe. Havendo  
61 um programa autónomo à semelhança  
62 do Programa Regional do PFIE que foi  
63 trabalhado por fase importa verificar o  
64 programa e ver o que pode ser ainda  
65 aproveitado. Fazer um programa  
66 especificadamente para Cabo Verde  
67 É muito pertinente este programa com  
68 conteúdos relacionados com o nosso  
69 ambiente. Pensar num programa

--> envolventes

--> estratégia abordagem

74- 93: estratégia abordagem / 80- 81: transversalidade  
82- 89: adeq á revisão  
82- 84: pretinencia do program  
90- 93: expectativa positiva  
74 Agora com a revisão curricular foi  
75 elaborado o Plano de acção da  
76 educação ambiental nos currículos do  
77 ensino básico e secundário e este  
78 programa que já está a ser  
79 implementado contém o reforço da  
80 integração curricular a nível do ensino  
81 básico de forma transversal ou seja em  
82 todas as disciplinas. Na decorrência  
83 disso será necessário a formação de  
84 professores no sentido de reforçar os  
85 conhecimentos lá onde existem mas  
86 também os que não tem que nos  
87 possibilita abordar esta temática  
88 nomeadamente a temática ambiental  
89 em todas as fases do EB. Eu vejo com  
90 bons olhos este Programa no sentido d  
91 reforçar as competências e reforçar a  
92 eficácia de leccionação de conteúdos  
93 ambientais do ensino básico. Há um  
96- 108: estratégia abordagem / 101- 108: adeq á especific local  
96 material pedagógico..O senhor Belmiro  
97 tocou num assunto importante que a  
98 referência ao PFIE que atende  
99 questões de níveis regionais enfim fez  
100 referencias aos países que fazem parte  
101 do Sahel. Há problemas específicos de  
102 Cabo Verde. O fenómeno da  
103 globalização diz que devemos  
104 considerar os problemas globais e agir  
105 localmente. Portanto os problemas são



## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.006

106 gerais mas podemos ver problemas		
107 especificos de cada ilha de cada		
108 concelho etc		
--> estra de avaliar		
--> estrat aquis avaliador		
--> expectativ dos formand		
--> expectativa positiva		
--> experiência piloto		
--> fontes de financiament		
--> fragil na arti		
--> implementaçã faseado		
--> importancia da formaçã		
300- 337: importancia da formaçã / 300- 337: sistema de avaliação		
311- 318: articulação		
319- 326: envolventes		
300 formação. A formação é puder		
301 sentimos mais força e mais		
302 capacitados.Sempre que se fala de		
303 avaliação é sempre um problema. Eu		
304 penso que depois da concepção do		
305 programa e da formação dos		
306 professores é necessário fazer o		
307 acompanhamento, a supervisão e		
308 fazer a avaliação de uma forma		
309 autónoma ou então de uma forma		
310 integrada pensando nos alunos.		
311 Relativamente à avaliação do		
312 programa em si eu penso que pronto		
313 há que fazer uma pesquisa juntos dos		
314 supervisores que estão a acompanhar		
315 no terreno, e também juntos dos		
316 professores e se for possível também		
317 ouvir os alunos relativamente aos		
318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é		
319 cara. Há que se pensar nesses		
320 envolventes, supervisores, professore		
321 e alunos para ter uma ideia clara		
322 mesmo tendo uma amostra para saber		
323 até que ponto o programa tem pés para		
324 andar e ver também até que ponto que		
325 o programa está a ser cumprido e o		
326 programa está a mexer com os alunos		
327 na sala de aula.Neste processo de		
328 avaliação devemos definimos á partida		
329 a metodologia os indicadores e as		
330 metas que permite-nos ter os		
331 resultados previstos como avaliação. O		
332 processo de avaliação como o colega		
333 disse é bastante complexa por isso		
334 deve-se definir á partida a metodologia,		
335 os objetivos e as metas isto		
336 relativamente ao programa come		
337 também ao próprio processo.		
--> Iniciati incentiv form		
300- 337: Iniciati incentiv form / 300- 337: importancia da formaçã		
300- 337: sistema de avaliação		
311- 318: articulação		
319- 326: envolventes		
300 formação. A formação é puder		
301 sentimos mais força e mais		
302 capacitados.Sempre que se fala de		
303 avaliação é sempre um problema. Eu		
304 penso que depois da concepção do		
305 programa e da formação dos		
306 professores é necessário fazer o		
307 acompanhamento, a supervisão e		
308 fazer a avaliação de uma forma		
309 autónoma ou então de uma forma		
310 integrada pensando nos alunos.		
311 Relativamente à avaliação do		
312 programa em si eu penso que pronto		
313 há que fazer uma pesquisa juntos dos		
314 supervisores que estão a acompanhar		
315 no terreno, e também juntos dos		
316 professores e se for possível também		
317 ouvir os alunos relativamente aos		
318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é		
319 cara. Há que se pensar nesses		
320 envolventes, supervisores, professore		
321 e alunos para ter uma ideia clara		
322 mesmo tendo uma amostra para saber		
323 até que ponto o programa tem pés para		
324 andar e ver também até que ponto que		
325 o programa está a ser cumprido e o		
326 programa está a mexer com os alunos		
327 na sala de aula.Neste processo de		
328 avaliação devemos definimos á partida		
329 a metodologia os indicadores e as		
330 metas que permite-nos ter os		
331 resultados previstos como avaliação. O		
332 processo de avaliação como o colega		
333 disse é bastante complexa por isso		
334 deve-se definir á partida a metodologia,		
335 os objetivos e as metas isto		
336 relativamente ao programa come		
337 também ao próprio processo.		

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.006

--> inovação

59- 69: inovação / 67- 69: pertinencia do program  
59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos  
60 é pertinente porque já existe. Havendo  
61 um programa autónomo à semelhança  
62 do Programa Regional do PFIE que foi  
63 trabalhado por fase importa verificar o  
64 programa e ver o que pode ser ainda  
65 aproveitado. Fazer um programa  
66 especificadamente para Cabo Verde  
67 É muito pertinente este programa com  
68 conteúdos relacionados com o nosso  
69 ambiente. Pensar num programa

--> moda de formação

--> modalidade de formação

--> necess de uniformizaç

--> necess. coonsciên cosm

--> opinião favorável

2- 36: opinião favorável / 3- 5: necess. coonsciên cosm  
14- 17: raridade trata conteud  
18- 22: necess de uniformizaç  
23- 24: srticulação

2 Eu acho que é muito importante a

3 educação ambiental. Hoje mais do que  
4 nunca precisamos consciencializar  
5 dos fenómenos ambientais.  
6 Há eu criar uma consciência cósmica.  
7 Não se pode começar melhor do que  
8 no Ensino Básico sabendo que é mais  
9 fácil moldar as crianças e sensibilizá-  
10 las em relação às questões  
11 ambientais.

12 No Programa a educação a nível do

13 ensino básico a educação e o  
14 ambiente. O tem ambiental é  
15 trabalhado esporadicamente no ensino  
16 básico sobretudo quando se  
17 comemora o dia mundial do ambiente.  
18 Não há um programa por isso deve se  
19 criar um programa porque não tendo  
20 um programa cada professor trabalha o  
21 ambiente de uma forma fragmentada,  
22 isolada e esporádica.  
23 Não há uma articulação entre as  
24 disciplinas. Penso que é um tema que  
25 deve ser trabalhado de uma forma  
26 transversal. Criando programa será  
27 uma mais valia para todos nós. Na  
28 formação inicial dos professores não  
29 tem. Falta a formação nos professore.  
30 Os professores manifestam alguma  
31 insegurança ao tratar os temas  
32 ambientais. Acho que é tema  
33 interessante.  
34 Não havendo um programa, cada um  
35 trabalha de forma esporádica e  
36 fragmentada. Eu tive que reflectir e até

--> Origem dos formadores

--> perfil do avaliador

--> perfil do formador

--> pertinencia do program

- 96: pertinencia do porgram / 3- 5: necess. coonsciên cosm

14- 17: raridade trata conteud  
18- 22: necess de uniformizaç  
23- 24: srticulação  
36- 57: Temas ambientais  
59- 69: continuidade programa  
59- 69: inovação  
67- 69: pertinencia do program  
74- 93: estartégia abordagem  
80- 81: transversalidade  
82- 89: adeq á revisão  
82- 84: pertinencia do program  
90- 93: expectativa positiva

2 Eu acho que é muito importante a  
3 educação ambiental. Hoje mais do que  
4 nunca precisamos consciencializar  
5 dos fenómenos ambientais.  
6 Há eu criar uma consciência cósmica.  
7 Não se pode começar melhor do que  
8 no Ensino Básico sabendo que é mais  
9 fácil moldar as crianças e sensibilizá-  
10 las em relação às questões  
11 ambientais.  
12 No Programa a educação a nível do  
13 ensino básico a educação e o  
14 ambiente. O tem ambiental é  
15 trabalhado esporadicamente no ensino  
16 básico sobretudo quando se  
17 comemora o dia mundial do ambiente.

18 Não há um programa por isso deve se  
 19 criar um programa porque não tendo  
 20 um programa cada professor trabalha o  
 21 ambiente de uma forma fragmentada,  
 22 isolada e esporádica.  
 23 Não há uma articulação entre as  
 24 disciplinas. Penso que é um tema que  
 25 deve ser trabalhado de uma forma  
 26 transversal. Criando programa será  
 27 uma mais valia para todos nós. Na  
 28 formação inicial dos professores não  
 29 tem. Falta a formação nos professores.  
 30 Os professores manifestam alguma  
 31 insegurança ao tratar os temas  
 32 ambientais. Acho que é tema  
 33 interessante.  
 34 Não havendo um programa, cada um  
 35 trabalha de forma esporádica e  
 36 fragmentada. Eu tive que reflectir e até  
 37 pesquisar um pouco no programa e ver  
 38 até que ponto que este conteúdo é  
 39 tratado no programa.  
 40 interessante é que descobri que  
 41 realmente nas Ciências Integradas  
 42 existem conteúdos relacionados com  
 43 educação ambiental do 2º ao 6º anos.  
 44 Na segunda fase existem conteúdos  
 45 nomeadamente: sol, ar água. Na  
 46 terceira fase temos: distribuição da  
 47 população no espaço, acção do  
 48 homem sobre o ambiente, crescimento  
 49 da população, gestão dos recursos  
 50 naturais, poluição entre outros, mas  
 51 também temos vários objectivos  
 52 nomeadamente:

3 Compreende a má utilização dos  
 54 recursos naturais, compreender a  
 55 necessidade de reduzir ao mesmo  
 56 tempo, referir problemas causados  
 57 pela poluição, identifica diversos tipos  
 58 de poluição.  
 59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos  
 60 é pertinente porque já existe. Havendo  
 61 um programa autónomo à semelhança  
 62 do Programa Regional do PFIE que foi  
 63 trabalhado por fase importa verificar o  
 64 programa e ver o que pode ser ainda  
 65 aproveitado. Fazer um programa  
 66 especificadamente para Cabo Verde  
 67 É muito pertinente este programa com  
 68 conteúdos relacionados com o nosso  
 69 ambiente. Pensar num programa  
 70 autónomo. Complementando o meu  
 71 colega Belmiro no programa antigo, já  
 72 tinha elementos sobre a educação  
 73 ambiental.  
 74 Agora com a revisão curricular foi  
 75 elaborado o Plano de acção da  
 76 educação ambiental nos currículos do  
 77 ensino básico e secundário e este  
 78 programa que já está a ser  
 79 implementado contém o reforço da  
 80 integração curricular a nível do ensino  
 81 básico de forma transversal ou seja em  
 82 todas as disciplinas. Na decorrência  
 83 disso será necessário a formação de  
 84 professores no sentido de reforçar os  
 85 conhecimentos lá onde existem mas  
 86 também os que não tem que nos  
 87 possibilita abordar esta temática  
 88 nomeadamente a temática ambiental  
 89 em todas as fases do EB. Eu vejo com  
 90 bons olhos este Programa no sentido d

91 reforçar as competências e reforçar a  
 92 eficácia de leccionação de conteúdos  
 93 ambientais do ensino básico. Há um  
 94 programa regional de educação  
 95 ambiental para apoiar a produção do  
 96 material pedagógico..O senhor Belmiro

--> prespeciva da formação

96- 164: prespeciva da formação / 101- 108: adeq á especific local  
 109- 111: moda de formação  
 112- 132: estartégia abordagem  
 133- 142: modalidade de formação  
 143- 148: estartégia abordagem  
 149- 154: modalidade de formação  
 155- 156: recursos tecnológicoso  
 96 material pedagógico..O senhor Belmiro  
 97 tocou num assunto importante que a  
 98 referência ao PFIE que atende  
 99 questões de níveis regionais enfim fez  
 100 referencias aos países que fazem parte  
 101 do Sahel. Há problemas específicos de  
 102 Cabo Verde. O fenómeno da  
 103 globalização diz que devemos  
 104 considerar os problemas globais e agir  
 105 localmente. Portanto os problemas são  
 106 gerais mas podemos ver problemas  
 107 específicos de cada ilha de cada  
 108 concelho etc

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.006

- 109 Também acho que os professores tem  
110 algum conhecimento e acho que a  
111 modalidade deve ser formação  
112 contínua em forma de seminários,  
113 workshops etc, porque os professores  
114 tem conhecimentos desde o programa  
115 do PFIE, pesquisar na internet,  
116 acompanhar notícias de fenómenos  
117 naturais como o caso de sismos,  
118 tsunamis. É preciso que cada um actue  
119 na sua comunidade, na sua ilha, no  
120 seu país, de uma forma muito geral. É  
121 preciso fazer um levantamento de  
122 necessidades a nível escolar que vai  
123 de encontro com a necessidade e aqui  
124 os alunos podem ser ouvidos para  
125 poder ter um leque de necessidades  
126 que vão de encontro com as suas  
127 expectativas. Resumidamente deve-se  
128 apostar muito na formação de  
129 professores se o IP vai continuar a  
130 apostar na formação deve ver a  
131 questão da formação inicial e  
132 continuar com a formação continua.  
.....133 Para concordar com os colegas. Pode  
134 ser formação continua e ou em  
135 exercício. É preciso que este programa  
136 seja supervisionado na sua  
137 aplicabilidade. Nós também há pouco  
138 tempo contratamos uma assistência  
139 técnica e uma dos pontos fracos que  
140 foram identificados é a formação dos  
141 professores nomeadamente a  
142 abordagem por competências perante  
143 a pedagogia por competências. Os
- 144 professores dizem que já tem alguma  
145 formação mas a precisam aprofundar e  
146 reforçar dificuldades persiste em como  
147 abordar as temáticas ambientais  
148 utilizando a metodologia por  
149 competências. A metodologia pode ser  
150 a formação continua como somos  
151 ilhas as vezes devemos apostar na  
152 formação e-learning e b-elearning  
153 acho que devemos apostar na  
154 formação continua. Devemos apostar  
155 na formação utilizando as TIC e  
156 rentabilizando os recursos. Os  
157 professores mesmo estando nos seus  
158 locais de trabalho fazer a sua  
159 formação continua como já vem sendo  
160 feito nas outras temáticas que os  
161 professores podem sempre  
162 actualizar. Nesta matéria era só para  
163 concordar com os colegas portanto  
164 estou plenamente de acordo. Eu
- 259- 288: perspectiva da formação / 269- 275: Origem dos formadores  
283- 288: Iniciati incentiv form  
259 ambiental. Pode-se também criar um  
260 gabinete para tratar a educação  
261 ambiental e se as pessoas que vão  
262 receber a formação vão multiplicar a  
263 formação ou se o conhecimento  
264 recebido se vão restringir ao contexto  
265 educativo os tais multiplicadores. Onde  
266 vamos formar professores. SE vamos  
267 procurar professores lá fora ou se  
268 temos professores aqui em Cabo  
269 Verde. Uma outra coisa é se as  
270 pessoas que irão receber a formação  
271 vão multiplicar a formação ou se o  
272 conhecimento recebido se vão  
273 restringir-se apenas ao contexto
- 274 educativo ou seja que serão os tais  
275 multiplicadores.  
276 Eu creio que neste momento em Cabo  
277 Verde temos pessoas capazes. É que  
278 há muitas pessoas que não foram  
279 ainda descobertas e que estão nas  
280 zonas de sombras. Jovens  
281 capacitados. Deve-se fazer uma  
282 pesquisa de pessoas capazes de fazer  
283 uma boa formação. Arranjar maneira  
284 de apoiar pessoas de boa vontade.  
285 Compensá-las de algum forma mas  
286 também trabalhar a sensibilização dos  
287 professores para participarem nas  
288 formações. Hoje em dia as pessoas
- > pretinencia do program  
--> raridade trata conteud  
--> reconhe oficial forma  
--> recursos tecnologicoso  
--> sistema de avaliação  
300- 337: sistema de avaliação / 311- 318: articulação  
319- 326: envolventes

- 300 formação. A formação é puder  
 301 sentimos mais força e mais  
 302 capacitados.Sempre que se fala de  
 303 avaliação é sempre um problema. Eu  
 304 penso que depois da concepção do  
 305 programa e da formação dos  
 306 professores é necessário fazer o  
 307 acompanhamento, a supervisão e  
 308 fazer a avaliação de uma forma  
 309 autónoma ou então de uma forma  
 310 integrada pensando nos alunos.  
 311 Relativamente à avaliação do  
 312 programa em si eu penso que pronto  
 313 há que fazer uma pesquisa juntos dos  
 314 supervisores que estão a acompanhar  
 315 no terreno, e também juntos dos  
 316 professores e se for possível também  
 317 ouvir os alunos relativamente aos  
 318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é  
 319 cara. Há que se pensar nesses  
 320 envolventes, supervisores, professore  
 321 e alunos para ter uma ideia clara  
 322 mesmo tendo uma amostra para saber  
 323 até que ponto o programa tem pés para  
 324 andar e ver também até que ponto que  
 325 o programa está a ser cumprido e o  
 326 programa está a mexer com os alunos  
 327 na sala de aula.Neste processo de  
 328 avaliação devemos definimos á partida  
 329 a metodologia os indicadores e as  
 330 metas que permite-nos ter os  
 331 resultados previstos como avaliação. O  
 332 processo de avaliação como o colega  
 333 disse é bastante complexa por isso  
 334 deve-se definir á partida a metodologia,  
 335 os objetivos e as metas isto  
 336 relativamente ao programa come  
 337 também ao próprio processo.
- 362- 427: sistema de avaliação / 368- 371: estrat aquis avaliador  
 372- 375: estra de avaliar  
 376- 377: transversalidade  
 379- 385: adeq avali revisão cur  
 386- 394: estra de avaliar  
 399- 427: boas praticas
- 362 conjunto de escolas. Eu acho que isso  
 363 é importante. Depois vem a questão de  
 364 avaliação. A avaliação é um conceito  
 365 muito difícil mas também depende  
 366 porque se temos elementos de é  
 367 preciso monitorizar a implementação  
 368 do programa. As pessoas que estão  
 369 nas escolas podem ser contratados ou  
 370 selecionados para fazer  
 371 acompanhamento a nível da escolas.  
 372 Claro que tem que ter uma equipa  
 373 central que tem que ir ao terreno ver  
 374 como que os os professores estão a  
 375 trabalhar a educação ambiental. A  
 376 educação transversal tem que ser  
 377 transversal. Não se pode trabalhar por  
 378 disciplina sobre a educação  
 379 transversal. Talvez é preciso mexer um  
 380 bocado com a estrutura que temos  
 381 atualmente. Está a fazer a revisão  
 382 curricular. Até penso que a educação  
 383 ambiental devia andar ao lado do que  
 384 está a passar actualmente sobre a  
 385 revisão curricular. Ver os conteúdos  
 386 que podem ser ligados a educação  
 387 ambiental e ver se já os alunos  
 388 interiorizarem os valores que tem a ver  
 389 com a preservação e conservação do  
 390 meio ambiente. Quer comportamento  
 391 dos professores, pais , escolas, família  
 392 e comunidade tudo isso pode ser  
 393 incluído dentro do processo de
- 394 avaliação.  
 395 Por exemplo passar os questionários  
 396 ao professores, entrevistar os  
 397 professores. Ver também o  
 398 comportamento dos alunos. Se há  
 399 transformação. Realmente nós  
 400 fizemos a pouco o levantamento do  
 401 perfil ambiental da comunidade  
 402 educativa, uma espécie de avaliação  
 403 dos conhecimentos que a comunidade  
 404 educativa tem sobre os conteúdos da  
 405 educação ambiental . Então eu  
 406 considero que esta é uma boa  
 407 metodologia. Aplicamos questionário  
 408 com 60 perguntas e depois na fase de  
 409 tratamento e análise obteremos  
 410 informações que nos dão indicações  
 411 sobre por exemplo a avaliação do  
 412 programa de formação de professores.  
 413 Pode ser feita mesma coisa. Nós  
 414 fizemos a nível do conhecimento do  
 415 domínios das questões ambientais,  
 416 dos alunos, dos professores bem como  
 417 do material pedagógico e os  
 418 resultados foram bastante  
 419 interessantes a nível do ensino básico.  
 420 Aplicar questionário permite avaliar até  
 421 que ponto o programa teve o seu  
 422 impacto e os resultados foram bastante  
 423 interessantes a nível do ensino básico.  
 424 Acho que isto também é uma boa  
 425 metodologia, aplicar questionário e ver  
 426 até que ponto o questionário teve o  
 427 seu impacto. O que importa é reforçar

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.006

--> socialização

--> srticulação

--> sustentabilidade

--> Temas ambientais

--> transversalidade

17 findings

RETRIEVAL OF UNUSED CODES IN GRUPO.006  
UNUSED CODES      USED CODES

adeq á especific local

adeq á revisão  
adeq avali revisão cur  
agentes envolv  
áreas fundamentais  
articulação  
boas praticas  
concepção do porgrama  
condições necessárias  
continuidade programa  
envolventes  
estartégia abordagem  
estra de avaliar  
estrat aquis avaliador  
expectativ dos formand  
expectativa positiva  
experiência piloto  
fontes de financiament  
fragil na arti  
implementação faseado  
importancia da formaçã  
Iniciati incentiv form  
inovação  
moda de formação  
modalidade de formação  
necess de uniformizaç  
necess. coonsciên cosm  
opinião favorável  
Origem dos formadores  
perfil do avaliador  
perfil do formador  
pertinencia do porgram  
prespeciva da formação  
pretinencia do program  
raridade trata conteud  
reconhe oficial forma  
recursos tecnológicosos  
sistema de avaliação  
socialização

srtilação

sustentabilidade  
Temas ambientais  
transversalidade

## RETRIEVAL OF MULTIPLE CODES IN GRUPO.006

--> adeq á especific local	437 DGASP. A DGA articula-se com a	--> fragil na arti
--> adeq á revisão	438 Câmara Municipal. Mas o PANA II	--> implementação faseado
--> adeq avali revisão cur	439 prevê articulação entre os PAMs mas a	--> importancia da formaçã
--> agentes envolv	440 nível de sensibilização e educação	
--> áreas fundamentais	441 ambiental.	
--> articulação	--> concepção do programa	
429- 441: articulação / 429- 441: boas praticas	--> condições necessárias	300- 337: importancia da formaçã / 300- 337: Iniciati incentiv form
429 disponibilização dos materiais de	--> continuidade programa	300- 337: sistema de avaliação
430 apoio. Nós como fazemos parte da	59- 69: continuidade programa / 59- 69: inovação	300 formação. A formação é puder
431 comissão do Concelho Nacional do	59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos	301 sentimos mais força e mais
432 Ambiente participamos nas reuniões	60 é pertinente porque já existe. Havendo	302 capacitados.Sempre que se fala de
433 que se realizam 3 ou 4 vezes ao ano .	61 um programa autónomo à semelhança	303 avaliação é sempre um problema. Eu
434 Par além dos relatórios que temos que	62 do Programa Regional do PFIE que foi	304 penso que depois da concepção do
435 submeter à Direcção Geral do	63 trabalhado por fase importa verificar o	305 programa e da formação dos
436 Ambiente. Articulamos também com a	64 programa e ver o que pode ser ainda	306 professores é necessário fazer o
437 DGASP. A DGA articula-se com a	65 aproveitado. Fazer um programa	307 acompanhamento, a supervisão e
438 Câmara Municipal. Mas o PANA II	66 especificadamente para Cabo Verde	308 fazer a avaliação de uma forma
439 prevê articulação entre os PAMs mas a	67 É muito pertinente este programa com	309 autónoma ou então de uma forma
440 nível de sensibilização e educação	68 conteúdos relacionados com o nosso	310 integrada pensando nos alunos.
441 ambiental.	69 ambiente. Pensar num programa	.....311 Relativamente à avaliação do
--> boas praticas	--> envolventes	312 programa em si eu penso que pronto
429- 441: boas praticas / 429- 441: articulação	--> estartégia abordagem	313 há que fazer uma pesquisa juntos dos
429 disponibilização dos materiais de	--> estra de avaliar	314 supervisores que estão a acompanhar
430 apoio. Nós como fazemos parte da	--> estrat aquis avaliador	315 no terreno, e também juntos dos
431 comissão do Concelho Nacional do	--> expectativ dos formand	316 professores e se for possível também
432 Ambiente participamos nas reuniões	--> expectativa positiva	317 ouvir os alunos relativamente aos
433 que se realizam 3 ou 4 vezes ao ano .	--> experiencia piloto	318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é
434 Par além dos relatórios que temos que		319 cara. Há que se pensar nesses
435 submeter à Direcção Geral do		320 envolventes, supervisores, professore
436 Ambiente. Articulamos também com a		321 e alunos para ter uma ideia clara
		322 mesmo tendo uma amostra para saber
		323 até que ponto o programa tem pés para
		324 andar e ver também até que ponto que
		325 o programa está a ser cumprido e o
		326 programa está a mexer com os alunos
		327 na sala de aula.Neste processo de
		328 avaliação devemos definimos á partida
		329 a metodologia os indicadores e as



## RETRIEVAL OF MULTIPLE CODES IN GRUPO.006

330 metas que permite-nos ter os

- 331 resultados previstos como avaliação. O
- 332 processo de avaliação como o colega
- 333 disse é bastante complexa por isso
- 334 deve-se definir á partida a metodologia,
- 335 os objetivos e as metas isto
- 336 relativamente ao programa come
- 337 também ao próprio processo.

--> Iniciati incentiv form

300- 337: Iniciati incentiv form / 300- 337: importancia da formaçã

300- 337: sistema de avaliação

- 300 formação. A formação é puder
- 301 sentimos mais força e mais
- 302 capacitados.Sempre que se fala de
- 303 avaliação é sempre um problema. Eu
- 304 penso que depois da concepção do
- 305 programa e da formação dos
- 306 professores é necessário fazer o
- 307 acompanhamento, a supervisão e
- 308 fazer a avaliação de uma forma
- 309 autónoma ou então de uma forma
- 310 integrada pensando nos alunos.

.....311 Relativamente à avaliação do

- 312 programa em si eu penso que pronto
- 313 há que fazer uma pesquisa juntos dos
- 314 supervisores que estão a acompanhar
- 315 no terreno, e também juntos dos
- 316 professores e se for possível também
- 317 ouvir os alunos relativamente aos
- 318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é
- 319 cara. Há que se pensar nesses
- 320 envolventes, supervisores, professore
- 321 e alunos para ter uma ideia clara
- 322 mesmo tendo uma amostra para saber
- 323 até que ponto o programa tem pés para
- 324 andar e ver também até que ponto que
- 325 o programa está a ser cumprido e o

326 programa está a mexer com os alunos

- 327 na sala de aula.Neste processo de
- 328 avaliação devemos definimos á partida
- 329 a metodologia os indicadores e as
- 330 metas que permite-nos ter os
- 331 resultados previstos como avaliação. O
- 332 processo de avaliação como o colega
- 333 disse é bastante complexa por isso
- 334 deve-se definir á partida a metodologia,
- 335 os objetivos e as metas isto
- 336 relativamente ao programa come
- 337 também ao próprio processo.

--> inovação

59- 69: inovação / 59- 69: continuidade programa

- 59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos
- 60 é pertinente porque já existe. Havendo
- 61 um programa autónomo à semelhança
- 62 do Programa Regional do PFIE que foi
- 63 trabalhado por fase importa verificar o
- 64 programa e ver o que pode ser ainda
- 65 aproveitado. Fazer um programa
- 66 especificadamente para Cabo Verde
- 67 É muito pertinente este programa com
- 68 conteúdos relacionados com o nosso
- 69 ambiente. Pensar num programa

--> moda de formação

--> modalidade de formação

--> necess de uniformizaç

--> necess. coonsciên cosm

--> opinião favorável

--> Origem dos formadores

--> perfil do avaliador

--> perfil do formador

--> pertinencia do porgram

--> prespeciva da formação

--> pretinencia do program

--> raridade trata conteud

--> reconhe oficial forma

--> recursos tecnologicoso

--> sistema de avaliação

## RETRIEVAL OF MULTIPLE CODES IN GRUPO.006

300- 337: sistema de avaliação / 300- 337: Iniciati incentiv form

300- 337: importancia da formaçã

300 formação. A formação é puder

301 sentimos mais força e mais

302 capacitados.Sempre que se fala de

303 avaliação é sempre um problema. Eu

304 penso que depois da concepção do

305 programa e da formação dos

306 professores é necessário fazer o

307 acompanhamento, a supervisão e

308 fazer a avaliação de uma forma

309 autónoma ou então de uma forma

310 integrada pensando nos alunos.

311 Relativamente à avaliação do

312 programa em si eu penso que pronto

313 há que fazer uma pesquisa juntos dos

314 supervisores que estão a acompanhar

315 no terreno, e também juntos dos

316 professores e se for possível também

317 ouvir os alunos relativamente aos

318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é

319 cara. Há que se pensar nesses

320 envolventes, supervisores, professore

321 e alunos para ter uma ideia clara

322 mesmo tendo uma amostra para saber

323 até que ponto o programa tem pés para

324 andar e ver também até que ponto que

325 o programa está a ser cumprido e o

326 programa está a mexer com os alunos

327 na sala de aula.Neste processo de

328 avaliação devemos definimos á partida

329 a metodologia os indicadores e as

330 metas que permite-nos ter os

331 resultados previstos como avaliação. O

332 processo de avaliação como o colega

333 disse é bastante complexa por isso

334 deve-se definir á partida a metodologia,

335 os objetivos e as metas isto

336 relativamente ao programa come

337 também ao próprio processo.

--> socialização

--> srticulação

--> sustentabilidade

--> Temas ambientais

--> transversalidade

7 findings

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.006

--> adeq á especific local

101- 108: adeq á especific local

- 101 do Sahel. Há problemas específicos de
- 102 Cabo Verde. O fenómeno da
- 103 globalização diz que devemos
- 104 considerar os problemas globais e agir
- 105 localmente. Portanto os problemas são
- 106 gerais mas podemos ver problemas
- 107 específicos de cada ilha de cada
- 108 concelho etc

--> adeq á revisão

82- 89: adeq á revisão

- 82 todas as disciplinas. Na decorrência
- 83 disso será necessário a formação de
- 84 professores no sentido de reforçar os
- 85 conhecimentos lá onde existem mas
- 86 também os que não tem que nos
- 87 possibilita abordar esta temática
- 88 nomeadamente a temática ambiental
- 89 em todas as fases do EB. Eu vejo com

--> adeq avali revisão cur

379- 385: adeq avali revisão cur

- 379 transversal. Talvez é preciso mexer um
- 380 bocado com a estrutura que temos
- 381 atualmente. Está a fazer a revisão
- 382 curricular. Até penso que a educação
- 383 ambiental devia andar ao lado do que
- 384 está a passar actualmente sobre a
- 385 revisão curricular. Ver os conteúdos

--> agentes envolv

466- 470: agentes envolv

- 466 recursos. Procurar o envolvimento dos
- 467 beneficiários nos projectos ambientais
- 468 Eu acho que se deve começar desde
- 469 mais cedo estas actividades de
- 470 educação .ambiental. É preciso apostar

--> áreas fundamentais

164- 193: áreas fundamentais

- 164 estou plenamente de acordo. Eu
- 165 elenquei aqui um conjunto de temas
- 166 ambientais que poderão ser
- 167 trabalhados com os
- 168 professores: Protecção , conservação e
- 169 consumo dos recursos Modo de
- 170 exploração de recursos naturais Seca e
- 171 desertificação, ambiente e qualidade
- 172 de vida é abrangente, poluição do
- 173 meio ambiente, casas e feitos
- 174 diminuição da biodiversidade, causas
- 175 e efeitos, Pressão demográfica, casas
- 176 e efeitos, aquecimento global causas e
- 177 efeitos. Eu também ainda acrescentaria
- 178 as mudanças climática, preocupações
- 179 relativos ao ambiente costeiro e
- 180 marinho principalmente aqui em Cabo
- 181 verde. Temos algumas espécies
- 182 marinhas e costeiras em perigo de vida
- 183 nomeadamente as tartarugas para
- 184 além dos nossos temas que temos
- 185 trata. Também é pertinente a questão
- 186 de reciclagem do lixo há os, 3 Rs,
- 187 também a questão do ecopontos com
- 188 sabemos separa-se o lixo conforme a
- 189 cor do contentor. Infelizmente aqui em

190 Cabo Verde não temos nenhuma

191 fábrica de lixo Parece-me que os

192 temas mais importantes já foram

193 referidos aqui. Queria começar dizendo

--> articulação

311- 318: articulação

- 311 Relativamente à avaliação do
- 312 programa em si eu penso que pronto
- 313 há que fazer uma pesquisa juntos dos
- 314 supervisores que estão a acompanhar
- 315 no terreno, e também juntos dos
- 316 professores e se for possível também
- 317 ouvir os alunos relativamente aos
- 318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é
- 429- 441: articulação
- 429 disponibilização dos materiais de
- 430 apoio. Nós como fazemos parte da
- 431 comissão do Concelho Nacional do
- 432 Ambiente participamos nas reuniões
- 433 que se realizam 3 ou 4 vezes ao ano .
- 434 Par além dos relatórios que temos que
- 435 submeter à Direcção Geral do
- 436 Ambiente. Articulamos também com a
- 437 DGASP. A DGA articula-se com a
- 438 Câmara Municipal. Mas o PANA II
- 439 prevê articulação entre os PAMs mas a
- 440 nível de sensibilização e educação
- 441 ambiental.

## 442- 476: articulação

442 Mas a articulação não tem sido o  
 443 desejável com a câmaras municipais  
 444 porque muitas vezes as actividades  
 445 são repetitivas, O ideal seria  
 446 concertação articulação e fazer um a  
 447 junção de recursos para fazer uma  
 448 actividade integrada.O ideal seria  
 449 congregamos esforços , planificar e  
 450 fazer um plano integrado. É o que  
 451 estamos a trabalhar com DGA onde  
 452 todas as actividades deve ser de uma  
 453 forma integrada.A delegação é as  
 454 vezes solicitada a executar para  
 455 participar e pede-se a colaboração das  
 456 escolas. Não há uma articulação  
 457 intersectorial ou seja uma plano  
 458 integrado de educação ambiental. As  
 459 vezes o projecto é concebido pelo  
 460 ministério. Fazer a articulação  
 461 intersectorial e haver um plano  
 462 integrado de educação ambiental.  
 463 Melhor articulação entre os sectores de  
 464 educação ambiental. Melhor  
 465 planificação e articulação dos  
 466 recursos. Procurar o envolvimento dos  
 467 beneficiários nos projectos ambientais  
 468 Eu acho que se deve começar desde  
 469 mais cedo estas actividades de  
 470 educação .ambiental. É preciso apostar  
 471 nas gerações vindouras e  
 472 implementar uma série de princípios  
 473 que tem a ver com a preservação do  
 474 ambiente. É preciso recursos para  
 475 podermos ter uma verdadeira  
 476 educação ambiental

## 460- 466: articulação

460 ministério. Fazer a articulação  
 461 intersectorial e haver um plano  
 462 integrado de educação ambiental.  
 463 Melhor articulação entre os sectores de  
 464 educação ambiental. Melhor  
 465 planificação e articulação dos  
 466 recursos. Procurar o envolvimento dos

## 478- 482: articulação

478 Deve continuar apoiar todas as  
 479 iniciativas particularmente as  
 480 iniciativas das escolas onde o  
 481 ambiente deve ser protegida para  
 482 melhor qualidade do ambiente

--> boas praticas

## 399- 427: boas praticas

399 transformação. Realmente nós  
 400 fizemos a pouco o levantamento do  
 401 perfil ambiental da comunidade  
 402 educativa, uma espécie de avaliação  
 403 dos conhecimentos que a comunidade  
 404 educativa tem sobre os conteúdos da  
 405 educação ambiental . Então eu  
 406 considero que esta é uma boa  
 407 metodologia. Aplicamos questionário  
 408 com 60 perguntas e depois na fase de  
 409 tratamento e análise obteremos  
 410 informações que nos dão indicações  
 411 sobre por exemplo a avaliação do  
 412 programa de formação de professores.  
 413 Pode ser feita mesma coisa. Nós  
 414 fizemos a nível do conhecimento do  
 415 domínios das questões ambientais,  
 416 dos alunos, dos professores bem como  
 417 do material pedagógico e os  
 418 resultados foram bastante  
 419 interessantes a nível do ensino básico.

420 Aplicar questionário permite avaliar até  
 421 que ponto o programa teve o seu  
 422 impacto e os resultados foram bastante  
 423 interessantes a nível do ensino básico.  
 424 Acho que isto também é uma boa  
 425 metodologia, aplicar questionário e ver  
 426 até que ponto o questionário teve o  
 427 seu impacto. O que importa é reforçar  
 429- 441: boas praticas  
 429 disponibilização dos materiais de  
 430 apoio. Nós como fazemos parte da  
 431 comissão do Concelho Nacional do  
 432 Ambiente participamos nas reuniões  
 433 que se realizam 3 ou 4 vezes ao ano .  
 434 Par além dos relatórios que temos que  
 435 submeter à Direcção Geral do  
 436 Ambiente. Articulamos também com a  
 437 DGASP. A DGA articula-se com a  
 438 Câmara Municipal. Mas o PANA II  
 439 prevê articulação entre os PAMs mas a  
 440 nível de sensibilização e educação  
 441 ambiental.

## 434- 448: boas praticas

434 Par além dos relatórios que temos que  
 435 submeter à Direcção Geral do  
 436 Ambiente. Articulamos também com a  
 437 DGASP. A DGA articula-se com a  
 438 Câmara Municipal. Mas o PANA II  
 439 prevê articulação entre os PAMs mas a  
 440 nível de sensibilização e educação  
 441 ambiental.  
 442 Mas a articulação não tem sido o  
 443 desejável com a câmaras municipais  
 444 porque muitas vezes as actividades  
 445 são repetitivas, O ideal seria  
 446 concertação articulação e fazer um a  
 447 junção de recursos para fazer uma  
 448 actividade integrada.O ideal seria

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.006

--> concepção do programa

341- 362: concepção do programa

- 341 Que pessoas vão elaborar o programa?
- 342 Bom partindo das necessidades dos
- 343 professores claro que se pode
- 344 elaborar o programa que vão de
- 345 encontro com aquilo que as pessoas
- 346 esperam do programa. Estando o
- 347 programa elaborado acho que é
- 348 preciso socializá-lo e ver se é possível
- 349 fazer algumas alterações ou
- 350 acrescentar algo ao programa. Depois
- 351 disso penso que é preciso então abrir
- 352 uma experiência piloto ou seja não
- 353 generalizar o programa escolher um
- 354 certo número de escolas e ver o
- 355 impacto do programa. as suas
- 356 potencialidades e tb as suas
- 357 limitações. Havendo limitações pode-
- 358 se fazer algumas retificações. Penso
- 359 que o programa pode ser alargado
- 360 paulatinamente e não de uma forma
- 361 abrupta criar uma amostra um
- 362 conjunto de escolas. Eu acho que isso

--> condições necessárias

234- 288: condições necessárias

- 234 eficácia. As condições técnicas e agora
- 235 com a sociedade de conhecimento
- 236 com Cabo Verde é um país
- 237 arquipelágico deve-se ter como suporte
- 238 o suporte as novas tecnologias TIC.
- 239 Primeiro deve-se elaborar o programa
- 240 e manuais didáticos, CDs e enfim os
- 241 recursos tecnológicos. Há que haver o
- 242 programa e os manuais e outros
- 243 materiais didáticos com recursos a

244 novas tecnologias. Há uma coisa

245 importante aqui que é assim, quando

246 os professores receberam esta

247 formação devem ter algum efeito

248 profissional. Não reconhecimento a

249 nível do salário. Vão sentir mais

250 motivados. Muitas vezes não recebem

251 o certificado. Para isso é necessário

252 haver alguma espécie de regime

253 jurídico relacionado com a educação

254 ambiental. Não sei se o IP vai

255 continuar a trabalhar enfim a formar na

256 formação dos professores não sei se é

257 possível ter uma instituição

258 vocacionada para a educação

259 ambiental. Pode-se também criar um

260 gabinete para tratar a educação

261 ambiental e se as pessoas que vão

262 receber a formação vão multiplicar a

263 formação ou se o conhecimento

264 recebido se vão restringir ao contexto

265 educativo os tais multiplicadores. Onde

266 vamos formar professores. SE vamos

267 procurar professores lá fora ou se

268 temos professores aqui em Cabo

269 Verde. Uma outra coisa é se as

270 pessoas que irão receber a formação

271 vão multiplicar a formação ou se o

272 conhecimento recebido se vão

273 restringir-se apenas ao contexto

274 educativo ou seja que serão os tais

275 multiplicadores.

276 Eu creio que neste momento em Cabo

277 Verde temos pessoas capazes. É que

278 há muitas pessoas que não foram

279 ainda descobertas e que estão nas

280 zonas de sombras. Jovens

281 capacitados. Deve-se fazer uma

282 pesquisa de pessoas capazes de fazer

283 uma boa formação. Arranjar maneira

284 de apoiar pessoas de boa vontade.

285 Compensá-las de alguma forma mas

286 também trabalhar a sensibilização dos

287 professores para participarem nas

288 formações. Hoje em dia as pessoas

--> continuidade programa

59- 69: continuidade programa

- 59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos
- 60 é pertinente porque já existe. Havendo
- 61 um programa autónomo à semelhança
- 62 do Programa Regional do PFIE que foi
- 63 trabalhado por fase importa verificar o
- 64 programa e ver o que pode ser ainda
- 65 aproveitado. Fazer um programa
- 66 especificadamente para Cabo Verde
- 67 É muito pertinente este programa com
- 68 conteúdos relacionados com o nosso
- 69 ambiente. Pensar num programa

--> envolventes

319- 326: envolventes

- 319 cara. Há que se pensar nesses
- 320 envolventes, supervisores, professores
- 321 e alunos para ter uma ideia clara
- 322 mesmo tendo uma amostra para saber
- 323 até que ponto o programa tem pés para
- 324 andar e ver também até que ponto que
- 325 o programa está a ser cumprido e o
- 326 programa está a mexer com os alunos

--> estratégia abordagem

74- 93: estratégia abordagem

- 74 Agora com a revisão curricular foi
- 75 elaborado o Plano de ação da
- 76 educação ambiental nos currículos do
- 77 ensino básico e secundário e este
- 78 programa que já está a ser
- 79 implementado contém o reforço da
- 80 integração curricular a nível do ensino
- 81 básico de forma transversal ou seja em
- 82 todas as disciplinas. Na decorrência
- 83 disso será necessário a formação de
- 84 professores no sentido de reforçar os
- 85 conhecimentos lá onde existem mas
- 86 também os que não tem que nos
- 87 possibilita abordar esta temática
- 88 nomeadamente a temática ambiental
- 89 em todas as fases do EB. Eu vejo com
- 90 bons olhos este Programa no sentido de
- 91 reforçar as competências e reforçar a
- 92 eficácia de leccionação de conteúdos
- 93 ambientais do ensino básico. Há um

96- 108: estratégia abordagem

- 96 material pedagógico..O senhor Belmiro
- 97 tocou num assunto importante que a
- 98 referência ao PFIE que atende
- 99 questões de níveis regionais enfim fez
- 100 referencias aos países que fazem parte
- 101 do Sahel. Há problemas específicos de
- 102 Cabo Verde. O fenómeno da
- 103 globalização diz que devemos
- 104 considerar os problemas globais e agir
- 105 localmente. Portanto os problemas são
- 106 gerais mas podemos ver problemas
- 107 específicos de cada ilha de cada
- 108 concelho etc

112- 132: estratégia abordagem

- 112 contínua em forma de seminários,
- 113 workshops etc, porque os professores
- 114 tem conhecimentos desde o programa
- 115 do PFIE, pesquisar na internet,
- 116 acompanhar notícias de fenómenos
- 117 naturais como o caso de sismos,
- 118 tsunami. É preciso que cada um actue
- 119 na sua comunidade, na sua ilha, no
- 120 seu país, de uma forma muito geral É
- 121 preciso fazer um levantamento de
- 122 necessidades a nível escolar que vai
- 123 de encontro com a necessidade e aqui
- 124 os alunos podem ser ouvidos para
- 125 poder ter um leque de necessidades
- 126 que vão de encontro com as suas
- 127 expectativas. Resumidamente deve-se
- 128 apostar muito na formação de
- 129 professores se o IP vai continuar a
- 130 apostar na formação deve ver a
- 131 questão da formação inicial e
- 132 continuar com a formação continua.

143- 148: estratégia abordagem

- 143 a pedagogia por competências. Os
- 144 professores dizem que já tem alguma
- 145 formação mas a precisam aprofundar e
- 146 reforçar dificuldades persiste em como
- 147 abordar as temáticas ambientais
- 148 utilizando a metodologia por

--> estra de avaliar

372- 375: estra de avaliar

- 372 Claro que tem que ter uma equipa
- 373 central que tem que ir ao terreno ver
- 374 como que os os professores estão a
- 375 trabalhar a educação ambiental. A

386- 394: estra de avaliar

- 386 que podem ser ligados a educação
- 387 ambiental e ver se já os alunos
- 388 interiorizarem os valores que tem a ver
- 389 com a preservação e conservação do
- 390 meio ambiente. Quer comportamento
- 391 dos professores, pais , escolas, família
- 392 e comunidade tudo isso pode ser
- 393 incluído dentro do processo de
- 394 avaliação.

--> estrat aquis avaliador

368- 371: estrat aquis avaliador

- 368 do programa. As pessoas que estão
- 369 nas escolas podem ser contratados ou
- 370 selecionados para fazer
- 371 acompanhamento a nível da escolas.

--> expectativ dos formand

341- 346: expectativ dos formand

- 341 Que pessoas vão elaborar o programa?
- 342 Bom partindo das necessidades dos
- 343 professores claro que se pode
- 344 elaborar o programa que vão de
- 345 encontro com aquilo que as pessoa
- 346 esperam do programa. Estando o

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.006

--> expectativa positiva

90- 93: expectativa positiva

- 90 bons olhos este Programa no sentido d
- 91 reforçar as competências e reforçar a
- 92 eficácia de leccionação de conteúdos
- 93 ambientais do ensino básico. Há um

--> experiência piloto

350- 352: experiência piloto

- 350 acrescentar algo ao programa. Depois
- 351 disso penso que é preciso então abrir
- 352 uma experiência piloto ou seja não

--> fontes de financiament

204- 231: fontes de financiament

- 204 às condições financeiras deve-se
- 205 mobilizar o financiamento a nível
- 206 secular mesmo internacional ou
- 207 sensibilizar o Ministério de educação
- 208 para o financiamento da formação dos
- 209 professores. Porque quando s
- 210 queremos realmente fazer um bom
- 211 trabalho deve se mobilizar recursos.É
- 212 importante ter não só recursos
- 213 humanos mas também recursos
- 214 financeiros. O IP fazia formação mas
- 215 agora com mudança não sei se vai
- 216 continuar. Se não for o IP há que
- 217 existir recursos para acolher esta
- 218 formação. Todavia a nível de recursos
- 219 financeiros o PAIS Ambiente
- 220 Educação do PANA II para além da
- 221 integração da temática ambiental é
- 222 necessários a formação dos docentes

223 pode financiar. Eu penso que no

- 224 quadro do PAIS podemos mobilizar
- 225 algum recurso e também ver outros
- 226 parceiros existente aqui em Cabo Ver
- 227 de nomeadamente outros parceiros
- 228 nomeadamente o PNUD e outros
- 229 organismos internacionais que podem
- 230 apoiar este programa porque é
- 231 fundamental este programa. Tendo o

--> fragil na arti

456- 460: fragil na arti

- 456 escolas. Não há uma articulação
- 457 intersectorial ou seja uma plano
- 458 integrado de educação ambiental. As
- 459 vezes o projecto é concebido pelo
- 460 ministério. Fazer a articulação

--> implementação faseado

357- 361: implementação faseado

- 357 limitações. Havendo limitações pode-
- 358 se fazer algumas retificações. Penso
- 359 que o programa pode ser alargado
- 360 paulatinamente e não de uma forma
- 361 abrupta criar uma amostra um

--> importancia da formaçã

231- 234: importancia da formaçã

- 231 fundamental este programa. Tendo o
- 232 novo programa curricular s não temos
- 233 professores formados não vamos ter
- 234 eficácia.As condições técnicas e agora

300- 337: importancia da formaçã

- 300 formação. A formação é puder
- 301 sentimos mais força e mais
- 302 capacitados.Sempre que se fala de
- 303 avaliação é sempre um problema. Eu
- 304 penso que depois da concepção do
- 305 programa e da formação dos
- 306 professores é necessário fazer o
- 307 acompanhamento, a supervisão e
- 308 fazer a avaliação de uma forma
- 309 autónoma ou então de uma forma
- 310 integrada pensando nos alunos.
- 311 Relativamente à avaliação do
- 312 programa em si eu penso que pronto
- 313 há que fazer uma pesquisa juntos dos
- 314 supervisores que estão a acompanhar
- 315 no terreno, e também juntos dos
- 316 professores e se for possível também
- 317 ouvir os alunos relativamente aos
- 318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é
- 319 cara. Há que se pensar nesses
- 320 envolventes, supervisores, professore
- 321 e alunos para ter uma ideia clara
- 322 mesmo tendo uma amostra para saber
- 323 até que ponto o programa tem pés para
- 324 andar e ver também até que ponto que
- 325 o programa está a ser cumprido e o
- 326 programa está a mexer com os alunos
- 327 na sala de aula.Neste processo de
- 328 avaliação devemos definimos á partida
- 329 a metodologia os indicadores e as
- 330 metas que permite-nos ter os
- 331 resultados previstos como avaliação. O
- 332 processo de avaliação como o colega
- 333 disse é bastante complexa por isso
- 334 deve-se definir á partida a metodologia,
- 335 os objetivos e as metas isto
- 336 relativamente ao programa come
- 337 também ao próprio processo.

--> Iniciati incentiv form

283- 288: Iniciati incentiv form

283 uma boa formação. Arranjar maneira  
284 de apoiar pessoas de boa vontade.  
285 Compensá-las de algum forma mas  
286 também trabalhar a sensibilização dos  
287 professores para participarem nas  
288 formações. Hoje em dia as pessoas

295- 298: Iniciati incentiv form

295 formação. Deve-se pensar numa bolsa  
296 mas deve-se também sensibilizar  
297 mesmo não tendo as pessoas bolsas  
298 para formação. Há outros países que

300- 337: Iniciati incentiv form

300 formação. A formação é puder  
301 sentimos mais força e mais  
302 capacitados. Sempre que se fala de  
303 avaliação é sempre um problema. Eu  
304 penso que depois da concepção do  
305 programa e da formação dos  
306 professores é necessário fazer o  
307 acompanhamento, a supervisão e  
308 fazer a avaliação de uma forma  
309 autónoma ou então de uma forma  
310 integrada pensando nos alunos.  
311 Relativamente à avaliação do  
312 programa em si eu penso que pronto  
313 há que fazer uma pesquisa juntos dos  
314 supervisores que estão a acompanhar  
315 no terreno, e também juntos dos  
316 professores e se for possível também  
317 ouvir os alunos relativamente aos  
318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é  
319 cara. Há que se pensar nesses  
.....320 envolventes, supervisores, professore  
321 e alunos para ter uma ideia clara  
322 mesmo tendo uma amostra para saber  
323 até que ponto o programa tem pés para

324 andar e ver também até que ponto que

325 o programa está a ser cumprido e o  
326 programa está a mexer com os alunos  
327 na sala de aula. Neste processo de  
328 avaliação devemos definimos á partida  
329 a metodologia os indicadores e as  
330 metas que permite-nos ter os  
331 resultados previstos como avaliação. O  
332 processo de avaliação como o colega  
333 disse é bastante complexa por isso  
334 deve-se definir á partida a metodologia,  
335 os objetivos e as metas isto  
336 relativamente ao programa come  
337 também ao próprio processo.

--> inovação

59- 69: inovação

59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos  
60 é pertinente porque já existe. Havendo  
61 um programa autónomo à semelhança  
62 do Programa Regional do PFIE que foi  
63 trabalhado por fase importa verificar o  
64 programa e ver o que pode ser ainda  
65 aproveitado. Fazer um programa  
66 especificadamente para Cabo Verde  
67 É muito pertinente este programa com  
68 conteúdos relacionados com o nosso  
69 ambiente. Pensar num programa

--> moda de formação

109- 111: moda de formação

109 Também acho que os professores tem  
110 algum conhecimento e acho que a  
111 modalidade deve ser formação

--> modalidade de formação

133- 142: modalidade de formação

133 Para concordar com os colegas. Pode  
134 ser formação continua e ou em  
135 exercício. É preciso que este programa  
136 seja supervisionado na sua  
137 aplicabilidade. Nós também há pouco  
138 tempo contratamos uma assistência  
139 técnica e uma dos pontos fracos que  
140 foram identificados é a formação dos  
141 professores nomeadamente a  
142 abordagem por competências perante  
149- 154: modalidade de formação  
149 competências. A metodologia pode ser  
150 a formação continua como somos  
151 ilhas as vezes devemos apostar na  
152 formação e-learning e b-elearning  
153 acho que devemos apostar na  
154 formação continua. Devemos apostar

--> necess de uniformizaç

18- 22: necess de uniformizaç

18 Não há um programa por isso deve se  
19 criar um programa porque não tendo  
20 um programa cada professor trabalha o  
21 ambiente de uma forma fragmentada,  
22 isolada e esporádica.

--> necess. coonsciên cosm

3- 5: necess. coonsciên cosm

3 educação ambiental. Hoje mais do que  
4 nunca precisamos consciencializar  
5 dos fenómenos ambientais.



--> opinião favorável

2- 36: opinião favorável

- 2 Eu acho que é muito importante a
- 3 educação ambiental. Hoje mais do que
- 4 nunca precisamos consciencializar
- 5 dos fenómenos ambientais.
- 6 Há eu criar uma consciência cósmica.
- 7 Não se pode começar melhor do que
- 8 no Ensino Básico sabendo que é mais
- 9 fácil moldar as crianças e sensibilizá-
- 10 las em relação às questões
- 11 ambientais.
- 12 No Programa a educação a nível do
- 13 ensino básico a educação e o
- 14 ambiente. O tem ambiental é
- 15 trabalhado esporadicamente no ensino
- 16 básico sobretudo quando se
- 17 comemora o dia mundial do ambiente.
- 18 Não há um programa por isso deve se
- 19 criar um programa porque não tendo
- 20 um programa cada professor trabalha o
- 21 ambiente de uma forma fragmentada,
- 22 isolada e esporádica.
- 23 Não há uma articulação entre as
- 24 disciplinas. Penso que é um tema que
- 25 deve ser trabalhado de uma forma
- 26 transversal. Criando programa será
- 27 uma mais valia para todos nós. Na
- 28 formação inicial dos professores não
- 29 tem. Falta a formação nos professore.
- 30 Os professores manifestam alguma
- 31 insegurança ao tratar os temas
- 32 ambientais. Acho que é tema
- 33 interessante.
- 34 Não havendo um programa, cada um
- 35 trabalha de forma esporádica e

--> Origem dos formadores

269- 275: Origem dos formadores

- 269 Verde. Uma outra coisa é se as
- 270 pessoas que irão receber a formação
- 271 vão multiplicar a formação ou se o
- 272 conhecimento recebido se vão
- 273 restringir-se apenas ao contexto
- 274 educativo ou seja que serão os tais
- 275 multiplicadores.

--> perfil do avaliador

339- 340: perfil do avaliador

- 339 Eu acho que devemos pensar em
- 340 quem vai elaborar o programa. Quem?

--> perfil do formador

194- 203: perfil do formador

- 194 Deve-se em primeiro lugar apostar em
- 195 formadores experimentadores,
- 196 capazes de motivar e interessar os
- 197 professores para uma aprendizagem
- 198 com eficiência para podermos ter
- 199 resultados de qualidade Não é só ter a
- 200 formação superior ou ser assim ter
- 201 uma formação. Eu penso selecionara
- 202 Temos que seleccionar formadores
- 203 capazes de interessar. Relativamente

--> pertinencia do porgram

2- 96: pertinencia do porgram

- 2 Eu acho que é muito importante a
- 3 educação ambiental. Hoje mais do que
- 4 nunca precisamos consciencializar
- 5 dos fenómenos ambientais.
- 6 Há eu criar uma consciência cósmica.

7 Não se pode começar melhor do que

- 8 no Ensino Básico sabendo que é mais
- 9 fácil moldar as crianças e sensibilizá-
- 10 las em relação às questões
- 11 ambientais.

12 No Programa a educação a nível do

- 13 ensino básico a educação e o
- 14 ambiente. O tem ambiental é
- 15 trabalhado esporadicamente no ensino
- 16 básico sobretudo quando se
- 17 comemora o dia mundial do ambiente.
- 18 Não há um programa por isso deve se
- 19 criar um programa porque não tendo
- 20 um programa cada professor trabalha o
- 21 ambiente de uma forma fragmentada,
- 22 isolada e esporádica.
- 23 Não há uma articulação entre as
- 24 disciplinas. Penso que é um tema que
- 25 deve ser trabalhado de uma forma
- 26 transversal. Criando programa será
- 27 uma mais valia para todos nós. Na
- 28 formação inicial dos professores não
- 29 tem. Falta a formação nos professore.
- 30 Os professores manifestam alguma
- 31 insegurança ao tratar os temas
- 32 ambientais. Acho que é tema
- 33 interessante.
- 34 Não havendo um programa, cada um
- 35 trabalha de forma esporádica e
- 36 fragmentada.Eu tive que reflectir e até
- 37 pesquisar um pouco no programa e ver
- 38 até que ponto que este conteúdo é
- 39 tratado no programa.
- 40 interessante é que descobri que
- 41 realmente nas Ciências Integradas
- 42 existem conteúdos relacionados com
- 43 educação ambiental do 2º ao 6º anos.
- 44 Na segunda fase existem conteúdos
- 45 nomeadamente: sol, ar água. Na

- 46 terceira fase temos: distribuição da  
 47 população no espaço, acção do  
 48 homem sobre o ambiente, crescimento  
 49 da população, gestão dos recursos  
 50 naturais, poluição entre outros, mas  
 51 também temos vários objectivos  
 52 nomeadamente:
- 53 Compreende a má utilização dos  
 54 recursos naturais, compreender a  
 55 necessidade de reduzir ao mesmo  
 56 tempo, referir problemas causados  
 57 pela poluição, identifica diversos tipos  
 58 de poluição.  
 59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos  
 60 é pertinente porque já existe. Havendo  
 61 um programa autónomo à semelhança  
 62 do Programa Regional do PFIE que foi  
 63 trabalhado por fase importa verificar o  
 64 programa e ver o que pode ser ainda  
 65 aproveitado. Fazer um programa  
 66 especificadamente para Cabo Verde  
 67 É muito pertinente este programa com  
 68 conteúdos relacionados com o nosso  
 69 ambiente. Pensar num programa  
 70 autónomo. Complementando o meu  
 71 colega Belmiro no programa antigo, já  
 72 tinha elementos sobre a educação  
 73 ambiental.
- 74 Agora com a revisão curricular foi  
 75 elaborado o Plano de acção da  
 76 educação ambiental nos currículos do  
 77 ensino básico e secundário e este  
 78 programa que já está a ser  
 79 implementado contém o reforço da  
 80 integração curricular a nível do ensino  
 81 básico de forma transversal ou seja em  
 82 todas as disciplinas. Na decorrência  
 83 disso será necessário a formação de
- 84 professores no sentido de reforçar os  
 85 conhecimentos lá onde existem mas  
 86 também os que não tem que nos  
 87 possibilita abordar esta temática  
 88 nomeadamente a temática ambiental  
 89 em todas as fases do EB. Eu vejo com  
 90 bons olhos este Programa no sentido d  
 91 reforçar as competências e reforçar a  
 92 eficácia de leccionação de conteúdos  
 93 ambientais do ensino básico. Há um  
 94 programa regional de educação  
 95 ambiental para apoiar a produção do  
 96 material pedagógico..O senhor Belmiro
- > prespéciva da formação
- 96- 164: prespéciva da formação  
 96 material pedagógico..O senhor Belmiro  
 97 tocou num assunto importante que a  
 98 referência ao PFIE que atende  
 99 questões de níveis regionais enfim fez  
 100 referencias aos países que fazem parte  
 101 do Sahel. Há problemas específicos de  
 102 Cabo Verde. O fenómeno da  
 103 globalização diz que devemos  
 104 considerar os problemas globais e agir  
 105 localmente. Portanto os problemas são  
 106 gerais mas podemos ver problemas  
 107 específicos de cada ilha de cada  
 108 concelho etc
- 109 Também acho que os professores tem  
 110 algum conhecimento e acho que a  
 111 modalidade deve ser formação  
 112 contínua em forma de seminários,  
 113 workshops etc, porque os professores  
 114 tem conhecimentos desde o programa  
 115 do PFIE, pesquisar na internet,  
 116 acompanhar notícias de fenómenos
- 117 naturais como o caso de sismos,  
 118 tsunamis. É preciso que cada um actue  
 119 na sua comunidade, na sua ilha, no  
 120 seu país, de uma forma muito geral É  
 121 preciso fazer um levantamento de  
 122 necessidades a nível escolar que vai  
 123 de encontro com a necessidade e aqui  
 124 os alunos podem ser ouvidos para  
 125 poder ter um leque de necessidades  
 126 que vão de encontro com as suas  
 127 expectativas. Resumidamente deve-se  
 128 apostar muito na formação de  
 129 professores se o IP vai continuar a  
 130 apostar na formação deve ver a  
 131 questão da formação inicial e  
 132 continuar com a formação continua.
- 133 Para concordar com os colegas. Pode  
 134 ser formação continua e ou em  
 135 exercício. É preciso que este programa  
 136 seja supervisionado na sua  
 137 aplicabilidade.Nós também há pouco  
 138 tempo contratamos uma assistência  
 139 técnica e uma dos pontos fracos que  
 140 foram identificados é a formação dos  
 141 professores nomeadamente a  
 142 abordagem por competências perante  
 143 a pedagogia por competências. Os  
 144 professores dizem que já tem alguma  
 145 formação mas a precisam aprofundar e  
 146 reforçar dificuldades persiste em como  
 147 abordar as temáticas ambientais  
 148 utilizando a metodologia por  
 149 competências. A metodologia pode ser  
 150 a formação continua como somos  
 151 ilhas as vezes devemos apostar na  
 152 formação e-learning e b-elearning  
 153 acho que devemos apostar na  
 154 formação continua. Devemos apostar

155 na formação utilizando as TIC e	284 de apoiar pessoas de boa vontade.	--> recursos tecnológicos
156 rentabilizando os recursos. Os	285 Compensá-las de algum forma mas	
157 professores mesmo estando nos seus	286 também trabalhar a sensibilização dos	155- 156: recursos tecnológicos
158 locais de trabalho fazer a sua	287 professores para participarem nas	155 na formação utilizando as TIC e
159 formação continua como já vem sendo	288 formações. Hoje em dia as pessoas	156 rentabilizando os recursos. Os
160 feito nas outras temáticas que os		234- 238: recursos tecnológicos
161 professores podem sempre	--> pertinencia do program	234 eficácia.As condições técnicas e agora
162 actualizar.Nesta matéria era só para		235 com a sociedade de conhecimento
163 concordar com os colegas portanto	67- 69: pertinencia do program	236 com cabo Verde é um país
164 estou plenamente de acordo. Eu	67 É muito pertinente este programa com	237 arquipelágico deve-se ter como suporte
259- 288: prespeciva da formação	68 conteúdos relacionados com o nosso	238 o suporte as novas tecnologias TIC.
259 ambiental. Pode-se também criar um	69 ambiente. Pensar num programa	--> sistema de avaliação
260 gabinete para tratar a educação	82- 84: pertinencia do program	
261 ambiental e se as pessoas que vão	82 todas as disciplinas. Na decorrência	300- 337: sistema de avaliação
262 receber a formação vão multiplicar a	83 disso será necessário a formação de	300 formação. A formação é puder
263 formação ou se o conhecimento	84 professores no sentido de reforçar os	301 sentimos mais força e mais
264 recebido se vão restringir ao contexto		302 capacitados.Sempre que se fala de
265 educativo os tais multiplicadores. Onde	--> raridade trata conteud	303 avaliação é sempre um problema. Eu
266 vamos formar professores. SE vamos		304 penso que depois da concepção do
267 procurar professores lá fora ou se	14- 17: raridade trata conteud	305 programa e da formação dos
268 temos professores aqui em Cabo	14 ambiente. O tem ambiental é	306 professores é necessário fazer o
269 Verde. Uma outra coisa é se as	15 trabalhado esporadicamente no ensino	307 acompanhamento, a supervisão e
270 pessoas que irão receber a formação	16 básico sobretudo quando se	308 fazer a avaliação de uma forma
271 vão multiplicar a formação ou se o	17 comemora o dia mundial do ambiente.	309 autónoma ou então de uma forma
272 conhecimento recebido se vão	--> reconhe oficial forma	310 integrada pensando nos alunos.
273 restringir-se apenas ao contexto		311 Relativamente à avaliação do
274 educativo ou seja que serão os tais	244- 254: reconhe oficial forma	312 programa em si eu penso que pronto
275 multiplicadores.	244 novas tecnologias. Há uma coisa	313 há que fazer uma pesquisa juntos dos
276 Eu creio que neste momento em Cabo	245 importante aqui que é assim, quando	314 supervisores que estão a acompanhar
277 Verde temos pessoas capazes. É que	246 os professores receberam esta	315 no terreno, e também juntos dos
278 há muitas pessoas que não foram	247 formação devem ter algum efeito	316 professores e se for possível também
279 ainda descobertas e que estão nas	248 profissional. Não reconhecimento a	317 ouvir os alunos relativamente aos
280 zonas de sombras. Jovens	249 nível do salário. Vão sentir mais	318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é
281 capacitados. Deve-se fazer uma	250 motivados. Muitas vezes não recebem	319 cara. Há que se pensar nesses
282 pesquisa de pessoas capazes de fazer	251 o certificado. Para isso é necessário	320 envolventes, supervisores, professore
283 uma boa formação. Arranjar maneira	252 haver alguma espécie de regime	321 e alunos para ter uma ideia clara
	253 jurídico relacionado com a educação	322 mesmo tendo uma amostra para saber
	254 ambiental. Não sei se o IP vai	

- 323 até que ponto o programa tem pés para  
 324 andar e ver também até que ponto que  
 325 o programa está a ser cumprido e o  
 326 programa está a mexer com os alunos  
 327 na sala de aula. Neste processo de  
 328 avaliação devemos definimos á partida  
 329 a metodologia os indicadores e as  
 330 metas que permite-nos ter os  
 331 resultados previstos como avaliação. O  
 332 processo de avaliação como o colega  
 333 disse é bastante complexa por isso  
 334 deve-se definir á partida a metodologia,  
 335 os objetivos e as metas isto  
 336 relativamente ao programa come  
 337 também ao próprio processo.
- 362- 427: sistema de avaliação  
 362 conjunto de escolas. Eu acho que isso  
 363 é importante. Depois vem a questão de  
 364 avaliação. A avaliação é um conceito  
 365 muito difícil mas também depende  
 366 porque se temos elementos de é  
 367 preciso monitorizar a implementação  
 368 do programa. As pessoas que estão  
 369 nas escolas podem ser contratados ou  
 370 selecionados para fazer  
 371 acompanhamento a nível da escolas.  
 372 Claro que tem que ter uma equipa  
 373 central que tem que ir ao terreno ver  
 374 como que os os professores estão a  
 375 trabalhar a educação ambiental. A  
 376 educação transversal tem que ser  
 377 transversal. Não se pode trabalhar por  
 378 disciplina sobre a educação  
 379 transversal. Talvez é preciso mexer um  
 380 bocado com a estrutura que temos  
 381 atualmente. Está a fazer a revisão  
 382 curricular. Até penso que a educação  
 383 ambiental devia andar ao lado do que  
 384 está a passar actualmente sobre a
- 385 revisão curricular. Ver os conteúdos  
 386 que podem ser ligados a educação  
 387 ambiental e ver se já os alunos  
 388 interiorizarem os valores que tem a ver  
 389 com a preservação e conservação do  
 390 meio ambiente. Quer comportamento  
 391 dos professores, pais , escolas, família  
 392 e comunidade tudo isso pode ser  
 393 incluído dentro do processo de  
 394 avaliação.
- 395 Por exemplo passar os questionários  
 396 ao professores, entrevistar os  
 397 professores. Ver também o  
 398 comportamento dos alunos. Se há  
 399 transformação. Realmente nós  
 400 fizemos a pouco o levantamento do  
 401 perfil ambiental da comunidade  
 402 educativa, uma espécie de avaliação  
 403 dos conhecimentos que a comunidade  
 404 educativa tem sobre os conteúdos da  
 405 educação ambiental . Então eu  
 406 considero que esta é uma boa  
 407 metodologia. Aplicamos questionário  
 408 com 60 perguntas e depois na fase de  
 409 tratamento e análise obteremos  
 410 informações que nos dão indicações  
 411 sobre por exemplo a avaliação do  
 412 programa de formação de professores.  
 413 Pode ser feita mesma coisa. Nós  
 414 fizemos a nível do conhecimento do  
 415 domínios das questões ambientais,  
 416 dos alunos, dos professores bem como  
 417 do material pedagógico e os  
 418 resultados foram bastante  
 419 interessantes a nível do ensino básico.  
 420 Aplicar questionário permite avaliar até  
 421 que ponto o programa teve o seu  
 422 impacto e os resultados foram bastante  
 423 interessantes a nível do ensino básico.
- 424 Acho que isto também é uma boa  
 425 metodologia, aplicar questionário e ver  
 426 até que ponto o questionário teve o  
 427 seu impacto. O que importa é reforçar
- > socialização
- 346- 349: socialização  
 346 esperam do programa. Estando o  
 347 programa elaborado acho que é  
 348 preciso socializá-lo e ver se é possível  
 349 fazer algumas alterações ou
- > srticulação
- 23- 24: srticulação  
 23 Não há uma articulação entre as  
 24 disciplinas. Penso que é um tema que
- > sustentabilidade
- 470- 474: sustentabilidade  
 470 educação .ambiental. É preciso apostar  
 471 nas gerações vindouras e  
 472 implementar uma série de princípios  
 473 que tem a ver com a preservação do  
 474 ambiente. É preciso recursos para
- > Temas ambientais
- 36- 57: Temas ambientais  
 36 fragmentada. Eu tive que reflectir e até  
 37 pesquisar um pouco no programa e ver  
 38 até que ponto que este conteúdo é  
 39 tratado no programa.  
 40 interessante é que descobri que  
 41 realmente nas Ciências Integradas  
 42 existem conteúdos relacionados com  
 43 educação ambiental do 2º ao 6º anos.  
 44 Na segunda fase existem conteúdos

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.006

45 nomeadamente: sol, ar água. Na  
46 terceira fase temos: distribuição da  
47 população no espaço, acção do  
48 homem sobre o ambiente, crescimento  
49 da população, gestão dos recursos  
50 naturais, poluição entre outros, mas  
51 também temos vários objectivos  
52 nomeadamente:  
53 Compreende a má utilização dos  
54 recursos naturais, compreender a  
55 necessidade de reduzir ao mesmo  
56 tempo, referir problemas causados  
57 pela poluição, identifica diversos tipos

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.006

-> condições necessárias

234- 288: condições necessárias / 231- 234: importancia da formação

234- 238: recursos tecnológicos

244- 254: reconhece oficialmente a formação

259- 288: perspectiva da formação

269- 275: Origem dos formadores

283- 288: Inicialmente incentivado

231 fundamental este programa. Tendo o

232 novo programa curricular não temos

233 professores formados não vamos ter

234 eficácia. As condições técnicas e agora

235 com a sociedade de conhecimento

236 com Cabo Verde é um país

237 arquipelágico deve-se ter como suporte

238 o suporte as novas tecnologias TIC.

239 Primeiro deve-se elaborar o programa

240 e manuais didáticos, CDs e enfim os

241 recursos tecnológicos. Há que haver o

242 programa e os manuais e outros

243 materiais didáticos com recursos a

244 novas tecnologias. Há uma coisa

245 importante aqui que é assim, quando

246 os professores receberam esta

247 formação devem ter algum efeito

248 profissional. Não reconhecimento a

249 nível do salário. Vão sentir mais

250 motivados. Muitas vezes não recebem

251 o certificado. Para isso é necessário

252 haver alguma espécie de regime

253 jurídico relacionado com a educação

254 ambiental. Não sei se o IP vai

255 continuar a trabalhar enfim a formar na

256 formação dos professores não sei se é

257 possível ter uma instituição

258 vocacionada para a educação

259 ambiental. Pode-se também criar um

260 gabinete para tratar a educação

261 ambiental e se as pessoas que vão

262 receber a formação vão multiplicar a

263 formação ou se o conhecimento

264 recebido se vão restringir ao contexto

265 educativo os tais multiplicadores. Onde

266 vamos formar professores. SE vamos

267 procurar professores lá fora ou se

268 temos professores aqui em Cabo

269 Verde. Uma outra coisa é se as

270 pessoas que irão receber a formação

271 vão multiplicar a formação ou se o

272 conhecimento recebido se vão

273 restringir-se apenas ao contexto

274 educativo ou seja que serão os tais

275 multiplicadores.

276 Eu creio que neste momento em Cabo

277 Verde temos pessoas capazes. É que

278 há muitas pessoas que não foram

279 ainda descobertas e que estão nas

280 zonas de sombras. Jovens

281 capacitados. Deve-se fazer uma

282 pesquisa de pessoas capazes de fazer

283 uma boa formação. Arranjar maneira

284 de apoiar pessoas de boa vontade.

285 Compensá-las de alguma forma mas

286 também trabalhar a sensibilização dos

287 professores para participarem nas

288 formações. Hoje em dia as pessoas

1 findings

- 2 Eu acho que é muito importante a  
-> ( 2- 96): pertinencia do porgram  
-> ( 2- 36): opinião favorável
- 3 educação ambiental. Hoje mais do que  
-> ( 3- 5): necess. coonsciên cosm
- 4 nunca precisamos consciencializar  
5 dos fenómenos ambientais.
- 6 Há eu criar uma consciência cósmica.
- 7 Não se pode começar melhor do que  
8 no Ensino Básico sabendo que é mais  
9 fácil moldar as crianças e sensibilizá-  
10 las em relação às questões  
11 ambientais.
- 12 No Programa a educação a nível do  
13 ensino básico a educação e o  
14 ambiente. O tem ambiental é  
-> ( 14- 17): raridade trata conteud
- 15 trabalhado esporadicamente no ensino  
16 básico sobretudo quando se  
17 comemora o dia mundial do ambiente.
- 18 Não há um programa por isso deve se  
-> ( 18- 22): necess de uniformizaç
- 19 criar um programa porque não tendo  
20 um programa cada professor trabalha o  
21 ambiente de uma forma fragmentada,  
22 isolada e esporádica.
- 23 Não há uma articulação entre as  
-> ( 23- 24): srticulação
- 24 disciplinas. Penso que é um tema que  
25 deve ser trabalhado de uma forma  
26 transversal. Criando programa será  
27 uma mais valia para todos nós. Na  
28 formação inicial dos professores não  
29 tem. Falta a formação nos professores.
- 30 Os professores manifestam alguma  
31 insegurança ao tratar os temas  
32 ambientais. Acho que é tema  
33 interessante.
- 34 Não havendo um programa, cada um  
35 trabalha de forma esporádica e  
36 fragmentada.Eu tive que reflectir e até  
-> ( 36- 57): Temas ambientais
- 37 pesquisar um pouco no programa e ver  
38 até que ponto que este conteúdo é  
39 tratado no programa.
- 40 interessante é que descubri que  
41 realmente nas Ciências Integradas  
42 existem conteúdos relacionados com  
43 educação ambiental do 2º ao 6º anos.
- 44 Na segunda fase existem conteúdos  
45 nomeadamente: sol, ar água. Na  
46 terceira fase temos: distribuição da  
47 população no espaço, acção do  
48 homem sobre o ambiente, crescimento  
49 da população, gestão dos recursos  
50 naturais, poluição entre outros, mas  
51 também temos vários objectivos  
52 nomeadamente:
- 53 Compreende a má utilização dos  
54 recursos naturais, compreender a  
55 necessidade de reduzir ao mesmo  
56 tempo, referir problemas causados  
57 pela poluição, identifica diversos tipos  
58 de poluição.
- 59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos  
-> ( 59- 69): continuidade programa  
-> ( 59- 69): inovação
- 60 é pertinente porque já existe. Havendo  
61 um programa autónomo à semelhança  
62 do Programa Regional do PFIE que foi  
63 trabalhado por fase importa verificar o  
64 programa e ver o que pode ser ainda  
65 aproveitado. Fazer um programa  
66 especificadamente para Cabo Verde  
67 É muito pertinente este programa com
- > ( 67- 69): pretinencia do program  
68 conteúdos relacionados com o nosso  
69 ambiente. Pensar num programa  
70 autónomo.Complementando o meu  
71 colega Belmiro no programa antigo, já  
72 tinha elementos sobre a educação  
73 ambiental.
- 74 Agora com a revisão curricular foi  
-> ( 74- 93): estratégia abordagem
- 75 elaborado o Plano de acção da  
76 educação ambiental nos currículos do  
77 ensino básico e secundário e este  
78 programa que já está a ser  
79 implementado contém o reforço da  
80 integração curricular a nível do ensino  
-> ( 80- 81): transversalidade
- 81 básico de forma transversal ou seja em  
82 todas as disciplinas. Na decorrência  
-> ( 82- 89): adequ á revisão  
-> ( 82- 84): pretinencia do program
- 83 disso será necessário a formação de  
84 professores no sentido de reforçar os  
85 conhecimentos lá onde existem mas  
86 também os que não tem que nos  
87 possibilita abordar esta temática  
88 nomeadamente a temática ambiental  
89 em todas as fases do EB. Eu vejo com  
90 bons olhos este Programa no sentido d  
-> ( 90- 93): expectativa positiva
- 91 reforçar as competências e reforçar a  
92 eficácia de leccionação de conteúdos  
93 ambientais do ensino básico. Há um  
94 programa regional de educação  
95 ambiental para apoiar a produção do  
96 material pedagógico..O senhor Belmiro

-> ( 96- 164): prespeciva da formação  
 -> ( 96- 108): estartégia abordagem  
 97 tocou num assunto importante que a  
 98 referência ao PFIE que atende  
 99 questões de níveis regionais enfim fez  
 100 referencias aos países que fazem parte  
 101 do Sahel. Há problemas específicos de  
 -> ( 101- 108): adeq á especific local  
 102 Cabo Verde. O fenómeno da  
 103 globalização diz que devemos  
 104 considerar os problemas globais e agir  
 105 localmente. Portanto os problemas são  
 106 gerais mas podemos ver problemas  
 107 específicos de cada ilha de cada  
 108 concelho etc  
 109 Também acho que os professores tem  
 -> ( 109- 111): moda de formação  
 110 algum conhecimento e acho que a  
 111 modalidade deve ser formação  
 112 contínua em forma de seminários,  
 -> ( 112- 132): estartégia abordagem  
 113 workshops etc, porque os professores  
 114 tem conhecimentos desde o programa  
 115 do PFIE, pesquisar na internet,  
 116 acompanhar notícias de fenómenos  
 117 naturais como o caso de sismos,  
 118 tsunamis. É preciso que cada um actue  
 119 na sua comunidade, na sua ilha, no  
 120 seu país, de uma forma muito geral É  
 121 preciso fazer um levantamento de  
 122 necessidades a nível escolar que vai  
 123 de encontro com a necessidade e aqui  
 124 os alunos podem ser ouvidos para  
 125 poder ter um leque de necessidades  
 126 que vão de encontro com as suas  
 127 expectativas. Resumidamente deve-se  
 128 apostar muito na formação de  
 129 professores se o IP vai continuar a  
 130 apostar na formação deve ver a

131 questão da formação inicial e  
 132 continuar com a formação continua.  
 133 Para concordar com os colegas. Pode  
 -> ( 133- 142): modalidade de formação  
 134 ser formação continua e ou em  
 135 exercício. É preciso que este programa  
 136 seja supervisionado na sua  
 137 aplicabilidade.Nós também há pouco  
 138 tempo contratamos uma assistência  
 139 técnica e uma dos pontos fracos que  
 140 foram identificados é a formação dos  
 141 professores nomeadamente a  
 142 abordagem por competências perante  
 143 a pedagogia por competências. Os  
 -> ( 143- 148): estartégia abordagem  
 144 professores dizem que já tem alguma  
 145 formação mas a precisam aprofundar e  
 146 reforçar dificuldades persiste em como  
 147 abordar as temáticas ambientais  
 148 utilizando a metodologia por  
 149 competências. A metodologia pode ser  
 -> ( 149- 154): modalidade de formação  
 150 a formação continua como somos  
 151 ilhas asvezes devemos apostar na  
 152 formação e-learning e b-elearning  
 153 acho que devemos apostar na  
 154 formação continua. Devemos apostar  
 155 na formação utilizando as TIC e  
 -> ( 155- 156): recursos tecnologicoso  
 156 rentabilizando os recursos. Os  
 157 professores mesmo estando nos seus  
 158 locais de trabalho fazer a sua  
 159 formação continua como já vem sendo  
 160 feito nas outras temáticas que os  
 161 professores podem sempre  
 162 actualizar.Nesta matéria era só para  
 163 concordar com os colegas portanto  
 164 estou plenamente de acordo. Eu

-> ( 164- 193): áreas fundamentais  
 165 elenquei aqui um conjunto de temas  
 166 ambientais que poderão ser  
 167 trabalhados com os  
 168 professores: Protecção , conservação e  
 169 consumo dos recursos Modo de  
 170 exploração de recursos naturais Seca e  
 171 desertificação, ambiente e qualidade  
 172 de vida é abrangente, poluição do  
 173 meio ambiente, casas e feitos  
 174 diminuição da biodiversidade, causas  
 175 e efeitos, Pressão demográfica, casas  
 176 e efeitos, aquecimento global causas e  
 177 efeitos. Eu também ainda acrescentaria  
 178 as mudanças climática, preocupações  
 179 relativos ao ambiente costeiro e  
 180 marinho principalmente aqui em Cabo  
 181 verde. Temos algumas espécies  
 182 marinhas e costeiras em perigo de vida  
 183 nomeadamente as tartarugas para  
 184 além dos nossos temas que temos  
 185 trata. Também é pertinente a questão  
 186 de reciclagem do lixo há os, 3 Rs,  
 187 também a questão do ecopontos com  
 188 sabemos separa-se o lixo conforme a  
 189 cor do contentor. Infelizmente aqui em  
 190 Cabo Verde não temos nenhuma  
 191 fábrica de lixo Parece-me que os  
 192 temas mais importantes já foram  
 193 referidos aqui. Queria começar dizendo  
 194 Deve-se em primeiro lugar apostar em



-> ( 194- 203): perfil do formador  
 195 formadores experimentadores,  
 196 capazes de motivar e interessar os  
 197 professores para uma aprendizagem  
 198 com eficiência para podermos ter  
 199 resultados de qualidade Não é só ter a  
 200 formação superior ou ser assim ter  
 201 uma formação. Eu penso seleccionar a  
 202 Temos que seleccionar formadores  
 203 capazes de interessar. Relativamente  
 204 às condições financeiras deve-se  
 -> ( 204- 231): fontes de financiamet  
 205 mobilizar o financiamento a nível  
 206 secular mesmo internacional ou  
 207 sensibilizar o Ministério de educação  
 208 para o financiamento da formação dos  
 209 professores. Porque quando s  
 210 queremos realmente fazer um bom  
 211 trabalho deve se mobilizar recursos.É  
 212 importante ter não só recursos  
 213 humanos mas também recursos  
 214 financeiros. O IP fazia formação mas  
 215 agora com mudança não sei se vai  
 216 continuar. Se não for o IP há que  
 217 existir recursos para acolher esta  
 218 formação. Todavia a nível de recursos  
 219 financeiros o PAIS Ambiente  
 220 Educação do PANA II para além da  
 221 integração da temática ambiental é  
 222 necessários a formação dos docentes  
 223 pode financiar. Eu penso que no  
 224 quadro do PAIS podemos mobilizar  
 225 algum recurso e também ver outros  
 226 parceiros existente aqui em Cabo Ver  
 227 de nomeadamente outros parceiros  
 228 nomeadamente o PNUD e outros  
 229 organismos internacionais que podem  
 230 apoiar este programa porque é  
 231 fundamental este programa. Tendo o.

-> ( 231- 234): importancia da formaçã  
 232 novo programa curricular s enão temos  
 233 professores formados não vamos ter  
 234 eficácia.As condições técnicas e agora  
 -> ( 234- 288): condições necessárias  
 -> ( 234- 238): recursos tecnológicos  
 235 com a sociedade de conhecimento  
 236 com cabo Verde é um país  
 237 arquipelágico deve-se ter como suporte  
 238 o suporte as novas tecnologias TIC.  
 239 Primeiro deve-se elaborar o programa  
 240 e manuais didáticos, CDs e enfim os  
 241 recursos tecnológicos. Há que haver o  
 242 programa e os manuais e outros  
 243 materiais didáticos com recursos a  
 244 novas tecnologias. Há uma coisa  
 -> ( 244- 254): reconhe oficial forma  
 245 importante aqui que é assim, quando  
 246 os professores receberam esta  
 247 formação devem ter algum efeito  
 248 profissional. Não reconhecimento a  
 249 nível do salário. Vão sentir mais  
 250 motivados. Muitas vezes não recebem  
 251 o certificado. Para isso é necessário  
 252 haver alguma espécie de regime  
 253 jurídico relacionado com a educação  
 254 ambiental. Não sei se o IP vai  
 255 continuar a trabalhar enfim a formar na  
 256 formação dos professores não sei se é  
 257 possível ter uma instituição  
 258 vocacionada para a educação  
 259 ambiental. Pode-se também criar um

-> ( 259- 288): prespeciva da formação  
 260 gabinete para tratar a educação  
 261 ambiental e se as pessoas que vão  
 262 receber a formação vão multiplicar a  
 263 formação ou se o conhecimento  
 264 recebido se vão restringir ao contexto  
 265 educativo os tais multiplicadores. Onde  
 266 vamos formar professores. SE vamos  
 267 procurar professores lá fora ou se  
 268 temos professores aqui em Cabo  
 269 Verde. Uma outra coisa é se as  
 -> ( 269- 275): Origem dos formadores  
 270 pessoas que irão receber a formação  
 271 vão multiplicar a formação ou se o  
 272 conhecimento recebido se vão  
 273 restringir-se apenas ao contexto  
 274 educativo ou seja que serão os tais  
 275 multiplicadores.  
 276 Eu creio que neste momento em Cabo  
 277 Verde temos pessoas capazes. É que  
 278 há muitas pessoas que não foram  
 279 ainda descobertas e que estão nas  
 280 zonas de sombras. Jovens  
 281 capacitados. Deve-se fazer uma  
 282 pesquisa de pessoas capazes de fazer  
 283 uma boa formação. Arranjar maneira  
 -> ( 283- 288): Iniciati incentiv form  
 284 de apoiar pessoas de boa vontade.  
 285 Compensá-las de algum forma mas  
 286 também trabalhar a sensibilização dos  
 287 professores para participarem nas  
 288 formações. Hoje em dia as pessoas  
 289 formadas sentem bem porque a  
 290 informação também é poder. Quanto  
 291 mais as pessoas estarem, mais  
 292 formação teem mais puder. Havendo  
 293 formação diversificação tem puder  
 294 sobre as pessoas que tem menos  
 295 formação. Deve-se pensar numa bolsa

-> ( 295- 298): Iniciati incentiv form

296 mas deve-se também sensibilizar  
297 mesmo não tendo as pessoas bolsas  
298 para formação. Há outros países que  
299 as pessoas pagam para receberam a  
300 formação. A formação é puder

-> ( 300- 337): Iniciati incentiv form

-> ( 300- 337): importancia da formaçã

-> ( 300- 337): sistema de avaliação

301 sentimos mais força e mais  
302 capacitados.Sempre que se fala de  
303 avaliação é sempre um problema. Eu  
304 penso que depois da concepção do  
305 programa e da formação dos  
306 professores é necessário fazer o  
307 acompanhamento, a supervisão e  
308 fazer a avaliação de uma forma  
309 autónoma ou então de uma forma  
310 integrada pensando nos alunos.

311 Relativamente à avaliação do

-> ( 311- 318): articulação

312 programa em si eu penso que pronto  
313 há que fazer uma pesquisa juntos dos  
314 supervisores que estão a acompanhar  
315 no terreno, e também juntos dos  
316 professores e se for possível também  
317 ouvir os alunos relativamente aos  
318 conteúdos na sala de aula. Avaliação é  
319 cara. Há que se pensar nesses

-> ( 319- 326): envolventes

320 envolventes, supervisores, professore  
321 e alunos para ter uma ideia clara  
322 mesmo tendo uma amostra para saber  
323 até que ponto o programa tem pés para  
324 andar e ver também até que ponto que  
325 o programa está a ser cumprido e o  
326 programa está a mexer com os alunos  
327 na sala de aula.Neste processo de  
328 avaliação devemos definimos á partida  
329 a metodologia os indicadores e as  
330 metas que permite-nos ter os  
331 resultados previstos como avaliação. O  
332 processo de avaliação como o colega  
333 disse é bastante complexa por isso  
334 deve-se definir á partida a metodologia,  
335 os objetivos e as metas isto  
336 relativamente ao programa come  
337 também ao próprio processo.

338

339 Eu acho que devemos pensar em

-> ( 339- 340): perfil do avaliador

340 quem vai elaborar o programa. Quem?

341 Que pessoas vão elaborar o programa?

-> ( 341- 362): concepção do programa

-> ( 341- 346): expectativ dos formand

342 Bom partindo das necessidades dos

343 professores claro que se pode  
344 elaborar o programa que vão de  
345 encontro com aquilo que as pessoa  
346 esperam do programa. Estando o

-> ( 346- 349): socialização

347 programa elaborado acho que é  
348 preciso socializá-lo e ver se é possível  
349 fazer algumas alterações ou  
350 acrescentar algo ao programa. Depois

-> ( 350- 352): experiência piloto

351 disso penso que é preciso então abrir  
352 uma experiência piloto ou seja não  
353 generalizar o programa escolher um  
354 certo número de escolas e ver o  
355 impacto do programa. as suas  
356 potencialidades e tb as suas  
357 limitações. Havendo limitações pode-

-> ( 357- 361): implementação faseado

358 se fazer algumas retificações. Penso  
359 que o programa pode ser alargado  
360 paulatinamente e não de uma forma  
361 abrupta criar uma amostra um  
362 conjunto de escolas. Eu acho que isso

-> ( 362- 427): sistema de avaliação

363 é importante. Depois vem a questão de  
364 avaliação. A avaliação é um conceito  
365 muito difícil mas também depende  
366 porque se temos elementos de é  
367 preciso monitorizar a implementação  
368 do programa. As pessoas que estão

-> ( 368- 371): estrat aquis avaliador

369 nas escolas podem ser contratados ou  
370 selecionados para fazer  
371 acompanhamento a nível da escolas.  
372 Claro que tem que ter uma equipa

-> ( 372- 375): estra de avaliar

373 central que tem que ir ao terreno ver  
374 como que os os professores estão a  
375 trabalhar a educação ambiental. A  
376 educação transversal tem que ser

-> ( 376- 377): transversalidade

377 transversal. Não se pode trabalhar por  
378 disciplina sobre a educação  
379 transversal. Talvez é preciso mexer um

-> ( 379- 385): adeq avali revisão cur  
 380 bocado com a estrutura que temos  
 381 atualmente. Está a fazer a revisão  
 382 curricular. Até penso que a educação  
 383 ambiental devia andar ao lado do que  
 384 está a passar actualmente sobre a  
 385 revisão curricular. Ver os conteúdos  
 386 que podem ser ligados a educação  
 -> ( 386- 394): estra de avaliar  
 387 ambiental e ver se já os alunos  
 388 interiorizarem os valores que tem a ver  
 389 com a preservação e conservação do  
 390 meio ambiente. Quer comportamento  
 391 dos professores, pais , escolas, família  
 392 e comunidade tudo isso pode ser  
 393 incluído dentro do processo de  
 394 avaliação.  
 395 Por exemplo passar os questionários  
 396 ao professores, entrevistar os  
 397 professores. Ver também o  
 398 comportamento dos alunos. Se há  
 399 transformação. Realmente nós  
 -> ( 399- 427): boas praticas  
 400 fizemos a pouco o levantamento do  
 401 perfil ambiental da comunidade  
 402 educativa, uma espécie de avaliação  
 403 dos conhecimentos que a comunidade  
 404 educativa tem sobre os conteúdos da  
 405 educação ambiental . Então eu  
 406 considero que esta é uma boa  
 407 metodologia. Aplicamos questionário  
 408 com 60 perguntas e depois na fase de  
 409 tratamento e análise obteremos  
 410 informações que nos dão indicações  
 411 sobre por exemplo a avaliação do  
 412 programa de formação de professores.  
 413 Pode ser feita mesma coisa. Nós  
 414 fizemos a nível do conhecimento do  
 415 domínios das questões ambientais,

416 dos alunos, dos professores bem como  
 417 do material pedagógico e os  
 418 resultados foram bastante  
 419 interessantes a nível do ensino básico.  
 420 Aplicar questionário permite avaliar até  
 421 que ponto o programa teve o seu  
 422 impacto e os resultados foram bastante  
 423 interessantes a nível do ensino básico.  
 424 Acho que isto também é uma boa  
 425 metodologia, aplicar questionário e ver  
 426 até que ponto o questionário teve o  
 427 seu impacto. O que importa é reforçar  
 428 os conhecimentos e também a  
 429 disponibilização dos materiais de  
 -> ( 429- 441): articulação  
 -> ( 429- 441): boas praticas  
 430 apoio. Nós como fazemos parte da  
 431 comissão do Concelho Nacional do  
 432 Ambiente participamos nas reuniões  
 433 que se realizam 3 ou 4 vezes ao ano .  
 434 Par além dos relatórios que temos que  
 -> ( 434- 448): boas praticas  
 435 submeter à Direcção Geral do  
 436 Ambiente. Articulamos também com a  
 437 DGASP. A DGA articula-se com a  
 438 Câmara Municipal. Mas o PANA II  
 439 prevê articulação entre os PAMs mas a  
 440 nível de sensibilização e educação  
 441 ambiental.  
 442 Mas a articulação não tem sido o

-> ( 442- 476): articulação  
 443 desejável com a câmaras municipais  
 444 porque muitas vezes as actividades  
 445 são repetitivas, O ideal seria  
 446 concertação articulação e fazer um a  
 447 junção de recursos para fazer uma  
 448 actividade integrada.O ideal seria  
 449 congregamos esforços , planificar e  
 450 fazer um plano integrado. É o que  
 451 estamos a trabalhar com DGA onde  
 452 todas as actividades deve ser de uma  
 453 forma integrada.A delegação é as  
 454 vezes solicitada a executar para  
 455 participar e pede-se a colaboração das  
 456 escolas. Não há uma articulação  
 -> ( 456- 460): fragil na arti  
 457 intersectorial ou seja uma plano  
 458 integrado de educação ambiental. As  
 459 vezes o projecto é concebido pelo  
 460 ministério. Fazer a articulação  
 -> ( 460- 466): articulação  
 461 intersectorial e haver um plano  
 462 integrado de educação ambiental.  
 463 Melhor articulação entre os sectores de  
 464 educação ambiental. Melhor  
 465 planificação e articulação dos  
 466 recursos. Procurar o envolvimento dos  
 -> ( 466- 470): agentes envolv  
 467 beneficiários nos projectos ambientais  
 468 Eu acho que se deve começar desde  
 469 mais cedo estas actividades de  
 470 educação ambiental. É preciso apostar

-> ( 470- 474): sustentabilidade

471 nas gerações vindouras e

472 implementar uma série de princípios

473 que tem a ver com a preservação do

474 ambiente. É preciso recursos para

475 podermos ter uma verdadeira

476 educação ambiental

477

478 Deve continuar apoiar todas as

-> ( 478- 482): articulação

479 iniciativas particularmente as

480 iniciativas das escolas onde o

481 ambiente deve ser protegida para

482 melhor qualidade do ambiente

483 14

484

## FREQUENCIES OF CODES IN GRUPO.006

adeq á especif local : 1  
adeq á revisão : 1  
adeq avali revisão cur: 1  
agentes envolv : 1  
áreas fundamentais : 1  
articulação : 5  
boas praticas : 3  
concepção do porgrama : 1  
condições necessárias: 1  
continuidade programa: 1  
envolventes : 1  
estratégia abordagem : 4  
estra de avaliar : 2  
estrat aquis avaliador: 1  
expectativ dos formand: 1  
expectativa positiva : 1  
experiência piloto : 1  
fontes de financiament: 1  
fragil na arti : 1  
implementação faseado : 1  
importancia da formaça: 2  
Iniciati incentiv form: 3  
inovação : 1  
moda de formação : 1  
modalidade de formação: 2  
necess de uniformizaç: 1  
necess. coonsciên cosm: 1  
opinião favorável : 1  
Origem dos formadores : 1  
perfil do avaliador : 1  
perfil do formador : 1  
pertinencia do porgram: 1  
prespeciva da formação: 2  
pretinencia do program: 2  
raridade trata conteud: 1  
reconhe oficial forma: 1  
recursos tecnológico: 2  
sistema de avaliação : 2  
socialização : 1  
srticulação : 1  
sustentabilidade : 1  
Temas ambientais : 1  
transversalidade : 2

## FREQUENCIES OF CODES IN GRUPO.006

--> pretinencia do program

67- 69: pretinencia do program / 2- 96: pertinencia do porgram

59- 69: continuidade programa

59- 69: inovação

- 2 Eu acho que é muito importante a
- 3 educação ambiental. Hoje mais do que
- 4 nunca precisamos consciencializar
- 5 dos fenómenos ambientais.
- 6 Há eu criar uma consciência cósmica.
- 7 Não se pode começar melhor do que
- 8 no Ensino Básico sabendo que é mais
- 9 fácil moldar as crianças e sensibilizá-
- 10 las em relação às questões
- 11 ambientais.
- 12 No Programa a educação a nível do
- 13 ensino básico a educação e o
- 14 ambiente. O tem ambiental é
- 15 trabalhado esporadicamente no ensino
- 16 básico sobretudo quando se
- 17 comemora o dia mundial do ambiente.
- 18 Não há um programa por isso deve se
- 19 criar um programa porque não tendo
- 20 um programa cada professor trabalha o
- 21 ambiente de uma forma fragmentada,
- 22 isolada e esporádica.
- 23 Não há uma articulação entre as
- 24 disciplinas. Penso que é um tema que
- 25 deve ser trabalhado de uma forma
- 26 transversal. Criando programa será
- 27 uma mais valia para todos nós. Na
- 28 formação inicial dos professores não
- 29 tem. Falta a formação nos professore.
- 30 Os professores manifestam alguma
- 31 insegurança ao tratar os temas
- 32 ambientais. Acho que é tema
- 33 interessante.
- 34 Não havendo um programa, cada um
- 35 trabalha de forma esporádica e

36 fragmentada.Eu tive que reflectir e até

- 37 pesquisar um pouco no programa e ver
- 38 até que ponto que este conteúdo é
- 39 tratado no programa.
- 40 interessante é que descobri que
- 41 realmente nas Ciências Integradas
- 42 existem conteúdos relacionados com
- 43 educação ambiental do 2º ao 6º anos.
- 44 Na segunda fase existem conteúdos
- 45 nomeadamente: sol, ar água. Na
- 46 terceira fase temos: distribuição da
- 47 população no espaço, acção do
- 48 homem sobre o ambiente, crescimento
- 49 da população, gestão dos recursos
- 50 naturais, poluição entre outros, mas
- 51 também temos vários objectivos
- 52 nomeadamente:
- 53 Compreende a má utilização dos
- 54 recursos naturais, compreender a
- 55 necessidade de reduzir ao mesmo
- 56 tempo, referir problemas causados
- 57 pela poluição, identifica diversos tipos
- 58 de poluição.
- 59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos
- 60 é pertinente porque já existe. Havendo
- 61 um programa autónomo à semelhança
- 62 do Programa Regional do PFIE que foi
- 63 trabalhado por fase importa verificar o
- 64 programa e ver o que pode ser ainda
- 65 aproveitado. Fazer um programa
- 66 especificadamente para Cabo Verde
- 67 É muito pertinente este programa com
- 68 conteúdos relacionados com o nosso
- 69 ambiente. Pensar num programa
- 70 autónomo.Complementando o meu
- 71 colega Belmiro no programa antigo, já
- 72 tinha elementos sobre a educação
- 73 ambiental.
- 74 Agora com a revisão curricular foi

75 elaborado o Plano de acção da

- 76 educação ambiental nos currículos do
  - 77 ensino básico e secundário e este
  - 78 programa que já está a ser
  - 79 implementado contém o reforço da
  - 80 integração curricular a nível do ensino
  - 81 básico de forma transversal ou seja em
  - 82 todas as disciplinas. Na decorrência
  - 83 disso será necessário a formação de
  - 84 professores no sentido de reforçar os
  - 85 conhecimentos lá onde existem mas
  - 86 também os que não tem que nos
  - 87 possibilita abordar esta temática
  - 88 nomeadamente a temática ambiental
  - 89 em todas as fases do EB. Eu vejo com
  - 90 bons olhos este Programa no sentido d
  - 91 reforçar as competências e reforçar a
  - 92 eficácia de leccionação de conteúdos
  - 93 ambientais do ensino básico. Há um
  - 94 programa regional de educação
  - 95 ambiental para apoiar a produção do
  - 96 material pedagógico..O senhor Belmiro
- 82- 84: pretinencia do program / 2- 96: pertinencia do porgram
- 74- 93: estartégia abordagem
  - 82- 89: adeq á revisão
- 2 Eu acho que é muito importante a
  - 3 educação ambiental. Hoje mais do que
  - 4 nunca precisamos consciencializar
  - 5 dos fenómenos ambientais.
  - 6 Há eu criar uma consciência cósmica.
  - 7 Não se pode começar melhor do que
  - 8 no Ensino Básico sabendo que é mais
  - 9 fácil moldar as crianças e sensibilizá-
  - 10 las em relação às questões
  - 11 ambientais.
  - 12 No Programa a educação a nível do
  - 13 ensino básico a educação e o
  - 14 ambiente. O tem ambiental é

## FREQUENCIES OF CODES IN GRUPO.006

15 trabalhado esporadicamente no ensino  
16 básico sobretudo quando se  
17 comemora o dia mundial do ambiente.  
18 Não há um programa por isso deve se  
19 criar um programa porque não tendo  
20 um programa cada professor trabalha o  
21 ambiente de uma forma fragmentada,  
22 isolada e esporádica.  
23 Não há uma articulação entre as  
24 disciplinas. Penso que é um tema que  
25 deve ser trabalhado de uma forma  
26 transversal. Criando programa será  
27 uma mais valia para todos nós. Na  
28 formação inicial dos professores não  
29 tem. Falta a formação nos professores.  
30 Os professores manifestam alguma  
31 insegurança ao tratar os temas  
32 ambientais. Acho que é tema  
33 interessante.  
34 Não havendo um programa, cada um  
35 trabalha de forma esporádica e  
36 fragmentada. Eu tive que reflectir e até  
37 pesquisar um pouco no programa e ver  
38 até que ponto que este conteúdo é  
39 tratado no programa.  
40 interessante é que descobri que  
41 realmente nas Ciências Integradas  
42 existem conteúdos relacionados com  
43 educação ambiental do 2º ao 6º anos.  
44 Na segunda fase existem conteúdos  
45 nomeadamente: sol, ar água. Na  
46 terceira fase temos: distribuição da  
47 população no espaço, acção do  
48 homem sobre o ambiente, crescimento  
49 da população, gestão dos recursos  
50 naturais, poluição entre outros, mas  
51 também temos vários objectivos  
52 nomeadamente:  
53 Compreende a má utilização dos

54 recursos naturais, compreender a  
55 necessidade de reduzir ao mesmo  
56 tempo, referir problemas causados  
57 pela poluição, identifica diversos tipos  
58 de poluição.  
59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos  
60 é pertinente porque já existe. Havendo  
61 um programa autónomo à semelhança  
62 do Programa Regional do PFIE que foi  
63 trabalhado por fase importa verificar o  
64 programa e ver o que pode ser ainda  
65 aproveitado. Fazer um programa  
66 especificadamente para Cabo Verde  
67 É muito pertinente este programa com  
68 conteúdos relacionados com o nosso  
69 ambiente. Pensar num programa  
70 autónomo. Complementando o meu  
71 colega Belmiro no programa antigo, já  
72 tinha elementos sobre a educação  
73 ambiental.  
74 Agora com a revisão curricular foi  
75 elaborado o Plano de acção da  
76 educação ambiental nos currículos do  
77 ensino básico e secundário e este  
78 programa que já está a ser  
79 implementado contém o reforço da  
80 integração curricular a nível do ensino  
81 básico de forma transversal ou seja em  
82 todas as disciplinas. Na decorrência  
83 disso será necessário a formação de  
84 professores no sentido de reforçar os  
85 conhecimentos lá onde existem mas  
86 também os que não tem que nos  
87 possibilita abordar esta temática  
88 nomeadamente a temática ambiental  
89 em todas as fases do EB. Eu vejo com  
90 bons olhos este Programa no sentido d

91 reforçar as competências e reforçar a  
92 eficácia de leccionação de conteúdos  
93 ambientais do ensino básico. Há um  
94 programa regional de educação  
95 ambiental para apoiar a produção do  
96 material pedagógico..O senhor Belmiro  
2 findings

--> prespeciva da formação

96- 164: prespeciva da formação / 2- 96: pertinencia do porgram

96- 108: estartégia abordagem

101- 108: adeq á especific local

109- 111: moda de formação

112- 132: estartégia abordagem

133- 142: modalidade de formação

143- 148: estartégia abordagem

149- 154: modalidade de formação

155- 156: recursos tecnológicos

164- 193: áreas fundamentais

2 Eu acho que é muito importante a

3 educação ambiental. Hoje mais do que

4 nunca precisamos consciencializar

5 dos fenómenos ambientais.

6 Há eu criar uma consciência cósmica.

7 Não se pode começar melhor do que

8 no Ensino Básico sabendo que é mais

9 fácil moldar as crianças e sensibilizá-

10 las em relação às questões

11 ambientais.

12 No Programa a educação a nível do

13 ensino básico a educação e o

14 ambiente. O tem ambiental é

15 trabalhado esporadicamente no ensino

16 básico sobretudo quando se

17 comemora o dia mundial do ambiente.

18 Não há um programa por isso deve se

19 criar um programa porque não tendo

20 um programa cada professor trabalha o

21 ambiente de uma forma fragmentada,

22 isolada e esporádica.

23 Não há uma articulação entre as

24 disciplinas. Penso que é um tema que

25 deve ser trabalhado de uma forma

26 transversal. Criando programa será

27 uma mais valia para todos nós. Na

28 formação inicial dos professores não

29 tem. Falta a formação nos professore.

30 Os professores manifestam alguma

31 insegurança ao tratar os temas

32 ambientais. Acho que é tema

33 interessante.

34 Não havendo um programa, cada um

35 trabalha de forma esporádica e

36 fragmentada. Eu tive que reflectir e até

37 pesquisar um pouco no programa e ver

38 até que ponto que este conteúdo é

39 tratado no programa.

40 interessante é que descobri que

41 realmente nas Ciências Integradas

42 existem conteúdos relacionados com

43 educação ambiental do 2º ao 6º anos.

44 Na segunda fase existem conteúdos

45 nomeadamente: sol, ar água. Na

46 terceira fase temos: distribuição da

47 população no espaço, acção do

48 homem sobre o ambiente, crescimento

49 da população, gestão dos recursos

50 naturais, poluição entre outros, mas

51 também temos vários objectivos

52 nomeadamente:

53 Compreende a má utilização dos

54 recursos naturais, compreender a

55 necessidade de reduzir ao mesmo

56 tempo, referir problemas causados

57 pela poluição, identifica diversos tipos

58 de poluição.

59 Se tudo isto já vem desde dos 20 anos

60 é pertinente porque já existe. Havendo

61 um programa autónomo à semelhança

62 do Programa Regional do PFIE que foi

63 trabalhado por fase importa verificar o

64 programa e ver o que pode ser ainda

65 aproveitado. Fazer um programa

66 especificadamente para Cabo Verde

67 É muito pertinente este programa com

68 conteúdos relacionados com o nosso

69 ambiente. Pensar num programa

70 autónomo. Complementando o meu

71 colega Belmiro no programa antigo, já

72 tinha elementos sobre a educação

73 ambiental.

74 Agora com a revisão curricular foi

75 elaborado o Plano de acção da

76 educação ambiental nos currículos do

77 ensino básico e secundário e este

78 programa que já está a ser

79 implementado contém o reforço da

80 integração curricular a nível do ensino

81 básico de forma transversal ou seja em

82 todas as disciplinas. Na decorrência

83 disso será necessário a formação de

84 professores no sentido de reforçar os

85 conhecimentos lá onde existem mas

86 também os que não tem que nos

87 possibilita abordar esta temática

88 nomeadamente a temática ambiental

89 em todas as fases do EB. Eu vejo com

90 bons olhos este Programa no sentido d

91 reforçar as competências e reforçar a

92 eficácia de leccionação de conteúdos

93 ambientais do ensino básico. Há um

94 programa regional de educação

95 ambiental para apoiar a produção do

96 material pedagógico..O senhor Belmiro

97 tocou num assunto importante que a

98 referência ao PFIE que atende

99 questões de níveis regionais enfim fez



100 referencias aos países que fazem parte  
 101 do Sahel. Há problemas específicos de  
 102 Cabo Verde. O fenómeno da  
 103 globalização diz que devemos  
 104 considerar os problemas globais e agir  
 105 localmente. Portanto os problemas são  
 106 gerais mas podemos ver problemas  
 107 específicos de cada ilha de cada  
 108 concelho etc  
 109 Também acho que os professores tem  
 110 algum conhecimento e acho que a  
 111 modalidade deve ser formação  
 112 contínua em forma de seminários,  
 113 workshops etc, porque os professores  
 114 tem conhecimentos desde o programa  
 115 do PFIE, pesquisar na internet,  
 116 acompanhar notícias de fenómenos  
 117 naturais como o caso de sismos,  
 118 tsunamis. É preciso que cada um actue  
 119 na sua comunidade, na sua ilha, no  
 120 seu país, de uma forma muito geral É  
 121 preciso fazer um levantamento de  
 122 necessidades a nível escolar que vai  
 123 de encontro com a necessidade e aqui  
 124 os alunos podem ser ouvidos para  
 125 poder ter um leque de necessidades  
 126 que vão de encontro com as suas  
 127 expectativas. Resumidamente deve-se  
 128 apostar muito na formação de  
 129 professores se o IP vai continuar a  
 130 apostar na formação deve ver a  
 131 questão da formação inicial e  
 132 continuar com a formação continua.

133 Para concordar com os colegas. Pode  
 134 ser formação continua e ou em  
 135 exercício. É preciso que este programa  
 136 seja supervisionado na sua  
 137 aplicabilidade.Nós também há pouco  
 138 tempo contratamos uma assistência  
 139 técnica e uma dos pontos fracos que  
 140 foram identificados é a formação dos  
 141 professores nomeadamente a  
 142 abordagem por competências perante  
 143 a pedagogia por competências. Os  
 144 professores dizem que já tem alguma  
 145 formação mas a precisam aprofundar e  
 146 reforçar dificuldades persiste em como  
 147 abordar as temáticas ambientais  
 148 utilizando a metodologia por  
 149 competências. A metodologia pode ser  
 150 a formação continua como somos  
 151 ilhas asvezes devemos apostar na  
 152 formação e-learning e b-elearning  
 153 acho que devemos apostar na  
 154 formação continua. Devemos apostar  
 155 na formação utilizando as TIC e  
 156 rentabilizando os recursos. Os  
 157 professores mesmo estando nos seus  
 158 locais de trabalho fazer a sua  
 159 formação continua como já vem sendo  
 160 feito nas outras temáticas que os  
 161 professores podem sempre  
 162 actualizar.Nesta matéria era só para  
 163 concordar com os colegas portanto  
 164 estou plenamente de acordo. Eu

165 elenquei aqui um conjunto de temas  
 166 ambientais que poderão ser  
 167 trabalhados com os  
 168 professores: Protecção, conservação e  
 169 consumo dos recursos Modo de  
 170 exploração de recursos naturais Seca e  
 171 desertificação, ambiente e qualidade  
 172 de vida é abrangente, poluição do  
 173 meio ambiente, casas e feitos  
 174 diminuição da biodiversidade, causas  
 175 e efeitos, Pressão demográfica, casas  
 176 e efeitos, aquecimento global causas e  
 177 efeitos. Eu também ainda acrescentaria  
 178 as mudanças climática, preocupações  
 179 relativos ao ambiente costeiro e  
 180 marinho principalmente aqui em Cabo  
 181 verde. Temos algumas espécies  
 182 marinhas e costeiras em perigo de vida  
 183 nomeadamente as tartarugas para  
 184 além dos nossos temas que temos  
 185 trata. Também é pertinente a questão  
 186 de reciclagem do lixo há os, 3 Rs,  
 187 também a questão do ecopontos com  
 188 sabemos separa-se o lixo conforme a  
 189 cor do contentor. Infelizmente aqui em  
 190 Cabo Verde não temos nenhuma  
 191 fábrica de lixo Parece-me que os  
 192 temas mais importantes já foram  
 193 referidos aqui. Queria começar dizendo

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.006

- 259- 288: prespeciva da formação / 234- 288: condições necessárias  
269- 275: Origem dos formadores  
283- 288: Iniciati incentiv form  
234 eficácia.As condições técnicas e agora  
235 com a sociedade de conhecimento  
236 com cabo Verde é um país  
237 arquipelágico deve-se ter como suporte  
238 o suporte as novas tecnologias TIC.  
239 Primeiro deve-se elaborar o programa  
240 e manuais didáticos, CDs e enfim os  
241 recursos tecnológicos. Há que haver o  
242 programa e os manuais e outros  
243 materiais didáticos com recursos a  
244 novas tecnologias. Há uma coisa  
245 importante aqui que é assim, quando  
246 os professores receberam esta  
247 formação devem ter algum efeito  
248 profissional. Não reconhecimento a  
249 nível do salário. Vão sentir mais  
250 motivados. Muitas vezes não recebem  
251 o certificado. Para isso é necessário  
252 haver alguma espécie de regime  
253 jurídico relacionado com a educação  
254 ambiental. Não sei se o IP vai  
255 continuar a trabalhar enfim a formar na  
256 formação dos professores não sei se é  
257 possível ter uma instituição  
258 vocacionada para a educação  
259 ambiental. Pode-se também criar um  
260 gabinete para tratar a educação  
261 ambiental e se as pessoas que vão  
262 receber a formação vão multiplicar a  
263 formação ou se o conhecimento  
264 recebido se vão restringir ao contexto  
265 educativo os tais multiplicadores. Onde  
266 vamos formar professores. SE vamos  
267 procurar professores lá fora ou se  
268 temos professores aqui em Cabo  
269 Verde. Uma outra coisa é se as  
270 pessoas que irão receber a formação  
271 vão multiplicar a formação ou se o  
272 conhecimento recebido se vão  
273 restringir-se apenas ao contexto  
274 educativo ou seja que serão os tais  
275 multiplicadores.  
276 Eu creio que neste momento em Cabo  
277 Verde temos pessoas capazes. É que  
278 há muitas pessoas que não foram  
279 ainda descobertas e que estão nas  
280 zonas de sombras. Jovens  
281 capacitados. Deve-se fazer uma  
282 pesquisa de pessoas capazes de fazer  
283 uma boa formação. Arranjar maneira  
284 de apoiar pessoas de boa vontade.  
285 Compensá-las de algum forma mas  
286 também trabalhar a sensibilização dos  
287 professores para participarem nas  
288 formações. Hoje em dia as pessoas  
2 findings

--> área fundamentais

65- 80: área fundamentais

- 65 seguintes temas: noções básicas
- 66 do ambiente, desenvolvimento
- 67 sustentável, principais causas dos
- 68 problemas ambientais e suas
- 69 consequências por exemplo a
- 70 questão do aquecimento global e
- 71 mudanças climáticas, alterações
- 72 dos oceanos, a questão da
- 73 poluição, saúde pública, a
- 74 questão da poluição, qualidade do
- 75 ar, preservação do ambiente, e de
- 76 expansão dos oceanos. Eu
- 77 concordo e acrescentaria as
- 78 temáticas dos resíduos sólidos,
- 79 incluído, a reciclagem do
- 80 lixo. Estou de acordo com os

--> articulação

139- 179: articulação

- 139 Melhor comunicação com o
- 140 sociedade. Aí sim vão ter
- 141 informações e depois receber
- 142 informações da sociedade
- 143 civil. Há várias formas de
- 144 comunicação como a própria
- 145 escola e órgãos de comunicação
- 146 social. Eu concordo também que

147 se deve haver a comunicação ,

- 148 mais divulgação. Podia também
- 149 tentar fazer encontros tipo
- 150 congressos promovido pela DGA
- 151 ou qualquer instituição que esteja
- 152 disponível para discutir, e ver o
- 153 que já se fez o que se pode fazer
- 154 e dividir tarefas de acordo com a
- 155 vocação de cada instituição.
- 156 Divulgar a sociedade e recolher
- 157 também da sociedade. Deve haver
- 158 esta articulação institucional.
- 159 Deve-se fazer um fórum. Se existe
- 160 recursos humanos porque não
- 161 aproveitar destes recurso. Esta
- 162 rede deveria ser gerida pelo
- 163 Ministério de Educação. Procurar
- 164 pessoas que vão exercer
- 165 actividades nas comunidades
- 166 humanas. Não interessa apenas
- 167 formar pessoas mas sim
- 168 aproveitar das potencialidades das
- 169 pessoas. Formar redes de
- 170 formadores. Esta instituição deve
- 171 fazer mais comunicação, divulgar
- 172 e recolher o feedback da
- 173 sociedade e produzir novas ideias.
- 174 Incrementar a Cooperação
- 175 internacional. Investir nos
- 176 recursos humanos e financeiros.
- 177 Promover a sensibilização e criar

178 a rede de formadores e manter

- 179 esta rede.

149- 155: articulação

- 149 tentar fazer encontros tipo
- 150 congressos promovido pela DGA
- 151 ou qualquer instituição que esteja
- 152 disponível para discutir, e ver o
- 153 que já se fez o que se pode fazer
- 154 e dividir tarefas de acordo com a
- 155 vocação de cada instituição.

--> boas praticas

26- 28: boas praticas

- 26 importantes. É uma boa
- 27 experiência neste subsistema
- 28 servir dos alunos como o modelo.

--> condições necessárias

90- 106: condições necessárias

- 90 desenvolvimento sustentável.Eu
- 91 acho em primeiro lugar que temos
- 92 que ter formadores capacitados,
- 93 condições financeiros, os
- 94 formadores tem que ser pagos e é
- 95 necessário as condições
- 96 financeiras principalmente para a
- 97 elaboração.Cabe aos ministério
- 98 de Educação e o Governo e
- 99 procurar financiamento. É preciso
- 100 materiais didácticos.São
- 101 necessários recursos financeiros,
- 102 criar equipa de formadores e
- 103 também equipa para a elaboração
- 104 de manuais, matérias
- 105 audiovisuais e de apoio
- 106 logístico.Falando de avaliação

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.007

--> condições necessárias

- 93- 99: condições necessárias
- 93 condições financeiros, os
- 94 formadores tem que ser pagos e é
- 95 necessário as condições
- 96 financeiras principalmente para a
- 97 elaboração. Cabe aos ministério
- 98 de Educação e o Governo e
- 99 procurar financiamento. É preciso

--> criança veicul de tran

- 10- 11: criança veicul de tran
- 10 futuro. Este programa deve ser
- 11 iniciado com os mais pequenos

--> curriculo adaptado

- 36- 37: curriculo adaptado
- 36 acordo com os locais onde os
- 37 professores estão trabalhando. As

--> dimensões de avaliação

- 108- 115: dimensões de avaliação
- 108 concretos e utilizar os indicadores.
- 109 É bom que os indicadores não se
- 110 limitassem aos aspectos
- 111 quantitativos mas também ver as
- 112 mudanças das praticas
- 113 pedagógicas e dos
- 114 comportamentos dos
- 115 alunos. Concorde. Também acho
- 130- 131: dimensões de avaliação
- 130 conteúdos. Deve-se ter em conta
- 131 a componente teórica e pratica

--> especificidade da área

- 46- 48: especificidade da área
- 46 transversal. Deve ser trabalhado
- 47 por pessoas entendem da matéria
- 48 e que conhecem bem o contexto

--> especificidade local

- 34- 37: especificidade local
- 34 elaborar um programa de
- 35 formação e que deverá ser de
- 36 acordo com os locais onde os
- 37 professores estão trabalhando. As

--> estarteg de abordagem

- 29- 46: estarteg de abordagem
- 29 Deve haver abordagem desta
- 30 temática de uma forma
- 31 transversal. É preciso conhecer o
- 32 perfil ambiental dos professores.
- 33 Com base neste diagnóstico
- 34 elaborar um programa de
- 35 formação e que deverá ser de
- 36 acordo com os locais onde os
- 37 professores estão trabalhando. As
- 38 escolas litorais pode-se trabalhar
- 39 as zonas costeiras e marinhas,
- 40 uma pessoa localizada perto do
- 41 parque natural pode trabalhar
- 42 espécies endémicas. Portanto
- 43 deve-se abordar temáticas tendo
- 44 em conta cada
- 45 localidade. Considerar temática
- 46 transversal. Deve ser trabalhado

--> estr de ar

- 173- 179: estr de ar
- 173 sociedade e produzir novas ideias.
- 174 Incrementar a Cooperação
- 175 internacional. Investir nos
- 176 recursos humanos e financeiros.
- 177 Promover a sensibilização e criar
- 178 a rede de formadores e manter
- 179 esta rede.

--> estratigi de abordagem

- 16- 24: estratigi de abordagem
- 16 implementado em todas as fases
- 17 do ensino e a escola é um espaço
- 18 privilegiado para a educação. R3 A
- 19 educação ambiental é algo que
- 20 deve ser integrado no currículo do
- 21 ensino básico e este subsistema
- 22 deve acolher dado que desde do
- 23 PFIE se tem implementado este
- 24 programa. Os temas são tratados
- 58- 60: estratigi de abordagem
- 58 professores que estão no terrenos
- 59 podem ter sessões periódicas de
- 60 formações. Também gostaria de

--> formação ajustada

- 81- 84: formação ajustada
- 81 colegas e também devemos ter
- 82 em conta a faixa etária. Deve-se
- 83 ter em conta as questões
- 84 ambientais de cabo Verde .A

<p>--&gt; estr de ar</p> <p>173- 179: estr de ar            173 sociedade e produzir novas ideias.            174 Incrementar a Cooperação            175 internacional. Investir nos            176 recursos humanos e financeiros.            177 Promover a sensibilização e criar            178 a rede de formadores e manter            179 esta rede.</p>	<p>--&gt; formação ajustado</p> <p>62- 64: formação ajustado            62 devem ter uma formação geral            63 mas com incidências na realidade            64 local.Acho que deve-se abordar os</p>	<p>--&gt; opinião favorável</p> <p>1- 24: opinião favorável            1 Acho que é pertinente um            2 programa de educação ambiental            3 uma vez que os professores do            4 ensino básico trabalham com            5 crianças. A educação ambiental            6 deve ser posto em pratica uma vez            7 que conhecimentos e problemas            8 ambientais e as suas            9 consequências vão repercutir no            10 futuro. Este programa deve ser            11 iniciado com os mais pequenos            12 embora os mais crescidos não            13 devem ficar de fora.Eu não tenho            14 algo diferente, Acho que a            15 educação ambiental deve ser            16 implementado em todas as fases            17 do ensino e a escola é um espaço            18 privilegiado para a educação.R3 A            19 educação ambiental é algo que            20 deve ser integrado no currículo do            21 ensino básico e este subsistema            22 deve acolher dado que desde do            23 PFIE se tem implementado este            24 programa. Os temas são tratados</p>
<p>--&gt; strategi de abordagem</p> <p>16- 24: strategi de abordagem            16 implementado em todas as fases            17 do ensino e a escola é um espaço            18 privilegiado para a educação.R3 A            19 educação ambiental é algo que            20 deve ser integrado no currículo do            21 ensino básico e este subsistema            22 deve acolher dado que desde do            23 PFIE se tem implementado este            24 programa. Os temas são tratados</p> <p>58- 60: strategi de abordagem            58 professores que estão no terrenos            59 podem ter sessões periódicas de            60 formações. Também gostaria de</p>	<p>--&gt; imparcialidade na aval</p> <p>124- 128: imparcialidade na aval            124 colegas. Deve-se ter especialistas            125 e a avaliação ser eito por um outro            126 grupo que não seja os            127 conceptores do programa. Deve-            128 se ver os seguintes itens.</p> <p>--&gt; Insti form</p> <p>169- 170: Insti form            169 pessoas. Formar redes de            170 formadores. Esta instituição deve</p> <p>--&gt; intermed das crianças</p> <p>3- 5: intermed das crianças            3 uma vez que os professores do            4 ensino básico trabalham com            5 crianças. A educação ambiental</p>	<p>--&gt; parametros da avaliaã</p> <p>128- 130: parametros da avaliaã            128 se ver os seguintes itens.            129 Objectivos, metodologia,            130 conteúdos. Deve-se ter em conta</p> <p>--&gt; perfil do formador</p> <p>91- 92: perfil do formador            91 acho em primeiro lugar que temos            92 que ter formadores capacitados,</p>
<p>--&gt; formação ajustada</p> <p>81- 84: formação ajustada            81 colegas e também devemos ter            82 em conta a faixa etária. Deve-se            83 ter em conta as questões            84 ambientais de cabo Verde .A</p>	<p>--&gt; materiais didat</p> <p>99- 106: materiais didat            99 procurar financiamento. É preciso            100 materiais didácticos.São            101 necessários recursos financeiros,            102 criar equipa de formadores e            103 também equipa para a elaboração            104 de manuais, matérias            105 audiovisuais e de apoio            106 logístico.Falando de avaliação</p>	

--> pertinência do porgram

1- 24: pertinência do porgram

- 1 Acho que é pertinente um
- 2 programa de educação ambiental
- 3 uma vez que os professores do
- 4 ensino básico trabalham com
- 5 crianças. A educação ambiental
- 6 deve ser posto em pratica uma vez
- 7 que conhecimentos e problemas
- 8 ambientais e as suas
- 9 consequências vão repercutir no
- 10 futuro. Este programa deve ser
- 11 iniciado com os mais pequenos
- 12 embora os mais crescidos não
- 13 devem ficar de fora.Eu não tenho
- 14 algo diferente, Acho que a
- 15 educação ambiental deve ser
- 16 implementado em todas as fases
- 17 do ensino e a escola é um espaço
- 18 privilegiado para a educação.R3 A
- 19 educação ambiental é algo que
- 20 deve ser integrado no currículo do
- 21 ensino básico e este subsistema
- 22 deve acolher dado que desde do
- 23 PFIE se tem implementado este
- 24 programa. Os temas são tratados

--> pré-requisitos dos for

31- 32: pré-requisitos dos for

- 31 transversal.É preciso conhecer o
- 32 perfil ambiental dos professores.

45- 46: pré-requisitos dos for

- 45 localidade.Considerar temática
- 46 transversal. Deve ser trabalhado

--> prespect de formaçã

49- 64: prespect de formaçã

- 49 social. Também deve ser
- 50 relacionada com a realidade
- 51 regional. Os professores devem
- 52 ser formados em termos
- 53 científicos mas também em
- 54 termos pedagógicosConcordo
- 55 com os colegas. Incluir no
- 56 currículo de formação dos
- 57 professores esta temática. Os
- 58 professores que estão no terrenos
- 59 podem ter sessões periódicas de
- 60 formações. Também gostaria de
- 61 dizer que todos os professores
- 62 devem ter uma formação geral
- 63 mas com incidências na realidade
- 64 local.Acho que deve-se abordar os

--> prespectiva de formaç

139- 148: prespectiva de formaç

- 139 Melhor comunicação com o
- 140 sociedade. Ai sim vão ter
- 141 informações e depois receber
- 142 informações da sociedade
- 143 civil..Há várias formas de
- 144 comunicação como a própria
- 145 escola e órgãos de comunicação
- 146 social.Eu concordo também que
- 147 se deve haver a comunicação ,
- 148 mais divulgação. Podia também

--> sistema de avaliação

106- 136: sistema de avaliação

- 106 logístico.Falando de avaliação
- 107 deve-se verificar os resultados

108 concretos e utilizar os indicadores.

- 109 É bom que os indicadores não se
- 110 limitassem aos aspectos
- 111 quantitativos mas também ver as
- 112 mudanças das praticas
- 113 pedagógicas e dos
- 114 comportamentos dos
- 115 alunos.Concordo. Também acho
- 116 que se ter em conta que a
- 117 avaliação de programa deve ser
- 118 feitos antes da sua
- 119 implementação por pessoas que
- 120 não fizeram perante da sua
- 121 concepção para verem se
- 122 respondem as necessidades do
- 123 pais.Concordo com as ideias das
- 124 colegas. Deve-se ter especialistas
- 125 e a avaliação ser eito por um outro
- 126 grupo que não seja os
- 127 conceptores do programa. Deve-
- 128 se ver os seguintes itens.
- 129 Objectivos, metodologia,
- 130 conteúdos. Deve-se ter em conta
- 131 a componente teórica e pratica.
- 132 Deve-se ter o seguimento com
- 133 aspectos observáveis. Ver no
- 134 terrenos o acompanhamento do
- 135 programa durante o exercícios da
- 136 sua actividade.

--> sustentabi ambiental

7- 10: sustentabi ambiental

- 7 que conhecimentos e problemas
- 8 ambientais e as suas
- 9 consequências vão repercutir no
- 10 futuro. Este programa deve ser

86- 90: sustentabi ambiental

- 86 biodiversidade. Fo

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.007

87 professores de forma a ter uma  
88 visão de contribuir uma sociedade  
89 comprometida com o  
90 desenvolvimento sustentável.Eu

--> tecnicas de avaliação

132- 133: tecnicas de avaliação  
132 Deve-se ter o seguimento com  
133 aspectos observáveis. Ver no

--> transversalidade

29- 31: transversalidade  
29 Deve haver abordagem desta  
30 temática de uma forma  
31 transversal.É preciso conhecer o

--> vertente da formação

49- 57: vertente da formação  
49 social. Também deve ser  
50 relacionada com a realidade  
51 regional. Os professores devem  
52 ser formados em termos  
53 científicos mas também em  
54 termos pedagógicosConcordo  
55 com os colegas. Incluir no  
56 currículo de formação dos  
57 professores esta temática. Os

36 finding(s)

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.007

--> área fundamentais

--> articulação

139- 179: articulação / 149- 155: articulação

169- 170: Insti form

173- 179: estr de ar

139 Melhor comunicação com o

140 sociedade. Aí sim vão ter

141 informações e depois receber

142 informações da sociedade

143 civil..Há várias formas de

144 comunicação como a própria

145 escola e órgãos de comunicação

146 social.Eu concordo também que

147 se deve haver a comunicação ,

148 mais divulgação. Podia também

149 tentar fazer encontros tipo

150 congressos promovido pela DGA

151 ou qualquer instituição que esteja

152 disponível para discutir, e ver o

153 que já se fez o que se pode fazer

154 e dividir tarefas de acordo com a

155 vocação de cada instituição.

156 Divulgar a sociedade e recolher

157 também da sociedade.Deve haver

158 esta articulação institucional.

159 Deve-se fazer um fórum. Se existe

160 recursos humanos porque não

161 aproveitar destes recurso. Esta

162 rede deveria ser gerida pelo

163 Ministério de Educação. Procurar

164 pessoas que vão exercer

165 actividades nas comunidades

166 humanas. Não interessa apenas

167 formar pessoas mas sim

168 aproveitar das potencialidades das

169 pessoas. Formar redes de

170 formadores. Esta instituição deve

171 fazer mais comunicação, divulgar

172 e recolher o feedback da

173 sociedade e produzir novas ideias.

174 Incrementar a Cooperação

175 internacional. Investir nos

176 recursos humanos e financeiros.

177 Promover a sensibilização e criar

178 a rede de formadores e manter

179 esta rede.

--> boas praticas

--> condições necessárias

90- 106: condições necessárias / 91- 92: perfil do formador

93- 99: condições necessárias

99- 106: materiais didat

90 desenvolvimento sustentável.Eu

91 acho em primeiro lugar que temos

92 que ter formadores capacitados,

93 condições financeiros, os

94 formadores tem que ser pagos e é

95 necessário as condições

96 financeiras principalmente para a

97 elaboração.Cabe aos ministério

98 de Educação e o Governo e

99 procurar financiamento. É preciso

100 materiais didáticos.São

101 necessários recursos financeiros,

102 criar equipa de formadores e

103 também equipa para a elaboração

104 de manuais, matérias

105 audiovisuais e de apoio

106 logístico.Falando de avaliação

--> condições necessárias

--> criança veicul de tran

--> currículo adaptado

--> dimensões de avaliação

--> especificidade da área

--> especificidade local

34- 37: especificidade local / 36- 37: currículo adaptado

34 elaborar um programa de

35 formação e que deverá ser de

36 acordo com os locais onde os

37 professores estão trabalhando. As

--> estateg de abordagem

29- 46: estateg de abordagem / 29- 31: transversalidade

31- 32: pré-requisitos dos for

34- 37: especificidade local

36- 37: currículo adaptado

45- 46: pré-requisitos dos for

29 Deve haver abordagem desta

30 temática de uma forma

31 transversal.É preciso conhecer o

32 perfil ambiental dos professores.

33 Com base neste diagnóstico

34 elaborar um programa de

35 formação e que deverá ser de

36 acordo com os locais onde os

37 professores estão trabalhando. As

38 escolas litorais pode-se trabalhar

39 as zonas costeiras e marinhas,

40 uma pessoa localizada perto do

41 parque natural pode trabalhar

42 espécies endémicas. Portanto

43 deve-se abordar temáticas tendo

44 em conta cada

45 localidade.Considerar temática

46 transversal. Deve ser trabalhado

--> estr de ar

--> estrategi de abordagem

--> formação ajustada

--> formação ajustado



## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.007

--> estr de ar	17 do ensino e a escola é um espaço 18 privilegiado para a educação.R3 A	20 deve ser integrado no currículo do
--> strategi de abordagem	19 educação ambiental é algo que	21 ensino básico e este subsistema
--> formação ajustada	20 deve ser integrado no currículo do	22 deve acolher dado que desde do
--> formação ajustado	21 ensino básico e este subsistema	23 PFIE se tem implementado este
--> imparcialidade na aval	22 deve acolher dado que desde do	24 programa. Os temas são tratados
--> Insti form	23 PFIE se tem implementado este	--> pré-requisitos dos for
--> intermed das crianças	24 programa. Os temas são tratados	--> prespect de formaçã
--> materiais didat	--> parametros da avaliaçã	49- 64: prespect de formaçã / 49- 57: vertente da formação
--> opinião favorável	--> perfil do formador	58- 60: strategi de abordagem
1- 24: opinião favorável / 1- 24: pertinência do porgram	--> pertinência do porgram	62- 64: formação ajustado
3- 5: intermed das crianças	1- 24: pertinência do porgram / 3- 5: intermed das crianças	49 social. Também deve ser
7- 10: sustentabi ambiental	7- 10: sustentabi ambiental	50 relacionada com a realidade
10- 11: criança veicul de tran	10- 11: criança veicul de tran	51 regional. Os professores devem
16- 24: strategi de abordagem	16- 24: strategi de abordagem	52 ser formados em termso
1 Acho que é pertinente um	1 Acho que é pertinente um	53 científicos mas também em
2 programa de educação ambiental	2 programa de educação ambiental	54 termos pedagógicosConcordo
3 uma vez que os professores do	3 uma vez que os professores do	55 com os colegas. Incluir no
4 ensino básico trabalham com	4 ensino básico trabalham com	56 currículo de formação dos
5 crianças. A educação ambiental	5 crianças. A educação ambiental	57 professores esta temática. Os
6 deve ser posto em pratica uma vez	6 deve ser posto em pratica uma vez	58 professores que estão no terrenos
7 que conhecimentos e problemas	7 que conhecimentos e problemas	59 podem ter sessões periódicas de
8 ambientais e as suas	8 ambientais e as suas	60 formações. Também gostaria de
9 consequências vão repercutir no	9 consequências vão repercutir no	61 dizer que todos os professores
10 futuro. Este programa deve ser	10 futuro. Este programa deve ser	62 devem ter uma formação geral
11 iniciado com os mais pequenos	11 iniciado com os mais pequenos	63 mas com incidências na realidade
12 embora os mais crescidos não	12 embora os mais crescidos não	64 local.Acho que deve-se abordar os
13 devem ficar de fora.Eu não tenho	13 devem ficar de fora.Eu não tenho	--> prespectiva de formaç
14 algo diferente, Acho que a	14 algo diferente, Acho que a	--> sistema de avaliação
15 educação ambiental deve ser	15 educação ambiental deve ser	
16 implementado em todas as fases	16 implementado em todas as fases	
	17 do ensino e a escola é um espaço	
	18 privilegiado para a educação.R3 A	
	19 educação ambiental é algo que	

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.007

106- 136: sistema de avaliação / 108- 115: dimensões de avaliação	--> sustentabi ambiental
124- 128: imparcialidade na aval	
128- 130: parametros da avaliaçã	--> tecnicas de avaliação
130- 131: dimensões de avaliação	
132- 133: tecnicas de avaliação	--> transversalidade
106 logístico.Falando de avaliação	
107 deve-se verificar os resultados	--> vertente da formação
108 concretos e utilizar os indicadores.	
109 É bom que os indicadores não se	
110 limitassem aos aspectos	8 findings
111 quantitativos mas também ver as	
112 mudanças das praticas	
113 pedagógicas e dos	
114 comportamentos dos	
115 alunos.Concordo. Também acho	
116 que se ter em conta que a	
117 avaliação de programa deve ser	
118 feitos antes da sua	
119 implementação por pessoas que	
120 não fizeram perante da sua	
121 concepção para verem se	
122 respondem as necessidades do	
123 pais.Concordo com as ideias das	
124 colegas. Deve-se ter especialistas	
125 e a avaliação ser eito por um outro	
126 grupo que não seja os	
127 conceptores do programa. Deve-	
128 se ver os seguintes itens.	
129 Objectivos, metodologia,	
130 conteúdos. Deve-se ter em conta	
131 a componente teórica e pratica.	
132 Deve-se ter o seguimento com	
133 aspectos observáveis. Ver no	
134 terrenos o acompanhamento do	
135 programa durante o exercicios da	
136 sua actividade.	

- 1 Acho que é pertinente um  
-> ( 1- 24): opinião favorável  
-> ( 1- 24): pertinência do program
- 2 programa de educação ambiental
- 3 uma vez que os professores do  
-> ( 3- 5): intermed das crianças
- 4 ensino básico trabalham com
- 5 crianças. A educação ambiental
- 6 deve ser posto em pratica uma vez
- 7 que conhecimentos e problemas  
-> ( 7- 10): sustentabi ambiental
- 8 ambientais e as suas
- 9 consequências vão repercutir no
- 10 futuro. Este programa deve ser  
-> ( 10- 11): criança veicul de tran
- 11 iniciado com os mais pequenos
- 12 embora os mais crescidos não
- 13 devem ficar de fora.Eu não tenho
- 14 algo diferente, Acho que a
- 15 educação ambiental deve ser
- 16 implementado em todas as fases  
-> ( 16- 24): strategi de abordagem
- 17 do ensino e a escola é um espaço
- 18 privilegiado para a educação.R3 A
- 19 educação ambiental é algo que
- 20 deve ser integrado no currículo do
- 21 ensino básico e este subsistema
- 22 deve acolher dado que desde do
- 23 PFIE se tem implementado este
- 24 programa. Os temas são tratados
- 25 nos manuais com temáticas
- 26 importantes. É uma boa  
-> ( 26- 28): boas praticas
- 27 experiência neste subsistema
- 28 servir dos alunos como o modelo.
- 29 Deve haver abordagem desta  
-> ( 29- 46): starteg de abordagem  
-> ( 29- 31): transversalidade
- 30 temática de uma forma
- 31 transversal.É preciso conhecer o  
-> ( 31- 32): pré-requisitos dos for
- 32 perfil ambiental dos professores.
- 33 Com base neste diagnóstico
- 34 elaborar um programa de  
-> ( 34- 37): especificidade local
- 35 formação e que deverá ser de
- 36 acordo com os locais onde os  
-> ( 36- 37): curriculo adaptado
- 37 professores estão trabalhando. As
- 38 escolas litorais pode-se trabalhar
- 39 as zonas costeiras e marinhas,
- 40 uma pessoa localizada perto do
- 41 parque natural pode trabalhar
- 42 espécies endémicas. Portanto
- 43 deve-se abordar temáticas tendo
- 44 em conta cada
- 45 localidade.Considerar temática  
-> ( 45- 46): pré-requisitos dos for
- 46 transversal. Deve ser trabalhado  
-> ( 46- 48): especificidade da áre
- 47 por pessoas entendem da matéria
- 48 e que conhecem bem o contexto
- 49 social. Também deve ser  
-> ( 49- 64): prespect de formaçã  
-> ( 49- 57): vertente da formação
- 50 relacionada com a realidade
- 51 regional. Os professores devem
- 52 ser formados em termo
- 53 científicos mas também em
- 54 termos pedagógicosConcordo
- 55 com os colegas. Incluir no
- 56 currículo de formação dos
- 57 professores esta temática. Os
- 58 professores que estão no terrenos  
-> ( 58- 60): strategi de abordagem
- 59 podem ter sessões periódicas de
- 60 formações. Também gostaria de
- 61 dizer que todos os professores
- 62 devem ter uma formação geral  
-> ( 62- 64): formação ajustado
- 63 mas com incidências na realidade
- 64 local.Acho que deve-se abordar os
- 65 seguintes temas: noções básicas  
-> ( 65- 80): área fundamentais
- 66 do ambiente, desenvolvimento
- 67 sustentável, principais causas dos
- 68 problemas ambientais e suas
- 69 consequências por exemplo a
- 70 questão do aquecimento global e
- 71 mudanças climáticas, alterações
- 72 dos oceanos, a questão da
- 73 poluição, saúde pública, a
- 74 questão da poluição, qualidade do
- 75 ar, preservação do ambiente, e de
- 76 expansão dos oceanos.Eu
- 77 concordo e acrescentaria as
- 78 temáticas dos resíduos sólidos,
- 79 incluído, a reciclagem do
- 80 lixo.Estou de acordo com os
- 81 colegas e também devemos ter  
-> ( 81- 84): formação ajustada
- 82 em conta a faixa etária. Deve-se
- 83 ter em conta as questões
- 84 ambientais de cabo Verde .A
- 85 questão da água, da perda da
- 86 biodiversidade. Formar  
-> ( 86- 90): sustentabi ambiental
- 87 professores de forma a ter uma
- 88 visão de contribuir uma sociedade
- 89 comprometida com o
- 90 desenvolvimento sustentável.Eu  
-> ( 90- 106): condições necessárias
- 91 acho em primeiro lugar que temos  
-> ( 91- 92): perfil do formador

- 92 que ter formadores capacitados,  
 93 condições financeiros, os  
 -> ( 93- 99): condições necessárias  
 94 formadores tem que ser pagos e é  
 95 necessário as condições  
 96 financeiras principalmente para a  
 97 elaboração. Cabe aos ministério  
 98 de Educação e o Governo e  
 99 procurar financiamento. É preciso  
 -> ( 99- 106): materiais didat  
 100 materiais didáticos. São  
 101 necessários recursos financeiros,  
 102 criar equipa de formadores e  
 103 também equipa para a elaboração  
 104 de manuais, matérias  
 105 audiovisuais e de apoio  
 106 logístico. Falando de avaliação  
 -> ( 106- 136): sistema de avaliação  
 107 deve-se verificar os resultados  
 108 concretos e utilizar os indicadores.  
 -> ( 108- 115): dimensões de avaliação  
 109 É bom que os indicadores não se  
 110 limitassem aos aspectos  
 111 quantitativos mas também ver as  
 112 mudanças das praticas  
 113 pedagógicas e dos  
 114 comportamentos dos  
 115 alunos. Concordo. Também acho  
 116 que se ter em conta que a  
 117 avaliação de programa deve ser  
 118 feitos antes da sua
- 119 implementação por pessoas que  
 120 não fizeram perante da sua  
 121 concepção para verem se  
 122 respondem as necessidades do  
 123 país. Concordo com as ideias das  
 124 colegas. Deve-se ter especialistas  
 -> ( 124- 128): imparcialidade na aval  
 125 e a avaliação ser eito por um outro  
 126 grupo que não seja os  
 127 conceptores do programa. Deve-  
 128 se ver os seguintes itens.  
 -> ( 128- 130): parametros da avaliaçã  
 129 Objectivos, metodologia,  
 130 conteúdos. Deve-se ter em conta  
 -> ( 130- 131): dimensões de avaliação  
 131 a componente teórica e pratica.  
 132 Deve-se ter o seguimento com  
 -> ( 132- 133): tecnicas de avaliaçãoo  
 133 aspectos observáveis. Ver no  
 134 terrenos o acompanhamento do  
 135 programa durante o exercícius da  
 136 sua actividade.  
 137  
 138  
 119 implementação por pessoas que  
 120 não fizeram perante da sua  
 121 concepção para verem se  
 122 respondem as necessidades do  
 123 país. Concordo com as ideias das  
 124 colegas. Deve-se ter especialistas  
 -> ( 124- 128): imparcialidade na aval  
 125 e a avaliação ser eito por um outro  
 126 grupo que não seja os  
 127 conceptores do programa. Deve-  
 128 se ver os seguintes itens.  
 -> ( 128- 130): parametros da avaliaçã  
 129 Objectivos, metodologia,  
 130 conteúdos. Deve-se ter em conta  
 -> ( 130- 131): dimensões de avaliação  
 131 a componente teórica e pratica.  
 132 Deve-se ter o seguimento com  
 -> ( 132- 133): tecnicas de avaliaçãoo  
 133 aspectos observáveis. Ver no  
 134 terrenos o acompanhamento do  
 135 programa durante o exercícius da  
 136 sua actividade.  
 137  
 138  
 170 formadores. Esta instituição deve  
 171 fazer mais comunicação, divulgar  
 172 e recolher o feedabck da  
 173 sociedade e produzir novas ideias.  
 -> ( 173- 179): estr de ar  
 174 Incrementar a Cooperação  
 175 internacional. Investir nos  
 176 recursos humanos e financeiros.  
 177 Promover a sensibilização e criar  
 178 a rede de formadores e manter  
 179 esta rede.  
 180 2  
 181

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.007

-> sistema de avaliação

106- 136: sistema de avaliação / 90- 106: condições necessárias

99- 106: materiais didat

108- 115: dimensões de avaliação

124- 128: imparcialidade na aval

128- 130: parametros da avaliaçã

130- 131: dimensões de avaliação

132- 133: tecnicas de avaliação

90 desenvolvimento sustentável.Eu

91 acho em primeiro lugar que temos

92 que ter formadores capacitados,

93 condições financeiros, os

94 formadores tem que ser pagos e é

95 necessário as condições

96 financeiras principalmente para a

97 elaboração.Cabe aos ministério

98 de Educação e o Governo e

99 procurar financiamento. É preciso

100 materiais didáticos.São

101 necessários recursos financeiros,

102 criar equipa de formadores e

103 também equipa para a elaboração

104 de manuais, matérias

105 audiovisuais e de apoio

106 logístico.Falando de avaliação

107 deve-se verificar os resultados

108 concretos e utilizar os indicadores.

109 É bom que os indicadores não se

110 limitassem aos aspectos

111 quantitativos mas também ver as

112 mudanças das praticas

113 pedagógicas e dos

114 comportamentos dos

115 alunos.Concordo. Também acho

116 que se ter em conta que a

117 avaliação de programa deve ser

118 feitos antes da sua

119 implementação por pessoas que

120 não fizeram perante da sua

121 concepção para verem se

122 respondem as necessidades do

123 pais.Concordo com as ideias das

124 colegas. Deve-se ter especialistas

125 e a avaliação ser eito por um outro

126 grupo que não seja os

127 conceptores do programa. Deve-

128 se ver os seguintes itens.

129 Objectivos, metodologia,

130 conteúdos. Deve-se ter em conta

131 a componente teórica e pratica.

132 Deve-se ter o seguimento com

133 aspectos observáveis. Ver no

--> tecnicas de avaliação

132- 133: tecnicas de avaliação / 106- 136: sistema de avaliação

106 logístico.Falando de avaliação

107 deve-se verificar os resultados

108 concretos e utilizar os indicadores.

109 É bom que os indicadores não se

110 limitassem aos aspectos

111 quantitativos mas também ver as

112 mudanças das praticas

113 pedagógicas e dos

114 comportamentos dos

115 alunos.Concordo. Também acho

116 que se ter em conta que a

117 avaliação de programa deve ser

118 feitos antes da sua

119 implementação por pessoas que

120 não fizeram perante da sua

121 concepção para verem se

122 respondem as necessidades do

123 pais.Concordo com as ideias das

124 colegas. Deve-se ter especialistas

125 e a avaliação ser eito por um outro

126 grupo que não seja os

127 conceptores do programa. Deve-

128 se ver os seguintes itens.

129 Objectivos, metodologia,

130 conteúdos. Deve-se ter em conta

131 a componente teórica e pratica..

132 Deve-se ter o seguimento com

133 aspectos observáveis. Ver no

134 terrenos o acompanhamento do

135 programa durante o exercícios da

136 sua actividade.

2 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.007

--> área fundamentais	1- 24: opinião favorável / 1- 24: pertinência do porgram	6 deve ser posto em pratica uma vez
--> articulação	1 Acho que é pertinente um	7 que conhecimentos e problemas
--> boas praticas	2 programa de educação ambiental	8 ambientais e as suas
--> condições necessárias	3 uma vez que os professores do	9 consequências vão repercutir no
--> condições necssárias	4 ensino básico trabalham com	10 futuro. Este programa deve ser
--> criança veicul de tran	5 crianças. A educação ambiental	11 iniciado com os mais pequenos
--> curriculo adaptado	6 deve ser posto em pratica uma vez	12 embora os mais crescidos não
--> dimensões de avaliação	7 que conhecimentos e problemas	13 devem ficar de fora.Eu não tenho
--> especificidade da áre	8 ambientais e as suas	14 algo diferente, Acho que a
--> especificidade local	9 consequências vão repercutir no	15 educação ambiental deve ser
--> estarteg de abordagem	10 futuro. Este programa deve ser	16 implementado em todas as fases
--> estr de ar	11 iniciado com os mais pequenos	17 do ensino e a escola é um espaço
--> strategi de abordagem	12 embora os mais crescidos não	18 privilegiado para a educação.R3 A
--> formação ajustada	13 devem ficar de fora.Eu não tenho	19 educação ambiental é algo que
--> formação ajustado	14 algo diferente, Acho que a	20 deve ser integrado no currículo do
--> imparcialidade na aval	15 educação ambiental deve ser	21 ensino básico e este subsistema
--> Insti form	16 implementado em todas as fases	22 deve acolher dado que desde do
--> intermed das crianças	17 do ensino e a escola é um espaço	23 PFIE se tem implementado este
--> materiais didat	18 privilegiado para a educação.R3 A	24 programa. Os temas são tratados
--> opinião favorável	19 educação ambiental é algo que	--> pré-requisitos dos for
	20 deve ser integrado no currículo do	--> prespect de formaçã
	21 ensino básico e este subsistema	--> prespectiva de formaç
	22 deve acolher dado que desde do	--> sistema de avaliação
	23 PFIE se tem implementado este	--> sustentabi ambiental
	24 programa. Os temas são tratados	--> tecnicas de avaliaçãooo
	--> parametros da avaliaçã	--> transversalidade
	--> perfil do formador	--> vertente da formação
	--> pertinência do porgram	2 findings
	1- 24: pertinência do porgram / 1- 24: opinião favorável	
	1 Acho que é pertinente um	
	2 programa de educação ambiental	
	3 uma vez que os professores do	
	4 ensino básico trabalham com	
	5 crianças. A educação ambie	

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.007

--> prespect de formaçã

- 49- 64: prespect de formaçã / 49- 57: vertente da formação
  - 58- 60: strategi de abordagem
  - 62- 64: formação ajustado
- 49 social. Também deve ser
- 50 relacionada com a realidade
- 51 regional. Os professores devem
- 52 ser formados em termso
- 53 científicos mas também em
- 54 termos pedagógicosConcordo
- 55 com os colegas. Incluir no
- 56 currículo de formação dos
- 57 professores esta temática. Os
- 58 professores que estão no terrenos
- 59 podem ter sessões periódicas de
- 60 formações. Também gostaria de
- 61 dizer que todos os professores
- 62 devem ter uma formação geral
- 63 mas com incidências na realidade
- 64 local.Acho que deve-se abordar os

--> perspectiva de formaç

- 139- 148: perspectiva de formaç / 139- 179: articulação
- 139 Melhor comunicação com o
- 140 sociedade. Aí sim vão ter
- 141 informações e depois receber
- 142 informações da sociedade
- 143 civil..Há várias formas de
- 144 comunicação como a própria
- 145 escola e órgãos de comunicação
- 146 social.Eu concordo também que
- 147 se deve haver a comunicação ,
- 148 mais divulgação. Podia também
- 149 tentar fazer encontros tipo
- 150 congressos promovido pela DGA
- 151 ou qualquer instituição que esteja
- 152 disponível para discutir, e ver o
- 153 que já se fez o que se pode fazer
- 154 e dividir tarefas de acordo com a
- 155 vocação de cada instituição.
- 156 Divulgar a sociedade e recolher
- 157 também da sociedade.Deve haver
- 158 esta articulação institucional.
- 159 Deve-se fazer um fórum. Se existe
- 160 recursos humanos porque não
- 161 aproveitar destes recurso. Esta
- 162 rede deveria ser gerida pelo
- 163 Ministério de Educação. Procurar
- 164 pessoas que vão exercer
- 165 actividades nas comunidades

- 166 humanas. Não interessa apenas
- 167 formar pessoas mas sim
- 168 aproveitar das potencialidades das
- 169 pessoas. Formar redes de
- 170 formadores. Esta instituição deve
- 171 fazer mais comunicação, divulgar
- 172 e recolher o feedabck da
- 173 sociedade e produzir novas ideias.
- 174 Incrementar a Cooperação
- 175 internacional. Investir nos
- 176 recursos humanos e financeiros.
- 177 Promover a sensibilização e criar
- 178 a rede de formadores e manter
- 179 esta rede.

2 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.007

--> articulação

139- 179: articulação / 139- 148: perspectiva de formaç

169- 170: Insti form

173- 179: estr de ar

139 Melhor comunicação com o

140 sociedade. Aí sim vão ter

141 informações e depois receber

142 informações da sociedade

143 civil..Há várias formas de

144 comunicação como a própria

145 escola e órgãos de comunicação

146 social.Eu concordo também que

147 se deve haver a comunicação ,

148 mais divulgação. Podia também

149 tentar fazer encontros tipo

150 congressos promovido pela DGA

151 ou qualquer instituição que esteja

152 disponível para discutir, e ver o

153 que já se fez o que se pode fazer

154 e dividir tarefas de acordo com a

155 vocação de cada instituição.

156 Divulgar a sociedade e recolher

157 também da sociedade.Deve haver

158 esta articulação institucional.

159 Deve-se fazer um fórum. Se existe

160 recursos humanos porque não

161 aproveitar destes recurso. Esta

162 rede deveria ser gerida pelo

163 Ministério de Educação. Procurar

164 pessoas que vão exercer

165 actividades nas comunidades

166 humanas. Não interessa apenas

167 formar pessoas mas sim

168 aproveitar das potencialidades das

169 pessoas. Formar redes de

170 formadores. Esta instituição deve

171 fazer mais comunicação, divulgar

172 e recolher o feedabck da

173 sociedade e produzir novas ideias.

174 Incrementar a Cooperação

175 internacional. Investir nos

176 recursos humanos e financeiros.

177 Promover a sensibilização e criar

178 a rede de formadores e manter

179 esta rede.

1 findings



área fundamentais

articulação  
boas praticas  
condições necessárias  
condições neccsárias  
criança veicul de tran  
curriculo adaptado  
dimensões de avaliação  
especificidade da áre  
especificidade local  
estarteg de abordagem  
estr de ar  
estrategi de abordagem  
formação ajustada  
formação ajustado  
imparcialidade na aval  
Insti form  
intermed das crianças  
materiais didat  
opinião favorável  
parametros da avaliaçã  
perfil do formador  
pertinência do porgram  
pré-requisitos dos for  
prespect de formaçã  
prespectiva de formaç  
sistema de avaliação  
sustentabi ambiental  
tecnicas de avaliação  
transversalidade  
vertente da formação

--> pertinência do porgram

1- 24: pertinência do porgram / 1- 24: opinião favorável

3- 5: intermed das crianças

7- 10: sustentabi ambiental

10- 11: criança veicul de tran

16- 24: strategi de abordagem

1 Acho que é pertinente um

2 programa de educação ambiental

3 uma vez que os professores do

4 ensino básico trabalham com

5 crianças. A educação ambiental

6 deve ser posto em pratica uma vez

7 que conhecimentos e problemas

8 ambientais e as suas

9 consequências vão repercutir no

10 futuro. Este programa deve ser

11 iniciado com os mais pequenos

12 embora os mais crescidos não

13 devem ficar de fora.Eu não tenho

14 algo diferente, Acho que a

15 educação ambiental deve ser

16 implementado em todas as fases

17 do ensino e a escola é um espaço

18 privilegiado para a educação.R3 A

19 educação ambiental é algo que

20 deve ser integrado no currículo do

21 ensino básico e este subsistema

22 deve acolher dado que desde do

23 PFIE se tem implementado este

24 programa. Os temas são tratados

1 findings

--> pertinência do porgram

1- 24: pertinência do porgram / 1- 24: opinião favorável

3- 5: intermed das crianças

7- 10: sustentabi ambiental

10- 11: criança veicul de tran

16- 24: strategi de abordagem

1 Acho que é pertinente um

2 programa de educação ambiental

3 uma vez que os professores do

4 ensino básico trabalham com

5 crianças. A educação ambiental

6 deve ser posto em pratica uma vez

7 que conhecimentos e problemas

8 ambientais e as suas

9 consequências vão repercutir no

10 futuro. Este programa deve ser

11 iniciado com os mais pequenos

12 embora os mais crescidos não

13 devem ficar de fora.Eu não tenho

14 algo diferente, Acho que a

15 educação ambiental deve ser

16 implementado em todas as fases

17 do ensino e a escola é um espaço

18 privilegiado para a educação.R3 A

19 educação ambiental é algo que

20 deve ser integrado no currículo do

21 ensino básico e este subsistema

22 deve acolher dado que desde do

23 PFIE se tem implementado este

24 programa. Os temas são tratados

1 findings

## FREQUENCIES OF CODES IN GRUPO.007

área fundamentais : 1  
articulação : 2  
boas praticas : 1  
condições necessárias: 1  
condições necssárias : 1  
criança veicul de tran: 1  
currículo adaptado : 1  
dimensões de avaliação: 2  
especificidade da áre : 1  
especificidade local : 1  
estarteg de abordagem: 1  
estr de ar : 1  
estrategi de abordagem: 2  
formação ajustada : 1  
formação ajustado : 1  
imparcialidade na aval: 1  
Insti form : 1  
intermed das crianças: 1  
materiais didat : 1  
opinião favorável : 1  
parametros da avaliaçã: 1  
perfil do formador : 1  
pertinência do porgram: 1  
pré-requisitos dos for: 2  
prespect de formaçã : 1  
prespectiva de formaç: 1  
sistema de avaliação : 1  
sustentabi ambiental : 2  
tecnicas de avaliação: 1  
transversalidade : 1  
vertente da formação : 1

área fundamentais  
articulação  
boas praticas  
condições necessárias  
condições necssárias  
criança veicul de tran  
currículo adaptado  
dimensões de avaliação  
especificidade da áre  
especificidade local  
estarteg de abordagem  
estr de ar  
estrategi de abordagem  
formação ajustada  
formação ajustado  
imparcialidade na aval  
Insti form  
intermed das crianças  
materiais didat  
opinião favorável  
parametros da avaliaçã  
perfil do formador  
pertinência do porgram  
pré-requisitos dos for  
prespect de formaçã  
prespectiva de formaç  
sistema de avaliação  
sustentabi ambiental  
tecnicas de avaliação  
transversalidade  
vertente da formação

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.008

--> areas fundamentais

142- 144: areas fundamentais

- 142 Também deve-se trabalhar medidas de
- 143 protecção do ambiente, e que essas
- 144 medidas presentes traduzirão em

183- 195: areas fundamentais

- 183 posso avançar aqui. Eu colocaria como
- 184 assunto importante, ecologia, água,
- 185 gestão de resíduos, poluição,
- 186 diferentes tipos de poluição, recursos
- 187 naturais, contaminação do solo, gestão
- 188 ambiental na escola,, economia e
- 189 ambiente, direito ambiental realçando
- 190 esta questão á nível internacional sem
- 191 esquecer da realidade caboverdiana e
- 192 local. Também na questão do direito
- 193 ambiental eu gostaria que fosse
- 194 realçado a questão da cidadania
- 195 ambiental.

211- 217: areas fundamentais

- 211 como: o ambiente e os seus problemas
- 212 e valorização e o respeito para o meio
- 213 ambiente e dos elementos que os
- 214 configuram, reciclagem de plástico
- 215 garrafas, o que podemos fazer para
- 216 reduzir o lixo e trabalhar a qualidade
- 217 ambiental.Eu acho que podíamos

--> articulação

196- 204: articulação

- 196 Outra coisa eu gostaria que fosse
- 197 tratada em termos de conhecimento
- 198 com se fosse em rede, pensando nos
- 199 formadores de diversas áreas, trazer a
- 200 questão artísticas relacionada com o
- 201 ambiente e que fosse uma coisa que

- 202 realmente motivasse os professores a
- 203 trabalhar.Também devemos falar do
- 204 ambiente dentro da cidadania. Ao

232- 235: articulação

- 232 experiência na área ambiental. A
- 233 CDAO e as nações unidas que são
- 234 organismos afectos a área ambiental
- 235 podem ser potenciais colaboradores.

--> boas praticas

166- 171: boas praticas

- 166 trabalhar. Até em algumas formações
- 167 que nós realizamos aqui na Delegação
- 168 utilizamos esta metodologia foi muito
- 169 bem aprovado pelos professores do
- 170 Ensino Básico embora numa outra
- 171 área.Como área curricular por exemplo

249- 270: boas praticas

- 249 financiamento para a formação.Não só
- 250 a formação de formadores mas
- 251 também criar manuais e guias, faço
- 252 referencia ao anitgo PFIE que pode
- 253 servir de referencia. Dentro do
- 254 porgrama com os formadores com os
- 255 matrreiais mas tb Deve-se ter um
- 256 fundo e para isso devemos contar com
- 257 o Gabinete do Ambiente. Que
- 258 tivéssemos um fundo que sustentasse
- 259 o material didáctico. Podemos contar
- 260 com o fundo do gabinete do ambiente.
- 261 Lembro-me que antigamente que eram
- 262 formados pequenos clubes não só em
- 263 datas especiais em que saímos da
- 264 escola para fora e chamara atenção

- 265 para mostrar a importância da praia
- 266 limpa e Podia ser por este caminho
- 267 Seria bom que as instituições do
- 268 estado contratassem especialistas na
- 269 área para dar formação e espalhar esta
- 270 formação para outros. Além do fundo

--> criança c veiculo tran

22- 78: criança c veiculo tran

- 22 sustentável. É uma coisa Trabalhar a
- 23 criança desde a tenra idade uma
- 24 cidadania do ambiente de forma a
- 25 garantir a qualidade do ambiente. É
- 26 aprtir desta fase que a criança vai
- 27 ganhando pré-requisitos e estes pré-
- 28 requisitos vão sendo reforçados na
- 29 fase do ensino básico através dos
- 30 professores e também é algo que a
- 31 criança vai socializando muito cedo
- 32 com tudo que está a sua volta em que
- 33 os recursos estão cada vez mais
- 34 poucos para a criança entender que
- 35 elas fazem parte desta gerência destes
- 36 recursos nas gerações futuras.Só para
- 37 complementar a intervenção das
- 38 colegas. Há um ditado que diz é do
- 39 pequeno que se torce o
- 40 pepino.Trabalhando muito cedo desde
- 41 o pré-escolar stas questões.É sempre
- 42 de realçar que é muito importante
- 43 trabalhar o ambiente e as crianças
- 44 conseguem receber esta mensagem.
- 45 Quando a educadora passa a
- 46 mensagem, elas recebem. Se desde
- 47 cedo começarem a ter esta
- 48 preocupação ambiental é muito bom,
- 49 porque os adultos podem dar
- 50 contribuição mas as crianças também

51 podem dar. Eu já tenho algumas anos  
 52 de experiência e já fiz várias  
 53 actividades sobre o ambiente com as  
 54 crianças e confirmo que as crianças  
 55 podem ar o seu contributo. Qualquer  
 56 actividade ambiental é por mais que  
 57 seja pequena é importante. Por  
 58 exemplo, recolher lixo nas ruas, os  
 59 pequenos papeis que as próprias  
 60 crianças põem nas salas de aulas,  
 61 colocar o lixo no cesto etc. actividade  
 62 relacionada com a Dengue etc.  
 63 Quando as crianças começam com  
 64 esta preocupação isto fica sempre nas  
 65 crianças mesmo que eles não se  
 66 manifestem logo mas fica. Há um  
 67 ditado que diz o seguinte: Ensina a  
 68 criança o caminho que deve andar  
 69 para quando crescer não desviar dele.  
 70 Se ensinarmos a criança desde do  
 71 pequeno as mudanças climáticas, vai  
 72 criar algum sentimento de  
 73 responsabilidade e ela consegue ver o  
 74 que poderá comprometer o nosso  
 75 futuro. É uma certeza que se  
 76 ensinarmos elas aprendam sobre o  
 77 ambiente e podem sentir-se mais  
 78 comprometidas com o nosso futuro.Eu

--> curr diferenciado

108- 113: curr diferenciado  
 108 professores que estão em localidades  
 109 muito distantes. Como fazer esta  
 110 formação respeitando a diferenciação  
 111 não é uma tarefa fácil.Tendo em conta  
 112 que é prioritário podia-se investir. É  
 113 uma área que preocupa a todos.Eu

--> demanda dos professore

7- 9: demanda dos professore  
 7 os professores para trabalharem esta  
 8 questão precisam de estarem  
 9 habilitados. Estando com mais

--> ensino diferencia

79- 82: ensino diferencia  
 79 penso na questão de formação  
 80 devemos levar em conta a  
 81 diferenciação que existe na classe  
 82 docente. Eu acho que a própria

--> esta suaten

373- 385: esta suaten  
 373 Em relação às famílias que se faça  
 374 intervenções perto de famílias porque  
 375 muitas vezes as famílias não estão na  
 376 posse de informações ma a partir do  
 377 momento que sabem que a água que  
 378 utilizamos para lavar as roupas pode  
 379 ser tratada para regar as plantas,  
 380 começam a fazer isto. Portanto deve-se  
 381 ter intervenções perto de famílias,  
 382 Nesta abordagem conjunta eu acredito  
 383 que se pode conseguir a  
 384 sustentabilidade ambiental.Além de  
 385 apostar da sensibilização e educação

--> estr de selec form

218- 225: estr de selec form  
 218 pensar num concurso a nível nacional  
 219 para fazer a selecção dos formadores e  
 220 que esta selecção deve envolver várias  
 221 instituições tanto as instituições de  
 222 formação como as universidades e a  
 223 própria instituições onde a  
 224 investigadora está envolvidas e  
 225 associações com lideres ambientais.

--> estrat de abordagem

114- 120: estrat de abordagem  
 114 queria aprofundar deve-se pensar este  
 115 curso numa diemensão teórico-pratica  
 116 em que os professores reflectissem na  
 117 própria pratica e a autoformação  
 118 também.Tendo em conta que se devia  
 119 introduzir a educação ambiental,  
 120 incluir esta área no curriculum a nível

--> estrategia de aborda

132- 141: estrategia de aborda  
 132 aparecesse, estes temas pertinentes.  
 133 Que se tratasse de uma forma bem  
 134 focada e que aparecesse este temas  
 135 pertinentes. Deve-se entender que as  
 136 crianças são um dos vectores desta  
 137 temática.  
 138 Deve-se desenvolver aulas praticas a  
 139 partir do reciclado e servir destes  
 140 reciclados para trabalhar aulas de  
 141 forma transversal a partir do reciclado.

--> importancia do subsist

15- 21: importancia do subsist  
 15 minha intervenção para o lado do pré-  
 16 escolar. É muito pertienente ter um  
 17 programa de educação ambiental  
 18 preparado para o ensino pré-escolar  
 19 porque entendo que o ensino pré-  
 20 escolar é que faz o alicerce a  
 21 construção de um ambiente

--> importancia do tema

5- 7: importancia do tema  
 5 conjuntura uma vez que a questão  
 6 ambiental é um problema de todos e  
 7 os professores para trabalharem esta

- > incia ambien
- 236- 241: incia ambien  
 236 Não agora quais são os trâmites para  
 237 aproveitar todo este potencial a nível  
 238 nacional e internacional. Pode ser que  
 239 não se consegue resolver tudo isso  
 240 com o Doutoramento mas deve  
 241 trabalhar esta questão na longitudinal.
- > inovação para melhoria
- 11- 14: inovação para melhoria  
 11 capaz de trazer questão inovadora na  
 12 sala de aula e consequentemente a  
 13 qualidade do ensino melhora de uma  
 14 maneira geral.Quero direccionar a
- > inst de avaliação
- 275- 371: inst de avaliação  
 275 financeiro para área. Nós estamos a  
 276 tratar assuntos pertinentes. Devemos  
 277 ter especialista para trabalhar na área.  
 278 Eu queria pensar que a avaliação é  
 279 sempre algo complexo mas que nesta  
 280 perspectiva de um programa de  
 281 formação de professores deve ser  
 282 pensado tipo de um diagnóstico  
 283 continua. Que vamos detectar as  
 284 dificuldades e necessidades e a partir  
 285 das necessidades vamos tentar actuar.  
 286 Por exemplo por etapa, fazer  
 287 levantamento de necessidades depois  
 288 avaliar esta etapa passamos para a  
 289 fase seguinte de elaboração do  
 290 programa, avaliar esta etapa ,  
 291 implementação, avaliar esta fase,  
 292 avaliar sempre por etapa. Acho bem  
 293 esta dimensão continua. Pensando  
 294 nesta avaliação continua devemos
- 295 também pensar nos instrumentos de  
 296 avaliação. por exemplo análise dos  
 297 registos. Diversos tipos de registos,  
 298 podíamos ser através de avaliação,  
 299 também dos implementadores até no  
 300 final há possibilidades de fazer até  
 301 análise do próprio relatório.Também  
 302 acho bem a avaliação continua e  
 303 utilizar seguimento no terrenos,  
 304 observação pratica, visitas com alguma  
 305 frequência e também já sendo  
 306 implementada o próprio caderno do  
 307 aluno podia ser  
 308 implementado.Também podemos  
 309 avaliar através de observação depois.  
 310 Aquilo que dizemos e aquilo se está  
 311 sendo colocado na pratica. Muitas  
 312 devemos ver se o que estamos  
 313 ensinando estamos a dar frutos que  
 314 desejamos ter. Ou seja que no final  
 315 sentimos que as preocupações,  
 316 desejos e as carências foram  
 317 supridas.A nível do governo eu  
 318 gostaria que existisse a questão legal  
 319 da lei bem resolvida no sentido de  
 320 envolver todos uma vez que o  
 321 ambiente é nosso habitat. Eu penso  
 322 que devem haver prémios, incentivos,  
 323 concursos para empresas instituições  
 324 pessoas individuais, que hajam  
 325 incentivos aos pesquisadores para  
 326 encontrarem a solução da  
 327 sustentabilidade ambiental em Cabo  
 328 Verde.Eu concordo que deve existir  
 329 prémios para trabalhos e  
 330 principalmente para a s escolas.  
 331 Concursos onde as escolas podiam  
 332 participar. Assim as escolas teriam  
 333 uma maior preocupação para tratarem  
 334 assuntos ambientais. Não deixar  
 335 passar nenhum tema como o dia da
- 336 água , dia do ambiente etc.Que estas  
 337 instituições e a própria escola tivessem  
 338 uma intervenção mais próxima do seu  
 339 público alvo. Que não seja somente a  
 340 criança a ser envolvida mas o  
 341 ambiente onde a escola está inserida.  
 342 Porque a comunidade educativa  
 343 trabalha com um conjunto de pessoas  
 344 à sua volta mas muitas vezes trabalha-  
 345 se o restrito com o que está dentro,  
 346 esquecendo que a comunidade  
 347 educativa engloba também toda a  
 348 comunidade onde a escola está  
 349 inserida.  
 350 Envolver a escola e a comunidade  
 351 numa acção conjunta e que pudesse  
 352 fazer com que a escola seja limpa e  
 353 que garante a sustentabilidade da  
 354 própria localidade.  
 355 Que a própria comunidade escolar  
 356 sentir isso que ela é protagonista deste  
 357 acto. Portanto que não seja apenas as  
 358 autarquias e os órgãos do poder local a  
 359 chamar a atenção que .o lixo é no lixo,  
 360 que o contentor está mal usado mas  
 361 sim deve ser a própria comunidade  
 362 educativa e local a tratarem deste  
 363 assunto. Eles é que tem de cuidar para  
 364 que esse ambiente esteja limpa e que  
 365 os outros que vêm de outras  
 366 localidades vêem isso como um  
 367 exemplo para outras comunidades.  
 368 Que trouxesse a ideia dos professores  
 369 que uma escola que passa durante  
 370 quatro hora faz parte da sua  
 371 comunidade e ver que ele tem a sua
- 293- 301: inst de avaliação  
 293 esta dimensão continua. Pensando  
 294 nesta avaliação continua devemos  
 295 também pensar nos instrumentos de



296 avaliação. por exemplo análise dos  
297 registos. Diversos tipos de registos,  
298 podíamos ser através de avaliação,  
299 também dos implementadores até no  
300 final há possibilidades de fazer até  
301 análise do próprio relatório. Também

--> modalid de formaçã

121- 129: modalid de formaçã

121 médio e a nível superior. Eu também  
122 para acrescentar, pensei na formação  
123 à distância tendo em conta que os  
124 professores têm um período  
125 ocupado com o trabalho e no outro  
126 período, numa outra formação. Por a  
127 formação à distância poderá ser uma  
128 boa opção. Não sendo possível poderá  
129 ser trabalhado de uma forma

--> novas experiências

225- 229: novas experiências

225 associações com líderes ambientais.  
226 nível internacionais pode-se trazer  
227 algumas experiências por exemplo a  
228 partir de organismos que trabalham em  
229 colaboração com Cabo Verde. Os

--> opinião favorável

2- 22: opinião favorável

2 Eu acho que um programa de  
3 formação de professores em Educação  
4 Ambiental é muito pertinente nesta  
5 conjuntura uma vez que a questão  
6 ambiental é um problema de todos e  
7 os professores para trabalharem esta  
8 questão precisam de estarem  
9 habilitados. Estando com mais  
10 competência têm mais disposição é  
11 capaz de trazer questão inovadora na  
12 sala de aula e consequentemente a  
13 qualidade do ensino melhora de uma  
14 maneira geral. Quero direccionar a  
15 minha intervenção para o lado do pré-  
16 escolar. É muito pertinente ter um  
17 programa de educação ambiental  
18 preparado para o ensino pré-escolar  
19 porque entendo que o ensino pré-  
20 escolar é que faz o alicerce a  
21 construção de um ambiente  
22 sustentável. É uma coisa Trabalhar a

--> prespe de formação

84- 96: prespe de formação

84 formação de professores conhece a  
85 diferença que existem neste  
86 subsistema. Tendo em conta esta  
87 diferença pode-se pensar na questão  
88 de formação continua de professores,  
89 a formação na perspectiva clínica que  
90 é um conceito muito utilizado que  
91 pensa já a questão ambiental no  
92 sentido de detectar possíveis  
93 problemas, necessidades  
94 acompanhamento, é um processo  
95 mais longo de formação no sentido de  
96 resolver as necessidades sentidas no

--> proposta incentiv

321- 328: proposta incentiv

321 ambiente é nosso habitat. Eu penso  
322 que devem haver prémios, incentivos,  
323 concursos para empresas instituições  
324 pessoas individuais, que hajam  
325 incentivos aos pesquisadores para  
326 encontrarem a solução da  
327 sustentabilidade ambiental em Cabo  
328 Verde. Eu concordo que deve existir

388- 392: proposta incentiv

388 trabalhar nas comunidade sensibilizar  
389 na questão dos três Rs. Premiar os  
390 indivíduos que com iniciativa própria  
391 que fizeram algo para a educação  
392 ambiental.

--> recur tecnol adapa

98- 107: recur tecnol adapa

- 98 Também é necessário pensar a
- 99 importância que hoje as novas
- 100 tecnologias podem desempenhar no
- 101 processo de formação mas pensar
- 102 levando em consideração que nem
- 103 todos os professores tem acesso a esta
- 104 tecnologia. Mas também podemos
- 105 pensar no recurso como rádio e pensar
- 106 também nas particularidades do nosso
- 107 países ver ainda a questão dos

152- 166: recur tecnol adapa

- 152 Eu gostaria de trazer uma coisa que
- 153 acho pertinente , o próprio material
- 154 audiovisual é importante na formação
- 155 dos professores para trazer a questão
- 156 ambiental sobretudo se tratando da
- 157 realidade caboverdiana por exemplo
- 158 várias vezes vê-se na televisão,
- 159 reportagem sobre a apanha de areias,
- 160 as vezes segurança no trabalho, são
- 161 coisas que com parcerias por exemplo
- 162 com as mídias podemos ter isso como
- 163 complemento não sei se é como
- 164 recurso ou como metodologia mas
- 165 podia ser uma boa estratégia para
- 166 trabalhar. Até em algumas formações

--> siste de avalia

275- 317: siste de avalia

- 275 financeiro para área. Nós estamos a
- 276 tratar assuntos pertinentes. Devemos
- 277 ter especialista para trabalhar na área.
- 278 Eu queria pensar que a avaliação é
- 279 sempre algo complexo mas que nesta
- 280 perspectiva de um programa de

- 281 formação de professores deve ser
- 282 pensado tipo de um diagnóstico
- 283 continua. Que vamos detectar as
- 284 dificuldades e necessidades e a partir
- 285 das necessidades vamos tentar actuar.
- 286 Por exemplo por etapa, fazer
- 287 levantamento de necessidades depois
- 288 avaliar esta etapa passamos para a
- 289 fase seguinte de elaboração do
- 290 programa, avaliar esta etapa ,
- 291 implementação, avaliar esta fase,
- 292 avaliar sempre por etapa. Acho bem
- 293 esta dimensão continua. Pensando
- 294 nesta avaliação continua devemos
- 295 também pensar nos instrumentos de
- 296 avaliação. por exemplo análise dos
- 297 registos. Diversos tipos de registos,
- 298 podíamos ser através de avaliação,
- 299 também dos implementadores até no
- 300 final há possibilidades de fazer até
- 301 análise do próprio relatório.Também
- 302 acho bem a avaliação continua e
- 303 utilizar seguimento no terrenos,
- 304 observação pratica, visitas com alguma
- 305 frequência e também já sendo
- 306 implementada o próprio caderno do
- 307 aluno podia ser
- 308 implementado.Também podemos
- 309 avaliar através de observação depois.
- 310 Aquilo que dizemos e aquilo se está
- 311 sendo colocado na pratica. Muitas
- 312 devemos ver se o que estamos
- 313 ensinando estamos a dar frutos que
- 314 desejamos ter. Ou seja que no final
- 315 sentimos que as preocupações,
- 316 desejos e as carências foram
- 317 supridas.A nível do governo eu

--> sugestões

317- 318: sugestões

- 317 supridas.A nível do governo eu
- 318 gostaria que existisse a questão legal

334- 340: sugestões

- 334 assuntos ambientais. Não deixar
- 335 passar nenhum tema como o dia da
- 336 água , dia do ambiente etc.Que estas
- 337 instituições e a própria escola tivessem
- 338 uma intervenção mais próxima do seu
- 339 público alvo. Que não seja somente a
- 340 criança a ser envolvida mas o

350- 361: sugestões

- 350 Envolver a escola e a comunidade
- 351 numa acção conjunta e que pudesse
- 352 fazer com que a escola seja limpa e
- 353 que garante a sustentabilidade da
- 354 própria localidade.
- 355 Que a própria comunidade escolar
- 356 sentir isso que ela é protagonista deste
- 357 acto. Portanto que não seja apenas as
- 358 autarquias e os órgãos do poder local a
- 359 chamar a atenção que .o lixo é no lixo,
- 360 que o contentor está mal usado mas
- 361 sim deve ser a própria comunidade

--> sustentabilidade

21- 22: sustentabilidade

- 21 construção de um ambiente
- 22 sustentável. É uma coisa Trabalhar a

75- 78: sustentabilidade

- 75 futuro. É uma certeza que se
- 76 ensinarmos elas aprendam sobre o
- 77 ambiente e podem sentir-se mais
- 78 comprometidas com o nosso futuro.Eu

145- 145: sustentabilidade

- 145 sustentabilidade futura. Gestão da

--> tipolog de avali

281- 292: tipolog de avali

- 281 formação de professores deve ser
- 282 pensado tipo de um diagnóstico
- 283 continua. Que vamos detectar as
- 284 dificuldades e necessidades e a partir
- 285 das necessidades vamos tentar actuar.
- 286 Por exemplo por etapa, fazer
- 287 levantamento de necessidades depois
- 288 avaliar esta etapa passamos para a
- 289 fase seguinte de elaboração do
- 290 programa, avaliar esta etapa ,
- 291 implementação, avaliar esta fase,
- 292 avaliar sempre por etapa. Acho bem

--> transversalidade

130- 131: transversalidade

- 130 transversal no ensino básico dentro da
- 131 área de Ciências Integradas que

199- 201: transversalidade

- 199 formadores de diversas áreas, trazer a
- 200 questão artísticas relacionada com o
- 201 ambiente e que fosse uma coisa que

--> valorização da area

176- 182: valorização da area

- 176 certamente que as instituições vão
- 177 preocupar-se muito mais e a pessoa
- 178 que vai formar tem uma preocupação
- 179 de ter tb a formação de educação
- 180 ambiental porque nós estamos a ver o
- 181 problema que a má utilização do
- 182 recurso está trazer o planeta terra. Eu

40 finding(s)

- 1  
 2 Eu acho que um programa de  
     -> ( 2- 22): pertinencia do program  
 3 formação de professores em Educação  
 4 Ambiental é muito pertinente nesta  
 5 conjuntura uma vez que a questão  
     -> ( 5- 7): importancia do tema  
 6 ambiental é um problema de todos e  
 7 os professores para trabalharem esta  
     -> ( 7- 9): demanda dos professore  
 8 questão precisam de estarem  
 9 habilitados. Estando com mais  
 10 competência têm mais disposição é  
 11 capaz de trazer questão inovadora na  
     -> ( 11- 14): inovação para melhoria  
 12 sala de aula e consequentemente a  
 13 qualidade do ensino melhora de uma  
 14 maneira geral.Quero direccionar a  
 15 minha intervenção para o lado do pré-  
     -> ( 15- 21): importancia do subsist  
 16 escolar. É muito pertienente ter um  
 17 programa de educação ambiental  
 18 preparado para o ensino pré-escolar  
 19 porque entendo que o ensino pré-  
 20 escolar é que faz o alicerce a  
 21 construção de um ambiente  
     -> ( 21- 22): sustentabilidade  
 22 sustentável. É uma coisa Trabalhar a  
     -> ( 22- 78): criança c veiculo tran
- 23 criança desde a tenra idade uma  
 24 cidadania do ambiente de forma a  
 25 garantir a qualidade do ambiente. É  
 26 aprtir desta fase que a criança vai  
 27 ganhando pré-requisitos e estes pré-  
 28 requisitos vão sendo reforçados na  
 29 fase do ensino básico através dos  
 30 professores e também é algo que a  
 31 criança vai socializando muito cedo  
 32 com tudo que está a sua volta em que  
 33 os recursos estão cada vez mais  
 34 poucos para a criança entender que  
 35 elas fazem parte desta gerência destes  
 36 recursos nas gerações futuras.Só para  
 37 complementar a intervenção das  
 38 colegas. Há um ditado que diz é do  
 39 pequeno que se torce o  
 40 pepino.Trabalhando muito cedo desde  
 41 o pré-escolar stas questões.É sempre  
 42 de realçar que é muito importante  
 43 trabalhar o ambiente e as crianças  
 44 conseguem receber esta mensagem.  
 45 Quando a educadora passa a  
 46 mensagem, elas recebem. Se desde  
 47 cedo começarem a ter esta  
 48 preocupação ambiental é muito bom,  
 49 porque os adultos podem dar  
 50 contribuição mas as crianças também
- 51 podem dar. Eu já tenho algumas anos  
 52 de experiência e já fiz várias  
 53 actividades sobre o ambiente com as  
 54 crianças e confirmo que as crianças  
 55 podem ar o seu contributo. Qualquer  
 56 actividade ambiental é por mais que  
 57 seja pequena é importante. Por  
 58 exemplo, recolher lixo nas ruas, os  
 59 pequenos papeis que as próprias  
 60 crianças põem nas salas de aulas ,  
 61 colocar o lixo no cesto etc. actividade  
 62 relacionada com a Dengue etc.  
 63 Quando as crianças começam com  
 64 esta preocupação isto fica sempre nas  
 65 crianças mesmo que eles não se  
 66 manifestem logo mas fica. Há um  
 67 ditado que diz o seguinte: Ensina a  
 68 criança o caminho que deve andar  
 69 para quando crescer não desviar dele.  
 70 Se ensinarmos a criança desde do  
 71 pequeno as mudanças climáticas, vai  
 72 criar algum sentimento de  
 73 responsabilidade e ela consegue ver o  
 74 que poderá comprometer o nosso  
 75 futuro. É uma certeza que se  
     -> ( 75- 78): sustentabilidade

76 ensinarmos elas aprendam sobre o  
 77 ambiente e podem sentir-se mais  
 78 comprometidas com o nosso futuro.Eu  
 79 penso na questão de formação  
 -> ( 79- 82): ensino diferencia  
 80 devemos levar em conta a  
 81 diferenciação que existe na classe  
 82 docente. Eu acho que a própria  
 83 investigadora que esta na escola de  
 84 formação de professores conhece a  
 -> ( 84- 96): prespe de formação  
 85 diferença que existem neste  
 86 subsistema. Tendo em conta esta  
 87 diferença pode-se pensar na questão  
 88 de formação continua de professores,  
 89 a formação na prespectiva clínica que  
 90 é um conceito muito utilizado que  
 91 pensa já a questão ambiental no  
 92 sentido de detectar possíveis  
 93 problemas, necessidades  
 94 acompanhamento, é um processo  
 95 mais longo de formação no sentido de  
 96 resolver as necessidades sentidas no  
 97 quotidiano do fazer docente.  
 98 Também é necessário pensar a  
 -> ( 98- 121): condições necessárias  
 -> ( 98- 107): recur tecnol adapa

99 importância que hoje as novas  
 100 tecnologias podem desempenhar no  
 101 processo de formação mas pensar  
 102 levando em consideração que nem  
 103 todos os professores tem acesso a esta  
 104 tecnologia. Mas também podemos  
 105 pensar no recurso como rádio e pensar  
 106 também nas particularidades do nosso  
 107 países ver ainda a questão dos  
 108 professores que estão em localidades  
 -> ( 108- 113): curr diferenciado  
 109 muito distantes. Como fazer esta  
 110 formação respeitando a diferenciação  
 111 não é uma tarefa fácil.Tendo em conta  
 112 que é prioritário podia-se investir. É  
 113 uma área que preocupa a todos.Eu  
 114 queria aprofundar deve-se pensar este  
 -> ( 114- 120): estrat de abordage  
 115 curso numa diemensão teórico-pratica  
 116 em que os professores reflectissem na  
 117 própria pratica e a autoformação  
 118 também.Tendo em conta que se devia  
 119 introduzir a educação ambiental,  
 120 incluir esta área no curriculum a nível  
 121 médio e a nível superior.Eu também  
 -> ( 121- 129): modalid de formaçã  
 122 para acrescentar, pensei na formação  
 123 à distância tendo em conta que os  
 124 professores têm tem um período  
 125 ocupado com o trabalho e no outro  
 126 período, numa outra formação. Por a  
 127 formação à distância poderá ser uma  
 128 boa opção.Não sendo possível poderá  
 129 ser trabalhado de uma forma  
 130 transversal no ensino básico dentro da  
 -> ( 130- 131): transversalidade

131 área de Ciências Integradas que  
 132 aparecesse, estes temas pertinentes.  
 -> ( 132- 141): estrategia de aborda  
 133 Que se tratasse de uma forma bem  
 134 focada e que aparecesse este temas  
 135 pertinentes. Deve-se entender que as  
 136 crianças são um dos vectores desta  
 137 temática.  
 138 Deve-se desenvolver aulas praticas a  
 139 partir do reciclado e servir destes  
 140 reciclados para trabalhar aulas de  
 141 forma transversal a partir do reciclado.  
 142 Também deve-se trabalhar medidas de  
 -> ( 142- 144): areas fundamentais  
 143 protecção do ambiente, e que essas  
 144 medidas presentes traduzirão em  
 145 sustentabilidade futura. Gestão da  
 -> ( 145- 145): sustentabilidade  
 146 água, disponibilidade qualidade da  
 147 água, a protecção da floresta que  
 148 temos muito pouco em Cabo Verde  
 149 para ficar bem conservado. São alguns  
 150 temas suscitam por parte do professor  
 151 alguma dúvida.  
 152 Eu gostaria de trazer uma coisa que  
 -> ( 152- 166): recur tecnol adapa  
 153 acho pertinente , o próprio material  
 154 audiovisual é importante na formação  
 155 dos professores para trazer a questão  
 156 ambiental sobretudo se tratando da  
 157 realidade caboverdiana por exemplo  
 158 várias vezes vê-se na televisão,  
 159 reportagem sobre a apanha de areias,  
 160 asvezes segurança no trabalho, são  
 161 coisas que com parcerias por exemplo  
 162 com as mídias podemos ter isso como  
 163 complemento não sei se é como  
 164 recurso ou como metodologia mas  
 165 podia ser uma boa estratégia para  
 166 trabalhar. Até em algumas formações  
 -> ( 166- 171): boas praticas

167 que nós realizamos aqui na Delegação  
 168 utilizamos esta metodologia foi muito  
 169 bem aprovado pelos professores do  
 170 Ensino Básico embora numa outra  
 171 área.Como área curricular por exemplo  
 172 uma pessoa quando vai pedir o  
 173 primeiro emprego e eles repararem  
 174 que no curriculum dele tb há uma  
 175 parte de educação ambiental  
 176 certamente que as instituições vão  
 -> ( 176- 182): valorização da area  
 177 preocupar-se muito mais e a pessoa  
 178 que vai formar tem uma preocupação  
 179 de ter tb a formação de educação  
 180 ambiental porque nós estamos a ver o  
 181 problema que a má utilização do  
 182 recurso está trazer o planeta terra. Eu  
 183 posso avançar aqui. Eu colocaria como  
 -> ( 183- 195): areas fundamentais  
 184 assunto importante, ecologia, água,  
 185 gestão de resíduos, poluição,  
 186 diferentes tipos de poluição, recursos  
 187 naturais, contaminação do solo, gestão  
 188 ambiental na escola,, economia e  
 189 ambiente, direito ambiental realçando  
 190 esta questão á nível internacional sem  
 191 esquecer da realidade caboverdiana e  
 192 local. Também na questão do direito  
 193 ambiental eu gostaria que fosse  
 194 realçado a questão da cidadania  
 195 ambiental.  
 196 Outra coisa eu gostaria que fosse  
 -> ( 196- 204): articulação  
 197 tratada em termos de conhecimento  
 198 com se fosse em rede, pensando nos  
 199 formadores de diversas áreas, trazer a  
 -> ( 199- 201): transversalidade

200 questão artísticas relacionada com o  
 201 ambiente e que fosse uma coisa que  
 202 realmente motivasse os professores a  
 203 trabalhar.Também devemos falar do  
 204 ambiente dentro da cidadania. Ao  
 205 falarmos do Ambiente, dentro da  
 206 cidadania estamos a falar do respeito  
 207 ambiente e desenvolver a consciência  
 208 de que se prejudicarmos o ambiente  
 209 estamos também a prejudicar aos  
 210 outros.Podiamos introduzir temas  
 211 como: o ambiente e os seus problemas  
 -> ( 211- 217): areas fundamentais  
 212 e valorização e o respeito para o meio  
 213 ambiente e dos elementos que os  
 214 configuram, reciclagem de plástico  
 215 garrafas, o que podemos fazer para  
 216 reduzir o lixo e trabalhar a qualidade  
 217 ambiental.Eu acho que podíamos  
 218 pensar num concurso a nível nacional  
 -> ( 218- 225): estr de selec form  
 219 para fazer a selecção dos formadores e  
 220 que esta selecção deve envolver várias  
 221 instituições tanto as instituições de  
 222 formação como as universidades e a  
 223 própria instituições onde a  
 224 investigadora está envolvidas e  
 225 associações com lideres ambientais.  
 -> ( 225- 229): novas experiências  
 226 nível internacionais pode-se trazer  
 227 algumas experiências por exemplo a  
 228 partir de organismos que trabalham em  
 229 colaboração com Cabo Verde. Os  
 230 países por exemplo da CPLP. Brasil  
 231 por exemplo eu sei que tem muita  
 232 experiência na área ambiental. A  
 -> ( 232- 235): articulação

233 CDAO e as nações unidas que são  
 234 organismos afectos a área ambiental  
 235 podem ser potenciais colaboradores.  
 236 Não agora quais são os trâmites para  
 -> ( 236- 241): incia ambien  
 237 aproveitar todo este potencial a nível  
 238 nacional e internacional. Pode ser que  
 239 não se consegue resolver tudo isso  
 240 com o Doutoramento mas deve  
 241 trabalhar esta questão na longitudinal.  
 242 Numa escola pode-se realizar  
 243 pequenas actividades para angariar  
 244 fundos para desenvolver formações.  
 245 Criar áreas verdes, fazer pequenas  
 246 actividaddes de coisas reciclados,  
 247 exposição, criação de áreas  
 248 verdes.Uma escola pode criar  
 249 financiamento para a formação.Não só  
 -> ( 249- 270): boas praticas  
 250 a formação de formadores mas  
 251 também criar manuais e guias, faço  
 252 referencia ao anitgo PFIE que pode  
 253 servir de referencia. Dentro do  
 254 porgrama com os formadores com os  
 255 matreriais mas tb Deve-se ter um  
 256 fundo e para isso devemos contar com  
 257 o Gabinete do Ambiente. Que  
 258 tivéssemos um fundo que sustentasse  
 259 o material didáctico. Podemos contar  
 260 com o fundo do gabinete do ambiente.  
 261 Lembro-me que antigamente que eram  
 262 formados pequenos clubes não só em  
 263 datas especiais em que saímos da  
 264 escola para fora e chamara atenção  
 265 para mostrar a importância da praia  
 266 limpa e Podia ser por este caminho  
 267 Seria bom que as instituições do  
 268 estado contratassem especialistas na

269 área para dar formação e espalhar esta  
 270 formação para outros. Além do fundo  
 271 de formação para área devia ter uma  
 272 especialista e estas pessoas deviam  
 273 espalhar para outras sobre as questões  
 274 ambientais. Para além do fundo  
 275 financeiro para área. Nós estamos a  
 -> ( 275- 371): sistema de avaliação  
 -> ( 275- 317): sistema de avaliação

276 tratar assuntos pertinentes. Devemos  
 277 ter especialista para trabalhar na área.  
 278 Eu queria pensar que a avaliação é  
 279 sempre algo complexo mas que nesta  
 280 perspectiva de um programa de  
 281 formação de professores deve ser  
 -> ( 281- 292): tipolog de avali  
 282 pensado tipo de um diagnóstico  
 283 continua. Que vamos detectar as  
 284 dificuldades e necessidades e a partir  
 285 das necessidades vamos tentar actuar.  
 286 Por exemplo por etapa, fazer  
 287 levantamento de necessidades depois  
 288 avaliar esta etapa passamos para a  
 289 fase seguinte de elaboração do  
 290 programa, avaliar esta etapa ,  
 291 implementação, avaliar esta fase,  
 292 avaliar sempre por etapa. Acho bem  
 293 esta dimensão continua. Pensando  
 -> ( 293- 301): sistema de avaliação  
 294 nesta avaliação continua devemos  
 295 também pensar nos instrumentos de  
 296 avaliação. por exemplo análise dos  
 297 registos. Diversos tipos de registos,  
 298 podíamos ser através de avaliação,  
 299 também dos implementadores até no  
 300 final há possibilidades de fazer até  
 301 análise do próprio relatório.Também  
 302 acho bem a avaliação continua e  
 303 utilizar seguimento no terrenos,  
 304 observação pratica, visitas com alguma  
 305 frequência e também já sendo  
 306 implementada o próprio caderno do  
 307 aluno podia ser  
 308 implementado.Também podemos  
 309 avaliar através de observação depois.  
 310 Aquilo que dizemos e aquilo se está  
 311 sendo colocado na pratica. Muitas  
 312 devemos ver se o que estamos  
 313 ensinando estamos a dar frutos que  
 314 desejamos ter. Ou seja que no final  
 315 sentimos que as preocupações,  
 316 desejos e as carências foram  
 317 supridas.A nível do governo eu  
 -> ( 317- 318): sugestões  
 318 gostaria que existisse a questão legal  
 319 da lei bem resolvida no sentido de  
 320 envolver todos uma vez que o  
 321 ambiente é nosso habitat. Eu penso  
 -> ( 321- 328): proposta incentiv  
 322 que devem haver prémios, incentivos,  
 323 concursos para empresas instituições  
 324 pessoas individuais, que hajam  
 325 incentivos aos pesquisadores para  
 326 encontrarem a solução da  
 327 sustentabilidade ambiental em Cabo  
 328 Verde.Eu concordo que deve existir  
 329 prémios para trabalhos e  
 330 principalmente para a s escolas.  
 331 Concursos onde as escolas podiam  
 332 participar. Assim as escolas teriam  
 333 uma maior preocupação para tratarem  
 334 assuntos ambientais. Não deixar  
 -> ( 334- 340): sugestões  
 335 passar nenhum tema como o dia da  
 336 água , dia do ambiente etc.Que estas  
 337 instituições e a própria escola tivessem  
 338 uma intervenção mais próxima do seu  
 339 público alvo. Que não seja somente a  
 340 criança a ser envolvida mas o  
 341 ambiente onde a escola está inserida.  
 342 Porque a comunidade educativa  
 343 trabalha com um conjunto de pessoas  
 344 à sua volta mas muitas vezes trabalha-  
 345 se o restrito com o que está dentro,  
 346 esquecendo que a comunidade  
 347 educativa engloba também toda a  
 348 comunidade onde a escola está  
 349 inserida.  
 350 Envolver a escola e a comunidade  
 -> ( 350- 361): sugestões  
 351 numa acção conjunta e que pudesse  
 352 fazer com que a escola seja limpa e  
 353 que garante a sustentabilidade da  
 354 própria localidade.  
 355 Que a própria comunidade escolar  
 356 sentir isso que ela é protagonista deste  
 357 acto. Portanto que não seja apenas as  
 358 autarquias e os órgãos do poder local a  
 359 chamar a atenção que .o lixo é no lixo,  
 360 que o contentor está mal usado mas  
 361 sim deve ser a própria comunidade  
 362 educativa e local a tratarem deste  
 363 assunto. Eles é que tem de cuidar para  
 364 que esse ambiente esteja limpa e que  
 365 os outros que vêm de outras

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.008

369 que uma escola que passa durante  
370 quatro hora faz parte da sua  
371 comunidade e ver que ele tem a sua  
372 quota parte.  
373 Em relação às famílias que se faça

-> ( 373- 385): esta suaten

374 intervenções perto de famílias porque  
375 muitas vezes as famílias não estão na  
376 posse de informações ma a partir do  
377 momento que sabem que a água que  
378 utilizamos para lavar as roupas pode  
379 ser tratada para regar as plantas,  
380 começam a fazer isto. Portanto deve-se  
381 ter intervenções perto de famílias,  
382 Nesta abordagem conjunta eu acredito  
383 que se pode conseguir a  
384 sustentabilidade ambiental.Além de  
385 apostar da sensibilização e educação  
386 ambiental, as instituições devem  
387 sensibilizar na separação do lixo e a  
388 trabalhar nas comunidade sensibilizar

-> ( 388- 392): proposta incentiv

389 na questão dos três Rs. Premiar os  
390 indivíduos que com iniciativa própria  
391 que fizeram algo para a educação  
392 ambiental.

393

394

395

396

397

398

399

400 2

401



## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.008

--> areas fundamentais

--> articulação

196- 204: articulação / 199- 201: transversalidade

196 Outra coisa eu gostaria que fosse  
197 tratada em termos de conhecimento  
198 com se fosse em rede, pensando nos  
199 formadores de diversas áreas, trazer a  
200 questão artísticas relacionada com o  
201 ambiente e que fosse uma coisa que  
202 realmente motivasse os professores a  
203 trabalhar.Também devemos falar do  
204 ambiente dentro da cidadania. Ao

--> boas praticas

--> criança c veiculo tran

22- 78: criança c veiculo tran / 75- 78: sustentabilidade

22 sustentável. É uma coisa Trabalhar a  
23 criança desde a tenra idade uma  
24 cidadania do ambiente de forma a  
25 garantir a qualidade do ambiente. É  
26 apartir desta fase que a criança vai  
27 ganhando pré-requisitos e estes pré-  
28 requisitos vão sendo reforçados na  
29 fase do ensino básico através dos  
30 professores e também é algo que a  
31 criança vai socializando muito cedo  
32 com tudo que está a sua volta em que  
33 os recursos estão cada vez mais  
34 poucos para a criança entender que  
35 elas fazem parte desta gerência destes  
36 recursos nas gerações futuras.Só para  
37 complementar a intervenção das  
38 colegas. Há um ditado que diz é do  
39 pequeno que se torce o

40 pepino.Trabalhando muito cedo desde

41 o pré-escolar stas questões.É sempre  
42 de realçar que é muito importante  
43 trabalhar o ambiente e as crianças  
44 conseguem receber esta mensagem.  
45 Quando a educadora passa a  
46 mensagem, elas recebem. Se desde  
47 cedo comecem a ter esta  
48 preocupação ambiental é muito bom,  
49 porque os adultos podem dar  
50 contribuição mas as crianças também  
51 podem dar. Eu já tenho algumas anos  
52 de experiência e já fiz várias  
53 actividades sobre o ambiente com as  
54 crianças e confirmo que as crianças  
55 podem ar o seu contributo. Qualquer  
56 actividade ambiental é por mais que  
57 seja pequena é importante. Por  
58 exemplo, recolher lixo nas ruas, os  
59 pequenos papeis que as próprias  
60 crianças põem nas salas de aulas ,  
61 colocar o lixo no cesto etc. actividade  
62 relacionada com a Dengue etc.  
63 Quando as crianças começam com  
64 esta preocupação isto fica sempre nas  
65 crianças mesmo que eles não se  
66 manifestem logo mas fica. Há um  
67 ditado que diz o seguinte: Ensina a  
68 criança o caminho que deve andar  
69 para quando crescer não desviar dele.  
70 Se ensinarmos a criança desde do  
71 pequeno as mudanças climáticas, vai  
72 criar algum sentimento de  
73 responsabilidade e ela consegue ver o  
74 que poderá comprometer o nosso  
75 futuro. É uma certeza que se  
76 ensinarmos elas aprendam sobre o  
77 ambiente e podem sentir-se mais  
78 comprometidas com o nosso futuro.Eu

--> curr diferenciado

--> demanda dos professore

--> ensino diferencia

--> esta suaten

--> estr de selec form

--> estrat de abordage

--> estrategia de aborda

--> importancia do subsist

--> importancia do tema

--> incia ambien

--> inovação para melhoria

--> inst de avaliação

275- 371: inst de avaliação / 275- 317: siste de avalia

281- 292: tipolog de avali

293- 301: inst de avaliação

317- 318: sugestões

321- 328: proposta incentiv

334- 340: sugestões

350- 361: sugestões

275 financeiro para área. Nós estamos a  
 276 tratar assuntos pertinentes. Devemos  
 277 ter especialista para trabalhar na área.  
 278 Eu queria pensar que a avaliação é  
 279 sempre algo complexo mas que nesta  
 280 perspectiva de um programa de  
 281 formação de professores deve ser  
 282 pensado tipo de um diagnóstico  
 283 continua. Que vamos detectar as  
 284 dificuldades e necessidades e a partir  
 285 das necessidades vamos tentar actuar.  
 286 Por exemplo por etapa, fazer  
 287 levantamento de necessidades depois  
 288 avaliar esta etapa passamos para a  
 289 fase seguinte de elaboração do  
 290 programa, avaliar esta etapa ,  
 291 implementação, avaliar esta fase,  
 292 avaliar sempre por etapa. Acho bem  
 293 esta dimensão continua. Pensando  
 294 nesta avaliação continua devemos  
 295 também pensar nos instrumentos de  
 296 avaliação. por exemplo análise de  
 297 registos. Diversos tipos de registos,  
 298 podíamos ser através de avaliação,  
 299 também dos implementadores até no  
 300 final há possibilidades de fazer até  
 301 análise do próprio relatório.Também  
 302 acho bem a avaliação continua e  
 303 utilizar seguimento no terrenos,  
 304 observação pratica, visitas com alguma  
 305 frequência e também já sendo  
 306 implementada o próprio caderno do  
 307 aluno podia ser  
 308 implementado.Também podemos  
 309 avaliar através de observação depois.  
 310 Aquilo que dizemos e aquilo se está  
 311 sendo colocado na pratica. Muitas  
 312 devemos ver se o que estamos  
 313 ensinando estamos a dar frutos que  
 314 desejamos ter. Ou seja que no final

315 sentimos que as preocupações,  
 316 desejos e as carências foram  
 317 supridas.A nível do governo eu  
 318 gostaria que existisse a questão legal  
 319 da lei bem resolvida no sentido de  
 320 envolver todos uma vez que o  
 321 ambiente é nosso habitat. Eu penso  
 322 que devem haver prémios, incentivos,  
 323 concursos para empresas instituições  
 324 pessoas individuais, que hajam  
 325 incentivos aos pesquisadores para  
 326 encontrarem a solução da  
 327 sustentabilidade ambiental em Cabo  
 328 Verde.Eu concordo que deve existir  
 329 prémios para trabalhos e  
 330 principalmente para a s escolas.  
 331 Concursos onde as escolas podiam  
 332 participar. Assim as escolas teriam  
 333 uma maior preocupação para tratarem  
 334 assuntos ambientais. Não deixar  
 335 passar nenhum tema como o dia da  
 336 água , dia do ambiente etc.Que estas  
 337 instituições e a própria escola tivessem  
 338 uma intervenção mais próxima do seu  
 339 público alvo. Que não seja somente a  
 340 criança a ser envolvida mas o  
 341 ambiente onde a escola está inserida.  
 342 Porque a comunidade educativa  
 343 trabalha com um conjunto de pessoas  
 344 à sua volta mas muitas vezes trabalha-  
 345 se o restrito com o que está dentro,  
 346 esquecendo que a comunidade  
 347 educativa engloba também toda a  
 348 comunidade onde a escola está  
 349 inserida.  
 350 Envolver a escola e a comunidade  
 351 numa acção conjunta e que pudesse  
 352 fazer com que a escola seja limpa e  
 353 que garante a sustentabilidade da  
 354 própria localidade.

355 Que a própria comunidade escolar  
 356 sentir isso que ela é protagonista deste  
 357 acto. Portanto que não seja apenas as  
 358 autarquias e os órgãos do poder local a  
 359 chamar a atenção que .o lixo é no lixo,  
 360 que o contentor está mal usado mas  
 361 sim deve ser a própria comunidade  
 362 educativa e local a tratarem deste  
 363 assunto. Eles é que tem de cuidar para  
 364 que esse ambiente esteja limpa e que  
 365 os outros que vêm de outras  
 366 localidades vêem isso como um  
 367 exemplo para outras comunidades.  
 368 Que trouxesse a ideia dos professores  
 369 que uma escola que passa durante  
 370 quatro hora faz parte da sua  
 371 comunidade e ver que ele tem a sua  
 --> modalid de formaçã

--> novas experiências

--> opinião favorável

2- 22: opinião favorável / 5- 7: importancia do tema  
 7- 9: demanda dos professore  
 11- 14: inovação para melhoria  
 15- 21: importancia do subsist  
 21- 22: sustentabilidade

2 Eu acho que um programa de  
 3 formação de professores em Educação  
 4 Ambiental é muito pertinente nesta  
 5 conjuntura uma vez que a questão  
 6 ambiental é um problema de todos e  
 7 os professores para trabalharem esta  
 8 questão precisam de estarem  
 9 habilitados. Estando com mais  
 10 competência têm mais disposição é  
 11 capaz de trazer questão inovadora na

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.008

12 sala de aula e conseqüentemente a  
13 qualidade do ensino melhora de uma  
14 maneira geral.Quero direccionar a  
15 minha intervenção para o lado do pré-  
16 escolar. É muito pertinente ter um  
17 programa de educação ambiental  
18 preparado para o ensino pré-escolar  
19 porque entendo que o ensino pré-  
20 escolar é que faz o alicerce a  
21 construção de um ambiente  
22 sustentável. É uma coisa Trabalhar a

--> prespe de formação

--> proposta incentiv

--> recur tecnol adapa

--> siste de avalia

275- 317: siste de avalia / 281- 292: tipolog de avali  
293- 301: inst de avaliação

275 financeiro para área. Nós estamos a  
276 tratar assuntos pertinentes. Devemos  
277 ter especialista para trabalhar na área.  
278 Eu queria pensar que a avaliação é  
279 sempre algo complexo mas que nesta  
280 perspectiva de um programa de  
281 formação de professores deve ser  
282 pensado tipo de um diagnóstico  
283 continua. Que vamos detectar as  
284 dificuldades e necessidades e a partir  
285 das necessidades vamos tentar actuar.  
286 Por exemplo por etapa, fazer  
287 levantamento de necessidades depois  
288 avaliar esta etapa passamos para a  
289 fase seguinte de elaboração do

290 programa, avaliar esta etapa ,  
291 implementação, avaliar esta fase,  
292 avaliar sempre por etapa. Acho bem  
293 esta dimensão continua. Pensando  
294 nesta avaliação continua devemos  
295 também pensar nos instrumentos de  
296 avaliação. por exemplo análise dos  
297 registos. Diversos tipos de registos,  
298 podíamos ser através de avaliação,  
299 também dos implementadores até no  
300 final há possibilidades de fazer até  
301 análise do próprio relatório.Também  
302 acho bem a avaliação continua e  
303 utilizar seguimento no terrenos,  
304 observação pratica, visitas com alguma  
305 frequência e também já sendo  
306 implementada o próprio caderno do  
307 aluno podia ser  
308 implementado.Também podemos  
309 avaliar através de observação depois.  
310 Aquilo que dizemos e aquilo se está  
311 sendo colocado na pratica. Muitas  
312 devemos ver se o que estamos  
313 ensinando estamos a dar frutos que  
314 desejamos ter. Ou seja que no final  
315 sentimos que as preocupações,  
316 desejos e as carências foram  
317 supridas.A nível do governo eu

--> sugestões

--> sustentabilidade

--> tipolog de avali

--> transversalidade

--> valorização da area

5 findings

--> sistema de avaliação

275- 371: sistema de avaliação / 281- 292: tipolog de avali

317- 318: sugestões

321- 328: proposta incentiv

334- 340: sugestões

350- 361: sugestões

281 formação de professores deve ser  
 282 pensado tipo de um diagnóstico  
 283 continua. Que vamos detectar as  
 284 dificuldades e necessidades e a partir  
 285 das necessidades vamos tentar actuar.  
 286 Por exemplo por etapa, fazer  
 287 levantamento de necessidades depois  
 288 avaliar esta etapa passamos para a  
 289 fase seguinte de elaboração do  
 290 programa, avaliar esta etapa ,  
 291 implementação, avaliar esta fase,  
 292 avaliar sempre por etapa. Acho bem  
 293 esta dimensão continua. Pensando  
 294 nesta avaliação continua devemos  
 295 também pensar nos instrumentos de  
 296 avaliação. por exemplo análise dos  
 297 registos. Diversos tipos de registos,  
 298 podíamos ser através de avaliação,  
 299 também dos implementadores até no  
 300 final há possibilidades de fazer até  
 301 análise do próprio relatório.Também  
 302 acho bem a avaliação continua e  
 303 utilizar seguimento no terrenos,  
 304 observação pratica, visitas com alguma  
 305 frequência e também já sendo  
 306 implementada o próprio caderno do  
 307 aluno podia ser  
 308 implementado.Também podemos  
 309 avaliar através de observação depois.  
 310 Aquilo que dizemos e aquilo se está

311 sendo colocado na pratica. Muitas

312 devemos ver se o que estamos

313 ensinando estamos a dar frutos que

314 desejamos ter. Ou seja que no final

315 sentimos que as preocupações,

316 desejos e as carências foram

317 supridas.A nível do governo eu

318 gostaria que existisse a questão legal

319 da lei bem resolvida no sentido de

320 envolver todos uma vez que o

321 ambiente é nosso habitat. Eu penso

322 que devem haver prémios, incentivos,

323 concursos para empresas instituições

324 pessoas individuais, que hajam

325 incentivos aos pesquisadores para

326 encontrarem a solução da

327 sustentabilidade ambiental em Cabo

328 Verde.Eu concordo que deve existir

329 prémios para trabalhos e

330 principalmente para a s escolas.

331 Concursos onde as escolas podiam

332 participar. Assim as escolas teriam

333 uma maior preocupação para tratarem

334 assuntos ambientais. Não deixar

335 passar nenhum tema como o dia da

336 água , dia do ambiente etc.Que estas

337 instituições e a própria escola tivessem

338 uma intervenção mais próxima do seu

339 público alvo. Que não seja somente a

340 criança a ser envolvida mas o

341 ambiente onde a escola está inserida.

342 Porque a comunidade educativa

343 trabalha com um conjunto de pessoas

344 à sua volta mas muitas vezes trabalha-

345 se o restrito com o que está dentro,

346 esquecendo que a comunidade

347 educativa engloba também toda a

348 comunidade onde a escola está

349 inserida.

350 Envolver a escola e a comunidade

351 numa acção conjunta e que pudesse

352 fazer com que a escola seja limpa e

353 que garante a sustentabilidade da

354 própria localidade.

355 Que a própria comunidade escolar

356 sentir isso que ela é protagonista deste

357 acto. Portanto que não seja apenas as

358 autarquias e os órgãos do poder local a

359 chamar a atenção que .o lixo é no lixo,

360 que o contentor está mal usado mas

361 sim deve ser a própria comunidade

275- 317: sistema de avaliação / 281- 292: tipolog de avali

317- 318: sugestões

281 formação de professores deve ser

282 pensado tipo de um diagnóstico

283 continua. Que vamos detectar as

284 dificuldades e necessidades e a partir

285 das necessidades vamos tentar actuar.

286 Por exemplo por etapa, fazer

287 levantamento de necessidades depois

288 avaliar esta etapa passamos para a

289 fase seguinte de elaboração do

290 programa, avaliar esta etapa ,

291 implementação, avaliar esta fase,

292 avaliar sempre por etapa. Acho bem

293 esta dimensão continua. Pensando

294 nesta avaliação continua devemos

295 também pensar nos instrumentos de

296 avaliação. por exemplo análise dos

297 registos. Diversos tipos de registos,

298 podíamos ser através de avaliação,

299 também dos implementadores até no

300 final há possibilidades de fazer até

301 análise do próprio relatório.Também

302 acho bem a avaliação continua e

303 utilizar seguimento no terrenos,

304 observação pratica, visitas com alguma

305 frequência e também já sendo

306 implementada o próprio caderno do

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.008

307 aluno podia ser

308 implementado.Também podemos

309 avaliar através de observação depois.

310 Aquilo que dizemos e aquilo se está

311 sendo colocado na pratica. Muitas

312 devemos ver se o que estamos

313 ensinando estamos a dar frutos que

314 desejamos ter. Ou seja que no final

315 sentimos que as preocupações,

316 desejos e as carências foram

317 supridas.A nível do governo eu

318 gostaria que existisse a questão legal

2 findings

--> pertinencia do program

2- 22: pertinencia do program / 5- 7: importancia do tema

7- 9: demanda dos professore

11- 14: inovação para melhoria

15- 21: importancia do subsist

21- 22: sustentabilidade

22- 78: criança c veiculo tran

5 conjuntura uma vez que a questão

6 ambiental é um problema de todos e

7 os professores para trabalharem esta

8 questão precisam de estarem

9 habilitados. Estando com mais

10 competência têm mais disposição é

11 capaz de trazer questão inovadora na

12 sala de aula e consequentemente a

13 qualidade do ensino melhora de uma

14 maneira geral.Quero direccionar a

15 minha intervenção para o lado do pré-

16 escolar. É muito pertinente ter um

17 programa de educação ambiental

18 preparado para o ensino pré-escolar

19 porque entendo que o ensino pré-

20 escolar é que faz o alicerce a

21 construção de um ambiente

22 sustentável. É uma coisa Trabalhar a

23 criança desde a tenra idade uma

24 cidadania do ambiente de forma a

25 garantir a qualidade do ambiente. É

26 aprtir desta fase que a criança vai

27 ganhando pré-requisitos e estes pré-

28 requisitos vão sendo reforçados na

29 fase do ensino básico através dos

30 professores e também é algo que a

31 criança vai socializando muito cedo

32 com tudo que está a sua volta em que

33 os recursos estão cada vez mais

34 poucos para a criança entender que

35 elas fazem parte desta gerência destes

36 recursos nas gerações futuras.Só para

37 complementar a intervenção das

38 colegas. Há um ditado que diz é do

39 pequeno que se torce o

40 pepino.Trabalhando muito cedo desde

41 o pré-escolar stas questões.É sempre

42 de realçar que é muito importante

43 trabalhar o ambiente e as crianças

44 conseguem receber esta mensagem.

45 Quando a educadora passa a

46 mensagem, elas recebem. Se desde

47 cedo começarem a ter esta

48 preocupação ambiental é muito bom,

49 porque os adultos podem dar

50 contribuição mas as crianças também

51 podem dar. Eu já tenho algumas anos

52 de experiência e já fiz várias

53 actividades sobre o ambiente com as

54 crianças e confirmo que as crianças

55 podem ar o seu contributo. Qualquer

56 actividade ambiental é por mais que

57 seja pequena é importante. Por

58 exemplo, recolher lixo nas ruas, os

59 pequenos papeis que as próprias

60 crianças põem nas salas de aulas ,

61 colocar o lixo no cesto etc. actividade

62 relacionada com a Dengue etc.

63 Quando as crianças começam com

64 esta preocupação isto fica sempre nas

65 crianças mesmo que eles não se

66 manifestem logo mas fica. Há um

67 ditado que diz o seguinte: Ensina a

68 criança o caminho que deve andar

69 para quando crescer não desviar dele.

70 Se ensinarmos a criança desde do

71 pequeno as mudanças climáticas, vai

72 criar algum sentimento de

73 responsabilidade e ela consegue ver o

74 que poderá comprometer o nosso

75 futuro. É uma certeza que se

76 ensinarmos elas aprendam sobre o

77 ambiente e podem sentir-se mais

78 comprometidas com o nosso futuro.Eu

1 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.008

--> condições necessárias

98- 121: condições necessárias / 98- 107: recur tecnol adapa

108- 113: curr diferenciado

114- 120: estrat de abordage

121- 129: modalid de formaçã

98 Também é necessário pensar a

99 importância que hoje as novas

100 tecnologias podem desempenhar no

101 processo de formação mas pensar

102 levando em consideração que nem

103 todos os professores tem acesso a esta

104 tecnologia. Mas também podemos

105 pensar no recurso como rádio e pensar

106 também nas particularidades do nosso

107 países ver ainda a questão dos

108 professores que estão em localidades

109 muito distantes. Como fazer esta

110 formação respeitando a diferenciação

111 não é uma tarefa fácil.Tendo em conta

112 que é prioritário podia-se investir. É

113 uma área que preocupa a todos.Eu

114 queria aprofundar deve-se pensar este

115 curso numa diemensão teórico-pratica

116 em que os professores reflectissem na

117 própria pratica e a autoformação

118 também.Tendo em conta que se devia

119 introduzir a educação ambiental,

120 incluir esta área no curriculum a nível

121 médio e a nível superior.Eu também

122 para acrescentar, pensei na formação

123 à distância tendo em conta que os

124 professores têm tem um período

125 ocupado com o trabalho e no outro

126 periodo, numa outra formação. Por a

127 formação à distância poderá ser uma

128 boa opção.Não sendo possível poderá

129 ser trabalhado de uma forma

1 findings

## RETRIEVAL OF UNUSED CODES IN GRUPO.008

UNUSED CODES	USED CODES
--------------	------------

### areas fundamentais

articulação  
boas praticas  
condições necessárias  
criança c veiculo tran  
curr diferenciado  
demanda dos professore  
ensino diferencia  
esta suaten  
estr de selec form  
estrat de abordage  
estrategia de aborda  
importancia do subsist  
importancia do tema  
incia ambien  
inovação para melhoria  
modalid de formaçã  
novas experiências  
pertinencia do program  
prespe de formação  
proposta incentiv  
recur tecnol adapa  
sistema de avaliação  
sugestões  
sustentabilidade  
tipolog de avali  
transversalidade  
valorização da area



## FREQUENCIES OF CODES IN GRUPO.008

areas fundamentais : 3  
articulação : 2  
boas praticas : 2  
condições necessárias: 1  
criança c veiculo tran: 1  
curr diferenciado : 1  
demanda dos professore: 1  
ensino diferencia : 1  
esta suaten : 1  
estr de selec form : 1  
estrat de abordage : 1  
estrategia de aborda : 1  
importancia do subsist: 1  
importancia do tema : 1  
incia ambien : 1  
inovação para melhoria: 1  
modalid de formaçã : 1  
novas experiências : 1  
pertinencia do program: 1  
prespe de formação : 1  
proposta incentiv : 2  
recur tecnol adapa : 2  
sistema de avaliação : 3  
sugestões : 3  
sustentabilidade : 3  
tipolog de avali : 1  
transversalidade : 2  
valorização da area : 1

## CATAL

areas fundamentais  
articulação  
boas praticas  
criança c veiculo tran  
curr diferenciado  
demanda dos professore  
ensino diferencia  
esta suaten  
estr de selec form  
estrat de abordage  
estrategia de aborda  
importancia do subsist  
importancia do tema  
incia ambien  
inovação para melhoria  
inst de avaliação  
modalid de formaçã  
novas experiências  
opinião favorável  
prespe de formação  
proposta incentiv  
recur tecnol adapa  
siste de avalia  
sugestões  
sustentabilidade  
tipolog de avali  
transversalidade  
valorização da ar

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.009

--> areas de actuação

105- 107: areas de actuação / 107- 116: perspectiva da formaçã

107 sociedade como também elaboração

108 projecto que tem a ver com temas

109 ambientais e trabalhar em estreita

110 parceria com as Delegação , Câmaras

111 Municipais e Universidades que

112 ministram cursos nesta área. Eu acho

113 que os professores devem ser

114 formados com novas metodologias

115 mais interactivas ver o que acontece

116 no território e ver as necessidades

1 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.009

--> formas de articulação

36- 42: formas de articulação / 34- 36: demanda dos prof  
36- 37: suporte prof

34 Os professores precisam de um  
35 acompanhamento mais forte.

36 Precisam fazer algo mais pratico. Dar  
37 algumas ferramentas para lhes ajudar.

103- 104: formas de articulação / 100- 103: sistema de avaliação

100 importância. Também pode-se fazer o

101 levantamento das dificuldades para

102 elaboração de um projectos

103 ambientais.. Trabalhar em estreita

188- 197: formas de articulação / 177- 212: condições necessárias

177 apoiar os professores e alunos.Eu

178 queria só complementar uma coisa,

179 como a Anabela disse que é

180 necessário pensar também nos

181 recursos humanos internacionais para

182 trazer outras experiencias eu acho que

183 importante é ver como fazer isso uma

184 vez que nós somos um pais de fraco

185 recurso trazer um especialista a nível

186 internacional tem o seu custo mas

187 existe um projecto a nível do governo

188 que não é nenhum ministério afecto

189 ao ambiente que é o instituto de

190 comunidade através do ministério de

191 negócios estrangeiros que tem trazido

192 a contribuição da diáspora

193 caboverdiana a nível mundial. Eu acho

194 que a questão ambiental com certeza

195 deverá ter caboverdiana com alto grau

196 de competência que poderá dar grande

197 contribuição . É só fazer levantamento

198 de necessidade e entrar em contacto

199 com o Instituto das Comunidades. Eu

200 acho que é possível também trazer

201 através do projecto diáspora contributo.

202 Eu ainda não vi a questão ambiental

203 neste projecto.Quando se vai fazer um

204 programa pode se fazer um teste que

205 vai diagnosticar. Pode se fazer uma

206 grelha de análise para avaliar o

207 detalhe metodologia e as temáticas

208 desenvolvidas. Pensar conceptualizar

209 os materiais necessários. Pode-se

210 fazer um teste no terreno e ver sem

211 receberem uma formação com a

212 utilização de grelha de

3 findings

--> siste ava

205- 223: siste ava / 177- 212: condições necessárias

205- 213: sistema de avaliação

213- 223: sistema de avaliação

177 apoiar os professores e alunos.Eu

178 queria só complementar uma coisa,

179 como a Anabela disse que é

180 necessário pensar também nos

181 recursos humanos internacionais para

182 trazer outras experiências eu acho que

183 importante é ver como fazer isso uma

184 vez que nós somos um país de fraco

185 recurso trazer um especialista a nível

186 internacional tem o seu custo mas

187 existe um projecto a nível do governo

188 que não é nenhum ministério afecto

189 ao ambiente que é o instituto de

190 comunidade através do ministério de

191 negócios estrangeiros que tem trazido

192 a contribuição da diáspora

193 caboverdiana a nível mundial. Eu acho

194 que a questão ambiental com certeza

195 deverá ter caboverdiana com alto grau

196 de competência que poderá dar grande

197 contribuição . É só fazer levantamento

198 de necessidade e entrar em contacto

199 com o Instituto das Comunidades. Eu

200 acho que é possível também trazer

201 através do projecto diáspora contributo.

202 Eu ainda não vi a questão ambiental

203 neste projecto.Quando se vai fazer um

204 programa pode se fazer um teste que

205 vai diagnosticar. Pode se fazer uma

206 grelha de análise para avaliar o

207 detalhe metodologia e as temáticas

208 desenvolvidas. Pensar conceptualizar

209 os materiais necessários. Pode-se

210 fazer um teste no terreno e ver sem

211 receberam uma formação com a

212 utilização de grelha de

213 análise.Gostaria de trazer aqui a ideia

214 de uma avaliação descritiva por outro

215 lado deve-se avaliar na parte primária

216 do processo. Triangulação de técnicas,

217 questionário, entrevista diário do

218 professor para ver resultados dos

219 alunos e ter também este carácter de

220 avaliação descritiva.A questão de

221 mudar a mentalidade das pessoas

222 seria muito bom. Secalhar seria muito

223 bom fazer encontros de reflexão,

1 findings

abordag inte  
analise curricular  
areas de actuação  
carenci de recur  
condições necessárias  
cont para boas pr  
cont preser amb  
crian vei tran  
demanda dos prof  
estra de formação  
estratégias de aborda  
formas de articulação  
importancia do tema  
inovação melhoria  
inovação para melhoria  
necessidade  
pertinência do program  
prespectiva da formaçã  
programa actua  
programde volunt  
recur tecnológico  
reforço de motiv  
reforço opin fav  
siste ava  
sistema de avaliação  
suporte prof

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.009

--> abordag inte	203 neste projecto.Quando se vai fazer um	2 de um programa de educação
--> analise curricular	204 programa pode se fazer um teste que	3 ambiental dirigido aos professores do
--> areas de actuação	205 vai diagnosticar. Pode se fazer uma	4 ensino básico considero de muita
--> carenci de recur	206 grelha de análise para avaliar o	5 importância tendo em conta a sua
--> condições necessárias	207 detalhe metodologia e as temáticas	6 eficácia porque a formação ambiental
177- 212: condições necessárias / 181- 187: carenci de recur	208 desenvolvidas. Pensar conceptualizar	7 ajudam os professores a trabalharem
188- 197: formas de articulação	209 os materiais necessários. Pode-se	8 os conteúdos do Ensino Básico que
198- 198: condições necessárias	210 fazer um teste no terreno e ver sem	9 tem a ver com o ambiente e também
177 apoiar os professores e alunos.Eu	211 receberam uma formação com a	10 apoia os professores de ciências
178 queria só complementar uma coisa,	212 utilização de grelha de	11 integradas. Par além disso contribui
179 como a Anabela disse que é	--> cont para boas pr	--> perspectiva da formaçã
180 necessário pensar também nos	--> cont preser amb	234- 238: perspectiva da formaçã / 236- 238: programde volunt
181 recursos humanos internacionais para	--> crian vei tran	234 Eu acho que devemos atingir as
182 trazer outras experiencias eu acho que	--> demanda dos prof	235 famílias . Pode-se fazer visita
183 importante é ver como fazer isso uma	--> estra de formação	236 domiciliar.Seria muito importante a
184 vez que nós somos um país de fraco	--> estratégias de aborda	237 questão da criação de um corpo do
185 recurso trazer um especialista a nível	--> formas de articulação	238 voluntariado para apoiar as actividades
186 internacional tem o seu custo mas	--> importancia do tema	--> programa actua
187 existe um projecto a nível do governo	--> inovação melhoria	--> programde volunt
188 que não é nenhum ministério afecto	--> inovação para melhoria	--> recur tecnológico
189 ao ambiente que é o instituto de	--> necessidade	--> reforço de motiv
190 comunidade através do ministério de	62- 64: necessidade / 64- 64: reforço opin fav	--> reforço opin fav
191 negócios estrangeiros que tem trazido	62 necessidade é evidente para ajudar os	--> siste ava
192 a contribuição da diáspora	63 professore a ensinar a educação	205- 223: siste ava / 213- 223: sistema de avaliação
193 caboverdiana a nível mundial. Eu acho	64 ambiental. Acho muito bem vinda.Em	205 vai diagnosticar. Pode se fazer uma
194 que a questão ambiental com certeza	--> pertinência do program	206 grelha de análise para avaliar o
195 deverá ter caboverdiana com alto grau	1- 11: pertinência do program / 2- 5: importancia do tema	207 detalhe metodologia e as temáticas
196 de competência que poderá dar grande	6- 11: suporte prof	208 desenvolvidas. Pensar conceptualizar
197 contribuição . É só fazer levantamento	1 Em relação à questão de pertinência	209 os materiais necessários. Pode-se
198 de necessidade e entrar em contacto		210 fazer um teste no terreno e ver sem
199 com o Instituto das Comunidades. Eu		211 receberam uma formação com a
200 acho que é possível também trazer		212 utilização de grelha de
201 através do projecto diáspora contributo.		213 análise.Gostaria de trazer aqui a ideia
202 Eu ainda não vi a questão ambiental		

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.009

214 de uma avaliação descritiva por outro  
215 lado deve-se avaliar na parte primária  
216 do processo. Triangulação de técnicas,  
217 questionário, entrevista diário do  
218 professor para ver resultados dos  
219 alunos e ter também este carácter de  
220 avaliação descritiva. A questão de  
221 mudar a mentalidade das pessoas  
222 seria muito bom. Secalhar seria muito  
223 bom fazer encontros de reflexão,

--> sistema de avaliação

--> suporte prof

5 findings

abordag inte

analise curricular  
areas de actuação  
carenci de recur  
condições necessárias  
cont para boas pr  
cont preser amb  
crian vei tran  
demanda dos prof  
estratégias de aborda  
estrategias de abordag  
formas de articulação  
importancia do tema  
inovação melhoria  
inovação para melhoria  
necessidade  
pertinência do program  
prespectiva da formaçã  
programa actua  
programde volunt  
recur tecnológico  
reforço de motiv  
reforço opin fav  
siste ava  
sistema de avaliação  
suporte prof



--> abordag inte

168- 172: abordag inte

- 168 novo. A nível do projecto tem uma
- 169 capacidade financeira limitada um
- 170 projecto de educação ambiental
- 171 continuo. Devia-se pensar a nível da
- 172 associação de uma forma integrante.

--> analise curricular

78- 84: analise curricular

- 78 de professores. Eu sei que já tem um
- 79 curso sobre isso, não sei quais são
- 80 os temas tratados quais são as
- 81 modalidades utilizados com os
- 82 professores mas eu concordo que tem
- 83 que ser dentro do programa de
- 84 formação dos professores. Parece-me

--> areas de actuação

105- 107: areas de actuação

- 105 Trabalhar temas como a desertificação
- 106 porque é um problema da nossa
- 107 sociedade como também elaboração

--> carenci de recur

181- 187: carenci de recur

- 181 recursos humanos internacionais para
- 182 trazer outras experiencias eu acho que
- 183 importante é ver como fazer isso uma
- 184 vez que nós somos um pais de fraco
- 185 recurso trazer um especialista a nível
- 186 internacional tem o seu custo mas
- 187 existe um projecto a nível do governo

--> condições necessárias

177- 212: condições necessárias

- 177 apoiar os professores e alunos.Eu
- 178 queria só complementar uma coisa,
- 179 como a Anabela disse que é
- 180 necessário pensar também nos
- 181 recursos humanos internacionais para
- 182 trazer outras experiencias eu acho que
- 183 importante é ver como fazer isso uma
- 184 vez que nós somos um pais de fraco
- 185 recurso trazer um especialista a nível
- 186 internacional tem o seu custo mas
- 187 existe um projecto a nível do governo
- 188 que não é nenhum ministério afecto
- 189 ao ambiente que é o instituto de
- 190 comunidade através do ministério de
- 191 negócios estrangeiros que tem trazido
- 192 a contribuição da diáspora
- 193 caboverdiana a nível mundial. Eu acho
- 194 que a questão ambiental com certeza
- 195 deverá ter caboverdiana com alto grau
- 196 de competência que poderá dar grande
- 197 contribuição . É só fazer levantamento
- 198 de necessidade e entrar em contacto
- 199 com o Instituto das Comunidades. Eu
- 200 acho que é possível também trazer
- 201 através do projecto diáspora contributo.
- 202 Eu ainda não vi a questão ambiental
- 203 neste projecto.Quando se vai fazer um
- 204 programa pode se fazer um teste que
- 205 vai diagnosticar. Pode se fazer uma
- 206 grelha de análise para avaliar o
- 207 detalhe metodologia e as temáticas
- 208 desenvolvidas. Pensar conceptualizar
- 209 os materiais necessários. Pode-se
- 210 fazer um teste no terreno e ver sem
- 211 receberam uma formação com a
- 212 utilização de grelha de

198- 198: condições necessárias

198 de necessidade e entrar em contacto

--> cont para boas pr

117- 132: cont para boas pr

- 117 locais.As temáticas que acho mais
- 118 interessantes são lixo, água, protecção
- 119 da biodiversidade energias
- 120 renováveis.Eu acho que poderia ser
- 121 interessante e para facilitar ver entre o
- 122 global e o local. Mostrar as crianças o
- 123 que de faz quotidianamente na própria
- 124 casa que os hábitos do dia a dia tem a
- 125 ver com o problema global. Em casa
- 126 por exemplo o lixo, onde deve ser
- 127 colocado, a contaminação do
- 128 ambiente, o esgoto, casa de banho
- 129 que diferença faz ter a casa de banho,
- 130 ver a questão do mosquito e analisar
- 131 todo o ciclo. Pode contribuir para
- 132 melhor os hábitos

--> cont preser amb

12- 14: cont preser amb

- 12 para de que maneira na preservação
- 13 do ambiente escolar e não só e de toda
- 14 a comunidade envolvente. Par além

19- 25: cont preser amb

- 19 teóricas para serem mais práticos.
- 20 Assim poderão realizar actividades
- 21 extracurriculares como por exemplo
- 22 visitas a algumas localidades no
- 23 sentido de os alunos darem mais
- 24 atenção à preservação do meio
- 25 ambiental.No mesmo sentido eu acho

--> crian vei tran

- 46- 58: crian vei tran  
 46 fazer a educação ambiental. Concordo  
 47 com o que as colegas acabaram dizer  
 48 uma vez que é reconhecimento a  
 49 necessidade da importância de  
 50 formação ambiental para crianças,  
 51 para jovens como cidadãos de hoje e  
 52 do futuro tanto como veículo de  
 53 transmissão de informações e notícias  
 54 par ajudar as famílias e comunidades.  
 55 Trata-se de disciplina e currículo novo.  
 56 Por isso é fundamental que os  
 57 professores tenham o acesso ao  
 58 programa de actualização. Trata-se de

--> demanda dos prof

- 34- 36: demanda dos prof  
 34 Os professores precisam de um  
 35 acompanhamento mais forte.  
 36 Precisam fazer algo mais pratico. Dar

--> estra de formação

- 76- 78: estra de formação  
 76 .Eu acho que para mim devia ser parte  
 77 integrante do programa de formação  
 78 de professores. Eu sei que já tem um

--> estratégias de aborda

- 98- 100: estratégias de aborda  
 98 colega. Quero referir à reciclagem dos  
 99 professores. Considero isto de extrema  
 100 importância. Também pode-se fazer o

--> formas de articulação

- 36- 42: formas de articulação  
 36 Precisam fazer algo mais pratico. Dar  
 37 algumas ferramentas para lhes ajudar.  
 38 É pertinente porque os professores  
 39 estão em todos os lados, a nível das  
 40 localidades, são eles que estão  
 41 directamente envolvidos com as  
 42 crianças, as crianças sabemos que são  
 103- 104: formas de articulação  
 103 ambientais.. Trabalhar em estreita  
 104 parceria com outras instituições.  
 139- 148: formas de articulação  
 139 comunidade envolvente. Acho que  
 140 devem se elaborar um projecto voltado  
 141 a educação ambiental. Também  
 142 conseguir trazer pessoas com  
 143 experiências de outros países no  
 144 sentido de socializar e trocar ideias.  
 145 Fazer um encontro de reflexão,  
 146 socialização trocar ideias como forma  
 147 de trocar experiência para de melhorar  
 148 a actuação.  
 150- 157: formas de articulação  
 150 Tem tido muitos recursos. Geralmente  
 151 existem muitos projectos ligados a área  
 152 ambiental mas geralmente são  
 153 projecto pontuais e com eficácia  
 154 limitada. É uma componente que  
 155 quase é um ritual faz-se sempre. Não  
 156 há um projecto continuo. Deve-se  
 157 pensar numa coisa mais integrante.

188- 197: formas de articulação

- 188 que não é nenhum ministério afecto  
 189 ao ambiente que é o instituto de  
 190 comunidade através do ministério de  
 191 negócios estrangeiros que tem trazido  
 192 a contribuição da diáspora  
 193 caboverdiana a nível mundial. Eu acho  
 194 que a questão ambiental com certeza  
 195 deverá ter caboverdiana com alto grau  
 196 de competência que poderá dar grande  
 197 contribuição . É só fazer levantamento

--> importancia do tema

- 2- 5: importancia do tema  
 2 de um programa de educação  
 3 ambiental dirigido aos professores do  
 4 ensino básico considero de muita  
 5 importância tendo em conta a sua

--> inovação melhoria

- 248- 252: inovação melhoria  
 248 perspectiva de inovação no quotidiano  
 249 escolar. As instituições devem pensar  
 250 para dar respostas mais inovadoras  
 251 que realmente tentamos superar as  
 252 dificuldades com resposta bem

--> inovação para melhoria

- 65- 74: inovação para melhoria  
 65 relação a isso eu acho que Já deram  
 66 uma boa contribuição mas eu queria  
 67 acrescentar a importância que o  
 68 programa tem para o próprio  
 69 desenvolvimento profissional no  
 70 sentido de traduzir mais inovação no  
 71 quotidiano escolar e para se conseguir

- 72 melhor resposta para questão  
73 ambiental em Cabo Verde com mais  
74 qualidade.
- > necessidade
- 62- 64: necessidade  
62 necessidade é evidente para ajudar os  
63 professore a ensinar a educação  
64 ambiental. Acho muito bem vinda.Em
- > pertinência do program
- 1- 11: pertinência do program  
1 Em relação à questão de pertinência  
2 de um programa de educação  
3 ambiental dirigido aos professores do  
4 ensino básico considero de muita  
5 importância tendo em conta a sua  
6 eficácia porque a formação ambiental  
7 ajudam os professores a trabalharem  
8 os conteúdos do Ensino Básico que  
9 tem a ver com o ambiente e também  
10 apoia os professores de ciências  
11 integradas. Par além disso contribui
- 26- 35: pertinência do program  
26 que é muito pertinente porque os  
27 professores mesmos estão a pedir  
28 esse apoio. Do meu conhecimento sei  
29 que já há um programa ou já tem livro  
30 a nível de educação ambiental para os  
31 professores mas precisam de um  
32 acompanhamento mais forte , eles tem  
33 problemas de fazer algumas praticas.  
34 Os professores precisam de um  
35 acompanhamento mais forte.
- > perspectiva da formaçã
- 107- 116: perspectiva da formaçã  
107 sociedade como também elaboração  
108 projecto que tem a ver com temas  
109 ambientais e trabalhar em estreita  
110 parceria com as Delegação , Câmaras  
111 Municipais e Universidades que  
112 ministram cursos nesta área. Eu acho  
113 que os professores devem ser  
114 formados com novas metodologias  
115 mais interactivas ver o que acontece  
116 no território e ver as necessidades
- 224- 233: perspectiva da formaçã  
224 sensibilizar os alunos e os professores  
225 sobre a importância de preservação do  
226 nosso meiorealização de várias  
227 palestras fazer encontros individuais.  
228 Fazer várias palestras e mais do que  
229 isso trabalhar a consciência de cada  
230 um sobre a problemática do emio  
231 ambiente e a questão de um ambiente  
232 sadio. Isso é muito importante para  
233 uma são convivência.
- 234- 238: perspectiva da formaçã  
234 Eu acho que devemos atingir as  
235 famílias . Pode-se fazer visita  
236 domiciliar.Seria muito importante a  
237 questão da criação de um corpo do  
238 voluntariado para apoiar as actividades
- 261- 267: perspectiva da formaçã  
261 muitas vezes há resistência. Deve-se  
262 respeitar estas inovação nos  
263 professores e alunos.Eu só queria  
264 reforçar para fazer visitas de estudos,  
265 intercâmbio e também trocas de ideias  
266 em vez de estar na sala de aula a tratar  
267 as temáticas teóricas
- > programa actua
- 58- 61: programa actua  
58 programa de actualização. Trata-se de  
59 disciplina e metodologia novo que  
60 nem sempre fazem parte do currículo  
61 escolar clássico. Por isso a
- 174- 178: programa actua  
174 integrante em vez de fazer uma  
175 actividade pontual pode-se fazer uma  
176 coisa de pelo menos um mês para  
177 apoiar os professores e alunos.Eu  
178 queria só complementar uma coisa,
- > programde volunt
- 236- 238: programde volunt  
236 domiciliar.Seria muito importante a  
237 questão da criação de um corpo do  
238 voluntariado para apoiar as actividades
- > recur tecnológico
- 90- 98: recur tecnológico  
90 partilhar os conhecimentos. Podia  
91 pensar-se em suporte internet. Cada  
92 um podia tirar ideias na internet, livros  
93 e colocar disponíveis documentos ou  
94 programa de formação. Podia ser ter  
95 um sitio em que cada um podia deixar  
96 o documento ou plano do curso.Eu  
97 também concordo com a minha  
98 colega. Quero referir à reciclagem dos

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.009

--> reforço de motiv

15- 19: reforço de motiv

- 15 disso também com este programa os
- 16 professores tornam-se mais motivados
- 17 e as aulas poderão tornar-se mais
- 18 praticas e as aulas deixam de ser
- 19 teóricas para serem mais práticos.

--> reforço opin fav

64- 64: reforço opin fav

- 64 ambiental. Acho muito bem vinda.Em

--> siste ava

205- 223: siste ava

- 205 vai diagnosticar. Pode se fazer uma
- 206 grelha de análise para avaliar o
- 207 detalhe metodologia e as temáticas
- 208 desenvolvidas. Pensar conceptualizar
- 209 os materiais necessários. Pode-se
- 210 fazer um teste no terreno e ver sem
- 211 receberam uma formação com a
- 212 utilização de grelha de
- 213 análise.Gostaria de trazer aqui a ideia
- 214 de uma avaliação descritiva por outro
- 215 lado deve-se avaliar na parte primária
- 216 do processo. Triangulação de técnicas,
- 217 questionário, entrevista diário do
- 218 professor para ver resultados dos
- 219 alunos e ter também este carácter de
- 220 avaliação descritiva.A questão de
- 221 mudar a mentalidade das pessoas
- 222 seria muito bom. Secalhar seria muito
- 223 bom fazer encontros de reflexão,

--> sistema de avaliação

100- 103: sistema de avaliação

- 100 importância. Também pode-se fazer o
- 101 levantamento das dificuldades para
- 102 elaboração de um projectos
- 103 ambientais..Trabalhar em estreita

205- 213: sistema de avaliação

- 205 vai diagnosticar. Pode se fazer uma
- 206 grelha de análise para avaliar o
- 207 detalhe metodologia e as temáticas
- 208 desenvolvidas. Pensar conceptualizar
- 209 os materiais necessários. Pode-se
- 210 fazer um teste no terreno e ver sem
- 211 receberam uma formação com a
- 212 utilização de grelha de
- 213 análise.Gostaria de trazer aqui a ideia

213- 223: sistema de avaliação

- 213 análise.Gostaria de trazer aqui a ideia
- 214 de uma avaliação descritiva por outro
- 215 lado deve-se avaliar na parte primária
- 216 do processo. Triangulação de técnicas,
- 217 questionário, entrevista diário do
- 218 professor para ver resultados dos
- 219 alunos e ter também este carácter de
- 220 avaliação descritiva.A questão de
- 221 mudar a mentalidade das pessoas
- 222 seria muito bom. Secalhar seria muito
- 223 bom fazer encontros de reflexão,

--> suporte prof

6- 11: suporte prof

- 6 eficácia porque a formação ambiental
- 7 ajudam os professores a trabalharem
- 8 os conteúdos do Ensino Básico que
- 9 tem a ver com o ambiente e também
- 10 apoia os professores de ciências
- 11 integradas. Par além disso contribui

36- 37: suporte prof

- 36 Precisam fazer algo mais pratico. Dar
- 37 algumas ferramentas para lhes ajudar.

44- 46: suporte prof

- 44 todo o interesse e é necessário dar
- 45 lhes algum apoio aos professores para
- 46 fazer a educação ambiental.Concordo

41 finding(s)

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.009

--> condições necessárias

177- 212: condições necessárias / 174- 178: programa actua

181- 187: carenci de recur

188- 197: formas de articulação

205- 213: sistema de avaliação

205- 223: siste ava

174 integrante em vez de fazer uma

175 actividade pontual pode-se fazer uma

176 coisa de pelo menos um mês para

177 apoiar os professores e alunos.Eu

178 queria só complementar uma coisa,

179 como a Anabela disse que é

180 necessário pensar também nos

181 recursos humanos internacionais para

182 trazer outras experiencias eu acho que

183 importante é ver como fazer isso uma

184 vez que nós somos um pais de fraco

185 recurso trazer um especialista a nível

186 internacional tem o seu custo mas

187 existe um projecto a nível do governo

188 que não é nenhum ministério afecto

189 ao ambiente que é o instituto de

190 comunidade através do ministério de

191 negócios estrangeiros que tem trazido

192 a contribuição da diáspora

193 caboverdiana a nível mundial. Eu acho

194 que a questão ambiental com certeza

195 deverá ter caboverdiana com alto grau

196 de competência que poderá dar grande

197 contribuição . É só fazer levantamento

198 de necessidade e entrar em contacto

199 com o Instituto das Comunidades. Eu

200 acho que é possível também trazer

201 através do projecto diáspora contributo.

202 Eu ainda não vi a questão ambiental

203 neste projecto.Quando se vai fazer um

204 programa pode se fazer um teste que

205 vai diagnosticar. Pode se fazer uma

206 grelha de análise para avaliar o

207 detalhe metodologia e as temáticas

208 desenvolvidas. Pensar conceptualizar

209 os materiais necessários. Pode-se

210 fazer um teste no terreno e ver sem

211 receberam uma formação com a

212 utilização de grelha de

213 análise.Gostaria de trazer aqui a ideia

214 de uma avaliação descritiva por outro

215 lado deve-se avaliar na parte primária

216 do processo. Triangulação de técnicas,

217 questionário, entrevista diário do

218 professor para ver resultados dos

219 alunos e ter também este carácter de

220 avaliação descritiva.A questão de

221 mudar a mentalidade das pessoas

222 seria muito bom. Secalhar seria muito

223 bom fazer encontros de reflexão,

1 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.009

--> estratégias de aborda

98- 100: estratégias de aborda / 90- 98: recur tecnológico

100- 103: sistema de avaliação

90 partilhar os conhecimentos. Podia

91 pensar-se em suporte internet. Cada

92 um podia tirar ideias na internet, livros

93 e colocar disponíveis documentos ou

94 programa de formação. Podia ser ter

95 um sitio em que cada um podia deixar

96 o documento ou plano do curso.Eu

97 também concordo com a minha

98 colega. Quero referir à reciclagem dos

99 professores. Considero isto de extrema

100 importância. Também pode-se fazer o

101 levantamento das dificuldades para

102 elaboração de um projectos

103 ambientais.. Trabalhar em estreita

--> estrategias de abordag

76- 78: estrategias de abordag / 78- 84: analise curricular

78 de professores. Eu sei que já tem um

79 curso sobre isso, não sei quais são

80 os temas tratados quais são as

81 modalidades utilizados com os

82 professores mas eu concordo que tem

83 que ser dentro do programa de

84 formação dos professores. Parece-me

2 findings

1 Em relação à questão de pertinência  
-> ( 1- 11): pertinência do program

2 de um programa de educação  
-> ( 2- 5): importancia do tema

3 ambiental dirigido aos professores do

4 ensino básico considero de muita

5 importância tendo em conta a sua

6 eficácia porque a formação ambiental  
-> ( 6- 11): suporte prof

7 ajudam os professores a trabalharem

8 os conteúdos do Ensino Básico que

9 tem a ver com o ambiente e também

10 apoia os professores de ciências

11 integradas. Par além disso contribui

12 para de que maneira na preservação  
-> ( 12- 14): cont preser amb

13 do ambiente escolar e não só e de toda

14 a comunidade envolvente. Par além

15 disso também com este programa os  
-> ( 15- 19): reforço de motiv

16 professores tornam-se mais motivados

17 e as aulas poderão tornar-se mais

18 praticas e as aulas deixam de ser

19 teóricas para serem mais práticos.  
-> ( 19- 25): cont preser amb

20 Assim poderão realizar actividades

21 extracurriculares como por exemplo

22 visitas a algumas localidades no

23 sentido de os alunos darem mais

24 atenção à preservação do meio

25 ambiental.No mesmo sentido eu acho

26 que é muito pertinente porque os  
-> ( 26- 35): pertinência do program

27 professores mesmos estão a pedir

28 esse apoio. Do meu conhecimento sei

29 que já há um programa ou já tem livro

30 a nível de educação ambiental para os

31 professores mas precisam de um

32 acompanhamento mais forte , eles tem

33 problemas de fazer algumas praticas.

34 Os professores precisam de um  
-> ( 34- 36): demanda dos prof

35 acompanhamento mais forte.

36 Precisam fazer algo mais pratico. Dar  
-> ( 36- 42): formas de articulação  
-> ( 36- 37): suporte prof

37 algumas ferramentas para lhes ajudar.

38 É pertinente porque os professores

39 estão em todos os lados, a nível das

40 localidades, são eles que estão

41 directamente envolvidos com as

42 crianças, as crianças sabemos que são

43 eles é que vão fazer o futuro então tem

44 todo o interesse e é necessário dar  
-> ( 44- 46): suporte prof

45 lhes algum apoio aos professores para

46 fazer a educação ambiental.Concordo  
-> ( 46- 58): crian vei tran

47 com o que as colegas acabaram dizer

48 uma vez que é reconhecimento a

49 necessidade da importância de

50 formação ambiental para crianças,

51 para jovens como cidadãos de hoje e

52 do futuro tanto como veiculo de

53 transmissão de informações e notícias

54 par ajudar as famílias e comunidades.

55 Trata-se de disciplina e currículo novo.

56 Por isso é fundamental que os

57 professores tenham o acesso ao

58 programa de actualização. Trata-se de  
-> ( 58- 61): programa actua

59 disciplina e metodologia novo que

60 nem sempre fazem parte do currículo

61 escolar clássico. Por isso a

62 necessidade é evidente para ajudar os  
-> ( 62- 64): necessidade

63 professore a ensinar a educação

64 ambiental. Acho muito bem vinda.Em

-> ( 64- 64): reforço opin fav

65 relação a isso eu acho que Já deram  
-> ( 65- 74): inovação para melhoria

66 uma boa contribuição mas eu queria

67 acrescentar a importância que o

68 programa tem para o próprio

69 desenvolvimento profissional no

70 sentido de traduzir mais inovação no

71 quotidiano escolar e para se conseguir

72 melhor resposta para questão

73 ambiental em Cabo Verde com mais

74 qualidade.

75

76 .Eu acho que para mim devia ser parte  
-> ( 76- 78): estrategias de abordag

77 integrante do programa de formação

78 de professores. Eu sei que já tem um  
-> ( 78- 84): analise curricular

79 curso sobre isso, não sei quais são

80 os temas tratados quais são as

81 modalidades utilizados com os

82 professores mas eu concordo que tem

83 que ser dentro do programa de

84 formação dos professores. Parece-me

85 que ao longo do trabalho do professor

86 há reciclagem continua. Por exemplo

87 cada dois anos podia-se ter fazer um

88 encontro dos professores para partilhar

89 e actualizar os conhecimentos para

90 partilhar os conhecimentos. Podia  
-> ( 90- 98): recur tecnológico

91 pensar-se em suporte internet. Cada

92 um podia tirar ideias na internet, livros

93 e colocar disponíveis documentos ou

94 programa de formação. Podia ser ter

95 um sitio em que cada um podia deixar

96 o documento ou plano do curso.Eu

97 também concordo com a minha

98 colega. Quero referir à reciclagem dos  
-> ( 98- 100): estratégias de aborda

99 professores. Considero isto de extrema

100 importância. Também pode-se fazer o

- > ( 100- 103): sistema de avaliação  
 101 levantamento das dificuldades para  
 102 elaboração de um projectos  
 103 ambientais.. Trabalhar em estreita  
 -> ( 103- 104): formas de articulação  
 104 parceria com outras instituições.  
 105 Trabalhar temas como a desertificação  
 -> ( 105- 107): areas de actuação  
 106 porque é um problema da nossa  
 107 sociedade como também elaboração  
 -> ( 107- 116): perspectiva da formaçã  
 108 projecto que tem a ver com temas  
 109 ambientais e trabalhar em estreita  
 110 parceria com as Delegação , Câmaras  
 111 Municipais e Universidades que  
 112 ministram cursos nesta área. Eu acho  
 113 que os professores devem ser  
 114 formados com novas metodologias  
 115 mais interactivas ver o que acontece  
 116 no território e ver as necessidades  
 117 locais.As temáticas que acho mais  
 -> ( 117- 132): cont para boas pr  
 118 interessantes são lixo, água, protecção  
 119 da biodiversidade energias  
 120 renováveis.Eu acho que poderia ser  
 121 interessante e para facilitar ver entre o  
 122 global e o local. Mostrar as crianças o  
 123 que de faz quotidianamente na própria  
 124 casa que os hábitos do dia a dia tem a  
 125 ver com o problema global. Em casa  
 126 por exemplo o lixo, onde deve ser  
 127 colocado, a contaminação do  
 128 ambiente, o esgoto, casa de banho  
 129 que diferença faz ter a casa de banho,  
 130 ver a questão do mosquito e analisar  
 131 todo o ciclo. Pode contribuir para  
 132 melhor os hábitos  
 133 quotidianos.Também acho que deve  
 134 se trabalhar a importância do ambiente  
 135 na vida humana. Nós sabemos que o  
 136 ambiente é tudo o que nos rodeia.  
 137 porque o ambiente é nossa casa e é  
 138 nossa escola enfim toda a  
 139 comunidade envolvente. Acho que  
 -> ( 139- 148): formas de articulação  
 140 devem se elaborar um projecto voltado  
 141 a educação ambiental. Também  
 142 conseguir trazer pessoas com  
 143 experiências de outros países no  
 144 sentido de socializar e trocar ideias.  
 145 Fazer um encontro de reflexão,  
 146 socialização trocar ideias como forma  
 147 de trocar experiência para de melhorar  
 148 a actuação.  
 149  
 150 Tem tido muitos recursos. Geralmente  
 -> ( 150- 157): formas de articulação  
 151 existem muitos projectos ligados a área  
 152 ambiental mas geralmente são  
 153 projecto pontuais e com eficácia  
 154 limitada.É uma componente que  
 155 quase é um ritual faz-se sempre. Não  
 156 há um projecto continuo. Deve-se  
 157 pensar numa coisa mais integrante.  
 158 Acho que deve se ter um Programa  
 159 geral com todos os projectos  
 160 integrados e os programas podem-se ir  
 161 convergindo. As diferentes entidades  
 162 poderiam participar.Geralmente vamos  
 163 a escola, fazemos atelier, todo o  
 164 mundo está bem envolvido como  
 165 professor e como aluno.. Saímos do  
 166 lugar a escola tem falta e os  
 167 professores dizem tem que fazer de  
 168 novo. A nível do projecto tem uma  
 -> ( 168- 172): abordag inte  
 169 capacidade financeira limitada um  
 170 projecto de educação ambiental  
 171 continuo. Devia-se pensar a nível da  
 172 associação de uma forma integrante.  
 173 Podia-se pensar numa coisa mais  
 174 integrante em vez de fazer uma  
 -> ( 174- 178): programa actua  
 175 actividade pontual pode-se fazer uma  
 176 coisa de pelo menos um mês para  
 177 apoiar os professores e alunos.Eu  
 -> ( 177- 212): condições necessárias  
 178 queria só complementar uma coisa,  
 179 como a Anabela disse que é  
 180 necessário pensar também nos  
 181 recursos humanos internacionais para  
 -> ( 181- 187): carenci de recur  
 182 trazer outras experiencias eu acho que  
 183 importante é ver como fazer isso uma  
 184 vez que nós somos um pais de fraco  
 185 recurso trazer um especialista a nível  
 186 internacional tem o seu custo mas  
 187 existe um projecto a nível do governo  
 188 que não é nenhum ministério afecto  
 -> ( 188- 197): formas de articulação  
 189 ao ambiente que é o instituto de  
 190 comunidade através do ministério de  
 191 negócios estrangeiros que tem trazido  
 192 a contribuição da diáspora  
 193 caboverdiana a nível mundial. Eu acho  
 194 que a questão ambiental com certeza  
 195 deverá ter caboverdiana com alto grau  
 196 de competência que poderá dar grande  
 197 contribuição . É só fazer levantamento  
 198 de necessidade e entrar em contacto



- > ( 198- 198): condições necessárias  
 199 com o Instituto das Comunidades. Eu  
 200 acho que é possível também trazer  
 201 através do projecto diáspora contributo.  
 202 Eu ainda não vi a questão ambiental  
 203 neste projecto.Quando se vai fazer um  
 204 programa pode se fazer um teste que  
 205 vai diagnosticar. Pode se fazer uma  
 -> ( 205- 223): siste ava  
 -> ( 205- 213): sistema de avaliação  
 206 grelha de análise para avaliar o  
 207 detalhe metodologia e as temáticas  
 208 desenvolvidas. Pensar conceptualizar  
 209 os materiais necessários. Pode-se  
 210 fazer um teste no terreno e ver sem  
 211 receberam uma formação com a  
 212 utilização de grelha de  
 213 análise.Gostaria de trazer aqui a ideia  
 -> ( 213- 223): sistema de avaliação  
 214 de uma avaliação descritiva por outro  
 215 lado deve-se avaliar na parte primária  
 216 do processo. Triangulação de técnicas,  
 217 questionário, entrevista diário do  
 218 professor para ver resultados dos  
 219 alunos e ter também este carácter de  
 220 avaliação descritiva.A questão de  
 221 mudar a mentalidade das pessoas  
 222 seria muito bom. Secalhar seria muito  
 223 bom fazer encontros de reflexão,  
 224 sensibilizar os alunos e os professores  
 -> ( 224- 233): prespectiva da formaçã  
 225 sobre a importância de preservação do  
 226 nosso meiorealização de várias  
 227 palestras fazer encontros individuais.  
 228 Fazer várias palestras e mais do que  
 229 isso trabalhar a consciência de cada
- 230 um sobre a problemática do emio  
 231 ambiente e a questão de um ambiente  
 232 sadio. Isso é muito importante para  
 233 uma são convivência.  
 234 Eu acho que devemos atingir as  
 -> ( 234- 238): prespectiva da formaçã  
 235 famílias . Pode-se fazer visita  
 236 domiciliar.Seria muito importante a  
 -> ( 236- 238): programde volunt  
 237 questão da criação de um corpo do  
 238 voluntariado para apoiar as actividades  
 239 do ambiente. Porque somente nós  
 240 muitas vezes não cosneguimos dar  
 241 tudo. A questão da parcerias com  
 242 instituições que trabalhar em de área  
 243 afins, ONGs. Câmaras municipais  
 244 cada um dar a sua contribuição.  
 245 Também fazer seguimento na  
 246 implementação.Dar a atenção a um  
 247 programa de educação ambiental na  
 248 prespectiva de inovação no quotidiano  
 -> ( 248- 252): inovação melhoria  
 249 escolar. As instituições devem pensar  
 250 para dar respostas mais inovadoras  
 251 que realmente tentamos superar as  
 252 dificuldades com resposta bem  
 253 qualificadas. Isto acho que nas  
 254 crianças podemos trazer uma ideia de  
 255 revolução ambiental isto e a minha  
 256 palavra. No ciclo de formação de  
 257 professores e ver se realmente esta a  
 258 ver esta renovação ter novidade e  
 259 respeitar o ciclo de formaçãoe respeitar  
 260 estas novações. Quando há inovação  
 261 muitas vezes há resistência. Deve-se  
 -> ( 261- 267): prespectiva da formaçã  
 262 respeitar estas inovação nos  
 263 professores e alunos.Eu só queria
- 264 reforçar para fazer visitas de estudos,  
 265 intercâmbio e também trocas de ideias  
 266 em vez de estar na sala de aula a tratar  
 267 as temáticas teóricas  
 268  
 269 8  
 270

## FREQUENCIES OF CODES IN GRUPO.009

abordag inte : 1  
analise curricular : 1  
areas de actuação : 1  
carenci de recur : 1  
condições necessárias: 2  
cont para boas pr : 1  
cont preser amb : 2  
crian vei tran : 1  
demanda dos prof : 1  
estratégias de aborda: 1  
estrategias de abordag: 1  
formas de articulação : 5  
importancia do tema : 1  
inovação melhoria : 1  
inovação para melhoria: 1  
necessidade : 1  
pertinência do program: 2  
prespectiva da formaçã: 4  
programa actua : 2  
programde volunt : 1  
recur tecnológico : 1  
reforço de motiv : 1  
reforço opin fav : 1  
siste ava : 1  
sistema de avaliação : 3  
suporte prof : 3

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.009

--> pertinência do program

1- 11: pertinência do program / 2- 5: importancia do tema

6- 11: suporte prof

- 1 Em relação à questão de pertinência
- 2 de um programa de educação
- 3 ambiental dirigido aos professores do
- 4 ensino básico considero de muita
- 5 importância tendo em conta a sua
- 6 eficácia porque a formação ambiental
- 7 ajudam os professores a trabalharem
- 8 os conteúdos do Ensino Básico que
- 9 tem a ver com o ambiente e também
- 10 apoia os professores de ciências
- 11 integradas. Par além disso contribui

1 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.009

--> perspectiva da formaçã

107- 116: perspectiva da formaçã / 105- 107: areas de actuação

105 Trabalhar temas como a desertificação

106 porque é um problema da nossa

107 sociedade como também elaboração

234- 238: perspectiva da formaçã / 236- 238: programde volunt

236 domiciliar.Seria muito importante a

237 questão da criação de um corpo do

238 voluntariado para apoiar as actividades

2 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.010

--> articulação

170- 174: articulação / 159- 174: demanda dos prof

159 o manual bastante desatualizado. Não

160 sou da área mas como professora

161 tenho um pouco de sensibilidade. Eu

162 sei que os professores actuais estão a

163 fazer várias outras estratégias de

164 enriquecer o manual fazer com que as

165 crianças se envolvam. Os que vivem

166 na capital que tem condições da vida

167 média, tem acesso a informações e

168 gere. Mas nem todos os professores

169 têm as mesmas condições por isso

170 devia uma espécie de concertação e

171 haver um plano nacional para o

172 ambiente em que integrariam porque

173 eu acho há focos diferentes para a

174 mesma luta. Por exemplo a Rede

1 findings

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.010

--> sistema de avaliaç

247- 256: sistema de avaliaç / 240- 250: prespectiva de formaçã

240 muito idealismo e optimismo. Eu acho

241 que deveria fazer pratica daquilo que

242 aprendeu. Deeve-se fazer visitas nas

243 escolas. Trazer técnicos e conforntar

244 com os porgramas daqui de Cabo

245 Verde, comunicação social. Eu acho

246 interessante. Poda-se formar analista

247 ambientais. E utilizarem a inspecção.

248 Assim como fazem a inspecção de

249 gestão pode-se integrar a área

250 ambiental.Não precisam pessoas de

1 findings

alternat para a melhor  
áreas fundamentais  
articulação  
boas práticas  
comportame ambiental  
condições necessárias  
demanda dos prof  
diversificação  
estra de abor diferen  
formas de articulação  
medida legal  
orgãos de comuni socia  
pertinência do porgram  
plano finaceiro  
prespectiva de formaçã  
recursos tecnológicos  
sistema de avaliaç

## RETRIEVAL OF NESTED CODES IN GRUPO.010

--> alternat para a melhor

--> áreas fundamentais

--> articulação

--> boas práticas

--> comportame ambiental

--> condições necessárias

219- 242: condições necessárias / 228- 230: formas de articulação

231- 238: medida legal

219 Podia-se ver se algumas acções

220 podem trabalhar neste sentido .

221 Me ocorreu aumentar propinas nas

222 escolas para conseguir projectos mas

223 aumentar proprinas Há eslas na capital

224 em que pagamos 4 propinas 1, 2 e 3 e

225 um outro que são manutenção da

226 escolas, jardinagem guardas nas

227 escolas.

228 Nós podemos pensar que as empresa

229 tb podem colaborar. Como

230 assim?Quando eles colaboram.

231 Prestam contas as finanças. Todas as

232 empresas que pudessem colaborar

233 com as escolas em algum projecto

234 relacionado com o ambiente poderão

235 ter algum desconto X. Pode ser uma

236 medida legal. Pode ser uma medida

237 mesmo nas questões de orçamento.

238 Falta assumir isso.Falta ver isto como

239 prioridade. Isto estou a pensar com

240 muito idealismo e optimismo. Eu acho

241 que deveria fazer pratica daquilo que

242 aprendeu. Deeve-se fazer visitas nas

--> demanda dos prof

159- 174: demanda dos prof / 170- 174: articulação

159 o manual bastante desatualizado. Não

160 sou da área mas como professora

161 tenho um pouco de sensibilidade. Eu

162 sei que os professores actuais estão a

163 fazer várias outras estratégias de

164 enriquecer o manual fazer com que as

165 crianças se envolvam. Os que vivem

166 na capital que tem condições da vida

167 média, tem acesso a informações e

168 gere. Mas nem todos os professores

169 têm as mesmas condições por isso

170 devia uma espécie de concertação e

171 haver um plano nacional para o

172 ambiente em que integrariam porque

173 eu acho há focos diferentes para a

174 mesma luta. Por exemplo a Rede

--> diversificação

--> estra de abor diferen

--> formas de articulação

--> medida legal

--> órgãos de comuni socia

145- 158: órgãos de comuni socia / 145- 157: diversificação

145 teoria e pratica. Quando estão a dar

146 desenho animados deve-se dar na

147 hora de acesso. Há este desfasamento

148 entre o programa e o acesso da

149 população.O problema é que se toca

150 sempre na mesma tecla. Não há uma

151 variabilidade. Eu como professora fica

152 difícil encontrar exemplo práticos que

153 nem sempre nos ajudam. Estava a

154 explicar um assunto que tinha a ver

155 com o sangue. Lembrei-me de

156 desenhos animados mas o horário não

157 ajuda. Há este desfasamento entre o

158 horário e o que está a passar.Eu acho

--> pertinência do porgram

--> plano finaceiro

--> prespectiva de formaçã

--> recursos tecnológicos

--> sistema de avaliaç

3 findings



**RETRIEVAL OF UNUSED CODES IN GRUPO.010**  
**UNUSED CODES      USED CODES**

alternat para a melhor

áreas fundamentais

articulação

boas práticas

comportame ambiental

condições necessárias

demanda dos prof

diversificação

estra de abor diferen

formas de articulação

medida legal

orgãos de comuni socia

pertinência do porgram

plano finaceiro

prespectiva de formaçã

recursos tecnológicos

sistema de avaliaç

--> alternat para a melhor

- 99- 119: alternat para a melhor  
 99 estou a trabalhar no primeiro ciclo, ter  
 100 uma formação teórica direcionada a  
 101 esse ciclo o que é que vou precisar aos  
 102 meus alunos e concluindo a minha  
 103 ideia seria interessante dar aulas  
 104 teórica e praticas. Promover mais  
 105 campanhas de limpezas nas escolas,  
 106 fazer plantações e coisas para  
 107 cozinharemos nas escolas.Eu tenho que  
 108 passar num lugar no lugar com muita  
 109 apanha de areia, critica mesmo até a  
 110 minha filha que não sabe nada do  
 111 assunto já tem aquela noção que não  
 112 se faz. Quando agente comentar com  
 113 os da área as respostas não são  
 114 muitos claras. Há que criar outras  
 115 alternativas. Uma outra área é as  
 116 mudanças climáticas.Os adultos teem  
 117 noção do o perigo que as pessoas  
 118 estão a ter em ir ao mar na hora mais  
 119 critica. Continua a fazer isso. Esta

--> áreas fundamentais

- 121- 127: áreas fundamentais  
 121 programa ter que sair já. Outro tema  
 122 podia ser a preservação dos parques  
 123 que temos.Eu quero insistir nesta  
 124 questão de sensibilização geral porque  
 125 vai incluir um pouco a informação.  
 126 Porque há pessoas que não entende a  
 127 Salomé fica um pouco preocupada. Há

-> articulação

- 170- 174: articulação  
 170 devia uma espécie de concertação e  
 171 haver um plano nacional para o  
 172 ambiente em que integrariam porque  
 173 eu acho há focos diferentes para a  
 174 mesma luta. Por exemplo a Rede  
 190- 196: articulação  
 190 momento é as pessoas se integrarem  
 191 reverem o manual para começar  
 192 integrem os meio que há e começar  
 193 a pensar numa perspectiva, o plano  
 194 nacional do Ambiente pode ser algo  
 195 quadrienal, quinzenal, plano  
 196 estratégicos e haver a integração dos

--> boas práticas

- 8- 19: boas práticas  
 8 Eu vejo uma mudança já atitudes. As  
 9 crianças praticamente conseguem  
 10 proibir o estilo de fumar, conseguem  
 11 fechar as torneiras aberta lá de casas  
 12 se alguém esquecer abertas. Dizem  
 13 para fechar E claro que aqueles dias  
 14 aula estão mais sensíveis mas se  
 15 houver uma maior controlo e um  
 16 seguimento mais sistematizado eu  
 17 acho que há mudanças de  
 18 comportamento ambientais nesta  
 19 geração.Concordo com a Augusta e a

--> comportame ambiental

- 259- 265: comportame ambiental  
 259 recursos pode-me motivar mais.Eu  
 260 acho que é educar os adultos também.  
 261 Eu vejo a necessidade de fazer a  
 262 educação comportamental. Aqui em  
 263 Cabo Verde se não começar por aí não  
 264 vale a pena se não trabalharmos o  
 265 comportamento e o civismo.Não há

--> condições necessárias

- 219- 242: condições necessárias  
 219 Podia-se ver se algumas acções  
 220 podem trabalhar neste sentido .  
 221 Me ocorreu aumentar propinas nas  
 222 escolas para conseguir projectos mas  
 223 aumentar proprinas Há eslas na capital  
 224 em que pagamos 4 propinas 1, 2 e 3 e  
 225 um outro que são manutenção da  
 226 escolas, jardinagem guardas nas  
 227 escolas.  
 228 Nós podemos pensar que as empresa  
 229 tb podem colaborar. Como  
 230 assim?Quando eles colaboram.  
 231 Prestam contas as finanças. Todas as  
 232 empresas que pudessem colaborar  
 233 com as escolas em algum projecto  
 234 relacionado com o ambiente poderão  
 235 ter algum desconto X. Pode ser uma  
 236 medida legal. Pode ser uma medida  
 237 mesmo nas questões de orçamento.  
 238 Falta assumir isso.Falta ver isto como  
 239 prioridade. Isto estou a pensar com  
 240 muito idealismo e optimismo. Eu acho  
 241 que deveria fazer pratica daquilo que  
 242 aprendeu. Deeeve-se fazer visitas nas

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.010

--> demanda dos prof

159- 174: demanda dos prof

159 o manual bastante desatualizado. Não  
160 sou da área mas como professora  
161 tenho um pouco de sensibilidade. Eu  
162 sei que os professores actuais estão a  
163 fazer várias outras estratégias de  
164 enriquecer o manual fazer com que as  
165 crianças se envolvam. Os que vivem  
166 na capital que tem condições da vida  
167 média, tem acesso a informações e  
168 gere. Mas nem todos os professores  
169 têm as mesmas condições por isso  
170 devia uma espécie de concertação e  
171 haver um plano nacional para o  
172 ambiente em que integrariam porque  
173 eu acho há focos diferentes para a  
174 mesma luta. Por exemplo a Rede

200- 204: demanda dos prof

200 que há. As crianças podemos acho  
201 que até agora há já uma boa iniciação  
202 só que os professores precisam de  
203 mais meios de trabalhar. Há pais que  
204 não sabem coisas que os filhos já

--> diversificação

145- 157: diversificação

145 teoria e pratica. Quando estão a dar  
146 desenho animados deve-se dar na  
147 hora de acesso. Há este desfasamento  
148 entre o programa e o acesso da  
149 população.O problema é que se toca  
150 sempre na mesma tecla. Não há uma  
151 variabilidade. Eu como professora fica  
152 difícil encontrar exemplo práticos que

153 nem sempre nos ajudam. Estava a  
154 explicar um assunto que tinha a ver  
155 com o sangue. Lembrei-me de  
156 desenhos animados mas o horário não  
157 ajuda. Há este desfasamento entre o

--> estra de abor diferen

73- 85: estra de abor diferen

73 deviam ser formados para fazer um  
74 concurso. Podiam fazer uma  
75 exposição.Eu concordo com as duas  
76 colegas que me antecederam. Eu acho  
77 que os professores de lugares  
78 diferentes precisam do meu ponto de  
79 vista de uma estratégias diferentes. Eu  
80 me lembro do local onde nasci e cresci  
81 eu me lembro de lugares com dunas e  
82 hoje não há nada. Eu acho que estas  
83 pessoas podem ter filmagem ou  
84 reportagem, clipes da televisão e deve  
85 colocar para as crianças verem. Elas

--> formas de articulação

228- 230: formas de articulação

228 Nós podemos pensar que as empresa  
229 tb podem colaborar. Como  
230 assim?Quando eles colaboram.

--> medida legal

231- 238: medida legal

231 Prestam contas as finanças. Todas as  
232 empresas que pudessem colaborar  
233 com as escolas em algum projecto  
234 relacionado com o ambiente poderão  
235 ter algum desconto X. Pode ser uma  
236 medida legal. Pode ser uma medida  
237 mesmo nas questões de orçamento.  
238 Falta assumir isso.Falta ver isto como

--> órgãos de comuni socia

145- 158: órgãos de comuni socia

145 teoria e pratica. Quando estão a dar  
146 desenho animados deve-se dar na  
147 hora de acesso. Há este desfasamento  
148 entre o programa e o acesso da  
149 população.O problema é que se toca  
150 sempre na mesma tecla. Não há uma  
151 variabilidade. Eu como professora fica  
152 difícil encontrar exemplo práticos que  
153 nem sempre nos ajudam. Estava a  
154 explicar um assunto que tinha a ver  
155 com o sangue. Lembrei-me de  
156 desenhos animados mas o horário não  
157 ajuda. Há este desfasamento entre o  
158 horário e o que está a passar.Eu acho

## RETRIEVAL OF PARTICULAR CODES IN GRUPO.010

--> pertinência do porgram

2- 7: pertinência do porgram

- 2 Eu compreendo que seja muito
- 3 importante mesmo do pouco que seja
- 4 feita em cabo Verde. Eu sou mãe mas
- 5 já vejo o conhecimento mínimo através
- 6 das minhas filhas dos conteúdos
- 7 ensinados nas escolas

53- 54: pertinência do porgram

- 53 faz mal para as pessoas. Acho muito
- 54 pertinente realmente.

--> plano finaceiro

217- 227: plano finaceiro

- 217 Educação Ambiental. Acho que devia
- 218 ter algum encontro para definirem.
- 219 Podia-se ver se algumas acções
- 220 podem trabalhar neste sentido .
- 221 Me ocorreu aumentar propinas nas
- 222 escolas para conseguir projectos mas
- 223 aumentar proprinas Há eslas na capital
- 224 em que pagamos 4 propinas 1, 2 e 3 e
- 225 um outro que são manutenção da
- 226 escolas, jardinagem guardas nas
- 227 escolas.

--> prespectiva de formaçã

62- 68: prespectiva de formaçã

- 62 pelos professores e fazer muita visita
- 63 de estudo. Os professores devem focar
- 64 em muitas deslocações. Se os
- 65 professores não sentirem em o que
- 66 está a passar na natureza. Hoje fala-se
- 67 muito o de apanha de areia. Nunca
- 68 tive a curiosidade de ir ver uma zona

66- 69: prespectiva de formaçã

- 66 está a passar na natureza. Hoje fala-se
- 67 muito o de apanha de areia. Nunca
- 68 tive a curiosidade de ir ver uma zona
- 69 de erosão. Eu nunca vi o processo de

138- 144: prespectiva de formaçã

- 138 tragéias. Parece que há uma mudança
- 139 de atitudes desde do estado. Aqui em
- 140 Cabo Verde precisamos bastante de
- 141 informação e dar mais visibilidade do
- 142 que se está a tratar. Saber o que é que
- 143 se está a tratar. Não há uma variedade
- 144 na informação. No ensino deve se ligar

240- 250: prespectiva de formaçã

- 240 muito idealismo e optimismo. Eu acho
- 241 que deveria fazer pratica daquilo que
- 242 aprendeu. Deeve-se fazer visitas nas
- 243 escolas. Trazer técnicos e conforntar
- 244 com os porgramas daqui de Cabo
- 245 Verde, comunicação social. Eu acho
- 246 interessante. Poda-se formar analista
- 247 ambientais. E utilizarem a inspecção.
- 248 Assim como fazem a inspecção de
- 249 gestão pode-se integrar a área
- 250 ambiental.Não precisam pessoas de

--> recursos tecnológicos

88- 96: recursos tecnológicos

- 88 uma única estratégia para todas as
- 89 ilhas. S. Vicente tem um problema
- 90 diferente e S. Antão outros problemas.
- 91 Esta questão de audiovisual é muito
- 92 importante as crianças hoje são muita
- 93 habilitadas do que nós portanto tudo
- 94 que for possível utilizar a estratégia
- 95 audiovisual deve-se fazer. Quero dizer
- 96 que concordo com as opiniões. Gostei

--> sistema de avaliaç

247- 256: sistema de avaliaç

- 247 ambientais. E utilizarem a inspecção.
- 248 Assim como fazem a inspecção de
- 249 gestão pode-se integrar a área
- 250 ambiental.Não precisam pessoas de
- 251 fora é só acrescentar mais um atributo
- 252 a estes inpsectores e darem-lhe
- 253 formação nesta área.Se for avaliar os
- 254 professores e professores e ver se a
- 255 maetodologia foi implementado ou não
- 256 numa sala.Eu acho que quer a

23 finding(s)

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.010

--> condições necessárias

219- 242: condições necessárias / 217- 227: plano financeiro

228- 230: formas de articulação

231- 238: medida legal

240- 250: perspectiva de formação

217 Educação Ambiental. Acho que devia

218 ter algum encontro para definirem.

219 Podia-se ver se algumas acções

220 podem trabalhar neste sentido .

221 Me ocorreu aumentar propinas nas

222 escolas para conseguir projectos mas

223 aumentar propinas Há eslas na capital

224 em que pagamos 4 propinas 1, 2 e 3 e

225 um outro que são manutenção da

226 escolas, jardinagem guardas nas

227 escolas.

228 Nós podemos pensar que as empresa

229 tb podem colaborar. Como

230 assim?Quando eles colaboram.

231 Prestam contas as finanças. Todas as

232 empresas que pudessem colaborar

233 com as escolas em algum projecto

234 relacionado com o ambiente poderão

235 ter algum desconto X. Pode ser uma

236 medida legal. Pode ser uma medida

237 mesmo nas questões de orçamento.

238 Falta assumir isso.Falta ver isto como

239 prioridade. Isto estou a pensar com

240 muito idealismo e optimismo. Eu acho

241 que deveria fazer pratica daquilo que

242 aprendeu. Deeeve-se fazer visitas nas

243 escolas. Trazer técnicos e confortar

244 com os porgramas daqui de Cabo

245 Verde, comunicação social. Eu acho

246 interessante. Poda-se formar analista

247 ambientais. E utilizarem a inspecção.

248 Assim como fazem a inspecção de

249 gestão pode-se integrar a área

250 ambiental.Não precisam pessoas de

1 findings

1  
 2 Eu compreendo que seja muito  
 -> ( 2- 7): pertinência do program  
 3 importante mesmo do pouco que seja  
 4 feita em cabo Verde. Eu sou mãe mas  
 5 já vejo o conhecimento mínimo através  
 6 das minhas filhas dos conteúdos  
 7 ensinados nas escolas  
 8 Eu vejo uma mudança já atitudes. As  
 -> ( 8- 19): boas práticas  
 9 crianças praticamente conseguem  
 10 proibir o estilo de fumar, conseguem  
 11 fechar as torneiras aberta lá de casas  
 12 se alguém esquecer abertas. Dizem  
 13 para fechar E claro que aqueles dias  
 14 aula estão mais sensíveis mas se  
 15 houver uma maior controlo e um  
 16 seguimento mais sistematizado eu  
 17 acho que há mudanças de  
 18 comportamento ambientais nesta  
 19 geração. Concordo com a Augusta e a  
 20 sistematização é muito importante.  
 21 Portanto nós aqui em Ciências  
 22 integradas em algumas partes do EBI  
 23 tem algumas partes pelo que eu  
 24 conheço do EBI tem algumas partes  
 25 que foca exatamente esta área do  
 26 Ambiente. Então Se houve um  
 27 programa especializado e não apenas  
 28 manual ou até uma disciplina mesmo  
 29 somente d área ambiental seria o  
 30 ideal. É só para complementar falando  
 31 do manual, o livro de Ciências  
 32 Integradas consegui ajudar bastante a  
 33 minha filha com o pouco que há ali  
 34 sobre o ambiente porque trabalhando  
 35 na Cooperação neste cado  
 36 Cooperação Espanhola. vocês já  
 37 sabem que o projecto vai nesta área.  
 38 Como antigamente se incluía  
 39 obrigatoriamente nesta área. Falava da  
 40 SIDA todos os projectos tinha que ter  
 41 uma vertente de luta contra SIDA  
 42 depois passou-se pelo genero mas  
 43 hoje em diante temos a questão do  
 44 ambiente. Quando ela começou a dar  
 45 algumas partes sobre o ambiente eu  
 46 consegui ajudá-la porque tem muito  
 47 material no trabalho tem folhetos e  
 48 outros mas tive que reduzir e traduzir.  
 49 Mas uma pessoa deve focar e cuidar  
 50 disso. Eu sou fumadora e a minha  
 51 vais morrer e vai me matar. Ela acha  
 52 que deveria parar de fumar porque isso  
 53 faz mal para as pessoas. Acho muito  
 -> ( 53- 54): pertinência do program  
 54 pertinente realmente.  
 55 Eu também na minha opinião eu acho  
 56 muito importante porque agora se  
 57 podermos ver uma pessoa até para  
 58 deitar lixo não fazem. Antes até podia-  
 59 se deitar a educação era diferente. Eu  
 60 acho que aqui em Cabo Verde está  
 61 claro. Eu acho que devemos começar  
 62 pelos professores e fazer muita visita  
 -> ( 62- 68): perspectiva de formaçã  
 63 de estudo. Os professores devem focar  
 64 em muitas deslocações. Se os  
 65 professores não sentirem em o que  
 66 está a passar na natureza. Hoje fala-se

-> ( 66- 69): perspectiva de formaçã  
 67 muito o de apanha de areia. Nunca  
 68 tive a curiosidade de ir ver uma zona  
 69 de erosão. Eu nunca vi o processo de  
 70 apanha de areia. Portanto eu acho que  
 71 devia-se trabalhar a parte pratica para  
 72 se preparem melhor. Eu acho que  
 73 deviam ser formados para fazer um  
 -> ( 73- 85): estra de abor diferen  
 74 concurso. Podiam fazer uma  
 75 exposição. Eu concordo com as duas  
 76 colegas que me antecederam. Eu acho  
 77 que os professores de lugares  
 78 diferentes precisam do meu ponto de  
 79 vista de uma estratégias diferentes. Eu  
 80 me lembro do local onde nasci e cresci  
 81 eu me lembro de lugares com dunas e  
 82 hoje não há nada. Eu acho que estas  
 83 pessoas podem ter filmagem ou  
 84 reportagem, clipes da televisão e deve  
 85 colocar para as crianças verem. Elas  
 86 vendo podemos podem mudar esta  
 87 mentalidade. Ficaria difícil pensar de  
 88 uma única estratégia para todas as  
 -> ( 88- 96): recursos tecnológicos  
 89 ilhas. S. Vicente tem um problema  
 90 diferente e S. Antão outros problemas.  
 91 Esta questão de audiovisual é muito  
 92 importante as crianças hoje são muita  
 93 habilitadas do que nós portanto tudo  
 94 que for possível utilizar a estratégia  
 95 audiovisual deve-se fazer. Quero dizer  
 96 que concordo com as opiniões. Gostei  
 97 das opiniões. Como professora estou a  
 98 colocar no meu lugar de formação. Se  
 99 estou a trabalhar no primeiro ciclo, ter

-> ( 99- 119): alternat para a melhor  
 100 uma formação teórica direcionada a  
 101 esse ciclo o que é que vou precisar aos  
 102 meus alunos e concluindo a minha  
 103 ideia seria interessante dar aulas  
 104 teórica e praticas. Promover mais  
 105 campanhas de limpezas nas escolas,  
 106 fazer plantações e coisas para  
 107 cozinhareem nas escolas.Eu tenho que  
 108 passar num lugar no lugar com muita  
 109 apanha de areia, critica mesmo até a  
 110 minha filha que não sabe nada do  
 111 assunto já tem aquela noção que não  
 112 se faz. Quando agente comentar com  
 113 os da área as respostas não são  
 114 muitos claras. Há que criar outras  
 115 alternativas. Uma outra área é as  
 116 mudanças climáticas.Os adultos teem  
 117 noção do o perigo que as pessoas  
 118 estão a ter em ir ao mar na hora mais  
 119 critica. Continua a fazer isso. Esta  
 120 parte é muito importante. Este  
 121 programa ter que sair já. Outro tema  
 -> ( 121- 127): áreas fundamentais  
 122 podia ser a preservação dos parques  
 123 que temos.Eu quero insistir nesta  
 124 questão de sensibilização geral porque  
 125 vai incluir um pouco a informação.  
 126 Porque há pessoas que não entende a  
 127 Salomé fica um pouco preocupada. Há  
 128 países que em que as pessoas dizem  
 129 que explicam porque das coisas. Nós  
 130 não temos esta informação e  
 131 sensibilização via comunicação social.  
 132 Se houve não conheço. Deve se dar  
 133 esta informação. Eu digo

134 sensibilização porque vivo dois anos  
 135 no Brasil. Todas as pessoas já tinham  
 136 a informação de que mandaram  
 137 construir num lugar podia-se ter  
 138 tragéias. Parece que há uma mudança  
 -> ( 138- 144): prespectiva de formaçã  
 139 de atitudes desde do estado. Aqui em  
 140 Cabo Verde precisamos bastante de  
 141 informação e dar mais visibilidade do  
 142 que se está a tratar. Saber o que é que  
 143 se está a tratar. Não há uma variedade  
 144 na informação. No ensino deve se ligar  
 145 teoria e pratica. Quando estão a dar  
 -> ( 145- 158): orgãos de comuni socia  
 -> ( 145- 157): diversificação  
 146 desenho animados deve-se dar na  
 147 hora de acesso. Há este desfasamento  
 148 entre o programa e o acesso da  
 149 população.O problema é que se toca  
 150 sempre na mesma tecla. Não há uma  
 151 variabilidade. Eu como professora fica  
 152 difícil encontrar exemplo práticos que  
 153 nem sempre nos ajudam. Estava a  
 154 explicar um assunto que tinha a ver  
 155 com o sangue. Lembrei-me de  
 156 desenhos animados mas o horário não  
 157 ajuda. Há este desfasamento entre o  
 158 horário e o que está a passar.Eu acho  
 159 o manual bastante desatualizado. Não  
 -> ( 159- 174): demanda dos prof  
 160 sou da área mas como professora  
 161 tenho um pouco de sensibilidade. Eu  
 162 sei que os professores actuais estão a  
 163 fazer várias outras estratégias de  
 164 enriquecer o manual fazer com que as  
 165 crianças se envolvam. Os que vivem

166 na capital que tem condições da vida  
 167 média, tem acesso a informações e  
 168 gere. Mas nem todos os professores  
 169 têm as mesmas condições por isso  
 170 devia uma espécie de concertação e  
 -> ( 170- 174): articulação  
 171 haver um plano nacional para o  
 172 ambiente em que integrariam porque  
 173 eu acho há focos diferentes para a  
 174 mesma luta. Por exemplo a Rede  
 175 Parlamentar para a proteção do  
 176 Ambiente o Ambiente neste momento  
 177 fez uma atividade muito importante de  
 178 5 de Junho e pedir o Salão Nobre da  
 179 Assembleia Nacional, uma coisa  
 180 enorme mas viram na televisão que a  
 181 sala estava quase vazia, pode ser falta  
 182 de integração. Se houver uma  
 183 concertação geral todos aproveitariam  
 184 os poucos meios que há.. Se houver  
 185 uma interação das pessoas irem  
 186 conhecer as Sete Maravilha de Cabo  
 187 Verde dentro da prespectiva do  
 188 Ambiente. Conhecem os lugares mais  
 189 bonitos que há. Que eu vejo neste  
 190 momento é as pessoas se integrarem  
 -> ( 190- 196): articulação  
 191 reverem o manual para começar  
 192 integrarem os meio que há e começar  
 193 a pensar numa prespectiva, o plano  
 194 nacional do Ambiente pode ser algo  
 195 quadrienal, quinzenal, plano  
 196 estratégicos e haver a integração dos  
 197 todos os planos que há de uma  
 198 maneira mais integrada para se puder  
 199 poupar recursos e rentabilizar os meios  
 200 que há. As crianças podemos acho

-> ( 200- 204): demanda dos prof  
 201 que até agora há já uma boa iniciação  
 202 só que os professores precisam de  
 203 mais meios de trabalhar. Há pais que  
 204 não sabem coisas que os filhos já  
 205 sabem. Todos os Ministérios tiravam  
 206 um dia de Plantação de arvores. Acho  
 207 que me pouco tempo enchemos o  
 208 nosso país de verde. Pode-se  
 209 conseguir através de redes.Quem  
 210 agora q vai liderar tudo isso. O  
 211 Ministério de Educação ou a Direcção  
 212 Geral do Ambiente. Formar um grupo  
 213 entre a Educação e o Ambiente e  
 214 trabalhar todos os planos que existem  
 215 e ver o cabimento. E ver se podem  
 216 caber ali o nosso programa de  
 217 Educação Ambiental. Acho que devia  
 -> ( 217- 227): plano financeiro  
 218 ter algum encontro para definirem.  
 219 Podia-se ver se algumas acções  
 -> ( 219- 242): condições necessárias  
 220 podem trabalhar neste sentido .  
 221 Me ocorreu aumentar propinas nas  
 222 escolas para conseguir projectos mas  
 223 aumentar propinas Há eslas na capital  
 224 em que pagamos 4 propinas 1, 2 e 3 e  
 225 um outro que são manutenção da  
 226 escolas, jardinagem guardas nas  
 227 escolas.  
 228 Nós podemos pensar que as empresa

-> ( 228- 230): formas de articulação  
 229 tb podem colaborar. Como  
 230 assim?Quando eles colaboram.  
 231 Prestam contas as finanças. Todas as  
 -> ( 231- 238): medida legal  
 232 empresas que pudessem colaborar  
 233 com as escolas em algum projecto  
 234 relacionado com o ambiente poderão  
 235 ter algum desconto X. Pode ser uma  
 236 medida legal. Pode ser uma medida  
 237 mesmo nas questões de orçamento.  
 238 Falta assumir isso.Falta ver isto como  
 239 prioridade. Isto estou a pensar com  
 240 muito idealismo e optimismo. Eu acho  
 -> ( 240- 250): perspectiva de formaçã  
 241 que deveria fazer pratica daquilo que  
 242 aprendeu. Deeeve-se fazer visitas nas  
 243 escolas. Trazer técnicos e confortar  
 244 com os porgramas daqui de Cabo  
 245 Verde, comunicação social. Eu acho  
 246 interessante. Poda-se formar analista  
 247 ambientais. E utilizarem a inspecção.  
 -> ( 247- 256): sistema de avaliaç  
 248 Assim como fazem a inspecção de  
 249 gestão pode-se integrar a área  
 250 ambiental.Não precisam pessoas de  
 251 fora é só acrescentar mais um atributo  
 252 a estes inpectores e darem-lhe  
 253 formação nesta área.Se for avaliar os  
 254 professores e professores e ver se a  
 255 maetodologia foi implementado ou não  
 256 numa sala.Eu acho que quer a  
 257 reciclagem pode ser mostrado através  
 258 de concurso. Podia-se aproveitar os  
 259 recursos pode-me motivar mais.Eu

-> ( 259- 265): comportame ambiental  
 260 acho que é educar os adultos também.  
 261 Eu vejo a necessidade de fazer a  
 262 educação comportamental. Aqui em  
 263 Cabo Verde se não começar por aí não  
 264 vale a pena se não trabalharmos o  
 265 comportamento e o civismo.Não há  
 266 esta cultura de separar o lixo e depois  
 267 Temos que nos mentalizar caso não  
 268 tivermos um meio de transporte  
 269 podemos guardá-los. Temos que  
 270 trabalhar a questão ambiental e ver a  
 271 questão de animais em domicílios.  
 272  
 273  
 274 6  
 275



## FREQUENCIES OF CODES IN GRUPO.010

alternat para a melhor: 1  
áreas fundamentais : 1  
articulação : 2  
boas práticas : 1  
comportame ambiental : 1  
condições necessárias: 1  
demanda dos prof : 2  
diversificação : 1  
estra de abor diferen : 1  
formas de articulação : 1  
medida legal : 1  
orgãos de comuni socia: 1  
pertinência do porgram: 2  
plano finaceiro : 1  
prespectiva de formaçã: 4  
recursos tecnológicos: 1  
sistema de avaliaç : 1

## RETRIEVAL OF OVERLAPPING CODES IN GRUPO.010

--> perspectiva de formação

240- 250: perspectiva de formação / 219- 242: condições necessárias

247- 256: sistema de avaliação

219 Podia-se ver se algumas acções

220 podem trabalhar neste sentido .

221 Me ocorreu aumentar propinas nas

222 escolas para conseguir projectos mas

223 aumentar propinas Há eslas na capital

224 em que pagamos 4 propinas 1, 2 e 3 e

225 um outro que são manutenção da

226 escolas, jardinagem guardas nas

227 escolas.

228 Nós podemos pensar que as empresa

229 tb podem colaborar. Como

230 assim?Quando eles colaboram.

231 Prestam contas as finanças. Todas as

232 empresas que pudessem colaborar

233 com as escolas em algum projecto

234 relacionado com o ambiente poderão

235 ter algum desconto X. Pode ser uma

236 medida legal. Pode ser uma medida

237 mesmo nas questões de orçamento.

238 Falta assumir isso.Falta ver isto como

239 prioridade. Isto estou a pensar com

240 muito idealismo e optimismo. Eu acho

241 que deveria fazer pratica daquilo que

242 aprendeu. Deeeve-se fazer visitas nas

243 escolas. Trazer técnicos e confortar

244 com os porgramas daqui de Cabo

245 Verde, comunicação social. Eu acho

246 interessante. Poda-se formar analista

247 ambientais. E utilizarem a inspecção.

248 Assim como fazem a inspecção de

249 gestão pode-se integrar a área

250 ambiental.Não precisam pessoas de

251 fora é só acrescentar mais um atributo

252 a estes inspectores e darem-lhe

253 formação nesta área.Se for avaliar os

254 professores e professores e ver se a

255 maetodologia foi implementado ou não

256 numa sala.Eu acho que quer a

1 findings

### 3.6. PLANO DA REUNIÃO DE PREPARAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS



#### EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CABO VERDE: ANÁLISE DOS PROGRAMAS E SUAS PRÁTICAS Plano de reunião: Grupos Focais

Entidade Proponente: Maria Paulina Moreira Barreto da Graça  
Zona de Intervenção: Cabo Verde  
Duração do Trabalho 2.horas

**Contexto:** No âmbito do desenvolvimento da tese integrado no curso de Doutoramento ministrado pela Universidade de Extremadura- Espanha mais concretamente na fase da recolha de dados, pretende-se organizar e conduzir um grupo de discussão para obter informação relevante de um grupo de pessoas com responsabilidades ambientais, sobre suas percepções da educação ambiental em Cabo Verde. A intenção da criação do grupo focal é de recolher informação sobre os sentimentos, valores e ideias das pessoas, e não obter consenso, nem tomar decisões. A opção para a escolha de grupo de discussão como método de pesquisa prende-se com a necessidade de introdução de um novo Programa de Formação destinado aos Professores do Ensino Básico de Cabo Verde no sentido de superar algumas necessidades que eventualmente se venham constatar. Para isso pretendemos auscultar as percepções dos diferentes representantes do Ambiente sobre as estratégias de abordagens da Educação Ambiental no Ensino Básico tendo em conta as falhas percebidas pelos mesmos. O estudo da Educação Ambiental em Cabo Verde se revela necessário frente às exigências da perservação ambiental que constituem uma das prioridades do plano de Acção Nacional para o Ambiente tendo como meta o ano 2014. A escolha da componente Análise e Suas Praticas, serve como exemplo para representar a intereção teoria e prática.

**Introdução:** De acordo com a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em 1977 em Tbilisi, Georgia (ex URSS) a educação ambiental é considerada um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tomam aptos a agir individual e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros (DIAS, 1992, p. 92)

#### Objectivo Geral:

Analisar as potencialidades e fragilidades dos programas, projetos e políticas de educação ambiental em Cabo Verde em 2 instituições diferentes nomeadamente: Direção Nacional do Ambiente (DNA) e Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS).

#### Objectivos Especificos:

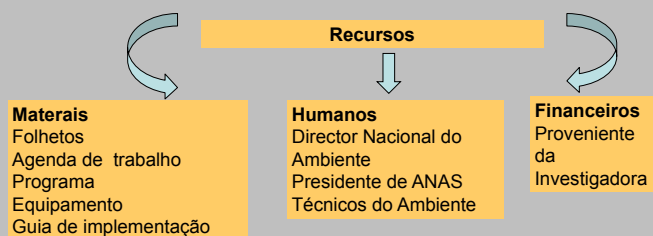
- Caracterizar a situação actual das políticas ambientais em Cabo Verde em 3 sectores (recursos hídricos, resíduos sólidos e recursos naturais, vertente biodiversidade) nos períodos de legislatura 2001 a 2011;
- Analisar os fatores facilitadores e os constrangimentos encontrados nestes sectores de análise;
- Identificar as necessidades presentes nestas áreas de estudo;
- Recolher as opiniões e perspectivas dos presentes sobre as formas de abordagem da educação ambiental em Cabo Verde;
- Sintetizar as fragilidades encontradas na área da educação ambiental em estudo.

Metodologia: O facilitador apresenta a visão geral e os objetivos da discussão. Os participantes apresentam-se. Para iniciar a discussão e a relação entre o grupo o facilitador faz perguntas simples aos participantes. O facilitador faz perguntas relacionadas ao objetivo principal do grupo focal, que incentive a discussão que revele os pensamentos e opiniões dos participantes. É nesta etapa que a informação mais importante é recolhida. O facilitador resume a informação ou conclusões discutidas e os participantes esclarecem ou confirmam a informação. O facilitador responde a qualquer pergunta, agradece aos participantes e indica os próximos passos.

#### Conteúdos:

- Caracterização da Situação de Educação Ambiental em Cabo Verde
- Percepções dos Representantes do Ambiente sobre as estratégias de abordagem de Educação Ambiental no Ensino Formal e Não Formal
- Identificação das Principais Necessidades na Área Ambiental

Moderadora: Paulina da Graça



#### Resultados Esperados

- Caracterização da situação ambiental de Cabo Verde feita
- Principais Necessidades Identificadas
- Pontos de vistas sobre abordagem de Educação Ambiental apresentados e discutidas

#### Local da Realização

Data: Direção Nacional do Ambiente

#### Agenda de Trabalho

9 a 9,30h: Abertura da reunião  
9.30 às 11 h: Construção do Entendimento  
11 às 11,20h: Lanche  
11,20h às 12,30: Discussão Profunda  
12,30 às 12,40: Enceramento

### 3.7. GUIÃO DE VERIFICAÇÃO DOS ASPETOS ÉTICOS DA INVESTIGAÇÃO

Quadro - Guião de verificação dos aspetos éticos da investigação

Área	Critério	Sim	Não	NA ( não aplicado)
<b>1. Na formulação do problema</b>	<p>1.1. É suficientemente concreto? é relevante? é viável (realizável no tempo disponível)?</p> <p>1.2. É claro o valor dos resultados, como e por quem poderão ser utilizados?</p> <p>1.3. Está fundamentado e recorre a trabalhos de outros autores (corretamente identificados), assinalando a pertinência do problema?</p>	X		
<b>2. Na referência</b>	<p>2.1. Todas as citações estão devidamente referenciadas?</p> <p>2.2. Todos os autores citados no corpo do trabalho se encontram nas referências bibliográficas?</p> <p>2.3. As fontes são fiáveis<sup>37</sup> e válidas?</p>	x		
<b>3. Na formalização do estudo</b>	<p>3.1. Devidamente informado e autorizado pelo órgão máximo da instituição?</p> <p>3.2. Foram respeitados os princípios assumidos?</p> <p>3.3. É claro para quem lê quais os processos seguidos/ utilizados e os fundamentos para tal?</p>	x		
<b>4. Da relação com participantes</b>	<p>4.1. É expresso o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos?</p> <p>4.2. Existe consentimento aos referenciadores, se fôr o caso?</p>	x		
<b>5. Dos dados</b>	<p>5.1. São explícitos os dados objetivos e os passos para as conclusões/inferências?</p> <p>5.2. Estão tratados de forma que assegura o anonimato dos participantes?</p>			

<b>6. Do texto</b>	6.1. É redigido de forma clara e objetiva? 6.2. Existem afirmações críticas fundamentadas? 6.3. Não existem juízos de valor e interpretações valorativas pessoais 6.4. Não existem avaliações <sup>38</sup> inadequadas?	x		
<b>7. Do trabalho no global</b>	7.1. Identificados os contributos e feitos os devidos agradecimentos?	x		

## 4. GALERIA DE IMAGENS





Entrevista com representantes de Pais e Encarregados de educação



Entrevista com representantes dos Professores Escola Secundária



Entrevista com representante de ANAS



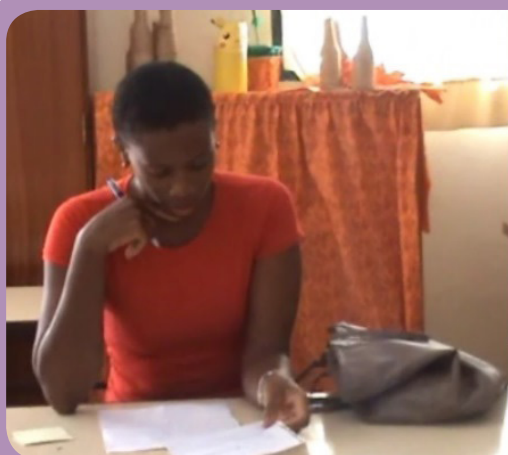
Entrevista com representantes de ONGs Ambientais  
CCCLII



Entrevista com representantes dos professores do Pré Escolar - 1



Entrevista com representantes dos professores do Pré Escolar - 2



Entrevista com representantes dos professores da Escola de Capelinha



Entrevista com representantes dos professores da Escola SOS





## **5. EXEMPLO DE VIDEOS PRODUZIDOS AO LONGO DA INVESTIGAÇÃO**

---



## FICHA TÉCNICA

GGGGGGGGGG	
GGGGGGGGGGGGGGGG	